

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



***Problemática assistencial, sociocultural e educativa
nas Aldeias e Missões do Real Colégio de Olinda
(séculos XVII e XVIII)***

Contributos para a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil

Ana Rita Bernardo Leitão

Doutoramento em História
Especialidade: História e Cultura do Brasil

VOLUME I

**Lisboa
2011**

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



***Problemática assistencial, sociocultural e educativa
nas Aldeias e Missões do Real Colégio de Olinda
(séculos XVII e XVIII)***

Contributos para a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil

Ana Rita Bernardo Leitão

Doutoramento em História
Especialidade: História e Cultura do Brasil

Tese orientada pelo Prof. Doutor Miguel Corrêa Monteiro
e co-orientada pela Prof.^a Doutora Maria José Grosso

**Lisboa
2011**

Aos meus pais

“A palavra conscientiza, a palavra transforma.”

MAGALHÃES, Justino P. de, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime: um contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, vol. 1, [diss. Doutormanto em História da Educação], Braga, Univ. do Minho, 1994, p. 3.

“«l’educazione è sempre un esercizio di potere, è trasmissione di regole e di norme, è attività di governo e quindi in stretta simbiosi col politico e le sue strategie di controllo e di produzione della vida sociale»”

F. Cambi, S. Uliveri (a cura di), *Introduzione a I silenzi nell’educazione. Studi storico – pedagogici*, Firenze, La Nuova Italia, 1994, p. XII. apud Giovanni Genovesi, “La dimensione utopica della storia e dell’educazione – alcune riflessioni sulla ricerca storico-educativa”, in ARAÚJO, Alberto et MAGALHÃES, Justino [orgs.], *História, Educação e Utopia II*, Braga, Univ. do Minho, 1998, p. 29.

Resumo

Tendo por finalidade primordial reflectir o processo de introdução da língua portuguesa em meio indígena, sugere-se uma digressão pelas políticas empreendidas pela Coroa ao longo dos séculos XVII e XVIII, empenho de missionários e professores régios, metodologias de ensino e problemáticas associadas ao impacto da aprendizagem. Contexto, agentes, processos e recursos constituem, por isso mesmo, uma parte vital no estudo da dinâmica das aldeias e missões adstritas ao Real Colégio de Olinda durante este largo arco temporal, assim como dos objectivos e impactos da transição daqueles povoados em vilas indígenas, perante a aplicação da *Direcção* dos índios no governo de Pernambuco. Alvo de lutas, perseguições e descimentos forçados, quando não eram acometidos pelos grilhões do cativo, vários grupos haviam encontrado nas aldeias missionadas o seu último reduto. Espaço de profunda diversidade étnica, linguística e cultural, a sua gestão iria requerer uma constante negociação de interesses e direitos, mesmo quando a lei os parecia proteger. Do conjunto de expedições e estabelecimentos missionários que a Companhia de Jesus foi desenvolvendo nas capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, restariam, à data da expulsão, sete missões jesuítas no Nordeste. Ambicionadas pela sua dinâmica e projecção demográfica, económica e social, as comunidades ali reunidas conheceriam vicissitudes e sucessos que aqui pretendemos retratar através de uma visão de conjunto, desde as suas digressões pelos sertões até à convivência e integração na sociedade luso-brasileira.

Palavras-chave: Jesuítas; governo de Pernambuco; ameríndios; missões; vilas indígenas; Directório dos Índios; ensino-aprendizagem; português língua não materna

Abstract

Having as its main aim a reflection on how the Portuguese language was introduced into indigenous milieus, it seems apt to make a digressive survey of the policies pursued by the Crown during the seventeenth and eighteenth centuries, of the missionary efforts and teachers employed by the Crown, as well of teaching methods and problems associated with the impact of learning. Context, agents, processes and resources are, therefore, a vital part of the study of the dynamics of the villages and missions attached to the Royal College of Olinda during this time, as well as of the objectives and impacts of the transition of those villages into Indian villages, before the application of the *Direcção* of the Indians in the government of Pernambuco. Targets of struggle, persecution and forced Indian enslavement when they were not affected by the chains of captivity, several groups found in the missionary village their last redoubt. A place of ethnic, linguistic and cultural diversity, its management would require a constant negotiation of interests and rights, even when the law seemed to protect them. Out of all the expeditions and missionary establishments that the Society of Jesus developed in the captaincies of Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte and Ceara, only seven would remain at the time of their expulsion in the Northeast. Envied for their dynamism and their demographic, economic and social profile, the communities that gathered there knew the vicissitudes and successes that we intend to portray here through an overview, from their detours through the hinterland through to the period of coexistence and integration in the Luso-Brazilian society.

Keywords: Jesuits; government of Pernambuco; amerindians; missions; indigenous towns; Directory of Pombal; teaching and learning; Portuguese as a non-maternal tongue

Agradecimentos

O trabalho que agora apresento resulta não apenas do esforço individual por mim investido. Cumpre-me, por isso, reconhecer o contributo de várias pessoas, tanto em termos afectivos, pelo apoio, paciência e compreensão nos bons e nos maus momentos, como em termos profissionais e/ou académicos. Antes de mais, um obrigada sentido aos meus pais, verdadeiros pilares na minha formação, graças aos quais sou aquilo que sou hoje, pois acreditaram nas minhas capacidades e tudo fizeram para que fosse o mais bem sucedida possível.

Em segundo lugar, registo aqui a minha profunda gratidão pela valiosa orientação do Professor Doutor Miguel Corrêa Monteiro e da Professora Doutora Maria José Grosso, por terem uma vez mais investido em mim e sem cujas indicações este trabalho decerto pecaria por falta de rigor. Agradeço igualmente ao Departamento de História da Faculdade de Letras a receptividade demonstrada perante a investigação a que me predispos realizar, muito embora a minha formação de base não seja desta área científica, mas antes de Línguas e Literaturas Modernas.

Não poderei, naturalmente, deixar de demonstrar o meu sincero reconhecimento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que uma vez mais me financiou um projecto de pós-graduação, honrando-me com a atribuição da bolsa de doutoramento que proporcionou não apenas a deslocação ao estrangeiro para efectuar algumas das pesquisas, como ainda a investigação a tempo inteiro em alguns dos anos lectivos. Mais do que o apoio financeiro, fico profundamente grata por terem acreditado neste projecto logo desde o início.

Ao SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Ministério da Educação Brasileiro), pelo envio de abundante material relativo à

educação escolar indígena. Ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela oferta da obra de Curt Nimuendaju, inexistente nos arquivos portugueses. Gostaria ainda de aqui registar o meu reconhecimento pelo profissionalismo assim como pela simpatia com que fui brindada em vários arquivos e bibliotecas por onde passei, tanto nacionais como estrangeiros.

O meu profundo reconhecimento e gratidão ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, pela extrema gentileza com que ali fui acolhida aquando da minha estadia no Recife entre Agosto e Setembro de 2010, assim como pela pronta disponibilização de precioso fundo documental. Ao George Cabral de Sousa, Reinaldo Carneiro Leão, Tácito Galvão e Fábio Arruda, o meu muito obrigada.

Devo ao Rosildo Pires o acesso privilegiado ao antigo Colégio Jesuíta de Olinda, actual seminário, a quem não posso deixar de agradecer toda a disponibilidade e amabilidade. Não poderei, de igual modo, deixar de agradecer ao Ministério da Defesa Nacional do Governo de Portugal por se dignar conceder-me autorização para visitar o Forte de S. Julião da Barra. Fiquei muito honrada com a visita guiada com que fui brindada pelo Sargento-mor Victor Pereira, bem como por ter sido agraciada com a oferta de importante obra historiográfica dedicada a este monumento.

Ao P.^e António Trigueiros, Director da Biblioteca da Brotéria e meu colega de doutoramento, pela amabilidade, tempo e esforço dispendidos, ajudando-me a complementar os dados relativos ao destino dos jesuítas ex-patriados, além de me ter proporcionado a consulta quase em primeira mão dos fundos que ele próprio digitalizara e trouxera do ARSI. Um grande bem-haja por este serviço que tantos benefícios traz aos investigadores no nosso país.

Reconheço, como me obriga, o apoio incondicional de colegas e amigos, entre os quais não posso esquecer o Gerardo Pereira (inestimável colega a quem tanto devo),

a Célia Tavares, a Thais Nivia Fonseca, a Maria Leonor Garcia Cruz, a Direcção e colegas de grupo das escolas EB 2,3 Eugénio dos Santos e EB 2,3 Paula Vicente, o José Cervaens, a Connie Cabral, a Vanda Carreira, o Rui Gomes, que compreendeu e me soube apoiar nesta caminhada, e a tantos outros.

Lista de Siglas e Abreviaturas

Abreviaturas dos Arquivos consultados

AGAL	- Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa
AGCRJ	- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AGUC	- Arquivo Geral da Universidade de Coimbra
AHMB	- Arquivo Histórico Municipal da Bahia, Salvador da Bahia
AHP	- Arquivo Histórico do Patriarcado, Lisboa
AHTC	- Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Lisboa
AHU	- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
AINCM	- Arquivo da Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, Lisboa
AJB	- Arquivo Jesuítico da Revista Brotéria, Lisboa
AN	- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
ANTT	- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa
APB	- Arquivo Público da Bahia, Salvador da Bahia
APEPE	- Arquivo Público Estadual de Pernambuco - anexo, Recife
ARSI	- <i>Archivum Romanum Societas Iesu</i> , Roma, Vaticano
AUC	- Arquivo da Universidade de Coimbra
BA	- Biblioteca da Ajuda, Lisboa
BGUC, Ms	- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - Manuscritos
BPB	- Biblioteca Pública da Bahia, Salvador da Bahia
BPE	- Biblioteca Pública de Évora
BPE-PE	- Biblioteca Pública Estadual de Pernambuco – divisão de Obras Raras, Recife
BNL	- Biblioteca Nacional, Lisboa
BNRJ	- Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
IHGB	- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
IGHP	- Instituto Geográfico e Histórico, Recife, Pernambuco

Abreviaturas utilizadas

<i>apud</i>	em, junto de
BA	Bahia (capitania)
Bened.	Beneditina
<i>Bras.</i>	Brasile - ARSI
c.	cerca de
cf.	confronte
CE	Ceará (capitania)
DGEM	Direcção ou Directoria Geral dos Estudos Menores
Franc.	Franciscana
freg. ^a	freguesia
<i>HCJB</i>	<i>História da Companhia de Jesus no Brasil</i>
Ir.	Irmão
Jes.	Jesuíta
MA	Maranhão
missionr. ^o	missionário
Orat.	Oratoriana
P. ^e	Padre
PB	Paraíba (capitania)
PE	Pernambuco (capitania)
RGN	Rio Grande do Norte (capitania)
RGS	Rio Grande do Sul (capitania)
RMC	Real Mesa Censória
Sarg. ^o	Sargento
SGEM	Secretaria-geral dos Estudos Menores
Sold. ^o	Soldado

NORMA UTILIZADA

Ortografia

Atendendo ao facto de o presente trabalho de investigação se ter desenvolvido desde 2006 até 2011, a redacção do mesmo não contemplou as alterações previstas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, para mais quando este foi efectivamente introduzido no sistema educativo português em Setembro de 2011.

Citações e transcrições

Para o presente estudo optou-se por usar na elaboração das referências bibliográficas e citações a Norma Portuguesa, muito embora seja usual o recurso à norma de Harvard nas áreas de Didáctica, Ciências da Educação e Linguística Aplicada. Assim, considerou-se a *NP 4051 (1994) – Informação e documentação*, publicada pelo Instituto Português da Qualidade em 1995, obedecendo as citações à seguinte ordem: AUTOR, *Título*, Local de edição, Editora, Data, Paginação.

Para melhor orientação do leitor, inseriram-se notas infrapaginais numeradas sequencialmente, com reinício em cada Parte. Apresenta-se ainda uma exposição por ordem alfabética das fontes, bibliografia e referências computadorizadas consultadas.

Quanto às transcrições, procurou-se ser o mais fiel possível aos textos originais, mantendo a sua sintaxe e ortografia. Assim, não se resolveram abreviaturas nem se modernizou a escrita, salvo em casos pontuais, como no caso em que o grafema <f> surge como realização do som [s] e quando o grafema <u> surge como equivalente ao som [v].

Atendeu-se à convenção de 1953 da Associação Brasileira de Antropologia, de modo a eliminar ambiguidades, que pressupõe o seguinte: os nomes de povos e de línguas são invariáveis, pelo que, quer usados como substantivos, quer como adjectivos, não admitem flexão em género e em número; não se usam as letras <c> e <q>, mas <k> em seu lugar; <g> em lugar de <gu>; <s> e não <ss> nem <ç>; <x> e não <ch>; <jê> e não <gê>; os nomes tribais devem surgir com inicial maiúscula, sendo facultativo o uso dela quando usados como adjectivos. Ainda assim, e dada a natureza deste trabalho, com incursões frequentes a fontes da época, convive esta grafia com as formas registadas antes desta convenção, procurando-se, tanto quanto possível, estabelecer as devidas equivalências.

ÍNDICE GERAL

Volume I

NOTA PRÉVIA

– Objecto de estudo	xxiii
– Justificação do âmbito geográfico	xxv
– Estado da arte	xxix
– Abordagem metodológica	xxxii

INTRODUÇÃO

	1
– Emergência da Nova Lusitânia	5
– Aspectos socioeconómicos de Pernambuco e capitanias anexas	12
– Diversidade da população	16

PRIMEIRA PARTE

DIFUSÃO DO PORTUGUÊS NAS TERRAS DE VERA CRUZ

Capítulo I: Políticas da língua portuguesa até ao séc. XVIII	23
1.1. O dilema jesuíta: do português ao uso do <i>abanheenga</i>	29
1.2. Intervenção dos franciscanos e dos beneditinos	34
1.3. Directórios dos Índios, um projecto de monolinguismo	42
1.4. Educação moral e ensino de primeiras letras	57

Capítulo II: Acção da Direcção dos Estudos Menores e da

Real Mesa Censória	67
2.1. O investimento do Estado Moderno	68
2.2. A Direcção Geral dos Estudos no Reino e no Ultramar	74
2.2.1. Tomás de Almeida, Director-Geral dos Estudos Menores	75
2.2.2. Natureza dos cargos existentes	82
2.2.3. A difícil gestão além-mar	92
2.3. A Secretaria dos Estudos Menores da Real Mesa Censória	97
2.3.1. O Secretário dos Estudos Menores	102
2.3.2. Natureza dos cargos existentes	103
2.3.3. O reforço das primeiras letras no Brasil	105

Capítulo III: Correntes didáticas dominantes (séculos XVII e XVIII)	113
3.1. “The schoolmasters of Europe”	114
3.2. Políticas reformadoras da educação elementar na Europa das Luzes	117
3.2.1. França	120
3.2.2. Prússia	125
3.2.3. Áustria	129
3.2.4. Rússia	133
3.2.5. Espanha	134
3.3. As novas tendências para a didática das línguas	144
3.4. Acesso à instrução em Portugal e no Brasil	151

SEGUNDA PARTE

ENTRE TAPUIAS E CATECÚMENOS: A REALIDADE INDÍGENA

Capítulo IV: Povos indígenas no Nordeste brasileiro

4.1. Presença indígena do litoral ao sertão	161
4.2. Para o conhecimento das comunidades indígenas	171
4.3. O índio educado pelo índio	184

Capítulo V: Da Junta de Missões de Pernambuco

5.1. Gestão e dinamização das missões indígenas	191
5.2. Assistencialismo do clero regular em meio indígena	204
5.3. Situação das Aldeias missionadas	
5.3.1. Pernambuco	218
5.3.2. Ceará	250
5.3.3. Rio Grande do Norte	279
5.3.4. Paraíba	308
5.4. Pelos vizinhos sertões: Sergipe e Piauí	329

Capítulo VI: Impactos socioeducativos da criação de vilas indígenas	353
6.1. Investimento do Governador-geral	359
6.2. Consequências da mudança	365
6.3. Língua e identidade	387

Volume II

TERCEIRA PARTE

IMPACTO DO SISTEMA EDUCATIVO JESUÍTA

Capítulo VII: Dinâmica do Colégio de Olinda e suas Missões

7.1. Estabelecimento e âmbito educacional	411
7.2. Regulação da actividade missionária	428
7.3. <i>Itapicirica</i> : dos primórdios às Sete Missões olindenses	438

Capítulo VIII: Formação e perfil do mestre de primeiras letras

8.1. Perfil do mestre jesuíta	482
8.2. O alvorecer da classe docente em Portugal e seu Império	490
8.3. Os mestres-soldados das vilas indígenas pombalinas	505

Capítulo IX: Da expulsão dos jesuítas em Pernambuco

9.1. Da contestação à saída forçada	519
9.2. Os últimos missionários das Sete Missões Nordestinas	531
9.3. As propriedades do Colégio de Olinda e casas anexas	556
9.4. Estado do ensino e das missões na ausência dos inacianos	565

QUARTA PARTE

DO ESPAÇO DA MISSÃO ÀS ESCOLAS RÉGIAS DE PRIMEIRAS LETRAS

Capítulo X: Métodos e recursos jesuítas e pombalinos

10.1. Educação indígena jesuíta e missionária	591
10.2. Ensinar a ler e a escrever no Antigo Regime	605
10.3. Os recursos didácticos	619
10.4. Educação escolar indígena em Pernambuco: <i>a Breve instrucçam para ensinar a ler e escrever aos meninos</i>	629
10.5. A pluralidade indígena face à uniformidade didáctica	643
10.6. Impactos da alfabetização em língua segunda de falantes indígenas	653

Capítulo XI: Linguística missionária e comunicação

11.1. Línguas de base Jê no Nordeste	674
11.2. Difusão e funcionamento do Tupi	679
11.2.1. Fonemas inexistentes e seu impacto na aprendizagem de L2	680
11.2.2. Morfossintaxe do Tupi	684
11.3. Da variedade dos fenómenos: pidgin, crioulo, língua franca e língua geral	690
11.4. Comunicação em contextos indígenas plurilingues	709

Capítulo XII: Os ameríndios e o seu processo de aprendizagem do Português

12.1. Aprendizagem e performance dos ameríndios, falantes não nativos de português	733
12.2. A idade como elemento diferenciador	742
12.3. Confronto com os estádios de desenvolvimento do aluno	751
12.4. Cognição e instrução: que elementos na aquisição do português pelos indígenas?	765
12.5. Erros e interlíngua	777
12.6. Aprendizagem, uso do português e dialecto nordestino	794

CONCLUSÕES

– Das línguas indígenas à <i>Terra labii unius</i>	809
– Entre progressos, regressos e retrocessos	818
– Língua e colonização: debatendo os efeitos das medidas preconizadas para o espaço luso-brasileiro	822

BIBLIOGRAFIA	837
---------------------	-----

Volume III

ANEXOS

A. Indígenas Nordestinos

Anexo 1: Etnias indígenas no Nordeste e sua filiação linguístico-cultural (sécs. XVI a XVIII)	880
---	-----

B. Real Colégio de Olinda, jesuítas e missões

Anexo 2: Real Colégio de Olinda/ actual Seminário de Olinda	890
Anexo 3: Reitores do Colégio de Olinda	904
Anexo 4: Bens imóveis pertencentes ao Colégio de Olinda	905
Anexo 5: Expedições de missionários jesuítas para a América Portuguesa (sécs. XVI a XVIII)	910
Anexo 6: Relação das Missões anexas ao Real Colégio de Olinda e respectivos religiosos (sécs. XVI-XVIII)	927
Anexo 7: Relação descritiva das missões jesuítas do colégio de Olinda	939
Anexo 8: Regulamento para as aldeias da Companhia	948
Anexo 9: Consulta de D. João V com vista à criação do Hospício do Ceará	953
Anexo 10: Relação dos aldeamentos indígenas missionados em Pernambuco e Capitánias anexas (1728 a 1761)	956
Anexo 11: Relação dos últimos Missionários do Colégio de Olinda	971
Anexo 12: Destino dos últimos missionários do Real Colégio de Olinda	975
Anexo 13: Os cárceres do Forte de S. Julião da Barra	978

C. Das sete vilas indígenas

Anexo 14: Participação mestiça e indígena nas Batalhas de Guararapes	984
Anexo 15: Oficiais das novas vilas indígenas do Governo de Pernambuco: lista de directores, padres e mestres de primeiras letras	985
Anexo 16: Relação dos Nomes com que se denominavam as novas vilas	986
Anexo 17: Cópia da <i>Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das Novas Villas, e lugares</i> , no governo de Pernambuco	988
Anexo 18: Patentes Provinciais – sua atribuição nas vilas indígenas do governo de Pernambuco (1776 a 1780)	989
Anexo 19: Processo de conversão das setes missões de Olinda de acordo com o plano do governador de Pernambuco	990
Anexo 20: Estado das vilas indígenas do governo de Pernambuco em 1800	1001

D. Educação

Anexo 21: <i>Breve instrucção para ensinar a Doutrina christã, ler e escrever aos Meninos</i> : folha de rosto e abecedário	1008
Anexo 22: Carta de Comissão do Director dos Estudos Menores de Pernambuco	1009
Anexo 23: Edital de Tomás de Almeida para a contratação de professores	1010
Anexo 24: Alvará do privilégio concedido à Direcção Geral dos Estudos de imprimir todos os livros e dicionários adoptados no novo método, assim como da nomeação de comissários	1012
Anexo 25: Consulta da Nomeação de Professores, por Tomás de Almeida	1014
Anexo 26: Modelo de compromisso dos Professores Régios – Pernambuco	1016
Anexo 27: Consulta ordenando a entrega dos livros dos jesuítas, existentes nas suas casas ou na mão de particulares, ao Secretário da Directoria, a fim de serem destruídos; pelo Director dos Estudos	1017
Anexo 28: Consulta de Tomás de Almeida sobre se passar provimento de Professor Régio de Gramática Latina para a Cidade do Grão Pará a Eusébio Luís Pereira Ludon	1018
Anexo 29: Carta do Conde de Oeiras ao Desembargador Tomás António de Carvalho Lima e Castro, a propósito da destruição dos livros proibidos pelo «novo método»	1019

Anexo 30: Ordem de admissão a exame de um ex-jesuíta. Do Conde de Oeiras para o Principal Almeida.	1019
Anexo 31: Do Conde de Oeiras para o Ouvidor da Capitania de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco, sobre o caso da prisão de um Professor Régio de Gramática Latina	1020
Anexo 32: Ensino da língua latina aos índios António Dias da Fonseca da vila de Arês e António Alves da Cunha da vila de Estremoz	1021
Anexo 33: “Índice que contem as Materias, Ordens, etc. ^a da Meza Censoria”	1023
Anexo 34: Relação dos Professores Régios do Governo de Pernambuco (1787-1792)	1024
Anexo 35: Perfil dos candidatos a Professores Régios	1026
Anexo 36: Estratégias pedagógico-comunicativas em educação escolar indígena: perspectiva diacrónica centrada no professor(séculos XVI a XVIII)	1030
Anexo 37: Kohlberg e os estádios de desenvolvimento moral	1031
Anexo 38: Características fonológicas - Tupi vs. Português	1032
Anexo 39: Quadro sincrónico – da Restauração às reformas de Pombal	1036

Índice de Quadros e figuras

a) QUADROS

1 - Missões indígenas no Governo de Pernambuco (1749)	201
2 - Povoações indígenas no Ceará (1783)	280
3 - Ocupações dos Habitantes Índios da V. ^a de S. Miguel da B. ^a em 1798	285
4 - Realidade multiétnica nas missões do governo de Pernambuco (c. 1760)	400
5 - Distribuição das competências por estabelecimento jesuíta na rede de aldeias / sua caracterização	453
6 - Rol dos Índios de 1702	460
7 – Distribuição dos Mestres de Ler, Escrever e Contar na Comarca da América	485
8- Distribuição dos mestres nomeados para as escolas indígenas de primeiras letras (governo de Pernambuco)	505
9 - Expedições Missionárias Jesuítas para a América Portuguesa	532

10 – Número e naturalidade dos jesuítas da Província do Brasil	532
11 - Bens do Hospício do Ceará	562
12 - Distribuição das crianças indígenas pelas escolas nas antigas sete missões	580
13 – Número de habitantes nas vilas erigidas nas antigas sete missões	580
14 – Métodos utilizados no ensino das ordens religiosas	602
15 – Currículo: Curso Elementar	604
16 – Métodos utilizados no ensino das ordens	604
17 – Quadro comparativo: das cartilhas aos cantadores nordestinos	617
18 - Distribuição dos cargos de administração e educação nas vilas régias	645
19 – Estratégias pedagógico-comunicativas mobilizadas durante as trocas de adaptação: domínio da língua	647
20 – Descrição de estratégias na aprendizagem de línguas	649
21 - Representação dos Níveis Comuns de Referência	650
22 – Quadro-síntese da oposição educação indígena/educação para o indígena	662
23 – Categorização de sons consonânticos em Português	687
24 - Constituição silábica em Português	687
25 – Sílabas com ataque ramificado frequentes em Português	688
26 – Jean Piaget e os estádios de desenvolvimento cognitivo	752
27 – Erik Erikson e os estádios de desenvolvimento pessoal	756
28 – Estádios de aquisição da sílaba	784

b) FIGURAS

1 – Capelo	79
2 - Reprodução aproximada do selo branco com as armas do Director Geral dos Estudos	79
3 - Hierarquia do controlo educacional ao tempo da Directoria	83
4 - Pormenor de <i>Nova et acurata Brasiliae Totius Tabula</i> (1637), de Joan Blaeu	173

NOTA PRÉVIA

Objecto de estudo

A presente tese surge na continuidade da investigação realizada no âmbito da Didáctica do Português, procurando uma maior precisão espaço-temporal e uma análise mais próxima e atenta dos agentes e populações abrangidos neste processo. Como tal, a escolha de semelhante objecto de análise - a educação e missionação indígena no Nordeste brasileiro - respondeu a um desafio que se vinha desenhando desde a experiência encetada com a dissertação de mestrado intitulada *Da selva para a escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI)*. Ambicionara-se, desde cedo, contribuir para a produção de uma história da didáctica do Português enquanto língua não materna. Semelhante desejo decorreria da percepção de que, nas áreas da Educação e da Didáctica, carecia aos estudos (de uma forma geral) uma abordagem mais precisa e conforme aos princípios metodológicos da historiografia. Tornara-se igualmente fundamental aprofundar, numa perspectiva transdisciplinar – e, na prática, interdepartamental, facto consubstanciado pela própria escolha dos orientadores – a realidade indígena e missionária nordestina.

O presente projecto visa, mais concretamente, aprofundar os moldes em que o ensino do português era ministrado no Brasil de oitocentos e suas implicações psicolinguísticas, culturais e sociais junto dos ameríndios. Dedicamos, por isso, uma atenção muito especial relativamente ao teor da actividade missionária dos jesuítas, assim como ao modelo de ensino usado pelos mestres de primeiras letras de que as vilas indígenas foram providas após a expulsão daqueles missionários.

Como tal, assumimos os seguintes objectivos:

- Estudar as sete missões jesuítas nordestinas, enquadradas numa rede de instituições da Companhia e em diálogo com a realidade local;
- Acompanhar o percurso dos índios aldeados e dos que foram alvo de «guerra justa»;
- Definir que grupos etnolinguísticos existiam na vasta região abrangida pelo Governo de Pernambuco;

- Determinar as práticas pedagógicas mais utilizadas pelos mestres de ler e escrever no Brasil (período pré e pós *Directório dos Índios*), contrapondo práticas pedagógicas usadas pelos jesuítas missionários e pelos mestres de primeiras letras nas vilas indígenas;
- Reunir fontes originais manuscritas e/ou impressas relevantes para uma História do Ensino do Português além-fronteiras existentes em arquivos nacionais e estrangeiros;
- Identificar as dificuldades sentidas pelos ameríndios na aprendizagem desta língua a partir de observação directa de produções de sua autoria, bem como através de relatos de professores (com especial destaque para a epistolografia jesuíta);
- Avaliar até que ponto o ensino do Português terá sido relevado para segundo plano pelos jesuítas, em favor das línguas gerais;
- Apurar as grandes mudanças introduzidas no plano socioeducativo ao tempo de D. José I pela expulsão dos jesuítas do nordeste brasileiro.

O arco temporal pelo qual se optou centra-se no reinado de D. José I por uma questão essencialmente estratégica, na medida em que compreende a última década de actuação da Companhia de Jesus e a fase de implementação de toda uma série de reformas que se fizeram prementes pela expulsão dos inacianos. Oferecendo-se como um período charneira, numa transição que esteve longe de ser bem sucedida, os quase trinta anos do seu reinado constituem, a nosso ver, um campo fértil para a constituição de um retrato social e de um perfil em metamorfose que, no plano da educação pública, só se viria a efectivar de forma mais plausível na centúria seguinte, a partir do reinado de D. João VI. A exigência de se proceder a uma análise mais criteriosa, nomeadamente em termos da legislação emanada, dos percursos múltiplos dos grupos indígenas, da vivência das missões criadas e sua consequente conversão em vilas indígenas, conduziu a um necessário recuo ao século XVII, onde nos demorámos a partir do reinado de D. Pedro II. A fim de observar o que veio a suceder a posteriori, foram igualmente contemplados nos reinados de D. Maria I e, de modo menos evidente, de D. João VI.

Justificação do âmbito geográfico

“Historians today do not ignore space, and geographers are hardly unaware of time.”

KNOWLES, Anne Kelly [ed.], *Placing History: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*, Redlands - California, ESRI Press, 2008, p. IX.

Optou-se por circunscrever a presente análise, essencialmente, ao governo de Pernambuco, cuja jurisdição abrangia, no reinado de D. José I, o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Paraíba, capitanias que lhe estavam ao tempo adstritas¹.

Como ponto de partida, considerou-se fundamental conhecer a fundo a dinâmica das missões anexas ao colégio de Olinda, temática que não tem sido muito aprofundada pela historiografia lusobrasileira, comparativamente com outros colégios da Companhia. Em grande medida, semelhante ausência pode ser justificada pela destruição de que foi alvo pela invasão holandesa no século XVII, com uma recuperação que se fez particularmente morosa, em prejuízo, inclusivamente, das poucas missões que restaram dessa fase inicial da implementação dos jesuítas em Pernambuco. Acresce ainda o facto de os núcleos populacionais em análise se acharem num território sob a administração de Pernambuco, cujo Governo-geral envolvia as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (desde 1753). A hegemonia de Pernambuco revelara-se desde cedo, nomeadamente pela colonização operada dali em direcção à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, numa primeira fase, e, seguidamente, já em pleno século XVII, antes mesmo da invasão dos neerlandeses, avançando rumo ao Ceará.

Como tal, considerou-se mais oportuno atender à rede das missões nesta vasta região, ao invés de enveredar apenas pelo estudo de uma localidade em particular. Com efeito, e inclusivamente pelo contraponto com capitanias vizinhas, foi particularmente desafiante considerar uma realidade local que, embora múltipla, se aproxima em muitos pontos – nomeadamente quando se aprofunda a realidade sertaneja.

Para melhor se compreender o quadro de relações geopolíticas e administrativas empreendidas neste extenso espaço, tivemos, necessariamente, de recorrer à leitura de fontes da época. Foi precisamente a partir de documentação existente no Conselho

¹ Tratar de Pernambuco neste período não corresponde às mesmas áreas no período contemporâneo. Com efeito, as áreas geográficas são mais vastas, possuindo o Governo-geral um raio de acção que abarcava o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas (comarca integrada na capitania de Pernambuco).

Ultramarino que nos apercebemos da dinâmica existente entre as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Tal reflecte-se, igualmente, no plano da administração das missões existentes, as quais, até 1757, sob o ponto de vista de questões temporais, como a liberdade dos índios, partilha da tutela com os capitães, posse de terras, disputas com os colonos, entre outros, eram tuteladas, pela Junta das Missões, com sede em Pernambuco, onde intervinham o Governador e o Bispo de Olinda. Sem esquecer que, mesmo a nível interno à Província do Brasil da Companhia de Jesus, as missões nordestinas se encontravam agregadas a determinados colégios.

Essa proximidade afigura-se particularmente notória a partir de finais do século XVII, mas não deixara de ser construída logo a partir do tempo dos primeiros donatários do Brasil. Com efeito, ao longo do século XVI assiste-se a uma mobilização desta região nomeadamente contra as investidas dos ameríndios não pacificados, à medida que se avançava no sertão. Por outro lado, importa destacar que o sertão nordestino apresenta-se como uma área geográfica que partilha, na sua vasta extensão, de características similares, independentemente das diferentes jurisdições envolvidas. As próprias comunidades ameríndias aí residentes ou que por aí estendiam o seu domínio, ultrapassavam as fronteiras internas definidas pelo branco. A compreensão do complexo geográfico brasileiro implica ainda hoje, por seu turno, a consideração de “motivos de formação histórica, num longo esforço de reconstituição social”² – inclusivamente para o entendimento da relação regiões naturais e aglomerados humanos, porquanto o homem tanto intervém como agente modificador da paisagem, como é condicionado pelas características morfo-clímato-botânicas em termos de sobrevivência, tipo fixação e actividades económicas que desenvolve.

A bacia do rio São Francisco, rio de planalto, espraído e pouco profundo, cuja génese se associa a profusas precipitações atmosféricas, sendo irrigado por um elevado número de afluentes, estende-se por cerca de 670.000 km², muito abaixo do Prata (4.100.000 km² de área) e do Amazonas (3.800.000 km²)³. O percurso deste rio rondará os 3.000 quilómetros, banhando parte do actual Estado de Minas Gerais, servindo de limite entre este e o Estado da Bahia, assim como entre a Bahia e Pernambuco,

² TRAVASSOS, Mário, *Introdução à geografia das comunicações brasileiras: ensaio*, Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1942, p. 120.

³ BRANCO, Nogueira, *Aspectos do domínio hollandez no Brasil e Ensaio sobre o estudo da bacia do Rio São Francisco*, Juiz de Fora, Typ. Brasil, 1924, pp. 80-86.

constituindo ainda divisão natural entre o Estado de Alagoas e o de Sergipe, até chegar à sua foz. No dizer de Nogueira Branco, terá sido descoberto em 1501 por Américo Vespúcio e, não obstante assaz explorado pelos portugueses, a parte superior só viria a ser visitada pelos bandeirantes paulistas. Com efeito, a Bacia Franciscana compreende três trechos: o Alto S. Francisco (até Pirapora, município de Minas), caracterizado pelos rápidos e cachoeiras; o Médio S. Francisco (até Paulo Afonso) e por último o Baixo S. Francisco, “que se desenrola até ao Atlântico”, ambos desunidos pela cachoeira de Paulo Afonso, prestando-se em geral à navegação⁴.

Conhecendo, a partir de meados do século XVII, uma forte colonização nas áreas sertanejas, movida pela exploração pecuária, nomeadamente pelos Garcia d’Ávila, em Cabrobó, as margens deste curso de água eram igualmente povoadas por índios, entretanto forçados a deslocarem-se. Não obstante o florescimento da criação de gado e a ocupação destes sertões, nomeadamente ao longo do século XVIII, as terras viriam a ser progressivamente abandonadas, estando a decadência destas áreas associada à deslocação dos seus habitantes para áreas economicamente mais desenvolvidas⁵.

Com vista a um melhor entendimento da especificidade sócio-cultural, económica, étnica e político-administrativa, não poderemos ignorar questões de âmbito geomorfológico e climatérico. Se, ao estudarmos as missões, não esquecemos de ponderar os binómios meio rural/meio urbano, aldeamento/colégio, naturalmente que importa atender ao do sertão/litoral⁶, margem/periferia, sede de governo/capitania anexa. Nos últimos anos tem-se, inclusivamente, sugerido novas abordagens ao discurso historiográfico, nomeadamente por via da interdisciplinaridade. Seria particularmente relevante a combinação do discurso histórico com as técnicas de apresentação/ sistematização geográfica, pelo recurso ao GIS (Geographic Information Systems), ou, em português, SIG (Sistemas de Informação Geográfica)⁷.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 86-87.

⁵ MIRANDA, Agenor de, *O Rio São Francisco – como base do desenvolvimento económico do nosso vasto interior*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, pp. 130-131.

⁶ Euclides da Cunha aborda a temática do sertão sob diversos pontos de vista: reflecte aquilo que designa de sub-raças sertanejas, o clima, as entradas feitas no sertão, a implementação da Companhia de Jesus através da sua rede de missões, a quem não nega rasgados elogios, como teremos oportunidade de ver no capítulo consagrado à presença dos inicianos no Nordeste. CUNHA, Euclides da, *Os Sertões: Campanha de Canudos*, [1901] ?, Lisboa, Livros do Brasil, [197?].

⁷ Mercê dos constantes avanços tecnológicos e informáticos, o historiador pode actualmente usar de métodos alternativos para conseguir aceder a novas conclusões. Sem a pretensão de recorrer aqui a

“Programs like Google earth and ArcGIS Explorer make it possible to visualize change over time in an approximate way, as one can roughly align historical photographs with their location on the earth using online GIS-based overlay tools. [...] It can be revealing to compare historical maps to satellite views of the present-day landscape.”⁸

Poderia, a este nível, ser interessante procurar cruzar dados, nomeadamente a distribuição dos povoados indígenas não missionados, média de distâncias das aldeias missionadas entre si e face a populações de colonos, altitudes preferidas ou conseguidas, aproximação de representações cartográficas seiscentistas e setecentistas com as mais recentes técnicas de visualização geográfica, por via da geo-rectificação e da identificação de iconografia física e cultural, como sugere Anne Knowles, ou pelas peculiaridades na representação de lugar e de espaço relacionadas com a hierarquia administrativa, como propõe Peter Bol⁹, entre outros exemplos.

Se atendermos à cartografia da época, é possível ter uma percepção aproximada da distribuição dos povoados de brancos, assim como, por vezes, uma curiosa distinção dos povoados indígenas missionados e não missionados. Tais dados permitem-nos aceder a formas de representação geográficas das populações, que, certamente, se pautaria pela sua relevância em termos de dimensão demográfica. Com o século XVIII, deparamo-nos com planos de edificação de vilas indígenas que, ainda assim, se oferecem mais como propostas ou idealizações, do que propriamente como representações fidedignas do que verdadeiramente existiria em cada um desses aglomerados.

técnicas tão avançadas, preferimos incluir nas nossas referências alguns trabalhos produzidos no âmbito, por exemplo, do Instituto Brasileiro Geográfico (IBGE), e dos mapas produzidos.

⁸ Anne Kelly Knowles, “GIS and History”, in KNOWLES, Anne Kelly [ed.], *Placing History: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*, Redlands - California, ESRI Press, 2008, p. 12.

⁹ Peter K. Bol, “Creating a GIS for the History of China”, in KNOWLES, Anne Kelly, *Placing History: how maps, spatial data, and GIS are changing historical scholarship*, Redlands - California, ESRI Press, 2008, pp. 27-59.

Estado da arte

Regra geral, nos trabalhos que têm por objecto a educação no Antigo Regime, ao abordarem o século XVIII procuram reflectir, essencialmente, em torno do conceito de Iluminismo – as ideias das Luzes e sua interferência no plano educativo, a acção régia e o exercício de um poder absoluto, a expulsão dos jesuítas e a implementação de um «novo método», o papel de certos estrangeirados na renovação cultural e educativa portuguesa. Neste ponto, a historiografia luso-brasileira parece estar em consonância, tendo sido do nosso interesse rumar através de trajectórias que não têm sido tão exploradas. Existe, é certo, uma série de leituras que, embora já referenciadas em finais do século XIX, nomeadamente por Adolfo Coelho, parecem não captar a atenção dos historiadores dos nossos dias – o que conduz, por um lado, a uma inegável redundância e repetição de referências históricas, persistindo em lugares comuns, e, por outro, a um isolamento ou até mesmo autismo da história do ensino em Portugal em relação a políticas similares levadas a cabo em outros quadrantes – sobretudo no que se refere ao século XVIII.

Assinala-se, ainda, uma tendência para se generalizar a política educativa de setecentos, reduzindo-a a dois aspectos: num primeiro momento, a criação da Direcção Geral dos Estudos Menores, em 1759, e seguidamente, pelo alvará de 1772, dando particular impulso à instrução elementar, aparentemente até então esquecida. Apesar da atenção conferida à referida Direcção, assim como à Real Mesa Censória, estranhamente não se tem aprofundado o papel das instituições tutelares do ensino no reinado de D. José – as quais constituem a génese do Ministério da Educação – nem daquele que foi o primeiro responsável por tal tutela – a figura de D. Tomás de Almeida, o qual ainda hoje permanece na obscuridade, sendo inclusiva e inexplicavelmente confundido com um outro seu homónimo – sem esquecer o facto de a década de sessenta permanecer pouco aprofundada, enaltecendo-se, sim, o período seguinte.

Ainda que existam diversos estudos – quer sob a forma de artigos e ensaios, quer sob a forma de dissertações e obras publicadas – referentes à educação colonial, à educação jesuíta e às reformas pombalinas, não obstante, muito pouco se tem reflectido sobre as práticas pedagógicas levadas a cabo no ensino das primeiras letras. Os estudos existentes, em matéria de ensino colonial, tendem a ser residuais no que se refere a uma

abordagem das metodologias de ensino propriamente ditas. Com efeito, se nos reportarmos ao período de quinhentos até setecentos no Brasil, encontraremos alguns estudos que analisam os conteúdos de certas cartilhas (ou cartinhas) e gramáticas da língua portuguesa, outros aludindo à organização e subsistência de colégios – como é o caso de Jorge Couto (1990) a propósito do Colégio do Recife. Outros, ainda, têm reflectido sobre as orientações emanadas pela Companhia de Jesus – referimo-nos, obviamente, das *Constituições* e da *Ratio Studiorum*. De facto, é através destes documentos que se consegue visualizar a linha condutora da pedagogia jesuíta, o modo como os estudos se achavam organizados e o quotidiano (desejável) nos colégios da Companhia, ainda que em abstracto. Faltam, portanto, testemunhos reais dessas vivências, relatos de experiências pessoais, da relação pedagógica professor-aluno.

No concernente à docência, tem-se privilegiado uma análise das disciplinas consideradas, ao tempo, fundamentais na formação das elites e dos missionários: a Lógica, a Filosofia, a Gramática (Latina). Já o ministério das primeiras letras, por seu turno, tem permanecido pouco aprofundado, assistindo-se, não raro, a uma repetição das mesmas fontes, dos mesmos testemunhos (e até dos mesmos parágrafos) alusivos, na sua esmagadora maioria, ao século XVI, sendo particularmente importante a análise das *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, obra publicada por Serafim Leite (1954). Destacamos, contudo, os trabalhos de Justino de Magalhães e Rogério Fernandes, destacando-se o primeiro na abordagem das primeiras letras e da especificidade da alfabetização, inclusive durante o Antigo Regime embora centrado no caso português¹⁰.

Ainda quanto à difusão da língua portuguesa por intermédio da Companhia, os restantes séculos têm permanecido na obscuridade. Coloca-se, inclusivamente, em questão o ensino das primeiras letras pelos jesuítas, dada a tolerância e o uso que faziam das línguas maternas dos ameríndios, aspecto amplamente denunciado pela propaganda anti-jesuítica da administração pombalina.

Relativamente à implantação de uma rede pública de instrução no Brasil, diversos estudos abordam, de facto, o impacto das reformas pombalinas, destacando-se

¹⁰ Destacamos: MAGALHÃES, Justino, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010; id, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime: Um contributo para a História da Alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, 1994; *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001.

os trabalhos de Banha de Andrade (1978), de Gomes Ferreira (1982) e de Laerte de Carvalho (1952), continuando, uma vez mais, o caso das primeiras letras como uma área marginal, em detrimento dos estudos menores e dos estudos médios. Áurea Adão (1997) e Rogério Fernandes, no entanto, aprofundaram precisamente o ensino dos «rudimentos» da língua portuguesa no seio da instrução pública, muito embora se circunscrevam essencialmente ao contexto educativo português.

Tivemos em vários momentos o receio de, pela dimensão deste projecto, nos perdermos na intercepção de perspectivas – entre a História Indígena, a História da Educação e da Didáctica, a História Social, a História das Instituições. Propusemo-nos realizar uma investigação que contribua para o estudo do português enquanto língua não materna numa perspectiva diacrónica – de certo modo inaugurada pela dissertação de mestrado em 2006, *Da Selva para a Escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI)* - à semelhança do que já existe para outras línguas, constituindo uma inspiração os trabalhos de Claude Germain, Christian Puren, Jean A. Caravolas (de âmbito mais geral), de Willem Frijhoff e André Chervel (para o francês), e de Aquilino Sanchez Perez (referente à difusão do espanhol).

No domínio da história indígena e missionária, não poderemos deixar de destacar a relevância de uma série de autores: Serafim Leite, para uma detalhada compreensão da situação dos jesuítas nas capitanias em foco; Ângela Domingues para o caso dos índios do Maranhão, Fátima Martins Lopes para os índios do Rio Grande do Norte (tanto na sua dissertação de mestrado como na sua tese de doutoramento; Lúcio Maia no referente à missão de Ibiapaba e processo de conversão em vila régia; Maria Regina de Almeida, pela análise aprofundada da integração dos índios das vilas régias do Rio de Janeiro; e ainda Alessandra Cavalcanti, com o seu frutuoso trabalho precisamente em torno dos aldeamentos missionados do bispado de Pernambuco.

Abordagem metodológica

As nossas pesquisas privilegiaram a compulsão de fontes primárias, por uma metodologia que procurou ser histórico-crítica e não apenas de pendor cronológico ou meramente factual. A análise do papel dos missionários, do percurso, fixação e resistência dos vários grupos indígenas, da intervenção raramente pacífica dos colonos e do posicionamento de autoridades do poder central e local, civil e eclesiástico, embora até certo ponto ambiciosa, foi considerada necessária para um melhor entendimento da relação pedagógica, porquanto a realidade da educação escolar formal não pode ser entendida sem que percebamos a verdadeira dimensão dos seus actores em contexto. Serão, com certeza, lançadas pistas para a realização de futuros trabalhos nesta linha, contribuindo para o enriquecimento dos estudos ao nível da história da didáctica, história indígena e história da educação.

O objecto de estudo desta investigação, muito embora se centre nas práticas pedagógicas desenvolvidas na referida baliza temporal, consiste na reconstituição de todo um sistema educativo implantado no Brasil – a rede de colégios jesuítas – e na análise das consequências do seu desenraizamento e substituição por uma instrução pública, sob a égide de Pombal. Seguimos, em parte, a orientação de Fátima Martins Lopes no que respeita à metodologia, sublinhando a necessidade de se atender às relações internas - estabelecidas entre índios e missionários no espaço físico das Missões – e externas, “como a relação Estado-Igreja, a relação colonos-Estado e a relação colonos-Missão, que baseavam a colonização do Brasil”¹¹. Como tal, propusemo-nos a tratar um vasto acervo documental que não se circunscreveu aos manuais escolares utilizados, mas a todo o tipo de testemunhos que, de algum modo, caracterizam a relação pedagógica professor – aluno e os moldes em que o ensino de primeiras letras se processava. Entendendo, ainda, a educação como meio e processo, havia que reconstruir as conjunturas – o que pressupõe, tomando a perspectiva de Justino de Magalhães, “conceptualizar, caracterizar e avaliar criticamente o transformacional (seu local, contexto, grau de abrangência, significado)”¹². Por isso mesmo quisemos ir além da mera

¹¹ LOPES, Fátima Martins, *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado/IHGB, 2003, p. 19.

¹² MAGALHÃES, Justino, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010, p. 23.

contextualização da prática escolar, alargando ao estudo das missões constituídas por aquele território nordestino, percursos indígenas e seus grupos étnicos. Privilegiou-se o recurso a fontes originais seiscentistas e setecentistas, impressas e manuscritas, sem menosprezar a leitura de obras fundamentais para a compreensão das temáticas afloradas, assim como de artigos e monografias que têm relançado novas perspectivas sobre alguns aspectos que aqui tratamos.

Como já se havia constatado no âmbito da pesquisa realizada para a tese de mestrado, estudar a educação escolar indígena em épocas tão recuadas apresenta como principal obstáculo a dificuldade em se encontrar fontes originais directamente relacionadas. Como bem ressalta J. de Magalhães, um dos maiores impedimentos ao desenvolvimento da historiografia em educação prende-se com a

“ausência e autenticidade das fontes, de que resultam prejuízos para: a recolha de testemunhos; a selecção de dados; o cruzamento e a interpretação de informação; a constituição da narrativa”¹³.

Nesta medida, a nossa estratégia passou pelo recurso a documentação de cariz oficial (cartas, assentos de juntas de missões, consultas, ofícios, decretos, leis, alvarás e demais regulamentos), epistolar (nomeadamente cartas ânuas) considerada pertinente, e demais fontes existentes que dão conta do contexto das povoações missionadas e da educação ministrada tanto pelos mestres jesuítas, como pelos mestres pombalinos, procurando reflectir esta temática não apenas a partir de uma só perspectiva, mas de várias, sob um olhar tão isento quanto possível.

Quem se proponha explorar, especificamente, a educação ministrada por jesuítas, várias das cartas ânuas já se encontram transcritas, e possuímos ainda a enorme vantagem de se achar abundante espólio no ARSI. Tarefa mais difícil é a de explorar o espólio de colégios em particular, porquanto o material se acha bastante disperso, desordenado, ou por vezes sob uma catalogação que não é muito clara. Um dos conjuntos documentais mais representativos encontra-se no fundo do Armário e do Cartório Jesuítico, no ANTT. Ora, se trabalhar os colégios do Brasil constitui uma tarefa difícil, estudar as missões junto dos índios torna-se ainda pior – e mais ainda se abordarmos a questão da educação nas primeiras letras. Enquanto para os séculos XVI e XVIII se torna progressivamente mais complexo encontrar alusões ao ensino do português junto dos ameríndios na epistolografia inaciana – entenda-se, nas cartas ânuas

¹³ Idem, *ibidem*, p. 22.

e demais correspondência entre elementos da Companhia - não obstante, a produção de catecismos e gramáticas nas línguas nativas aumenta significativamente, proporcionando-nos um contacto com elementos que nos orientam para um conhecimento dos idiomas de alguns grupos indígenas existentes nesta antiga colónia portuguesa. De sublinhar ainda que foi graças ao espólio do Conselho Ultramarino remanescente no AHU, do Conde dos Arcos no AGUC, bem como do ARSI que acedemos a informações de extrema importância para a compreensão das missões e presença indígena nordestinas, envolvendo entidades civis e eclesiásticas.

Com a transição para um novo modelo educativo com as reformas de Sebastião de Carvalho e Melo, há um envolvimento mais acentuado do Estado nestas matérias, com a criação de organismos tutelares da educação. Para este período, ainda que haja documentação relativa aos estudos menores, não obstante muita se acha dispersa ou até mesmo perdida. Por outro lado, e seguindo de perto as indicações veiculadas com o *Directório dos Índios*, adaptado para a realidade do governo de Pernambuco, com o nome de *Direcção*, não deixamos de encontrar junto de missivas e legislação trocada entre as autoridades administrativas – vulgo rei, governadores, ouvidores, entre outros – relativamente à «erecção de vilas» nas antigas aldeias das missões, dados importantes em termos de instrução de índios e índias.

Falar de política linguística no Brasil, mais concretamente da sua história, implicará um olhar objectivo e uma necessária reflexão serena face à atitude de intelectuais, religiosos e diplomatas que pugnaram pelo uso da língua portuguesa nesta antiga colónia. Importa, pois, considerar estas três perspectivas, não como áreas independentes, mas como peças de um puzzle que, obviamente, só fará sentido no seu conjunto. Com efeito, a difusão do Português revestiu-se de múltiplos propósitos: serviu de instrumento de unificação de um império disperso por vários continentes, esteve ao serviço da Missão junto dos povos nativos, funcionou como veículo de cultura...

Ainda que tenha servido interesses e inflamado ânimos, esse mesmo desejo de expansão da língua lusa também acalentou um orgulho patriótico e um tanto paternalista por ver o «selvagem» que se converte à civilização, à «língua [e cultura] do Príncipe». Procurou-se encarar aqui o Marquês de Pombal enquanto reformador, não se tomando nenhum partido em relação ao homem que foi. Interessa-nos, sim, estudar o período em que decorreu a sua acção política a par do reinado de D. José I, estudando, por um lado, as práticas pedagógicas dos jesuítas no Brasil nos últimos anos que antecederam a sua

expulsão e, por outro, avaliar o estado em que se encontrava o ensino das primeiras letras nesta antiga colónia portuguesa – e até mesmo o seu legado para os dois reinados subsequentes.

INTRODUÇÃO

Uma vez delineadas as motivações e estratégias de concepção com vista à prossecução da presente tese de doutoramento, cumpre-nos, antes mesmo de prosseguir com uma breve contextualização, dar conta da estrutura pela qual optámos.

Dada a natureza da nossa investigação, e de modo a permitir um percurso pelas várias temáticas consideradas relevantes na abordagem da presença indígena, sua missionação e educação nos espaços da jurisdição do governo de Pernambuco, observar-se-á uma partição em quatro grandes núcleos, evidenciando-se uma progressão do geral para o particular, do contexto sociocultural e educativo para o processo de ensino-aprendizagem empreendido nas nascentes vilas régias pombalinas.

Com a PRIMEIRA PARTE – DIFUSÃO DO PORTUGUÊS NAS TERRAS DE VERA CRUZ, propomos uma panorâmica sobre as políticas de difusão linguística, administração escolar e correntes didácticas mais expressivas nos séculos em análise. A opção de dar destaque às primeiras instituições tutelares de ensino em Portugal, muito embora o ensino das primeiras letras junto dos índios escapasse à sua esfera jurisdicional, justifica-se pelo facto de não existirem estudos particularmente aprofundados nomeadamente sobre a acção da Direcção dos Estudos Menores. Interessou-nos, por isso, trazer mais detalhes biográficos sobre D. Tomás de Almeida, assim como ao nível do funcionamento desta instituição e seus elementos constitutivos no Ultramar, com destaque, naturalmente, para a colónia brasileira.

É nosso objectivo demonstrar na SEGUNDA PARTE – ENTRE TAPUIAS E CATECÚMENOS: A REALIDADE INDÍGENA as culturas e percursos indígenas pelo Nordeste brasileiro com distinção das etnias existentes. Considerou-se, ainda, oportuno explorar a relação, empenho e tensões das autoridades civis e eclesiásticas na administração espiritual e temporal de comunidades ameríndias recém-integradas nas capitanias do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com ponderação pontual de outros espaços vizinhos, como o Piauí e a Bahia (ainda que sob jurisdição distinta). De destacar a análise a que procedemos da intervenção da Junta de Missões de Pernambuco, cujas ilações sobre o estado das aldeias e missões influenciaram, de forma determinante, as próprias determinações régias. É ainda nesta parte que se contempla o impacto da conversão das antigas aldeias missionadas pela Companhia de Jesus em vilas indígenas, pela aplicação do Directório dos Índios, beneficiando da expulsão dos religiosos responsáveis

Sucedem-se, na TERCEIRA PARTE - IMPACTO DO SISTEMA EDUCATIVO JESUÍTA, uma reflexão em torno da rede jesuíta e da qualidade da sua assistência nas

comunidades ameríndias locais. É aqui que se aprofunda o papel do Real Colégio de Olinda, responsável pela supervisão e provimento das aldeias e missões que se foram desenvolvendo dos séculos XVI a XVII no governo e bispado de Pernambuco. A determinação do seu impacto é igualmente avaliada neste ponto a partir das consequências da expulsão dos religiosos jesuítas, tanto em termos do desenvolvimento das comunidades que tiveram de abandonar, como da qualidade do ensino que as crianças indígenas terão recebido. Também a formação e perfil dos mestres jesuítas não foi aqui esquecida, estabelecendo-se, inclusivamente, um paralelo com os mestres de primeiras letras que lhes sucederam aquando da constituição das vilas indígenas.

Por fim, a QUARTA PARTE - DO ESPAÇO DA MISSÃO ÀS ESCOLAS RÉGIAS DE PRIMEIRAS LETRAS propõe um olhar mais centrado nas implicações da educação escolar formal e aprendizagem do português. Numa proposta algo arrojada, reflecte-se, nomeadamente, a eventual interferência das línguas maternas no processo de alfabetização de comunidades ágrafas e principais dificuldades advenientes da profunda divergência face ao funcionamento da língua-alvo em contextos multilingues e multiculturais como foram os espaços missionários posteriormente elevados à categoria de vilas régias indígenas.

Antes de se proceder ao aprofundar de todas estas questões em detalhe, propomos um enquadramento destas temáticas no espaço em análise.

– Emergência da Nova Lusitânia

Assim fora inicialmente designado Pernambuco – e as suas dimensões e proporções não estão, efectivamente, muito longe das de Portugal continental. Era a segunda maior capitania e encontrava os seus limites a sul no rio de São Francisco – curso de água com uma enorme extensão, de regime torrencial, atravessando o estado da Bahia, chegando até Minas Gerais. Com rios particularmente caudalosos e com vegetação exuberante a sul, com uma faixa costeira de densas matas, onde o clima é do tipo tropical, já o seu interior é bem mais agreste e seco, para não falar do sertão, a oeste, com um clima semi-árido, ocupando mais de 80% do território da capitania¹.

A sua primeira capital foi Marim, mais tarde conhecida como Olinda, fundada em 1537 no lugar e uma antiga feitoria. Após o domínio holandês, foi perdendo aos poucos a importância primitiva, em favor do Recife, elevado a vila em 1710². A segunda metade do século XVII foi particularmente conturbada nesta capitania: um dos episódios mais marcantes da sua história foi o domínio holandês, que se efectivou entre 1630 e 1654. Instalados no Recife, logo em 1631 incendiaram Olinda. Sob o governo de Maurício de Nassau, a presença holandesa conheceu o seu período áureo.

Acresce ainda a guerra contra os Tapuias do sertão, um surto de febre amarela na década de oitenta, dizimando cerca de duas mil pessoas no Recife, a destruição do quilombo dos Palmares (revolta escrava) na comarca de Alagoas já na década de noventa. De salientar, em 1712, a Guerra dos Mascates, um movimento de cunho nativista. Quanto à presença indígena nesta área geográfica nordestina, aprofundaremos o quadro etnolinguístico e cultural existente na Terceira Parte.

Uma das primeiras paróquias a ser criada no Brasil, na década de trinta do século XVI, enquanto a colonização tomava impulso naquela colónia, Olinda viria a ser contemplada com o estabelecimento da prelazia em 1614, suprimida em 1624, estabelecendo-se definitivamente o bispado em 1676 pela bula *Ad Sacram Beati Petri Sedem*, sufragânea do também recentemente criado arcebispado da Bahia. Idêntica prova da importância de Olinda ao nível da administração eclesiástica e da

¹ Cf. H. Gomes Matias, “Pernambuco”, in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 22, Edição Século XXI, Lisboa-São Paulo, Verbo, 2002, p. 796.

² Marcus Carvalho, “Pernambuco, Capitania de”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, pp. 628-632.

disponibilidade de recursos humanos e financeiros reside na instalação do seu cabido em 1678, antes do Rio de Janeiro e mais ainda comparativamente com o Maranhão³.

A colonização do território brasileiro não se operou de igual modo em todas as suas regiões, até pelas características geomorfológicas, climatéricas e potencialidades produtivas de cada uma. Saliente-se como, a este nível, a produção açucareira no Norte funcionou ela própria como motor da expansão e conquista do Nordeste, proporcionando, afinal, a crescente fixação de colonos e de missionários, estes últimos apostados no resgate e conquista da alma indígena, a criação de colégios e demais instituições religiosas e de ensino, a vinda de crescentes vagas de escravos africanos, o desenvolvimento de uma sociedade estratificada – encimada pelos fazendeiros e senhores de engenho – o desenvolvimento da malha urbana, o florescimento do comércio nas mais variadas vertentes, o adensamento do tráfico marítimo e fluvial, entre muitos outros aspectos.

Falar, contudo, do Norte do Brasil implica uma percepção dos seus contrastes nas várias e distantes regiões que abarca. Atenda-se, a título de exemplo, aos conflitos entre índios e brancos: Amazônia e capitanias nordestinas apresentavam uma realidade algo idêntica, mas o mesmo não se podia dizer quanto à riqueza do seu solo. De um lado, a pantanosa bacia amazônica cobria-se de densas e exuberantes florestas; do outro, extensas áreas de solo improdutivo⁴. Mesmo o Nordeste se oferecia como profundamente desigual: o sertão, seco, árido, inóspito, durante muito tempo pouco povoado por brancos, era domínio maioritariamente indígenas até finais do século XVII; o litoral, desde a Paraíba ao sul da Bahia, rico em recursos hídricos, com uma não menos exuberante mata atlântica, densamente povoado de brancos e quase já despovoado de índios.

Primeiramente, a divisão do território fez-se pelo sistema de concessão de extensas propriedades a particulares – estamos no tempo das capitanias-donatárias. A 10 de Março de 1534 a capitania de Pernambuco coube em sorte a Duarte Coelho, que seria assim o seu primeiro donatário, título sem dúvida “concedido e ostentado como mercê autónoma, honorífica”. No traslado do Foral de Olinda, datado de 1550, intitular-se-ia

³ Guilherme Pereira das Neves, “Administração eclesiástica” in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [coord.], *Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 22.

⁴ PRADO, J.F. de Almeida, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*, 1.º tomo, São Paulo, Comp.^a Editora Nacional, 1939, p. 12.

“«Duarte Coelho, fidalgo da Casa de El-Rei Nosso Senhor, Capitão-Governador desta terra da Nova Lusitânia por El-Rei Nosso Senhor»”⁵ – de onde, ainda assim, não deixa de sobressair uma expressão de carácter mais aristocrático.

A posição estratégica de Pernambuco, inclusivamente pelas correntes marítimas, levou a que desde o início muitos aí atracassem, não apenas portugueses como estrangeiros, com particular destaque para franceses e espanhóis. Episódios em que índios andam levantados, atizados por portugueses, são bastante antigos. Cerca de 1512 andavam índios sublevados pelo Norte do Brasil por causa dos actos de um tal Pero Galego, levando a uma onda de destruição que afugentava os portugueses que aí estivessem, temendo pela própria vida⁶.

Das alianças dos índios de Pernambuco, temos notícia de, logo em 1530, se recorrer a tribos das redondezas, aliadas dos portugueses, na retomada da feitoria de Pernambuco, entretanto saqueada e transformada em forte por franceses, sob o comando de La Motte⁷. Em 1532, dá-se notícia de outras tribos manterem contactos com franceses, conforme tivera conhecimento Martim Afonso, informando a D. João III⁸.

As primeiras povoações que surgiram em Pernambuco foram, antes de mais, Igarassú, Olinda, Recife e o Sítio dos Marcos. Quando em 12 de Março de 1537 Duarte Coelho assina o Foral de Olinda, já Igarassú era vila, devendo a sua formação ter surgido a par da construção da Feitoria de Pernambuco de S. Marcos⁹. A antiga Vila da Santa Cruz e dos Santos Cosme e Damião de Igarassu fora de facto o primeiro núcleo urbano a ser constituído em Pernambuco, fundada em 1535 por Duarte Coelho¹⁰. Com o passar do tempo, vai contudo perdendo importância para a nascente Olinda, que, no

⁵ SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno Atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 145.

⁶ PRADO, J.F. de Almeida, *op. cit.*, p. 33.

⁷ Idem, *ibidem*, p. 42.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 110-111.

¹⁰ A este propósito, leia-se André Lemoine Neves, “As primeiras experiências de implantação do urbanismo e da administração portuguesa no Brasil: o caso da vila de Igarassu, Pernambuco (1535-1632)”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó (RN), UFRN, v. 9, n. 24, Set/Out. 2008.
http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_6/andre_st6.pdf

canto de Bento Teixeira, era anunciada como “opulenta”, berço de “fera, e bellicosa gente”, capital do “supremo estado” que teria por nome Nova Lusitânia¹¹.

Olinda tivera como primeiro nome Marim, que advém de “mair”, nome dado pelos índios – provavelmente Caeté – aos franceses, o que demonstra como logo após o descobrimento deste território se estabeleceram contactos entre estes europeus e os nativos de Pernambuco. A designação actual devê-la-ia à exclamação dos primeiros portugueses ali chegados, ao contemplarem a paisagem circundante: “Cidade a beira do mar, longe do Recife uma legoa, situada sobre os montes, que por lindos lhe emprestaram o nome”¹².

¹¹ TEIXEIRA, Bento, *Prosopopeia*, [1601], Rio de Janeiro, Editor Álvaro Pinto – Anuário do Brasil, 1923, p. 42.

O nome Pernambuco provirá da palavra indígena ‘Paraná-mbuca’, designando o furo ou entrada do lagamar, uma referência à “brecha natural do Recife por onde o lagamar se comunica com o mar” (H. Gomes Matias, “Pernambuco”, in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 22, Edição Século XXI, Lisboa-São Paulo, Verbo, 2002, p. 796). Outra versão aponta como origem etimológica ‘Paranampuka’, que em tupi significa “o mar que bate nas pedras”; outros ainda que provém do tupi, ‘para’nã’, rio caudaloso, e ‘pu’ka’, rebentar, estourar. O poeta Bento Teixeira, na sua *Prosopopeia*, refere: “Em o meio desta obra alpestre, e dura,/ Uma boca rompeo o Mar inchado,/ Que na língua dos bárbaros escura,/ Paranambuco, de todos é chamado./ De Parana que é Mar, Puca – rotura,/ Feita com fúria desse Mar salgado, / Que sem no dirivar, cometter mingoa,/ Cova do Mar se chama em nossa lingoa.” (*op. cit.*, p. 38).

No dizer de Almeida Prado, ‘Recife’ significava, no idioma Tupi, “furo do mar” (PRADO, J.F. de Almeida, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*, 1.º tomo, São Paulo, Comp.^a Editora Nacional, 1939, p. 104). Poderá estar também associado aos recifes pelo facto de, nessa região, haver uma entrada para o mar por entre os recifes madrepóricos, formada pela junção dos rios Beberibe e Capibaribe. Ainda assim, encontra-se associado ao termo árabe ‘raçif’ (linha de escolhos).

Quanto a Alagoas, no período em análise comarca de Pernambuco, o nome deriva dos numerosos lagos e rios que caracterizam o litoral alagoano.

Ceará advém de ‘siará’, canto da jandaia, uma espécie de papagaio. O nome Ceará, ao pé da letra, significa “canta a jandaia”. Segundo o escritor José de Alencar, trata-se de um nome composto de cemo - cantar forte, clamar, e ara - pequena arara ou periquito (em língua indígena). Há também teorias de que derivaria de ‘Sirirará’, uma referência aos caranguejos do litoral, hipótese que se nos afigura como mais plausível. Uma outra designação para este tipo de crustáceos é ‘Serí’, sendo que a árvore do ‘Serí’ era a Seriibá. Criavam-se nos mangues onde as folhas desta última caíam (PRADO, J.F. de Almeida, *op. cit.*, p. 106). Existem registos quanto a este tipo de biodiversidade em Gabriel Soares de Sousa e em Fernão Cardim.

No caso da palavra Paraíba, advém igualmente do tupi ‘pa’ra’, rio, e ‘a’iba’, ruim, impraticável, cuja significação foi atribuída pelo historiador holandês Elias Herckman como rio mau. Já o cronista Loreto Couto utilizou esta designação para rio caudaloso, enquanto que Coriolano de Medeiros que se lhe referiu no sentido de “braço que vem do mar”.

Quanto ao Rio Grande do Norte, a sua designação derivará do rio Potengi, em oposição a algum rio pequeno, próximo, ou ao estado do Sul.

¹² GAMA, José Fernandes, “Olinda”, in *Memorias historicas da provincia de Pernambuco, precedidas de um ensaio topographico-historico*, Recife, Typ. de M. F. de Faria, 1840, p. 14.

A matéria-prima mais exportada nos primórdios da colonização encetada a partir da sua faixa litoral, o pau-brasil, era, curiosamente, conhecida na França como pau de pernambuco – “bois de fernambouco” ou “bois de pernambouc”¹³.

Quanto ao Recife, ou antes Povo dos Arrecifes, Arrecife dos Navios, ou Recife dos Navios, este porto natural fora desde o início bastante frequentado. Dele também fala o poeta cristão-novo pernambucano Bento Teixeira¹⁴ em tom insuflado, num épico dirigido ao Governador de Pernambuco e Capitão Jorge de Albuquerque Coelho: *"Junto da nova Lusitania ordena,/ A natureza, mãe bem atentada,/ Um porto tão quieto, e tão seguro, / Que para as curvas Naos serve de muro."*¹⁵

Por altura da chegada de Duarte Coelho a estas paragens, em 1535, os índios não estariam em debandada rumo ao sertão, antes defendendo, por luta armada, as suas posições, atacando as populações brancas, suas vizinhas, que se iam estabelecendo no litoral. Almeida Prado acentua, apoiado em fontes da época, que o sucesso da permanência lusa se ficou a dever mais à desunião entre grupos tribais do que a uma suposta superioridade de recursos por parte dos primeiros¹⁶. Ainda que se tratando de povos nómadas, o autor assevera que os índios de «língua travada» ou Tapuias tendiam a movimentar-se para o interior, encontrando-se os Tupinikins na costa pernambucana, entre os rios Camamú e Cricaré e a norte os Caetés, de acordo com informações de Gabriel Soares¹⁷.

Nas *Memorias Historicas*¹⁸ que escreve, José Fernandes Gama, alferes de Primeira Linha do Exército e Ajudante d'Ordens do Governo de Pernambuco, apresenta

¹³ PRADO, J.F. de Almeida, *op. cit.*, pp. 110-113. Para a exploração do pau-brasil pelos Franceses, Laurent Vidal, “La présence française dans le Brésil colonial au xvie siècle”, in *Cahiers des Amériques Latines*, n°34 [“Redécouvrir le Brésil”], 2000/2, pp. 17-38. http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/CAL/cal34-dossier2_.pdf

¹⁴ Bento Teixeira estudou no colégio jesuíta da Bahia. Ao dar-se como judeu, fugiu para Pernambuco, tendo vivido por algum tempo em Olinda, onde escreveu a sua famosa obra. Foi alvo do Santo Ofício.

¹⁵ TEIXEIRA, Bento, *op. cit.*, p. 37.

¹⁶ PRADO, J.F. de Almeida, *op. cit.*, p. 117.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 118.

¹⁸ Comparativamente com estas Memórias, o *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco* (1863) de Manuel da Costa Honorato apresenta-se como uma obra cuidada e de fácil consulta, sobretudo do ponto de vista do aparecimento das povoações, assim como jurisdição em que se achavam integradas. No tocante às missões e povoações sucedâneas aqui em análise, a informação é extremamente escassa ou inexistente. No tocante ainda à História de Pernambuco, não desmerecemos a obra de Almeida Prado, sobretudo pelas matérias que expõe no 1º tomo.

no primeiro volume um ensaio topográfico-histórico da província de Pernambuco¹⁹, onde dá conta da localização geográfica das principais localidades, características físicas, com destaque para a navegabilidade dos rios, alguns aspectos económicos, as diversas jurisdições (divisão por comarcas, municípios e indicação de freguesias). É curioso como, no âmbito das freguesias de menor dimensão, entre as parcas referências que lhes faz, assinala o número de aulas de primeiras letras aí existentes, alusão esta que surge a par da indicação dos principais centros de actividade económicas, como são exemplo os engenhos de açúcar. Assinalamos ainda a atenção conferida ao Sertão de Pernambuco, onde se demora na descrição do clima, características geofísicas e actividades económicas predominantes.

Outra obra que consideramos merecer uma atenção particular é a do beneditino D. Domingos do Loreto Couto - dedicada precisamente a D. José I: *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Logo no início, dirigindo-se directamente a Sebastião de Carvalho e Melo, nada receia designando este ministro como sendo oriundo de Pernambuco, pelos avós maternos, sendo “neto dos senhores Jeronimo de Albuquerque, Filipe Cavalcante, João Gomes de Mello, Dom Filipe e Dom Paulo de Moura Rolim, e Francisco de Mendonça Furtado”²⁰, já para não falar dos tios também do tronco materno, destacadas figuras na elite pernambucana, tanto a nível militar e político, como eclesiástico.

São nesta via enunciados Jorge de Albuquerque Coelho (1539- 1ª met. XVII), primo da 5ª avó de Pombal - Catarina de Albuquerque – pai de Matias de Albuquerque Coelho (1580-1647; Conde de Alegrete), Governador de Pernambuco e da Bahia – na verdade, nomeado governador-geral ao tempo das invasões holandesas - assim como de Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658; Marquês de Basto), 4º donatário da capitania de Pernambuco. Tais menções não surgem ao caso: toda esta linhagem se

¹⁹ “Olinda”, in GAMA, José Fernandes, *Memorias historicas da provincia de Pernambuco, precedidas de um ensaio topographico-historico*, Recife, Typ. de M. F. de Faria, 1840. Procurou o autor reunir uma série de elementos relativos a esta antiga capitania, a partir de dados que encontrou junto da obra de Alphonse de Beauchamp (Beauchamp, Alphonse, 1767-1832, *Historia do Brazil desde o seu descobrimento em 1500 até 1810, vertida do francez e accrescentada de muitas notas do traductor*, [trad. Desiderio Marques Leão], Lisboa Off. de J. F. M. Campos, 1817-1826), de certos autores em que este último se baseou, nomeadamente Rocha Pita, Brito Freire, Fr. Rafael de Jesus e Jaboatão, assim como pela consulta dos Arquivos das Secretarias, das memórias de Monsenhor Pizarro e vários manuscritos e folhetos. Na sua obra, composta de três volumes, reconhece ter sido mais inovador no 3º - talvez por já dizer conta dos acontecimentos relativos ao início do século XIX, senão mesmo recuando até ao último quartel do século que lhe precede.

²⁰ COUTO, D. Domingos do Loreto, O.S.B., *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, [1757], Rio de Janeiro, Typ. da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 3-4.

encontra ligada às origens desta capitania, sendo o próprio Jorge de Albuquerque Coelho filho do fundador de Olinda e donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira. Era ainda muito conceituado pela sua valentia e abnegação na batalha de Alcácer-Quibir.

Muitos são os nomes enunciados, enaltecendo, sem rodeios, uma pressuposta ínclita genealogia do destacado ministro josefino, procurando comprovar, através destes longínquos laços familiares, como Pombal devia a Pernambuco a dedicação de um devotado e orgulhoso herdeiro.

Antes de mais, o esforço português, como, de resto, o prova o labor missionário ultramarino, não se moveu simplesmente por motivos de ordem ocupacional, mas igualmente civilizacional. Uma vez chegados a Portugal, os primeiros jesuítas destacaram-se de tal ordem pelos serviços de assistência corporal e espiritual que passaram a ser conhecidos como os «apóstolos», “merecendo este apelativo pela dedicação ao ensino do catecismo e pela abnegação com que se entregaram aos mais variados ministérios apostólicos”²¹, sobretudo ao das confissões, “com geral agrado”²².

Não deixa, igualmente, de ser pertinente afirmar que a acção missionária, a disposição e razão de ser dos próprios aldeamentos, cumpriram necessidades territoriais – não se esgotando, contudo, nelas.

²¹ Além deste, eram por vezes associados a «pais da caridade» e «pais dos pobres, órfãos e viúvas», o que ilustra bem o seu raio de acção e generosidade. Nuno da Silva Gonçalves, “Jesuítas, in AZEVEDO, Carlos Moreira de [dir.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores - Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 22-23.

²² SERRÃO, Joel [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Fiança, 1992, p. 365.

– Aspectos socioeconômicos de Pernambuco e capitanias anexas

*“Em o meio desta obra alpestre, e dura,/ Uma boca rompeo o
Mar inchado,/ Que na lingua dos barbaros escura,/*
Paranambuco, de todos é chamado./ De Parana que é Mar,
Puca – rotura,/ Feita com furia desse Mar salgado,/ Que sem no
dirivar, commetter mingoa,/ Cova do Mar se chama em nossa
lingoa.”

TEIXEIRA, Bento, *Prosopopea*, [1601], Rio de Janeiro, Editor
Álvaro Pinto – Anuário do Brasil, 1923, p. 38.

Destacara-se, desde cedo, a produção açucareira nesta região, actividade que, tendo conhecido uma rápida expansão logo no período de quinhentos, concorreu com outras formas de exploração das riquezas do Brasil, além de se ter afirmado como um método eficaz de expansão territorial e demográfica, uma função de certo modo equiparável à dos aldeamentos de índios missionados, como teremos ocasião de demonstrar. Na verdade, Olinda cedo se afigurou como “o mais importante núcleo demográfico e social do Nordeste”, encontrando-se na linha da frente no respeitante à expansão do povoamento, porquanto “dali saíram as bandeiras de penetração interior, e dali caminhou para o norte e o sul, nas linhas do litoral, a plantação de cana²³.

Se é certo que o florescimento dos engenhos - particularmente profusos no recôncavo baiano, na Paraíba, numa faixa de Sergipe e ao longo do litoral nordestino²⁴ - foi decisivo para o desenvolvimento local, ascensão social de certas famílias e para uma maior complexidade dos sistemas de trabalho, teve, por outro lado, consideráveis efeitos negativos. Por si só, a produção de cana em larga escala exigiu um considerável consumo de recursos naturais, não sendo por acaso a sua proximidade face a densas matas.

“As árvores constituíam, por muitos motivos, uma necessidade para os engenhos: para a lenha das fornalhas, para as edificações – casa grande, capela, casa de engenho, senzala, - para o preparo de certas peças necessárias ao engenho, para o fabrico das caixas de açúcar.”²⁵

²³ JÚNIOR, Manuel Diégues, *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro-São Paulo, Comissão Nacional de Alimentação, 1954, p. 21.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 27.

²⁵ Idem, *ibidem*.

A expansão dos campos, a destruição da mata nordestina, de um rico ecossistema, conduziu, assim, a uma drástica transformação da paisagem, obrigando os povos nativos a deslocarem-se cada vez mais para o interior – além de se sentirem ameaçados por serem alvo da cobiça dos bandeirantes e senhores dos engenhos, movidos por uma crescente necessidade de mão-de-obra. Uma vez no interior, os ameríndios ver-se-iam confrontados com uma subsistência consideravelmente comprometida, podendo ainda vir a interferir em territórios desconhecidos, dominados por outras tribos não aparentadas. Uma coisa é certa: com a crescente expansão dos povoados dos colonos, as ameaças aumentaram, passando a reinar a instabilidade, sobretudo em territórios de fronteira ou onde existissem obstáculos naturais de difícil transposição.

Olinda, após a presença flamenga, ganha – se não reforça – a sua conotação enquanto “«entreposto/povoação umbilicalmente ligados à produção, apropriação e exportação de mercadorias e, mais tardiamente, à incipiente administração dos interesses fazendários da coroa lusitana»”, sendo que “às características agroexportadoras de produtos naturais da Colônia somavam-se as múltiplas atividades do clero, incluindo as agrícolas” – não esqueçamos as fazendas e engenhos que garantiam a subsistência de tais instituições – “e as educacionais, no Colégio dos Jesuítas em Olinda e no Recife”²⁶. Apesar da sua localização estratégica, a acentuada tendência «mercadológica» colocara em destaque o porto do Recife, “elo de comunicação entre a Capitania e o Reino”²⁷, o que, certamente, terá ajudado ao florescimento do colégio da Companhia nesta última, comparativamente com o de Olinda. Será nosso intuito aqui demonstrar, não obstante uma relativa escassez de fontes, a pertinência desta instituição na dinâmica das missões inacianas nordestinas.

A distribuição dos engenhos não fora obra do acaso. Chegavam a distar muitas léguas entre si, até porque, como assinala o autor, precisavam de dispor de vastas áreas para as plantações e implementação dos edifícios e apoio. Por outro lado, além de se considerar a sua localização junto de matas, pelos motivos que aqui já considerámos, pensou-se igualmente nas vias de comunicação, sendo essencial o acesso a cursos de

²⁶ A. J. Siqueira, “Questionamentos acerca do espaço urbano na Colônia: Recife-Olinda”, in *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, Recife, n.º 10, 1988, p. 77. Apud VERRI, Gilda, *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, vol. 1, Recife, UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006, p. 66.

²⁷ VERRI, Gilda, *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, vol. 1, Recife, UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006, p. 69.

água navegáveis e a proximidade da costa. É precisamente no período da invasão holandesa que a produção do açúcar conhece o seu apogeu em Pernambuco. A partir da segunda metade do século XVII, porém, entra já em declínio. Ainda assim, em 1761 existiam 230 engenhos, número que aumenta para 296 em 1775.

A criação de gado, por seu turno, conheceu um crescimento expressivo a partir da segunda metade de seiscentos, sobretudo com a descoberta das Minas em 1695, “o que aumentou a demanda pelo couro, carne seca e animais de tiro²⁸ do sertão nordestino”²⁹. Era no vale do baixo São Francisco (para Pernambuco), como do médio (para a Bahia), e sobretudo o sul do actual estado de Alagoas, que se encontravam os centros de fornecimento de gado para a produção açucareira, convertendo-se no principal factor para o povoamento desta ampla região. De entre esses currais do recôncavo baiano, existiam alguns que eram pertença do Colégio da Bahia, possuindo em 1693: as Terras do Tanque, “que lhe serve de quinta onde os Religiosos vam fazer exercicio” (retiros espirituais, entenda-se), com árvores, roças e currais, e “q ouveram por titulo de sesmaria”; “mais huma sorte de serra nas capivaras onde tem des currais de gado” e onde se cultivava mandioca, obtida por doação; Terras em Piagui, distrito da capitania de Sergipe del Rei, onde tem dois currais, por título de compra de um particular e dos Religiosos da ordem do Carmo; Terras em Sergipe em “Vazabarris” [?], obtidas por título de sesmaria, com oito currais; e ainda Terras perto do Rio de S. Francisco “onde chamam Taboatam e partem com as terras de Urubú”³⁰, possuindo aí nove ou dez currais; por título de compra³⁰. Foram esses mesmos currais que viriam a abastecer as minas, logo a partir da última década do século XVII. Em seguida, foi a vez do algodão, a partir do último quartel do século XVIII.

Constituem sinais da importância de Olinda no contexto do Brasil de quinhentos o facto de ter sido aí criado o primeiro convento franciscano fundado no Brasil – a pedido do governador de Pernambuco, à época Jorge de Albuquerque Coelho – e ainda de o então superior geral Frei Francisco Gonzaga (1579-1587) ter decretado a fundação

²⁸ Alusão a gado cavalар, cuja importância se prendia com a sua capacidade de tracção ou de transporte de mercadorias.

²⁹ Marcus Carvalho, “Pernambuco, Capitania de”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 631.

³⁰ Títulos de todos os bens de raiz e propriedades que possui o Colégio da Bahia. Mç. 65 [5 de Julho de 1693]. AHTC, II 235, 2f-3f.

da Custódia de Santo António do Brasil com sede naquela mesma cidade, a qual viria a ser elevada a Província em 1657³¹. Com a ocupação holandesa, a destruição de alguns edifícios – entre os quais o Real Colégio da Companhia - por um lado, e a preferência pela reabilitação das terras dos arrecifes, por outro, acabariam por comprometer o seu desenvolvimento.

Concomitantemente, muito embora coexistam em Pernambuco dois colégios jesuítas, localizados nos dois núcleos urbanos mais importantes daquela área nordestina, a sua vocação era claramente distinta. Se O Colégio do Recife se encontraria mais vocacionado para a formação da burguesia local, o Real Colégio de Olinda constituía-se, por seu turno, uma referência para os missionários que atendiam as aldeias e missões daquele governo, chegando às fronteiras com o Estado do Maranhão e Pará. Ali permaneciam os religiosos que se encontravam em trânsito desde o Colégio da Bahia, que pretendiam alcançar o colégio de S. Luís do Maranhão ou que visavam alcançar casas e residências dispersas pelas capitanias adstritas a Pernambuco. Era, além disso, o espaço consagrado à revitalização e direcção espiritual – através da prática dos *Exercícios Espirituais*, naturalmente - ao retemperar de forças e energias, à renovação dos votos, à reunião dos superiores das aldeias e missões mais longínquas daquele colégio.

³¹ BURITY, Glauce, *A Presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo António*, [diss. Mestrado em História], Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1988, pp. 26-27 e 49.

– Diversidade da população

“En esta Capitania de Pernambuco donde agora estoy, tengo esperança que se hará mucho provecho [...] que es la principal y más poblada, y donde más abierta está la puerta”

P.^e Manuel da Nóbrega³²

A colonização do nordeste fez-se com recurso a diversas gentes: degredados, portugueses da melhor casta, alemães, italianos³³. O donatário Duarte Coelho, logo quando chegou em 1535, investiu na dotação “de gente da melhor estirpe”, social e étnica³⁴, para a capitania de Pernambuco, criada um ano antes. Assim se encetou o que Diégues designa como um “processo de aristocratização” e até de “democratização social”, pela natureza dos contactos estabelecidos com índios e negros – designação que, ainda assim, a nossos olhos, se torna algo excessiva, apesar de se ter assistido a mestiços perfeitamente integrados na sociedade pernambucana, logo desde os primeiros tempos da colonização. Registou-se, inclusivamente, uma grande proximidade das gentes de Viana do Castelo com Pernambuco: por um lado, pelo facto de muitos colonos oriundos dessa região de Portugal se terem fixado naquela capitania; por outro lado, existia um intenso tráfico marítimo entre o porto de Viana – actualmente um ainda importante porto de mar – e os portos pernambucanos.

Durante muito tempo, a presença indígena foi particularmente notória e dominante – ou pelo menos a sua diversidade étnica. No território de Alagoas dominava o índio caeté, o qual fora grande obstáculo à expansão agrária açucareira, além de terem “camaradescas relações com os traficantes franceses”³⁵. Além destes, também imperavam os tupinambás, os potiguaras e os tabajaras, que vieram a ser aliados dos colonos na luta contra o gentio hostil, logo em meados do século XVI. Estas etnias, por sua vez, “multiplicadas em várias outras que tomavam designações não só regionais, mas às vezes locais”³⁶, distribuíam-se pela faixa litoral nordestina. Com efeito,

³² Carta do P.^e Manuel da Nóbrega ao P.^e Simão Rodrigues. Pernambuco, 11 de Agosto de 1551. In LEITE, Serafim, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, pp. 269 e 270.

³³ JÚNIOR, Manuel Diégues, *op. cit.*, p. 37.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 38.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 33.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 42.

encontrava-se por esta altura o índio numa fase de migração, sendo que as características nómadas da sua comunidade rapidamente entraram em rota de colisão com o sedentarismo inerente ao trabalho nos engenhos e plantações do colono, o que se repercutiu na sua não integração nestas novas formas de trabalho. Ora com o desenvolvimento da indústria açucareira, a demanda de mão-de-obra foi-se acentuando, com a conversão de Pernambuco num “dos principais focos de recebimento e redistribuição de escravos”, recorrendo-se essencialmente a dois tipos: os angola-congos e os negros da Contra Costa³⁷. Perante semelhante reunião de factos, a intensidade da colonização na costa, a partir de Pernambuco rumo ao interior, assim como pelas capitanias vizinhas – Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará – teve como consequência mais visível o «desaparecimento» (e não a aniquilação) do elemento indígena, porquanto motivou ora o seu adentramento em zonas inóspitas aos europeus, como a sua miscigenação, facto que aprofundaremos em momento oportuno.

Também os judeus colaboraram na produção do açúcar, mais concretamente na parte da transformação da matéria-prima, graças aos seus conhecimentos técnicos. É particularmente notória a presença de cristãos-novos nesta região enquanto promotores do comércio aquém e além-fronteiras. Muitos se haviam refugiado em Pernambuco, precisamente a fim de escaparem aos tribunais do Santo Ofício entretanto criados no Reino³⁸.

Não poderemos esquecer a presença holandesa, a qual se fez sentir sobretudo a nível comercial e militar. No dizer de Diégues Júnior, a influência do holandês em termos antropológicos terá sido diminuta, dado não se ter motivado uma política de miscigenação. Salienta, porém, o aparecimento de um «tipo humano»: o senhor do engenho. Embora conotado com o tipo aristocrata, miscigenara-se tanto com índias como com as negras das senzalas. O autor assinala precisamente o mulato como o tipo étnico mais característico da sociedade agrária do Nordeste³⁹. Se de início predominavam as relações ilícitas, fruto de uma política de emigração individual e não de famílias, mais tarde assistiu-se a uma política de incentivo ao casamento, sobretudo com o elemento indígena. No contexto da sociedade nordestina, existiu, efectivamente, uma grande proliferação de *crioulos*, *pardos*, *curibocas* e *cabras*, derivados desse

³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 44- 45.

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 45-46 .

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 81.

cruzamento racial, com excepção do *crioulo*, que nos remete não para formas de mestiçagem, mas unicamente para uma distinção entre os escravos negros nascidos na colónia, em oposição aos nascidos em África. Quanto aos *pardos*, Donald Ramos assinala existir uma maior variação no seu uso, sobretudo de região para região, designando, regra geral, um tipo de indivíduo de sangue impuro:

“Tipicamente, pardo e mulato eram termos sinónimos usados para descrever alguém entre o branco e o negro, e muitas vezes a legislação colonial, sobretudo a legislação penal, usava indiferentemente um ou outro termo.”⁴⁰

Os *curibocas* ou *caribocas* eram mestiços já em segunda ou até terceira miscigenação⁴¹ – a primeira entre índia e branco resultava no mameluco. *Cabra*, por seu turno, é uma expressão de carácter étnico e social, uma categoria que andou misturada com a de *pardo*. Para alguns, trata-se do mestiço fruto do cruzamento entre negro e mulato⁴². Mas existem ainda outros tipos étnicos: os *cafusos* (o mesmo que *caboré* ou *cafre*), fruto da união entre negro e índio, particularmente frequentes no Nordeste, devido, precisamente, à grande concentração de mão-de-obra escrava nos engenhos⁴³; o *mameluco*, mestiço filho de índia com branco ou de índio com *curiboca*; e o *caboclo*, inicialmente entendido como referente ao próprio índio, mas cujo sentido evoluiu:

“era expressão para referir-se geralmente a índios mansos, da costa, falando a língua geral. Frei Manuel Calado⁴⁴, referindo-se aos indígenas de Pernambuco, dizia que os pitiguares eram chamados geralmente caboclos. No século XVIII, pelo que se lê na «Informação Geral da Capitania de Pernambuco», caboclos são os que moram na costa e falam língua geral.”⁴⁵

⁴⁰ Em Minas Gerais estabelecia-se a distinção entre mulato e pardo, sendo este último filho de mãe mulata e pai branco. Em certas áreas, era, portanto, como que uma categoria intermédia entre o branco e o mulato. Assinala ainda este autor que, no período colonial, os pardos eram encarados como uma ameaça à estabilidade social, sendo-lhes muitas vezes vedado o acesso a cargos de certa importância, prescrições que acabavam muitas vezes por ser ignoradas, em favor da sua fortuna pessoal e da boa reputação de que gozavam. Donald Ramos, “Pardo”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, pp. 616-617.

⁴¹ Angelina Garcez, “Mameluco”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *op. cit.*, p. 507.

⁴² Outros observam existir um «caldeamento especial», onde 50% de africano se mistura com 40% de índio e ainda 10% de branco. JÚNIOR, Manuel Diégues, *op. cit.*, p. 96.

⁴³ Angelina Garcez, “Cafuso”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *op. cit.*, p. 122.

⁴⁴ CALADO, Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, T. I, São Paulo, Ed. Cultura, 1943, p. 69.

⁴⁵ JÚNIOR, Manuel Diégues, *op. cit.*, p. 89.

Veremos, mais adiante, como esta multiplicidade de culturas e tipos raciais terá convivido com os modelos de homogeneização impostos e de como índios e colonos terão buscado condições de sobrevivência face às restrições e obstáculos com que se depararam - quer por via de interesses políticos, económicos ou de preservação cultural.

PRIMEIRA PARTE

DIFUSÃO DO PORTUGUÊS NAS TERRAS DE VERA CRUZ

Capítulo 1 : Políticas de promoção da língua no Brasil até ao séc. XVIII

“Ce qui caractérise cette idéologie [scolaire], c'est qu'elle assigne à l'instruction populaire des fins supérieures à celles qui étaient les siennes antérieurement. Il ne s'agit plus seulement de l'intérêt matériel et spirituel des individus, ni de celui des corporations villageoises : on parle et on se soucie désormais aussi du bonheur de la société tout entière et de l'intérêt de l'État. ”

Pierre Caspard, “Pourquoi l'État s'est-il intéressé à l'éducation? (1750-1830)”,
in www.inrp.fr/she/fichiers_rtf_pdf/caspard_pourquoi_letat.rtf
(22.11.07).

Período de consolidação das línguas nacionais, o século XVI fora palco de uma autêntica apologia da língua materna, justificada pela

“consciência do papel da língua na fixação da identidade nacional; percepção de que a ilustração, o enriquecimento do vernáculo e a fixação de uma norma são tarefas prioritárias; prova a «gramaticalidade» da língua, ou seja, demonstração da possibilidade de descrever o vernáculo segundo o cânone gramatical elaborado para a descrição do latim.”¹

Perante os novos desafios e responsabilidades trazidos pela empresa das «descobertas», e com o desejo de vincar a diferença em relação ao vizinho reino de Castela, Fernão de Oliveira acentuara a visão da língua como factor de unidade na fé e na “irmandade dos vassalos”, certamente inspirado no lema de Nebrija – “fue siempre la lengua compañera del império”.

Da expansão ultramarina não apenas portuguesa, como europeia, decorrerá um processo que contribuiria não apenas para a dilatação das línguas vernaculares – a maioria, de base latina - como para a universalização da escrita alfabética, que iria competir, em algumas áreas geográficas, com outros sistemas já existentes. Na América portuguesa não houve a possibilidade de conversão para um outro tipo de registo escrito, pela existência de sociedades ameríndias, ao que sabemos, ágrafas, cuja natureza económica, social e organizacional – se não também cultural e civilizacional – não as haviam ainda motivado à sua formulação e uso.

¹ Marina Kossarik, “A obra de Amaro de Roboredo: questões de historiografia linguística portuguesa”, in ROBOREDO, Amaro de, *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, [ed. facsimilada], Lisboa, INCM, 2002, p. 18.

A educação, simultaneamente projecto social e construção pessoal², passaria, gradualmente, a ganhar novos contornos, decorrendo das transformações sociais, culturais, tecnológicas, económicas e políticas, bem como de uma pedagogia mais consciente das especificidades da aprendizagem infantil, que se questiona sobre a utilidade e sucesso tanto das metodologias como dos conteúdos levados à prática.

As pressões políticas foram sempre muito evidentes, pronunciando-se à medida que se caminhava para a constituição de uma nova concepção de Estado. De início, a própria actuação da recém-fundada Companhia de Jesus cativara o Rei. Concederam-se privilégios, fundaram-se colégios aquém e além-mar, apoiou-se a constituição de missões, com inteira administração – entenda-se, temporal e espiritual – a cabo dos jesuítas. Coincidira, esta primeira fase, que abarcou, grosso modo, todo o século XVI, com a expansão territorial na colónia brasileira ao longo da faixa litoral, com a fundação de vilas e cidades que era preciso dotar de escolas para educação dos filhos dos moradores. Os índios, entendidos como importante força de trabalho, não foram menosprezados neste quadro. Toleraram-se as uniões mistas à margem do casamento cristão, a miscigenação linguística e cultural fora particularmente intensa. Não superabundaram, mas circulavam já vários falantes bilingues, os *linguas*, que viriam a ser aproveitados nos primeiros contactos entre colonos e índios para regulação da actividade de extracção do pau-brasil, para auxílio nas relações e alianças a estabelecer, na pacificação dos índios, e, naturalmente, para a missionação destes.

A presença dos religiosos no Brasil acabaria por ser legitimada pelo dever de prestar assistência espiritual aos moradores, assim como de responder activamente ao desafio da conquista espiritual dos ameríndios, pela palavra de Deus e pela língua do Reino. À luz da época, semelhantes determinações foram emanadas ainda no espírito de uma «cruzada» que, por um inesperado conjunto de oportunidades proporcionado pela expansão ultramarina, encontrava nos povos autóctones novas possibilidades de luta pela fé em Cristo. Uma militância ainda mais acirrada pelo inconformismo dos protestantes, que reagiram contra o estatismo da Igreja católica, incapaz de acompanhar

² MAGALHÃES, Justino, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010, p. 20.

os paradigmas com que a civilização ocidental vinha sendo confrontada. Também o Brasil, e muito particularmente o Nordeste, fora palco do confronto entre diferentes credos: primeiramente os luteranos e calvinistas franceses, mais radicais, com o seu projecto da França Antártida; posteriormente, seriam os neerlandeses que iriam procurar dominar portos e engenhos, responsáveis por uma significativa projecção de um pobre povoado de pescadores – Recife - a ponto de remeter para segundo plano a velha Olinda. Hábeis arquitectos, diplomatas e naturalistas, conquistariam ainda o interesse de vários povos indígenas dispersos por uma vasta área, conquistando assim grande número de braços armados contra os seus fervorosos opositores cristãos.

Os desígnios do Rei e dos seus Ministros acompanharam as tendências do seu tempo, fossem elas ideológicas, políticas, económicas, cujo impacto se produziria, inevitavelmente, na educação e missionação dos índios. Na colónia brasileira o quadro idílico tendee a desvanecer-se, tanto por pressões externas, com a presença de outras potências europeias, como por pressões e obstáculos internos, nomeadamente pela resistência com que os portugueses se deparam à medida que foram progredindo no desbravamento do território. Ao longo do século XVII, em plena fase da União Ibérica, a braços com a presença indesejada dos neerlandeses e mais tarde com o esforço da restauração e manutenção da independência, a colónia brasileira teve mais despesa que proveito. No último quartel, contudo, a paz (possível) trouxe os seus benefícios: trata-se do período por excelência da conquista do sertão, assistindo-se à mineração, à proliferação de fazendas e de criação de gado vacuum e cavalar.

A tolerância do elemento indígena tornou-se cada vez mais diminuta, sobretudo por imperar a lógica da dominação e não do diálogo e abertura cultural. A miscigenação existe, persiste e perdura. As consequências dos seus frutos é que sofrem por força das circunstâncias, diversos acasos. Este é também o período de uma guerra aberta e sem precedentes aos índios do sertão, ferozes opositores ao avanço dos fazendeiros e curraleiros. Estavam conscientes de que as alianças com os portugueses não lhes trariam os proveitos ambicionados e como, não raro, eram traiçoeiras nos seus princípios e propósitos. Evitando, desde há largo tempo, os contactos no litoral, de onde muitas haviam sido afastadas pelos avanços dos grupos Tupi, estas comunidades não tinham um histórico de (boas) relações com os portugueses. Eram-lhes contrários e mais ainda

o eram face aos povos de matriz Tupi – com os quais não detinham qualquer familiaridade étnica ou linguística – mais próximos dos portugueses.

A pacificação e a inclusão social destes grupos foram, progressivamente, sendo conquistadas, de forma intermitente, à força da espada, mais do que pelos tratados assinados com os seus chefes. Imagine-se, pois, quão difícil seria a tolerância mútua de grupos visceralmente opostos numa mesma aldeia missionada. Estas, naturalmente, seriam as que exigiam uma presença mais constante de religiosos. Requeriam, evidentemente, um uso sagaz de negociação e diplomacia, de modo a não ferir susceptibilidades e a inflamar os ânimos. A escolha dos superiores das missões assim como dos seus companheiros não se oferecia como decisão a ser tomada de ânimo leve, o que justifica o particular cuidado recomendado em semelhante provimento. Uma má escolha poderia deitar por terra décadas de tentativas frustradas e de outras tantas bem-sucedidas, atrair sobre si a desconfiança e o descrédito tanto das autoridades eclesiásticas e civis, como dos próprios índios.

Particularmente interessado pela questão indígena e entendendo como se exigia uma gestão eficaz das forças no terreno com vista ao desenvolvimento daquela colónia, uma vez afastados os holandeses, D. Pedro II emite uma série de medidas com vista, genericamente, ao controlo do cativo de índios, ao favorecimento de uma sociedade assumidamente multicultural (com integração dos índios e índias e seu matrimónio com os brancos) e à promoção das missões. A sua visão não é inteiramente inovadora; antes retoma as políticas e sucessos dos reis seus antecessores, pretendendo tomar nova resolução para reavivar a força dessas leis e a sua efectiva aplicação. Por Alvará de cerca de 26 de Abril de 1688, determina então que se convertessem os gentios de todo o Brasil, atendendo aos benefícios decorrentes da sua inclusão na sociedade colonial pela sua liberdade e casamento com portugueses. Deste documento sobressai o seu interesse em termos de ocupação territorial, definição de limites e aumento de vassallos a seu serviço. Neste quadro, a aprendizagem da língua portuguesa constituiu-se uma condição vital, o que levava este monarca a recordar aos missionários o teor dos alvarás régios de fundação das suas casas naquela Colónia, pela obrigatoriedade de criarem escolas nas aldeias de índios e de aí ensinarem o idioma luso,

“abolindosse o pernicioso abuzo de applicarem estes só ao Conhecimento da Lingoa Geral do Brazil, e de os afastarem do que devem ter da Lingoa propria da Nação

Dominante, e do seu Principe, e senhor natural: abolindosse o pernicioso abuzo de applicarem estes só ao Conhecimento da Lingoa Geral do Brazil, e de os afastarem do que devem ter da Lingoa propria da Nação Dominante, e do seu Principe, e senhor natural”.³

Dez anos depois, a situação permanecia, ainda assim, nos mesmos moldes. É ainda no reinado de D. Pedro II que nos deparamos com um importante e raro testemunho da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas missões de índios, com a particularidade de ser dirigida a Pernambuco. Num parecer que dirige ao então Governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, a 17 de Janeiro de 1698, pondera sobre uma estratégia de doutrinação bilingue. Observa D. Pedro II:

“Havendo visto o que escrevestes pella Juncta das Missoins sobre a Resolução que se tomou na dessa Capitania para se procurar que os Indios recebam a doutrina em Lingua Portuguesa. Me pareceu dizervos que a Doutrina dos Indios na Lingua Portuguesa, se emtende para que Doutrinados pella sua hajão de aprender a Portuguesa, e continuar nella, fazendoce por este modo mais certos na mesma Doutrina, maes esquecidos da natural, e mais uteis para o meu servisso, ficando no arbitrio dos Missionarios o tempo comodo de os doutrinarem em huma, e outra lingua, e o cuidado de q a Doutrina que lhes derem se estabellessa e se lhes confirme na Lingua Portuguesa.”⁴

Note-se que o Estado não proíbe o recurso à língua materna dos índios – ou geral, dependendo da circunstância – como estratégia de catequização dos mesmos. Sublinha, sim, que se deveria transitar para uma doutrina no idioma português e nele se permanecer, de modo a tornar os índios mais úteis ao serviço do Rei. Isto é, levados a usar com maior efectividade a língua de Estado, permanecendo sujeitos bilingues/plurilingues, tornava-se mais proveitosa a comunicação que fosse necessário estabelecer com os mesmos, nomeadamente em relações de trabalho – com os colonos - serviço militar e nas interacções a interpor em seu próprio interesse. Na ordem que dirigida a este mesmo governante, voltava a insistir na obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas missões de índios:

“[...] e a todos se encomendará a execuçam da ordem que me agradeseis p.^a q os Indios recebam a doutrina na lingoa portuguesa; porem se doutrinaram de maneyra que primeyro entendam os Misterios da fee na sua, e que depois se doutrinem em a nossa

³ Alvará do rei D. Pedro II, sobre os índios: liberdade, casamento com portugueses e aprendizagem da língua portuguesa. [Lisboa ?], [post] 26 de Abril de 1688. AHU-ACL-CU-009, Cx. 7, Doc. 795.

⁴ Parecer de D. Pedro II para Caetano de Mello de Castro. Lisboa, 17 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 35f-35v.

pera que no meyo tempo de a saberem nam percam o fructo que podem receber em prigo [sic] de perderem ainda antes de a poderem alcançar.”⁵

A política de Estado do Antigo Regime vinha ganhando contornos cada vez mais expressivos na promoção do uso da língua portuguesa e, conseqüentemente, no desprestígio das práticas e discursos linguístico-culturais não-europeus – as línguas indígenas – incluindo formas e idiomas que emergiram com a expansão⁶, pelo contacto com os povos autóctones – o que envolve o «pidgin», o crioulo e, no caso do Brasil, as várias línguas gerais.

A acção de D. João V em tais matérias ficou marcada por um claro retrocesso, despojada de um objectivo entendimento da questão da liberdade dos índios e pouco ou nada adiantando – quando não pautado por notórias incongruências – relativamente às disposições do reinado anterior, pelo menos no tocante às missões e índios do Governo de Pernambuco e capitanias adstritas.

A partir do momento em que se decreta a expulsão da Companhia de Jesus de todo o Império Ultramarino Português, conhecem-se profundas alterações no plano educativo, ao qual o Brasil não foi alheio. A reforma dos estudos revestiu-se de um ideal civilizador, apostando-se na formação intelectual conforme a uma perspectiva cada vez mais laicizante na educação e da educação para a sociedade. Embora Pombal se afigurasse o primeiro governante português a ter legislado em favor da imposição da língua portuguesa como único idioma oficial tolerado, já antes se sentira a necessidade e a exigência de impor esta língua tanto aos nativos como aos portugueses que se encontravam nesta colónia. Os motivos que conduziram a esta linha de pensamento durante os séculos XVI, XVII e XVIII não são, obviamente, os mesmos, variando consoante a mentalidade das diversas épocas.

⁵ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 31 de Janeiro de 1698. Arquivo da Universidade de Coimbra, Tomo I Ordens Reais para o Governo de Pernambuco, 1661-1713 – Índice, VI-III-1-1-33, fl. 204v.

⁶ Bettina Migge et Isabelle Léglise, “Language and colonialism”, in HELIINGER, Marlis et PAUWELS, Anne [eds.], *Handbook of Language and Communication: Diversity and Change*, Berlin, Mouton de Gruyter, 2009, p. 299.

1.1. O dilema jesuíta: do português ao uso do *abanheenga*

Perante a perspectiva de integrar, por imposição superior, geralmente através da Junta das Missões⁷, grupos étnica e linguisticamente não aparentados numa missão já existente – veja-se, a propósito, o sucedido em consequência das guerras do Açú – a problemática da comunicação foi ganhando novos contornos. Procurando desenhar a importância da Companhia de Jesus ao nível da administração no Brasil, Hélio de Alcântara refere:

“Erguia povoados, ensinava, curava, transmitia técnicas, divulgava ofícios. a partir do quartel final do século XVII, quando a expansão missionária e a expansão bandeirante podem conter-se em áreas de influência mais ou menos delimitadas, o iniciano enfatiza sua política de isolamento do índio como defesa contra o colono, fazendo das missões mais do que núcleos de catequese, autarquias económicas comunais, capazes de promover a manutenção dos índios catecúmenos e a defesa contra os não-catequizados, bandeirantes e outros inimigos.”⁸

Ao invés, contudo, de o português se oferecer como língua franca, como seria o esperado por parte da Coroa - vontade, de resto, particularmente expressa nos alvarás régios de fundação dos colégios jesuítas no Brasil – os missionários recorreram cada vez mais a uma língua geral e empenharam-se no seu domínio. É certo que este conhecimento se construiu com base numa percepção externa - não enquanto falante nativo, pelo menos numa primeira instância - e numa compreensão do seu funcionamento a partir da gramática latina. Porém, semelhante opção, entendemos, fora preferida a uma escolha polémica de um idioma indígena em concreto, que certamente iria ferir susceptibilidades. Acresce o facto de, como já assinalámos, a língua portuguesa não deixar de ser conotada como a língua do «invasor», elemento de uma identidade estranha, de uma matriz a que estavam cada vez menos conformes.

⁷ Reserva-se o aprofundamento da sua actuação para a SEGUNDA PARTE, Capítulo II.

⁸ AVELLAR, Hélio de Alcântara, *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*, vol. 5, Brasília, FUNCEP/Universidade de Brasília, 2.^a ed., 1983, pp. 14-15. Obra de certo modo confusa, de sistematização pouco clara, num estilo mais estrutural e descritivo. Sente-se que deveria ter existido uma subcategorização em cada capítulo, respeitando à natureza das instituições referidas, cargos, agentes e suas atribuições, ao invés de fazer sucessivos avanços e recuos em várias vertentes. Contribui, é certo, para uma visão global do conjunto das estratégias administrativas, mas a dispersão dos dados dificulta uma leitura mais concreta ao nível da história das instituições administrativas, judiciais, económicas e educativas no Brasil ao tempo de Pombal.

A justificação dessa escolha em detrimento do ensino da língua portuguesa em meio indígena surge associada ao fenómeno da expansão territorial, pelo avanço dos europeus do litoral rumo às áreas mais interiores, ainda na segunda metade de quinhentos. Uma vez confrontados com a babel linguística e cultural das áreas sertanejas e de caatinga, os missionários tomaram consciência da extrema dificuldade em conseguir chegar a tantos grupos tão díspares e dispersos. O próprio P.^e Fernão Cardim declarava:

“«com os mais Tapuias, não se pode fazer conversão por serem muito andejos e terem muitas e diferentes línguas dificultosas. Somente fica um remédio, se Deus Nosso Senhor não descobrir outro, e é havendo às mãos alguns filhos seus aprenderem a língua dos do mar e, servindo de intérpretes fará algum fruto ainda que com grande dificuldade”».⁹

Assim se entendera o benefício de se introduzir entre as missões e aldeias criadas entre aqueles povos indígenas sertanejos a língua da costa, isto é, o Tupi-guarani, convertido em língua geral, também conhecido por «abanheenga»¹⁰ que designa a fala boa do índio – na perspectiva dos Tupi, por oposição às restantes. Processo idêntico se operara na Amazónia, onde o Nheengatu servira de língua franca nas aldeias entre os povos indígenas reduzidos, servindo de veículo para a sua evangelização, tendo assim proporcionado a criação de

“um substrato referencial Tupi como base de tradução da doutrina católica e, ao mesmo tempo, como base para a comunicação simbólica entre as várias etnias e entre essas e seus novos interlocutores culturais brancos europeus.”¹¹

Estratégia amplamente difundida por todos os espaços daquela colónia, não fora, ainda assim, a única a ser implementada, na medida em que, sempre que se tornara possível aos missionários a aprendizagem progressiva e qualitativamente relevante de

⁹ CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 206-207.

¹⁰ Em Tupi, *nhe* designa fala ou língua. *Nheengatu* significa, precisamente, língua boa ou fácil na perspectiva dos índios Tupi. O morfema *abá*, que neste vocábulo se adiciona, refere-se a homem ou índio.

¹¹ CARVALHO JÚNIOR, Almir de, *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*, [tese Doutorado em História], Campinas, UEC, 2005, p. 146.

algumas línguas indígenas, era a esses mesmos idiomas que recorriam no ensino da doutrina.

Na epistolografia jesuíta brasileira do século XVI, a ideia que se procurara transmitir fora a da eficácia do ensino do ABC em ambiente de missão, com conquista de mais fiéis à religião católica. Os registos e testemunhos neste sentido sucederam-se, logo desde a primeira carta que Nóbrega escreve do Brasil, dando conta ao Provincial Simão Rodrigues dos primeiros dias da sua instalação:

“Ho Irmão Vicente Rijo insina ha doutrina aos mininos cada dia, e tambem tem escola de ler e escrever; parece-me bom modo este para trazer hos Indios desta terra, hos quaes tem grandes desejos de aprender e, preguntados se querem, mostram grandes desejos. [...] e já hum dos principaes delles aprende a ler e toma lição cada dia com grande cuidado, e em dous dias soube o ABC todo, e hi insinamos a benzer, tomando tudo com grandes desejos.”¹²

Nesta missiva encontramos o testemunho mais antigo a uma escola no Brasil, assim como ao primeiro mestre-escola a aí exercer as suas funções – bem-sucedidas, segundo se procura evidenciar. No mesmo ano, mas dirigindo-se a Martín de Azpilcueta Navarro, em Coimbra, dava conta dos sucessos conseguidos com os índios da terra, mais concretamente na região da Bahia de Todos os Santos, quando ainda se projectava a cidade de Salvador:

“Començamos a visitar sus aldeas quatro compañeros que somos; y conversar con ellos familiarmente, presentándole el reyno del cielo si hizieren lo que le enseñáremos. Estos son acá nuestros pregones adonde nos hallamos, conbidando a los muchachos a leer y escribir, y desta manera les enseñamos la doctrina y les predicamos [...]. Spántanse ellos mucho de saber nosotros leer y escribir, de lo qual tienen grande imbidia y deseo de aprender, y desean ser christianos como nosotros [...]

Estando un día el Padre Joan de Azpilcueta, a quien acá llamamos Navarro, por la difficultosa pronunciacón que tiene, enseñando a los niños a leer y a santiguarse, los quales todos trahen unas piedras de colores en los beços forados que ellos mucho estiman, las quales hazían impidimiento a la pronunciacón del santiguarse; y porque el Padre le dió a entender aquel ympidimiento, vino la madre de uno de aquellos y quitó a su hijo aquella piedra y hechóla por los tejados, y luego los otros hizieron otro tanto.”¹³

Porém, já neste tempo os jesuítas procuravam aprender a língua da terra por contacto directo com as populações ameríndias que procuravam assistir, sendo disso

¹² Carta do P.º Manuel da Nóbrega ao P.º Simão Rodrigues, em Lisboa. Bahia, [10? De Abril] de 1549. in LEITE, Serafim, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, pp. 110-111.

¹³ Carta do P.º Manuel da Nóbrega ao Dr. Martín de Azpilcueta Navarro. Bahia, 10 de Agosto de 1549. in *op. cit.*, p. 139 e 140.

notável exemplo o P.^e Navarro, sobrinho do destinatário desta missiva, que vinha conseguindo resultados impressionantes¹⁴. Ainda assim, estamos num período em que os europeus têm ainda a percepção de que são chegados a um território monolíngue, razão pela qual aludem à língua da terra, no singular, que sabemos ser o Tupi. Desde logo, a comunicação fora sentida como meio indispensável para chegar até aos indígenas. Nos primeiros contactos estabelecidos no litoral, afigurara-se uma maioria: as tribos de matriz linguística Tupi. A língua geral de base tupi surgeira de modo a fazer face às necessidades de comunicação entre colonos e índios, por motivos de ordem vária.

Tornando à centúria de quinhentos, fora por determinação do próprio Manuel da Nóbrega que Navarro, uma vez chegado a Porto Seguro, se ocupou de “trasladar las oraciones y sermones en la lengua desta tierra, con algunos intérpretes que para esso avía muy buenos”. A falta de meios de tradução e interpretação era, reconhecidamente, uma desvantagem para o bom sucesso do projecto missionário, como muito bem justificou outro mestre-missionário, importante para as missões de Pernambuco, o P.^e António Pires: “en esto tenemos todos mucha falta en carecer de la lengua, y no saber declarar a los Indios lo que queremos por falta de intérpretes que se lo sepan, como desseamos, explicar y dezir.”¹⁵ Para os jesuítas, semelhantes recursos revestiam-se de uma importância estratégica, constituindo a aprendizagem da língua dos índios uma

¹⁴ “Ya sabe la lengua de manera que se entiende con ellos y a todos nos haze ventaja, porque esta lengua parece mucho a la bizacayna.” Id., *ibid*, p. 141. No ano seguinte, volta a referir-se às qualidades deste missionário no domínio da língua dos índios, encontrando-se outros religiosos também a aprender, embora com menor aproveitamento: “Nella lingua di questo paese siamo alcuni di noi molto rudi, ma il P. Navarro ha speciale grazia da Nostro Signore in questa parte, perchè andando per questi castelli delli negri in puocchi giorni che ci sta s’intende con loro et predica nella medesima lingua [...]” Carta do P.^e Manuel da Nóbrega ao P.^e Simão Rodrigues. Porto Seguro, 6 de Janeiro de 1550. in LEITE, Serafim, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 159. O próprio Navarro confessa ter aprendido a língua graças a um morador antigo da Capitania onde se encontrava, sendo facto de particular interesse o de este homem escrever aquela língua indígena, sendo ela, na sua origem, ágrafa, e não existindo ainda à época uma gramática que regulasse as suas estruturas na forma escrita: “En esta Capitania hallé un hombre de buenas partes, antigo en la tierra, y tenía don de escribir la lengua de los Indios, que fué para mí grande consolación. Y assí lo más del tiempo gastava en dar sermones del testamento viejo y nuevo, mandamientos, pecados mortales y obras de misericordia, con los artículos de la fe, para me tornar en la lengua. Todo lo mandaré en la primera embarcación.” Note-se, no final, a indicação de que teria compilado um conjunto de material, vertendo do português para o Tupi uma série de textos de índole catequética. Carta do P.^e João de Azpilcueta Navarro aos Padres e Irmãos de Coimbra. Bahia, [Agosto ?] de 1551. in LEITE, Serafim, *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 279.

¹⁵ Carta do P.^e António Pires aos Padres e Irmãos de Coimbra. Pernambuco, 2 de Agosto de 1551. In *op. cit.*, p. 252.

chave de acesso ao sertão – onde, certamente, julgariam vir a encontrar falantes de um mesmo idioma – com o desejo de se anteciparem a qualquer mácula, vício, perversão ou destruição dos colonos:

“Y portanto nos repartimos por las Capitanías, y con las lenguas que nos acompañan nos ocupamos en esto, aprendiendo poco a poco la lengua, para que entremos por el sertón adentro, adonde aún no han llegado los christianos.”¹⁶

À medida que as missões se foram estabelecendo no território, adaptando-se a cada contexto sociocultural, político, económico e geográfico das áreas em que se achavam implementadas, para além de serem protegidas por um regime jurídico diferenciado e de os missionários exercerem sobre os índios uma administração tanto temporal como o espiritual, pareceu terem-se reunido as condições para se desenvolverem num sentido nem sempre consonante com a vontade das autoridades régias e civis. Esse antagonismo, ainda não visível no século XVI, terá ganho uma outra dimensão essencialmente no decorrer do século XVII.

Muito embora, de início, a imposição do português se tivesse constituído condição *sine qua non* para o estabelecimento dos jesuítas no Brasil – à semelhança das restantes ordens - particularmente relevante quando se ambicionava erigir colégios, essas recomendações régias foram deixando de ser consideradas pelos missionários, até ao ponto de, já no século XVIII, resistirem ao projecto de implementação de escolas em todas as povoações indígenas¹⁷. Não sabemos, contudo, se realmente todos os missionários jesuítas terão ignorado as ordens régias no sentido de fomentarem o uso e o ensino da língua portuguesa junto dos índios. É possível que o seu interesse por promoverem a comunicação nas línguas indígenas ou nas línguas gerais se traduza por uma tentativa de dificultar o contacto dos colonos luso-brasileiros e de garantir a fixação das comunidades ameríndias nas aldeias formadas. Não poderemos ainda ignorar o facto de conseguirem conquistar a confiança dos ameríndios pela tolerância das línguas e culturas maternas, uma estratégia facilitadora da sua catequização.

¹⁶ Carta do P.^e Manuel da Nóbrega ao P.^e Simão Rodrigues. Pernambuco, 11 de Agosto de 1551. In *op. cit.*, p. 268.

¹⁷ Cf. BN, Colecção Pombalina, cód. 622, fl. 33, Carta de José António de Freitas Guimarães a [Francisco Xavier de Mendonça Furtado], 13 de Fevereiro de 1753.; BN, Colecção Pombalina, cód. 625, fl. 179v, Carta do P.^e António Machado a [Francisco Xavier de Mendonça Furtado], 29 de Maio de 1754.

Se as evidências do ensino do português se tornaram cada vez mais escassas a partir do século XVII, poderemos, contudo, recolher preciosas informações junto das gramáticas construídas, tanto por jesuítas como por missionários de outras ordens religiosas, para algumas das línguas dos nativos, dando conta, entre outros aspectos, das características morfológicas, fonéticas e sintáticas das mesmas. Tais referências tornam-se particularmente relevantes se as tomarmos em consideração ao procurarmos inferir sobre as principais dificuldades eventualmente sentidas pelos ameríndios de determinadas etnias na aprendizagem do idioma luso, como veremos na Quarta Parte.

Importa não esquecer igualmente que a par das missões, os jesuítas promoviam ainda o recolhimento de meninos índios em seminários, erigidos em núcleos urbanos. Tratar-se-ia, ainda assim, na sua maioria de crianças descendentes de elites indígenas, e não necessariamente pelas suas excepcionais capacidades de aprendizagem. Não ignoramos, não obstante, algumas terem sido seleccionadas para, de futuro, ingressarem na vida eclesiástica.

1.2. Intervenção dos franciscanos e dos beneditinos

Coube aos Franciscanos o estabelecimento das primeiras missões no Brasil, remontando ao descobrimento do Brasil. Precederam a actividade jesuíta, que somente aportaria em 1549 àquela antiga colónia portuguesa, legando-lhes como herança sujeitos já convertidos à fé de Cristo, assim como a vanguarda na experiência doutrinária junto com os ameríndios brasileiros. De facto, nem sempre os jesuítas foram os primeiros impulsionadores do ensino no Império Ultramarino Português. No caso do Oriente, por exemplo, dão continuação ao trabalho dos primeiros governadores da Índia, os quais haviam administrado os estudos das primeiras escolas locais, sendo outras criadas anteriormente por religiosos franciscanos. Quando Cabral chega ao Brasil a 22 de Abril de 1500, vem acompanhado de oito franciscanos, a saber: Frei Henrique de Coimbra (o qual viria a ser mais tarde bispo de Ceuta), Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Luís do Salvador (todos pregadores), Frei Masseu (sacerdote, entre outras funções), Frei Pedro Neto (corista) e Frei João da Vitória (irmão leigo). Tinham por destino o Oriente, não se tendo estabelecido de imediato em Terras de Vera Cruz.

Sublinhe-se ainda que não criaram colégios, contrariamente à Companhia de Jesus. A sua aposta situava-se, essencialmente, ao nível da missionação, pelo que erigiram conventos e estabelecem diversos aldeamentos. Não obstante, alguns autores defendem que a acção dos franciscanos também se fez sentir no plano educativo, nomeadamente Ana Palmira Casimiro. Baseando-se nas palavras de Jaboatão, destaca que “ministraram estudos de evangelho e ‘primeiras letras’, igualmente durante toda a vida colonial ”¹⁸. Se nos reportarmos ao século XIX, existem dados concretos relativamente ao ensino das primeiras letras junto de comunidades ameríndias brasileiras, como nos dá conta Marta Rosa Amoroso¹⁹, reflectindo sobre a educação nos aldeamentos capuchinhos.

Tendo sido os jesuítas alvos de forte crítica, *in extremis*, por parte de Pombal pela assimilação de aspectos da cultura indígenas, favorecendo, inclusivamente, a comunicação através da língua geral tupi, também os franciscanos não se furtaram ao uso dos idiomas ameríndios. Constituíam, também para os franciscanos, condição essencial os missionários dominarem as línguas indígenas, elemento considerado determinante para uma catequese bem sucedida. É bem ilustrativo o caso de Frei Bernardino das Neves, “«insigne pregador tanto na língua vernácula quanto na indígena»”, a quem se ficou a dever a o baptismo da maior parte dos gentios da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de outras partes da costa nordestina²⁰. Burity não deixa de lhes atribuir a difusão da língua portuguesa junto dos índios – o que muito

¹⁸ Ana Palmira Casimiro, “Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil colônia”, p. 2, in *Navegando na História da Educação Brasileira*, http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_006.html [consultado a 29/03/2007]. Remete o autor para JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria, *Novo Orbe Seráfico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil*, vol.2, Rio de Janeiro, Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, 1859; bem como para Hugo Fragoso, “A era missionária (1686-1759)”, in HOORNAERT, Eduardo, [org.], *História da Igreja na Amazônia*, Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA, Petrópolis, Vozes, 1992. Recomenda-se ainda a consulta de Hugo Fragoso, “O etnocentrismo na primeira evangelização do Brasil”, in *Convergência*, Junho, 1990, ano XXV, número 233, pp.289-303; e Hugo Fragoso, “Presença franciscana no Brasil em cinco séculos de evangelização”, in *Entre Memória e Utopia*, [Primeiro Capítulo Nacional da Família Franciscana], Brasília, CEFEPAL, 1994 (pp.32-65).

¹⁹ Marta Rosa Amoroso, “Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos”, [Trabalho apresentado em Outubro de 1997 no XXI Encontro Anual da Anpocs, no “GT Educação indígena: diversidade e cidadania”], in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998, pp. 101-114.

²⁰ ILHA, *op. cit.*, p. 86, apud BURITY, Glaucete, *A Presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo Antônio*, [diss. Mestrado em História], Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1988, p. 34.

provavelmente sucedera por recurso a cartilhas e que, de modo análogo aos aldeamentos jesuítas, teria perdido terreno em face do recurso aos idiomas indígenas.

Apesar de todo este zelo apostólico, viriam a abandonar aquelas missões, legando-as ao Clero secular que, sem a devida experiência e preparação, não lhe deram a devida continuidade. Recusaram-se a regressar, não obstante os rogos do rei e do Prelado de Pernambuco, para tal tendo certamente contribuído os obstáculos que vinham enfrentando: as epidemias que assolavam as aldeias, a ambição dos colonos em escravizar os índios, a oposição face à sua acção, as rivalidades e contendas com os jesuítas pela posse e delimitação de aldeias indígenas²¹.

Com a sua fixação definitiva, conseguida por solicitação do Governador Jorge de Albuquerque Coelho a Frei Francisco Gonzaga, Geral da Ordem, bem como a Filipe II (ao tempo da União Ibérica), os franciscanos deram particular atenção à conversão dos índios, ensinando-os a ler e a escrever:

“Segundo Jaboatão, logo em 1586 os Franciscanos construíram junto ao convento de Olinda, uma casa para os filhos dos índios convertidos, uma espécie de seminário onde se instruísem os meninos para posteriormente pregarem entre os seus: «era neste seminário, o principal cuidado dos religiosos, depois de bem instruídos nos princípios da fé, aqueles índios, ensiná-los a ler e escrever para melhor inteligência sua, e a poderem ensinar também aos parentes e paisanos»”²².

Também nestas missões a catequização constituía uma prerrogativa para a instrução das primeiras letras. É muito natural que os mestres franciscanos recorressem a textos de índole religiosa como estratégia para praticar a leitura ou até a compreensão textual, uma prática frequente na época. Atendamos ainda a outras duas preocupações aqui referenciadas pelo cronista: o propósito civilizador dessa instrução numa língua que lhes seria pouco familiar (senão mesmo estranha), com um funcionamento absolutamente diverso da(s) sua(s) língua(s) materna(s); e a própria formação de futuros difusores desta língua europeia, com a vantagem de, uma vez que eram índios, poderem estabelecer comparações entre o funcionamento das línguas ameríndias – pelo menos

²¹ BURITY, Glauce, *op. cit.*, pp. 34-35.

²² Cita-se JABOTÃO, *op. cit.*, vol I, 2, p. 2085. Cf. AMORIM, Maria Adelina, *Missão e cultura dos franciscanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII): ao serviço de Deus, de Sua Majestade e bem das almas*, vol. 1, Lisboa, Univ. de Lisboa, 1997, p. 61.

em termos de tradução de estruturas lexicais. De certo modo, seria esta a verdadeira finalidade deste processo de ensino-aprendizagem: a facilitação do ensino da língua portuguesa e, conseqüentemente, a propiciação de uma maior proximidade face à cultura portuguesa, de matriz cristã.

À semelhança dos missionários jesuítas, também os franciscanos souberam tirar proveito da atracção que as sociedades ameríndias nutriam pela música, canto e dança, motivando-os assim para a participação no culto cristão²³. Seria tal facto levado em conta enquanto estratégia de motivação para a aprendizagem da língua portuguesa? Se partirmos do princípio de que, à partida, em todas as aldeias, a par da catequização, se ensinaria aos índios a ler e a escrever, importará reflectir sobre as características deste público aprendente, o qual estaria, em certos casos, se não mesmo na sua maioria, longe de ser um grupo homogéneo. Com efeito, em carta endereçada pelo Presidente das Missões de Santo António, Frei José de Santa Maria, ao rei de Portugal a Julho de 1701, dá-se testemunho da variedade de contactos estabelecidos por este missionário, tendo lidado com Aruãs (que então mantinha laços com os Franceses), Sacacas, Araquizes, Carabús, Tucujus, Maruanus, Andirazes e nações Goianazes. Curiosamente, chegou a promover um contacto mais estreito entre tribos distintas, passando a conviver em territórios contíguos:

“E agora ando dando ordem a fazer outra Aldeia de Maruanus, tirando alguns Aruãs desta aldeia que já está feita. Mas por ser muita gente convém dividi-los, e eles assim mo tem requerido alguns, e vem a ficar duas aldeias fronteira uma à outra [...]. Das [almas] que tenho baptizado são três mil e tantas almas pouco mais ou menos.”²⁴

Numa certidão datada de 1702, dá-se conta que os franciscanos, precursores dos jesuítas no Maranhão e Grão-Pará, “foram os primeiros que continuaram pazes com as nações dos belicosos gentios Aruãs, de que têm descido muitas aldeias para uma que fizeram populíssima, muito perto desta cidade e andam fazendo outra semelhante.”²⁵

²³ AMORIM, Maria Adelina, *op. cit.*, vol. 1, p. 61.

²⁴ Cópia de carta in S.D. [1701], S.L. [Belém], “Memória do Maranhão, desde o seu descobrimento. Acção dos religiosos capuchos de Santo António, desde 1614 a 1701” [A.N.T.T., *Conventos do Grão Pará e Maranhão*, maço único, doc. 59]. Cf. Transcrição in AMORIM, Maria Adelina, *op. cit.*, vol. 2, pp. 377-378.

²⁵ In 1702, Junho, 21, Belém. “Treslado, em pública forma, de certidão comprovativa de terem sido os religiosos de Santo António os primeiros religiosos que entraram no Estado do Grão-Pará e Maranhão” [A.N.T.T., *Conventos do Grão Pará e Maranhão*, maço único, doc. 15]. Cf. Transcrição in AMORIM,

Em tais contextos multilingues e multiculturais, é bastante provável que o ensino do português se tenha operado junto de indivíduos com línguas maternas e culturas distintas, implicando diferentes reacções, ritmos e dificuldades na apreensão de um novo sistema fonético, estruturas sintácticas e vocabulário, só para destacar alguns aspectos.

Se, a partir do século XVII, as evidências relativas ao ensino das primeiras letras junto dos índios se tornam cada vez menos frequentes ao nível da missionação jesuíta, em petição datada de 1702 encontramos não apenas a prova de que foram os franciscanos os primeiros a instalarem-se no Maranhão, mas ainda que apostaram logo de início na instrução dos índios, continuando ainda a fazê-lo no início do século XVIII, atestando tais dados através de testemunhos das pessoas mais velhas da região:

“Doutor Ouvidor Geral. Diz Frei Jerónimo de São Francisco, Comissário da Província de Santo António neste Estado do Maranhão, que para certo requerimento, digo negócio do serviço de Deus, lhe é necessário justificar com as pessoas mais velhas e qualificadas desta cidade, os artigos que abaixo vão declarados. E porque as tais pessoas são muito velhas e podem morrer brevemente.

Pede a Vossa Majestade Senhor Desembargador seja servido tirar-se-lhe do que pede uma justificação jurada, em forma que faça fé, para lhe mandar um instrumento. E.R.M. Os artigos que oferece são os seguintes:

Artigos

Primeiro: que os filhos da sua religião seráfica foram os primeiros missionários que vieram a este Estado mandados pelos senhores de Portugal, Castela e França.

[...]

Quinto: que eles foram e são os primeiros que ensinaram aos índios a ler e a escrever, e contar e falar português.”²⁶

Não obstante semelhantes declarações, poder-se-ia tratar de uma justificação de um pretenso cumprimento das determinações régias em favor do ensino do português, a fim de se superlativar a qualidade da assistência religiosa prestada pelos franciscanos, comparativamente com outras ordens estabelecidas naquela colónia. Ainda assim, num outro documento, datado de cerca de 1711, onde se procede a uma relação dos acontecimentos mais significativos da missão franciscana no Maranhão, assinala-se o trabalho de um missionário no domínio da instrução dos índios Aruãs e Sacacas no idioma português:

Maria Adelina, *Missão e cultura dos franciscanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII): ao serviço de Deus, de Sua Majestade e bem das almas*, 2º vol., Lisboa, Univ. de Lisboa, 1997, p. 390.

²⁶ In idem, ibidem, pp. 389-390.

“O segundo religioso dos quatro que se tem dito foi Frei Boaventura de Santo António, varão perfeitíssimo em todas as virtudes, cujo trabalho incansável em doutrinar, e ensinar os índios, admirava a todos os que eram, ou ouviam a notícia que disso outros lhes davam, da que é fidelíssima testemunha a escola que na Aldeia de Joannes instituiu, ensinando os rapazes índios a ler, escrever e a falar perfeitamente o nosso idioma, o que ainda hoje continua.”²⁷

Mais ainda: este mesmo missionário vem a ser saudado pelo seu trabalho junto dos Aruãs pelo próprio monarca português, D. Pedro II, como comprova uma carta escrita a 21 de Abril de 1702²⁸. Curiosamente, é o mesmo rei que, anos antes, havia recomendado, em alvará, que os jesuítas se empenhassem em ensinar a língua portuguesa aos índios aldeados. É portanto notório o interesse da coroa em relação à difusão da língua portuguesa nas comunidades ameríndias do Brasil.

Destaque-se a questão da correcção: aprender uma língua, fazendo um uso dela tão próximo quanto um falante nativo. Note-se, por outro lado, como a instrução se encontra aqui restringida a um público do sexo masculino e de como se promove o ensino da língua portuguesa num período em que contrasta a tolerância dos jesuítas face ao uso das línguas gerais no espaço das missões. Qual o interesse em dotar os índios de conhecimentos em língua portuguesa? De acordo com Marilza de Oliveira, existem igualmente factores de ordem social a considerar. O simples facto de se isolar os índios em aldeamentos que estivessem longe de povoados de «brancos», proibindo-se qualquer tipo de contacto com estes últimos – uma vontade manifestada não apenas por jesuítas mas também por franciscanos, e até pelos colonos - motivou uma certa marginalização das comunidades ameríndias, não sentido, assim, qualquer utilidade em falar português.

“Um regimento organizado pelos franciscanos (1745) impunha rigorosas penas à comunicação entre índios e brancos (Oliveira, op.cit.: 215). O isolamento dos aldeados não foi uma diretriz apenas dos jesuítas. Em 1623, os moradores impediram a entrada dos indígenas em São Paulo (Sessão de 12/8/1623, Atas da Câmara de São Paulo, v. III, p.47). Nas Ordenações Filipinas (Livro I, Tít. XVI:8, apud Omegna p.21, nota 28), proibia-se, em São Paulo, a ida das pessoas de São Paulo para os bairros e aldeias. Assim como os muros delimitavam o espaço de ocupação das duas etnias, criando o dualismo cidade-aldeia e, por conseguinte, a consciência de marginalizados extra-muros, a manutenção da língua geral nos aldeamentos, inicialmente usada como instrumento de catequese, deve ter sido, ao longo do tempo, mais uma forma de

²⁷ In S.D. [1711], S.L. (Belém). “Relação sumária do descobrimento do Maranhão e entrada que nele fizeram os religiosos da Província de Santo António” [A.N.T.T., Conventos do Grão Pará e Maranhão, maço único, doc. 60]. Cf. Transcrição in AMORIM, Maria Adelina, *Missão e cultura dos franciscanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII): ao serviço de Deus, de Sua Majestade e bem das almas*, 2º vol., Lisboa, Univ. de Lisboa, 1997, pp. 406-407.

²⁸ cf. AMORIM, vol. 2, p. 407.

discriminação em relação aos indígenas, constituindo mais um impedimento aos índios de adentrarem na sociedade dos que eram socialmente favorecidos [...]”²⁹

Vários foram os dilemas que se colocaram ao longo do tempo. Ainda ao tempo do governador Caetano de Melo de Castro (13 Junho 1693 a 5 Março 1699), a fixação dos índios em missões afigurava-se uma tarefa de difícil execução, a avaliar pelas queixas de padres jesuítas, carmelitas, beneditinos, capuchos e congregados, de lhes fugirem os índios de umas aldeias para outras nas suas missões existentes no Rio de S. Francisco, de nação «Cabouclos». Em face disto, o Rei determina que não sejam aceites em aldeia que não fosse a sua, e que tão pouco os moradores se aproveitassem das circunstâncias e ficassem com alguns para seu serviço³⁰. Por seu turno, muito embora os religiosos escasseassem naquele amplo território, nem por isso se deixou de ter particular atenção face a entradas ilegítimas de clérigos, desprovidos de passaporte ou da devida aprovação régia, como sucedeu ao tempo do Governador D. Lourenço de Almeida (1 de Junho de 1715 a 23 de Julho de 1718). Consequentemente, D. João V ordena que se prendam os frades e clérigos que seguirem sem passaporte, especialmente os Franciscanos, uma questão que, estranhamente, se colocou já no século XVIII³¹.

Vejamos agora em concreto o caso das missões e aldeias dos beneditinos. As alusões aos estudos médios e superiores abundam, contrariamente aos aspectos relativos ao ensino da língua portuguesa. Com efeito, a aposta da ordem de S. Bento centrava-se na formação de quadros superiores, apostando na docência das áreas consideradas maiores, porquanto eram nucleares no plano da formação de futuros magistrados e outros membros da administração. Ainda assim, inicialmente, a educação não constituía uma prerrogativa – pelo menos até por volta do século XIX. E, com efeito, foi precisamente a partir deste período que a Ordem passou a apostar na criação de colégios, ao passo que ao longo da primeira metade do século XX se assistiu a uma

²⁹ Marilza de Oliveira, “Para a história social da língua portuguesa em São Paulo: séculos XVI-XVIII”, in *Linguística*, 14, 2002, pp. 323-51. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dlev/lport/MOliveira_LPortSaoPaulo.pdf, pp. 19-20. (consultado a 30/03/2007)

³⁰ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 10 de Janeiro de 1698. Arquivo da Universidade de Coimbra, Tomo I Ordens Reais para o Governo de Pernambuco, 1661-1713 – Índice, VI-III-1-1-33, fls. 208f-208v.

³¹ Carta ao governador de Pernambuco. Lisboa, 2 de Maio de 1715. AGUC, Tomo II Ordens Reais para o Governo de Pernambuco, 1715-1744 – Índice, VI-III-1-1-34, Fls. 4v-5f.

acção mais ampla e sistematizada junto dos índios, de que nos restam numerosos testemunhos, nomeadamente no Arquivo do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro.

Imersos numa intensa vida monástica, com diversos exercícios regulares, pouco tempo sobrava para se dedicarem à comunidade – referimo-nos ao que se designa por «actividades externas». Contudo, os mosteiros constituíam um espaço de instrução de meninos - os filhos dos habitantes dos povoados onde se estabeleciam – aos quais se ensinava latim, como é o caso da Paraíba, onde, em 1669, Fr. Plácido do Sacramento exercia as funções de mestre de latim, “«por havermos tido a mesma incumbência muito tempo antes que o Olandês ocupasse esta capitania»”³². No caso do Mosteiro do Rio de Janeiro, há memória de as aulas decorrerem nas imediações do que os monges ainda hoje designam de «Paraíso»³³. Apesar deste investimento no magistério, os estudos aí ministrados não tinham ainda grande expressão.

Numa referência de 1675 acerca da actividade missionária dos beneditinos junto dos ameríndios na Paraíba, descreve-se o seguinte:

“«Respondeo que naquella capitania havia tres Aldeas de Indios que há muitos annos admetirão a fee, e assy se lhes administra os sacramentos duas dellas as mayores tem seus capellaes a quem ellas pagão do que ganhão pello seu trabalho, a gente della capaz de suas armas de arco e frecha repartida em companhias com os officiaes athe capitão da mesma nação e por capitão e administrador João Ribeiro homem branco soldado e pratico na lingua que os governa a todos e os ensina, e a quem o capitão mor manda a ordem do que hão de cobrar.

A terceira Aldea administração os Padres de São Bento, que o exercício em que se ocupa este gentio he na redificação da forssa do Cabedello [...] e que comvirá [sic] não serem governados aquellas Aldeas por Indios da mesma nação como intenta o seu capitão mor Dom Diogo Pinheiro Camarão porque como esta gente he de pouca rezão e menos respeito nenhum terão nem obediencia ao que os governar e so ao branco pello temor do castigo de que os acuze a quem governa o que não fará o da mesma nação porque senão acuzão huns aos outros, e João Ribeiro que ora administra o faz conto da a [sic] verdade e sem queixa»”³⁴.

³² ENDRES, D. José Lohr, OSB, *A Ordem de São Bento no Brasil quando Província (1582-1827)*, Salvador, Ed. Benedictina, s.d., p. 127.

³³ Visto existirem instalações sanitárias nas proximidades, as quais datam de período bastante recuado.

³⁴ AHU-CU, cód. 252, f. 29v. apud LINS, Eugênio de Ávila, *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil – século XVI a XIX*, vol. 1, [diss. Doutorado], Porto, FLUP- Dep. de Ciências e Técnicas do Património, 2002, p. 193.

Encontramos neste trecho alguns dados que merecem particular atenção no âmbito do nosso estudo: que os índios aldeados tinham o acompanhamento de capelães, i.e., de membros do clero secular, os quais promoveriam a sua catequização e, provavelmente, a sua instrução nos rudimentos da língua portuguesa. Não esqueçamos que tanto o clero secular como o regular foram incumbidos, pela política de padroado régio, de evangelizar os povos recém-«descobertos». Assistimos, a título de exemplo, a um comprometimento da Coroa portuguesa com a Santa Sé, para que as religiões reformadas

“« [...]ajudem a conversão dos gentios da Índia, Brasil e outros lugares de meus senhorios se alcançará o efeito para que eu particularmente pretendia estes padroados, que era remediar os abusos que na provisão dos mosteiros e vidas dos religiosos o inimigo havia introduzido [...]»”³⁵.

Por outro lado, destaque-se ainda a alusão que aqui é feita a alguém que não é membro do clero, mas que cursa a carreira militar, e que ainda assim «ensina» os índios. Importaria saber em que domínio se processaria essa instrução: se na carreira militar, se no domínio da formação escolar e/ou cristã, ou ambas.

1.3. Directórios dos Índios, um projecto de monolinguismo

São bem evidentes as consequências para as populações ameríndias pelo facto de serem falantes de línguas com estatuto não oficial, sendo claramente marginalizadas. Com efeito, operara-se uma diferenciação no seu poder de actuação linguístico e social, vivendo dependentes da obrigação de falarem uma língua adicional ou do recurso a intermediários bilingues, condição análoga a línguas minoritárias ou ameaçadas de extinção³⁶.

A sociedade de Antigo Regime patente nos diversos territórios do império ultramarino português pautara-se, até então, pela heterogeneidade: eram diversas as situações de multilinguismo e multiculturalismo, particularmente pronunciadas em

³⁵ Carta de D. Sebastião (Lx, 03.03.1568) ao Papa Pio V. apud LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 269.

³⁶ Nancy Dorian, “Minority and endangered languages” in BATHIA, Tej et RITCHIE, William [ed.], *The Handbook of Bilingualism*, Oxford, Blackwell, 2007, p. 437.

zonas de fronteira ou fora dos centros urbanos, onde, por força da interacção com as instituições político-administrativas, se impusera o uso da língua do Rei. Tal correspondia, em certa medida, a uma política de miscigenação étnica e cultural e de adaptação do colonizador a novos contextos. A preocupação pela imposição do monolinguismo, consequência da afirmação dos Estados-nação do período oitocentista³⁷, encontrara os seus alvares na centúria anterior, a que não fora alheia a política Josefina para o Brasil colonial. A convivência dos colonos com as comunidades ameríndias não cristianizadas tornava-se, nos sertões nordestinos, uma questão de cada vez mais difícil resolução, e até mesmo o poder dos missionários sobre os seus aldeamentos rivalizava com o dos governadores, capitães e as pretensões dos fazendeiros e curraleiros. Nem a política de casamentos entre portugueses e ameríndios, tal como fora delineada por D. Pedro II em salvaguarda dos direitos destes últimos, vinha surtindo qualquer efeito.

Elaborado pelo então governador do Estado do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião de Carvalho e Melo, o *Directório que se deve observar nas Povaçoens dos Indios*³⁸ fora concebido, inicialmente, para regular a administração no norte do Brasil. Com data de impressão de 1758, rapidamente serviria de modelo para as várias capitanias do Estado do Brasil. Relativamente às capitanias adstritas a Pernambuco, ocupou-se o seu governador, Luís Diogo Lobo da Silva da adaptação daquele documento, de que conhecemos cópias enviadas ao Conselho Ultramarino. Trata-se da *Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas*³⁹. Com a imposição do *Directório* (e seus homólogos),

³⁷ Cf. Nancy Dorian, *op. cit.*, pp. 438 e ss.

³⁸ Com edição facsimilada do original impresso de 1758 em ALMEIDA, Rita Heloísa de, *O Directório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*, Brasília, Editora UNB, 1997, [apêndice final].

³⁹ *Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas pelo que pertence as q estão cituadas nesta Cappitania de Pernambuco, e suas annexas emquanto o mesmo Snr. não determina o contrario, dando nova e melhor forma para o seu regimen*. Anexada ao ofício do governador, de 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

vincava-se a afirmação política de coesão da colónia, numa clara aspiração a um ideal de sociedade monolíngue, mono-étnica, mono-religiosa e mono-ideológica⁴⁰.

Para lá da ideologia subjacente à reformas pombalinas, em termos práticos assistiu-se a um maior comprometimento do Estado na educação: criaram-se aulas régias; surgiu a contratação de professores, dali por diante nomeados e remunerados directamente pelo governo português; seleccionaram-se manuais; instituiu-se a inspecção das práticas pedagógicas dos professores (muito embora até então a Igreja e as próprias autoridades civis vigiassem de perto a acção dos mestres, sobretudo no que respeitava à integração da ideologia cristã no currículo) e até o pagamento de uma «propina», o subsídio literário, fundamental para o pagamento dos professores, mas que “nunca foi cobrado regularmente, prejudicando os docentes que ficavam meses sem receber os seus honorários”⁴¹.

É precisamente no *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão* (datado de 3 de Maio de 1757) que nos deparamos com a primeira de várias medidas levadas a cabo por Sebastião de Carvalho e Melo em prol da reforma do ensino das primeiras letras. Neste documento, confirmado por Alvará Régio de 17 de Agosto de 1758, e assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ordenava-se a criação de duas escolas públicas em todas as povoações de índios, constituindo uma prerrogativa a separação dos sexos:

“[...] haverá em todas as povoações duas escolas públicas, uma para meninos, na qual se lhes ensine a doutrina cristã, a ler, escrever e contar, na forma que se pratica em todas as escolas das nações civilizadas; e outra para meninas, na qual, além de serem instruídas na doutrina cristã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura e todos demais ministérios próprios daquele sexo.”⁴²

Conforme se acha assinalado no *Directório* do Pará e Maranhão, assim como na *Direcção* dos índios das vilas e lugares de Pernambuco, a erecção dos novos povoados deveria prever o ensino de primeiras letras junto dos ameríndios, pela instituição de

⁴⁰ Inspirámo-nos, uma vez mais, na perspectiva de Nancy Dorian, *op. cit.*, pp. 441-442.

⁴¹ António Carlos do Amaral Azevedo, “A Educação no Brasil Colonial (1500-1808)”, In ABE – Associação Brasileira de Educação, 500 Anos de Ensino no Brasil: Educação no Brasil, n.º 6, Rio de Janeiro, ABE, 2000, p. 9.

⁴² *Directório*[...], p. 7.

duas escolas públicas de ler, escrever e contar, um número justificado pela considerada necessária separação dos alunos por sexos. Assim, nas escolas de meninas haveria uma mestra, ao passo que nas dos meninos um mestre. Na ausência de mestra, as meninas poderiam, até à idade de 10 anos, frequentar as escolas de meninos – isto para o caso do Estado do Pará e Maranhão. Já a realidade das capitanias do governo de Pernambuco parecem exigir, assim o entende o seu governador, um limite até aos 9 anos de idade. Nestes dois tipos de escolas, à partida, os conteúdos ministrados seriam um pouco distintos: considerava-se pertinente introduzir as meninas na doutrina cristã, a par do aprender a fiar, a tecer e a bordar. Já os meninos, esses, gozariam de uma formação no ler, escrever, contar e na arte de algum ofício. Atenda-se, a este nível, à demonstração das qualidades dos alunos indígenas através do conjunto de "*Materiais, amostras de rendas, fiado por donde se faz evidente o adiantamento que tem tido os rapazes Indios da Villa de [x], da Eschola de Ler, Escrever que se lhes estabeleceo*" de diversas vilas indígenas, antigas missões jesuítas do governo de Pernambuco⁴³.

Aspirando a uma difusão de valores modernos, a educação projectada por Sebastião de Carvalho e Melo não descartara, contudo, a importância dos valores cristãos. Se considerarmos as gramáticas da língua portuguesa oitocentistas, nomeadamente a de Manuel Álvares que conheceu uma estrondosa difusão já com os jesuítas, que a copiaram e adaptaram, os grandes lemas de civilidade e moral cristãos continuavam presentes. Existiu, apesar de tudo, uma manifesta diferença face às gramáticas e cartilhas quinhentistas: o facto de os exercícios de escrita e leitura não serem feitos a partir de textos bíblicos ou orações.

Saliente-se, contudo, o papel da evolução das gramáticas do português e tratados ortográficos nos métodos de ensino da leitura, bem como, naturalmente, do ensino da ortografia. Para o caso português, recordamos o contributo de humanistas como João de Barros, Fernão de Oliveira e Duarte Nunes Leão ainda no século XVI, no esforço de regulação da língua portuguesa para uma sua difusão mais concertada pelos territórios ultramarinos recém-contactados. No século XVIII, a afirmação das línguas vernáculas no panorama educativo e os novos sentidos da educação iluminista conduziram, irremediavelmente, a novas práticas no ensino das línguas, na busca de regras mais

⁴³ AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1823, rolo 230.

objectivas e de uma visão mais prática e utilitária do código linguístico. Durante este largo período, contudo, a ortografia portuguesa conhecia registos flutuantes, sobretudo na escolha das letras para representação de sons e palavras, como se pode observar na documentação da época, variando consoante a idade do utilizador (pela tradição escolar de que seria herdeiro e tendência caligráfica em que fora formado), período, contexto e tipologia textual (nomeadamente se se tratasse de registos oficiais e pelo cargo exercido). Ainda assim, a transição do século XVII para o século XVIII pautou-se por uma caligrafia progressiva e notoriamente mais legível, em que as formas de escrita antiga tenderam a ser cada vez menos frequentes, sobretudo a partir da segunda metade de setecentos.

A questão central que se impusera tanto nos currículos como nos métodos e práticas pedagógicos empreendidos, o problema a que o ensino de primeiras letras se propusera resolver não era o da aprendizagem da ortografia mas simplesmente “apprendre à copier des mots correctement orthographiés, ce qui est différent”⁴⁴. O desenvolvimento da mera reprodução de textos e frases-modelo, a par de capacidades elementares de leitura respondia às necessidades do indivíduo na sua esfera familiar e social, por vezes bastando saber pouco mais do que assinar o seu nome. A instrução recebida pelos indígenas em primeiras letras não favorecia a sua autonomia, o domínio de regras de gramática do português, nem tão pouco a memorização da ortografia das palavras, ainda que favorecendo o contacto com léxico português, em inteira substituição e erradicação dos topónimos e antropónimos de matriz indígena.

Não passava, concordamos com Chervel, pela assimilação mental de regras e formas gráficas, mas fazia certamente uso das excepcionais qualidades dos ameríndios na reprodução exacta do material visual que se lhes apresentava. Coménio não fora alheio a esta metodologia na defesa da instauração de uma escola de língua vernácula onde as crianças seriam alfabetizadas na sua língua materna, antes de enveredarem pelo latim:

“I. Ler correntemente tudo aquilo que, em letras tipográficas ou à mão, está escrito na língua nacional.

⁴⁴ CHERVEL, André, *Histoire de l'enseignement du français du XVIIe au XXe siècle*, Paris, Retz, 2006, p. 165.

II. Escrever, primeiro caligraficamente, depois rapidamente, e, por último, em conformidade com as regras gramaticais da língua nacional, as quais devem ser expostas do modo mais familiar, e devidamente aplicadas por meio de exercícios.”⁴⁵

É bastante evidente a importância atribuída à fluência na leitura, ao passo que o sucesso da aprendizagem da escrita recaía sobre um processo que começava pelo treino da caligrafia ou correcto desenho das letras, seguindo-se a automatização motora e só por último a correcção gramatical. Acérrimo defensor da cópia, Coménio via este exercício como potenciador de uma memorização mais profunda de conteúdos e “hábito muito necessário para os estudos ulteriores e para os negócios da vida”⁴⁶.

Curiosamente, a primeira legislação reformadora do ensino das primeiras letras e, ao mesmo tempo, criadora do ensino primário oficial, surgiu, como constatamos, no âmbito do ensino da língua portuguesa em contexto ultramarino, mas não junto dos filhos dos colonos: o público aqui visado não tinha a língua portuguesa como sua língua materna.

“Entre as inovações, a secularização do ensino posta em prática visava o preparo de uma elite intelectual habilitada a atender e executar os objectivos económicos e sociais do Estado. Um dos instrumentos para isso utilizados consubstanciou-se na criação do Diretório dos Índios, com vistas à administração dos aldeamentos indígenas. Os missionários foram substituídos por diretores leigos aos quais caberia avivar a agricultura e desenvolver uma política de matrimônios entre mestiços. Também o idioma português foi estimulado no meio indígena, associado à divulgação e à prática de costumes lusitanos. Esse projecto, no entanto, redundou num fracasso total, não tardando que os nativos fossem explorados no trabalho diário e que pouca atenção viesse a ser dada ao desenvolvimento social. Em 1798, o Diretório dos Índios foi abolido.”⁴⁷

O ensino primário propriamente dito veio a ser implantado em Portugal pela Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772. Começando por se criar uma rede de escolas públicas um pouco por todo o país – sobretudo nas povoações mais significativas, quer demograficamente, quer economicamente – a novidade não reside no facto de se ministrarem primeiras letras – o que há muito já acontecia – mas antes em o Estado assumir as rédeas da educação, um controlo que se encontrava, na sua esmagadora

⁴⁵ COMÉNIO, *Didáctica Magna: Tratado da Arte Universal de ensinar Tudo a Todos*, Lisboa, Gulbenkian, 4.^a ed., 1996, p. 428.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 434-435.

⁴⁷ António Carlos do Amaral Azevedo, *op. cit.*, p. 9.

maioria, nas mãos da Igreja. Não seria ainda a ambição de um «ensino para todos», como tão bem destaca Joaquim Ferreira Gomes, mas antes a “*convicção de que competia ao Estado a ilustração dos seus súbditos*”⁴⁸, muito embora algumas vozes como Coménio, no século XVII, e Verney, contemporâneo de Pombal, o reivindicassem⁴⁹.

“Embora admitindo que todos os cidadãos de uma nação «concorrem na unidade da causa do interesse público e geral», o *Preâmbulo* da Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772 considera que «é conforme a toda a boa razão que o interesse daqueles particulares que se acharem menos favorecidos haja de ceder ao bem comum e universal». E isso porque era convicção generalizada que a instrução não era necessária para todos os cidadãos, muito concretamente para «os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris, que ministram o sustento dos povos e constituem os braços e mãos do corpo político», pois, para as «pessoas destes grémios» bastariam as «instruções dos párocos», ou seja, o Catecismo.”⁵⁰

Como explicar, então, o interesse manifestado por Sebastião de Carvalho e Melo em instruir os ameríndios brasileiros? Pensemos, antes de mais, nas suas implicações e proveitos para a sociedade colonial de então. A erradicação definitiva das línguas indígenas – matriciais ou gerais, qualquer que fosse o seu estatuto ou natureza – colocou-se como uma medida estratégica que exigia urgente observância, de modo a superar o obstáculo da comunicação, para que tais povos não permanecessem à margem da sociedade colonial. A verdadeira ambição residia em formar as elites ameríndias, isto é, «os filhos dos principaes», para que eles pudessem contribuir para administração local, ficando directamente dependentes do Estado. Sebastião de Carvalho e Melo buscava, em seus propósitos, a imposição de uma língua e de uma cultura no Império. A idealização de uma sociedade monolíngue e monocultural para o Brasil servia, acima de tudo, princípios acima de tudo de afirmação política e económica. Foi, em grande medida, bem-sucedido, conseguindo reduzir substancialmente os falantes dos idiomas

⁴⁸ GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2.^a ed., Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 15.

⁴⁹ Contrariamente a Voltaire, La Chalotais, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, bem como Ribeiro Sanches, os quais defendiam a educação das elites.

⁵⁰ GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, [...] p. 16.

indígenas, de que é viva consequência muitas terem perdido os seus falantes, condenadas ao estatuto de línguas mortas⁵¹.

Analisemos com mais detalhe as medidas propostas por este conjunto legislativo do período Josefino.

No *Directório, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario* (1758), demonstra-se, acima de tudo, a necessidade de se civilizar os índios, de modo a que não permaneçam bárbaros, “*como se vivessem nos incultos Sertoens, em que nascerão, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo*”⁵². Sublinha-se, de forma notória, que a educação veiculada pelos Jesuítas conduzia à rusticidade e à ignorância, pelo facto de tolerar a língua e cultura indígenas, o que obstava a uma política colonial repressiva. Que método usar para contrariar a barbárie dos «brasis»?

“Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistarão novos Dominios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; [...] ao mesmo passo, que se inroduz nelles o uso da Lingua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o affecto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe.”⁵³

Atendamos à definição de língua aqui expressa: tomando o exemplo de outras nações e impérios, a imposição da língua pelo povo dominante afigurava-se como um poderoso instrumento de vassalagem, de uma submissão linguística e cultural aparentemente pacífica.

Após teorizar em torno da solução, Francisco Xavier apresenta a sua adaptação ao contexto dos referidos Estados:

“Para desterrar este pernicioso abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escolas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua

⁵¹ Comunidades que actualmente se auto-identificam como tendo essa matriz cultural, e tendo o português por língua materna, procuram recuperar essas mesmas línguas através de uma educação escolarizada, tutelada pelo Ministério da Educação Brasileiro /Secretaria da Educação, com currículo desenhado para o efeito.

⁵² *Directório dos Índios*, p. 2.

⁵³ *Idem*, p. 3.

própria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observáraõ com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.”⁵⁴

Como se pode verificar, o âmbito desta lei não se cingira apenas aos ameríndios, mas a «Meninos e Meninas» de origens diversas, abrangendo deste modo filhos de colonos e escravos, proibindo-se o uso de outra língua (o que incluía a língua geral e línguas nativas, fossem elas indígenas ou africanas) que não a portuguesa. Tornava-se também clara a ineficácia de decretos e alvarás de D. José I que antecederam este *Directório*, onde apenas se recomendava o estudo exclusivo da língua portuguesa, sem que tal se tivesse concretizado de modo significativo. Defendendo que “*esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pertende*”, Pombal apostara na renovação do sistema educativo, fundando escolas públicas onde Mestres dotados de “*bons costumes, prudência, e capacidade*”⁵⁵ instruiriam as crianças na “*Doutrina Christãa, a ler, e escrever, para que juntamente com as infalliveis verdades da nossa Sagrada Religião adquirião com maior facilidade o uso da Língua Portugueza.*”⁵⁶

Com o intuito de erradicar qualquer marca ou lembrança indígena, ordenou-se, então, a transformação das antigas aldeias indígenas em vilas com nomes de localidades portuguesas, para além de os índios passarem a ter um sobrenome (que até então não tinham, ou tinham nomes iguais, daí advindo grande confusão ao nível de uma sua precisa identificação e diferenciação), “*havendo grande cuidado nos Directores em lhes introduzir os mesmos Appellidos, que os das Famílias de Portugal*”⁵⁷.

Para além do especial destaque concedido aos nativos do Brasil, não descurou aquele governador a organização das comunidades de escravos. Assim, para que o uso da língua portuguesa se efectivasse com maior profundidade, houve o cuidado de separar os escravos, de modo que indivíduos de diversas tribos e etnias não falassem o seu dialecto, antes existindo uma verdadeira babel de dialectos e falares

⁵⁴ *Directório dos Índios*, p. 4.

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Idem, p. 6.

dissemelhantes⁵⁸. Na realidade, para comunicarem, estes escravos criaram uma espécie de “português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências”⁵⁹.

Num tempo em que filósofos e intelectuais em geral demandavam novas perspectivas para a educação, seria esperável que, de alguma maneira, através das reformas educacionais operadas no mundo ultramarino português, pudéssemos entrever uma presença activa do racionalismo e do empirismo na pedagogia setecentista. Junto dos índios, contudo, o que se observa não é tanto uma mudança em termos pedagógicos, se não apenas o reforço do Estado na formação e controlo dos «vassalos». Assistimos, é certo, à introdução, enquanto valores educativos, de conteúdos associados à cidadania, actualizando ou acompanhando os valores cristãos, anteriormente dominantes.

Se considerarmos que as mudanças operadas a nível sociolinguístico numa comunidade “pode ser uma força atuante em desenvolvimentos culturais mais amplos”⁶⁰, não nos deixamos de interrogar sobre o real impacto produzido tanto pela sua instrução num idioma estranho (fosse ele o português ou uma qualquer língua geral), sem que para isso estivessem particularmente motivados – o que nem sempre aconteceu, apesar de tudo, tanto pelo interesse que tinham em estabelecer contacto com os brancos, quer pela importância que atribuíam à capacidade da escrita. Um dos elementos indiciantes desse desenvolvimento assenta, de acordo com Greg Urban, nos empréstimos, vocábulos introduzidos na língua, podendo sofrer algumas adaptações ao sistema fonológico da língua-alvo.

É, ainda, de toda a utilidade ponderar sobre o tipo de relação estabelecida pelos índios com os idiomas que aprendiam: usariam de facto a língua portuguesa no dia-a-dia, ou reservavam-na única e exclusivamente para o contacto com alguns brancos? Usariam das técnicas de escrita para proceder a registos no seio da sua comunidade, em seu proveito e em benefício das suas comunidades, ou apenas quando eram chamados a prestar contas perante as autoridades?

⁵⁸ Com efeito, estima-se que tenham vindo para o Brasil falantes de entre 200 a 300 línguas, a maioria das quais oriundas da África Ocidental. Cf. Nilcéia Albuquerque França, “Origens do Português no Brasil: da crioulação ao Português Brasileiro”, p. 198, [disponível in www.rhr.uepg.br/v7n1/7-NP%20Nilceia%20ok.pdf].

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

⁶⁰ Greg Urban, “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios do Brasil*, [...], p. 101.

Fosse por força de tendências e circunstâncias – políticas, ideológicas e económicas – fosse pela pressão de grupos dominantes, observou-se com alguma frequência a evocação de uma série de aspectos de ordem linguística e não linguística – raça, religião, usos e costumes, entre outros - na legitimação ou impedimento da integração de indivíduos na sociedade. Considerando a realidade do Brasil colonial em meados de setecentos, observamos como o índio ainda constituía uma presença dominante, percentagem tanto mais expressiva quanto mais se caminhasse rumo ao interior. Não se tratando de uma minoria, não obstante, logo na centúria seguinte o seu apagamento faria supor muitos investigadores que teriam sido alvo de uma dizimação em larga escala, facto que, ainda assim, vem sendo já largamente desmentido por autores mais esclarecidos, apoiados por factos concretos e documentados.

Efectivamente, a interpretação que fazemos dos factos vai sobretudo no sentido desta segunda hipótese, com a integração nas vilas indígenas e a política indigenista de D. José I, de forma global, a exercerem um papel essencial na incorporação social dos ameríndios à sociedade luso-brasileira. Vencidas as resistências à administração dos brancos, com aproveitamento de índios escolarizados, eles próprios actores da administração dos seus pares no espaço das vilas e lugares indígenas, e num contacto mais fecundo com elementos exteriores à sua comunidade de base, a mestiçagem adensava-se. Colocada a tónica na adopção de novas formas de subsistência, no exercício de actividades laborais diversificadas, cujo contributo era encarado como decisivo para o florescimento das economias locais, de índole marcadamente agrícola, pecuária e timidamente comercial, o projecto de «civilização» ganhara contornos extremamente vinculados e expressivos, tendo tido uma repercussão muito mais acentuada do que se possa supor, mesmo tendo vigorado apenas até 1798.

De entre as estratégias que acreditamos terem sido fundamentais ao ponto de parecer existir um «apagamento» do elemento indígena, apresenta-se a prática centenária dos descimentos, reforçada pelo *Directório* de 1758, assim como pela *Direcção* de 1759. Com a deslocação de grupos para espaços que os obrigavam a uma adaptação, por vezes com acentuado impacto negativo na sua saúde devido à diferença do clima e estranhamento ao próprio meio-ambiente, terá certamente sido particularmente expressivo o corte desses vínculos com as suas origens geográficas. Além do afastamento espacial, a desfragmentação da própria comunidade e/ou núcleo

familiar terá concorrido de modo decisivo para uma perda de identidade enquanto grupo e enquanto indivíduos portadores de uma determinada matriz cultural – e ainda mais se integrados em povoações com outros grupos distintos. Os descimentos implicavam, ainda, uma incorporação forçada – com toda a legitimidade para ser mal sucedida – numa comunidade, com a possibilidade de, ela própria, ser múltipla, e sujeitando indivíduos com hábitos nómadas ou seminómadas à fixação territorial, às determinações de capitães, directores, padres e mestres, que lhes impunham um exigente e rigoroso código de conduta.

É neste contexto que se veicula e promove, de forma subliminar, uma dicotomia, para a qual o uso da língua concorre de forma igualmente decisiva: “«us» (good «insider» group) vs. «them» (bad «outsider» group)”⁶¹. As disposições do Rei vão no sentido de dignificar o índio aos olhos dos colonos, garantindo-lhes as condições para se tornarem elementos produtivos ao Estado e protegidos de situações de cativo e declarada escravatura – sob a condição de, aceitando viver em paz com os moradores, se desembaraçassem do uso dos seus idiomas, crenças e costumes ditos «obscuros» e «bárbaros». Em meados do século XVIII, a aplicação de uma política indigenista mais rigorosa e ambiciosa nos seus propósitos e trâmites de actuação exigiu do ameríndio mais ainda do que mostrar-se conforme às determinações civis e eclesiásticas a que ficaria irremediável e incondicionalmente sujeito uma vez estando de paz com os brancos. O viver nas vilas e lugares indígenas passou a implicar o abandono decisivo da língua geral, o que terá significado uma perda progressiva para os que transitavam do modelo das aldeias missionadas, e súbita para os que haviam sido entretanto alvo de descimento já em plena vigência do *Directório*. Terá sido decisivo o entendimento de que, para sobreviverem, para escaparem à servilidade e ainda almejarem a perspectivas de ascensão social, seriam necessárias algumas concessões, entre as quais poderão não ter pesado de forma significativa a manutenção da identidade da cultura matricial e a persistência na língua materna não-europeia.

As contestações sociais dos povos indígenas integrados nestes lugares face a todo este quadro não foram particularmente expressivas, sobretudo no que tocava ao uso em exclusivo da língua portuguesa. O mero facto de aceitarem ali permanecer já

⁶¹ RICENTO, Thomas [ed.], *An Introduction to Language Policy – Theory and Method*, Malden, Blackwell Publishing, 2006, p. 232.

assinhalava uma escolha, uma opção pessoal e/ou de grupo, ao passo que a fuga constituiria a negação total – como se veio, efectivamente, a observar em alguns povoados. O idioma luso, imposto e até usado por uma minoria, por ter um poder político mais pronunciado e revestindo-se de um cada vez maior prestígio social nestes últimos tempos do Antigo Regime, acabaria por subtrair às línguas gerais o privilégio da comunicação na administração dos índios.

O declínio e perda de determinadas línguas é, na verdade, um fenómeno que ocorre com grande frequência em contextos multilingues, em que uma língua dita maioritária – ou que conquista para si um maior destaque – acaba por se sobrepor a uma língua minoritária – quer pelo número de falantes, quer pelos privilégios de que poderá ser detentora. Especialistas na área de sociolinguística observam que o fenómeno da mudança de código linguístico⁶² se encontra directamente implicado pela existência de sociedade plurilingues, surgindo quer por força das circunstâncias em que ocorre a situação de comunicação, quer mesmo pelo tema do discurso – facto particularmente observado ao nível das interacções orais. Coloca-se, ainda, em questão o interesse de os falantes optarem por um código em detrimento de outro tendo em vista as consequências dessa mudança no plano social, económico e até político, facto tanto mais evidente junto de grupos já marginalizados, como acentua Stephen May⁶³.

O Brasil viu-se, assim, palco de forças em que ainda vigorava a ideia imperialista do uso da língua como factor de uniformização social e de coesão político-económica, em que a hegemonia da língua portuguesa contrariava uma realidade multilingue e multicultural, negando-a e anulando-a, por constituir uma ameaça à soberania do Rei e à sua ideia de estabilidade do Império e bem-estar dos seus vassalos.

Nesta medida, a veiculação do ensino de primeiras letras em língua portuguesa nas vilas e lugares indígenas reforçava e assegurava uma estratégia de assimilação cultural – e linguística, obviamente – suportando esta imposição da hegemonia na comunicação e da uniformização dos seus vassalos pela «civilização» dos índios logo

⁶² Este conceito equivale ao usado em inglês, «code-switching». XAVIER, Maria F. et MATEUS, Maria H. [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. II, [Associação Portuguesa de Linguística], Lisboa, Cosmos, 1992, p. 257.

⁶³ Inspirámo-nos, a este nível, na tese de Stephen May, aludida em RICENTO, Thomas [ed.], *op. cit.*, pp. 232-233.

desde tenra idade. O facto de a educação pública decorrer nestes moldes acabaria por determinar, ou ao menos constituir uma influência adicional nos motivos que terão levado os ameríndios a mudar de código linguístico de forma tendencialmente permanente – ou que se foi consolidando de forma gradual, de fora da comunidade, a partir da escola e das interacções com o outro no seu quotidiano, para dentro do seio familiar e na comunicação com os seus pares, fazendo-se as estruturas do português cada vez mais presentes em situações variadas de comunicação.

A par destas circunstâncias, faziam-se mais e mais longínquos os tempos em que as línguas indígenas eram valorizadas, quando os missionários dedicavam o seu labor à sua compreensão, domínio e redacção de vocabulários, gramáticas e catecismos. Mas mesmo ali, no espaço da aldeia missionada, o contacto com a versão estandardizada do Tupi sob o formato da língua geral, poderia ter originado um estranhamento dos falantes face ao idioma ou dialecto que falavam, considerando-o incorrecto, levando assim ao seu desuso⁶⁴.

Com a observância do *Directório dos Índios*, impondo-se, progressivamente, a todos os contextos de populações ameríndias sob administração branca (laica ou religiosa) no Brasil de setecentos, as produções escritas em língua indígena – realizadas em contexto exclusivamente missionário – encontram-se condenadas. Mas também a sua oralidade se vê, então, ameaçada, cada vez mais restrita ao domínio gregário e familiar da comunicação⁶⁵. O segmento legislativo dedicado ao uso do português neste texto doutrinário, assim como as repercussões daí advenientes é merecedor de atenta análise e reflexão, não unicamente pelo destrinçar da ideologia subjacente, como também pelo entendimento do estatuto das línguas em presença – de um lado, o português, do outro, as línguas indígenas, cuja existência é ali encarada de forma global – e sua relação com a identidade social e a mudança social. Ignoramos até que ponto foi exercido algum tipo de verdadeiro policiamento do uso das línguas nativas ao longo do reinado de D. José I. A avaliar pelo acentuado decréscimo de línguas indígenas faladas

⁶⁴ Acerca da influência da estandardização da língua e seus efeitos, tomámos a linha de Paulston et Heidemann, conforme apontado por RICENTO, *op. cit.*, p. 236.

⁶⁵ Entendemos, aqui, por domínio gregário e familiar conforme descrito em DUARTE, Inês, *Língua Portuguesa: instrumentos de análise*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000, e em CASTELEIRO, João Malaca et al., *Nível Limiar: para o ensino-aprendizagem do português como língua segunda-língua estrangeira*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1988.

pelos povos do Brasil com que nos podemos confrontar a posteriori, seríamos levados a crer que o impacto do *Directório* terá sido significativo. Questionamo-nos, contudo, se terá sido a redução do número de falantes que condenou vários idiomas ao estatuto de línguas mortas, se poderemos associar semelhante decréscimo ao sucesso da proibição do seu uso ou se terão, ainda, existido outros factores. Prossigamos com a nossa análise.

Uma medida, desde há vários reinados ambicionada, voltava a ser proposta: a promoção de uniões matrimoniais entre luso-brasileiro(a)s e índio(a)s. No parágrafo 92º da *Direcção* dos índios de Pernambuco, o governador Luís Diogo Lobo da Silva, num quase inteiro decalque do conjunto legislativo delineado no ano anterior para o Estado do Pará e Maranhão, estipula:

“Entre os meios que julgo mais proporcionados para se conseguir tão virtuozo, util,e santo fim, nenhum me parece mais eficaz, que procurar por via de cazamentos esta importantissima união; pelo que recommendo aos directores, que apliquem um incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimonios entre os brancos e indios, para que por meio d’este sagrado vinculo se acabem de extinguir totalmente aquella odiozissima distincção, que as nações mais polidas do mundo abominarão sempre como inimigo commum do seu verdadeiro e fundamental estabelecimento.”⁶⁶

Adicionalmente, vinha-se reforçando a disponibilidade dos índios moradores nas vilas indígenas face à prestação de serviços – pressupostamente remunerados – uma exigência desde há muito reiterada pelos moradores de todo o Governo de Pernambuco, particularmente em regiões onde o acesso a mão-de-obra escrava africana, além de escasso (pelas distâncias), envolvia quantias que aqueles não conseguiam pagar. Entre as necessárias adaptações à aplicação do texto do directório à realidade administrativa, económica e social das capitanias abrangidas pelo governo de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva observara ser do interesse das populações e do Rei a promoção do trabalho indígena, contrariando, acima de tudo, o que designa de «ociosidade», e garantindo a pronta disponibilidade dos índios para o trabalho dos moradores, sob atento e criterioso controlo e inspecção dos directores das vilas indígenas:

“67 – Pelo que recommendo aos directores apliquem um especialíssimo cuidado a que os principaes, a quem compete privativamente a execução das ordens respectivas à distribuição dos índios, não falem com elles aos moradores, que os pedirem [...]”⁶⁷

⁶⁶ *Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares cituadas nesta Cappitania de Pernambuco e suas annexas (1759).*

⁶⁷ *Idem.*

Com o acesso cada vez mais franqueado a esta mão-de-obra alternativa, os povoados indígenas deixaram de ser um lugar defeso, cedendo cada vez mais os seus administradores – no caso, os Directores das vilas – aos interesses e constantes demandas dos fazendeiros, curraleiros e capitães. Nem as índias ficaram a salvo. Até então relativamente protegidas – embora sem grande sucesso - do serviço nas casas dos colonos, pelas artimanhas com que estes, promovendo o seu casamento com os seus escravos, ganhavam mais escravas, tornaram a ser integradas nos sobrados dos senhores e senhoras da terra, com algumas duvidosas ressalvas. Ora, tanto o afastamento, cada vez mais a longo termo, daquelas vilas, como a imersão num contexto onde o uso do português se faria mais presente, e ainda a concretização de uniões matrimoniais com colono(a)s e seus escravo(a)s, foram decisivos no condicionamento do uso das línguas indígenas – gerais ou matriciais.

1.4. Educação moral e ensino de primeiras letras

Contrariamente ao que se possa imaginar, a aliança, nos primeiros anos de ensino, entre cidadania e aprendizagem de línguas – mesmo em termos de ensino de línguas estrangeiras – constituiu objecto de experiências de projectos interdisciplinares. Semelhantes esforços tiveram como finalidade o encorajamento de atitudes positivas nas crianças, com vista ao respeito pela diferença linguística e cultural. Alguns autores reconhecem no campo do ensino de línguas estrangeiras uma área estratégica e ideal para o desabrochar dessa consciência⁶⁸.

⁶⁸ Além de se defender que os professores de ensino primário/1º ciclo do ensino básico estarão mais aptos a estabelecer estas conexões, por geralmente se tratar de um currículo mais generalista, em que o professor, dispondo de maior autonomia, abarca todas as áreas, destaca-se ainda a preponderância das crianças estarem mais dispostas e inquisitivas a essa descoberta do que noutras faixas etárias no percurso do ensino obrigatório. Com efeito, já Lambert e Klineberg (1967), assim como Schumann (1978) haviam sugerido que a idade em que existe maior receptividade e curiosidade pela diferença é aos 10 anos. Cf. Ann Gregory, Sally Hicks et Therese Comfort, “Citizenship and modern foreign languages in the primary school”, in BROWN, Kim et BROWN, Margot [eds.], *Reflections on citizenship in a multilingual world*, London, Centre for Information on Language Teaching and Research, 2003, pp. 66-73.

Como entender a educação moral? Ao longo do tempo, esta disciplina tem vindo a conhecer diferentes cambiantes. Ora pensada com a finalidade de adaptação social, pela transmissão das normas sociais imperantes, ora no partir à descoberta de crenças e valores (próprios e da sociedade), ora esforçando-se por gerar comportamentos social e civicamente correctos, nela se foi reconhecendo um campo fértil na promoção de ideais conformes aos vigentes. Pretendemos clarificar em que termos a educação moral cristã e cívica foi perspectivada nas povoações indígenas.

Considerando, pois, existir uma idade ideal para a prática da educação para a diferença em meio escolar, entre os 9 e os 10 anos de idade, oferecendo-se a entrada na puberdade como momento a partir do qual as atitudes se tornam mais inflexíveis⁶⁹ – logo, tendendo mais à resistência perante a diferença – não será de estranhar o interesse de se introduzir textos moralizantes e de carácter edificante no ensino de primeiras letras aquando das reformas de Sebastião de Carvalho e Melo. Por outro lado, a preferência dos missionários em catequizar as crianças indígenas até cerca dos 12 anos foi também no sentido de ser a fase em que estes se encontram mais receptivos à diferença – neste caso, perante um novo credo, novos códigos de conduta, uma nova língua, mesmo que não fosse o português mas uma língua geral para a sua doutrinação. Senão, vejamos:

“By introducing fundamental concepts of citizenship in primary school, pupils can, from an early age, learn to accept and celebrate ‘differences’ encountered in both linguistic and cultural situations. Positive attitudes to foreign languages and to different ways of life can both be developed through an early start.”⁷⁰

Longe de se encontrar desactualizada ou conotada com um modelo de ensino tradicional ou fora de moda, a educação cívica parte, hoje, à conquista da formação do cidadão consciente dos seus papéis sociais e do contexto que o rodeia. Encontraremos, talvez, no século XVIII, o seu ténue início como matéria curricular.

⁶⁹ Cf. HAWKINS, E., *Modern languages in the curriculum*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

⁷⁰ Ann Gregory, Sally Hicks et Therese Comfort, “Citizenship and modern foreign languages in the primary school”, in BROWN, Kim et BROWN, Margot [eds.], *Reflections on citizenship in a multilingual world*, London, Centre for Information on Language Teaching and Research, 2003, p. 73.

Até ao século XIX, o ensino permanecia alheado face aos ritmos de aprendizagem dos alunos, muito embora não os deixasse de distinguir de acordo com a sua proficiência nas suas aprendizagens. As próprias turmas reuniam dezenas de alunos, independentemente das suas idades e capacidades, o que deixaria os alunos com maiores dificuldades em situação de grande desvantagem. Contudo, já a Companhia de Jesus salientara a necessidade de serem admitidos somente alunos em idade até cerca dos 12, período considerado ideal e em que mais facilmente seriam doutrinados. No caso dos «gentios» do Brasil, após o século XVI, rapidamente os missionários perceberam como, ao caminhar para a idade adulta, os seus pupilos mais rapidamente esqueciam ou rejeitavam o que se lhes ensinava, sobretudo no plano catequético e civilizacional.

Essa mesma preferência, mantida no século XVIII, traduz-se, na prática, pela procura de um nivelamento dos alunos no grupo-turma, pela busca de alguma homogeneidade etária, assim como “une relative similitude des niveaux de développement physique, socio-affectif et intellectuel”⁷¹. Ainda assim, a inauguração de um novo sistema de ensino com as reformas de Sebastião de Carvalho e Melo, assente no modelo das aulas régias e onde se assiste ao arranque, embora ténue, do ensino elementar dirigido – pressupostamente - a várias franjas da sociedade, não preconizaria ainda a diferenciação de conteúdos e de níveis de exigência dentro desse ciclo de aprendizagens, mas de um outro modo. Subliminarmente, a diferenciação era feita pelo acesso aos ciclos seguintes através de um condicionamento que subjazia às próprias capacidades e competências do indivíduo. Por outro lado, e com a necessidade premente de os próprios beneficiados contribuírem para o financiamento do sistema de ensino, a imposição do Subsídio Literário viria revelar-se um sério impedimento mesmo à escolarização mais rudimentar. O que observamos no caso das escolas de primeiras letras em funcionamento nas sete vilas indígenas em estudo não parece fugir à regra, excepto ali se encontrarem reunidos alunos indígenas, se bem que potencialmente oriundos de grupos étnicos diversos. Mas estamos num tempo em que o professor concentra em si tanto a responsabilidade como o sucesso do(s) método(s) empregue(s).

⁷¹ PERRENOUD, Philippe, *La Pédagogie à l'école des différences*, Paris, ESF, 1995, p. 60.

Apesar das correntes vigentes na época, existia uma incontornável realidade sociopedagógica no quotidiano daquelas escolas em meio indígena: a diversidade linguística e cultural do grupo-turma⁷². A heterogeneidade dos alunos poderia, ainda, ser entendida a partir de outros elementos. Imaginando o cenário com que o professor primário se depararia no início do ano lectivo, Perrenoud recorda como factores de diferenciação: as capacidades de atenção, de trabalho e de criatividade; a habilidade ou destreza perceptiva, manual e gestual; a personalidade, as atitudes, as imagens de si, o sentimento de pertença a um grupo, a confiança em si próprio; modos e capacidades de relação e de comunicação; os saberes e as experiências extraescolares; a aparência física, a postura, o vestuário; entre outros⁷³. O projecto civilizacional do *Directório* pretendia anular a diferença indígena nos seus traços culturais, na comunicação, na vivência quotidiana, até na identidade pessoal. A variedade seria antes entendida como uma Babilónia, uma situação que carecia de uma ordem, e não passível de ser valorizada e mantida, causa a que tantos missionários dedicaram as suas vidas, nem sempre com o sucesso ambicionado. Apesar da franca autoridade concedida à figura do mestre, tal não significava que os menos prevenidos não enfrentassem obstáculos difíceis de transpor. Afinal,

“La diversité pose problème dès lors qu’on ne dispose pas – ou pas encore – des schèmes différenciés correspondants. Car alors l’action est inefficace, voire dangereuse. Ce qui, lorsque c’est possible, conduit à ne pas agir, à ne pas engager d’interactions avec des personnes trop différentes de celles que l’on pratique habituellement. »⁷⁴

Do lado do aprendente, por seu turno, a coexistência forçada, durante várias horas por dia, num espaço exíguo poderia revelava-se problemática, no confronto entre grupos étnicos e linguísticos não aparentados. No espaço de algumas vilas indígenas,

⁷² Observe-se, a título de curiosidade, as directivas do Conselho Europeu no sentido de se promover a diversidade linguística e a interculturalidade nas escolas, inclusivamente através da aprendizagem de línguas em idades precoces. Semelhantes ambições pretendem conseguir, a médio e longo prazo, uma melhor compreensão da cultura do outro, assim como de facilitar a mobilidade profissional. Reconhece-se actualmente a vantagem desse ensino na infância – envolvendo a leitura e a escrita e não apenas as competências do oral - o impacto dessa motivação precoce e a importância de se atender às línguas faladas no meio que rodeia a criança. EDELENBOS, Peter et al., *Les grands principes pédagogiques sur lesquels se fonde l’enseignement des langues aux très jeunes apprenants*, [Bruxelles], Commission Européenne, Octobre 2006.

⁷³ PERRENOUD, Philippe, *op. cit.*, pp. 65-66.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 66.

sentiu-se a necessidade de preservar o distanciamento entre alguns povos, cuja integração num só povoado não conseguira traduzir-se numa pacífica convivência entre todos, facto que se consubstanciou na projecção da própria malha urbana. Fica em aberto como o mestre, no espaço escolar, geria esta diversidade.

Perrenoud não deixa de evidenciar que, mesmo que por vezes pareça sobressair o controlo do Estado, servindo a escola como um seu aparelho ideológico ao serviço de uma classe dominante, ainda assim subsiste uma certa autonomia relativa, se atendermos a uma análise mais fina e atenta de uma realidade mais concreta, centrada nas práticas e transacções estabelecidas no microfuncionamento do sistema de ensino⁷⁵. Ao se ensaiar, no presente estudo, uma leitura historiográfica no tempo tão remoto, carecemos de alguns testemunhos e provas documentais que, com maior precisão e rigor, dêem conta das práticas ensaiadas, concretizadas e melhor ou pior sucedidas. O insucesso escolar era encarado como uma condição que excluía, de forma natural, o sujeito de um caminho que se entendia não lhe estar destinado, não originando, por isso, particular mudança nas técnicas de ensino ensaiadas pelo próprio mestre, ou sequer a adequação dos conteúdos.

No espaço das vilas indígenas, a educação das primeiras letras e da doutrina junto dos índios surgiu integrada na preparação de futuros militares das ordenanças. Os textos produzidos nas vilas em análise cerca de 1760 evidenciam bem, pela sua temática, o aproveitamento de princípios edificantes que pretendiam proporcionar a socialização dos índios, respondendo activamente às imposições do Directório dos Índios.

A própria coexistência de diferentes modelos de vida numa sociedade plural como a luso-brasileira na época das reformas pombalinas justifica e reforça, por si só, a extrema relevância da implementação, por via da educação escolar, de critérios de convivência que, por sua vez, reforçariam valores partilhados pelos bons princípios do ser-se cristão, como a integridade, a honestidade, o respeito, a disciplina, o despojamento, a bondade⁷⁶. Retomemos a questão do ensino das primeiras letras dos

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 62.

⁷⁶ Para uma definição do papel da educação moral nas sociedades actuais, Cf. BUXARRAIS, Maria et al., *La Educación Moral en Primaria y en Secundaria*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia/Edelvives, [1995], p. 15 e ss.

meninos índios das escolas do governo de Pernambuco e vejamos em que medida tais assumpções poderão, efectivamente, fazer algum sentido.

A política indigenista, de forte pendor administrativo, procurara gerir o social de modo a garantir a plena integração do ameríndio na sociedade colonial, numa clara rendição da maioria a uma minoria. O projecto civilizatório patente no *Directório* e edições adaptadas, suas sucedâneas, enfatizara a importância da edificação cristã dos índios, a europeização dos costumes, o aportuguesamento de hábitos e rotinas. Que factores terão levado à necessidade, se não mesmo urgência de se implementar semelhante modelo? Além das razões históricas, sobejamente exploradas, como a vacância deixada nas aldeias e missões com a expulsão dos jesuítas, a criação das Companhias de Comércio, a demanda de bens e recursos com o florescimento das Minas, a sul, é possível perceber ainda a interferência de outras dinâmicas e/ou tensões:

“Las relaciones del hombre consigo mismo y con los demás pueblos, razas o confesiones; del hombre con su entorno natural y urbano; o del hombre con su próprio sustrato biológico, se convierten en problemas de orientación y de valor, que exigen que la escuela les conceda una temprana atención en la educación de sus alumnos.”⁷⁷

Consideramos lícito entrever este sentido político na implementação da instrução escolar nas vilas indígenas, na medida em que, articulada com as restantes medidas, serviria, em teoria, de uma sólida base a este projecto de «civilização» e uniformização da diversidade indígena. Semelhante entendimento acentua, novamente, a estreita relação entre escola-sociedade e escola-Estado, além de o campo da doutrina cristã se oferecer como lugar privilegiado para a formação do «Homem novo» e «civilizado», construção utópica de uma alma indígena que se converte em absoluto à imagem idealizada do vassalo d’el rei. A educação moral e cristã procura, assim, uma imposição heterónoma de valores e normas de conduta, pela adopção plena e incondicional de princípios e práticas como, de resto, era o comum entendimento na época. Estamos, ainda, longe da orientação e preparação do aluno na resolução de situações de conflito de valores, contrária a uma mera prática reprodutora ou inculcadora de valores; tão

⁷⁷ BUXARRAIS, Maria et al., *La Educación Moral en Primaria y en Secundaria*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia/ Edelvives, [1995], p. 16.

pouco ocupa lugar central o reforço de valores como a justiça, a solidariedade, a cooperação ou o cuidado com os outros⁷⁸.

Assinala-se, em todo o caso, uma clara conformidade destes princípios com a ideologia da época. Também o mestre e autor da *Nova Escola para Aprender a ler e Escrever* havia salientado a importância de os mestres funcionarem como modelos de virtude, honra, dignidade e bom exemplo/ bons costumes, instruindo os alunos no verdadeiro princípio da sabedoria, que se entendia estar no temor a Deus⁷⁹. Deveriam, portanto, os discípulos assimilar naturalmente ou quase automaticamente estes princípios a partir do próprio mestre – de forma directa, pelas explicações que daria, ou indirecta, pelo convívio e observação da sua conduta - seu formador assim na instrução em primeiras letras, como na doutrina católica, seguindo-o em tudo de forma benevolente, passiva e conforme. A partir dos materiais concebidos nas vilas indígenas do governo de Pernambuco, constata-se, precisamente, a preferência pela cópia de textos de carácter edificante. Recordem-se alguns exemplos:

Vila de Mercejana

“A galantaria he esmalte da descrição o discreto que affecto jubilar de sezudo sem dar juizo [?]/ ao serio no descrucar o sentenciozo no dizer he./ discreto em cujo cartorio se não acha A gala/ntaria he esmalte da descrição o discreto que [sic] / Feita hoje Terca Fr.^a de menha e aos 7 br.^o de 1760 à [sic] / de Thomé de Souza Rebeiro”

“Para combater a fortaleza do homem não há inistro/mentos mais valentes que pessos de prata e ballas de ouro já se a pena faz pontaria a cubiça todo o tiro se/ logra e toda a muralha serrompe e se a cubiça tem/ algum mando na Fortaleza aos primeiros combates/ prometem renderce a/ qualquer partido. Para/ combater a fortaleza do homem não há inistromen;/ Feita hoje Sesta Fr.^a de menha e aos 12 de 7br.^o de 1760 a/ Descipullo de um/ de Jacinto Barboza de Jesus”

Vila de Arez:

“Quem na gloria quer entrar que aos bons hé prometida deve logo/ começar vida nova nova vida na celestial cidade disse o Anjo/ a Sam Joao não entrará fealdade nem nodoa de curução/ Feita hoje Sesta Fr.^a aos 22 de Agosto de 1760 annos/ Antonio Fructuozo”

Vila de Montemor-o-Novo:

⁷⁸ Idem, *ibidem*, pp. 15-17.

⁷⁹ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, Lisboa, Off. Bernardo da Costa de Carvalho, 1722, pp.2-5.

“Quão bem profetizando o grão profet/a, e Rey david, dizia: assim teiras, trocan/do, qual hé a companhia do bom ou/ mau amigo, que te guia. a fferas estra/nhas, vivendo entre Monte Mor o No/vo da America 12 de Julho de 1760/ Antonio Lopes”

Mesmo nos primórdios da educação pública se sentira como objectivo e finalidade última de formação a moldagem do carácter e a potencialização de uma boa conduta moral do aluno – daí o destaque conferido à virtude. Entendeu-se, posterior e surpreendentemente, graças aos estudos de Hugh Harsthorne e Mary May, que a dita «instrução formal do carácter», mais evidente nas aulas de catequese, não confirmava, afinal um efeito prático e positivo, tanto no entendimento que faziam da moralidade, como do que realmente era a sua conduta, ou sequer da correlação entre a formação recebida e os comportamentos actuais⁸⁰.

Parece-nos ser ainda mais útil como modelo de interpretação da aprendizagem dos ameríndios a teoria de Kohlberg, segundo a qual o carácter moral do Homem se desenvolve em seis estádios – um elemento, portanto, intrínseco à natureza humana, independentemente da cultura, raça, posição social ou proveniência. Semelhante teoria, correlacionada com os estádios de desenvolvimento de Jean Piaget e os estádios de desenvolvimento pessoal de Erik Erikson, permite-nos fazer uma leitura mais objectiva do ponto de vista da adequação dos conteúdos, das capacidades, motivações e necessidades do aluno, como tivemos ocasião de explorar em capítulo anterior, centrado na aprendizagem.

A moral deverá ser, então, entendida através de duas perspectivas: de um lado, enquanto conjunto de conteúdos veiculados através da educação escolar formal, sob a forma de princípios, regras e valores cuja escolha – nunca feita ao acaso - e exercício obedecem a um projecto de instrução propriamente dita, de uma política educativa, de convivência social, ou até de manutenção de um credo religioso. Por outro lado, encontra-se em causa o desenvolvimento moral do sujeito aprendente, na medida em que, de forma mais impressionista ou mais consciente, se promoverá a apreensão de um quadro de valores de acordo com as capacidades do público-alvo, sendo mais evidente a gestão da sua complexidade em articulação com a faixa etária e até o sexo. Jean Piaget

⁸⁰ “Desenvolvimento moral”, in SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993, pp. 167-168.

evidenciara o relevo deste último aspecto, na medida em que está intimamente relacionado com a capacidade do indivíduo para estabelecer certo tipo de operações mentais. Destaca, por isso :

“l'évolution de la morale et l'évolution de la logique sont parallèles : la morale est une logique de l'action comme la logique est une morale de la pensée. Comprendre le développement moral de l'enfant c'est donc comprendre du même coup son développement logique. »⁸¹

O exercício e assimilação de semelhantes competências no contexto da educação escolar formal acabavam por se definir como uma realidade premente e necessária nos alvares da Modernidade, ainda que sujeita a uma formação catequética de matriz cristã. O facto de a consciência da obrigação moral não ser inata, de a génese das regras morais se encontrar condicionada pela qualidade das relações que o indivíduo estabelece, logo na infância, com a família, e paulatinamente com a comunidade, justificam porque, até muito recentemente, se tomava a educação moral e cívica como elemento indispensável à formação de qualquer indivíduo. Até porque a noção de regra não é individual, mas social⁸², decorre da convivência e do relacionamento em comunidade. Entendemos, por isso, que o ensino de primeiras letras e doutrinação cristã em português se tornaria central no domínio da «civilização» dos índios pois, além de sujeitar os índios ao uso circunscrito da língua do Rei, ofereciam um conjunto de códigos de conduta e um disciplinamento que se acreditavam necessários e facilitadores de uma bem-sucedida integração social.

⁸¹ « La règle morale chez l'enfant » (1928), in PIAGET, Jean, *L'Éducation Morale à l'École : de l'éducation du citoyen à l'éducation internationale*, [colectânea de estudos], Paris, Anthropos, 1997, p. 9.

⁸² Idem, *ibidem*, pp. 9-11.

Capítulo II: Acção da Direcção dos Estudos Menores e da Real Mesa Censória

“Les lois de l’éducation doivent être relatives aux principes du gouvernement”

MONTESQUIEU, *De l’esprit des lois*, [1748], vol. I, Paris, Garnier-Flammarion, 1979, p. 155.

A década de sessenta do século XVIII não foi fácil para Portugal: por um lado, o acentuar do declínio da produção aurífera no Brasil; por outro, a guerra com Espanha em 1762, com impacto não apenas em termos económicos e demográficos, mas inclusivamente na educação, furtando às escolas muitos estudantes. Assinale-se ainda a perda de Mazagão e a transplantação dos portugueses aí residentes para a Amazónia. Já para não falar do impacto do terramoto de Lisboa e do aumento dos impostos não apenas em Portugal mas inclusivamente nas regiões ultramarinas, de modo a financiar a reconstrução da capital do Reino.

Além da substituição da administração missionária pela temporal – entre outros, o surgimento da figura do Director dos Índios - a intervenção do Estado na centralização administrativa no Brasil evidenciou-se progressivamente através do desaparecimento de algumas capitanias hereditárias – Caeté ou Baité, por Carta régia de 14 de Julho de 1753, Cameté a 1 de Junho de 1754, Cumá, Ilha Grande de Joanes, a 29 de Abril de 1754⁸³ - a par da criação de novas Capitanias reais – S. Catarina em 1738, Goiás em 1744, Mato Grosso em 1748.

Registou-se ainda uma sobreposição do poder régio face ao dos donatários, pela limitação das suas atribuições, além de se passar a atribuir um carácter temporário ao exercício de funções, facto que contribuía igualmente para o acentuar da “força centrípeta do Rei na máquina administrativa”⁸⁴.

“Em cada Comarca existiam Corregedor, Chanceler ou Chanceler, Ouvidores, Provedores e Contadores da Comarca. Nos termos (municípios), Juiz ordinário ou de fora, Juiz de órfãos, Vereadores [...], Almocatés. Nas aldeias, Juizes de vintena.”⁸⁵

⁸³ AVELLAR, Hélio de Alcântara, *op. cit.*, p. 27.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 62.

Hélio de Alcântara contesta o posicionamento de Moreira de Azevedo quando este, aludindo aos séculos anteriores a Pombal, declara que a sociedade vivia mergulhada no temor, na ignorância e na miséria, contrastando com um «Estado rico» que o governava despoticamente, sem que existisse um investimento oficial “«no cultivo literário de seus povos da América»”⁸⁶. Antes de mais, importa realçar que a iniciativa da Coroa em prol da educação no Brasil, ao longo dos séculos XVI e XVII, se fez sentir pelo apoio concedido à criação de vários colégios jesuítas, além de fomentar a implantação de outras ordens religiosas⁸⁷.

2.1. O investimento do Estado Moderno

Para Maquiavel, a «fortuna» dos governantes residia na aprovação de novas leis e na criação de instituições, facto que constituiria um dos principais lemas da teoria política da Modernidade. Encontrara-se uma nova chave para “glória dos governantes e a grandeza do Estado”⁸⁸, em alternativa às guerras. A administração vinha sofrendo várias mudanças, mercê da expansão das potências europeias rumo a novos quadrantes, da autoridade da Igreja católica colocada em causa, tanto nos seus princípios como ao nível do Saber, do florescimento económico numa lógica capitalista, do impulso da cultura escrita pela criação da Imprensa. Para que se restabelecesse a ordem e a disciplina social, o Estado recorria ao reforço da sua autoridade, com funções alargadas, “necessário para permitir aos cidadãos o exercício dos direitos e liberdades”⁸⁹. António Barbas Homem destaca ainda a presença de uma «ética das virtudes» na construção jurídica do Estado. Ao passo que os valores se assumiam como “ideais ou objectivos óptimos a prosseguir”, já as virtudes – justiça, prudência, temperança, fortaleza (cardeais), fé, esperança e caridade (teologais) - “são consideradas essenciais para a

⁸⁶ Cita-se M. D. Moreira de Azevedo, “A instrução pública nos tempos coloniais do Brasil,” in *Revista do IHGB*, V. 55, 2ª p., 1892, p. 141.

⁸⁷ Nas palavras deste autor novecentista existe uma clara intenção de mergulhar os tempos do Brasil-Colónia numas trevas semelhantes a um pretenso obscurantismo «medieval», importando, pois, usar de algum cuidado na descrição dos factos por ele referidos.

⁸⁸ HOMEM, António Pedro Barbas, *O Espírito das Instituições: um estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 35.

⁸⁹ Idem, *ibidem* p. 42.

acção humana em favor do bem comum”⁹⁰. Sem elas, a decadência moral e a corrupção condenariam os Povos à ruína. Em termos genéricos,

“Este Absolutismo Real originó necesariamente la centralización del Estado, dando lugar a la organización de un conjunto múltiple de organismos y al reclutamiento de una amplia burocracia, formando oficiales que servían en la Administración Pública.”⁹¹

Em França, por exemplo, a centralização operada proporcionou uma vigilância e um contacto mais efectivo face aos poderes locais, o que, logicamente, veio a originar alguma contestação:

“Particulièrement efficaces, en correspondance directe avec les ministres, aidés de subdélégués et de nombreux commis (les bureaux de l’Intendance), seuls à avoir une vue générale des choses, dotés de stabilité [...], ces technocrates modernes représentent la monarchie centralisatrice omnipotente qui va lentement et sûrement tuer les libertés locales.”⁹²

Como veremos mais adiante, a administração escolar do Estado socorreu-se, em Portugal, de uma rede de comissários subdelegados com os quais se mantinha uma correspondência bastante regular. Também na instrução se verificou o alargamento das funções do Estado a áreas que até então eram do domínio privado - neste caso, de autoridades eclesiásticas, sobretudo por parte de ordens regulares, com particular destaque para a Companhia de Jesus. Ainda que se considere o início do século XIX como o período em que se assiste à génese de um sistema educativo nacional, por intervenção do Estado liberal, não poderemos contudo negar que no século anterior se ensaiara em alguns países europeus, e sob o auspício das Luzes, a institucionalização da educação. Foi precisamente a partir de meados do século XVIII que o Estado se impôs no domínio da cultura, chamando a si a regulação do ensino elementar, médio e superior, reformando os estudos, fundando instituições de cultura – e censura.

A escola, «instituição disciplinadora», modeladora dos costumes, da ética, era essencial para a formação e edificação não apenas do comum cidadão, mas do «funcionário moderno», o qual se via agora sujeito a todo um conjunto de “regras de

⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 39.

⁹¹ PEREZ-BUSTAMANTE, Rogelio, *Historia de las Instituciones Publicas de España*, Madrid, Universidad Complutense, 1995, p. 139. Não se alude, contudo, a um organismo público regulador da educação no Antigo Regime em Espanha.

⁹² SZRAMKIEWICZ, Romuald et BOUINEAU, Jacques, *Histoire des Institutions (1750-1914)*, Paris, Litec, 4ª ed., 1998, p. 40.

etiqueta e de cortesia, de disciplina e de direito penal, pela imposição de horários e de hábitos de trabalho”⁹³ – pelo menos em teoria.

Em termos de mecanismos de organização da educação, poderíamos recuar ainda mais no tempo e observar as estratégias utilizadas pelo clero secular e regular - nomeadamente o funcionamento da rede de colégios dos jesuítas – logo a partir do século XVI. Porém, como observa Luzuriaga, se pretendemos referir-nos a uma “intervención sistemática y continuada” por parte das autoridades públicas encarregues da tutela da educação, tal facto só será observável nos alvares da época moderna⁹⁴. Importará, ainda, distinguir dois conceitos que, embora traduzam realidades relativamente equivalentes, têm uma carga histórica diferenciada: educação pública e sistema educativo. Ao passo que a primeira expressão surge logo no início da modernidade pré-ilustrada, já a segunda acepção transmite “una realidad político-pedagógica más estructurada, mejor conformada y tanto pública como privada”⁹⁵.

Não se julgue, porém, que tais conceitos tenham surgido apenas na modernidade. Barreiro recorda que já Platão destacara o contributo da educação para o bom funcionamento do estado, afigurando-se em *A República* o esboço de “un modelo de inserción del sistema educativo en la estructura del Estado”, a que não fora alheio, séculos volvidos, Rousseau, encarando esta obra como um dos melhores tratados de educação que jamais se havia feito⁹⁶. Defende o autor que, ao passo que as origens teóricas da educação pública remontavam à Antiguidade Clássica, já as origens institucionais, por seu turno, encontravam-se patentes nas práticas escolares medievais, tendo por «superestrutura dominante» não o Estado, mas a Igreja⁹⁷. Baseando-se em Luzuriaga, adianta que é na Idade Média que a educação pública adquire contornos mais definidos, organizando-se mais solidamente.

Quanto a este aspecto, importa ter alguma cautela e não generalizar os factos. A existência de escolas paroquiais, em mosteiros e o funcionamento de aulas nas igrejas

⁹³ HOMEM, António Pedro Barbas, *op.cit.*, p. 75.

⁹⁴ LUZURIAGA, Lorenzo, *Historia de la Educación Pública*, Losada, Buenos Aires, 4.ª ed., 1964.

⁹⁵ RODRÍGUEZ, Herminio Barreiro et BAÑUELOS, Aída Terrón, *La institución escolar: una creación del estado moderno*, [col. Recursos, n.º 71], Barcelona, OCTAEDRO-FIES, 2005, p. 16.

⁹⁶ Idem, *ibídem*, p. 19.

⁹⁷ Cf. DURKHEIM, Émile, *Historia de la educación y de las doctrinas pedagógicas*, La Piqueta, Madrid, 1982, pp. 56-59.

além de se pautar por um ensino pouco estruturado, sem planos de estudo definidos, não estavam ainda ao alcance de todos. Nos séculos XIV e XV, por exemplo, recorria-se muito mais a mestres privados, os quais se achavam sobretudo em núcleos populacionais de maior expressão económica e demográfica. Apesar de leccionarem por iniciativa própria, não deixavam, contudo, de estar sujeitos ao supervisionamento da Igreja e dos concelhos municipais. Ainda no século XVIII, o mundo rural permanecia na sua maioria analfabeto. Nem mesmo os jesuítas, com a criação de colégios e oferecendo um ensino gratuito, haviam conseguido fazer face a todas as solicitações, tanto em Portugal como nas colónias ultramarinas portuguesas. De facto, a tónica colocara-se, durante largos séculos, numa formação média e superior, veiculada em colégios e em universidades, tanto mais quando eram trajectos obrigatórios para quem enveredasse pela vida sacerdotal ou pelo mundo da justiça e da administração (quadros superiores). Existiam, é certo, missões jesuítas em meio rural, no interior do Reino, cuja acção se revestia mais de um carácter catequético e assistencial do que verdadeiramente propiciador do letramento dessas populações⁹⁸.

A génese da educação pública religiosa de carácter mais sistematizado surgiu, na verdade, por iniciativa protestante e reformista na Europa central - com particular relevância pela aposta feita na educação popular, ainda que de âmbito municipal e local, e não tanto estatal - que veio a impulsionar a Igreja Católica para a questão da literacia, com evidente relação face à criação da Companhia de Jesus. Na *Didáctica Magna*, Coménio apresentara um programa de «educação universal». Um programa utópico, é certo, mas que era encarado pelo autor como a base do progresso e do bom funcionamento das sociedades modernas, tanto mais quando propunha a facilitação dos métodos e das aprendizagens, agilizando-se assim a formação dos indivíduos. Tratou-se de uma clara resposta face às novas exigências do capitalismo de então.

Mas existe um outro facto a que não poderemos deixar de atender. Em território português, assistia-se a uma maior aposta na educação sobretudo em períodos de desenvolvimento económico e de paz. O fomento do próprio ensino além-mar apresentou-se como uma notória estratégia de poder, na medida em que o ensino da língua se oferecia como um poderoso instrumento geopolítico, veiculando uma cultura portuguesa de matriz cristã.

⁹⁸ Cf. o extraordinário trabalho de PALOMO, Federico, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes: os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Gulbenkian, 2003.

Ainda assim, curiosamente, é no seio de certas ordens religiosas, sobretudo das que apostam de modo mais concreto na educação, que nos deparamos diante de modelos que irão influenciar o Estado Moderno na organização e controlo do sistema de ensino. No caso dos mosteiros beneditinos do Brasil, existia um Director Geral dos Estudos, eleito por três anos e escolhido por entre os professores graduados (de preferência) pela Universidade de Coimbra. A sua função não era dar aulas, mas unicamente “zelar pelo bom andamento e progresso dos estudos, em todos os mosteiros, segundo o Plano estabelecido na Congregação”⁹⁹. Findo o ano lectivo, competia ao Director dos Estudos fazer chegar ao Abade Geral uma relação dos alunos e dos resultados dos exames, não deixando de referir aqueles que se haviam destacado nas suas aprendizagens. No final do triénio, era ainda incumbido de apresentar novo relatório, desta vez dirigido ao Capítulo Geral, dando conta das resoluções tomadas no colégio da sua residência alusivas ao adiantamento dos estudos, além de juntar outros relatórios de «directores particulares» de outros colégios.

Valeria a pena averiguar se tal facto teria surgido no seio desta Ordem apenas no final do século XVIII, ou se teria antecedido a criação da Directoria Geral dos Estudos por Pombal, introduzindo conceitos e procedimentos. Mas as semelhanças não ficam por aqui. Observemos ainda aspectos relativos à formação e selecção de mestres no seio desta Ordem. Os monges que pretendessem ser professores, tinham de entrar em concurso e prestar provas públicas, dando mostras das suas capacidades: falamos das Oposições. Assim, deviam “expor o tratado que lhe houvesse caído por sorte, mostrar-se senhor da matéria a que se destinava ensinar e provar que sabia explicá-la com método, clareza e precisão”¹⁰⁰. Passada a prova oral, onde depois da explanação dos conteúdos eram sujeitos a um questionário, tinham ainda de se submeter a uma prova escrita. Só os que fossem aprovados por maioria de votos tinham direito a receber a patente de professor por parte do Abade Geral. À semelhança do que viria a suceder nos concursos para professores ao tempo de Pombal, também aqui nos deparamos com a categoria de «professor substituto».

⁹⁹ LUNA, D. Joaquim G. de, O.S.B., *Os Monges Beneditinos no Brasil – esboço histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Christi, 1947, p. 65.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 66.

Em que sentido deveremos, pois, considerar o contributo das Luzes? Barreiro encara as propostas iluministas como as origens textuais dos sistemas educativos, propostas essas que pretendiam dar resposta à crise do Absolutismo, sobretudo no plano ideológico. De que modo? Apelando a uma necessária mudança da educação. A formação escolar deveria veicular um «saber fazer» - uma prática técnica, como refere Barreiro - e um «saber ser» ou um saber estar em sociedade - a educação encarada como prática social, como mecanismo civilizante/ edificante. É nesta lógica que se compreende, nomeadamente, a política de Pombal na civilização dos ameríndios do Brasil. Não se tratava ainda da génese da educação para todos, ainda que se tenha assistido a uma maior abertura do ensino. Tanto mais quando os cofres do Estado - referimo-nos ao caso da Coroa portuguesa - a partir de então encarregue dos destinos da educação, se viu obrigado a instituir o Subsídio Literário, espécie de propina que os pais deveriam pagar, o que constituiu uma importante fonte de receitas que iria garantir - em parte - o provimento de professores e mestres régios.

Quando o Estado passou a controlar o sistema educativo, sentia-se de facto a necessidade de criar um sistema unificado, reduzindo drasticamente o número de interferências nos comandos da educação - sobretudo das que advinham do clero regular. Como tal, o próprio ensino de iniciativa privada passa a estar cada vez mais limitado, devendo também ele submeter-se aos desígnios do Estado. No caso das reformas «pombalinas», passou a exigir-se - embora na prática se tenham registado vários incumprimentos desta imposição - uma licença, a qual seria atribuída após avaliação académica e moral dos candidatos a mestres, como veremos mais adiante.

2.2. A Direcção Geral dos Estudos Menores no Reino e no Ultramar

Com esta ideia, Montesquieu defendia algo de muito simples: a educação encontra-se sempre integrada numa política ou numa estratégica política definida, reflectindo o espírito do seu tempo, sendo permeável a conceitos dominantes. Na verdade reconhece a existência de três formas, a última das quais poderia fazer ruir os ensinamentos das duas primeiras:

“Aujourd’hui, nous recevons trois éducations différentes ou contraires ; celle de nos pères, celle de nos maîtres, celle du monde.”¹⁰¹

Muito embora encarasse a educação recebida no seio familiar como central para a formação do indivíduo, não deixa contudo de aludir à instrução pública. Observemos então como, em Portugal, se deram os primeiros passos na tutela educacional.

Apostado em limitar o poder do clero, sobretudo quando o domínio espiritual se encontrava intimamente ligado a um forte poder temporal, Sebastião de Carvalho e Melo colocou em marcha a criação de um «ensino estatal e laico», antecipando-se a várias nações da Europa. Foi através do Alvará de 28 de Junho de 1759 que os jesuítas se acharam impedidos de leccionar, extinguindo-se assim todas as escolas em todos os níveis de ensino, com implementação de uma reforma geral dos estudos¹⁰². Neste mesmo documento procede-se à criação de uma instituição, por muitos autores ainda hoje ignorada: referimo-nos à Direcção Geral dos Estudos Menores¹⁰³, para a qual se nomeara como primeiro Director dos Estudos D. Tomás de Almeida.

Esta instituição procurou, em pouco mais do que uma década, reimplantar uma rede escolar tanto no reino como nas restantes partes ultramarinas, no sentido de se dar resposta às necessidades educativas sentidas pelas comunidades locais, na ausência dos mestres, professores e colégios da Companhia de Jesus.

Em termos genéricos, as atribuições desta instituição consistiam em:

¹⁰¹ Informações contidas na Primeira Parte, Livro Quarto. MONTESQUIEU, *De l'esprit des lois*, [1748], vol. I, Paris, Garnier-Flammarion, 1979, p. 159.

¹⁰² Significa isto que não apenas o ensino secundário é afectado, como Joaquim Ferreira Gomes defende, o qual remete apenas para a década de setenta a reforma do «ensino primário». GOMES, Joaquim Ferreira, *Luís António Verney e as Reformas Pombalinas do Ensino*, Coimbra, Fac. de Psic. e Ciênc. da Educação – Univ. Coimbra, 1992, p. 113

¹⁰³ Surge igualmente como «Directoria». Não se faz qualquer tipo de menção a ela na *História das Instituições* de Silva Cunha e Marques de Almeida, embora se mencione o cargo do Director Geral dos Estudos, bem como a criação da Real Mesa Censória.

- gerir a criação, funcionamento e organização do sistema de ensino, assente numa série de escolas régias;
- providenciar e gerir os recursos humanos educativos necessários para o provimento de tais lugares, desde o seu exame, licenciamento ou certificação, passando pelo pagamento dos seus ordenados;
- inspeccionar o funcionamento das aulas régias, métodos e manuais usados, tudo na mais estreita observação das «Instruções» emanadas;
- fazer circular as obras autorizadas pelo «novo método».

Cedo se percebeu, porém, que a Directoria-Geral dos Estudos Menores demonstrava algumas insuficiências, sobretudo ao nível dos recursos humanos de que se pudesse valer, como o revelam os relatórios de Tomás de Almeida, a que aludiremos mais adiante.

2.2.1. Tomás de Almeida, Director-Geral dos Estudos Menores

Escassas são as notícias relativas a esta personalidade. Nomeado pelo Decreto de 6 de Julho de 1759, o Principal Tomás de Almeida não foi claramente uma escolha ao acaso. Além de ser sobrinho de uma alta individualidade, o seu homónimo D. Tomás de Almeida, primeiro cardeal patriarca de Lisboa, aquele que iria estar à frente da recém-criada Direcção Geral dos Estudos Menores era, também ele, uma dignidade eclesiástica. Constatamos, pela carta régia de nomeação, que detinha uma posição próxima do rei, fazendo parte do seu Conselho – como o fora D. Luís de Almeida, 3º conde de Avintes, seu pai – e sendo sumilher da cortina. Este último cargo, de natureza honorífica, estava reservado a poucos, não sendo sinónimo de «criado». Implicava, na verdade, ser uma pessoa de grande confiança por parte do rei. O sumilher ou reposteiro-mor era de facto considerado um «ofício nobre», função geralmente atribuída aos «principaes do Reino»¹⁰⁴.

Além deste cargo, Tomás de Almeida fora, ainda ao tempo da sua nomeação em 1759, «Principal Primário» ou «Principal Decano da Santa Igreja de Lisboa». O seu

¹⁰⁴ cf. OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, [1806], Lisboa, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, [2ª ed. facsimilada], 2002, pp. 53-54.

nome constava já de uma lista relativa aos cônegos presbíteros de Lisboa respeitante ao período de 24 de Dezembro de 1716 a 16 de Maio de 1739¹⁰⁵. Banha de Andrade explica ainda como surgiu o título de «Principal», fruto de uma mutação de certos títulos de dignidades eclesiásticas conferidos:

“[...] a 3 de Outubro de 1738, o Papa Clemente XII outorgou a faculdade de os cônegos da Patriarcal usarem mitra e trajarem como bispos; e em 31 de Agosto de 1741, ao unir o Arcebispado de Lisboa Oriental ao Patriarcado, substituiu os títulos das antigas dignidades e dos cônegos por Principais da Santa Igreja de Lisboa, a fim de que se assemelhassem, de algum modo, aos cardeais da Cúria Romana. Foi assim que o cônego D. Tomás de Almeida passou a denominar-se Principal de Almeida desde 4 de Dezembro de 1738.”¹⁰⁶

A título de curiosidade, também o seu tio beneficiara deste quadro de mudanças quando, um ano antes, sendo Patriarca de Lisboa Ocidental, lhe fora concedido o título de dignidade cardinalícia, factos que, no seu conjunto, devem ser entendidos no conjunto das relações – e tensões – diplomáticas entre D. João V e a Santa Sé.

O título de Decano (do lat. *decanus*, i.e., aquele que chefia um grupo de dez monges) ou Deão, por seu turno, era geralmente atribuído à primeira figura dos capítulos catedrais, tendo como funções presidir ao cabido na ausência do bispo, e, por vezes, substituir outros prelados na sua ausência ou inclusivamente devido a incapacidade para o exercício de funções. Assumia ainda uma participação activa “em todos os negócios importantes para a canónica, e representava-a no exterior”¹⁰⁷. De acordo com o direito canónico, a figura do Decano possui a titularidade de uma igreja, podendo acumular ainda com outra que lhe tenha sido atribuída anteriormente. Não raro, existem cardeais decanos, além de ser uma figura associada ao Colégio Cardinalício. É eleito dentre os cardeais de ordem episcopal que têm o título de uma Igreja suburbicária (cânon 352, §2)¹⁰⁸.

¹⁰⁵ ANDRADE, A. A. Banha de, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1982, p. 592.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 592.

¹⁰⁷ Ana Maria Rodrigues, “Dignidades Eclesiásticas”, in JORGE, Ana Maria et al. [coord.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, [C-I], Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p. 67.

¹⁰⁸ Cân. **352** - § 1. Ao Colégio dos Cardeais preside o Decano e, quando impedido, faz as suas vezes o Subdecano; o Decano, ou o Subdecano, não tem poder algum de governo sobre os demais Cardeais, mas é considerado como o primeiro entre iguais.

§ 2. Vagando o ofício de Decano, os Cardeais com o título de uma Igreja suburbicária, e só eles, sob a presidência do Subdecano, se estiver presente, ou do mais antigo, elejam um deles para desempenhar as funções de decano do Colégio; apresentem o nome ao Romano Pontífice, ao qual compete aprovar o eleito.

Já em termos pedagógicos, o Decano era o professor mais antigo de uma Faculdade, com direito a intervir em assuntos relativos à sua direcção¹⁰⁹. Procurando estabelecer um paralelo com as funções exercidas por um principal Decano da Igreja, percebemos que, acima de tudo, se tratava de um cargo de destaque, considerado o primeiro entre iguais. As suas funções são sobretudo a nível de chefia e não propriamente de ordem prática (por exemplo, dirigir os ofícios litúrgicos, gerir o coro ou organizar procissões, actividades da incumbência do chantre).

Estamos, claramente, perante alguém que enveredou pela vida eclesiástica, mais concretamente perante um secular, uma alta individualidade da Igreja Católica em Portugal. Teria sido apadrinhado por seu tio, o cardeal patriarca? Luiz da Silva Pereira Oliveira será, de todos os autores, aquele que melhor esclarece e que mais detalhes acrescenta face ao cargo de Principal. Trata-se, na verdade, de uma condecoração conferida pelo rei e que confere nobilitação dentro das chamadas «Dignidades da Igreja» ou Dignidades Eclesiásticas. O Principal da Basílica Patriarcal de Lisboa é, precisamente, um dos casos mencionados pelo autor. O próprio Patriarca de Lisboa fora também nomeado pelo rei, possuindo, consecutivamente, a graduação com Nobreza Civil da primeira Ordem¹¹⁰. Encontramos disso testemunho no Diário de 6 de Novembro 1731 da autoria do Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes:

“Fala-se muito em provimentos de Bispados, e em que El-Rei quer ilustrar mais os meios Cónegos da Patriarcal, mas ainda se não sabe se os Benefícios dos providos em Roma serão confirmados, nem o de D. Luís de Sousa que tinha já as suas Bulas está corrente.”¹¹¹

Com efeito, só mais tarde se confirmaria tal medida régia.

Cf. *Código de Direito Canónico*, Capítulo III: Dos Cardeais da Santa Igreja Romana. www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/Col%C3%A9gio%2520Cardinal%C3%ADcio.doc

¹⁰⁹ Partindo de um título honorífico, com o tempo alcançou uma autoridade jurídica, com uma acção de certo modo equivalente à de um director de uma Faculdade. Não se tratava de um cargo vitalício, mas com nomeação por períodos de três anos, embora com possibilidade de reeleição. Ainda hoje se conserva este cargo, nomeadamente em Faculdades Pontifícias. D. Monteiro, “Decano”, in *Enciclopédia Verbo Luso-brasileira de Cultura*, vol. 6, Lisboa, Verbo, 1988, pp. 863-864.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, [1.^a ed. 1806], Lisboa, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, [2.^a ed. facsimilada], 2002, p. 39.

¹¹¹ Informação patente nas Memórias de D. Francisco Xavier de Menezes, 4.^o conde da Ericeira, fundador daquela que viria a ser em 1720 a Real Academia da História. Transcritas pelo embaixador Eduardo Brasão, que encontrou o diário na Biblioteca da Ajuda e o transcreveu, com as abreviaturas desenvolvidas e a ortografia actualizada. Eduardo Brazão, «Diário do 4.^o conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes (1731-1733)», *Biblos Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. XVII – Tomos I (1941), págs. 109-115; e Tomo II (1941), págs. 567-572.

Não nos restam dúvidas de que tio e sobrinho, Cardeal e Principal, gozavam de alta reputação, tendo-lhes sido atribuídas estas condecorações pelo Rei. Contudo, uma vez provenientes de família já nobilitada, alcançaram assim o estatuto de Dignidades Eclesiásticas. Ponderemos então as motivações que terão presidido à designação do Principal D. Tomás de Almeida para o cargo de Director dos Estudos.

Antes de mais, como já aqui observámos, enquanto Principal Decano da Igreja de Lisboa, ocupava já uma posição de destaque, afirmando-se como uma dignidade eclesiástica. Era ainda um indivíduo de extrema confiança por parte de Sua Majestade, além de ser proveniente de família altamente nobilitada, facto que, ainda assim, por si só, nada poderá significar. Ponderemos pois sobre a sua formação académica:

“[...] terá frequentado as Humanidades no Colégio de Santo Antão, ingressando na Universidade de Évora, no curso de 1721-1722, regido pelo P.^e Francisco Ferreira, muito possivelmente na qualidade de *Alumnus et Convictor* do Real Colégio da Purificação [...]. Bacharelado em 25 de Março de 1724, incorporou-se no grau de bacharel em Artes, da Universidade de Coimbra, a 5 de Maio de 1725, sendo também colegial de São Paulo. Graduou-se em Artes a 13 de Junho desse ano, depois de licenciado em 19 de Maio, entrando assim em Teologia, em que se licenciou a 16 de Julho de 1731 e doutorou em 29 do mesmo mês.”¹¹²

De facto, em 1724 era já bacharel em Artes pelo Colégio do Espírito Santo de Évora e em 1728 era porcionista no Colégio Real de Coimbra, matriculado na Faculdade de Teologia, sendo admitido no Colégio de S. Paulo naquela mesma cidade em 1731. O seu percurso passou, como se observa, por vários colégios jesuítas, achando-se todas estas datas e factos atestados em documentação do AHP¹¹³.

Patente, em papel, num documento existente em Évora, o brasão ou selo de armas do Director dos Estudos Menores, apesar de não possuir cores, ostenta uma série de elementos que conseguimos identificar. Ao centro, em destaque, o brasão da família¹¹⁴. Não na sua totalidade, mas apenas a dobre cruz e os seis besantes. O escudo é ladeado por duas figuras afrontadas. Este conjunto é encimado por o que parece ser uma mitra episcopal. Tratando-se de uma dignidade eclesiástica – Principal da Igreja de Lisboa - possui um capelo - um chapéu com guarnição de cordões entrelaçados, que,

¹¹² ANDRADE, A. A. Banha de, *Contributos para a História* [...], pp. 592-593.

¹¹³ Cf. a resposta ao Requerimento de D. Tomás de Almeida ao Reitor do Real Colégio. [Coimbra?], 16 de Dezembro de 1728. AHP, Ms., Caixa 7, n.º 9.

¹¹⁴ A título de curiosidade, refira-se que o brasão dos Almeida se encontra na Sala do Palácio de Sintra, logo na primeira linha, em redor das armas dos reis de Portugal.

pelo número de nós se identifica o grau de autoridade. Tem o mesmo número de nós de um brasão de uma diocese ou arquidiocese.



Figura 1 - Capelo¹¹⁵

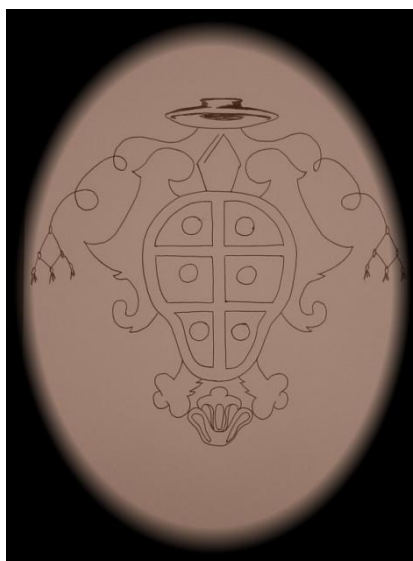


Figura 2 - Reprodução aproximada do selo branco com as armas do Director Geral dos Estudos¹¹⁶

Detentor de amplos poderes políticos e financeiros com vista a uma pretensa acção reformadora eficaz, a acção do Director Geral parecia privilegiar o contacto pessoal, na medida em que ele próprio se encarregara de aplicar alguns exames de candidatos à docência – “ou l’échange épistolaire avec les personnes de ses connaissances que par des filières administratives”¹¹⁷. Uma das suas primeiras medidas terá consistido, no que se reporta pelo menos ao ensino no Brasil, em reunir

¹¹⁵ O número de nós no brasão do Principal Tomás de Almeida era em menor número.

¹¹⁶ Existente na Carta de nomeação de um Professor Régio de Gramática Latina em Évora. Lisboa, 28 de Outubro de 1759. BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, n.º 16

¹¹⁷ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 145.

informações quanto ao estado em que a educação se encontrava ou como fora deixada pelos jesuítas até à data da sua expulsão – contexto que, ademais, como o próprio Tomás de Almeida viria a revelar mais tarde, era desconhecido por parte do Director Geral¹¹⁸.

Na sua primeira relação anual¹¹⁹ enquanto Director dos Estudos, Tomás de Almeida sublinha ser ainda uma fase precoce para se avaliar os resultados da aplicação das reformas. Apesar de ser sua função «visitar» as aulas, i.e., inspecionar o seu funcionamento (surpreendendo os envolvidos, pois iria em datas não divulgadas), Tomás de Almeida deixa antever que tal não lhe terá sido inteiramente possível – ou pelo menos, na dimensão que desejaria, em estreito cumprimento das reformas. Com efeito, achando-se privado de recursos humanos para este efeito, viu-se obrigado a recorrer a outra estratégia: à análise de trabalhos de alunos, muito embora estivesse ciente de os dados poderem ser falseados. A este propósito, comenta que houve textos forjados das mais diversas maneiras, sendo que verificou, noutros casos, grandes limitações na redacção.

Empenhado no estreito cumprimento das ambições do Estado na esfera educativa, mandou criar cadeiras para todos os estudos, o que pressupõe igualmente as cadeiras de ler e escrever, ainda que o maior destaque recaísse sobre outras áreas de ensino. Entretanto, as aulas ainda decorriam sem que houvesse acesso aos livros recomendados, existindo problemas na sua difusão tanto no reino como no ultramar. Tomás de Almeida justifica que os impressores se ocupavam da difusão de tantos outros títulos que não os manuais tornados obrigatórios, para além de os seus meios não serem dos mais avançados. Existirá ainda uma outra razão de fundo: a da inexistência de uma imprensa régia, a qual viria a surgir somente décadas mais tarde¹²⁰. Enquanto a impressão continuava fora da alçada do Estado, as impressões e encadernações eram

¹¹⁸ ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Saraiva/ Universidade de São Paulo, 1978, p. 5.

¹¹⁹ Lisboa, 6 de Agosto de 1760. ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 3483.

¹²⁰ O problema da impressão de livros escolares veio mais tarde a ser ponderado já na última vintena de setecentos, através da criação da Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801), por iniciativa do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). Apesar da sua curta existência, esta instituição ocupou-se da impressão de várias centenas de obras de carácter escolar, tendo como destino o Brasil.

feitas por particulares, achando-se as contas destas despesas nos documentos do Tesoureiro desta Directoria¹²¹.

Esta Directoria carecia de mais recursos humanos, uma vez que a área em que se pretendia implementar as reformas era extremamente vasta, sendo numerosos e rigorosos os mecanismos de controlo impostos pela legislação¹²². Nesta perspectiva, tornava-se claramente essencial delegar poderes em comissários com a faculdade de subdelegação, cargo de que nos ocuparemos mais adiante.

Eis um outro procedimento que importa acrescentar aos já descritos: os professores régios só eram nomeados por carta régia, competindo ao Director Geral fazer chegar a proposta ao Rei por meio de Consulta. O professor tinha ainda de se submeter, após ter sido nomeado, a um juramento na Chancelaria, na presença do Director Geral dos Estudos. Era nem mais nem menos do que uma «profissão de fé», devendo jurar sobre os evangelhos, de acordo com o que o Papa estabelecera¹²³. Contrariamente ao referido por Levy Cardoso, os professores embora estivessem subordinados ao Director Geral dos Estudos, não era a eles que cabia

“avaliar o progresso dos estudos, fornecer relatórios anuais ao soberano sobre a situação dos mesmos, cuidar de advertir e corrigir os professores que porventura não estivessem cumprindo as determinações previstas na lei, além de ter que informar ao rei quais os mestres reincidentes que deveriam ser castigados [...]”¹²⁴.

Tratar-se-á por certo de engano, pois todas estas atribuições dizem respeito aos comissários subdelegados para o efeito. Assim, os professores só em casos excepcionais se dirigiam directamente ao Director Geral. Por outro lado, quando a autora refere que este estaria directamente subordinado a Sua Majestade, importa chamar a atenção para a intervenção do próprio Sebastião de Carvalho e Melo, bem como do Solicitador da Directoria, junto de quem Tomás de Almeida tomaria parecer.

¹²¹ AHIN/AINCM, Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4.

¹²² Alude-se ainda à questão do selo, algo fundamental na documentação de carácter oficial, como aqui se declara.

¹²³ Cf. Carta de nomeação de um Professor Régio de Gramática Latina em Évora, de D. José I [inclui selo com as armas do Director Geral dos Estudos]. Lisboa, 28 de Outubro de 1759. BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, n.º 16.

¹²⁴ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Levy, *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*, Bragança Paulista, Universidade de São Francisco, 2002, p. 119.

2.2.2. Natureza dos cargos existentes

Alguns autores, desconhecendo os meandros do controlo educativo de setecentos, afirmam que, anteriormente ao período de 1772, não existiria propriamente uma «direcção dos estudos», mas apenas um «director». Seria ele o único responsável pela organização dos estudos menores, ainda que apoiado por comissários nomeados para o efeito. Tal radica essencialmente de uma leitura literal e exclusiva do Alvará de 4 de Junho de 1771, onde se alude precisamente ao facto de se necessitar de «uma corporação», a fim de que a responsabilidade não mais recaísse “nas forças de uma só pessoa”.

Eis, na verdade, o que sucedia. A prática docente permanecia vigiada, sendo controlada de perto primeiramente pelo Director-Geral dos Estudos, nomeado por Carta régia de 6 de Julho de 1759. Nesse mesmo ano são igualmente nomeados vários Comissários de Estudos, os quais viriam a exercer funções tanto em Portugal como no Império Ultramarino, tendo por missão examinar os candidatos ao ensino da Gramática Latina, do Grego e da Retórica. O interesse pela instrução primária parecia, à data, ainda pouco nítido.

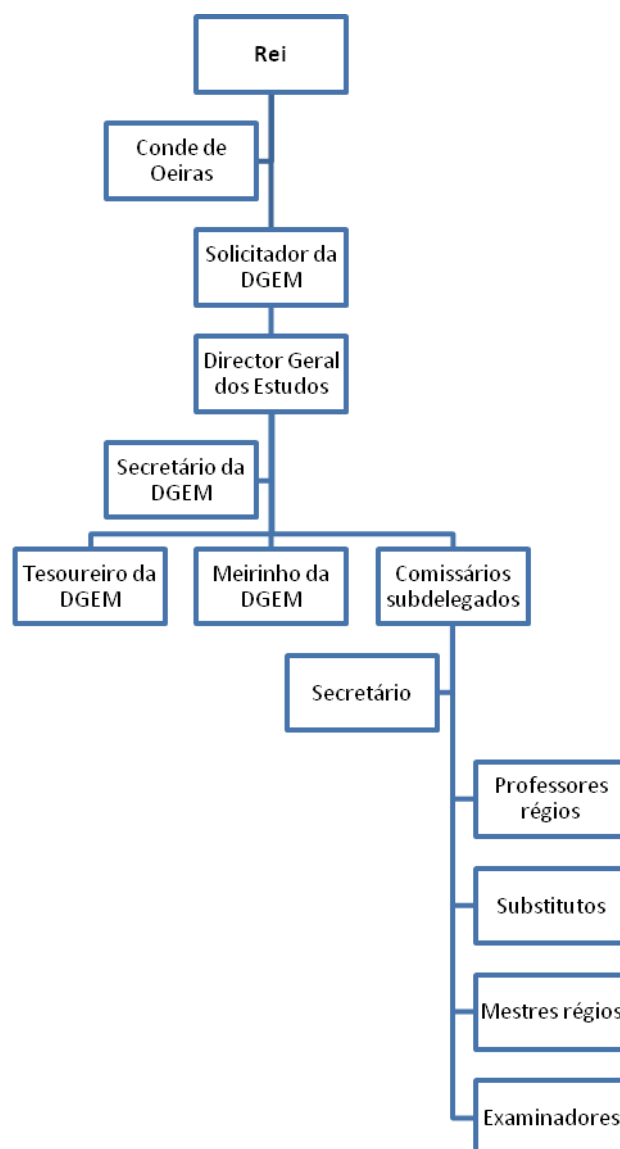


Figura 3 – Hierarquia do controlo educacional ao tempo da Direcção dos Estudos Menores

Existiam, ainda, várias entidades jurídico-administrativas envolvidas neste processo de implementação de uma nova lógica educativa no Brasil. Assim, não poderemos deixar de incluir:

- os Tribunais da Relação da Bahia e do Rio de Janeiro, a cada um dos quais se agregavam determinadas capitanias;
- as Câmaras Municipais, também encarregues de, a partir da verba de que dispunham, proceder aos pagamentos dos ordenados dos docentes régios, pelo menos ao tempo de D. Maria I;
- as Casas dos Contos, encarregues da gestão dos pagamentos dos professores e mestres régios;

- o Desembargo do Paço, encarregue da emissão de «bilhetes»¹²⁵;
- a Chancelaria, onde os professores e mestres régios prestavam juramento¹²⁶.

Conseguimos apurar a existência de vários cargos que auxiliavam de perto o director na aplicação das reformas educativas: o Secretário, o Tesoureiro, o Solicitador, o Meirinho, o Examinador e o Comissário.

Comecemos, pois, pela figura do **Secretário da Directoria**. Certamente confrontado com um enorme volume de trabalho, Tomás de Almeida cedo requereu a colaboração de um Secretário, propondo para tais funções o P.^o Luís Francisco de Sousa, em carta datada de 24 Agosto 1759, obtendo o parecer favorável de Sua Majestade a 29 do mesmo mês¹²⁷. Além de ser pessoa da confiança do Principal Almeida, possuía as competências certas para o exercício destas funções, pois tratava-se nem mais nem menos do que o «Secretario da Congregação da S.^a Igreja de Lisboa». A proximidade entre ambos é óbvia, pertencendo ao corpo de eclesiásticos da Igreja de Lisboa.

Quanto à natureza das suas funções, seria encarregue da “expedição dos negocios pertencentes à Direcção dos Estudos”, o que implicava a redacção e expedição de “bilhetes às partes para a Chancelaria”, de cartas de nomeação aos professores e mestres providos por Sua Majestade, “alem de Comissões para estes Reynos, e seus Dominios”, entre outro tipo de registos que fosse necessário efectuar. Seria também ele um interlocutor privilegiado, chegando até si as queixas dos professores. Uma vez na posse dessa correspondência, agiria como mediador desses dados que faria depois chegar ao Director dos Estudos¹²⁸. Fora ainda incumbido de proceder a uma relação dos livros e papéis pertencentes à Directoria aquando da mudança de instalações. Seria, sem dúvida, responsável pela organização da documentação existente nesta instituição:

“O P.^o Luis Fran.^{co} de Souza Secretario desta Directoria G.^{al} dos Estudos vá em Comp.^a de Joze Antonio da Costa e Araujo ao Collegio Real dos Nobres e fará hũ inventario de

¹²⁵ Cf. Carta de José de Seabra da Silva de Moraes, solicitador da Directoria, a Tomás de Almeida. Lx., s.d. BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, n.º 23.

¹²⁶ Cf. Carta de nomeação de um Professor Régio de Gramática Latina em Évora, de D. José I. Lisboa, 28 de Outubro de 1759. BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, n.º 16.

¹²⁷ AGAL, Códice n.º 174/1, “Director Geral – Consultas – 1759 TÈ 1770”, doc. n.º 3.

¹²⁸ Propomos a leitura da Carta de António Felix Mendez ao P.^o Luís Francisco de Sousa, Secretário da Directoria dos Estudos. Caza [Bairro da Esperança?] - Lx, 28 de Outubro de [17--]. BPE, Ms., CIX/1-18, pacote 19.

todos os Livros, papeis, e mais trastes que se acharem nas Casas q estão destinadas p.^a recolhim.^{os} de Livros que se achão entregues ao Thezour.^o Bernardo Agost.^o de Mesq.^{ta} e fará entrega de tudo o q achar ao d.^o Joze Ant.^o da Costa e Araujo [...] Como tambem dos quarteis que se achão em seu poder do substituto da Cadr.^a de Lisboa e do da de Evora [...] Lix.^a em 9 de Septr.^o de 1762.”¹²⁹

Tratava-se de um claro esforço a nível da organização do material fruto dos actos administrativos desta instituição, juntando o que se achava disperso, procedendo ao levantamento e a uma relação/contabilização do que existia. Note-se ainda outro facto: achava-se esta documentação não numa, mas em várias casas – e falamos apenas de um período de três anos desde a constituição desta organismo. Ponderando sobre a quantidade de contactos mantidos com todas as partes do Reino e colónias, com o imenso volume de consultas, exames, respectivos autos, certidões, licenças, em livros de registo vários, maços e caixotes, acumulados em cerca de doze anos, qual o destino de tão abundante espólio? Ter-se-ia destruído por não ser mais relevante? Teremos de ter igualmente em atenção que, mesmo nos reinados seguintes, seria necessário recorrer a estes fundos, mesmo tendo passado de instituição em instituição, com sucessivas criações e extinções de entidades, pois alguns professores régios manteriam o exercício de funções.

Relativamente à figura do **Tesoureiro da Directoria**, fora nomeado para tais funções Bernardo Agostinho de Mesquita. Competia-lhe, como é fácil deduzir, gerir todas as questões relativas à componente financeira inerente a uma eficaz implementação das reformas do ensino. Era ele quem lidava de modo mais directo com impressores e livreiros, fazendo a contabilidade dos custos de produção, encadernação e envio dos manuais recomendados pelo «novo método». Procedia ao recebimento de recibos e contas diversas, atestações do recebimento destas obras ditas “da Directoria”¹³⁰. Pela sua documentação remanescente no Arquivo da Casa da Moeda, observamos ainda que supervisionava o envio destas obras para as diversas partes do Reino, e, de modo particular, para o Império Ultramarino, nomeadamente para a colónia do Brasil.

¹²⁹ Ordem do Director Geral dos Estudos para se proceder ao inventário do que se acha na Directoria. Lisboa, 9 de Setembro de 1762. BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, n.º.25, 1f.

¹³⁰ Parte dessa documentação subsiste no AHIN/ AINCM, Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4, Brasil, sendo referentes a várias capitanias. O fundo existente, contudo, é claramente residual.

O **Comissário subdelegado**, por seu turno, era geralmente designado pelo próprio Director-Geral (cf. Anexo 22), o qual tinha plenos poderes para nomear os seus representantes e colaboradores, tanto no reino como nas partes ultramarinas.

“Em virtude, e cumprimento da Comissão da Directoria dos Estudos, com que V. Ex.^a R.^{ma} me honrou, sobre o estabelecimento dos mesmos Estudos nesta Cid.^e do Funchal, e Ilha da Madeira mandei pôr Editaes nos lugares necessarios, para o concurso dos Magisterios, conforme a mesma Comissão, Alvará, e Instrucções de Mag.^e Fidelissima [...]”¹³¹

Se no reino a administração escolar era feita por comarcas, já no Brasil a distribuição achava-se feita por capitanias, coordenada pelo governador-geral - um dos quais, de estreita confiança de Tomás de Almeida: o seu sobrinho, o 2º Marquês do Lavradio e conde de Avintes, D. Luís de Almeida Silva Mascarenhas, já nos últimos anos da vigência da Direcção Geral dos Estudos Menores (vice-rei de 1769 a 1778).

Não eram os governadores das capitanias quem se encarregavam da tutela da educação em particular, existindo para tal determinados indivíduos ligados ao clero secular (como cónegos e bispos), à administração local e à justiça, nomeadamente ouvidores e juizes de fora que, além das tarefas próprias à sua actividade profissional, ainda acumulavam funções em termos de controlo do funcionamento das aulas régias e exame dos mestres e professores candidatos a leccionarem. Nem sempre era fácil o cumprimento de todas estas tarefas, sendo vital o recurso a secretários que os auxiliassem e ainda a sua dispensa nas alturas em que tivessem de se ausentar do seu serviço, nomeadamente quando procedessem à visita das aulas. Em relação aos ouvidores, sabemos que se tratava de um indivíduo escolhido pelo governador da capitania, tendo o âmbito da sua actividade sofrido algumas mudanças de acordo com as necessidades administrativas sentidas em cada tempo e em cada lugar¹³². Era, sem dúvida, uma escolha de entre as «autoridades principais» existentes, «pessoa idónea», de destacado relevo na administração colonial.

¹³¹ Carta do Cónego Pedro Pereira da Silva para o Director dos Estudos, D. Tomás de Almeida. Funchal, 18.11.1760. AGAL, Códice n.º 175, “Exames e concursos no Reino e no Ultramar”, 1760-1769, documento 17, 1f.

¹³² Não se julgue, contudo, tratar-se de um cargo de menor importância. Em caso de falecimento do vice-rei ou governador em exercício, e não tendo este indicado sucessor, o governo seria assumido por uma junta provisória composta pelo bispo, pelo chanceler da Relação e ainda da mais alta patente militar – o que efectivamente veio a ocorrer algumas vezes no período do Brasil colonial. Referimo-nos, nomeadamente, à junta provisória por morte do 1º Marquês do Lavradio, António de Almeida Soares Portugal, logo em 1760, após poucos meses de vice-reinado. Nas palavras de Fleiuss, pelo alvará de 12 de Setembro de 1770 se firmara que o ouvidor poderia suprir a falta dos dois primeiros se estes não estivessem disponíveis. FLEIUSS, Max, *História Administrativa do Brasil*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 2.ª ed., 1925, p. 49.

Quanto às suas atribuições, acham-se definidas em cartas de comissão emitidas pelo Director-Geral, o que nos permite perceber o raio de acção do mesmo, bem como, de forma algo subliminar, os poderes do Director (ele é que decidia onde era conveniente criar aulas). Assim, Tomás de Almeida procede à

“[...] nomeçam de huma pessoa douta, e com as qualidades mais distinctas que assista, e prezida aos ditos exames, de que tanto depende o augmento, bom governo, e direcçam dos Estudos, que por S. Mag.^e me foram encarregados, e constandome da sciencia Capacid.^e e mais virtudes, que concorrem na pessoa do R.^{do} Joam de Mattos Barreyros Prior da Igreja de S. Vicente da Guarda donde he morador, e Vigario Geral do mesmo Bispado; o nomeyo e lhe dou Commissam para assistir, e prezidir aos referidos exames assim p.^a Professores Regios como para licenças particulares uzando de toda a autoridade como se Eu a elles presente fosse: [...]”¹³³

Mais adiante, acrescenta outras competências do comissário:

“[...] prezidindo aos Exames o mesmo Commissario *e remetendome os autos de concurso* [informação adicionada entre linhas, a posteriori] para os fazer presentes a S. Mag.^e na forma do Alvara, e Instrucçoens, com que este lugar foy creado, e para todos os mais 1f Actos, que forem precisos para o Estabelecimento dos Estudos, e progresso dos mesmos, vigilancia, e cuidado sobre o procedimento dos Professores assim de Rethorica como de Grmatica Latina, Grego, e Hebreo assistencia, e applicaçam dos Estudantes, observancia exacta, e indispensavel do Alvara de S. Mag.^e, e sua Instrucçoens, e das mais leys, que para o referido fim S. Mag.^e for servido estabelecer Estatutos, que Eu houver de dar, ou qualquer outra Ordem, que me parecer passar p.^a a boa administraçam dos Estudos, q me estão encarregados; ou p.^a fazer publicar Ediates chamando por elles os Oppozitores p.^a o Concurso do provim.^{to} de alguma das cadeiras ou p.^a anunciar, e publicar na S.^a Cid.^e da Guarda e seu Aro, e mais Ouvidorias comprehendidas nesta Commissam qualquer Alvará ou Ordem de S. Mag.^e ou m.^a p.^a o mesmo fim da Directoria G.^{al} dos Estudos.”¹³⁴

A duração deste cargo era no mínimo de três anos, podendo ser encurtado ou prolongado conforme fosse o parecer do Director Geral. Aos comissários competia ainda a inspecção ou exame dos livros impressos que circulavam, uma vez que existia a prática de «contrabando»¹³⁵.

Como geralmente não se atribuíam tais funções a um indivíduo que as cumprisse sem exercer outro tipo de actividade, era frequente ocorrer alguma dificuldade na acumulação de funções. Ainda para mais quando os que eram designados comissários de estudos exerciam actividades de destacada relevância, fosse em termos jurídico-administrativos ou eclesiásticos. Um dos principais problemas colocados dizia respeito

¹³³ Carta de Comissão e Nomeação por Tomás de Almeida em favor do R.^{do} João de Matos Barreiros [prior da Igreja de S. Vicente da Guarda e Vigário Geral do mesmo bispado] na cidade da Guarda e seu aro. Lisboa, 4 de Março de 1760 [?]. BPE, Ms, Cod. CIX/1-18, pacote 15.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, pacote 13.

ao tempo de que deveriam dispor, implicando uma ausência que deveria ser justificada. Assim, naturalmente sensível a este aspecto, Tomás de Almeida chega a apelar a uma directa intervenção do Rei, a fim de resguardar os interesses não propriamente dos indivíduos em si, mas antes fortalecendo a importância da acção de todos os que contribuíam directamente no plano da regulação dos estudos.

Um desses exemplos, ainda que relativo ao comissário dos estudos do Porto, poderá ser revelador do tipo de obstáculos advenientes com frequência, revelando consequências bastantes desagradáveis aos indivíduos que se encontrassem nessa situação. Sendo Luís de Seabra Moraes e Silva desembargador do Tribunal da Relação do Porto, esta sua actividade absorvia-o quase por completo, não havendo praticamente disponibilidade da sua parte. Por outro lado, a sua ausência, ainda que perfeitamente justificada aos olhos do Director dos Estudos, permaneceria sob suspeita por parte do Chanceler – pelo menos até que uma ordem superior lhe mandasse o contrário. Tomás de Almeida interveio, intercedendo em seu favor, com claro reconhecimento das qualidades indispensáveis ao exercício da comissão que lhe passara. Como solução, propôs a dispensa de actividades no Tribunal por alguns dias, sem prejuízo do bom funcionamento desta mesma instituição, argumentando que a ausência deste funcionário poderia facilmente ser suprida, dada a abundância de «Ministros» aí existentes. Culmina, dizendo:

“Paresseme q V. Mag.^e mande declarar ao Chanceler do Porto, que todas as vezes que o Desembarg.or Luis de Moraes Siabra e Sylva estiver occupado no Real serviço da reforma dos Estudos em o districto da sua Commissão o dispense da assistencia do Tribunal.”¹³⁶

Depreende-se que teriam existido conflitos da parte de professores régios face aos comissários delegados pelo Director Geral, como o deixa entrever António Felix Mendez ao P.^e Luís Francisco de Sousa, Secretário da Directoria. Como, apesar da legislação vigente e das instruções publicadas, muitos professores régios permaneceriam ainda alheios às transformações metodológicas que as reformas acarretavam, recomenda-se:

- a) uma sua estreita vigilância, com recurso a métodos pouco convencionais de apuramento das práticas docentes;
- b) a punição dos delatores;

¹³⁶ Carta de Tomás de Almeida a D. José I. 14 de Dezembro de 1759. AGAL, Códice n. 174/1 [“Director Geral – Consultas – 1759 TÈ 1770”], doc. n.º 15.

- c) a nomeação de alguém que prestasse serviço de atendimento e esclarecimento dos professores.

“Tambem he necess.^o q os Profess.^{es} saybão o formulario, e modo, como hão de receber a sua Ex.^a q.^{do} vizitar as Aulas, e a differença que hão de uzar com os seus Delegados na Corte, ou nas cidades, em q os houver.
Em q.^{to} ao uzo do Methodo he m.^{to} necess.^o q agora no principio tenha pessoa, q disfarçadam.^{te} vá às Aulas, ou pergunte aos estud.^{es} dellas, se lhes ensinão alguãs couzas das q o P. Alvarez traz diferentes do Methodo, ou tambem outras, q ninguem ensinava, e som.^{te} o abuzo introduzio como necessarias [...]”¹³⁷.

Dada a dispersão espacial das aulas régias, e não estando os professores e mestres agrupados em sedes regionais ou em instituições especificamente consagradas à prática do ensino, a informação circularia mais dificilmente - mais um facto que não havia sido devidamente ponderado com a nova estruturação do ensino, e menosprezando-se a experiência dos colégios também a este nível.

A Direcção dos Estudos Menores previa, igualmente, a colaboração de Professores Régios enquanto os **Examinadores da Directoria** – preferindo-se aqueles profissionais ao exercício de semelhantes funções por poderem exercer mais condignamente as funções propostas. Contudo, nem sempre se dispunha de tais profissionais, ao menos no início da implementação das reformas de estudos. Havia, pois, que recorrer a «pessoas idóneas», capazes e disponíveis para o efeito, e das quais se extraíssem boas informações. Assim se justifica a opção por membros do clero secular e/ou regular para o exercício de semelhantes funções, sendo demonstrativa deste facto a carta endereçada pelo comissário de estudos da Madeira ao Director Geral:

“Sendo os Examinadores, que ellegi, na falta de Professores Regios, o R.^{do} Deam o D.^{or} Manoel Gomes da Silva, o R.^{do} M. Escola da Santa Sé deste Bispado Antonio Ferr.^a Resende, e o R.^{do} P. M. mais Digno da Custodia desta Ilha Fr. Joam de S. José, examinadores sinodales deste Bispado; os quaes aceitarão de boa vont.^e; por ser Serviço de Mag.^e; e bem commum; e se fes o dito concurso, e exames no Collegio da Companhia, que ficou pelo exterminio dos P.^{es} Jesuitas, por melhor commodid.^e, e parecer do Ex.^{mo} e R.^{mo} Senr. B. Diocesano, que o administra.”¹³⁸

¹³⁷ Carta de António Felix Mendez ao P.^e Luís Francisco de Sousa, Secretário da Directoria dos Estudos. Caza [Bairro da Esperança?] - Lx, 28 de Outubro de [17--]. BPE, Ms., CIX/1-18, pacote 19.

¹³⁸ Carta do Cónego Pedro Pereira da Silva para o Director dos Estudos, D. Tomás de Almeida. Funchal, 18 de Novembro de 1760. AGAL, Códice n.º 175 [*Autos de Concurso da Ilha da Madeyra. Com a Carta de Informação do Commissario o Conego Pedro Pr.^a da S.^a*], doc. n.º 17, 1f.

Contrariamente a Levy Cardoso, que defendera ser o próprio Director dos Estudos quem designava «a banca» que iria proceder à avaliação dos candidatos¹³⁹, constatamos que, na verdade, eram os Comissários de estudos que seleccionavam os Examinadores. Geralmente em número de três, e acompanhados pelo Comissário de estudos subdelegado, procediam à avaliação dos candidatos opositores aos concursos abertos por edital público.

Cabia aos Examinadores propor um conjunto de questões por escrito – tal facto é particularmente evidente no caso da Gramática Latina, de que nos restam vários testemunhos, nomeadamente autos de exames, inclusivamente de algumas capitánias do Brasil – a que os candidatos se deveriam submeter. Uma vez aplicadas estas provas, Examinadores e Comissário reuniam-se, apreciavam as produções escritas, liam-nas em público e ainda poderiam colocar mais alguma pergunta, a que o candidato deveria responder oralmente. Apurados os resultados – mau, medíocre, óptimo – atribuídos por votação, a classificação final era dada qualitativamente, procedendo-se, posteriormente, ao seu registo no auto de exames, onde se registava o conjunto das perguntas dos examinadores, respostas dos examinados e registo de avaliação destes¹⁴⁰.

Para além da avaliação da prestação dos candidatos nas provas apresentadas, avança-se ainda com informações relativas à sua conduta moral bem como à sua experiência enquanto docentes (mesmo a nível privado) dados estes conseguidos através de terceiros - vizinhos, junto das referências mencionadas pelo candidato, entre outros¹⁴¹. Para Áurea Adão, um mestre de primeiras letras não carecia de licença do Director Geral, apoiando-se num testemunho que havia sido referido por Banha de Andrade no lugar do Amieiro (Alijó)¹⁴² – razão pela qual considera apenas o período a partir de 1771. O que é facto é que, em princípio, deveria ao menos se examinado e extrair-se informações sobre a sua conduta antes de poder exercer a sua profissão.

¹³⁹ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Levy, *As luzes da educação* [...], p. 120.

¹⁴⁰ AGAL, Códice n.º 175.

¹⁴¹ Atente-se ainda aos “Autos dos Exames que se fizeram na cidade de Coimbra para o provimento de mais dous Professores Regios de Grammatica Latina”, escritos por mão de José António da Silva, tendo decorrido a 4, 6, 7, 10, 12 e 17 de Dezembro de 1759. ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 3483.

¹⁴² ANDRADE, A. A. Banha de, *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1984, p. 99; apud ADÃO, Áurea, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras* [...], p. 101.

A Direcção dos Estudos Menores integrava ainda na sua equipa um **Solicitador**, cargo que foi desempenhado por José de Seabra da Silva de Moraes¹⁴³, chamado também ele a colaborar na tutela da educação. Percebemos tratar-se de uma figura intermediária entre o Director dos Estudos e o próprio Sebastião de Carvalho e Melo. O Solicitador da Directoria agia enquanto intermediário de Almeida com Pombal, o «Sr. Conde», junto de quem confirma a aprovação superior de certas medidas. Colaborava na tomada de decisões, dando ele próprio o seu parecer face ao que lhe seria apresentado pelo Director dos Estudos. Era, ao que parece, ainda sua incumbência estabelecer contactos com impressores que estivessem encarregados de publicar as obras da Directoria.

Em relação ao **Meirinho da Directoria**, encontrámos apenas uma referência: “O Meirinho da Directoria se chama Luís dos St.^{os} Meyrelles feitor da Alfandega do Tabaco mora na rua hora [?] das Partilhas”¹⁴⁴. Luís dos Santos Meireles teria provavelmente funções de fiscalização e inspecção de mercadorias enquanto feitor da Alfândega do Tabaco¹⁴⁵, encontrando-se num dos patamares de uma hierarquia de controlo, exercendo o seu poder, nomeadamente, sobre os guardas que fossem a bordo dos navios.

Quais seriam as suas atribuições dentro da Directoria dos Estudos? No geral, um meirinho tinha como principais atribuições prender, citar, penhorar e cumprir quaisquer mandados judiciais. Tratava-se de um “juiz régio, encarregado de dar execução às sentenças do soberano”¹⁴⁶. Durante muito tempo, este cargo surge revestido de grande importância. Seria então alguém que se encarregaria dos aspectos jurídicos, libertando o Director Geral de semelhantes burocracias. Competir-lhe-ia, por certo, observar se, em dadas situações, se verificava um incumprimento das disposições régias, no respeitante à aplicação do «novo método» - como a observância das instruções e uso dos manuais recomendados – para que se pudesse usar da devida resposta judicial. Seria muito útil

¹⁴³ Carta de José de Seabra da Silva de Moraes, solicitador da Directoria, a Tomás de Almeida. Lx., s.d. BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, pacote 23.

¹⁴⁴ Cod. CIX/ 1-18, pacote 27, 3v.

¹⁴⁵ Também conhecida como Alfândega do Jardim do Tabaco, uma instituição que surgira já no século XVIII, com sede junto ao Terreiro do Paço. Tendo entretanto sofrido com o terramoto, achava-se novamente construída em 1760.

¹⁴⁶ A. de Oliveira, “Meirinho”, in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 19, Lisboa, Verbo, [ed. Século XXI], 2001, p. 603.

no atendimento de queixas diversas, advenientes da própria administração educativa – incompatibilidades na hierarquia de poderes, nomeadamente entre comissários e outras entidades, inclusivamente professores régios, queixas de pais e moradores relativamente às aulas, às atitudes dos professores, entre outros aspectos.

2.2.3. A difícil gestão além-mar

Existiu um longo hiato desde a extinção do sistema escolar jesuíta – cujas aulas foram encerradas com o decreto de 3 de Setembro de 1759 - e a implementação das aulas régias. Para mais, os Padres da Companhia foram deportados em datas distintas: os do Rio de Janeiro a 15 de Março do mesmo ano, os da Bahia a 19 de Abril, os do Recife a 1 de Maio, os do Pará a 12 de Setembro¹⁴⁷.

Os métodos e os programas referentes à educação no Brasil não contaram, apesar de tudo, com nenhum tipo de diferenciação se compararmos com os aplicados no Reino. Se se considerar a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa junto dos ameríndios, não existiu um empenho particular da Direcção dos Estudos ou da Real Mesa Censória na observação deste ponto em concreto do *Directório dos Índios*. Como o ensino de primeiras letras junto das comunidades indígenas se encontrava directamente implicado pela própria erecção de vilas no lugar onde anteriormente existiam índios aldeados pelos jesuítas, tratava-se de “pelouro direto e exclusivo dos Governadores e Ouvidores, enquanto o restante caía na alçada da reforma.”¹⁴⁸

Nos primeiros tempos desta viragem educativa, o ensino elementar, no que respeita ao ler, escrever e contar, estava longe de se apresentar devidamente estruturado. Na informação remetida a 18 de Novembro de 1760 pelo comissário de estudos da Madeira, achamos testemunho do estado da educação no período imediatamente após a expulsão dos jesuítas. Graças a este documento, poderemos ter uma percepção de como se procedia ao pagamento dos mestres – facto que aí surge com grande pormenor – assim como se procedia à eleição dos examinadores. Ganha particular relevo por ali se

¹⁴⁷ Relação de datas proposta por Banha de Andrade, sustentando-se em Serafim Leite, no vol. 7 da História da Companhia de Jesus no Brasil, p. 344. ANDRADE, A. A. *Banha de, A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, p. 5.

¹⁴⁸ ANDRADE, A. A. *Banha de, A Reforma Pombalina* [...], p. 7.

mencionar uma série de dificuldades, nomeadamente a inexistência de professores e a constituição de turmas com centenas de alunos:

“Os Estudantes, que nesta Ilha se applicão a Grammatica Latina seram com pouca diferença outo centos, quatro centos nesta Cid.^e, e os mais pelas villas, lugares e freguesias da mesma Ilha, e se no tempo de El Rey o Senhor D. Sebastiam eram super abundantes duas classes para os Estudantes daquelle tempo, hoje, q. sam muitos mais sem comparação, me parece muito necessario serem tres, para poderem commodamente estudar nas aulas, e se poderem ajudar huns aos outros por impedimento, ou infirmid.^e de algum delles [...]”¹⁴⁹

Este comissário sublinha por diversas vezes a necessidade de se obrigar os professores de gramática latina a ensinar, cumulativamente, primeiras letras:

“Asi nam há quem ensine, nem a ler, nem a escrever; pela qual razam muito necessita de hum Mestre de Grammatica Latina, que ensine juntamente a ler, e escrever, a esses poucos, q. se quizerem applicar, e crear p.^a o serviço daquelle Igr.^a, para que seja menos penozo aos Senhores Bispos o serviço della. E ali os que se applicarã ao estudo, havendo M.^e, não passarã de des [sic], athé doze, e a ler, e escrever seram obrados.”¹⁵⁰

De modo análogo, é natural que se tenha optado por esta estratégia noutros quadrantes do império, de forma a minorar as carências sentidas no provimento de mestres de primeiras letras.

Se atendermos ao espólio remanescente no Arquivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, deparamo-nos com uma série de documentos relativos à Directoria dos Estudos Menores, de ordem financeira, nomeadamente dando conta de despesas de venda de livros e seu carregamento nas naus, compra de material diverso a ser expedido. Tal fundo permite-nos, além do registo contabilístico, identificar com pormenor o tipo de obras expedidas. No que se refere ao ensino das primeiras letras, não consta qualquer título de obra impressa. A juntar este facto à ausência de uma tipografia no Brasil até à centúria seguinte, torna-se inteiramente óbvio o recurso frequente a cópias manuscritas, um pouco ao jeito da *Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christãa, Ler e escrever aos Meninos e ao mesmo tempo os principios da Lingoa Portuguesa e sua Orthografia*, datada de cerca de 1760¹⁵¹. De resto, foi este o modelo de gramática-

¹⁴⁹ Carta do Cónego Pedro Pereira da Silva para o Director dos Estudos, D. Tomás de Almeida. Funchal, 18.11.1760. AGAL, n.º 175, documento 17, 2v-3f.

¹⁵⁰ Carta do Cónego Pedro Pereira da Silva para o Director dos Estudos, D. Tomás de Almeida. Funchal, 18.11.1760. AGAL, n.º 175, documento 17, 2f-2v.

¹⁵¹ Anexado a um ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a erecção de vilas nas antigas aldeias dos índios. Datado de 6 de Março de 1759, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202.

catecismo implementado pelo governador de Pernambuco aquando da criação das vilas indígenas e que foi usado nas escolas para meninos e meninas indígenas (tendo estas um currículo diferenciado, como se aprofunda na Quarta Parte).

Constata-se ainda que existe um notório investimento na difusão das *Instruções*, achando-se aqui notícia da sua expedição para o Brasil logo desde 1759, como no-lo comprova um “Extracto, e rezumo de tres carregaçoens de Livros pertencentes à Directoria g.al dos Estudos”, enviados para o Rio de Janeiro¹⁵². Para além das alusões à venda dos livros, surgem por vezes referências curiosas ao funcionamento dos estudos entretanto reformados. Numa carta datada de 1762, por exemplo, dá-se conta de um fraco escoamento das obras vindas do Reino para o Rio de Janeiro, uma vez que os mestres, embora já designados, ainda não estavam colocados. Por outro lado, sublinha-se que aqueles livros se destinavam apenas a quem estivesse ligado aos estudos, menção que só se torna necessária perante a suspeição de contrabando ou de uma sua canalização para bibliotecas de particulares¹⁵³. Existia, por isso, grande cuidado no encaminhamento dos livros, estando envolvidos vários funcionários atestando a sua recepção, aparecendo como secretário da Directoria na Bahia um juiz de fora¹⁵⁴. Anexado a uma outra carta¹⁵⁵, apresenta-se um inventário dando conta das obras expedidas e entretanto já vendidas em Março de 1763, destacando-se publicações associadas ao ensino do Latim.

Um outro problema que concorria com a falta de mestres era os mestres não se encontrarem a leccionar por falta de pagamento dos seus salários, além da falta de estudantes, uma vez que, na sua maioria, se encontravam a servir enquanto soldados, como se informa em Outubro de 1765 a partir do Rio de Janeiro:

“ devendo dizer a vm q a rezão porq se não tem vendido mais Livros não procede do presso [sic] porq se tem vendido [...], mas sim por não estarem extabalecidos mestres

¹⁵² Conta dos livros enviada por João da Rocha dos Santos, presente no AHIN/ AINCM, Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4, Brasil, Rio de Janeiro. Contém informação relativa aos anos 1759, 1760, 1761, 1763 e 1765.

¹⁵³ Documentação identificada como se tratando de carta e conta, de João da Rocha dos Santos para Bernardo Agostinho de Mesquita, Tesoureiro da Direcção dos Estudos – correspondência recebida – entradas, n.º 3, presente no AHIN/ AINCM, Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4, Brasil, Rio de Janeiro.

¹⁵⁴ Carta, lista de livros e recibo de José António de Moraes para Bernardo Agostinho de Mesquita, Tesoureiro da Directoria Geral dos Estudos, correspondência recebida, entradas – nº 2, presente no AHIN/ AINCM, Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4, Brasil, Bahia.

¹⁵⁵ Documentação identificada como se tratando de carta e conta, de João da Rocha dos Santos para Bernardo Agostinho de Mesquita, Tesoureiro da Dir. G. dos Estudos – correspondência recebida – entradas, n.º 3, presente no AHIN/ AINCM, Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4, Brasil, Rio de Janeiro.

com ordenados certos p.^a poderem ensinar [sic], e alem disso por não haverem estudantes, pois a mayor parte delles estão Soldados.”¹⁵⁶

Quanto ao ensino de primeiras letras junto dos ameríndios, o *Directório* estabeleceu que, com a erecção de vilas, se instituísse igualmente não uma, mas duas escolas públicas de ler, escrever e contar, existindo assim uma separação dos alunos por sexos. Assim, nas escolas de meninas haveria uma mestra, ao passo que nas dos meninos um mestre. Na ausência de mestra, as meninas até aos 10 anos de idade poderiam, ainda assim, frequentar as escolas de meninos¹⁵⁷.

Os objectivos da política educativa em comunidades indígenas josefinas eram particularmente diferenciados, na medida em que se impunha a comunicação em língua portuguesa como elemento fundamental à integração do índio na sociedade colonial brasileira. Assim, as primeiras reformas de Carvalho e Melo acabariam por reforçar o disposto no *Directório dos Índios*, perante uma conjunção de factores em prol do desenvolvimento da instrução em primeiras letras e da obrigação do uso exclusivo da língua portuguesa, em detrimento dos idiomas nativos.

Foi ainda no período de vigência da Direcção dos Estudos Menores que se estabeleceu o ensino da língua portuguesa, até um máximo de seis meses, na aula de Latim, conforme o disposto no Alvará de 30 de Setembro de 1770. Estabeleceu-se igualmente, como obra didáctica obrigatória para tal fim a *Arte de Grammatica da Lingua Portuguesa* de António José dos Reis Lobato. Neste mesmo diploma destaca-se uma curiosa questão de ordem didáctica: a proibição do recurso a textos de carácter judicial, como processos e sentenças,

“quer de carácter civil, quer religioso, prescrevendo em sua substituição o catecismo pequeno de Montpellier, condenado por Roma, que o arcebispo de Évora mandara traduzir para a diocese (1770)”¹⁵⁸.

Destaque-se que, desde há vários séculos, tal prática vinha sendo condenada inclusivamente por parte das entidades eclesiásticas e civis, sobretudo junto de mestres que leccionavam primeiras letras a título particular.

¹⁵⁶ Carta de João Alberto de Castelo Branco para José António de Costa Araújo, presente no AHIN/AINCM, *Directoria Geral dos Estudos*, cx. 4, Brasil, Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ ANDRADE, A. A. Banha de, *Contributos [...]*, p. 597.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 628.

Merece-nos ainda particular atenção o facto de se achar necessário aprender o idioma materno antes de se entrar propriamente nos conteúdos linguísticos do Latim. Tal vem precisamente ao encontro do «novo método», pela simplificação das matérias e redução do número de regras que os alunos deveriam conhecer. Entendia-se igualmente que, para se perceber verdadeiramente o funcionamento da língua latina, o aluno devia antes de mais conhecer profundamente a gramática da sua própria língua.

No limiar da existência desta instituição, assistira-se, como vimos, à incorporação de novos conteúdos metodológicos e curriculares, abrindo portas para uma nova percepção do idioma materno na formação académica, sendo colocado cada vez mais em destaque. Dali por diante, enfatizar-se-iam cada vez mais os conteúdos a leccionar, a competência linguística do indivíduo no seu idioma materno – facto não imputável aos idiomas dos «gentios» das partes ultramarinas – os recursos materiais pedagógicos e o próprio perfil do professor de primeiras letras.

A criação e actividade daquela instituição que, afinal, compreendia o esforço de toda uma hierarquia, significaram um passo determinante para a gestão estatal da educação não só em Portugal, como para a Europa, onde igualmente se vinham ensaiando modelos públicos de educação.

Extinta em 1771, a Directoria-Geral dos Estudos veio a ser substituída pela Real Mesa Censória¹⁵⁹. O seu ocaso, o ignorar constante do Rei e do seu Ministro face aos rogos de D. Tomás de Almeida, o apagamento subsequente do vigor daquela instituição fazem-nos suspeitar que o seu término significa muito mais do que um pressuposto reconhecimento da sua ineficácia operacional. Reformada a reforma, havia que encaminhar toda a documentação útil para o sucedâneo do Director Geral. Uma vez mais Pombal interveio de modo activo em mais um momento de revolução no plano educativo, desta vez procurando apostar na concentração dos poderes numa só instituição.

“A 1 de Julho de 1771, poucos dias depois da criação do novo cargo, foram remetidos ao Secretário da Real Mesa Censória «todos os livros e papéis pertencentes à Directoria Geral dos Estudos, para que a Mesa pudesse desempenhar a administração que lhe fora cometida pelo decreto de 4 de Junho».”¹⁶⁰

¹⁵⁹ É com o Alvará de 4 de Junho de 1771 que se atribui à Real Mesa Censória a incumbência de administrar as escolas de Estudos Menores do Reino e seus Domínios, incluindo o Colégio dos Nobres.

¹⁶⁰ RIBEIRO, J. Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, tomo I, Lisboa, 1871, p. 219; apud MARQUES, Maria Adelaide, *A Real Mesa [...]*, p. 53.

Acreditamos que a extinção da Direcção Geral dos Estudos Menores mascarou a vergonha do Estado Absolutista por não ter conseguido equacionar devidamente os custos e exigência que imediatamente se colocaram perante a ambição de substituir a rede de colégios da Companhia de Jesus por todo o Império. Foi, por isso, mais fácil remeter todas as culpas para aquela instituição, quando deveria ter atendido, em tempo útil, às demandas feitas e procurar colmatar as carências sentidas. O reforço de medidas e legislação específica adequada, nomeadamente no concernente à nomeação de comissários e demais colaboradores com dedicação exclusiva àquela instituição, bem como uma transição menos agressiva dos métodos pedagógicos anteriores – com valorização da experiência e formação dos professores jesuítas – e um investimento claro na formação de mestres e professores teriam sido, sem sombra de dúvida, determinantes.

2.3. A Secretaria dos Estudos Menores da Real Mesa Censória

Apresentando-se, até 1768, sob o domínio da Igreja, a censura viria adquirir, posteriormente, novos contornos, passando a constituir uma “instituição dependente do Estado”¹⁶¹ – daí ser igualmente designada por «censura estadual». De acordo com Adelaide Marques,

“Novos e sugestivos conceitos filosóficos e morais, vieram influenciar, por sua vez, novos ideais que culminaram com os teóricos franceses e ingleses do século XVIII e com a Revolução Francesa. Estes ideais chocaram-se com as opiniões temerosas das novas concepções políticas e filosóficas consideradas uma grande ameaça para a estabilidade social.”¹⁶²

Estes factores impulsionaram o posicionamento da defesa política para primeiro plano, em detrimento da questão da defesa religiosa – o que não significa que este elemento estivesse ausente, esquecido ou fosse banalizado. Neste âmbito, as próprias reformas implementadas por Pombal não surgiram isoladas, mas antes a par, ou mesmo

¹⁶¹ MARQUES, Maria Adelaide, *op. cit.*, p. 8.

¹⁶² Idem, *ibidem*, pp. 6-7.

por influência das medidas empreendidas por Frederico II da Prússia, Catarina da Rússia e José II da Áustria, como tivemos ocasião de observar em capítulo anterior.

É precisamente neste contexto que é criada a Real Mesa Censória, tendo como primeiro presidente, nomeado a 22 de Abril de 1768, D. João Cosme da Cunha, arcebispo de Évora, do Conselho de Estado, regedor das Justiças, vindo a ser nomeado inquisidor-geral no ano de 1770 – em fase próxima à extinção da Direcção dos Estudos Menores. Se alguns autores notam uma reestruturação administrativa, uma nova configuração do aparelho de censura, outros encaram a criação da Real Mesa Censória como um facto que se insere numa frente de luta cultural¹⁶³. Sem nos determos em torno da acção desta instituição no exercício do controlo da cultura nacional, tanto em termos de publicação de livros em território nacional, como da recepção de obras oriundas do estrangeiro, parece-nos, contudo, evidente, o papel da Mesa Censória não propriamente enquanto instrumento meramente repressor dos jesuítas. Numa perspectiva mais ampla, tratou-se de importante instrumento de renovação cultural, sobretudo se considerarmos o projecto reformista de Pombal para as diversas áreas, nas quais se incluiu a da educação.

Importava introduzir novos conceitos, substituir o «fastidioso methodo», «modernizar» o saber, o que, por seu turno, requeria particular cuidado no que respeitava à circulação de obras – muitas das quais elementos centrais para o ensino de determinadas matérias. O posicionamento ideológico da *Dedução Chronologica e Analytica* e os princípios patentes na lei de 5 de Abril de 1768 reflectem-se de modo bastante directo na fundação da Real Mesa Censória, na medida em que responde precisamente à necessidade de criação de um instrumento activo nessa mesma linha de ideias.

“As classes sociais activas, contagiadas pelas histórias que circulavam acerca da Companhia, algumas poucas verdadeiras, a maior parte exageradas ou puramente lendárias, passaram de um excesso de confiança a uma má vontade crescente para com os Jesuítas que foram transformados numa espécie de «monstros do século» e cuja má fama corria de boca em boca.”¹⁶⁴

Além de se combater toda e qualquer marca jesuíta, corria a necessidade de se simplificar e modernizar a censura, nomeadamente pela voz de Verney. Até essa altura,

¹⁶³ FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 70.

¹⁶⁴ MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *op. cit.*, p. 25.

a censura envolvia três entidades distintas: o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Através desta medida, assiste-se à reforma de parte da administração pública, pela “simplificação burocrática dos serviços”, com esta concentração num só organismo¹⁶⁵. Possuía esta instituição declarada independência, com «jurisdição privativa e exclusiva em tudo», pelo menos no que respeitava ao exame e censura dos Livros, como o estipulava a lei de 5 de Abril de 1768.

Criada por Alvará de 5 Abril de 1768, é entregue à Real Mesa Censória

“toda a administração e direcção dos Estudos das Escolas Menores destes Reinos e seus Domínios, incluindo nesta administração e direcção, não só o Real Colégio de Nobres, mas todos e quaisquer outros colégios e magistérios que eu for servido mandar erigir para os estudos das primeiras idades”.¹⁶⁶

Refere-se ainda no mesmo documento que a administração e inspecção dos estudos não poderia “caber nas forças de uma só pessoa”, como notara igualmente Áurea Adão, achando por isso que até àquela data existia apenas um Director Geral, uma figura que agiria isoladamente, facto inteiramente contrário ao que sucedera, como já aqui tivemos ocasião de refutar.

Relativamente às suas atribuições no plano específico do ensino, seria necessário aguardar por 4 de Junho de 1771 para assistir à transmissão das funções da Direcção Geral dos Estudos Menores, entretanto dissolvida, para a Real Mesa Censória. Na altura, era já seu presidente Frei Manuel do Cenáculo, o grande mentor da criação de uma biblioteca pública em Portugal. Os alvarás de 28 de Junho de 1759, de 8 de Janeiro de 1760 e 7 de Março de 1761, acabaram por servir, segundo Adelaide Marques, de regimento à nova orientação que se pretendia com a Mesa Censória. Entretanto procedera-se a uma avaliação do estado dos estudos, de que resultou uma observação datada de 3 de Agosto de 1772: “«Sendo fatal o estrago causado nas Escolas Menores deste Reino pela negligencia e educação positivamente má dos jesuítas a que elas foram confiadas [...]»”.¹⁶⁷ Dominava ainda a tempo uma opinião particularmente negativa em torno da Companhia, tomando-se como perniciosa a influência dos métodos e livros da

¹⁶⁵ CARVALHO, Rómulo de, *op. cit.*, p. 452.

¹⁶⁶ Alvará de 4 de Junho de 1771, in *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Ano de 1770*. Tomo III, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, MDCCLXXI.

¹⁶⁷ CARVALHO, Rómulo de, *op. cit.*, p. 453.

pedagogia jesuíta – que ainda permaneciam em uso – não se reconhecendo, porém, as fragilidades e as tentativas infrutíferas de implementação das reformas pombalinas numa primeira fase.

Pelo exposto na lei de 6 de Novembro de 1772, somos levados a tecer algumas considerações de particular relevância no tocante à organização dos estudos, além de encontrarmos referências directas ao método pedagógico dos jesuítas. No respeitante a este último aspecto, alude-se aos “funestos estragos” pressupostamente provocados pelo ensino dos jesuítas, sendo inclusivamente a causa da ruína em que as Letras ainda se encontravam, volvidos cerca de quinze anos sobre a sua expulsão. Os mestres da Companhia de Jesus, vistos como autores de “maquinaçoens” e “abuzos”, terão fomentado a distracção dos alunos e obstavam ao seu progresso na apreensão de saberes. Semelhantes argumentos surgem na linha do pensamento pedagógico de então, sentindo-se a necessidade de agilizar os conteúdos curriculares, com vista ao fomento de um contacto não apenas com saberes de carácter abstracto. Além do claro ataque às Humanidades, consideradas obsoletas e infrutíferas, impera uma clara valorização do saber experimental, urgindo uma adequação das matérias às necessidades técnico-científicas do mercado de trabalho.

Reconhecia-se que um mesmo Plano de estudos não serviria a todos. Antes de se ter procedido à sua aplicação, partiu-se de uma avaliação prévia das necessidades a suprir. Por esse facto, argumenta-se que haveria quem, pelo tipo de actividade que exercesse ou viesse a exercer, não necessitasse de aprender a ler e escrever, bastando aprender os rudimentos da fé cristã. Por outro lado, afirma-se, quanto mais alto fosse o nível de ensino, ou quanto mais complexas fossem as matérias, mais se limitaria o seu acesso. Não se está, claramente, perante um ensino para todos, mas de uma educação que atendia à própria estratificação social.

Relativamente à atribuição de funções no domínio da direcção escolar, passava a ser incumbência da Real Mesa Censória a fundação de escolas, assim como a qualificação, nomeação e distribuição dos professores nos lugares de escola existentes. Quanto a este último aspecto, foram estipuladas algumas normas: a obrigatoriedade de afixação de editais para o concurso – facto que anteriormente já se efectuava, podendo, não obstante, ter decorrido alguma situação anómala; o necessário e indispensável exame dos mestres, um item de particular importância na avaliação da qualidade dos candidatos - sua formação académica, sua experiência de docência, mesmo a título privado e informações acerca da sua conduta moral. Encontramos ainda referência aos

centros de exame ou qualificação/ certificação de professores disponíveis. No Império Ultramarino, os procedimentos deveriam ser semelhantes, estando esses mesmos centros localizados nas capitanias existentes. A fim de se determinar a validade das informações conseguidas, recorrer-se-ia a outros magistrados. Daí a Real Mesa Censória solicitar alguns dados junto, nomeadamente, de ouvidores.

O próprio ensino particular não fora excluído deste panorama: os mestres particulares, encontravam-se obrigatoriamente sujeitos a aprovação e exame da Real Mesa Censória, necessitando de licença para exercerem a sua actividade. Em relação aos alunos que não tivessem frequentado as aulas régias, mas apenas beneficiado de um ensino particular ou doméstico, aqueles que desejassem ingressar nos estudos maiores deveriam também submeter-se a exame, tal como os restantes.

Outra das funções desta instituição consistia em analisar as relações enviadas pelos professores, dando conta do número de alunos, assim como do seu progresso na aprendizagem¹⁶⁸. Assim se instituía a obrigatoriedade do envio de relatórios dando conta do desempenho da actividade docente e discente. Também a inspecção escolar começava a ganhar contornos mais definidos, servindo o caso de Lisboa de paradigma para as restantes partes. A observação *in loco* passaria a decorrer com maior regularidade, sem datas nem inspectores pré-definidas, de modo a surpreender os mestres, sendo estipulada a visitação das escolas de quatro em quatro meses, de modo a se averiguar os progressos e os pontos fracos dessas instituições e seus respectivos docentes, “para se ocorrer a eles com remédio pronto e eficaz”¹⁶⁹. Foram ainda apresentadas importantes disposições relativamente ao ensino elementar. Assim para o ensino de ler e escrever, os conteúdos ou áreas privilegiados são a caligrafia, a ortografia e alguns aspectos considerados fundamentais no ensino da sintaxe para este nível de aprendizagem. A competência em destaque era, sem dúvida, a da produção escrita. Em termos de ritmos de aprendizagem, a infância era já entendida como o período em que mais facilmente se aprende e interiorizam os saberes.

Uma outra importante medida – talvez uma das mais paradigmáticas nesta fase - que procurava sustentar o funcionamento das aulas régias fora o Subsídio Literário, instituído a 10 de Novembro de 1772, graças ao qual o ensino das primeiras letras conheceu importante expansão. Não que até à data não existissem já outros impostos ou

¹⁶⁸ Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, artigo III.

¹⁶⁹ Idem, artigo VI.

«colectas» tendo em vista o pagamento dos mestres. A novidade reside em passar a haver um imposto único para este fim, o qual variava de território para território¹⁷⁰.

Não existirá propriamente uma mudança radical no *modus operandis* da tutela da educação, pois, como salienta Banha de Andrade, as ideias do primeiro período das reformas prevaleceram, não deixando de ser consideradas actuais e de aplicação necessária¹⁷¹.

2.3.1. O Secretário dos Estudos Menores

Não cabia ao presidente da Real Mesa Censória ocupar-se, concreta e exclusivamente, dos assuntos relativos às reformas de ensino. Frei Manuel do Cenáculo¹⁷², partidário das mais modernas correntes de pensamento, não deixa ao acaso a aplicação das reformas no domínio dos estudos menores. É natural que, por via da proximidade com a Congregação do Oratório, por ter recebido, quando jovem, lições de um seu religioso, estivesse mais próximo das escolhas metodológicas e curriculares daquela ordem. Dada a amplitude do campo de acção da Real Mesa, tornara-se imperativo escolher uma pessoa idónea que se ocupasse da parte mais burocrática. A carta de nomeação de um secretário da Real Mesa Censória surgiu logo em 1771, encarregando Alexandre Ferreira de Faria Manuel para os despachos da Directoria Geral dos Estudos que era necessário emitir:

"Tendo consideração a que o expediente dos Despachos respectivos à Directoria Geral dos Estudos destes Reinos e Seus Dominios, de que a Real Meza Censoria se acha encarregada, não cabe nos Officiaes da Secretaria della o laboriozo dos ditos Despachos: E a que avendo sido athe ao presente a dita Directoria servida por hum Secretario com o ordenado de duzentos mil reis: Pela boa informação que tive de Alexandre Ferreira de Faria Manoel: Hey por bem fazer lhe mercê do Lugar de Secretario da referida Meza, destinado somente para os sobreditos Despachos da Directoria Geral dos Estudos, com o ordenado de duzentos mil reis em cada hum anno, que lhe serão pagos na Folha dos Professores Regios, sem outro algum emolumento: E servirá o dito Lugar em quanto Eu assim o houver por bem, e não mandar o contrario. A mesma Real Meza Censoria o tenha assim entendido, e lhe mande passar os Despachos necessarios. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em oito de Agosto de mil setecentos e

¹⁷⁰ FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC* [...], p. 77.

¹⁷¹ ANDRADE, A. A. Banha de, *Contributos* [...], p. 591.

¹⁷² Fora Superior provincial da Ordem Terceira de São Francisco, bispo de Beja e arcebispo de Évora. Cursou Teologia na Universidade de Coimbra, tendo chegado a ser lente.

Este cargo surge com plena recuperação do seu homólogo ao tempo de D. Tomás de Almeida, desempenhado pelo P.^e Luís Francisco de Sousa, pouco mais de quinze anos antes. Não sabemos até que ponto as suas funções não terão extravasado o domínio dos despachos, a ponto de eventualmente lidar com toda a correspondência. As suas atribuições consistiam, além de estar encarregue dos livros e demais papéis da Secretaria dos Estudos, em lançar os despachos, receber requerimentos e petições, passar certidões, lavrar licenças, provisões, ordens, avisos, editais, entre outros documentos, à semelhança do que faria, afinal, qualquer tipo de Secretário – inclusive o da Real Mesa. Era, acima de tudo, um importante apoio para Frei Manuel do Cenáculo.

A sua actuação ficou, contudo, manchada, sendo acusado de burlas diversas, tendo desviado avultadas somas de dinheiro¹⁷⁴.

No “Índice que contem as Materias, Ordens, etc.^a da Meza Censoria”¹⁷⁵, datado de 1815 e organizado por ordem alfabética, existe documentação relativa às décadas de setenta e oitenta, com a qual este secretário terá lidado. Entre as referências compulsadas, encontram-se consultas, relações, legislação educativa, informações sobre professores, advertências diversas com vista à aplicação das reformas e gestão de todo o processo educativo (cf. Anexo 33). As referências ao ultramar são diminutas. Ficamos igualmente sem saber qual o volume de informação que existiria em cada secção mencionada.

2.3.2. Natureza dos cargos existentes

Um presidente, sete deputados ordinários, deputados extraordinários, de entre os quais se nomeia um porteiro e dois contínuos. No período em que a Real Mesa Censória é incumbida de substituir a Direcção dos Estudos Menores, contava com um segundo presidente. Sucedendo a alguém que também ocupara cargos eclesiásticos de destaque –

¹⁷³ Papéis do Arquivo da Junta da Direcção Geral dos Estudos – Regimento. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 8 de Agosto de 1771. BGUC, Ms. 1344, p. 21.

¹⁷⁴ cf. ADÃO, Áurea, op. cit., pp. 114-117.

¹⁷⁵ AGUC - IV-1.^aE-6-5-25.

o Arcebispo de Évora, D. Frei João de Nossa Senhora da Porta - Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas não deixou de marcar a sua posição. Uma vez no comando desta poderosa instituição, as vantagens em termos de uma nova remodelação nos destinos da educação eram evidentes.

Com efeito, tratava-se de alguém que detinha experiência neste âmbito, pois fora ele próprio reformador dos estudos na Congregação da Ordem Terceira, a que pertencia. Mais ainda: em 1758 foi nomeado inspector das Igrejas e dos Benefícios das Ordens Militares, dois anos mais tarde censor do Tribunal diocesano de Lisboa, para além de procurar modernizar o ensino nas suas aulas no Colégio de S. Pedro de Coimbra e no Convento de Jesus em Lisboa¹⁷⁶. Também ele, afinal, acumulou as funções de director dos Estudos com as de 1º conselheiro da Junta da Providência Literária, além de, “por inerência de cargo”¹⁷⁷ ser nomeado a 10 de Novembro de 1772 presidente da Junta do Subsídio Literário.

Contrariamente ao seu congénere na primeira fase das reformas, Frei Manuel do Cenáculo faz recair em si uma enorme centralidade em todo o processo: nada poderia passar sem ter o seu aval, nenhuma disposição de maior importância poderia ser assumida na sua ausência¹⁷⁸. Logicamente que tal se traduziu rapidamente numa maior morosidade da burocracia, notando o próprio Rei que “nem a quotidiana e sucessiva ocorrência dos importantes negócios da mesma competência, podem ficar em suspensão, e perplexidade por todos os meses”.¹⁷⁹

Quanto aos deputados ordinários, um deles era Inquisidor da Mesa do Santo Ofício, outro Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa ou então Desembargador do Patriarcado. Não havia, claramente, uma escolha aleatória: todos se apresentavam como pessoas de estreita confiança de Pombal, além de partilharem os seus ideais reformadores. Na lista de nomeações dos deputados ordinários, de 9 de Abril de 1768, encontramos alguns membros de diversas ordens religiosas, nomeadamente da Congregação do Oratório, da Ordem de S. Bento e da Ordem Terceira de S. Francisco.

¹⁷⁶ ADÃO, Áurea, *op. cit.* p. 103.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 105.

¹⁷⁹ Aviso de 5 de Dezembro de 1775 (ANTT – Livro de Registo n.º 1 da RMC, fls. 87-88); cf. ADÃO, Áurea, *op. cit.* p. 105.

Um outro cargo existente era o do **Oficial (maior) da Repartição dos Estudos**. Tratava-se de um indivíduo da confiança do Secretário, encontrando-se abaixo deste¹⁸⁰.

Com a extinção da Direcção Geral e consequente concentração de poderes na Real Mesa Censória, apesar de tudo não se registaram grandes diferenças ao nível do trabalho dos **Comissários de estudos**. Manteriam as mesmas funções que lhes competiam anteriormente, ainda que sob um maior controlo por parte da Real Mesa Censória.

Devido às deslocações feitas para as reuniões dos deputados da Mesa, o tempo era desperdiçado na leitura das resoluções tomadas em Salvaterra, não se tomando diligências quanto às petições recebidas entretanto. No tocante ao ensino, Áurea Adão não hesita em considerar que “a Real Mesa Censória passou a ter um papel muito reduzido”¹⁸¹.

Relativamente a outros cargos que tivemos ocasião de descrever no seio da Direcção Geral dos Estudos, a documentação recolhida não nos fornece dados relativamente a figuras como a do solicitador ou a do meirinho. Não esqueçamos, contudo, que com a extinção da primeira e integração da tutela educacional na Real Mesa Censória, se assiste a uma concentração dos poderes num só organismo, existindo a possibilidade de algumas matérias ficarem a cargo de funcionários da Real Mesa Censória.

2.3.3. O reforço das primeiras letras no Brasil

Contrariamente a Joaquim Ferreira Gomes, que destaca o carácter notável da Real Mesa Censória ao nível do ensino «primário» e «secundário»¹⁸², defendemos que também nesta fase a reforma dos estudos redundou em perfeito fracasso. A avaliar não só pelo estado do ensino no Reino, como pelo que se verificou no Brasil, registou-se uma considerável carência de professores.

¹⁸⁰ Há notícia de dois tipos: o de «oficial» e o de «oficial maior». Áurea Adão alude a um oficial, de seu nome Caetano José Mendes, sem contudo especificar o período e muito menos o âmbito da sua actuação.

¹⁸¹ ADÃO, Áurea, *op. cit.* p. 106.

¹⁸² GOMES, Joaquim Ferreira, *Luís António Verney [...]*, p. 120.

De entre as listagens de professores seleccionados ao tempo da vigência da Real Mesa Censória, acha-se o *Mapa dos professores e mestres das escolas menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste reino de Portugal e seus domínios*¹⁸³, fruto da Carta de Lei de 6 de Novembro. Eram assim criados apenas vinte e quatro lugares para o ensino das primeiras letras em todo o Império Ultramarino Português, de ente os quais somente dezassete se destinavam ao Brasil. A grande aposta encontrava-se, evidentemente, no ensino médio, onde se sentia de forma mais notória a ausência dos colégios da Companhia. Dado o escasso número de escolas criadas, cedo se fez sentir por parte das populações a necessidade de ampliar a rede escolar, determinando-se por Alvará de 11 de Novembro de 1773 o aumento de número de escolas, bem como o número de professores em escolas que já haviam sido criadas, sem contudo surgirem alterações face aos domínios ultramarinos.

No rol de professores régios nomeados a 10 de Novembro de 1773, apenas um fora designado para ensinar a ler e escrever no Brasil. Com a morosidade habitual da contratação de pessoas capazes para o ensino através dos organismos centrais, as autoridades locais foram-se ocupando da sua selecção. Tal não invalida, ainda, o recurso a quem do Reino estivesse disposto a partir para aquela colónia nem, tão pouco, exclui inteiramente a possibilidade de se recorrer a clérigos (seculares ou mesmo a alguns regulares) para o exercício de semelhantes funções.

A desproporção do número de docentes nomeados para ensinarem as primeiras letras face às demandas locais era abissal. Os concursos criados não conseguiram recursos humanos capazes o suficiente para atender à imensidão do vasto império português. O insignificante número de aulas régias criadas e a escassez de mestres/professores nomeados constituem reflexo da visão de Pombal, para quem a instrução era desnecessária para certas franjas da sociedade – nomeadamente a quem se dedicava a trabalho braçal e demais artes oficinais. Para esses, bastaria o catecismo¹⁸⁴.

A situação fora de tal modo e arrastara-se por tanto tempo que, ainda no reinado de D. João IV, se observava como neste nível de ensino havia ainda muito a fazer. Na

¹⁸³ *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Ano de 1770.* Tomo III, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, MDCCLXXI.

¹⁸⁴ cf. Preâmbulo da Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772. Observa-se como, da parte de Sebastião de Carvalho e Melo, havia uma posição contrária à de Verney, defensor do ensino para todos, sendo antes partidário das ideias de Ribeiro Sanches, de pendor mais elitista.

“*Memoria sobre as Escollas Publicas desta Capitania [da Bahia]*”¹⁸⁵, procede-se a uma explicitação do estado dos estudos na capitania da Bahia entre os anos de 1771 e 1802. Contempla somente o período de acção da Real Mesa Censória, não aludindo ao período em que a Direcção ou Directoria Geral dos Estudos tutelou o ensino. Pelas suas palavras, deduzimos que o autor era partidário das reformas «pombalinas», em detrimento do sistema de ensino jesuíta. Demonstra como o ensino do latim e das primeiras letras constituíram as principais apostas no ensino a partir da década de 70. Ainda assim, apesar do financiamento garantido por lei, poucos queriam leccionar.

Não obstante, em 1799 o ensino menor existente em todas as capitanias do Brasil encontrava-se num lastimoso estado. Nesta *Memoria* denuncia-se a ausência de um sistema comum no estabelecimento de cadeiras, a falta de uma regulação da qualidade das mesmas – como aconteceria através de uma consistente inspecção escolar - bem como a ausência de normas fixas para a nomeação de professores. Além disso, era evidente a ausência de critérios para a criação de determinadas cadeiras em certos lugares, o que nos faz suspeitar a predominância de interesses particulares ou outros factores não muito claros.

Apesar das mudanças introduzidas no plano legal, na prática as disposições do príncipe regente também demoraram a ser aplicadas. Mantinha-se o problema da acumulação de funções desta vez por parte do próprio governador, o qual se achava envolvido em «muitos negócios». O autor desta *Memoria* desvenda a corrupção existente na administração do Subsídio Literário, sustentando-se na denúncia feita por professores da capitania da Bahia e de como todo o ensino se achava em desordem, em pleno início do século XIX, em resultado de uma difícil aplicação das leis educativas. Em razão de tamanha desordem, evidencia a adopção do ensino em casas particulares como alternativa, cujos métodos o autor condena.

¹⁸⁵ “*Memoria sobre as Escollas Publicas desta Capitania [da Bahia]*”, Bahia, c. 1802. [Colecção Casa dos Contos] BNRJ - Ms. 07,2,007. Este documento terá certamente sido redigido pelo então secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar, o qual se ocupa de denunciar o estado dos estudos menores na capitania em que se encontrava – Bahia – cerca de 1802. Não é claro a quem se dirige, mas sobressai o seu domínio ao nível dos ofícios, leis e demais disposições régias.

Se é certo que os primeiros indícios de um envolvimento mais directo do Estado, assumindo-se como administrador e gestor da educação em certas instituições, surgiram apenas com as aulas de artilharia e arquitectura militar da Bahia e de S. Luís em 1699 e a de artilharia no Rio de Janeiro em 1738, não se julgue por isso que Portugal estava na cauda da Europa de então, muito pelo contrário. Passara, contudo, a existir uma permeabilidade face a teorias científico-pedagógicas modernas, considerando-se fulcral o esforço de uma série de intelectuais, nomeadamente Verney, Ribeiro Sanches, D. Luís da Cunha, Manuel do Cenáculo Vilas Boas, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, Seabra da Silva, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Sachetti Barbosa e António Pereira de Figueiredo. Trata-se, no dizer de Hélio de Alcântara, mais de uma “filosofia política do que um plano pedagógico inicial”, tendo-se iniciado logo ao tempo de D. João V e estendendo-se ao reinado de D. Maria I¹⁸⁶.

“A reforma dos estudos menores no período josefista foi um esforço de secularização do ensino com o fim pragmático de criar uma educação a serviço do trono e uma escola útil aos objetivos estatais.”¹⁸⁷

No quadro da administração escolar ultramarina, notámos um recurso a determinados indivíduos cuja escolha não nos parece aleatória. Assim, não raro, o cargo de comissário de estudos em determinada região no Brasil era desempenhado por um ouvidor, um desembargador, um juiz de fora¹⁸⁸.

Na transição da sua pasta para o seu sucessor, o Marquês do Lavradio não deixa de aludir à necessidade que havia de nomear mais funcionários, e sobretudo capazes para as funções que lhes eram atribuídas. Trata-se, aliás, de uma obrigação dos

¹⁸⁶ AVELLAR, Hélio de Alcântara, *op. cit.*, p. 163.

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 169. Apesar de dedicar algumas páginas à «Administração Educacional», o que é facto é que se limita a proceder a uma breve relação muito em abstracto da educação, não esclarecendo aspectos da gestão escolar em concreto ou do funcionamento das instituições como a Direcção Geral dos Estudos ou a Secretaria Geral dos Estudos Menores – a que tão pouco alude – da Real Mesa Censória. Fica-se pela menção a alguns professores régios, conhecidos dos trabalhos de Laerte Ramos de Carvalho e a datas que são já do conhecimento geral.

¹⁸⁸ O Ouvidor geral, figura de destacado relevo, era nomeado pelo rei por um período de três anos. Figurando “no topo da organização judiciária”, este cargo viu-se institucionalizado ainda no início do século XVII, mais concretamente através da criação da Relação do Brasil, na Bahia, a 7 de Março de 1609. Já o Juiz, quer ordinário, quer de fora, além de presidir a Câmara, “exercia *munus* administrativo, como executor de providências, sendo instância superior do Ouvidor da Comarca”. AVELLAR, Hélio de Alcântara, *op. cit.*, pp. 51; 65.

governadores-gerais e vice-reis redigir uma relatório geral para o Rei, onde se procederia ao balanço das actividades e negócios, tratados ou pendentes, de maior importância¹⁸⁹.

“São igualmente necessários mais alguns Juizes de Fora, principalmente um para o distrito de Santo Antônio de Sá, e mais lugares e povoações pertencentes àquela parte; outro para os campos dos Goitacases; outro para a Ilha de Santa Catarina; e outro para o Rio Grande de S. Pedro; sendo preciso para a nomeação destes Ministros que tenha precedido um escrupuloso exame sobre o seu merecimento e talento, não julgando eu serem bastantes o único esclarecimento das Leis e do Direito Civil; é preciso que sejam uns homens cheios de espírito pátrio, e de um gênio que esperançassem ser eles capazes de procurar e promover o adiantamento e felicidade dos povos, assim para o sossego, em que os deve conservar, como para os animar no seu comércio e agricultura, e não lhes consentir a preguiça e errados prejuízos, que os têm conduzido a maior indigência. Os três Ouvidores que devem haver, assim o desta cidade, como o da Capitania do Espírito Santo, que compreende os Campos dos Goitacases, e de Santa Catarina, que compreende o Rio Grande de S. Pedro, devem ser três homens muito ativos, e de quem haja experiência já de serem capazes de animar os serviços úteis que tiverem principiado os Juizes de Fora, em benefício dos povos que pertencem a cada um dos seus distritos.”¹⁹⁰

Estas recomendações deixam entrever eventuais problemas do passado, pela indolência e falta de dinâmica com que tais cargos teriam sido exercidos, com consequências no plano da vida social e política.

“Os Ministros de ordinário que vêm para estes lugares, segundo o que a experiência me tem mostrado, em nada mais cuidam que em vencer o tempo por que foram mandados, a fim de poderem requerer o seu adiantamento e no tempo que residem nos mesmos lugares vêm como os podem fazer mais lucrosos, de sorte que, quando se recolhem, possam levar com que fazer beneficio às suas famílias.”¹⁹¹

O Marquês do Lavradio não se ficou por observações genéricas, transmitindo mais alguns dados acerca de figuras em concreto:

“O Juiz de Fora que era quando eu cheguei, e o foi até o pouco menos de um ano, Jorge Machado é um homem não somente muito ignorante, mas até sumamente falto de entendimento, com grande vaidade do seu saber (defeito próprio e natural dos ignorantes), e este homem tinha tudo confundido [sic]; os seus ridículos despachos, que serviam de riso e divertimento em todas as conversações, o faziam perder aquele respeito que ele devia conservar.”¹⁹²

¹⁸⁹ FLEIUSS, Max, *História Administrativa do Brasil*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 2.^a ed., 1925, p. 49.

¹⁹⁰ “Relatório de 19 de Junho de 1779 apresentado pelo vice-Rei Marquês do Lavradio, que governou o Brasil de 1769 a 1779, ao seu sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa”. Rio de Janeiro, 19.06.1779. (excerto de M.S. do ANRJ), apud AVELLAR, Hélio de Alcântara, *op. cit.*, pp. 255- 256.

¹⁹¹ “Relatório de 19 de Junho de 1779 apresentado pelo vice-Rei Marquês do Lavradio, que governou o Brasil de 1769 a 1779, ao seu sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa” (excerto de M.S. do ANRJ), apud *idem*, *ibidem*, p. 256.

¹⁹² “Relatório de 19 de Junho de 1779 apresentado pelo vice-Rei Marquês do Lavradio, que governou o Brasil de 1769 a 1779, ao seu sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa” (excerto de M.S. do ANRJ), apud AVELLAR, Hélio de Alcântara, *op. cit.*, p. 260.

O sucesso da educação nas capitanias brasileiras dependia, muito naturalmente, da capacidade de acção dos agentes a que a sua gestão fora confiada. Ao nível da administração fiscal, existiam nas capitanias as Casas dos Contos, as quais “desempenhavam a função de Erário Régio ou tesouro público, funcionando às vezes como um tribunal de contas”¹⁹³. Ora é precisamente nesta instituição que nos deparamos com relações dos pagamentos dos professores e mestres régios providos numa dada capitania. As próprias Alfândegas encontravam-se, por seu turno, vinculadas às Juntas da Fazenda de cada capitania¹⁹⁴. Posteriormente, já entre finais do século XVIII e início da centúria seguinte, a selecção e nomeação dos professores régios transita directamente para o Vice-Rei, Governadores e Capitães Gerais e ainda para o Bispo da capitania.

O século XVIII, “el siglo de la educación pública estatal”¹⁹⁵, foi palco de uma série de iniciativas, pelo menos em termos da teoria pedagógica e das políticas ensaiadas. O ensino, até então com um estatuto de certo modo «marginal», sobretudo ao nível das primeiras letras, de ora em diante passa a ser um assunto de Estado. As economias mais frágeis, porém, pagaram um preço elevado pelo seu ímpeto desmedido. Em Portugal, a expulsão dos principais agentes educativos até então, com uma vasta experiência não apenas de ensino mas inclusivamente de organização escolar «autosustentada», acarretou sérias consequências, entre elas a dificuldade de reimplantar os estudos, então «reformados», tanto no Reino como nas colónias: o problema da requisição de indivíduos capazes para o ensino das aulas régias, a inspecção das suas actividades lectivas, a proposta de novos recursos materiais devidamente aprovados pelo Estado, o financiamento da implementação de uma nova rede de escolas, totalmente dependente das verbas do Estado, a constituição de organismos que tutelassem a educação, a produção de novos materiais pedagógicos.

Não obstante a sua abrangência e sentido integrativo, observa J. de Magalhães, estas reformas “não corresponderam, enquanto acto político e nas suas implicações

¹⁹³ AVELLAR, Hélio de Alcântara, *op. cit.*, p. 56.

¹⁹⁴ Não nos deixamos de questionar quanto à razão pela qual se encontravam no Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa dois importantes registos da Directoria Geral dos Estudos, com dados respeitantes tanto às aulas régias do Reino, Ilhas e certas partes do ultramar.

¹⁹⁵ RODRÍGUEZ, Herminio Barreiro et BAÑUELOS, Aída Terrón, *op. cit.*, p. 52.

imediatas, a um complexo articulado de transformações que constituíssem novos períodos históricos”¹⁹⁶. Daí não terem verdadeiramente originado um sistema de ensino estruturado e configurador de uma nova visão da educação em Portugal e seu Império.

Ponderadas estas circunstâncias, somos levados a reequacionar o legado do projecto educativo do reinado de D. José, e se, a médio prazo, teria sido um ponto de partida determinante para o incremento da instrução pública em Portugal e no Brasil. Foi, claramente, importante o esforço empreendido na escolarização do ensino e pelo implemento de um “ciclo de estatalização” que se distinguiu “por políticas de aculturação escrita, como condição cívica, afirmação sócio-comunitária, desempenho profissional”¹⁹⁷.

No “Índice que contem as Materias, Ordens, etc.^a da Meza Censoria”¹⁹⁸, alude-se a um documento em que o Governador do Pará se queixa da falta de Mestres, datando a missiva de 31 Maio de 1782. No mesmo ano, o Governador de Angola queixava-se precisamente do mesmo. Ainda no reinado de D. João VI se notava um significativo atraso na instrução pública. Ao invés de se proporem novas reformas, procurou-se antes recuperar as medidas que haviam sido aplicadas ao tempo de D. José I. Graças à transferência da Corte para o Brasil, esta colónia conheceu, desde as primeiras décadas de oitocentos, um período particularmente fértil ao nível da educação, com a abertura de mais cadeiras de primeiras letras e latim, além de se impulsionar o ensino médio. Em boa parte, a leitura que se faz ainda hoje das reformas de ensino no século XVIII, ainda faz eco do que os historiadores de novecentos relataram: as descrições são genéricas, não lhes conferem qualquer importância a não ser pelo esforço em retirar o ensino da tutela das ordens religiosas.

Trata-se, reconhecemos, de um singelo contributo para um melhor conhecimento do funcionamento destas duas instituições – Direcção Geral e Secretaria dos Estudos Menores – com particular destaque para a sua acção no Brasil de setecentos. Acreditamos ser essencial recuperar aquilo que foi a génese da instrução pública em Portugal e o esforço operado em particular junto dos ameríndios brasileiros. Em termos práticos, sublinhamos a necessidade de se rever a historiografia luso-brasileira e mesmo

¹⁹⁶ MAGALHÃES, Justino, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010, p. 75.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 105.

¹⁹⁸ AUC - IV-1.^aE-6-5-25.

a historiografia da educação em termos europeus¹⁹⁹, tanto mais quando foi afinal Portugal que primeiro ensaiou, de modo mais efectivo, a aplicação de um sistema de ensino público estatal, ainda que com as devidas falhas, que aqui tivemos ocasião de notar.

¹⁹⁹ “A reforma pombalina do ensino elementar e secundário ou dos Estudos Menores, como então se dizia, processou-se em duas fases distintas que nem sempre se tem evidenciado na diferenciação real que as separa: da expulsão dos jesuítas (1759) à transformação da Universidade de Coimbra e transferência da direcção dos Estudos Menores para a Real Mesa Censória (1771-1772). [...] E, contudo, a história desses dois períodos ainda espera pelo investigador que sistematicamente a estude, na pormenorização das ordens emanadas do Poder Central e das realizações adentro da problemática local.” in ANDRADE, António Alberto Banha de, *Contributos [...]*, p. 591.

Capítulo III : Correntes didáticas dominantes

“L’éducation publique devient de plus en plus la responsabilité de l’état, sans pour autant que le rôle de l’Eglise disparaisse.”

CARAVOLAS, Jean A., *Histoire de la didactique des langues au siècle des Lumières [...]*, Montréal, Presses de l’Université de Montréal, 2000, p. 111.

Dediquemo-nos, por ora, ao estudo da educação infantil nos séculos XVI a XVIII a partir das tendências que entretanto se foram delineando. Para o século XVI, são de assinalar os esforços de Erasmo, Thomas More e John Colet numa abordagem humanista cristã que procurou desalienar a educação da esfera restrita da formação religiosa. O seu papel, determinante na reforma da educação e da religião na Inglaterra do século XVI, procurava acentuar o desenvolvimento do conhecimento e da fé em Deus, a transmissão de exemplos de conduta para o bom cristão e, naturalmente, com vista a um ensino de bons costumes para as crianças. Destes autores, Colet foi aquele que mais se empenhou na aplicação prática destes novos ideias educativo, promovendo uma reforma no currículo escolar, com introdução de textos de autores latinos cristãos¹⁹⁸.

Do lado protestante, de que Martinho Lutero é destacado representante, com notórias influências do humanismo renascentista, a reforma operara-se no sentido de responder à necessidade de educar o indivíduo para o serviço ao próximo, enfatizando-se, por isso, a vertente cívica e económica. Do conjunto das suas obras que operam em torno da necessidade de se implementar um sistema de ensino na Alemanha, destaque-se *On Keeping Children in School* pela ênfase na educação infantil. Esta sua opção advém do facto de defender que seria a melhor via para a promoção dos ideais da sua reforma, ambicionando, ainda, uma oferta escolar extensível a todos os estratos da sociedade, contrariamente às reformas preconizadas em Itália e Inglaterra¹⁹⁹.

A resposta à Reforma protestante trouxe, reconhecidamente, importantes desenvolvimentos no campo da educação católica cristã. Através do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja reforça e chama a si o controlo da teologia, assim como da esfera educativa no geral. Nesta linha, o ensino catequético alcança uma atenção especial,

¹⁹⁸ ELIAS, John, *A History of Christian Education: Protestant, Catholic, and Orthodox perspectives*, Malabar (Florida), Krieger Publishing Company, 2002, p. 82.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 86-87.

sendo publicado o *Catechismus Romanus* em 1566, além de outras tantas medidas de reforço e redefinição da educação católica, a que vários jesuítas não foram alheios. Estava-se na época do florescimento de uma série de catecismos, particularmente úteis na difusão da fé cristã pelos espaços ultramarinos conquistados. Por volta de 1597, Roberto Belarmino, compôs um dos mais populares catecismos em Itália. Outro jesuíta, Pedro Canísio, jesuíta nórdico, investira na composição de uma série de compêndios nesta linha:

“[he] published a compendium of Catholic teachings to be used in colleges, an abbreviated version of the compendium to be used for those not well educated, and a small catechism with 122 questions and answers which was used in German-speaking countries.”²⁰⁰

Efectivamente, o encontro com o Outro nos espaços recém-«descobertos» desafiara os missionários a responder a uma nova realidade. Trata-se da época dourada da composição de catecismos e diálogos, alguns dos quais em versão multilingue. Pedro Canísio, contudo, não fora o primeiro a inaugurar a prática dos catecismos-diálogo. Em Portugal, a par da Gramática da Língua Portuguesa, João de Barros compusera um diálogo. Manuel da Nóbrega, primeiro Provincial do Brasil, redigira, igualmente, o *Diálogo da Conversão do Gentio* também no século XVI. Na mesma centúria, circulava profusamente a cartilha do mestre Inácio, também conhecida como de Marcos Jorge. A sua popularidade e sucesso foram de tal ordem que conheceu sucessivas reedições ao longo dos séculos advenientes.

3.1. “The schoolmasters of Europe”

Com a Companhia de Jesus, ordem nascente em meados da centúria de quinhentos, e como resposta ao bem e salvação das almas, a instituição de uma rede educativa à escala global surgira não como um projecto de raiz, mas como um facto improvável. Inicialmente vocacionados para responder, em jeito de cruzada católica, à necessidade de expandir a fé no Oriente, rapidamente se lhes reconhecera, pelo seu espírito empreendedor e moderno, descentrado de actividades de contemplação, as qualidades para a educação. As *Constituições*, primeiro documento regulador da Companhia, evidenciavam já em 1556 – ano da morte de Loyola – a educação como finalidade

²⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 98.

central na sua acção, entendida como meio necessário à salvação das almas. Seria, contudo com a *Ratio Studiorum*, em 1599, que se acederia a um verdadeiro conjunto de princípios norteadores do estabelecimento de um sistema educativo uniforme – o que colocou, definitivamente, os jesuítas na vanguarda²⁰¹.

A notoriedade que os jesuítas conheceram ficou a dever-se além da qualidade da sua rede de colégios, ao seu esforço e rigor metodológico, inspirados no modelo com que Inácio e seus companheiros contactaram na Universidade de Paris. Uma vez estabelecidos em Portugal por especial demanda do monarca D. João III, ficaram encarregues do ensino médio e superior, tornando-se uma alternativa formativa indispensável a quem procurasse e pudesse alcançar a melhor e mais avançada educação que era possível disponibilizar à época. Para mais, com a sua chegada passou a existir a garantia de uma educação académica de qualidade, com professores detentores de uma sólida e completa formação, com os quais não conseguiriam competir certamente os professores e mestres particulares.

Mas também houve fracassos. Ao longo dos cerca de 210 em que perdurou a Assistência Portuguesa, foi palco de crises, frustrações e fracassos. No quadro abrangente descrito por Elias, apesar de centrado na primeira fase, não deixamos de encontrar motivos extensíveis à realidade portuguesa:

“The schools had their share of incompetent teachers and unruly students. Early on they laid down a rule that students could not enter school buildings bearing arms. They argued against the use of physical punishment. The Society had schools that failed as well as schools closings, but in the end their successes were much greater than their failures. Their example encouraged many of the more established religious orders to enter the field of education and inspired the founding of teaching orders of men and women.

Jesuit education marked the end of an era both for the Church and for education. Their educational influence waned as the hold of the Church over education weakened with the onset of the Enlightenment in the eighteenth century. Their commitment to the Latin language of the Church over education became antiquarian in a world where vernaculars became increasingly important.”²⁰²

Tanto no Colégio de Santo Antão-o-Novo de Lisboa, como no Colégio do Jesus na Bahia encontrámos casos de rebeldia estudantil com os quais a Companhia se debatia para controlar. De resto, até mesmo a Universidade de Coimbra compreendia um espaço consagrado à prisão dos estudantes indisciplinados e revoltosos.

²⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 99-101.

²⁰² Idem, *ibidem*, p. 102.

Poderíamos apontar várias causas que terão concorrido para a falência deste sistema: a centragem excessiva no plano humanístico, em detrimento das ciências e matemáticas; o uso exclusivo do latim como língua de comunicação no espaço académico; o excessivo rigor das suas medidas; a complexidade das matérias, algumas das quais um pouco desfasadas das novas correntes modernas do saber. Contudo, nem tudo isto correspondeu à real dimensão dos estudos ministrados pelos colégios da Companhia. Estudos recentes, de que destacamos os trabalhos de Miguel Monteiro e Henrique Leitão, têm comprovado a introdução de conceitos e teorias que, habitualmente, se achava não serem exploradas nas cadeiras disponibilizadas nos seus colégios. No caso português, atenda-se, nomeadamente, ao Colégio de Santo Antão-o-Novo, espaço dedicado ao ensino das matemáticas – não sendo o único com esta orientação em Portugal - , da astronomia, da náutica, da mecânica, estas últimas ensinadas em língua portuguesa, de modo a contemplar um público inteiramente não-religioso.

Criticados igualmente pela rigidez do seu método, impondo limitações à liberdade de expressão dos alunos e conteúdos inflexíveis, os jesuítas souberam acompanhar as exigências dos novos tempos – ainda que não tenha acontecido de modo uniforme em todos os seus estabelecimentos. Elias recorda que pouco tempo antes da expulsão, em 1752, se promoveu uma actualização dos estudos. Antes mesmo, a publicação da *Ratio Docendi et Discendi* acentuara o esforço por acompanhar a mudança.

Com o advento do espírito das Luzes e o comprometimento dos intelectuais em fomentar a educação na sociedade, tratava-se de uma realidade circunscrita às classes mais abastadas. Os próprios filósofos franceses, de resto, recomendavam que às classes mais baixas se proporcionasse somente uma educação básica e de carácter pragmático²⁰³. De facto, o ensino proporcionado nas poucas escolas de primeiras letras dispersas por algumas vilas de índios no Brasil actualizavam esta premissa, cabendo este «privilégio» sobre as demais populações de colonos naquela colónia à urgência de constituir aqueles sujeitos autênticos vassalos d'El Rei, ocupando-os na aprendizagem dos ofícios para os quais fossem mais úteis e capazes e dotando de um razoável conhecimento e uso do português, língua oficial de comunicação.

²⁰³ Idem, *ibidem*, p. 133.

3.2. Políticas reformadoras na Europa das Luzes

“Uma característica típica do Iluminismo é o secularismo, secularismo que se repercutiu nas estruturas do Estado que passa a reivindicar como domínios seus certas actividades, como o Ensino, a Assistência e a Justiça que, antes, estavam, total ou parcialmente, sob a alçada e a tutela da Igreja.”

GOMES, Joaquim Ferreira, *Luís António Verney e as Reformas Pombalinas do Ensino*, Coimbra, Fac. Psic. e Ciências da Educação – Univ. Coimbra, 1992, p. 103.

A tomada de consciência da necessidade de mudança no panorama educativo não surgiu, como vimos, subitamente em setecentos. Como destaca J. de Magalhães²⁰⁴, assistiu-se ao longo dos três séculos do Antigo Regime à escolarização da instrução elementar, acarretando um significado social e cívico progressivamente mais vincado. A preocupação pela qualidade de ensino ganhava novos contornos, a aproximação entre a oferta curricular e relação com o mercado de trabalho tornava-se cada vez mais necessária, sendo por isso imprescindível a actualização dos conteúdos perante as mais modernas tendências e descobertas científico-filosóficas. A penetração, contudo, das teorias educativas a que uma elite letrada se havia dedicado com afínco não teve uma rápida nem directa repercussão na cultura escolar²⁰⁵.

Na Inglaterra, tomara-se a dianteira neste espírito das Luzes ainda nos finais do século XVII, sob os “augurios de la ciencia experimental (Newton), de la moral utilitarista (Locke, Shaftesbury, Hume) y de la tolerancia religiosa”²⁰⁶, elementos que, certamente, irão produzir o seu impacto no plano da educação. Daí em diante, a instrução passava a deter um importante papel social, vital para o progresso e bem-estar dos povos, via obrigatória para a afirmação do Estado moderno.

“Guidés par la raison, les despotes profitent néanmoins du progrès de l'idée d'État. Mais le *pouvoir fort de l'État* va être utilisé au profit de l'éducation de l'homme, de son amélioration. Aussi les monarques éclairés lutteront-ils contre «les forces de

²⁰⁴ MAGALHÃES, Justino, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010, p. 470.

²⁰⁵ Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 3.

²⁰⁶ DÍAZ, Alfonso Capitán, *Historia de la educación en España. I – De los orígenes al Reglamento General de Instrucción Pública (1821)*, Madrid, Dykinson, 1991, p. 674.

l'obscurantisme» : l'aristocratie, les corps constitués et l'Église romaine (c'est-à-dire les jésuites...).²⁰⁷

Surgira através da Ilustração uma renovada aposta na educação, tanto a nível teórico, com a produção de projectos, planos, propostas, reformas e afins, assim como de novos modelos pedagógicos, como a nível mais prático, com a criação de academias e sociedades em diversas áreas da cultura e do conhecimento.

“Preconizava-se que o acto educativo deveria partir, e progredir, dos sentidos e das impressões para chegar às ideias, até ao limite da sua completa clareza e coerência – o método da «análise e da geração de ideias».”²⁰⁸

Seria, porém, necessário esperar pelo século XIX para se desenvolver de forma mais sistemática e consolidada a educação escolar formal. Na Inglaterra, a criança oriunda de famílias mais pobres, continuava a exercer um duplo papel. Apesar de naturalmente dependente dos seus progenitores em termos da sua sobrevivência e acolhimento, era também chamada a contribuir para o sustento da família, pelo exercício de actividades consideradas acessíveis à sua idade e de acordo como o seu género. Nesta linha, David Vicent acentua como, a nível doméstico, a infância era palco de um conjunto de aprendizagens, envolvendo, de forma gradativa, as competências essenciais à sua própria sobrevivência e ao envolvimento no trabalho, conhecimento da sua identidade e da comunidade em que surge integrada, a descoberta e o desenvolvimento das suas faculdades imaginativas – com a vantagem de a criatividade propiciar o aparecimento de novas estratégias na solução de situações e problemas – e ainda a aquisição de um conjunto de valores morais – fundamentais no viver em sociedade e plasmados na cultura tradicional²⁰⁹.

No início de novecentos, grande parte da população na Grã-Bretanha e na Irlanda em idade escolar chegava à idade adulta ainda analfabeta²¹⁰. Até então vigorava o princípio de que bastava o ensino catequético, entendendo-se a literacia como uma

²⁰⁷ SZRAMKIEWICZ, Romuald et BOUINEAU, Jacques, *op. cit.*, p. 100.

²⁰⁸ ALVES, Maria do Céu, *Um tempo sob outros tempos : o processo de escolarização no Concelho de Mafra: anos de 1772 a 1896*, [diss. Mestrado em Educação], Braga, Universidade do Minho, 2003, p. 16.

²⁰⁹ VINCENT, David, *Literacy and Popular Culture: England 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 54-55.

²¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 57.

questão acessória, se não mesmo dispensável²¹¹. Somente a partir de finais do século XVIII se contestaria a qualidade da transmissão de saberes nas classes mais baixas da população, sentindo-se a necessidade de se implementar um sistema de ensino público de primeira letras. A relação entre a instrução moral e a literacia permaneceria, contudo, bastante estreita.

Século de viragem, o período de setecentos é palco de uma série de experiências e teorias de importância inegável no plano da educação e, mais precisamente, de um novo entendimento sobre a importância de se ensinar a ler e a escrever. Portugal tomou a dianteira na implementação de um sistema público de ensino, aproveitando das condições que se ofereciam com o vácuo deixado com a expulsão da Companhia. As medidas implementadas, contudo, não só ecoavam as ideias reformistas de pensadores portugueses com experiência no exterior, como também decorreram dos contactos com a realidade externa de D. José I e da sua elite na máquina administrativa e diplomática. À excepção do estudo de Maria Alcina Correia²¹², a nossa historiografia não tem considerado a permanência de Pombal em Viena como algo particularmente determinante no plano da sua formação enquanto estadista e reformador²¹³. Se, por um lado, essa sua estadia antecedeu o despotismo esclarecido que aí passaria a vigorar a partir de 1750, a autora não deixa de se questionar pelo facto de, de alguma maneira, ter Pombal convivido já com o prenúncio dessa política²¹⁴. Desconhecendo a autora testemunhos que comprovem a proximidade de Pombal com os restantes, existe de facto notícia de que Van Swieten, de naturalidade holandesa, fora médico de Pombal - ele que, inclusivamente, anos mais tarde, já em 1752, viria a propor um novo Plano de Estudos com vista a reformar o ensino superior.

Torna-se, pois, indispensável neste âmbito considerar outras políticas educativas europeias que terão precedido e convivido com a aplicação destas reformas em

²¹¹ Veja-se, a propósito, *The Christian School-Master or the duty of those who are employed in the Public Instruction of Children: especially in Charity Schools*, de J. Talbot, com primeira edição de 1701, reeditado em 1811. VINCENT, David, *op. cit.*, pp. 74-75.

²¹² CORREIA, Maria Alcina, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria: elementos para o estudo da sua vida pública (1744-1749)*, Lisboa, Inst. de Alta Cultura, 1965.

²¹³ A autora confronta, nesta linha, os trabalhos de Lúcio de Azevedo e Eduardo Brazão.

²¹⁴ São, nesse âmbito, destacadas algumas figuras que se evidenciaram precisamente no plano do reformismo católico de pendor anti-jesuíta: Van Swieten, Müller, Ambros von Stook, o barão de Martini, além do conde de Trautson – nomeado superintendente das escolas públicas existentes na sua diocese - e do duque de Aremberg.

Portugal, procurando inclusivamente determinar as suas influências na acção de Pombal. A título de exemplo, nomeamos antes de mais o caso da Suécia, onde, por intermédio de Gustavo III, déspota iluminado (1771-1792), a educação primária conheceu novo impulso, ainda que em período um pouco posterior ao da primeira fase de implementação da reforma dos estudos em Portugal. Poderá, eventualmente, o governante sueco ter recebido ecos da experimentação portuguesa de implementação de um sistema de ensino público²¹⁵? Já na Grã-Bretanha, os filhos dos burgueses acorriam a instituições de ensino privadas. Aqueles que fossem provenientes de meios mais humildes, frequentariam antes «escolas de caridade», «ragged schools», escolas fundadas por filantropos (funcionando apenas ao domingo e incidindo em pouco mais do que no ensino do catecismo e de alguns rudimentos de leitura), e por fim as «english schools»²¹⁶.

Contemplemos em seguida com alguma atenção as reformas e demais esforços empreendidos em França, Prússia, Espanha e Áustria ao nível da Educação neste mesmo período.

3.2.1. França

Conviria ter em atenção os reinados de Luís XV (1715-1774) e Luís XVI (1774-1789) e respectivas políticas ao nível da administração pública, em concreto a acção dos seus ministros – Cardinal de Fleury (1726-1743), Machault d’Arnouville (1745-1754), Duc de Choiseul (1758-1770) e o «triumvirato» Maupeou-Terray-d’Aiguillon (1770-1774) - em prol do ensino das primeiras letras.

Foi sobretudo por intercessão de determinadas congregações religiosas particularmente votadas para o ensino, como as Ursulinas, que se fundam, a partir de 1685, escolas paroquiais ou de caridade, gratuitas²¹⁷. Encontrando-se, desde o início da

²¹⁵ Valeria certamente a pena tomar conhecimento da eventual existência de contactos entre as duas cortes, presença e circulação de «estrangeirados» entre os dois reinos e ainda os textos que poderão ter estado na base do plano de reforma da educação na Suécia.

²¹⁶ CARAVOLAS, Jean A., *Histoire de la didactique des langues au siècle des Lumières : Précis et anthologie thématique*, Montréal, Presses de l’Université de Montréal, 2000, p. 5.

²¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 43.

centúria de setecentos, o ensino em crise, de modo particular os colégios, surgiu uma série de propostas com vista à sua renovação. Caravolas sintetiza-as do seguinte modo:

“[...] l’amélioration des méthodes d’enseignement (Jouvancy), la modernisation du programme (Rollin), la bifurcation des études (Rolland), la création d’un système d’éducation nationale dirigé et contrôlé par l’État (Parlement de Paris), et même le rejet total de l’école traditionnelle et l’adoption d’un projet d’éducation «naturelle» ou «négative» (Rousseau).”²¹⁸

De modo análogo a outros quadrantes da Europa, os governantes apoiaram-se nos planos e teorias propostos por pedagogos e intelectuais, como fora o caso de Vallange, que já entre 1710-1740 intentara revolucionar o ensino, colocando-o nas mãos do clero secular e propondo a abolição dos colégios²¹⁹. Antes mesmo de Vallange, Crousaz publicara em 1722 o *Traité de l’éducation des enfants*, a que, num primeiro tempo, poderíamos associar Ribeiro Sanches pelas suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) ou até mesmo a Martinho de Mendonça de Pina Proença, com os seus *Apontamentos para a educação de hum menino nobre* (1734).

Assinalou-se um movimento crescente da alfabetização, graças à multiplicação de escolas no meio rural, a cargo dos «Frères ignorantins», escolas cristãs fundadas desde 1680 por iniciativa de Jean-Baptiste de La Salle. Nestas instituições, além de o ensino passar a ser feito em língua vernácula, recorria-se a um novo método pedagógico, o do ensino colectivo, de acordo com o qual os alunos eram agrupados em turmas por níveis, à semelhança do que se praticava nos colégios²²⁰. A procura da homogeneidade no ensino passava ainda pelo recurso a um mesmo livro, quando até então cada aluno usaria aquele que a sua família poderia adquirir, de acordo com as suas possibilidades²²¹. Mas existem outros nomes que se salientaram ao denunciarem o estado da educação, como Maubert de Gouvest - ou Gouvert (1721-1767) – que, em

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 46.

²¹⁹ Marcel Grandière, «Education et société dans la première moitié du XVIIIe siècle: de Vallange et ses projets de réforme complète de l’éducation 1710-1740 », in *Paedagogica Historica*, Vol. 33, n.º 2, 1997 , pp. 413 – 432.

²²⁰ SZRAMKIEWICZ, Romuald et BOUINEAU, Jacques, *op. cit.*, p. 18.

²²¹ Uma estratégia que, de resto, chega até aos dias de hoje, em que a utilização de um manual único, passando de geração para geração, é justificada sobretudo por motivos de ordem económica. Veremos mais adiante como ao tempo da implementação das reformas no Brasil no reinado de D. José esta questão gerou alguma perturbação no seio da Direcção dos Estudos Menores.

1765, partindo da análise do estado das escolas públicas existentes, propôs a criação de um colégio, de acordo com novos princípios metodológico²²².

Por volta da década de 1760, procurou-se implementar um novo plano de educação, como no-lo atesta a *Mémoire du Bureau Servant de la Communauté de Rennes*, de 1761²²³. Nas décadas que precederam a Revolução, assistiu-se novamente à criação de um diferente tipo de estabelecimentos de ensino, sobretudo nos meios urbanos: “les maisons d’éducation, appelées aussi pensions particulières. Indépendantes des universités et des congrégations religieuses [...]”²²⁴. Portadoras de uma metodologia de ensino mais moderna, onde o latim deixara de ocupar um papel central na oferta curricular, perdendo claramente terreno para a língua francesa, estas casas competiram fortemente com os colégios «clássicos», que desde 1760 vinham caindo em descrédito – situação, de resto, extensível a outros espaços europeus. Concomitantemente, o número de pensionatos e escolas livres cresceu a um ritmo impressionante: só em Lyon, entre 1759 e 1772 surgiram 69, ao passo que nos «Pays-Bas français» foram criados 44 entre 1770 e 1789²²⁵.

Em termos de aprendizagem e uso da língua francesa, em finais de setecentos Abbé Grégoire observara que, em França, boa parte da população permanecia alheada: por um lado, por não acederem à instrução elementar e, por outro, com a concorrência de dialectos locais e regionais, bem como do «patois», que poderíamos definir como «algaraviada» ou linguagem incorrecta, marcadamente provinciana²²⁶:

“L’abbé Grégoire dénombre dans la France de 1794 six millions de Français qui ignorent totalement la langue française, six autres millions qui sont «incapables d’avoir une conversation soutenue» en français, et trois millions seulement de personnes qui la parlent (mais moins encore qui l’écrivent).”²²⁷

²²² MAUBERT DE GOUVEST, Jean-Henri, *Le temps perdu, ou Les écoles publiques : considérations d'un patriote sur l'éducation de la première-jeunesse en France, avec l'idée d'un nouveau collège et le précis de l'instruction qui y serait donnée*, Amsterdam, F. Changuion, 1765.

²²³ *Mémoire du Bureau Servant de la Communauté de Rennes sur le nouveau plan d’éducation demandé par arrêté de la cour du 23 décembre 1761*, Rennes, Guillaume Vatar, 1762.

²²⁴ CHERVEL, André, *op. cit.*, p. 45.

²²⁵ Idem, *ibidem*.

²²⁶ Eis uma definição que consideramos mais completa: “Parler local, dialecte employé par une population généralement peu nombreuse, souvent rurale, et dont la culture, le niveau de civilisation sont jugés comme inférieurs à ceux du milieu environnant (qui emploie la langue commune). “ *Le Nouveau Petit Robert : Dictionnaire Alphabétique et Analogique de la Langue Française*, Paris, Dictionnaires Le Robert, [éd. revue et amplifiée], 1993, p. 1610.

²²⁷ Idem, *ibidem*, p. 14.

Os números apontados, certamente inflacionados, servirão antes de pretenso argumento com vista a uma chamada de atenção para o elevado índice de analfabetismo que ainda prevalecia na sociedade francesa, quase no limiar do século XVIII para o século XIX. Em termos institucionais propriamente ditos, a inspecção escolar estivera a cargo do bispo, quando este se deslocava em visitas pastorais, tendo sido só a partir do século XIX passarem a existir, criados pela Universidade francesa,

“plusieurs corps d’inspection chargés de visiter les écoles même les plus reculées et de rédiger des rapports qui font, à partir de la loi Falloux, l’objet d’une synthèse annuelle présentée par l’inspecteur d’académie devant le conseil départemental.”²²⁸

Estes inspectores passaram a controlar a rede de escolas públicas existente, variando um pouco a sua designação com o tempo: inspectores «gerais», depois «de academia» e finalmente «do ensino primário»²²⁹.

Chervel assinala como consequência da reforma do Conde de Saint-Germain a criação, em 1776, de dez «escolas reais militares preparatórias», uma medida que reforçou a vertente aristocrática do ensino, e não já uma abertura da educação a todas as franjas da sociedade²³⁰. Com efeito, nesta época o preceptorado apresentava-se ainda enquanto recurso privilegiado, vindo a privilegiar a aprendizagem da língua nacional e contribuir para uma renovação metodológica do ensino da língua francesa – tanto mais quando nos colégios o maior destaque ia para o ensino do latim.

Parece ter sido somente a partir da Revolução que a instrução ganhou novo alento em França. Contudo, confrontando-nos com algumas fontes da época, percebemos que, afinal, as reformas educativas operadas em França, num esforço de implementar a instrução pública, datam do início da década de sessenta do século XVIII. Poderão, à semelhança do que se verificou em Portugal em igual período, ter-se revelado de difícil implementação, tendo ganho novo fôlego a partir da Revolução Francesa, período que muitos autores destacam neste domínio.

Quanto às entidades envolvidas na administração ou tutela deste sistema de ensino público, verificamos que coube à Universidade de Rennes a execução das medidas, mais concretamente a inspecção escolar e a escolha dos professores. Embora

²²⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

²²⁹ Idem, *ibidem*.

²³⁰ Idem, *ibidem*., p. 44.

não se aluda concretamente à aplicação de exames ou tão pouco à avaliação dos candidatos a docentes, percebemos que é dada igual importância às qualidades morais do indivíduo, de que se tiravam informações.

A escolha da Universidade de Rennes não surgiu ao acaso. Na verdade, um dos argumentos levantados prende-se com o facto de ser uma «cidade parlamentar», o que muito conviria para uma mais estreita observância das leis. Detinha, portanto, um destacado papel no quadro administrativo da Bretanha do Antigo Regime. A sua localização geográfica, por outro lado, é outro ponto a favor:

“Il seroit á désirer que le Concours se fit dans une Université, & que cette Université fût établie à Rennes. Bien des raisons semblent l’appeller dans cette Ville. Rennes est située au centre de la haute-Bretagne. Presqu’également à proximité de toutes les parties de la Province, elle est encore des Provinces voisines. Notre Collège est un des plus grands & des plus nombreux du Royaume.”²³¹

Prossegue-se aludindo à qualidade dos cursos aí ministrados, atraindo não apenas muitos alunos do reino, como ainda estudantes estrangeiros.

Para além desta instituição, verdadeiro pólo decisor, as Câmaras não deixaram de exercer um papel importante, competindo-lhes escolher, de entre as propostas apresentadas pela Universidade, o ou os professores que leccionariam na área da sua jurisdição. Acima da Universidade, encontrava-se o Tribunal Académico, encarregue da escolha ou nomeação dos Principais e outros quadros superiores dos colégios. Este órgão era composto por um reitor, pelos chefes das faculdades e ainda «oficiais da universidade». Os directores dos colégios tinham ainda o dever de remeter a este órgão relatórios em que davam conta da actividade docente, do número, progresso e empenho dos alunos e dos exames aplicados junto destes. Tais registos eram encaminhados para o Procurador-geral do Parlamento da Bretanha, tendo como destino último o «Ministério Público».

Ces principaux seront obligés de rendre tous les six mois, ou au moins tous les ans, un compte exact à l’Université métropolitaine du travail & du zèle des Professeurs, du nombre, des progrès, & de la force des écoliers, & des différens exercices, qui se seront faits dans le Collège, pour le tout être envoyé à M. le Procureur Général, & mis au dépôt du ministère public. Des députés de ces Universités feront de plus une [sic] fois l’an, la visite des Collèges de leur ressort ou de leur territoire, pour s’assurer, si tout est dans la règle [sic], & si le plan général, dont on sera convenu, est fidèlement exécuté, & exerceront dans cette occasion la supériorité & la jurisdiction du Corps. Le bon ordre

²³¹ [s.a.], *Mémoire du Bureau Servant de la Communauté de Rennes, sur le nouveau Plan d’éducation demandé par Arrêt de la Cour du 23 Décembre 1761, proposé en forme de Réquisitoire par M. le Meur, Procureur du Roi, Syndic à l’Assemblée générale, tenue en l’Hôtel de Ville, où présidoit M. le Masson des Longrais, Doyen des Echevins en exercice, le 3 Juin 1762*, Rennes, Guillaume Vatar, 1762, p. 30. BNL, HG 2552 // 2P.

exige encore, que le ministère public soit dépositaire des procès-verbaux de ces visites.²³²

Contrariamente ao verificado em Portugal, com a criação de aulas régias, aqui apostara-se antes na preservação dos colégios, suprimindo-se grande número e apenas preservando os que existissem nas principais cidades, medida que considerava, obviamente, uma concentração administrativa e, conseqüentemente, uma diminuição dos custos.

3.2.2. Prússia

A braços com o aparecimento de uma variedade de estados católicos e protestantes, a Alemanha viu-se impedida de colocar em prática um sistema de educação pública relativamente uniforme, devido a essa mesma divisão política e religiosa – daí surgindo a Prússia, afirmando-se a partir do início de setecentos como um Estado autónomo.

As reformas operadas neste Estado no século XVIII no âmbito da primeira escolarização procuraram responder às necessidades do mundo industrial em expansão, sobretudo no que respeitava ao desenvolvimento de competências básicas, o que justificava a aposta no saber ler e escrever, assim como no domínio de alguns rudimentos de aritmética. A novidade nesta época adveio com a crescente valorização da formação pessoal do indivíduo, pois, além da educação moral e religiosa, introduziram-se conteúdos cívicos, onde as noções de ética, disciplina, do dever e responsabilidade para com o Estado e a Nação ganharam contornos bastante acentuados, aspecto que veremos igualmente contemplado na educação elementar de Portugal e Ultramar.

A ideia da educação de primeiras letras não era nova. Teremos de ponderar, necessariamente, e sobretudo quando reflectimos sobre o território da Alemanha, a influência do modelo das escolas luteranas, assim como da educação pietista – tendo esta surgido como reacção do Estado prussiano face a uma crescente e indesejada expansão da igreja luterana no domínio da educação.

²³² [s.a.], *Mémoire de l'Université sur les Moyens de pourvoir à l'Instruction de la Jeunesse, et de la perfectionner*. [c. 1762], pp.38-39. BNL, HG 2552 //3P.

Segundo alguns autores, terá sido sobretudo a partir da Revolução Francesa que a política educativa prussiana alastrou a outros cantos da Europa. Joaquim Macedo, por seu turno, observa que a Revolução Francesa obrigou a uma paragem neste desenvolvimento progressivo da educação, ganhando novo impulso a partir de 1815, já com o reinado de Frederico III. Contudo, ainda mesmo no reinado de Frederico I, mais concretamente entre 1716 e 1717, se assistira à implementação do ensino primário obrigatório, um dos primeiros esforços no sentido de uma nova concepção de instrução nas primeiras letras. Caravolas destaca a influência das experiências de August Franke, que por sua vez se baseara em Ratke e Coménio, na educação elementar, assim como numa adequada formação profissional de futuros professores. Interessa-nos perceber, concretamente, o rumo adoptado por estas primeiras reestruturações no ensino.

Apesar do cuidado manifestado em criar escolas e “consignar fundos para a sua manutenção”, não se operou a desejada ampliação da instrução elementar, tendo sido o sucessor de Frederico I a reforçar esses decretos,

“[...] o primeiro que assentou a pedra angular do edificio chamado – Systema do ensino prussiano – , impondo no seu codigo geral a todos os pais, tutores, fabricantes, etc., a obrigação de mandarem seus filhos, pupillos e aprendizes às escolas, sob pena de multa ou prisão nos caos de contravenção.”²³³

Foi, de facto, preciso aguardar mais algumas décadas para que as reformas na Prússia se intensificassem, mais concretamente a partir de 1763²³⁴. Seriam tempos de uma relativa paz, proporcionando a Frederico II uma maior atenção face a outras matérias que não do foro militar. Pôde, assim, investir no melhoramento das escolas existentes e criar outras onde não as havia, passando a instrução primária a ser obrigatória para todas as crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos. Mas não se terá ficado por aqui. Percebendo, certamente, que a qualidade do ensino estava dependente da qualidade dos professores, teve particular cuidado pela formação de docentes, estabelecendo, por um lado, “escolas normaes para professores” e ainda “caixas de pensões em beneficio destes ultimos, de suas viuvras e orphãos”²³⁵. Assistiu-se, igualmente, à

²³³ MACEDO, Joaquim Teixeira de, *A Instrução Publica na Prussia*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871, p. 21. Nesta sua obra, o maior destaque vai para a legislação produzida naquela nação no âmbito da instrução pública entre 1869 e 1870, bem como ao período de 1817 a 1868, tendo-se ocupado o autor na sua tradução para o português.

²³⁴ O que, contrariamente ao que Áurea Adão aponta, não é suficiente para encontrar na Prússia uma tentativa de organização do ensino público de primeiras letras a uma larga escala. Cf. Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 5.

²³⁵ MACEDO, Joaquim Teixeira de, *op. cit.*, p. 21.

imposição de um idioma único, num claro esforço de procurar homogeneizar a diversidade étnica e cultural do território, além de o Estado demonstrar notório interesse em formar indivíduos tanto para a carreira militar, como para a área da administração.

Beneficiava, certamente, dos trabalhos de Hecker que, entre as décadas de 40 e 50, se evidenciara bastante ao nível da política educativa²³⁶. Com efeito, a ele se ficou a dever um plano de reforma de 1754 – relativo a Minden e Ravensberg - que, embora tenha obtido aprovação régia, não chegou a ser implementado, devido ao reacender da guerra em 1756. Em 1763 Hecker retomou, a pedido do próprio monarca, o projecto que fizera anteriormente, desta vez com um alcance mais abrangente, dando assim origem ao «General-Landschul-Reglement». Trata-se de um verdadeiro marco histórico, na medida em que se apresentava não apenas de um plano de aplicação a nível local, circunscrito a apenas uma dada província ou municipalidade, mas abrangendo todo o território. Muito embora este decreto reflectisse as convicções pietistas de Hecker, sobretudo pela centralidade ocupada pela religião no currículo, não existe dúvida de que o Estado prussiano definira, finalmente, uma posição ao nível da instrução pública.

“The aim of the edict was to establish a uniform system of compulsory elementary education for all children between the ages of five and thirteen. Only Catholics (who received their own ordinance in 1765) and urban residents were excluded from its initial provisions.”²³⁷

A nomeação dos professores achava-se a cargo do «school patron». De modo a agilizar a regulação da sua prática lectiva, os professores tinham de preencher, três vezes por ano, um questionário de dezasseis páginas, dando assim conta das matérias ensinadas, de actividades paralelas que o professor pudesse exercer fora da escola, e veiculando ainda diversas informações relativas aos alunos: nome, idade, tipo de família de que era oriundo, desempenho e frequência escolares. Uma vez redigidas as respostas, faria três cópias a remeter uma ao pastor, outra ao inspector e outra ao «consistório provincial»²³⁸.

Quanto à inspecção escolar propriamente dita, cada pastor visitaria as escolas que existissem nas suas respectivas paróquias duas vezes por semana tendo como finalidade averiguar os moldes como a instrução religiosa se processava, enquanto os

²³⁶ MELTON, James, Van Horn, *Absolutism and the eighteenth-century origins of compulsory schooling in Prussia and Austria*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, p. 171.

²³⁷ Idem, *ibidem*, pp. 174-175.

²³⁸ Idem, *ibidem*, p. 178.

«inspectores consistoriais» visitariam as escolas ao menos uma vez por ano, “to police attendance and evaluate the performance of the schoolmaster”²³⁹.

Havia, contudo, várias questões que obstavam a uma eficaz implementação deste desejo de uniformização e implementação da instrução elementar – nomeadamente por via da carência de recursos humanos devidamente habilitados para a docência, do reduzido número de instituições que preparassem tais professores e da imprescindível e avultada mobilização de recursos financeiros para tamanha empresa²⁴⁰. Relativamente a este último aspecto, percebe-se que, no rescaldo de vários anos de guerras, a crise financeira se haveria pronunciado. Ainda assim, o Estado não abriu mão das suas ambições, forçando as comunidades locais a pagar uma taxa por cada filho que ingressasse nestas escolas. Como é natural, nem todos poderiam financiar os estudos dos seus educandos. Se por um lado as famílias mais pobres em meio rural ainda encaravam os seus filhos como uma preciosa ajuda em tempo de colheitas, causando-lhes grande transtorno que os seus educandos frequentassem a escola em tais períodos, por outro lado alguns nobres encaravam a instrução em estratos inferiores da sociedade como algo desnecessário e até atentatório:

“Some nobles, it is true, proved cooperative, and actually established or improved schools on their states. Rochow and Breckenhoff in the Electoral Mark, Haugwitz and Gessler in Silesia, and Borck and Maltzahn in Pomerania offer examples of such cooperation. But most were either indifferent or, as Hecker wrote in exasperation, «are convinced that a subject who is stupid will be as docile as a cow».”²⁴¹

Melton acrescenta ainda outros elementos adversos ao cumprimento do decreto, nomeadamente de natureza «burocrática»: a requisição de militares entre jovens professores que se encontravam já a exercer a sua profissão, a insuficiência de inspectores para tão grande número de escolas, a acumulação de papelada, sobretudo se pensarmos na quantidade de questionários recebidos dos vários professores, além de o seu preenchimento requerer bastante tempo²⁴².

Poderemos depreender, através de Melton, que o «Supremo Consistório» terá funcionado como órgão de controlo educacional e que, à semelhança do que se verificou em Portugal, revelou grandes dificuldades operativas ao nível do cumprimento da

²³⁹ Idem, *ibidem*, p. 175.

²⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 175-176.

²⁴¹ Idem, *ibidem*, pp. 176-177.

²⁴² Idem, *ibidem*, pp. 177-179.

legislação – neste caso, do exposto no «General-Landschul-Reglement», nomeadamente por falta de recursos humanos (clérigos seculares) que se ocupassem da leitura dos relatórios recebidos, entre outra documentação recebida ou que, eventualmente, fosse necessário expedir.

Só a partir da década de setenta, e uma vez superada a crise financeira, o Estado prussiano conseguiu mobilizar os subsídios necessários para a sustentação das escolas, sobretudo pelo angariamento de receitas através da aplicação de «taxas municipais», garantindo assim o pagamento dos ordenados dos professores e, inclusivamente, a criação de mais escolas. Este investimento da Coroa, ou melhor, este novo molde de gestão dos dinheiros públicos proporcionou que, pela primeira vez, os alunos pudessem frequentar as escolas gratuitamente²⁴³.

É natural que Portugal tenha beneficiado da experiência educativa prussiana, sobretudo a partir do reinado de D. Maria I, tanto mais que, a partir de 1789, passámos a contar com a presença do primeiro embaixador português na Corte da Prússia, Alexandre de Sousa e Holstein, ainda nos últimos anos da governação de Frederico-Guilherme II²⁴⁴.

3.2.3. Áustria

Ao tempo da permanência de Pombal neste reino, aquando da governação da Imperatriz Maria Teresa, imperava um «catolicismo jesuítico», abrangendo as áreas do ensino e da cultura²⁴⁵. Não obstante, outros autores vislumbram na acção desta governante uma abertura aos ideais iluministas, reconhecendo o seu mérito ao nível do progresso das nações. Assim, é sob a sua governação que vemos serem criadas escolas de artes e ofícios, além de ter fundado a «escola popular» e apoiado a criação de

²⁴³ Idem, *ibidem*, pp. 179-180.

²⁴⁴ cf. FERRÃO, António, *As impressões de um diplomata português na corte de Berlim: Correspondência oficial de D. Alexandre De Sousa e Holstein, primeiro ministro de Portugal na corte da Prússia, no tempo de Frederico-Guilherme II (1789-1790)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.

²⁴⁵ CORREIA, Maria Alcina, *op. cit.*.

academias²⁴⁶. Contemporânea de Frederico da Prússia – a quem estivera inicialmente prometida em casamento – Otto Zierer observa que terá sido por intermédio do conde Haugwitz, antigo presidente do estado da Silésia e observador atento das reformas encetadas pelo monarca austríaco, que Maria Teresa se terá inspirado.

Quando, a 30 de Maio de 1769, ordenou que se desenvolvesse o ensino primário na administração das diversas províncias, fê-lo não propriamente com o intuito de estender a instrução a todas as franjas da sociedade, mas como resposta ao avanço de heresias e do aumento de uma progressiva onda de descrença em certas paróquias²⁴⁷. A escolarização, a partir desta data, passara a ser encarada como um útil e necessário método de esclarecer as classes populares: “«only schools could rescue the youth of his archdiocese from the dangers of atheisme and heresy»”²⁴⁸. A partir do final da década de sessenta, este assunto passa a ser largamente debatido, tanto por parte da hierarquia católica austríaca, como pelas entidades oficiais.

Em termos administrativos, o Conselho de Estado era o órgão que ocupava um maior destaque nas decisões a serem tomadas. Foi graças à sua intervenção que as reformas tiveram o desenvolvimento que conheceram. Tobias Philip Gebler, um dos seus membros – e que inclusivamente estudara numa universidade protestante – em colaboração com outros membros, propôs que se criasse uma comissão especial “within the Lower Austrian administration (whos jurisdiction included Vienna) to draw up a general plan of reform”²⁴⁹, além de ter requerido junto de Joseph Messmer, reitor da St. Stephan «Stadtschule» em Viena e adepto das ideias de Felbiger, algumas propostas que viessem a incorporar a tão ambicionada reforma geral dos estudos. Messmer demonstrava particular atenção face à formação de professores, uma preocupação face à educação existente nas escolas paroquiais, onde a ausência de método era gritante, segundo ele mesmo referia. Além da falta de rigor profissional, os mestres-escola ensinavam individualmente em vez de para o conjunto da turma. Salientar o ensino individual acarretaria, acreditamos, uma menor dinâmica na relação pedagógica, perante

²⁴⁶ ZIERER, Otto [dir.], *História da Áustria*, [1ª ed. 1976], [trad. port. Adriano Zilhão], Lisboa, Círculo de Leitores, 1981, p. 60.

²⁴⁷ MELTON, James, *op. cit.*, p. 200.

²⁴⁸ Testemunho de Leopold Ernst Count Firmian, bispo de Passau, num memorando que dirigiu à imperatriz. apud idem, *ibidem* p. 201.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 202.

a ausência da possibilidade de se trabalhar em grupo, realizarem-se debates, provas públicas, discussão de ideias, bem como o desenvolvimento de toda uma série de competências transversais.

Messmer colocou toda a tónica no professor, desde a sua preparação para a docência, passando pelo aumento do seu salário e pela separação da escola face à sua residência. Apreciadas favoravelmente pelo Conselho de Estado, as propostas foram encaminhadas para Maria Teresa em Maio de 1770, recebendo a sua aprovação²⁵⁰. Não seria ainda a reformulação de toda a educação na Áustria, pois tal medida originou tão-somente a criação de uma «Escola Normal», de que Messmer seria o director.

Antes mesmo desta aprovação, o Conselho de Estado tinha em mãos um outro projecto de reforma mais radical e abrangente, da autoria de Johann Anton Pergen que, graças à sua carreira diplomática, estava a par das modernas correntes que então grassariam pela Europa. Pergen fora incumbido de, a pedido do Conselho de Estado e de Kaunitz²⁵¹, elaborar um plano de reforma tanto ao nível das finanças como do currículo da Academia Oriental de Viena, “a language school for prospective diplomats in the East”, que acabava de sair de uma gestão desastrosa por parte dos jesuítas²⁵².

Tendo tido a oportunidade de observar a administração desta instituição, o seu plano revelou-se bem mais ambicioso, propondo uma profunda reorganização da educação, advogando que o Estado detivesse o controlo total sobre todas as instituições educativas. Visava despojar todo o clero regular da educação, na medida em que os seus objectivos de ensino não serviam os interesses do Estado. Em termos administrativos, defendia a existência de “a supreme directory, whose purview was to extend from the universities down to the most humble village school”²⁵³.

De acordo com Melton, Pergen ter-se-ia inspirado no *Essai d'éducation nationale* (1763) de Caradeuc de La Calotais, embora nunca o cite. Questionamo-nos se Chalotais, por sua vez, não se terá inspirado nas reformas de Carvalho e Melo. Embora reconhecendo o valor deste plano, o Conselho de Estado não deixou de observar os enormes obstáculos à sua implementação, nomeadamente a necessidade de se formar,

²⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 203.

²⁵¹ Um dos seus membros e que também frequentara uma universidade protestante.

²⁵² Idem, *ibidem*, p. 204.

²⁵³ Idem, *ibidem*, pp. 204-205.

em massa, um grande número de professores, de se garantir o financiamento indispensável à criação das escolas normais – para a sua formação profissional – já para não falar da escolha de candidatos para professores a uma escala tão elevada.

Maria Teresa, contudo, deu o seu aval para que fosse Pergen a nomear quem iria fazer parte do «directório supremo» ou «direcção superior». Apesar de todas as providências ensaiadas, este plano acabaria por também não ser implementado, sobretudo pela demanda de um avultado financiamento. Os próprios métodos utilizados por Messmer na escola Normal foram criticados, devido a um excesso de autoritarismo que este director imprimia na gestão desta instituição, assistindo-se cerca de 1774 a um declínio da pedagogia tradicional pietista por parte dos protestantes iluminados, preterida em favor da «pedagogia progressiva» de Rousseau e de Basedow²⁵⁴.

Seria preciso aguardar por 1774 para se assistir à introdução do ensino elementar público na Áustria, período bastante posterior face ao operado em Portugal. Na verdade, coincide com a altura em que a Companhia de Jesus fora suprimida, havia um ano, pelo Papa Clemente XIV. Graças ao confisco dos seus bens, havia finalmente fundos disponíveis para reformar amplamente a educação na Áustria.

“Drafted by Martini, the commission’s plan of December I, 1773, recommended that confiscated Jesuit property be used to help finance a system of universal compulsory schooling.”²⁵⁵

O plano de Karl Anton von Martini, professor de direito natural na Universidade de Viena, apelava, entre outros aspectos, a uma standardização dos currículos, manuais e métodos pedagógicos²⁵⁶.

A imperatriz procurou, então, modernizar o sistema de educação e garantir o seu controlo por parte do Estado, nomeadamente com a promulgação da «Regulação escolar geral» (*Allgemeine Schulordnung für die deutschen Normal, Haupt – und Trivialschulen in der sämtlichen K. K. Erbländern*)²⁵⁷. Era precisamente nas chamadas escolas elementares inferiores – «Trivialschulen» – que se ensinava a ler, escrever e contar.

Caravolas defende que o projecto de reforma da instrução elementar na Áustria terá sido pensado pelo abade Johann Ignaz Felbiger (1724-1788). Receptível às ideias

²⁵⁴ cf. idem, *ibidem*, pp. 207-209.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 211.

²⁵⁶ Idem, *ibidem*.

²⁵⁷ CARAVOLAS, Jean A., *op. cit.*, p. 209.

de Coménio, influenciado por «philanthropinistes», aplicou os seus princípios na reforma dos estudos na Silésia em 1765²⁵⁸. Foi ainda autor de um tratado relativo à educação primária em 1775: *Methodenbuch für Lehrer der deutschen Schulen in den Kaiserlich-Königlichen Erbländern*. Convém ainda destacar que a reforma junto do ensino elementar foi precedida de uma renovação ao nível do ensino secundário e superior.

3.2.4. Rússia

Notamos igualmente que é neste período, mais concretamente durante a política de Pedro o Grande (de 1696 a 1725), que o Estado assume uma política de educação mais activa e interveniente, tendo criado escolas primárias, “dites écoles de chiffres («tsyfirnye chkoly»)»²⁵⁹. Apesar de tudo, estas instituições de ensino encontravam-se integradas num conjunto de estabelecimentos regidos pela Igreja. Muito embora não se tenham perpetuado, apresentavam como principal objectivo formar futuros quadros a nível da administração civil e militar. Note-se, a propósito, que uma das apostas do governo ao tempo deste czar passou por uma maior intervenção do Estado nas mais diversas esferas da vida activa, assistindo-se a uma crescente penetração dos seus serviços administrativos e económicos. Contudo, muitas vezes, esse esforço nem sempre contemplou a criação de organismos delegados pelo Estado.

“Cependant, un homme seul ne pouvait pas déclencher, coordonner et contrôler tous les aspects de la vie publique et économique d’un pays aussi étendu que la Russie. Il fallait pour cela, comme il l’avait fallu dans les monarchies d’Europe centrale et occidentale, un appareil gouvernemental, des institutions hiérarchisées en mesure de mettre en pratique et d’appliquer la politique du centre.”²⁶⁰

Ao tempo de Pedro o Grande, destaca Raeff, a educação fora encarada de forma utilitária e pragmática, o que na verdade respondia ao espírito das mais recentes correntes pedagógicas. Não seria ainda um ensino aberto a todos, porquanto privilegiaria uma «elite profissional», “dans l’acception encore assez floue du terme, de

²⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 210.

²⁵⁹ RAEFF, Marc, *Comprendre l’Ancien Régime Russe: état et société Russie impériale*, Paris, Seuil, 1982, p. 71.

²⁶⁰ RAEFF, Marc, *Comprendre l’Ancien Régime Russe* [...], p. 76.

techniciens militaires, d'ingénieurs civils, de marins, d'experts en finance et en diplomatie.²⁶¹ Contudo, em 1715 foram criadas escolas elementares para rapazes, com vista à preparação do seu ingresso, posteriormente, no ensino secundário, mais concretamente na Escola de Ciências de Matemática e Navegação criada em Moscovo em 1701. No ano seguinte, foram criadas outras doze escolas elementares, aumentando para quarenta e duas até 1723, distribuídas por diversas povoações, numa clara tentativa de instituir um sistema educativo mais alargado²⁶².

Com Catarina II (1762-1796), particularmente atraída pela pedagogia de Locke, Wieland, Basedow e Rousseau, a Rússia conhecera novas reformas educativas, com a criação de mais escolas, certamente motivada pelo modelo austríaco de educação popular instituído em 1774. Curiosamente, Riasanovsky assinala ter sido um período em que se assistiu ao declínio da educação na Rússia, como consequência de um abrandamento da intervenção do Estado em tal matéria²⁶³. No entanto, assinala que foi por iniciativa desta imperatriz que se constituiu em 1782 uma «Comissão para o Estabelecimento de Escolas Populares», tendo-se considerado o plano desenvolvido pelo educador Theodore Iankovich de Mirievo. Como viera de Áustria, procurou, inclusivamente, implementar o modelo austríaco de manuais escolares. Demonstrara ainda particular atenção relativamente à formação inicial dos professores, criando-se em 1783 um colégio de professores em São Petersburgo²⁶⁴.

3.2.5. Espanha

Aqui, a reforma da instrução foi mais tardia²⁶⁵. Expulsos os jesuítas e seus domínios por decreto régio de 27 de Fevereiro e por «sanção pragmática» de 2 de Abril de 1767 – quase uma década depois em comparação com Portugal – o encerramento dos

²⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 74.

²⁶² RIASANOVSKY, Nicholas, *A History of Russia*, Oxford, Oxford University Press, 2.^a ed., 1969, p. 318.

²⁶³ Idem, *ibidem*, p. 319.

²⁶⁴ Idem, *ibidem*, pp. 321-322.

²⁶⁵ cf. RODRIGO, Cándido Ruiz et LIS, Irene Palacio, *Pauperismo y Educación (siglos XVIII y XIX): Apuntes para una Historia de la Educación Social en Españã*, Valencia, Universitat de València, 1995.

seus colégios colocava a educação como um problema a ser solucionado pelo Estado. Surgiu nesse mesmo ano, a 5 de Outubro, uma provisão régia mandando

“reintegrar a los Maestros y Preceptores seculares en la enseñanza de las Primeras Letras, Gramática, y Retórica, proveyéndose estos Magisterios, y cátedras a oposición, y estavleciendo viviendas, y casas de pupilaje para los Maestros y Discípulos, en los Colegios donde sea conveniente, informando por menor al Consejo”²⁶⁶.

À semelhança do verificado na legislação pombalina, também esta provisão acusava os jesuítas de causadores do estado de decadência em que se achavam os estudos nas mais diversas áreas do saber. Merece particular atenção o facto de existir aqui um apelo muito concreto a seculares para que estes se encarregassem, doravante, da docência, sendo que o provimento das cadeiras dependia de «oposição», i.e., que os indivíduos se apresentassem a concurso.

Quanto ao financiamento, os seus parâmetros não eram ainda muito definidos, embora se referisse que ficassem a cargo das comunidades locais, quer com contributo do erário público municipal, quer dependendo dos honorários dos próprios alunos. Graças à apropriação dos edifícios da Companhia pela Coroa, os mesmos foram reaproveitados enquanto estabelecimentos de ensino e residência dos professores de Primeiras Letras, Latinidade e Retórica, se não em todas as localidades, ao menos nos núcleos populacionais onde a instrução seria mais necessária para a formação da mocidade. Casos houve ainda em que os colégios e residências jesuítas deram lugar a seminários e até a universidades. Já em Portugal e seus domínios, contudo, nem sempre os edifícios foram devidamente mantidos, ou sequer voltaram a constituir espaços de instrução, alguns chegando mesmo à mais profunda ruína.

Apesar das transformações operadas, facilmente se deduz que a expulsão dos jesuítas gerou um vazio que o Estado espanhol não conseguiu gerir.

“De poco sirvió tan extensa y prolija remoción de colegios e instituciones docentes, culturales, y eclesiásticas, en orden a la configuración de un nuevo sistema educativo. A pesar de las buenas intenciones y acabados proyectos de reforma educativa, la ocasión fallida agravó el estado de las deficiencias seculares, graves, de la educación española de los últimos tiempos; y dejó en entredicho, al menos en el ámbito de los estudios de Primeras Letras, Humanidades, y otros saberes preuniversitarios, la oportunidad, y razones del extrañamiento de la Compañía de Jesus.”²⁶⁷

²⁶⁶ “Colección General de las Providencias hasta aquí tomadas sobre el extrañamiento y ocupación de temporalidades de los Regulares de la Compañía”, Madrid, Imprenta Real de la Gazeta, 1767-1774, I, pp. 92-94; apud DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 813.

²⁶⁷ DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 817.

Tal como no caso português, tal conduziu a um desnecessário «partir do zero», fazendo dos moldes em que a educação se processara até então «tábua rasa», desaproveitando assim uma experiência pedagógica sustentada e fortemente estruturada de cerca de dois séculos.

Não obstante as propostas avançadas por estrangeirados, as tentativas de renovação ou inovação foram geralmente alvo de forte contestação, gerando até conflitos, não permitindo assim um diálogo aberto, permeável à mudança, mesmo que se admitissem algumas resistências²⁶⁸. Existia, apesar de tudo, uma consciência da necessidade de se operar algum tipo de reforma no ensino, facto que se vinha desenhando em Espanha desde os finais de seiscentos, no sentido de valorizar a ciência moderna em detrimento da filosofia escolástica, à qual permaneciam fiéis as universidades. Fr. Benito Feijoo, beneditino detentor da cátedra de Teologia no Mosteiro de S. Vicente de Oviedo, expõe a partir de 1739 – altura em que se jubila – nas suas *Cartas Eruditas* a necessidade de

“instruir al pueblo y redimirlo de su ignorancia secular, de conmovier a «los de arriba», a los poderosos, a los políticos, a los hombres de ciencia... para que impulsen el saber, y pongan remedio al estado lamentable en que se halla la enseñanza de su tiempo, sobretudo la universitaria [...]”²⁶⁹

Díaz defende que Feijoo ter-se-ia inspirado em fontes francesas, nomeadamente Montaigne, Legendre, Pluche e Descartes, sendo ainda possível ter recorrido a autores ingleses, com particular destaque para Newton, Locke e Bacon²⁷⁰. O próprio *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney (1746) viria a conhecer edição em castelhano em 1760, ainda que com alguns obstáculos por parte da Inquisição, que não a via com bons olhos – mais uma evidência da forte resistência à inovação no ensino em Espanha. Com efeito,

“la edición española produjo cierto impacto, incluidos impugnadores y defensores (como había ocurrido con la publicación del *Teatro crítico* o las *Cartas eruditas o curiosas* del P. Feijoo) en algunos círculos académicos o intelectuales de la España de mediados del siglo XVIII”²⁷¹.

²⁶⁸ cf. Idem, *ibídem*, p. 677.

²⁶⁹ Idem, *ibídem*, p. 701.

²⁷⁰ cf. Idem, *ibídem*, pp. 703-706.

²⁷¹ cf. Idem, *ibídem*, p. 721 e 723.

Foi sobretudo nas duas últimas décadas de setecentos que se intensificaram as teorias reformadoras educativas, tornando-se num tema quase obrigatório nos efervescentes meios intelectuais e culturais da época²⁷²: proferiam-se e até se publicavam em periódicos discursos a propósito da utilidade da educação, da necessidade de se combater o analfabetismo, renovarem os métodos de ensino, de se investir numa formação técnico-científica, do reconhecimento da adequação do ensino às atitudes e vocações do aluno. Nomes como Cándido Maria Trigueros e o seu *Plan de Estudios* (1768), Fr. Martín Sarmiento (beneditino), visto como representante de um «realismo pedagógico-didáctico», com *La educación de los niños* (1770), J. M. Picornell com o *Discurso teórico-práctico sobre la educación de la infancia* (1786), Juan Rubio e as *Prevenciones dirigidas a los Maestros de primeras letras* (1788), José Anduaga y Garimberti com o *Discurso sobre la necesidad de la buena educación y medios de mejorar la enseñanza en las escuelas de primeras letras* (1790), são alguns dos que terão contribuído de modo mais efectivo para uma mudança dos destinos da educação nos finais do século XVIII e início do século XIX em Espanha.

Sarmiento, autor contemporâneo ao reinado de D. José I, encarara o estudo pela memorização como uma perda de tempo, reconhecendo como bastante mais vantajosa uma aprendizagem com recurso ao contacto com a experiência, com o físico, com o visível, com uma influência que Díaz observa ser de Locke e Coménio²⁷³. Procedera a diversos reparos quando à metodologia a empregar, no sentido de se ir ao encontro do que era mais motivador e estimulante para o aluno, verdadeira «tábua rasa», e por aí conquistá-lo para as matérias, além de defender como essencial que o ensino se processasse com “«método, orden y coordinación»”²⁷⁴. A progressão nas aprendizagens far-se-ia de modo progressivo e natural, atendendo ao seu ritmo e evitando um trabalho mais centrado em ideias abstractas. Este pedagogo considerava existir três condições essenciais para o sucesso deste tipo de ensino:

²⁷² Alfonso DÍAZ propõe a leitura de alguns desses escritos junto dos seguintes autores: MAYORDOMO PÉREZ, A. y LÁZARO LORENTE, L. M. (1988): *Escritos Pedagógicos de la Ilustración*, vols. I-II; LABRADOR HERRÁIZ, C. (1988): *Pascual Vallejo. Ilustrado y Reformador de los Estudios*; ESCOLANO BENITO, A. (1988): *Educación y Economía en la España Ilustrada*; e por fim HERNÁNDEZ, P. (1988): *Catálogo bibliográfico de obras de pedagogía en la Ilustración* (Madrid, C.S.I.C., Biblioteca de Pedagogía).

²⁷³ Idem, *ibídem*, p. 832.

²⁷⁴ Idem, *ibídem*.

“«primera es que nada han de estudiar de *memoria* y a la *letra*, sino de sentido; la segunda es que no se le ha de castigar por defectos del estudio, sino por *defectos morales*; tercera que el niño se le ha de dejar el tiempo acostumbrado para retozar y divertirse con los demás niños»”²⁷⁵.

Pelo modo como defendeu o respeito pelas vocações individuais, encontramos em Sarmiento princípios que poderão estar na génese de uma «centragem no aprendente».

Na vizinha Espanha, o ensino das primeiras letras estava a cargo do clero regular e secular, de escolas de Gramática municipais e ainda de preceptores e mestres particulares, não tendo até ao século XVIII sido encarado como assunto que merecesse particular importância. Mesmo por parte das entidades que o veiculavam, o ensino elementar era considerado uma área menor, uma formação preparatória para quem desejasse aventurar-se nos estudos da latinidade. Já nas suas possessões ultramarinas, os destinos da educação foram regulados por um «derecho indiano», designação correspondente à de legislação indígena. Não obstante, também a educação elementar nestes territórios não tem merecido ainda a devida atenção por parte da historiografia, à semelhança do que se passa no caso português.

Em termos pedagógicos, não parece existir grande diferença, centrando-se na catequese ou conversão do gentio, da qual se encarregaram diversas ordens religiosas. Ao tempo do imperador Carlos V, surgira um dado curioso: a diferenciação da educação por grupos sociais. Existiam escolas para a «classe popular», neste caso os índios macehuales, e escolas para os filhos dos caciques bem como para crioulos, registando-se nestas últimas uma atenção particular pela formação cristã, na medida em que os indivíduos que daí saíssem instruídos, exerceriam forte influência junto dos restantes elementos da tribo²⁷⁶.

A América espanhola ganhou vantagem em relação à portuguesa pelo facto de aí se ter introduzido a imprensa, o que fomentou a publicação de diversas obras de carácter didáctico-pedagógico, além de terem sido criadas escolas de gramática e do ensino médio e superior aí se ter desenvolvido, tendo inclusivamente existido colégios de caciques, i.e., da elite indígena, nomeadamente na Nova Espanha Peru. Tal não terá sido alheio ao facto de as tribos com que os espanhóis se deparam se encontrarem num estágio civilizacional superior aos do sul do continente, mais aptos e hábeis em lidar

²⁷⁵ Idem, *ibídem*, p. 833.

²⁷⁶ Idem, *ibídem*, pp. 926-927.

com aspectos que exigissem mais da sua capacidade de raciocínio e abstracção, muito graças ao facto de já formas de escrita – contrariamente aos povos indígenas brasileiros, todos ágrafos.

A partir do reinado de Carlos III, entre 1759 e 1788, a educação passou a ser encarada de frente, salientando-se a necessidade de aperfeiçoar a formação dos mestres, a adopção de novas práticas de ensino e o alargamento da rede de escolas²⁷⁷. Ainda em 1743, o estatuto dos professores de primeiras letras era nivelado de acordo com as dos mestres de artes liberais.

Com a provisão régia de 11 de Julho de 1771, estabeleceram-se os requisitos necessários para quem desejasse ministrar o ensino de ler e escrever. A avaliação dos mestres fora encarregue pelo Estado espanhol ao poder municipal, não sendo contudo ainda evidente a existência de um organismo central que tutelasse o que se efectuava no terreno:

“para poder ser admitido al magisterio se exigía presentar ante el Corregidor o Alcade Mayor una credencial de haber sido examinado y aprobado en la doctrina cristiana y un informe de la Justicia sobre «sus costumbres y limpieza de sangre»; ante un tribunal – formado por uno o dos Comisarios del Ayuntamiento y dos examinadores o veedores – el examen versaría «sobre la pericia del Arte de leer, escribir y contar; haciéndole escribir a su presencia muestras de las diferentes letras, y extender ejemplares de las cinco cuentas»; el testimonio de su habilidad, con las citadas muestras de lo escrito y cuentas, se remitía a la Hermandad de San Casiano, para que, con su conformidad, el Consejo despachara el título correspondiente; en quanto al método, la Provisión recomendaba la buena elección de libros para iniciarse en la lectura, pues hasta entonces no habían sido sino «fábulas frías, historias mal formadas o devociones indiscretas, sin lenguaje puro ni máximas sólidas, con las que se deprava el gusto de los mismos niños y se acostumbran a locuciones improprias, a credulidades nocivas, y a muchos vicios trascendentales a toda la vida...”,²⁷⁸

A propósito da avaliação das capacidades dos professores, e prova do interesse da Coroa espanhola em dotar as Primeiras letras de maior rigor, surge, já no reinado de Carlos IV, mais concretamente em 1791, a *Real Academia de Primera Educación*, um organismo que tinha por objectivo “examinar a los Maestros y conferirles el título de enseñanza de Primeras letras”²⁷⁹. Carecendo da aprovação oficial dos seus *Estatutos* e do seu *Reglamento* (1797), veio a unir-se ao *Colegio Académico de Primeras letras* (1800), acabando por ser extinta em 1804, dando lugar à *Junta General de Exámenes*²⁸⁰.

²⁷⁷ Idem, *ibídem*, p. 818.

²⁷⁸ cf. Novísima Recopilación, Libro VIII, Tít. I, Ley I, Ley II. DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 818.

²⁷⁹ DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 820.

²⁸⁰ cf. Idem, *ibídem*, pp. 819-820.

Se por um lado notamos uma forte aposta do Estado espanhol ao nível das primeiras letras, verificamos existir ainda uma particular preocupação face às competências dos mestres e professores.

Ainda no respeitante às primeiras letras, destaque-se a iniciativa do Estado espanhol ao criar em 1780, por provisão de 22 de Dezembro, o *Colegio Académico del Noble Arte de Primeras letras*, com professores e mestres destinados a reger as escolas públicas estabelecidas na Corte²⁸¹. Tais criações vinham decorrendo por altura do reinado de D. Maria I, no estado vizinho, um período em que se verifica igualmente toda uma série de reestruturações no seio da administração escolar, num esforço em contrariar a linha das reformas encetadas no reinado anterior por Pombal²⁸².

Apesar dos organismos criados e das orientações explicitadas com detalhe no *Reglamento*, com a particularidade de se cingirem aos mais diversos aspectos da educação das primeiras letras – deveres dos mestres, dos visitantes gerais, a criação de uma *Cátedra para la instrucción de Pasantes, Leccionistas y demás sujetos que se dediquen al magisterio de primeras letras*, funcionamento das delegações subalternas da Academia, tipologia de exames a serem aplicados, proposta de manuais a serem utilizados nas aulas²⁸³, o ensino junto de crianças do sexo feminino²⁸⁴ - todo este esforço legislativo pautou-se por uma grande dificuldade de concretização.

Se bem que as décadas de oitenta e de noventa tenham sido as mais representativas, já anteriormente se haviam tomado algumas medidas de combate ao analfabetismo, nomeadamente através da «Real Cédula» (o equivalente, na legislação

²⁸¹ cf. Idem, *ibidem*, pp. 820-821. Se atendermos às sucessivas reformas operadas ao longo dos reinados de D. José I, altura em que o ensino elementar aparecia desvalorizado, D. Maria I, com a anulação da legislação pombalina e com a substituição dos organismos tutelares, até D. João VI, assistimos a um cortejo de sucessivas transformações e reformas, com criação e extinção de instituições tutelares da educação, implicando, geralmente, uma mudança de sede.

²⁸² Atenda-se, a este respeito, à obra de Áurea Adão, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, [col. Textos de educação], Lisboa, Gulbenkian, 1997, bem como a CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal – Desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 3.^a ed., 2001, sobretudo nos capítulos XII e XIII.

²⁸³ A saber, “el tratado de urbanidad, el de las obligaciones del hombre, el Compendio de Fleury, El amigo de los niños, el método de lectura del silabario, el Arte de Anduaga para la escritura, los libritos elementales de Ortografía y gramática castellana, y de Aritmética, el catecismo (admitido por la Diócesis) [...]”, obras que proporcionavam uma formação cívica e moralizante, católica e, claro, académica, dotando os alunos de uma competência de escrita, de leitura e ainda uma instrução nos rudimentos da matemática. DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 822.

²⁸⁴ Com uma educação escolar similar à dos rapazes, acrescida, no plano curricular, de formação na arte de bordar. Idem, *ibidem*.

portuguesa, a um despacho emitido pelo Rei) de 14 de Agosto de 1768. Ali se estabeleceram casas para a educação de meninos e casas para a educação de meninas, emboa estas últimas não beneficiassem da instrução em ler, escrever e contar, mas apenas ao nível da educação cívica e cristã e “las habilidades propias del sexo”, financiadas por um imposto do ensino público e ainda pelo que restara da expropriação dos bens dos jesuítas entretanto expulsos. O ensino estaria ao cargo de mestres seculares²⁸⁵. As escolas gratuitas só viriam a ser criadas mais tarde, por Real Cédula de 11 de Maio de 1783, mais concretamente em Madrid, tendo como público-alvo crianças do sexo feminino.

O que, no fundo, constitui igualmente uma síntese do verificado em Portugal. Ainda que a educação pública surja em Espanha apenas nos alvares de oitocentos, vemos surgir, por intermédio da *Sociedad Económica Matritense de Amigos del País* (criada em 1775), «escolas patrióticas» a partir de 1776. É no final deste mesmo ano que se conclui uma normativa concernente a mestres, alunos, assim como ao funcionamento destes estabelecimentos escolares. Volvida cerca de um década, em 1787 cria-se a *Junta de Damas de Honor y Mérito*, adstrita a esta mesma sociedade, formada por senhoras da nobreza e da burguesia, as quais se iriam encarregar da direcção e governo das «escolas patrióticas»²⁸⁶.

As primeiras escolas criadas em 1776 em diferentes bairros de Madrid visavam “«enseñar a preparar e ilar las primeras materias de lino, cáñamo, algodón y lana»”²⁸⁷, ensinando gratuitamente técnicas elementares de produção têxtil. Estas medidas, não envolvendo contudo directamente o Estado, terão interessado àquele que Olegario Fajardo considera como máximo representante do grupo ilustrado em Espanha, Campomanes. Caminhando até ao final do século, esta Sociedade procuraria implementar uma série de escolas especializadas em vários ramos da indústria, essencialmente têxtil.

Ainda assim, a implementação da rede escolar conhecia algumas prescrições legais.

“Según la ley Moyano, que constituirá el marco legislativo fundamental de la enseñanza primaria a lo largo de todo el período estudiado, el número y clase de escuelas públicas

²⁸⁵ DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 823.

²⁸⁶ FAJARDO, Olegario Negrín, *Educación popular en la España de la segunda mitad del siglo XVIII*, Madrid, UNED, 1987, p. 167.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 173.

que cada pueblo estaba obligado a sostener dependía de la cantidad de habitantes con que contase. Así, los pueblos menores de quinientos habitantes debían agruparse con otros para establecer una escuela elemental completa, siempre y cuando resultase accesible a los niños de los diferentes núcleos de población, pues en caso contrario cada pueblo tenía que instalar su propia escuela incompleta o de temporada, según sus posibilidades. Las poblaciones que alcanzasen los quinientos habitantes debían disponer de una escuela elemental completa de niños y otra de niñas, pudiendo ésta ser incompleta.”²⁸⁸

O controlo das institucións escolares não fora deixado ao acaso. Fajardo distingue a existência de inspectores gerais dos inspectores provinciais de ensino elementar, ao passo que Alfonso Díaz observa que, através das Reais Cédulas de 15 de Maio de 1788 e 6 de Maio de 1790, o Estado encarregava corregedores, oficiais de justiça e alcaides maiores da inspecção, informação, planificação e inclusivamente melhoramento das escolas de primeiras letras. Estes funcionários do Estado, à semelhança do que se verifica em Portugal e nas suas partes ultramarinas, acumulariam estas funções com as da sua actividade profissional, devendo assinalar em que localidades importava criar estas escolas e ter em atenção

“«de que los maestros de Primeiras Letras cumplan exactamente con su ministerio, no solo en cuanto a enseñar con cuidado y esmero las Primeras Letras a los niños, sino también y más principalmente en formarles las costumbres»”²⁸⁹

Seria preciso aguardar pelo início do século XIX para se assistir, por iniciativa do Estado liberal, à criação de uma *Direcção Geral dos Estudos* – que nos faz recordar a sua homóloga criada pelo Estado português uma centúria antes - um organismo independente do executivo,

“encargado de asumir las funciones de dirección y gestión del sistema educativo, reservándose el Estado la expedición de títulos, la promulgación de los reglamentos aprobados por las Cortes así como la asistencia económica necesaria.”²⁹⁰

Embora se definam locais destinados a escolas, não se alude propriamente a edifícios escolares na Espanha do séc. XIX: “ se habilitaban espacios para albergar al

²⁸⁸ GABRIEL, Narciso de, *Leer, Escribir y Contar: Escolarización popular y sociedad en Galicia (1875-1900)*, Coruña, Edicións do Castro, 1990, p. 119. Recorre a dados patentes na *Historia de la Educación en España. De las Cortes de Cádiz a la Revolución de 1868*, Madrid, Ministerio de Educación, 1985. Para o presente estudo, conviria aceder ao Tomo I. *Del despotismo ilustrado a las Cortes de Cádiz*.

²⁸⁹ Idem, *ibídem*.

²⁹⁰ RODRÍGUEZ, Herminio Barreiro et BAÑUELOS, Aída Terrón, *op. cit.*, p. 91.

maestro y a sus discípulos, pero se construían muy pocos edificios pensados para la enseñanza”²⁹¹.

Alfonso Díaz observa ter existido uma dificultade em colocar em práticas os pressupostos teórico-metodológicos que vinham sendo explanados e discutidos desde há largas décadas, atribuíndo-se tamanho atraso na implementação de um sistema de ensino público a uma série de factores:

“La incapacidad «práctica» de los políticos ilustrados para realizarlas reformas de la enseñanza, la ausencia de una verdadera política educativa, firme y sólida, operativa y realista, conforme a la realidad económica, cultural y demográfica de la sociedad española de la época, la imprevisión de los posibles obstáculos surgidos de la falta de recursos, materiales y humanos, o de la inercia del «status quo» académico, o de la singular situación estamental de la población, la radicalidad con que se iniciaron los primeros pasos de la reforma, en ocasiones traumáticos, y siempre por decreto, a la que seguía la despreocupación por el seguimiento de la aplicación práctica, paulatina y ajustable, que todo cambio exige..., hicieron que aquellas medidas previas por un proyecto del sistema educativo uniforme, secular, centralizado por obra y gracia del Estado, fuesen baldías y resultasen con el tiempo un vano ideal, nacido de las entrañas mismas del despotismo ilustrado.”²⁹²

²⁹¹ GABRIEL, Narciso de, *Leer, Escribir y Contar: Escolarización popular y sociedad en Galicia (1875-1900)*, Coruña, Edicións do Castro, 1990, p. 187.

²⁹² DÍAZ, Alfonso Capitán, *op. cit.*, p. 817.

3.3. As novas tendências para a didáctica das línguas

Muitas vezes se alude à influência das Luzes nas reformas educativas de Sebastião de Carvalho e Melo sem, contudo, se precisar como surgiram as primeiras medidas que, na Europa, levariam à implementação da instrução pública. É certo que, logo a partir das primeiras décadas do século XVIII, existiu uma procura generalizada por novos modelos de escolarização, pondo-se em causa os manuais a que se recorria, a pertinência de certos conteúdos e disciplinas, a organização curricular tal como se apresentava, as metodologias empregues. Contudo, não fora um movimento nem uniforme, nem homogéneo, tendo assumido em Portugal um carácter eminentemente cristão e católico, à semelhança de Itália²⁹³.

Na França de Luís XV, Crousaz publicara, em 1722, o *Traité de l'éducation des enfants*, a que, num primeiro tempo, poderíamos associar Ribeiro Sanches pelas suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760) ou até mesmo a Martinho de Mendonça de Pina Proença, com os seus *Apontamentos para a educação de hum menino nobre* (1734). A par deste tratado, vinha-se assistindo a um movimento crescente da alfabetização, graças à multiplicação de escolas cristãs no meio rural, fundadas desde 1680 por iniciativa de Jean-Baptiste de La Salle. Nestas instituições, além de o ensino passar a ser feito em língua vernácula, recorria-se um novo método pedagógico, o do ensino colectivo, de acordo com o qual os alunos eram agrupados em turmas por níveis, à semelhança do que se praticava nos colégios²⁹⁴. A procura da homogeneidade no ensino passa ainda pelo recurso a um mesmo livro, quando até então cada aluno usaria aquele que a sua família poderia adquirir, de acordo com as suas possibilidades. Mas existem outros nomes que se salientaram pela denúncia do estado da educação, como é o caso de Maubert de Gouvest - ou Gouvert (1721-1767) – que, em 1765, partindo da análise do estado das escolas públicas existentes, propôs a criação de um colégio, de acordo com novos princípios metodológico²⁹⁵.

²⁹³ GOMES, Joaquim Ferreira, *Para a História da Educação em Portugal – Seis Estudos*, Porto, Porto Editora, 1995, p.67.

²⁹⁴ SZRAMKIEWICZ, Romuald et BOUINEAU, Jacques, *op. cit.*, p. 18.

²⁹⁵ MAUBERT DE GOUVEST, Jean-Henri, *Le temps perdu, ou Les écoles publiques : considérations d'un patriote sur l'éducation de la première-jeunesse en France, avec l'idée d'un nouveau collège et le précis de l'instruction qui y serait donnée*, Amsterdam, F. Changuion, 1765.

Notamos que se ensaiaram no longo reinado de Luís XV - entre 1715 e 1774, correspondendo, em Portugal, a boa parte do reinado de D. João V e à quase totalidade do período em que governou D. José I - tentativas de implementação de escolas públicas, ainda que em alguns casos com a colaboração de religiosos regulares, não esquecendo ainda a iniciativa dos próprios municípios, empenhados em reverter os elevados índices de analfabetismo²⁹⁶. Ainda assim, e indo além do que se teorizava, a implementação das escolas públicas efectivara-se, de um modo mais generalizado e não apenas a nível local ou a título experimental (como o fora a partir da década de sessenta do século XVIII), apenas após o período da Revolução Francesa. Importa não esquecer que na França, os jesuítas foram expulsos em 1765, cerca de seis anos depois da sua expulsão de Portugal.

Antes mesmo da França, ensaiara-se na Prússia a implementação do ensino primário obrigatório, como vimos, um dos primeiros esforços produzidos no reinado de Frederico I, mais concretamente entre 1716 e 1717. Caravolas destaca a influência das experiências de August Franke, que por sua vez se baseara em Ratke e Coménio, na educação elementar, assim como numa adequada formação profissional de futuros professores²⁹⁷. Interessa-nos perceber o rumo adoptado por estas primeiras reestruturações no ensino. Não produzindo, contudo, os efeitos desejados, foi preciso aguardar pelo reinado de Frederico II para, a partir de 1763, se implementar um sistema de ensino devidamente estruturado e extensível a todo o território²⁹⁸.

De facto, até por volta da década de sessenta desse século, as instituições escolares pareciam arredadas das preocupações das entidades oficiais, dando a entender que

“[...] l’élite au pouvoir ne reconnaît pas encore dans l’instruction un facteur essentiel de la prospérité du pays, comme ce sera plus tard le cas pour les «Ilustrados» du règne de Charles III, ainsi qu’en témoigne le fameux discours de Campomanes sur l’«éducation populaire», si largement diffusé.”²⁹⁹

²⁹⁶ Considere-se, a título de exemplo, a *Mémoire du Bureau Servant de la Communauté de Rennes sur le nouveau plan d’éducation demandé par arrêté de la cour du 23 décembre 1761*, Rennes, Guillaume Vatar, 1762.

²⁹⁷ CARAVOLAS, Jean A., *op. cit.*, pp. 110-111.

²⁹⁸ MACEDO, Joaquim Teixeira de, *op. cit.*, p. 21. Nesta sua obra, o maior destaque vai para a legislação produzida naquela nação no âmbito da instrução pública entre 1869 e 1870, bem como ao período de 1817 a 1868, tendo o autor traduzido tal documentação para o português.

²⁹⁹ Jean-Pierre Amalric et al, “Un réseau d’enseignement élémentaire au XVIIIe siècle: les maîtres d’écoles dans les campagnes de Burgos et de Santander”, in AAVV, *De l’alphabétisation aux circuits du livre en Espagne (XVIe-XIXe siècles)*, Paris, Éd. CNRS, 1987, pp. 9-10.

Procuremos então perceber o que terá motivado a elaboração de tais projectos.

Aquilo a que de certo modo poderemos chamar de «falência» dos métodos pedagógicos jesuítas resulta de uma série de transformações operadas não apenas a nível de como a educação passa a ser encarada. Deveremos considerar uma série de factores externos à realidade escolar e que nela exerceram influência, directa ou indirectamente: se é certo que, no quadro das mentalidades, se buscava cada vez mais um pragmatismo, esta tendência decorria de algo muito além do mero aparecimento de novas teorias ao nível da «formação da mocidade». Sentiu-se, na verdade, a necessidade de fazer corresponder a formação académica às novas exigências económicas: falamos, obviamente, da tónica que se colocava numa educação de carácter mais utilitário, com vista ao exercício de determinados ofícios, contestando-se, por isso, um excessivo número de estudantes de latinidades. O ensino do latim fora, efectivamente, perdendo progressivamente terreno. Ao longo do século XVII,

“deixou de ser a língua exclusiva das universidades, das escolas e do saber”, em favor das línguas vernáculas. De entre estas, o francês ganha o estatuto de “língua da diplomacia e das cortes”³⁰⁰.

Interferiram ainda na educação outras condicionantes, nomeadamente as próprias ideologias políticas vigentes ou até o peso da religião (e não falamos apenas da religião católica). O século XVIII apresenta-se, por si só, como um tempo de contestação, herdeiro, por certo, de uma progressiva dificuldade em aceitar as “tradições herdadas do passado”, além de “um aumento na indiferença religiosa e nas críticas à tradição humanista”³⁰¹. Colocando-se em causa todo o sistema – social, político, religioso, económico – o processo educativo não podia, obviamente, esquivar-se à crítica, porquanto constitui uma importante e necessária base comum a todos estes sistemas.

Em aberta rota de colisão com um classicismo que já se considerava «decadente», os reformadores reivindicaram uma proximidade entre técnicas pedagógicas e a compreensão dos processos psicológicos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, uma maior variedade na oferta curricular – mais conforme às novas necessidades da sociedade de setecentos – com destaque para matérias científicas

³⁰⁰ GILES, Thomas, *op. cit.*, p. 256.

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 170.

assim como «estudos sociais», e ainda uma maior abertura da escolarização a todas as franjas da sociedade³⁰².

Um dos nomes a que geralmente se associa uma profunda mudança na pedagogia do Antigo Regime é John Locke. Mas ainda que a ele se deva uma viragem no modo como se passa a encarar a educação – ou melhor, as suas finalidades – Brubacher chama a atenção para o facto de, ainda assim, não deixar de possuir uma visão elitista, e não já uma proposta de igual instrução e iguais oportunidades de formação para todos:

“He revealed his conservatism by favoring no more than work schools for the labouring classes. Not only were these schools to inure children to hard work from infancy onward, but they were to be supported in niggardly fashion out of what the children’s labor would bring on the open market.”³⁰³

Não esqueçamos ainda que se trata de uma era em que se opera a génese do capitalismo comercial, nos alvares da revolução industrial, sendo compreensível que a educação seja tanto mais valorizada, quanto maior fosse a aposta no desenvolvimento de competências viradas para o mercado de trabalho. Neste quadro, era muito mais importante um conhecimento de tipo utilitário ou instrumental, do que a aposta nas Humanidades e no conhecimento de tipo «teórico-aristotélico». De facto, é precisamente a partir do florescimento e expansão da indústria que Brubacher observa ter surgido a escola pública³⁰⁴. Por outro lado, como sublinha Giles, o que passa a estar em causa é o «processo» em que a educação decorre, e não o conteúdo propriamente dito³⁰⁵, na medida em que existe uma particular atenção face aos métodos e práticas empregues na transmissão de saberes – além de, como já observámos, se contestar a pertinência do ensino de certos conteúdos.

Não poderemos olvidar, obviamente, as novas dimensões introduzidas por Comenius através da sua *Didactica Magna*, o qual, apelando à sua experiência enquanto professor de classes elementares, enfatizara a importância do apelo aos sentidos, a chave para um método natural de ensino-aprendizagem. Não fora, ainda assim, o único a destacar a sua relevância:

³⁰² Idem, *ibidem*, p. 173.

³⁰³ BRUBACHER, John, *A History of the Problems of Education*, New York, McGraw-Hill, 1947, p. 34.

³⁰⁴ Ter em atenção o capítulo compreendido entre as páginas 87 e 90.

³⁰⁵ GILES, Thomas, Ransom, *op. cit.*, pp. 257-259.

“In contrast to the highly verbalistic education of seventeenth-century Humanism both Comenius and his predecessor Wolfgang Ratke emphasized the importance of sense experience of things. First the thing and then its exposition was Ratke’s advice to teachers, while Comenius urged that thing and symbol should accompany each other.”³⁰⁶

No fundo, privilegiava-se o acesso ao conhecimento através da experiência, antecedendo a prática face à teoria ou fazendo-se acompanhar mutuamente. Não será a própria teoria algo que se obtém a partir da observação, da colocação de hipóteses? E não seria tanto mais relevante mostrar como algo acontece ao invés de partir única e exclusivamente da sua explicação, sem haver lugar a exemplificação? Terão sido estes entre outros pressupostos que colocaram em causa os métodos que assentavam maioritariamente na memorização de regras e conteúdos, sendo progressivamente valorizados os métodos experimentais – facto que, pontualmente, e sobretudo no caso de disciplinas do âmbito das ciências e matemáticas, também se verificou nas aulas leccionadas em certos colégios jesuítas.

No início de setecentos assistimos ao retornar a ideias propostas uma centúria antes por Coménio na sua *Didáctica Magna*, nomeadamente no que se refere à representação das letras do alfabeto acompanhadas de imagens. A circulação de semelhantes técnicas e métodos pedagógicos não chegara, ainda assim, ao conhecimento de todos os mestres, públicos ou particulares, de primeiras letras, mercê da ausência de uma formação específica dos docentes para este nível de ensino, considerado menor.

“« Dans mes méditations grammaticales, je me suis aperçu que les caractères des lettres étoient bien abstraits pour des enfans, parce que ces signes ne représentent rien de sensible. Je me suis donc avisé de faire des figures hiéroglyphiques pour aider les enfans à retenir les noms des lettres et en voir les usages. Voici ce qui m'est venu dans l'esprit. J'ai vu qu'en représentant une alouette, l'enfant seroit ravi de voir ce petit animal. Je dis à cet enfant que ce petit oiseau s'appelle alouette. Cet oiseau en forme d'image lui a fait trop de plaisir pour oublier ce nom. Sur la tête de cet oiseau est un a. Je dis à mon disciple que cette figure s'appelle un a, et que pour s'en souvenir il n'a qu'à nommer le nom de son oiseau, dont le premier son étoit le nom de la lettre qu'il falloit nommer. Je lui remets ensuite une ironde, sur la tête de laquelle se trouve un i.: voilà notre jeune écolier en possession de deux lettres. Je lui donne toutes les lettres les unes après les autres, en lui faisant toujours répéter les lettres précédentes. Chaque lettre a son hiéroglyphe particulier, que l'écolier arrange sur de petites tablettes en forme de gradins sur son petit bureau. » ”³⁰⁷

³⁰⁶ BRUBACHER, John, *op. cit.*, p. 115.

³⁰⁷ James Guillaume, “Vallange”, in *DicoFB*,
<http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=3772&format=print>

A questão da importância da ilustração do alfabeto não era propriamente nova, na medida em que já o gramático e pedagogo português João de Barros havia usado de idêntico método cerca de um século antes, mais concretamente na sua Cartilha – a que acrescentava um silabário - da primeira metade do século XVI. Uma vez mais, não estamos perante inovadoras práticas pedagógicas no sentido de nunca terem sido ensaiadas – mas antes diante da expressão da necessidade de se mudar as práticas vigentes, de cariz mais tradicional, e que passariam por uma aposta na memorização das letras sem mais artifícios.

Buisson alude, no referente à exploração do abecedário, a uma obra anónima datada de 1722, a *École paroissiale*, onde após a explanação do mesmo, se apresentavam igualmente grupos consonânticos - «ligatures». Tratava-se de uma espécie de direcção ou conjunto de instruções para os professores de primeiras letras³⁰⁸, sendo que, em termos metodológicos, parece estar ainda em consonância face às cartilhas portuguesas do século XVI, como se pode deduzir pelo excerto apresentado:

“«Pour bien montrer les lettres, [...] il faut faire commencer les enfants à bien faire le signe de la croix, puis, avec une petite touche d'un bout de plume, et non pas de fer ou de cuivre, ce qui gêne et déchire les livrets, le maître leur fera tenir le livret par le milieu, de la main gauche, et la touche de la droite. Après, les ayant encouragés à bien apprendre, il leur montrera les trois ou quatre premières lettres à la première leçon, leur faisant répéter trois ou quatre fois. [...] A la seconde leçon, il leur doit faire répéter la première ; et, s'ils la savent bien, c'est-à-dire qu'ils connaissent et nomment bien les lettres, il leur fera répéter quatre autres lettres en suivant ; [...] faisant toujours répéter toutes les lettres précédentes, avant que de leur en faire apprendre de nouvelles. Quand il leur aura bien fait comprendre, connoître et nommer toutes les lettres de l'alphabet, il leur fera dire à rebours, puis leur fera toucher et nommer tantôt une lettre au milieu, tantôt à la fin, tantôt au commencement. Et quand ils sauront bien ce premier alphabet, il passera à leur faire apprendre les autres, les abbréviations et ligatures, selon la même méthode.»”³⁰⁹

Estão aqui em destaque a imitação de modelos, cabendo ao aluno reproduzi-los por sua mão, a repetição e, como não poderia deixar de ser, a própria memorização dos conteúdos, para aplicação futura. No entanto, não deixara de estar em destaque a progressão dos alunos, sendo que não se deveria avançar para a aprendizagem de novos conteúdos enquanto os anteriores não estivessem consolidados. O livro, nesta óptica, constituía a base de uma aprendizagem dita «simultânea». Esta aposta metodológica foi

³⁰⁸ Tendo por dedicatória: “«à monsieur le chantre de l'église de Paris, collateur, juge et directeur des petites écoles, tant en la Ville, Cité et Université que Faux-bourg et banlieue de Paris»”. BUISSON, Ferdinand [dir.], *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, 1^a Parte, Tomo I, Paris, Hachette, 1882, p. 2.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*.

precedida por outras obras que, em França, demonstraram uma clara aposta de reforma no plano da didáctica do francês. São disso exemplo *Règlements pour les écoles de la ville et diocèse de Lyon*, de Ch. Demia³¹⁰, atendendo ao capítulo 2º, « Méthode d'enseigner la lecture du latin et du français », e ainda *Instruction méthodique pour l'école paroissiale, dressée en faveur des petites écoles*, do P. M. L. D. B., de 1644. Em *Conduite des écoles chrétiennes*, de La Salle (1720), o recurso ao livro é substituído por quadros colocados nas paredes, sendo grandemente vantajoso para os alunos.

Estamos num período em que prevalece no ensino das línguas uma visão centrada no conhecimento e domínio de regras e excepções, com destacada e notória influência do ensino do Latim e do Grego. No século XVIII, o ensino das línguas vernáculas começa a esboçar-se de forma mais decisiva, a par de algumas experiências que vão decorrendo na Europa com vista à implementação do ensino público de primeiras letras. Centrados os métodos na terminologia e exercício gramatical, aprendia-se as regras antes mesmo de se conhecerem as suas aplicações práticas³¹¹, além do destaque para registos de língua de carácter mais formal e por vezes oficial, realidade pedagógica que, ainda assim, não poderemos generalizar, sobretudo no caso do ensino empreendido por mestres particulares. Já em finais do século XIX a instrução primária viria a ser encarada numa perspectiva diacrónica, nomeadamente na obra de Ferdinand Buisson. Referimo-nos, evidentemente, ao *Dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire*³¹². Esta obra ganha particular relevância, uma vez que se reflecte, numa perspectiva histórica, sobre determinados aspectos intimamente relacionados com a educação elementar, como sejam questões relativas às matérias curriculares, metodologias, e, inclusivamente, atitudes manifestadas pelos alunos.

³¹⁰ DÉMIA, Ch., *Règlements pour les écoles de la ville et diocèse de Lyon*, Lyon, chez André Olyer, 1 vol., [2ª metade do séc. XVIII].

³¹¹ ATALAIA, Sónia, *A Diferenciação Etária no Ensino/Aprendizagem de uma Língua a Falantes de outras Línguas*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005, p. 57.

³¹² Interessa-nos sobretudo a primeira parte desta obra, onde se apresenta legislação, doutrinas e uma história da instrução elementar.

3.4. Acesso à instrução em Portugal e no Brasil

Até à implementação das reformas dos estudos menores por Sebastião de Carvalho e Melo, a educação nas primeiras letras não era encarada muito a sério tanto pela Igreja como pela Coroa, muito embora fosse condição *sine qua non* para que um indivíduo ingressasse no ensino médio. Assim, aprender Gramática Latina pressupunha que o aprendente detivesse já um bom conhecimento linguístico do idioma luso. Existiam, não obstante, aulas ministradas nos colégios de ler, escrever e contar, ainda que em número bastante inferior se compararmos com as restantes disciplinas aí leccionadas. Por outro lado, os próprios mosteiros e conventos proporcionavam, não raro, um ensino dos rudimentos da língua materna. Por fim, não esqueçamos a existência de mestres que, a título particular, se encarregavam da educação daqueles cujas famílias podiam garantir o pagamento de um preceptor, além de que as próprias mães poderiam facultar essa aprendizagem mais elementar, com base inclusivamente em cartilhas-catecismos.

Não sendo uma prerrogativa no plano da formação académica de um indivíduo, o espaço físico consagrado a tais lições nem sempre era o mais desejável, restando-nos diversos testemunhos de várias épocas. No século XVI, por exemplo, as aulas de ler e escrever junto dos ameríndios aldeados decorriam em instalações «polivalentes», podendo ser, a um tempo, cantina, hospício, residência, escola e igreja, daí podendo advir todo o género de interferências no decorrer das actividades lectivas, prejudicando substancialmente a concentração dos alunos e a gestão da aula por parte do mestre. Era ainda frequente que estas aulas decorressem no alpendre da igreja ou em outros espaços improvisados para o efeito. Tal facto prender-se-ia ainda com a frequência com que as mesmas eram leccionadas, sendo que, por falta de recursos humanos, muitas vezes se cingia a uma vez por semana, não existindo portanto a necessidade de ter um espaço inteiramente reservado para o efeito.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, nos meios urbanos onde existisse colégio, as aulas de ler e escrever podiam ser ministradas no pátio do mesmo, contando por vezes com centenas de alunos por turma. “Em 1722, conta o P.^e António Franco que «as escolas de ler e escrever ficam à porta do pátio (da Universidade), da parte de fora, à

mão direita de quem entra»³¹³. Embora Banha de Andrade aluda aqui ao caso de Évora, o mesmo assevera que o mesmo sucedia em Coimbra.

No caso do Brasil, sabemos, em grande parte graças à epistolografia jesuíta, que antes mesmo de se terminar a construção de um colégio, ainda nos primeiros tempos da instalação dos jesuítas numa dada localidade, começava-se desde logo por ensinar a doutrina cristã, assim como a ler, escrever e contar. Podemos avançar que a rede escolar implementada pela Companhia de Jesus, assente na edificação de colégios, garantia ainda o acesso à educação na língua e na doutrina mesmo em meios rurais. Cada colégio seria, de certo modo, um pólo difusor de meios de acção missionária e educativa, verdadeiras «direcções regionais de educação» ou «sedes de agrupamento escolar» - claro está, com as devidas aspas e com manifestas diferenças face ao que hoje conhecemos por tais designações.

Os governantes não se achavam sós. Além dos conselhos que os amparavam, e que em certos momentos até poderiam condicionar medidas legislativas a serem aprovadas, não raro buscaram o parecer da massa intelectual da sua confiança. O mesmo sucedeu com as reformas que Sebastião de Carvalho e Melo procurou implementar nas escolas do Reino e suas partes ultramarinas. Muito se ficou a dever ao labor de intelectuais lusos que colheram inspiração noutros espaços europeus, empenhados em trazer uma nova percepção da educação mediante as (novas) necessidades dos tempos modernos. É justo, portanto, afirmar que “[...] son los ilustrados quienes elaboran el diseño teórico de ese proceso, la teoría que se necesitaba para la acción política deseada por todo el Tercer Estado”³¹⁴.

Reconhece-se que vários intelectuais do seu tempo influenciaram de forma particularmente óbvia as políticas reformistas de Pombal, nomeadamente Ribeiro Sanches e Verney³¹⁵. Quanto a este último, importa destacar que era particularmente próximo da Congregação do Oratório, dado que um dos seus irmãos professara nessa ordem, além do próprio Verney ter feito os seus estudos no Colégio dos Oratorianos da Rua Nova do Almada. Gozara igualmente de formação jesuíta, tendo cursado no

³¹³ ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo / Saraiva, 1978, p. 3.

³¹⁴ RODRÍGUEZ, Herminio Barreiro et BAÑUELOS, Aída Terrón, *op. cit.*, p. 47.

³¹⁵ Cf. ainda Verney e a cultura do seu tempo, de Banha de Andrade, *O Marquês de Pombal*, por Veríssimo Serrão, e “Pombalismo e projecto político”, in *História e Filosofia*, vol. II, 1983, pp. 185-318.

Colégio de Santo Antão e na Universidade de Évora. Publicado em 1746, o *Verdadeiro Método de Estudar* abarcava toda uma série de temas, parecendo-nos relevante a 1ª carta, que respeita em concreto à Língua Portuguesa, e a 16ª, onde alude, entre outros aspectos, aos estudos elementares.

Se atendermos às *Instruções para os Professores*, publicadas a 28 de Junho de 1759, os princípios orientadores para o ensino da Ortografia eram precisamente os de Verney. Defende ainda Banha de Andrade que as *Instruções* são da autoria de oratorianos da Casa de Nossa Senhora das Necessidades e do P.º José Caetano de Mesquista.

Até que ponto seria útil ao Estado e ao progresso do Reino a instrução do povo? Ribeiro Sanches, nas suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), defendia a existência de mestres de primeiras letras nos povoados acima de duzentos fogos, com vista a serem instruídos os filhos dos grandes lavradores. Quanto à «plebe», interessaria muito mais que se aperfeiçoasse no domínio das artes e ofícios, bastando-lhes aprender, junto do pároco da aldeia, a doutrina cristã. Defendia, portanto, um ensino elitista, contrariamente à posição assumida por Diderot e Verney - que, além disso, considerava igualmente indispensável uma educação que não fosse exclusiva do sexo masculino.

Sanches não era uma voz isolada. Com efeito, e como recorda Adolfo Coelho, Voltaire e Louis-René de la Chalotais, este último contrário à intervenção dos jesuítas no plano pedagógico, evidenciaram precisamente o mesmo:

“O bem da sociedade exige que os conhecimentos do povo não se estendam mais longe que as suas ocupações. Os irmãos da doutrina cristã (aliás das escolas cristãs) que chamam «ignorantinos», aparecem para acabar de deitar tudo a perder: ensinam a ler e escrever gente que nunca deveria aprender senão a desenhar e a manejar a plaina e a lima, mas que não querem fazê-lo. São os rivais ou sucessores dos jesuítas.”³¹⁶

De qualquer modo, parece-nos evidente a influência da obra de Ribeiro Sanches nas medidas pombalinas, pelo menos no que se refere ao modo como passa a ser encarada a figura do professor, mesmo no ensino elementar:

“O Mestre que ensina a ler e a escrever, he hum cargo publico, não de tão pouca consequencia para a Republica como vulgarmente se considera: ordinariamente são empregados neste ministerio homens ignorantes, muitas vezes com vicios notorios, que escandalizão. Para exercitar este officio basta hũa informação de *vita & moribus*, e com

³¹⁶ CHALOTAIS, Louis René, *Essai d'éducation nationale (Du Plan d'études pour la jeunesse)*, p. 25 [segundo citação do autor], apud COELHO, F. Adolfo, *Para a história da instrução popular: seguido dos artigos «Portugal», «Colónias Portuguesas» e «Ensino do Grego»*, Lisboa, Gulbenkian, 1973, p. 141.

ella alcança do Bispo a permissão de ensinar; algas vezes ouvi que se requerem as iniquizoens de sangue para o mesmo emprego.”³¹⁷

Datado de 1760, o seu ensaio acabou por reproduzir o estado em que se encontrava a instrução, numa altura em que poucos meses haviam passado sobre a reforma dos estudos menores em Portugal. O processo de angariação de professores, aqui retratado, coincide efectivamente com o que se processou durante largo tempo. Mais adiante, aos exames a que os candidatos eram sujeitos, propondo se deveria processar:

“Este Mestre para ser admitido a ter escola publica, tendo as qualidades e requisitos referidos, devia fazer petição ao Director dos Estudos e das Escolas da Provincia para ser examinado: e no exame havia de constar:

1.º Que sabia a Lingua Latina, e a Materna, com propiedade;

2.º Que sabia bem escrever;

[...]

Constando pelo exame proposto, que satisfizesse ao que se pretendia delle, o Director lhe passaria provisão para exercitar o emprego de Mestre de Escola, com obrigação de alcançar outra do Bispo, por cuja ordem seria examinado no Cathecismo da Religião Christã: e munido com estas duas provisoens se presentaria, no lugar adonde havia de ensinar, ao Delegado do Director dos Estudos e Escolas, para exercitar o seu cargo.”³¹⁸

Não estranhemos semelhante observação. Muito embora se houvesse já criado a Direcção Geral dos Estudos, sabemos que, inicialmente, para que se fizesse face às necessidades mais imediatas, o processo de admissão dos professores concretizou-se sem recurso a uma avaliação dos seus conhecimentos. De qualquer modo, a exigência era bem menor face a quem pretendesse ministrar as primeiras letras. Com a expulsão dos jesuítas, o retrocesso é imenso, pois não se implementara desde logo um organismo que conseguisse, na prática, tutelar todas as questões relativas à administração dos estudos – para mais com um raio de acção tão amplo:

“Nem as Camaras das Villas, nem das Cidades, nem as Justiças Reais, tem mando ou inspecção nestas Escolas; e com razão, porque não tem nenhum sallario publico; o proveito destes Mestres he tão tenue que a penas os tira fora do estado da miseria.”³¹⁹

Se tivermos em consideração certas designações dadas pelo autor, apercebemos que, embora parecesse acompanhar de perto a situação educativa em Portugal, não estaria inteiramente a par de tudo: em vez de Director Geral dos Estudos Menores, alude

³¹⁷ SANCHES, Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*, [1760], [ed. rev. por Maximiano de Lemos], Coimbra, Imp. da Universidade, 1922, pp. 115-116.

³¹⁸ Idem, *ibidem.*, pp. 117-118.

³¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 116.

ao «Director dos Estudos e Escolas»; alude a «Mestre de Escola», uma designação habitual sobretudo em território germano e não português; refere-se às «*Direções*» ao invés de *Instruções*. Quando se refere a estas últimas, dá a entender que, muito embora acompanhassem desde logo o alvará de 28 de Junho de 1759, na verdade os mestres não as teriam em seu poder.

“Seria necessario que estivessem compostas e impressas as *Direções*, às quais cada Mestre de Escola se devia conformar no seu emprego: e na visita que se devia fazer hũa ou duas vezes por anno nestas Escolas pelos Delegados dos lugares, onde estão estabelecidas, se tomaria conta se o Mestre satisfazia as dittas instruções.”³²⁰

Se atendermos ao exposto no Directório dos Índios, verificamos que se institui a criação de duas escolas públicas em cada antiga aldeia missionada. Como é óbvio, tal não aconteceu em todos os povoados ameríndios, até porque, com a expulsão dos jesuítas, muitos indígenas tornaram à selva, temendo os desmandos dos brancos. Dali por diante, o ensino junto dos índios deixava de agrupar ambos os sexos nas aulas, passando a existir inclusivamente diferenças em termos de conteúdos curriculares: se os rapazes aprenderiam a ler, escrever e contar, já às raparigas furtava-se a área da matemática, acrescentando-se o saber fiar e fazer renda, sendo contudo comum a ambos o ensino da doutrina cristã. Constitui disso prova os testemunhos físicos destes seus dotes patentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Com efeito, por tais documentos atesta-se que em 1760 existiam efectivamente diversas escolas de ler, escrever e contar em Pernambuco, mais concretamente nas Vilas de Soure, Estremoz, Mercejana (ou Merceana), Arez, Montemor, Vila Viçosa, e Arrondes³²¹.

Acrescia ainda o problema da circulação dos livros didácticos no Brasil. Com a ausência de uma tipografia naquela colónia, exigia-se o envio das obras a partir do Reino. Além de todas as despesas relativas à sua impressão, encadernação e envio, uma vez na colónia, colocava-se a dificuldade da sua venda, passando muitas vezes os livros de mão em mão, vendendo os estudantes os seus cartapácios³²² a preços reduzidos ou concorrendo ainda os livreiros com alguns desvios desta tão preciosa e ambicionada mercadoria.

³²⁰ Idem, *ibidem*, p. 118.

³²¹ AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1823. ROLO 230. A este respeito, conviria averiguar com mais detalhe até que ponto se respeitara nas diversas capitanias estas disposições.

³²² AINCM, Carta de António José Brandão a Bernardo Agostinho de Mesquita. Pernambuco, 3 de Junho de 1764. AINCM, Directoria Geral dos Estudos, cx. 4.

Tanto quanto nos foi dado a entender pelo confronto com as fontes documentais da época, terá certamente existido uma grande circulação de práticas, propostas, planos e projectos com vista a uma reforma da educação. As ideias são comuns, a sua adaptação poderá divergir um pouco, mas tudo de facto corresponde ao espírito da época, enraizado no espírito das Luzes.

Nesta medida, e notando o avanço de Portugal em relação aos restantes Estados Europeus, no que respeita à sua implementação, observamos que essa dianteira não chega a ser de cinco anos, por exemplo, no que respeita à França. Esta poderá, é certo, ter beneficiado da experimentação entretanto iniciada no reino luso, mas não o avanço suficiente para se perceber as fragilidades das reformas intentadas.

O ódio, ou ao menos a suspeição face aos Jesuítas era algo que vinha adquirindo dimensões cada vez mais difíceis de contornar. Detentores de um monopólio educativo à escala global, também em termos económicos detinham destacado poder, além da sua estratégica influência junto de várias cortes. Acresce ainda o facto de, pedagogicamente, os seus colégios apostarem numa metodologia e em conteúdos programáticos que já não serviam aos tempos modernos, na medida em que, para o «bem das Nações», e na génese do desenvolvimento industrial, importa antes a formação técnica do indivíduo. Por outro lado, assistindo-se à desvalorização do latim enquanto língua de cultura em favor das línguas ditas «vulgares» - sobressaindo o francês - e apostando-se num ensino mais prático, as línguas nacionais conquistam uma crescente importância nos currículos.

Neste ponto, a contestação dos colégios jesuítas era algo já bastante generalizado. Com a tensão existente face às missões do Paraguai, com os jesuítas portugueses a incorrerem em crime de lesa-majestade, com os sucessivos incumprimentos das ordens régias e os desacatos com a administração local das capitanias do Brasil, a tentativa de assassinato de D. José I foi a gota de água, daí resultando a expulsão em 1759. Ora, com a sua expulsão, uma das questões a que urgia uma resposta imediata era precisamente a educação. Não que a mudança não houvesse sido preconizada décadas antes, com Verney e Ribeiro Sanches. Foi precisamente nos seus projectos – entre outros, à escala europeia - que Sebastião de Carvalho e Melo se terá apoiado para, logo em 1759, emitir uma série de providências com vista à implementação de um sistema de ensino estatal.

Notámos ainda, pelo confronto com alguns autores contemporâneos deste ministro português, que as medidas implementadas, assim como os projectos e planos redigidos muito se assemelham. Não poderemos olvidar, para além da circulação do livro e da discussão de ideias nas Academias entretanto criadas, a presença de embaixadores ou ministros portugueses nas cortes europeias e vice-versa, o que certamente proporcionou um acesso privilegiado a autores e seus escritos, assim como às medidas governativas que se procuravam implementar.

SEGUNDA PARTE

ENTRE TAPUIAS E CATECÚMENOS: A REALIDADE INDÍGENA

Capítulo IV: Povos indígenas no Nordeste brasileiro

"Nesta região, grupos e povos indígenas foram os agentes sociais, econômicos e culturais do espaço indígena, existente antes da chegada dos portugueses, e vítimas de uma política e de uma prática colonial portuguesa destruidoras de seus territórios, base da existência de seu espaço."

BARBOSA, Bartira, *Paranambuco: herança e poder indígena – Nordeste séculos XVI-XVII*, Recife, UFPE, 2007, p. 63.

4.1. Presença indígena do litoral ao sertão

Espaço de grande amplitude geográfica e de evidenciados contrastes, o Nordeste diferenciou-se, como ainda hoje, do Norte e da Amazônia, muito embora fosse tradicionalmente associado a estas áreas. Ponderadas as diferenças que compreende do litoral ao interior, da Bahia a Pernambuco, da Paraíba ao Ceará, é ainda menos viável proceder a uma sua criteriosa delimitação, dada a acentuada comunicação entre todos os espaços limítrofes, natureza da sua geografia humana e similitudes no quadro de relações sociais e actividades económicas nas várias capitanias compreendidas nas grandes jurisdições da Bahia e Pernambuco.

O Nordeste - aquele "que vai do Recôncavo ao Maranhão", como designava, em traços largos, Freyre¹ - passou por vicissitudes várias. Além de os avanços rumo ao sertão se traduzirem numa desinquietação dos índios e, conseqüentemente, no despoletar de tensões e guerras, acresce a ocupação francesa no Maranhão entre 1594 e 1615, sem esquecer, pouco depois, a invasão holandesa de Pernambuco, com avanço progressivo sobre as capitanias vizinhas, entre 1630 e 1654, data em que foram definitivamente expulsos. Se, de início, os portugueses tiveram de enfrentar a oposição Potiguára, com os quais se estabeleceria um acordo de paz no final de quinhentos, com o século XVII defrontar-se-iam com o levantamento de vários povos nos inóspitos e mal descobertos sertões².

¹ FREYRE, Gilberto, *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, São Paulo, Global, 7ª ed. ver., 2004, p. 46.

² Medeiros assinala três grandes frentes colonizadoras no período colonial: o sertão do Recôncavo baiano, o sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e ainda o sertão das capitanias do Maranhão e do Piauí. Ricardo Pinto de Medeiros, "Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial", in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, p. 332.

Na vizinha Bahia, os ameríndios aí existentes desde o século XVI repartiam-se, de modo variável, por três grupos étnicos (isto em termos genéricos), a saber: os mais aguerridos, seriam os Jê, além de serem considerados os mais antigos habitantes do Brasil³; os menos «combativos», isto é, aqueles que mais facilmente se esquivavam para a floresta ou para o sertão, seriam os Kariri; por fim, os mais flexíveis e que acabaram por ser mais facilmente miscigenados, os Tupi. Os primeiros contactos estabelecidos haviam sido empreendidos precisamente com índios Tupinikim, os quais pertencem precisamente à família linguística Tupi⁴.

O estabelecimento de missões, de colégios e a convivência com os ameríndios daquelas partes, como veremos, não foi tarefa fácil, exigindo uma enorme habilidade estratégica no contacto entre índios, religiosos e colonos de forma a conseguir o fortalecimento (muitas vezes temporário, meramente residual ou aparente) das relações sociais, políticas, económicas e missionárias empreendidas.

Existia, ao tempo do Brasil colónia, uma enorme diversidade cultural e linguística no território nordestino, decorrente do crescimento demográfico que se vinha operando, consequente ocorrência de movimentos migratórios e crescente individualização de alguns grupos populacionais⁵. Infelizmente, muitas etnias permanecem actualmente esquecidas, pelo seu desaparecimento precoce e ausência de registos que documentassem as suas práticas, a sua comunicação, as suas vivências e o quadro de relações tanto face a outros grupos indígenas, como no contacto eventualmente existente com os colonos. Daí a dificuldade em o historiador proceder a uma rigorosa precisão da sua filiação cultural e, sobretudo, linguística. É natural ainda que em várias das comunidades identificadas, e uma vez pertencentes a um dado grupo cultural definido, o idioma falado fosse um dialecto e não propriamente uma língua.

Ainda assim, podemos identificar a presença de determinadas etnias, concentradas em alguns territórios num determinado momento, ou em constante digressão, fosse essa mobilidade forçada ou como elemento inerente à cultura da comunidade ameríndia. Convém ainda ter em conta que a sua distribuição nem sempre se encontrava numa só jurisdição. A título de exemplo, considere-se a convivência de

³ GIMÉNEZ, Célia et COELHO, Raimundo, *Bahia Indígena*, Rio de Janeiro, TOPBOOKS, 2005, p. 24.

⁴ Cerca de 1757 ainda existiam alguns Tupinikins na Bahia, assim como Tupinaês..

⁵ COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 2.^a ed., 1997, p. 51.

certas etnias nos sertões, um vasto território partilhado pelas capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, cujas fronteiras internas eram continuamente ultrapassadas, sobretudo por grupos de índios não aldeados – os chamados gentios, «tapuias», ou até índios de corso. Foram estes grande causa de instabilidade e desinquietação no movimento de expansão e fixação territorial dos fazendeiros e curraleiros rumo ao interior. Após o levante de índios pelo Recôncavo Baiano, entre 1651 e 1679, seria a vez do Rio Grande do Norte e do Ceará vivenciarem uma experiência semelhante, que ficou conhecida como as «guerras do Açú», que Puntoni caracteriza de verdadeiras estratégias de extermínio do elemento indígena, e não apenas de uma sua incorporação social e económica (na qualidade de mão-de-obra conquistada), como defendera Darcy Ribeiro⁶.

O século XVII fora, efectivamente, palco de uma expansão geográfica caracterizada pelo avanço das bandeiras, em parte despoletadas pelo desenvolvimento mineiro, estabelecimento de latifúndios e currais de gado, bem como pela consolidação da empresa missionária. Todo este quadro viria legitimar, pela sucessão de contactos menos bem sucedido, numa clara «caça ao índio», justificada, para Basílio de Magalhães (baseando-se no barão do Rio Branco), pela resolução dos paulistas, “«operários diligentes da civilização do Brasil»”, em se desembaraçarem dos seus arrogantes inimigos – os indígenas⁷.

O Nordeste fora povoado por diversos povos da família linguística Tupi e do tronco macro-Jê. Importa não esquecer a possível existência de variação interna em algumas línguas⁸, além de uma diferenciação motivada pelo afastamento geográfico de comunidades aparentadas. Muito embora nem sempre o contacto entre comunidades indígenas fosse amistoso, destacamos a existência de relações interdialectais, motivadas por trocas comerciais ou até por uniões conjugais. Podia dar-se o caso, inclusivamente, de recorrerem a línguas francas no contacto entre etnias, sem qualquer interferência dos europeus.

⁶ PUNTONI, Pedro, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, 2002, pp. 45-46.

⁷ MAGALHÃES, Basílio de, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, São Pulo, Companhia Editora Nacional, 4.ªed., 1978, pp. 89-90. O autor não contém, igualmente, as suas críticas face aos jesuítas, sendo um claro partidário tanto das investidas dos paulistas, como do anti-jesuitismo de Pombal, incidindo, em particular, sobre a sua acção na Amazônia.

⁸ Como o Tupi, o Kiriri e o Botocudo.

Em termos genéricos, conseguimos por vezes encontrar certas informações curiosas, sobretudo quando feitas por alguém que não é filólogo, mas que procura a seu jeito dar a entender o que constata. É disso exemplo a descrição que o beneditino Domingos do Loreto Couto faz em *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, nomeadamente nos capítulos 6º a 11º do Livro Primeiro⁹, onde se alude a aspectos relacionados com os seus costumes, religião, cativo, fisionomia, capacidades cognitivas e até transcrições de legislação josefina em favor da sua liberdade. Alude-se aos Tabajara, aliados dos Portugueses a partir do século XVI, contra o gentio hostil, ajudando os brancos na sua expulsão e escravização. Na verdade, se ponderarmos a epistolografia jesuíta, há registo de com eles se ter conseguido a pacificação de povos não-Tupi, com os quais se viriam inclusivamente a reunir, como veio a suceder em Ibiapaba a partir de finais do século XVII¹⁰.

Oliveira Lima declara que estes eram contrários aos Caeté, grupo ameríndio particularmente feroz que estabeleceu alianças com os Franceses, encontrando como inimigo comum os Portugueses¹¹. Os Caeté viviam, de acordo com Fernandes Gama, na costa desde o rio S. Francisco até Itamaracá e seus arredores¹², tendo chegado às proximidades de Olinda, de onde foram retirados a custo pelo primeiro donatário¹³. Este grupo seria, contudo, particularmente combatido ainda ao tempo da governação de Duarte Coelho, época em que se aniquilaram as suas aldeias pela capitania de Pernambuco¹⁴. Foram, ainda assim, os responsáveis pelo massacre de 25 de Fevereiro de 1556, no qual pereceram às suas mãos o 1.º Bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, o Provedor-Mor António Cardoso de Barros e mais 98 pessoas, que haviam

⁹ COUTO, D. Domingos do Loreto, O.S.B., *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, [1757], Rio de Janeiro, Typ. da Bibliotheca Nacional, 1904, pp. 37 - 73.

¹⁰ P.º Ascenso Gago, “Carta ânua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, HCJB, vol. 3, pp. 38-56.

¹¹ “[...] esses selvagens que nas suas canoas percorriam ligeiramente os rios e não duvidavam affrontar o mar em debeis jangadas, incommodaram por vezes o donatario com as suas covardes emboscadas e os seus assaltos ruidosos de gritos estridentes. Foram elles que em 1548 estiveram a ponto de destruir Iguarassú.” LIMA, M. de Oliveira, *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, Brockhaus, 1895, p. 14.

¹² GAMA, José Bernardo Fernandes, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, t. 1º, Século 16º e 17º - Parte Primeira, Recife, Typ. M. F de Faria, 1840, p. 22.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 83.

¹⁴ LIMA, M. de Oliveira, *op. cit.*, p. 23.

naufogado nos baixos do rio S. Francisco. Uma vez sublevados e consequentemente vencidos por Jerónimo de Albuquerque Coelho, acabam por ser condenados a perpétua escravidão – o que acabaria por se constituir como um lamentável precedente para a servilidade indígena em Pernambuco¹⁵.

De Itamaracá até ao rio Abiay, habitavam os Tabayrés, “da mesma casta” – que os Caeté, «gentios» que habitavam o sertão cerca do século XVI – “mas menos ferozes, e fieis nos seus tractados”¹⁶. Destes alude-se como virtudes a hospitalidade, a paz no seio da comunidade e o pronto socorro aos seus nas enfermidades¹⁷. Já o litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte eram ocupados pelos não menos temíveis Potiguára, ao passo que os Paratió, os Xiquirú e os Kiriri dominavam parte do sertão, todos estes povos antropófagos¹⁸. De entre as comunidades com as quais se começa a contactar no litoral nordestino, observa-se uma grande similaridade na sua comunicação.

“A linguagem Tupy era a mais vulgar, ainda que no Brazil se fallava mais de 150 linguas barbaras, oriundas, segundo a opinião de alguns Missionarios, do Idioma Guarany, lingua Mai da America.”¹⁹

Afigurasse-nos particularmente importante o entendimento que já então se fazia da proximidade entre o Tupi e o Guarani, variedades que formam, efectivamente, um tronco comum, como aprofundaremos em capítulo próprio. De facto, Potiguára, Caeté e Tupinambá pertenciam todos ao grupo de línguas de base Tupi, notando-se falarem a mesma língua, muito embora lutassem entre si.

Fruto do estigma de que eram alvo por parte de grupos indígenas Tupi, os «Tapuia» eram assim designados pelo contraste da sua diversidade étnica face à grande homogeneidade cultural e linguística dos índios da costa, de base Tupi, verdadeiros senhores do litoral brasileiro. Uma generalização que, claramente, fora a mais notória aos olhos dos europeus recém-chegados e que, ainda assim, perduraria por largo tempo, com sérias consequências não apenas para a afirmação dessas culturas nativa, como tão somente a sua preservação até épocas ulteriores:

¹⁵ GAMA, José Bernardo Fernandes, *op. cit.*, pp. 83-85.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 22.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 25.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 22.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 22-23.

“Tinha-se assim formado a polaridade básica que orientaria toda a apreensão colonial dos índios no Brasil, e que parece especialmente evidente no caso do Nordeste”²⁰.

Para Fernandes Gama, a «raça Tapuia» dominara o Sul da colônia, até à data em que foram dali expulsos pelos Tupi. Distinguiam-se pela sua estatura alta, cabelos longos negros, cor parda e dotados de uma força extraordinária. Sendo um povo semi-nômada, a mudança de habitação ocorria de acordo com as diferentes estações do ano.

“O seu nome quer dizer – Inimigos – título que estes selvagens tomaram, pelo estado de guerra continua, que estavam obrigados a manter contra as outras raças, e mesmo por que [sic] entre si viviam em efectiva luta. Com tudo [sic] de todos os Selvagens eram estes os menos crueis.”²¹

Quanto a este último aspecto, Gama esclarece que muito embora fossem igualmente antropófagos, poupavam os prisioneiros e comiam antes os cadáveres dos seus próprios familiares. Refere-se-lhe ainda como raça que habitava parte do Norte dos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Garante mesmo que em 1530 os Tapuias distribuíam-se por cerca de 76 povoações guerreiras, distribuídas por estas três últimas capitânias²². Não obstante esta denominação genérica a que faz demorada referência, identifica subgrupos, como os Gayós – flexeiros - os Jaborós-Apuyarés – totalmente nômadas - os Aquigirós – pigmeus, mas corajosos e robustos - os Paliés – que falavam uma língua particular – os Cuxarás – moradores no interior dos sertões – os Mandavés, os Naporás – ambos dedicando-se à agricultura – os Campébos – os únicos que não eram antropófagos - e finalmente os Mariquitos ou Meriquitos, que preferiam os bosques de Alagoas²³. De acordo com o autor, estas seriam as nações indígenas existentes por aquela vasta região anteriormente à chegada de Duarte Coelho.

Ainda num período aceso da Guerra dos Bárbaros, contavam-se entre os povos tapuias que assolavam o Rio Grande do Norte Entre os Panaku-Açu, os Kaboré e os Kanindé (grupo Janduí), a quem se prometera paz, muito embora fossem «gentio de

²⁰ Beatriz Dantas et al., “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 432.

²¹ GAMA, José Bernardo Fernandes, *op. cit.*, p. 29.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Idem, *ibidem*, pp. 29-30.

curso»²⁴. Muitos acabariam por, não obstante os acordos estabelecidos, ser alvo de perseguições dos próprios moradores, nomeadamente no Açu. Sob pretexto de agirem ao abrigo de certo decreto régio, aqueles colonos preferiam defender a todo o custo os seus bens à lei da espada, cativando os que pudessem – conquistando assim mão-de-obra escrava a custo zero - e exterminando os que oferecessem mais resistência.

Até muito recentemente, a historiografia considerava que a expansão dos Tupi se fizera em época próxima à chegada dos Portugueses em 1500, sobretudo pelas evidências encontradas nas comunidades com que contactaram no litoral, denotando uma clara filiação a uma língua e a uma cultura comuns. Contudo, graças a estudos feitos mais recentemente, sobretudo na área da arqueologia, tem-se comprovado que a presença Tupi é muito mais remota do que se supunha. Carlos Fausto sugere, a partir das datações arqueológicas de cerâmica associada aos Tupi-Guarani, que uma sua presença mais efectiva poderá ser calculada algures a partir do século X, existindo inclusivamente vestígios que remontam ao século II d.C.²⁵. A sua expansão iniciou-se no sudeste, não sendo de descartar a possibilidade de terem atingido o nordeste não muito antes da chegada de Cabral. A este respeito, Alfred Metraux defendera que terão atingido o litoral nordestino apenas em 1400²⁶.

Apesar do que muitos registos assinalavam, as comunidades nativas de várias regiões americanas encontravam-se em rede:

“Os sistemas sociais indígenas existentes às vésperas da conquista não estavam isolados, mas articulados local e regionalmente. Ao que tudo indica, vastas redes comerciais uniam áreas e povos distantes.”²⁷

No século XVI, depararam-se os portugueses com uma maioria de povos de matriz Tupi, não apenas na costa como com algumas incursões profundas no interior, com domínio dos vales dos rios, assim como das matas pluviais tropicais ou subtropicais, contrariamente a zonas áridas e a altas altitudes. Havia, contudo, uma presença indígena de diferente filiação: encontravam-se por esse tempo povos que se

²⁴ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Bispo e Governador de Pernambuco. Natal, 8 de Abril de 1711. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *Documentos para a história indígena no Nordeste : Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*, São Paulo, FAPESP, 1994, pp. 141-142.

²⁵ FAUSTO, Carlos, *Os índios antes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Zahar Editor, 2000, p. 71.

²⁶ METRAUX, Alfred, *Migrations historiques des tupi-guarani*, Paris, 1927. Apud GIMÉNEZ, Célia et COELHO, Raimundo, *op. cit.*, p. 52.

²⁷ FAUSTO, Carlos, *op. cit.*, p. 9.

julga fossem Macro-Jê – não excluamos ainda a hipótese de comunidades não aparentados com nenhum destes dois troncos – no estuário do Prata, na foz do rio Paraíba, no norte do Espírito Santo, no sul da Bahia e entre o Ceará e o Maranhão²⁸. Jorge Couto avança com a possibilidade de os índios Macro-Jê terem surgido da zona leste, entre a Bahia e o Rio de Janeiro, de onde teriam encetado o seu movimento de dispersão, acabando por se centrar no planalto brasileiro²⁹.

Quanto ao domínio indígena no litoral à chegada dos europeus, não restam dúvidas. Do grupo dos Tupi, sabe-se que: os Tupiniquim achavam-se no litoral e planalto paulistas, no Espírito Santo e no sul da Bahia; os Tupinambá no vale do Paraíba, na costa do norte de São Paulo a Cabo Frio e ainda do Recôncavo baiano à foz do São Francisco; por fim os Caeté até à Paraíba e Potiguar no Ceará³⁰.

Criaram-se mitos e estereótipos a que os Tupis não foram alheios, responsáveis por transmitir uma visão muito própria do que os rodeava – e até do que desconheciam ou supunham saber acerca de outros tipos com línguas e culturas distintas. São por demais evidentes as diferenças entre grupos de matriz Jê e de matriz Tupi. Estes últimos, desde sempre caracterizados como mais dóceis, por oposição aos primeiros, beneficiaram ao longo dos séculos de alguma «protecção». Sabe-se, hoje, que afinal o grupo Jê tem uma presença bem mais remota na América do Sul, podendo-se justificar tal antagonismo pela diferente proveniência dos primeiros grupos. Além de mais tardios, os do grupo Tupi souberam impor-se e obrigaram, desde 800 d.C., à organização de sistemas de defesa – surgindo aldeias «aneliformes» ou assentamento anelares no cerrado³¹ - numa primeira fase, e a uma conseqüente deslocação de grupos ancestrais para o interior, reservando para si o acesso a melhores recursos naturais.

O Nordeste brasileiro fora, originalmente, “território tradicional dos grupos macro-jê”, tendo-se igualmente fixado no Brasil centro-oriental em épocas remotas³². Além destas rotas migratórias, acresce a pressão da colonização que exerceu um papel decisivo no despovoamento indígena do litoral, quer pelas bandeiras, quer pelo impacto

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 69.

²⁹ COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil [...]*, p. 52.

³⁰ FAUSTO, Carlos, *op. cit.*, p. 75.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 64.

³² Idem, *ibidem*, pp. 64, 66.

biológico do contacto com os europeus, quer pela desflorestação. Ainda assim, verificaram-se ocupações tardias de territórios ancestralmente de grupos de matriz Jê por parte de outras comunidades de filiação próxima, algumas das quais fruto de fusões de grupos e tradições culturais diversos *in loco*, como sugere Carlos Fausto. Semelhante ponderação torna-se particularmente relevante no estudo das comunidades remanescentes mesmo já ao tempo de Pombal.

Os próprios traços distintivos dos grupos Jê terão contribuído decisivamente para uma resistência mais aguerrida e efectiva face à aculturação europeia, nomeadamente pelo facto de terem uma subsistência mais flexível e adaptável às novas exigências. Como veremos, são bem distintos dos “modelos tradicionais de desenvolvimento sociopolítico”, como o da sucessão bandos-tribos-cacicados-estado:

“[...] são móveis e possuem grandes aldeias; a tecnologia de subsistência é simples mas os adornos corporais são elaborados; não há chefes supremos, embora haja uma economia política do prestígio; há um desenvolvimento notável de instituições comunitárias e cerimoniais, porém estas tendem a ser basicamente não hierárquicas (ainda que encontremos assimetrias em várias partes do sistema).”³³

Esta descrição é já fruto de uma nova tomada de consciência dos grupos Jê do Brasil central, em particular da Amazónia, donde se crê, inclusivamente, que tenham surgido. Considerada a sua presença na América do Sul como sendo a mais antiga, teriam aí “chegado em migrações, vindos do oeste e provavelmente entraram na América, por Bering”³⁴. Guerras, epidemias, fomes, escravatura, tudo contribuiu para que uma presença indígena estimada em cerca de um a dois milhões de indivíduos, fosse brutalmente dizimada³⁵. Quando encontramos registos que dão conta de alguns milhares reunidos nas aldeias missionadas da Companhia de Jesus, não seria mais do que uma pálida imagem da expansão demográfica destes povos pré-europeus.

“Em 1562, por exemplo, uma epidemia consumiu, em três meses, cerca de 30 mil índios na Baía de Todos os Santos. No ano seguinte, a varíola completou o serviço, matando de 10 a 12 índio por dia; um terço da população aldeada pelos jesuítas sucumbiu. Em 1564, veio, por fim, a «fome geral», pois nada se plantara nos anos anteriores.”³⁶

³³ Idem, *ibidem*, p. 67.

³⁴ GIMÉNEZ, Célia et COELHO, Raimundo, *op. cit.*, pp. 47-48.

³⁵ O debate em torno das origens destes povos está ainda na ordem do dia, não existindo consenso, até porque as próprias informações arqueológicas não têm sido decisivas para a sua compreensão. De acordo com dados recentes, a expansão dos Tupi-Guarani havia-se processado de sul para norte e não de norte para sul, como se supunha – ainda que seja uma questão deixada em aberto quanto ao que possa ter acontecido em períodos muito mais remotos.

³⁶ FAUSTO, Carlos, *op. cit.*, p. 70-71.

A realidade da colónia portuguesa é, nestes termos, idêntica ao que se passava na América espanhola, sendo que as privações por que passavam os índios não aldeados facilmente os levavam a roubar produtos agrícolas e cabeças de gado dos brancos, incursões essas usadas como motivo para se lhes mover guerra justa:

“Estas situaciones [de hambre estacional durante el año] obligaban a los indios a acercarse a las rancherías de colonos a pedir comida o simplemente para tomar las reses y animales domésticos que podían, con lo cual se daba lugar a las situaciones bélicas entre unos y otros que generalmente determinaban la muerte de los indios nómadas.”³⁷

Compare-se com a situação dos índios da América espanhola quanto à sua exploração por parte dos colonos desde o início da conquista da América:

“Los indios, a pesar de su condición de vasallos libres de la Corona de Castilla, vieron coartada su libertad al ser equiparados jurídicamente con los rústicos o menores del viejo derecho castellano. Es decir que se consideraban como personas necesitadas de tutela o protección legal, lo cual en la práctica incidió negativamente.¹⁰² [...] Mediante la encomienda, un grupo de familias indias, incluyendo a los caciques, quedaba sometido a la autoridad de un encomendero. Éste, se obligaba a proteger a los indígenas y a cuidar de su instrucción religiosa y simultáneamente adquiría el derecho de beneficiarse con los servicios personales de los indios para las diferentes necesidades del trabajo y de exigir de los mismos el pago de diversas prestaciones económicas.”³⁸

Como aqui se evoca, mesmo quando a legislação tratou de anular formas de escravatura indígena, acabou afinal por favorecer o trabalho forçado. Ainda que, juridicamente, e de modo análogo às disposições da Coroa portuguesa, existissem certas garantias, como a obrigatoriedade de se lhes atribuir um salário, de receberem formação nos rudimentos da fé católica, o respeito pela sua dignidade humana e a defesa da liberdade individual dos índios, na prática tal difícil e raramente era observado. Mesmo após a proibição do cativoiro dos índios, a partir de finais do século XVII, e com a implementação do *Directório dos Índios* no Brasil, continuou-se a exploração dos índios, talvez até de modo mais notório com a criação das vilas indígenas, existindo diversos casos em que os directores destas povoações usavam os índios como mão-de-obra para serviço pessoal. As próprias deslocações a que eram forçados para trabalhar por certos períodos de tempo, por os apartar do seu habitat natural, levava a que muitas vezes adoecessem e morressem – situação extensível ao que se passava no Brasil, como

³⁷ Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX), in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Amerindias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, p. 98.

³⁸ Humberto Triana y Antorveza, *op. cit.*, pp. 102-103.

podemos comprovar para o Nordeste, não deixando de considerar as deslocações motivadas pela incorporação dos índios em tropas paulistas.

4. 2. Para o conhecimento das comunidades indígenas

Eram muitas e variadas as comunidades, assim como distintas as culturas e idiomas falados. Ao longo dos séculos, desejados na qualidade de mão-de-obra, e tendo sido vítimas de abusos diversos, os índios brasileiros não deixaram de chamar a atenção de alguns monarcas portugueses. Na verdade, durante muito tempo se debateu a sua condição: se se tratavam de seres com ou sem alma. Uma discussão que se terá iniciado logo aquando dos primeiros contactos dos espanhóis com os nativos americanos. Durante séculos, a sua liberdade e o direito que possuíam às suas terras foram temas passíveis de legislação nunca acatada por inteiro por parte de quem se encontrava na colónia.

Regra geral, há a tendência para não se aludir à especificidade destes povos, acabando-se por falar de «índios» apenas no geral. Ou então, falar-se de «Tupis» e «Tupis-guaranis», como se estes abrangessem todos os grupos indígenas existentes. Tal leitura decorreu, em grande medida, das descrições pouco precisas que os primeiros viajantes e cronistas fizeram dos povos com que se depararam no Brasil, que coincidiu, como vários autores têm vindo a destacar, com a conquista do litoral por parte de tribos com línguas da família Tupi – daí pensarem tratar-se de um mesmo povo que estaria por aquelas paragens, não imaginando a diversidade étnica que realmente habitava aquele extenso território. Muito embora se trate de fontes extremamente interessantes, não deveremos confundi-las com estudos antropológicos, na medida em que a abordagem era sobretudo de natureza empírica.

Existem notícias dispersas, de várias alturas, nem sempre especificando quais as tribos com que se deparavam. Ao tempo dos missionários, existia pelo menos o interesse em estabelecer uma comunicação relativamente eficaz para que se pudessem catequizar. Daí a atenção dada ao conhecimento das suas línguas. Teremos, portanto, de procurar descrever com mais pormenor a que povos se alude especificamente em determinada época e em determinado território e a que tronco e família linguística pertence o idioma que falavam, a fim de se poder analisar qual a influência que a sua

língua materna poderá ter exercido no processo de aprendizagem do português – debate que reservamos para a QUARTA PARTE.

Com o avanço para as regiões do interior, motivado pelo desenvolvimento da pecuária, desbravamento de terras, estabelecimento de vias de comunicação pelo sertão e descimento de índios pelas bandeiras, na segunda metade do século XVII grupos de índios ditos «tapuias» constituiriam um importante obstáculo, fazendo-se-lhes guerra no sertão das capitanias do Nordeste. Resta precisar, ao certo, que tribos seriam. Por detrás de classificações generalistas como «tapuias» e «gentios de corso», temos uma certa percepção de estarmos perante grupos étnicos hostis e não aparentados face aos Tupi. Com efeito, através da compulsão de diversos documentos, nomeadamente relativos à Junta de Missões de Pernambuco e ao Conselho Ultramarino, são tidos por «tapuias» um enorme conjunto de comunidades que se achava distribuído pela jurisdição do bispado de Pernambuco.

Além dos registos de viajantes, descobridores e missionários, bem como da epistolografia oficial – encetada, nomeadamente entre a Junta de Missões, os governadores e capitães-mores, o Conselho Ultramarino e o Rei – também a cartografia nos fornece dados particularmente relevantes. Com efeito, alguns dos diversos mapas que se ocuparam do Brasil e suas capitanias ao longo do século XVII e XVIII apresentam-nos detalhes curiosos – embora por vezes genéricos – acerca das grandes áreas de referência para certos povos indígenas. Assim, Joan Blaeu aponta na sua *Nova et acurata Brasiliae Totius Tabula* (1637)³⁹ a existência de índios Tabajara e Potiguára junto à costa cearense, ao passo que as áreas sertanejas contariam, a oeste, com a predominância de «tapuias» e, a leste, de índios Janduí, próximo da fronteira com o Rio Grande do Norte. Já nesta capitania existiam igualmente «tapuias» e índios Potiguára.

³⁹ BNRJ, Cartografia, ARC.011.14.022. Disponível na página:
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168860.jpg



Figura 4 - Pormenor de *Nova et accurata Brasiliae Totius Tabula* (1637), de Joan Blaeu

Em idêntico período, Nicolas Sanson aponta no seu mapa *Le Bresil, dont la Coste est possedee par les portugais et divisee en Quatorz Capitaineries*⁴⁰, em 1656, a existência de idênticos grupos no Ceará, embora através de uma distribuição geográfica menos diferenciada. De resto, a legenda deste mapa salienta que no interior do Brasil existiam muitos povos ainda desconhecidos e que, mesmo os que se encontravam junto ao litoral, possuíam uma localização difícil de precisar. Estabelece, contudo, uma distinção entre índios “Tiguaries”, que dá como existentes no Rio Grande, e “Petiguaries” na Paraíba. Nota a existência de grupos indígenas em Pernambuco – contrariamente a Blaeu – que designa por Caeté, “Aracuru” e “Mariquitoes”. Relativamente a este último povo, na *Tabula Americae Specialis Geographica Regni Peru, Brasiliae, Terra Firmae*

⁴⁰ Que tivemos ocasião de consultar em http://www.raremaps.com/gallery/detail/1054hh/Le_Bresil_dont_la_Coste_est_possedee_par_les_portugais_et_divisee_en/Sanson.html

& *Reg. Amazonum*⁴¹, o cartógrafo Homann Heirs assinalara, c. 1728, serem “gens vagabunda”, por se tratar de um povo nómada.

Um outro registo cartográfico de não menor importância é a *Carte de la Terre Ferme Du Perou, Du Bresil et du Pays Des Amazones*⁴², de 1703, da autoria de Guillaume Del' Isle, geógrafo da Academia Real das Ciências. Este mapa tem a particularidade de incluir notas descritivas sobre alguns povos indígenas e seus povoados, encontrando-se, para a área nordestinas, a curiosa menção aos «Kitariowi». Parece estar longe de ser uma corruptela de Kiriri, para mais fazendo-os situar numa área habitualmente apontada como território dos Janduí – o que pode, igualmente, sugerir o nome de um chefe de uma das suas tribos.

Alguns mapas contaram, ainda, com alusões específicas a aldeias de índios e aldeias de «tapuias». É o caso do *Praefecturae Paranambucae Pars Borealis* (1662⁴³), assim como do *Praefecturae Paraiba et Rio Grande*, ambos de Joan Blaeu (1647⁴⁴). No primeiro surgem menções a várias aldeias de índios, situadas em Itamaracá: “Acaiuba”, “Itapocirica” (ou Itapicirica, designação dada pelos índios às missões dos padres jesuítas), “Caerecé”, “Urutagui” (ou Aratagui, outra missão jesuíta), e “Caraguatitiba”. Relativamente ao segundo mapa, indica-se uma aldeia de tapuias chamada “Pirari”.

Regra geral, os cartógrafos da época não diferiram significativamente nas referências étnicas indicadas para o Nordeste brasileiro, com presença de “Tiguara” e “Petiguares” um pouco por toda a costa, Janduí no Ceará e «tapuias» sobretudo no interior daquelas capitanias. A distinção operada entre “Tiguara” e “Petiguares” terá ocorrido por cisão étnica dentro de um mesmo povo ou simplesmente advir, erradamente, da leitura das fontes consultadas pelos cartógrafos, entendendo as referências apontadas, muito embora similares, como designações de povos diferentes.

De entre as etnias com maior difusão espacial, conhece-se a existência dos Tarairiú ou «Tarairiou» ainda ao tempo dos holandeses, com os quais se uniram contra os portugueses. Apesar de se desconhecerem dados concretos sobre a língua Tarairiú, a

⁴¹ Patente em

http://content.lib.washington.edu/cdm4/item_viewer.php?CISOROOT=/maps&CISOPTR=110

⁴² Existente na BNL e disponível em <http://purl.pt/867>

⁴³ Consultámos a versão pertencente ao JCB Archive of Early American Images, divulgada em: <http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCB~1~1~550~230070:Praefecturae-Paranambucae-Pars-Bore>

⁴⁴ Com versões conhecidas de outros autores, nomeadamente de Marcgraft.

mesma falada por índios Janduí, sabe-se que eram um povo nómada e que praticavam o endocanibalismo, prática esta não observada junto dos Kiriri – o que atesta a sua diferença cultural, a acrescentar à distinta distribuição geográfica⁴⁵.

De acordo com alguns autores, baseando-se na teoria de Pompeu Sobrinho, seriam Tarairiús os índios do Ceará a que o P.^e Luís Figueira aludira na *Relação do Maranhão* (1608), os Tucarijús, constituindo esta denominação uma variação daquele termo para designar o mesmo povo. Acredita-se que povos como os Ariú, os Janduí (que incluía os Kanindé, um subgrupo que ficara assim conhecido por tomar o nome de um seu chefe), os Payakú (eternos rivais dos anteriores), os Jenipapo (subgrupo deste últimos) e tantos outros que circulavam pelos sertões, ainda hoje sem uma filiação cultural e linguística devidamente comprovada, seriam remanescentes dos Tarairiú. Semelhante teoria homogeneizadora não nos parece, contudo, inteiramente satisfatória, na medida em que existiam rivalidades marcadas entre alguns destes grupos. Poderemos, por isso mesmo, estar perante a existência de comunidades pertencentes a ramos diferentes dentro de um mesmo tronco linguístico, que poderia situar-se, de facto, dentro do tronco macro-Jê, como acreditamos, nem todas pertencendo necessariamente ao ramo linguístico Jê. Não poderemos igualmente descartar a possibilidade de serem falantes de línguas isoladas, i.e., não aparentadas quer com o tronco macro-Tupi, quer com o tronco macro-Jê.

Juciene Apolinário enfatiza a associação dos Tarairiú, de que encontramos algumas referências na viragem do século XVI para o século XVII, aos povos «tapuias» que predominavam no sertão e suas fronteiras, alvo de representações depreciativas por parte dos Tupi⁴⁶. Talvez fruto de semelhantes associações generalizadas e genéricas de povos bárbaros do interior, os Tarairiú permanecem ainda hoje sem uma precisa determinação étnica, linguística e cultural. Discute-se se seriam um subgrupo Kiriri, tese refutada por Fátima Martins Lopes, que distingue a localização geográfica de uns e outros. Alguns autores têm procurado desmistificar a sua filiação, declarando que os índios Janduí e Tarariú [sic] eram, na verdade, os Otxukayana/

⁴⁵ LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado/IHGB, 2003, p. 137.

⁴⁶ Juciene Apolinário, “Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII”, in XXV Simpósio Nacional de História - Simpósio Temático 36: Os Índios na História, [local?], 13-17 de julho de 2009, p. 2 [disponível in <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Juciene.pdf>]

Otshikayaynoe/Otxucaianas, distintos dos Kirirí, dos Ikó, dos Payakú, dos Kanindé, dos Calabaça e dos Xucurú⁴⁷.

A propósito deste povo Otxukayana, de que não temos muitos elementos nem por intermédio de fontes da época, nem estudos aprofundados, Mércio Gomes distingue-os dos Janduí, tendo ambos sido derrotados e integrados em aldeias pelo Rio Grande do Norte, na sequência da guerra de que haviam sido alvo até por volta de 1720⁴⁸. De facto, e de acordo com os mapas da época, índios Janduí e «tapuias» partilhavam o domínio dos sertões, embora em partes separadas. Seriam estes últimos etnias dos Otxukayana/ Otshikayaynoe, remanescentes dos macro-Jê, embora de um ramo linguístico e cultural distinto? Não restam, contudo, dúvidas de que a opção em se designarem «tapuias», distinguindo-os dos Janduí, marcaria uma clara diferença étnica entre ambos, muito embora os primeiros fossem, recorrentemente, apelidados de idêntico modo, pelos seus costumes «bárbaros» - não-Tupis – carácter semi-nómada, resistência bélica e incursões por vezes violentas às propriedades dos brancos.

Fernão Cardim referira a existência de diversos povos cuja terminologia empregue, de origem Tupi, carece de grande revisão, além de, aparentemente, não se conhecerem registos posteriores com semelhantes designações. Em parte, estaremos perante povos com os quais se havia contactado nas primeiras décadas da colonização brasileira, alguns dos quais dando origem, quer por fusão tribal e étnica, quer pela cisão provocada pelo afastamento de algumas comunidades, quer pela derivação terminológica provocada pela tomada do nome de várias gerações de caciques indígenas. Reconhecemos, porém, alguns de entre as setenta e seis nações de «tapuias» que Cardim situara no sertão: os *Tucanuço* do Rio Grande do Norte seriam um grupo Tucano do Açu, o povo numeroso *Parahió* seriam os índios Paraquió, os *Guayaná* seriam índios também conhecidos por Goianazes, os *Pahajú* seriam, afinal, índios Payakú⁴⁹.

⁴⁷ Beatriz Dantas et al., “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 432-433. Quanto à designação «Otshikayaynoe», é usada por ARAÚJO Soraya Geronazzo, *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*, [dissertação Mestrado em História Social], Fortaleza, UFCE, 2007, p. 79.

⁴⁸ Mércio Gomes, “O Caminho Brasileiro para a Cidadania Indígena”, in PINSKY, Jaime et PINSKY, Carla [orgs], *História da Cidadania*, São Paulo, Editora Contexto, 2008, p. 2.

⁴⁹ CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, 197-206.

De acordo com as informações que tivemos ocasião de reunir, nomeadamente através de listagens de aldeias e missões, constatamos existir uma distribuição geográfica dos Kiriri relativamente concreta. Contando com o facto de essas comunidades se encontrarem reunidas ou através de transferência, ou com preservação da sua localização, até junto dos quais chegaram os religiosos destacados, incumbidos da sua assistência, notamos que se distribuíam entre a Paraíba (no Taipú) e Pernambuco (no Palmar e em várias ilhas da freguesia do Rodelas). Um seu subgrupo, os Cariú, achavam-se em Pernambuco mas igualmente numa capitania mais distante, o Ceará.

De acordo com a investigação operada, tivemos oportunidade de constatar a existência de uma enorme miríade de povos, muitos dos quais sem a devida nomeação pela qual eram conhecidos – que, recorde-se, muito se ficou a dever à perspectiva dos índios de grupos Tupi, com os quais os portugueses detinham uma relação privilegiada. Outros, contudo, eram claramente designados como índios «tapuia» ou gentios: Acaracú/Acaraú (CE), Anacé/Ariassê (CE), Arachaz (RGN?), Ariú Pequeno (RGN) , Brancararú (PE, RGN e PB), Candadu/ Condadú (CE), Carapotió/ Cropotós/ Carapariós (PE), Carati (RGN), Caratiú (RGN e PE), Carijó/Carnijó (PE), Cavalcante/ Cavalgante (PB), Condadú (CE), Coripó (PE), Curema/Corema/Korema (PB), Fagundes/ Jagundes (PB), Ixú/Ichus (PB), Jucá/Iucá (CE), Mataraoã (PB), Panatí (PB, RGN e PB), Prakió/ Paraquió (PE), Porcás (PE), Quixeló (CE), Quicheriú/Quichiriu (CE), Tamaquiú/ Tamaqui (PE), Tremembé (etnia Acaracú/Acaraú ou Tremembé – CE), Uriú (RGN), Xucurú/Sucurú/ Socurú (PB e PE); Janduí, onde se incluíam os Caboré e os Caboré-Açu (PB e RGN) e provavelmente os Icó/Icaó (RGN e PB), os Irariú/Reriú (CE), os Kanindé (RGN, PB e CE), os Panicuguassú (RGN); e ainda Payakú, onde se incluíam os Jenipapo, os Jenipapo-Açu e os Jenipapo-Kanindé (sobretudo no RGN, mas igualmente presentes no CE e em PE) (cf. mais pormenores sobre o período e sua localização precisa, consulte-se o anexo 1).

Ainda assim, esta aparente diversidade cultural poderá simplesmente redundar na circunscrição a apenas alguns grupos, na medida em que havia o hábito de alguns povos tomarem o nome do seu chefe, que adviria, segundo consta, da nação Tarairiú. Também os franceses haviam convivido com aquele povo nas imediações do rio Açu (RGN), nomeadamente nas aldeias de «Tarara Ouasou» e de «Ouratiaune», segundo se crê⁵⁰. Mantendo alianças com aquele povo, à semelhança dos Potiguára, os franceses

⁵⁰ LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários [...]*, p. 40.

apostavam, assim, na manutenção de aldeias que lhes forneciam centenas de guerreiros, úteis à sua estratégia de conquista militar do território.

Dada a ausência de alusões a este povo logo de meados do século XVII por diante, seremos levados a ponderar: a sua completa extinção; a sua fusão com outros grupos; a sua limitação a uma comunidade de pouca expressão demográfica; uma mudança de designação aos olhos dos portugueses. Se se ponderar como localização geográfica original a região do rio Trairiú (RGN), a cerca de 40 km de Natal e a 20 km da costa, é bastante provável que tenham tomado o seu nome a partir daquele rio, podendo ser, afinal, um grupo étnico não Tupi que se encontrava não muito longe do litoral. Com eles contactaram os holandeses que, precisamente, não se aventuraram muito pelas regiões sertanejas, privilegiando as áreas junto ao litoral. Supomos, até, que os holandeses tenham originado a denominação genérica de Tarairiú para todo e qualquer tipo de comunidade «tapuia», «gentílica» ou «bárbara» que tradicionalmente preferia habitar no sertão.

Porém, a atender-se ao hábito ancestral de o povo tomar o nome do seu chefe, e dada a insuficiência de dados que atestem a pertença a determinado grupo étnico, torna-se tanto mais difícil traçar a filiação de povos como os Korema, Pega, Kavalcante, Ariú e Uriú. Na ausência de registos ameríndios e do testemunho europeu sob a forma de relatos de viajantes ou descrições de religiosos (a título de exemplo), não nos é possível aceder à sucessão de chefes indígenas, que por seu turno dava origem a novas designações que aos colonizadores se afiguravam como verdadeira diferenciação étnica. De modo análogo, vemo-nos impedidos de perceber até que ponto as novas nomenclaturas não determinariam a constituição de novos subgrupos, que se distanciariam geográfica e culturalmente entre si, a ponto de, inclusivamente, se poderem tornar rivais. Este último aspecto dependeria, naturalmente, da qualidade de relações intracomunitárias estabelecidas, do que motivara o seu afastamento, bem como da distância física e/ou temporal serem particularmente significativas.

Não descartamos nem invalidamos totalmente a tese de povos como os Janduí, os Kanindé e os Pega terem como antepassado comum os Tarairiú. Pela falta de mais elementos que consubstanciem e clarifiquem a derivação numa série de outros grupos étnicos, preferimos a hipótese de muitos grupos advirem de um grande povo de origem macro-Jê, distinto dos Kiriri (família deste tronco linguístico e cultural) e naturalmente opostos aos de matriz Tupi. Um facto importante para o entendimento das relações mantidas entre si é o uso que os portugueses fizeram, cerca de 1689, de uma grande

família da nação Janduí, a fim de conseguirem notícias dos Kanindé e de outros povos do Açu⁵¹ – facto que reforça a existência de uma filiação linguística cultural de vários povos que ocupavam aqueles sertões. De modo análogo, também os Panatí haviam sido usados para idêntico fim, muito embora não se esclareça os povos em questão⁵².

Esse povo matricial habitaria, essencialmente, os sertões paraibanos e riograndenses, com deslocações sazonais até muito perto da costa. A sua migração era motivada pela natureza do clima, com predomínio do tropical equatorial nas zonas a oeste do Rio Grande do Norte e da Paraíba, encontrando uma vegetação típica da savana estépica, normalmente referida como zona de Caatinga Nordestina. A leste, e já a caminho da costa, achavam-se perante o tropical nordeste oriental,⁵³ com mais e melhores possibilidades de subsistência.

Acresce ainda uma outra notória limitação se procurar determinar as tribos existentes num dado período e num dado território: a constante mobilidade de algumas comunidades, pelo que dificilmente se poderá dar com exactidão o seu paradeiro ao longo do tempo. Poderemos, não obstante, cruzar algumas hipóteses e veicular uma ideia aproximada.

Uma primeira dificuldade que surge prende-se com o próprio nome que é conferido a um determinado grupo indígena. Sabemos hoje que tal decorre em grande parte da terminologia tupi usada para descrever outras comunidades ameríndias, e que por sua vez foi reproduzida pelos europeus nos seus relatos. Afinal, termos que aparentemente designariam uma outra cultura, definem-na sob uma perspectiva estereotipada, muitas vezes fortemente pejorativa – tanto mais notória quanto maior fosse a diferença face à cultura e língua tupi. Notamos, contudo, que certas designações de grupos tribais possuem prefixos ou sufixos que denotam uma filiação linguístico-cultural, o que nos permitirá inferir sobre os idiomas falados por certos grupos de que desconhecem tais elementos.

Além deste problema, nem sempre passível de pronta resolução, não temos dados conclusivos quanto à natureza dos idiomas usados. Aryon Dall'Igna Rodrigues

⁵¹ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Capitão-mor Agostinho César de Andrade. Natal, 31 de Março de 1689. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, p. 120.

⁵² Carta do Capitão-mor Agostinho César de Andrade à Câmara de Natal. Natal, 26 de Março de 1689. Apud *idem, ibidem*, pp. 141-142.

⁵³ Teve-se em consideração os dados constantes nos diversos mapas divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em <http://mapas.ibge.gov.br>.

alude ao Kipéa (Kariri) e ao Dzubukuá, línguas da família Kariri, a primeira falada no nordeste da Bahia e a segunda nas grandes ilhas do rio S. Francisco entre Pernambuco e Bahia, restando documentação acerca de ambas de finais do séc. XVII e início do séc. XVIII⁵⁴. Mas e no caso de outros povos? Por exemplo, existindo muitas vezes uma distinção entre Anaiós e Kayapós, até que ponto poderemos afirmar que ambos falariam um mesmo idioma? Actualmente, é possível encontrar comunidades Kayapó no Tocantins, Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo⁵⁵. Diz-se que foram o povo que mais se opôs à marcha da civilização, tendo-lhes valido a inimizade dos Bororo, muito embora falassem idiomas relacionados. Os conflitos foram de tal ordem que, considerada esta uma «guerra justa», uma parte substancial dos Bororo se associou aos colonos na luta contra os Kayapó entre 1734 e 1752, obrigando-os a deslocar para leste⁵⁶. Os Paiaiaí, no final do século XVII, foram usados nos conflitos gerados no Recôncavo baiano, contra os Maracá⁵⁷.

À primeira vista, sobressaem quatro grandes grupos de povos indígenas nesta vasta região do Nordeste brasileiro: índios de base Tupi (como os Tabajara e os Potiguára), rapidamente convertidos em caboclos de língua geral; índios Janduí, subdivididos em diversas tribos ou etnias (incluindo os Kanindé e os Korema⁵⁸), encontrando a sua matriz muito provavelmente nos Tarairiú, de onde também descenderiam os índios Ariú; índios Payakú, rivais dos Janduí, com os quais disputavam a permanência no sertão, tendo-se valido por diversas vezes de alianças com os portugueses para combater os anteriores nas bandeiras do Terço dos Paulistas, nomeadamente no Açu; índios Kirirí, incluindo igualmente subgrupos, como o caso dos Cariú (oriundos das margens do rio com o mesmo nome). A designação de algumas etnias fora tomada a partir da toponímia em que habitavam, como é o caso dos Caboré-

⁵⁴ RODRIGUES, Aryon Dall’Igna, *Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola, 2002, p. 49.

⁵⁵ GIMÉNEZ, Célia et COELHO, Raimundo, *op. cit.*, p. 50.

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁵⁷ Ricardo Pinto de Medeiros, “Bárbaras guerras: povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial”, [Inst. de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas], in <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RPMedeiros.pdf>.

⁵⁸ Cópia de uma proposta feita pelo Capitão-mor André Nogueira da Costa as homens respúblicos da Capitania do Rio Grande. Natal, 12 de Dezembro de 1708. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, p. 139.

Açu, Panicuguassú, Jenipapo-Açú ou Genipapuassú e Cariuasú, todas elas provenientes da região do Açu (Rio Grande do Norte).

De salientar, não obstante a vincada rivalidade entre Payakú e Janduí, deterem aqueles grupos uma aliança antiga, temida pelos portugueses, na medida em que fortaleceria a resistência indígena face ao movimento de expansão e domínio territorial dos portugueses, mais concretamente na capitania do Rio Grande do Norte⁵⁹. A oposição entre uns e outros fora, afinal, alimentada pelos próprios portugueses e poderá existir, de facto, uma afinidade linguística e cultural entre ambos. Temendo-se, pois, as alianças dos subgrupos de etnia Janduí – onde se incluía os Caboré e os Capela – não só se condena o seu refúgio em aldeias dos padres a Companhia como a sua permanência entre os brancos. Determina-se, por isso, em 1713 o seu envio para fora da jurisdição de Pernambuco, mais concretamente para o Rio de Janeiro⁶⁰. Através de nova Junta de Missões, reunida no ano seguinte, define-se, implacavelmente, o destino daqueles povos: o seu cativeiro e extermínio⁶¹. Estas disposições determinaram o desaparecimento deste grande e diverso povo indígena nas capitanias do governo de Pernambuco após o primeiro quartel de setecentos, muito embora surjam algumas referências esparsas a alguns dos seus subgrupos nas primeiras décadas daquele século – o que demonstra, igualmente, a dificuldade em se proceder a uma sua imediata expulsão daquele vasto território.

Os Potiguára, antigos aliados dos franceses, viram-se, após a derrota destes, forçados a colaborar com os portugueses a partir de 1597, ficando-se a dever o acordo de paz ao pai de D. António Filipe Camarão⁶², chefe potiguára. Povo dominante no litoral nordestino, muito embora fortemente combatido, muitos dos seus remanescentes

⁵⁹ Atenda-se a uma missiva onde se pede ao Mestre-de-Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro que impedisse os Payakú de se unirem aos Janduí, restaurando uma antiga aliança que os portugueses haviam conseguido derrubar. Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Governador de Pernambuco. Natal, 8 de Agosto de 1702. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, pp. 137-138.

⁶⁰ Bando do Governador Geral de Pernambuco, José Félix Machado de Mendonça. Recife, 24 de Maio de 1713. Apud *idem*, *ibidem*, pp. 148-149.

⁶¹ Junta de Missões de 11 de Fevereiro de 1714, presidida pelo governador Félix José Machado. Livro de Pernambuco, 1670-1749. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-3, fl. 222f.

⁶² O seu nome indígena era Potiguaçu, vindo a receber aquele nome cristão por baptismo realizado a 13 de Junho de 1612. Terá nascido por volta de 1580. O seu pai teria o mesmo nome indígena e seria oriundo do rio Grande do Norte. Juliana Elias, “Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII: Camarão, a história de um título”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, p. 152.

permaneceram na qualidade de prisioneiros de guerra, outros tantos transitando para os engenhos de açúcar e demais serviços dos colonos⁶³. Distintamente do verificado com outros povos pacificados de que temos notícia ainda no século XVI, os Potiguára continuaram a existir ainda no século XVIII, não se tendo operado um apagamento da sua etnicidade pela integração em aldeias de administração branca. A nosso ver, semelhante facto ficou a dever-se ao elevado contingente populacional deste grupo indígena e às marcadas divergências com outros grupos, na medida em que nas aldeias onde residiam não se misturaram, *a priori*, com outras etnias.

Muito embora por vezes se aluda aos Potiguára enquanto caboclos, como sucede na relação de 1749 aquando da menção da aldeia jesuíta de Paupina (CE), trata-se de uma evidente demonstração de serem índios inteiramente pacificados, com um longo historial de convivência com os portugueses (desde o início da constituição de aldeias, nos alvares de seiscentos). Na verdade, o acordo de paz possibilitara que, tratando-se de índios mansos, se mantivessem ainda no século XVIII como importante recurso para o desenvolvimento da criação de gado vacum e cavalar dos curraleiros dispersos pelos sertões. Fátima Martins Lopes observa existir um claro interesse militar na reunião destes índios aliados dos portugueses, como da exploração das terras cedidas por este povo⁶⁴. Por nosso turno, sublinhamos o interesse particular dos próprios missionários enviados pelo Real Colégio de Olinda na gestão da própria criação daquele gado nas suas aldeias. Se atendermos às relações de bens das antigas missões da Companhia, a sua importância fez-se notar ao tempo do governo de Luís Diogo Lobo da Silva pelo número de cabeças de gado, particularmente expressivo e importante com vista ao financiamento a sua transformação em vilas, sendo distribuídas como pagamento aos seus Directores, Capitães, Capelães e Mestres.

Não raro, uma determinada missão ou aldeia tomava o nome da etnia indígena nela existente (em maior número ou com que inicialmente a povoação fora constituída), pelo que em algumas relações não se sentia a necessidade de esclarecer qual o povo ali reunido. Através do cruzamento de dados, observámos como, de facto, aldeias como Panaty, Kariris, Corema, Pega e Icó Pequeno devem a sua designação ao grupo de índios ali reunido. Por seu turno, nem todos os índios genericamente denominados de «tapuias» seriam de base Jê, nem, tão pouco, pertenceriam à etnia Tarairiú. Além disso,

⁶³ LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários* [...], p. 63.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 68.

nem todos os índios de língua geral pertenceriam, anteriormente, a um grupo Tupi. Semelhante classificação ficava-se, afinal, a dever à qualidade da sua integração, sendo os caboclos índios já convertidos.

Pelo cruzamento de dados que tivemos ocasião de realizar no tocante às missões e aldeias existentes no bispado de Pernambuco, com um foco concreto nos séculos XVII e XVIII, sobressai, além da diversidade indígena, a existência de migrações que atravessam várias capitanias, algumas das quais de fixação temporária em alguns espaços. Em muitos casos, a escassez de notícias justifica-se tanto pela integração e homogeneização cultural operada no seio de algumas aldeias, como pela fuga daqueles povos para longe dos espaços onde a exploração económica era mais intensa.

Verificou-se, não raro, um «apagamento» da matriz original dos grupos aldeados, passando, a partir de determinada altura, a ser genericamente apelidados simplesmente de caboclos ou índios de língua geral. O que poderia parecer mais óbvio seria que se tratassem, grosso modo, de grupos com filiação Tupi, como sucedeu pela integração dos Potiguára, povo Tupi-Guarani⁶⁵, nas aldeias de Paupina (CE), Paranairim (CE) e Escada (PE). O que é facto é que existem situações em que grupos do tronco macro-Jê, por via do seu aldeamento fixo, vêm a conhecer idêntica designação. Veja-se o caso dos Kirirí e Progê na aldeia de S. Brás e dos Xocó na aldeia de Pão de Açúcar (ambas no distrito da Vila do Penedo – PE) que constam nas relações do século XVIII na qualidade de índios de língua geral. Para os Kirirí, família linguística autónoma de matriz Jê, havia-se, contudo, elaborado catecismos e gramáticas na sua língua – pressupõe-se que fosse o Kipéa, muito embora existissem outros subgrupos, como os índios Cariú, os quais terão sido alvo de homogeneização cultural Kirirí na aldeia de N.^a Sr.^a da Conceição (PE).

As notícias a que temos acesso relativamente a muitos desses povos advêm, como vemos, de três situações que se podem definir genericamente: o vislumbamento do primeiro contacto, em que o índio sobressai pela sua exuberância aos olhos do colonizador; o estabelecimento de alianças ou, na sua impossibilidade, o combate da resistência indígena, por meio de «guerra justa»; a fixação e integração de alguns povos em aldeias administradas quer por religiosos, quer por militares. Com excepção de contactos mais demorados, crónicas de viagens ou cujo conhecimento se revestia de um interesse estratégico, de muitos desses povos ameríndios resta pouco mais do que o

⁶⁵ Pertencente ao subgrupo III de acordo com a classificação linguística de Aryon Rodrigues.

registo do nome com que eram conhecidos. Reservamos para o próximo capítulo o aprofundamento do seu percurso pelos territórios sob jurisdição de Pernambuco, atendendo à qualidade relacional dos contactos estabelecidos com os europeus entre os reinados de D. Pedro II e D. José I e (in)eficácia da assistência missionária empreendida.

4. 3. O índio educado pelo índio

A educação da criança passara a ser encarada, a partir do século XVI, como algo fundamental, dela dependendo o futuro tanto dos indivíduos, como da sociedade.

"A sociedade [do Renascimento] precisava, cada vez mais, de homens fortes, cultos e, acima de tudo, virtuosos, o que acarretava uma valorização da educação e implicava uma atenção mais responsabilizante dos educadores para com a criança."⁶⁶

Numa obra do séc. XVII - *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, de Alexandre de Gusmão (1685) - Gomes Ferreira observa, entre outros aspectos, a procura de uma responsabilização e implicação dos pais no processo educativo dos seus filhos, pois acima do factor genético encontrava-se a educação. Gusmão seguia a linha dos educadores-moralistas de seiscentos, colocando a tónica na aprendizagem de valores e bons costumes, preceitos que deveriam regular o bom cristão. Observe-se a importância que já então se dava a um período concreto da vida da criança: os sete anos. Considerava-se que a criança "entrasse na idade da razão" ficando obrigada a, daí por diante, frequentar certos sacramentos (como o da confissão, o da confirmação e o da comunhão), estar apta a "contrair esponsórios de futuro" e ser a idade ideal para iniciar as suas aprendizagens na leitura, escrita e elementos aritméticos rudimentares⁶⁷.

A educação da criança, entenda-se num sentido que vá além da escolarização, sofreu algumas mudanças com o passar dos séculos, registando-se, não raro, interferências pelo contacto com ideias novas oriundas «de fora» e pelo contacto com outras civilizações. De facto, nota-se um cuidado diferente na assistência prestada às crianças, inclusivamente às mais desfavorecidas, nomeadamente os expostos na roda - abandonadas pelos pais em determinados estabelecimentos assistenciais - os órfãos, as

⁶⁶ António Gomes Ferreira, "Uma perspectiva sobre a educação da criança nos finais de seiscentos", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal - Comunicações*, Lisboa, Gulbenkian, 1988, p. 65.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 68.

que mendigavam pelas ruas dos centros urbanos. Apesar do crescente zelo pela sua educação, pelo seu acompanhamento ou assistência, nem todos gozavam de um acesso à instrução. De tal modo que, quando o regime republicano se instala no poder, depara-se com desastrosas taxas de analfabetismo, essa «chaga terrível» a que urgia responder energicamente através dos programas políticos⁶⁸.

E relativamente ao Brasil?

Luiz Cavalieri Bazílio aponta como entidades de acolhimento de crianças «desvalidas» as Casas da Misericórdia, onde intervinham irmandades. No período que vai até à década de 20, Cavalieri nota a existência de formas de filantropia onde a Igreja se encontra muito presente, sendo a criança encarada "como objeto de caridade e não como sujeito de direitos"⁶⁹. Tratando-se, sem dúvida, de um espaço de atendimento por excelência, os recolhimentos da Santa Casa não eram os únicos espaços que cuidavam das crianças em regime de internato: não esqueçamos ainda o papel dos seminários jesuítas, onde além de se promover a formação de futuros elementos da Companhia de Jesus, também eram acolhidos em regime de internato crianças desfavorecidas, órfãos e até meninos índios⁷⁰.

Recomendava-se, na primeira infância, embora o indivíduo fosse dotado ainda de pouca razão, que lhe fossem inculcados os princípios da fé católica e a aprendizagem do ler, escrever e contar⁷¹. Ora tal pressupõe um facto: a da própria qualidade dos conteúdos desta última. O ensino das primeiras letras consistia na transmissão de conteúdos que não poderiam ser muito complexos, dadas as capacidades de raciocínio da criança. Reconhecia-se ainda como, além dos 14 anos, seria difícil a sua predisposição para «os ensinamentos da mestra», como se assinalava nos estatutos do Recolhimento de Órfãos de Nossa Senhora da Esperança (Porto), aprovados em 26 de

⁶⁸ Alberto Manuel Lopes, "«Crianças ao desamparo»", in FERNANDES, Rogério et VIDIGAL, Luís Vidigal [coord.], *Infantia et pueritia : introdução à história da infância em Portugal*, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 2005, p. 89.

⁶⁹ Luiz Cavalieri Bazílio, "Infância «rude» no Brasil: alguns elementos da história e da política", in GONDRA, José Gonçalves [org.], *História, Infância e Escolarização*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2002, p. 44.

⁷⁰ Ainda assim, é mais fácil para o pesquisador encontrar elementos relativos ao acolhimento de meninas e escravos nas Misericórdias, do que de índios, pois estes últimos estavam sob a jurisdição das ordens religiosas, incumbência confiada pelos próprios monarcas portugueses a franciscanos, jesuítas e beneditinos logo aquando da sua instalação na América portuguesa.

⁷¹ FERREIRA, António Gomes, *Gerar, Criar, Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*, Coimbra, Quarteto, 2000, p. 367.

Novembro de 1731. Os próprios jesuítas o haviam notado, sendo possível observar o particular cuidado que se tinha face às faixas etárias dos alunos. Há inclusivamente evidências quanto à preferência que os mestres missionários tinham pelos índios de idade inferior a dez anos - embora tal, ainda assim, não fosse sinónimo de garantia de disciplina em ambiente escolar.

Temos observado até aqui a educação de crianças na perspectiva do europeu. Ponderemos, agora, sobre os modos de educação nas sociedades ameríndias. Em sociedades ágrafas, observam Goody et Watt⁷², a tradição cultural opera-se pela transmissão, nomeadamente, de formas estandardizadas de actuação, bem como de sentidos e atitudes perante determinados símbolos verbais – noções de espaço e de tempo, aspirações e objectivos generalizados - constituindo, no conjunto, modelos de expressão da experiência social do grupo-comunidade e favorecendo, consequentemente, a sua unidade.

O estudo etnográfico de Viegas⁷³ a partir da observação, já em finais da década de 90, do quotidiano de uma comunidade Tupi moradora numa faixa da mata atlântica no sul da Bahia (região de Olivença) refere o facto de estes índios preferirem ter os seus filhos recebendo uma instrução mais rudimentar, mas no espaço onde vive a comunidade – na «Roça», em Jary – do que ir para um local mais afastado e integrado num espaço mais urbano – a «Rua»⁷⁴, sendo sobretudo os rapazes em quem se investe mais na instrução – mesmo que não passasse da alfabetização. Aquele mesmo espaço, no passado, fora uma missão de índios de administração jesuíta: precisamente a da Aldeia de Nossa Senhora da Escada, convertida, *a posteriori*, em Vila de Índios, ou Vila de Olivença de Índios⁷⁵. De acordo com estudos recentes, seria a região dos Ilhéus dominada por Tupinambás, também conhecidos como Aimorés⁷⁶.

⁷² J. Goody et I. Watt, “The consequences of literacy”, in GIGLIOLI, Pier [ed.], *Language and Social Context*, [London], Penguin Books, 1977, pp. 312-313.

⁷³ VIEGAS, Susana Dores de Matos, *Socialidades Tupi: Identidade e experiência vivida entre índios-caboclos (Bahia/Brasil)*, [diss. Doutoramento em Antropologia], Coimbra, Univ. Coimbra, 2003.

⁷⁴ Vide a este propósito “A escola e o género”, no Capítulo V.

⁷⁵ Quanto às tribos que aí viveriam, a autora reflecte sobre se seriam de facto apenas Tupis ou se existiria uma mescla de etnias. O que é certo é que existiria uma convivência destes com outros: Leite alude à presença, nesta Aldeia de Nossa Senhora da Escada, de Tabajaras e Tupinaquins, além dos Socós que, habitando nas imediações, a estes se vieram juntar (pelo menos os já cristianizados). LEITE, *HCJB*, vol. 5, [referindo-se a Ilhéus], p. 224.

⁷⁶ A autora cita o artigo de John Monteiro, “The crises and transformations of invaded societies: coastal Brazil in the sixteenth century”, in AAVV, *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*,

José Ribeiro Dias, encarando a educação como um "processo contínuo de crescimento e desenvolvimento, até à plenitude, da realização de cada homem, em todos os tempos da sua vida e em todos os lugares em que ela decorre", acrescenta que, no plano comunitário, a educação resulta "da interacção daqueles processos de desenvolvimento individuais"⁷⁷. Nesta medida, defende tratar-se de um processo de «antropogénese», sendo para tal necessário compreender a diversidade de antropologias existentes, i.e., diferentes concepções de mundo e de vida. Chega mesmo a apontar, para o tipo de sociedades em estado de pré-grafia, um modelo de educação relativamente uniforme:

"[...] iniciação do adolescente ao conhecimento da tradição da tribo nos seus elementos essenciais: existência dos «modelos» [entenderemos como a pedagogia do exemplo], recordação dos «mitos», repetição dos «ritos»."⁷⁸

Observa ainda que, de certo modo, estamos perante um tipo de educação que permaneceu através dos tempos, tendo sofrido poucas alterações - o que se poderá justificar pela eficácia dos métodos ou até de uma predisposição natural para semelhantes estratégias de aprendizagem e transmissão de saberes.

Também no que se reporta às comunidades tribais, Maria Lúcia Aranha observa existir uma «educação difusa». Tratando-se de sociedades assentes numa forte tradição oral, onde mitos e ritos se vão perpetuando de geração em geração, o processo de aprendizagem é feito pela criança através da imitação dos gestos dos adultos tanto nas actividades do quotidiano, como nos rituais. Estamos perante formas de ensino-aprendizagem "«para a vida e por meio da vida», sem que ninguém esteja especialmente destinado para a tarefa de ensinar"⁷⁹. No caso dos Guarani, o acompanhamento das crianças e jovens até entrarem na idade adulta era uma questão levada bastante a sério:

"A iniciação, destinada a integrar definitivamente os adolescentes na comunidade, é muito rigorosa para as meninas; para os meninos, é o momento de receber os adornos da

vol. III (Part 1): *South America*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 973-1023; apud VIEGAS, Susana Dores de Matos, *op. Cit.*, pp. 16-17.

⁷⁷ José Ribeiro Dias, "Para o estudo das Antropologias com maior influência na História da Educação em Portugal", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal - Comunicações*, Lisboa, Gulbenkian, 1988, p. 279.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 281.

⁷⁹ ARANHA, Maria Lúcia de A., *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*, São Paulo, Moderna, 2006, p. 35.

idade adulta, principalmente a pequena haste de madeira que transpassa o lábio inferior.”⁸⁰

Nas comunidades Tupi, é o pai e não a mãe encarregado do bem-estar e integração da criança na comunidade, isto porque lhe compete a função de «agente da reprodução/concepção»⁸¹. Aranha salienta que, neste modelo de «educação difusa», os castigos não são prática comum, usando os adultos de particular paciência para com os mais jovens⁸². Holanda assume posição contrária, salientando que essa mesma integração, esse processo de aprendizagem a que a criança ameríndia era sujeita, não era livre de sanções:

“Os castigos eram prescritos na educação dos filhos, encarando-se a polidez e o respeito mútuo como o meio ideal para dirigir sua vontade e incitá-los a imitar os exemplos dos mais velhos.”⁸³

Brubacher salienta que nos métodos de educação informal de épocas mais remotas sugerem algum conservadorismo, na medida em que impõem a conservação e preservação de um «capital» de experiência social, de que dependia a sobrevivência da própria sociedade⁸⁴.

Teremos, ainda assim, de relativizar o modo como encaramos a educação no seio destas comunidades.

“If the informal education of primitive times there was probably little if any separate awareness of educational aims. Educational aims, if they existed, were most probably identical with the aims of life itself.”⁸⁵

Torna-se relevante ponderar sobre estas formas ou modelos «empíricos» de educação, na medida em que as crianças ameríndias, uma vez expostas a um modelo de educação escolar, não foram «tábuas rasas», porquanto eram portadoras de determinados preceitos que lhes haviam sido inculcados pelos pais, família e membros da comunidade a que pertenciam, o que poderia interferir com a exigência e os moldes

⁸⁰ HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões (séculos XVII-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 28.

⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira: I. A Época Colonial – I. Do Descobrimento à Expansão Territorial*, [tomo 1, vol. 1], Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p. 78.

⁸² ARANHA, Maria Lúcia de A., *op. cit.*, p. 35.

⁸³ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op. cit.*, pp. 78-79.

⁸⁴ BRUBACHER, John, *A History of the Problems of Education*, New York, McGraw-Hill, 1947, p. 1.

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

em que a alfabetização decorria. Pode existir, portanto, educação sem alfabetização; mais ainda, “la alfabetización tampoco asegura de por sí una buena educación”⁸⁶. A mera existência de escolas de primeiras letras junto dos índios não é facto suficientemente seguro para que possamos afirmar, com toda a certeza, que esse mesmo ensino tenha ocorrido eficazmente, que serviu os propósitos previstos pelo que se achava previsto na legislação em vigor, que não terá existido insucesso escolar, que as aulas terão efectivamente existido contando com a frequência e assiduidade de mestres e alunos⁸⁷.

Dos contactos interétnicos empreendidos, sobressaem não apenas resistências e conflitos, mas igualmente a permeabilidade, de parte a parte, conseguida pelo estabelecimento de alianças e a negociação das garantias, direitos e deveres, ainda que de difícil concretização prática. Essa mesma permeabilidade, nem sempre consentida ou valorizada de parte a parte, muito embora subliminar e por vezes inconsciente, conduziu, efectivamente, à apropriação de alguns traços culturais e práticas sociais que moldaram a sociedade luso-brasileira.

⁸⁶ MELIÀ, Bartomeu, *Educación Indígena y Alfabetización*, Asunción, CEPAG, 2008, p. 7.

⁸⁷ As próprias técnicas pedagógicas em meio indígena não poderão ignorar as características do processo educativo tradicional de cada povo. Melià, destacado especialista e missionário jesuíta dos nossos dias junto dos Guaraní, encara, pela sua experiência e contacto com populações actuais, a educação indígena predominantemente oral mais vantajosa do que a alfabetização. Iniciativas levadas a cabo ao nível da educação escolar indígena no Brasil têm conseguido conciliar essas metodologias, de que não deixa de ser reflexo os próprios recursos materiais utilizados e divulgados pela Secretaria de Educação.

Capítulo V: Da Junta de Missões de Pernambuco

"[...] o aldeamento era o grande projeto pedagógico-institucional de educação completa, verdadeiro centro de ressocialização e núcleo de defesa dos povoados coloniais [...] além de garantirem o fácil acesso aos trabalhadores indígenas pelo Estado, por missionários e por particulares."

Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, "Muros do Recôncavo", in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, 2007, p. 12.

5.1. Gestão e dinamização das missões indígenas

Muito embora estivessem previstos mecanismos de protecção da liberdade dos índios, na prática existiam obstáculos de difícil transposição. Muito antes de surgir o *Directório dos Índios*, em 1757-58, por iniciativa do então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, procurara-se que toda uma série de medidas promovesse um sistema de integração, civilização/ aculturação das comunidades ameríndias locais. De facto, o início de semelhante projecto veio a ser esboçado logo com D. João III, aquando do seu regimento dirigido a Tomé de Sousa (7 de Dezembro de 1548), conjunto inaugural de determinações que não deixaram de abordar a temática da gestão de comunidades de indígenas convertidos.

Surgira, logo no século XVI, a concepção de «aldeias del Rei», dispostas nas cercanias de povoações de brancos. Estes aldeamentos régios, apesar de congregarem índios livres nas proximidades de cidades e vilas, não possuíam uma política de «civilização» e ordenamento como se conheceria séculos mais tarde, assistindo-se à preservação do tipo de aglomerado circular, tipicamente ameríndio. Em certa medida, os clérigos que se ocuparam da sua administração puseram em prática o projecto de homogeneização sociocultural ambicionado pela Coroa junto daquelas comunidades indígenas. Através da catequização, da instrução – ainda que rudimentar -, da aplicação de normas de sociabilidade, de práticas quotidianas e até lúdicas, tiveram sucesso a ponto de conseguirem a sedentarização de tribos nómadas, a pacificação de alguns grupos mais hostis no passado e a sua conversão à religião católica.

A ampla divulgação da língua geral viria, como vimos em capítulo anterior, obstar aos intentos de imposição da língua do Rei junto daqueles novos vassalos, além de dificultar o entendimento dos colonos, muito embora a sociedade colonial fosse na altura largamente multilingue, com vários falantes de idioma geral. Outro exemplo de

como não se verificou verdadeiramente uma homogeneização sociocultural⁸⁸ reside na tolerância dos missionários a algumas práticas indígenas, usadas enquanto estratégias facilitadoras do processo de integração nas suas aldeias e em benefício da sua catequização. Ainda assim, como teremos ocasião de demonstrar, nem sempre se verificou uma plena adopção dos novos padrões sociais, educativos e religiosos propostos no contexto da missão.

Os religiosos que se comprometessem a erigir as suas casas e conventos naquela colónia recebiam a especial incumbência, por parte da Coroa, de garantir a pacificação, conversão e fixação dos índios. Daí o interesse em se constituir aldeias fixas, método que proporcionava um maior afastamento dos costumes pagãos, pela estreita vigilância dos missionários nela residentes. Para o sucesso deste projecto concorria, naturalmente, o ensino da doutrina cristã e da língua portuguesa, de forma a moldar o espírito e a comunicação – até porque escasseavam os intérpretes para atender a todas as necessidades linguísticas observadas nos contactos entre brancos e índios.

A empresa missionária compreendia além da constituição de aldeias, a manutenção de missões de carácter volante. Estas pressupunham, *strictu sensu*, a não permanência dos religiosos junto das comunidades ameríndias, justificada ou por se tratar de um contacto incipiente ou por via das dificuldades em prover aquela povoação com uma assistência permanente. Semelhantes obstáculos poderiam advir de várias circunstâncias: por falta de missionários, pelas longas distâncias que era preciso empreender, por falta de recursos que a financiassem, pelos ataques constantes de que seria alvo ou até por falta de interesse em se investir nela, resultado da própria postura do povo indígena, nomeadamente quando mais resistente à permanência e interferência de brancos na gestão da sua comunidade.

Importa, não obstante, distinguir a efemeridade dos primeiros estabelecimentos das missões volantes propriamente ditas. É certo que, uma vez definido o objectivo de se converter um determinado grupo, a designação do ou dos missionários para uma primeira expedição revestia-se de um carácter eminentemente diplomático, encarregando-se, por isso mesmo, um missionário mais experiente e com conhecimento da língua indígena. Já as missões volantes implicavam uma recorrente assistência precária e de carácter assistemático que, justificada pelos motivos já enunciados, era

⁸⁸ Conforme defendem Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, “Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuíticos (1624-1625)”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 10-11.

muitas vezes a única estratégia possível para se atender a um elevado número de aldeias de índios nas suas localizações originais. Assim, deveriam os missionários empreender uma assistência itinerante, com percursos de várias semanas por aldeias dispersas e particularmente distantes entre si. Só mais tarde, uma vez reunidas as condições necessárias, com vontade expressa dos índios e/ou do Rei e dependendo de uma dimensão demográfica que o justificasse, se poderia garantir uma assistência mais sistemática e permanente. Noutras circunstâncias, como veremos, a única opção viável passou pela reunião de várias aldeias numa só, nem que tal implicasse a convivência de povos indígenas com relações pouco amistosas.

Do ponto de vista assistencial, a presença de missionários interessara não apenas às ordens religiosas, empenhadas em estabelecerem-se no Brasil e em usufruírem dos recursos que poderiam explorar em benefício do progresso da sua comunidade de religiosos. Enquadradas as missões no programa do Padroado do Oriente, não deixaram de existir interacções com o próprio clero secular, na medida em que asseguravam a assistência espiritual de paroquianos não indígenas em zonas mais inóspitas, dispersas ou distantes da sede das suas paróquias, administrando assim os sacramentos tanto a brancos como a índios.

De entre os mecanismos de natureza judicial e institucional utilizados, destaca-se o papel da Junta das Missões, com actuação ainda na primeira metade do século XVIII⁸⁹. A de Pernambuco, subordinada à Junta Geral das Missões no Reino, fora criada em 1681, por carta régia de 7 de Março. A sua acção só conheceria um início efectivo a partir de 1692, vindo a ser extinta em 1757, passando a estar sob a alçada dos Directores dos Índios a administração dos indígenas aldeados, passando as antigas missões a vilas. A motivação maior para a sua criação residia na necessária, exigente e urgente tutela do conjunto de missões dispersas pelo vasto território pernambucano, as quais vinham enfrentando não apenas redobradas dificuldades pela resistência das etnias com que recentemente se vinha contactando no inóspito e ainda mal conhecido sertão, como ainda na fixação das léguas de terra a atribuir às missões, pelo seu necessário sustento. Uma boa gestão desta última questão iria garantir não só uma maior

⁸⁹ Para uma análise mais aprofundada, propomos a leitura de duas monografias: CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo, *Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco – séculos XVII e XVIII*, [diss. Mestrado em História], Recife, Univ. Federal de Pernambuco, 2009; GATTI, Ágatha Francesconi, *O Trâmite da Fé: a atuação da Junta das Missões de Pernambuco (1681-1759)*, [diss. Mestrado em História], São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

tranquilidade das comunidades indígenas, sem se sentirem na obrigação de fazerem incursões às fazendas e currais dos moradores de regiões limítrofes, como ainda, em princípio, o respeito pelo direito de propriedade de ambas as partes.

A criação da Junta das Missões em 1655 e o decreto do Regimento das Missões em 1686 enquadram-se, por sua vez, nesta mesma linha em que se procura atender às crescentes solicitações dos moradores, à mediação dos conflitos com os índios, assim como a uma nova definição dos contornos da administração dos missionários, cujo poder temporal sobre os indígenas convertidos é gradualmente limitado, até transitar, por inteiro, para a tutela de capitães-mores, com quem passaram a partilhar a administração das aldeias – sobretudo das que tinham maior densidade populacional, não sendo o caso das missões volantes. A Junta das Missões de Pernambuco, órgão consultivo subordinado à Junta Geral das Missões, seguiu o modelo da Junta que fora criada no Maranhão. Alguns autores, como é o caso de Pedro Puntoni, aventam como principais motivos a complexidade da actividade missionária e a diversidade das ordens religiosas implementadas no terreno, o que acabaria por conduzir à “necessidade de se criar um mecanismo de controle e internalização para o poder decisório da burocracia imperial”⁹⁰.

No caso do Maranhão e Pará, considerando o teor do Regimento daquele Estado, sobressai, de resto, a grande consideração pela actividade dos padres missionários da Companhia de Jesus, em detrimento dos interesses pessoais desmedidos dos moradores daquele Estado, sendo estes religiosos, assim como os padres de Santo António colocados no comando e orientação das missões do Maranhão e Pará. Com efeito, a colaboração a que os Padres da Companhia foram chamados – incluindo o próprio P.^e António Vieira e o P.^e João Felipe Bettendorff⁹¹ - ficara-se a dever ao sucesso das suas estratégias de pacificação e aldeamento dos índios, bem como a uma larga experiência no contacto com grupos particularmente hostis. A questão da liberdade dos índios, contudo, geraria grande polémica entre os moradores aquele Estado, ávidos de mão-de-obra indígena que, até então, conseguiam por mero cativo.

⁹⁰ Cf. Alessandra Figueiredo Cavalcanti et Virgínia Almoêdo de Assis “Resoluções de conflitos entre moradores, missionários e indígenas na junta das missões (século XVIII)”, in I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE, Recife, *Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje*, 3 a 5 de outubro de 2007 [disponível em <http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/4/Alessandra%20Figueiredo%20Cavalcanti.pdf>].

⁹¹ Cf. Márcia de Souza e Mello, “O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, pp. 48-52.

A criação destas instituições no Norte-Nordeste brasileiro coincidiria, precisamente, com a vontade expressa do Rei de usar as missões em proveito do desenvolvimento económico e demográfico local. Fora, assim, do seu interesse aceder a uma listagem pormenorizada das que existiam naquele governo, seus responsáveis (o que lhe permitia ter um conhecimento mais concreto da real difusão e actuação das ordens por aquele território) e sua demografia:

“Por ser conveniente ao servisso de M, e ao meu, saber se os Rellegiozos que nesta Capitania se occupam nas Missoins, e com administração aos sacramentos aos Gentios convertidos a nossa Santa Fé, me mandareis huma Rellação clara e distinta das Missoins, e Rellegiozos que nellas se ocupão, das Aldeas, e do numero dos Gentios, seus moradores para que por ella me possa constar o Servisso que a Deus se faz na propagação e concervação da Ley Evangelica nessa capitania. Escripta em Lx.^a a dezasseis de Março de mil seiscentos oytenta e oyto. Rey”⁹²

Um outro aspecto que mereceu particular atenção de D. Pedro II foi a doutrinação indígena em língua portuguesa, facto amplamente discutido na reunião dos prelados e do governador de Pernambuco em Junta das Missões⁹³. No mesmo mês, este monarca voltaria a insistir neste mesmo aspecto junto do governador⁹⁴.

Na prática, porém, a Junta das Missões de Pernambuco enfrentou nas várias décadas da sua existência numerosas dificuldades, a começar pela articulação e dinamização dos seus membros. Isso mesmo nos revela a provisão de D. João V para o ouvidor do Ceará de 13 de Março de 1733, onde se refere precisamente a dificuldade da Junta das Missões de Pernambuco actuar no terreno, por via das grandes distâncias entre as várias capitanias e o governo a que estavam adstritas⁹⁵. Como solução, seriam incumbidos os ouvidores gerais dessas capitanias anexas de se informarem dos índios que se achavam em cativeiro e se era justa ou não a liberdade dos índios da sua jurisdição.

O âmbito de actuação desta Junta voltaria a ser revisto naquele mesmo reinado, por ordem régia de 10 de Março de 1744, pelo determinado na Resolução de 3 de Março do mesmo ano. Dali por diante, competia à Junta das Missões de Pernambuco “tratar de

⁹² Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco. Lisboa, 16 de Março de 1688. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 19v-20f.

⁹³ Parecer de D. Pedro II para Caetano de Mello de Castro. Lisboa, 17 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 35f-35v.

⁹⁴ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 31 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-33, fl. 204v.

⁹⁵ Provisão do rei [D. João V], ao ouvidor do Ceará, [Pedro Cardoso], e aos demais ouvidores do Brasil. Lisboa, 13 de Março de 1733. AHU_ACL_CU_006, Cx. 2, D. 140, rolo 3.

materias temporaes, e economicas das Aldeias” do distrito da Paraíba. Antes, porém, deveria esta organização requerer informação e parecer junto do capitão-mor daquela capitania. No tocante a matérias espirituais, o que determinasse deveria obter aprovação prévia do Bispo daquele mesmo governo⁹⁶. Semelhante directiva denota o acentuar das disputas pela tutela dos índios, na demanda de uma clara distinção entre o poder espiritual e o poder temporal sobre aquelas comunidades. Ainda que as matérias do espiritual se submetessem ao mais alto representante do clero naquele governo, na verdade não deixariam de atender às restrições e directivas da administração civil e militar local, da alçada do governador e capitães-mores. A própria selecção dos missionários passara, a partir de determinada altura, a ser encarada como um assunto que requeria a observação de critérios pré-definidos e a intervenção directa da Junta das Missões, onde Governador e Bispo detinham uma posição de destaque.

A legislação em torno da questão indígena vinha reflectindo, inclusivamente, mutações de ordem social, verificadas no terreno e atestadas por diversas individualidades junto de várias entidades, assim como o projecto político de cada monarca em matéria de governação dos índios brasileiros. A Junta das Missões contribuiria grandemente como mediadora nas tensões locais, cuja intervenção se foi tornando cada vez mais relevante com o desenvolvimento da Guerra do Açú, a partir, precisamente, de 1687. Funcionou, igualmente, como importante intermediária na comunicação dos sucessos e insucessos daquelas missões junto do Conselho Ultramarino e do Rei, distribuídas pelo vasto território do Bispado de Pernambuco. Por ela passavam as queixas e apreensões dos missionários, os sobressaltos dos moradores, as denúncias dos capitães e mestres-de-campo. Por isso mesmo, sentira-se a necessidade de tomar a actividade missionária “como suporte da conquista” do sertão, para o que contribuiria “a existência de um Tribunal que agilizasse decisões e melhor administrasse o incremento das missões”⁹⁷. A escolha dos missionários jesuítas, por exemplo, passa a implicar uma correspondência entre o Rei, Conselho Ultramarino, Governador de Pernambuco e o Padre Geral da Companhia, uma decisão feita em Junta de Missões.

No decorrer do período de actuação do governador Caetano de Melo de Castro (13 Junho 1693 a 5 Março 1699), o Rei estipulou a periodicidade da reunião da Junta de

⁹⁶ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D. 1045, rolo 15.

⁹⁷ GATTI, Ágatha Francesconi, *O Trâmite da Fé: a atuação da Junta das Missões de Pernambuco (1681-1759)*, [diss. Mestrado em História], São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009, p. 38.

Missões, para que se continuasse em dois dias de cada semana, a fim de se conferirem e encaminharem os negócios relativos às missões dos seus domínios, da qual deveria fazer parte o Bispo, o Ouvidor Geral (quando estivesse na cidade), o Provedor da Fazenda e os Prelados das ordens religiosas que tivessem a seu cargo aldeias de índios⁹⁸. Insistira-se na promoção de um comprometimento efectivo daqueles religiosos em administrarem as aldeias de índios e enveredarem pelo sertão. Sublinhara-se também o ensino da doutrina em língua portuguesa, como, de resto, este monarca vinha tornando explícito na legislação deste mesmo período:

“[...] e a todos se encomendará a execuçam da ordem que me agradeseis p.^a q os Indios recebam a doutrina na lingoa portuguesa; porem se doutrinaram de maneyra que primeyro entendam os Misterios da fee na sua, e que despois se doutrinem em a nossa pera que no meyo tempo de a saberem nam percam o fructo que podem receber em prigo [sic] de perderem ainda antes de a poderem alcançar.”⁹⁹

Determinava ainda D. Pedro que não se negassem os índios aldeados a prestar serviços, com a ressalva de se ausentarem na proporção de ficar sempre “uma parte de três” (um terço), sem contar com velhos, mulheres e crianças até 14 anos. Ainda assim, focara a possibilidade de as índias servirem como amas de leite ou de serem fiadeiras, cabendo ao missionário e ao capitão da sua aldeia determinar o salário competente e assegurar que se tratasse de uma contratação a tempo certo.

Nesse mesmo mês, escrevendo o Rei a este governador, já havia destacado a importância da doutrinação no idioma luso, sendo aí bem mais explícito nos seus propósitos e nas estratégias que preconiza:

“Caetano de Mello de Castro. Amigo eu El Rey vos envio muito saudar. Havendo visto o que escrevestes pella Junta das Missoins s.^e a resolução q se tomou na dessa Cappn.^a pera se procurar que os Indios recebam a doutrina em Lingoa Portuguesa. Me paresseu dizervos que a doutrina dos Indios na Lingoa Portuguesa se intende pera que doutrinados pella sua hajam de aprender a Portuguesa e continuar nella fazendose por este modo mais certos na mesma doutrina mais esquecidos da natural e mais uteis p.^a o meu serviço, ficando no arbitrio dos Missionr.os o tempo e o modo de os doutrinarem em huã e outra lingoa, e o cuidado de que a doutrina que lhes derem se estabeleça e se lhes confirme na Lingoa Portuguesa. Escripta em Lisboa a 17 de Janeyro de 1698// Rey// Conde de Alvor// Pera o Governador e Capp.^m Gen.^{al} de Pernambuco.”¹⁰⁰

⁹⁸ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 31 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-33, fls. 203v-205v.

⁹⁹ Idem, fl. 204v.

¹⁰⁰ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 17 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-33, fls. 212f-212v.

Ainda ao tempo deste governador, a fixação dos índios em missões afigurava-se uma tarefa de difícil execução, a avaliar pelas queixas de padres jesuítas, carmelitas, beneditinos, capuchos e congregados, de lhes fugirem os índios de umas aldeias para outras nas suas missões existentes no Rio de S. Francisco, de nação «Cabouclos». Em face disto, o Rei determinara que não fossem aceites em aldeia que não fosse a sua, e que tão pouco os moradores se aproveitassem das circunstâncias e ficassem com alguns para seu serviço¹⁰¹.

Por ordem de 26 de Março de 1698, D. Pedro II determinara a fundação de 6 aldeias de índios nas terras fronteiras entre as capitanias do Rio Grande e Ceará, pelas regiões do Açú, Jaguaribe e Piranhas, duas em cada um destes sertões, com 100 casais cada uma e 20 soldados pagos e bem escolhidos¹⁰². Em matéria de missionários, assiste-se a um particular cuidado face aos clérigos e religiosos estrangeiros, admitindo-se unicamente os que tivessem licença régia para assistirem no Brasil, devendo-se praticar em sentido similar ao estado da Índia¹⁰³.

Reunira-se, por diversas vezes, a Junta das Missões entre os anos de 1737 e 1738, por volta de Junho, coincidindo com o período das monções. Somos levados a crer que, ao menos neste caso em particular, a invasão dos índios pelos sertões – inclusive no Piauí - estava associada ao início do Inverno, altura em que os rios, encontrando-se mais caudalosos, possibilitavam a sua navegabilidade. No ano seguinte obtém-se o tão desejado consentimento régio de se fazer guerra àquelas nações de gentios, por resolução de 6 de Abril de 1739, não existindo, contudo, consenso quanto à região em que se deveria combatê-las. O facto de se poder fazer tanto uma guerra defensiva como ofensiva, o que implicava perseguir os índios até ao interior dos matos, onde se refugiavam após cada ataque, constituía uma questão a que eram particularmente sensíveis alguns dos prelados que incorporavam a Junta das Missões¹⁰⁴.

¹⁰¹ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 10 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-33, fls. 208f-208v.

¹⁰² Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 6 de Março de 1694. AGUC, VI-III-1-1-33, fls. 234v-235f.

¹⁰³ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 21 de Março de 1694. AGUC, Tomo I Ordens Reais para o Governo de Pernambuco, 1661-1713 – Índice, VI-III-1-1-33, fls. 235f-235v.

¹⁰⁴ Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 15 de Março de 1740. AHU_ACL_CU_016, Cx. 3, D. 157, rolo 3.

O Bispo João Roiz Covette sublinhava não tratar-se simplesmente de guerra defensiva, opinião de que eram partidários o Padre Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, o Superior do Convento de N.^a Senhora do Monte do Carmo, assim como o ouvidor-geral. Já o Padre Comendador de N.^a Senhora das Mercês e o Padre Comissário Provincial da Província da Conceição eram de parecer que esta guerra se deveria reputar unicamente por defensiva, não achando razões para ser de outro modo. O governador, por seu turno, não via qualquer problema em se designar por guerra defensiva, uma vez que se tratava de assegurar o direito natural de se proteger dos agressores.

Para mais, tendo os Timbira e os Gueguê sido sentenciados a uma guerra defensiva na Junta das Missões de 1729, bastaria aplicar-se esta mesma disposição e alargá-la aos outros grupos beligerantes. O domínio que procuravam garantir naqueles sertões abrangia uma extensa área, desde as Aldeias Altas até aos Campos de Parnaguá e Gelboé, correspondendo a cerca de duzentas léguas. Havia, por isso, uma outra questão subjacente a todo este processo: o estabelecimento da paz no interior do Piauí era condição necessária para se garantir a segurança dos caminhos até às Minas. Estariam a ser pressionados pela crescente exploração das terras que dominavam por sesmeiros e colonos? Funcionaria a condução e criação de gados como factor de atracção para estes índios, pelo sustento que daí poderiam conseguir para a sua comunidade? Não há dúvidas quanto a tal facto. Não pudemos deixar de notar, na primeira metade do século XVIII, a intensificação de pedidos de confirmação de sesmarias em várias áreas territoriais desta capitania. Constituía, sem sombra de dúvida, um espaço extremamente cobiçado desde há várias décadas, nomeadamente pela sua importância na produção agropecuária.

O próprio interesse dos jesuítas em aí possuírem fazendas não seria alheio às condições favoráveis oferecidas. No concernente à existência de missões, a concessão de sesmarias nesta capitania do Piauí reservava, numa das cláusulas, a proibição de a sua posse ser transmitida para ordens religiosas, como pudemos observar em vários documentos. Veja-se, a propósito, a carta de data e sesmaria passada por João de Abreu de Castelbranco, governador e capitão-geral do Estado do Maranhão, em favor de Nazário da Costa Ribeiro. Reclamando este o seu direito ao sítio do Jatubá, entre as fazendas da Boa Esperança, Brejo do Peixe e Lagoa da Sambambaya, termo da vila da Moucha, “o qual descobrio à sua custa, e povoou com seus Gados Vacuns, e Cavallares haverá dous annos”, solicita o título de propriedade de três léguas de terra de comprido por uma de largo em seu nome. Na certidão emitida, o governador sublinha:

“com condição de não fazer traspasso por meio algum em nenhum tempo a pessoa alguma, Relligião, ou comunidade, sem q primr.º dê parte na Caza da Fazenda ao Provedor Mor della [...] sob pena de ficar nulla esta Datta [...]”¹⁰⁵.

Idênticas condições face às que constam numa outra que passa, no ano seguinte, em favor de um indivíduo que se apossara de terras junto às cabeceiras do riacho Mimoso¹⁰⁶.

A situação das capitanias do Nordeste em análise não diferia muito, em termos de vivências sociais e económicas, de outras áreas limítrofes. De certo modo, a região nordestina oferecia-se, agora já livre dos invasores neerlandeses e plenamente restaurada a força da Coroa portuguesa, como uma terra de oportunidades para os colonos mais aventureiros, ambiciosos, empreendedores e destemidos. Se na Amazónia e no Maranhão se perpetuavam os conflitos e tensões com certos grupos de ameríndios, movendo-se-lhes bandeiras e procurando reduzi-los – com o risco iminente de se lhes fazer cativo – em Pernambuco e capitanias anexas o quadro era idêntico. Neste processo, os próprios missionários operaram numa necessária mediação com vista à sedução e catequização destes novos vassalos d’el Rei. Também aqui foram os jesuítas aqueles que detiveram maior número de missões, logo seguidos dos carmelitas e franciscanos. Comparando os números, se, como aponta Buarque de Holanda, na Amazónia existia, em 1751, um total de 63 aldeias missionadas (dezanove dos jesuítas, quinze dos carmelitas, dez dos frades da Piedade, nove dos franciscanos de Santo António, sete dos frades da Conceição e três dos mercedários¹⁰⁷), em período análogo existiam sob o governo de Pernambuco 53, com a seguinte distribuição:

¹⁰⁵ Carta de data e sesmaria passada por João de Abreu de Castelbranco, governador e capitão-geral do Estado do Maranhão, em favor de Nazário da Costa Ribeiro. São Luís do Maranhão, 19 de Junho de 1738. Anexado ao REQUERIMENTO de Nazário da Costa Ribeiro a D. João V. AHU_ACL_CU_016, Cx. 3, D. 155, rolo 3, fl. 1f.

¹⁰⁶ AHU_ACL_CU_016, Cx. 3, D. 156, rolo 3.

¹⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op.cit.*, p. 266.

Quadro 1 - Missões indígenas no Governo de Pernambuco (1749)

Religiosos		n.º de missões	Capitania		Total
Benedictinos		2	PB	2	2
Carmelitas	Descalços/ de St. ^a Teresa	4	PB	2	8
			RGN	2	
	da Reforma	2	PB	1	
			RGN	1	
da Observância/ Calçados	2	PE	2		
Clérigo secular ¹⁰⁸		9	PE	5	9
			CE	3	
			PB	1	
Franciscanos	Franciscanos	6	PE	6	18
	capuchinhos	5	PB	3	
			CE	1	
			RGN	1	
Capuchinhos italianos	7	PE	7		
Jesuítas		8	CE	5	8
			RGN	2	
			PE	1	
Oratorianos		4	PE	4	4
S/ missionário		4	PE	2	4
			PB	2	

De facto, os Benedictinos possuíam outros interesses e uma dinâmica religiosa distinta. Em Olinda, além do convento, com mais de quinze mil cruzados de renda, os beneditinos eram dados como proprietários de “dous engenhos prandiozos, alguans fazendas de gado numerozo, e mais propriedades de terras e cazas”, fruto de legados que haviam sido feitos a esta congregação. Ainda assim, não aceitavam “noviço algum filho do Brazil”, nem mesmo beneméritos, o que originou grande escândalo naquelas partes¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Hábito de S. Pedro.

¹⁰⁹ Carta dos oficiais da Câmara de Olinda a D. Pedro II. Olinda, 26 de Junho de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1833. Rolo 26, 1f.

Quanto aos oratorianos, é certo que também se dedicavam ao acompanhamento espiritual dos índios do sertão, ou, como é dito, da “conservação das Almas do gentio mais barbaro” ou dos “tapuyas pagões”¹¹⁰. Concorriam estes religiosos com a actividade missionária igualmente desenvolvida por capuchinhos franceses, “tendo Aldeas, entre elles distantes mais de cento e sincoenta legoas ao sertão de Pernambuco, com os Tapuyas Sucurus, e [J]andois, os mais ferozes de todo aquelle gentio”¹¹¹, graças ao qual se arroteou áreas por descobrir, proporcionando ainda, nestas missões, o desenvolvimento da criação de gado. Esses sertões, segundo se refere, comunicavam com o Rio S. Francisco e com a Paraíba, “donde tem outra residencia com os Tapuyas Careris, e na Capitania do Seará tẽ sete Aldeas de Indios, e os campos cheyos de Tapuyas sem numero”¹¹².

Além de, por várias vezes, se sublinhar o imenso trabalho que tinham na sua catequização, um dos grandes problemas com que os padres se defrontavam era a tomada de índios de um e outro sexo, de modo arbitrário, solicitando-se por isso que se requeresse previamente a devida licença dos missionários, como representara ao Conselho Ultramarino o Prepósito desta Congregação, padre João Duarte do Sacramento. Uma vez mais está em causa a atitude dos moradores que, achando-se com necessidade de mão-de-obra, recorriam aos índios, mesmo aos aldeados, como se se tratasse de um mero bem à sua disposição¹¹³. Em contrapartida, os missionários comprometiam-se a tornar os índios rentáveis para a Fazenda Real através do trabalho que poderiam desenvolver dentro das suas aldeias, gozando da devida protecção e da necessária doutrinação na fé católica.

Das 8 missões jesuítas constantes – considerando que Guaraíras, muito embora não se indique qual o tipo de religioso, lhe estava já atribuída - nesta relação, apenas 7 subsistiriam até à data da expulsão da Companhia de Jesus, tendo entretanto a missão de S. Brás, em Pernambuco, passado para a tutela dos oratorianos. Como se pode observar,

¹¹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 21 de Março de 1683. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 26, rolo 1, 1f.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

¹¹³ Denuncia-se igualmente uma outra situação, desta vez perpetrada e levada a cabo pelos soldados do presídio do Ceará, ao terem levado à força índias para lhes fiarem algodão.

eram os franciscanos aqueles que se destacavam em termos de amplitude geográfica, possuindo o maior número de missões, logo seguidos dos clérigos do Hábito de S. Pedro, pelos carmelitas e, finalmente, pelos jesuítas.

De entre todas estas missões, destacavam-se, não pelo seu número, mas pela respectiva dimensão, as da Companhia de Jesus. Encarrega-se o governador deste governo do processo de conversão de sete missões jesuítas em vilas indígenas, obedecendo às determinações régias e ao desejo de se ensaiar também aí o que se executara com o governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Maranhão. Não deixa de ser curioso como, à semelhança do episódio vivido com os sete povos das missões e o conflito com os interesses do Estado nos limites a sul, também no Nordeste se procurara, por motivos distintos, converter a uma nova administração tão ambicionados agrupamentos populacionais.

O interesse no controle de tais povoações não se cinge, como veremos, a uma mera aplicação do *Directório*, nem responde unicamente ao desejo de despojar os jesuítas da administração temporal e espiritual daquelas gentes. Veja-se o caso dos índios da serra da Ibiapaba, cujos índios chegaram a ser alvo de disputa jurisdicional por parte do governador do Piauí, João Pereira Caldas, pelas suas reconhecidas capacidades bélicas, particularmente desejadas no combate contra grupos ameríndios de filiação étnico-linguística Jê, manutenção de fronteiras internas e fixação das populações brancas no sertão.

5.2. Assistencialismo do clero regular no governo de Pernambuco

“De um lado, uma civilização e uma cultura que se vêem e entendem como naturalmente universais, convencidas da sua origem e genealogia divinas; do outro, uma nova humanidade de que ainda se não conhecia a língua e cujos códigos eram rejeitados quando se julgava adivinhá-los ou conhecê-los.”

Eduardo Lourenço, “Prefácio”, in VIEIRA, P.^o António, *A Missão de Ibiapaba*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 9.

A presença missionária no Nordeste brasileiro fez-se sentir logo a partir dos primeiros momentos da colonização portuguesa. As várias congregações e ordens que ali se estabeleceram foram incumbidas de contribuir com a devida assistência espiritual aos colonos ali estabelecidos, assim como de expandir a fé católica com os povos que se vinham dando a conhecer, condição *sine qua non* para o seu estabelecimento.

Ainda que tenham sido os franciscanos a chegar logo nas primeiras viagens, somente em 1585 se instalariam, com a criação da primeira custódia no Convento de São Francisco, em Olinda, custódia essa que viria a ser elevada a província autónoma em 1657: a província de Santo António do Brasil¹¹⁴. Os capuchinhos empreenderam, a partir da segunda metade do século XVII, uma série de missões no interior e fundaram hospitais em Olinda e no Recife. Também os carmelitas aqui se fixaram, datando o seu primeiro convento nesta capitania de 1584. A sua acção estendeu-se igualmente ao campo das letras, criando um colégio em Olinda, onde se ministrava Teologia e Humanidades em 1596. Saliente-se igualmente a presença da ordem de São Bento, estabelecidos num convento em Olinda a partir de 1592.

Para além da exiguidade das fontes documentais, a própria permanência dos franciscanos no Brasil ao longo do século XVI pauta-se por uma grande irregularidade, sobretudo entre 1500 e 1584, em cuja fase se assiste a tentativas de estabelecimento nomeadamente em Paraíba e Pernambuco, ainda de um modo pouco organizado. A sua acção tem permanecido, talvez por isso mesmo, pouco estudada no que se refere ao plano educativo, sobretudo se nos reportarmos às técnicas de ensino das primeiras letras, questão que merecerá aqui particular atenção. Um facto que por vezes gera alguma perplexidade é o da existência de diversos ramos no seio desta ordem religiosa,

¹¹⁴ Marcus Carvalho, “Pernambuco, Capitania de”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 630.

gerando, conseqüentemente, alguma imprecisão numa necessária distinção de Capuchos (frades portugueses, correspondentes aos Observantes Reformados, Recoletos e Descalços) e Capuchinhos (pertencentes ao ramo dos frades franceses e italianos). Além disso, e no que concerne ao Brasil, encontramos ainda diferentes grupos de missionários, uns pertencentes à Província de Santo António de Portugal, outros à da Imaculada Conceição do Brasil, para além da especificidade das missões e comissariados do Grão-Pará e Maranhão.

De acordo com Maria Adelina Amorim, a acção dos Franciscanos no Brasil deverá ser considerada em quatro grandes períodos:

“o primeiro, que decorre desde a celebração da primeira missa por Frei Henrique de Coimbra, aos 24 de Abril de 1500, à fundação da Custódia¹¹⁵ de Santo António do Brasil em 1584; o segundo período abrange a vigência da custódia dependente da Província de Santo António de Portugal, a sua passagem a província autónoma, em 1657, sob o título de Província de Santo António do Brasil, e ao seu desmembramento em dois ramos independentes, em 1675, com a emergência da Província da Imaculada Conceição do Brasil; a terceira fase é a da independência da nação brasileira, em 1822, com o declínio da actividade missionária, até à restauração das duas províncias franciscanas em 1901.”¹¹⁶

O primeiro grupo a aportar no Brasil, como assinalámos, acabaria por não se fixar neste território, prosseguindo a sua viagem para a Índia, tal como havia sido previamente estipulado. Contudo, volvidos cerca de quinze anos, c. 1516, D. Manuel I envia alguns religiosos desta ordem para Porto Seguro, a fim de desenvolverem o seu trabalho missionário junto dos «Tupiniquins». Dois anos depois, estes frades menores viriam a ser mortos por índios¹¹⁷. Seguem-se outras referências a uma permanência pontual e pouco significativa: em 1534, enquanto capelães na frota de Martim Afonso de Sousa; em 1537, em Santa Catarina, criando um núcleo cristão junto dos Carijós; em Pernambuco em 1577, encarregues de uma igreja e de um hospício...; só para citar algumas datas.

O ano de 1584 constituiria um ponto de viragem nos destinos dos Frades Menores no Brasil: é, efectivamente, nesse ano, mais precisamente a 13 de Março, que é constituída a Custódia de Santo António do Brasil. Foi preciso esperar por 1657 para

¹¹⁵ Entenda-se este termo ao nível da circunscrição de vários conventos no seio de uma determinada Província.

¹¹⁶ AMORIM, Maria Adelina, *Missão e cultura dos franciscanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII): ao serviço de Deus, de Sua Majestade e bem das almas*, [diss. Mestrado em História], vol. 1, Lisboa, Univ. de Lisboa, 1997, p. 56.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 57.

que esta alcançasse a autonomia face à Província Portuguesa, por Bula do Padre Alexandre VII, como recorda Frei Apolinário da Conceição¹¹⁸. Instalando-se, de início em Olinda, Pernambuco, aí fundaram o primeiro de vários conventos dispersos um pouco por todo este território ultramarino.

No caso da Paraíba, os primeiros franciscanos acompanhavam Frutuoso Barbosa, o qual chegara à barra de Pernambuco em 1579, como de resto descreve Frei Vicente do Salvador na sua *História do Brasil*. Curiosa é a justificação do nome atribuído à capital desta capitania. Com efeito, Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade e do convento de Olinda, “era a protectora onomástica do primeiro sacerdote franciscano brasileiro – Frei Bernardino das Neves”, filho de um dos fundadores daquela cidade, João Tavares¹¹⁹. O convento da Paraíba viria a ser criado em 1589, existindo vontade política na catequese dos Potiguaras naquela capitania, nomeadamente por parte do Cardeal Alberto, Arquiduque da Áustria e sobrinho de Filipe II, encarregado de governar o Reino de Portugal¹²⁰.

No tocante às missões propriamente ditas da Ordem de S. Francisco no Nordeste, saliente-se, para a primeira fase missionária (de 1585 a 1619), o seu empenho, inclusivamente por parte do Custódio de Olinda, na evangelização das aldeias da capitania da Paraíba, e do primeiro guardião do Convento de Santo António, Frei António do Campo Maior, na doutrinação dos índios naquelas partes, tendo-se construído para o efeito várias escolas primárias, segundo no-lo aponta Glauce Burity. Até 1619, data em que os frades abandonaram as missões, “além de ajudarem na construção de fortes, preocuparam-se em pacificar e aldear as tribos indígenas rebeldes e anunciara nova doutrina de Cristo”¹²¹. Nisto, como veremos, nada parece distinguir a sua intervenção missionária comparativamente com a levada a cabo pelos jesuítas, não deixando de o seu método se achar condicionado pelo projecto colonizador, como destaca Burity.

¹¹⁸ CONCEIÇÃO, Fr. Apolinário, *Primazia Seráfica na Região da América*, Lisboa, Off. de António de Sousa da Silva, 1733, p. 23.

¹¹⁹ BURITY, Glauce, *A Presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo António*, [diss. Mestrado em História], Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1988, p. 26.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 27.

¹²¹ Idem, *ibidem*, p. 32. A autora remete-nos ainda para ILHA, Frei Manuel da, *Narrativa da custódia de Santo António do Brasil 1584/1621*, Petrópolis, Vozes, 1975, pp. 116 e 120.

Em 1589 ficavam encarregues da tutela das aldeias da Paraíba de Almagra e Praia (enseada de Tambaú), Guiragibe ou Assento do Pássaro (a cerca de 23 léguas da cidade), Joanne e Mangue (a sul de Filipeia), orientando-se a sua actividade catequética por privilegiar primeiramente as crianças indígenas como estratégia para mais facilmente chegar aos adultos. Pela descrição que nos lega Jaboatão, os próprios índios manifestavam o desejo de entregar os seus filhos, “«pedindo lhos ensinassem, e castigassem, como fazião aos filhos dos brancos”.

“«Continuou-se neste exercicio dous annos (1593), não se fazendo força, mais que aos moços, fazendo doutrina publica pela manhã, (dita primeira Missa muito cedo) e à noite. Affeição-se tanto os filhos aos Frades, que em nenhuma maneira se apartavão delles, e tanto, que quando, em razão de doutrinarem as outras Aldêas distantes, os Religiosos se abalavão da caça, que tinham em as fronteiras, todos se hião após elles; e juntamente com isto incitavão aos Pays, até que os obrigavão a juntamente com elles irem à doutrina, em forma que em menos de seis mezes, não ficava velho, homem, ou mulher, que todos os dias não fossem à doutrina»”¹²².

Volvidos quatro anos, juntaram-se àquelas cinco as aldeias de Piragibe ou Braço de Peixe – que fora dos jesuítas – Ipopoca ou Assunção (actual Alhandra), Jococa ou Conceição (actual Conde), Santo Agostinho, entre outras, “cujos nomes são ignorados, fundadas em 1603”, sendo a principal de todas elas a de Jacoca¹²³. A criação e estabelecimento de tais povoados dependia, por seu turno, da segurança dos moradores e localização das suas fazendas e engenhos, razões que justificaram, ao longo dos tempos, a mudança, divisão e até fusão das aldeias.

À semelhança dos jesuítas, também os franciscanos sofreram as consequências da invasão holandesa. Na Paraíba, dominada de 1634 a 1655, viram o seu convento ser “fortificado para servir de asylo ou refugio aos mercadores neerlandezes em occaziões de necessidade”¹²⁴, convertido em quartel-general e residência do Governador das Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte, o Conselheiro político Servaes Carpentier.

Quanto ao religiosos da ordem de S. Bento, é por altura do reinado D. João III que se dá a restauração da vida monástica em Portugal da Ordem de S. Bento, tendo

¹²² JABOATÃO, António de Santa Maria, OFM, *Novo Orbe Serafico brasileiro ou chronica dos frades menores da provincia do Brasil*, vol. 2, Rio de Janeiro, Typ. Braziliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, p. 58. Apud BURITY, Glaucé, *op. cit.*, p. 33.

¹²³ Idem, *ibidem*.

¹²⁴ A capital da Paraíba passa a denominar-se Frederica, em homenagem a Frederico, príncipe de Orange. Elias Herckman, “Descrição Geral da Capitania da Parahyba” [1639], in *Almanack do Estado da Parahyba*, n.º 9, Parahyba, 1911, p. 88; apud BURITY, Glaucé, *op. cit.*, p. 42.

existido um envolvimento particular deste monarca¹²⁵. Contudo, apesar de «os filhos de S. Bento» se terem revelado “«os missionários da Europa e os criadores da civilização moderna pela ação e influência junto aos povos bárbaros que venceram o Império e foram vencidos pela civilização latina e cristã»”¹²⁶, o que é certo é que não manifestaram grande investimento nas actividades missionárias no Brasil. Tal não significa, porém, que não houvesse interesse, como o comprovam alguns documentos de finais de quinhentos; porém, talvez aí apenas se manifeste um discurso que procura ser conforme aos interesses da Coroa e da época, do que propriamente a certeza de um projecto que seria colocado em prática. Mas existirá outra explicação: por esta altura, a Ordem de S. Bento, assim como as ordens monásticas no geral, atravessava um período de decadência – daí a urgência das reformas. Estaria, ainda, “longe do seu fervor primitivo”¹²⁷, contrariamente ao vigor demonstrado pela Companhia de Jesus, recém-instituída. É já por volta de 1575 que se sente um ponto de viragem na Ordem em Portugal, por influência de dois padres reformadores, Fr. Pedro de Chaves e Fr. Plácido de Vilalobos, responsáveis por reconduzir os monges beneditinos portugueses “à obediência regular e fazendo renascer entre eles o fervor primitivo”¹²⁸.

A primeira missão com carácter permanente da Ordem de S. Bento no Brasil data apenas de 1581, por indicação do Abade Geral da Congregação de Portugal. Ter-se-iam, no entanto, registado outras missões anteriormente, se bem que a título particular e temporário, “sobretudo de pregação evangélica”¹²⁹, como no-lo aponta Luna. Foi, inclusivamente, graças à acção de Fr. Pedro de S. Bento Ferraz, que viera de Ilhéus para Portugal de modo a aí prosseguir estudos, acabando por ingressar na Ordem, pois foi precisamente graças a ele, dotado da missão de averiguar a situação em

¹²⁵ É ele, com efeito, quem chama um português, Fr. António de Sá, que antes mesmo de tomar o hábito, estivera ao serviço de D. Manuel na qualidade de desembargador. Recorde-se que fora este mesmo monarca que estimulara a vinda daqueles que viriam a constituir o grupo fundador da Companhia de Jesus. Estava, pois, particularmente interessado no desempenho que teriam as diversas ordens religiosas dispostas a participar na empresa ultramarina. Mandando-o vir do Mosteiro de Montserrat (Espanha), este viera acompanhado de Fr. João Chanones, um francês que, nesse mesmo mosteiro, fora “pai e mestre espiritual de St.º Inácio de Loiola”. ENDRES, D. José Lohr, OSB, *A Ordem de São Bento no Brasil quando Província (1582-1827)*, Salvador, Ed. Beneditina, [s.d.], p. 27.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 33.

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

¹²⁸ Idem, *ibidem*.

¹²⁹ LUNA, D. Joaquim G. de, O.S.B., *Os Monges Beneditinos no Brasil – esboço histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Christi, 1947, p. 17.

Salvador em 1579, que a Ordem se resolveu a fundar o primeiro mosteiro no Brasil. O primeiro grupo dos religiosos da Ordem de S. Bento, chefiado por Fr. António Ventura do Laterão, tinha por missão construir um mosteiro na Bahia, atendendo assim à vontade manifestada pelos seus habitantes, como no-lo comprovam as Atas do 4º Capítulo Geral de 1581:

“«Proposse em cap.º pello nosso muy Rvdo p. geral como de muytas p.as das partes do Brasil era importunado per suas cartas lhes mandasse da nossa Congregação algús religiosos que podessem laa entender na conversão da gentilidade, e ordenar mostr.^{os} por serem muy devotos do nosso glorioso p. S. Bento e aceitarem quasi todos a yrmidade da dita ordem; o q’ pareceo muyto bem a dita Congregação. E definirão e ordenarão que achando-se hua p.^a de qualidade, vida, costumes e letras se mandasse (querendo yr) com algús religiosos de bõ exemplo. E não se achando logo desta man.ra o remetião ao nosso Rdo. p. geral p.ra que elle achando p.as que tevessem as partes sobreditas as mandasse querendo elles yr»”¹³⁰.

Aí erigiram um mosteiro, gozando do apoio do Bispo, do governador e do Senado da Câmara.

Nota ainda Endres que os Capítulos não visavam impor ou obrigar ninguém a partir para esta missão, ainda que se note alguma persistência. De acordo com Lins, as Constituições (1590) recomendam que “houvesse um estímulo para que os religiosos fossem para lá”¹³¹. Mas já antes, no segundo Capítulo Geral da Congregação, datado de 1575, se definira em Tibães que a Ordem “se expandiria para a Índia e para o Brasil, quando fosse conveniente ao Rei”¹³². Mais ainda: os monges dos mosteiros beneditinos do Brasil eram na esmagadora maioria originários do Reino, situação que quase não sofreu alterações ao longo dos séculos XVI a XIX¹³³. Quanto à sua chegada ao Rio de Janeiro e a Olinda, existe alguma controvérsia quanto às datas. Luna, por seu turno, dá notícia da sua eventual chegada ao Rio em 1586, a Olinda em 1590/92. Há notícia ainda do envio de dois monges em 1589 para o Espírito Santo. Contudo, esta missão não vingou, e os religiosos tiveram mesmo de abandonar o mosteiro que entretanto haviam começado a construir, por via da falta tanto de recursos humanos, como de recursos

¹³⁰ Bezerro, Actas, 1581, fl. 60; apud ENDRES, D. José Lohr, *op. cit.*, pp. 40-41.

¹³¹ LINS, Eugênio de Ávila, *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil – século XVI a XIX*, vol. 1, [tese de Doutoramento em Arquitectura], Porto, FLUP- Dep. de Ciências e Técnicas do Património, 2002, p. 165.

¹³² cf. AMS (Arquivo do Mosteiro de Singeverga), Bezerro 1. LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 173.

¹³³ cf. Quadro relativo à origem dos Beneditinos do Brasil in Justino Pereira de Magalhães, “Origens e formação cultural e educacional dos beneditinos do Brasil no período colonial”, in *Revista Portuguesa de Educação*, 1996, 9 (1), p. 113.

financeiros, “em vista da pobreza da terra”¹³⁴, tendo-se registado nova tentativa de restabelecimento em 1674, aquando do governo do Abade Geral Fr. Cipriano de Mendonça. Melhor sorte tiveram noutras regiões: em 1596 instalam-se na Paraíba do Norte, e dois anos depois em São Paulo.

O ano de 1596 ganha ainda particular significado para o estabelecimento da Ordem de S. Bento no Brasil, uma vez que os mosteiros brasileiros passam a incorporar uma Província autónoma, com sede no mosteiro da Bahia, o primeiro a ser fundado no Brasil, além de se encontrar na então sede do governo geral¹³⁵. No entanto, permanecia dependente da Congregação beneditina de Portugal, vindo a alcançar somente em 1827 a bula da Santa Sé que permitiu a sua elevação a Congregação. Até 1596, o que sucedia era que os mosteiros brasileiros se encontravam dependentes da Província Portuguesa, com estreitos laços face a mosteiros portugueses, como o de Tibães. É também por esta altura que são elevados a abadia os mosteiros do Rio e de Olinda, ao passo que o de Salvador se apresenta como cabeça da Província recém-criada. Já no século XVII, são elevados a abadia outros dois mosteiros, o de Paraíba e o de São Paulo, respectivamente em 1607 e em 1635. É neste quadro, numa altura em que a ordem projectava já outras fundações, que se dá a invasão holandesa, tendo como consequência directa o saque e destruição sobretudo a norte, em Olinda e Paraíba. Melhor sorte tiveram os estabelecimentos do sul, assistindo-se, já em pleno período da Restauração, à fundação em Santos (1650), Sorocaba (1660) e Jundiá (1668). No século XVIII, período de ouro dos beneditinos no Brasil, existiam sete abadias e quatro residências neste território.

É ainda na parte concernente às actividades externas – por oposição às internas, voltadas para a vida monástica e a contemplação – que se menciona, enquanto «vida de apostolado», a educação da juventude e a catequese de índios por parte dos monges dos mosteiros do Brasil. Ainda assim, poucos são os testemunhos que chegaram até nós dessa acção missionária, assumindo os próprios beneditinos que não era essa uma prerrogativa da Ordem no Brasil em séculos tão recuados – não a reconhecendo como sua missão, remetendo semelhante actuação para os jesuítas. Posição bem distinta é a de Eugênio Lins, que assegura mesmo que “a expansão da Ordem beneditina para o além-

¹³⁴ LUNA, D. Joaquim G. de, *op. cit.*, p. 18.

¹³⁵ A este efeito convirá consultar as *Constituições e diffinicoens da Ordem de São Bento pera á Provinça do Brazil*. 23.06.1623, Mosteiro da Bahia, documento existente no Arquivo do Mosteiro de São Bento da Vitória do Porto.

mar tinha como um dos principais objectivos a doutrinação da população nativa”¹³⁶. cremos ser uma leitura algo arrojada, muito embora o autor admita que a dimensão não é comparável à que foi promovida tanto por franciscanos como por jesuítas.

O que é certo, contudo, é que ela existiu, tendo também os beneditinos praticado o aldeamento de índios. Aliás, se recuarmos aos primeiros tempos da sua permanência, verificamos que, chegados a Salvador, se instalam na capela de São Sebastião, nas cercanias de vários povoados indígenas, algumas das quais com a intervenção missionária de jesuítas, como era o caso da Aldeia de São Sebastião, cuja localização foi mudada em 1558 para a Aldeia de Santiago. Mas também assim o atesta a *Chronica do Mosteiro de N.ª S.ª do Mont-Serrat da Parahyba do Norte*, da qual Luna dá testemunho:

“Os monges da Paraíba gozavam de - «grande aceitação e estima pela prontidão com que acudiam e socorriam corporal e espiritualmente aos pobres enfermos, e pelos serviços que continuavam a prestar aos índios, a cuja civilização e direção se haviam dedicado desde que chegaram à Paraíba criando na Jacoca e Utinga duas aldeias para melhor os doutrinarem»”¹³⁷.

Não é por acaso que nos surge esta referência. Lins refere que já D. Henrique demonstrara vontade de colonizar a Paraíba, tendo para tal determinado o envio de Carmelitas para essa região, os quais chegaram em Janeiro de 1580. Contudo, a sua presença acabou por se efectivar antes em Olinda, devido a «questões adversas», não especificadas pelo autor¹³⁸. Existe menção ao que seria o futuro estabelecimento da Ordem de S. Bento por estas paragens, por volta de 1596: “«Ordenamos que [...] avendo de se fazer casa em Paraíba seja Priorato do Mosteiro de São João de Pernambuco em quanto não tiver de sinco Religiosos para cima.»”¹³⁹

É precisamente em finais de quinhentos, logo após a instituição da Província do Brasil, que é criada uma casa na Paraíba. Mas não se ficaram por aqui: dispunham-se a avançar pelo Maranhão, “«que era a terra capaz de nella se fazer muito serviço a Deos»”, devendo-se antes avaliar com justeza

“«se seria ajustado mandar la Monges ajudar a conversão de tanto gentio; e se a terra tivesse capacidade, fundar la mosteiro, para com mais facilidade se frequentarem as Missões. Assentio a Congregação a esta obra de tanta caridade; porem como não a achei

¹³⁶ LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 191.

¹³⁷ CASTRO, Joaquim José da Silva, *Chronica do Mosteiro de N.ª S.ª do Mont-Serrat da Parahyba do Norte*, s.l., s. ed., s.d.; apud LUNA, D. Joaquim G. de, *op. cit.*, p. 74.

¹³⁸ LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 130.

¹³⁹ AMS (Arquivo do Mosteiro de Singeverga), Bezerro 1, f. 166; apud LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 173.

em execução, entendo, el Rei não concederia a licença para a passagem dos Monges, sem a qual não podião fazer a viagem»¹⁴⁰.

Verificam-se ainda outros testemunhos da acção missionária beneditina junto de sociedades ameríndias, de entre os quais colhemos preciosas informações inclusivamente quanto à educação que veiculavam. A primeira referência que se conhece data de 1596, estando patente na Junta celebrada no Mosteiro de Pombeiro:

“«Mandamos aos Perlados [sic] que são ou forem nas partes do Brasil trabalhem com toda a diligencia que em todas as casas aja hum Monge, ou mais se poder ser, que saiba a lingoa da terra, para poder confessar e doutrinar a gente della, pello muito fruto spiritual que disso se espera pera que aja nas ditas partes por esse ser nosso principal intento de salvar as almas dos taes, o que o Padre Abbade Provincial tera particular cuidado de zellar em sua visitação»¹⁴¹.

Na verdade, o que é dito é que, como seria de esperar, a salvação do próximo, mesmo sendo gentio, é o seu fim último, sendo necessário recordar a quem lá estivesse ou para lá fosse enviado. Contudo, tais missões não terão tido a expressão desejada, nomeadamente por não ter existido uma actuação uniforme e sistemática. Quanto à sua localização geográfica, o destaque vai para a Paraíba, embora Pernambuco também tenha sido palco de missões beneditinas indígenas, ainda que em menor escala. Na região sudoeste, Rio de Janeiro e São Paulo, destaca-se a existência de uma relação diferenciada com os índios, tanto no século XVII como no XVIII.

Quanto ao exercício da actividade missionária propriamente dita, aponta-se como primeira menção um documento de 1600, relativamente ao pagamento do Padre Fr. Anastácio, para assim dar conta das necessidades do mosteiro, bem como do provimento dos monges:

“Conforme ao meu depaço [sic] que estava ao phé da petisão do dito padre e auto e asento que se tomou com e os officiais da Camara e povo por a obrigação [sic] pera o serviço de Deos e de sua Magestade. E bem e aaumento desta capitania e da doutrina e cristandade dos gentios das aldeias dela e pellas cauzas contendas no dito acto se asentou que sim lhe fose dado a cada Padre da dita Ordem que aqui rezide ate coatro e vinte mil reis cada hum ate e a camara e mais officiais da fazenda avizamos a sua Magestade pera hi dito os mandar o que lhe pareser seu serviço e com o treslado da petisão do dito padre e auto do asento que niso tomou à camara e povo e seu petitorio e meu despacho com hos officiais da Fazenda do dito Senhor [...] Felepea de Nossa Senhora das Neves capital da paraiba sob meu sinal aos treze dias do mês de março Antonio da Costa almeida Escrivão da Fazenda do sito Senhor nesta capitania o fez de mil e seissentos annos.»¹⁴²

¹⁴⁰ *Chronica do antigo, real, e Palatino Mosteiro de São Martinho de Tibães desde a sua 1ª fundação até o presente*, por Fr. Marcelino da Ascensão, BNL, cód. 11416, p. 404; apud idem, *ibidem*, p. 174.

¹⁴¹ AMS (Arquivo do Mosteiro de Singeverga), Bezerra 1, f. 167 apud idem, *ibidem*, p. 192.

¹⁴² AHU, Br/Pb, Caixa 01, doc. n.º 02, f. 01; LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 192.

De Pernambuco, encontra Lins no Arquivo Distrital de Braga uma primeira referência na década de sessenta do século XVII, a propósito da angariação de mão-de-obra indígena da Aldeia do Camarão “para desentulharem o dormitório do Mosteiro de Olinda, que se encontrava em ruínas, após a expulsão dos holandeses”¹⁴³. É igualmente deste período a primeira notícia conhecida por este autor quanto à presença beneditina na região Sudoeste, a propósito da fundação do Mosteiro de Sorocaba. Surge bastante evidenciado o recurso aos índios para trabalhar em tarefas domésticas, “«pera serviço da dita Igreja [de N.^a S.^a da Ponte], e pera o serviço da sachristia, lhe dava mais hum moço Gentio da terra, e hum moça pera cozinha»”¹⁴⁴. Nota ainda o autor uma denúncia ao Rei datada de 1696, de autoria do administrador dos índios da aldeia do Jococa, Fr. Isidoro, isto porque as terras que haviam sido concedidas aos índios estavam a ser tomadas por «brancos».

No cuidado prestado junto dos ameríndios, o seu trabalho apostólico foi mais acentuado nas fazendas da Ordem, situadas nas proximidades dos povoados indígenas. Na direcção dessas fazendas encontrava-se entre 1-2 sacerdotes. Contudo, defende Lins existir um tratamento variável consoante se estivesse no nordeste ou no sudoeste, sendo que nesta última, por vias de uma economia mais pobre, sem recursos que pudessem dinamizar um mercado escravagista com África, se fazia necessário recorrer ao cativo de índios, ainda que tal contrariasse as disposições régias. Daí, por exemplo, se dar conta do seu recurso nas fazendas anexas ao Mosteiro do Rio de Janeiro, obrigando, obviamente, a que o Rei se impusesse ao tomar disso conhecimento:

“«Governador, e Capitão Geral do Rio de Janeiro. Por ser informado que os Rellegiozos de são Bento tem muytos Indios nas suas fazendas afastados daquelle parte em que possão ter o parto espiritual uzando delles como captivos // e contra aquella boa forma tam recomendada nas Provizões, Regimento, e minhas Leys, a favor da liberdade. Me pareceo ordenar vos por esta que logo os facais tirar dos dittos citios, lugares, e fazendas onde estão, ouvindo ao Procurador dos Indios para o seu comodo, e para onde se devem aldear em que possão fazer as suas lavours destribuindosse lhe terras para tratarem do seu sustento. Escrita em Lisboa a 18 de Junho de 1706 = Rey =>”¹⁴⁵.

¹⁴³ ADB-CSB, cód. 138. Para alusão à presença de nova vaga na aldeia de Jococa, c. de 1679, cf. ADB-CSB, cód. 37, f. 58. apud LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 193.

¹⁴⁴ Biblioteca Pública Municipal do Porto – BPMP-MS n.º 370, f. 56. Prova ainda a convivência dos beneditinos com os «certanistas», pelas *Notícias do Mosteiro de Sorocaba*, enviadas à Academia Real de História Portuguesa em 1734: “«[...] no anno de 1668 pello que se infere da era que se acha na sepultura dos ossos do Padre Frey Mauro da Trindade Vieyra, foi este Monge ao certão em companhia dos certanistas que costumavão hir todos os annos ao Gentio, ver se podia em boa paz adquerir pera o Gremio da Igreja, e a administração deste Hospicio algum Gentio pera trazer [...]»”. (BPMP-MS n.º 370, f. 58v) apud LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 194.

¹⁴⁵ AHU-CU, cód. 224, f. 136. LINS, Eugênio de Ávila, *op. cit.*, p. 195.

Ora, tal testemunho parece contrariar o que Luna afirma quanto à actividade missionária junto dos índios nas fazendas da Ordem... Ver-se-ia o índio cativo ou escravo impedido de uma formação espiritual? Já nem falamos da instrução das primeiras letras, pois, dedicando-se à lavoura, não haveria por aí necessidade de as aprenderem e exercitarem na sua vida activa.

Apesar de tudo, a carência de missionários era grande. De tal ordem que o Ouvidor-geral de São Paulo, Sebastião Fernandes Correia, em certidão ao rei de 30 de Janeiro de 1696, destaca o

“«desamparo em que encontrara as aldeias de São Paulo, tanto no govêrno espiritual como no temporal, e que os religiosos da Ordem de São Bento, por piedade católica lhes administravam os sacramentos»”¹⁴⁶.

Porém, como muito bem destaca Justino de Magalhães, existia sobretudo “uma preocupação expansionista”, como o revelam os Estados dos Mosteiros da primeira metade de setecentos, “sob uma lógica economicista e racionalmente organizada, onde o elemento escrito é um meio fundamental”¹⁴⁷.

No ano de 1749, o território administrativo de Pernambuco contava com uma série de casas de religiosos¹⁴⁸: o Convento de N.^a Sr.^a do Carmo em Olinda com 30 religiosos, entre os quais uns tantos ao serviço das missões; o Convento e N.^a Sr.^a do Carmo da Observância de Nazaré no Cabo de S. Agostinho com 9 religiosos conventuais; o Hospício do Carmo da Observância da Vila de Alagoas com dois religiosos conventuais; dois conventos (um no Recife¹⁴⁹, com 47 religiosos, e outro em Goiana, com 35) e quatro hospícios (em N.^a Sr.^a da Piedade, em Guadalupe - freguesia de Camaragibe - no lugar do Castelo e na Sr.^a da Luz, com um total de 9 religiosos) do Carmo da Reforma; o Convento de Carmelitas Descalços ou Terésios em Olinda, com 17 religiosos, incluindo os que se achavam nas aldeias e índios; o Mosteiro de S. Bento em Olinda, onde residiam 21 religiosos conventuais; o Convento Oratoriano de N.^a Sr.^a

¹⁴⁶ TAUNAY, Affonso de, *História Antiga da Abbadia de S. Paulo (1598-1772)*, São Paulo, s. ed. [?], 1927, pp. 245-247; apud LUNA, D. Joaquim G. de, *op. cit.*, p. 81.

¹⁴⁷ Justino Pereira de Magalhães, “Origens e formação cultural e educacional dos beneditinos do Brasil no período colonial”, in *Revista Portuguesa de Educação*, 1996, 9 (1), pp. 110.

¹⁴⁸ “Relação de todos os Conventos e Hospícios, que há dentro do districto d’este Governo de Pernambuco com o numero de Religiozos e rendas, que tem cada um” [Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749], in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 28, Rio de Janeiro, Off. das Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908, pp. 413-418.

¹⁴⁹ Fundado por concessão de D. Pedro II, por Alvará de 24 de Março e 1687.

da Madre de Deus na Vila do Recife com 52 religiosos, entre os quais se achavam alguns missionários.

Neste mesmo período, a Companhia de Jesus contava com o Colégio de Olinda, com 47 religiosos, incluindo os que prestavam assistência nas missões; o Colégio do Recife, com 22 religiosos; o Hospício do Ceará, com ao menos 7 religiosos. De acordo com o catálogo de 1745, também a Casa da Paraíba contava com a presença de religiosos, em número de 5¹⁵⁰.

Seriam, efectivamente, os Franciscanos a contar com maior número de fundações (para além das missões, como vimos anteriormente), num total de 7 conventos: o Convento de N.^a Sr.^a das Neves em Olinda com 38 religiosos, incluindo os que se achavam nas missões; o Convento de St. António do Recife com 40 religiosos, também contando com missionários; o Convento de St. António da Vila de Igarasú, com 23 religiosos; o Convento de St. António de Ipuja, com um total de 19 franciscanos; o Convento de S. Francisco de Serinhaem com 18; o Convento de St.^a Maria Madalena na Vila de Alagoas, contando com 20 frades; e por fim o Convento de St.^a Maria dos Anjos na Vila do Penedo no Rio de S. Francisco – certamente um ponto de apoio estratégico face às diversas missões existentes nas ilhas daquele curso fluvial – com 20 religiosos. Quanto aos Capuchinhos Italianos, dá-se apenas conta do Hospício de N.^a Sr.^a da Penha de França que se encontrava na Vila do Recife com apenas 9 religiosos, abrangendo já os que se achavam pelas aldeias missionadas.

Como se pode observar, apenas algumas instituições estavam directamente ligadas à prática missionária: o colégio jesuíta de Olinda; o convento carmelita de Olinda; o convento de carmelitas descalços também em Olinda; o convento oratoriano do Recife; o convento franciscano de Olinda; o convento franciscano do Recife; o hospício de capuchinhos italianos do Recife. Embora não se declare aqui, também o hospício jesuíta do Ceará e (estamos em crer) o convento franciscano na Vila do Penedo¹⁵¹ contariam com alguns missionários.

Retomando a questão da presença jesuíta, é ela que se consolida ainda antes destas ordens religiosas. Aportando aqui em 1551 sob direcção do P.^e Manuel da Nóbrega, abrem o seu colégio em 1572 e desenvolvem as suas missões junto dos índios.

¹⁵⁰ Bras. 6, fl. 375f.

¹⁵¹ De acordo com o constante na relação as aldeias para o ano de 1760-61, as diversas missões nas ilhas do S. Francisco era de «barbónios», i.e., frades capuchinhos.

Ao longo do século XVI, seguem rumo ao Brasil 25 expedições missionárias, contando com um total de cerca de 217 jesuítas, na esmagadora maioria dos casos entrando pela Bahia (cf. anexo 5). Excluem-se destes números aqueles que para ali viajaram com a família ainda na infância, como os já ali nascidos, vindo mais tarde a incorporar a Companhia de Jesus. Há ainda circunstâncias em que não se dá uma indicação muito precisa quanto ao número concreto dos religiosos que embarcaram e ainda casos em que um mesmo missionário viaja mais do que uma vez.

Ao longo dos séculos XVI a XVIII, Pernambuco tivera sob sua administração ao menos cerca de 20 aldeamentos missionados pela Companhia de Jesus com carácter relativamente fixo. Nos séculos XVI e sobretudo XVII abrange ainda a “Missio in Pago Ceara” (1692 e 1694), a “Missão de Jucumã e Paragoay” (1589), a Missão do Rio Grande (1601, 1607 e 1615), a Missão do Rio Maranhão (1607, 1615 e 1619) e até a Residência do Maranhão (1631, 1641, 1654 e 1663), esta última ganhando progressivamente mais força mesmo em tempo de invasão holandesa, numa estratégia de recuperação do labor catequético e missionário no Nordeste enquanto não se viabilizava a reedificação do colégio de Olinda, entretanto arrasado.

Após o período da Restauração e vencido o invasor holandês, entra-se num período de relativa paz no Brasil, reunindo-se as condições ideais para se fortalecer o desenvolvimento das actividades económicas, para se potenciar o florescimento demográfico em áreas mais recônditas para se implementar uma política de miscigenação indígena. Um dos maiores obstáculos a toda esta empresa estava na resistência de certos grupos de ameríndios, contra os quais, a pedido dos governantes, se moveram bandeiras. Começa-se, enfim, a conquista do nordeste sertanejo, na mesma época em que se destrói o quilombo dos Palmares, assim como em que eclode a denominada Guerra dos Bárbaros. Chamamos a atenção para esta última, na medida em que movida, segundo alguns autores, contra índios considerados, genericamente, como pertencentes aos Kiriri, vai envolver precisamente a acção dos bandeirantes e, conseqüentemente, como medida de pacificação daqueles povos belicosos e garante de uma boa integração ao tecido social de então, a sua integração em aldeamentos missionados. É por esta altura que Frei Martinho de Nantes se estabelece numa dessas missões criadas no rio São Francisco, dando conta, nomeadamente, da hostilidade dos criadores de gado (nomeadamente da Casa da Torre) contra os índios.

É certo, como veremos, que encontramos vários registos das lutas e perseguições contra os «tapuias» ou «índios de corso»: como aconteceu em 1688 na Paraíba nas

cercanias da Ribeira do Açú, no mesmo ano contra os Janduí no Rio Grande do Norte e em 1695 contra os “Janipabussu, da nação Paiacu” na Ribeira do Açú desta mesma capitania. Fora também movida contra os Payakú em finais do século XVII na Paraíba, os quais viriam a ser mais tarde aldeados ainda que sem grande sucesso - como sucedera em 1700 na missão oratoriana de Jenipapu em Pernambuco, por usurpação de terras e cerca de 1704 na missão de Araré, na mesma capitania, denunciados por roubos e mortes. Cerca de 1700, é movida guerra contra os índios Caratiús, Jeós, Caratís e Janduins em Pernambuco, gerando estes últimos alguns artritros entre militares e o Bispo dessa capitania, pelo facto de alguns serem catequizados, não sendo permitida a sua perseguição, muito embora tenham destruído a missão do Padre Filipe Bourel.

Várias tribos de corso no Rio Grande e Jaguaribe estavam na mira das autoridades de Pernambuco no ano de 1707, cerca de 1711 contra os ataques dos Caboré-Açu na Ribeira do Açú (RGN), por volta da mesma altura com os Caboré e Capela nesta mesma capitania, tendo sido reunidos na aldeia do Guajiru. Pouco tempo depois, em 1713, pelo registo do levante dos gentios de Iguará e Parnaíba (Pernambuco), por volta de 1725 e 1736 aos «Genipapuassú» ou Genipapos – da nação Payaku - no Ceará. Cerca de 1728 até para além da década de 70 contra os índios Timbira na vila de Moucha, em Parnágua e Jurumenha e ainda na década de 40 até finais do século contra os índios Guégué e Acoroás, ao longo do rio Tocantins (comarca do Piauí, Estado do Maranhão), contando-se com grandes dificuldades no seu aldeamento e inúmeros ataques de outras tribos na transição para o século XIX (como é o caso dos Pimenteiras), só para citar alguns casos.

Contemplemos, seguidamente, a situação indígena e sua assistência nas capitanias adstritas àquele governo.

5.3. Situação das Aldeias missionadas

5.3.1. Pernambuco

Considerando não apenas o reinado josefino, mas a governação desde o último quartel do século XVII, é possível identificar toda uma série de elementos de particular relevância, tanto na definição dos grupos indígenas em presença, missionados ou por missionar – entenda-se o chamado «gentio de corso» - como no entendimento da problemática das relações entre índios, missionários, autoridades locais (civis e religiosas) e moradores, composição das aldeias sob administração de religiosos e suas implicações no quadro da inclusão social dos índios através da sua instrução na fé católica e nas primeiras letras.

Em consulta dirigida a D. Pedro II em 8 de Janeiro de 1691, alude-se ao prestígio conferido à administração jesuíta em comparação com outras missões junto dos índios, à situação da Aldeia de Jacoca, missionada por um clérigo – e a fama de que estes então gozavam – e ao conjunto de cerca de vinte aldeias então existentes, distribuídas por Pernambuco, que se pensava estarem reduzidas apenas a oito. Também neste documento se refere que as aldeias da Paraíba e Rio Grande do Norte não estavam ainda sob a jurisdição da Companhia, facto que teria mudado precisamente com a acção da Junta das Missões.

“E ordenandose primeiro ao Governador de Pernambuco informasse sobre os pontos que continha respondeo em Carta de 20 de Julho do anno passado, q lhe parecia dizer a V. Mag.^{de} q era muy conveniente, que os administradores das Aldeas fossem os mesmos missionarios, porque mostrava a experiencia, que as dos Religiosos da Companhia, q tinham este privilegio vivião nas suas aldeas com muito socego, e os seos Indios erão os mais bem doutrinados, porq do contrario se seguia, o q o anno passado se exprimentava, no grande cuidado que dera ao Bispo a Aldea de Jacoca por ter hum administrador secular, e estes nunca buscavão o aproveitamento das almas dos Indios, senão as suas proprias conveniencias; Quanto a reduziremse a outto as vinte e tantas aldeas, q tinha Pern.^{co} desde o Rio de S. Francisco athe o Ceará Grande, o julgava presciso [sic], cuja redução V. Mag.^{de} podia emcomendar ao cuidado e arbitrio da Junta das Missões, e darlhe poder e algum regimento porq declare entrão na sua jurisdição as Aldeas da Parahiba, e Rio Grande, porque na Secretaria não se achava papel algum sobre este particular [...]”¹⁵²

¹⁵² Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 8 de Janeiro de 1691. AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1538. ROLO 20, 1f. Este documento refere-se às ordens passadas ao então Bispo de Pernambuco, D. Matias de Figueiredo e Melo, acerca das aldeias dos índios da capitania e governo de Pernambuco.

Poderemos estar aqui perante a justificação da corrente de mudança que veio ganhando força a partir do século XVII: o advento de uma nova lógica de administração dos povoados indígenas surgira por comparação com o modelo usado nas vizinhas possessões espanholas. De resto, é com D. Pedro II que se observa uma pluriferação de leis em torno da defesa da liberdade dos índios do Brasil, bem como da sua integração no tecido social, sendo para isso fundamental o uso da língua portuguesa.

“Dandose vista ao Procurador da Coroa respondeo, que a rezão politica não pedia, que a administração das Aldeas, principalm.^{te} todas fossem dos Ecclesiasticos, e com effeito o não erão as de Indias de Castella, mas antes se compunhão dos rendimentos dellas as grandes commendas, com que El Rey satisfazia a grandes serviços; Porem sobre os Commendadores carregavão varias obrigaçoens, e principalmente a de darem a sua custa todos os meynos p.^a os Indios serem instruhidos na doutrina christã e não lhe faltarem os Sacramentos da Igreja [sic] como tambem a de os defenderem de todas as injurias, oppressoens, e violencias, p.^a viverem catholicamente em paz, sobre o que havia naquellas partes mulltiplicadas leys e sedulas dos Reis Catholicos. E nada disto se provera athegora sobre as Aldeas do Brasil, e não sabia dizer se pello estado dellas, e dos moradores poderia isto ter algum remedio, so sabia q era muyto difficultozo, e como assim fosse, era presciso, que a ditta rezão politica cedesse a rezão e obrigação catholica. E assim fossem muito embora os ecclesiasticos missionarios administradores, mas com clausula a beneplacito de V. Mag.^{de}, e dos s.^{res} Reys seos successores, e no mais como parecia ao Governador.”¹⁵³

Solicita-se, em seguida, ao Rei que Pernambuco observasse o mesmo sistema aplicado já na Bahia:

“Ao Concelho [sic] parece, q V. Mag.^{de} deve mandar praticar em Pernambuco o mesmo q V. Mag.^{de} se servio se observasse na Bahia ordenando que a administração das Aldeas dos Indios se cometão aos Missionarios, tirandosse aos Seculares pello grande clamor que neste particular houve sempre, e perjuizo [sic] que sentem os Indios no governo delles; e quanto a redução das aldeas a outto considera o Conc.^o haver grande inconveniente em os tirarem das terras em que actualomente habitão, e donde nacerão para hirem em tão grande distancia buscar novos domicilios, a q não são faceis de sogeitar 1v na consideração de deixarem as suas terras q cultivavão, sendo outrosy a maior defesa daquelle Certão terem muytas Aldeas domesticas, q as defendão das entradas dos brabos; E quanto o inconveniente dos Missionarios se deve escrever que o Bispo deve mandar aquelles que entender são necessarios para assistir nestas Aldeas. Lx.^a 8 de Janeyro de 1691”¹⁵⁴

¹⁵³ Idem, 1v.

¹⁵⁴ Idem, 2f.

Curiosa esta denúncia da má administração então feita por seculares quando, cerca de cinquenta anos mais tarde, seriam eles os preferidos na assistência junto dos índios. A acção do bispo, aqui referida, excederia a supervisão e controlo das aldeias, na medida em que ele próprio designaria quem deveria “assistir” nessas aldeias, sem esquecer o seu papel de destaque na administração da Junta das Missões, conjuntamente com o governador de Pernambuco. Manifesta-se ainda alguma sensibilidade face à vivência das comunidades ameríndias e da importância em se conservarem no seu meio natural, condição que foi sendo progressivamente relevada em favor das necessidades prementes a nível da defesa do território, dos ataques de outros indígenas e até da constituição dos índios em mão-de-obra para os fazendeiros, afigurando-se vital a sua integração na sociedade colonial – e a isso mesmo se devera em grande parte o interesse na transformação das aldeias missionadas em vilas pombalinas.

D. Pedro II recomendara por carta de 28 de Janeiro de 1691 que, mesmo assim, se reduzisse a oito as aldeias de índios, “com o fundamento de que sendo menos o numero dellas serão mais bem assitidas de Missionarios”, como viria a recordar António da Silva e Castro, marquês de Montebelo, ao tempo governador de Pernambuco¹⁵⁵. Este, tomando parecer com o bispo, veio a transmitir ao Rei a intenção de aguardar a visitação que este faria por aquelas partes e junto dos missionários, com vista a averiguar qual o melhor lugar para os novos restabelecimentos. Não esqueceu o caso dos “sem Tapuyas que cativarão os Paulistas na guerra por ordem do Governador”, que haviam sido entretanto vendidos a particulares, senhores da terra, mas que se desejava “resgatar pella Faz.^{da} de V. Mag.^{de}, e entregar aos Superiores dos P.^{es} da Companhia pera os repartirem pellas Aldeas”, devendo-se para tal afixar editais relativos à liberdade dos índios, deixando de ser considerados cativos mas como prisioneiros de guerra.

Interessava à Coroa readquirir estes «vassalos» para si, resgatando-os da posse de particulares, colocando-os sob a tutela dos jesuítas. Aos religiosos, por sua vez, competiria servir os interesses do Rei, centrados na civilização e «domesticação» dos

¹⁵⁵ Carta do governador da capitania de Pernambuco, marquês de Montebelo, Antônio Félix Machado da Silva e Castro, ao rei D. Pedro II. Recife, 12 de Julho de 1691. AHU_ACL_CU_015, Cx. 15, D. 1550, rolo 20.

índios. Não se julgue, porém, que o processo de venda se fizera ao acaso: o controle consegue ser feito através de registos que se encontravam na posse do bispo:

“E quanto a restituição, e liberdade dos sem Tapuyas que se venderão, tenho mandado fixar editaes nas partes em q são moradores os senhores q os comprarão, e governandome pello rol q o Bp.^o tem dos nomes dos cativos, e dos senhores delles, e das quantias por q os comprarão mandarei q da Faz.^{da} de V. Mag.^{de} se vão pagando [...]”¹⁵⁶

Nessa mesma missiva, D. Pedro congratulava a acção missionária, nomeadamente

“[...] aos P.^{es} da Companhia, o Zello, e trabalho incancavel [sic] com que se tem havido na Missão da Serra de Ibiapaba, pertencente a Capitania do Ceará, e aos P.^{es} de São Phellippe Neri na outra Missão que fes o P.^e João Lobo com os Tapuyas do Ararobá reduzindo-os a Aldeas.”¹⁵⁷

Prevalecia, à época, a preferência pela misionaçãõ jesuíta, particularmente útil junto dos grupos indígenas mais hostis e resistentes ao convívio com os europeus. No tocante aos aldeamentos jesuítas, António da Silva e Castro transmitira esses agradecimentos não aos missionários, mas aos reitores dos colégios de Olinda e do Recife, a que essas missões se encontravam adstritas: “Aos Reitores dos Collegios da Comp.^a de Olinda e Reciffe, tenho agardecido [sic] em nome de V. Mag.^{de} o grande Zello, e cuidado com q se portão nas Missões”. Com efeito, muito embora a tradição missionária da Companhia competisse, naquele governo, quase exclusivamente ao colégio de Olinda, também o do Recife possuía ao menos duas aldeias de índios nas suas terras: a Aldeia do Colégio e a Aldeia de S. Brás. Entre as missões ali mencionadas, constava ainda a aldeia jesuíta da Serra do Ibiapaba, situada no distrito da Fortaleza do Ceará, a “mais de quatro centas legoas distante desta praça”, uma distância de tal modo considerável, que nem o bispo conseguia visitá-la. Por esse mesmo motivo, “seguesse q [os seus moradores] vivem a ley da natureza, e sem atenção as de V. Mag.^{de}”. Já a missão oratoriana do Ararobá, sita na freguesia do mesmo nome, tinha índios da nação Xucurú, sendo igualmente conhecida por missão de N. Snr.^a das Montanhas, convertida em 1760 na vila de Monte Alegre.

¹⁵⁶ Idem, 1v.

¹⁵⁷ Idem, 1f.

Retoma-se, por Consulta do Conselho Ultramarino de 1 de Dezembro de 1695, a questão da liberdade dos índios, sendo que os que resultaram prisioneiros da guerra que se tinha feito no Ceará, foram vendidos e ainda se mantinham em cativeiro, o que ia contra as leis régias, estranhando-se que o governador Caetano de Melo de Castro não desse conta “de materia tão grave”. Era sua competência, de resto, providenciar a constituição de novas aldeias, tendo o cuidado de escolher um local que não fosse propício à sua fuga de volta ao sertão, ou, em alternativa, conduzir à sua integração “nas Aldeas que estiverem ja feitas, de maneira que tenham sempre Missionario que os doutrine para poderem receber a Luz da Igreja”. Dizia-se ainda que

“[...] se devem aldear, e citar em parte, onde não só estejam seguros de se restituirem para os certoens, mas onde mais facilmente recebam o pasto espiritual dos Missioanrios que se lhe introduzirão para a sua Conservação, à Luz da Verdade.”^{1v} ¹⁵⁸

Os descimentos eram, efectivamente, verdadeiras fontes de rendimento para os Paulistas e senhores da terra durante longo tempo, e de que certamente não desejariam abdicar. Havia inclusivamente uma lei de 1611 que autorizava que os Paulistas fizessem seus os índios que conseguissem aprisionar no Rio Grande do Norte – medida de que, tempos mais tarde, a Coroa se veio a arrepender. Fernão Carrilho, que fora capitão-mor do Ceará, fizera descer do sertão uma nação de índios tapuias a que chamavam «Anassés» ou «Anâscés», “gente que por informação dos antigos numca [sic] forão contra os nossos Portuguezes”¹⁵⁹, tendo sido mantidos em Parnamerim, a oito léguas da Fortaleza para o norte. Tratava-se, de facto, de um dos povos nativos do Ceará, comunidades semi-nómadas que se dedicavam à caça e recollecção. Dos mesmos se refere ainda um facto curioso: “Aqueles Anascés, me pedirão muitas vezes Padre p.^a os ensinar”¹⁶⁰.

¹⁵⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 1 de Dezembro de 1695. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1693, rolo 23.

¹⁵⁹ Carta do ex-governador da capitania do Ceará, Fernão Carrilho ao rei D. Pedro II. Olinda, 9 de Maio de 1696. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1706, rolo 23, 1f.

¹⁶⁰ De acordo com o mapa de Curt Nimuendaju, havia de facto duas aldeias no Ceará com índios «Anacé», ambas sob a administração da Companhia de Jesus: a missão de Ibiapaba ou S. Francisco Xavier, na Ribeira do Acaraú – futura Vila Viçosa Real da América – juntamente com índios Tabajara,

Apesar das providências tomadas, bem como do ânimo e impulso dos clérigos missionários, as autoridades debatiam-se com sérias adversidades no terreno, embora amparadas por decretos régios. No final da centúria de seiscentos, a Junta das Missões de Pernambuco ainda se debatia com falta de recursos humanos destinados à administração das aldeias sobre as quais se conseguia deter algum controlo. Por seu turno, o caso dos desmandos dos soldados no tratamento com os índios estava longe de ser debelado¹⁶¹. Ainda assim, não deixaram de coexistir situações análogas às dos índios Porcaz no sertão de Rodelas, os quais serviam como soldados nomeadamente “nas guerras contra os Tapuyas Brabos, como no descobrim.^{to} do caminho q se fes da Bahia p.^a o Maranhão” e minas do salitre, tendo por capitão-mor Francisco Dias Mataroa¹⁶².

Com o decorrer da segunda metade de seiscentos, várias aldeias nordestinas de índios foram acometidas por novo factor de inquietação: a mudança para outros espaços, conforme as conveniências das autoridades. Fizera-se chegar à Junta das Missões de Pernambuco um conjunto de queixas relativamente ao prejuízo que resultava das “Mudanças que os Indios Aldeados costumão fazer de huas Aldeias para outras”, da parte dos religiosos do Carmo, de S. Bento, Capuchos e «Congregados»¹⁶³. Entretanto, uma das medidas encontradas para minorar tais efeitos residuiu numa comunicação mais estreita entre os missionários distribuídos pelas diversas aldeias, independentemente de pertencerem a grupos religiosos distintos.

“Em obediencia da qual ordem digo a V. Mag.^e que na Junta das Missoens que se fes em seis do mes de Mayo proximo passado se deu prompto, e facilissimo remedio a estas queixas ajustando os Prellados das Rellegioens a reçiproca e urbana correspondencia que os Missionarios devem praticar entre sy [sic], não azeitando na sua Aldea Indios que pertença a outras, e por este modo se ficão escuzando as queixas [...]”¹⁶⁴.

Acaracu e Reriú, sendo a outra a missão do Senhor Bom Jesus de Parangaba, na Ribeira do Ceará, juntamente com índios de língua geral.

¹⁶¹ Decreto do rei D. Pedro II, ordenando ao Conselho Ultramarino que se dê parecer sobre a consulta da Junta das Missões acerca da carta do Bispo de Pernambuco, D. frei Francisco de Lima. Lisboa, 21 de Dezembro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1742, rolo 24

¹⁶² 1698, novembro, 28, Lisboa CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 28 de Novembro de 1698. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1764, rolo 24, 1v.

¹⁶³ Referir-se-ia, provavelmente, aos religiosos da Congregação do Oratório.

¹⁶⁴ Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, ao rei D. Pedro II. Recife, 1 de Junho de 1699. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1779, rolo 25, 1f.

Os inconvenientes de semelhantes mudanças eram sobejamente conhecidos pelos missionários das várias congregações existentes naquelas partes e, por vezes, sentidos pelos próprios habitantes da região, na medida em que os aldeamentos de índios convertidos não só lhes proporcionavam contingentes militares, alguma defesa contra os ataques de índios de corso, como disponibilizavam alguma mão-de-obra. A transferência dos povoados já estabelecidos e sob administração eclesiástica – distinta do descimento de aldeamentos indígenas para novas localizações, mais convenientes ao próprio alcance dos missionários – fora, por isso, particularmente relevante e sentida nas fronteiras internas das capitanias, motivando, não raro, a disputa da sua jurisdição, como sucedeu com a aldeia jesuíta de Ibiapaba (*cf. capítulo 5.3.2*). Recorde-se, ainda, que os aldeamentos capitaneados por militares, por vezes sob a forma de arraiais, onde a administração temporal era inexistente e a intervenção eclesiástica limitada, detinham uma maior liberdade de deslocação dos seus integrantes, uma vez que os índios ali se achavam alocados pelo princípio de satisfazerem as necessidades prementes de manutenção da segurança regional. Mesmo após a extinção do cargo de governador dos índios, a persistência deste tipo de ajuntamentos milicianos terá influenciado a forma como se perspectivava a utilidade dos índios descidos para as missões e tradicionalmente requisitados – não obstante a resistência dos seus missionários - para prestarem serviços militares.

Nas visitas que o bispo de Pernambuco, D. fr. Francisco de Lima realizou, terá vigiado e fortalecido a acção missionária dos que designara estar junto dos índios, tendo igualmente procurado fortificar na doutrina os moradores daquelas paragens, incluindo os escravos. A determinada altura alude-se ao “negro Camoanga”^{1v}, recomendando o bispo a sua redução junto de D. Fernando Menezes Mascarenhas, fazendo-se prisioneiros ou mesmo matando-os. Temia-se, efectivamente, que caso aumentasse o seu poder, mais difícil se tornaria a sua destruição, abordando-se mais adiante a questão dos negros levantados nos Palmares. Acerca dos índios Korema, recomendava-se que fossem aldeados:

“[...] será mui conveniente que se Aldeê, porq asy não só abraçarão melhor a Rellegião, mas tambem se unirão mais comnosco [sic], e que isto se deve fazer em parte, e citio em

que se achem mui satisfeitos, nomeandosselhe hum Capp.^{am} mor q os governe no temporal melitar, ajudando [sic] com o seu poder ao Espiritual, em ordem a que o Missionario os possa instruir e radicar na fé, porque se esta juridição temporal estivesse devidida, seria dar occazião a que se sucitem [sic] contendas em grande errepavel [sic] prejuizo [...]"¹⁶⁵

Passando ao caso do rapto de duas Indias «donzellas», intentado por parte de dois soldados, a quem resistira o missionário P.^e André Garro, resultou no ferimento deste último, assinalando-se que “este cazo se fas digno de exemplar castigo”. Suspeitava-se que estes, com ordem de prisão, tivessem entretanto escapado para a Paraíba, pelo que se solicitou ao capitão-mor que aí os prendesse. Deu-se ainda conta da mudança operada pelo “Gentio Caniride da Aldea em que o tinha a principio situado, e de que se mostrara mui bem acomodado”, o que motivara diversas queixas. Sublinhava-se a comunicação com o capitão responsável pelo aldeamento destes índios, sendo que “a sua redução se podia atribuir ao Missionario, e não a elle, que espera V. Mag.^{de} do seu zello os faça restituir para o citio de que sahirão”¹⁶⁶. Tratar-se-ia, eventualmente, de uma comunidade de índios Kanindé (subgrupo Janduí), que já em 1698 recebera assistência de um clérigo secular no sertão riograndense. Torna-se bastante evidente, uma vez mais, a sobreposição da administração dos clérigos mesmo face aos capitães designados para essas aldeias, no tocante, pelo menos, à sua permanência num dado povoado, com o respeito das devidas determinações régias e do poder local.

Já os índios aldeados na missão franciscana de Santo Amaro do Palmar viam-se confrontados com um problema de posse de terras. Por carta dirigida pelo governador de Pernambuco a D. Pedro II, onde se dera conta das queixas do religioso responsável por aquela missão, padre frei Manoel da Encarnação, refere-se que “comprarão a sua custa esta meya legoa de terra” há muitos anos, reclamando por isso que a mesma lhes fosse restituída. Não é mencionada a sua etnia, mas alude-se a elles como “Índios e Tapuyas”¹⁶⁷. Certo é que naquela aldeia¹⁶⁸, em 1728 (já com assistência de um padre do

¹⁶⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 16 de Novembro de 1699. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1794, rolo 25, 3f.

¹⁶⁶ Idem, 3v-4f.

¹⁶⁷ Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, ao rei D. Pedro II. Recife, 21 de Junho de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1812, rolo 25.

Hábito de S. Pedro, capelão do Palmar), existiam índios caboclos de língua geral, assim como Kirirí, e, uma vintena de anos volvidos, os tapuias Uruaé.

Por este tempo, quase todo o sertão de Pernambuco pertencia a apenas três proprietários, uma extensa área territorial que interessava retirar da mão destes latifundiários,

“senhores de quazy todo o certão de Pernambuco, o qual começando no rio de S. Fran.^{co} tem de extensão pella costa athe quinhentas legoas, onde o termina o destrito do maranhão, e para o certão se não pode saber quantas por não haver quem as penetrase, e descobrise athe topar com as Povoaçãoens Castelhanas, ainda que ja estão curraes nossos na cabeceira do rio Branco ^{1f}[...] sendo as Missoens de trinta athe trinta e sinco quando mais, não he possivel acabarse com a Caza da Torre com os herdeiros de Antonio Guedes de Brito e com hum Domingos Affonço Certão (todos estes tres senhorios moradores na jurisdição da Bahia) a que conçedão para sustentação de sinco Parochos, sinco legoas de terra, hua para cada hum, e aos Missionarios, Indios e Tapuyas das suas Missoens outra legoa para cada huã dellas ^{1f}[...]”¹⁶⁹

Como aqui é referido pelo então governador de Pernambuco, não obstante as ordens régias determinarem que se desse uma légua de terra a cada missão, na verdade não era isso que se verificava. Além do problema da fixação territorial, os ataques perpetrados por índios, sobretudo os denominados genericamente por «gentios de corso», constituíam uma das maiores preocupações da sociedade nordestina sertaneja. Entre os povos mais adversos ou resistentes à acção dos militares, contavam-se os Janduí, mesmo os que já estavam baptizados e mantinham um contacto regular com a população branca:

“O anno paçado dey conta a V. Mag.^{de} das traissoins com que os tapuyas Janduinhs procuravão destruirme, e debaixo do pretexto da pas (como costumão) por em effeito o acabarme, por serem tapuyas muy ardilozos, e velhacos, e muitos deles baptizados, q se criarão entre brancos: q como nos ficão mais vezinhos, tem comnosco mais continuada communicação; e pairesse que por esta cauza são mais acerrimos inimigos nossos ^{1f}[...]. Ultimamente soube que elles querião matar todos os moradores deste sertão afim de lhe tomarem as armas, pera q com mais poder, e melhor guarnessido dellas darem no meu arrayal em tempo que andava em campanha huã bandeyra de soldados por quem mandava castigar os tapuyas Caratiús, Jeós, e Caratís, que rebeldes se nao querem sogeitar a conhesser obediensia a V. Mag.^{de}, e observar fiel pas, e amizade com este

¹⁶⁸ Mais tarde constando como Gameleira.

¹⁶⁹ Carta do governador da capitania de Pernambuco Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, ao rei D. Pedro II. Recife, 28 de Junho de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1840, rolo 26.

vassallos, e depois de o terem feito, irem esperallos ao caminho pera tambem os acabar, e fazer juntamente o mesmo nas aldeas destas duas Missoins.”¹⁷⁰

O bispo de Pernambuco impedira as tropas de lhes fazerem guerra, sob pena de excomunhão. Em alternativa, recomendava que os moradores e as duas missões de na mira destes atacantes fossem alertados. Ainda assim, os índios revoltosos atacaram uma missão, “a aldeia da missão do Padre Phelipe Bourel”, cuja destruição não foi total graças à “animoza rezistencia com que os soldados que ali tinha de prezidio lho empedirão”. Graças a estas guarnições de militares de prevenção, os ataques dos índios não constituíram propriamente uma surpresa, resultando na retirada dessas tribos da região, embrenhando-se uns no sertão e outros tentando desculpar-se com as autoridades, certamente interessados na manutenção do contacto com os brancos.

Mas nem só os índios do mato pareciam ameaçar a paz daqueles territórios, como declarara o mestre-de-campo Manoel Alves de Moraes Navarro, ao acusar certos índios ditos «tapuias» do rancho de Jenipabu. Tanto quanto é possível perceber, tratava-se dos Payacú e o caso envolvia a usurpação de terras que eram pertença dos habitantes da região do Rio Jaguaribe, que os toleravam para não os “irritar em mayor prejuizo seu”. Não se tratava de índios de corso, mas de ameríndios aldeados numa missão oratoriana, tendo-se gerado às tantas um enorme enredo de intriga e falsas informações:

“Neste tão contrario procedim.¹⁰ concorre o P.^e João da Costa recoleto da Congregação de S. Phelipe Neri, que asiste na ribeira do Rio Jaguaribe, destrito desta Campanha a titulo de missionario de hum rancho dos Paijacús, de que foi cabessa Mathias Peca, q como não asista nelle o zello do Serviço de Deus, senão o do seu particular, e conveniencia de alguns parentes, não só me facilitou a guerra, que soube hia dar aos tapuyas do rancho de Janipabussú, mas antes me pedio que acabando de castigar estes, convinha ao serv.^o de Deus, e de V. Mag.^e, fazello tambem aos da sua chamada missão, pois se mostravão muy inobedientes, e rebeldes, contentandosse, q lhe deixasse ficar só os pequenos. E como depois disso tivesse noticia ^{1f} da minha boa fortuna, e q marchava p.^a o meu arrayal sem fazer cazo do que me pedia, me mandou dizer ao caminho, que entre aquelles a quem tinha dado guerra havião alguns baptizados, que quizesse mandarlhos ^{1v}[...] se infuressse de sorte, que não attendendo ao ser de sacerdote, se congrasiou com o P.^e João de Matos vigario do Seará, e com Bernardo Vieyra de Mello capitão mor do Rio Grande amigo muy particular destes sogeitos meus opostos, dando sinistras e falsas informasoins ao Bispo e g.^{or} de Pernambuco[...].”¹⁷¹

¹⁷⁰ Carta do mestre-de-campo Manoel Alves de Moraes Navarro ao rei D. Pedro II. Campanha do Açú, 10 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1815, rolo 25, 1f-1v.

¹⁷¹ Carta do mestre-de-campo Manoel Alves de Moraes Navarro ao rei D. Pedro II. Campanha do Açú, 6 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1814, rolo 25, 1v-2f.

Por esta mesma altura, em plena transição para a centúria de setecentos, eram expulsos do Recife os padres da Congregação do Oratório, entre eles João do Rosário e seus companheiros. A situação foi de tal ordem, que foram publicamente declarados excomungados por violarem a sua jurisdição episcopal¹⁷².

Nem o Terço dos Paulistas permanecia imune às acusações feitas, dado o seu mestre de campo Manoel Alves de Moraes de Navarro ter morto mais de quatrocentos índios, atraindo-os “debaixo do seguro da paz”. Tratando-se de Payakú aldeados, havia mais de cinco anos, na Ribeira do Jaguaribe, “entrando neste numero m.^{tos} q estavam baptizados, e outros q se hião cathequizando p.^a receberem o baptismo, e fes captivos a outros m.^{tos} dos q escaparão”, a falta fora ainda maior, sendo por isso denunciada pelo bispo¹⁷³.

Perante as perturbações causadas pela agitação de várias nações indígenas, envolvendo os moradores do Rio Grande e do Jaguaribe, questionara-se o mero afastamento deste gentio umas cem ou duzentas léguas “pella Terra dentro”, por não se afigurar uma solução duradoura, pois certamente tornariam a atacar os moradores daqueles sertões, “queimandolhes os pastos, e cazas, e asoloandolhe os gados, porque erão muy vingativos”. Para mais quando, aparentando virem em paz, “esta confiança os anima a chegarem sim timor aos nossos moradores”¹⁷⁴. O governador afirmara mesmo que não haveria meio de converter essas nações de tapuias,

“pela experiencia de tantos annos, de que se colhem serem indomitos, e incapazes de Doutrina, e obediencia, e que será mais conviniente declararlhe guerra, e destrohillos, e afugentallos por huma vez ^{1v}[...], ententandose esta guerra entrando pello certão da Bahia, por este ^{1v}, pello do Ciará, e Rio Gr.^{de} porque não possão escapar huns, sim cair nas mãos de outros”¹⁷⁵.

¹⁷² Cartas do governador da capitania de Pernambuco, Fernão Martins Mascarenhas de Lencastro, ao rei D. Pedro II. Recife, 23 e 28 de Junho de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1824 e AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1838.

¹⁷³ Carta do Bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, a D. Pedro II. Olinda, 29 de Junho de 1700. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1841, rolo 26, 1f.

¹⁷⁴ Carta do governador da capitania de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, a D. João V. Pernambuco, 14 de Agosto de 1707. AHU_ACL_CU_015, Cx. 22, D. 2053, rolo 32, fls. 1f-1v.

¹⁷⁵ Idem, 1v-2f

Em resultado das demandas feitas em se concederem terras¹⁷⁶, como estava de resto previsto por lei, aos índios e missionários, encontramos a menção a um dos grandes proprietários do sertão pernambucano, Domingos Affonso Certão “que chamão do sobrado Rio de Sam Francisco certão do Rodados [?] Capitania de Pernambuco^{1f,177}. Quanto aos índios, contemplava-se os que habitavam os sertões de Pernambuco e da Bahia para o Rio São Francisco, mencionando-se os «Porçonihu», que seriam em número de trinta e haviam requerido a Ilha do Port[?] de Baixo (existindo outra mais acima), a qual tinha novecentas braças de terra. Já para a sustentação dos Porroxós e missionários que os assistiam, se mandara aplicar, à semelhança do que havia sido ordenado para todos os sertões em todo o Estado do Brasil, a entrega de uma légua de terra a cada missão.

Por impossibilidade de se deslocar a tão longínqua região, o governador de Pernambuco deu finalmente conta do que se havia passado no Ceará, mais concretamente pela devassa que fora realizada junto dos Payakú, aldeados na missão de Araré¹⁷⁸, facto que se reportara pelo menos ao ano de 1704. Na verdade, tal se devera às queixas dos moradores da Ribeira de Jaguaribe, acusando estes «tapuias» de roubos e de causarem mortes. Feita a devassa, e sob o risco de prisão,

“vendo isto os Tapuyas se forão pera o mato, e se puzerão em armas, e entre os Indios moradores e Tapuyas se fes guerra, de que suçederão muitas mortes, e cativarençe outros, pegandoçe fogo na aldea, dous dias depois do conflito.”¹⁷⁹

Dos que foram feitos cativos, e uma vez que se achava extinta aquela missão, ardendo inclusivamente a igreja ali existente, foram enviados para outra “aldea de seus

¹⁷⁶ AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1840. Rolo 26

¹⁷⁷ Auto (traslados) de data de terra passado pelo desembargador da Relação da Bahia e comissário das datas de terras dos Porroxós e índios dos sertões de Pernambuco, aos índios da nação Porçonihu através de seu capitão Jacinto Afonso. Rio de S. Francisco, 5 de Fevereiro de 1703. AHU_ACL_CU_015, Cx. 20, D. 1903, rolo 28

¹⁷⁸ Uma aldeia que não foi contabilizada por Curt Nimuendaju.

¹⁷⁹ Carta do governador da capitania de Pernambuco, Francisco de Castro de Moraes, a D. Pedro II. Recife, 4 de Janeiro de 1706. AHU_ACL_CU_015, Cx. 22, D. 2011. ROLO 30, 1f.

parentes”. Chamara-se a atenção para a realidade vivida nas missões, diferente do que se supunha:

“entendo que nesse Reyno se julga que os Tapuyas aldeados vivem sossiaibéis, e obedientes nas terras das suas missoins, e com obediência como vassallos; se assim hé, cá não hé assim, porque os Tapuyas não assistem nas aldeas senão quando qierem, nem os missionarios os podem obrigar a que o fação de outra sorte; a sua cristandade hé de maneira que creyo que nem ainda nas missoins dos mais vertuosos missionarios, e das mais doudas rellegioinz, e em missoins de maes de doze annos, me mostrarão coatro Tapuyas que vivão como cristaons[...]”¹⁸⁰

A propósito disto mesmo, a Rainha escreveu de Lisboa, a 18 de Agosto de 1704, mandando que se libertassem os índios que se achassem cativos por particulares, além de demonstrar grande desconfiança face aos verdadeiros intentos dos moradores, na sua maioria vaqueiros, para quem a presença indígena constituía séria ameaça ao florescimento da sua actividade. Recomendou, por isso, que se usasse de maior cautela, comunicando às autoridades competentes, nomeadamente à Junta das Missões e ao Rei, antes de se intentar alguma acção mais violenta. O governador da capitania do Maranhão havia dado conta, em carta de 12 de Agosto desse mesmo ano, “da rebelião que ouve em os Indios que tinhão ido com o Cabo Antonio da Cunha Sottomayor as Matas de Iguara, e Pernahiba”, resultando na morte de vários soldados que incorporavam essa guarnição. O recurso a “400 Indios de guerra” oriundos do Ceará para se juntarem a outros grupos mobilizados na cidade de S. Luís do Maranhão, visava precisamente dar conta da revolta desse “Gentio do corço”¹⁸¹. Em 1720 voltava-se a referir a requisição de idêntico número de índios no Ceará, com vista a combater na capitania do “Piagui”, como tivemos ocasião de observar relativamente aos aldeamentos indígenas cearenses, que abordaremos seguidamente¹⁸².

¹⁸⁰ Idem, 1v.

¹⁸¹ Carta (2ª via) do governador da capitania de Pernambuco, Félix José Machado de Mendonça Eça Castro e Vasconcelos, a D. João V. Pernambuco, 14 de Setembro de 1713. AHU_ACL_CU_015, Cx. 25, D. 2308, rolo 36.

¹⁸² ConsultA (minuta) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V]. Lisboa, 16 de Outubro de 1720. Ceará, AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 66, rolo 1, 1f.

Já em meados daquela centúria, no mesmo ano em que os jesuítas seriam expulsos daquele governo, várias tribos vinham causando grandes desacatos e violências pelos sertões pernambucanos, em concreto no sertão do Ararobá. Gerando um autêntico clima de terror, os índios forçaram muitos colonos a fugirem das suas fazendas, procurando refúgio em sítio distante dos seus assaltos violentos. Além de causarem muitas mortes, índios Pipipã e Prakió interferiam seriamente nos comboios ou rotas de gado de grande porte que cruzavam aquelas paragens. Em Janeiro de 1761, Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, remetia devassa acerca do que os índios daquelas duas etnias haviam causado na Ribeira de Moxotó no dia 28 de Agosto de 1759¹⁸³. A fama do gentio «Pipam» era assaz conhecida pelos danos que causavam, sendo alheios a qualquer tentativa de conversão e civilização, tal como se entendia na época.

Uma das medidas adoptadas para o seu combate envolveu a reunião de índios “das Missões vezinhas, a prender os bravos, e levantados da nasção Pipam”¹⁸⁴, sem, contudo, se defender que fossem inteiramente dizimados. Como era, aliás, prática frequente em situações de guerra justa contra índios no Brasil nesta época, recomendava-se apenas o uso da força estritamente necessária para o seu domínio, entrevedo-se maior vantagem para a sociedade colonial brasileira a integração de mais elementos activos e comprometidos no trabalho e na sua civilização – opção apenas viável para os que o merecessem, não havendo propriamente um regime de excepção pautado por certa impunidade dos transgressores. Por isso se sublinha

“[...] não deixando de procurar se agreguem os que desta nasção se acharem sem crime a nasção vezinha, com toda a brandura, e suavidade para por este meyo, e com a certeza de poderem adquerir os licitos para viverem nas terras que se lhe facilitarão para as suas plantas, virem no conhecimento da nossa religião, abjurando os erros do gentelismo [sic] em que vivem o que espero vm o execute, de sorte que se corrija [sic] o fim que se

¹⁸³ “Devassa o que mandou proceder o Governador e Capitão general de Pernambuco, acerca do assalto que o gentio bravo «Pipaens e Paraquios» fizeram na «Ribeira de Mochotto» no dia 28 de Agosto de 1759, e do qual resultaram algumas mortes”. Recife, 2 de Janeiro de 1761. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43.

¹⁸⁴ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, a Manuel Leite da Silva, Comandante do distrito do Ararobá. Recife, 9 de Setembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 5f.

pretende, e vm continue a verificar o mesmo zelo com que athe o presente tem servido.”¹⁸⁵

Na mesma data, dirigiu-se ao capitão-mor da missão do Xucurú, comprovando o êxito das intervenções e empenho dos seus índios e impelindo-o a colaborar com o comandante do distrito do Ararobá, de modo a fazer face a estes grupos ameríndios adversos, sobretudo os «Pipam». Achavam-se as populações da Ribeira do Ararobá verdadeiramente em pânico, dando conta da destruição causada o comandante responsável por aquelas paragens. Sensível às dificuldades vividas por aquela população, o governador autoriza a que o chefe militar reúna o número de homens que considerar necessário, juntando membros das ordenanças, assim como índios das missões das redondezas, “municiados de pólvora, e bala”¹⁸⁶. Descobriu-se, entretanto, que os índios responsáveis pelas mortes no sertão do Ararobá foram, afinal, os “da nação Paraquios unidos com os Papaens por serem da mesma lingua”¹⁸⁷, estando uma parte aldeada na missão do Xucuru. Ainda assim, e mesmo pedindo-se perdão pelos seus actos, não se toldou a perseguição aos Pipaens. O responsável militar por aquela missão não deixou de ser punido, vindo a ser suspenso, muito embora fosse alheio às acções e intenções dos índios revoltosos sob a sua jurisdição.

Constituída esta bandeira para se combater nos matos o tapuia Pipaen, a proximidade entre estes e os Paráquios fazia temer que mesmo estes últimos, mais facilmente integrados em missões, traíssem os colonos e avisassem os seus antigos aliados. Os combates foram particularmente violentos, continuando estes tapuias a assolar as ribeiras do Moxotó e Payaú ao se deslocarem dos sítios por onde dominava já a bandeira contra eles movida. Nesta sua fuga, o ataque aos gados e fazendas era uma constante, numa estratégia simultaneamente de sustento do grupo, numa espécie de

¹⁸⁵ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco, a Manuel Leite da Silva, Comandante do distrito do Ararobá. Recife, 9 de Setembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 5f.

¹⁸⁶ Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador de Pernambuco. Recife, 9 de Setembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 7f.

¹⁸⁷ Carta de Teotónio Monteiro da Rocha, Juíz ordinário do Ararobá, ao governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva. Ararobá, 25 de Outubro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 8f.

reprodução do sistema de caça e recollecção, assim como de despovoamento de um território que pretendiam dominar, mesmo a curto prazo, garantindo assim o restabelecimento das suas forças em relativa segurança até ao próximo conflito.

Na verdade, não só os Pipiã e os Prakió estavam na mira das autoridades. Também os «Mangueza», os «Guegué» (Ohé Ohé) e os «Xocós» deixavam atrás de si um rasto de destruição nas fazendas de gado do Moxotó e Campo de Buique, além de atacarem as estradas, impossibilitando o trânsito normal naquele território, uma vez tornados os caminhos inseguros, sobretudo ao nível da circulação de boieiros. As duas primeiras nações de ameríndios eram de facto conhecidas por, em vários tempos, acometerem os colonos, já ao tempo dos governadores Henrique Luís e D. Marcos de Noronha, além de resistirem à administração dos missionários,

“[...] pois ainda que por algũ tempo se mostravão na apparencia com tal, ou qual sugeição, logo tornarão a sua antiga inobediencia, continuando o dito curso, e prezentemente com mais vigor, por se unirem com os Indios brabos da Nação Mangueza, Guegué e Xocó”.¹⁸⁸

Em resultado da acção movida contra estes grupos, os índios aprisionados enfrentaram a integração na missão de N.^a Snr.^a das Montanhas do Ararobá, com administração de oratorianos onde, em 1749, existiam já 642 indivíduos da nação Xucurú. Quanto aos acusados de algum crime, foram durante algum tempo ocupados em trabalhos forçados. Da sua errância pelos matos, passam para a condição de desterrados, sendo enviados do Recife – a cerca de 280 km de distância, quase tanto como desta à capital do Rio Grande do Norte – e daí para a Ilha Fernando de Noronha:

“Sem que podessem evitar matarem pela rezistencia que fizerão 25 Indios Parachios, e recolherem a Aldea de N. Snr.^a das Montanhas, de Nasção Xucurú, 165, entre machos, femias e crianças, alem de 17, que por serem dos ^{59f} mais culpados, vierão remetidos para esta Praça, aonde andavão nas Galez, e se mandarão para a Ilha de Fern.^{do} de Noronha, athe se assentar no castigo que merecem”¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Termo da Junta convocada, com participação do Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, do Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha e do Ouvidor geral Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco. Palácio da Soledade, 25 de Novembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 58v.

¹⁸⁹ Termo da Junta convocada, com participação do Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, do Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha e do Ouvidor geral Miguel Carlos Caldeira

Nesta Junta de Missões reunida no Recife, deliberou-se que o sargento-mor Jerónimo Mendes de Paz fosse encarregado de reduzir as referidas quatro nações de índios de corso ou, perante a sua resistência, fossem combatidas e submetidas pela força das armas. Ao invés de se causar grande mortandade entre eles, recomendava-se que depois de aprisionados

“[...] se repartissem pelas Aldeas, que novam.^{te} se erigirem em villas, por ser nestes estabelecimentos mais facil civilizalos, e desterrarlhes a inveterada ferocid.^e em que estão habituados pela vida sylvestre, que athé agora tem seguido, reduzindo-os ao conhecimento das utilidades espirituaes, e temporaes pelos Vigarios, Mestres, e Directores, que S. Mag.^e Fidelissima foy servido dar-lhes, para a sua instrução, por não ser conveniente conservarem-se no predicto dstricto, pela opozição, e odio que ficarão entertendo contra os moradores, e Indios Xucuruz, por cooperarem para os sugeitar, de que pode seguir repentinam.^{te} uniremse, em destruição dos referidos, para satisfazerem o odio com que lhe [sic] estão, sem que lhes possa acodir com a facilid.^e necessaria pelo remontado dos Sertoens, e pouca força, que nelles se acha, para os embarassar”¹⁹⁰.

Por carta de 29 de Novembro daquele mesmo ano o governador declara a necessidade de se recorrer ao método da persuasão, usando de “*Lingoas confidentes inteligentes das Naçoens que fazem o dito Corsso os atraya a se sugeitarem a divida [sic] obediencia*”¹⁹¹. Estes intérpretes foram, sem dúvida, determinantes nas tentativas de aproximação e na concertação de negociações de paz junto de nações ameríndias belicosas, muito embora não fosse certo o sucesso da sua intervenção.

A maior preocupação das autoridades de Pernambuco estava nas consequências daquele levantamento, tanto no seu alastramento, como na dimensão que poderia alcançar através de alianças com outros grupos ameríndios. Em resposta à carta de 9 de Setembro que o governador Luís Diogo de Sousa lhe remetera, o comandante do Ararobá alude à estratégia de integração dos «tapuias» na aldeia do Ararobá, acreditando-se que os índios Xucurú aí residentes os conservassem “na devida obed.^a

de Pina Castelo Branco. Palácio da Soledade, 25 de Novembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 59f-59v.

¹⁹⁰ idem, fl. 60f.

¹⁹¹ Carta do governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, a Teotónio Monteiro da Rocha, Juíz ordinário do Ararobá. Recife, 29 de Novembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 63f.

ate q se determine sitio competente a aranchallos sem o receyo das consequencias”¹⁹². O recolhimento dos índios daquelas várias nações junto daquela missão fora, afinal, uma medida temporária, na medida em que não se tinha como situação inteiramente segura e bem sucedida pela rivalidade entre tapuias e índios já aldeados.

Numa carta de 30 de Agosto de 1759, redigida no lugar de Pedra, solicita-se a intervenção das autoridades na punição do gentio que cometera bárbaros ataques. Ao que parece, o ataque havia sido feito durante a noite, junto de «um pobre comboeyro», cuja função residia no encaminhamento de gado de grande porte para a Bahia – no caso, gado cavalar. Surpreendendo estes viajantes, onde se incluía ainda um mulato, os índios levaram consigo os animais. Estariam, pois, bem cientes do seu valor, se não propriamente comercial, ao menos em termos da sua subsistência. Subentendemos ainda, pelo teor das informações, que os ataques eram conhecidos aos comboios de animais por parte de índios, notando-se inclusivamente um agravamento dos ataques, pois não consistia apenas no roubo das cabeças, como já se atentava contra as vidas dos que acompanhavam as manadas.

Em relação aos índios Pipaens, dizia-se: “he este gentio o Pipan que desde o seo principio vivem [sic] despertos nestes mattos sem conhecerem o gremio da Igreja matando e furtando como hé noto”¹⁹³. Pelas características descritas, tratar-se-ia muito provavelmente de uma tribo Jê que, para a sua sobrevivência, e mediante o avanço do branco naquilo que consideravam o seu território, optou por agir em ataques-surpresa, como se se tratasse de uma espécie de guerrilha. Encarariam os brancos com repulsa e não olhariam a meios para ficar com o gado para si, demonstrando desprezo pelas vidas humanas daqueles que considerariam seus inimigos. Por outro lado, estes ataques poderiam não ser meras formas de defesa. Conhecendo os trilhos ou caminhos usados no transporte de manadas, por vezes entre longas distâncias, usariam o conhecimento do terreno como uma vantagem para melhor surpreenderem estes «comboios». Não restam

¹⁹² Carta de Manuel Leite da Silva, Comandante do distrito do Ararobá ao governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva. Recife, 29 de Novembro de 1759. AHU, Códices, Livros de Pernambuco, n.º 1919, rolo 43, fl. 64f.

¹⁹³ Carta redigida no lugar de Pedra, a 30 de Agosto de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 1v a 3v

dúvidas de que, nesta época, esta tribo se terá furtado terminantemente a estratégias de evangelização e outras que tais de submissão aos colonos, preferindo o seu estilo de vida semi-nómada. Pela guerra que entretanto lhe terá sido movida, terá resultado se não uma aniquilação substancial, pelo menos a pressão de se deslocarem ainda mais para o interior, rumo a zonas mais inóspitas e longe da população branca, que se via tão ameaçada. A situação era de tal ordem grave, que se chega mesmo a avançar que estes índios estariam “dispostos a arrazar as fazendas”, matando e roubando quanto encontrassem pela frente. Tal denúncia teve as suas consequências. As autoridades não poderiam deixar de intervir em tal situação, ordenando-se que se prendesse os índios «bravos» da nação Pipam, remetendo-se uma portaria com as devidas instruções a 9 de Setembro de 1759. É inclusivamente chamado a participar nesta empresa o comandante do distrito de Ararobá, que informara o governador da

“[...] grande destruição, e mortandade que tem cauzado o Gentio Pipam de sorte que chegarão a matar onze homens sem que os pudesse reprimir o dito comandante na certeza de serem bravos, e destemidos vendosse por este modo o povo da sua ribeira em estado de dezampararem as suas cazas, e fazendas”¹⁹⁴

Os ataques sucediam-se sem que as autoridades os conseguissem deter, reconhecendo não tanto a superioridade numérica, nem tão pouco o poder bélico, mas simplesmente a sua ineficácia perante uma espécie de «guerrilha». A população chegara ao ponto de abandonar as suas casas e de fugir para lugares que consideravam mais seguros.

Munido das ordens do governador, o capitão daquele distrito ou freguesia não tardou em reunir brancos e índios das missões, fazendo-se luta contra os índios Pipam ou Pipaens/Papaens. Estes e os índios Paraquios uniram-se, “por serem da mesma lingua”. A determinada altura interveio o capitão-mor da aldeia do Xucuru, onde se encontrariam aldeados índios que conheceriam o paradeiro destas tribos no mato. Almejando aquele conhecimento, procurou interceder por eles, pedindo que se os perdoasse. Segundo conseguimos deduzir, alguns dos índios aldeados pertenceriam a

¹⁹⁴ Do Governador, Luís Diogo Lobo da Silva. Recife, 9 de Setembro de 1759. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 7f.

estas tribos. O povo, descontente, e observando-se o diálogo que este capitão mantinha com os índios, para mais desculpando-os, acabou por exercer pressão, continuando-se afinal a bandeira pelo mato. Conforme indicado em carta enviada de Ararobá a 25 de Outubro de 1759, a perseguição não foi fácil, “porquanto os Paraquis dizem de publico, que tanto que entrasse a bandeyra, mandavão avizar os Pipaens”¹⁹⁵. A área assolada por estes ataques dos Pipaens situava-se em toda a Ribeira Mochotó e o Pajeú, conforme indicações dadas pelo comandante Fernando Dantas.

Tais casos assumem afinal outros contornos: a determinada altura, estamos perante índios que haviam sido aldeados e feitos soldados mas que, depois de enfrentarem os seus congéneres, optaram por juntar-se a eles e regressar aos matos, mantendo contudo contactos fortuitos com as povoações e grupos isolados, de modo a garantirem a sua sobrevivência. A esse nível, refere-se o seguinte:

“He certo que este gentio Paraquios depois da morte dos homens ja não obedecião ao seo com.^{de} e vevião m.^o abisoluto matando quantos gados achavão e mais creações, que sem temor das justiças de S. Mag.^e o fazião”.¹⁹⁶

Temendo a morte, muitos abandonaram as suas casas, fazendas e currais, deixando tudo ao abandono na Ribeira do Mochotó e Campo do Cuique.

Esta guerra ao índio tomou tais proporções que se veio a assistir entretanto à união dos «Parachios» e dos Pipipam a outros povos ameríndios, nomeadamente “com os Indios brabos [sic] da Nação Mangueza, Guegué e Xocó”¹⁹⁷. De acordo com fontes da época¹⁹⁸, os Mangueza e os Xocó não haviam ainda sido sujeitos a formas de aculturação portuguesa, contrariamente aos restantes. Tal não corresponde à verdade,

¹⁹⁵ Carta de Teotónio Monteiro da Rocha ao Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva. Ararobá, 25 de Outubro de 1759. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 8v.

¹⁹⁶ Idem, fl. 9f.

¹⁹⁷ Informações veiculadas em reunião que teve lugar no Palácio da Soledade a 25 de Novembro de 1759, onde se encontravam presentes o Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, o Governador Luís Diogo Lobo da Silva, o Ouvidor Geral Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco.

¹⁹⁸ Instruções remetidas pelo Governador de Pernambuco a várias autoridades militares a 23 de Dezembro de 1759. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

pois já em 1728 constava da relação de aldeias do governo de Pernambuco a inclusão de índios Xocó na aldeia do Colégio, situada nas terras do colégio do Recife, e a partir de 1749 por diante constando da aldeia de Pão de Açúcar, jurisdição da Vila do Penedo, ambas em Pernambuco. Certo é que os Prakió e os Pipipã haviam sido de difícil sujeição. Nem a intervenção dos missionários lhes pudera valer no passado, porquanto já ao tempo dos governadores Henrique Luís e Marcos de Noronha os primeiros dois grupos de índios praticaram o «corso», que se vinha efectuando de modo mais acentuado, precisamente graças a estas alianças entretanto estabelecidas.

Os governantes, reunidos de urgência, recomendam que se evitasse o recurso à violência e que “Se confiasse que lhes entendessem a Lingoa de persuadidos se puzessê de paz, e se reduzissem a devida fidelid.^e”¹⁹⁹. Naturalmente que se procurava controlar ou evitar alguns excessos, se bem que, perante a revolta dos populares, a sede de vingar os seus mortos e a tensão sentida pelas autoridades locais, dificilmente tal seria tido em conta. Ninguém ousaria dispor-se a entrar em diálogo com tão hábeis e severos guerreiros, tanto mais quando estamos perante a organização de tropas e bandeiras com o fito de, quando muito, aprisionar os mais mansos e de matar os mais aguerridos.

Foi o que acontecera precisamente a 25 e 26 de Outubro de 1759, estando disso conscientes as autoridades nesta reunião:

“Sem que podessem evitar matarem pela resistencia que fizerão 25 Indios Parachios, e recolherem a Aldea de N. Snr.^a das Montanhas [do Ararobá], de Nação Xucurú, 65, entre machos, fêmeas, e crianças [...]”²⁰⁰.

Daqueles a quem fosse poupada a vida, recomendava esta Junta que fossem submetidos e repartidos pelas aldeias que fossem convertidas em vilas. Tal leva-nos a considerar sobre a tensão existente na reunião forçada de tribos distintas e de «prisioneiros de guerra». Obviamente que não se olhava ao impacto social de tais medidas, mas tão só ao proveito de os nativos se submeterem aos brancos e ao Estado.

¹⁹⁹ Reunião no Palácio da Soledade, 25 de Novembro de 1759. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 59f.

²⁰⁰ Idem, fl. 59f.

“[...] submetidos que fossem, e repartissem pelas Aldeas, que novam.^{te} se erigirem em Villas, por ser nestes estabelecimentos mais facil civilizalos, e desterrar-lhes a inveterada ferocid.^e em que estão habituados pela vida sylvestre, que athé agora tem seguido, reduzindo-os ao conhecimento das utilidades espirituaes, e temporaes pelos Vigarios, Mestres e Directores, que S. Mag.^e Fidelissima foy servido dar-lhes, para a sua instrução, por não ser conveniente conservarem-se no predicto districto, pela opozição, e o odio que ficarão entertendo contra os moradores, e Indios Xucuruz [...]”²⁰¹

Neste quadro, a escola de ler e escrever para meninos e meninas índias assumia um papel muito próprio, tendo como principal função a de persuasão, assim como o tentavam os *lingoa* que acompanhavam as bandeiras feitas para combater estes índios.

Curiosamente, neste período fazem ainda diversas referências aos missionários existentes, pela sua utilidade na proximidade que mantinham com os índios aldeados, se bem que já com algumas limitações quanto à sua intervenção em toda esta problemática – mesmo em finais de 1759. Não se trata, contudo, os da Companhia de Jesus, antes se aludindo a outras missões que ainda se mantinham no terreno²⁰². São instruídos pelo governador, na mesma data (23 de Dezembro de 1759) quanto ao modo como deveriam agir na luta contra o índio o sargento-mor Jerónimo Mendes de Paz, o comandante do Ararobá, Manuel Leite da Silva, o comandante do Rodelas, Fernando Dantas Barbosa e ainda o capitão-mor do Pianco, Francisco de Oliveira Ledo. Almejava-se inclusivamente que, uma vez inseridos na sociedade colonial, os índios resgatados obtivessem “instrução civil, politica, e espiritual, que pelos RR.^{dos} Vigarios, Coadjuutores^{67v}, Directores e M.^{es} se lhes facilita, mandando-os remetidos com as percizas cautelas”²⁰³.

Nas mesmas instruções, fala-se de um outro grupo ameríndio que entretanto vinha também praticando uma política de corso: os Carnijós ou Carijós.

“Os Indios Carnijós, ouço terem interrompido a obediencia que devem ao seo Missionario dezamparado a Aldea, e principiando o Corso, de que se pode seguir

²⁰¹ Idem, fl. 60f.

²⁰² Do governador Luís Diogo Lobo da Silva. Recife, 23 de Dezembro de 1759. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

²⁰³ Instruções do Governador Geral de Pernambuco de 23 de Dezembro de 1759. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 67v-68f.

reunirem-se as outras Nações, que já o exercitão [...] hé conveniente que vm. os obrigue a restituirem-se a dita Missão”²⁰⁴.

Acreditamos que tal possa ser uma evidência resultante, em muitos casos, da sujeição a outro *modus operandi*, desta vez com clérigos seculares, não gozando, provavelmente, da mesma tolerância ou da mesma protecção que anteriormente, ou ainda pelo facto de não se sentirem nas condições desejadas dentro da missão. De facto, na freguesia de Ararobá, os Carnijós achavam-se aldeados na Alagoa da Serra do Cumunaty, na aldeia da N. Sr.^a da Conceição, com um clérigo, de acordo com o mapa proposto por Curt Nimuendaju. Os Xocó e os Xucuru também se encontravam aldeados

O governador desta capitania encontrava-se bastante ciente do que implicava a administração destas novas povoações:

“[...] alem da mayor despeza, que se segue a R.^l faz.^{da}, na duplicidade das congruas, e custo que acrescía a poremse-lhes as providencias de Directores, e Mestres, p.^a os instruirem, ainda sem faltar nos ornatos das Igrejas, fabricas, e guizam.^{tos} com que de preze.^e se lhes concorre [...]”²⁰⁵.

Em carta datada de 13 de Julho de 1760, o sargento-mor Jerónimo Mendes de Paz dá conta ao governador de uma série de movimentações indígenas, tanto de aliados como daqueles contra os quais se lutava por intermédio de bandeiras. Fora ele, na verdade, o oficial indigitado na Junta convocada a 25 de Novembro de 1759:

“[...] se assentou unanim.^{te} pelos Ex.^{mo} e Rm.^o Snr. Bispo, o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. General, e o D.^{or} Ouvidor Geral, que se nomeasse official capaz, para hir someter as referidas Nações, com a ordenança do districto, e Indios Xucuruz, da sobredita Missão de N. Snr.^a das Montanhas do Ararobá, para a qual deligencia se reconhecia haver no Sarg.^{to} Mor Jeronimo Mendes de Paz, todas as qualid.es necessarias, alem da grande experiencia que tinha dos Sertões, pelo muito que nelles havia assestido, em outras do Real Serviço, e se fornecesse para esta de tudo o que fosse necessario pela Real Fazenda, recomendandose-lhe, que as quatro Nações ditas de curso procurasse quanto estivesse da sua parte, reduzilas a 59v devida obediencia, pelo meyo da brandura, e suavidade,”²⁰⁶

²⁰⁴ Idem, fl. 68v.

²⁰⁵ Idem, fl. 69f.

²⁰⁶ Idem, fl. 59v a 60f.

Escrevendo a partir do Alojamento da Serra Tulhada da Ribeira do Pajaú, deixamos perceber o envolvimento de missões, nomeadamente de Franciscanos, servindo os índios aí aldeados na luta contra os povos adversários. Por esta altura, havia índios Corema na Missão do P.^e Fr. Prospero, tendo sido formada uma “tropa de 30 Índios”, conduzida “por um cap.^m dos mesmos”. Estes soldados haviam sido reunidos com os “que pode axar maes a mão nos matos vizinhos da Missão”, reforçando-se com esta tropa a bandeira de João da Fonseca. São ainda mandados vir índios do Rio de São Francisco, chegando até ao Alojamento das Flores 18 índios Tamaquius e 6 Caracuis/Karacuis. Outras tribos andavam noutras bandeiras por aquelas paragens, nomeadamente Índios Xucurus de Monte Alegre.

Contudo, nem sempre os missionários cooperaram com as bandeiras. Na verdade, nesta mesma carta se assinalam algumas contendas com o missionário dos Coripó e o missionário de Sorobabé. Aludindo-se ainda ao do Brejo, assinala-se a sua cooperação no envio de índios para a luta armada no mato:

“[...] e os maes não vieram; porque o Missionario dos Coripos dizendo que lhe não emportavam bandeiras e que não comia delas, os meteo em tres canoas para lhas remarem pelo rio asima e se foi com elas a carregar de sal ao Pilão Arcado e as salinas de sima em distancia de oytenta ou noventa legoas, e junto com os Caracuis levou o resto dos Coripos que não xegam a mea duzia. O Missionario do Sorobabé sacudio o Cap.^m Mor daquela Aldea com um latego [?] de coiro cru por querer mandar toda a gente que podia para a bandeira. O do Brejo tem mandado alguns Índios que tem buscado a missão [sic] para onde estiverem ate ^{93f} agora: e com isto se tem atemorizado tanto os do mato que não á poder colhelhos [sic]. Todos estes são Portuguezes e Frades Franciscanos. O do Arapuá que é Capuxinho tão bem quis em pedir que os da sua Misão viessem dizendo que V. Ex.^a lhe disera nesa Praça que a sua missão não era desta Capitania mas sim da da B.^a porque a ilha em que está situada em [sic] maes xegada a parte da Bahia, como se ele não soubese que todos os moradores da[s] Ilhas ainda que estejam maes encostados a outra margem são do Bispado, Governo, e Comarca de Pern.co sem niso nunca aver duvida.^{93v}”

Dois factos a destacar: por um lado, a adesão dos missionários franciscanos à formação de bandeiras com colaboração de índios aldeados. Por outro lado, levantam-se algumas questões que se prendiam com a jurisdição sobre determinadas missões que estariam entre Pernambuco e a Bahia, muito embora as autoridades locais houvessem determinado que todas as ilhas situadas no Rio São Francisco – pelo menos naquelas paragens – estariam sob a acção de Pernambuco.

Reunidas as bandeiras e reduzidos alguns índios do mato, veio-se a ensaiar a sua integração nas aldeias missionadas. O resultado nem sempre foi o esperado, sendo disso exemplo o testemunho de Jerónimo Mendes de Paz a Luís Diogo Lobo da Silva, escrevendo a partir do Recife, em carta de 7 de Maio de 1760. Profundo conhecedor da realidade no terreno e das relações estabelecidas entre comunidades ameríndias distintas, não deixa de assinalar o carácter que observa em cada uma delas:

“No que respeita a repugnancia que vm. encontra nos Indios Parochios, a se reunirem com os ^{81f} Xucuruz, da Ald.^a de N. Snr.^a das Montanhas, a comtempley sempre, por não ser natural deixassem de ter huma vehemente antipatia, com aq.^{les} mesmos, que os havia subjugado do livre curso em que vivião, sem mais ley, que a da sua vont.^e, e esta hé razão porque sempre entendi ser mais conveniente remetelos vm. p.^a huma das novas Villas estabelecidas na comarca do Ciará, aonde alem de não serem vistos com dissabor pelos seos antigos habitantes, acresce a de poderse entender, que como são reguladas por Directores, os tratarão na forma das ordens de S. Mag.^e Fidelissima, e Directorio com piedade proporcionada a conciliar-lhes os animos, e em nenhum cazo seria mandarmos ao snr. Bispo para os persuadir, por senão seguir desta jornada mais que dezembolço percizo com a sua vinda, e não confiar de mim obteria delles, o que vm. não conseguia p.^{la} activid.^e que lhe reconheço. ^{81v}”

“Sobre os Indios do Curato do Bom Jardim, não me lembra mais que agregando-se em huma serra delle varios, que andavão dispersos das suas Ald.^{as} mandando proceder a exame por queixas que me fizerão os moradores circumvezinhos ^{83v}[...] Creyo que receozos do castigo que temerão por alguma travessura que nelles tivessem cometido, tomarão o expediente de se apresentarem a vm. para se ^{83v} reunirem a essa de N. Snr.^a das Montanhas, em que me parece não há inconveniente em se lhes permitir na prez.^e occasião, com tanto que os que forem cazados se acompanhem de suas molheres, e fiquem alistados à mesma Ald.^a, sem a liberd.^e de sahirem della, não tendo permissão que lho faculte ^{84f}[...]”

As mais medidas q vm. tem tomado sobre os Xocos, Mangueza, Obé, e Pipipan, são [acertadas], e como o tempo as tem embaraçado, hé necesr.^o esperar que o mesmo dê lugar a poderem-se practicar, o que vm. regulará segundo o clima, e as estações que predominão no Paiz em que se acha. ^{84f}”

Não deixa ainda o sargento-mor de tecer algumas considerações acerca da eleição dos mestres que se encarregariam de instruir os índios, da formação e utilidade de ofícios mecânicos, nomeadamente com vista à construção de uma escola:

“Bem vejo que a eleiçam do Director, e M.^e hade ser o ponto mais difficil, porem da p.^{te} ^{82v} de vm. Não está mais que aplicar-lhe os meyo, e eleger p.^a o dito emprego aq.^{les} em q.^m achar circumstancias mais porporcionadas [sic] a exercelos tendo a de viverem em sitio em q. possão assistir a obrigação que lhe toca. ^{83f}”

[...] A eleyção de M.^e dos rapazes acho acertada, e em tudo o mais me persuado procederá vm. Com a mesma iguald.e, e toda a reflexão, e da Mestra das meninas, basta que saiba fiar, e cozer a roupa do Paiz precisa para cobrir a nudez em que vivião.

A miseria de mantim.^{tos}; e falta de off.^{es} necessr.^{os} p.^a o exercicio dos Off.^{os} precizos em toda a povoação são oas monstruosos pastos da errada politica em q. estes miseraveis athé o prez.^e tem sido entretidos, e assim não me admiro das impossibilid.^{es} que tem originado, e na prez.^e situação combatem a vm., p.^a não adiantar tudo o que dezeja, a forma que se deve dar a essa terra, p.^a o que se faz percizo [sic] que vm. mande quatro rapazes p.^a aprenderem os Off.^{os} mecanicos, de que diz há mais carencia, e relaçam da ferram.^{ta}, e ferragem que necessitapara se fazer ao menos huã interina Cadea, e Escolla que verey donde se pode tirar alguã couza com que se ^{83f}ajude essa despeza na p.te dos jornaes [jorna=salário] dos Mestres, e sustento dos trabalhadores que devem concorrer nestas obras do bem commum, sem estipendio destrutivam.^e, de sorte que com iguald.^e trabalhem todos na justa p.^{te} que lhes competir sem os divertir [alhear, distrair] das suas Lavouras, e desta sorte hé que se pode hir insensivelm.^{te} vencendo os obstaculos que há duzentos e tantos annos, se tem tão lastimozam.^{te} estranhado.^{83v}

Aqui estabelece-se de facto uma diferença no ensino das meninas índias, as quais não eram sujeitas à aprendizagem da leitura e da escrita, nem dos princípios mais elementares de matemática.

A ideia da construção deste edifício não caiu por terra. Com efeito, deparamo-nos com novas evidências numa outra carta do sargento-mor ao mesmo governador, referendo-se à despeza de tal edificação «polivalente»:

“Não me rezolvo mandar a vm. prezentemente algum dinhr.^o para a factura da Caza de Escola, armazém, e cadea, por entender faria mais conta para se conseguir a sua construçam na forma que na ^{85f}antecedente lhe expliquey, hir empregando em generos, que nesse sertão valem dobrado ^{85v}[...]”²⁰⁷

Apesar de todos estes planos, ainda assim não deixava de se verificar a fuga de índios para o mato. Não por mero capricho, mas pelo facto de não lhes ser proporcionado qualquer meio de sustento. A tal acresce o facto de por esta altura se registar no sertão um período de seca, que afectava tanto as culturas como a criação de gado, como o sentiam as populações de colonos.

“A falta de sustento, que os briga a buscarem o matto no tempo mais proporcionado a fazerem as suas plantas, hé nascida da nenhuã cultura, em que se empregavão, e da carencia desta provem as hostilidades, que praticavão em prejuizo daquelles que fazião alguã, e criavão seos gados; destruido este abuzo, com os meyoys que vm. lhes aplica, ferram.^{ta} que se lhes dá pelas q na antecedente apontey, e obrigando-se a cultivarem as suas dattaas [sic], cessavão com o tempo estes tão destrutivos inconvenientes, com tanto que se obriguem, a não viverem sepultados no criminavel ocio, em q, athé agora os

²⁰⁷ Recife, 21 de Maio de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

entretinha a prejudicialissima preguiça, ou ^{85v} mao systema, por que herão regulados, a que dá superabund.^e providencia o Directorio, ohrigando a trabalhar os Omissos nas suas dattas, nas que toção aos pobres, e veuvas, que deve vm. recomendar ao Director com pontualid.^e ^{86f}[...]”²⁰⁸

O seu retorno à selva é por vezes justificado com contornos curiosos. Jerónimo Mendes de Paz, atento à dinâmica indígena local, dá conta da falta de mão-de-obra, fugindo novamente os índios,

“[...]porque desde que comessaram a amadurecer os unbuz, que são umas frutas, em que se sustentam estes mezes em que se costumam sustentar estes mezes [sic], e que os não á se não de trez ou quatro legoas por diante desta povoação, não á quem possa ter mão nestes Indios, e se foram todos, ficando apenas umas pocas de velhas e meninos, que se sustentam de esmolas que lhes fazem os Padres. Alguns me davam parte que hiam buscar a vida, como eles xamam estas suas colhe[i]tas ^{88f}[...] la se deixaram ficar ate agora, o que não cauza novid.^e a quem os conhece, que não á quem os capacite a estarem na povoação neste tempos. E me é preciso levar esta gente a geito na conjuntura em que me axo em vesporas de necessitar deles pera as entradas do gentio Parachio, Pipipam, Xocos, Goguez &, fazendome dezentendido, e estúpido.

O comũ desta gente não se quer acabar de capacitar a se aplicarem as Lavoiras, e tudo que é tira-los de andar continuamente pelos matos, lhes é tão violento, como contra o seo natural, e menos penozo seria a um corteção velho ou a um omen [sic] de letras a vida vagabunda dos Tartaros, do que a estes omens a vida e sociedade civil.”^{88f} [...]

Esta gente apenas averá vinte que plantam, e do trabalho deste se sustentam todos alguns mezes, porque tanto que estam as lavoiras em termos de colher se xegam todos à aldeia, e quanto que acabam o mantimento que á, se vai cada qual por seo caminho retirando. Disto mesmo se queixam alguns Indios que são vaqueiros, e vivem em algumas fazendas, desta vezinhansa ganhando o quarto do que criam, onde plantam alguma coiza; porque com pretexto de vizitas se lhes vam meter alguns destes seos parentes em caza com suas familias, e delas se não retiram até não darem fim a tudo quanto o outro miseravel tem, e me requerem que não deixe ir a vizitas estes seos parentes.”^{88v} ²⁰⁹

Como vemos, esta fuga não olhava a meios, não hesitando em deixar para trás os mais idosos e até crianças. Uma vez abandonados, deixados à sorte, estariam sujeitos a uma mais acentuada marginalidade. O mais grave é verificar-se uma ausência de acompanhamento dos que ficavam, parecendo não haver afinal quem se interessasse por

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Carta de Jerónimo Mendes de Paz para o Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva. Povoação de Monte Alegre de N. Snr.^a das Montanhas, 18 de Abril de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

os integrar na população. Ainda assim, tal suposto «abandono» previa que de algum modo seria mais fácil de serem assim sustentados do que no sustento que teriam de encontrar na selva, por vezes obrigados a percorrer longas distâncias. Ora, salvaguardando-se os mais frágeis membros da comunidade, o retorno dos mais saudáveis e robustos far-se-ia quando não encontrariam melhor meio de garantirem a sua sobrevivência, podendo assim aproveitar para levar consigo os juvenis que entretanto haviam crescido na aldeia.

Mas nem todos se dedicavam a um estilo de vida nómada. Havia índios que optavam por se fixar, não deixando contudo de estar sujeitos a formas diversas de «pilhagem», fosse ela pelos indigentes que de outro modo não encontravam sustento, fosse dos próprios parentes que, sazonalmente, se aproveitavam dos laços familiares para consumir tudo quanto pudessem, sem qualquer contributo da sua parte. Estava Jerónimo de Paz bem ciente da dificuldade desta missão:

“Pelo que Exm.º Snr, é necessario muita paciencia e tempo e alguma despeza de ferramentas para ir com muito vagar [,] geito e brandura introduzindo nesta gente outro sentimento, e reduzindo-o a modo de vida civil; porque o mao habito e exemplo dos paes e avos em que foram sempre sem interrupção criados, junto com as praticas dos velhos, em que esta gente tem maes fé e confiança que nos Santos Evangelhos, e que tem para com eles maes força que a rezão, e evidencia tem tornado o seo costume em natureza, que é trabalhoza de vencer[.]”²¹⁰

As informações que apresenta ao governador da capitania são aliás recolhidas a partir da correspondência mantida com vários postos militares distribuídos pelas várias freguesias do Sertão, como sejam o Tenente-coronel e Comandante Fernando Dantas Barbosa, oficiais da Bandeira do Partido do Pianco, alferes João Freire, capitão-mor do Pianco Francisco de Oliveira Ledo, comandante da freguesia de N. Snr.ª do Ó da Vila do Penedo o capitão Inácio de Barros Leite, o capitão-mor da Vila do Penedo Francisco de Sousa Caldas, o capitão Faustino Vieira, o Mestre de Campo Pedro de Almeida (Cabo dos Carijós da Missão do Cumunaty), o capitão Cosme Roiz, Furriel da Cavalaria Julião de Matos (ambos cabos das tropas que entrarão na Ribeira do Moxotó, Riacho das Cangalhas, Rio de São Francisco e Pajaú), os capitães Marcos Alvares da Costa e

²¹⁰ Idem, 88v.

Cristóvão Vieira da Cruz (ambos Cabos dos índios Xucurús da povoação de N. snr.^a das Montanhas de Monte Alegre), o governador dos índios Leandro da Silva, o capitão-mor Vitoriano Ribeiro Ribas, o capitão Francisco Gomes, o comandante e Principal da Missão do Curral dos Bois, o capitão de campo João da Fonseca, os capitães dos índios Panatís Cosme Dias da Silva e João Roiz da Cunha, o capitão-mor dos índios Icozinho Frutuoso Barbosa da Cunha, o sargento-mor dos índios da nação Icozinho da Aldeia de Santa Luzia Pedro Soares de Mendonça, entre outros²¹¹.

De entre as várias entidades com quem mantinha correspondência, incluem-se ainda moradores que colaboraram nas bandeiras constituídas em perseguição das quatro tribos de índios inimigas, bem como o padre Francisco de Amorim Rego, missionário do Cumunaty, onde se encontravam aldeados Carnijós. Este padre solicita que, contrariamente ao que lhe fora recomendado, não fossem ali recolhidos os Parachios presos nas bandeiras, “que como sam homens criados naquellas catingas [advindos dos Poções Rio dos Cabaços], só seguem o que lhes dita o seo parco discurso”²¹². Em resposta, o sargento-mor acaba por adoptar uma posição neutra, não querendo ir contra as disposições do Givernador daquela capitania nem contra as posteriores determinações do bispo de Pernambuco, antes louvando a «caridade e zelo» do padre em acolher aquelas almas na sua missão²¹³.

Numa outra carta, não deixa de tornar evidente a desconfiança com que encarava certas missões que, a seu ver, não contribuíam para converter os «índios silvestres» em «índios domésticos», referindo-se de modo muito concreto precisamente a esta missão:

“Receei muitos encontros, que não sei como os venci, que me desvanecesse o bom sucesso da deligencia derigida aos Parachios; e o que mais me fatigou o juizo foi dispola em tais termos que ate aqueles mesmos que necessariamente para ela deviam concorrer, ignorassem o mesmo que faziam. Porque o interesse particular que alguns tinham no comercio com estes Indios pezava maes que quantos escandolos, e prejuizo eles [sic] davam a todos os vizinhos e aos outros Indios domesticos. Ate por via do P.^o Fran.^{co} de Amorim Rego Paracho dos Carnijos da Aldeia do Panema, que tenho oje mandado xamar Povoassão de Agoas Belas intentaram embarassarme, procurando

²¹¹ AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 96f a 117f.

²¹² Carta do P.^o Francisco de Amorim para Jerónimo Mendes de Paz. Missão do Cumunaty, 20 de Abril de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 115v.

²¹³ Carta de Jerónimo Mendes de Paz em resposta ao P.^o Francisco de Amorim. N. Snr.^a das Montanhas, 25 de Abril de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 115v.

interessar a sua singeleza, por lhe não xamar industria, revestida em capa de zelo para atraí-los para a sua Missão, e com isto descuidarme de os desalojar do seo antigo ninho, ou amedrontar-me para os não tirar dela, ainda que conhecesse como bem conhecia, que era o mesmo ficar naquela Missão, que ficarem no antigo estado pela vezinhança daquele lugar a sua abitação [sic] velha, e que a mudanssa para aquela parte não seria por maes tempo que o que eu por aqui andasse com poder que eles temessem para que quanto que cessasse a ocasião do temor tornarem ao estado, em que dantes estavam.^{89v,214}

Jogos de interesse, conflito de poderes, questões que atearam uma crescente desconfiança desta vez em relação a missões de outras ordens religiosas no terreno. Notando algum embaraço nos planos previstos para a reuniam e civilização de índios em povoados, pela resistência observada por parte dos missionários ainda existentes na região, uma das opções acabaria por consistir na nomeação de um Director, como aconteceu para a Missão do Cumunaty:

“Nesta ocasião leva o Directorio dessa Povoação o Capp.^m Joam Rabello da Costa a quem tenho elligido seo Director emquanto não posso hir nella o que farey [...] Essa Missam se deve daquy emm diante chamar a Freg.^a e Povoaçam de N. Snr.^a da Conceyção de Aguas Belas e vm. seo Paracho, e não Missionario, e no temporal hade ser governado pelos seos Cabos com concelho do Director, e em tudo se hade observar quanto permitir o estado prezente, o Director, e instrucções, que para o seo governo tem dado o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Gen.^{al,215}.

Em Agosto do mesmo ano, o governador recomenda a Jerónimo Mendes que não volte a proceder do mesmo modo, evitando-se a permanência dos missionários que obstassem aos intentos da sua governação, não permitindo que continuem na administração das aldeias, mas antes que sejam escolhidos outros clérigos com mais piedade e menos ambição²¹⁶.

“Estimo que vm.ce tenha criado as povoaçoens do Monte Alegre e Agoas Bellas, e que a ambas desse Directores, e Director [sic] por que se regulem, o que sem duvida não pode deichar de ter sido bastantemente amargo aos seus antigos Missionarios por verem

²¹⁴ Carta de Jerónimo Mendes de Paz para o Governador Luís Diogo Lobo da Silva. Alojamento das Flores na Ribeira do Pajaú, 6 de Julho de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

²¹⁵ Carta de Jerónimo Mendes de Paz para o P.^e Francisco de Amorim. Alojamento das Flores, 3 de Julho de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 116v.

²¹⁶ Carta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva para Jerónimo Mendes de Paz. Recife, Agosto de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 119f-123v.

cortados os mecos com que a custa dos miseraveis Indios, e sem atencão aos remorços da Consciencia, enm respeito as Bullas Appostolicas queirão antes ficar sujeitos as sensuras, que separarse dos injustos interesses ^{121f[...]}” ²¹⁷

O próprio governador tomou a iniciativa de se dirigir directamente a este missionário, confrontando-o com as informações que lhe haviam chegado e recomendando que se dispusesse a obedecer às Reais Ordens, para modelo dos restantes missionários, devendo por isso respeitar as funções do Director nomeado para aquela Aldeia²¹⁸. Também o missionário de Arapuá é alvo de idêntica missiva, onde às tantas se critica o facto de “m.^{tos} dos Missionarios se aplicarem mais aos interesses terrenos q lhe são defendidos q aos Espirituaes”²¹⁹, e ainda a Fr. Prospero de Milão, capuchinho italiano junto dos índios Corema²²⁰.

Alude-se na carta de Jerónimo Mendes de Paz para o governador Luís Diogo Lobo da Silva, de 6 de Julho de 1760, a vários povoados com índios: Missão da Aldeia do Panema, convertida na povoação de Águas Belas, Missão do Curral dos Bois (cujo Principal era o índio Veríssimo Martins Bezerra, com quem este sargento-mor mantém contacto), Missão de Capuchinhos do P^e. Fr. Prospero (com índios Corema – será a do Sertão do Piancó, de N. Snr.^a do Rosário, pelas indicações de Curt Nimuendaju), índios de Tacoaritinga. Povoações que não estariam muito longe do Piancó e de Monte Alegre.

Na alusão que é feita aos índios Corema, que inicialmente se haviam juntado a uma das bandeiras, refere-se que entretanto “se tinham levantado, e era certo que eles andavam no mato e não acompanharão a Bandeira como acompanharam os das maes

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Carta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva para o P^e. Francisco de Amorim, missionário dos Coripó. Recife, 5 de Agosto de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 127f-128f.

²¹⁹ Carta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva para o Missionário do Arapuá. Recife, 5 de Agosto de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 129f.

²²⁰ Carta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva para o P^e. Fr. Prospero de Milão. Recife, 4 de Agosto de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 131f-132f.

nações do destrito do Pinhanco^{91v}, abandonando até a própria Missão de padres capuchinhos. Mas Jerónimo Mendes vai mais longe:

“Que os Indios não acompanhasem a Bandeira me deo cuidado; porem enquanto a estarem por este tempo fora da Misão não é novidade: antes a seria grande se eles aly estivessem, sendo este o tempo em que já os milhos tem grão e não ainda chegada a monção e tempo de os ter o Padre recolhido nos seus celeiros; porque eu não conheço só de agora o P. Fr. Prospero de Milão, o qual nas Missões do Enxu, do Apudi, e do Miranda onde esteve sempre costumou a mandar os Indios para o mato e não consentia lhe puzesse algum os pez na aldeia por semelhante tempo a fim de que lhe não comessem alguma espiga de milho, ou algumas bages [vagens] de feijão que lhe plantaram, e lho podese vender depois todo no inverno seguinte, ou quando já não á legumes, por exorbitantes preços. Estes Padres Capuxinhos não são todos tão santos como parecem, porque alem de serem omens como nós, são Estrangeiros como os outros e Italianos como eles sos. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Não são convenientes ao Estado Estrangeiros entranhados nos centros do Brazil, e tão familiares dos Indios dos sertões: os destas capitanias quaze todos foram parciaes dos Olandezes, que para se fazerem deles bem quistos [?] cuidaram em se conformar aos seus costumes^{91v}[...]”²²¹.

A sua desconfiança face a estes missionários estrangeiros é bem notória e reveladora de mágoas passadas. Mas mesmo com a transição para um novo modelo de administração das comunidades ameríndias, surgem denúncias da parte dos próprios índios, descontentes com as suas condições de vida e com a governação a que estavam sujeitos, tendo-se por isso optado por colocá-los sob a tutela de Director. Veja-se o caso das acusações feitas pelos Carnijós:

“Quando vieram ao cancalaco [?] os Indios Carnajos me expuzeram parte das suas micérias, e das vexações que exprementavam debaxo do Governo, e administração do seo Misionario, pelo que mandei logo xamar a João Rabelo da Costa, a quem tinha prevenido e o encarreguei de ser Director daquela gente entregando-lhe um livro em que tinha feito copiar o Directorio ao pé do qual lhe pasei nomeação^{92v}”²²².

Tal situação não era nova. Recorde-se o que já tivemos ocasião de verificar nas instruções emanadas pelo governador de Pernambuco a 23 de Dezembro de 1759, referindo-se, a dada altura, à desobediência de Carnijós ao seu Missionário, tendo inclusivamente abandonado a missão onde se encontravam aldeados. Tais dados haviam sido do conhecimento do sargento-mor Jerónimo Mendes de Paz, do comandante do

²²¹ Carta de Jerónimo Mendes de Paz para o Governador Luís Diogo Lobo da Silva. Alojamento das Flores na Ribeira do Pajauí, 6 de Julho de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

²²² Idem.

Ararobá, Manuel Leite da Silva, do comandante do Rodelas, Fernando Dantas Barbosa e ainda do capitão-mor do Pianco, Francisco de Oliveira Ledo.

O que é certo é que se consegue reunir 169 índios Parachios, dos quais 129 seriam rapazes – ou então jovens de ambos os sexos, o documento não é muito esclarecedor neste aspecto - acompanhados de um capitão e oito soldados de ordenança, chegando à vila do Recife oriundos da vila do Penedo, como dá conta o governador em carta de Agosto de 1760. Do destino que tiveram uma vez aí chegados, relata-se que

“composto o seu numero de 129 rapazes de hum e outro sexo os reparty pelos moradores que os procurarão dos mais capazes com obrigação de os vestirem [,] educarem e ensinarem os rapazes a officios, ficando obrigados a entregallos todas as vezes que delles lhe pedisse conta este Governo, ao qual os apresentarão de seis em seis mezes ^{122f} para examinar se satisfazem ao contrato que prometem [,] e os quarenta adultos que ficarão capazes de trabalhar os mandey para o das fortificaçoens pondo correntes para mayor segurança dos oyto que se descobrião principaes Cabeças da sua inobediencia, e fizera o mesmo aos trinta e dous que restavão se os houvesse para se lhes deitarem” ²²³.

5.3.2. Ceará

Longe do florescente e densamente explorado litoral, os recônditos sertões nordestinos eram dominados ainda pelo elemento indígena entre os séculos XVII e XVIII, ainda que, progressivamente, em confronto aberto com os brancos. O domínio territorial fora tomado, por ambas as partes, como uma questão de primeira ordem. Para uns, vital para garantir a sobrevivência da comunidade. Para outros, garante do pleno domínio da colônia pelo Rei e de uma eficaz política de civilização e desenvolvimento dos povos e das regiões. Helder Macedo²²⁴, particularmente orientado para uma análise antropológica dos factos, observa que se registou, no período colonial, uma tentativa de transposição de territorialidades em moldes idênticos aos da realidade ibérica, com um consequente processo que designa não de aculturação, mas de ocidentalização, na medida em que se assiste a um “movimento de difusão da cultura ocidental nas colônias dos Impérios Ultramarinos – em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e

²²³ Carta do Governador Luís Diogo Lobo da Silva para Jerónimo Mendes de Paz. Recife, Agosto de 1760. AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 122f.

²²⁴ Helder Macedo, “Populações indígenas e ocidentalização no sertão da capitania do Rio Grande do estado do Brasil”, in *Revista de Antropología Experimental*, nº 6, 2006, pp. 221-234.

dos territórios do Novo Mundo”²²⁵. Ainda assim reconhece, neste quadro, como a imposição da cultura ocidental – ou, se preferirmos, europeia, de matriz ibérica – não se operou de modo homogêneo, tendo sido permeável à natureza dos povos em contacto e do contexto geográfico, gerando, por seu turno, uma série de «especificidades».

Tomando por referência a abordagem conceptual feita por Serge Gruzinski em *O Pensamento Mestiço*²²⁶, Helder Macedo encara ainda a aculturação à luz da problematização de Nathan Wachtel, enquanto fenómeno contínuo e dinâmico que vai muito além de uma mera evolução ou de uma lógica dominador-dominado. A partilha registada nos povos em contacto leva, com efeito, a que uns e outros beneficiem, de forma consciente ou inconsciente, do enriquecimento das suas práticas, não apenas culturais mas inclusivamente a nível linguístico ou comunicacional²²⁷.

Contrariamente ao esperado – ou ambicionado – a imposição da cultura dos brancos não conseguiu nem resultados imediatos, nem uma civilização eficaz e plena dos ameríndios.

“Esperava-se que esse movimento de imposição expurgasse o universo de pensamento e os saberes dos indígenas, mas, o que se observou, pelo menos nos idos dos séculos XVI em diante, foi que a Ocidentalização andou lado a lado com outro fenómeno, o da mestiçagem.”²²⁸

Aos olhos dos brancos, só havia dois tipos de índios: os «mansos», que se submetiam ao seu domínio, sendo facilmente catequizados e postos ao serviço da sociedade colonial; ou então os «tapuia», que preferiam refugiar-se em meios mais agrestes e inacessíveis aos forasteiros europeus. Resistentes a qualquer forma de domínio por parte de outrem, estavam, porém, mais sujeitos aos caprichos dos colonos, como tão bem sintetiza Macedo:

²²⁵ Idem, *ibidem*, p. 226.

²²⁶ Entre outros estudos onde dá conta do reflexo da ocidentalização na América Hispânica.

²²⁷ Uma abordagem que, de resto, não é nova, pois já Buarque de Holanda, em 1957, a discutira em *Caminhos e Fronteiras*, onde propôs uma nova leitura do fenómeno, envolvendo tanto os indígenas como os portugueses.

²²⁸ Helder Macedo, *op. cit.*, p. 227.

“Essa percepção dicotômica a respeito dos índios gerou uma primeira territorialidade dos nativos, baseada no critério de localização geográfica e de maior ou menor adaptação ao sistema colonial.

A ocidentalização, na América Portuguesa, tomou rumos diferentes, vez que passou de uma fase de aproveitamento do contingente autóctone enquanto mão-de-obra escrava para outra em que esse mesmo contingente sofreu um duplo processo de aculturação, haja vista sua não adaptação ao trabalho servil: os índios passaram a ser considerados *livres* (após 1570) e vassalos do Rei de Portugal, desde que se convertessem à fé católica romana. Os nativos que fizessem oposição a esse mister cairiam na malha jurídica colonial da América Portuguesa e, através dos mecanismos do *resgate* e da *guerra justa*, poderiam ser escravizados ou mortos.”²²⁹

A interiorização das missões a partir de Pernambuco chegou até ao longínquo território da capitania cearense, vizinha daquele que seria o Estado do Maranhão e Pará. O sucesso de semelhante empresa esteve condicionado tanto pela presença de franceses como, mais tarde, dos neerlandeses, concentrados no litoral, mas cuja manutenção de alianças com vários grupos indígenas, entre os quais se contavam os Potiguára, dificultaria, sobremaneira, o domínio da região e o adentramento pelos inóspitos sertões.

Não bastou somente a vitória perante estes invasores europeus. No plano da assistência religiosa, a constituição e fixação de missões enfrentou a dificuldade de entendimento com povos falantes de outras línguas distintas do Tupi, a instabilidade política e o nomadismo de algumas comunidades nativas e a sua suspeição perante o domínio do branco – mesmo se revestido pela batina. Ainda na viragem da centúria de quinhentos, os esforços dos missionários multiplicavam-se em investidas nem sempre bem sucedidas – e por vezes até com resultados particularmente trágicos – não obstante se fazer premente a sua fluência e língua geral.

Com o tempo, porém, várias ordens religiosas se foram aventurando no sertão e conseguido pacificar alguns grupos indígenas, mesmo enfrentando a desconfiança dos moradores que entretanto até ali se haviam deslocado, em busca de condições propícias ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Em certidão passada pela Fazenda Real e almoxarifado da capitania do Ceará²³⁰, na pessoa de Jorge Pereira, é referido o

²²⁹ Idem, *ibidem*, p. 228.

²³⁰ Certidão passada por Jorge Pereira, membro da Fazenda Real e Almoxarifado do Ceará. Janeiro de 1696. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 33, rolo 1.

Padre João Leite de Aguiar, missionário na aldeia dos “Jaguariburos”²³¹, que ali assistira aos “tapuias jaguariburos”, tendo a sua saída causado grande desgosto para estes índios. Numa consulta do Conselho Ultramarino alude-se novamente ao caso da actividade missionária deste clérigo do hábito de S. Pedro junto dos índios “jaguaribaras” – certamente aparentada com os Potiguaras – a mando do bispo de Pernambuco, D. Matias de Figueiredo. Refere-se como se devera a ele o aldeamento desta comunidade,

“baptizando a mayor parte delles com o gloriozo sucesso, de que treze dos meninos Indios inoçentes fossem goardas da gloria do Criador, como tambem alguns dos adultos, comunicando, e praticando outras naçoens naquelles çertoens, que achou dispostas para reçoerem o pasto espiritual, como tão bem encontrando em outras a resitença na sua redução;”²³²

Na verdade, este missionário acompanhara as bandeiras de Paulistas – sendo ele originário precisamente de São Paulo – e, a determinada altura, enveredou por Pernambuco, cumprindo as indicações do bispo, deparando-se aí com estes índios, que se encontravam nos limites dessa capitania. Aldeara-os a cinco léguas da fortaleza do Ceará, contando um total de “seiscentas e trinta Almas”. Consegue ali baptizar mais de três centenas de crianças, quatro casais e ensinar a muitos a doutrina. Deste número subtrai treze crianças e três adultos, entretanto falecidos – daí a menção na missiva anterior de que seriam já «guardas do Criador». O seu fervor missionário contemplara ainda as comunidades indígenas circunvizinhas, algumas das quais chegando a merecer a sua assistência:

“[...] assisti a esta missão, e a outras das aldeias fazendo Cappella a huã q não tinha; e fis mimos aos tapuias sem os quais este gentio se não reduz, nem sugeita, porq he gente q se hade levar pella razão temporal athe p.^a receberem o espiritual, e de outro modo não tem remedio.”²³³

²³¹ Poderá ser a aldeia de Guajiris ou Guajiru, nesta mesma capitania, situada no vale do Ceará-Mirim, fundada por António Felipe Camarão, a dada altura administrada por jesuítas e onde se encontrariam aldeados índios Potiguára (família Tupi).

²³² Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 4 de Setembro de 1696. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 34, rolo 1, 1f.

²³³ Carta do padre João Leite de Aguiar. Recife, 15 de Maio de 1696. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 34, rolo 1, 1v.

Sendo um missionário de destacado mérito e com provas dadas, o governador solicitara-lhe que procurasse usar das suas capacidades e qualidades para aldear outras comunidades ameríndias no Ceará:

“[...] fosse a Ribeira do Jaguaribe, e do Assú examinar os tapuias payahus e os gendoïs, se por firmeza da nova Pax querião admitir missão, e povoassois nas ditas Ribeiras: ao q satisfis, e fui loguo a Jaguaribe trinta legoas do Ceara p.^a o sul, e asistindo com os payahús tempo de hũ Mes, os achei contentes [sic] e satisfeitos da minha porposta [sic], e asim convierão em se aldear com missionario p.^a sua quietação, e segurãça de seus Inimigos, e com a emulação dos cathecumenos Jaguaribaras, e me dicerão q logo avizace aos moradores troxecem gados e povoasem a dita Ribeira: a que se deu logo expediçam; Já ficão situados seis currais com suas casas fortes; e brevem.e se espera ver toda a Ribeira povoada com grande utilidade dos moradores e das rebdas de V. Mg.^{de} porq esta he a melhor e mais fertil terra p.^a criar gados q tem todo aquelle sertam. Daqui pasei ao Assú quarenta legoas p.^a o sul, e estive com os tapuias Gendoins quinze dias, aos quais achei m.^{to} rebeldes, e absolutos, e asim não efectuei com elles coza alguã porq me responderão q não querião missão, porq.^{to} os sacerdotes trazião consigo Caruguaras, q no idioma Brazilico quer dizer doenças, ou mal contagiozo.”²³⁴

Este relato fornece-nos importantes pistas tanto quanto ao desbravamento do sertão cearense e ao desenvolvimento demográfico e económico em áreas dominadas por ameríndios - como era ainda o caso de certos cursos de água que importava controlar, possibilitando a sua eventual navegabilidade. Percebemos, graças a esse testemunho, como, em finais de seiscentos, se processou aí a política de fixação dos índios e de que forma as aldeias eram uma garantia de protecção, neste caso em face a tribos inimigas. Torna-se igualmente perceptível que boa parte da população branca viera após a fixação dos ameríndios daquela vasta região.

Não ficara este padre encarregue de todas as aldeias, pois o bispo de Pernambuco, sensível aos seus rogos, nomeara de imediato missionários, não deixando contudo de o encarregar de instruir e reger as aldeias, além de continuar a sua assistência na que primeiro fundara. Não se inibira o referido missionário de fazer algumas acusações, as quais mereceram particular atenção por parte do Conselho Ultramarino, tendo, naturalmente, sido transmitidas ao bispo e ao governador de Pernambuco. As suas denúncias prendem-se com o facto de os capitães das capitanias

²³⁴ Idem, 1v-2f.

nordestinas – ao menos as adstritas a Pernambuco – serem permissivos ao desrespeito dos direitos dos índios. Entendemos, logicamente, que as graves calúnias tiveram por alvo os arbítrios dos moradores, usufruindo de certa protecção, muito embora não deixe de sublinhar a conduta autoritária dos capitães – “são tam absolutos q dizem q V. Mg.^{de} em Portugal e elles no Brazil”²³⁵. Afirma, peremptoriamente, que tal autoritarismo motivara que jesuítas e oratorianos largassem as missões.

O Conselho Ultramarino, atento a todas estas matérias, faz saber ao rei:

“ensinuando tambem que os capitaens de todas aquellas Capitánias, especialmente os do Ceará se oppoem em tudo aos missionarios maltratando aos miseraveis Indios sem lhes pagar o jornal de seu trabalho, e obrando outras insolências que não relatasse [...]”²³⁶.

De todas as missões existentes no Ceará, a mais dilatada foi, certamente, a de Ibiapaba, apelidada por alguns autores de Hibiappába ou Biapina, situada na cordilheira do mesmo nome que se estende de leste a oeste, servindo de limite ao Piauí e a nascente da embocadura do Parnaíba. Ao tempo da chegada dos primeiros exploradores portugueses, era já povoada por 30 aldeias ditas «Tapuias» “que obedecião ao celebre cabo indio apellidado Mel-Redondo”²³⁷. Aos bons serviços prestados naquela serra se ficara a dever a nomeação do oficial de Pernambuco, Martim Soares Moreno, para Capitão-mor do Ceará pelo governador-geral. Relacionava-se de tal ordem com aqueles índios «tapuias» que Jacuna, o seu principal, o chamava seu filho²³⁸. Por esta altura achava-se o norte-nordeste do Brasil invadido pelos Franceses. Cerca de 1614, incumbido o fidalgo Jerónimo d’Albuquerque da expulsão dos gauleses do Maranhão, empreende uma expedição que o levou a estabelecer comunicações amigáveis com os

²³⁵ Idem 2f.

²³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 4 de Setembro de 1696. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 34, rolo 1, 1f. Ainda assim, não fora esquecida a importante acção do missionário João Leite de Aguiar, defendido por esse mesmo facto pelo Bispo de Pernambuco, na altura D. Frei Francisco de Lima.

²³⁷ DE SAINT-ADOLPHE, J. Milliet, *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brazil contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, villa e aldeia*, [trad. Port. Caetano Lopes de Moura], tomo 1, Paris, J. P. Aillaud, 1845, p. 438.

²³⁸ GAMA, José Bernardo Fernandes, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, t. 1º, Século 16º e 17º - Parte Primeira, Recife, Typ. M. F de Faria, p. 105.

«Tapuias da serra da Ibiapaba»²³⁹. Eram, ainda, aliados dos Franceses, razão que motivou Pedro Coelho a ali fazer prisioneiros – que, de acordo com Fernandes Gama, os teria vendido²⁴⁰.

Os padres jesuítas Francisco Pinto, mártir de Ibiapaba, e Luís Figueira, devem, em parte, a sua expedição a Ibiapaba à companhia de alguns desses índios que haviam sido presos por Pedro Coelho. Aliando o recurso a esses intermediários às suas capacidades de negociação e domínio da língua geral – Figueira ainda a estudava, vindo só mais tarde a redigir os compêndios em Kiriri – foram, de início, bem sucedidos. Teriam chegado a 8 de Março de 1607, iniciando a sua acção catequética junto dos Tabajaras da aldeia designada «Taba do Mel Redondo», naquela mesma serra²⁴¹.

A situação dos índios desta jurisdição fora acompanhada de perto pelas autoridades administrativas e eclesiásticas, nomeadamente no reinado de D. Pedro II – muito antes de se consituir, oficialmente, a aldeia jesuíta de Ibiapaba. O próprio P.^e António Vieira estivera naquela serra e falou por diversas vezes sobre as missões e os índios da jurisdição de Pernambuco. As investidas àquela missão foram-se sucedendo ao longo do século XVII, ambicionada por ser campo fértil de almas e flechas, para mais numa localização estratégica entre o sertão e o mar, repartindo-se entre o Maranhão e o Ceará. Em carta dirigida «a um padre provincial do Brasil», datada de 10 de Junho de 1658, dava conta do envio, a partir do Maranhão, dos padres António Ribeiro e Pedro de Pedrosa para aquela missão, incumbidos de prestar a devida assistência “aqueles cristãos e gentio”, não sem antes terem sido devidamente preparados para o que os aguardava.

“Avisaram os padres que no sítio da serra de Ibiapaba havia três aldeias de nação Tobajara, em que contaram até mil e seiscentas almas, e que cedo seriam três mil; que afora esta nação havia ao redor dela muitas outras de língua não geral, alguns dos quais tinham casas e lavouras (que é o indício de serem domésticos) e viviam em paz com os Tobajaras, e que outros com a chegada dos padres vieram pedir e fazer a mesma paz; e

²³⁹ Cf. descrição dos índios incluída em nota de rodapé. GAMA, José Bernardo Fernandes, *op. cit.*, pp. 108-110.

²⁴⁰ GAMA, José Bernardo Fernandes, *op. cit.*, p. 121.

²⁴¹ Capistrano de Abreu, por seu turno, sustenta a presença de Tupiniquins, habitantes do litoral, em Ibiapaba.

que em não muita distância da serra estava o grande rio Pará [Paraguassu]²⁴², habitado de outras muitas nações, não falando nas do Ceará, que fica dali distante duas semanas de caminho.”²⁴³

Tais informações ostentavam já a dimensão esperada de uma das principais missões jesuítas nordestinas, com uma previsão de crescimento demográfico em dobro cerca das últimas décadas de seiscentos. Por essa altura, era o jesuíta Ricardo Careu o padre provincial em Pernambuco, que se encarregou de compor as devidas ordens a serem observadas pelos padres daquela missão. Ainda assim, fora difícil estabelecer comunicação com estes, rodeados de «tapuias» e caminhos pouco seguros. Conseguiu o correio chegar até uma aldeia do Maranhão após ano e meio sem notícias. Tudo corria, afinal, conforme o esperado, embora se tivesse chegado a temer pelas suas vidas e pelo cumprimento do inicialmente acordado.

“Trouxeram estes índios, que foram onze, várias cartas dos padres e dos principais de todas as aldeias, nas quais pedem os principais que se lhe não tirem os padres, nem os queiram obrigar a se saírem das suas terras, e o principal do Ceará, chamado Algodão, se queixa muito de o Padre António Ribeiro ter deixado a sua gente, e pede que se lhe mande outro padre, em seu lugar; e todos prometem ser verdadeiros filhos da Igreja e fiéis vassallos de S. M.”²⁴⁴

Vieira procurou, intencionalmente, responder aos objectivos políticos na relação que fez dos sucessos daquelas missões, demonstrando, de forma bastante nítida, a utilidade de se investir na criação de mais missões naquelas partes, afigurando-se aqueles índios de fácil conversão espiritual e cívica, enquanto vassallos do Rei. Dos do Ceará, até onde António Ribeiro se aventurara, notara Vieira que os ameríndios eram ainda herdeiros “das grandes raízes de heresias dos Holandeses, que entre eles deixaram plantados os muitos anos que ali estiveram”, nomeadamente pela “falta da doutrina e com os maus exemplos dos soldados da fortaleza” – cenário que, aliás, contrastava com

²⁴² Actual rio Parnaíba.

²⁴³ Carta a um padre provincial do Brasil. Maranhão, 10 de Junho de 1658. In VIEIRA, P.^o António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 456.

²⁴⁴ Idem, p. 458.

os “índios da serra”²⁴⁵. Estaremos, afinal, perante etnias distintas, não sendo assim válido o argumento de que tal resultava de uma ainda vívida influência dos neerlandeses.

“Quanto aos índios da serra, dizem os padres que são já hoje duas mil e quinhentas almas, que têm bom natural, que já estão todos baptizados, que já se confessam todos e muitos comungam, que esta Quaresma tiveram os officios divinos com todas as demonstrações de cristandade, e ainda solenidade, por haver entre eles alguns músicos da mesma nação Tobajara, dos que se retiravam de Pernambuco, e que sem dúvida se faz muito fruto, e se espera muito maior [...]. Amam aos padres, dão-lhe todos seus filhos para os ensinarem, como ensinam, a ler, escrever, contar, e a toda a polícia que neles cabe nem lhes faltam com o necessário para a vida, segundo sua pobreza e limitação da terra.”²⁴⁶

Não obstante, neste período o intuito dos jesuítas consistia em fazer passar aqueles índios para terras da jurisdição do Maranhão e não propriamente de ali criar uma grande missão. Sabemos, hoje, qual o rumo da história: perante a resistência indígena - sustentada no temor aos portugueses, no receio das represálias sentenciadas face às alianças que mantiveram em certo tempo com os Holandeses, e no amor à sua terra – e mediante as disposições régias, os jesuítas maranhenses não tiveram outra opção. A propósito dessas alianças, Fernandes Gama recorda como, através do índio Jaguarary, tio de D. António Felipe Camarão, e cuja mulher e filho haviam sido aprisionados na Bahia em 1625, os Holandeses conseguiram um pacto com os Janduí. A proximidade foi de tal ordem que o almirante Walduino Henrick levou da Baía da Traição para a Holanda alguns índios dessa mesma nação, “e o Governo Batavo tinha-se esmerado em os educar com cuidado, com o disgnio de algum dia empregal-os [sic] no Brazil, como Missionarios Politicos”²⁴⁷. Conseguiriam, efectivamente, mover estes índios contra os opositores lusos, causando assim grande obstáculo ao avanço destes últimos, um ódio que prevaleceria ao longo de várias décadas após a saída dos seus aliados neerlandeses.

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Idem, pp. 458-459.

²⁴⁷ GAMA, José Fernandes, *op. cit.*, p. 63.

Chegariam a 16 de Junho de 1658, juntamente com o novo governador, D. Pedro de Melo, as ordens que, ainda dirigidas ao seu predecessor, André Vidigal, requeriam que não saíssem os padres de Ibiapaba. Temendo-se uma nova aliança daqueles índios com os Holandeses, se fossem contrariados, firmava-se, assim, o destino daquela grande aldeia jesuíta. Alegando-se razões do bem comum do Estado e da Cristandade, na prática procurara-se aproveitar daquela disposição natural e afável para com os portugueses, facilitadora de uma melhor sucedida integração social. Vedara-se àqueles missionários a manutenção de uma proximidade realtivamente ao colégio maranhense, devendo dali por diante sujeitar-se a outro provincial: o de Pernambuco. Não quiseram, obviamente, ser acusados de procurar apenas o conforto “das aldeias onde há descanso e proveito, e que por uma parte publicamos desejos de martírio e por outra não queremos estar senão onde há comodidades para a vida, e outras muitas afrontas contra a pureza e generosidade de nosso instituto”²⁴⁸.

As distâncias não eram menores; mas a eficácia da sua acção catequética terá, sem dúvida, em grande parte dependido desta importante decisão. Esta opção beneficiou, ainda, de uma garantia régia: a da construção da fortaleza do «Camuci», prevista para o início de 1659, porto marítimo desta serra, acesso determinante para se poder socorrer e visitar os missionários. E é a este nível e a partir deste ponto que sobressai a retórica vieirina nesta sua epístola:

“Se há tantos que vão de Roma ao Japão por uma alma, não haverá quem vá do Maranhão ao Camuci por tantas? Deus nos dê muito de seu espírito. Por todas estas razões nos parece, Padre Provincial, que a missão da serra de Ibiapaba se continue, e que se não deixem as almas por os índios não quererem deixar as suas terras; [...] As horas do dia são doze, e a mão de Deus não é abreviada. E não só nos parece que os dois padres que ali estão se não retirem, mas que se lhe acrescentem outros dois, e mais se puder ser, para maior decoro e observância religiosa, e para que mais depressa cultivem a serra que têm entre mãos e comecem a meter o arado nas terras vizinhas.”²⁴⁹

Naturalmente que os jesuítas não pretendiam deixar aqueles povos sem assistência. Argumentar, porém, meramente com razões de conveniência, na preferência

²⁴⁸ Carta a um padre provincial do Brasil. Maranhão, 10 de Junho de 1658. In VIEIRA, P.^o António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 462.

²⁴⁹ Idem.

da jurisdição do Estado do Maranhão, tornava-se inviável. Entretanto, havia-se revestido aquela missão de um importante significado político: o de assegurar o domínio português naquela área geográfica estratégica face a um invasor ainda iminente - e salvaguardando-se os índios da tentação de novas alianças com os estrangeiros.

Importa assinalar ainda a manifesta preferência de D. Afonso VI, como previra Vieira, em se prover aquela missão de jesuítas que residissem nas proximidades. Optou-se, por isso que, naquele caso em concreto, e por já aí exercerem o seu serviço, se mantivessem os padres designados de início. Temia-se, ainda que pela sua retirada entrassem outros religiosos - “e os inconvenientes desta mistura com frades bem tem experimentado a Companhia noutras missões, e em nenhuma podem ser maiores que nesta”²⁵⁰.

Por esta altura, as missões cearenses dependiam ainda do Maranhão, conforme assinalava Vieira em carta dirigida a D. Afonso VI, ao mesmo tempo que dava conta da dimensão da implementação da Companhia:

“Trabalharam este ano [1659] nas missões desta conquista vinte e quatro religiosos da Companhia e Jesus, os quinze deles sacerdotes, divididos em quatro colónias principais: do Ceará, do Maranhão, do Pará e do rio das Amazonas. Nestas quatro colónias, que se estendem por mais de quatrocentas léguas de costa, tem a Companhia dez residências, que são como cabeças de diferentes cristandades a elas anexas, a que se acodem os missionários de cada uma em contínua roda, segundo a necessidade e disposição que se lhes têm dado.”²⁵¹

Não dispondo, certamente, do número adequado de missionários para assegurar todas as missões de índios, o regime adoptado parece ter sido o da rotatividade, talvez associado a missões volantes ou itinerantes – geralmente na assistência de aldeias indígenas de menor dimensão. Não deixa, igualmente, de dedicar um pequeno parágrafo²⁵², nesta sua longa descrição do estado das missões inacianas do Maranhão,

²⁵⁰ Idem. Não se esclarece quanto às ordens em causa, podendo ser eventualmente franciscanos, cuja acção é aqui valorizada ao se assinalar não ser justo que lhes fosse atribuído sempre as missões mais trabalhosas e difíceis.

²⁵¹ Carta ao Rei, D. Afonso VI. Maranhão, 28 de Novembro de 1659. In VIEIRA, P.º António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 529.

²⁵² Idem, p. 546.

ao caso de Ibiapaba. Recorda, como já dissera noutra missiva, terem sido aqueles índios, em vinte e quatro anos, “não só aliados, mas vassalos, dos Holandeses, e ainda cúmplices de suas heresias”. Esta menção valoriza ainda mais a conquista espiritual alcançada graças a “dois religiosos da Companhia, que residem sempre com eles”. E por se vincar não ser uma assistência itinerante, maiores foram os frutos colhidos – ou antes assim se pretendia demonstrar: todos os índios, assim como os daquela costa, “reduzidos à obediência de V. M. e ao comércio e amizade dos Portugueses, e ainda a viver nas mesmas terras do Maranhão, aonde muitos se têm passado”²⁵³.

Vieira alude por diversas vezes na sua epistolografia a «Nhengaíbas», uma referência a considerar com as devidas precauções, na medida em que não designava, propriamente, certo grupo étnico, em particular. Derivava de uma caracterização genérica, por recurso a palavra de etimologia tupi, de índios não aparentados com este último tipo. Designava, efectivamente, os falantes da «fala boa» - a língua Tupi. Radica da mesma base que «Nheengatu», a também assim designada língua geral amazónica. Essa diferença cultural sobressai em particular quando este mesmo jesuíta identifica os dois grupos que dominavam e disputavam o território a norte até pelo menos meados daquela centúria:

“Assim que, Senhor, o Estado do Maranhão até agora estava como sitiado de dois poderosos inimigos, que o tinham cercado e fechado entre os braços de um e outro lado: porque, pela parte do Ceará, o tinham cercado os Tobajaras da serra, e, pela parte do cabo do Norte, que são os dois extremos do Estado, os Nhengaíbas.”²⁵⁴

Ainda no século XVII, há um conjunto de ordens através das quais o rei determinara que fossem enviados para o Maranhão “todos os Índios retirados de Pernambuco, q se acharem desdo sitio do Ceará até o de Igbiapába [sic], e suas vizinhanças, e em qualquer outro lugar daquellas costas, ou certões”²⁵⁵, mandando embarcar os índios de todas as aldeias de Pernambuco existentes naquelas partes.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem, p. 547.

²⁵⁵ Extrato de ordens reais que determinam o recolhimento de índios do Ceará à capitania do Maranhão, dirigidas ao capitão do Ceará e ao Principal dos índios, Paulo Bernardes. [Séc. XVII]. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 46, rolo 1.

Autorizava-se inclusivamente o recurso à força, se necessário fosse. Até que ponto esta medida terá tido sucesso, não sabemos. Deduzimos, contudo, que terá originado uma deslocação forçada de etnias para áreas que não lhes seriam familiares, além de, eventualmente, se confrontarem com uma realidade social e étnica distinta.

As deslocações terão sido uma constante, ainda que motivadas por motivos de natureza diversa. Logo nos primeiros anos do século XVIII, o padre Domingos Ferreira Chaves, prefeito das Missões do Ceará e Parnaíba, intentara prover de missionários três aldeias nesta última região, “para cujo comboi lhe sam neçessarios quarenta indios, athé o rio Camoçí”²⁵⁶. Dirigindo-se ao capitão-mor do Ceará, pedia que este os fizesse entregar na Aldeia Nova de N. Sr.^a do Pillar dos Anassés – onde era missionário. Argumentava que “não hé dado ao seu habito andar pellas aldeyas procurando indios”²⁵⁷.

Através de uma missiva redigida no âmbito do processo de medição de terras feita em Fevereiro de 1708, recolhemos alguns dados relativamente à missão jesuíta na Serra da Ibiapaba, a qual contava na altura com 400 casais e duas mil almas. Quanto aos índios que aí se achariam, alude-se apenas aos “Tapuyas Acoansûs, e indios Tabajaras”, assistidos por dois missionários da Companhia de Jesus. Tinha esta missão uma terra com duas léguas na Ribeira do Camossi, tendo-se requerido por decisão judicial que se circunscrevesse a apenas uma légua. Contrariamente ao que se possa supor, não ficava esta propriedade muito próxima da aldeia. Serviria mais do que para a subsistência da missão, pois seria a ideal para a criação de gado vacum e cavalar.

“Esta terra, e Ribeira fica distante des legoas da aldea, e em todas ellas não há outra capax [sic] de criar vacas: o Rio, ou mar para o peixe lhe fica mais distante, onde se vão prover p.^a a Coresma: a dita Serra supposto da bom sustento, e canas, laranjeiras, e varias frutas da terra, não tem comodidade p.^a a criação de vacas, e cavalos por falta de pastos, e agoaas de Veram; e não se ve na dita Serra bicho, nem ave porque os ditos

²⁵⁶ Requerimento do padre Domingos Ferreira Chaves, prefeito das Missões do Ceará, ao capitão-mor do Ceará, [Jorge de Barros Leite]. Ceará, [ant. 11 de Maio] de 1703. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 47, rolo 1.

²⁵⁷ Idem.

índios tudo matão às frechadas, e elles mesmo per si vão dar guerra aos tapuyas bravos sem brancos [...]”²⁵⁸.

A missão da Serra da Ibiapaba não cessou de aumentar ao longo do período em que contou com administração jesuíta. Volvida cerca de uma década, apercebemo-nos de que haveria um número de habitantes que ultrapassava já as quatro centenas, fruto de uma crescente agregação de «tapuyas», tornando-se por isso cada vez mais dificultosa a sua subsistência. A situação era de tal ordem grave que os índios aí aldeados passavam por sérias carências, não tendo o que comer, nem onde plantar, nem pastos suficientes para criar gado na quantidade desejável. Os terrenos que lhes tinham sido atribuídos ora eram desadequados para a prática da agricultura e da criação de gado de grande porte, ora pouco produziam por não se lhes fazer um necessário pousio.

“Dizem os índios da aldea da Serra da Ibyapaba da Captn.^a do Ceara grabde q por elles serem m.^{tos}, e cada ves se lhes agregarem mais tapuyas, q ja oje passam de quatro centos, e por constarem as terras, q lhes foram demarcadas de m.^{tas} penedias, e quebradas inuteis, e as poucas q eram capazes de prantas ja estarem cansadas; nam acham ja aonde possam prantar seus mantim.^{tos} de q naçe haver na aldea huã continua fome, e se não fora a charidade de seus PP. Missionarios, q com algum gado q crião p.^a seu sustento acodem aos mais necessitados, mais de cem vivuvvas dezamparadas, e m.tos meninos orfaons, cujos pais morreram nas guerras, ou de doenças em climas estranhos em serviço dos m.^{res}; morrerião de fome: de q[uem] sam testemunhas todos os m.^{res} vizinhos, q tambem padecem, porq como elles sup.tes nam tem mantim.tos p.^a si, nam podem com elles remediar a outros”²⁵⁹

Por tudo isto, os índios ali aldeados solicitaram o alargamento das terras adstritas à missão de Ibiapaba, da ladeira da Uruoca até ao lugar chamado Itapiúna. Não deixaram ainda de requerer que, por uma grande parte se achar fora da aldeia por períodos prolongados²⁶⁰ ao serviço dos moradores, o rei ordenasse aos missionários não autorizarem o envio de mais do que metade dos índios capazes para trabalhar, ficando a

²⁵⁸ Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D. João V]. Ribeira de Jaguaribe, 13 de Fevereiro de 1708. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 54, rolo1. Um trecho que, sem dúvida, nos fornece curiosos elementos para a compreensão do quotidiano e subsistência desta missão jesuíta.

²⁵⁹ Requerimento dos índios da serra da Ibiapaba ao rei [D. João V]. [Ceará, ant. 12 de Outubro de 1720] AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 65, rolo 1, 1f.

²⁶⁰ Era frequente aqueles índios requisitados para serviços fora da missão permanecerem ausentes por mais de um ano.

outra metade encarregue das lavouras da aldeia, podendo assim contribuir para a redução da fome da comunidade remanescente.

A propósito da origem dos índios que se haviam aí aldeado, refere-se no mesmo requerimento que os seus avós se tinham retirado da Bahia em companhia de “dous outros principais, com numerosas famílias”. Porém, ao atravessarem o rio São Francisco, separaram-se destes, que acabaram por se embrenhar “nas dillatadas serras do Araripe aonde ha mais de cem annos vivem escondidos, e poderam passar de quatro mil almas”. O seu intento era o de, com a devida autorização régia, e munidos de armas com que se pudessem defender dos índios «bravos», irem descobri-los e resgatá-los, “nam só p.^a os fazer christãos, mas p.^a tambem com elles augmentar o numero dos vassallos de Vossa Magd.”²⁶¹. Não deixa de ser curiosa toda esta confiança quanto a ser possível convencê-los a abdicar da sua liberdade para se irem instalar numa aldeia sob o controlo de autoridades civis e eclesiásticas. Alegam ainda no referido documento que a sua aldeia constituía um ponto de passagem de muitos forasteiros que, além de se procurarem hospedar à força nas suas casas, “m.^{tas} vezes desencabeçam suas filhas, e tambem as suas mulheres, p.^a fugirem com elles”²⁶², sem que o seu governador e missionários lhes conseguissem valer, muito embora estes tivessem criado uma casa de hóspedes.

Contudo, nem todos os índios gozavam, de facto, de inteira protecção. O desembargador Cristóvão Reimão foi particularmente sensível ao facto de vários moradores da capitania do Ceará furtarem índias aos seus maridos, uma prática que chegava a remontar a quinze anos – logo, finais do século XVII²⁶³. A situação era complexa: os seus esposos haviam-lhe exposto o caso por requerimento, mas o desembargador confessa não ter deferido tal pedido por falta de jurisdição. Encaminhando-os para a justiça, os índios responderam que “não entendiam o que

²⁶¹ Requerimento dos índios da serra da Ibiapaba ao rei [D. João V]. [Ceará, ant. 12 de Outubro de 1720] AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 65, rolo 1, 1v.

²⁶² Idem.

²⁶³ Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D. João V]. Ribeira de Jaguaribe, 13 de Fevereiro de 1708. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 55, rolo 1.

havião fazer, nem tinham dinheiro que gastar”. Nem os missionários lhes conseguiam valer, pois “os mais dos capitães mores são os de mais piudicial [sic] exemplo”. Em face disto, o desembargador deu conta da gravidade da situação junto do Rei, assinalando ainda a necessidade da imediata intervenção do bispo. Além disto, adianta-se que o capitão-mor impedia os índios de trabalhar, exigindo que obtivessem primeiro uma sua licença. Ainda assim, não deixa de destacar a importância dos índios na capitania do Ceará, os quais eram “de muita utilidade aos moradores da Capitania para o comboi dos gados, e plantar”.

Ainda no tocante à missão da serra do Ibiapaba, muito embora ela conste em nas relações de 1749 e 1760 relativas às aldeias e missões existentes no governo de Pernambuco como se situando na jurisdição do Ceará, tentara-se passar a sua administração para a capitania do Piauí («Piagui»), conforme o ilustra a consulta do Conselho Ultramarino ao rei em Outubro de 1720. Logo na altura, uma multidão de vozes se ergueu contra esta medida: os índios estavam absolutamente contra esta mudança, mostrando-se sumamente “desconsolados”; os oficiais da Câmara do Ceará, os missionários e até os mais destacados representantes eclesiásticos e seculares daquela capitania alertaram para os prejuízos que poderiam daí advir para a própria capitania e receavam que os índios se exasperassem com aquela sujeição ao governo do Maranhão, “o q.¹ ja experimentarão intoleravel em dous annos e meio q estiverão debaixo daquelle jugo cuja tyrannia os obrigou a fugirem e se meterem nos matos em q assistirão trinta annos”²⁶⁴. De resto, sabia-se o envolvimento directo dos índios desta missão, sem qualquer intervenção de brancos, na destruição de “os tapuias q infestavão a Capitania do Piagui e aquella parte do Ceara que lhe fica contigua”²⁶⁵.

Por tudo isto se solicitou que o Rei suspendesse essa desanexação, permanecendo assim a aldeia da serra de Ibiapaba sob o governo do capitão-mor do Ceará. Entretanto, tornara-se a reunir ameríndios a fim de combaterem, ao lado de cem brancos, no arraial do Piagui, em número substancialmente elevado – quatro centenas –

²⁶⁴ Consulta (minuta) do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V]. Lisboa, 16 de Outubro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 66, rolo 1, 1f.

²⁶⁵ Idem.

pelo que se julga bastar enviar apenas metade, podendo estes índios de Ibiapaba contribuir nas partes onde antes já havia defrontado o gentio bárbaro. De qualquer dos modos, tratava-se da reunião de tropas indígenas numa dimensão bastante elevada, obrigando à deslocação de tribos quase na sua totalidade, com todos os transtornos que daí pudessem advir: o desamparo das esposas, a iminência de muitas crianças ficarem órfãs, a redução da mão-de-obra indígena disponível quer para trabalhar a soldo dos moradores nas suas fazendas e engenhos, quer para contribuírem para o sustento da própria missão. Podendo ser os custos tão elevados em termos de desestruturarem as comunidades ameríndias e os núcleos familiares constituídos debaixo da administração missionária, porque se teimava em recorrer a estes recursos humanos na luta contra etnias adversas?

“[...] porque só com a mão dos Índios poderemos sogeitar os Tapuias e gentio bravo e só elles são capazes de penetrarem os matos e certões e defenderem melhor as nossas fronteiras como fizeram estes da serra de Ibiapaba”²⁶⁶.

Conhecedores da geografia do terreno, dos ardis que se entepusessem no seu caminho, das técnicas de guerrilha de grupos seus rivais, seriam sem dúvida bem melhor sucedidos. Nem os missionários encarregues da sua administração estavam completamente alheados. Recomendava-se, inclusivamente, que fossem encarregues de guardar as armas, assim como de só as distribuir aos índios que fossem por eles autorizados. Nesta medida, procurou-se envolver activamente as missões no quadro de defesa de fronteiras internas, neste caso relativamente aos avanços de tribos que não se deixavam controlar pelos colonos. Como tal, o pedido feito no sentido de se fazer uma expedição para se trazer os seus parentes que habitavam na serra do Araripe obteve total apoio por parte das autoridades oficiais, como daqui tão claramente se deduz, interessando sobremaneira ao Estado ter naquelas paragens tão avultado número de vassalos. Obviamente que a missiva redigida da parte dos índios de Ibiapaba soubera cativar a atenção do rei para tal intervenção, estando a sua argumentação longe de ser algo ingénua ou desinteressada.

²⁶⁶ Idem, 1v.

Ainda neste documento se descreve, por testemunho transmitido da parte do P.^e João Guedes, Procurador das Missões, como os índios, sobretudo do Ceará e Rio Grande, eram alvo de portugueses, mestiços e mamelucos que os matavam impunemente, além de as suas mulheres e filhas serem levadas, como aqui já tivemos oportunidade de observar num outro registo²⁶⁷. Recomenda-se, por isso, que se fizesse devassa, recorrendo a informação particular obtida em segredo, por se observar que os culpados gozavam de mais poder e prestígio do que comparativamente com os indígenas vítimas destas injúrias e violências, e ainda que os missionários dessem conta ao rei de tais situações.

A missão jesuíta da Serra da Ibiapaba, apesar da sua dimensão, parecia não servir os interesses dos moradores da região, como o sustentaram em requerimento que fizeram chegar às autoridades competentes cerca de 1737²⁶⁸. Na sua óptica, a aldeia não era nem útil ao serviço de Deus nem de Sua Majestade pois a razão de ser das aldeias de índios consistia em, uma vez tornados «mansos», fariam guerra aos «bravos», razão pela qual tais povoações seriam estabelecidas nas proximidades dos gentios. Ora o que se observava no caso desta missão era precisamente o oposto, posto que se achava integrada numa área de sertões densamente povoados e livres de etnias rebeldes, não se achando, por isso, necessidade de aí se encontrarem. Viam, contudo, existir maior necessidade deles em outros sertões no Norte, distantes de mais de um mês de viagem, (como é dito), nomeadamente da Parnaíba e do Piauí, que se achavam “m.^{to} invadidos pello Gentio da parte do Maranhão”. Argumentava-se, inclusivamente, que a sua deslocação possibilitaria uma resposta mais rápida quando eram chamados a intervir nestas paragens.

A mesma carta prossegue com acusações dirigidas aos padres missionários na aldeia da Serra de Ibiapaba, os quais causavam grande escândalo e inquietações aos moradores circunvizinhos, a saber: um dos padres dotara uma filha com dinheiro conseguido às custas dos índios, “que em seu serviço o ganharão carregando sal para o

²⁶⁷ Idem, 2f.

²⁶⁸ Carta do desembargador Antonio Marques Cardoso ao rei [D. João V], a encaminhar representação dos moradores da Ribeira do Acaraú, sobre a aldeia que os jesuítas administram na serra da Ibiapaba. [post. 12 de Julho de 1737] AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 182, rolo 3.

Piaguy a troco de vacas, com que povoou varios sitios”²⁶⁹; o P.^e Francisco de Lira, superior da missão, acusado de revoltoso e ardiloso, impedia que as índias se casassem com brancos, o que constituía motivo de escaramuças várias e até de mortes; o mesmo superior teria engendrado uma maneira de certos Paulistas que por ali andavam serem mortos pelos escravos, a fim de que aí não permanecessem e causassem prejuízo à sua missão, ficando ainda com uma importante quantidade de ouro que levavam consigo; os jesuítas ocupavam os índios no negócio de venda e compra de gado, evitando muitas vezes que alguns fossem requisitados para a guerra.

Esta serra era claramente alvo de generalizada cobiça, declarando os mesmos moradores que deveria ser repartida pelos restantes criadores de gado da região, bastando para os índios não mais que uma légua, pois só na Serra da Ibiapaba se conseguia produzir mantimentos para aquele sertão e assim se conseguir sustentar os seus habitantes. Além de dispor de grande largura, esta região era abundante em águas e arvoredos. A sua dimensão ascendia, em 1734, a

“mais de mil homens de armas, e grande numero de mulheres e creanças por se compor de varias nações que por industria e zello dos Padres da Companhia aos Indios da lingoa geral se tinham agregado.”²⁷⁰

Dos índios ali aldeados se dizia serem muito preguiçosos, pois “não trabalham senão o tempo que querem” – resultando que, ao conduzirem gado, acontecia abandonarem-no a meio do caminho, com grande prejuízo para os moradores - e muito tímidos, pelo que só na companhia de brancos ousavam afrontar etnias inimigas²⁷¹. Assinalava-se ainda como os referidos índios haviam sido propostos para títulos honoríficos, como foi o caso do hábito de Cristo e o hábito de Santiago, em parte aqui contestado:

“os dittos P.^{es} no septimo Capitulo pedirão para os Indios da ditta Serra da Ibiapaba habitos de Christo que não merecião porque com os homens brancos e Indios do Ceará se pozera livre do Gentio essa Capitania, e não com os da mesma Serra, a dous dos

²⁶⁹ Idem, 2f.

²⁷⁰ Idem, 4v.

²⁷¹ Idem, 13v-14v.

quaes com effeyto hé sabido se fizera a m.^{ce} do habito de Santiago pellos serviços, que tinham feyto os seus Ascendentes na Capitania do Piaguy [...],²⁷².

Os índios da Serra da Ibiapaba participavam ainda em outras tarefas. Há notícia de alguns índios desta missão se encontrarem ao serviço do superintendente das Minas da Prata, António José de Araújo, proprietário de um arraial num recôncavo ao pé desta mesma serra, conhecido como Aubajara,

“donde o ditto tem com muyto trabalho e dispeza cultivado com lavoura de mantim.^{tos} para sustento da sua gente e Indios que pede aos Missionarios das Aldeias tam som.^{te} p.^a as dittas lavouras [e] fabrica de farinhas de q se utillizão os mesmos Indios pella fartura com q os tracta, e prompto o pagam.^{to} de tres varas de pano cada mez, ajuste que fes com os seus missionarios”²⁷³.

Tais justificações surgem no âmbito de existir suspeita de maus tratos que o mesmo proprietário incorresse em alguma ilegalidade.

A missão da Serra da Ibiapaba era o aldeamento de maior dimensão em todo o Ceará, encontrando-se no centro de disputas de ordem diversa, que opôs inclusivamente os jesuítas e algum clero secular. Retomando-se o episódio do ano de 1713, altura em que as capitanias do Piauí e Ceará estiveram em risco por conta de se achar sublevado o gentio pelos seus sertões, temera-se inclusivamente que este se unisse aos índios de língua geral, ainda para mais quando era “raro aquelle que em sua casa não tivesse alguma India tirada das Aldeas da referida Capitania uzando della para offensas de Deos”²⁷⁴ – facto que originara uma Pastoral passada pelo bispo de Pernambuco, ameaçando os moradores que as não devolvessem à sua aldeia, sob pena de excomunhão. Os principais visados foram os moradores da Ribeira do Acaraú.

²⁷² Idem, 16v.

²⁷³ OFÍCIO do capitão-mor do Ceará, João de Teive Barreto e Meneses, ao [governador de Pernambuco, Marcos José de Noronha e Brito], sobre os missionários das aldeias indígenas na serra da Ibiapaba. Fortaleza, 22 de Fevereiro de 1746. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 267, rolo 5, 1f.

²⁷⁴ Carta do desembargador Antonio Marques Cardoso ao rei [D. João V], sobre as disputas entre os jesuítas e o cura, padre João de Matos Monteiro, por causa dos índios da missão da Ibiapaba. [ant. 30 de Agosto de 1745]. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 254, rolo 5, 1f.

Ainda assim, houve quem defendesse tal prática, por falta de mulheres com quem os habitantes brancos daquela região se pudessem unir. No cerne desta contenda, que teve continuação no ano de 1722, estava o P.^e João de Matos Monteiro, pároco da freguesia da Ribeira do Acaraú, de cuja opinião não partilhavam outros clérigos seus pares. Chegou-se a tal ponto que intentou expulsar os padres missionários da Serra da Ibiapaba os quais, segundo dissera, proibiam que as índias desta aldeia se casassem com os brancos. Afortunadamente, obtiveram os missionários a protecção do coronel daquelas Ribeiras, Sebastião de Sá, assim como o apoio dos habitantes da Parnaíba que se prontificaram a defendê-los, se necessário fosse. Não tendo obtido êxito, optou por tentar convencer os índios a requererem licença ao capitão-mor do Ceará, a fim de saírem daquela aldeia que, ao tempo, contava com mais de sessenta casais.

Um dos jesuítas dessa missão, o P.^e João Guedes, fez queixa de toda a situação ao Cabido de Pernambuco, tendo assim o dito cura sido destituído das suas funções e excomungado. Ainda assim, ousou impedir o novo padre de tomar posse do seu Curato, e “desprezando a excomunhão disse missa, e administrou os Sacramentos”²⁷⁵. Gozava do apoio dos curraleiros da sua freguesia que não só o ajudaram contra o novo padre, como em todo o género de difamações contra os religiosos da Companhia de Jesus. Forte opositor da causa contrária, este missionário teria destrutado os moradores da Ribeira do Acaratú, de onde acabaria por ser expulso pelos mesmos²⁷⁶.

Outro problema verificado passou pela ocupação de terras por parte dos índios desta missão de Ibiapaba, já na década de 50, fazendo aí as suas plantações entre outras benfeitorias. Uma vez expulsos pelos moradores, deixaram a ameaça de tornar com um grupo reforçado, impedindo os moradores de permanecerem nessas terras, distantes da

²⁷⁵ Idem, 3f. Mesmo sob excomunhão, chegara a ameaçar de morte um indivíduo, em plena missa, havendo notícia de o primeiro andar “mal encaminhado” com uma “tapuia”, escrava deste último. As acusações surgem de parte a parte, não escapando o jesuíta Sebastião de Sá da acusação de ter urdido uma trama contra o dito padre.

²⁷⁶ Idem, 9v-10f. Quanto ao cura daquela freguesia, não lhe restou alternativa se não, tempos mais tarde, se retirar de vez para Pernambuco e daí para o Reino. Porém, mesmo à distância, tornou a queixar-se dos padres jesuítas da Serra da Ibiapaba, juntando as representações feitas em nome dos moradores da Ribeira do Acaratú – papéis infames, no dizer dos jesuítas - escritas por um religioso da Ordem Terceira de S. Francisco, o P.^e Frei José de Madre de Deus, impedindo uma vez mais que um outro vigário tomasse posse daquela freguesia

missão em mais de vinte léguas²⁷⁷. As alegações dos ameríndios quanto à legitimidade da posse dessas propriedades fora inclusivamente sustentada por requerimento dos seus missionários, tendo-o representado inclusivamente à Junta das Missões de Pernambuco. Na verdade, havia dúvidas quanto à extrema ou delimitação das propriedades dos índios desta missão, “por se nam conhecer realmente o riacho que consta dos seus titulos, por haverem dous de hum nome”. Neste caso, portanto, as disputas deviam-se a uma questão de ambiguidade na interpretação dos títulos de propriedade.

Seriam sempre tensas as relações entre brancos do Acaraú e índios de Ibiapaba com seus missionários? Se por um lado esta missão lhes proporcionava mulheres e trabalhadores, por outro lado estabeleciam com os índios trocas comerciais. Assinala-se nesta mesma carta que os moradores levavam até aquela missão “gado morto, para com este fazer negocio com os Indios a troco de farinha”²⁷⁸.

A área de implantação da missão de Ibiapaba e suas propriedades compreendia tanto território do Ceará como do Piauí, não sendo pois de estranhar o desejo dos moradores cearenses em afastá-los para a capitania do Piauí. Por carta de 1756 o ouvidor do Ceará, Alexandre de Proença Lemos, apresenta os índios ali aldeados como “huns soldados que V. Mag.^{de} tem m.^{to} promptos p.^a tudo” e sem custos acrescidos²⁷⁹. Declara igualmente uma série de abusos face aos ameríndios de ambos os sexos, destacando-se uma vez mais a invasão de terras por parte dos moradores, andando por isso os índios inquietos. Uma contenda que envolvia as terras do lado do Campo Grande e de um riacho das Lages Pretas – no dizer da língua dos índios – consideradas essenciais para o sustento das mais de cem mil almas existentes naquela missão, como também aqui se reitera.

²⁷⁷ Carta do capitão-mor do Ceará, Luís Quaresma Dourado, ao rei [D. José I]. Ceará, 12 de Novembro de 1753. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6, D. 373, rolo 6.

²⁷⁸ Carta do desembargador Antonio Marques Cardoso ao rei [D. João V], sobre as disputas entre os jesuítas e o cura, padre João de Matos Monteiro, por causa dos índios da missão da Ibiapaba. [ant. 30 de Agosto de 1745]. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 254, rolo 5, 11v.

²⁷⁹ Carta do ouvidor do Ceará Grande, Alexandre de Proença Lemos, ao rei [D. José I], sobre a missão dos índios da Ibiapaba e a doação de terras feitas aos mesmos pelo rei D. João V. Aquiraz, 30 de Janeiro de 1756. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6, D. 415, rolo 7, 1f.

Por outro lado, apercebemo-nos de como os índios de Ibiapaba foram frequentemente requisitados no combate e redução de índios nestes sertões nordestinos. Poucos anos mais tarde, mais concretamente em 1728, o governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, refere a intervenção destes índios catequizados no combate aos índios Timbira, os quais, naquele mesmo ano, por volta do mês de Junho, haviam invadido a vila da Moucha, num período em que por aquele arraial não se dispunha de defesa militar suficiente, por se haverem os soldados retirado para outro lugar²⁸⁰. Os índios daquela nação haviam, inclusivamente, posto cerco a uma fazenda chamada Lagoa, a doze léguas daquele arraial, temendo-se novas invasões e a ruína total dos moradores daquela região. O recurso aos índios de Ibiapaba – aqui mencionados, erroneamente, como «gentios», o que, na verdade, poderá servir para reforçar o papel dos soldados índios contra indivíduos de «espécie» análoga - enquanto auxílio à sua defesa parecera a única solução à vista – ou, pelo menos, a resposta mais imediata e eficaz naquelas circunstâncias, perante gentios com tão grande poder de guerra e número de gente.

“o remedio mais prompto p.^a evitar as desgraças temidas era o de nos valermos do Gentio da Serra de Ibiapaba, cujo G.^{or} se achava prez.^{te} na mesma villa da Moyxa, com animo de nos socorrer com cem soldados, e ainda que pellas ordens de V. Mag.^e, estabalecidas [sic] na Junta das Missoens se não pode fazer guerra, sem que prim.^{te} esteja sentençada a nasção”.²⁸¹

Pareceu-nos particularmente interessante a menção feita à Junta das Missões, pelo facto de dar a conhecer, ainda que brevemente, a legislação que na altura vigorava relativamente à guerra contra os índios, no sentido de se comprovar, primeiro, a sua necessidade através de uma devida justificação. Certo é que a autorização em se lhes declarar guerra justa surgiu em Dezembro do mesmo ano. Relativamente aos índios de Ibiapaba, recomenda-se que fosse solicitado ao governador de Pernambuco, a quem

²⁸⁰ Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, a D. João V. Belém do Pará, 25 de Setembro de 1728. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 40, rolo 1.

²⁸¹ Idem, fl. 1v.

pertencia a jurisdição do Ceará, o qual disponibilizaria os índios necessários de modo a “ingrossarem o nosso poder no destricto das ditas terras”²⁸².

Por certidão passada a 13 de Fevereiro de 1756 pelo visitador do Real Hospício do Ceará²⁸³ e Missões, o jesuíta P.^e João Brewer²⁸⁴, ficamos a saber como na missão de Ibiapaba, pouco antes da expulsão da Companhia, conviviam ainda várias etnias ameríndias. A densidade populacional era, efectivamente, elevada, comparativamente com outros aldeamentos missionados por ordens distintas. Assim, e a partir do rol da desobriga²⁸⁵ relativo ao ano de 1755, apresentado pelo então superior da missão P.^e Rogério Caniço, havia 869 casais Tobajaras, 131 casais de três nações de “tapuias” – “Agoanacé, Guacongoaçu, e Iretijú” – perfazendo um total de 1000 casais. Estes últimos seriam identificados como tapuias por, muito provavelmente, não serem de língua geral, logo, não sendo falantes de línguas de base Tupi. Refere-se ainda: “Chegando o numero das almas de Indios à 5474, e dos Tapuias à 632, formando por tudo as almas actualmente existentes na dita missão 6106, não entrando neste numero os que andão ha annos por fora.”²⁸⁶

Não obstante o adianamento e florescimento daquela aldeia sob administração jesuíta, muito embora o complexo quadro multicultural que congregava, a situação das restantes missões cearenses era particularmente difícil, como no-lo testemunhou o P.^e Domingos Ferreira Chaves, clérigo do hábito de S. Pedro, missionário-geral e visitador-geral das Missões do sertão do norte do Ceará. Tendo para ali partido em missão em 1708, oriundo de Portugal, não fora indiferente ao desamparo dos sertões daquela capitania. Outro missionário do mesmo hábito, que aí estivera por tempo de dezassete anos, denunciara largamente

²⁸² Carta régia de D. João V. Lisboa, 23 de Dezembro de 1728. Em anexo à Carta do governador e capitão-geral do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, a D. João V. São Luís do Maranhão, 16 de Julho de 1729. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 48, rolo 1.

²⁸³ Instalados em Fortaleza em 1723, mudam-se para Aquirás em 1727 onde criam esta instituição.

²⁸⁴ Publicada por LEITE, Serafim, *HCJB*, vol. 3, p. 65.

²⁸⁵ A que Leite faz referência, sem, contudo, indicar o seu paradeiro.

²⁸⁶ Certidão do número de índios da missão da Ibiapaba passada pelo padre João Brewer, visitador do Real Hospício do Ceará e missões a ele anexas. Ceará, 13 de Fevereiro de 1756. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6, D. 416, rolo 6.

“as grandes violencias e injustas guerras com que são perseguidos e tiranizados os Índios do Piauí, Ceará, e Rio Grande, cappitanias contiguas e em q assistio, e refere muitos casos de guerras não só injustas mas aleivozas e m.^{tas} mortes e cativeiros feitos debaixo da pax e amizade”²⁸⁷.

Nessa larga denúncia redigida por este padre missionário, apontara-se directamente a culpa dos capitães-mores que, além de arranjam motivos para se combater os índios e ficar com suas mulheres e filhas, não deixavam de explorar até mesmo os índios catequizados e reunidos em missões:

“e ainda os que estão aldeyados e tem clerigos por seus Missionarios, são vexados pellos Cappitães-mores com grandes violencias e injustissas porq os obrigão a q lhe trabalhem p.^a elles sem estipendio, e sem sustento occupando os Índios em pescas, em lavrar mandioca, cortar e conduzir madeiras; e as Indias em lhe fiar algodão e o mesmo fazem tãobem em parte os soldados dos prizidios e os moradores, e roubando as molheres e filhas, e com tal devacidão e soltura como se tudo isto forão actos m.^{to} licitos, e não merecessem, nem castigo, nem reprehensão;”²⁸⁸

Há ainda um outro facto que merece ser assinalado: notara-se uma inteira e desenfreada liberdade em os capitães-mores e até de particulares moverem guerra contra os «tapuias», os quais não se inibiam de a fazer indistintamente desde há largo tempo²⁸⁹ - não obsante os avisos feitos, inclusive ao tempo da regente D. Catarina. Movidos pela ambição do cativo de índios, combatiam até as tribos mais pacíficas e que nunca haviam sequer contactado com portugueses, as quais se encontrariam nos mais remotos sertões. Esta marcha de exploração do interior visava ainda o aumento de propriedades, com consequente expulsão e extermínio dos seus habitantes nativos. Por tudo isto, o Conselho Ultramarino recomendara que se procedesse a um exame rigoroso das causas das guerras movidas contra o gentio, devendo assim o capitão-mor dar conta ao governador de Pernambuco, o qual se reuniria com a Junta das Missões, com o bispo e o ouvidor a fim de se aferir da validade de tais razões.

²⁸⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V]. Lisboa, 29 de Outubro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 67, rolo1, 1f.

²⁸⁸ Idem, 1v.

²⁸⁹ Idem, 3f-3v.

Não estava, efectivamente, o Ceará livre de guerras contra índios, como já aqui vimos. Uma das etnias problemáticas foi a dos Jenipapo-Açú na Ribeira de Jaguaribe. Esta área veio a contar com uma forte presença portuguesa e com uma elevada importância para a economia da região, por aí existir grande número de roças e currais, essenciais para a criação de bois e cavalos. Ainda assim, as comunidades indígenas remanescentes acabaram por se constituir um alvo vulnerável à cobiça dos colonos, em defesa do interesse dos quais agiu o então capitão-mor do Ceará, Salvador Álvares da Silva. Os Jenipapo-Açú acabou por se achar envolvido numa guerra injusta, tendo-se registado, consequentemente, diversas sublevações, o que levou o rei a ordenar que se tomasse a devida informação do que a originara²⁹⁰. Deste conflito veio a resultar o cativeiro de muitos desses ameríndios, tendo-se ousado inclusivamente subtrair índios que estariam sobre a administração de um padre missionário – muito embora não fosse permitido por lei fazer-se guerra ou cativeiro face a índios catequizados.

Algum tempo mais tarde, voltamos a encontrar notícia de conflitos empreendidos com os Jenipapo. Por volta de 1736, intentara-se reunir índios desta nação num conjunto de tropas, pretensamente para fortalecer a defesa da região, como argumentara o coronel Francisco Álvares Feitosa²⁹¹. O ouvidor do Ceará, desconfiando dos verdadeiros motivos e que antes se procurasse arranjar maneira de se organizar guerra injustificada contra estes, aprofunda o caso. O referido coronel procurou inclusivamente aliciá-lo, oferecendo-lhe avultada soma em dinheiro, o que deixou este ouvidor sem perceber as suas verdadeiras intenções. Veio a saber que contratara para os seus serviços um mulato, o coronel Teodósio Nogueira, o mais temido daquela capitania e capaz de causar levantes. Com efeito, architectaram, em segredo, maneira de causar um levante de proporções nunca vistas. Os Jenipapo resistiram à sua maneira, fugindo da aldeia onde se encontravam, procurando refúgio numa outra, na Ribeira de Jaguaribe, onde antigamente já haviam estado aldeados.

²⁹⁰ Carta do governador de Pernambuco, Manuel Rolim de Moura, ao rei [D. João V]. Pernambuco, 6 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_006, Cx. 2, D. 84, rolo 2.

²⁹¹ Carta do ouvidor do Ceará, Vitorino Pinto da Costa Mendonça, ao rei [D. João V], a relatar as sublevações dos Feitosas que incitaram a nação de índios genipapos a fazerem novo levante. Ceará, 10 de Outubro de 1736. AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 175, rolo 3.

Este caso, conhecido como as sublevações dos Feitosas, passou pela tentativa de estes suscitarem levantes, instando os principais indígenas a deslocarem-se para Inhamus, mais concretamente para as fazendas do coronel Francisco Álvares Feitosa que, pretensamente, lhas mandava oferecer, e convencendo-os de que teriam toda a liberdade para tornarem aos seus lugares de origem caso o desejassem. As maquinações perpetradas pelos Feitosas foram de tal ordem que conseguiram manipular a opinião pública, que acreditava que o verdadeiro causador do levante era afinal um frade, o missionário Eusébio Xavier de Gouveia, aproveitando o facto de ter sido junto deste que os Jenipapo procuraram acolhimento e protecção. O ouvidor, sabedor de toda esta situação, defendia o missionário, encontrando no entanto forte oposição popular que era contra a permanência dos referidos ameríndios naquelas partes. A partir deste episódio percebemos como certos conflitos gerados contra índios, além de serem guerras injustificadas, acabaram por envolver missionários num complicado enredo, não raro sob falsas acusações.

Voltemos ao estado das missões nesta capitania. Existia no Ceará uma missão com o nome de Aldeia de Paranamirim, também conhecida por Aldeia Nova de Pitaguarí, designação que derivava da etnia aí aldeada, os índios Potiguára (família Tupi). Não se encontra qualquer alusão a esta missão nas relações de 1749 ou sequer de 1760, existindo, contudo, informação de que o P.^e António Farinha Preto, clérigo do hábito de S. Pedro, era aí missionário desde 1716, onde se encontrava ainda em 1733,

“doutrinando os Indios com toda a boa educação asim no temporal como no spiritual, e aumentando a Missão de sorte que hoje se acha com huã nova, e aceada Igreja, e com todas as cazas de telha, o que se não vê em nenhuã outra Missão das da dita Capitania”²⁹².

O que sucedeu na verdade foi que os índios da missão de Paranamirim haviam sido transferidos por decisão régia para a aldeia de Paupina, sob administração jesuíta, onde também se encontravam índios Potiguára, caboclos de língua geral. Tal terá sucedido em data posterior a 1733 e antes de 1744, ano em que as terras dessa missão já

²⁹² Requerimento do padre Antonio Farinha Preto, missionário na aldeia de Paranamirim, na capitania do Ceará, ao rei [D. João V]. [ant. 13 de Novembro de 1733] AHU_ACL_CU_006, Cx. 2, D. 149, rolo 3.

se achavam devolutas²⁹³. Por certidão passada a 20 de Fevereiro de 1733 se atestara que os índios desta missão, além de usufruírem de habitações telhadas, eram “os mais bem doutrinados, e servisais de trabalho”²⁹⁴.

Nesta capitania do Ceará, achavam-se os índios envolvidos no trabalho nas minas, como já notámos. O superintendente das minas de prata da capitania do Ceará, António Gonçalves de Araújo, recebeu inúmeros privilégios por parte do Rei no início da década de 40²⁹⁵. Uma das questões que entretanto se levantou foi como se pagaria aos índios que iam servir nas minas, se se devia “pagar como se lhes paga no Real Serviço, ou como os particulares”²⁹⁶, tendo-se considerado que, tratando-se de um serviço particular, deveriam receber como tal. Mais ainda: deveriam receber tanto pelos dias efectivos de trabalho, como pelo tempo que despendiam na deslocação da aldeia até lá, como no regresso. Ponderara-se ainda sobre a possibilidade de exercer um domínio sobre os índios domésticos – isto é, catequizados, estando sob a alçada dos missionários - o que não foi considerado, por não os ter «conquistado». Na lógica da época, juridicamente só era possível aos particulares obterem o domínio temporal sobre os índios se estes tivessem sido descidos por eles.

Verificava-se, por esta altura, a existência de metais preciosos em vários pontos da capitania do Ceará, nomeadamente em cursos de água, como no riacho dos Crioulos, no rio salgado e no riacho do Machado (encontrados na década de 50²⁹⁷), sem falar da exploração das minas dos Cariris Novos. Na verdade, ao longo da década de 50, os ecos

²⁹³ Carta do mestre de campo do Terço de Auxiliares, Jorge da Costa Gadelha, ao rei [D. João V], sobre o fato de João Lopes Cabreira querer tomar posse de uma sesmaria que lhe pertence na antiga aldeia dos índios. Aquiraz, 25 de Agosto de 1744. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 238, rolo 5.

²⁹⁴ Certidão passada por Pedro Cardoso de Novaes Pereira, ouvidor-geral da capitania do Ceará, anexa ao requerimento supracitado. Aguiras, 20 de Fevereiro de 1733.

²⁹⁵ Certidão com o teor dos privilégios concedidos a Antonio Gonçalves de Araújo, superintendente das minas de prata, emitida pela Ouvidoria Geral do Cível. Aquiraz, 20 de Fevereiro de 1746. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 265, rolo 5.

²⁹⁶ Carta do ouvidor do Ceará, Manuel José Faria. Aquiraz, 21 de Fevereiro de 1746. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 266, rolo 5, 2v.

²⁹⁷ Carta do [capitão comandante e intendente das minas dos Cariris Novos], Jerônimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá. Minas de São José dos Cariris Novos, 16 de Junho de 1753. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6, D. 366, rolo 6.

da exploração aurífera do vale do Cariri repartiram-se por todo o Nordeste, tendo-se constatado tempos volvidos que não eram afinal tão significativas quanto se ambicionara. A propósito da situação nas minas de São José dos Cariris Novos, indica-se, por carta do então intendente das minas, Jerónimo Mendes da Paz, datada de 2 de Julho de 1753, que não entrara ninguém de fora para essas mesmas minas, além de os da terra serem de uma grande pobreza, mal se conseguindo sustentar com a agricultura²⁹⁸. Tais observações atestam, por um lado, que a exploração mineira do vale do Cariri não era suficientemente atractiva, e ainda, por outro, as carências económicas da região. Não obstante, era bastante óbvia a demanda de metais preciosos, recolhendo-se o mais ínfimo indício ou notícia do seu aparecimento para logo em seguida se crearem fundições, ávidas de fortuna semelhante à de Minas Gerais. A este propósito, indica-se nesta mesma carta, por informação dada por um clérigo, que haveria pedras de prata num lugar denominado Salamanca, a seis léguas dali.

Não se circunscreve, contudo, esta carta a negócios de metais. Com efeito, não deixa de relatar a miserável condição dos índios daquelas paragens, a desconsideração pelas ordens sobre a liberdade dos índios, nomeadamente por parte dos oficiais de justiça e pelas próprias câmaras, que ainda não haviam registado a ordem real relativa a esta matéria. Ora a não observação por parte das autoridades oficiais tinha as suas consequências na prática, pelo não pagamento do devido salário aos índios, de estes serem dispensados em situação de doença, deixados sem qualquer amparo e até de serem furtados das aldeias para serem mantidos em cativo e vendidos como escravos²⁹⁹.

²⁹⁸ Carta do [capitão comandante e intendente das minas dos Cariris Novos], Jerónimo Mendes da Paz, ao governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá. Minas de São José dos Cariris Novos, 2 de Julho de 1753. AHU_ACL_CU_006, Cx. 6, D. 367, rolo 6.

²⁹⁹ Idem, 2f.

5.3.3. Rio Grande do Norte

Uma primeira notícia relativa às missões da capitania do Rio Grande diz respeito à nomeação que entretanto havia sido feita de Francisco de Almeida Vena para o cargo de administrador das aldeias dos índios daquela capitania. Um dos aspectos que, precisamente, motivara a sua escolha, residira no facto de este “lhes saber a lingoa, ficando porem sempre subordinado aos capitaes mores”³⁰⁰. Por esta altura, se avança que não havia mais que três aldeias, “e essas muy limitadas”³⁰¹. Levantara-se acesa polémica no exercício deste cargo, isto porque, segundo se observara, não interessaria um justo governo dos índios, havendo inclusivamente um choque de interesses, dado que os próprios capitães-mores daquela capitania tinham índios, muito embora tal fosse contra as disposições régias. Convinha aos interessados que não houvesse um administrador das aldeias, mas que esse governo respeitasse única e directamente aos capitães-mores. Propunham ainda que, no caso de al não ser aceite, antes se fosse buscar para este cargo Diogo Pinheiro Camarão³⁰².

É certo que, nesta capitania, as missões foram implantadas apenas no último quartel do século XVII, como adianta Martins Lopes que, ademais, sublinha um extenso período de vácuo missionário, mesmo após a debandada dos holandeses, 25 anos atrás³⁰³. A justificação, que não adianta, poderá estar, por um lado, na dificuldade de estabelecimento das missões, entre a desconfiança dos colonos e, sobretudo, a resistência indígena, com particular destaque para os Potiguara, aliados dos holandeses por longo tempo, assim como para os Tarairiú. Havia uma clara dificuldade em manter uma assistência mais efectiva por parte dos missionários pelas longas distâncias a que se

³⁰⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 28 de Setembro de 1675. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 15, rolo 1, 1f.

³⁰¹ Idem, 1v.

³⁰² O problema foi que ousaram contrariar a provisão do governador do Brasil passada ao administrador nomeado. Portanto, logo à partida, observamos algumas vicissitudes quanto a quem se deveria atribuir o governo temporal dos aldeamentos ameríndios neste território. Por outro lado, convém assinalar a hipótese dada a um sobrinho de António Filipe Camarão (com o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo e com o título de Capitão-mor de Todos os Índios do Brasil), sendo eventualmente também ele um índio Potiguar (= camarão, em tupi) convertido. De facto Diogo Pinheiro camarão sucede-lhe enquanto capitão dos soldados indígenas.

³⁰³ LOPES, Fátima Martins, *Índios, colonos e missionários [...]*, p. 166.

viam obrigados percorrer, oriundos, em sua maioria, da Bahia e de Pernambuco. Mesmo quando parecia existir uma receptividade por parte das comunidades ameríndias, não raro surpreendiam inclusivamente os missionários, atentando contra a sua própria vida³⁰⁴.

Em finais do século XVII, a questão da posse de terras levantava-se na jurisdição do Rio Grande, sobretudo por haver uma distribuição desigual. Muitos moradores não possuíam terras onde pudessem fazer as suas criações, tanto a nível da agricultura como da pecuária, persistindo um regime que privilegiava os latifundiários. Não seriam, pois, de estranhar, as carências económicas sentidas por muitos dos habitantes daquelas partes. Tudo isto havia sido relatado pelos oficiais da Câmara do Rio Grande do Norte a 4 de Agosto de 1680 ao Conselho Ultramarino.

“Representação [os oficiais da Câmara] também q naquela terra vivem moradores muito pobres, e os que não podem viver em outra p.^{te} se vão para aquella por alguãs conveniências, e o principal hera serviremse de algũs Índios, e Coloins³⁰⁵ a quem vestem e pagão, e deste modo vivião comodamente, o que alcansavão com facilidade quando herão as Aldeas admenistradas pellos Capitães mores, a quem representavão a sua pobreza, e lha remediavão porque com o temor, e respeito que aos ditos tinham andavão os Índios muy domesticos; e pello contrario hoje porque depois que entrarão os Padres da Comp.^a custa muyto alcansar hum Indio, ou Colomin;”³⁰⁶

Temendo, pois, que os missionários jesuítas lhes não franqueassem tão livremente o acesso a esta mão-de-obra, como haviam conseguido até aí, os moradores, além de observarem que lhes bastava a administração espiritual, apontam que tais missionários fariam maior serviço ao Rei se assistissem os índios do sertão, comunidades gentias que permaneciam fora do alcance dos brancos. Assim, pretendiam que as aldeias dos índios domésticos naquela capitania não precisavam da sua intervenção, os quais “vivião firmes na fé com suas Igrejas, e confrarias, e muy bem doutrinados, isto antes dos Religiozos para ellas hirem”³⁰⁷ – uma clara salvaguarda ou

³⁰⁴ Como, de resto, sucedera com o P.^e Francisco Pinto, atacado por Tacarijus na Serra de Ibiapaba, missão que só seria bem sucedida a partir da década de 50 daquela centúria, por acção do P.^e António Vieira e graças à proximidade do recém-criado colégio do Maranhão.

³⁰⁵ Querubim.

³⁰⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro. Lisboa, 31 de Outubro de 1681. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 18, rolo 1, 1f.

³⁰⁷ Idem, 1v.

esforço argumentativo no sentido de se comprovar de que tal fora conseguido sem a ajuda de missionários de qualquer tipo. A tutela dos índios constituía uma questão bastante delicada, sobretudo no intento de se retirar a intervenção directa dos capitães-mores. Naturalmente que este pouco poderiam fazer perante as disposições régias. Contudo, a sua facção ganharia mais força se sustentada pelo apoio popular.

Voltando à problemática indígena propriamente dita, também nesta capitania se vinha assistindo a conflitos, uns mais problemáticos do que outros. Numa consulta do Conselho Ultramarino ao Rei datada de 1690, tomando as informações veiculadas pelo capitão-mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrada, refere-se como no passado a guerra contra os índios rebeldes produzira alguns frutos, conseguindo controlar melhor os seus movimentos, reduzindo-se a frequência dos seus assaltos e até reduzindo alguns ao cativeiro³⁰⁸. O alvo dos seus ataques era não apenas os moradores, como índios domésticos, entregando-se uns e outros à criação de gado. Mobilizaram-se entretanto forças militares, socorrendo-se, claro está, também de índios «domésticos», alimentados com farinhas vindas de Pernambuco. Era aquela área considerada de grande importância, sendo a passagem para a Capitania do Ceará, pelo que aí se estabelecera um posto que, ainda assim, não tinha condições de se manter por muito mais tempo sem a vinda de reforços. Andariam pelas imediações tropas dos Paulistas, cuja chegada se aguardava com ansiedade.

Existem igualmente vários documentos que dão conta de atritos com a etnia Janduí, à semelhança do que sucedia no vizinho Ceará. De acordo com várias fontes oficiais, nomeadamente do capitão-mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, certos índios «tapuias» andavam “inquietos” e “escandalizados”, uma vez que os soldados daquela praça lhes haviam morto um seu familiar. Tal terá gerado uma onda de violência, com os índios a destruírem currais, a assaltarem as culturas dos colonos e a matarem cerca de meia centena de vaqueiros. Achavam-se, por isso, as autoridades locais empenhadas em acautelar curraleiros e demais moradores daqueles sertões, para que não fossem surpreendidos. Toda esta rebelião eclodira a 15 de Fevereiro de 1686,

³⁰⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 10 de Novembro de 1690. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 31, rolol.

tendo atingido igualmente as capitanias do Ceará e Paraíba, o que veio a motivar a dinamização da Junta de Missões de Pernambuco.

Esta situação fora de tal ordem grave que o próprio Conselho Ultramarino demanda ao Rei que se nomeasse imediatamente uma “pessoa de capacidade e disposição” para o governo do Rio Grande do Norte, e se fizesse devassa quanto ao procedimento do então capitão-mor, pelos acontecimentos que conduziram ao levante do gentio. Como meio de atender aos próprios moradores e de se apaziguar os indígenas levantados, propõe-se que o novo capitão-mor ou continuasse a fazer guerra àquele índio ou, antes mesmo de se lhe mover guerra justa, os procurasse colocar sob a tutela dos padres da Companhia de Jesus, “persuadindoos sem violencia, a que se reduzão a viver em Aldeas, e debaxo da sua doutrina, e sogeição”³⁰⁹. Note-se que a iniciativa de propor a administração dos jesuítas parte do Conselho Ultramarino. Importa ainda assinalar que os índios «Jandoim», conforme é referido, foram aliados dos Holandeses.

Não será talvez de estranhar, à vista destes acontecimentos, que por ali tivessem passado soldados do Terço dos Paulistas, que intervieram na questão dos Palmares, tendo-lhes sido prometidas gratificações pelas lutas movidas contra os índios. No parecer redigido pelo conselheiro do Conselho Ultramarino, Bernardim Freire, assinala-se ser justo e conveniente pagar-se-lhes com o prometido prémio, “pois tanto se necessita delles auctualm.^{te} [sic] na extinção dos Mocambos e Guerra do Assú”³¹⁰. Seriam ainda uma força vital na exploração de territórios inexpugnáveis e na anexação de mais vassallos para o Rei, aludindo-se aos “vizinhos da Bahya como de qualquer outra praça”³¹¹. Neste Terço dos Paulistas, além de oficiais e soldados branco, achavam-se incluídos índios, igualmente achados dignos de receber o pagamento adequado pelos serviços prestados.

³⁰⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1688. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 27, rolo 1, 1f-1v.

³¹⁰ Parecer do [conselheiro do Conselho Ultramarino], Bernardim Freire. Lisboa, 27 de Janeiro de 1695. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 40, rolo 1, 1f.

³¹¹ Idem, 1f.

Outra das etnias com a qual se andara em guerra fora a dos índios Ariú Pequeno, moradores bem no interior dos sertões da capitania do Rio Grande do Norte. Existe, inclusivamente, um Tratado de Paz, celebrado a 25 de Março de 1697, entre “o chamado Rey dos Tapuyas Ariús piquenos por nome Peca” e o capitão-mor, Bernardo Vieira de Melo³¹². Além deste, fora igualmente celebrado um Tratado de Ratificação da paz feita com outros «tapuias», os Janduí da Ribeira do Açu, a 20 de Setembro de 1695³¹³. Assim, no Tratado com os Ariús, estes comprometiam-se a condescender no povoamento dos sertões, a ajudarem na construção de currais e casas para gados nas terras em que habitavam, como havia sido praticado pelos índios do Açu. Foram ainda obrigados: quando descessem dos sertões para as povoações, a não andarem armados se não até ao Taypá ou Pirutuba, ao Jacú e pela praia até à barra do Ceará Mirim; a ajudar na criação e condução de gado, recebendo o devido pagamento; a juntarem-se às tropas dos brancos para fazer luta a outros índios rebelados; a não albergarem escravos fugitivos dos moradores; a não levarem consigo para o sertão índios baptizados, porquanto estes já se achavam voluntariamente satisfeitos na companhia dos brancos. Justificando-se que por alguma rudeza da sua parte, estes índios poderiam não estar devidamente inteirados da natureza destas condições, se propôs que nomeassem um branco seu amigo, em quem confiariam. Estranhámos, naturalmente, que a escolha tenha recaído sobre uma das vítimas da destruição que haviam empreendido.

Quanto ao Tratado com os Janduí, estivera presente o seu «rey», Tayá Assú, a quem se submetiam os principais. Enviara este chefe indígena um bastão ao capitão-mor, em sinal da sua vontade em assegurar a paz. Este tratado mais não é do que uma confirmação desse mesmo sinal, comparecendo pessoalmente e à vista do capitão-mor do Rio Grande do Norte. Prometera obediência e fidelidade ao Rei, assim como aos governadores e capitães-mores. Propôs-se igualmente a prestar toda ajuda possível à reconstrução de currais – para onde se haviam já enviado gados do Ceará - a autorizar a povoação dos sertões onde os Janduins habitavam. Foram obrigados a cumprir iguais

³¹² Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] – anexo 2. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 42, rolo 1.

³¹³ Idem.

condições, o que sugere que este tratado, pela sua anterioridade, terá servido de modelo ao que primeiro aludimos, celebrado com os Ariús Pequenos.

Mas existem alguns pontos em que estes tratados divergem: sujeitaram-se os Janduí não apenas a serem fiéis e obedientes vassalos – aspectos que não sobressaem no outro tratado – como ainda foram compelidos a ser aldeados “e asseitar sacerdote q lhe administrasse os sacramentos, ensinasse a doutrina Christam” – pelo que, a ausência deste ponto no tratado que lhe é posterior, poderá ter sido significativo em termos da (in)eficácia alcançada *a posteriori*. Para este efeito, o chefe indígena respondera que falaria com os seus principais, sendo necessário que lhes fossem atribuídas terras na Ribeira do Ceará Mirim, por serem as do Açu muito secas. O capitão Gaspar Freire de Carvalho foi quem se escolheu como “homem branco mais seu confidente”, e que assinou por eles. Também o chefe ameríndio assinou, conforme se indica neste traslado desse tratado ao se mencionar, entre as assinaturas, “Cruz de Tayá Assú”. No tratado com os Ariús não houve lugar para a assinatura do respectivo chefe.

Além de se verem envolvidos em conflitos, há também notícia de os índios terem sofrido com epidemias, como acontecera com os Kanindé, aldeados e distantes do seu meio natural. Habitados ao clima do sertão, uma vez deslocados e mais próximos dos brancos, poderiam ter contraído algum agente bacteriológico para o qual não tinham defesas. Assim, em 1698 morreu cerca de uma dezena de crianças desta etnia, assim como o seu principal. Muito embora o bispo de Pernambuco houvesse para aí destacado um clérigo, o P.^e Manuel Serrão de Olinda, para aí lhes prestar assistência religiosa, este nem chegara a baptizar um só indivíduo. Apercebemo-nos de que, neste caso, não haveria uma permanente administração espiritual, pelo que, e deparando-se a comunidade com este surto epidémico, resolveram os Kanindé voltar ao seu território original.

Valeu-lhes a pronta intervenção do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, que, sendo avisado de tal debandada, lhes surgira ao caminho, procurando convencê-los a permanecerem aldeados. Para isto, prometeu-lhes um novo local, desta vez “mais ao çertão, tanto por ser o clima semelhante ao em que elles

vivião, como por ficar perto”³¹⁴. A sensibilidade e o espírito diplomático desta autoridade terão sido sem dúvida a chave para o sucesso inicial desta proposta. Indica-se que aí terão efectivamente permanecido, tendo-se contudo alvoroçado aquando da chegada do Paulista, o qual mandara assentar praça e marchar rumo ao Açu, pelo que terão intentado novamente ir embora. Estivera a par de todo este processo a Junta das Missões, conforme o demonstra a consulta inclusa³¹⁵, onde se chama a atenção tanto para a importância da salvação das almas dos índios, como para a função dos Paulistas naquela região.

Desconhecemos, contudo, qual o nome da aldeia onde ficaram, qual a sua duração ao longo do tempo e o local preciso, porquanto nas relações de aldeias de que temos conhecimento, não há registo de missões no Rio Grande com índios Kanindé. Existe, sim, nas capitanias vizinhas: a missão carmelita da Boa Vista (zona de Mamanguape) na Paraíba, juntamente com índios Xucurú, e ainda a missão da Palma (zona de Aquiraz; futura vila indígena de Monte-mor o Novo da América e actual Baturité), no Ceará, com clérigo do hábito de S. Pedro, aldeados com índios Jenipapo. Ainda assim, destes dois casos, a missão da Paraíba seria a que estava mais perto da fronteira interior com o Rio Grande do Norte.

Pelo observado, os Kanindé não terão sido das etnias que melhor se adaptaram às exigências feitas, tanto em termos de permanência num aldeamento, como no serviço que deveriam prestar a paulistas e moradores. À vista do Conselho Ultramarino, interessava a conservação destes ameríndios naquele território, residindo, nas palavras do capitão-mor, toda a culpa da sua deserção na má assistência prestada pelo clérigo supracitado,

“pois são as defensas que pode ter aquella capitania, seguindo-se tão-bem da sua assistência aquelas conviniências que ordinariamente se exprimenta do seu serviço, e que o seu cuidado hade ser em os unir com os mesmos Paulistas para que se ajuntem huns a outros na guerra que se houver de fazer aos inimigos, pois he certo que estes mesmos Paulistas, forão pedidos por aquelles moradores para evitar com a sua disposição, e

³¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 29 de Agosto de 1699. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 47, rolo 1, 1f.

³¹⁵ Anexada a esta consulta do Conselho Ultramarino a D. Pedro II.

vallor aquellas tão sensíveis hostelidades que havião sentido nos repeti[dos] assaltos dos Índios qque se rebelarão.”³¹⁶

Por esta altura, é certo, com a crescente ocupação dos sertões por parte dos colonos, os conflitos com outras etnias não missionadas agudizaram-se. O Terço dos Paulistas que se andava a tentar constituir visava combater, na Ribeira do Açu, os índios Jenipapo, da nação Payaku, os tais índios revoltosos a que se alude na missiva anterior. A certa altura, o mestre-campo deste Terço, Manuel Álvares de Moraes Navarro, fala de uma epidemia de bexigas que teria dizimado muitos dos seus soldados e oficiais, cerca de 1699³¹⁷. Não será de estranhar que essa mesma epidemia de bexigas ou varíola fosse a doença que igualmente atingiu os ameríndios Kanindé.

Na sua actuação, requereu-se o envio de reforços por parte de várias capitânias. Assim, solicitara que da Paraíba lhe fossem remetidos 150 índios (sem que fossem identificados; seriam, muito provavelmente índios de língua geral) e 50 Kiriri, sendo que estes últimos não chegaram a ser enviados. Tanto do Ceará como do Rio Grande do Norte, os respectivos capitães-mores escusaram-se do envio das tropas desejadas, além de o financiamento para esta campanha, mandado da Bahia pelo governador-geral, se demorar em Pernambuco, permanecendo as tropas paulistas em situação de grave carência alimentar, não tendo com que se sustentar, e por assim estarem mais fragilizados, mais sujeitos a padecerem de doenças.

Os índios Payaku, a que pertenciam estes “Jenipabussú”, tinham entretanto acordado amizade com os brancos, tendo inclusivamente alguns principais sido remetidos para a Bahia, onde solicitaram missionários. Mas nem todas as tribos estavam em acordo neste ponto. Para os Jenipapo, “tendo religiosos, que os instrução na fé, não quererão concorrer com elles para os danos, e insultos, que nos intentão fazer”³¹⁸ - i.e.,

³¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 29 de Agosto de 1699. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 47, rolo 1, 1v.

³¹⁷ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Rio Grande do Norte, 6 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 50, rolo1, 1f.

³¹⁸ Idem, 2f.

uma vez sob administração eclesiástica, não teria liberdade de acção e logicamente que seriam impedidos de atacar propriedades e qualquer força militar.

Por tudo isto, o mestre-campo dos Paulistas decidiu marchar sobre a Lagoa do “Podi”, onde se encontravam aldeados, procurando levar consigo entre uma a duas centenas de índios que o acompanhassem para fazer guerra a outros índios. É natural que este aldeamento correspondesse à missão jesuíta de S. João Baptista, situada na Ribeira do Apodi, onde efectivamente se encontravam índios Payaku. Na sua vizinhança encontrava-se uma outra etnia, os Janduí, cuja força constituía uma ameaça a este aldeamento. Entre Payakus-Jenipapo e Janduí, as relações não eram, de facto, das mais amistosas. Percebemos, ainda, que estes Payaku-Jenipapo eram ardilosos e desconfiados, pelo que, mesmo acedendo ao que os Paulistas solicitavam, integrados nas suas tropas em número de 200, mostravam-se fortemente resistentes, atacavam à traição e volviam aos matos, seu dilecto refúgio e campo de batalha³¹⁹.

Por esta capitania outras tribos levantaram problemas, como foi o caso dos Uriús, dos Caratiuses, dos Icós e dos Caratis. O mesmo mestre-campo dos Paulistas³²⁰ informara que os Uriús tinham conseguido persuadir os Payakus a não aceitarem missionários, propondo uma aliança entre as duas Nações para combaterem aquele Terço dos Paulistas. Os Payakus, não obstante, preferiram permanecer fiéis a estes últimos, talvez temendo a perseguição que os paulistas lhes pudessem fazer, de tal modo que eles mesmos afrontaram os Uriús. Em relação às restantes etnias «tapuias» – Caratiús, Icós e Caratis – foram directamente combatidas pelos paulistas, uma vez que se negavam a prestar obediência a Sua Majestade, D. José I, e a observar paz e amizade com aqueles vassalos. Refugiando-se nos matos e perante uma contínua perseguição, optaram por “ir recolherse nas aldeas dos Indios, e tapuyas mansos da capitania do Seará, que fica da parte do Norte desta, buscando por seu asylo aquelles lugares com pretexto de quererem aldearse na dita capitania, e aseitar missionarios, que lhes

³¹⁹ Convém assinalar que nesta correspondência é feita uma distinção entre índios e «tapuias», sendo os primeiros os índios catequizados ou até de língua geral, e os restantes os não convertidos. Daí que, não existindo confiança sólida entre estes, fosse natural mais facilmente quebrarem qualquer acordo com os brancos.

³²⁰ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Açu, 11 de maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 51, rolo 1, 1f.

asistissem” – isto já fora do alcance dos paulistas, uma vez que estavam assim sob a jurisdição do governador de Pernambuco³²¹. Não são dadas indicações precisas das aldeias em questão, pelo que apenas poderemos suspeitar que terão passado pelo conjunto de missões jesuítas no Ceará, entre as quais a de Ibiapaba, a qual deixara de ter uma assistência precária desde 1691, graças à intervenção dos missionários Ascenso Gago e Manuel Pedroso, mais concretamente a partir do ano de 1700. Obviamente que estes índios efectuaram uma retirada estratégica, encontrando naquelas aldeias um refúgio temporário às investidas contra si movidas. Entretanto, volvidos cerca de três meses, e procurando-se confirmar, junto do capitão-mor do Ceará, a efectiva integração daquelas etnias nos aldeamentos da sua jurisdição, informa este que ao tentar ajustar a paz com estes povos, estes voltaram a desaparecer, desconhecendo-se o seu paradeiro³²².

Do ponto de vista dos colonos presentes na capitania do Rio Grande do Norte, a presença “da gente Paulista”, aquartelada na Ribeira do Açú, a cerca de 60 léguas do Rio Grande (Natal), fora de grande importância, ao assegurar a manutenção da paz e da segurança daqueles territórios, facto que se reflectia directa e positivamente na economia da região, ao possibilitar uma protecção das fazendas e currais de gado vacum que se estendiam até à capitania do Ceará³²³. A sua presença, por isso, era encarada por aquela altura – transição do século XVII para o XVIII – como uma condição necessária ao sucesso das suas principais actividades económicas. Ainda assim, para o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, as largas despesas envolvidas não justificavam a permanência daquelas tropas que ele considerava desprovidas de utilidade à Fazenda Real e inclusivamente prejudiciais aos moradores³²⁴. Chamado, pois, a prestar contas, o mestre-de-campo refere, relativamente aos índios que

³²¹ Idem.

³²² Idem, 1v.

³²³ Requerimento dos moradores do Rio Grande do Norte para que o Terço dos Paulistas não fosse retirado daquela capitania. Rio Grande, 23 de Abril de 1700 – anexado à Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei D. Pedro II. Rio Grande, 19 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 52, rolo 1.

³²⁴ Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei D. Pedro II. Natal, 6 de Junho de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 54, rolo 1.

compunham as suas tropas, ser frequente ausentarem-se a cada instante e desertando uns, agregando-se outros³²⁵. Seria, portanto, muito difícil gerir a permanência dos mesmos naquelas milícias. A sua deserção implicava não apenas uma perda nos recursos humanos, como ainda se traduzia no descaminho de armas e munições que consigo levavam.

Se durante o século XVII as chamadas Casas Fortes ou de Pedra foram um elemento importante na estratégia de defesa da capitania do Rio Grande do Norte, a partir do início do século XVIII vão sendo preteridas em favor dos aldeamentos missionados³²⁶. Questionamo-nos, porém, se se trataria uma realidade exclusiva do Rio Grande do Norte ou, antes, extensível ao modo como as missões passam a ser encaradas em todo o Nordeste, se não mesmo em toda esta Colónia.

Cerca de 1701, um padre requerera autorização para assistir nas missões do Rio Grande do Norte³²⁷. Tal facto poderia não ser revelador não fora este o P.^e Miguel Carneiro, irmão de António de Carvalho e Almeida, que no mesmo período pretende ser capitão-mor da mesma capitania. Efectivamente, foi este quem sucedeu a Bernardo Vieira de Melo, que governou de 1697 precisamente até 1701. Uma vez no comando da administração da capitania, António de Carvalho e Almeida³²⁸ ocupa-se da instalação dos Kanindé em lugar por estes escolhido, com a aprovação da Junta das Missões³²⁹.

³²⁵ Carta (minuta) [do Mestre-de-campo do Terço dos Paulistas] ao rei D. Pedro II. [post. Junho 1700?] AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 55, rolo 1, 1f.

³²⁶ Roberto Airon Silva, “Arqueologia Colonial: as Casas Fortes (de Pedra) como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no século XVII”, in *Mneme - Revista de Humanidades*, Dossier Arqueologias Brasileiras, v. 6, n.º 13, Dez. 2004/Jan. 2005. Disponível em www.seol.com.br/mneme.

³²⁷ Aviso do rei D. Pedro II ao presidente do Conselho Ultramarino, conde de Alvor. D. Francisco de Távora. Salvaterra de Magos, 23 de Fevereiro de 1701. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 56, rolo 1.

³²⁸ Não exerceu por muito tempo o seu cargo, posto que logo em 1703 se colocam editais para se apresentar quem desejasse ocupar o posto de capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte. Uma das figuras mais destacadas foi a de Sebastião Nunes Colares que servira no Estado da Índia, nas armadas e fortalezas daquelas partes, além de ter desempenhado diversas funções na carreira militar em Sergipe, chegando a ser seu capitão-mor por Patente Real ao longo de 23 anos, desde 1662 até 1701. Foi efectivamente seu sucedâneo (entre 1705 e 1708), tendo o Conselho proposto a sua nomeação para o cargo de capitão-mor desta capitania. Encontramos uma apurada descrição do seu percurso na Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 27 de Agosto de 1703. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 58, rolo 1.

³²⁹ Parecer do Conselho Ultramarino. Lisboa, 9 de Março de 1703. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 57, rolo 1.

Certamente que esta questão poderá ter originado algumas disputas relativamente à posse de terras.

Entretanto, o terço dos Paulistas continuava a empreender a sua acção pela capitania do Rio Grande do Norte, tentando aliar-se com os índios Panicuguassu, tendo para tal investido na atribuição de dádivas para melhor os seduzir para a causa dos brancos³³⁰. Aproveitavam, deste modo, uma inclinação que o seu principal mostrara desde sempre para com os brancos. Conseguiu o mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes reduzir este povo ao arraial com toda a sua gente de guerra e família – deduzimos que se trata do aquartelamento da Ribeira do Açu. Prometia-lhes, em troca da vassalagem a D. João V, de um acordo de amizade, e da colaboração na guerra contra os gentios rebeldes, a protecção contra o cativo e demais hostilidades.

Porém, da sua integração nasceu um interesse cada vez maior por parte dos capitães do Terço dos Paulistas em cativar as mulheres ameríndias e seus filhos, a ponto de, em conjunto com alguns oficiais menores e moradores, engendrarem um ataque, incitando os “tapuyas do Pody”, entretanto já aldeados e domesticados, a virem e matarem os índios Panicuguassu em certo lugar próximo daquele arraial³³¹. Mais ainda: “Com effeito vierão os Payacus, guiados por dous officiaes do 3º, e ajuntandosse, no lugar consignado, com os moradores.”³³² O envolvimento dos Paulistas neste episódio passado no sertão do Açu, como vemos, foi absolutamente claro e evidente. Avisado destes intentos, o mestre-de-campo deu luta aos índios forasteiros. Tempos mais tarde, no prosseguimento de uma outra bandeira deste Terço de Infantaria, depararam-se “com um poderoso rancho de tapuyas”, entre os quais se achavam alguns índios da etnia Panicuguassu³³³. Propondo-se-lhe novamente que se voltassem a constituir vassallos de Sua Majestade, estes índios terão acedido e demonstrado as suas qualidades, “por serem grandes soldados”.

³³⁰ Carta do sargento-mor do Terço dos Paulistas, José de Moraes Navarro ao rei D. João V. Açu, 27 de Maio de 1710. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 65, rolo 1, 1f.

³³¹ Carta do sargento-mor do Terço dos Paulistas, José de Moraes Navarro ao rei D. João V. Açu, 27 de Maio de 1710. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 65, rolo 1, 1v.

³³² Idem, 2f.

³³³ Idem, 2v.

Ainda na primeira década do século XVIII, andava uma outra etnia levantada, causando estragos avultados aos vaqueiros desta mesma Ribeira do Açu. Eram os Caboré-Açu, tribo da nação Janduim, os quais residiam precisamente naquelas partes do sertão do Açu³³⁴. Esta onda de destruição não se justificara como violência gratuita, mas, afinal, como resposta face a um não menos violento ataque feito por brancos – trabalhadores nas fazendas da Ribeira do Açu – tendo aproveitado a ausência dos mais bravos para atacar os que permaneciam na povoação ameríndia. Desta acção resultou a morte de uns e o cativo de outros – mulheres e crianças, prática já habitual, como temos constatado. Esta vingança dos Caboré-Açu custou a vida a pelo menos cinquenta e duas pessoas entre brancos e até escravos, aos seus cavalos e gados. Temera-se a ruína daqueles sertões com tais ataques, tendo-se informado o governador de Pernambuco no sentido de se procurar restabelecer a paz e de garantir a protecção dos habitantes daquele território.

Em 1713 a contestação surgira do lado dos moradores do Rio Grande do Norte contra as disposições do governador de Pernambuco, por se ordenar que todos os índios cativos fossem remetidos para Pernambuco, a fim de serem vendidos no Rio de Janeiro, para cujo efeito se lançara um Bando, com a missão de resgatar todos os indígenas cativos há mais de sete anos³³⁵. Escrevem por isso os oficiais da Câmara de Natal ao rei, demonstrando as dificuldades e a pobreza do povo daquela capitania, que sempre contou com aquela mão-de-obra, conseguida quer por venda, quer como prisioneiros de guerra, quer resgatados sob o temor das armas. Como tal, afigurava-se-lhes verdadeiramente inconcebível tal resolução, tão contrária ao que a Coroa sempre permitira.

Os edis daquela Câmara haviam igualmente solicitado a retirada de alguns dos «tapuias» que se achavam no Terço dos Paulistas e na Aldeia do Guajurú, por serem uns

³³⁴ Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Salvador Álvares da Silva, ao rei D. João V. [post.] Natal, 30 de Novembro de 1711. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 68, rolo 1, 1f.

³³⁵ Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei D. João V. Natal, 29 de Julho de 1713. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 71, rolo 1.

e outros considerados prejudiciais àquela capitania, sendo causa de desassossegos³³⁶. Indica-se na carta destes representantes do município de Natal que a maioria dos indígenas cativos era do sexo feminino, algumas até casadas com negros, “e os machos com boa doutrina, por serem ainda pequenos”. Argumenta-se ainda sobre a utilidade em ter estes índios, pois serviam de “correntes aos que ainda andão no mato, e pera mais depressa se colherem”. A proximidade do terço dos Paulistas, contudo, levava a que alguns dos cativos fossem seduzidos a ingressar nas suas tropas, acabando depois por desertar e não voltar ao cativeiro – compreensivelmente – incorporando os bandos de índios que andavam pelo mato e com os quais se fazia guerra. Se em uma outra altura, numa outra capitania do Nordeste, já havíamos notado alguma crispação dos moradores face aos paulistas, por estes consumirem aquilo que os primeiros produziam e criavam nas suas terras, observamos como, curiosamente, poderiam constituir algum perigo à manutenção do cativeiro dos índios, por oferecerem outras e melhores perspectivas de vida.

Ainda ao tempo da governação joanina, os oficiais da Câmara de Natal demonstravam, instigados pelos brancos residentes naquela jurisdição, um profundo descontentamento relativamente à administração jesuíta dos índios aldeados. Como é bastante claro pelas suas palavras, tinham por interesse a repartição dos ameríndios pelos moradores. Eis a transcrição da carta dirigida ao Rei a 7 de Agosto de 1713:

“Senhor

Pella obrigação que temos de procurar todo o [sosse?]go a esta Capitania devemos pedir a V. Mag.^e o Remedio pera a quietação dos moradores della, estes todas as horas estão vendo o preçapição deante dos olhos, com os Relegiozos da Companhia de Jezus, que admenistrão as aldeas dos indios, que se fazem tão aubsulutos [sic] que mandando V. Mag.^e que a Camara junto com o Capitão Mor repartão dos ditos indios pera o serv.^o dos moradores, não querem os Relegiozos conçentir, por cuja cauza se vem cada vez mais atinuados, porque o trato desta terra sam pescareas, e gados, e sem o serviço dos indios o não podem fazer, e nesta forma hũs e outros padeçem, pois nem os ditos indios ganhão pera sucistir [?], nem os moradores fazem seu serviço, e só no dos ditos Relegiozos hé que se ocupão auctualm.^{te}, e alem de não darem os d.^{os} indios, falão com pouco docoro [sic], descompondo os pobres moradores de Palavra, e as vezes por obra, como fizeram a hum soldado de V. Mag.^e do terço Paulista, assoutandoo, e metendoo em hum tronquo, por hir a aldea buscar hum Tapuya cativo, e andando continuam.^{te} as tropas atras do tapuya Barbaro, não podem conseguir [sic] efeito algũ, por mais delig.^{cia} que fação, pellos ditos Relegiozos os avizarem, e os terem de mão adimitindo [sic] todas as cativas que fogem a seus senhores, e assim se vay atinuando a Capitania cada vez mais, e pera reparar estes dagnos pedimos a V. Mag.^e nos mande pera as aldeas

³³⁶ Treslado da carta dos oficiais da Câmara de Natal. Natal, 29 de Julho de 1713. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 71, rolo 1.

Relegiosos mindicantes, porque ^{1f} estes so se ocupão doutrinarem [sic] os indios, ho fazerem serviço a Deos, e não ande repunar [sic] as hordens de V. Mag.^e pera augmento da Capitania, e comservação de seus Povos, A Real Pessoa de V. Mag.^e guarde Deos [.]. Escrita em Camara pello Escrivão della [.]. Domingos Dias de Barros aos 7 de Agosto de 1713”³³⁷

À voz dos moradores e dos oficiais da Câmara, juntava-se a do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos Amado, que vem acrescentar que “os Religiosos da Comp.^a me impedem e querem usurpar esta jurisdição”; numa situação em particular, ao remeter uma ordem ao Capitão mor da Aldeia do Guajaru “p.^a me mandar os Indios p.^a os levar, não consentirão os missionarios e empugnarão escrevendome p.^a isto varios escritos menos decorozos, e q lhes devia eu pedir, por serem elles G.^{res} do temporal e espiritual”³³⁸. Caracteriza-os igualmente de “absolutos” e acusa-os de terem com as suas atitudes causado ferimentos e até a morte a quem tentara prender os índios. Estes acabavam por fugir do serviço que prestavam aos moradores e eram acolhidos nos aldeamentos jesuítas, sem que fossem castigados, como seria pretensão dos moradores e autoridades locais. Para o capitão do Rio Grande, constituía uma verdadeira afronta ter de pedir autorização aos missionários para requisitar os índios para os serviços designados:

“E por ultimo digo a v. m.^{ce} q de nenhua manr.^a he compasivel administraem os Missionarios os Indios nem estarem nas Aldeas, porq havendo algum incidente q forsozam.^{te} me seja necesr.^o valer deles, não heide pedir aos missionarios e parese indecente sendo Cap.^m mor desta Capitania pedir Indios de m.^{ce} e os missionr.^{os} duvidarem em darmos como asima digo, e emq.^{to} recorro a outra p.^{te} se pode perder a Capitania, e haver alguã ruina, porq ha cazos q não esperão nem admitem demoras”.³³⁹

De assinalar que esta informação é feita no mesmo ano em que Domingos Amado assume a governação desta capitania.

³³⁷ Carta dos oficiais da Câmara de Natal a D. João V. Natal, 7 de Agosto de 1713. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 73, 1f-1v.

³³⁸ Carta do capitão do Rio Grande do Norte, Domingos Amado ao Ouvidor Geral da mesma capitania. Rio Grande, 30 de Outubro de 1715. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 73, 1f.

³³⁹ *idem*, 1v.

Todas estas reivindicações possuíam uma sustentação legal, mais concretamente uma carta que D. Pedro II dirigira aos oficiais do Senado da Câmara de Natal, a 24 de Dezembro de 1701. Em resposta aos rogos dos moradores, patentes em carta de 7 de Junho do mesmo ano, e sendo informado da não execução do regimento em que obrigava os padres missionários, com a devida supervisão do capitão-mor, a repartir os índios das aldeias pelos moradores, e atendendo ao miserável estado dos moradores, o Rei ordenou novamente que se aplicasse esse mesmo regimento. Não deixou, contudo, de salvaguardar que os índios recebessem o competente salário pelo serviço prestado junto dos brancos – essencialmente na pesca costeira, actividade dominante e único sustento da região.

A todo este processo foram anexadas várias certidões, dando testemunho destas ocorrências, nomeadamente por parte de moradores, quadros da administração local, várias patentes militares, e até do filho de André Nogueira da Costa, antigo capitão-mor daquela capitania de 1708 a 1711, demonstrando como, já na altura, os missionários negavam a jurisdição deste sobre os índios aldeados e até sobre os «tapuias» – pelo menos aqueles que acolhiam nas suas aldeias – reivindicando plena administração sobre estes. Um dos casos mais repetidos é o da recusa do missionário da aldeia do Guajaru em facultar os índios requeridos pelo capitão para serviço de Sua Majestade. Certamente que estas informações foram recolhidas já por iniciativa do novo capitão-mor, empenhado em mudar a situação, porquanto são datadas precisamente de 1715. Encontramos, inclusivamente, um relato sobre a proveniência de certos «tapuias», pretensamente oriundos da missão da Capelinha para os sertões do Ceará Mirim, fazendo aí rancho e acrescentando-os com «tapuias» cativas que tinham fugido aos seus senhores. Aprisioná-los não era missão fácil: muito embora permanecessem nas cercanias das povoações de brancos, como eram poucos – não chegariam a uma dezena - escoreitos sem família e atentos a qualquer manobra que contra si se movesse, conseguiam permanecer em liberdade. Dada esta sua condição, o Senado da Câmara avançava, por carta de 28 de Julho de 1713 ao Rei, que a solução era fazê-los integrar

na missão do Guajaru, com administração jesuíta – decisão de que se viriam a arrepender³⁴⁰.

A onda de contestação fora movida contra a acção dos missionários jesuítas nas aldeias que possuía nesta capitania, que não eram mais do que duas: a de Guajarú e a das Guaraíras. O próprio padre da aldeia de Guajarú, João Guedes, em carta endereçada ao ouvidor geral do Rio Grande do Norte³⁴¹, contestou a veracidade das afirmações movidas contra a acção dos padres jesuítas naquela capitania, dizendo até que muitas foram as vezes em que, acedendo às solicitações dos moradores, facultaram mais índios do que estava determinado, deixando, para prover o próprio sustento dos demais, um número insuficiente na aldeia. Na sua opinião, só os membros da Companhia sabiam fazer a devida repartição dos ameríndios, na medida em que “só os PP. tem verdadeiro conhecimento desta gente, só elles os sabem arrumar e accomodar conforme ao genio e necessidade de cada hum^{1f} e conforme aos serviços pera que lhos pedem”³⁴².

Aquele missionário foi ainda mais longe, tecendo várias acusações: os oficiais de fazerem uma repartição dos índios conforme a sua afeição ou desafeição, e não propriamente a bem do interesse dos moradores; se a repartição fosse entregue aos capitães, estes fá-la-iam por quem lhes desse mais contrapartidas, como sucedera no passado. Nega, em contrapartida, o modo como foi descrito o caso do soldado do Terço Paulista – vindo na campanha do Açú para o Rio Grande em 1707 - anexando a relação dessa ocorrência, assim como sublinha não terem os jesuítas recolhido nas suas aldeias «tapuias» cativos foragidos nem avisarem os t«apuias bárbaros» das bandeiras. Se recolheram alguns, foi por requerimento do próprio Senado, como documenta a carta de 1713. Anexa ainda um rol dos moradores devedores aos índios da aldeia do Guajarú.

Várias certidões defenderam a actuação destes religiosos, nomeadamente do P.^e Manuel Pinheiro Teixeira, do hábito de S. Pedro, capelão do Terço dos Paulistas. Num

³⁴⁰ Carta do Senado da Câmara de Natal a D. João V. Rio Grande, 28 de Julho de 1713. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 73.

³⁴¹ Carta do missionário jesuíta da Aldeia do Guajarú, P.^e João Guedes, ao Ouvidor Geral do Rio Grande do Norte. Aldeia do Guajarú, 23 de Outubro de 1716. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 73.

³⁴² Idem, 1f-1v.

discurso claramente apologético, refere mesmo que “mostrando em tudo ser verdadeiros filhos de S.^{to} Ignacio, devião todos estes moradores chamaremse ditos p.^{los} terem na sua capp.^{nia}”³⁴³. Nem só membros do clero tecem discursos em seu favor, pois incluem-se testemunhos de patentes militares, como é o caso do coronel Alberto Pimentel, destacando o particular zelo dos missionários e de como de facto repartiam índios pelos moradores, ou ainda do capitão Manuel Gonçalves Branco, ao qual haviam sido entregues por diversas vezes índios pelo missionário do Guajarú no âmbito de serviços ligados à “pescaria das salinnas”.

Num outro registo documental de 1713, aludia-se a uma missão, “antiquissima antes da invazão do Olandes, e depois”³⁴⁴: a aldeia do «Mopebú» ou Mipibu. Por esta altura, andavam os índios revoltados, na medida em que, mesmo sendo “proibido aos capitães mores intrometeremse com as terras das aldeas”, um capitão-mor, mais concretamente Salvador Álvares da Silva, ousara dar terras dos índios ao padre Manuel Rodrigues Pereira e a Baltasar Gonçalves. A situação fora de tal maneira grave, que se repercutiu no Ceará Grande, onde se levantaram três aldeias de índios «tapuias» - os mesmos que, no passado, haviam defendido Fortaleza e ajudado a conquistar o território do Ceará Grande. Não observando a autoridade dos capitães-mores, chegaram a matar os moradores nas suas próprias casas, conforme declara o desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei nesta missiva. Cumpre ressaltar que neste aldeamento, igualmente assinalado na Informação de 1749, assim como na relação de 1760, reunia índios de língua geral, sob a assistência, em ambos os períodos, de religiosos capuchinhos.

No famoso aldeamento jesuíta conhecido como missão de Guajiru (futura vila indígena de Extremoz do Norte), sabemos haverem estado aí reunidos, cerca de 1714, índios «tapuia», designadamente Janduins e Caboré, como o atesta um Assento da Junta das Missões. Conseguira-se recolher-se estas nações belicosas, após um longo processo

³⁴³ Certidão do P.^e do Hábito de S. Pedro, Manuel Pinheiro Teixeira, capelão do Terço dos Paulistas. Natal, 29 de Setembro de 1715. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 73.

³⁴⁴ Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão a D. João V. Recife, 11 de Outubro de 1713. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 75, rolo 2.

que culminara com o estabelecimento de paz com estas nações e com o aprisionamento de alguns índios.

“Deramse estas pazes em attenção das ruínas q estavam ameaçando aquella Capitania [do Rio Grande do Norte], por se acharem as estradas impedidas, e não poderem passar os Gados q vem do Certão p.^a baixo, e juntam.^{te} por evitar as muytas despesas da fazenda real com as tropas q fazem esta guerra;”³⁴⁵

Esta aldeia era de grande importância enquanto fonte de recursos humanos, nomeadamente para cumprimento de funções militares ou até para-militares. Ainda assim, nem sempre fora fácil a articulação entre os diversos poderes. O capitão-mor do Rio Grande, Domingos Amado, queixa-se de tanto o capitão-mor dos índios do Guajiru, como o P.^e jesuíta Pedro Taborda, não lhe terem facultado os cinco índios que pedira “para levarem ao Seará, humas cartas do Serviço de VMg.^{de}”³⁴⁶, do governador de Pernambuco para o capitão-mor da Capitania do Ceará. No cerne da questão estava, afinal, uma clara disputa jurisdicional, reclamando o missionário para si o poder temporal e espiritual sobre estes, na qualidade de “administrador daquelles miseraveis, que se não sabem governar a si mesmos”³⁴⁷, razão pela qual se negara, nesta e em outras ocasiões, a facultar os índios para semelhante serviço. Missionário e capitão-mor dos índios da aldeia do Guajiru uniram-se e tornaram-se, na óptica de Domingos Amado, “absolluttos contra as ordens de V. Mag.^{de} tirando a Jurisdicção aos Cappitaens Mayores desta Cappitania, conduzindo os Indios a que lhes não obedecção”³⁴⁸. Mas vejamos a curiosa missiva redigida pelo missionário desta aldeia, em que declara o serviço dos índios na pesca nas Salinas e a incapacidade do capitão dos índios para exercer tal cargo, arrogando para si o poder temporal e espiritual – nesta dimensão,

³⁴⁵ Assento (cópia) da Junta das Missões. Lisboa, 25 de Agosto de 1714. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 78, rolo 2.

³⁴⁶ Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 23 de Novembro de 1715. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 81, rolo 2.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos Amado, a D. João V. Rio Grande, 15 de Julho de 1715. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 81, rolo 2.

absoluto – sobre os mesmos. Di-lo com algum sarcasmo e ironia, argumentando com base nas leis que o proviam de tais poderes sobre o governador daquela capitania:

“Snr, Cap. mor

Ja mandei dizer a vm., q o Cap. mor desta Aldea he hum velho, q não sabe ler, nem escrever, incapaz de tudo ja tonto q não sabe o q diz. O Superior desta Aldea sou eu q tenho a administrassão no temporal e espiritual, por Sua Mag.^{de} q Ds g.^{de}. Se vm. quizer alguns Indios p.^a o Servisso de Sua Mag.^{de} q Ds g.^{de} mos deve pedir a mim, em dallos tendoos; q assim fizerão os mais capitaes mores; [...]. M.^{ta} g.^{te} dos Indios tem ido p.^a as salinas ganhar, e os q ficarão na Aldea vão amenham p.^a essa cidade q ja estão com meya paga do Cap. M.^{el} Glñ Branco p.^a irem no seo barco as salinas pescar; la pode vm. tirar os q forem necessarios p.^a o Serviço Real, q está em primeiro lugar, q cá na Aldea os não ha; g.^{de} Ds a vm. Guajirú 14 de Julho de 715. De vm. / servo Pedro Taborda”³⁴⁹

Longe de totalmente resolvida, uma situação análoga voltou a ser demonstrada pelos edis da Câmara de Natal em 1725, ao sublinharem, em carta redigida ao Rei, que uma das maiores tiranias com que aquela capitania era combatida residia na “preversidade malisioza os Indios de quatro Aldeyas, q ha nella”³⁵⁰. Pelo que se consegue perceber, tais índios não teriam missionário, porquanto se achavam à margem da lei, “vivem subjeitos aos da sua vontade, sem castigo, sem doutrina, e menos reprehensão; e vivem t.^{os} tão licensiozamente q tememos a sua fereza [sic], como de enemigos da fee e animaes silvestres”. Mais ainda: “não ha missão q os dome, nem clamores q os subjeitem; porq ao mesmo tempo q com foras obrigatorias os conduzem a assistir ao santo sacrificio da Missa, o [...] idolatrando, e uzando de continuo dos seos gentilicos rictos.”³⁵¹

Acusados os moradores de faltarem ao devido pagamento pelos trabalhos prestados pelos índios daquela jurisdição, os oficiais desta Câmara acorrem em sua defesa, alegando que cumpriam com o disposto nas leis, pagando metade adiantado e o restante no final, mesmo sem a terem merecido. Na verdade, segundo indicam, muitas

³⁴⁹ Carta do missionário jesuíta na aldeia do Guajirú, Pe. Pedro Taborda, ao capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos Amado. Guajirú, 14 de Julho de 1715. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 81, rolo 2.

³⁵⁰ Carta dos oficiais da Câmara de Natal a D. João V. Natal, 21 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 103, rolo 2.

³⁵¹ Carta dos oficiais da Câmara de Natal a D. João V. Natal, 21 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 103, rolo 2, 1f.

vezes os ameríndios se ausentavam do seu serviço, deixando a pescaria a meio e empenhado o empregador, e em outras situações apoderando-se, por meio de violência, “de mais de a metade do peiche q matão, dizendo ser p.^a seu sustento, e de mulheres, e filhos q occiozam.^{te} costumão levar”³⁵². Havia, claramente, uma dificuldade em entender os padrões através dos quais se regia o trabalho em serviço de outrem, considerando estes índios que lhes era devido o fruto directo do seu trabalho, tarefa a que, aliás, não seriam alheios mesmo na vivência fora dos meios brancos.

Declara-se ainda que, estando munidos de armas de fogo, causavam diversos desacatos e saqueavam gados e culturas dos colonos. Em face de todos estes abusos, requeria-se, pois, que não tivessem estes de lhes pagar nada mais. Neste caso concreto, refere-se que os capitães-mores dos índios deveriam receber, como estava disposto, cem réis de “propina” por cada índio. Contudo, ao estarem encarregues de os distribuir pelos serviços que lhes aproovessem, cabendo a si a administração dos mesmos, não se deixava de cometer alguns excessos, nomeadamente o de aumentarem o pagamento até trezentos e vinte reis, como fizera o capitão-mor da Aldeia do «Mupebu».

Numa outra missiva com a mesma data, os edis desta Câmara mostram-se absolutamente inflexíveis quanto à impossibilidade de convivência com os grupos de «tapuias» que se encontravam, diriam outros, pretensamente apaziguados. Após uma curta sensação de paz por volta de 1723, os acontecimentos vieram demonstrar as verdadeiras intenções de alguns desses índios, fazendo estes oficiais da Câmara do Natal lamentar não se ter usado de forma mais drástica no seu tratamento. Afirmam, peremptoriamente, que “caresião ser destruidas”, e não “conservadas”³⁵³, à vista de tão calamitosa situação, como descrevem:

“[...] os poucos tapuyas q avia então, e hoje bastantemente propagados, se achou nelles resolução infalivel de desimuladam.^{te} se levantarem, e fazerem nesta d.^a cap.^a hum lastimozo destrago [sic]; uniformes com as nassoens Payacus, da Ribr.^a do Apodi; com Pegas, e Panatis, das Ribr.^{as} das Piranhas, e Pinhancó [sic]; e com os Sandoins da Ribr.^a do Assú, o q por ora se atalhou, alcansandoselhes o intento; Além destes se exprimentar nos Indios mansos, Aldeyados, huma tão dezaforada resolução, e altives [altivez], q sem

³⁵² Idem, 1v.

³⁵³ Idem, 1f.

duvida, nos cauza justo receyo, os sintomas, com q nos dão a entender a pouca fedilid.^e q tem à Real Coroa Portugueza, de q são capitaes inimigos.”³⁵⁴

Com tão dura apreciação e apelativa argumentação, não se esperaria outra resposta – não outra se pretenderia – que não fosse a de se mover guerra justa contra tais índios, à excepção dos que se encontravam aldeados, para os quais se reservaria um controlo mais apertado ou qualquer outra abordagem mais adequada. Daí a importância de se preservarem e aumentarem as Companhias do Terço Paulista naquela vasta região nordestina, envolvendo não apenas áreas riograndenses, mas inclusivamente e cearenses.

Da aldeia do Guajiru, situada a duas léguas da cidade de Natal, temos notícia em 1725 de que as suas terras já se encontravam esgotadas. Na época assistida por jesuítas, esta povoação indígena contaria, certamente, com uma grande densidade demográfica, razão que justifica a demanda do seu superior, P.^e Jerónimo de Sousa³⁵⁵, no sentido de o rei conceder uma légua de terra no lugar de Cidade dos Veados, a duas léguas da dita aldeia. Obteve parecer régio favorável, tendo-se para tal considerado que “a elles [índios do Guajiru] se deve estar dezinfectada do Gentio barbaro, q tantos annos a perseguiu”³⁵⁶. A este respeito, havia quem se sentisse lesado. Ao que parece, parte destas propriedades tinha dono. O capitão João Carneiro da Cunha, proprietário no lugar da Cidade dos Veados, solicita, anos volvidos, que não se tomassem mais terras suas para se dar aos índios da aldeia do Gramació, visto que já havia sido subtraída uma légua naquele lugar para o mesmo efeito³⁵⁷.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Requerimento do padre da Companhia de Jesus, superior da Aldeia de Guajiru, Jerónimo de Sousa, a D. João V. [ant. 22 de Dezembro de 1725]. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 116, rolo 2.

³⁵⁶ Carta régia de D. João V. 10 de Janeiro de 1726. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 116, rolo 2.

³⁵⁷ Requerimento do capitão João Carneiro da Cunha a D. João V. [ant. 23 de Maio de 1735]. AHU_ACL_CU_018, Cx. 3, D. 204, rolo 4.

Alguns anos mais tarde, um outro superior desta mesma aldeia, P.^e João de Melo, solicita confirmação da carta de sesmaria de terras³⁵⁸ na costa das salinas, no lugar dos Galos e de Água Maré/Guamaré. De sublinhar a dimensão destas propriedades “de tres Legoas de comprido e huã de largo”, conseguidas através de sesmaria do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos de Moraes Navarro³⁵⁹. Em contrapartida, salvaguarda-se que estas terras ficariam ao cuidado dos índios enquanto permanecessem naquela aldeia, “ficando as prayas e pesqueyros Livres e comuns a todos”³⁶⁰. A obtenção destas propriedades visara conseguir para esta missão, assistida por vários jesuítas, sítios onde os índios aldeados pudessem efectuar as suas pescarias, aproveitando o facto de, na costa de Salinas, haver terras “devolutas”, i.e., baldios.

Uma das principais actividades económicas do Rio Grande do Norte residia, precisamente, na pesca, a que índios e moradores se entregavam. Pela ausência de escravos, restava aos colonos recorrer aos índios aldeados para tais funções, como já tivemos, aliás, ocasião de vislumbrar. Contudo, o seu intento encontrava objecções por parte de certos missionários:

“Muitos dos habitantes desta capitania para remedio das suas nesidades, se sogeitão ao trato de varias pescarias, q pela costa do mar, no tempo de verão, se podem desfructar, e como não pessuem [sic] escravos com q fabricalas, forsozamente se valem dos Indios da terra Aldeyados, a quem pagão para lhes asestirem, e trabalharem, o q bem podiam fazer se a falta de temor os não abelitara ao contrario, ajudandoos para esta maldade alguns os seos Missionarios.”³⁶¹

Dispondo-se a facultar os índios necessários, e acordando com os “senhores das redes” o pagamento de metade do salário, acontecera por vezes não se chegar a cumprir com tal tarefa, faltando os índios negociados. Por outro lado, os índios continuavam a fazer as suas pescarias todos os dias, tomando assim “todo o peiche que lhes parese para seu

³⁵⁸ Requerimento do religioso da Companhia de Jesus, superior da Aldeia de Guajiru, padre João de Melo, a D. João V. [ant. 7 de Janeiro de 1730]. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 144, rolo 3.

³⁵⁹ Carta de sesmarias concedidas à Aldeia do Guajiru, pelo Capitão-mor do Rio Grande do Norte, Domingos de Moraes Navarro. Natal, 8 de Março de 1729. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 144, rolo 3.

³⁶⁰ Bilhete relativo à carta de confirmação de sesmarias da Aldeia do Guajiru. Lisboa, 15 de Julho de 1732. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 144, rolo 3.

³⁶¹ Carta do [provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte], Domingos da Silveira, a D. João V. Natal, 15 de Março de 1732. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 159, rolo 3.

sostento, e de todas suas familias, e ainda para negocio, senhoreandose por esta forma de ametade, e mais da emportancia das ditas pescarias”³⁶². Sentindo-se duplamente lesados, os colonos fazem a devida reclamação junto das autoridades locais. Não se deixa de apontar o dedo à acção dos missionários, encarada como desajustada ou inoperante:

“De todo este prosedimento tem a mayor culpa os seos Missionarios, porq lhes faltão com o castigo, quando estes e outros mais relevantes delictos cometem, ou por froxos [sic], ou por não poderem darlho q hé o mais serto; e desta sorte os tem abelitado tam absolutos, q justamente se fazem temer;”³⁶³

Apesar de sujeitos à administração temporal por parte dos capitães, a acção dos missionários era ainda muito forte, sendo encarados ora como defensores dos interesses dos ameríndios por oposição aos dos colonos – e, por sua vez, à da Coroa portuguesa, como alguns destes argumentavam – ora como indivíduos que os pareciam incitar à rebelião, não interferindo nas suas actividades, mesmo que lesassem terceiros.

O problema do trabalho indígena no âmbito da actividade piscatória foi uma constante ao longo deste período. Levanta-se novamente a questão do porte de armas por parte dos índios, usadas para roubar e matar o gado dos colonos, da falta de jurisdição do capitão-mor de cada missão e da excessiva protecção dos religiosos na missiva dirigida por João de Barros Braga, o então capitão-mor desta capitania, ao rei a 17 de Março de 1732³⁶⁴. Movido pelas queixas feitas pelos pesqueiros da zona de Salinas, as suas palavras mostram como se tratava de uma situação longe de estar resolvida ou sequer de conseguir um rápido consenso. Mais ainda: dá conta de como no ano anterior aqueles índios haviam intentado uma rebelião contra os moradores no dia de S. João. A convivência estava, pois, longe de ser pacífica entre índios – mesmo os aldeados - e «reinóis». Ou, pelo menos, nenhuma das partes estava disposta a abdicar dos seus interesses, procurando, cada qual, usar dos modos que achava convenientes para garantir a sua subsistência.

³⁶² Idem, 1f-1v.

³⁶³ Idem, 1v.

³⁶⁴ Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, João de Barros Braga, a D. João V. Natal, 17 de Março de 1732. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 164, rolo 3.

Apesar de tudo, sentia-se uma grande carência ao nível de assistência religiosa na capitania do Rio Grande que, apesar de ser uma das mais antigas da América e “das maes acossadas do Gentio barbaro, por cuja cauza ficarão seus moradores impocebellitados, sem nella poderem ter a ditta de eregirem hum Hospicio de relligiozos”³⁶⁵. Solicitou-se, então, que se ordenasse aos capuchinhos italianos de Pernambuco que edificuem um hospício na cidade de Natal, tomando-se por experiência a assistência de um capuchinho, Fr. Boaventura Pontremoly, missionário da aldeia do Mipibu desde há nove meses àquela parte.

Entretanto, uma outra aldeia conseguira o seu primeiro missionário. Tratava-se da missão de Gramació, administrada pelo carmelita da Reforma de Pernambuco, Fr. Caetano do Rosário³⁶⁶. Como era uma “missão ainda moderna”, cuja população fora constituída “com Indios vindos de diversas aldeas e capitancias”, o missionário veio a requerer financiamento para se fazer uma capela “como também hũ sino pequeno com q se chamem os Indios p.^a a Igreja”³⁶⁷.

Em consequência da visita do provincial da Ordem do Monte do Carmo a uma aldeia administrada por missionários daquela congregação – muito provavelmente a do Gramació – e apercebendo-se dos frutos da sua acção evangelizadora naquelas paragens, o mesmo provincial deixa expresso o desejo de se construir um hospício na cidade do Natal, “adonde tivece quatro rellegiozos p.^a que com melhor commodidade lhe tiraçem as esmollas, que estes povos lhes costumão dar a sua confraria”, de que dá notícia o então capitão-mor do Rio Grande³⁶⁸. Não deixa de ser interessante que tal ideia surja volvida uma década desde o desejo de se criar um hospício naquela mesma cidade de Natal, mas de outra congregação – encomendada aos capuchinhos italianos que assistiam em Pernambuco.

³⁶⁵ Carta dos oficiais da Câmara de Natal a D. João V. Natal, 1 de Junho de 1733. AHU_ACL_CU_018, Cx. 3, D. 182, rolo 3, 1f.

³⁶⁶ Requerimento do religioso da Reforma de Nossa Senhora do Carmo de Pernambuco, frei Caetano do Rosário, a D. João V. [ant. 8 de Outubro de 1733]. AHU_ACL_CU_018, Cx. 3, D. 185, rolo 3.

³⁶⁷ Idem.

³⁶⁸ Carta do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], Francisco Xavier de Miranda Henriques, a D. João V. Natal, 14 de Fevereiro de 1743. AHU_ACL_CU_018, Cx. 5, D. 275, rolo 5.

Já em pleno reinado de D. José I, o missionário carmelita da Missão de Gramació, P.^e Fr. Manoel da Purificação, pertencente ao convento da Paraíba, dá conta de um certo ajuntamento de índios, de etnia não mencionada, que se encontrava no engenho do Cunhaú, propriedade do capitão Gaspar de Albuquerque Maranhão. Ao invés disto, optou-se por que estes se recolhessem à referida aldeia, o que acabou por não acontecer. Com efeito, o capitão que assim os administrava naquele engenho, antes procurara congregar um ainda maior número de índios,

“por se utilizar delles no seu serviço, e do seu engenho sêm outro estipendio mais, q a segurança de não poderem ser prezos, tem seguro refugio todos os q desobedecem a seus Missionr.^{os}, e se querem ver exemplos, ou do merecido castigo, ou dos exercicios espirituaes, a q os obrigão em cumprim.^{to} do serviço de D.^s, e ordens de V. Magestade;”³⁶⁹

Não deixa de ser curiosa menção à obrigação a que os índios eram sujeitos ao nível da prática de «exercícios espirituais», com uma dimensão muito específica e concreta no caso das missões jesuítas – a qual decorre da proposta de um dos fundadores da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola – certamente que em moldes distintos face à doutrinação levada a cabo por membros de outros movimentos religiosos. É particularmente grave a sugestão feita mais adiante por este carmelita ao referir como o referido capitão e senhor de engenho se escudara e servira das relações de parentesco que possuía face ao governador de Pernambuco, que o apoiara nesta causa. O próprio missionário solicitara, por diversas vezes, que fossem presos esses índios, para mais tarde serem agregados à sua missão. Em contrapartida, sempre que se tentava levar a cabo tal diligência, o senhor do engenho em causa afugentava os índios, facto que não deixava de ter as suas consequências para os moradores daquela região,

“em damno dos povos circumvizinhos, a q.^m, como consta dos documentos insertos, fazem continuados roubos, e grd.^{es} hostilid.^{es}, como das Aldeas, q se irão pondo dezertas na certeza do seguro coutto, ou velhacouto, q lhes offerece Gaspar de Albuqr.^e; e finalm.te em prejuizo de suas almas; porq, não havendo naquelle engenho Capellão há quatro annos, estão faltos do pasto espirital, e mais exercicios devotos, q nas suas Aldeas lhes ministrão seus Missionr.^{os}”³⁷⁰

³⁶⁹ Requerimento do missionário da aldeia de Gramació, religioso de Nossa Senhora do Carmo, P.^e Manuel da Purificação a D. José. [ant. 26 de Abril de 1754]. AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 373, rolo 7.

³⁷⁰ Idem.

Como ficara provado por tais denúncias, a não observância do despacho, fundada em razões de amizade e parentesco entre o capitão e senhor do engenho e o governador de Pernambuco, tivera sérias consequências no terreno, ao patrocinar aqueles índios fugitivos que, entregues à sua sorte, acabavam por estar na linha de fogo dos colonos e mais sujeitos à exploração de terceiros – e até, em situação limite, a lhes ser movia «guerra justa».

Contrariamente ao que se pudesse supor, não se trata de um mero desejo de conquistar mais índios para aquela missão. Na verdade, como é referido na carta passada a 17 de Abril de 1754, o já referido padre menciona que diversos índios haviam sido induzidos pelo capitão Gaspar de Albuquerque Maranhão a se ausentarem da missão do Gramació, onde se encontravam, para se instalarem no engenho do Cunhaú. Por outro lado, alude-se inclusivamente à presença naquela fazenda ou engenho de índios provenientes de uma outra missão do Rio Grande do Norte: a aldeia do Mipibu, missão de capuchinhos que, de acordo com a Relação de 1760, possuía índios de língua geral – assim como os de Gramació, sob a tutela de carmelitas. Este capitão alegara, inclusivamente, possuir aí uma aldeia onde os índios se poderiam manter comodamente, e onde residiam voluntariamente. Por outro lado, argumentara junto das autoridades locais que já os seus pais e avós haviam assistido naquele engenho, ao tempo dos anteriores proprietários, progenitores de Gaspar de Albuquerque. O problema fora que, a estes já aí residentes, se juntaram outros de várias aldeias que andavam dispersos.

Em opinião do tal religioso, não haveria aldeia alguma, mas antes «ranchos» ou espécie de acampamentos – certamente de carácter provisório - onde se mantinham índios fugidos de missões. Na óptica do carmelita, viviam estes índios na desobediência a Deus e ao rei, através de uma vida que caracteriza como “dissoluta”.

Incumbido, por ordem do Rei, de dar o seu parecer acerca de tal matéria, o governador de Pernambuco surge em clara defesa do senhor do engenho, defendendo inclusivamente o fraco empenho na diligência de prender os índios acampados no Cunhaú, justificando-se pelo facto de nem ele, nem o bispo acharem advir daí nenhum prejuízo, sobretudo depois de ambos terem obrigado o seu capelão “a admenistrar os

sacramentos, e ensinar a doutrina aos Índios”³⁷¹. Mais ainda sublinha que, não tendo ficado aqueles índios desprovidos de capelão mais do que quatro meses, tal “não mostrará que em todo este tempo deixou de hir aquella fazenda, sacerdote que dicesse Missa, e admenistrasse os sacramentos, se delles occorre necessidade” – pelo que considera que o requerimento remetido pelo religioso carmelita, missionário do Gramació, “não meresse atenção”. Entendemos, a partir deste caso, como, em certa medida, alguns grupos indígenas preferiam a relativa liberdade que conseguiam encontrar fora das missões, embora ainda sob a administração de brancos, mesmo estando ao serviço de um senhor, de um fazendeiro ou de um capitão. É provável que tal se devesse à natureza das suas culturas de origem, procurando assim preservar os seus costumes e o seu quotidiano, sem se submeterem a uma tutela que os obrigasse a adoptar uma nova cosmogonia, novas crenças, novas práticas ritualizantes.

Este é o mesmo missionário que, meses mais tarde, ainda no ano de 1754, reclama verbas para a edificação e provimento da igreja da aldeia do Gramació, repetindo um pedido que já havia sido feito pelo primeiro carmelita daquela missão em 1733. Conseguira-se, é certo, dar início às obras, à custa de esmolos conseguidas, mas que não eram o bastante para fazer face a todos os custos necessários, considerando-se a pobreza da própria missão. A julgar pela natureza do pedido, e como se vem a confirmar pelo testemunho do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pedro de Albuquerque e Melo, as ambições deste missionário eram grandes e não reflectiam propriamente uma condição miserável através de um templo austero e simples. Com efeito, como se assinala no seu pedido,

“tem fabricado naquella Missão huã Igr.^a com a possível sumptuozyd.^e a custa do incessante trabalho, com q se tem applicado em pedir esmollas p.^a tão sancto fim; e em razão de ser a Missão pobre a não pode paramentar dos ornam.^{tos} necessr.^{os} p.^a o culto divino, e festas da mesma Igreja, nem de sinos: por cuja razão está sem ornam.^{tos}, e sinos; e porq nesta consternação não tem cõ q possa remediar tão grande falta, recorre humildem.^{te} a V. Mag.^e p.^a q se digne por sua Real grandeza mandar dar (com huã esmolla p.^a a total perfeição de algumas obras) ornamentos brancos, vermelhos, verdes, e

³⁷¹ Parecer do governador de Pernambuco, Luís José Correia da Silva. Recife, 14 de Abril de 1755. AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 373, rolo 7.

roxos p.^a a d.^a Igr.^a, e seus tres altares, e sinos p.^a a torre, em ordem a se poderem exercer os Officios divinos com a decencia necessr.^a”³⁷²

Ao ir «passar mostra» aos índios do Rio Grande do Norte, o capitão-mor daquela capitania, ao passar pelo Gramació, constataria, *in loco*, a grandiosidade daquele templo. Certifica, inclusivamente, ser o P.^e Manoel da Purificação superior daquela missão, a quem se devia a edificação de uma sumptuosa igreja – que este capitão-mor supunha ser a melhor de toda a capitania - graças às esmolas que conseguira reunir e ao “sallario que os Indios ganhão p.^a ella”³⁷³. Por aquela altura, estando as obras de pedreiro prontas, continuavam as obras da sacristia, faltando algum dinheiro para os acabamentos e paramentos que a missão, por si, não conseguia juntar, o que motivara o pedido do superior carmelita.

Quanto à dimensão da população ameríndia em finais de setecentos, temos notícia da existência de cinco vilas indígenas e do (aparente) sucesso da sua implementação, e de como a população geral do Rio Grande do Norte conseguia ser superior à do Maranhão:

“Folguei muito de ver os Mappas do Maranhão, de que VS.^a me fez mercê; mas admiro-me da pouca gente, que tem esse Estado. Na Capitania do Rio gd.^e que he a mais pequena das quatro subordinadas a Pernambuco ha certam.^{te} mais moradores nas sete Freguezias de Portuguezes, que tem, fora cinco Villas de Indios, bastantemente civilizadas, e que o estiverão inteiram.^{te} se destas partes se tivera cuidado nisso tanto, como dessas.”³⁷⁴

Embora já do início do século XIX, consideramos pertinente o "*Mappa Geral da Importação de Produtos, e Manufacturas do Reino; Habitantes e occupaões delles*,

³⁷² Requerimento do missionário da aldeia de Gramació, padre Manuel da Purificação, a D. José I. [ant. 14 de Fevereiro de 1754]. AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 382, rolo 7.

³⁷³ Certidão do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Pedro de Albuquerque e Melo. Natal, 14 de Fevereiro de 1754. AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 382, rolo 7.

³⁷⁴ Carta do capitão-mor interino do Ceará, o tenente coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, ao capitão-mor do Piauí, João Pereira Caldas. Ceará, 29 de Junho de 1767. Ceará AHU_ACL_CU_006, Cx. 8, D. 518, rolo 9.

[...] do Rio Grande do Norte no ano de 1801"³⁷⁵, sobretudo pela informação estatística relativa aos índios daquela circunscrição. Apesar de estes dados surgirem já no período da regência do ainda príncipe D. João – futuro D. João VI – poderão dar uma ideia da demografia indígena e, de certo modo, do impacto sofrido a partir da implementação do novo sistema de administração das povoações ameríndias entretanto convertidas em vilas pombalinas. Assim, no respeitante aos “Índios Domésticos”, possuímos uma série de dados relativamente ao número total de indivíduos, divisão por sexo, casamentos, nascimentos e mortes registados.

5.3.4. Paraíba

Graças, em grande parte, à documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino, nomeadamente à correspondência trocada entre colónia e Conselho Ultramarino, obtivemos dados referentes à situação dos índios e missões implementadas neste território junto da documentação avulsa relativa à Paraíba, assim como a Pernambuco – sede de governo de várias capitanias nordestinas.

Economicamente, a Paraíba dependia de Pernambuco, tendo necessidade de estabelecer com esta capitania relações comerciais, sobretudo pela falta de géneros advindos tanto do Reino, como de África, nomeadamente de escravos oriundos de Angola e da Guiné para trabalharem nos seus engenhos³⁷⁶. Ora essa mesma falta de escravos devia-se à «falta de cabedais» por parte dos moradores que, sem posses suficientes, se socorriam dos nativos aldeados para o trabalho das “suas lavouras, fabricas de engenhos, lenhas, e mais serviço cotidiano”. À partida, aqueles índios eram

³⁷⁵ "Mapa geral da importação de produtos e manufacturas do reino; produção, consumo, exportação, portos de donde vieram e para onde foram. Habitantes e ocupações deles, casamentos, nascimentos, mortes, e dos índios domésticos e suas idades. Tabela das doenças com que faleceram, previstas ou não previstas. Resumo das quantias em cruzado na Capitania do Rio Grande do Norte no ano de 1801". Anexado à CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Lopo Joaquim de Almeida Henriques, ao príncipe regente D. João. Natal, 30 de Abril de 1804. AHU_ACL_CU_018, Cx. 9, D. 565, rolo 10.

³⁷⁶ Carta dos lavradores e senhores de engenho da Paraíba, ao príncipe regente [D. Pedro]. Lisboa, 8 de Setembro de 1671. AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 79, rolo 2.

remunerados pelos serviços prestados, como se refere na Consulta do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, de 7 de Outubro de 1675³⁷⁷.

Grupos hostis, não obstante, provocavam danos consideráveis, instalando o medo e a inquietação na população. Por volta de 1574, alguns índios haviam provocado estragos avultados num engenho na Paraíba, matando muita gente. Em consequência de semelhantes atrocidades, foram os brancos no seu encalço “con mucha gente dapie y dacaballo [sic] a darles guerra [...] Mas llos saviendo que yban los blancos En su busca desanpararon las aldeas y huieron pera la sierra”³⁷⁸. Seriam, muito provavelmente, aliados dos Franceses, o que explica, como no-lo descreve este autor anónimo, o especial cuidado do ouvidor-geral Fernando da Silva em lhes queimar as aldeias e o seu mantimento, para que os franceses, ao ali chegarem, não encontrarem nada. Tais actos terão sido, naturalmente, uma estratégia que obstará à sobrevivência de tais ameríndios, no caso de voltarem aos seus povoados.

Já no limiar daquela centúria, encontrámos referência a uma missão que os beneditinos teriam já junto dos índios daquela capitania, muito embora não se refira em concreto o nome dos aldeamentos ou sequer se precise a sua localização. Não sabemos, por isso, se os aldeamentos beneditinos existentes no século XVII tinham tido a sua origem no limiar do século XVI para o XVII. Neste documento ordenava-se o pagamento de 46 mil réis ao padre frei Anastácio, presidente dos padres da Ordem de São Bento, para os serviços de doutrina e cristandade dos gentios aldeados³⁷⁹. De acordo com dados obtidos a partir das relações setecentistas de aldeamentos existentes em Pernambuco e capitânias anexas, apenas duas missões são beneditinas, e precisamente na Paraíba: Jacoca e Utinga, ambas com índios de língua geral – facto que, por si só, poderá demonstrar que se faria um acompanhamento desde há longo tempo

³⁷⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba para conservarem os índios em suas aldeias, podendo, assim, usá-los em suas lavouras e fábricas de engenhos, lenhas e outros serviços, na falta de escravos de Angola. Lisboa, 7 de Outubro de 1675. AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 95, rolo 2.

³⁷⁸ [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbuco, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923, p. 26.

³⁷⁹ Provisão (treslado) do capitão-mor da Paraíba, servindo de provedor-mor da Fazenda Real, Feliciano Coelho de Carvalho, ao feitor e almoxarife da Fazenda Real da mesma capitania, Gomes Dias. Paraíba, 13 de Março de 1600. AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 2., rolo 1

com tais comunidades. Da aldeia de Jacoca temos notícia em Maio de 1676³⁸⁰, quando o capitão dos índios desta aldeia requereu que lhe fosse passada a patente, oficializando assim as suas funções de administrador destes. Conviveria com a administração espiritual dos beneditinos ou haveriam estes sido preteridos? Em consulta datada do ano anterior, aludia-se novamente a este capitão assim como a aldeias administradas por clérigos, entre eles beneditinos, como veremos.

Também na Consulta de 1675 encontramos uma relação das aldeias de índios existentes na Paraíba, com identificação de quem as administrava, elemento que havia sido solicitado:

“Pedindosse imformação [sic] a Ignacio Coelho, de quantas Aldeas havera de Indios, a forma que se tem com elles, quem os administra, se estão pellas cazas dos moradores, ou se vivem [sic]

Respondeo que naquella capitania havia tres Aldeas de Indios domesticos que ha muitos anos admitirão a fe, e asy se lhes administra os sacram.^{tos}, duas dellas, as mayores, tem seus cappellães a quem elles pagão do que ganhão pello seu trabalho, a gente dellas capas de suas armas de asso e frecha, repartida mesmo com officiaes, até capitão da mesma nação, e por capitão e administrador, João Ribeiro homẽ branco soldado, e pratico na lingoa, que os governa a todos e os ensina, e a quem o capitão mor manda a ordem do q hão de obrar.

A terceira Aldea administração os Padres de São Bento, que o exercicio em que se ocupa este gentio he na reedificação da força do Cabedello, [??], e templos da Cidade, e no serviço dos engenhos, repartindosse pellos moradores conforme a necessidade de cada hũ pella falta q tem de negros de Angola e impossibilidade de os comprarem, e todo o serviço fazem estes gentios por sua conveniencia voluntariamente, e se lhes paga seus jornais, que se se divertirem [sic] daquella Capitania será a total ruyna de seus moradores, engenhos, lenhas, e fabrica do assucar, e grande quebra no contrato dos dizimos, e mais^{1f} rendim.^{to} da Fazenda Real, e que comunica não serem governadas aquellas Aldeas, por Indios da mesma nação, como intenta o seu capitão mor dom Diogo Pinheiro Camarão, porque como esta gente he de pouca rezão, e menor respeito, nenhũ terão, nem obediencia ao que governar, e só ao branco pello temor do castigo, de que os acuze a quem governa o q não fará o da mesma nação, porque se não acuzão hũs aos outros, e João Ribeiro que ora os administra o fas com toda a verdade e sem queixa.”^{lv}³⁸¹

³⁸⁰ Requerimento do capitão dos índios da aldeia de Jacoca, João Ribeiro, ao príncipe regente D. Pedro, solicitando lhe passe a patente do dito posto. Paraíba, [ant.] 6 de Maio de 1676. AHU_ACL_CU_014, Cx. 2, D. 98, rolo 2.

³⁸¹ Consulta do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a representação dos moradores da Paraíba para conservarem os índios em suas aldeias, podendo, assim, usá-los em suas lavouras e fábricas de engenhos, lenhas e outros serviços, na falta de escravos de Angola. Lisboa, 7 de Outubro de 1675. AHU_ACL_CU_014, Cx. 1, D. 95, rolo 2.

Defendia-se, portanto, que os índios não fossem apartados daquelas três aldeias, uma delas sem missionário e gerida por um capitão, mas antes que nelas fossem conservados, pelo grande serviço que prestavam à comunidade local, recebendo por isso algum tipo de pagamento. Chamava-se a atenção para a vigilância deste facto por parte dos capitães-mores, assim como para o modo como eram tratados e administrados.

Também por estas paragens alguns índios causaram considerável dano junto dos moradores, não se deixando de convocar braços armados da Paraíba para acudir em situações de conflito em capitanias vizinhas. Foi o que sucedeu por volta de 1688, perante os ataques nas imediações da Ribeira do Açú e cidade do Rio Grande, por parte do “tapuia brabo”, não se identificando a sua etnia³⁸². Os alvos destes ataques foram não apenas cabeças de gado, nomeadamente cavalar, tendo também morto muita gente, gerando assim grande inquietação naquelas povoações. Em consequência de tal facto, reuniram-se tropas, pedindo-se a colaboração de outras capitanias, marchando a partir da cidade da Paraíba rumo ao sertão. Deparam-se com “huã grande tropa de tapuias”, pelejaram a peito descoberto” e infligiram grande dano junto desta hoste, colocando os índios em fuga, atravessando estes o Rio Açú a nado.

Existem notícias concretas relativamente aos Payakú, os quais foram feitos cativos na guerra contra eles movida pelo mestre-de-campo dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Em 1701 já se alude à restituição da sua liberdade, integrando-os numa aldeia e procurando usar destes recursos humanos para combater uma outra nação, os Icó. Encarregue de observar se estes índios ainda se achavam na mão dos Paulistas no Arraial de Assú ou Açú, observou o ouvidor-geral da Paraíba que “os mais delles fugirão para os da sua nação; alguns morrerão de bexigas; outros vierão os seus parentes a resgatalos por os de outras nações, a que forão dar guerra”³⁸³. Apesar de se ter fixado publicamente a sua liberdade, com a possibilidade de tornarem aos da

³⁸² Certidão do capitão da Companhia de Infantaria da cidade de Paraíba, António Borges, comprovando as notícias do governador e capitão-general [do Brasil], Matias da Cunha, em que informa os estragos provocados pelo levante dos índios tapuias na Ribeira do Açú. Arraial de São Francisco da Ribeira do Açú, 10 de Junho de 1688. AHU_ACL_CU_014, Cx. 2, D. 159, rolo 3.

³⁸³ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, acerca de restituir a liberdade aos índios paiacus, cativos na guerra que lhes fez o mestre-de-campo dos paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Lisboa, 8 de Novembro de 1701. AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 247

sua nação ou de permanecerem junto dos moradores, os Payakú rebelaram-se nas imediações da Ribeira do Moxoró, atacando as suas casas e os seus currais, prova não apenas da sua resistência em permanecerem cativos ou ao seu serviço, mas inclusivamente como forma de garantirem o seu sustento, conhecendo os hábitos daqueles habitantes. Merece a nossa atenção a referência que é feita a uma missão do P.^e João da Costa do Jaguaribe, a qual possuía inclusivamente igreja, em cuja porta se afixara o edital da restituição da liberdade dos Payakú. Tratava-se da missão ou aldeia do Jaguaribe. O ouvidor, empenhado em restituí-los à “aldeia dos da sua nação” (na medida do possível), referiu a dispersão desta etnia por Itamaracã e Pernambuco, numa área assaz considerável – “dessa Cid.^e a Ribeira de Joguaribe são cento e sessenta leguas”.

Quanto à situação das aldeias missionadas propriamente ditas, na Paraíba assinalava-se que algumas havia sem missionários no primeiro quartel do século XVIII, conforme se atestava na carta que o capitão-mor da Paraíba dirige ao rei em Agosto de 1715:

“Ja reprezentei a V. Mag.^{de} q seria mui convin.^{te} nestas contendias dos Religiozos observantes de N. Sr.^a do Carmo com os da Reforma, que V. Mag.^e deve a estes da Reforma o convento de Olinda com obrigação de tomarem à sua conta as miçõins desta Capitania; e porq de presente se achão os Gentios destes Certoins com alguã desconfiança, e se achão sem mecionario a nação dos Curemas, a dos Panatís, a do Fagundes, a dos Icaós, e a dos Pegas, Canindés, e Caburé, Gentios, e q a maior parte delles tiverão ja Mecionario, e se achão, sem elle, como o Bispo desde estas inquietaçõis me não responde às minhas cartas, mandei ao Coronel destes certois com os maioriais do Gentio a pedirlhe mecionarios; não somente não lhos deu, mas nem quis fallar aos maioriais do Gentio [...]”³⁸⁴.

Menciona-se a existência de cinco aldeias missionadas, sendo que, pela identificação dos grupos indígenas nelas reunidos, conseguimos identificar com algum pormenor a sua localização. Cruzando estes dados com os veiculados nas relações setecentistas constatamos que:

³⁸⁴ Carta do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao rei [D. João V], propondo os religiosos para as aldeias que se encontram sem missionários. Paraíba, 11 de Agosto de 1715. AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 349, rolo 6.

- a aldeia dos “Curemas” era, efectivamente, a Aldeia de Corema, com a invocação de N. Snr.^a do Rosário, situada no Piancó, tendo em 1760 administração de um missionário capuchinho;
- a dos Panatís é conhecida como Aldeia do Panaty, localizada também no sertão do Piancó, e sendo seu missionário em 1760 um “Religiozo de S. Thereza” [carmelita descalço];
- a dos índios Fagundes, trata-se afinal da Aldeia do Brejo, com invocação de N.^a Snr.^a da Conceição, no sertão do Kariris, sob administração de um capuchinho, em igual data;
- quanto à dos Icaós, ou Icós, será a Aldeia do Icó Pequeno, no Rio do Peixe, não se identificando na relação de 1760 nem o missionário, nem o grupo de índios aí existente;
- finalmente a dos Pegas, Canindés, e Caburé, não corresponderá a uma só aldeia. Se nesta altura, início do século XVIII, se achavam reunidos numa só, em 1760 identificamos índios Canindés junto com os Xucurú na Aldeia da Boa Vista, em Mamanguape, com um religioso de St.^a Teresa. De referir que existiu uma Aldeia do Pega, em Piranhas, não se sabendo qual o seu missionário nem os índios que nela se encontravam, apenas apontados como «tapuias».

A também referida “Aldeia dos Careris” seria, afinal, a Aldeia dos Kareris, com invocação de N. Snr.^a do Pilar, existente em Paypú, que em 1760 era missionada por um capuchinho.

Voltando ainda ao teor da carta do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, verificamos que propôs que aquelas missões fossem entregues ao cuidado dos religiosos do Carmo da Reforma ou, em alternativa, aos de St.^a Teresa, ou mesmo aos da Companhia de Jesus, por os ter em melhor consideração – “porq nas mais ha mui pouco zello^{lv}”. E se dúvidas tivéssemos na identificação de tais acusações, encontramos, em anexo à consulta dirigida pelo Conselho Ultramarino ao rei em Fevereiro de 1716, uma carta redigida por este mesmo capitão-mor, datada de 11 de

Agosto³⁸⁵. Ali se procedera a uma série de queixas à actuação de um “franciscano”, designando-o igualmente de “capuxo descalço”, remontando a 1708-1709³⁸⁶. Fundamentalmente, as acusações referem-se ao seguinte: “

“pertende dezapoçar aos Indios por acomodar a sua familia, inquietandome huã nação de Indios, a mais belicoza, e revoluta [sic] que tem o meo destricto; porque para qualquer guerra, ou deligencia do Serviço de V. Mag.^e, assim nesta como nas capitánias sircumvezinhas [sic] mos pedem.¹⁶”

“[conhecido] por sigano, ou por capitão de cavallos; pois o seu maior tratto he o ter varios cavallos de peçoa de estado, e de carga [...] tinha 24 cavallos naa Aldeia dos INdios assima referidos, aonde estava com duas escravas de portas a dentro, ocupando os Indios em lhe carregarem erva p.^a os cavallos, e mel dosemg. [?] para os emgordar, e as Indias a fiar para elle ¹¹[...] continuamente ocupados no sutento dos cavallos, e das negras, e negros q o d.¹⁰ Fr. Cosme tinha na Aldeia.^{1v}”

“[...] este frade, suposto q Capuxo e descalço, tem dinheiro, cavallos, e regalos; e he sagaz, e astuto, governa absolutamente a sua Religião ^{1v}”

Além de tudo isto, haveria ainda suspeitas de o missionário ter mantido um relacionamento com “huã mulher sua conhecida de muito tempo”, e cuja filha “se chama sobrinha do dito P.^o”, situação que não escapara à atenção do bispo de Olinda. Até as vacas que pedira para a missão serviram, no fim de contas, como dote para o casamento desta sua suposta “sobrinha”. Ocupou-se de instalar a sua família na casa destinada ao missionário da aldeia, comprou terras adjacentes a esta povoação e ainda intentou que os índios nela existentes se fossem aldear a uma distância de cinco a seis léguas dali. Motivo? Pretendia “fazer emgenho na dita aldeia para a dita sua sobrinha^{2v}”. Não se julgue que este missionário era uma figura de pouca importância; além de ter sido nomeado Guardião do convento da cidade de Olinda, preferindo, contudo, tornar a esta aldeia, à data desta missiva era nem mais nem menos do que o Provincial.

³⁸⁵ A mesma data em que havia encarregado certas congregações da assistência às aldeias que se encontravam entretanto sem missionário.

³⁸⁶ Carta do capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, relatando a exploração indevida dos índios aldeados e demais escândalos cometidos pelo religioso da ordem de São Francisco, frei Cosme do Espírito Santo. Paraíba, 11 de Agosto de 1715. AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 354, rolo 6.

À vista de semelhantes escândalos e abusos por parte de missionários, o Rei viu-se na obrigação de circunscrever cada vez mais os seus poderes, restringindo-os a uma administração exclusivamente espiritual, como aliás fez saber o ouvidor-geral da Paraíba Jerónimo Correia do Amaral a 8 de Maio de 1716³⁸⁷. Considerando-se, aliás, que os padres missionários se intrometiam na repartição dos índios, ocupando-os “em suas fazendas e negoceações”, e que os capitães-mores, por seu turno, só os davam “a quem mais lhe der”, julgou-se pertinente existir uma intervenção directa da Câmara, numa parceria com estes últimos. Quanto aos Padres, ordenava-se que

“não tenham jurisdição nos Índios mais que no spiritual, que de outra sorte se fazem os ditos Índios absolutos, e desobedientes às ordens dos ditos capitães mores, e hinda nas occasiões de guerra emquanto delles se necessita, a que acresce o impedirem os ditos Padres se faça com elles justiça querendo castigallos a seu arbitrio pelos dellitos que cometem, de que se pode seguir muitos inconvenientes ao serviço de Vossa Magestade”³⁸⁸.

Por motivos que não se consegue apurar ao certo, haviam decorrido fugas de índios da Paraíba para aldeias fora da sua jurisdição, concretamente para outras aldeias de Pernambuco, deixando mulheres e demais família para trás, entregues à sua sorte. No intuito de os resgatar para as aldeias de origem, o governador dos índios, António Domingos Camarão, filho de Sebastião Pinheiro Camarão, foi no seu encalço, acabando por sitiar uma aldeia de Xucurú, situada na fronteira, marchando de Goiana até à dita aldeia cerca de cinquenta léguas³⁸⁹. Nela existiam “algũs cazaes de Índios de Pern.^{co}” que o próprio capitão-mor nela fizera estabelecer, com o intuito de aumentar a referida aldeia.

³⁸⁷ Carta do ouvidor-geral da Paraíba, Jerónimo Correia do Amaral, sobre a repartição dos índios não dever ser responsabilidade dos padres, mas ocupação dos capitães-mores junto com a Câmara. Paraíba, 8 de Maio de 1716. AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 355, rolo 6.

³⁸⁸ Carta do ouvidor-geral da Paraíba, Jerónimo Correia do Amaral, sobre a repartição dos índios não dever ser responsabilidade dos padres, mas ocupação dos capitães-mores junto com a Câmara. Paraíba, 8 de Maio de 1716. AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D. 355, rolo 6.

³⁸⁹ Carta do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, ao rei [D. João V], sobre a atitude do governador dos índios, António Domingos Camarão, enviando homens para sitiar a aldeia dos índios sucurus da Paraíba, a fim de retirar os índios de Pernambuco que nela estavam. Paraíba, 19 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 449, rolo 7.

Acerca das tribos indígenas existentes na região, o capitão-mor da Paraíba, por carta remetida ao rei a 26 de Julho de 1725, procedeu à sua identificação e referiu, com alguma preocupação, que muitas não usufruíam de presença missionária. Note-se, igualmente, a distinção feita entre índios e «tapuias». Dada a importância deste registo, apresenta-se de seguida a sua transcrição completa:

“Nesta Capitania se achão differentes aldeas de Indios, e naçoens de Tapuyas sem missionarios que lhe administrem os sacramentos; e os instrão na doutrina Cristã; alguãs dellas que nunca os tiverão como são os Fagundes, Cavalgantes e Coremas; e outras que pella falta de zello dos que tinhão essa obrigação ficarão sem missionario como he a aldea dos Cariris que há tres annos deixarão os Padres de S. Francisco desta cidade e a dos Sucurús em que estava hũ clerigo provido pelo Cabbido, e nunca assistio, nem assiste, e sem embargo de que sobre este particullar como hum dos mais importantes tenho feito deligencias com o Cabbido, e com os relegiosos, não tem rezultado effeito sendo precizo representar a V. Magestade que será muyto conveniente, que aqui se possa determinar com os prellados destes conventos o socorrer as aldeas de Missionarios Rellegiosos; porque os sacerdotes seculares não são pella mayor parte convenientes nellas, e attendem mais a utilidades temporaes, ocupando os Indios injustamente em fazendas, e gados, e outros serviços de suas conveniencias; sendo esta materia huã ^{1f} das que nesta Capitania se necessita muyto da Real providencia de V. Mag.^{de} por ser a converção deste gentio o principal fim desta Conquista: V. Magestade mandará o que for servido.

Parayba vinte e nove de Julho de mil settecentos e vinte e sinco^{1v,390}

Entre as várias menções aqui feitas, observamos o facto de a aldeia dos Cariris, missão de capuchinhos também conhecida por Nossa Senhora do Pilar³⁹¹, situada no Paypú, se encontrar por esta altura sem missionário, numa ausência particularmente prolongada. O que é certo é que consta na relação de 1728 como aldeia dos «Cararis», a 40 léguas da cidade da Paraíba, onde estavam reunidos 70 casais de índios Kirirí. Assistida por um capuchinho italiano, a aldeia contava já com uma igreja em construção de pedra e cal, faltando, contudo, paramentos. Numa outra notícia, cinco anos volvidos, esta povoação continuava provida de missionário, como o atesta um comprovativo do recebimento da relação dos livros, ferro e sino com badalo, entregues aos missionários

³⁹⁰ Carta do [capitão-mor da Paraíba], João de Abreu Castel Branco, ao rei [D. João V], sobre se encontrarem na Paraíba diferentes aldeias de índios e nações de tapuias sem missionários para lhes administrarem os sacramentos. Paraíba, 29 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 467, rolo 8.

³⁹¹ Igualmente referenciada na relação de aldeias de 1760.

da aldeia dos Cariris, entregues ao almoxarife³⁹² - recursos essenciais à igreja recentemente edificada e à boa doutrinação daqueles religiosos.

Nesta aldeia de «Careri», cujos índios, da nação Kariri, eram tidos por «tapuyos» na Informação Geral de 1749 muito embora tivesse administração de um capuchinho, a presença militar era aí muito forte. Fora, com efeito, entregue o poder temporal a capitães e sargentos-mores, podendo assim recorrer aos índios aldeados tornando-os soldados. Por esse motivo, e ilustrando a atenção face ao provimento de remuneração e fardas dos mesmos, o sargento-mor dos Índios Cariris, Manuel Homem da Rocha, o capitão Francisco Quaresma e mais soldados desta aldeia solicitam, através de requerimento datado de 1752, que lhes seja dada a mesma atenção que aos índios de Jacuipe, como compensação pelos serviços prestados³⁹³. Muito embora merecendo a atenção de D. José I, ao solicitar-se o parecer do governador da Paraíba este considerou

“inantendível o requerimento dos supplicantes porque quando tivessem algũ prêmio nunca devia ser o que pedem, porque no lugar donde habitão, que he no certão destante das Marinhas e desta cidade quatorze, ou quinze legoas não se carece de soldados com soldos e fardas, por não terem exercicio militar como os Indios de Jacuipe [...]”,

além de haver falta de dinheiro para se valer às companhias da guarnição das praças de Paraíba e Fortaleza do Cabedelo³⁹⁴.

Quanto à aldeia dos Xucurús, seria, por certo, a da Boa Vista, por ser a única onde se aludira concretamente a índios daquela nação na Paraíba, a avaliar pelos dados constantes na relação de aldeias indígenas de 1728 e de 1760. A diferença está na sua administração: se no início do século fora destinada a um padre secular que nunca aí compareceu, mais tarde aí se instalara um missionário carmelita.

³⁹² Carta do [provedor da Fazenda Real da Paraíba], Bento Bandeira de Melo, ao rei [D. João V]. Paraíba, 21 de Junho de 1733. AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 711, rolo 11.

³⁹³ Requerimento do sargento-mor dos Índios Cariris, Manuel Homem da Rocha, capitão Francisco Quaresma e mais soldados da aldeia, ao rei [D. José I]. [ant.] 16 de Outubro de 1752. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1338, rolo 19

³⁹⁴ Carta do Mestre-de-campo e governador da Paraíba, Luís António de Lemos de Brito, ao rei, D. José I. Paraíba, 28 de Fevereiro de 1754. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1338, rolo 19, 1f-1v.

De facto, os padres seculares vinham sendo alvo de duras críticas pela sua actuação nas aldeias de índios que atendiam, pelo facto de se servirem destes no trabalho das fazendas e na criação de gado, ao invés de cuidarem sobretudo da sua instrução e catequização. Semelhantes observações, juntamente com outras acusações dirigidas à actuação de outros clérigos, nomeadamente de franciscanos, sustentam ainda mais o facto de a perseguição movida contra os missionários em geral – incluindo os jesuítas – se ter originado, não raro, por interesses locais. Tais dados permitem-nos, assim, proceder a uma avaliação mais criteriosa do estado e evolução das missões junto das comunidades ameríndias, bem como da situação da Companhia de Jesus nas vésperas da sua expulsão, em particular na capitania da Paraíba, então anexa a Pernambuco, uma realidade que, de certo modo, é extensível ao restante território nordestino brasileiro.

Num outro registo, alude-se a diferentes aldeias, constituindo um desafio conseguir saber se cada uma delas terá tido ou não continuidade no reinado de D. José I. Trata-se dum requerimento do procurador-geral dos conventos da Reforma de Nossa Senhora do Carmo da Paraíba e Pernambuco, P.^e fr. Pascoal de Santa Teresa ao rei, cerca de 1726, onde, a determinada altura, se solicitava que se devolvesse ao convento da Paraíba a legítima posse de terrenos que entretanto haviam sido ocupados pelos índios da aldeia de São João Batista das Goraíras (Groaíras/Guaraíras) e da aldeia de Mepubú (Mepabú/ Mopubú/Mipibu), ambas no Rio Grande Norte e de administração jesuíta. Assinala-se, ainda, o prejuízo causado por outros grupos de índios aldeados:

“[...] alguns Indios da mesma Aldeya Gorahiras, e de outras mais a saber, do Guajarú, do Ciará Grande, do Mepabú, da Bahia da Traição, fugindo com suas mulheres, e filhos, por insinuação de alguns moradores da mesma Cappitania [sic], e consentim.¹⁰ dos capitães Mores della, por suas conveniencias particulares, forão cituar, na pouca terra q ficou do conv.¹⁰, fazendo nella huã Aldeya em o lugar chamado Gramação, donde vivem, causando com estas suas mudanças, notaveis dezasçoegos, e incomodos as missões de q são naturais.”^{16,395}

³⁹⁵ Requerimento do procurador-geral dos conventos da Reforma de Nossa Senhora do Carmo da Paraíba e Pernambuco, padre frei Pascoal de Santa Teresa ao rei [D. João V]. Paraíba, [ant.] 9 de Julho de 1726. AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D. 513, rolo 8.

As mudanças foram uma constante ao longo do século XVIII, umas vezes voluntária, outras involuntariamente, sob autorização do poder político ou até por conveniência dos índios. Constatamos como, nas primeiras décadas de setecentos, se assistira a uma série de deslocamentos que se mantiveram até pelo menos meados do século, aquando das vésperas da sua conversão em vilas indígenas. Ficamos a saber como a fixação dos índios «tapuia» Korema fora problemática. Afinal, antes mesmo de 1733, haviam já sido mudados para o lugar do Riacho do Aguiar “por serem terras de Mattas q produzem Mandioca [,] Milho, e outras plantas aonde mais commodamente podião viver [...]”³⁹⁶. Pretendera-se, assim, recorrer a esta estratégia como meio não apenas de povoar aquela zona, como ainda de arrotear terras de matagais, fomentando o desenvolvimento da agricultura. Só mais tarde se deliberou que fossem habitar o sertão do Piancó, tendo-se observado a inadaptação destes ameríndios, tendo daí saído e tornado “a habitar o primeiro de donde tinham sahido, contenuando [sic] nos disturbios, e damnos q cauzavão aos supplicantes [,] mattandolhe os seus gados, e destruindolhe as suas rossas [...]”. Graças, contudo, à acção missionária entretanto operada pelo capuchinho Fr. Félix Maria, o capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, atesta que esta comunidade “vive com sossego, sem cauzar minima inquietação aos circunvezinhos da sua Aldea”³⁹⁷. O que é certo é que em 1760 se mantinham no sertão do Piancó, ainda com administração de um capuchinho, tendo afinal prevalecido a sua vontade e não a dos governantes nem dos moradores.

Os índios que se encontravam sob administração de Fr. Félix Maria parecem ter continuado a causar grande incómodo aos proprietários das redondezas, porquanto surge uma carta ao governador da Paraíba, em Outubro de 1735, solicitando que não continuassem a plantar roças no riacho Seco e que não usurpassem as terras de Marcos Fernandes da Costa e de Veríssimo Manuel Robalo Freire, estando este e a sua família na posse daquelas propriedades “há mais de 90 annos”^{2f,398}. A atitude dos senhores da

³⁹⁶ Carta do rei [D. João V] ao capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Lisboa, 14 de Fevereiro de 1733. AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 707, rolo 11.

³⁹⁷ Carta do [capitão-mor da Paraíba], Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, ao rei [D. João V]. Paraíba, 17 de Junho de 1733. AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 707, rolo 11.

³⁹⁸ Carta de Veríssimo Manuel Robalo Freire, ao governador [e capitão-mor da Paraíba], Pedro Monteiro de Macedo. Bahia, 3 de Outubro de 1735. AHU_ACL_CU_014, Cx. 9, D. 782, rolo 12.

terra é claramente contra os ameríndios, que encaravam como «gentio bárbaro». Assumiam-se como plenos proprietários das terras, “cujos sitios forão descubertos [e] conquistados ao Gentio Barbaro” há várias gerações, não reconhecendo, por direito natural, a presença daqueles que eram verdadeiramente nativos. Se os índios teimavam em ocupar estas regiões, eram encarados como uma verdadeira praga que infestava aquelas paragens e que urgia combater. Estando desabrigados de protecção missionária, sem ninguém que defendesse ou traduzisse a sua actuação perante as autoridades, mais fácil seria demonstrar que se tratavam de índios que agiam selvaticamente e sem respeito quer pela vida humana, quer pelos bens dos moradores. Lesando o bem-estar geral da comunidade, era mais fácil demonstrar a necessidade de se mover guerra justa, de se extinguir os mais revoltosos e de, pela prisão e cativeiro dos moradores, amansar ou «domesticar» os restantes, como tão frequentemente se praticava. Quando, porém, se interpõem missionários, torna-se bastante mais difícil esta operação, pelo que o ideal era pura e simplesmente afastar estes para chegar ao alvo em questão. Por este motivo se veio a estipular a reserva de léguas de terra nas cercanias das aldeias indígenas para que se pudesse prover o seu sustento, como no caso da missão oratoriana entre os Korema:

“Há de haver 20 annos, q ali [sítio do Boqueirão na ribeira do Piancó] habita o d.º cor.^{el} [Marcos Fernandes da Costa] com os seus gados, e sou informado q o Missionario Barbonio chamado Frey Felis Maria, q assiste em hua Missão proxima a este sitio, mostra todo o empenho, em mo hir usurpando p.^a o mesmo Gentio da sua Missão; consentindo que fassam roças no lugar onde chamão Riacho Seco ^{1f}[...] supondo que aquella terra não tem dono, e dizendo inconcideradam.te q El Rey dá terras p.^a as Missoens, sem attender ao perjuizo de 3.º q está Sn,r e possuidor.^{1v,399}

Por destruírem gados e fazendas, além de ameaçarem com flechas e armas de fogo quem se abeirasse das suas plantações, solicitava-se que os índios Korema fossem retirados do Riacho Seco e se mantivessem apenas no Boqueirão “onde ha tantos annos estão vivendo e que nelle ha beyra Rio plantem como fazem os moradores”⁴⁰⁰.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Carta dirigida ao capitão-mor, anexa à de Veríssimo Manuel Robalo Freire, ao governador [e capitão-mor da Paraíba], Pedro Monteiro de Macedo. Bahia, 3 de Outubro de 1735. AHU_ACL_CU_014, Cx. 9, D. 782, rolo 12.

Da aldeia da Baía da Traição, densamente povoada - de onde, recorde-se, tinham fugido alguns índios para as terras do convento dos religiosos do Carmo da Reforma da cidade da Paraíba - há notícia de, em 1734, os ameríndios aí agrupados, considerados “atrevidos e orgulhosos”, terem intentado sublevar-se, procurando apoio por parte de outras aldeias da Paraíba e até mesmo de Pernambuco, além de até incitarem os escravos a matarem os seus senhores. O motivo de toda esta revolta fora a morte de um índio Camarão na cadeia de Pernambuco, sendo a cabeça deste motim o sargento-mor dessa mesma aldeia juntamente com dois filhos seus⁴⁰¹. Mais se atesta que um dos principais cúmplices tinha a fama de grande feiticeiro, autor de várias mortes e furtos, tendo intentado escapar para o Rio Grande do Norte.

Temos nova notícia desta aldeia em 1738, desta vez por excessos cometidos pelo carmelita de Goiana Fr. André de Santa Maria, assim como por frei Clemente do Rosário, missionário da aldeia da Preguiça e do seu vigário provincial, frei José da Madre de Deus, “oppondo-se às detriminações de V. Mag.^{de} na administração dos Índios, constituindo-se delles absolutos Snres^{1f,402}, remontando a antes de 1737. Se aos olhos do capitão-mor da Paraíba se afigurava como melhor solução a expulsão dos missionários das referidas aldeias e da própria capitania, já o Conselho Ultramarino preferiu usar de alguma prudência no caso, preferindo antes que a aplicação de algum castigo se fizesse por parte do prelado desses religiosos.

Ora os índios Korema da aldeia da Baía da Traição haviam sido requisitados para trabalhar nas obras da Fortaleza, assim como nos engenhos dos senhores daquelas partes, encarregues sobretudo das lenhas. Assistiu-se a uma série de episódios em que missionário e capitão-mor disputam a posse dos índios, chegando ao ponto de o primeiro os retirar dos engenhos, causando grande prejuízo ao funcionamento dos mesmos, e de uma outra vez ir contra a vontade do segundo de deslocar, à força, alguns indígenas “para os remeter para a Nova Collonia, por me ter pedido gente o Gov.or de

⁴⁰¹ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo, informando a prisão dos principais cabeças da sublevação dos índios da aldeia da Baía da Traição, além de incitarem os negros a matarem seus senhores. Lisboa, 8 de Fevereiro de 1735. AHU_ACL_CU_014, Cx. 9, D. 769, rolo 11.

⁴⁰² Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo. Lisboa, 23 de Agosto de 1738. AHU_ACL_CU_014, Cx. 10, D. 861, rolo 12.

Pern.^{co 1v>>403} Quanto aos restantes, a sua principal falta fora a de recusarem dar índios ao sargento-mor de Mamanguape, incorrendo em abuso de poder sobre estes e desrespeitando as ordens de que este militar fora incumbido.

Existiram variadíssimas missões e aldeias de índios na capitania da Paraíba, muitas das quais de difícil precisão. Só na relação de 1728, constava um total de 20, 10 das quais junto de grupos «tapuia», das quais se ocupavam clérigos do Hábito de S. Pedro (em cinco), capuchinhos italianos do Recife (numa só), beneditinos de Olinda (também numa só) e religiosos da cidade da Paraíba (em três). As restantes 10 mereceram uma identificação precisa, existindo 6 entre grupos tapuias, tomando o seu nome a partir das etnias que congregavam: aldeia dos Panatí, aldeia dos Kirirí, aldeia do Korema, aldeia dos Cavalgantes, aldeia dos Icó Pequeno e aldeia dos Xucurú. Mamanguape, Preguiça, Jacoca, Utinga completavam o quadro de aldeias com assistência religiosa naquela capitania.

Ao tempo dos últimos anos de governação de D. João V, a situação dos índios do sertão na Paraíba estava longe de ser a ideal. O seu território compreendia áreas sertanejas, como Cariri, Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, onde se sabe terem existido aldeias indígenas missionadas. Assim, e a fazer fé nas relações de aldeias de 1749 e 1760, observamos que, num universo de 13 missões, pelo menos 7 se situavam no sertão: a de índios Kiriri, a de Campina Grande, a missão do Brejo, a do Panaty, a dos Coremas, a de Pegas e a de Icó. Em 1747, o prior do Carmo da Paraíba, João de Santa Rosa, procurara chamar a atenção dos governantes para as difíceis condições de catequização dos índios do sertão. Percebe-se, pelas suas palavras, que estes grupos de ameríndios não seriam alvo de uma missionação persistente, porquanto lhe havia sido sugerido que dos mesmos se ocupassem os moradores, “com o interesse de se servirem delle enquanto os ensinão”⁴⁰⁴. Este carmelita, opondo-se a tal estratégia, por a julgar contrária à liberdade dos índios e a uma frutuosa edificação nos princípios da fé – não reconhecendo nos brancos capacidades para o fazer - recomendava que houvesse um

⁴⁰³ Carta do Capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo ao Conselho Ultramarino. Paraíba, 3 de Março de 1738. AHU_ACL_CU_014, Cx. 10, D. 861, rolo 12.

⁴⁰⁴ Ofício do prior do Carmo da Paraíba, João de Santa Rosa. Paraíba, 17 de Abril de 1747. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1201, rolo 17, rolo 17.

missionário em cada aldeia, em alternativa a missionários volantes ou a curas e vigários que residissem nas suas paróquias. A seu ver, uma administração mais consistente dos sacramentos através dum acompanhamento mais contínuo seriam as estratégias mais eficazes no combate à rebeldia e resistência dos índios face à aceitação e vivência de um novo culto.

Igual receio face à entrega dos índios aos moradores demonstrara também o padre Diogo da Conceição⁴⁰⁵ que, aliás, surge mencionado na missiva anterior. Este clérigo, com experiência em assistir e com funções de visitador deste tipo de aldeamentos, advogara contra as disposições régias que entregavam o governo dos índios inteiramente aos habitantes da região, como o fizera, aliás, no final da década de 30. De entre o rol de argumentos que teceu, destaca-se a sua apreensão face ao envolvimento, no cativo, com negros cativos, quer por casamento quer por concubinatos com os demais que se oferecesse, sujeitando os seus descendentes a herdarem a condição de cativos – ou escravos – perdendo assim a liberdade que fora concedida aos índios. A figura do missionário, defendia, era imprescindível no exercício da sua protecção legal, a que os índios eram, ao que parece, alheios, ignorando as leis existentes. No tocante ao ensino da doutrina, alude ao caso de certas raparigas índias da Aldeia do «Pyacú» - será, na verdade, dos Payacus, missão jesuíta de N.^a Sr.^a da Conceição – que, tendo servido em casa de brancos, nem sequer sabiam fazer o sinal da Santa Cruz, demonstrando bem o desinteresse destes pela sua catequização. Dada a carência de missionários que observara, recomendava ao rei que se colocassem dois missionários volantes do Varatojo ao serviço do governo do Nordeste, incluindo Maranhão e Bahia.

Também frei Francisco do Padre Eterno, guardião do Convento de Santo António da Paraíba, deu o seu parecer sobre esta matéria, concordando com a necessidade de se distribuir maior número de missionários por aqueles sertões. Também ele tivera a experiência de por aí andar no serviço da Religião, sendo testemunha de por vezes “passarê de hũ anno, a outro m.^s pessoas sem se dezobrigarem^{1f}”. Essa falta de

⁴⁰⁵ Ofício de Manuel Seixas, sobre a proposta do padre Diogo da Conceição. Paraíba, 17 de Abril de 1747. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1202, rolo 17, rolo 19.

assistência espiritual às populações do sertão, prejudicial pela falta de manutenção dos sacramentos da penitência, comunhão e batismo, não diria respeito apenas aos ameríndios, mas inclusivamente aos moradores dessas partes. Quanto às missões, não deixa de referir os inconvenientes de uma dificultosa partilha de poderes:

“Emq.^{to} aos Indios estarem Aldeyados sem Missionarios existentes com a sujeição no temporal aos capitães mayores dos destritos, e no espirital, aos Ex.^{mos} R.^{mos} Senhores Bispos, como se representa na copia a Sua Mag.^e não sou de tal parecer, porq.^{to} a experiencia tem mostrado a ruina, q se seguiu da tal arbitração ^{1fr}[...]”⁴⁰⁶.

Essa ruína passava pelo facto de, a seu ver, os capitães-mores sujeitarem os índios aldeados a um outro tipo de «cativeiro» - o da vida militar, ao serviço por longas distâncias - afastando-os dos bons princípios cristãos em que os missionários haviam arduamente trabalhado por tanto tempo.

Contrariamente ao demonstrado por todos estes religiosos, um beneditino ousou demonstrar a falsidade de semelhantes justificações. Atento aos argumentos usados por Diogo da Conceição, frei Calisto de São Caetano, abade do mosteiro de São Bento da Paraíba⁴⁰⁷, afirmava não haver afinal falta de sacerdotes no sertão⁴⁰⁸. Ora, se considerarmos o coro de vozes que se erguera afirmando precisamente o contrário, parece-nos que este religioso procurara, antes, defender a acção dos clérigos no terreno, suprimindo os vigários a sua ausência com recurso a sacerdotes que os substituíssem – poderia, eventualmente, estar a referir-se a clérigos seculares, não sendo de desprezar a possibilidade da assistência de alguns padres beneditinos. Vai ainda mais longe, dizendo que os índios seriam os que menos teriam de que se queixarem. Ainda assim, tais observações deixam-nos com algumas dúvidas quanto à sua veracidade. Sublinhe-se, recorde-se, que os beneditinos não tinham uma grande tradição na assistência aos

⁴⁰⁶ Ofício do guardião do Convento de Santo António da Paraíba, frei Francisco do Padre Eterno, sobre a proposta do padre Diogo da Conceição para os índios aldeados da Paraíba. Paraíba, 17 de Abril de 1747. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1203, rolo 17.

⁴⁰⁷ Membro do Mosteiro de S. Bento da Bahia até por volta da década de 30.

⁴⁰⁸ Carta do abade do mosteiro de São Bento da Paraíba, frei Calisto de São Caetano, ao rei [D. João V]. Paraíba, 18 de Abril de 1747. AHU_ACL_CU_014, Cx. 14, D. 1204, rolo 17.

nativos. Com efeito, as únicas missões que tinham no nordeste estavam concentradas na Paraíba, como já tivemos ocasião de observar: a de Jacoca e a de Utinga.

Por outro lado, notando como não se poderia dar inteira liberdade aos índios, dado que, mesmo aldeados, não respeitavam a propriedade alheia, este beneditino parecia, antes, advogar em defesa do interesse dos moradores:

“[...] porque vivendo os Indios na sua Liberdade como outro qualquer vassalo de V. Mag.^{de} não haverá lavoura, gado, ou rossa que não assaltem roubando p.^a se sustentarem, por ser esta gente naturalmente priguisoza, vadia, e inclinada a robos; e sendo tantos dispersos cauzarão grande perturbação ao mais Povo^{1v,409}”.

Tal posicionamento poderá transparecer a sensibilidade da Ordem de S. Bento aos argumentos e interesses de particulares, em detrimento das difíceis condições e restrições a que muitas vezes os índios estavam sujeitos. Observa-se uma clara demonstração da dificuldade de, pelo menos este religioso beneditino, entender o comportamento e a mundividência dos gentios: a sua pressuposta preguiça e inclinação a furtos seriam sinal de um inteligente sentido prático, ao recorrerem a bens de acesso facilitado, por falta de defesa dos habitantes da região contra as suas investidas, além de existir a possibilidade de não reconhecerem o direito de propriedade destes sobre terras e gados; se são apelidados de “vadios”, não se compreende a sua natural disposição para a prática de um semi-nomadismo.

Existia, não obstante, um diferente entendimento, no seio de uma mesma ordem, dos clérigos que se achavam nas principais urbes em comparação com os que realmente actuavam junto dos ameríndios. Num registo datado de 1757, o missionário e administrador dos índios da Aldeia de Jacoca, termo da cidade da Paraíba, o padre beneditino frei Amaro da Purificação, dirige-se ao rei no sentido de se proceder à medição das terras concedidas aos índios e ao despejo dos moradores que aí se encontrassem⁴¹⁰. Refere, igualmente, que as três léguas de terra que lhes haviam sido

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Requerimento do missionário e administrador dos índios da Aldeia de Jacoca, religioso de São Bento, padre frei Amaro da Purificação, ao rei [D. José I]. [ant.] Paraíba, 13 de Outubro de 1757. AHU_ACL_CU_014, Cx. 20, D. 1573

atribuídas foram uma recompensa por terem sido os principais agentes da guerra movida contra os Potiguaras, “ajudando sempre os brancos a conquista, e povoação desta capitania^{1f5}”. Já anteriormente um outro missionário daquela aldeia, Fr. Isidoro de S. João solicitara que se restituíssem as terras que os moradores tomaram para o cultivo das suas lavouras, conseguindo-se a expulsão de alguns mas não de todos.

Uma missão entre os Kirirí de capuchinhos italianos no sítio do Genipapo, sertão do Cariri, tinha, em 1752, por sargento-mor Manuel Homem da Rocha, tendo-lhes sido atribuídas terras nesta área, “a saber o olho d’aguas de Pombó, e carrapateira, Lagoa da Roza, taboleiros grandes, Saco, Aldea Velha, Boltrim de Baixo, Lagoas das Palmeiras e olho d’agua de miriein”, achando-se na sua posse desde o século XVII – mais concretamente desde 1678. Trata-se de uma queixa desta vez movida pelos índios desta missão contra determinados moradores que vinham usurpando as suas terras, ousando que os seus gados andassem próximos desse mesmo aldeamento⁴¹¹. Não encontramos nenhuma indicação concreta ao nome desta missão, referindo-se apenas que se encontravam no sertão do Cariri, no sítio do Genipapo, também conhecido como Aldeia Velha, aldeados no Taypú. Refere-se, contudo, que tinham vindo aldear-se aqui, mas eram, na verdade, originários de uma outra missão, uma aldeia situada no rio S. Francisco, fugindo “ao castigo que o Tapuya Matarahã lhes queria fazer^{2v,412}”, ameaçando também ocupar as terras que pertenciam ao mosteiro beneditino da Paraíba. Ainda assim, cruzando os dados obtidos com os da relação de aldeias missionadas de 1760, pressupomos tratar-se da missão do Brejo, com capuchinhos, no sertão do Kariri, onde se encontravam índios Fagundes, ou alguma outra nas suas cercanias, podendo inclusivamente ter sido entretanto objecto de transferência. Tal hipótese leva-nos a crer que as tribos de Fagundes e Cavalgantes eram, afinal, pertencentes ao grupo linguístico e cultural Kariri. Mais ainda: por se ocuparem da lavoura e da criação de gado vacum e cavalar, será talvez por este último aspecto que alguns desses índios eram conhecidos como «cavalgantes».

⁴¹¹ Requerimento do sargento-mor dos Índios Cariris, Manuel Homem da Rocha, ao rei [D. José I]. Lisboa, [ant.] 9 de Outubro de 1752. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1336, rolo 19

⁴¹² Carta de António Dantas Barbosa ao governador da Paraíba. Paraíba, 23 de Abril de 1754. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1336, rolo 19

A situação nos sertões tendeu, de facto, a complicar-se, sob pressão dos habitantes luso-brasileiros e consequentes conflitos emergentes da luta pela posse de terras. Aldeados na missão carmelita do Panaty, sertão do Piancó – patentes inclusivamente nas relações de 1749 e de 1760 - os índios Panaty, pelo testemunhado em carta ao rei de 5 de Maio de 1755, vinham usurpando os gados dos moradores do mesmo sertão, razão pela qual estes, apoiados pelo capitão-mor José Gomes de Sá, conseguiram fazer com que os gentios fossem dali expulsos⁴¹³. Por essa altura – início da década de 50 - seria seu missionário o padre Custódio de Oliveira, que os acompanhou na tentativa de habitarem o sertão do «Paiahu» e depois no de Piranhas, não conseguindo reunir condições para se aldearem no primeiro e enfrentando a resistência popular no segundo, tendo de voltar à sua missão de origem de onde foram expulsos, aqui chamada de “aldeia da Caza Forte”. Uma vez de volta, cerca de 1753, revelaram-se os verdadeiros intentos dos habitantes lusobrasileiros:

“Disto tomarão os moradores motivo p.^a odeos contra os Indios e maiormente contra o seu Capp.^{am} Mor por ser o q alcançou a Restituição da sua aldeia a qual querião os ditos moradores p.^a fazendas de gados^{2b,414}.”

Tal façanha custou-lhe sérias agressões e até a própria vida em 1753, continuando os índios aí aldeados a ser alvo de perseguições e morte em 1755, conforme se descreve nesta missiva. Em 1753, teriam por missionário o padre carmelita João Nunes de Bulhões⁴¹⁵, conforme registo de Matias Soares Taveira, mestre-de-campo do Terso dos Auxiliares da capitania da Paraíba⁴¹⁶. Procurando atenuar os conflitos entre uns e outros, o rei sente a necessidade de publicar a 4 de Abril de 1755 o alvará régio de 22 de Março de 1755 onde esclarece não haver mácula para os brancos pelo casamento com indígenas⁴¹⁷. Esta medida veio, claramente, acentuar o interesse do

⁴¹³ Carta de Vicente Ferreira Coelho, ao rei [D. José I]. Paraíba, 5 de Maio de 1755. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435, rolo 21

⁴¹⁴ Idem.

⁴¹⁵ Religioso de N.^a Sr.^a do Carmo dos Observantes.

⁴¹⁶ Carta de Matias Soares Taveira. Paraíba, 1 de Abril de 1755. AHU_ACL_CU_014, Cx. 18, D. 1435, rolo 21

⁴¹⁷ Recorde-se que já D. Pedro II procurara fomentar estas uniões matrimoniais.

estado em promover casamentos inter-raciais no Brasil, de modo a conquistar os índios para o aumento e fortalecimento da sociedade brasileira da época, sem perder de vista, obviamente, os ganhos a nível económico.

“Dom Joseph por Graca de Deus, Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem, e dalem mar em Africa [,] Senhor da Guine &^a Faso saber a vós ouvidor geral da Parahiba, que pello Alvará de ley passado a quatro do corrente, do qual com esta se vos remette o impresso juncto asignado pello Secretario do meu Conselho Ultramarino; Fuy servido declarar, que os meus vassalos deste Reyno, e da America, que cazarem com as Indias dellas, e as Portuguezas, q cazarem com os Indios, não ficão com infamia alguma, antes se farão dignos da minha real attenção, na forma que se expressa no dito Alvará, pello que se vos ordena o façais registrar nessa ouvidoria, e Cameras della, e o cumprireis inteiramente, como nelle se contem pella parte que vos toca. ElRey Nosso Senhor o mandou pellos Conselheyros do seu Conselho Ultramarino abayxo asignados, e se passa por duas vias. Theodoro de Abreu Bernardes a fes em Lisboa, a vinte, e oito de Abril de mil settecentos sincoenta, e sinco.”⁴¹⁸

⁴¹⁸ Carta de D. José I ao ouvidor-geral da Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha. Lisboa, 28 de Abril de 1755. AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1466, rolo 21.

5.4. Pelos vizinhos sertões: Sergipe e Piauí

Muito embora não constitua uma área privilegiada no presente estudo, não deixámos de considerar espaços adjacentes, a fim de se determinar se registaram idênticos problemas e tensões na relação entre nativos e europeus. De facto, também aqui encontramos notícia de conflitos entre os índios e moradores, mais concretamente os ameríndios da missão de Pacatuba, na medida em que, analogamente às restantes regiões nordestinas, se viam a braços com o avanço dos curraleiros nas terras concedidas àquela aldeia pelo Rei⁴¹⁹. Esta situação fora uma constante desde finais do século XVII, intensificando-se na primeira metade de setecentos, num movimento que, por um lado, procurava uma redefinição das terras concedidas às missões, em detrimento de estas terem em sua posse as respectivas sesmarias, e, por outro lado, obrigando os índios não aldeados a se refugiarem em zonas cada vez mais inóspitas – porquanto não interessariam para semear pastos mas, conseqüentemente, não garantindo a subsistência dos ameríndios, o que por sua vez originava, da sua parte, o saque das fazendas, terras e gados dos curraleiros e moradores em geral.

No caso concreto da aldeia de Pacatuba, tratava-se de uma missão capuchinha, na área de Vila Nova Real, onde se encontravam reduzidos os índios «Caxago», conforme aponta Curt Nimuendajú. Ora, a esta missão o Rei havia atribuído, conforme mencionam na referida carta, “huã legoa de terra em quadra, a qual possuhião ha m.^s a.^s p.^a seu mantimento”, encontrando-se os índios

“sogeitos ao Miss.^o Fr. Fran.^{co} Romano miss.^o Apostolico na mesma Aldea em que os supplicantes viverão, e vivem até o presente em mança e pacifica posse, sem haver até o presente quem os quisesse inquietar na mercê que S. Mag.^e lhe fez da dita Aldea com a dita legoa de terra em quadra; e agora de presente violentam.^{te} veyo Fran.co Barreto de Meneses levantando curraes, e metendo gados nas terras da missão privando aos supplicantes de as cultivar com grande inquietação e perigo das lavouras, não deixando aos supplicantes por este modo acodir na obrigação do serviço de Deos, com que estão sogeitos ao dito missionario.”⁴²⁰

Merecendo a atenção do capitão mor de Sergipe, este emitiu um despacho ordenando que o curraleiro não se intrometesse nas terras da referida missão, nem ousasse levantar currais e criar o seu gado nas terras onde se reconhecia a mercê concedida pelo Rei aos índios.

⁴¹⁹ Requerimento dos índios da Missão de Pacatuba, ao Capitão Mor de Sergipe del Rey. [post Governo Geral de Sergipe del Rey, 30 de Julho de 1718]. AHU, dosc. Avulsos, Sergipe, caixa 2, n.º 106, rolo 2.

⁴²⁰ Idem.

Ocorre, ainda, e já em data posterior, um caso assaz caricato, descrito pelo capitão-mor Bento Ferraz e índios da aldeia «Tijupeba». Na representação que dirigiram a D. João V, solicitavam que se mande executar a sentença de posse da terra pertencente a esta mesma aldeia – uma légua de terra em quadra. Este pedido surgira após terem sido confrontados com a vinda de um jesuíta, o P.^e António Ferreira, procurador do Colégio da cidade da Bahia – estando, portanto, incumbido precisamente dos negócios temporais - que, acompanhado de homens e escravos, “dispoticam.^{te} mandou demolir as cazas dos Supp. e as pozerão vazas por terra, de q ficarão os Supp. e suas familias desagazalhados, e postos ao rigor do tempo”⁴²¹.

Este episódio sucedera ao tempo do Conde da Sabugosa, vice-rei daquele Estado, e a quem os referidos índios se dirigiram. Sensível aos seus rogos, emitiu despacho favorável, no sentido de serem conservados na posse em que se encontravam até então. De resto, todas as autoridades locais confirmaram a posse de uma parte da terra da referida aldeia, nomeadamente o Ouvidor geral, assim como o Juiz Ordinário. A porção de terra em questão parece ser a do sítio do Curralinho, conforme é mencionado na carta, local onde haviam permanecido ao longo de cerca de 7 anos, “sugeitos sempre a Igreja Matriz da d.^a Cid.^e de S. Christovão com total obediencia e observancia não so aos seus preceitos, como se patentea da Certidão do R.^{do} Par.^{co} a fl. 13 mas tambem com toda a promptidão, e zelo, p.^a o serv.^{co} de V. Mag.^{de} nas occaziões, q lhes forão encarregados, pello Cap.^{am} mor daquela capitania”⁴²².

Alega-se, inclusivamente, que pelo respeito e autoridade dos padres da Companhia de Jesus, estas disposições não eram postas em prática, contrariando – como mais se argumenta – a provisão em forma de lei em que o Rei mandara dar aos índios aldeados uma légua terra em quadra nos sertões de todo o Brasil, de modo a garantir a sua fixação e sustento.

Estes índios, muito embora não tivessem missionários, seriam assistidos, de algum modo, pelo vigário da Igreja paroquial de N.^a Sr.^a da Vitória, António Machado Vilas Boas. Este, efectivamente, certificara que aqueles ameríndios se deslocavam até à sua igreja ou a capelas mais próximas para aí baptizarem os seus filhos.

⁴²¹ Representação do Capitão Mor Bento Ferraz e mais índios da Aldeia Tijupeba. [ant. Sergipe, 27 de Agosto de 1732]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 4, n.º 258, rolo 3, 1f.

⁴²² Idem.

Quando ao alvará régio mencionado, trata-se do de 23 de Novembro de 1700 – portanto, ainda do tempo de D. Pedro II. Contrariamente ao que aí se acha exposto, como se pode ver em seguida pelos parágrafos extraídos, este diferendo surgira em consequência do conflito de interesses da parte dos jesuítas, por um lado, e, por outro, pelo facto de estes índios chamarem a si o direito de permanecerem naquelas terras, apesar de a sua aldeia não se tratar propriamente de uma missão.

“Eu El Rey faço saber aos que este meu Alvará em forma de ley virem que por ser justo se dê toda a providencia necessaria a sustentação dos Parochos, Indios e Missionarios que assistem nos dillatados certoens de todo o Estado do Brazil, sobre o que se tem passado repetidas ordens, e se não executão pela repugnancia dos Donatarios, e Sismeyros que possuem as terras dos mesmos certoens. Hey por bem e mando que a cada huã missão se dê hua legoa de terra em quadra para sustentação dos Indios, e Missionarios, com declaração que cada Aldea se há de compor ao menos de cem cazaes, e sendo de menos, e estando algumas pequenas juntas, ou separadas, huas das outras, em pouca ou menor distancia, se repartirá entre ellas a dita legoa de terra em quadra, a respeito dos cazaes que tiverem [...]; e estas Aldeas se cituarão a vontade dos Indios com aprovação da Junta das Missoens, e não a arbitrio dos Sismeyros, ou Donatarios, advertindosse que para cada hua Aldea, e não aos Missionarios, mando dar esta terra, porque pertence aos Indios, e não a elles, e porque tendoas os Indios as ficão logrando os Missionarios no que lhes for necessario para ajudar o seu sustento, e para o ornatto, e culto das Igrejas, e hey outrosy por bem que os Parachos, e fundação das Igrejas, se fação nas terras dos Sismeyros, e Donatarios, conforme o Bispo entender que convem para a cura das Almas, e para se lhe administrarem os sacramentos, dando conta no Tribunal a que pertence [...].”⁴²³

D. João V, à vista de tais alegações, da fundamentação do pedido dos índios e do seu capitão-mor, não teve outra opção se não ordenar, por despacho do Conselho Ultramarino de 1 de Setembro de 1732, que se applicasse a sentença alcançada pelos suplicantes da aldeia da Tijupeba. Não obstante, surge por fim a justificação da não implementação, até àquela data, do que se dispusera, precisamente na mesma folha em que se apresenta a ordem joanina. Afinal, pretendia-se incluir aqueles índios nas missões jesuítas da capitania do Sergipe, por aqueles serem em número reduzido.

A nota apresentada seria, muito provavelmente, da autoria do Conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes, vice-rei do Brasil e governador do estado da Bahia,

“Em observancia desta Provizam de V. Mag.^{de} mando executar a Sentença proferida na Rellação deste Estado a favor dos Indios da Aldeya de Tijupeba; e a cauza porque até agora se suspendeo o effeito da dita sentença em alguã parte, foi por se entrar na dilligencia de reduzir estes Indios a viverem nas Aldeyas que na Capitania de Seregipe [sic] de El Rey administração os R.^{dos} Padres da Companhia, por serem os ditos Indios poucos, e estarem sem Missionario, ainda que sogeitos a Igreja Matris [sic] da Cidade de Sam Christovão, por cuja rezão cometem alguns excessos, e sam menos bem

⁴²³ Alvará Régio de 23 de Novembro de 1700. Em anexo à Representação do Capitão Mor Bento Ferraz e mais índios da Aldeia Tijupeba. [ant. Sergipe, 27 de Agosto de 1732]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 4, n.º 258, rolo 3.

instruidos nas obrigações de catholicos, ao que me parece deve V. Mag.^{de} attender para os mandar recolher a alguã das ditas Aldeyas, ou darlhe Missionario que os governe, e ensine.

A Real Pessoa de V. Mag.^{de} guarde Nosso Snor como seus Vassallos havemos mister. Bahia, Janeyro 12 de 1733 [sic].”⁴²⁴

Perante tal precisão dos factos, nomeadamente pela utilidade de se agregarem a missões já existentes, inclusivamente pertencentes à Companhia de Jesus⁴²⁵, não só se ordenou a execução da sentença, atribuindo-se-lhes a requerida légua de terra, como ainda se mandou que o vice-rei nomeasse missionário que os regesse e governasse. Recorde-se, não obstante, que relativamente à actividade missionária exercida por inicianos naquelas paragens, apenas encontrámos registo à missão do Geru ou Juru, da qual falaremos em seguida.

Numa outra ocasião, e igualmente a título de exemplo, deparamo-nos perante uma outra situação curiosa e que demonstra como nem sempre as missões foram entendidas como algo pernicioso. Com efeito, são os próprios moradores do sertão do Rio Real, termo da Vila do Lagarto que, cerca de 1727-1728, se dirigem ao Rei em defesa da Missão jesuíta do Gerú, valorizando os seus préstimos na assistência espiritual que faziam junto dos moradores, dispersos por grandes distâncias.

“Dizem os moradores do Certão do Rio Real termo da Villa do Lagarto adiante assignados, q reconhecem o muyto serviço que fazem a Deos os Missionarios da Companhia de Jesu da Missão do Jurú, que dista da mesma Villa quatroze legoas, accodindo de dia, e de noite aos enfermos, dizendo lhes Missa em caza para lhes dar os Sacramentos do SS. Viatico, e Santa Unção em distancia de quatro, sinco, e seis legoas, por ficarem as Parochias distantes nove, e dez legoas, e por serem muytos os moradores, são continuas as hidas, no qual exercicio excede esta Missão a todas do Certão da Bahia, alem dos mais Sacramentos, que administram na sua Igreja, sendo como Parochos de trez, ou quatro Parochias, sem levarem estipendio, e vivendo de esmolos, que ja são muy poucas por ser muyta a pobreza dos moradores, que existem, e vendose de todo destituídos da mayor esmola, que se lhes dava de seis bois, o que tudo consta das certidoens juntas;”⁴²⁶

As autoridades oficiais demonstraram algum reconhecimento face ao papel destes missionários, sem contudo se impor ou estipular, de modo mais concreto, quem

⁴²⁴ [Vice-rei do Brasil e governador do estado da Bahia, Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa]. Bahia, 12 de Janeiro de 1733. Em anexo à Representação do Capitão Mor Bento Ferraz e mais índios da Aldeia Tijupeba. [ant. Sergipe, 27 de Agosto de 1732]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 4, n.º 258, rolo 3.

⁴²⁵ O que nos leva a pensar se o «excesso» cometido pelo padre procurador do colégio da Bahia não pretendia funcionar como estratégia dissuasora ou meio de pressionar os índios a saírem daquelas terras, talvez contra os interesses não só dos mesmos, mas também do seu capitão e do pároco.

⁴²⁶ Requerimento dos moradores do sertão do Rio Real, termo da Vila do Lagarto, a D. João V. [ant. Sergipe del Rey, 18 de janeiro de 1729]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 3, n.º 199, rolo 3.

pagaria o devido estipêndio, dízimo ou contributo. Por outro lado, poderíamos entrever, pelo parecer dado em nome do Rei, um certo cuidado em não descuidar o seu serviço em prol dos índios da missão:

“P.[arece] a V. Magestade, que attendendo a grande pobreza dos ditos Missionarios da Missão do Jurú e ao muyto serviço, que fazem a todo este povo, lhes queira fazer alguma esmola perpetua para sua conservação na dita Missão, da qual depende a conservação destes Indios, e bem espiritual dos moradores de todo este Certão.”⁴²⁷

Esta aldeia, sita no Rio Real, terá prevalecido até à data da expulsão da Companhia, porquanto ainda se alude à sua administração por parte de jesuítas na Relação de 1760, reunindo naquele espaço índios de nação Kiriri. Os próprios párocos da região reconheceram e certificaram o seu bom serviço, atestando que

“acodem com grande zelo, caridade, & diligencia a todos os enfermos, que os mandão chamar; e tão bem dezobrigão na quaresma a muytos dos Freguezes desta Freguezia [Itapicurú, e anexas, Inhambupe, Rio Real e Joromoabo], que morão distantes della allem do Sacramento do bautismo, que exercitão na sua missão aos mesmos,”⁴²⁸

De salientar um aspecto curioso: o espaço da missão não era exclusivo dos índios catequizados, pois também aí se procedia ainda ao baptismo de moradores, sobretudo pela distância a que ficam da respectiva paróquia. Um outro padre certifica que a ajuda dos missionários ia, por vezes, além do espiritual, respondendo ao espírito de acudir às necessidades verificadas:

“[...] os R.^{dos} Padres Missionarios da Comp.^a de Jesus assistentes nas Aldeas deste Certão acodẽ com os sacramentos aos moradores sã stipendio, com gr.^{de} zelo, diligencia, e trabalho, e també os socorrẽ nas necessidades temporaes com medicamentos, e o mais que podẽ com gr.^{de} dispendio [...]”⁴²⁹

Também o vigário do Rio Real deu conta da acção missionário dos jesuítas da aldeia do Gerú, afirmando:

“Certifico q nesta minha freguezia esta huã Missão chamada o Juru com a invocação de N. Senhora do Socorro dos religiosos da Comp.^a de Jesu, os quais com incansavel zelo acodem a todos os freguezes desta Matriz q os mandão chamar p.^a lhes administrar os Sacram.^{tos} [...] e domesmo modo administração o sacramento do Bautismo aos mesmos

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ Certidão do Vigário Colado da Paróquia de N.^a Sr.^a da Nazaré do Itapicurú de Cima do Sertão da Bahia e Vigário da Vara desta freguesia, P.^e Miguel Vieira Monteiro. Itapicurú de Cima e Matriz de N.^a Sr.^a da Nazaré, 31 de Agosto de 1727. Anexada ao Requerimento dos moradores do sertão do Rio Real, termo da Vila do Lagarto, a D. João V. [ant. Sergipe del Rey, 18 de janeiro de 1729]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 3, n.º 199, rolo 3.

⁴²⁹ Certidão do Vigário Colado da Freguesia de N.^a Sr.^a da Abadia e Vigário da Vara desta freguesia, P.^e Pedro de Abreu de Lima. Matriz de N.^a Sr.^a da Abadia, 12 de Setembro de 1727. Anexada ao Requerimento dos moradores do sertão do Rio Real, termo da Vila do Lagarto, a D. João V. [ant. Sergipe del Rey, 18 de janeiro de 1729]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 3, n.º 199, rolo 3.

por ficarem distantes da sua freguezia; em cujos termos são de grande actividade p.^a o servisso de Ds; (e melhor administração aos fieis Christanos as missoins q ha pelloos Certoens do pasto espiritual) porq não podem os Parochos acodir pellas grandes distancias”⁴³⁰

Consideremos agora um outro território limítrofe, entre as capitanias do governo de Pernambuco e do Maranhão: o Piauí. Sob jurisdição da Bahia até 1718, a partir dessa data transitou para a alçada do Maranhão. Tratava-se de um dos territórios onde a Casa da Torre detinha extensas propriedades, muito embora também os jesuítas aí possuíssem alguns bens imóveis. Não obstante, não houve aqui uma acção missionária como se verificou nas capitanias vizinhas. Com o avanço dos sesmeiros desta Casa, assim como com os curraleiros pelo seu sertão, a presença indígena esteve fortemente condicionada, tendo sido violentamente combatida, nomeadamente ao tempo de «mafrense» e de Francisco Dias d’Ávila. Ainda antes, mais concretamente em 1684, deparamo-nos com um mapa de sesmarias pretendidas pela Casa da Torre no sertão do Piauí⁴³¹.

Inserida no processo que, cerca de 1697, levou à criação da paróquia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, por iniciativa do Bispo de Pernambuco, frei Francisco de Lima, surge uma listagem de diversas tribos de índios «tapuias bravos» que habitavam aquele sertão, um curioso indício de como os bispos não descuravam a presença indígena em matérias da sua jurisdição. Não esqueçamos ainda que, a este tempo, incorporavam a Junta das Missões, sendo uma das figuras que tutelavam a administração temporal e parte da administração espiritual exercida no terreno por vários grupos de religiosos.

Embora breve e sucinta, a listagem que encontramos anexada à consulta do Conselho Ultramarino oferece-se como um registo de extrema importância, ao assinalar a variedade étnica daquele território em termos de população indígena não catequizada, contendo algumas particularidades relativamente a alguns dos grupos. Não poderemos deixar de nos questionar quanto ao interesse ou pertinência da inclusão destes dados na criação desta nova paróquia. Muito provavelmente seria uma demonstração de como o

⁴³⁰ Certidão do Vigário Colado na Matriz de N.^a Sr.^a dos Campos do Rio Real, P.^e Aleixo Gonçalves da Câmara. N.^a Sr.^a dos Campos do Rio Real do Sertão, 9 de Setembro de 1727. Anexada ao Requerimento dos moradores do sertão do Rio Real, termo da Vila do Lagarto, a D. João V. [ant. Sergipe del Rey, 18 de janeiro de 1729]. AHU, docs. Avulsos, Sergipe, caixa 3, n.º 199, rolo 3.

⁴³¹ “*Mapa, e Explicação de sinco sismarias, que pertendem neste Certão do Peauhy a caza da Torre, e seus sosios com as legoas, que em sy comprehendem cada huã das ditas*”. 13 de Outubro de 1684. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 1, rolo 1.

clero secular considerava importante a sua presença naquele âmbito geográfico, de modo a atender igualmente aos índios que procurassem assistência religiosa, não estando inseridos em missões. Se, a este tempo, ainda não se procede a um levantamento do número de nascimentos, óbitos e demais dados demográficos, e seu encaminhamento para junto das entidades competentes – procedimentos que são usados para os mais diversos fins e que se vão complexificando e ganhando um novo rigor sobretudo a partir da segunda metade de oitocentos - a fim de se comprovar a utilidade da nova jurisdição, o envio destes dados não deixa de procurar dar conta da heterogeneidade e da quantidade de grupos indígenas existentes. Importa, no entanto, sublinhar que a distinção feita poderá não indiciar a existência de grupos étnica e linguística verdadeiramente diferentes.

Entre a segunda metade do séc. XVII e o início da centúria seguinte, o território do Piauí constituía-se como uma região a saque de pretensos «povoadores e descobridores» que, oportunistamente, requeriam a posse de terras que iam desbravando⁴³², à medida que, com as suas investidas no interior, iam enfrentando os seus naturais habitantes: os indígenas. O debate pelo domínio territorial também se fazia sentir entre os próprios brancos, na medida em que os «senhorios» das terras exigiam que os colonos curraleiros, oriundos de várias partes, lhes pagassem renda. Existiam, não obstante, acusações quanto ao facto de impedirem a existência de missões e até a fundação de igrejas nas suas terras, num claro esforço de manter as suas léguas de terra enquanto propriedades privadas. Esta benesse concedida pelo Rei passara a ser amplamente discutida e contrariada, dada a vastidão destes latifúndios e os desmandos de tais «senhores absolutos». Casos houve, e não poucos, em que estes sesmeiros recorreram a milícias de índios e a mercenários, a fim de expulsarem os pressupostos transgressores com os seus gados, resultando muitas vezes em grande número de mortes, no incêndio das casas dos colonos e na destruição das suas fazendas e mais bens. Fora o caso da sesmeira Leonor Pereira Marinho e de outros dois que, dominando extensas áreas, assim pressionavam os moradores do Rio de São Francisco do lado de Pernambuco e da Bahia, como testemunha o franciscano Fr. Bernardo da Porciuncula,

⁴³² A propósito desta questão, cf. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 26 de Fevereiro de 1701. AHU_ACL_CU_016 Cx. 1, D. 4, rolo 1.

pregador da Santa Província dos Algarves e Notário Apostólico dos Aprovados *in toto orbe*⁴³³.

À sua denúncia junta-se a de um carmelita descalço, Fr. Nicolau de S. José⁴³⁴ que assinalou as dificuldades de sobrevivência dos moradores face aos ataques dos gentios. Divididos entre a necessidade de se defenderem e fazer guerra a estes e os desmandos dos senhorios, os próprios colonos eram vítimas do impacto destas benfeitorias: assim que expulsassem os índios e se aventurassem em áreas até então inexploradas, logo em seguida os sesmeiros, de acordo com as suas conveniências, se apoderavam do que era seu por direito, expulsando os colonos ou submetendo-os ao pagamento de dízimos.

Em carta do mestre-de-campo da conquista do Maranhão e Piauí, Bernardo Carvalho Freire, datada de 1721, alude-se à incursão que fizera no sertão do Piauí, em demanda de «gentios», tendo sido reunido um grupo de infantaria, contando ainda com alguns índios – em número inferior ao do que este chefe militar ambicionara – provenientes da missão de Ibiapaba e Ceará, perfazendo um total de cerca de 300 pessoas (incluindo escravos)⁴³⁵. Nesta marcha armada, passando pelo forte de Iguará rumo ao Maranhão, não encontraram os índios «aranhy» nem os «cahycahy» que habitualmente residiam por aquelas partes. Na verdade, uns e outros haviam-se embrenhado nos matos. Tratavam-se os primeiros, pelas descrições feitas, de gentios de corso, praticando assaltos esporádicos a fazendas e currais, roubando e matando gados. Relativamente à segunda tribo apontada, encontrava-se já num processo de pacificação, tendo-se alguns submetido a um aldeamento forçado por parte do governador, quando mulheres e crianças se apresentaram no presídio de Iguará, o que acontecera antes do envio desta tropa pelo sertão.

Indica-se, inclusivamente, que para viera do Maranhão um padre da Companhia de Jesus a fim de catequizar aquele gentio, com as devidas ordens do governador. O presente mestre-de-campo não deixou de salientar que este governante tinha como

⁴³³ Certidão do P.^e Mestre Fr. Bernardo da Porciuncula, da ordem de S. Francisco. Bahia, 20 de Agosto de 1700. Em anexo à Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 26 de Fevereiro de 1701. AHU_ACL_CU_016 Cx. 1, D. 4, rolo 1.

⁴³⁴ Certidão de Fr. Nicolau de S. José, carmelita descalço do convento da Bahia. Bahia, 20 de Agosto de 1700. Em anexo à Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 26 de Fevereiro de 1701. AHU_ACL_CU_016 Cx. 1, D. 4, rolo 1.

⁴³⁵ Carta do mestre-de-campo da conquista do Maranhão e Piauí, Bernardo Carvalho Freire, D. João V. Piauí, 28 de Janeiro de 1721. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 8, rolo 1.

principal interesse cativar os índios e lucrar com o comércio destes cativos, tendo a este nível sido determinante a intervenção de religiosos, sobretudo da Companhia de Jesus, que intercederam pela liberdade daqueles sujeitos. Num discurso claramente abonatório, este chefe militar demonstra particular admiração pelos jesuítas ao aludir a este episódio, destacando-os como “mais zelosos”, o que originou um particular exame desta matéria em Junta das Missões. Movida esta oposição contra o parecer do governador, que defendia o cativo daqueles índios que, voluntariamente, haviam solicitado a paz, este governante viu-se obrigado a mandá-los para o Ceará. Particularmente desagradado com a atitude do padre jesuíta – recentemente formado em Teologia - que, ao invés de os submeter, os defendera, aquele governador não desistira dos seus intentos.

Fora, efectivamente, difícil lidar com a liberdade dos índios pelo interesse da posse das terras que ocupavam, mais concretamente entre o rio Peritoró “e a paragem de aldeas altas”, tanto pela sua posição estratégica, como por ser a partir daí que ocupavam aqueles sertões, chegando ao Maranhão. Não se deixa de aqui reforçar a importância da exploração económica daquela extensa área:

“donde mais promptam.^{te} se lhes pode fazer guerra, como acudirce com menos demora a coalq.^r invazão ^{2f}[...] alem da utilid.^e de poderemce povoar m.^{tas} fazendas de gado em as d.^{tas} therras, estando dezinfestadas do d.^o gentio”.⁴³⁶

Serve este episódio para exemplificar como se registaram abusos por parte de certas autoridades locais, as tensões operadas na exploração e ocupação do território, o interesse económico que subjaz ao cativo dos índios no sertão, onde a chegada de escravos não seria tão fácil, o papel da Junta das Missões e das denúncias de religiosos em defesa dos direitos dos ameríndios e de como os jesuítas exerciam grande influência em certas áreas da sociedade, movendo, a um tempo, ódios e admiração.

As queixas relativas à presença de «gentio bravo» eram recorrentes, nomeadamente na região que ia da vila da Moucha até ao Maranhão. A insegurança nestes caminhos era, inclusivamente, a razão principal apontada pelos oficiais da câmara daquela localidade face à impossibilidade do envio da remessa dos bens dos defuntos e ausentes, não deixando de se acrescentar igual insegurança no comboio desde o Maranhão até Portugal, por não haver, àquela data, nau de guerra que o acompanhasse e defendesse - o que não sucederia em direcção à Bahia, muito embora se

⁴³⁶ CARTA do mestre-de-campo da conquista do Maranhão e Piauí, Bernardo Carvalho Freire, D. João V. Piauí, 28 de Janeiro de 1721. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 8, rolo 1, fls. 2f-2v.

enfrentasse a possibilidade de existirem por aí ladrões (em particular pelas áreas desertas até Jacobina e em algumas partes no caminho de Jacobina até à Bahia)⁴³⁷.

Nesta mesma missiva, da autoria do ouvidor-geral da capitania do Piauí, assinala-se os “graves danos que o Gentio nella tem feyto, por cujo respeyto estão m.^{tas} fazendas despovoadas, de q já se tornarão alguãs a povoar”⁴³⁸, com respeito ao ocorrido e declarado por diversas entidades relativamente à década de vinte daquela centúria. Informando-se das condições de viagem tanto rumo à Bahia como ao Maranhão, declara:

“nem tenho noticia depois q estou neste lugar q o Gentio acomettesse comboyo algum, que do Mar.^{ão} viesse e som.^{te} chegando às fazendas desta Cap.^{nia} q ficão junto do Rio Canindé em o principio do inverno, e fim delle, hé preciso vir com cautella por respeyto do ditto Gentio, que desce do Rio Tapicurú da p.^{te} do Maranhão p.^a passar a Ribeyra da Parnahiba, donde se espalha p.^a o Certão da mesma Ribr.^a, e pellas fazendas proximas à esta Villa ^{8f} [...] tem feyto bastantes mortes a pessoas pouco acautelladas, o q tem cauzado grande receo aos moradores desta Cap.^{nia}, de cujas mortes tenho tirado devassas que remetti ao Governador do Maranhão João da Maya da Gama [...]”⁴³⁹.

As principais áreas afectadas localizavam-se sobretudo junto aos rios, no interior do sertão da Parnaíba, Gurgueia (onde viviam os Acaroás) e Parnágoa e junto de fazendas em posição mais desfavorecida, pelo seu isolamento e falta de meios com que se pudessem defender dos ataques indígenas. Vivendo em situação difícil, os habitantes daquela capitania não só eram acometidos por índios, que lhes causavam sérios danos em escravos e gados, como ainda por intensas secas, causa de muitas mortandades das suas rezes, já para não falar das perdas observadas na sua condução.

Exemplo desses ataques é o caso da invasão desta mesma vila da Moucha por índios da nação Timbira, como dera conta o ouvidor geral do Piauí por carta de 13 de Julho de 1728. Aqueles ameríndios vinham procedendo a uma série de ataques por toda aquela capitania, aproveitando, com particular conhecimento de estratégia militar, a ausência dos soldados que defendiam aquelas partes, por ordem do vice-rei da Bahia. Os gentios referidos naquela mesma década, e em relação aos quais se tirara devassa, eram afinal os daquele grupo ameríndio, causando cada vez maiores danos.

Um outro grupo ameríndio, identificado como «gentio do curso Percaty», fora destruído por volta do início da década de vinte, aquando da presença do mestre de

⁴³⁷ CARTA do ouvidor-geral do Piauí, António Marques Cardoso, a D. João V. Vila da Moucha, 3 de Outubro de 1727. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 35, rolo 1, fls. 2v; 7f.

⁴³⁸ Idem, fl. 3f.

⁴³⁹ Idem, fl. 8f-8v.

campo da conquista, Bernardo Carvalho e Aguiar, no Piauí⁴⁴⁰. Requerendo-se a sua presença em Parnaguá, aí fez guerra ao gentio Gueguê e Curuá (Acuruá) em Novembro de 1722.

No final da década de trinta, mais concretamente a partir de 1736, encontramos uma vez mais notícia de hostilidades, mortes e invasões pelo rio Tocantins, causadas por Guguês, assim como pelos “Acoroá merim, Acoroá assú, e Timbira⁴⁴¹”,

“[...] pondo os [moradores dos sertões] em tal disturbio, e consternação que por esta cauza se tem despovoado muitas fazendas de gados, e com os seus repetidos assaltos, tem feito muitas mortes, queimado muitas fazendas, e destruido, e roubado cavallos, e gados vacuns – com grande ruina, e dezarração dos mesmos Vassallos.”⁴⁴²

Assistia-se a uma escalada tanto no número de ataques como na violência dos índios nas incursões que faziam junto das propriedades dos colonos daquela região,

“assolando os campos, ribeiras, e vezinhanças da d.^a Ouvidoria da Mocha, fazendo sem cauza, nem motivo algum, q os Nossos lhe dessem, m.^{tas} mortes, roubos de gados, cavalos, e outras fazendas; cujos donnos se virão precizados a dezertar mais de duzentas [léguas? sic]; e conservarse em outrasmais retiradas com evidente perigo das suas vidas, de seus escravos, e fazendas, com notorio damno dellas, dos dizimos de S. Mag.^{de}, e decôro de suas armas.”⁴⁴³

Não se tendo deixado de considerar a possibilidade de se estabelecerem negociações de paz, os contactos com estes índios não foram de modo algum facilitados, como aliás menciona Frei Brás de Santo António, entendendo tal como sinal de inaptidão e incivilidade:

“[...] cada huã das d.as Naçoens tem governo absoluto sem reconhecer superior, a q.m se possa pedir satisfação, nem elles sejam capazes de a dar, nem superceder nas hostilidades, e insultos por serem tão barbaros, que não admittem contrato, nem embaixada fora de cerco, nem outra capitulação alguã.”⁴⁴⁴

Estas nações de «gentio de corso» eram especialistas em surpreender as suas vítimas, em particular quem se achasse só, disperso e desarmado nas suas fazendas.

⁴⁴⁰ Sentença de justificação de D. João V. 10 de Abril de 1723. Em anexo ao requerimento do referido mestre-de-campo. AHU_ACL_CU_016, Cx. 1, D. 41, rolo 1.

⁴⁴¹ Estes povos, à excepção dos Timbira, também se achavam dispersos pela área geográfica de jurisdição pernambucana, alguns dos quais já sob administração eclesiástica.

⁴⁴² Termo da Junta das Missões. 14 de Julho de 1737. Anexado à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 15 de Março de 1740. AHU_ACL_CU_016, Cx. 3, D. 157, rolo 3, fl. 1f.

⁴⁴³ Parecer de Fr. Brás de Santo António, Comissário Provincial, com relação à Junta das Missões de 21 de Junho. de 1738. São Luís do Maranhão, 13 de Julho de 1738. Anexado à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 15 de Março de 1740. AHU_ACL_CU_016, Cx. 3, D. 157, rolo 3.

⁴⁴⁴ Idem.

Considerando ineficaz o reforço militar de umas partes não podendo chegar a outras, é este mesmo religioso que propõe “*hir buscallo [ao gentio] às suas terras, e mattos, aonde se refugião, e recolhem*”. Perseguidos numa guerra defensiva-ofensiva, os Gueguê aparecem em 1745 apaziguados e sob o domínio dos brancos, graças à acção do capitão-mor do Piauí, António Gomes Leite, que os conseguira enfrentar e vencer, após um período de cerca de setenta anos de hostilidades daqueles índios. A luta autorizada por ordem régia de 16 de Abril de 1739 não surtira efeitos imediatos, sobretudo por aquelas nações de «gentio de corso» não habitar em lugar certo⁴⁴⁵. Sentindo que não tinham outra opção, os Gueguê aceitam tornar-se sujeitos aos brancos e enviaram até à sua presença seis representantes daqueles gentios, “*offertandose por Vassalos de V. Mag.*”⁴⁴⁶. Investiu o hábil governante em estratégias para melhor os contentar e convencer, mandando vir gados e mantimentos das suas roças e fazendas, vestindo os «príncipes» e as suas famílias, facultando-lhes terras, no sítio das Guaribas, onde pudessem plantar as suas lavouras. Assim se constituiu a aldeia onde aquele capitão veio a assentar o seu arraial e prestar a devida assistência, conseguindo reunir, além dos que juntara, mais de 150 índios daquela nação que andavam dispersos e oitenta soldados e outros índios “*que depois do gentio estar de paz chegarão àquello arrayal crescendo cada vez mais o gasto*”⁴⁴⁷.

Por esse motivo, e sabendo da vinda de muitos mais índios daquela nação, havia que garantir a legitimidade da sua administração naquele espaço, dados os contornos que vinha alcançando. Solicitar, então, autorização para os administrar, significava também um envolvimento directo da Coroa, disponibilizando os devidos recursos económicos para o financiamento do seu governo temporal. Estes índios foram então integrados em ranchos, de que se tem uma lista⁴⁴⁸ remetida ao Conselho Ultramarino por parte das autoridades do Maranhão. António Gomes Leite fora, inclusivamente, ao Ceará grande buscar índios domésticos para combater aquelas tribos, os quais lhe foram facultados pelo capitão-mor Leonel de Abreu e Lima. Envolveu-se igualmente em

⁴⁴⁵ O carácter nómada destas comunidades seria com certeza ainda mais acentuado em situações de conflito armado.

⁴⁴⁶ Requerimento do capitão-mor do Piauí, António Gomes Leite, a D. João V. [ant. 24 de Maio de 1745]. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 231, rolo 4, fl. 1f.

⁴⁴⁷ Idem, fl.1v.

⁴⁴⁸ Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

perseguições face a outros grupos de ameríndios não catequizados, nomeadamente os Precati.

Em 1745 o sucesso daquele ajuntamento em arraial era já de tal ordem que ali se encontravam “mil e seiscentas almas, que hoje passavão já de dous mil”⁴⁴⁹. O investimento do capitão-mor do Piauí em sustentar aquelas famílias, através de seus gados e fazenda – com “hum gr.^{de} detrimento nos cabedaes da sua Caza, que era das maes abastadas de toda a Com.^{ca}”⁴⁵⁰ - mas igualmente pela cobrança de dízimos junto dos moradores de Parnágua – ainda que com notória resistência destes, movidos por um clérigo local (no Maranhão) o P.^e João Ribeiro de Carvalho, defendendo antes a perseguição e cativoiro do que a conservação plena numa aldeia indígena - não visara apenas garantir o seu sustento. Usara, certamente, de estratégias para se certificar do sucesso da fixação daquele povo, de modo a mais tarde conseguir aprovação régia para a sua administração directa. Certo é que se reconhecera o mérito da sua acção em prol não apenas da pacificação daquela etnia, mas inclusivamente da sua «civilização» à custa dos seus bens pessoais, sendo por tudo isto proposto que se lhe desse alguma tença e lhe fosse atribuído o hábito da Ordem de Cristo.

Curiosamente, naquele mesmo arraial encontrava-se um jesuíta – o P.^e João Rodrigues, missionário dos índios barbados⁴⁵¹. Esta consulta não é explícita o suficiente quanto à definição do seu papel naquele lugar, podendo estar meramente de passagem ou fazer a sua assistência nas imediações. Na carta que este jesuíta envia ao governador do Maranhão, deixa bem explícito o seu papel enquanto missionário, particularmente atento às necessidades inerentes ao aldeamento daqueles ameríndios, a que, de certo modo, se dispusera assistir. Apoiente da acção daquele capitão e mestre de campo, João Rodrigues argumentou de forma particularmente bem informada e convincente, apelando ao sentido de serviço e missão daquele governante para que contribuisse com a atribuição das terras pretendidas e dos meios necessários à conservação daqueles

⁴⁴⁹ Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4, fl. 1v.

⁴⁵⁰ Diz-se ainda: “de familia honrada da Prov.^{ca} do Minho, cazado com hua Neta de D. Fran.^{co} de castello Branco, Capp.^m de Infantr.^a que foy no Maranhão, e dos maes respeitados na Com.^{ca} do Pihauhy”. Idem, fl. 2f.

⁴⁵¹ Idem, fl. 1v.

povos, solicitando ainda que intercedesse junto do Provincial da Companhia de Jesus daquele Estado⁴⁵².

Com efeito, a presença daquele religioso não surge ao acaso, uma vez que tinha precisamente por missão acompanhar o capitão-mor, a fim de reduzir aquelas comunidades ameríndias à paz e vassalagem ao Rei português, competindo-lhe catequizar e instruir aqueles indivíduos nos princípios da fé cristã – facto aliás particularmente clarificado numa outra carta integrada neste processo⁴⁵³.

De acordo com o termo da Junta das Missões aos cinco dias de Agosto de 1744⁴⁵⁴, refere-se, baseando-se nos dados facultados pelo capitão-mor de Parnaguá, António Gomes Leite, que cerca de mil e quinhentos índios Gueguê se haviam oferecido como vassalos de Sua Majestade, aceitando aldear-se de acordo com as instruções daquele chefe militar. É ainda por intermédio desta entidade, onde se expusera todo este caso, que se procura conseguir um financiamento de cinco mil cruzados a partir dos cofres da Tesouraria de Resgates, para o estabelecimento daqueles índios junto aos rios Merim e Itapucurú. Além de se restabelecer a paz, a sua fixação era encarada como forma de garantir a defesa daquelas fronteiras face às invasões dos Acoroá.

Não obstante tais intentos, e muito embora conseguindo pacificar os Gueguê, a sua redução não apaziguara a outra tribo beligerante. Atesta-se, ainda assim, o envio de missionários, embora não identificando a sua ordem:

“Entrarão logo Missionarios para o gentio Guê Guê, p.^a hirem Baptizando os Inffantes, e educando na verdadr.^a Doutrina de Christo os adultos; e se vão conservando em boa pas, sem alteração ponderavel.

Continuavão as hostilidades do gentio Acoroá Assú, e não se experimentava o efeito q se podia esperar daq.^{la} pr.^a reduçam; porq o Acoroá vinha ocupando as terras deichadas p.^{lo} Guê Guê, e faz.^{do} m.^{to} mayores derotas [sic] p.^{las} faz.^{das} desta Cap.^{nia} [...]”⁴⁵⁵

⁴⁵² Carta do missionário jesuíta, P.^e João Rodrigues. Arraial do Guêguê, 4 de Maio de 1744. Anexada à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

⁴⁵³ Carta escrita e assinada pelo Secretário do Estado, José Gonçalves da Fonseca [provavelmente em nome do governador]. São Luís do Maranhão, 9 de Setembro de 1743. Anexada à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

⁴⁵⁴ Termo da Junta das Missões de 5 de Agosto de 1744. Anexada à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

⁴⁵⁵ Carta do ouvidor-geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Vila da Moura, 24 de Agosto de 1745. Anexada à Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

Aproveitando a inimizade antiga entre aquelas nações indígenas, usou-se de pronto alguns dos índios recentemente aldeados no combate aos Acoroá, surpreendendo-os e colocando-os em fuga, sem contar com a morte e aprisionamento de perto de meia centena. Tal confronto foi de tal modo significativo – se não o culminar de uma série de lutas com os colonos – que se conseguiu negociar a paz com estes ameríndios, tendo-se-lhes ofertado “raízes de arvores, e alguães frutas silvestres de q fazem estimavel manjar”. Conseguiu-se, por fim, a promessa de que os Acoroá, daí por duas luas e meia - sensivelmente cerca da data do envio da carta para o reino – viriam com toda a sua gente, gratificando-se antecipadamente tal gesto com mais presentes: “hum bastam, alguns machados, e huã faca de mato, joyas as mais estimaveis p.^a aq.le Gentio”⁴⁵⁶. Mostraram igualmente desejo de receber missionários, “a quem de m.^{to} boa vont.^e querião sustentar, pois tinham m.^{tos} haveres com q o fazer”. Os missionários, por seu turno, pareciam hesitar, temendo, aos olhos do ouvidor-geral, o martírio na sua recepção.

Parece-nos justo afirmar que este grupo era bem maior que o anterior, na medida em que compareceram na data estipulada em número superior a oito mil. Não obstante o sucesso do tratado de paz, cedo se registaram conflitos. Agregados junto de um povo com quem não tinham a melhor das relações, no espaço de um ano os Guegué ousaram revoltar-se, matando numa das oitavas do Natal de 1745 o seu próprio missionário, Fr. Bento⁴⁵⁷, tomando armas e empreendendo ataques contra casas mais afastadas, matando todos os seus ocupantes, como o descreve o mesmo ouvidor-geral⁴⁵⁸. Em decorrência de tal situação, os edis da Moucha determinaram, entre outras medidas, que se distribuísse aquele «gentio» por duas aldeias, de modo a que assim se lhes diminuísse o poder, e que

⁴⁵⁶ Carta do ouvidor-geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Vila da Moucha, 24 de Agosto de 1745. Anexada à Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

⁴⁵⁷ Surge identificado na cópia de um parecer assinado originalmente pelo ouvidor Silveira Botelho, e passado por José Gonçalves da Fonseca, Secretário de Estado do Governo do Maranhão. Vila da Moucha, 6 de Março de 1746. Em anexo à Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 15 de Abril de 1750. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 299, rolo 5.

⁴⁵⁸ Carta do ouvidor-geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silveira Botelho. Vila da Moucha, 6 de Setembro de 1746. Anexada à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

se movesse bandeira contra o gentio de corso, recrutando-se, nomeadamente, índios «domesticados»⁴⁵⁹.

Deparamo-nos, junto deste processo, com a distribuição dos Guegué por 30 ranchos (entre os quais se encontram o rancho do governador, o do mestre de campo, o do capitão-mor, o do sargento-mor de guerra e o do capitão embaixador; os restantes ranchos apresentam-se com indicação toponímica de base etimológica indígena) existentes nas Guaribas, perfazendo um total de 2051 indivíduos. Trata-se de uma lista onde se descremina o número de homens de guerra e a composição da família que os acompanha – conservando-se como unidade demográfica a maloca – com indicação do número de «machos» e «fêmeas»⁴⁶⁰.

Apesar das negociações e medidas entretanto empreendidas, o relato da guerra contra os Guegué persiste até pelo menos à década de sessenta daquela centúria, por certo graças à sua capacidade de resistir e às táticas usadas, porquanto “o Gentio por sua astúcia andava dividido em diversas malocas com espias p.^a todas as p.es duas legoas separadas do rancho mayor”, vendo-se assim frustradas as bandeiras que contra eles se moviam⁴⁶¹. Em todo este processo, os colonos valeram-se de índios desta nação já catequizados como linguas, facilitando assim a comunicação e, mais importante ainda, a recolha de informação. A título de curiosidade, acrescente-se que estes índios tinham o hábito de cativarem índios catequizados, muitos negros fugidos – “cujos votos sempre muito alheios da pas”⁴⁶² - assim como crianças brancas. Vindo algumas destas a serem resgatadas, acabavam por ser vítimas da sua condição, na medida em que passavam a ser encaradas pelos colonos como espias daquele «gentio», “tomando fala p.^a introduzilo as suas maldades”⁴⁶³.

⁴⁵⁹ Termo de Vereação. Vila da Moucha, 10 de Agosto de 1745. Anexada à CONSULTA do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

⁴⁶⁰ Lista da nasçam do gentio Gué Gué que entrou de paz aos 20 de Fevreyro, e lhe passou mostra o Cap.^{am} Mor da Conquista, e Superintendente das Tropas Antonio Gomes Leite aos 26 do ditto mes achandosse presente o R.^{do} P.^o Capellam Belchior Garcia Sacerdote do Habito de S. Pedro, e o auditor Antonio da Costa e Silva, e os mais que no Arrayal estavam, e se acha arrayalada a ditto Nasção no Citio das Guaribas com a assistencia actual do d.^o Cap.^{am} Mor”. Anexada à Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4.

⁴⁶¹ Ofício do ouvidor-geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, ao governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Vila da Moucha, 6 de Novembro de 1747. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 285, rolo 5, fl. 1v.

⁴⁶² Idem, fl. 4f.

⁴⁶³ Idem, fl. 3f.

Por consulta do Conselho Ultramarino de 15 de Abril de 1750, e partindo do parecer da Junta das Missões, justifica-se, por fim, que se praticasse contra os Gueguê guerra ofensiva. Para tal, ao invés de se optar por convocar um destacamento de índios guerreiros da aldeia de Ibiapaba – considerado inconveniente pelo risco de desertarem, pela distância que teriam de percorrer e ainda por pertencerem a outra jurisdição, a de Pernambuco - determina-se que, de acordo com o parecer do reitor do colégio do Maranhão, P.^e João Ferreira, “nas principaes fronteiras do Gentio Gueguê se estabeleção outros ja domesticos, e guerreiros, que se achão situados pelo Certão em parte onde se não fazem precizos”⁴⁶⁴. Reconhecia-se, ainda assim, os riscos desta mudança de aldeias indígenas, pelo que se recomendava o maior cuidado para que os índios não se sentissem forçados nem “disgostozos”.

Não obstante tais determinações, volta-se a propor novamente a requisição de índios oriundos de Ibiapaba já na década de sessenta, nomeadamente através do ofício remetido pelo desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, argumentando que “se podem bem tirar quatro centos homens, e ainda mais, sem que fassão falta atendivel em a sua Aldeya, que he muito populoza, comendados [sic] pello Mestre de Campo seu Rassional [?], D. Fellippe de Souza e Castro”⁴⁶⁵.

Os Acoroá Assú haviam sido responsáveis, desde há vários anos até àquela data, por uma série de conflitos não apenas no Piauí, como ainda nas capitanias de Pernambuco, S. Paulo e Goiás. Por carta dirigida aos padres missionários – que, pelo teor, não teria outro destinatário que não fossem os jesuítas, muito provavelmente do colégio de São Luís do Maranhão - revela-se algum receio em aproximar os índios face aos brancos, na medida em que, como se verificara em data recente com os Guegué, se ofereciam condições propícias a uma infalível “prostetuição absoluta do genero femenino”⁴⁶⁶ – ou por permanecerem em concubinato, ou por se deixarem levar por conduta duvidosa, dominadas pelos colonos.

⁴⁶⁴ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José. Lisboa, 15 de Abril de 1750. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 299, rolo 5, fl. 2v.

⁴⁶⁵ Ofício do desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila da Moucha, 25 de Janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 382, rolo 7, fl. 2f.

⁴⁶⁶ Carta do ouvidor-geral do Piauí, Matias Pinheiro da Silveira Botelho, aos padres missionários da Companhia de Jesus [do colégio do Maranhão]. Vila da Moucha, 20 de Agosto de 1745. Anexada à Consulta do Conselho Ultramarino a D. João V. Lisboa, 24 de Julho de 1745. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4, D. 235, rolo 4, fl. 1v.

Reforça-se, também aqui, que “as habitações deste gentio herão as que inpedião [sic] the agora a brevissima passagẽ que se fas p.^{las} suas terras p.^a as minas geraes” – a cerca de 3 ou quatro meses de viagem - facto que, por si só, constituía uma questão de importância considerável aos olhos do Rei. Por outro lado, tratando-se a criação de gado a principal fonte de riqueza daquela capitania, enviando-se cabeças tanto para a Bahia como para Minas, a ocupação de terras por parte dos índios aldeados oferecia-se como uma matéria extremamente delicada, argumentando-se a favor da sua delimitação a unidades menores:

“[...] estando este gentio nas suas terras com os Missionarios, todos se hão de atrever a entrar por ellas, todos a edeficar fazendas nos admiraveis pastos e boas ribeiras de q se compõem; de sorte q tem capacidade p.^a fazer duas ou tres Cap.^{nias} como esta;”⁴⁶⁷

Não se deixa, ainda assim, de exaltar a acção missionária jesuíta num passado longínquo, procurando assim exortar à vinda de religiosos que voluntariamente assistissem àquelas tribos:

“Lembro a V. P.^{es} os gr.^{des} progreços q desde o anno de 1605 tem feito os Messionarios p.^{la} Salvação e aproveitam.^{to} das almas dos gentios, sendo os pr.^{os} expostos ao Martírio o P.^e Fran.^{co} P.^{to}, e o P.^e Luis Figr.^a q entrarão nas terras incultas delles, ainda quando estes barbaros podião viver menos escrupulozos de vassalagem; ^{2f} as gr.^{des} deficul.^{es} [,] perigos e trabalhos q soportarão o P.^e Pedro Pedroza, e o P.^e Ant.^o Ribr.^o na gr.^{de} Serra da Ibiapaba, andando m.^{tas} mil legoas a pée [sic]”⁴⁶⁸

Além da breve retrospectiva, procurara-se seduzir os jesuítas para a assistência espiritual daqueles índios, entrando nas suas terras, numa política que defendia a preservação dos aldeamentos indígenas. Consideramos particularmente relevante a menção feita à assistência promovida por missionários jesuítas àquela data, dando conta de alguns casos de missões volantes:

“Não necessita de lembr.^{ca} porq V. P.^{es} estão vendo os Barbados, o Cahy cahy, os Tramambés, os Aranhis, os Guanarés, e outras m.^{tas} nações plantadas nas suas proprias terras entre mattos incultos, em m.^{tas} das quais eu já estive sem q se intriduzisse [sic] nelles a ultima docelid.^e e doutrina, e com tudo em cada huã destas nações assiste som.^{te} hum P.^e [q com], brandura, e afabilid.^e vay entreendo os animos dos gr.^{des}, e educando na verdadr.^a Doutrina os pequenos;”⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem, fls. 2f a 2v.

⁴⁶⁹ Idem, fl.2v.

Também os Paracati e os Timbira – grupo distinguido dos Gueguê e dos Acoroá na correspondência da época⁴⁷⁰ – constituíram motivo de preocupação naquele território piauiense, tendo estes últimos sido fortemente combatidos ao tempo de João do Rego Castelbranco. Entretanto, as autoridades locais viam-se a braços com a necessidade de integrar no tecido social outros grupos, como fora o caso dos Gamela, autorizando D. José que fossem aldeados e recebessem a devida assistência de um missionário. Ordenou ainda, por sua instrução especial, que se ensinasse a estes índios a língua portuguesa⁴⁷¹. Não obstante tais intentos, cedo fracassou o projecto de civilização deste povo. Na verdade, haviam entendido as doenças e as mortes que assolaram a sua comunidade naquela nova povoação como resultantes de uma maquinação dos brancos para os destruir, pelo que regressaram aos seus lugares de origem, abandonando aquela missão⁴⁷². Apesar de estas informações serem transmitidas pelo governador do Maranhão Gonçalo Pereira Lobato e Sousa (em exercício de 1753 a 1761), o próprio alude à acção do governador e capitão geral do Estado do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (em exercício de 1751 a 1759), o qual se achava empenhado em civilizar os Amanajó – possuidores de “huã destinta dossilidade” - que, à semelhança dos Gamela, abundavam naquele território, existindo numerosas e populosas aldeias.

Em resultado dos constantes ataques dos Acoroá, Timbira e Gueguê, verificados ainda pela segunda metade do século XVIII no Piauí, em particular nas freguesias de Parnaguá e Gurgueia, o sentimento das populações brancas era de “contínua aflição” – e, conseqüentemente, um ódio e desconfiança crescentes, facilmente extensível a qualquer outro ameríndio, mesmo que de nação distinta. Na década de sessenta, os descatos são descritos do seguinte modo:

“Inexplicaveis são os insultos que as refiridas [sic] Nasçoens de Gentio cometem incessantemente nas Vidas, e Fazendas dos sobreditos Moradores, matando muitos destes, escallandolhe as cazas, e roubandolhas, levando em sua comp.^a as Mulheres, e

⁴⁷⁰ Carta do governador e capitão-general do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, ao rei D. José, em resposta à provisão de 31 de Maio de 1753. São Luís do Maranhão, 12 de Janeiro de 1754. AHU_ACL_CU_016, Cx. 5, D. 324, rolo 5. Cf. ainda Ofício do [desembargador], Francisco Marcelino de Gouveia, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real]. Vila da Moucha, 25 de Janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 382, rolo 7.

⁴⁷¹ Provisão de D. José I dirigida ao Governador do Maranhão. Lisboa, 31 de Maio de 1753. AHU_ACL_CU_016, Cx. 5, D. 324, rolo 5.

⁴⁷² Carta do governador e capitão-general do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, ao rei D. José, em resposta à provisão de 31 de Maio de 1753. São Luís do Maranhão, 12 de Janeiro de 1754. AHU_ACL_CU_016, Cx. 5, D. 324, rolo 5.

filhas dos mesmos Moradores, que concervão [sic] nas suas terras com indelevel sentimento dos seus parentes.”⁴⁷³

A situação mais preocupante vivia-se nas fazendas que, dispersas e isoladas, constituíam alvos fáceis e muito apetecíveis, de entre as quais mais rapidamente se haviam despovoado as que se encontravam nas fronteiras dos inimigos, conforme se declara nesta mesma missiva do governador do Piauí.

Considerando a impossibilidade de mobilizar os habitantes da região, deixando as suas fazendas ao abandono – e contribuindo assim para uma maior ruína económica daquela capitania – João Pereira Caldas volta a apelar ao poder central que autorize a reunião de quinhentos a seiscentos índios da missão de Ibiapaba para ali ajudarem na luta contra aquele «gentio bárbaro». De qualquer dos modos, não teve aquele governante outra opção por via da falta de soldados naquela capitania. Viu-se, efectivamente, obrigado a reunir os senhores e os vaqueiros daquelas fazendas, para de algum modo fazer face às investidas dos índios beligerantes⁴⁷⁴.

Ora, nesta ocasião, Ibiapaba encontrava-se num processo de transição para vila indígena – a futura Vila Viçosa Real - tendo entretanto os seus missionários, jesuítas, sido expulsos. Talvez precisamente por isso em 1761 o governador do Piauí, João Pereira Caldas, antigo Ajudante d’Armas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando este era governador do Grão Pará e Maranhão, denuncie a intromissão das capitanias vizinhas na administração de questões já fora do seu âmbito. Chamando a si a responsabilidade de tal governo, e absolutamente ciente da importância que tal representava no acesso aos índios ali catequizados, apela ao tempo em que aquele Secretário de Estado possuía equivalente entendimento sobre a matéria:

“No tempo em que tive a honra da servir no Pará debaixo das ordens de V. Ex.^a, me lembra muito bem ouvirlhe ali dizer que a Serra da Iviapaba era a divisão desta Capitania com a de Pernambuco; porém não achando eu aqui os documentos necessarios desta Demarcação; e sabendo que as justiças de Pernambuco, e Seará se tem introduzido a exercitar jurisdição em terras que inteiram.^{te} se achão situadas nas vertentes que faz a dita Serra p.^a este Governo: Pareceme preciso pedir a V. Ex.^a providencia sobre esta dezordem, p.^a se evitarem as que se podem seguir deste abuso. Ao mesmo tempo julgo conveniente representar a V.Ex.^a que seria m.^{to} util ao interesse desta Capp.^{nia}, que ao Governo della fosse sugeita aquella grande Povoação de Indios que há no alto da referida Serra; porque allem de se lhe poder daqui acudir com mais

⁴⁷³ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila da Moucha, 26 de Janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 386, rolo 7, fl. 1f.

⁴⁷⁴ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila da Moucha, 15 de Outubro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 7, D. 426, rolo 8.

promptas providencias, tirariamos a conveniencia, de se verem estes moradores abastados dos trabalhadores que lhe faltão por conta dos poucos Indios que se concervão nesta Capp.^{nia}; sendo certo que a de Pernambuco não fará falta esta separação, quando lhe ficão outras muitas Povoações da mesma qualidade de gente.”⁴⁷⁵

A sua localização levantara um enorme problema em termos jurisdicionais, pelo facto de se estender por mais do que uma capitania. Pereira Caldas procura, em nosso entender, valer-se da proximidade que tivera no passado com Francisco Xavier nesta ambição de poder dispor livremente daquela povoação indígena em que Luís Diogo Lobo da Silva tanto investira, ao convertê-la em Vila Viçosa Real da América. Lucraria a jovem capitania do Piauí no combate contra os Timbira, os Acoroá (Assu e Mirim) e os Gueguê nos seus sertões, sem contudo esquecer que se tratava da mais rica e densamente povoada vila indígena do governo de Pernambuco.

Por outro lado, chegara-se a descobrir ouro entre a Ribeira de Caracú e a serra da Ibiapaba no final da década anterior⁴⁷⁶, além de outros minérios, como prata, cobre, chumbo, pedra hume (sulfato de alumínio)⁴⁷⁷, quina e capa-rosa, tendo estas três últimas sido encontradas na futura vila de São João da Parnaíba⁴⁷⁸, precisamente em área limítrofe a Ibiapaba, fundada por Pereira Caldas.

O recurso a certos grupos ameríndios serviu, inclusivamente, para garantir uma maior segurança em regiões fronteiras aos territórios ocupados por índios não catequizados. Fora este o argumento que justificou uma nova tentativa de reunião de uma comunidade de índios no lugar de S. Félix da Boavista⁴⁷⁹, perto do rio Parnaíba, de modo a evitar mais ataques de índios de corso – Acoroá, Guegué e Timbira - na

⁴⁷⁵ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila da Moucha, 16 de Setembro de 1761. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 472., rolo 9.

⁴⁷⁶ Carta do capitão-mor do Ceará, Francisco Xavier de Miranda Henriques, a D. José I. Ceará, 3 de Abril de 1757. AHU_ACL_CU_006, Cx. 7, D. 436, rolo 7.

⁴⁷⁷ Requerimento de Francisca Xavier Borges, viúva do capitão Antonio Gonçalves de Araújo, proprietário das minas de prata, cobre, chumbo e pedra hume nas serras da Ibiapaba, no Ceará, a D. Maria I. [ant. 22 de Novembro de 1777] AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, D. 561, rolo 9.

⁴⁷⁸ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Oeiras do Piauí, 15 de Fevereiro de 1763. AHU_ACL_CU_016, Cx. 9, D. 519, rolo 10.

⁴⁷⁹ Que haviam tornado à localização original, em Pastos Bons. Temia-se que, se não se usasse de devida «brandura» e «prudência» em convencê-los a deslocarem-se, tornassem aos matos, regredindo assim ainda mais o projecto de civilização dos mesmos.

Gurgueia⁴⁸⁰. Naturalmente que a sua fixação estava pensada não somente em termos de presença humana efectiva naquela região, mas ainda na possibilidade de se reunirem ali escoltas que patrulhassem as fronteiras, engrossadas com soldados e índios⁴⁸¹. Ao se impedir a entrada destas nações indígenas, garantia-se não apenas a segurança dos habitantes daquela vasta região, como ainda se assegurava a navegabilidade do rio Itapucurú, rumo à matriz de S. Bento das Balças, “em ordem a facilitar o comercio que actualmente lhe requerem os moradores da freg.^a da Grugueya”⁴⁸². Com efeito, este rio constituía a via de comunicação privilegiada no transporte de couros e carnes secas, principais produções das freguesias da Gurgueia e S. Bento.



A extinção da Junta das Missões em 1757 prendeu-se com o alvorecer de uma nova ordem, concentrando o poder decisório na tutela das missões na figura dos governadores e capitães-gerais, contando, naturalmente, com a intervenção dos bispos: falamos, naturalmente, da implementação do Directório dos Índios, onde se introduziam novas determinações e repetiam antigas pretensões. Assistira-se, igualmente, a uma mudança de paradigma na administração das povoações indígenas incorporadas à sociedade colonial, com um ainda mais claro afastamento dos clérigos da gestão temporal dos índios, o que não deixaria de os colocar numa situação francamente desfavorecida entre a defesa da liberdade dos índios, a estreita observação das disposições do Estado para aquela matéria e os interesses dos colonos.

⁴⁸⁰ Carta do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao Sargento-mor das Ordenanças da Freguesia da Gurgueia. Vila da Moucha, 30 de Outubro de 1759. Anexada ao Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila da Moucha, 29 de Janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 387, rolo 7.

⁴⁸¹ cf. Idem.

⁴⁸² Termo de junta feita na presença e por ordem do governador do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, em companhia dos ouvidores gerais da comarca do Piauí, desembargadores do Maranhão e capitães-mores da Moucha, entre outras pessoas. Aldeias Altas, 20 de Junho de 1758. Anexado ao Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Vila da Moucha, 29 de Janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 6, D. 387, rolo 7, fl. 1f.

Os conflitos com os índios não surgiram ao acaso em meados de seiscentos, posto que decorrem da “incompatibilidade da monocultura canavieira com a pecuária extensiva no litoral”, que empurrava esta última para o sertão e, como se não bastasse, os percursos dos curraleiros passavam pelos leitos dos rios, usados como vias de penetração rumo ao interior⁴⁸³. As retaliações não se fizeram esperar, com diversos ataques perpetrados por índios “de corso”, tendo como alvo privilegiado os fazendeiros, as suas propriedades e o seu gado. O rastilho correria um pouco por todo o Nordeste, atingindo não apenas o sertão do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, mas, inclusivamente, o leste do Maranhão e o norte da Bahia. Regiões limítrofes, povoadas por uma grande diversidade étnica, demonstravam, apesar de tudo, características similares. A onda crescente de contestação assumia contornos muito semelhantes e visa, grosso modo, atingir os mesmos objectivos: a expulsão dos ameríndios e a conquista de terras e pastos.

Note-se, contudo, que não foram visados unicamente os tapuia ou índios selvagens. Na verdade, não foram raros os casos em que se procurava denegrir a acção missionária de alguns religiosos, ou em que se contestava a larga extensão ou a posse das melhores terras para sustento dos índios enquadrados em certas missões. Estas, por seu turno, beneficiando inclusivamente dos resgates efectuados, dos tapuia que se conseguia reduzir através de guerra justa, cresciam em habitantes, chegando a situações de difícil subsistência, ora pela infertilidade crescente dos solos já gastos, ora por muitos dos ameríndios se acharem fora da aldeia, ao serviço dos colonos – o que bem ilustra o contributo das missões ao nível da integração dos ameríndios na sociedade colonial.

Mas há um facto curioso sobre o qual não nos podemos deixar de interpelar: qual o destino dos índios envolvidos nesses conflitos? Foram todos massacrados? Poderemos falar de uma eficaz anulação do elemento indígena no Nordeste?

“O conhecimento de que dispomos sobre as Guerras dos Bárbaros nos remete a uma situação em que a maioria ou senão a totalidade dos índios do Norte teriam sido extintos com os combates movidos pelas frentes de expansão pecuarística entre os séculos XVII e XVIII. À primeira vista parece que esses índios foram extintos e alguns “remanescentes” integrados, cuja informação iremos encontrar seja nos relatos da historiografia, seja nos livros didáticos ou mesmo no senso comum.”⁴⁸⁴

⁴⁸³ Helder Macedo, *op.cit.*, p. 228.

⁴⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 229.

Os números que conhecemos relativamente à população indígena remanescente entre a segunda metade de setecentos e o início da centúria seguinte indiciam uma drástica diminuição do número de indivíduos. Não obstante, não nos poderemos deixar toldar por uma tendência de branqueamento da história – ou pelo menos das raízes ameríndias do povo brasileiro. Na verdade, vemos crescer, um pouco por todo o Nordeste, a população mestiça, sendo o número de «pardos» ou mulatos substancialmente superior face à comunidade de brancos e escravos. Também Fátima Martins Lopes se questiona sobre o seu destino, desde os Potiguára, nos primórdios da evangelização no Rio Grande do Norte. Refuta o conceito de «desaparecimento indígena», temática central na sua tese de doutoramento, embora inclua já algumas pistas na dissertação de mestrado, voltada para os séculos XVI e XVII.

Muitos foram efectivamente dizimados. Os poucos que subsistiram, graças à sua inclusão em missões, chegavam a reunir-se aí aos milhares – dimensão sobretudo das povoações assistidas pelos jesuítas. Se bem que as consequências de uma convivência forçada entre grupos étnicos não aparentados possam ter sido evidentes pela suposta degradação da identidade cultural de origem, a sua administração por parte dos brancos levava-os a uma existência insuportável – sobretudo quando sujeitos aos desmandos e atrocidades de capitães-mores, que os recrutavam para o seu serviço, sem lhes pagar coisa alguma. Convém ainda salientar que o que uns poderão encarar como destruição da especificidade étnica e cultural, na verdade funcionou como um processo de fusão entre culturas, com maior ou menor sucesso, naturalmente, variando de contexto para contexto. Pense-se na questão da mestiçagem aplicada a este processo em concreto. Por outro lado, persiste ainda hoje um enorme confusão quanto à identificação dos povos existentes.

Capítulo VI: Impactos socioeducativos da criação de vilas indígenas

“El idioma también puede tener implicaciones económicas, cuando un grupo de habitantes encuentra que está en inferioridad de condiciones frente a los que hablan otra lengua. El derecho se relaciona con las lenguas pues define su situación dentro de un orden social y político.”

Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX), in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Amerindias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, p. 87.

Apesar dos préstimos das aldeias e missões jesuítas, nomeadamente pela fixação de populações indígenas semi-nômadas e pacificação de grupos mais hostis, os conflitos à escala local e o choque com os interesses do Estado viriam, progressivamente, determinar o seu fim. Desde há largas décadas que as dificuldades se vinham multiplicando, tendo os missionários acabado por assumir uma posição nem sempre conforme aos ideais de colonização e expansão territorial. Perante a necessidade de deslocar os índios aldeados para novas localizações, com a finalidade de fortalecer a segurança de territórios sertanejos e/ou fronteiriços, de contribuir activamente para o desenvolvimento agropecuário ou ainda de povoar áreas mais desertificadas, os constrangimentos e renitência das populações ameríndias e dos seus missionários constituíam um sério entrave. Com o empenho do Estado em colocar aqueles povoados sob a tutela directa dos seus órgãos e em controlar todos os negócios naquela colónia, impunha-se um novo modelo de administração das aldeias com maior expressão demográfica e com maiores recursos. Daí que as aldeias jesuítas tenham sido um dos primeiros alvos no processo de renovação do contacto e «civilização» dos índios, conforme se determinava em várias leis emitidas por D. José I.

Desde o século XVI, porém, que a Coroa procurara usar das povoações indígenas descidas para idênticos fins, servindo interesses em muitos pontos coincidentes, mas que, efectivamente, acompanharam as tendências em vigor em cada período. Torna-se ainda assim imprescindível clarificar os conceitos que têm sido associados a este contacto entre portugueses e ameríndios no Brasil.

“É comum referirem-se historiadores, antropólogos e sociólogos ao contacto de europeus com não-europeus como expressão de um especialíssimo processo que, não chegando a ser nem de subjugação nem de assimilação, menos ainda de integração, poderia ser caracterizado como sendo, ou tendo sido, de europeização.”⁴⁸⁵

Na perspectiva dos religiosos no terreno, havia que missionar, doutrinar, e catequizar, ao passo que, numa perspectiva que se vinha desenhando desde meados do século XVII, interessava ao Estado setecentista civilizar e instruir as gentes ditas «bárbaras», afastando-as dos seus «rudes» e «obscuros» costumes. Mais recentemente, antropólogos e historiadores acentuam a associação de conceitos como aculturação, assimilação, aculturação e integração. A constituição de aldeias régias, ao tempo de D. João III, assim como o apoio prestado à criação de aldeias sob administração secular, regular e militar ao longo dos séculos XVI a XVIII desenvolveram aquilo que Baqueiro Paraíso e Pablo Magalhães denominam de «processo de ressocialização dos povos nativos», na medida em que se empreendeu “uma ação transformadora do espaço ocupado”, compreendendo “a criação ou alteração de atividades económicas, a formação de núcleos povoadores, a instalação de aparelhos jurídicos, políticos e administrativos”⁴⁸⁶, alguns dos quais ocupados, precisamente, pelos chefes dos grupos indígenas e ses descendentes, os quais beneficiavam, inclusivamente, da aprendizagem do português.

Registou-se, de facto, um claro envolvimento dos índios na qualidade de «participantes da colonização»⁴⁸⁷, como Puntoni acentua. Tupis e «tapuias» foram, em alguma medida, agentes activos no desenvolvimento demográfico, na ocupação territorial e manutenção de fronteiras, no conhecimento geográfico, no combate às ameaças internas e externas, na oferta de mão-de-obra alternativa à escravidão africana, na intermediação da interacção relacional e comunicativa dos portugueses com outros

⁴⁸⁵ Gilberto Freyre, “Integração de raças autóctones e de culturas diferentes da europeia na comunidade luso-tropical: aspectos gerais de um processo”, [Separata do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos], Lisboa, 1961, p. 6.

⁴⁸⁶ Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, “Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuítas (1624-1625)”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, p.10.

⁴⁸⁷ PUNTONI, Pedro, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, 2002, pp. 49-50.

povos indígenas. Não interessava, por isso, afugentá-los ou simplesmente exterminá-los, pela importância neles depositada, prevalecendo o interesse das alianças militares e da política de povoamento com recurso aos povos indígenas – inclusive «tapuias»⁴⁸⁸.

A imposição da condição de aldeado como “instrumento de colonização e de uniformização dos estilos de vida” não havia significado, necessariamente, uma anulação dos símbolos culturais das etnias indígenas. Geyza Sila aponta ter existido interesse na utilização do símbolo étnico “para fins políticos, representando um recurso de negociação de grupos indígenas para definir a situação mais vantajosa”⁴⁸⁹. O que, em parte, vem explicar como certos grupos mantiveram a sua especificidade étnica por mais tempo do que outros povos, rapidamente transformados em caboclos de língua geral. Por seu turno, e considerando a grande diversidade étnica existente no território em análise, ainda que parte decorra simplesmente da sucessão de chefes indígenas – o que derivou na subdivisão do povo matricial – a desigualdade étnica seria sentida mesmo entre nações indígenas, dependendo, nomeadamente, da sua expressão demográfica, domínio geográfico, qualidade das chefias e forças militares.

A mão armada indígena oferecera, desde cedo, aos portugueses uma dupla vantagem, na medida em que contribuía de forma decisiva para a segurança das fronteiras externas e internas⁴⁹⁰. No primeiro caso, face à ocupação de potências estrangeiras, ao passo que no segundo caso permitia uma oposição eficaz face a povos hostis, com a vantagem de se usar do seu conhecimento do território assim como linguístico, podendo interagir na qualidade de intérpretes no sentido de se tentar proceder a alianças ou de se perceber as táticas do inimigo. Usara-se, em benefício da estratégia portuguesa de expansão territorial, o gosto de alguns povos indígenas em

⁴⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁴⁸⁹ Geyza Kelly da Silva, “Teias de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, p. 189.

⁴⁹⁰ Que Luiz Felipe de Alencastro apelidara de «dupla frente militar portuguesa». Apud PUNTONI, Pedro, *op. cit.*, p. 49.

obterem honras e postos, como sucedera com os Tabajara, índios da família linguística tupi⁴⁹¹.

Contudo, nem sempre semelhante colaboração bélica resultara numa bem-sucedida integração social. Mesmo na qualidade de soldados e agregados Terço dos Paulistas, certo grupo de «tapuias» vinha usando desse estatuto para, no convívio com os moradores, se servirem das suas lavouras e matarem as suas rezes sem serem castigados⁴⁹². Curiosamente, nem mesmo a assistência de um padre missionário, o jesuíta João Guedes, lhes conseguira valer ou sequer moderar nas suas acções, como se regista na mesma missiva. Tratava-se do aquartelamento de alguns grupos de indígenas em ranchos – conforme terminologia original – ou «aldeias presidio», como são designadas por alguns autores. A sua administração era eminentemente temporal não contando, geralmente, com a presença de jesuítas – que se escusavam a acompanhar as tropas por não terem ordens dos seus Prelados superiores⁴⁹³ - mas por vezes providas de capelão. A intervenção missionária era, de resto, encarada com grande cuidado, sobretudo nos meios através dos quais pudessem interceder pela defesa dos índios contra os ataques dos moradores. Por isso mesmo se recomendava especial moderação aos moradores e vaqueiros da ribeira do Jaguaribe para que os «tapuias» aldeados não fizessem queixa deles e os seus missionários requeressem devassa, o que implicaria, necessariamente, a aplicação de pena contra os agressores⁴⁹⁴.

Ao tempo da Guerra dos Bárbaros, assistira-se, inclusivamente, a acções contraditórias e divergentes das autoridades civis e eclesiásticas, nomeadamente quanto os Oficiais da Câmara do Natal e o Capitão-mor haviam decidido a distribuição dos «tapuias» aldeados entre os moradores da capitania do Rio Grande, ao invés de permanecerem, como o Arcebispo e Governador Geral considerava mais justo e

⁴⁹¹ P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 41.

⁴⁹² Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Bispo e Governador de Pernambuco. Natal, 8 de Abril de 1711. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *Documentos para a história indígena no Nordeste : Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*, São Paulo, FAPESP, 1994, pp. 141-142.

⁴⁹³ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Governador Geral do Brasil. Natal, 20 de Novembro de 1689. Apud idem, *ibidem*, p. 125.

⁴⁹⁴ Bando do Governador Geral de Pernambuco e Capitánias anexas. Recife, 30 de Maio de 1701. Apud idem, *ibidem*, p. 135.

correcto, na aldeia com os padres jesuítas, tidos como mais aptos para a sua catequização e doutrinação⁴⁹⁵.

Partidário da existência de um «retardamento» que caracterizou as relações do colonizador português com os grupos autóctones do Brasil, favorável às culturas dos nativos, Gilberto Freyre observa como tal favoreceu uma política de integração, dando origem a um terceiro tipo de cultura ou civilização. Da nossa parte, contrariamos a tese da aniquilação total do elemento indígena, com favorecimento de alguma permeabilidade particularmente mais notória – e por isso indesejável, progressivamente mais notada e combatida – no tempo das missões. Para outros autores, ocorreu um processo que Darcy Ribeiro designa de «transfiguração étnica», cuja persistência na qualidade de entidades étnicas somente foi consentida pela sua aceitação consciente ou inconsciente das mudanças introduzidas no seu substrato ideológico, nas suas práticas culturais e nos moldes como se relacionavam com a sociedade colonial envolvente⁴⁹⁶.

Parece-nos excessivamente optimista o olhar de Freyre, sobretudo ao enfatizar a “preocupação com a segurança social dos cativos, dos trabalhadores, dos neo-cristãos, vindos de culturas ou de civilizações tropicais”, uma “escravidão antes patriarcal que industrial”, e uma normal integração do Português no Trópico, “como do nativo do Trópico nos estilos de vida levados da Europa”⁴⁹⁷. Ainda assim, estudos têm revelado recentemente que se registaram, efectivamente, casos de uma bem-sucedida integração social de índios, nomeadamente por via da carreira militar, como veremos, além da multiplicidade dos casos de miscigenação verificados.

As perseguições e abusos a que os índios catequizados estavam sujeitos, ainda ao tempo das missões jesuítas, quando a soldo dos colonos, sugerem, antes, uma exploração da sua mão-de-obra que contradizia os direitos que se lhes arrogavam na legislação. O método de integração de não-cristãos no Brasil terá funcionado, como aponta Freyre, como estratégia de assimilação cultural, se bem que, em nosso entender,

⁴⁹⁵ Carta do Arcebispo e Governador Geral, Manuel da Ressurreição, ao Senado da Câmara de Natal. Salvador, 27 de Agosto de 1689. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, p. 124.

⁴⁹⁶ Ricardo Pinto de Medeiros, “Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, p. 333.

⁴⁹⁷ Gilberto Freyre, *op. cit.*, p. 10.

difícilmente em termos de protecção social. A leitura de documentos da época aponta, antes, para o recurso a esquemas de pretensa protecção social, pelo apadrinhamento de crianças e jovens indígenas – sobretudo do sexo feminino – comprometendo-se os fazendeiros pela garantia e financiamento da sua doutrinação e educação nas primeiras letras. Na prática, porém, tais encontravam-se numa completa sujeição a uma servilidade longe de ser remunerada ou sequer de lhes ser assegurava a educação preconizada. A convivência, contudo, terá contribuído para uma “subtil interpenetração de atitudes, valores, motivos de vida, estilos de cultura”⁴⁹⁸, hábitos de trabalho, disciplinamento e um consequente afastamento do ameríndio face à sua matriz cultural.

No Piauí, território onde pouco se fez em termos de missionação dos índios, foi pouco relevante a criação de vilas indígenas. Existira a possibilidade de criar duas, mas julgando-se um dos povoados pouco significativo, optou-se apenas por um caso, como declara o governador João Pereira Caldas:

“Brevemente detrimino hir erigir em Villa hum lugar de Indios, que dista desta Villa, cousa de trinta e tantas legoas, sendo o unico que deve passar a Villa, pois outro que há, he tão pequeno, que estou na rezulução [sic] de o unir ao sobred.º, p.^a ficar mais populosa a Villa que ali, detrimino estabellecer.”⁴⁹⁹

Comparemos o processo e o sucesso da elevação a vilas de antigas aldeias de índios com o ocorrido nas capitanias vizinhas, anexas ao governo de Pernambuco. Notamos como na capitania do Piauí não existiu um processo sistematizado e devidamente orientado em termos de acompanhamento das populações indígenas. Não foram, contudo, raros os contactos estabelecidos com os nativos, existindo inclusivamente situações de redução bem sucedidas – embora com duração reduzida. A que se deveria o insucesso de tal projecto? Seria, antes, pelo facto de superabundarem grupos indígenas Macro-jê, de natureza mais hostil e com tácticas de resistência armada que facilmente ultrapassavam um desfalcado corpo militar? Certamente que não se colocava o menosprezo pela fixação e civilização de grupos indígenas, sobretudo pela importância em se garantir a segurança de uma extensa área sertaneja onde curraleiros e

⁴⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁴⁹⁹ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila da Moura, 13 de Março de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 7, D. 407, rolo 8, fl. 3v.

fazendeiros tinham as suas propriedades e por onde circulavam os comboios dos gados em diversas direcções, particularmente importante na exploração mineira a sul. Constituem fortes argumentos a maior incidência de bandeiras paulistas, bem como o facto de os domínios da Casa da Torre se estenderem até àquela capitania, para não falar das extensas e numerosas sesmarias concentradas num reduzido número de proprietários, limitando, deste modo, a concessão de propriedades às ordens religiosas que ali desejassem desenvolver a sua actividade missionária.

6.1. Investimento do Governador-geral

O processo de conversão das aldeias missionadas em vilas indígenas, concertado entre as autoridades civis e eclesiásticas do governo de Pernambuco, no exercício das directrizes impostas por D. José I, reflecte, em parte, a necessidade de se implementar uma resposta mais eficaz face aos levantamentos registados por parte de grupos indígenas «de corso», e, conseqüentemente, alcançar a paz desejada, condição vital para o florescimento das comunidades locais de moradores. Assim, em observância das ordens régias, bispo e governador reuniram-se, a fim de se discutir a viabilidade de tal projecto mediante as condições verificadas no terreno. D. José I fora particularmente sensível ao caso de sete aldeias que, até àquela data, se encontravam administradas por jesuítas, não apenas, certamente, pela sua dimensão e importância, mas ainda pela oportunidade oferecida com a expulsão dos ditos religiosos.

“E ainda q na referida occasião practiquei com o dito Prelado tudo, o q me pareceo competente à observancia das mesmas ordens, como se moverão algumas objeçoens pelas distancias, em q ficão as sete Aldeyas, q actualmente administravão os Religiozos da Companhia, q constão da Relação n.º 1 da qual verá V. Ex.^a quanto ficão apartadas desta Praça, por serem duas das mais vezinhas na capitania do Ryo Grande, q dista sessenta legoas, e sinco na do Seará, donde se contão duzentas e tantas, o q embarassou o Ouvidor poder logo porse a caminho para a execução dos estabelecimentos, e erecçoens de Camara por conta da expedição da Frota [...]”⁵⁰⁰.

⁵⁰⁰ Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120, fl.1f.

Nesta missiva, Luís Diogo Lobo da Silva procura argumentar o porquê da demora de todo aquele processo por parte do governo de Pernambuco e de que, para além das distâncias face às capitanias que lhe estavam adstritas, usar de uma excessiva celeridade poderia deitar por terra o sucesso de tais medidas,

“por ser certo, q criaremse acceleradamente, sem q precedesse o tempo necessario para o regulamento percizo, e posturas competentes ao regimen das Camaras, seria embarassar o bom exito do q o mesmo S.r determina pelos seus reais Decretos, e insinua a carta de V. Ex.^a.”⁵⁰¹

Este documento oferece-se como uma fonte de extrema relevância para a compreensão da natureza concreta do processo de conversão de aldeias missionadas em vilas indígenas, reforçando a sua importância ao nível do desenvolvimento da agricultura e do comércio pela capacitação daquelas gentes, dotando-as de terras, ferramentas e rezes⁵⁰². A aplicação desta reforma no plano assistencial, económico, social e civilizacional usara da experiência da aplicação do *Directório* no Pará e Maranhão cerca de um ano antes. Contudo, enfrentava-se ainda a falta de vigários e mestres naquelas capitanias com que se pudesse prover as novas povoações convertidas em vilas indígenas.

Através da *Relação dos Nomes com que se denominão as Novas Villas e Lugares, erectas das antigas Aldeas, seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres*⁵⁰³, remetida junto a este ofício do governador, verificamos que os mestres de primeiras letras são, na sua totalidade, soldados. No caso do Ceará: em Vila Viçosa Real, o soldado Albano da Silva; em Soure, o soldado José Froiz; em Arronches, o soldado José Vieira de Mello; na Messejana, o soldado Elias de Souza; em Montemor-o-novo, o soldado Inácio de Assunção. Relativamente ao Rio Grande do Norte – muito embora no documento original não o seja referido: em Extremoz do Norte, o soldado Luís Pereira

⁵⁰¹ Idem, fl.1v.

⁵⁰² Sendo este ofício o documento nuclear dirigido ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, nele se faz igualmente referência aos anexos. Curiosamente, constituíram-se três conjuntos documentais (ofício e respectivos anexos), formando três vias de correspondência. Não existem disparidades quanto ao conteúdo, repetindo-se na íntegra cada elemento remetido.

⁵⁰³ *Relação dos Nomes com que se denominão as Novas Villas e Lugares, erectas das antigas Aldeas, seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres*. Anexado ao ofício do governador, de 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

Caldas; e, finalmente, em Arez, o soldado Jerónimo de Mira. O porquê da sua escolha poder-se-ia justificar por dois motivos: a necessidade de, num primeiro momento, contornar a falta de mestres através do recurso a militares ou a condução da instrução com vista à formação e integração de futuros soldados ameríndios. Coloca-se, evidentemente, a questão se aquelas vilas teriam sempre contado com a presença de mestres-soldados. De todo o modo, fora prática recorrente no Brasil colonial usar as aldeias – mesmo sob administração religiosa - em benefício do reforço militar na luta contra grupos indígenas hostis e na manutenção de vias de comunicação, assim como das fronteiras. A própria resistência baiana à invasão holandesa em 1624 se socorrera dos índios aldeados naquela capitania, autênticas “muralhas protetoras do empreendimento metropolitano”⁵⁰⁴.

Não será em nosso entender abusivo considerar a intervenção das tropas indígenas importante para a consolidação da sociedade sertaneja, a avaliar pelo número de milícias na jurisdição do governo de Pernambuco, as quais tinham vindo a aumentar desde a segunda metade do século XVII até meados da centúria seguinte, adianta Kalina Silva. De resto, já antes se recorrera, aquando da guerra dos bárbaros, à “mobilização de contingentes tupis aldeados do litoral e deslocados para o sertão, quanto com a manipulação dos tapuias aldeados”⁵⁰⁵. De entre a listagem que a autora apresenta as tropas auxiliares daquele governo na segunda metade do século XVIII, notamos a presença de uma Cavalaria de homens pardos na antiga missão jesuíta de Ibiapaba, então já convertida em Vila Viçosa Real⁵⁰⁶.

Os índios poderiam ter desertado em massa dos corpos militares – não o fizeram, também muito graças às severas medidas impostas para se condicionar a sua fuga e deambulação. Poderiam, é certo, ter abandonado as aldeias administradas pelos religiosos – à parte de algumas fugas aparentemente ocasionais, não tomaram semelhante decisão também por ter sido da sua iniciativa requererem missionário que os

⁵⁰⁴ Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, *op. cit.*, p.10.

⁵⁰⁵ SILVA, Kalina Vanderlei, *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*, Recife, CEPE, 2010, pp. 142-143.

⁵⁰⁶ Cf. *idem*, *ibidem*, p.82 e ss.

administrasse. Que motivos levaram então a que desejassem ter missionário e incorporassem as tropas dos brancos? Como Brubaker e Cooper sugerem, a identidade trata-se de um fenómeno longe de ser estanque, mas antes flutuante e instável. Mais do que um estado, a identidade oferece-se, pelo seu dinamismo, como um processo de difícil análise⁵⁰⁷. Afinal,

“The simultaneous possession of many different social roles and masks is uncontroversial, identities are certainly in flux, allegiances vary both diachronically and synchronically – and the language groups of which we are members are very rough approximations to the personal and changeable idiolect.”⁵⁰⁸

Além da referida Relação, surge anexada a *Direcção com que interinamente se devem regular os Índios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda erigir das Aldeas*⁵⁰⁹, versão adaptada do *Directório* do Pará e Maranhão. As alterações que ostenta não surgiram por iniciativa do governador de Pernambuco. Haviam sido recomendadas por Francisco Xavier⁵¹⁰, muito embora não implicasse, necessariamente, uma alteração profunda das medidas, como veremos de seguida. Ponderemos algumas das principais modificações introduzidas face ao documento do ano anterior aplicado à realidade do Norte do Brasil:

Além da menção à lei de 7 de Junho de 1755, refere a lei de 6 do mesmo mês e ainda de 8 de Maio de 1758, todas elas alusivas à abolição do poder temporal dos missionários jesuítas sobre as aldeias de índios do governo de Pernambuco. De resto,

⁵⁰⁷ Semelhante assumpção oferecerá novos campos de análise, inclusivamente no plano da história da educação: a construção do currículo escolar como expressão do Estado na definição da identidade individual e colectiva, os materiais didácticos e a interpretação subjectiva de identidades, a relação língua-identidade no ensino de línguas estrangeiras/não maternas, o ensino de línguas e o elemento intercultural numa perspectiva diacrónica, entre outros.

⁵⁰⁸ EDWARDS, John, *Language and Identity*, [Key topics in Sociolinguistics], New York, Cambridge University Press, 2009, p. 23.

⁵⁰⁹ *Direcção com que interinamente se devem regular os Índios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda erigir das Aldeas pelo que pertence as q estão cituadas nesta Cappitania de Pernambuco, e suas annexas emquanto o mesmo Snr. não determina o contrario, dando nova e melhor forma para o seu regimen.* Anexado ao ofício do governador, de 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120. Transcrito em 1883 na Parte I do vol. XLVI da Revista do IHGB, pp. 121 e ss.

⁵¹⁰ Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Recife, 16 de Novembro de 1760. AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7436.

observa-se uma intenção clara em tornar a linguagem mais compreensível, com recurso a estruturas menos obscuras ou algo ambíguas, de modo a esclarecer eficazmente o público a que se destinava – essencialmente autoridades civis.

Destaque-se o §6 em ambas as versões, pela alusão feita ao uso da «lingoa do Principe» em detrimento da língua geral, a utilidade da primeira e o carácter negativo desta última, sobretudo quando se afirma:

“Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidarão os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Língua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabolica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podião civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservávão.”

Directório dos Índios, §6.

“Observando pois todas as Naçoens polidas do Orbe este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se practicou tanto pelo contrario, que só cuidarão os primeyros conquistadores de estabalecer nella o uzo da Lingoa a que chamão geral, invenção verdadeiramente diabolica, para que privados os Indios de todos os meynos, que os podião Civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sugeição em que até agora se conservão.”

Direcção com que interinamente [...], §6.

Relativamente ao parágrafo seguinte, ainda §6 no *Directório* mas constituindo-se como tópico independente na *Direcção*, a sua transcrição foi integral, não deixando de ser curiosa a não substituição de ‘Estado’ por ‘Governo’ – como sucedeu noutros momentos, fazendo referência ao caso concreto de Pernambuco e capitánias da sua jurisdição. No tocante aos docentes encarregues e ao currículo proposto para as escolas de ler e escrever destas vilas e lugares, reservam-se os parágrafos subsequentes para uma breve definição das suas competências, respectivamente em §7 e 8 no primeiro, e §8 e 9 no segundo texto. Este último introduz alterações relativamente ao pagamento dos ordenados dos Mestres e Mestras, com a devida justificação. Merece ainda particular atenção o facto de ser igualmente diferente o limite de idade de meninas índias para frequentarem a escola de meninos e de se equiparar as matérias de aprendizagem às das do sexo oposto – o que pressupõe pensar-se numa facilitação das práticas escolares, ao se optar por não introduzir conteúdos diferenciados. Supomos que tal poderia dar a possibilidade de aprenderem igualmente a contar:

“Para a subsistencia das sobreditas Escolas, e [sic] de hum Mestre, e huma Mestra, que devem ser Pessoas dotadas de bons costumes, prudencia, e capacidade, de sorte, que possam desempenhar as importantes obrigaçoens de seus empregos; se destinarão ordenados sufficientes, pagos pelos Pays dos mesmos Indios, ou pelas Pessoas, em cujo poder elles viverem, concorrendo cada hum delles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em effeitos, que será sempre com attenção à grande miseria, o [sic] pobreza, a que elles presentemente se achão reduzidos. No caso porém de não haver nas Povoaçãoens Pessoa alguma, que possa ser Mestra de Meninas, poderão estas até à idade de dez annos serem instruidas na Escola dos Meninos, onde aprenderão a Doutrina Christãa, a ler, e escrever, para que juntamente com as infalliveis verdades da nossa Sagrada Religião adquirão com maior facilidade o uso da Lingua Portugueza.”

Directório dos Índios, §7 e 8.

“Para subsistencia das sobred.^{as} Escolas, haverá hum Mestre, e huã Mestra, que devem ser pessoas dotadas de bons costumes, prudencia, e capacidade, de sorte, que possam desempenhar as importantes obrigaçoens dos seus empregos, as quaes se destinará o emolumento de meyo tustão por mes de cada discipulo, e meyo alqueire de farinha por anno na occazião da Colheyta, pago pelos Pays dos mesmos Indios, ou pelas pessoas em cujo poder viverem concorrendo cada hum com a porção, que lhe competir em dinheyro, ou effeitos, o que prezentemente se regula em attenção à grande miseria e pobreza a que se achão reduzidos: no cazo porem de não haver nas Villas, ou Lugares pessoa alguã q possa ser Mestra de meninas poderão estas ate à idade de nove annos ser instruidas na dos meninos, na qual se lhes ensinará o que a estes deyxto referido para que juntamente com as infalliveis verdades da nossa Sagrada Religião adquirão com mayor felecid.^o [sic] o uzo da lingua portugueza.”

Direcção que interinamente, §8 e 9.

O zelo com que o governador de Pernambuco atendeu à implementação, em Pernambuco e suas capitanias, da regulamentação criada e aplicada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Maranhão e Pará, não deixou de ter os seus frutos. Antes mesmo de obter uma resposta favorável ao uso desta nova versão, Luís Diogo Lobo da Silva não hesitou em fazer chegar estas instruções às entidades competentes na criação das novas vilas e lugares da sua jurisdição. Entendera, certamente, que não introduzindo aspectos que adulterassem os princípios fundamentais de semelhantes directrizes, por um lado, e, por outro, agilizando o processo, sem a demora da espera da resposta do Reino, tanto maior seria o sucesso desta empresa. Certamente que o Rei não terá entendido semelhante atitude como abuso de poder, mas antes como demonstração bem sucedida da capacidade de iniciativa, improvisado e celeridade na implementação das reformas ambicionadas pelo Estado, o que seria do seu agrado. Obviamente que confiaria na actuação daquele governante pelas qualidades já demonstradas em outras circunstâncias e, naturalmente, pela qualidade da fundamentação das medidas empreendidas.

Não será de estranhar que a própria criação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1756, tenha exercido alguma influência na aplicação da *Direcção* em 1759 na medida em que as companhias de comércio detinham, entre outros privilégios, o de poderem efectuar resgates de índios, como sucedera no Maranhão. A sua criação, como tal, fora sem dúvida um móbil determinante, juntando-se a outros, como o da tensão constante entre missionários, autoridades locais e moradores.

Um outro elemento que terá sido muitíssimo apreciado pelas autoridades do poder central foi a política de redução de custos, através de estratégias de transferência de bens e materiais advenientes das antigas missões. De assinalar a utilização dos financiamentos atribuídos pela Fazenda Real ao governo de Pernambuco para aquisição de ferramentas para aquele efeito, num acumulado de há vários anos – demonstração, aliás, bastante clara de como as autoridades locais encaravam o trabalho dos indígenas sob a tutela dos missionários, negando-lhes o apoio financeiro devido e imposto por lei até à implementação das reformas ao tempo de D. José. Eis, aqui, uma notável controvérsia: as ferramentas encontradas com a expulsão destes missionários eram em número substancialmente inferior ao necessário, numa clara demonstração das dificuldades sentidas neste tipo de aldeamentos, contrariamente ao que os colonos haviam idealizado.

6.2. Consequências da mudança

Ainda que o nosso intuito tenha consistido na abordagem das escolas de primeiras letras junto dos índios, o aprofundamento da realidade local destas regiões nordestinas permitiu um melhor entendimento das especificidades socioculturais e linguísticas dos grupos indígenas originais, assim como do contexto envolvente ao meio escolar em causa. Nesta perspectiva, e ponderando sobre o processo de conversão dos povoados indígenas de maior dimensão em vilas, após uma leitura atenta das disposições patentes no *Directório dos Índios* e na *Direcção* adaptada à realidade dos índios do governo de Pernambuco, estudámos as notícias que testemunham todo este processo de mudança, nos seus sucessos, dramas e acasos.

São sobejamente conhecidas algumas relações das aldeias missionadas existentes no século XVIII, numa altura em que se considerou essencial conhecer com maior rigor a realidade demográfica indígena bem como a sua distribuição espacial. Esta contabilização assume, a nosso ver, diversos contornos. Por um lado, traduz uma necessidade de reafirmação do poder do Estado enquanto entidade tutelar dos índios, sobrepondo-se aos interesses particulares. Não se tratará de um simples capricho régio de guardar para si este «bem». A «reconquista» destes seus vassalos, o esforço na aplicação do seu projecto civilizatório procurou firmar a ocupação de regiões, algumas mais remotas, outras com uma grande dispersão e até uma reduzida taxa demográfica. Por sua vez, a erecção de vilas em antigos povoados indígenas obedecera a uma nova lógica: a da requalificação de alguns núcleos populacionais, adaptados a uma nova organização da malha urbana. Até então, a administração das aldeias de índios não merecera grande atenção por parte da Coroa, pautando-se por uma particular atenção face à conversão dos nativos, ao incentivo da sua miscigenação pelo matrimónio com brancos e a um necessário uso da língua portuguesa, de modo a favorecer a comunicação entre todos na língua do Rei. A sua integração nos meios onde predominava a presença do europeu não fora, ainda assim, verdadeiramente implementada.

À medida que o tempo foi passando e que a dimensão de algumas aldeias assumia proporções inesperadas, conquistando renovados benefícios, os obstáculos tomaram novos contornos: os colonos, por ambicionarem tanto o domínio de vastas áreas territoriais como do próprio índio, convertendo-o em mão-de-obra nos seus engenhos e fazendas, além das queixas de algumas tribos não respeitarem os seus bens, cometendo contra si violências de natureza diversa; as autoridades civis e eclesiásticas, num claro jogo de interesses e de rivalidades; o próprio Estado, ao presumir que se lhe sobrepunha um poder que não conseguia controlar inteiramente – a interferência do clero regular na administração e protecção dos índios aldeados.

À data da expulsão dos jesuítas do território brasileiro, contava-se um total de 54 missões no governo de Pernambuco e capitanias anexas, distribuindo-se do seguinte modo: 28 na capitania de Pernambuco, 12 na Paraíba, 9 no Ceará e, por fim, 5 no rio Grande do Norte. De entre esta meia centena de povoados com administração missionária, apenas 7 se encontravam sob a alçada dos jesuítas, única e exclusivamente

nas capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, facto igualmente observado nos catálogos da Companhia de Jesus. Apesar das longas distâncias, estas aldeias encontravam-se adstritas ao Colégio de Olinda, centro responsável pela difusão e preparação de missionários jesuítas para junto das comunidades ameríndias aldeadas ou por aldear⁵¹¹. Quanto às restantes 47 missões de índios, delas estavam encarregues clérigos regulares de outras ordens e até seculares (em número mais restrito) (cf. Anexo 10).

Questionando-nos sobre a sua escolha na aplicação deste projecto «civilizacional» e de desenvolvimento local, poderíamos, num primeiro momento, ponderar sobre a sua situação geográfica, o número de almas que congregavam, a expressão destes povoados no plano económico da região e o interesse estratégico militar na manutenção da segurança na circulação pelo sertão e combate a etnias inimigas dos portugueses. Deparamo-nos, é certo, com idêntico fenómeno numa outra zona nordestina: a Bahia. Num governo a que se encontravam adstritas as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Sergipe, também aqui se observou o mesmo critério: apenas as missões jesuítas foram convertidas em vilas. Semelhante facto leva-nos a discutir o papel que estas povoações tinham em comparação com as demais existentes, mais concretamente no seu contributo efectivo em termos de desenvolvimento local. Oferecendo-se como “palco privilegiado para a inserção das populações indígenas na ordem colonial”⁵¹², as povoações sob administração eclesiástica ou meramente militar ajudavam à manutenção das fronteiras, ao desenvolvimento demográfico e económico das regiões interiores – o que justificava um maior interesse em estabelecer alianças com os índios do que pura e simplesmente dizimá-los.

As missões jesuítas faziam a diferença pela dimensão demográfica a que não se comparavam as das demais ordens. Por seu turno, várias foram as aldeias que, possuindo primeiramente administração jesuíta, transitaram para a alçada de outras ordens. Ainda assim, ao longo dos séculos XVII e XVIII, a escolha dos inacianos

⁵¹¹ Estamos, contudo, em crer que a assistência jesuíta poderia estender-se ainda a outros povoados indígenas de menor dimensão, muito embora com carácter volante.

⁵¹² ALMEIDA, Maria Regina, *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 80.

recaíra quando se colocava a possibilidade de estabelecer os primeiros e/ou mais difíceis contactos. Reconhecera-se, por diversos momentos, a eficácia da sua estratégia de apaziguamento e incorporação dos índios ao projecto colonial, onde certamente pesaria a capacidade de articular os interesses dos índios com os princípios de «civilização» e doutrinação a que estavam sujeitos.

Não é lícito afirmar que somente os jesuítas foram preferidos para lidar com grupos de «tapuias» e índios de língua geral, ou que as restantes ordens foram poupadas nos seus esforços e trabalhos por se lhes encarregar a administração de índios de língua geral. A simples designação de «caboclos de língua geral» presta-se a cuidada análise. Referir-se-á a grupos com um passado de integração em aldeias missionadas, sendo já catequizados e instruídos na língua geral, ensinada pelos padres, não sendo certo o parentesco da matriz étnica do grupo com o Tupi. Semelhante designação denota o resultado de um processo de integração e, eventualmente, de mestiçagem no espaço da própria aldeia em que foram reunidos ou descidos (em resultado de guerra justa ou aliança estabelecida para sua pacificação), podendo, na sua origem, ser grupos não aparentados com índios Tupi.

Ponderando o contexto social do Ceará na primeira metade do século XVIII, observa-se uma grande quantidade de portugueses, mulatos e mamelucos que

“andão vagabundos sem ocupação nem domicilio vivendo como siganos a que ali chamão Peralvilhos os quaes são de grande encargo e prejuizo, não só aos Indios, mas ainda aos mesmos brancos, porq vivem e se sustentão a custa allheya, com embustes, violencias e roubos [...]”⁵¹³.

Vivendo, pois, à margem da sociedade cearense um tão grande número de indivíduos, não é de estranhar que praticassem toda essa variedade de crimes a que nem os ameríndios escapavam. Não seriam os índios aldeados os que viveriam em maior precariedade, na medida em que ainda conseguiam garantir algum sustento a partir das propriedades atribuídas às missões onde se encontravam, além da protecção dos missionários, ainda que sujeitos a serem explorados enquanto mão-de-obra por parte de fazendeiros e senhores de engenho para quem trabalhavam à jorna.

⁵¹³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V]. Lisboa, 29 de Outubro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 67, rolo1, 4v.

Uma das preocupações das autoridades oficiais consistia em procurar estabelecer aqueles sujeitos numa “ocupação e domicilio certo”, ou, caso contrário, enfrentariam a prisão e até mesmo o degredo, sendo enviados para Angola, a fim de aí integrarem “o 3º da guarnição daquelle Reino”⁵¹⁴. Acresce ainda o facto de nesta mesma capitania existir um grande número de homens portugueses, faltando contudo suficiente número de mulheres brancas com quem pudessem contrair matrimónio. Consequentemente, o concubinato com índias era uma prática assaz frequente naquela região, “de cuja prole como infecta mal criada, e pior disciplinada se não pode esperar acção boa, nem para o serviço de Deos, nem para o do Principe e da republica como mostra a experiencia em toda a parte”⁵¹⁵. A miscigenação no Ceará, como tal, não se operara da melhor forma, pelo menos durante este período, sendo que a descendência de tais uniões não oficializadas teria como destino mais certo a marginalidade.

Perante tais características demográficas, uma das medidas apontadas consistiu em solicitar o envio de 100 casais oriundos das Ilhas – Açores e Madeira, naturalmente - formando no Ceará uma «Colónia». Com efeito, de 1680 a 1752 registou-se o envio de grande número de casais, sobretudo açorianos – devido à fome e miséria que aí enfrentavam - para o Maranhão, Pará e Ceará. Ora, é relativamente a essa mesma colónia que se alude em outras capitanias anexas de Pernambuco quando se fala da necessidade de se enviar para o Ceará abundante número de índios de outras áreas nordestinas. Não se julgue, porém, que tais paragens se achassem despovoadas: só na Ribeira do “Jogoaribi” – Jaguaribe - havia mais de 300 roças e currais, propriedades de portugueses. A taxa demográfica tendia inclusivamente a aumentar, graças ao lucro extraído da criação de gado vacum e cavalar, o qual era vendido às Minas. A assistência espiritual aos moradores era, contudo, em número insuficiente, existindo um reduzido número de padres e notando-se a necessidade de se criarem mais freguesias dentro das paróquias existentes.

⁵¹⁴ Curiosamente, o rei havia ordenado que os degredos estabelecidos para o Brasil se restringissem somente ao Ceará, mandando-se para aí todos os criminosos e malfeitores. Exigia-se, por isso, que os oficiais de justiça exercessem um grande controlo sobre aquela região, e só com a devida administração sobre estes vassallos se poderia evitar “hum cahos horrivel, e hum inferno temporal”. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V]. Lisboa, 29 de Outubro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 67, rolo1, 4v-5f.

⁵¹⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V]. Lisboa, 29 de Outubro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 67, rolo1, 5v.

Movida uma série de críticas pelos moradores brancos da Ribeira do Acaraú contra os missionários de Ibiapaba, apontam que “os dittos P.^{es} da Companhia não ensinão a doutrina aos Gentios senão na sua lingoa sem quererem que fallem Portuguez”⁵¹⁶, além de não permitirem o casamento das índias com os “Brazis”, muito embora estes índios convivessem com os Portugueses desde há duzentos anos àquela parte, dando assim azo a concubinatos, e de tolerarem os seus ritos gentílicos – como sucedia aquando da semana santa, período em que se recolham para os matos⁵¹⁷. Um pouco mais adiante, insistia-se de novo, esclarecendo a estratégia dos jesuítas:

“Pelos dittos moradores da Ribeira do Acaraú são mais arguidos os P.^{es} da Companhia, de que ensinão a doutrina ao Gentio na sua lingoa, não lhes permittindo que uzem da lingoa Portugueza [...]. A respeyto deste particular hé certo que os dittos Padres a todo o Gentio aldeado ensinão a doutrina na Lingoa Geral da terra, que fallão os Caboclos, a qual qualquer nação de Gentio entende, ainda que entre esse Gentio se uze de outra lingoa, porque cada nação tem sua lingoa diversa, e como entende a geral por essa lingoa com mais brevidade hé instruido o ditto Gentio 11f na fé, o que não aconteceria com essa promptidão se primeyro apprehendesse a Lingoa Portugueza, pella qual se lhe ensinão a doutrina, e para esse effeyto no Brazil todo o P.^e da Companhia apprehende a ditta lingoa geral antes que acabe todos os seos estudos costumados.”⁵¹⁸

Considerando-se vital a difusão do português junto dos índios, idioma que, na altura, segundo se aponta, era dominado por todo o caboclo, os padres jesuítas ainda assim consideravam ser mais proveitosa a comunicação na língua geral, ainda que não fosse a sua língua materna, inclusivamente na administração dos sacramentos, como na confissão, “por se explicarem [os índios] por palavras mais honestas, do que em Portuguez”⁵¹⁹. Ainda assim, pareceu ao desembargador que os missionários não proibiam o contacto dos índios com os brancos, não lhe parecendo haver inconveniente

⁵¹⁶ Carta do desembargador Antonio Marques Cardoso ao rei [D. João V], a encaminhar representação dos moradores da Ribeira do Acaraú, sobre a aldeia que os jesuítas administram na serra da Ibiapaba. [post. 12 de Julho de 1737] AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 182, rolo 3, 3f.

⁵¹⁷ Presidindo o mais velho da tribo, far-se-ia suspender sobre uma rede suspensa no ar, praticavam-se danças chamadas “Parassés” com indivíduos de ambos os sexos, e no final da noite haveria um livre recurso de parceiros sexuais. Não se deu contudo como provado o conhecimento de tais eventos por parte dos jesuítas. CARTA do desembargador Antonio Marques Cardoso ao rei [D. João V], a encaminhar representação dos moradores da Ribeira do Acaraú, sobre a aldeia que os jesuítas administram na serra da Ibiapaba. [post. 12 de Julho de 1737] AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 182, rolo 3, 12f.

⁵¹⁸ Carta do desembargador Antonio Marques Cardoso ao rei [D. João V], a encaminhar representação dos moradores da Ribeira do Acaraú, sobre a aldeia que os jesuítas administram na serra da Ibiapaba. [post. 12 de Julho de 1737] AHU_ACL_CU_006, Cx. 3, D. 182, rolo 3, 11f-11v.

⁵¹⁹ Idem, 11v.

em se confessarem na língua geral. Deu ainda a entender a enorme facilidade destes índios em aprenderem o idioma português, sublinhando que “com a continuação do tempo quasi todos já fálão, e entendem a Lingoa Portuguesa”⁵²⁰ – dado que nos interessa particularmente ao se aferir sobre o modo como se processaria a aprendizagem desta língua, muito embora se circunscreva, por certo, à expressão e compreensão orais em ambiente informal. Argumentava-se, ainda assim, que a utilidade das missões residia na sua devida administração pelos missionários, sendo evangelizados e dispostos tanto a exercer qualquer ofício a que se prestassem ao serviço dos moradores como a defenderem o Estado do Brasil, nomeadamente para fazerem entradas nos sertões contra os gentios.

A propósito da comunicação em língua portuguesa, se tornarmos ao texto do *Directório*, observamos existirem como princípios fundamentais a percepção de que o uso das línguas indígenas era sinónimo de manutenção dos costumes nativos, “em que um reforçava o outro”. Por outro lado, entendia-se que “a adoção do idioma civilizado redundaria na civilização dos costumes” e que, conseqüentemente, “a imposição da «língua do príncipe» acarretaria a sujeição dos povos conquistados”⁵²¹. Consideramos pertinente salientar que este projecto radicava de uma concepção «pessimista», como lhe chama José Gomes Ferreira, do público-alvo, na medida em que o ensino fora pensado não para desenvolver plenamente as capacidades do indivíduo, mas para o resgatar de uma condição mais precária e marginal. Neste quadro, a educação em primeiras letras revestiu-se de um sentido mediador e de integração sociocultural, mas que poderia ter funcionado, igualmente, como “instância de segmentação social”⁵²². Na aproximação ao contexto histórico, social e político vivenciado com a expulsão da Companhia de Jesus, conseqüente conversão das aldeias missionadas em vilas régias, e provimento das

⁵²⁰ Idem, 20f.

⁵²¹ Elisa Frühauf Garcia, “O projeto pombalino da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional”, in *Tempo*, vol. 12, n.º 23, Jul.-Dez. 2007, p. 35.

⁵²² Usamos o sentido que se lhe atribui em MAGALHÃES, Justino, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010, p. 95.

escolas públicas de primeiras letras com mestres-soldados, o fenómeno, ou melhor, a cultura escolar aproximou-se ainda mais da cultura nacional⁵²³.

Não obstante a ambição das medidas educativas preconizadas no *Directório*, na prática os índios permaneciam alheados dos verdadeiros benefícios da instrução escolar. Numa missiva datada de 11 de Outubro de 1765, alude-se não apenas ao facto de os mestres não se encontrarem a leccionar por falta de pagamento dos seus salários, mas inclusivamente a uma ausência de estudantes, uma vez que, na sua maioria, se encontravam a servir enquanto soldados:

“ devendo dizer a vm q a rezão porq se não tem vendido mais Livros não procede do presso [sic] porq se tem vendido [...], mas sim por não estarem extabalecidos mestres com ordenados certos p.^a poderem emsinar [sic], e alem disso por não haverem estudantes, pois a mayor parte delles estão Soldados.”⁵²⁴

Importa salientar a diferenciação dos objectivos da política educativa junto dos ameríndios, com valorização da sua instrução nas primeiras letras numa sociedade em que a maioria permanecia analfabeta. Na verdade, pretendia-se obrigar o uso da língua portuguesa, em detrimento dos idiomas nativos, e não dotar aquelas comunidades de mecanismos elaborados de leitura e escrita. Para mais, ainda em pleno século XIX aquelas povoações não beneficiavam da devida oferta escolar nem, tão pouco, floresciam as suas comunidades, subjugadas a uma má administração dos Directores. Perante a Assembleia Constituinte, o intelectual José Bonifácio lamentava o estado em que se encontravam os índios, criticando o projecto Josefino:

“Com a administração porem dos novos Directores, ainda quando o Directorio fosse bem executado, nunca os Indios poderão sahir de sua perpetua minoridade, obediencia Fradesca, ignorancia e vileza. Onde estão as Escolas que ordenou em cada Povoação? Quaes tem sido os fructos colhidos de tão pias, porem mal pensadas e peor executadas providencias? Ou nenhuns ou de bem pouca monta.”⁵²⁵

⁵²³ Veja-se, igualmente, o sentido com que o autor aborda esta temática, embora não se referindo à realidade brasileira. MAGALHÃES, Justino, *op. cit.*, p. 96.

⁵²⁴ Carta de João Alberto de Castelo Branco para José António de Costa Araújo, presente no AHIN/AINCM, *Directoria Geral dos Estudos*, cx. 4, Brasil, Rio de Janeiro.

⁵²⁵ SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *op. cit.*, p. 57. O seu texto terá inspirado o Decreto Imperial .º 426 de 24 de Julho de 1845 que regulamentou as missões, com vista à civilização e doutrinação dos índios.

Ainda no primeiro quartel do século XIX, as antigas missões dos jesuítas, notava o autor, encontravam-se praticamente votadas ao abandono, “pelo pouco cuidado dos Bispos, Parochos, Governadores e Directores”⁵²⁶, tendo muitos índios optado por se manterem à margem da sociedade colonial. Recomendava, por isso, o recurso aos métodos dos jesuítas, imitando-os e aperfeiçoando-os, de forma a conseguir constituir núcleos populacionais e persuadi-los a adoptarem as regras de civilidade cristã, com benefício do desenvolvimento agrário e pecuário no Brasil.

Tornemos à questão da militarização destes agentes indígenas e da sua alfabetização por mestres-soldado. Se ao tempo das vilas indígenas nos deparamos com a constituição de corpos militares chefiados por oficiais brancos, competindo a administração destas populações ao Director dos índios, tratava-se da manutenção de uma tradição que remontava ao tempo das primeiras alianças, significando ainda um meio de inserção na hierarquia da sociedade colonial⁵²⁷. Com efeito, foram concedidas várias patentes militares no governo de Pernambuco inclusive a pessoas declaradas «nobres e ricas» no termo das vilas indígenas pombalinas desde, ao menos, o final do reinado de D. José I e o início do reinado de D. Maria I, sua filha. Ao passo que os regimentos de cavalaria privilegiavam a incorporação de brancos, já os regimentos de infantaria integravam homens brancos, pardos e negros libertos, muito embora em corpos separados⁵²⁸. Relativamente à hierarquia dos cargos militares, Francis cotta sintetiza do seguinte modo:

“No caso dos Regimentos de Infantaria ou Cavalaria, o mais alto posto era o de Coronel, seguido do Tenente Coronel, do Sargento-mor, do Ajudante, dos Capitães, dos Tenentes e dos Alferes. Somente estes oficiais recebiam Carta Patente. Os demais (sargento, furriel, cabo-de-esquadra, anspessada e soldado) não eram considerados oficiais. As promoções eram obtidas em virtude da conjugação dos serviços prestados à Coroa e da inserção dos futuros patenteados em redes clientelares.”

⁵²⁶ Idem, *ibidem*, p. 58.

⁵²⁷ No século XVII, índios Tabajara e Potiguára haviam beneficiado de mercês régias para a ocupação dos cargos de capitão, tenente e sargento. Além da distribuição destas patentes, alguns índios foram alvo de condecorações, com hábitos e comendas, pelos serviços prestados, nomeadamente aquando da Guerra da Restauração de Pernambuco. Cf. Geyza Silva, *op. cit.*, pp. 196-197.

⁵²⁸ Francis Albert Cotta, “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII” in *Mneme – Revista de Humanidades*, V. 03. N. 06, out./nov. de 2002, p. 74.

Por entre os registos de patentes provinciais do APEPE, surgem menções a alguns destes postos, demonstrando como, efectivamente, era possível subir na hierarquia daquelas companhias (cf. Anexo 18). Havia um claro interesse em usar os índios como força militar na guerra contra os bárbaros no sertão, de modo a favorecer a fixação dos curraleiros em zonas habitualmente controladas por grupos indígenas sem administração branca. A demanda de índios junto das missões fora uma constante durante largo tempo, o que por vezes colocava a comunidade em perigo, quer pela falta de braços que garantissem o seu sustento nas lavouras e nos currais de gado, quer por ficarem mais desfalcadas e sujeitas a ataques de grupos hostis de índios não aldeados. Constituíram-se, ainda assim, corpos militares que andavam em trânsito constante por esta vasta região açucareira, a que se vem juntar o Terço dos Paulistas. A integração dos índios nas companhias existentes obedecia ao seu o status social, que determinava

“o tipo de tropa no qual esses homens são inseridos e o tipo de tropa, por sua vez, determina a forma de participação na guerra e as possibilidades de interação com o sertão.”⁵²⁹

Acerca da tipologia de corpos militares, Kalina Vanderlei esclarece a diferença entre as diversas tropas estatais mantidas pela Coroa em solo açucareiro, distribuídas entre as tropas regulares ou de linha e as tropas ditas institucionais. No caso destas últimas, subdividem-se em milícias e ordenanças, com a contrapartida de, estas últimas, muito embora organizadas e sancionadas pela Coroa, mas não eram profissionais, pois não eram nem pagas nem de carácter permanente – que tivemos ocasião de comprovar na atribuição das patentes acima indicadas, em que nenhum cargo beneficiou de qualquer soldo.

“Durante o segundo período português, a estrutura militar na zona açucareira é constituída pela tropa de linha, ou regular, que corresponde ao exército profissional e burocrático português; pelas milícias, o conjunto de tropas auxiliares de reserva, gratuitas, de serviço voluntário; e pelas ordenanças, o agrupamento dos homens restantes em idade militar de cada freguesia.”⁵³⁰

⁵²⁹ SILVA, Kalina Vanderlei da, *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*, p. 140.

⁵³⁰ Idem, *ibidem*, p. 142.

Era precisamente pelos sertões que abundavam as ordenanças, com carácter mais administrativo do que militar, salienta Kalina Vanderlei, ao passo que as milícias alcançam igualmente as maiores vilas sertanejas no século XVIII. Curiosamente, estas últimas tinham uma feição mais elitista, porquanto arregimentavam “homens de uma mesma camada econômica ou étnica”, ao passo que a tropa burocrática, com recrutamento obrigatório, alistava homens solteiros das mais baixas camadas sociais⁵³¹. Ao tempo dos combates no Açu contra grupos indígenas hostis, já as aldeias de índios Potiguára haviam contribuído para o aparecimento do terço dos índios de Pernambuco, surgido no século XVII ao tempo das guerras holandesas, sob comando de Felipe camarão, filho do chefe potiguára Potiguaçu, como recorda a autora. Semelhante participação levou à transformação progressiva daqueles índios, outrora tão numerosos naquelas partes, em caboclos de língua geral, aprofundando-se a sua mestiçagem à medida que a sua incorporação militar os favorecia socialmente. Isto sem esquecer o recurso a tropas irregulares de índios não Tupi. Tratava-se de índios «tapuias» com os quais os portugueses mantinham algum tipo de aliança ou sendo já aldeados (embora não inteiramente «civilizados», com persistência nos seus hábitos culturais ancestrais), cuja intervenção se revelou determinante nos mais diversos conflitos pelo Nordeste. Uma vez finda a guerra dos bárbaros, com extinção do cargo do governador do terço dos índios em 1733, a Coroa não abdicava definitivamente das tropas indígenas. Assiste-se, inclusivamente, a um seu reforço e organização, desta vez sob a égide do Directório dos Índios, pela conversão de umas quantas missões em vilas indígenas.

Ainda assim, a nova orgânica não parece ter agradado aos ameríndios, estando doravante compelidos a colaborar de forma obrigatória nas actividades em que se exigia a sua mão-de-obra, de acordo com as disposições do Director da vila e do seu capitão-mor. As próprias condições que a vida militar lhes proporcionava não seriam as melhores. Em 1821, José Bonifácio de Andrada recomendava que se formassem Companhias cívicas com fardamento adequado ao clima e aos costumes dos índios e se fossem acostumando à subordinação militar. Ponderando sobre a necessidade de existirem chefias de origem indígena, observa a necessidade de se apostar na sua instrução ao nível do ensino médio, encaminhando os rapazes índios que mais se

⁵³¹ Idem, *ibidem*, p. 143.

destacassem nas escolas menores das aldeias para a frequência de aulas de Latim e outras consideradas úteis no «Gymnasio de Sciencias»⁵³².

Registaram-se, efectivamente, casos em que os índios preferiram a deserção a sujeitarem-se a uma nova ordem política e social. Foi o que sucedeu com o aldeamento jesuíta de menor dimensão de entre o grupo em análise, a missão Payacú. Após a saída daqueles padres, preferiram os índios tornar à selva, vindo a ser reunidos, anos mais tarde, num local a 16 léguas de distância⁵³³. Mais grave ainda foi o destino que as crianças índias sofreram em algumas destas vilas: em Arronches (antiga Parangaba), poucos anos após a conversão em vila régia, o seu próprio Director “retirou da escola e vendeu 41 meninos e meninas”⁵³⁴. Esta situação fora, de resto, igualmente notada em 1786 pelo ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, em 1786:

“[...] logo que cheguei, se me fizerão varios, e repetidos Requerimentos pellos mesmos Indios, queixando-se do escandalozo trafico, e comercio feito com os alugueis, e vendas dos Meninos, e Meninas Indios, que era a cauza total dezerção e ruina, em que se achão as suas Villas, desde o tempo, que veio para esta Capitania o Capitão Mor actual João Bap.^{ta} de Azevedo Coutinho de Montauray.”⁵³⁵

Nesta vila indígena, a venda de crianças ameríndias servia até então de “património” ao seu capitão-mor, de tal ordem que

“em o espaço de pouco mais de hũ anno só dos que andavão na Escolla, que Sua Mag.^e lhe sustenta, como consta da certidão do Tabellião e mestre da Escolla da dita Villa n.º 3.º se tirarão quarenta e hum, ainda que debaixo do título, e imputada culpa ao Director: donde se pode comjecturar qualo seria o numero dos outros, empregados em as plantações e mais ministerios.”⁵³⁶

⁵³² SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *op. cit.*, pp. 82-83.

⁵³³ LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 92.

⁵³⁴ Conforme o atestado passado pelo professor e tabelião Nicolau Correia Marreiros, passado no dia 1 de Outubro de 1786. STUART, *Notas para a História do Ceará*, p. 183, apud LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 90.

⁵³⁵ OFÍCIO do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro]. Aracati, 28 de Junho de 1787. AHU_ACL_CU_006, Cx. 11, D. 649, rolo 12, 1f.

⁵³⁶ *Idem*, 1v.

Testemunho de como este negócio envolvia as mais altas individualidades locais, um juiz ordinário fora preso por suspeita de envolvimento neste negócio e até o capitão-mor da capitania ameaçara prender os índios por estes haverem escondido um menino que também estaria destinado “ao costumado comercio”⁵³⁷. Como poderemos constatar a partir de tais informações, nem as crianças escolarizadas estariam a salvo. A exploração do trabalho infantil deveria atingir enormes proporções, a ponto de levar comunidades inteiras de índios – muito provavelmente de etnias distintas – a voltar para a selva. Não fora esta situação, boa quantidade de meninos e meninas índios – e só nesta localidade seriam por certo mais de meia centena os que frequentavam a escola de primeiras letras - teria usufruído de uma escolarização que proporcionaria uma melhor integração na sociedade local.

Na verdade, Arronches, “villa e antiga aldea d’Índios dóceis”, prosperara enquanto missão mas fora decaindo progressivamente desde a expulsão dos inacianos.

“Sem embargo de sua pouca população, conserva-se sempre ali a igreja e casa da camara, cujos baixos servem de prisão, e à roda da qual vive obra d’uma dúzia de famílias indianas com outras tantas d’origem europea. Seu termo, com ter [sic] 2 legoas de comprido, não encerra mais que 1000 habitantes, Índios, brancos e mestiços que cultivão os viveres de seu consumo”⁵³⁸.

Acerca de Viçosa do Ceará – antiga missão jesuíta de Ibiapaba - declarava-se no século XIX que a maioria da população continuava a ser essencialmente índia ou «meia índia» e que, não obstante a sua dimensão de outrora, se achava mergulhada em completa decadência:

“A maior parte das casas são de madeira, algumas de tijolo, todas cobertas com juncos, e podem ser ao todo obra de 150, o que não é para estranhar, tendo a villa tão poucos rendimentos que ainda não tem cadea, nem casa da câmara, e todavia o clima é sadio, as aguas excellentes, e as terras de boa lavra. O orago da matriz que é o antigo hospício dos jesuítas, é N. S. da Assumpção; o vigário reside nos edificios do hospício, e é o administrador da fazenda que foi d’estes padres chamada Thyaya, cujo rendimento é destinado para o reparo do hospício e da igreja, e concerto dos caminhos, porém tudo

⁵³⁷ Idem, 2f.

⁵³⁸ DE SAINT-ADOLPHE, J. Milliet, *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brazil contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, villa e aldeia*, [trad. Port. Caetano Lopes de Moura], tomo 1, Paris, J. P. Aillaud, 1845, p. 88.

jaz na mais completa decadência. [...] Avalia-se a sua população em mais de 5,000 habitantes, pela maior parte Indios.”⁵³⁹

Se ao tempo da administração jesuíta esta povoação vivenciava uma realidade plurilingue e pluricultural que os missionários tiveram de saber gerir, idêntico quadro terá permanecido mesmo com a sua transfiguração em vila régia. Acreditamos que foi com esta mesma realidade, ou ao menos com a sua herança, que os mestres de primeiras letras lidaram nestas povoações entre índios de língua geral Tabajara, Acaraú, Irariú e Anacé.

De Soure não se obtém melhor notícia. Em 1845 é referida como antiga vila, entretanto reduzida a simples freguesia. Embora conservasse a casa da câmara, cujas lojas serviam de cadeia, a sua população achava-se bastante reduzida, com muito menos dos 1,200 moradores aludidos em 1821, todos de raça índia⁵⁴⁰.

Na Messejana, ou Mecejana, antiga aldeia dos Potiguares, continuaram, desde os tempos da missão, pelos registos de Saint-Adolphe, a subsistir da pesca e do cultivo de alguns alimentos. Apesar de elevada a vila por D. João VI em 1811, não floresceu como esperado. A sua população, fortemente miscigenada, com múltiplas uniões entre índias e europeus, fora avaliada por esta época em cerca de 2000 habitantes, “entre Indios, Brasileiros e mestiços. Os primeiros cultivão os géneros de seu consumo, cação, pescão, e os segundos e terceiros se consagrão com especialidade à agricultura, colhem algodão e crião gado”⁵⁴¹.

Montemor o novo, “villa de pouco trato”, consistia em período análogo, de

“umas poucas de umas choupanas cobertas de palha, apinhadas ao redor da igreja parochial, dedicada a N. S. da Palma, onde vivem os Indios conhecidos vulgarmente com o nome de Cariris-Novos, d’uma indolencia extrema, e por cima d’isto mal parecidos. O districto desta villa consta de terras pela maior parte arenosas, mas tem excellente agua que lhe vem dos poucos montes de que é cercado [...]. Sua população não arribá actualmente de 2,000 indivíduos, pela maior parte Indios, que vivem repartidos em um certo numero de famílias, e colhem o melhor algodão da província que exportão ordinariamente para a cidade de Parahiba, cultivão os géneros do paiz, fabricão aguardente, e o excendente d’estes productos, quando o há, levão a vender a

⁵³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 769-760.

⁵⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 666.

⁵⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 80.

Quixeramobim, a Canindé e à aldeia d'Itanhas, que são os lugares mais povoados do districto.”⁵⁴²

Arez, vila entretanto já reduzida a aldeia, é referida por Saint-Adolphe como originária de uma aldeia de índios Groaraíras, situada nas margens do lago do mesmo nome. Ali haviam os Holandeses projectado a abertura de um canal, plano que não prosperou pelo regresso de Nassau à Europa. O título de vila fora transferido para Goianinha. Curiosamente, ali se estabelecera uma escola de primeiras letras, por decreto de 3 de Outubro de 1832, “fraca compensação da perda do titulo e prerrogativas de villa. Seus habitantes são Indios no numero de 400, que não se occupão senão de pesca, e só cultivão os géneros de que hão mister para seu próprio uso.”⁵⁴³

Extremoz do Norte, “villa pequena e de mui pouco trato”, dos índios Guajirus, nome derivado da lagoa e rio em cujas margens habitavam em tempos idos, também aqui o mesmo decreto de 1832 instalara uma escola de primeiras letras. Em 1840 foi escolhida pelo governo provincial para cabeça de um colégio eleitoral. Constando de terras baixas e arenosas, não alude Saint-Adolphe a presença indígena entre a população que então contava com 1700 habitantes, “cultivadores e criadores de gado cavallar”⁵⁴⁴.

No concernente à aplicação da *Direcção*, observamos o registo de problemas logo de início, nomeadamente por os directores das novas vilas não usarem dos melhores métodos, como se terá observado nas vilas indígenas de Messejana e de Montemor-o-Novo da América. De tais situações fizera-se o devido auto sumário de testemunhas, na presença do desembargador ouvidor-geral da comarca de Pernambuco e juiz comissário da criação das novas vilas e lugares, Bernardo Coelho da Gama Casco, o qual fora ainda encarregue de ser executor dos sequestros feitos aos bens dos jesuítas. Atenda-se ao caso do director Joaquim Pereira de Melo, de Montemor-o-Novo, a quem o governador de Pernambuco ordenara a execução da *Direcção* que lhe fizera chegar. Ele, porém, ao invés de empreender tácticas suaves e brandas com os moradores, usara de grande aspereza, fazendo prisões arbitrárias sem informar o capitão-mor que estava

⁵⁴² Idem, *ibidem*, p. 121.

⁵⁴³ Idem, *ibidem*, pp. 80-81

⁵⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 359.

encarregue daquele povo, “servindo-se de trabalhadores, e mais operarios no seu serviço sem lhes pagar o seu jornal, e o q mais he vivendo escandallozamente amancebado com huã mullata”⁵⁴⁵. Não só desviara fundos como ainda obreiros de que precisara para construir para si umas casas novas, negando-lhes qualquer pagamento, alegando que o Rei ordenada que lhe construísem casas gratuitamente. Impedira inclusivamente que o vigário desta mesma localidade pusesse dispor de índios para umas obras, nem mesmo mandando vir de fora – o que seria suspeito e rapidamente se descobriria o seu logro. Idênticos desmandos praticara o director da Messejana, João Caetano Moniz, que usava de igual aspereza no tratamento dos índios, prendendo-os e soltando-os conforme lhe aprouvera, servia-se de índios quer para serviço doméstico, quer para a reparação das suas casas sem lhes pagar o devido salário. Também neste caso se assinalava que vivia amancebado com uma preta.

No “*Mappa das Villas, e principaes Povoçoens de Brancos, e Indios da Capitania do Ceará Grande*”⁵⁴⁶ de 1 de Abril de 1783, indicam-se 28 povoações de brancos, 5 vilas de índios e ainda 3 povoações de índios. Consideremos apenas as localidades concernentes aos ameríndios:

Quadro 2 – Povoações indígenas no Ceará (1783)

<i>Nomes das Villas de Indios</i>	<i>Oragos das suas Matrizes</i>
V. ^a Viçosa Real	N. Snr. ^a da Assumpção
V. ^a Real de Soure	N. Snr. ^a da Conceição
V. ^a Real de Arronches	Bom Jesus dos Aflitos
V. ^a Real de Mesejana	N. Snr. ^a da Conceição
V. ^a de Montemor o novo	N. Snr. ^a da Palma
<i>Nomes das Povoçoens d'Indios</i>	<i>Oragos das suas Matrizes</i>
Montemor o velho	N. Snr. ^a da Conceição
Almofalla	N. Snr. ^a da Conceição
Bayapina	S. Pedro

Abaixo deste quadro, assinalava-se: “Havia mais huã Villa e outras Povoçoens de Indios, que eu achei extinctas quando cheguei a esta Capitania.”. Nas Observações finais, esclarecia-se ainda:

⁵⁴⁵ Autos-sumários de João Caetano Moniz, director da vila de Índios de Messejana, e de Joaquim Pereira de Melo, director da vila de Montemor-o-Novo-da-América. 28 de Fevereiro de 1760. AHU_ACL_CU_006, Cx. 7, D. 472, rolo 8, 1f.

⁵⁴⁶ Mapa das vilas de brancos e índios da capitania do Ceará. 1 de Abril de 1783. AHU_ACL_CU_006, Cx. 9, D. 592, rolo 9.

“A Villa do Crato, e a Povoação de Arneiros forão erectas na sua primitiva creação para os Indios, porem quando eu cheguei nesta Capitania, já achei aquelles fora, e dispersos, e a dita Villa, e Povoação habitadas por brancos.

Não vai nesta occazião a denumeração certa dos Povos desta Capitania, porque a indolencia, ignorancia, e rusticidade da mayor parte dos Commandantes dos Destructos della faz com que se não possa confiar delles esta diligencia, e se faz preciso esperar que se acabem de formalizar os Roes da dezobriga⁵⁴⁷ que seg.^{do} o uzo desta capitania, só se concluem até Agosto, ou Setembro que he quando sahem os Parrocos [sic]à mesma desobriga; porem, segundo as combinaçoens, se pode fazer hum calculo como certo de que tem mais de cem mil almas ao prezente esta Cappitania.”

A situação dos índios não melhorara nem com o tempo nem com todo o esforço legal pela sua liberdade e civilização. Conforme assinala o ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, em 1786 os

“mizeraveis Indios, que ainda hoje, apesar das santas, e piissimas leis do Senhor D. José, são tiranizados pelos Directores das dittas villas, pellos Ouvidores, Governadores, e ainda mesmo particulares Europeus: mais escravos no tratamento que se lhes dá do que Escravos Africanos m.^{to} principalmente a respeito do[s] Directores, que sendo eleitos sem as qualidades que o Sabio Directorio requer, em nada observão, e tratão sempre esta desgraçada nação como barbaros que são os ditos Directores donde rezulta que elles vão fugindo para os mattos, as villas se vão dezerutando, e abominando a sociedade elles suspirão pello tempo em que elles erão escravos dos Jezuitas”⁵⁴⁸.

O mesmo ouvidor, continuando, no ano seguinte, em Correição das Vilas dos índios da Comarca do Ceará, aludira ao estado dos índios que viviam na vila de Arronches e denuncia a existência do tráfico de crianças, conforme aprofundado anteriormente neste capítulo. Deparamo-nos ainda, por entre documentação já no limiar do século XVIII, com uma extensa descrição relativamente às causas que haviam originado a fuga dos índios das vilas indígenas. Este registo, claramente anti-jesuíta, é da autoria do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos⁵⁴⁹. De resto, a fuga e o absentismo foram estratégias recorrentes dos indígenas na resistência ao sistema escravagista, tendo aumentado exponencialmente a partir de 1640, coincidindo

⁵⁴⁷ Desconhecemos o seu paradeiro, assim como os que os missionários deveriam realizar nas suas missões.

⁵⁴⁸ Carta do [ouvidor do Ceará], Manuel Magalhães Pinto e Avelar, à rainha [D. Maria I]. Aquiraz, 3 de Março de 1786. AHU_ACL_CU_006, Cx. 11, D. 627, rolo 1, 1v.

⁵⁴⁹ Offício do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Fortaleza, 1 de Abril de 1800. AHU_ACL_CU_006, Cx. 13, D. 769, rolo 14.

com a progressiva integração (ou suas tentativas) dos índios na sociedade colonial – muito embora, paradoxalmente, decrescendo com o declínio da população indígena, como sublinha John Monteiro⁵⁵⁰.

Na qualidade de capitão-mor interino do Ceará, António José Borges da Fonseca defendera-se das acusações que lhe foram apontadas quanto ao descaminho das vilas de índios da sua jurisdição. A partir desta missiva percebemos não apenas o seu desalento como as dificuldades de civilizar os índios nos sertões.

“Eu bem tenho falado com toda a verdade, e clareza; porque posto nas extremas de dizer-se, que não servi a El Rey, nem cumpri com a minha obrigação, e por isso foy tudo de mal a peor; ou que tenho espirito inquieto, e amigo de novidades; antes quero esta nota, do que aquella, como ha poucos dias disse ao meu General: E nessa maxima cuidou em fazer observar nestas Villas o Directorio com tal exacção, que ja me reputão impertinente. Nunca encontrei as impossibilidades, que se me representavão: O mesmo me succederá agora com o methodo da repartição dos Indios, que muito agradeço: E nem há melhor meyo p.^o o augmento da cultura, que de Ordem de Sua Mag.^e me recomendou o Snr. Conde.^{1f}

[...]

Não será lizonjeiro quem disser, que [Francisco Xavier de Mendonça] foy o Redemptor dos Indios, e que nelles deu a Sua Mag.^e hum numero sem numero [sic] de Vassallos, que só o conhecião por cerimonia: E oxala não houvessem por estes Sertoens tantos outros da mesma qualidade; sendo a mayor cauza desta rusticidade a falta de zelo, que muitas vezes se encontra nos que tinhão obrigação de o ter. Tenho visto couzas, que nunca entendi que visse. Tomara já ver-me no meu Regimento.^{1v[...]}”⁵⁵¹

Os vigários e coadjutores providos nas novas vilas recebiam cômguas da Provedoria da Fazenda Real. Na Paraíba, o total ascendia aos 445mil 760 reis, “excedendo a despeza das antigas Missoens em cento e coatro mil sette centos, e sesenta reis”⁵⁵². Ora o aumento da despesa pública terá certamente tido os seus reflexos na administração dos índios nestes povoados, cedo se revelando o prejuízo desta nova administração.

⁵⁵⁰ MONTEIRO, John, *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 181.

⁵⁵¹ Carta do capitão-mor interino do Ceará, o tenente coronel Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, ao capitão-mor do Piauí, João Pereira Caldas. Ceará, 29 de Junho de 1767. Ceará AHU_ACL_CU_006, Cx. 8, D. 518, rolo 9.

⁵⁵² Carta do provedor da Fazenda Real da Paraíba, Manuel Rodrigues Coelho, ao rei [D. José I]. Paraíba, 12 de Janeiro de 1764. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1715, rolo 23.

No concernente à conversão das antigas missões em vilas nesta mesma capitania, observamos como logo em 1766 se assinalam algumas dificuldades, sobretudo do foro jurisdicional. Em ofício dirigido ao Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então provido do cargo de secretário de estado da Marinha e Ultramar, a Câmara fez saber como, desde a elevação de aldeias a vilas, o processo se vinha complicando. De início, o governador de Pernambuco, na altura Luís Diogo Lobo da Silva, delegara a aplicação do regimento relativo ao estabelecimento das novas vilas ao Juíz de fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelbranco (igualmente envolvido na reforma dos estudos menores naquele território),

“[...] o qual pondo em execução tão reverente mandato, erigio no termo desta sempre lial Cidade da Paraíba, quatro vilas, para onde os fez [aos índios] reconduzir, com excessivo trabalho, pela montanha vida, em q incivilmente vivião, assinando a cada uma das ditas vilas, o excessivo termo, tão diferente da insinuação da mesma ordem, ficando esta cidade com o limitado de nove legoas, menos civilizado [...]”⁵⁵³.

Solicitou-se, pois, que o termo de cada vila se circunscrevesse a seis léguas, de modo que a Paraíba não ficasse com uma tão limitada jurisdição, comparando com o que se procedera na vila de S. José do Rio Negro (Estado no Maranhão). Quanto às vilas a que aqui se alude, são a Vila Nova do Pilar, a Vila Nova da Baía de São Miguel, a Vila Nova do Conde e a Vila Nova de Monte-Mor. Cada vila não correspondeu unicamente a conversão de uma aldeia. Na verdade, o agrupamento de várias missões implicou a mistura de diferentes comunidades tribais. A Vila Nova do Pilar, instituída a 5 de Janeiro de 1763, congregava além dos Kariri os índios Korema, muito provavelmente reunindo duas missões capuchinhas: a aldeia de Cariris, no Paypú, com a missão dos Coremas, situada no sertão do Piancó.

A Vila Nova da Baía de São Miguel, constituída a 28 de Novembro de 1762, possuía apenas índios de língua geral. Correspondia à aldeia da Baía da Traição, missão carmelita em Mamanguape. Já a Vila Nova de Montemor fora erigida a 8 de Dezembro de 1762, congregando cinco nações de índios, prevalecendo os de língua geral, os quais conviviam com Fagundes, Cavalgantes, Xucurú e Kanindé. Poderá, ter resultado da junção das aldeias indígenas de Boa Vista, da missão carmelita com Kanindé e Xucurú,

⁵⁵³ Ofício dos oficiais da Câmara da cidade da Paraíba, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Paraíba, 21 de Julho de 1766. AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1800, rolo 27.

da de Campina Grande com índios Cavalgente e ainda a do Brejo, uma missão capuchinha junto de um grupo da etnia Fagundes. A Vila Nova do Conde, por seu turno, nasceu a partir da aldeia beneditina de Jacoca. Terá ainda surgido uma quinta vila, a de Alhandra, formada na aldeia de Aratagui, de índios Potiguaras, a qual não se encontra mencionada em nenhuma das relações sob esta designação. Note-se, ainda assim, como de 12 aldeias missionadas resultaram apenas cinco vilas.

Cerca de dez anos mais tarde, dava-se conta das vicissitudes dessas cinco vilas ao serem governadas por directores pouco capazes, e achando-se os índios num estado bastante lamentável:

“As cinco Vilas que comprehende esta Capitania que podiam augmentar os dizimos R^s estão sem adiantamento algum, antes notoriamente decadentes porque o meu General devendo [?] p.^a o provimento dos Directores de que tudo depende, pessoas de maduro conhecimento se informa do Min.^o que não conhece os merecimentos dos Sold.^{os} que tem nomeado e o meu General aprovado.

De que tem resultado gravissimos prejuizos a R.^l Fazenda e aos pobres Indios governados por Sugeitos sem prob.^e [,] virtude ou capacid.^e como são huns pobres soldados q o Ministro nomeou e o meu Gn.al confirmou sem me ouvir quando devia nomear homens abonados de virtude e de razão.^{2f,554}

No mesmo documento se transmitia o receio de a Paraíba, estando rodeada de cinco vilas de índios, poder ser alvo de ataques, caso fosse armada uma conjura, pelo queurgia precaver-se de uma eficaz defesa, faltando para isso armamento militar.

Na transição para o reinado de D. Maria, continuava-se a assinalar a incapacidade dos directores das cinco vilas indígenas. Em 1777, denuncia-se que não passavam de “huns pobres soldados, que mais arrastam e distrahem os Indios com maos exemplos do q os dirigem p.^a o seu augmento e^{2v} Dizimos R.^{es}”⁵⁵⁵. Recomendou-se, por isso, que se seleccionasse para tal cargo um capitão ou oficial mais próximo a essa patente. Em 1784, o governador da Paraíba, demonstrando impaciência por se não ter tido em consideração o que há tanto tempo vinha assinalando, voltou a denunciar que

⁵⁵⁴ Ofício do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Paraíba, 6 de Novembro de 1776. AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1978, rolo 30.

⁵⁵⁵ Carta do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro à rainha [D. Maria I]. Paraíba, 15 de dezembro de 1777. AHU_ACL_CU_014, Cx. 26, D. 1997, rolo 30.

“As mesmas cinco V.^{as} que sercão esta Praça estam reduzidas a ultima miseria por ^{1f} falta de competentes Directores que mais distroem do que edificao”⁵⁵⁶.

Através de um mapa⁵⁵⁷ remetido pelo governador da Paraíba ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, encontramos informações relativas à população ameríndia remanescente, nomeadamente as actividades exercidas pelos índios da paróquia da Vila de S. Miguel da Baía, também conhecida por Vila da Baía de S. Miguel, erigida em 1762. Indica-se, pois, o seguinte:

Quadro 3 - Ocupações dos Habitantes Indios da V.^a de S. Miguel da B.^a em 1798

	Numero de Pessoas	Preço de Jornaes
Corpo Militar		
Magistratura e Empregos Cíveis	1	
Clero Secular	1	300 000
Clero Regular		
Religiozas, e Recolhidas		
Agricultores	68	200 000
Mineiros proprietários		
Mineiros occupados no trabalho das Minas		
Negociantes		
Artistas	1	50 000
Pessoas q vivem de suas rendas sem occupação		
Homens do mar	12	100 000
Jornaleiros	58	696 000
Escravos		
Escravas		
Vadios ou Mendigos	19	
Certifico q estes são os numeros, e preços, e os jornaes, vadios e Mendigos, q contem esta Parochia da V. ^a da B. ^a de S Mig. ^l com a especificação de q são os vadios dezoito, e Mendigos hum o he o q como verd. ^e posso certificar. V. ^a da B. ^a de S. Mig. ^l 18 de Janeiro de 1799. Deretor Fran. ^{co} de Paula de Alexandr.		

Poucos são, de resto, os dados relativos especificamente aos índios. Nas paróquias da Paraíba do Norte, Vila do Conde, Vila Nova da Rainha, Taipú, Cariri

⁵⁵⁶ Ofício do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. Paraíba, 14 de Agosto de 1784. AHU_ACL_CU_014, Cx. 28, D. 2133, rolo 33.

⁵⁵⁷ Documentação anexada ao Ofício do governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Paraíba, 31 de Julho de 1799. AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510., rolo 40.

Velho, Pilar e Mamanguape declara-se a existência de “Branços”, “Pretos” e Mulatos”, nestes dois últimos casos fazendo-se a distinção entre “livres” e “cativos”, como era de resto habitual neste tipo de censos. Apesar de termos notícia da existência de uma comunidade indígena na Vila da Baía de S. Miguel, não se refere no mapa de habitantes. Surge, contudo, uma indicação no “*Mappa dos habitantes que existem na Parochia da Villa de Alhandra no anno de 1798*”⁵⁵⁸, junto deste mesmo conjunto documental, da autoria do capitão-mor dos índios, Domingos José de Crasto (sic). Não se fez, contudo, diferenciação entre índios e brancos, o que não nos permite estabelecer, com rigor, qual a dimensão da população ameríndia nesta localidade. Parece antes tratar-se de uma anotação posterior ao registo inicial deste quadro. Em termos gerais, entre índios e brancos havia 824 indivíduos de ambos os sexos, para 15 pretos e 267 mulatos. O facto de não se fazer distinção poderá indiciar já alguma mistura étnica.

Junto do mapa dos habitantes da paróquia da Vila da Baía de S. Miguel, escrito pelo vigário Francisco Rodrigues da Rocha, contrariamente ao esperado, não se assinala a existência de ameríndios. É no mínimo curiosa a exclusão desta comunidade no censo realizado, muito embora existissem pelo menos 160 indivíduos, empregues em determinadas actividades, como se atesta pelo documento atrás transcrito. Estava longe de ser uma comunidade de menor importância, sobretudo se compararmos com um total de 239 indivíduos não-indígenas, 55 dos quais brancos, 59 pretos e 125 mulatos. Esta é, na verdade, uma das muitas evidências que confirmam as nossas suspeitas: a da falta de rigor na contabilização do número de ameríndios existentes em cada localidade. Se, porventura, não são incluídos nos mapas das povoações, não significa que as mesmas fossem exclusivamente não-ameríndias. A maior prova de tal facto reside no mapa geral dos habitantes desta capitania, onde o número total de índios ascendia a quase três milhares, muito embora fossem já uma minoria.

Em 1798 findaria o projecto uniformizador e civilizatório de Pombal, após críticas e denúncias da gestão danosa dos Directores e das usurpações de que os índios eram alvo nas vilas indígenas. Com a revogação do Directório pela carta régia de 12 de Maio daquele ano em todo o território brasileiro, a ausência de medidas concretas que o substituíssem levou a um destino ainda mais desastroso: as vilas são extintas, os bens

⁵⁵⁸ Idem.

confiscados, vendidos e o fruto das vendas assimilado pelo Estado, com a obrigatoriedade de os indígenas trabalharem em serviço dos colonos. Muitos optariam por tornar à selva. Já no século XIX, em pleno período imperial, intenta-se instituir um projecto alternativo de civilização dos índios, novamente com recurso a missionários, pelo Decreto nº 426 de 1845, onde se incluía o “*Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios*”⁵⁵⁹.

6.3. Língua e identidade

“Any investigation of language that considers only language will be deficient, and inappropriate limitations and restrictions can cripple insights.”

EDWARDS, John, *Language and Identity*, [Key topics in Sociolinguistics], New York, Cambridge University Press, 2009, p. 1.

A preocupação da Coroa, que se vinha acentuando desde o reinado de D. Pedro II, no sentido de se promover o ensino da língua portuguesa junto dos índios, traduzia-se em tomar a escolarização das crianças indígenas num instrumento de colonização e estratégia de aculturação. O ensino de um sistema de escrita, na qualidade de “processo específico de comunicação e instrumento da intelectualidade humana”, é, em si mesmo, motivado historicamente por três tipos de motivação conforme aponta Justino de Magalhães: de forma a suprir necessidades e dinâmicas de carácter religioso, de que é vivo exemplo a conversão; por razões de carácter político-administrativo, afigurando-se claramente como estratégia de controlo; e ainda por razões de índole cultural, ao possibilitar a ampliação das capacidades da memória⁵⁶⁰. Estas mesmas razões influíram, com intensidade variada, ao longo dos séculos XVI a XVIII no plano da educação e missionação dos ameríndios brasileiros. No tocante ao primeiro tipo, a aprendizagem da leitura e da escrita poderá proporcionar “ao crente uma nova «racionalidade» do sentir

⁵⁵⁹ Domingos Nobre, “História da educação escolar indígena no Brasil” In *Escola Indígena Guarani no Rio de Janeiro na Perspectiva da Autonomia: Sistematização de Uma Experiência de Formação Continuada*, [tese de Doutorado em Educação], Niterói, UFF, 2005, [disponível in http://www.aldeia guaranisapukai.org.br/escola/artigo_hist_educ_indigena_domingo_nobre.pdf]

⁵⁶⁰ MAGALHÃES, Justino de, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p. 51.

religioso”, a “capacidade de interpretar a mensagem sagrada” e ainda “a reificação de modelos de comportamento”⁵⁶¹.

A associação propositada da educação em primeiras letras à catequese previa, de forma consciente, a formação moral do indivíduo, garante da gestão do sentir religioso, do respeito pelas hierarquias e da boa convivência em sociedade. No plano das comunidades indígenas integradas num novo modelo de administração com a aplicação do *Directório*, viram-se obrigadas a uma substituição liminar dos agentes e modelos tradicionais de educação por um modelo fortemente controlado pelo Estado e reduzido a uma transmissão passiva de saberes alheios à sua cultura matricial. Processo impositivo de conversão cultural, linguística, mais do que simplesmente moral e religiosa, a instrução escolar não deixou de cumprir um papel central na afirmação do Estado e do branco sobre o elemento indígena, marginalizado e na urgência de ser transformado, para felicidade dos Vassalos e progresso do Reino.

No plano da política educativa luso-brasileira empreendida até ao século XVIII, importa destacar uma questão fundamental quanto à gestão e controlo dos estudos menores: ainda que a tutela da docência do latim, filosofia e retórica contemplasse igualmente o ensino de ler e escrever, na verdade não se assistiu na década de 60 a uma grande aposta nas aulas régias desta última. A Direcção ou Directoria dos Estudos Menores não se ocupava do ensino ministrado nas vilas indígenas, ficando a contratação de mestres a cargo da Câmara Municipal da sua jurisdição, devendo-se prestar contas ao governo e ao bispo, neste caso de Pernambuco.

Se os índios gozaram deste privilégio – de ter duas escolas de ler e escrever - foi pelo facto de se considerar de extrema importância a sua incorporação na sociedade colonial, afastando-os de qualquer elemento da sua língua e cultura de origem, facto que abrangera não apenas o caso do Norte brasileiro como também o Nordeste, se não mesmo a generalidade do território onde a presença de comunidades ameríndias fosse mais sentida. Já os filhos dos brancos poderiam contar de algum modo com um ensino doméstico, quer a cargo dos próprios familiares, quer de um mestre particular. Ainda assim, muitos colonos reivindicaram a existência de aulas régias, sobretudo de latim e

⁵⁶¹ Idem, *ibidem*, pp. 52,57.

de primeiras letras, muitas vezes sentindo o imenso vazio deixado com a expulsão dos jesuítas e extinção dos seus colégios⁵⁶².

Pretendera-se civilizar os nativos à imagem dos portugueses e contribuir para um processo de unificação do território e homogeneização da identidade da colónia⁵⁶³. O caso da Amazónia não fora alheia a este enquadramento. Apesar da vastidão do território, tornara-se imprescindível a sua colonização, por motivos de ordem política e estratégica, pelo que se apostara no incentivo à miscigenação e na educação das crianças índias e mestiças não apenas em escolas e seminários construídos para o efeito, como até em casa dos colonos⁵⁶⁴. O processo verificado no Nordeste brasileiro efectivara-se nos mesmos moldes. Com a expulsão dos jesuítas, a conversão das aldeias em vilas indígenas exigira a colocação de clérigos – seculares ou regulares – que ensinariam a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã. Porém, ao contrário do verificado com o anterior modelo de administração dos aldeamentos indígenas, os habitantes das povoações convertidas sob este modelo deveriam estar disponíveis para trabalhar nas fazendas e engenhos dos brancos, devendo estes últimos garantir para além do salário conveniente, a sua formação tanto nas primeiras letras como na doutrina cristã. Ainda assim, como se veio a denunciar, e tal como já os missionários haviam observado anteriormente, os índios não recebiam qualquer tipo de formação.

Registaram-se, ainda, situações em que se viabilizou o prosseguimento de estudos a indígenas. Foi o caso dos índios António Dias da Fonseca da vila de Arês (antiga missão de Guaraíras/Groaiaras) e António Alves da Cunha da vila de Estremoz (antiga missão de Guajirú), ambas no Rio Grande do Norte. Vivendo já em Olinda, aprendiam língua latina junto de um clérigo secular desde 1767 com tal adiantamento que foram propostos para se prepararem para o sacerdócio. Em 1774 ambos já se apresentavam como coadjutores. Apesar de tal sucesso, as suas famílias não teriam

⁵⁶² Facto não extensível nomeadamente em Minas Gerais, onde os jesuítas não se encontravam já à data em que são expulsos do território brasileiro.

⁵⁶³ DOMINGUES, Ângela, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 115.

⁵⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 115.

beneficiado directamente, pois permaneciam num estado de grande pobreza (cf. Anexo 32).

Na prática, este projecto de colonização enfrentara no terreno a nem sempre harmoniosa convivência multi-étnica dos índios. Na transição do modelo de administração das aldeias em vilas régias, sob a estreita observância das novas leis exigida aos Directores destas últimas, mesmo com imposição do uso exclusivo da língua oficial do Império, a força dos alvarás não fora suficiente para garantir a homogeneização daquelas comunidades.

O estabelecimento do que é ‘correcto’ e do que constitui uma ‘norma’ numa língua possui um significado social extremamente poderoso e pode constituir-se como factor decisivo para a aceitação do indivíduo ou como elemento-chave à sua plena integração num determinado meio, classe, comunidade ou até sociedade, num sentido mais amplo. Mais do que um instrumento político, ou antes mesmo de o ser, a língua oferece-se como elemento definidor de identidades. Encarada como elemento fundamental à coesão de um grupo étnico, de uma nação ou até de um império, além de poder ser conotada com determinado credo, a língua assumiu desde sempre uma função central no existir e viver do Homem. No seguimento das teorias de John Edwards, reconhecemos que a relação língua-identidade⁵⁶⁵ é um percurso e uma questão que faz aqui ainda mais sentido, ainda que numa perspectiva historiográfica da aprendizagem do português em meio indígena. A nosso ver, importa considerar ao menos dois eixos: a língua como ferramenta de doutrinação e civilização, por via da imposição, assim como a língua como instrumento de comunicação, assumindo conotações diversas, consoante o valor que lhe é atribuído, muito em função dos actores sociais em presença, sua relação com a língua (materna ou não materna) e sua relação com os falantes dessa língua – considerando todas as tensões e cumplicidades que, do plano das relações humanas, acabam por influenciar a própria imagem da língua e da cultura que se lhe associe - que são, afinal, os designados constrangimentos contextuais.

⁵⁶⁵ Existe uma tendência clara para, no domínio da sociolinguística, se aprofundar esta dinâmica, uma abordagem que, não sendo inteiramente nova, se intensificou em estudos publicados a partir da década de 90. Na temática da identidade social, a própria área da antropologia tem vindo a propor outras formas de caracterizar os fenómenos produzidos no período colonial no contacto intercultural promovido e/ou imposto, acentuando o ponto de vista do índio como participante de um processo de mudança identitária de si, indivíduo, e do grupo em que surge integrado.

Anthony Smith justifica o peso da identidade nacional com o poder etno-simbólico do mito e da memória na sua construção⁵⁶⁶. De modo análogo, a identidade de cada grupo ameríndio distingue-se por marcas muito vincadas na sua religiosidade, costumes e idioma, eivados de forte carga simbólica, numa génese, não raro, justificada por via de um mito fundador desse mesmo grupo. É, inclusivamente, graças a uma boa interpretação dessas lendas e costumes que os missionários conseguem ganhar terreno e confiança na alma indígena – outras vezes, tirando partido das deduções que os índios fazem, por exemplo na leitura de certos fenómenos naturais, nas suas práticas religiosas e da própria relação dos missionários com entidades mágicas.

Apagar a memória e o mito com vista à anulação de identidades não foi certamente o propósito de nenhum missionário, hábil no trato e na diplomacia que deveria saber usar no mais cerrado dos sertões, no mais agreste dos espaços, no mais renitente e combativo dos «gentios». E nem mesmo com força de lei, com o redobrado vigor de um Estado Absoluto nas suas medidas e decisões, o *Directório* intentou sequer – directamente – a anulação das crenças, do ser indígena. Por certo as disposições, ainda que sub-reptícias, intentaram sem escrúpulos e sem desvelos a fixação inteira e incondicional de uma identidade aporuguesada no agir e no falar – e, consequentemente, no pensar, com o imprescindível recurso à educação escolar. Forjava-se no aluno indígena a moldagem do verdadeiro Vassalo do Rei, como almejado desde há centúrias, temente a Deus, obediente à Igreja, ao Estado e ao Capitão-mor.

Mesmo que a presença nos aldeamentos impusesse, não raro, a convivência com grupos que, habitualmente, não ocupavam o mesmo espaço físico e social dessas comunidades, sobretudo por via das fortes diferenças de que eram portadoras, não seria, ainda assim, uma pressão ao nível da que os índios iriam experienciar nas nascentes vilas indígenas. Ali não havia espaço para a manutenção dos seus costumes, nem tão pouco para o uso da língua veicular da sua cultura. Mas seria essa pressão, mesmo que com braço armado, suficiente para anular a carga simbólica dessa língua e dessa cultura não-europeia? Edwards refuta que, mesmo perante as pressões da urbanidade nos

⁵⁶⁶ SMITH, Anthony, *Myths and Memories of the Nation*, Oxford, Oxford University Press, 1999. Apud EDWARDS, John, *Language and Identity*, [Key topics in Sociolinguistics], New York, Cambridge University Press, 2009, p. 22.

tempos modernos, o indivíduo precisa de ter as suas referências sociais, encontrando muitas vezes, como escape, o que designa de “lealdades intermediárias”, situadas algures entre a pertença e crença pessoais e a impessoalidade do meio social com o qual se relacionam.

Regressemos à temática que nos ocupa. Afirmar que os índios aldeados que se mantiveram nas vilas indígenas do período em análise se resignaram e acomodaram a estas formas de aculturação, além de ser uma explicação redutora, constitui-se como uma visão pobre sobre a realidade dos factos. Do ponto de vista do próprio índio, teremos de assumir também a manifestação da sua vontade, a sua capacidade de controlo sobre as suas opções e decisões, ao invés de se persistir em tomá-lo unicamente como vítima do fenómeno da colonização ultramarina portuguesa. Ele mesmo se ofereceu como actor social e não como elemento passivo na mudança operada, facto tanto mais notório a partir do momento em que o próprio índio se assumiu como aldeado, catecúmeno ou civilizado, em diferentes tempos. Já no período da vigência do *Directório* pombalino, ou mesmo antes, muitos índios aceitaram incorporar as tropas de colonos.

A política de Estado veio reforçar a predominância do monolinguismo na promoção do português como língua oficial e de comunicação, sendo os ameríndios convertidos e/ou pacificados expressamente obrigados a abandonar, em todas as vilas régias do Brasil colónia, aquilo que Ricento define como as suas identidades «não-nacionais», submetendo-se, assim, às expectativas e ao projecto «civilizacional» do Estado⁵⁶⁷. Como, de resto, Halliday salientara há largas décadas, o estudo da relação entre a língua e os indivíduos que a utilizam implica necessariamente a consideração não apenas o estudo de comunidades de falantes, isoladas e em contacto com outras e as variedades que existem, como também não dispensa a diversidade de atitudes face a essa mesma língua⁵⁶⁸. Numa perspectiva descritiva, seria relevante atender-se às situações de uso de determinado código linguístico, estruturas tipicamente implicadas em semelhantes circunstâncias e os usos que, em geral, os falantes indígenas fariam

⁵⁶⁷ RICENTO, Thomas [ed.], *An Introduction to Language Policy – Theory and Method*, Malden, Blackwell Publishing, 2006, p. 231.

⁵⁶⁸ “The users and uses of language” (1964), in HALLIDAY, M. A. K., *Language and Society*, [ed. By Jonathan Webster], London, Continuum, 2007, p. 5.

tanto na oralidade como na escrita e até a própria escolha feita por um ou outro idioma, restringindo-o a certo tipo de uso(s), como se verifica no caso de sujeitos e sociedades plurilingues. Ainda assim, independentemente do estatuto de uma língua sobre a outra, a língua segunda ou estrangeira nunca chega verdadeiramente a suplantar a língua materna de um indivíduo bilingue. Pode, sim, ocorrer um abandono deliberado do uso activo da língua materna pela necessidade premente de integração do indivíduo numa nova comunidade linguística, pelo que procurará atingir um o melhor domínio possível do código aí usado⁵⁶⁹.

É possível, ainda, que em sociedades plurilingues (e pluriculturais) do Antigo Regime, tal factor tenha concorrido concomitantemente com a pressão de uma política repressiva de implantação de um idioma, ainda que falado por um reduzido número de falantes, comparativamente com os povos autóctones.

“What happens in these instances is either that one language community abandons its own language and adopts that of the other – here there will be a transitional period of bilingualism, but it may be very short; or that a mixed language develops which incorporates some features of both.”⁵⁷⁰

Tendo em atenção a complexidade, variedade e ocorrência de certo tipo de condicionantes, as relações língua-identidade têm sido conceptualizadas, desde o pós-estruturalismo, como um processo dinâmico em constante evolução e não como um fenómeno estático⁵⁷¹. Por seu turno, todo o discurso simultaneamente reflecte, envolve e molda a realidade social num determinado tempo e num determinado espaço. Partindo do pressuposto que, no quadro das interacções humanas, os fenómenos ou actos comunicativos são eivados de um exercício de poder e controlo, assim como da

⁵⁶⁹ Idem, *ibidem*, pp. 8-9.

⁵⁷⁰ “The users and uses of language” (1964), in *op. cit.*, p. 9. Neste âmbito, estaremos já perante casos de pidgins e de crioulos. Noutras circunstâncias, a solução passa pelo recurso a uma língua franca, em que um idioma é adoptado em comum por diferentes comunidades linguísticas. Língua de comunicação ou de intermediação, serve objectivos concretos e específicos, muitas vezes ligados ao exercício de determinadas actividades em domínios tão diversos como o comércio, o ensino, a administração ou até a religião, salienta o autor.

⁵⁷¹ SWANN, Joan et al., *A Dictionary of Sociolinguistics*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2004, pp. 140-141.

produção e reprodução da identidade social⁵⁷², questões como género, etnicidade, classe social, mas também a comunicação em si mesma e o pluralismo cultural veiculam aspectos fundamentais à compreensão da relação entre língua e identidade social.

Numa era anterior às sociedades industriais e burocráticas modernas, os conflitos sociais assumiam outros contornos. Em pleno Antigo Regime, a questão da distinção social, reforça Gumperz et Gumperz, era encarada como um dado adquirido, comumente aceite como intrínseca à ordem social vigente. Não se deixaria, contudo, de avaliar as interações entre índios e brancos, em termos da performance, da habilidade do uso do português, da eficácia na compreensão e interpretação de factos e discursos, da qualidade argumentativa e gramatical da sua expressão quer na oralidade como na escrita – julgamentos particularmente pronunciados em situações de contacto «intergrupais», de acordo com Gumperz.

Deduzimos, conseqüentemente, que a dificuldade no domínio das estruturas da língua portuguesa em qualquer destas modalidades e a persistência na incompreensão dos interlocutores nativos da língua portuguesa poderiam remeter os ameríndios para uma situação social particularmente desfavorecida, apenas atenuada pela intensidade do contacto e permanência em situação de imersão linguística⁵⁷³, o que poderia envolver a convivência familiar, a prestação de serviços junto dos colonos (exercendo funções diversas, de acordo com o seu género e suas capacidades) e a educação escolarizada. Gumperz observa, contudo, não só ser mais frequente o inverso, como ainda alcançar

⁵⁷² John Gumperz et Jeny Cook-Gumperz, “Introduction: language and the communication of social identity”, in GUMPERZ, John [ed.], *Language and social identity*, New York, Cambridge University Press, 1982, p. 1.

⁵⁷³ Fenómeno que pressupõe uma intensidade de contacto de um indivíduo com uma língua que não é para si materna, pela sua integração, ainda que temporária, numa comunidade de falantes. Vê-se, assim, rodeado de interações naquele código linguístico nas mais diversas modalidades, sendo, assim, mais facilmente compelido a apreender as estruturas mais comumente usadas a nível formal e/ou informal, dependendo das situações em que mais frequentemente se achar envolvido, níveis de língua associados (se predominarão, por exemplo, interações a nível familiar e/ou gregário, ou antes a nível académico, transaccional, só para citar alguns exemplos), do tipo de integração social operada (se se trata de um estudante, de um trabalhador...), objectivos de aprendizagem (não implica uma aprendizagem formal e institucionalizada da língua). Não implica, ainda, que se trate de comunidades plurilingues. Existem, ainda, programas educacionais de imersão linguística, estes sim implicando já um tipo de educação bilingue, pela qual se procura introduzir uma língua segunda ou estrangeira na escola enquanto meio de instrução. Ambas as circunstâncias pautam-se por um uso constante da língua-alvo ou em contacto. Cf. RICHARDS, Jack et al., *Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*, Essex, Longman, 1992, p. 174; SWANN, Joan et al., *A Dictionary of Sociolinguistics*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2004, pp. 141-142.

contornos mais vinculados, podendo os desvios linguísticos servir à construção de distinções identitárias, se não mesmo estereotipadas:

“Furthermore, the difficulties occurring in such situations do not disappear with the increasing intensity of intergroup contact. On the contrary, they seem to increase and often become most acute after the groups involved have been in contact for several years and initial grammatical difficulties have disappeared. When this situation persists over time, what starts as isolated situation-bound communication differences at the individual level may harden into ideological distinctions that then become value laden, so that every time problems of understanding arise they serve to create further differences in the symbolization of identity.”⁵⁷⁴

Em busca desse entendimento da relevância social dos processos comunicativos, constitui importante e desafiante matéria de análise a caracterização dos contextos de vida pública em que os membros de uma determinada sociedade interagem, de que é exemplo a relação com as instituições. A análise dos ambientes comunicativos demonstraria, ainda, a que nível os recursos ou competências comunicativos – nomeadamente a capacidade de persuasão, a competência estratégica, a competência discursiva, a competência pragmática, a competência gramatical – poderão oferecer-se como um «capital social e simbólico» do indivíduo, cujo valor poderá, em certas circunstâncias, suplantam a posse de recursos mais concretos, como bens pecuniários e outros⁵⁷⁵.

A propósito da difusão, sobrevivência e declínio das línguas, François Grin salienta um aspecto de extrema importância: as dinâmicas a longo prazo das línguas, o que inclui o que designa de «languages of wider communication» (línguas de comunicação mais ampla). Se nos questionarmos quanto às estratégias, oportunidades e/ou circunstâncias que possibilitaram o alcance de semelhante valor e estatuto, obteremos, talvez, um entendimento mais preciso dos meios escolhidos para chegar a semelhantes fins. Tomando em consideração que

“The higher the number of people who speak language «Y», the more interesting it becomes for additional people to learn «Y» as well, creating what could be called a snowball effect. Exploring the necessary circumstances for this snowball effect to occur,

⁵⁷⁴ John Gumperz et Jeny Cook-Gumperz, “Introduction: language and the communication of social identity”, in GUMPERZ, John [ed.], *Language and social identity*, New York, Cambridge University Press, 1982, p. 3.

⁵⁷⁵ John Gumperz et Jeny Cook-Gumperz, *op. cit.*, pp. 4-5.

what factors reinforce it, what factors keep it in check, and what long-term consequences it can have on diversity are obviously very important questions.”⁵⁷⁶

Semelhante conclusão conduz-nos a uma nova linha de interpretação da política indigenista – e de língua – levada a cabo no Brasil no reinado de D. José I. Antes de mais, a necessidade de imposição da língua portuguesa servira propósitos imperialistas, à luz da experiência dos antigos impérios da Antiguidade Clássica, na medida em que

“Sempre foi maxima inalteravel entre as nações, que conquistarão novos dominios, introduzir logo nos povos novamente conquistados o seu proprio idioma, por ser Indispensavel e um dos meios mais eficazes para os apartar das rusticas barbaridades dos seus antigos costumes, e ter mostrado a experiencia que ao mesmo passo, que se introduz n’elles o uzo da lingua do principe, que os domina, se lhes radica tambem o affecto, veneração, e obediencia.”⁵⁷⁷

Estratégia que reforça o domínio do Rei sobre os seus vassallos, era, não obstante, ambição ainda não alcançada no Brasil em pleno século XVIII, período em que as línguas vernáculas, concomitantemente, ganhavam crescente relevância e expressão enquanto línguas de cultura – como viria a ser, nomeadamente, o francês no espaço europeu, suplantando o latim – a par de uma mudança na organização e adequação do currículo face às necessidades de formação do homem nos alvares do espírito das Luzes. Existira uma vontade notória de tornar o português na língua maioritária no quadro das interacções formais e informais dos sujeitos naquela colónia, ao mesmo tempo que se procurava garantir o seu efeito fértil e permanente através da educação indígena infantil. De destacar, igualmente, como a imposição de antropónimos (nomes e apelidos) portugueses contribuiu não apenas como factor diferenciador dos indivíduos na sociedade, como ainda concorreu para a moldagem de uma identidade mais próxima à cultura ocidental e cristã e, conseqüentemente, mais distante das origens tidas por bárbaras e rudes.

O destaque de que o ensino de primeiras letras nas vilas indígenas veio a ser merecedor logo na década de 1760, evidencia não apenas um novo *modus operandi* no plano da administração temporal e espiritual dos índios reunidos em localidades

⁵⁷⁶ François Grin, “Economics”, in FISHMAN, Joshua [ed.], *Handbook of Language and Ethnic Identity*, New York, Oxford University Press, 1999, p. 16.

⁵⁷⁷ *Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares cituadas nesta Cappitania de Pernambuco e suas annexas*(1759), ponto 6.

directamente sob a alçada do Rei, mas, acima de tudo, tomava a educação formal enquanto factor fundamental de difusão da “língua do príncipe” por um cada vez maior número de ameríndios. Aliás, tomando-se o exemplo do passado, onde, nas missões, as demonstrações das crianças escolarizadas nas comunidades funcionavam como eficazes e apelativas estratégias de convencimento à civilização dos mais velhos, além de admirarem e verem nas capacidades de leitura e de escrita um domínio sobrenatural ou um poder mágico, também neste contexto, expulsos os jesuítas, as crianças alfabetizadas poderiam igualmente aliciar outros.

Não obstante, e considerando o destino que veio a ter a aplicação do *Directório* (e demais versões), vindo a ser extinto em 1798, e as terríveis consequências da sua aplicação, onde se incluem o tráfico de crianças, a prostituição e a escravatura de índios e índias, as consequências da instrução dos índios não foram particularmente expressivas. Quando muito, poderia ter-se impulsionado o seguimento da carreira militar e eventualmente ajudado à ascensão social. Porém, em termos práticos, de algum modo se traduziu por um decréscimo substancial da diversidade linguística e cultural, com profunda diluição da componente indígena na sociedade, o que não implica, necessariamente, que tenha existido uma integração plena e bem sucedida dos indivíduos. A questão da miscigenação no contacto dos índios de um dado povo ou etnia com outros terá potenciado a perda de ao menos um dos idiomas. Compelidos os sujeitos bilingues a usar uma ou outra língua, em favor das necessidades, valores, preferências, a existência de constrangimentos no domínio de mais do que um código linguístico poderia não ser encarado como uma mais-valia, mas antes enquanto desvio ou factor de marginalização. Como discute Grin, poderia daí ter decorrido um efeito negativo ou positivo no uso da língua minoritária⁵⁷⁸ – ou de estatuto inferior, e não necessariamente minoritária.

A língua e as comunidades de falantes são entidades permeáveis à mudança, comparando-se o seu dinamismo à fluidez da própria identidade. A mudança pode ser operada por factores de ordem interna e externa: interna, quando se constitui como vontade expressa dos membros da comunidade, ou ainda como fruto de uma evolução/progressão; externa, se surge na sequência de uma lei ou ordem, ou até pelo extermínio

⁵⁷⁸ François Grin, “Economics”, in FISHMAN, Joshua [ed.], *Handbook of Language and Ethnic Identity*, New York, Oxford University Press, 1999, p. 16.

ou erradicação junto de uma comunidade de falantes. Este processo depende ainda, naturalmente, da intensidade com que se produz, da duração dos factores que a geraram, mas também da força, resistência, vontade ou intenção do indivíduo e do grupo. De que vale um decreto impor o uso exclusivo da língua portuguesa, se a vontade e estímulo natural do indivíduo/grupo são de usar a língua materna nas transacções comunicativas com os seus pares, nomeadamente no seio familiar ou no quadro das relações gregárias?

Concordamos com John Edwards quando salienta o papel decisivo dos missionários em épocas passadas pelos trabalhos de índole linguística que levaram a cabo, contribuindo decisivamente para a documentação e até preservação de línguas – muito embora fossem, simultaneamente, agentes de ‘mudança cultural’, como afirma. Acrescenta ainda:

“While we should not ‘romanticize the relationship’ between missionaries and local people, neither should we ‘demonize the missionary-linguistic, who can readily become the scapegoat for problems facing local cultures today’.”⁵⁷⁹

Perante o problema, Edwards discute a simultaneidade de se promover a mudança e a preservação cultural – até porque, teoricamente, uma implica a anulação da outra. Tem sido precisamente este facto que, no quadro das missões da Companhia de Jesus no Brasil, tem colocado vários autores em debate, quando, em nossa perspectiva, ambas as realidades existiram. Se para o século XVI faz sentido encarar os jesuítas como agentes da Coroa na expansão da fé e da língua, condição a que, de certo modo, se tiveram de submeter, como já tivemos ocasião de aprofundar, esse exercício foi perdendo claramente terreno ao longo do século XVII. Embrenhando-se no conhecimento da língua do público-alvo das suas missões, rapidamente se aperceberam de que os índios eram mais facilmente convertidos, até pelo destrinçar de conceitos mais complexos de difícil transposição, através do uso da sua língua materna. Era, de resto, prática corrente recorrer-se a línguas nas negociações empreendidas entre grupos de índios e colonos, com vista ao apaziguamento dos primeiros. A este factor soma-se o da defesa dos direitos dos índios e da unidade da aldeia. Poderiam, é certo, aqueles missionários ter promovido o uso da língua portuguesa como língua de comunicação e

⁵⁷⁹ EDWARDS, John, *Language and Identity*, [Key topics in Sociolinguistics], New York, Cambridge University Press, 2009, p. 119.

de unidade dos diferentes grupos étnicos que, não raro, integravam o aldeamento. Mas talvez por uma questão de respeito e valorização da identidade indígena se tenha optado antes pelo uso de línguas gerais, não deixando de ocasionar algumas tensões. O simples facto de a língua geral se constituir a partir de uma base tupi, de onde seriam reconhecíveis alguns elementos a vários grupos daquela família linguística, e sendo diferente para grupos não Tupi, a sua adopção resultaria no contraste do sentimento de sujeição ou submissão face a uma posição de liderança, domínio ou superioridade das comunidades aparentadas com aquele idioma.

É inegável que todo este processo produziu severas consequências no plano da preservação da matriz indígena. Nesta mesma linha, Makoni, Meinhof (2004), Pennycook (2007) e Errigton (2001, 2008) acentuam que as missões providenciaram, sem opção de escolha, a difusão simultânea de cristianismo e literacia. Por seu turno, somos levados a questionar até que ponto, a busca da heterogeneidade no espaço da missão conduziu à construção de uma nova identidade – a do índio aldeado, caboclo ou falante de língua geral - com consequente anulação dos seus idiomas e dos seus costumes. Muito embora o índio caboclo se assumisse como aldeado e cristianizado, não deixava de ser portador e transmissor das suas matrizes distintivas. Julgamos, por isso, oportuno considerar, além da ocorrência de casos de resistência a essa mudança tão radical, a manutenção de identidades múltiplas.

Mesmo no quadro das vilas indígenas do governo de Pernambuco, é possível distinguir o respeito pelas diferenças culturais tanto no desenho da malha urbana, como na composição das suas tropas. O desrespeito ou menosprezo de semelhantes evidências levaria à sua ruína completa, dadas as fortes divergências que opunham os grupos indígenas que coabitavam. Pondere-se, nomeadamente, o que sucedera na vila de Vila Viçosa Real, antiga Ibiapaba, a mais populosa das missões jesuítas no governo de Pernambuco, onde as comunidades ameríndias tiveram de ser distribuídos de forma cuidada, de modo a evitar crispções e lutas que deitariam rapidamente aquele projecto «civilizatório» por terra.

Observámos como, cerca de 1760, imperavam índios de língua geral nos aldeamentos missionados por religiosos de várias ordens nas várias capitanias sob o governo de Pernambuco, sobretudo em povoações dispostas nas imediações de centros urbanos e localidades de brancos. Assinalaram-se, contudo, casos em que se

distinguiam diferentes grupos étnicos, como se observa no quadro-síntese que estruturámos.

Quadro 4 - Realidade multiétnica nas missões do governo de Pernambuco (c. 1760)

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freguesia...)	Missionário	Grupo indígena
PE	Gameleira	Vila de Alagoas, no distrito do Palmar	clérigo (Hábito de S. Pedro) e capelão do Palmar	Uruaé, Kiriri
	S. Brás	Vila do Penedo	missionário ⁵⁸⁰	Índios de língua geral, Kiriri e Projé
	Pão de Açúcar	Vila do Penedo	clérigo (Hábito de S. Pedro)	Índios de língua geral, Xocó
	Lagoa da Serra do Comunaty	Vila do Penedo	clérigo (Hábito de S. Pedro)	Índios de língua geral, Carijó
	Missão Nova de S. Francisco do Brejo	Freg. ^a do Rodelas ⁵⁸¹ , Ribeira do Pajau	franciscano	várias nações Tapuias [Fagundes, Pega e outros]
	N. ^a Sr. ^a do Ó	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Sorobabel (Surubabel)	franciscano	Porcás e Brancararus
	N. ^a Sr. ^a de Belém	Freg. ^a do Rodelas, Ilha de Axará	[capuchinho]	Porcás e Brancararú
	Beato serafim	Freg. ^a do Rodelas, Ilha da Vargea (Várzea/ Vargem)	[capuchinho]	Porcás e Brancararú
PB	Boa Vista	Mamanguape	[carmelita descalço]	Kanindé e Xucurú
RGN	Guajirú	-----	jesuíta	índios de língua geral e Payacú
CE	Palma	Ribeira do Quicheremobim, termo da Vila de Aquirás	clérigo (Hábito de S. Pedro)	Kanindé e Jenipapo
	Telha	Ribeira do Quichelô, distrito da Vila do Icó	clérigo (Hábito de S. Pedro)	Quichelós, Quichiriu, Jucá, Candadu, e Cariú
	Do Miranda	Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	capuchinho	Quicheriú, Cariú, Cariuasú, Calabaça e Icozinho
	Serra do Ibiapaba	Em cima da dita serra, distrito da Ribeira do Acaracú.	jesuíta	índios de língua geral Tabajara, e índios Acaracú, Irariú e Ariassé
	Parangaba	Distrito da Vila de Fortaleza, ribeira do Ceará.	jesuíta	Índios de língua geral e Anacé

Como se observa, não seriam os jesuítas os únicos missionários a lidar com contextos de grande diversidade indígena. As situações em que se assinalava um maior número de grupos em contacto decorriam, todas elas, no Ceará, podendo ascender pelo menos aos cinco grupos reunidos numa só aldeia, como acontecia ao menos nas aldeias da Telha e do Miranda, a primeira administrada por um sacerdote do Hábito de S. Pedro

⁵⁸⁰ Na relação de c. 1749 tinha um missionário da Companhia de Jesus. Posteriormente estaria entregue a outros clérigos.

⁵⁸¹ Actualmente integrada na mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia, uma área que até 1824 pertenceu a Pernambuco, e assim como o Extremo Oeste Baiano.

(clérigo secular) e a segunda por um missionário capuchinho. De destacar que a missão de Ibiapaba, a mais numerosa e importante das missões do Colégio de Olinda cujo relevo (somando-se às restantes quatro aldeias jesuítas dispersas por aquela capitania) terá certamente contribuído para a criação do Hospício do Ceará no século XVIII⁵⁸², se haviam reunido quatro povos, o mais numeroso dos quais Tabajara, de língua geral.

Neste quadro multilingue e multicultural, há um outro facto que sobressai e que não é de somenos importância na reflexão da língua e da identidade: os nomes dos grupos indígenas. Existem claras implicações semânticas dos termos utilizados em fontes da época para designar certos grupos étnico-linguísticos, em particular nos séculos XVII e XVIII. Ao ponderar-se sobre as representações léxico-figurativas dos ameríndios brasileiros, tanto em contacto com os colonos portugueses, como ainda entre grupos não aparentados linguística e culturalmente, rapidamente nos apercebemos dos contornos semânticos dessas estruturas lexicais que ostentavam formas de socialização que extravasam, inclusivamente, para o plano administrativo-jurídico. Do exotismo e encantamento quinhentista face às gentes e paisagens sul-americanas, à medida que o próprio conhecimento do território e da variedade dos povos nele existentes foi aumentando, com o desenvolvimento de uma política de expansão territorial rumo ao interior, a imagem do índio radicalizava-se: ou era aliado dos portugueses, pacífico e dócil, ou então inimigo, sedento de mortes, de violências e ultrajantemente persistente em rituais profanos e diabólicos. Brunetto aponta o período que decorre a partir da segunda metade do século XVII como o período em que o índio foi progressivamente notado como uma entidade vinda de um mundo sem regras e sem parecenças com a sociedade colonial barroca. A ridicularização do índio e a sua inferiorização em termos civilizacionais e mentais terá contribuído de forma decisiva para semelhante associação.

Cada vez mais sujeitas ao cativeiro por parte dos rancheiros, à inclusão forçada nas tropas dos bandeirantes e a um pressuposto trabalho assalariado nas fazendas dos brancos, as comunidades ameríndias que até meados do século XVII povoavam o sertão pareciam fatalmente condenadas à desagregação do grupo, desfazendo-se laços familiares e tribais e sendo convertidas a uma nova ordem que tinha, para si, grosso

⁵⁸² De modo a servir de ponto de apoio à administração de aldeias em parte tão distante face a Olinda, sem, contudo deixar de suscitar alguma polémica, pela escassez de recursos financeiros e humanos que pudessem garantir aquela casa.

modo, tanto de estranho como de pouco aliciante. O índio não aldeado nas missões, aquele que não se submetia a uma ordem espiritual e temporal, era conotado como «tapuia», «gentio selvagem» ou «de corso», em particular no Nordeste. Ali, as guerras ditas justas foram, grosso modo, motivadas (como vimos) pela necessidade de apaziguamento das populações indígenas resistentes à incorporação social e de se constituir um terreno fértil à prosperidade económica, sendo o índio uma importante alternativa à escassa mão-de-obra escrava africana.

Neste contexto, a expressão «gentio de corso» assume uma semântica clara e profundamente pejorativa, em oposição ao «índio de língua geral» e ao «índio aldeado/missionado/doutrinado», com valor eminentemente positivo, em que sobressairia não tanto a natureza do índio, mas a eficácia do processo de conversão à cultura portuguesa e à religião católica, assim como de integração à sociedade luso-brasileira. Não raro, uma vez integrado com sucesso no espaço da missão, mesmo o índio designado como «tapuia», descido do sertão e convertido à nova ordem espiritual e temporal, poderia passar a ser um caboclo de língua geral. Em termos gerais, o processo observado, nomeadamente ao longo da primeira metade de setecentos, caracterizava-se por uma homogeneização cultural, podendo decorrer dentro de uma determinada filiação étnica. Foi o que aconteceu quando, por exemplo, os missionários se depararam perante um subgrupo de índios Payakú. Tirando partido de outras experiências prévias com essa etnia, implementavam estratégias de comunicação, aculturação e integração semelhantes, a ponto de a pequena tribo passar a ser encarada pelos traços globais da cultura matriz. Assistir-se-ia, assim, a um processo de permanência e de preservação cultural dos grupos étnicos indígenas de maior dimensão e com traços distintivos mais marcados. Um outro caso digno de nota é o dos Cariú, etnia da nação Kiriri. Enquanto nas missões do Telha e do Miranda (CE) se mantiveram como tal, já na missão pernambucana de N.^a Sr.^a da Conceição passaram a constar como índios Kirirí nas relações de 1760-61.

Além destas designações, vários grupos indígenas ficaram conhecidos por nomes que, sendo-lhes atribuídos por outros, lhes poderiam causar algum ressentimento. Com a vantagem de alguns grupos Tupi possuírem boas relações com os colonizadores europeus, estes começaram a construir o seu conhecimento sobre a diferença e a variedade étnica, linguística e cultural através da visão que esses povos detinham dos

seus rivais ou parentes mas afastados. A própria definição de vários grupos étnico-linguísticos ficara-se a dever à visão que os índios aliados dos portugueses tinham deles, tendo por base determinadas características ou práticas que faziam sobressair esses grupos: os Potiguara, por serem «comedores de camarão»; os Tremembés são referidos como «os que vivem nas lagoas»; os Tabajaras, são os que moram na Taba, como por exemplo Taba do Mel Redondo, futura missão de Ibiapaba (*serra talhada*), assim designada no período inicial em que os jesuítas aí se tentam instalar, sendo seus primeiros missionários o ainda jovem P.^e Luís Figueira e o P.^e Francisco Pinto, primeiro mártir de Ibiapaba. Antes de ali chegarem, contactam com os Jaguariguaras (Jaguaribe, do tupi “rio das onças”). Numa gravura do período do Brasil holandês, Schmalkalden procurou representar um Tapuia, com clara associação a práticas antropofágicas: além das poucas vestes de folhas, o que indicava um notório afastamento das regras e práticas da sociedade dita «civilizada», no cesto que trazia à cabeça encontrava-se um pé humano.

A designação «tapuia», entendida até épocas não muito remotas como autêntica e concreta designação de um grupo, atribuída pelos Tupi a comunidades com as quais não deteriam qualquer ligação ou familiaridade, era, afinal, inteiramente generalista e inespecífica. Servia para aludir, de forma global ou por desconhecimento da sua verdadeira identidade, a povos de base macro-Jê ou, eventualmente, de ramo linguístico isolado. Detentores de características bastante distintas, as próprias relações estabelecidas face aos Tupi seriam férteis em conflitos e escassas em transacções comunicativas. Semelhante termo pressupõe, ainda, tratar-se de ameríndios hostis ou ao menos mais resistentes ao avanço da colonização por qualquer via⁵⁸³.

Edwards encontra na atribuição e apropriação de nomes por parte de um grupo um elemento de extrema importância, tanto pelo ressentimento que poderá despoletar o estranhamento de uma designação escolhida por outros, como pela afirmação de uma manifestação de poder⁵⁸⁴. Ainda assim, não é de descartar a importância desse olhar

⁵⁸³ Carlos Studart Filho entrevê no termo «tapuia» uma designação genérica para as grupos Jê e Kiriri, Tarairiús e Tremembés, ao passo que o termo «índio», «caboclo» ou «brasiliense» “como designativo dos silvícolas pertencentes à família tupi”. Carlos Studart Filho, “Os aborígenes do Ceará”, in *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Tomo LXXVI, Ano LXXI, 1962, p. 153.

⁵⁸⁴ EDWARDS, J., *op. cit.*, p. 39.

exterior ao grupo pela capacidade em melhor apurar os aspectos em que aquele conjunto de indivíduos – e falantes - se tornava realmente distintivo, características essas mais clara e objectivamente notadas de fora do que no interior dessa cultura. Não obstante, e reflectindo sobre a realidade indígena em estudo, consideramos que a visão dos Tupi surgia eivada de estereótipos, não possuindo um conhecimento suficientemente completo do quotidiano, dos mitos, lendas, falares e costumes do grupo que caracterizavam de forma tão simplista quanto a de «comedores de camarão». Mas, por outro lado, talvez fosse a única diferença que lhes bastasse para reconhecer e distinguir aquele povo de outros ou face à sua identidade colectiva.

Um aspecto não menos importante do projecto de civilização dos índios era o da mudança do nome. No contexto das sociedades indígenas, a sua atribuição era algo mais do que uma mera formalidade ou meio facilitador da designação dos indivíduos. Melià descreve a imposição do nome em meio ameríndio como uma descoberta, por inspiração xamânica, do nome com que a pessoa vem:

“El nombre puede estar tan unido a la personalidad que cualquier cambio significativo en la vida de la persona- un acto de heroísmo o de valentía, la curación de una enfermedad grave – puede motivar y hasta obligar a un cambio de nombre. Cambiar de nombre o agregar durante la vida varios nombres al primero, marca profundamente la historia de muchos indígenas y les da prestigio social y religioso. La relación entre el acto de dar nombres y el proceso educativo es por eso muy estrecha.”⁵⁸⁵

A imposição da mudança para um nome desprovido dessa relação e de significado no plano individual terá contribuído para uma mais vincada alienação da sua identidade indígena, tanto mais quando os índios eram compelidos a abdicar de um nome que os definia.

Na perspectiva de análise da variação e identidade linguística, importa ainda reconhecer o papel atribuído pelos falantes ao idioma usado no panorama das relações sociais e de como se pode verificar um recurso à variação linguística na construção de sentido no contacto com o Outro. Destrinçar o significado social da de uma língua oferece-se como abordagem não apenas estritamente no âmbito da linguística, como de várias disciplinas. Nikolas Coupland sustenta que

⁵⁸⁵ MELIÀ, Bartomeu, *Educación Indígena y Alfabetización*, Asunción, CEPAG, 2008, pp. 23-24.

“It can refer to how we impute meaning to, and take meaning from, our cultures, our communities, our personal histories, our social institutions and our social relationships. Cultural values and norms, social power and status, intimacy and distance are all social meanings. Then there are the meanings we invest in our own and other people’s social positions and attributes – selfhood, personal and social identities, social stereotypes, prejudices, conflicts and boundaries.”⁵⁸⁶

No estudo da variação linguística, onde se compreende a distinção de falares, dialectos, sociolectos, variantes e idiomas, além do princípio da estratificação social – que fará mais sentido na abordagem das sociedades contemporâneas – o entendimento de como falamos, de como avaliamos o produto das nossas interacções verbais e as percepções que partilhamos relativamente ao fenómeno da variação oferece-se como campo de fértil investigação. Somos levados a questionar se, no exercício da comunicação ensaiada em meio escolar, os índios deteriam alguma percepção do correcto e do incorrecto no uso do português lido, escrito e falado, por comparação com o conhecimento intuitivo que possuiriam, estando em ambiente de imersão linguística, de um domínio da língua portuguesa equivalente ao de um falante nativo. Numa percepção naturalmente distinta da que um indivíduo terá nos nossos dias⁵⁸⁷, o aluno ameríndio nas escolas de ler e escrever encontraria o modelo ou referência de gramaticalidade, fluência e destreza linguística na figura do mestre-escola, amparado, naturalmente, pelo domínio das regras de funcionamento da língua enunciadas numa qualquer cartilha-catecismo ou gramática que possuiria para seu conhecimento.

Ponderemos, ainda, o fruto dessas mesmas aprendizagens pelo seu impacto social, não apenas como via essencial para a ascensão social, mas, inclusivamente, se a sociedade luso-brasileira distinguiria alguma diferença nos actos verbais dos índios que haviam sido alvo de escolarização. É facto que a instrução da população nordestina não se constituiu regra de forma tão imediata quanto os monarcas pudessem ter ambicionado ao longo dos séculos XVIII e XIX, mas não é menos verdade que a alfabetização deixou as suas marcas na cultura nordestina, evidenciada nos ABC’s que ecoaram e se perpetuaram até época recente pela voz dos cantadores sertanejos.

⁵⁸⁶ COUPLAND, Nikolas, *Style: Language Variation and Identity*, New York, Cambridge University Press, 2007, p. 18.

⁵⁸⁷ Com todos os meios, recursos e estudos que tem ao seu alcance, reflectindo um conhecimento mais objectivo e profundo em matéria de ensino-aprendizagem de línguas, além de existirem, inclusivamente, níveis de referência em termos de conhecimento de uma língua.

Mesmo no seio das populações indígenas, é muito provável que os ameríndios, a seu modo, tivessem reconhecido a variação linguística, desde o falar estranho mas aparentado, com pronúncia diferente, à língua diversa na sua totalidade. Investigadores têm demonstrado como, em contextos multilingues, é particularmente frequente o uso de mais do que um idioma, dialecto ou variedade por parte dos falantes numa conversação. Escassearão, contudo, os recursos para uma avaliação precisa dessa percepção em épocas tão remotas. Na posse de reportórios de falantes ameríndios, seria possível identificar variáveis sociais de diversos níveis, como descritos por William Labov (1972) – marcadores, para uma dimensão simultaneamente social e de estilo; indicadores, assinalando uma variação social estável, útil na percepção deste fenómeno operado em classes sociais; e estereótipos, mais facilmente notados e destacados⁵⁸⁸.



*“All talk happens somewhere, at some time, and is produced somehow by somebody for some purpose”*⁵⁸⁹ – um princípio válido em qualquer época em estudo e uma inquietude que motivou na presente investigação o questionamento do sentido das produções inclusas no Mapa geral de 1761, sua pertinência e finalidade tanto na qualidade de produção escrita, como do seu envio ao Conselho Ultramarino. Em termos ainda mais gerais, interessou-nos aprofundar e enquadrar a aprendizagem da língua vernácula num tempo de clara mudança no plano das relações sociais e linguísticas internas à colónia, a par de uma profunda alteração do programa de actuação junto dos índios no tocante à sua doutrinação, administração e educação. Não fomos, por isso, alheios às consequências da aplicação da *Direcção* no governo de Pernambuco.

A transição da sua tutela, as crescentes restrições feitas à administração exercida pelos missionários que os assistiam nas aldeias constituídas, a partilha do poder junto com os capitães-mores providos em cada aldeia, ganharam uma nova leitura quando se percebeu as suas causas, bem como as consequências que tiveram localmente. Percebemos como, de certo modo, se usara da experiência do cargo de Governador dos

⁵⁸⁸ COUPLAND, Nikolas, *op. cit.*, p. 93.

⁵⁸⁹ YOUNG, Richard, *Discursive Practice in Language Learning and Teaching*, [Chichester], Wiley-Blackwell, 2009, p. 49.

índios (entre os famosos Camarões), extinto em 1733, para a constituição a figura de Director nas vilas indígenas. Entendemos, inclusivamente, que a conversão das antigas missões cearenses e riograndenses do Real Colégio de Olinda em vilas indígenas constituíram o tubo de ensaio para o que se aplicaria na generalidade das aldeias e missões nordestinas com a aplicação da *Direcção* – cujas orientações decorriam do «projecto-piloto» encetado um ano antes no vizinho Estado do Pará e Maranhão.

Em termos gerais, a experiência de transição do modelo de aldeias missionadas para o das vilas indígenas revestiu-se de contornos relativamente idênticos por todo o Brasil. Com a progressiva aproximação e incorporação das comunidades indígenas aos povoados não-indígenas, com cedência dos seus antigos territórios para estes últimos e envolvimento activo em actividades económicas e militares fora do espaço da antiga missão, colocou os ameríndios brasileiros numa posição nem sempre de desfavorecimento social. De resto, a aplicação do *Directório* motivou, mesmo com os seus retrocessos e fracassos, uma autêntica revolução na sociedade brasileira pela construção de um diferente quadro de relações sociais num cenário eminentemente pluriétnico. O espaço das vilas indígenas acabaria por propiciar aos ameríndios a base para o desenvolvimento de uma diferente identidade e organização social⁵⁹⁰, em que a mestiçagem foi particularmente decisiva.

Ao nível da educação escolar formal, é certo que pelo Alvará de 11 de Novembro de 1773, a par de um aumento do número de escolas, se assistira à contratação de mais professores em escolas que já haviam sido criadas, sem contudo surgirem alterações face aos domínios ultramarinos. Na prática, e atendendo ao constante no “*Livro de assentamento de professores régios da capitania de Minas Gerais*”, notamos apenas escassas referências à educação dos índios nas primeiras letras, aludindo-se apenas duas vezes, e já em pleno reinado de D. Maria I. Uma vez mais, não obstante a secular ambição do projecto civilizatório e de integração social dos índios à sociedade lusobrasileira, dominava a precariedade daqueles sujeitos. Forçados a uma condição de subserviência e de marginalidade, os índios aldeados e por aldear

⁵⁹⁰ Rita de Cássia alude nestes termos à construção consciente e inconsciente de construção e preservação da identidade Xucurú ao longo do tempo até à actualidade. Rita de Cássia Neves, “Resistência e estratégias de mobilização política entre os Xucuru”, in ATHIAS, Renato [org.], *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*, Recife, UFPE, 2007, p. 114.

continuavam alheados de toda a protecção e instrução que as leis lhes arrogavam, de que teriam pálida lembrança no tempo em que foram assistidos por missionários.

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



*Problemática assistencial, sociocultural e educativa
nas Aldeias e Missões do Real Colégio de Olinda
(séculos XVII e XVIII)*

Contributos para a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil

Ana Rita Bernardo Leitão

Doutoramento em História
Especialidade: História e Cultura do Brasil

VOLUME II

**Lisboa
2011**

VOLUME II – ÍNDICE

TERCEIRA PARTE

IMPACTO DO SISTEMA EDUCATIVO JESUÍTA

Capítulo VII: Dinâmica do Colégio de Olinda e suas Missões

7.1.	Estabelecimento e âmbito educacional	411
7.2.	Regulação da actividade missionária	428
7.3.	<i>Itapicirica</i> : dos primórdios às Sete Missões olindenses	438

Capítulo VIII: Formação e perfil do mestre de primeiras letras 477

8.1.	Perfil do mestre jesuíta	482
8.2.	O alvorecer da classe docente em Portugal e seu Império	490
8.3.	Os mestres-soldados das vilas indígenas pombalinas	505

Capítulo IX: Da expulsão dos jesuítas em Pernambuco

9.1.	Da contestação à saída forçada	519
9.2.	Os últimos missionários das Sete Missões Nordestinas	531
9.3.	As propriedades do Colégio de Olinda e casas anexas	556
9.4.	Estado do ensino e das missões na ausência dos inacianos	565

QUARTA PARTE

DO ESPAÇO DA MISSÃO ÀS ESCOLAS RÉGIAS DE PRIMEIRAS LETRAS

Capítulo X: Métodos e recursos jesuítas e pombalinos

10.1.	Educação indígena jesuíta e missionária	591
10.2.	Ensinar a ler e a escrever no Antigo Regime	605
10.3.	Os recursos didácticos	619
10.4.	Educação escolar indígena em Pernambuco: <i>a Breve instrucçam para ensinar a ler e escrever aos meninos</i>	629
10.5.	A pluralidade indígena face à uniformidade didáctica	643
10.6.	Impactos da alfabetização em língua segunda de falantes indígenas	653

Capítulo XI: Linguística missionária e comunicação	669
11.1. Línguas de base Jê no Nordeste	674
11.2. Difusão e funcionamento do Tupi	679
11.2.1. Fonemas inexistentes e seu impacto na aprendizagem de L2	680
11.2.2. Morfossintaxe do Tupi	684
11.3. Da variedade dos fenómenos: pidgin, crioulo, língua franca e língua geral	690
11.4. Comunicação em contextos indígenas plurilingues	709
 Capítulo XII: Os ameríndios e o seu processo de aprendizagem do Português	 731
12.1. Aprendizagem e performance dos ameríndios, falantes não nativos de português	733
12.2. A idade como elemento diferenciador	742
12.3. Confronto com os estádios de desenvolvimento do aluno	751
12.4. Cognição e instrução: que elementos na aquisição do português pelos indígenas?	765
12.5. Erros e interlíngua	777
12.6. Aprendizagem, uso do português e dialecto nordestino	794
 CONCLUSÕES	
– Das línguas indígenas à <i>Terra labii unius</i>	809
– Entre progressos, regressos e retrocessos	818
– Língua e colonização: debatendo os efeitos das medidas preconizadas para o espaço luso-brasileiro	822
 BIBLIOGRAFIA	 837

TERCEIRA PARTE

IMPACTO DO SISTEMA EDUCATIVO JESUÍTA

Capítulo VII: Dinâmica do Colégio de Olinda e suas Missões

“De uma só nave no mais puro estilo jesuítico, dizia-se que era a [igreja] mais bela do Brasil” - «Templum facile totius Brasiliae pulcherrimum”.

Bras. 15, 381. LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 452.

7.1. Estabelecimento e âmbito educacional

“Collegium eleganti architectura aedificatum, valde commodum est. Bibliotheca non parva. Templum satis amplum propriis redditibus juvatur; et Sacristia argenteis vasis, et candelabris, nec non vestibus sacris est sufficienter instructa.” – assim se descrevia no *Catalogus Rerum Temporalium* o Colégio de Olinda no limiar do século XVIII¹. Para trás, ficavam a atribulação dos primeiros tempos, os financiamentos que escasseavam, a lenta ampliação do conjunto arquitectónico, a ruína a que fora votado pelo incêndio dos holandeses, o retomar do estatuto daquela casa na capitania de Pernambuco, distinta de entre as demais no Nordeste.

A aquisição do direito do Padroado Real, remontando à reconquista cristã aos mouros, configurara um conjunto de privilégios e deveres por parte da Coroa portuguesa, renovados e reforçados por uma série de bulas e breves papais, a partir do breve *Dum Diversas* de Nicolau V em 1452. Mas seria no reinado de D. Manuel I que uma nova disposição papal colocaria Portugal na dianteira: em 1514, Leão X outorgava que a Coroa portuguesa se apresentasse como “patrona das missões católicas e instituições eclesiásticas em África, Ásia e Brasil”². Daí por diante, Portugal arrogava a si o direito de provisão de todo um conjunto de cargos eclesiásticos, tendo como contrapartida a obrigatoriedade de financiar as actividades eclesiásticas. Por esse motivo, todo o clérigo secular ou regular que pretendesse desempenhar as suas funções

¹ *Catalogus Tertius ex Triennialibus Provinciae Brasilicae Romam missus a P. Provinciali Francisco de Mattos*, 1701. Prima via. Bras. 6, 25-30. Apud LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 593.

² BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, p. 59.

num território ultramarino português, deveria primeiramente achar-se provido de autorização régia³.

Em termos de acção cultural da Companhia de Jesus no Padroado Português, de destacar na província do Brasil a existência de 2 colégios para formação de jesuítas, 4 seminários e ainda 8 colégios e 3 escolas de alfabetização, enquanto na Vice-Província do Maranhão existiam 6 seminários, 2 escolas e 2 escolas de ensino básico⁴. Mas embora os jesuítas conseguissem implementar-se nos territórios ultramarinos por provisão régia, beneficiando da garantia de financiamento da construção das suas casas e colégios por provimento da Coroa, foram, progressivamente, conquistando uma certa independência face ao Padroado Real, sem fugir, naturalmente, aos princípios norteadores da acção missionária e de uma certa concertação face aos interesses do Rei e da Igreja.

Vejamos, então, as circunstâncias em que decorreu a criação do Real Colégio de Olinda, primeiro estabelecimento da Companhia na capitania de Pernambuco.

Graças à doação do primeiro donatário de Pernambuco em 1551 da ermida de Nossa Senhora da Graça e terras adjacentes, havia-se viabilizado o estabelecimento dos jesuítas naquela capitania, sob ordem do provincial P.^e Manuel da Nóbrega para a construção de uma casa com vista ao “recolhimento para os padres sediados em Olinda, para o exercício dos ministérios e de pousada, quando das constantes passagens pela vila, em trabalho de missionação”⁵. De acordo com uma informação dada relativamente à fundação do colégio de Olinda, teve de facto a sua origem numa residência anexa ao colégio da Bahia e, àquela data, possuía uma classe de humanidade, uma lição de casos e ainda escola de ler e escrever – onde, a fazer fé na informação de Anchieta, já enquanto provincial do Brasil, cursariam apenas filhos de portugueses.

³ Esta exigência prende-se com o vínculo que possuía ao *ius praesentandi*. BELO, Albertina, op. cit., vol. 1, p. 59.

⁴ António de Araújo et António Lopes, “Jesuítas”, in FRANCO, José Eduardo e tal. [dir.], *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 198.

⁵ BELO, Albertina, op. cit., vol. 1, p. 45.

Possuía duas aldeias onde residiam os mais idosos e, entretanto, intentara-se erigir uma residência na Paraíba mas, já na altura, é dada como suspensa: “«cessou por justas causas»”⁶. Não foi, contudo, fácil criar esta instituição, devendo a sua origem aos esforços dos padres jesuítas Manuel da Nóbrega e António Pires, enfrentando grande dificuldade no desbravamento dos matos, no sustento dos seus e dependentes de esmolas, apesar da renda mensal que auferiam⁷. A presença inaciana em Pernambuco só se viria a tornar mais efectiva a partir de 1560, muito graças à vinda de mais jesuítas, em particular do P.^e Gonçalo de Oliveira, particularmente capacitado para o ensino junto dos índios, por ser *língua*. Com a sua orientação, fundara-se uma classe para meninos índios, de que fora mestre o Irmão Pantaleão Gonçalves, também *língua*⁸. Ainda assim, assistiu-se a uma grande oscilação na qualidade da presença dos companheiros de Inácio, tendo inclusivamente sido obrigados em 1567 a irem todos para o colégio da Bahia, voltando apenas cerca de um ano mais tarde. Entre o grupo dos que vieram da Bahia figuravam o P.^e Rodrigo de Freitas, na qualidade de superior, o pregador Amaro Gonçalves e o padre provincial Luís da Grã⁹.

A construção primitiva era constituída por uma casa de taipa coberta de palha com uma assobradada, erigida ao tempo do P.^e António Pires, que ali ficara por ordem de Nóbrega¹⁰. Cerca de 1560 acrescentaram-se quatro cubículos térreos assobradados e a partir de 1563 (data da demolição da antiga ermida para edificação da nova igreja, em pedra e cal, que ficaria concluída em 1567) procedeu-se à ampliação do modesto conjunto arquitectónico existente, ficando-se a dever este compasso de espera a dificuldades em termos da implementação do edifício e seu financiamento¹¹. “«Pequena

⁶ Roma, ARSI, *Brasilia* 5, fl. 99. Transcrito apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 15.

⁷ Idem, *ibidem*, vol. 3, doc. 12.

⁷ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 46.

⁸ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 53.

⁹ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 47.

¹⁰ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 45.

¹¹ Idem, *ibidem*, vol. 1, pp. 49-50.

mas bem acabada»”, da igreja então edificada e dos trabalhos que haviam sido dirigidos pelo P.^e João de Melo, não temos dados sobre as suas dimensões, planta ou até localização concreta. Estranhamente, para Albertina Belo a igreja da casa jesuíta de Olinda vira as suas obras iniciadas em 1584, arrastando-se as obras até 1597 – quando, na verdade, se assinala somente o enriquecimento da edificação no seu interior:

“[...] no ano de 1584 procedeu-se à fábrica de um retábulo; sem ser precisa a época de construção, sabe-se da edificação de uma torre de igreja com relógio; a 26 de Dezembro de 1585 foi fundada a capela de Santa Ana; nesse mesmo ano a igreja foi considerada pequena, mas bem ornamentada; em 1590, «crescia a olhos vistos»; decorridos dois anos «estava coberta e pronta» só faltando ser caiada.”¹²

Cardim, baseando-se na informação do visitador delegado àquelas partes em 1584, P.^e Cristóvão Gouveia, notava: “O edifício é velho, mal acomodado, a igreja pequena”¹³. Nada referia a propósito de eventuais obras em curso ou previstas, apenas salientando a pobreza e exiguidade arquitectónica do espaço. Muito embora de construção singela, num estilo claramente notado como antiquado e implementado de forma pouco adequada aos olhos deste provincial, não deixara de se constituir o epicentro da acção catequética, educativa e assistencial num vasto território, como veremos mais adiante.

Quanto à traça da igreja, reconheceu o P.^e Pero Rodrigues a similitude com a igreja de S. Roque em Lisboa. Relativamente ao colégio propriamente dito, o edifício para escola de meninos, fora da portaria da residência dos padres, entrara em funcionamento a partir do segundo semestre de 1568, logo após o período de 1565-1567 em que aquela residência estivera encerrada¹⁴. Criado e dotado somente em 1576, o colégio jesuíta de Olinda tem a particularidade de ser o único a preservar a sua traça original, muito embora tenha sido arrasado pela invasão neerlandesa, pelo incêndio em

¹² Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 51.

¹³ CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 257.

¹⁴ Idem, *ibidem*, vol. 1, p. 52.

Novembro de 1631. A 15 de Janeiro de 1579, alude-se à posição estratégica do colégio numa carta do Geral da Companhia ao P.^e José de Anchieta:

“Entiendo que Pernambuco es muy aparejado p.^a se embarcar p.^a Portugal los tentados que allí uviere, sin poderles yr a la mano p aver en aquella tierra muchos navios, y estar el puerto una legua lexos de nrõ Collegio, conviere q por esta razon se ponga en aquella tierra gente de confiança, ya que es tan ocasionada”¹⁵

O início das obras do colégio teria ocorrido entre 1585 e 1597, adiantando-se as obras em 1607, pela ampliação através da edificação de 6 divisões e da capela doméstica; no período da invasão holandesa já estaria terminado, tendo sido, inclusivamente, descrito por Gaspar Barlaeus como um edifício de construção elegante¹⁶. Apresentava-se como o mais antigo exemplar de igrejas maneiristas na região nordeste¹⁷, atribuída ao Ir. Francisco Dias, a quem competira igualmente a edificação da Igreja de S. Roque, na capital do Reino.

Destacava-se o Colégio dos Jesuítas da malha urbana que compunha Olinda em 1580, sobretudo pela sua magnificência “onde se ensinavam bellas letras aos Pernambucanos, e língua aos Indios convertidos, qua mostravam algum talento”¹⁸. Quanto à reedificação do conjunto arquitectónico logo após a expulsão dos holandeses, sabe-se que se encontrava já em plena actividade em 1660 e concluído em 1666¹⁹. “No alto da colina central, o Colégio dos Jesuítas, fundado em 6 de Janeiro de 1576, preparava jovens para o sacerdócio e conversão dos gentios” – vontade, ademais,

¹⁵ Bras. 2, 46.

¹⁶ Cf. BARLAEUS, Gaspar, *História dos Feitos Recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, p. 54.

¹⁷ Idem, *ibidem*, vol. 3, doc. 12.

¹⁷ Roma, ARSI, *Brasilia* 5, fl. 99. Transcrito apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, p. 8.

¹⁸ GAMA, José Bernardo Fernandes, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, t. 1º, Século 16º e 17º - Parte Primeira, Recife, Typ. M. F de Faria, 1840, p. 93.

¹⁹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, p. 416.

expressa no alvará da sua criação – “bem como “letrados”, para estudos em postos avançados.”²⁰

Desde cedo se respondeu a uma vocação particular desta casa no domínio da instrução, antes mesmo de edificado o colégio propriamente dito – prática comum nas casas da Companhia - como no-lo aponta Lúcio de Azevedo:

“Desde o princípio [os jesuítas] abriram em Pernambuco aula de primeiras letras; dentro em pouco a costumada classe de latim. Em 1572 celebrou-se a entrada do ano lectivo com oração de sapientia, diálogos entre os alunos, representações de enigmas, prémios; de modo que, afirmava um assistente, bacharel formado, se não faria melhor em universidade. Em 1575 requeriam ao Geral e ao Rei a criação de um colégio, que se realizou, subsidiado por D. Sebastião com mil cruzados de renda.”²¹

Satisfazendo os rogos da população local, dera-se início às obras do colégio na década de 60 do século XVI, mais precisamente no dia de Santa Ana – estamos em crer que seria no dia 22 de Julho de 1564 – após ponderação sobre o local onde a edificação se deveria firmar, consultando-se, para o efeito, o Provincial da Companhia, na Bahia:

“«Começamos dia de Santa Anna [a] abrir os alicerces da nossa egreja e não se começaram mais cedo porque houve cá differença si tomaríamos outro sitio, por este parecer pequeno para colégio e foi necessário escreve-lo à Bahia ao Provincial, pêra que com seu parecer se assentasse o que nisto se fizesse; finalmente que se detriminou que nos não mudássemos deste sitio e que se fizesse aqui a egreja e a mais obra.»”²²

“«O Padre Provincial está de caminho para Pernambuco, para dar princípio e ordem a um Collegio, que por diversas vezes hão feito instancia por elle os moradores daquella terra. Esperamos que se servirá o Senhor muito desta obra, assim como os filhos dos Brancos como com os Mestiços da terá, que, segundo dizem, há muitos nesta capitania (...)»”²³

²⁰ VERRI, Gilda, *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, vol. 1, Recife, UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006, p. 65.

²¹ J. Lúcio de Azevedo, “Introdução”, in [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbucu, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923, p. XI.

²² Carta do P. António de Sá, de Pernambuco, para os irmãos da Companhia de Jesus de Portugal. Pernambuco, 8 de Setembro de 1563. In *Cartas Avulsas*, Rio de Janeiro, Of. Industrial Graphica, 1931, p. 400. Apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 6.

²³ Carta de António Blasquez para o P.º Provincial de Portugal da Bahia. 30 de Maio de 1564. In *Cartas Avulsas*, Rio de Janeiro, Of. Industrial Graphica, 1931, p. 415. Apud BELO, Albertina, *op.cit.*, vol. 3, doc. 7.

Presidira à solenidade da sua inauguração em 1576 o Provincial P.^o Inácio de Tolosa²⁴. Seria no ano de 1551 (1554, segundo Lúcio de Azevedo) que chegaria a Pernambuco, oriundo da Bahia, por onde havia exercido intensa actividade missionária, o P.^o António Peres. Não fora sozinho, tendo-se-lhe juntado o Provincial Manuel da Nóbrega e alguns coadjutores. Não sendo ainda hábeis no idioma dos índios, valeram-se do recurso a intérpretes²⁵. Fora o caso, em particular, de Maria da Rosa, mais tarde religiosa de S. Francisco, “grande lengua y servia al padre de interprete en las platicas y confesiones”, assim como para ensinar os índios alguns ensinamentos do catecismo cristão²⁶. Noutra circunstância, era “una yndia dela tieria” que se encarregava de congregar os índios para que o P.^o Peres lhes desse doutrina. Ao tempo do Provincial Luís da Grã, e no anseio de dar continuidade à obra evangélica em Pernambuco, envia para ali, em 1560, o P.^o Gonçalo de Oliveira que, sendo língua, estava encarregue de missionar “para que [...] acudiese a los yndios que eram muchos”²⁷. O seu método consistia em lhes dar doutrina duas vezes por dia, juntando no período da manhã até seiscentos, sendo que o período da noite era dedicado aos escravos pescadores, que rondariam os quatrocentos.

A primeira alusão que encontramos a uma aldeia indígena da Companhia em Pernambuco é a da aldeia de S. Francisco, a cargo do mesmo P.^o Gonçalo de Oliveira, quês a constituíra a 3 léguas de Pernambuco, onde mantinha residência fixa. Ainda assim, ao invés de os baptizar, este jesuíta preferira usar, antes, de estratégias de sedução, ao invés de lhes impor a adesão à fé católica²⁸. Em 1562 seguiriam para aquelas partes o padre João de Melo, a fim de ser superior daquela casa que se começava a edificar em Pernambuco, assim como um jesuíta que era língua, aí permanecendo apenas até 1567, data em que dali se ausentaram, para desagrado da

²⁴ J. Lúcio de Azevedo, “Introdução”, in [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbuco, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923, p. XI.

²⁵ [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbuco, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923, p. 2.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 3.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 5.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 6.

população. Observada a necessidade de se assegurar aquela residência, o Provincial Luís da Grã fez-se acompanhar dos padres Rodrigo de Freitas (que deixaria como superior daquela casa) e Amaro Gonçalves, assim como de outros dois, um deles o Ir. João Martins, ali os deixando enquanto torna à Bahia. É neste período que surge a primeira alusão ao ensino das primeiras letras e à educação nas Humanidades em Pernambuco, verdadeiro motor de propulsão na formação de novos missionários no Nordeste:

“Comenzo el padre Amaro gonzalez y el Hermano Juan martinez y luego el padre Alonso Gonzalez se encargo de la clase la de los niños y el padre amaro Gonzalez comẽso a leer una clase de latin [;] y como el numero de los nuestros era maior asi era el fructo que se hazia mas grande assi en esta Villa Dolinda [sic] como deitamaraca [sic]”²⁹

Prova disso mesmo é a notícia de os estudantes se entregarem a actividades assistenciais, cuidando alguns de visitar os presos e de lhes levar água – “y muchos deseavan entrar en la compañía”³⁰.

Ali aportaria, em Junho de 1572, outro padre língua, António Daranda, não permanecendo mais que dois meses. Por esta altura, a residência de Olinda era assegurada pelas esmolas recebidas, às vezes enviadas a partir do Reino, ou solicitadas de porta em porta, estando ainda dependente de parte da renda do colégio da Bahia. Em 1573 permaneciam ali apenas 4 jesuítas, aos quais se juntariam, também vindos do colégio da Bahia, os Irmãos Manuel de Castro e Pantaleão Gonçalves, este último “lengua para enseñar a los yndios”³¹. Tornando o P.^e Rodrigo de Freitas à Bahia em 1574, vinha dali o P.^e Melchior Cordeiro, novo superior de Olinda. Inicia-se, entretanto, novo ano lectivo³².

²⁹ Idem, *ibidem*, pp. 8-9.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 32.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 18.

³² Idem, *ibidem*, p. 21.

A partir da informação do Padre Visitador Cristóvão Gouveia, cujo périplo se fizera por várias capitanias do Brasil, obtemos alguns dados relevantes acerca do colégio de Olinda e suas missões para o ano de 1584. Recebido pelo então reitor P.^e Luís da Grã – ele que fora o segundo provincial do Brasil, sucedendo ao P.^e Manuel da Nóbrega – Cristóvão Gouveia inteirou-se da dinâmica missionária entre os índios e escravos da Guiné, numa altura em que Pernambuco contava com ao menos 66 engenhos de açúcar. Por aquela altura, devido à grande seca que grassara por aquele território no ano anterior, muitos índios haviam descido dos sertões para as zonas costeiras, ficando entre quatro e cinco mil ao serviço dos brancos de forma a minorar a fome de que padeciam³³. Alguns tornaram ao sertão tempos depois, apenas ficando os que desejaram continuar entre os brancos, não necessariamente em suas casas ou fazendas, mas em pequenas aldeias. Estas pequenas comunidades indígenas, oriundas do sertão, haviam ponderado o benefício que lhes advinha da assistência que lhes pudessem dar, ajudando-as a suprir as dificuldades de subsistência em períodos mais severos. Por isso mesmo reclamavam a presença de missionários, garante da sua protecção e segurança da sua fixação numa área que não lhes seria inteiramente familiar e dominada por grupos indígenas rivais. Ainda assim, neste período - último quartel de quinhentos - eram já poucos os índios da terra, por força da intensidade da colonização, tendo-se acentuado a miscigenação de culturas. A demanda, porém, de mão-de-obra escrava fora notória, contando-se um predomínio de escravos oriundos da Guiné, que eram, declarara Cardim, em grande número, apesar da muita mortandade que entre estes havia³⁴.

Relativamente à subsistência do colégio, conseguiam os padres ter bom sustento, apesar de o custo de vida ser o triplo, nesta altura, do verificado no Reino. Descreve-nos assim Cardim o quotidiano e a boa integração daquela instituição na sociedade local:

“Os padres lêem uma lição de casos, outra de latim, e escola de ler e escrever, regam, confessam, e com os Índios, e negros de Guiné se faz muito fruto; dos Portugueses são

³³ CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 252.

³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 255-256.

mui amados e todos lhes têm grande respeito. Nesta terra estão bem empregados, e por seu meio faz Nosso Senhor muito, louvado seja ele por tudo.”³⁵

Por carta régia de doação e dote, D. Sebastião acentuava a importância da criação deste colégio, dado o desenvolvimento económico e demográfico daquela capitania, sem esquecer a importante e necessária acção junto dos ameríndios daquela capitania, facto, de resto, sempre assinalado aquando dos alvarás de fundação dos colégios jesuítas no Brasil colonial:

“Eu el Rey [...] tinha obrigação de prover como ouvesse nelleas Igrejas e cassas de religiosos, e querendo eu como esta rezão e obrigação melitar, ainda mais nas partes o Brasil que se povoão novamente amtre gentios a que convem mover e presudir per todas as vias ao conhecimento da nosa santa, fee catoliqua, e vendo outrosi o muito crescimento em que vão as povoações da capitania de pernãobuquo e as rendas d’elas, e por me pedirem os moradores da dita, capitania que ouvesse nela na villa d’olinda hum colégio de padres da companhia de Jehsu polla experiencia que avia do muito fruto que tinham feito naquelas partes com sua vida, e exemplo asin na converção o Jentio de que per seu Instetuto principalmente tratân como na reformação das vidas e costumes de todos. E por isto ser assy e obra de tão to serviço de nosso senñor e de minha obrigação hei por bem e me apraaz de fazer mercê por esmola e doação perpetua pêra sempre, e de dar em dote ao colégio de sua ordem que na dita capitania mando que se funde de quatrocentos mil reis de iuro em cada hum anno pêra sustentação dos vinte padres que nele hã d’aveer [...]”³⁶

Esta doação veio a ser, três anos volvidos, ratificada por D. Henrique em 1579, de modo a garantir que se concluíssem as obras daquele colégio, implantado em terras da jurisdição do Colégio da Bahia, de modo a

“que nelle podessem residir e estar ate sesenta pessoas da dita companhia que parece que por ora deve de aver nelle pella dimensão luguar e muitas partes em que os ditos Padres residen e a que o dito collegio são enviados para bem da conversão e outras obras de Nosso Senhor e por sustentação do dito Collegio e Religiosos delle;”³⁷

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 257.

³⁶ Carta régia de doação e dote de D. Sebastião ao Colégio de Nossa Senhora da Graça da Companhia de Jesus da vila de Olinda. Almeirim, 6 de Janeiro de 1576. AHU, Pernambuco, cod. 112, fls. 129v-130f. Apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 8.

³⁷ Carta régia de confirmação de doação e dote de D. Henrique ao Colégio de Nossa Senhora da Graça da Companhia de Jesus da vila de Olinda. Lisboa, 1579. AHU, Pernambuco, *Livro de Ofícios para o Brasil para o ano de 1548 Pernambuco*, cod. 112, fls. 232v. Apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 9.

De acordo com as informações dadas por Anchieta em 1585³⁸ acerca do colégio de Pernambuco, nesta altura as instalações, além de exíguas, tinham um aspecto pouco moderno. José de Anchieta afirma mesmo que o edifício era velho – o que parecerá estranho, na medida em que fora construído há cerca de uma vintena de anos àquela parte. Instalado na Bahia, pareceria a este insigne jesuíta que a arquitectura do colégio pernambucano era particularmente modesta e não respondendo ao gosto das novas inspirações da época.

Não obstante possuir sete léguas da vila e duas léguas de terra em quadra, assim como algumas cabeças de gado bovino para seu sustento, a oposição dos Potiguár impedia o inteiro usufruto das propriedades, como sublinha Anchieta. De resto, ainda ao tempo de D. João V se procedia à demarcação e tombo das terras pertencentes ao colégio de Olinda, achando-se este monarca na obrigação de emitir uma provisão de modo a solucionar as contendas que haviam surgido com os confinantes³⁹.

Interessa-nos, em particular, a descrição que Anchieta apresenta das suas actividades junto da população, onde se aponta a docência de casos junto de até três estudantes noviços, gramática latina (com pouco mais de uma dezena de estudantes externos e alguns internos) e ainda a existência de uma escola de ler e escrever com cerca de quarenta crianças, todos eles filhos de portugueses. Os religiosos daquela casa contavam ainda com outras actividades: assistência espiritual na igreja matriz e comarca de Olinda, assim como nos engenhos dispersos até 14 léguas daquela vila, populações de portugueses, escravos da Guiné (que ascendiam até cerca de 10 mil na época) e comunidades indígenas (até cerca de 2 mil, conforme se registara)⁴⁰. Fora, efectivamente, a partir de 1576 que os jesuítas haviam começado a investir na assistência espiritual dos escravos da Guiné, dado o elevado número de indivíduos naquelas partes. Notando que tanto os índios como os escravos não ouviam missa nos

³⁸ Informação de la Provincia del Brasil para Nuestro Padre – Collegio de Pernambuco. Bahia, 1585. BPE, CXVI/1-33, fl. 37v. Apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 12.

³⁹ Ofício de D. João V. S.I., s.d. AHU, Pernambuco, *Livro de Registo de provisões*, cod. 97, Para tombar as terras do Collegio da Cidade de Olinda, fl. 315v. Apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 11.

⁴⁰ Informação de la Provincia del Brasil para Nuestro Padre – Collegio de Pernambuco. Bahia, 1585. BPE, CXVI/1-33, fl. 37v. Apud BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 3, doc. 12.

domingos e dias santos, o próprio padre provincial se encarregou de avisar os senhores, através de um sermão, da obrigação que tinham no sentido de não os privar deste dever cristão. O resultado de tal intervenção fora positivo, levando muitos à missa – “y ella acabada se les ensinã brevemente la doctrina”⁴¹.

Naquela altura, muitas das missões jesuítas pernambucanas se repartiam por vilas e engenhos. O recurso a padres e irmãos línguas revelava-se ainda uma estratégia crucial para o sucesso das mesmas, além das longas distâncias que deveriam percorrer para atender o máximo de pessoas possível. Nota-se o seu cuidado em ir até às fazendas, garantindo a confissão dos fiéis, alguma demais assistência necessária e sobretudo evitar uniões de mancebia, assaz frequentes - “Un padre y un hermano lenguas fuerõ a una hacienda donde hisierõ docientos y dos baptismos y ciento y cinquenta y seis casamientos [...]”⁴². De realçar o convívio nestas fazendas de índios, escravos e alguns colonos, em condições claramente distintas face a estes últimos. Seria, de facto, esmagadora a presença de africanos, mas os europeus que aí se haviam fixado seriam em número bem inferior, mesmo comparativamente aos índios remanescentes. Não deixam igualmente de ser evidentes os esforços mantidos pelos jesuítas naquela capitania para atender a quem mais precisava:

“En los indios e esclavaria se hizo tambien mucho ansi en las doctrinas como en las cofessiones. Vienen de seis y siete leguas a confessarse.”⁴³

“Un P.^e lingua va algunas vezes por las villas ^{44v} [...] comarcas y haziendas y siempre vuelve cõ muchas almas ganadas. Va a partes q parece no aguardavã algunos outra cosa sino por el baptismo o cofession para ajr. al cielo. Baptizaron 54 personas y hizieronse 25 casam^{tos} praecediendo el aparejo nec.”⁴⁴

Tudo aponta para que, ainda ao tempo de residência, os seus jesuítas se dedicassem a missões do tipo «volante», intervindo ora em partes mais recônditas, para atender os índios que se iam afastando, progressivamente, das nascentes povoações de

⁴¹ Bras. 12, fl. 74v.

⁴² Bras. 12, fl. 75v.

⁴³ Bras. 12, fl. 44v.

⁴⁴ Bras. 12, fls. 44v-45f.

colonos, ora acorrendo aos escravos que trabalhariam nos engenhos de açúcar, importantes núcleos de desenvolvimento da economia a nível regional e de toda a colônia neste período. Supostamente, também nesta mesma instituição terão ingressado, ainda que em menor número, alunos índios. A respeito do colégio e sua implementação, José Fernandes Gama conta-nos o seguinte em meados do século XIX:

“Olinda continha em 1580 sette centas cazas de pedra e cal, e vários edificios Publicos, principalmente conventos e Templos, entre os quaes se distinguia pela brilhante vista de que goza, e pela magnificência com que foi construído o Collegio dos Jesuitas, (fundado a custa d’El-Rey D. Sebastião) onde se ensinavam bellas letras aos Pernambucanos, e também aos Indios convertidos, que mostravam algum talento.”⁴⁵

Fernandes Gama não deixa de apontar os jesuítas como os grandes responsáveis pela aliança definitiva dos colonos portugueses da Paraíba com os ameríndios e consequente edificação da Fortaleza do Rio Grande – cujo plano, de resto, fora da autoria do jesuíta espanhol Gaspar de Samperes⁴⁶, arquitecto militar de formação – através da pacificação de 150 tribos de índios ao tempo da permanência flamenga no nordeste⁴⁷.

Através de uma série de doações de colonos, da demanda constante à Coroa e administração colonial de meios de financiamento para as suas missões que floresciam um pouco por todo o Brasil e da intensificação de formas de exploração agropecuária, a Companhia de Jesus conseguiu alcançar um invejável poder económico, arquitectado, evidentemente, à escala das suas missões desde o litoral ao interior, junto de brancos, índios e escravos, chegando até a constituir uma alternativa ao clero secular, que também não conseguia satisfazer todas as necessidades dos habitantes das diversas capitanias, por via das longas distâncias e da dispersão em que se encontravam. Não

⁴⁵ “Olinda”, in GAMA, José Fernandes, *Memorias historicas da provincia de Pernambuco, precedidas de um ensaio topographico-historico*, Recife, Typ. de M. F. de Faria, 1840, p. 93.

⁴⁶ Cf., a propósito deste jesuíta, sentido da expedição em que se achava integrado e de uma missiva de sua autoria em Gustavo Hiroshi Kitayama et Anderson Bispo de Farias, “Jesuítas: religiosos ou prospectores? Uma análise da relação entre a presença jesuítica e as estratégias de colonização na capitania do Rio Grande” in [Anais do II Encontro Internacional de História Colonial] Mneme – Revista de Humanidades, Caicó (RN), UFRN, v. 9, n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

⁴⁷ “Olinda”, in GAMA, José Fernandes, *op. cit.*, pp. 47-48.

deixou de manter os privilégios sobre certos dízimos como garantia parcial do seu governo, muito embora insuficiente para financiar todas as suas actividades missionárias, eclesiásticas e educativas, a construção de casas e igrejas, a constituição de aldeias de índios catequizados – razão pela qual o recurso a esmolas continuaria a ser vital em alguns casos, dependendo da piedade e devoção dos seus mais fervorosos – e abastados – seguidores.

A situação os jesuítas em Olinda não fora alheia a este quadro. Dotado, inicialmente, por um financiamento régio calculado pelo número de padres de que aquela casa fora provida – prática extensível a todos os restantes colégios e residências da Companhia de Jesus fundados na colónia – o colégio de Olinda começa a manifestar carências logo pela necessidade de obras, pelo aumento do número de estudantes, pelo alargamento da esfera de acção no plano da doutrinação dos locais – sobretudo ameríndios – e consequente aumento do número de missionários. Efectivamente, dois meses após a instalação dos primeiros jesuítas, dava Manuel da Nóbrega conta das carências daquela instituição em carta dirigida a D. João III, de 14 de Setembro de 1551, onde demonstra a

“necessidade de receber mais ajuda e meios para o pensionato e meninos que os inacianos pretendiam catequizar. Esses meios incluíam uma casa para albergar vinte meninos e escravos da Guiné para roças de mantimento e algodoais, destinados a manter as crianças, por nada precisarem os padres, uma vez que a terra era rica e os moradores ajudavam.”⁷⁴⁸

Passou a depender, a partir de 1575, e graças à determinação do vice-provincial António Pires, tanto das esmolas dos moradores, como ainda de alguma ajuda do Colégio da Bahia – demonstração clara da sua dependência económica face a este colégio, assim como da vinda de missionários e orientações relativas aos preceitos da evangelização e da educação dos naturais, particularmente evidentes nas primeiras décadas da sua existência. Graças, como sublinha Albertina Belo, a beneméritos locais, assim como à prosperidade económica daquela capitania, o colégio de Olinda conseguiu sustentar com algum à vontade a sua comunidade. Foi, ainda, particularmente importante o sentido prático destes religiosos, ao aproveitarem as terras que haviam

⁴⁸ BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, pp. 64-65.

recebido por sesmaria para nelas criarem fazendas com plantação de cana-de-açúcar. Entre os principais engenhos da Companhia em Pernambuco destacam-se os de Monjope, Cotunguba e Caraúba, todos propriedade do colégio de Olinda, ao passo que o engenho de Nossa senhora da Luz pertencia ao Colégio do Recife⁴⁹. Já nos finais do reinado de D João V, em 1742, Monjope era o único engenho do Colégio de Olinda ainda em actividade⁵⁰.

Com a invasão holandesa e consequente destruição do Colégio de Olinda, a situação financeira daquela instituição complicou-se, ficando novamente dependente das esmolas dos moradores. Procurando estudar com detalhe o volume de propriedades deste colégio a fim de melhor perceber a importância esta casa no contexto colonial e de como a sua arquitectura reflecte essa sua natureza, Albertina Belo propôs-se a reunir certo número de dados sublinhando, contudo, não se ter ainda definido com clareza a verdadeira extensão das suas propriedades. Levantaram-se dúvidas quanto à legitimidade da sua posse por parte da Companhia, nomeadamente pela perda de títulos de propriedade aquando do incêndio de Olinda em 1631⁵¹. As contendas arrastar-se-iam por várias décadas até que D. João V, por provisão régia de 4 de Junho de 1727 determina, como já aqui vimos, que se tombasse e demarcasse as terras pertencentes ao Colégio de Olinda. Ainda assim, a autora conclui que esta instituição jesuíta teria conseguido reunir avultadas somas a partir das propriedades que possuía – o que, por certo, abrangeria o arrendamento de casas – o que, em sua opinião, permitiu “a sobrevivência da obra missionária e de educação de elevado nível”⁵². Quanto a este ponto, no entanto, importa esclarecer um facto deixado em branco por esta autora: qual seria a verdadeira extensão da obra missionária que se achava sob directa jurisdição deste colégio e como – e por que motivos de ordem da administração local – se operou a expulsão dos jesuítas de Pernambuco? Deter-nos-emos, um pouco mais adiante, na

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 68.

⁵⁰ ARSI, *Bras.* 6, fl. 189 – referido em LEITE, *HCJB*, vol. V, p. 424; BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, p. 69.

⁵¹ BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, p. 70.

⁵² Idem, *ibidem*.

dimensão das missões jesuítas de Pernambuco, aprofundando em capítulo próprio a questão da sua expulsão, relacionada com o processo de conversão das aldeias missionadas em vilas de índios.



Em termos de oferta educativa, o Real Colégio de Olinda promoveu a docência de todos os cursos da Companhia em diversas fases. Inaugurados os estudos em 1573, os primeiros professores encarregues eram oriundos de Portugal ou até mesmo de Roma – prática, de resto, observada nos restantes colégios desta colônia, enquanto não saíam formadas nestes colégios as novas gerações, particularmente vocacionadas para a doutrinação dos ameríndios, graças à intervenção de Anchieta e às disposições de Aquaviva. Assim, contou, desde o início, com o curso de Latim e com o de ler, escrever e contar, introduziu-se o estudo de Casos em 1576, ano da reorganização do colégio, remonta a 1607 o de Teologia Moral e antes mesmo do domínio flamengo o curso de Filosofia – muito embora este viesse a ser validado por Provisão Régia apenas em 1687, “como se fosse em Coimbra”⁵³. No curso de Humanidades, iniciado em Fevereiro de 1627, era o P.^e António Vieira, ainda jovem, o professor responsável, cuja docência é por muitos autores remontada a 1626, muito embora seja da sua autoria a *Ânua da Província do Brasil*, redigida a partir da Bahia a 30 de Setembro de 1626⁵⁴.

Com a invasão holandesa, a partir de 1630, todos os cursos acabariam por ser interrompidos e o colégio sofreria sérios danos. Só voltaria a funcionar em pleno após a guerra da Restauração (1645-1654)⁵⁵. Seria preciso aguardar pela década de setenta daquela centúria para, uma vez reorganizado o colégio, existirem Cursos Superiores ministrados com regularidade, introduzindo-se, inclusivamente, em 1673, o segundo Curso de Artes, ano em que a Câmara solicita ao padre Geral a continuação do seu

⁵³ Bras. 8,61; É por testemunho de Matias de Albuquerque em 1631 que se atesta o ensino de Filosofia nesta instituição em época tão remota. Quanto à validação, Leite apenas acedeu à transcrição publicada na Revista do Instituto Pernambucano, n.º 43 (1893) 27 – Conselho Municipal, Livro 45, “Registro de Cartas Régias, Provisões e Ordens Reais”, p. 55. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 432 e p. 434.

⁵⁴ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 435.

⁵⁵ BELO, Albertina, *op. cit.*, vol. 1, p. 58.

funcionamento, assim como a docência do de Teologia Dogmática ou Especulativa, a qual acabou de facto por ser ministrada pelo P.^e Afonso Martins⁵⁶. No respeitante aos seus reitores, assinala-se alguma divergência nos autores. Propomos uma sistematização a partir da tese de Albertina Belo e da obra monumental de Serafim Leite (cf. Anexo 3).

Na centúria da extinção deste colégio, em finais do reinado de D. João V, temos notícia de o ensino ser promovido com particular empenho pelos professores, existindo, inclusivamente, em 1745 uma academia onde os alunos se dedicavam à composição de versos e sua preparação para actos públicos – era a Academia de S. Luís Gonzaga⁵⁷, cujo orago era o patrono da juventude. Apesar de vir dispensando alunos para os dois colégios vizinhos, o Colégio de Olinda mantivera-se como núcleo fundamental à formação dos filhos da terra, por entre fidalgos e noviços, cuja biblioteca era de particular riqueza e variedade⁵⁸.

⁵⁶ Cf. Transcrição desta representação feita em Olinda, a 16 de Agosto de 1673. LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 432-433.

⁵⁷ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 435.

⁵⁸ Bras. 6,28. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 436.

7.2. Regulação da actividade missionária

Uma das grandes preocupações consistia na distribuição de religiosos a residir em cada aldeia. A propósito disto mesmo, dera conta o provincial do Brasil ao Geral da Companhia de Jesus no ano de 1579 algumas inquietações neste sentido, tendo obtido como resposta a obrigação de se encontrarem ao menos três missionários por missão.

“Ordeno v. P. que en cada aldea de los Indios xpianos [sic] de que tenemos cargo, estuviessen quatro de los nros, Pedimos a v. P. dexe esto en arbitrio del P.e Prov.^{al} assi por falta que ay al presente de subditos aptos para esto, como por outros respectos que muchas vezes ocurrẽ, y requirẽ aya el P. Prov.^{al} esta facultad.

Sera bien que cõmumente se observe el orden ia dado açerca del n.º de los nros que an de estar en las residencias, pues conviere assi por muchas causas, mas con esso no se quita al Pv.^{al} que en algũ caso particular, aunq raro pueda ad tempus dispensar en ello con tanto que no sean menos de tres, y personas de mucha confiança.”⁵⁹

A dificuldade não estava apenas em dispor do número suficiente de jesuítas para tal serviço, mas da sua aptidão, da sua vocação para o exercício do mesmo. Com efeito, não deixa de ser importante sublinhar-se o extremo cuidado com que cada jesuíta era avaliado, a fim de ser encaminhado para a actividade que melhor se ajustasse às suas capacidades. Colocara-se, desde cedo, a necessidade de adaptar a formação à realidade que esperava os missionários. Em finais do século XVI assistimos ao grande volte-face da acção missionária, assistencial e educativa dos jesuítas junto dos índios: a aprendizagem e recurso à língua geral para mais facilmente contactarem e fortalecerem as relações com as comunidades ameríndias. Encontramos disso testemunho, nomeadamente, numa carta datada de 20 de Fevereiro de 1589, remetida pelo Geral da Companhia ao provincial do Brasil, Marçal Beliarte, onde se aludia, inclusivamente, à importância de não se fixarem por demasiado tempo os superiores das aldeias e residências:

“Quando a la duda que v. R. tiene de no ser promovidos a mas altos studios, ni a las ordenes, los que no deprendieren [sic] la lengua: lo que se offereçe sobre esto que dizir es, que el orden dado se observe, pues este principalm.^{te} se dio para los que van del Reyno, a los quales con el zello que llevan de la conversion no se les hara difficil el occuparse en deprehenderla, pues sin este medio no pueden conseguir el fin que pretenden. y qn alguno o algunos uviesen leido algunos annos, que esta es la mayor

⁵⁹ Bras. 2, 29.

difficultad que se puede offereçer, en tal cazo iusgando v. R. convenir, los podra promover, assi a otros studios, como a las ordenes: avisandonos en pero de las personas, que assi promoviere, y de las razones que para ello uvo: y con esta occasion de deprender la lengua, nos ha parecido tomarla para encargar a v. R. como mucho encargamos; que procure quanto en si fuere que se attienda con particular cuidado a la conversion exhortando a todos que en esto procuren mostrarse fieles siervos del sôr y verdaderos hijos de la Comp.^a

De alla nos avisan que se tiene por grande inconveniente, y aca tambien nos lo parece el estar mucho tiempo sin mudarse los superiores de las aldeas [acrescentado a posteriori] residencias, porque nos scriven suelen estarse 12. 15. y aun mas annos sin que los muden. encargase a v. R. para que en quanto lo suffriere la falta de los subiectos, procure acudir al remedio desto.”⁶⁰

Muitos vinham, com efeito, do Reino, já formados ou ainda enquanto estudantes, tomando como desafio a conversão de índios recentemente descidos ou ainda dispersos pelo sertão. Simultaneamente, firmava-se a necessidade de prover cada missão ou aldeia de ao menos um religioso hábil em língua indígena – no caso, em língua geral, partindo-se dos princípios enunciados pela gramática de Anchieta e, posteriormente, pela do P.^e Luís Figueira. Daí que se estipule:

“7. Procurese con toda dilig.^a que todos los nros hablen la lengua, y la deprendan principalm.^{te} los que se embian a las Aldeas para esso”⁶¹

Se para o século XVI as informações são esparsas e descontinuadas, na centúria seguinte é possível observar, no provimento das povoações administradas pela Companhia, a existência de uma grande circulação de missionários, quer se tratassem de superiores ou seus companheiros – Padres, Coadjuutores ou simplesmente Irmãos (alguns ainda a frequentar os estudos). Regista-se, efectivamente, um maior cuidado na distribuição dos mesmos aos mais diversos níveis: tempo de permanência, número de missionários, conhecimento da língua dos índios. Observa-se, de forma muito clara, nomeadamente graças aos registos constantes nos catálogos trianuais da Companhia de Jesus, que as missões adstritas ao colégio de Olinda contaram com uma grande circulação de missionários, deixando de ocorrer situações em que a sua permanência

⁶⁰ Bras. 2, 59.

⁶¹ Bras. 2, 146-147.

ultrapassasse uma década. O tempo ideal rondava os três anos de permanência podendo, por algum motivo, ser reduzido, até porque se recomendava a sua transferência frequente. Veja-se o caso da aldeia da Escada (a cerca de 12 léguas de Olinda) que, entre 1601 e 1614, teve 6 superiores diferentes.

Por confirmação enviada de Roma para o Provincial do Brasil de factos comunicados pelo visitador Cristóvão de Gouveia⁶², determinara-se em 1586 uma série de questões, das quais destacamos as concernentes ao funcionamento das aldeias, assim como das missões⁶³. Semelhantes orientações advieram da experiência de cerca de quatro décadas de estabelecimento naquelas partes e, acreditamos, terão vigorado até à data da expulsão dos jesuítas, funcionando, obviamente, a par das determinações régias que entretanto foram surgindo, muitas das quais – se não na sua esmagadora maioria – por sugestão da Junta de Missões. É possível reconhecer a permanência de algumas disposições, sobretudo no tocante à privação do consumo de álcool, à ocupação dos mais jovens na aprendizagem da leitura e da escrita, à importância do seu exercício na doutrina cristã e ao seu distanciamento dos usos e costumes indígenas. Trata-se, efectivamente, de duas perspectivas não muito diferentes de actuação tendo como finalidade última a concretização de um projecto colonizador ou civilizacional.

Assim, neste regulamento jesuíta quinhentista para as aldeias de índios estipulara-se que os missionários nunca andassem sozinhos, certamente por receio de se apartarem não apenas geograficamente, como espiritualmente dos bons costumes católicos e das práticas ideais de qualquer jesuíta. É certo que, pelo confronto com as listagens de missionários para a região abrangida pelo Colégio de Olinda, se torna evidente que estes princípios, grosso modo, foram tidos em conta. Não obstante, a questão da fixação de coadjutores temporais em aldeias, aqui mencionada, não seria prática comum, questão que, por si só, merecia profunda análise por confronto com as listagens dos missionários que se achavam nas aldeias por largo tempo. Observamos

⁶² Bras. 2, 141.

⁶³ Não fora somente o P.^e António Vieira, como aponta Almir Júnior, que se ocupara da regulação das missões. Como vemos, existem disposições que remontam às últimas décadas do século XVI. CARVALHO, Almir de, *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*, [tese Doutorado em História], Campinas, UEC, 2005, pp. 158 e ss.

que, ao menos em 1757, de facto são poucos os casos de coadjutores temporais. Num universo de 16 religiosos, distribuídos pelas 7 missões anexas ao colégio de Olinda, 5 são Professos do 4º voto, 5 são Coadjutores espirituais formados, 3 são Coadjutores temporais formados, 2 são sacerdotes sem graduação e apenas 1 é Coadjutor temporal sem graduação⁶⁴.

Ainda assim, e prevendo semelhantes circunstâncias, recomendava-se

“14. Donde uviere aldeas en que los nros residan si no fueren professos, o coadiutores formados vengan a renovar lo menos una vez en el año sus votos a casa y qn en esto uviere algũ incoveniente, vaya el Sup.^{or} a alguna dellas y alli se aiunten los de las otras Aldeas en algũ dia senalado, y hagã sus confessions generales, y renueven los votos como se acostumbra.”⁶⁵

A propósito da redacção de cartas anuas, determinava o Geral igualmente em 1586 a periodicidade das mesmas e em que moldes deveriam ser remetidas essas relações da actividade desenvolvida.

“Aya en cada col.º y Residencia alguno que tenga cuidado de pgũtar a los P.^{es} cada sabado, y notar en un cartapacio las cosas notables y de edificacion, para consolacion de los nros, s [a saber], quantas comuniones, confessions, baptismos, casamientos y otras cosas semeiantes, y en el fin de cada mes mostrarã al sup.^{or} las que tiene notado para que el las aprueve, y de cada col.º se ambiarã a los otros col.ºs en el mes de Deziebre o antes, conforme a la comodidad de las embarcaciones una carta annua de las cosas de edificacion, y de la misma manera cada tres meses escrivan los superiores dellas aldeas y Residencias a los col.ºs o casas¹⁴¹ a que estuvieren subordinados.”⁶⁶

A selecção dos missionários exigia cuidadosa observação das competências e conduta dos mesmos, aconselhando-se que fossem pessoas de confiança, procurassem renovar os seus votos, escrevessem cartas de edificação trimestralmente. Não se deixa de recomendar grande escrúpulo no modo de viver e conviver com os índios, recordando-se sempre os princípios cristãos e de civilidade dos quais os próprios

⁶⁴ Numa escala do maior para o menor grau : Professo do 4º voto ; Sacerdotes sem graduação ; Coadjutores espirituais formados ; Coadjutores temporais formados ; Coadjutores temporais sem graduação.

⁶⁵ Bras. 2, 141.

⁶⁶ Bras. 2, 141-142.

missionários deveriam dar exemplo – a que não era alheia a recusa de bens dos índios para sustentação dos padres (ainda que se lhes fosse oferecido). Também se destacava o grande cuidado em não se proceder à multiplicação de aldeias, tanto pela necessidade de requerer autorização ao provincial para a realização de semelhantes missões e consequente estabelecimento (se aplicável), como pela escassez de recursos humanos que pudessem garantir a sua assistência. O seu envolvimento em descimentos de índios do sertão, podendo revelar-se altamente polémico, sobretudo no caso de a guerra que se lhes fosse movida carecesse da devida autorização do Provincial, era também encarado com especial cuidado.

Num quadro de difícil gestão das comunidades – muitas vezes multiétnicas – dos conflitos e tensões a que a sua administração estava sujeita, a figura do superior revestia-se de extrema importância, competindo, por isso, uma sua rigorosa selecção. O superior e seus companheiros estavam, por seu turno, sujeitos ao superior da casa ou colégio a que a aldeia estivesse anexa – um problema que se colocava no caso das missões do Ceará, dado que ainda no primeiro quartel de setecentos é criado o Hospício daquela capitania, enquadrado no conjunto de casas, aldeias e missões do colégio de Olinda, podendo aqueles missionários deixar de ficar directamente sujeitos a este último.

“1. Los sup.^{es} de las Aldeas con sus companeros estaran subiectos al sup.^{or} del col.^o o casa a que fueron annexas, y qn en estas Aldeas no uviere mas que dos P.^{es} el que no fuere sup.^{or} sera cõmun.^{te} Admonitor, consultor y avisará al sup.^{or} de lo que pareciere.

2. En cada una de las Aldeas esten quatro en qn.^{to} fuere possible, y procurese q los dos dellos sean sacerdotes.”⁶⁷

A acção dos religiosos, embora colocados a grandes distâncias do colégio, nem por isso se escusavam a criteriosa inspecção, a qual ficava a cargo de um padre Visitador, encarregue pelo padre Provincial da supervisão das condições das comunidades indígenas da administração da Companhia. Semelhante avaliação compreendia, nomeadamente, a conduta dos missionários dela responsáveis e qualidade dos indivíduos ali aldeados (se estariam baptizados, frequentavam os sacramentos, se

⁶⁷ De acordo com o constante em Bras. 2, 146-147; numeração antiga: pp. 266-268.

permaneceriam com os seus costumes pagãos) – dados que permitiriam avaliar o sucesso ou insucesso dos agentes espirituais ali dispostos.

“13. Los superiores de los collegios o Capitanias donde uviere Aldeas devê de ir por lo menos una vez en el año a visitarlas, y informêse si ay algunos paganos, escandalozos, hechizeros, o mancebados, y si se confessaron todos por la quaresma, si vienê bien a missa los domingos y fiestas, y a las doctrinas ordinarias, y si ay alguno por casar teniendo edad para ello, o si estan fuera del Aldea sin licençia, y denles el remedio conveniente a sus animas, de tal manera que se vea y se entienda q lo hazen ex charitate como padres, y no iuridice, q seria usurpar el officio del obpo [sic], y offenderle. y hagan enteram.⁶⁸ cumplir los avisos que estan dados para las aldeas, y procuren que sean proveidos los P.^{es} y hros [hermanos] que en ellas residen qn^{to} fuere possible cõ todas las [...] corpor.^{les} y sp.ales.”⁶⁸

Competia, por sua vez, aos superiores das aldeias, assegurar a disciplina dos missionários que os acompanhavam e estimular a prática dos exercícios espirituais. No fundo, far-se-iam tutores dos seus companheiros na manutenção da sua fé e distanciamento face às tentações mundanas – entre elas, as da carne.

“4. Hagan los sup.^{es} todolo possible para que los nros se conserven en toda disciplina religiosa de nro Instituto, y procuren de augmentar en las Aldeas los exercicios spuales [sic] y devocion, y quanto fuere possible no hablen en la porteria, ni en la Iglesia con mugeres deteniendose con ellas, sin estar otra persona de casa, o de fuera p’sente ni salgan fuera de casa por el Aldea sin compañero, ni en ella queden sin el, enquanto fuere possible.

5. Como fuere de noche se cierren las puertas de la casa qua para fuera, y el sup.^{or} recoia luego las llaves, y no se sirvan de Indias para traer agoa, ni las consientan venir de noche con limosnas a la porteria.”⁶⁹

Contrariamente ao que se possa julgar, os missionários não se deveriam, de facto, de escusar a facultar índios das suas aldeias, nem, tão pouco, mostrar-se contrários ao clero secular (com cuja acção não deveriam competir, mas antes colaborar nas suas paróquias, sobretudo em atenção a povoações mais distantes e às quais o pároco não conseguia atender) ou, tão pouco, às autoridades civis. De entre as orientações relativas ao funcionamento das aldeias, assim como das missões, recomenda-se o uso de especial cuidado (e não a sua total inviabilização) tanto na

⁶⁸ Bras. 2, 141.

⁶⁹ Bras. 2, 146-147.

disponibilização dos índios aldeados por tempo conveniente, de índias para serviços em casa dos Portugueses, assim como no acolhimento de índios e escravos fugidos, tudo de forma a preservar o bom entendimento com os colonos, e não como estratégias de oposição e resistência às autoridades. A importância estava em saber colocar algumas restrições contra o seu livre uso por parte dos colonos.

“15. No se den Indios de las Aldeas que estan a nro cargo a ninguna psona por mas de tres mezes continuos qn mucho, ni los dexen comum.⁷⁰ llevar las mugeres, ni reciban en ellas los que no fueren dellas, y huyeren de casa de los Portuguezes, antes los manden luego tornar para donde huyeron, salvo si por alguna causa particular paretiesse al sup.^{or} de la casa o col.^o deverse retener alguno, mas no se haga con escandalo de los Portuguezes, y en periuizo de las personas q pretenden tener derecho en ellos.

16. Procuresse con toda diligencia la amistad assi con los Capitanes, como cõ los Vicarios, y en ninguna manera se muestren los P.^{es} parciales con ninguno [...]⁷⁰

Mesmo a existência de índios colocados ao serviço dos padres para o desempenho de actividades domésticas é encarada com alguma atenção, não devendo ser mais do que três – salvo em situações autorizadas pelo superior da aldeia. Os gerais da Companhia vão demonstrando grande cuidado nestas matérias, com vista a evitarem-se escândalos por parte dos seus religiosos, a contribuir para o bom sucesso das missões – permanentes ou volantes – e a atingir os verdadeiros fins a que se propunha a acção da Companhia para o bem e salvação das almas – incluindo a alma indígena.

Com a vantagem de estarem devidamente estabelecidas, dispondo de ao menos um padre para cuidar da sua administração, nas aldeias fazia-se ainda necessário garantir o ensino da doutrina e das primeiras letras às crianças e, simultaneamente, concorrer para o afastamento dos índios de práticas profanas e de hábitos menos próprios de um bom cristão. Por esse mesmo motivo, no concernente à educação e doutrinação dos índios aldeados, era obrigação dos padres ministrarem-lhes os seus ensinamentos com alguma frequência, em especial as crianças.

“10. Acabada la oracion se dira una missa, por que la puedan oir los Indios antes q vayan a sus servicios y antes o despues de la missa se les haga la doctrina p breve spacio como de un quarto, poco mas o menos, repartiendo el dialogo de manera que se enseñe por lo menos una vez en la semana, y a la tarde assi por la semana como a los

⁷⁰ Bras. 2, 141.

Domingos se enseñaran las oraciones de la doctrina, y tomaran algũ tiempo para particular instruction de los que se han de baptizar, casar, o comulgar[sic] de nuevo.

11. Aviendo moços de escuela los enseñaran por espacio de hora y media, asi a la mañana como a la tarde, a leer y escrevir, y despues de esso cantar a los que pareciere que tienen habilidad para esso aviendo quien lo sepa hazer, mas no los castigue p su mano.”⁷¹

Tanto o ensino de primeiras letras como a catequese cristã cumpriam o desejo de afastar os índios de práticas profanas, cativando-os para um novo conceito de vivência quotidiana através da frequência e experiência dos sacramentos cristãos. Note-se como a aplicação do método dialogal da cartilha, a realização de procissões e a entoação de cânticos, revestindo-se de um maior dinamismo, funcionariam como instrumentos eficazes de sedução dos ameríndios para a vida cristã.

Distintamente da dinamização das aldeias indígenas cristianizadas, as missões são entendidas como acções de primeiro contacto com determinadas comunidades, de carácter mais temporário ou em condições de difícil consolidação da assistência jesuíta, com edificação de uma residência. Tratando-se, pois, de uma intervenção menos sistemática, autorizava-se que se deslocassem apenas dois missionários nas visitas apostólicas realizadas junto dos engenhos e fazendas, de modo a atenderem os seus trabalhadores, entre os quais se achavam índios, assim como escravos da Guiné – para o que seria ideal ambos possuírem um bom conhecimento nesta língua. A doutrina de uns e outros seria feita, tanto quanto possível, todos os dias ao findar o dia, após a jornada de trabalho, ou no decorrer das refeições ou outro momento considerado mais oportuno, considerando-se mais útil que sucedesse à celebração da eucaristia – que poderia ocorrer de manhã, antes de irem para as roças. Uma outra prática recomendada era a de se procurar instituir uma confraria do rosário, de modo a conseguir implementar o hábito de o rezar. Logo à chegada a uma fazenda ou engenho, deveriam os religiosos proceder a uma relação ou catálogo de todos os índios e escravos aí existentes, com discriminação dos que não estariam baptizados ou casados. Esta contabilização serviria

⁷¹ Bras. 2, 146-147.

para se conseguir uma noção mais clara da necessidade observável em os confessar e preparar de acordo com os preceitos da Santa Igreja.

“2. En llegando a alguna hacienda hara un Catalogo de todos los Indios y esclavos della poniendo distintas senales a los que no son Baptizados, o casados, y irlos han aparçiando y confessando por ordem procurando de no passar a otra parte sin quedar todos con el remedio possible y conveniente a sus aias [sic], persuadindose que se las puso Dios en sus manos para darle cuenta dellas, lo que no se podra bien hazer si fueren demasiadam.^{te} apressados en visitarlos, y qn uviere dos P.^{es} uno dellos dira luego missa en amaneciendo, o qn mejor pareciere en los dias de fiesta para los esclavos y Indios: la ql acabada les enseñaran la doctrina antes que se derramen por las roças; y donde pudiere ser se procure que tengã la confradia del Rosario, con obligacion de rezarlo los dias s.^{tos} y aprender en ellos la doctrina, aiuntandose para esto en alguna parte cõveniente, y lo mas que pareciere para bien de sus almas, y de que sus señores fueren contentos.

3. Las doctrinas a los Indios y negros de Guinea se hagan todos los dias a la noche, o al comer qn mejor pareciere, y no se uze de otro catechismo sino del que ultimam.^{te} queda apuado.”⁷²

Impunha-se, de igual modo, que prestassem o devido apoio espiritual a doentes em estado terminal, a fim de estarem igualmente baptizados e de poderem receber a extrema unção.

“5. Pregunten por los enfermos perigosos, y denles luego el Remedio conveniente a sus animas, y procuren q los que no son baptizados tengan bastante noticia para baptizarse a lo menos qn stuvieren en peligro de Muerte y dexe muy encomendado a los señores q no los dexen morir sin baptismo. Los adultos no se devẽ comum.^{te} baptizar sino despues de estar bien seguros que no huyan para el serton, y casense luego, salvo si alguna grave necesidad otra cosa pediesse.”⁷³

Considerando, ainda, a eventual proximidade daquelas missões relativamente a comunidades de colonos e o interesse dos portugueses em conseguir certo tipo de domínio sobre os índios e os escravos, o matrimónio entre uns e outros deveria ser objecto de especial cuidado, sendo requerida uma licença especial dos seus padres e do superior. Com efeito, corria-se o risco de os casamentos serem inspirados pelos desígnios dos fazendeiros e curraleiros em conseguir, a partir da descendência daí adveniente, mão-de-obra escrava a custo zero e livre das restrições e proibições régias e

⁷² Bras. 2, 147-148.

⁷³ Idem, ibidem.

eclesiásticas – recorde-se que se havia concedido aos índios a sua liberdade, uma diferença de estatuto que não se manteria pela contracção de matrimónio com um escravo.

“6. No casen Portugueses sino con special liçençia de sus curas y del sup.^{or} ni Indios, ni negros, sino con grande examen si tienen algunos impedimientos: y dandoles pr^a, buena noticia del Sacr.^{to} y no casaran Indios e las Aldeas en casa de portugueses, ni Indios con otros de diversos señores, y raram.^{te} forros con esclavos. Escrivan los nōbres de los baptizados y casados, con año, mes y día, y trasladense en un libro que para esso aura en los Col.^{os} puestos en tal orden q facilm.^{te} se hallen qn fuere necess.^{os}”⁷⁴

Esta prática acabaria, não obstante, por se tornar comum, a ponto de constituir matéria alvo de legislação régia já no século XVII. Referimo-nos, concretamente, ao que constava no Regimento e Leis das Missões do Estado do Maranhão e Pará, afirmando-se:

“E porq sendo o Matrimonio hũ dos Sacramentos da Igreja em q se requiere [sic] toda a liberdade, e a certa, e deliberada vontade das pessoas q o hão de contrair, me tem chegado noticia q alguãs pessoas do ditto Estado, com ambição de trazerem mais Indios a seu serviço, induzem, ou persuadem aos das Aldeas, para q casem com Escravos, ou Escravas suas, seguindo-se desta persuacção a injustiça de os tirarem das distas Aldeas, e trazerem-nos para suas casas, que val o mesmo, q o injusto cativityro, q as minhas leys prohibem. Ordeno, e mando, q constando desta persuacção, q no natural dos Indios, pela sua fraqueza, e ignorancia hé inseparavel da violencia, fiquem os taes Escravos, ou Escravas livres, e se mandem viver nas Aldeas, com a mesma liberdade que nellas vivem os Indios; e quando não conste da ditta persuacção, ou violencia, sempre em todo o caso, que os ditos casamentos se fizerem, não serão os Indios, ou Indias obrigados a sahir das suas Aldeas, e ficarão nellas como dantes estavam, e para o fim do Matrimonio lhes deputará, ou sinalará o Bispo dias certos em que se possam juntar, como hé de direyto.”⁷⁵

Por este mesmo facto, além de este monarca investir na constituição de Junta de Missões naquele estado e, pouco depois, em Pernambuco, considerava com especial interesse e cuidado a política de união dos portugueses com os índios e integração destes na sociedade colonial.

⁷⁴ Bras. 2, 147-148.

⁷⁵ Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Pará de D. Pedro II. Lisboa, 21 de Dezembro de 1686. Livro das Ordens Reais [Goiás], 1651-1754 – Índice. AGUC, VI-III-1-1-22, fls. 77v-78f.

7.3. *Itapicirica*⁷⁶: dos primórdios às Sete Missões olindenses

“A diferença entre o povoador do norte e o do sul, das duas capitanias que inicialmente vingaram, reside em que, um principiou plantando cana, e em seguida caçou índios na conquista do nordeste; ao passo que outro, caçou primeiro índios, e depois transformou-se em lavrador.”

PRADO, J.F. de Almeida, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*, 1.º tomo, São Paulo, Comp.^a Editora Nacional, 1939, pp. 11-12.

Além de estarem sujeitas à Junta das Missões de Pernambuco, com intervenção directa do bispo de Olinda e do governador, os aldeamentos jesuítas encontravam-se integrados na Província Jesuíta do Brasil, por sua vez pertencente à Assistência Portuguesa. Ao passo que a Junta das Missões operava em termos de aspectos do foro da administração temporal, órgão particularmente importante na gestão dos conflitos entre colonos, índios e missionários, a tutela dos assuntos espirituais competia à hierarquia da Companhia de Jesus. As missões existentes no terreno encontravam-se adstritas a residências e colégios, onde se preparavam Irmãos e Padres para o ofício missionário e de onde saíam muitas vezes os visitantes gerais, encarregues de avaliar a acção destes junto dos ameríndios. Para além dos provinciais, também os reitores dos colégios tinham poderes para designar os missionários que deveriam trabalhar junto dos índios, quer se tratasse de missões fixas ou temporárias. No caso do território em análise, de destacar o papel dos colégios de Olinda e do Recife não apenas enquanto instituições de ensino médio, mas inclusivamente como centros coordenadores da acção missionária jesuíta existente.

Integrados na estrutura missionária do Padroado, “aspecto parcelar do fenómeno mais vasto que era a união inquestionável entre sociedade civil e religiosa”⁷⁷, os jesuítas foram enviados pela Coroa com o intuito de estender a sua acção evangelizadora,

⁷⁶ “Aldeia da Companhia” na terminologia indígena (étimo Tupi). No mapa de Joan Blaeu, *Praefecturae Paranambucae Pars Borealis, una cum Praefectura de Itamaracá* (1662), entre as várias aldeias indígenas representadas em Itamaracá, encontramos a menção de «Itapocirica» para uma delas, marcando de forma clara a assistência jesuíta naquele povoado.

⁷⁷ Nuno da Silva Gonçalves, “Jesuítas”, in AZEVEDO, Carlos Moreira de [dir.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores - Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 24-25.

coincidindo os interesses do Rei com a vocação da própria Companhia, num espírito claramente tridentino a que a Velha Europa se via desafiada pela aventura do Novo Mundo. Inicialmente, gozariam do apoio das autoridades civis, seu garante na agilização da sua fixação e cumprimento dos alvarás régios que regulavam a fundação dos seus colégios. Os esforços e primeiros sucessos no Nordeste brasileiro acabariam por ser confrontados com a resistência armada indígena, de que são vivo exemplo os temidos Potiguár, além dos avanços de potências europeias com evidentes interesses na região, nomeadamente pela extracção do pau-brasil e pelo forte potencial açucareiro.

“Considerando os Índios do Brasil num estado de menoridade social e mental, os Jesuítas julgaram que não bastava confiar a sua conversão a uma simples catequese, independentemente de estruturas sociais que a enquadrassem. Por isso defenderam a necessidade de um domínio político prévio por parte dos Portugueses. Esta «sujeição» dos indígenas incluía a repressão eficaz da antropofagia, da poligamia e das guerras intertribais e, por outro lado, a concentração dos convertidos em aldeamentos eclesiástica e administrativamente organizados.”⁷⁸

A expressão aqui feita por Gonçalves relativamente à atitude dos missionários deverá, por um lado, ser enquadrada pela perspectiva do europeu sobre as populações nativas e, por outro, pelo aproveitamento feito da mão-de-obra indígena, em condições variáveis de região para região, ordem por ordem, missão para missão. Acresce o facto de a administração dos povoados indígenas, ainda que beneficiando de missionário, ter sido, não raro, partilhada por autoridades civis e militares, reforçando a vontade do Rei em integrar social, económica e militarmente estas comunidades ao serviço do bem e progresso da colónia. Só assim se entenderá os conflitos encetados entre missionários e colonos na luta pela tutela dos índios, assim como as deliberações régias em favor da liberdade dos mesmos.

A constituição de aldeamentos por parte de missionários beneficiou não apenas do aliciamento que conseguiam junto dos índios mas, inclusivamente, do interesse destes em buscar um lugar seguro:

“Os brasis das cercanias de Salvador escapavam para o sertão ou aceitavam a hegemonia lusitana. Milhares de americanos voltaram-se para os jesuítas como a única

⁷⁸ Idem, *ibidem*, pp. 25-26.

possibilidade de estabelecer um pacto de subordinação que os livrassem do cativeiro e lhes permitisse permanecer junto às férteis margens da baía. Em 1561, quando um jesuíta perguntou aos membros de uma comunidade aldeã se queriam tornar-se cristãos, responderam: «Agora estaremos seguros [...]». (LEITE, 1958: 399)⁷⁹

O interesse em aldear os índios estava, claramente, em conseguir transformá-los em indivíduos conformes à cultura portuguesa de matriz cristã, aos seus preceitos, à sua língua. O esforço das autoridades oficiais, nesse sentido, foi sempre o de promover o seu aldeamento, implicando a sua catequização assim como a aprendizagem do idioma luso. O Regimento de Tomé de Sousa, datado de Dezembro de 1548, assinalava ainda a importância de aqueles povoados se situarem nas cercanias das povoações de brancos⁸⁰ – uma proximidade que implicava, claramente, um controlo e vigilância mais apertados. Não obstante, nem sempre tal sucedeu. De modo a chegar às comunidades mais arredadas destes núcleos populacionais de brancos, os missionários promoveram «missões volantes», preservando as aldeias nativas existentes, até porque não possuíam um número de religiosos suficiente para chegar a todos. Uma outra prática bastante frequente foi a de reduzir índios, reunindo várias aldeias numa só – ainda que implicasse a convivência entre grupos ameríndios cultural e/ou linguisticamente não aparentados. Fizeram-se «bárbaros com os bárbaros», almejando a «recondução» dos índios “à fé cristã e à vida policiada”⁸¹. Os números eram verdadeiramente surpreendentes: uma aldeia missionada chegava a albergar milhares de índios, colocados sob a tutela de apenas um ou dois jesuítas – realidade comum tanto nas missões jesuítas portuguesas como nas espanholas⁸².

Se é certo e inegável que as missões religiosas tenham sido particularmente e expressamente incumbidas, pela Coroa, de arreigar os índios dos seus costumes, pelo

⁷⁹ MAESTRI, *Os Senhores do Litoral*, [...], p. 133.

⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 135.

⁸¹ HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões (séculos XVII-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 15.

⁸² As próprias aldeias dos guaranis, inicialmente, poderiam “compreender centenas de pessoas, distribuídas em grandes habitações retangulares recobertas de folhas de palmeira. Cada uma delas abriga uma grande família [...]”.idem, *ibidem*, p. 26.

que se revestia de extrema importância o seu aldeamento, obrigando os gentios à submissão e a uma total dominação, não parece, a nosso ver, inteiramente correcto afirmar que os religiosos assumiram pacífica e inteiramente tais propósitos. Paulatinamente, e à medida que foram atendendo à especificidade etno-linguística dos povos com quem tinham oportunidade de contactar⁸³, além de envolvidos em querelas diversas com os colonos e autoridades locais (tanto civis como eclesiásticas) pela posse de terras e demanda de índios para as milícias paulistas, assim como enquanto mão-de-obra, os missionários entenderam a necessidade de assumirem um papel mais conforme aos ideais cristãos - que postulavam - do que às demandas terrenas, fruto da ambição dos homens.

No que toca à actividade missionária, importa destacar o seu carácter mais permanente, como é o caso das residências fixas em aldeias, ou as que, por motivos de ordem diversa, não passavam de missões volantes – estando muitas vezes associadas a um estágio inicial do estabelecimento de uma dada missão⁸⁴. Com rigor, designa um modelo de assistência espiritual da responsabilidade de certos missionários (nunca em número muito além de três) na manutenção dos sacramentos e práticas religiosas necessárias a qualquer cristão. Atendiam os índios na celebração de batismos e casamentos, na confissão e comunhão, na sua catequese⁸⁵. Convém ainda ressaltar que as missões volantes persistiram muito além da fase inicial do estabelecimento de grupos de religiosos, tanto pela escassez de missionários, como pelas longas distâncias em que se encontravam alguns povoados indígenas.

Muitos foram os casos de aldeamentos de índios que ora se recusavam a deslocar para outro ponto fora do seu interesse, ora se considerava importante a sua fixação noutras áreas, ainda que mais longínquas. A ambição tanto das autoridades como das ordens fora a de conseguir a sua administração temporal e espiritual a título efectivo,

⁸³ O que se consubstanciou na produção de catecismos, gramáticas e até documentos orientadores da prática missionária, que procuraram uma aproximação cada vez mais efectiva face às suas características.

⁸⁴ Perspectiva de Fátima Martins Lopes na sua dissertação de mestrado. LOPES, Fátima Martins, *Índios, colonos e missionários* [...], p. 15.

⁸⁵ Não se julgue, porém, que estas missões estariam confinadas aos índios. Encontramos testemunhos de atenderem igualmente escravos nos engenhos e fazendas existentes, assim como colonos, pelas longas distâncias a que se encontravam relativamente à igreja da paróquia a que pertenciam, ou pela dificuldade de serem assistidos pelo seu pároco.

carecendo, contudo, de recursos humanos e materiais para tão grandiosa empresa. Alguns desses povoados indígenas eram, eles mesmos, de carácter semi-nómada, o que não justificava – não fora, em alguns casos, por falta de iniciativa dos religiosos – em algumas situações um investimento que fosse muito além desta assistência mais precária.

Prova de quão problemática foi a actividade missionária, ao menos nos primeiros tempos, foi a circunstância de, por vezes, um só religioso ter de atender a milhares de índios - como sucedeu na transição do século XVI para a centúria seguinte, ocupando-se o P.^e Luís Valente de 6 aldeias de índios, num total de 7.000 indivíduos⁸⁶. No plano da criação e desenvolvimento dos primeiros povoados indígenas fruto da missionação dos padres jesuítas nos espaços sob a tutela do governo de Pernambuco, não será de estranhar que se tenha intentado, na medida do possível, reunir alguns desses grupos particularmente apartados geográfica e etnicamente numa só aldeia ou missão. Maria Regina de Almeida destaca a peculiaridade e o carácter inovador das missões jesuítas empreendidas pela Companhia de Jesus na América, na medida em que se estabeleceu a prática de reunir índios de etnias distintas em aldeias novas, criadas especialmente para este fim e obedecendo a regras próprias, geralmente situadas nas cercanias dos núcleos da colonização⁸⁷ – uma prática que veio a ser progressivamente abandonada pelos missionários, inclusivamente com o apoio das autoridades régias, na medida em que não só se exigia, para o sustento de povoados densamente povoados, uma satisfatória dotação de terras àquelas missões, mas também se impunha algum distanciamento dos moradores mais ambiciosos. Convém ainda sublinhar que aqueles primeiros povoados missionados deram lugar a localidades onde a miscigenação se fez sentir de forma particularmente intensa, perdendo o carácter de missão e convertendo-se numa localidade como qualquer outra da colónia.

Falar do governo de Pernambuco implica ter em mente que, a partir de certa altura, lhe competia igualmente a administração das capitanias que lhe estavam anexas -

⁸⁶ Natural de Serpa, faleceu em 1604 aos 68 anos de idade e 45 de Companhia. Quem nos dá conta da sua actividade é o P.^e Fernão Cardim. Cf. Bras. 8, 50v. LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 497.

⁸⁷ ALMEIDA, Maria Regina, *op. cit.*, p. 81.

a saber, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba. As missões de índios de Pernambuco dependiam quase única e exclusivamente do Colégio de Olinda. No caso de missões mais distantes, como a aldeia de Caucaia⁸⁸, existiam residências ou casas que funcionavam como postos intermediários ou de apoio local. Foi, de resto, com essa ideia que se procedeu à edificação do Hospício do Ceará, a que aquela missão, assim como a de Paupina, estavam associadas. No século XVIII, os missionários que se encontravam nas sete missões nordestinas pernambucanas – cinco no Ceará e duas no Rio Grande do Norte, tendo as demais, de carácter permanente, passado para outras ordens e até para clérigos do hábito de S. Pedro – figuravam nas listas de religiosos pertencentes ao Colégio de Olinda. Semelhante constatação é determinante para percebermos a verdadeira dimensão deste colégio num contexto geográfico e sócio-cultural bastante alargado e das óbvias necessidades que possuía tanto em termos de recursos financeiros – que deveriam, claramente, ser avultados o suficiente para garantir o funcionamento de uma complexa rede de acções evangelizadoras – como de recursos humanos, com vista a prover ainda missões de carácter volante – cuja análise se oferece bem mais difícil, sobretudo pela sua existência volátil e intermitente, não sendo passíveis de apurado registo.

A actividade missionária dos religiosos de Olinda compreendia as missões rurais, a assistência⁸⁹ pública (em meio urbano) e ainda as missões junto dos ameríndios, as quais remontavam a 1551, ao tempo de Manuel da Nóbrega⁹⁰. Realizaram-se, ainda, a partir daquele Colégio diversas missões rumo às vilas da região

⁸⁸ Cujo missionário à data da expulsão, P.^e José Inácio (de Almeida), é dado como pertencente ao Hospício do Ceará. Natural da vila do Penedo (Alagoas – Pernambuco), este missionário acabaria por ser extraditado, vindo a falecer em Pesaro.

⁸⁹ Entregavam-se ao pleno exercício da caridade cristã, cuja assistência ao próximo foi crucial em períodos de assinalável necessidade – epidemias, fomes, secas, nos hospitais, na cadeia, pelas ruas, onde quer que a sua presença fosse útil. Acompanhavam, inclusivamente, os prelados em visitas diocesanas e realizavam longas deslocações a caminho da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ou por Alagoas ou o médio São Francisco com destino à Bahia, como foi o caso da missão dos Padres Cosme Pereira e Francisco de Araújo em 1701, na qual percorreram 18 lugares, ou uma outra em 1722 em que dois padres empreenderam uma missão de longo curso por seis meses.

⁹⁰ Bras. 10, 23-24; Bras. 10(1), 260. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 437.

Norte de Pernambuco, como Iguaraçu, Tamaracá, Goiana e Engenhos⁹¹, tanto pela costa, como pelo sertão, sem se descurar com idêntico fervor evangélico as obras de assistência a Sul daquela capitania.

Do impacto das aldeias administradas pelos jesuítas no plano social e económico, temos notícia em 1610 a partir dos testemunhos do Vigário da Igreja Matriz e Provisor das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá e Paraíba, o licenciado Diogo do Couto, e do Vigário da Igreja de S. Pedro e Vigário Geral das mesmas capitanias, o licenciado Rui Teixeira. Atesta Diogo do Couto o vivo contributo dos índios que, muito embora aldeados, não foram impedidos de se envolverem activamente nas obras para que foram requeridos – dando particular detalhe dessas ocupações - e sempre em obediência ao Rei:

“«Certifico que é verdade que os Índios das Aldeias, que os Padres da Companhia teem a cargo, assim Petiguares como das outras nações, em todas as obras públicas e do serviço de Sua Majestade, sendo chamados dos Capitães, vieram sempre e ajudaram com muita fidelidade, como foi nos Fortes do Recife e do Rio Grande, e nas trincheiras e mais fortificações, que se fizeram para defensão das terras e dos imigos, que a ela viessem, no que, por serviço de Sua Majestade e Bem Público, não levaram estipêndio algum, mais que a sustentação ordinária. Outro-sim certifico que os Índios ajudam comumente e de ordinário os moradores em suas fazendas, assi nas plantas das roças e canaviais, como nas fábricas dos engenhos, tanques, açudes e levadas, e para tudo o mais que deles se queiram servir, e, todas as vezes que vão buscar os ditos Índios às Aldeias para seu serviço e lhes pagam, os trazem, e por este respeito estão as fazendas mais aventejadas do que nunca estiveram. E, servindo-se dos ditos Índios, é ocasião de se não levantarem e fugirem os que teem de Guiné, como costumam, porque com muita vigilância acodem a estes alevantados. E assim também certifico que os Índios, de que os ditos Padres da Companhia teem cuidado, estão muito domésticos e doutrinados, assim na doutrina que para sua salvação é necessária, como em tudo o mais, porque cantam canto de órgão e officiam em todas as Aldeias as missas e vésperas [sic] com toda a solenidade. Tangem muito bem frautas e charamelas e são, no que lhes ensinam, mui destros e veem muitas vezes à Vila, chamados, às festas que se fazem.»”⁹²

Uma vez mais assistimos ao enaltecimento da vocação dos índios para o canto e uso de instrumentos musicais, com destaque particular para o agrado das populações de brancos e sua integração em festas e romarias que decorressem na Capitania de

⁹¹ Como, de resto, narra o P.^e Pedro Dias, o Apóstolo dos Negros, por carta dirigida ao P.^e António do Rego, Assistente de Portugal em Roma, de 30 de Julho de 1689. Bras. 9, 351-356v. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 440.

⁹² Certidão de Diogo do Couto. Olinda, 6 de Agosto de 1610. In *Enformação e cópia de certidões*, ANTT, Jesuítas, Mç. 88. LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 497-498.

Pernambuco. Não nos poderemos furtar a um questionar do impacto das missões no seio dos próprios grupos étnicos aldeados. A sua colonização às mãos dos jesuítas, com o apoio das mais altas instâncias civis e eclesiásticas, poderia ter redundado num alheamento da sua visão do mundo e da sua sociabilidade pela redução e resgates a que foram sujeitos ou antes um autêntico diálogo de culturas e concepções cósmicas, “du moins un hymne au métissage culturel”, ainda que desigual, como aponta Lacouture⁹³. Se para o caso das sete missões a sul com os Guaranis se questiona a ideia de “fertilização cultural” e de “violação de um equilíbrio natural”, de cujas facções vários autores se têm feito partidários, a norte, nas sete missões do governo de Pernambuco, semelhantes hipóteses não deixam de ser menos válidas.

Em certa medida, as vicissitudes das aldeias missionadas foram muito idênticas entre Norte e Nordeste, ao passo que nas regiões litorais a sul prevaleceu o colonizador, erradicando quase por completo a presença ameríndia em zonas como São Paulo e Rio de Janeiro. Já nas fronteiras com o Paraguai, as tensões e repercussões das próprias missões desencadearam uma série de acontecimentos de outra ordem. Convém, naturalmente, realçar como o contexto geográfico, social, étnico e cultural implicaram distintas realidades nas missões que foram sendo criadas, além de diferentes jurisdições não implicarem, necessariamente, realidades distintas – veja-se o caso das missões implementadas no sertão nordestino, onde se cruzam e relacionam as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Aqui se observou a ocorrência de uma série de migrações indígenas de um espaço a outro, ignorando estas pressupostas fronteiras internas, a proximidade em termos climáticos e de subsistência, conflitos e tensões similares entre índios e colonos, uma economia empobrecida, uma demografia escassa, por comparação com as zonas litorais.

Esboçámos, em capítulo anterior, como Euclides da Cunha salientara o empreendedorismo quase heróico dos jesuítas no Nordeste, sem nos demorarmos o bastante, prometendo aprofundada reflexão mais adiante. Não quisemos desvendar na altura, para se poder suscitar o debate em momento considerado mais oportuno. É chegada a hora e a parte conveniente. Referia Euclides, em tom claramente abonatório:

⁹³ LACOUTURE, Jean, *Jésuites – I. Les conquérants*, Paris, Seuil, 1991, p. 402.

“Excluindo quaisquer intenções condenáveis, os jesuítas ali realizaram tarefa nobilitadora. Foram ao menos rivais do colono ganancioso. No embate estúpido da perversidade contra a barbária, apareceu uma função digna àqueles eternos condenados. Fizeram muito. Eram os únicos homens disciplinados do seu tempo. Embora quimérica a tentativa de alçar o estado mental do aborígine às abstrações do monoteísmo, ela teve o valor de o atrair por muito tempo, até à intervenção oportuna de Pombal, para a nossa história.”⁹⁴

Cumpra-nos acrescentar que não foram os jesuítas os únicos missionários que ousaram contrariar a vontade das autoridades locais e a ambição dos colonos ou lusobrasileiros. Longo é o historial de denúncias dirigidas ao rei, tanto no reinado de D. José I, como dos seus antecessores – senão mesmo de modo ainda mais intenso nestes – D. Pedro II e D. João V. Não aprofundou Euclides da Cunha a presença jesuíta no sertão, muito embora tenha vincado em poucos parágrafos o seu posicionamento. Encontramos, não obstante, aprofundado estudo com Serafim Leite, mais propriamente no volume 5 da sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

Convém notar que, no século XVII, as missões de Pernambuco e do Maranhão partilhavam recursos humanos oriundos de colégios de um e outro lado. Assim, como já foi referido, se no início desta centúria se assinala a presença de jesuítas do Maranhão no Rio Grande do Norte, já na segunda metade do mesmo século constatamos o envio de missionários maranhenses para o vizinho Ceará. Na verdade, as missões jesuítas não obedeciam a uma delimitação territorial no que se referia à dotação das aldeias de índios de missionários. Por outras palavras, os colégios jesuítas brasileiros não funcionavam como ilhas, e nem as diferenças de governo ou poder local eram suficientes para quebrar os laços que intimamente uniam as residências, casas e colégios da Companhia. Imperava, sim, um espírito prático, que se sobrepunha à burocracia dos chefes de governo das capitanias e que com a sua audácia cedo conquistou não poucos inimigos.

Em certa medida, é na transição para o período de setecentos que estas capitanias nordestinas – Ceará e Rio Grande do Norte – passam a estar adstritas ao governo de Pernambuco. Ainda assim, casos houve de jesuítas do colégio da Bahia que

⁹⁴ CUNHA, Euclides da, *Os Sertões: Campanha de Canudos*, [1901] ?, Lisboa, Livros do Brasil, [197-?], p. 72.

se espalharam por este âmbito geográfico em estudo. Relativamente ao movimento de interiorização missionária, Euclydes da Cunha observa:

“O cunho das missões, no norte, em todo o trato de terras do Maranhão à Baía, patenteia sobretudo um lento esforço de penetração no âmago das terras sertanejas, das fraldas da Ibiapaba às da Itiuba, que completa de algum modo a movimentação febril das bandeiras. Se estas difundiam largamente o sangue das três raças pelas novas paragens descobertas, provocando um entrelaçamento geral, a despeito das perturbações que acarretavam – os aldeamentos, centros da força atractiva do apostolado, fundiam as malocas em aldeias; unificavam as cabildas; integravam as tribos. Penetrando fundo nos sertões, graças a um esforço secular, os missionários salvaram em parte este factor das nossas raças.”⁹⁵

Se, inicialmente, os missionários tinham funções de administração temporal e espiritual sobre os índios, além de exercerem funções de pároco, como sublinha Beatriz Franzen, a partir da segunda metade do século XVII a sua hegemonia sobre os índios foi sendo progressivamente contestada. Naquela centúria, como vimos, o território era ainda palco de uma luta análoga à vivida na Europa de quinhentos: o confronto entre catolicismo e protestantismo, salienta Eduardo Lourenço, num prolongamento além-oceano e além-tempo. A conquista dos Índios teria sido encarada, de modo relativamente consciente, prossegue o autor, “como uma reparação providencial do golpe sofrido na Europa”⁹⁶. Situação singular e inédita, concordamos. Mas não fora a primeira vez que se assistira à presença protestante no Brasil e a alianças encetadas com os índios.

Importa que tenhamos uma visão da verdadeira dimensão da Companhia na área em estudo. No Nordeste achavam-se implementados vários colégios e casas da Companhia de Jesus: o colégio da Bahia, o colégio de Olinda, o colégio do Recife, o colégio de S. Luís do Maranhão, o colégio da Paraíba (Casa e Seminário), um Hospício no Ceará. Não fora a Bahia a única capitania a ter dois colégios, contrariamente ao

⁹⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁶ Eduardo Lourenço, “Prefácio”, in VIEIRA, P.º António, *A Missão de Ibiapaba*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 15.

defendido por Baqueiro Paraíso e Pablo Magalhães⁹⁷. Com efeito, só no governo de Pernambuco, encontramos os de Olinda e Recife e, entre as casas e missões adstritas ao Real Colégio de Olinda, o colégio da Paraíba, facto bem revelador da importância estratégica daquelas instituições pedagógicas tanto na formação de novos missionários – pela constante demanda dos sertões – como da educação infantil, sobretudo dos filhos dos portugueses. Somos tentados a olhar os colégios jesuítas neste contexto como uma espécie de sedes de agrupamento das diversas missões existentes. Nem todos, porém, tinham vocação missionária. No tocante às missões jesuítas distribuídas pelo território sob jurisdição de Pernambuco, somente o Real Colégio possuía essa incumbência, com excepção da aldeia de S. Brás e da aldeia do Colégio, próximas à vila do Penedo, as quais se encontravam em terras doadas ao colégio do Recife.

É igualmente fundamental assinalar o papel dos colégios na tutela da administração da rede missionária implementada neste vasto território. A dimensão geográfica das aldeias missionadas pelos jesuítas de Pernambuco era extremamente vasta, englobando desde o Rio de S. Francisco ao Rio Paraguaçu ou Paraíba, correspondendo actualmente à área de cinco Estados: Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio grande do Norte e Ceará⁹⁸. A sua existência, de difícil estudo, pautou-se ora pela itinerância, ora pelo estabelecimento efectivo – e, conseqüentemente, com acção catequética e educacional mais duradoura – com a criação de residências fixas. Serafim Leite situa no ano de 1561 o aparecimento da primeira aldeia, designada Aldeia de S. Francisco – provavelmente a missão de índios Potiguár de S. Francisco ou Beiju Guaçu, de que se dá conta em 1610, não tendo chegado a possuir residência fixa dos missionários jesuítas. Naquele período inicial, justifica Leite, as atenções estavam ainda concentradas na edificação do Colégio de Olinda, não existindo, por isso, recursos humanos em número suficiente para acudir às missões florescentes. Seria, efectivamente, necessário aguardar pela década de 80 daquela centúria para ver surgir as primeiras dimensões de maior dimensão e de carácter permanente, a primeira das quais

⁹⁷ Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, “Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuítas (1624-1625)”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, p. 12.

⁹⁸ LEITE, Serafim, *HCJB*, vol. 5, pp. 332-333.

S. Miguel, “a mais famosa de todas as Aldeias de Pernambuco”⁹⁹. Nos catálogos constantes no ARSI, a primeira alusão às missões de Olinda surgem somente a partir do ano de 1589, onde, de facto, consta a missão de S. Miguel, com 800 índios, além da “Missão de Jucumã e Paragoay”, de que era Superior o P. Leonardo Arminio, e ainda uma outra na Paraíba, de que não se assinala o nome, mas que contava já com 1200 índios.

Em 1592 o número de aldeias do Colégio de Olinda eleva-se para oito, existindo, com efeito, uma na Paraíba e as restantes nas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, possuindo residência fixa as aldeias de S. Miguel (a Norte de Olinda), N.^a Sr.^a da Escada (a sul de Olinda) e Goiana. Mantiveram-se com residência até à invasão holandesa (de acordo ainda com Serafim Leite) as aldeias da Escada, Itambé e S. Miguel. A sua disposição não ocorrera ao acaso. Leite observa que estas aldeias marcavam uma linha interna desde o rio Una, no sul, até Itambé e Taquara, no norte. Entre elas, as distâncias oscilavam: a mais distante de Olinda, entre 10 a 12 léguas, encontrava-se a Aldeia da Escada – daí a importância de ser de residência fixa e não temporária; dela até à de S. Miguel, a norte, 7 léguas de distância; as restantes achavam-se dispostas de 3 em 3 léguas até Santo André de Goiana e S. João Baptista de Itaimbé ou Itambé – este é pelo menos o quadro existente em 1610, portanto ainda em época anterior à invasão flamenga¹⁰⁰. Naquele ano dá-se a indicação da existência de três outras aldeias anexas que, por não possuírem residência fixa, não constam dos catálogos, todas elas junto dos Potiguara: Santo André ou Ibatatã¹⁰¹, Aldeia de N.^a Sr.^a ou do Castelhana e a de S. Francisco ou Beiju Guaçu¹⁰².

“«Os Índios destas duas postreiras sabem muito pouco das coisas de Deus. E indo eu a elas não achei um que soubesse benzer, do que avisei ao P. Manuel de Lima. E a causa

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 333.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹ Ou ainda Ybatatã, que surge assinalada na Capitania de Itamaracá, na cópia dos mapas de João Teixeira que ilustram o *Livro da rezão do Estado do Brasil* (IHGB – Rio de Janeiro, com fac-simile na BNL sob a cota: C.A. 379 A.). O manuscrito de 1612 encontra-se conservado na Biblioteca Pública do Porto. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 334.

¹⁰² Nome do principal desta Aldeia de S. Francisco, discípulo do P.^o Pero de Castilho que o designa Mejuguaçu.

é porque como sejam Aldeias novas e os Nossos não residam nelas, o que lhes ensinam em 4 dias, quando lá tornam, daí a muitos, já lhes esqueceu o que tinham aprendido»¹⁰³.

A estratégia empregue requeria, numa fase inicial, o uso de grande diplomacia e conhecimento apurado da língua dos índios, a fim de se conseguir estabelecer pactos entre estes e os missionários. Optava-se, por isso mesmo, pelo envio dos jesuítas mais hábeis em língua geral, compreendida inclusive por alguns povos «tapuias», de filiação linguístico-cultural distinta dos grupos Tupi-Guarani. Fora esta a estratégia usada pelo P.^e Ascêncio Gago quando, cerca de 1695, encorajava os índios nos seus propósitos para, uma vez conquistando a sua confiança – por se mostrar aliado dos seus interesses – lhes demonstrar as vantagens da pacificação com outros povos e da sua administração religiosa. Dissera aquele missionário num seu primeiro contacto com os Reriú:

“E tanto que vi davam gratos ouvidos ao que lhe dizia, lhe comecei a louvar a paz e encarecer-lhe as conveniências dela [...] que eu era sacerdote do Grande Deus, Senhor de todas as coisas, e por sua vontade viera àquelas terras a pôr em paz a todas as nações daquela costa; e trazer-lhes outro modo de vida diferente da de seus avós, com o qual viveriam quietos e sossegados e os faria também amigos dos Brancos, dos quais poderiam haver machados para tirar mel, e me obrigava a falar às mais nações para que quisessem aceitar a paz.”¹⁰⁴

A estratégia de pacificação dos jesuítas com os «tapuias» e «gentios de corso» que povoavam os sertões beneficiara, por um lado, da necessidade de estes garantirem o sustento e segurança das suas comunidades, bem como do apaziguamento conseguido, mesmo tendo os religiosos por intermediários. Além de as alianças ajudarem à boa convivência entre povos vizinhos, tão distintos nas suas culturas, favorecendo, consequentemente, o seu desenvolvimento demográfico, promoveriam, de acordo com os interesses dos seus chefes, o intercâmbio de técnicas e meios de sobrevivência. Com efeito, tendo os Tabajara, etnia Tupi, características mais próximas do sedentarismo, habituados a ter as suas lavouras, os povos «tapuias» que com estes se pacificaram,

¹⁰³ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 333-334.

¹⁰⁴ P.^e Ascêncio Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 45-46.

sendo nômadas ou semi-nômadas, procuravam, igualmente, colher os benefícios da sedentarização pela garantia de uma fixação territorial livre de conflitos.

Com efeito, quando estes pediam insistentemente que fossem aldeados junto de índios de língua geral – como sucedera com comunidades de índios Reriú e Acoânsu no Ceará¹⁰⁵ - o seu verdadeiro intento residia em aprender com as tribos sedentárias novas formas de subsistência. Desprovidos os índios nômadas de meios e conhecimentos para desenvolverem a sua agricultura e almejando o progresso do seu povo (mesmo em relação aos restantes), os missionários revelar-se-iam um elemento chave na aquisição tanto de competências técnicas, como de recursos materiais. Além de o recurso a ferramentas não se achar propriamente facilitado, tanto pela morosidade e burocracia no processo de aquisição entre as autoridades locais, como pelo seu rápido desgaste no seu uso constante, havia ainda a questão da conservação das terras, facto não menos importante aos olhos dos indígenas. Contariam também com os missionários para por eles intercederem junto das autoridades civis e eclesiásticas na concessão de sesmarias para as missões de sua incumbência, salvaguardando os interesses dos índios perante os crescentes avanços dos fazendeiros e curraleiros pelo sertão.

Se é certo que se dava preferência aos missionários que residissem nas proximidades do aldeamento que se procurava assistir, na verdade nem sempre assim acontecia. Por regra, as missões eram providas de religiosos oriundos do colégio que as tutelava, dentro da respectiva jurisdição. Até meados do século XVII, o território do Ceará recebera, nomeadamente aquando da fundação de Ibiapaba, dois jesuítas vindos do Maranhão, os padres António Ribeiro e Pedro de Pedrosa, como esclarecemos em capítulo anterior. O próprio P.^e António Vieira, solicitando, em carta dirigida ao Rei, o envio de mais recursos humanos, propõe que, mesmo tratando-se de província à parte, o Maranhão dispusesse de recursos humanos de outras partes, não vendo em tal mal algum: “Podem vir padres do Brasil, podem vir padres de nações estrangeiras; mas os

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 50-51.

mais prontos e efectivos são os que podem vir de Portugal em menos de quarenta dias de viagem.”¹⁰⁶

De acordo com a Informação do Colégio de Pernambuco [c. 1617-1618]¹⁰⁷, encontravam-se adstritos a esta instituição dois sacerdotes enviados em missão para o Maranhão, outros dois para a Missão do Rio Grande, doze religiosos repartidos por cinco aldeias de índios em Pernambuco e Itamaracá com sete ou oito mil índios sob a sua administração espiritual e temporal, assinalando-se que a todos ensinavam a doutrina e aos seus filhos a ler e escrever, canto de órgão, charamelas e flautas, entre outros ensinamentos¹⁰⁸. De um total de vinte e oito religiosos que se encontravam no Colégio de Pernambuco, além de um ser visitador das Aldeias, refere-se que “fazem missões pelo contorno da Capitania e socorrem os das Aldeias quando é necessário”¹⁰⁹. Doze dos que não eram sacerdotes, dois eram mestres de latim e de primeiras letras, e cinco encontravam-se a estudar Humanidade e a língua do Brasil – elemento importante no estudo da formação dos missionários que atendiam nos aldeamentos indígenas.

Alude-se ainda nesta informação a um aspecto de extrema relevância, porquanto serem parcas as notícias que o atestam: “Também se ensina a doutrina aos escravos, na Igreja e pela vila, e aos meninos estudantes.”¹¹⁰ Significa isto que a Companhia de Jesus procurava instruir igualmente os escravos? Antes de mais, convém salientar o propósito desta Informação e a quem era dirigida. Com o objectivo de prestar contas das actividades desenvolvidas no colégio e missões a ele associadas, importava demonstrar, por um lado, as vicissitudes sentidas – se as houvesse, quer a nível de carência de mais missionários, de dificuldades para gerir e financiar toda uma vasta rede de instituições jesuítas, ou até eventuais reacções contrárias à sua acção por parte de algum sector da sociedade, se não mesmo do poder local – assim como os sucessos alcançados,

¹⁰⁶ CARTA ao Rei, D. Afonso VI. Maranhão, 28 de Novembro de 1659. In VIEIRA, P.^e António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 548.

¹⁰⁷ *Bras.* 5, p. 113.

¹⁰⁸ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 331.

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 332.

¹¹⁰ *Idem, ibidem*.

demonstrando assim a sua utilidade. Ainda que se refira que doutrinavam os escravos, sendo plausível que, na própria igreja do colégio, se aproveitasse as instalações para lhes ensinar os princípios do catecismo cristão, não existem, contudo, números concretos nem informação mais aprofundada.

Inicialmente, a presença dos missionários da Companhia enfrentou grandes dificuldades na assistência aos índios. Ao se intentar proceder ao aldeamento de índios catequizados, não raro, o número de jesuítas existente em Pernambuco revelava-se insuficiente para assegurar todas missões, razão pela qual se assegurava apenas a sua visita. Foi o que sucedeu com a aldeia de S. Francisco, primeiro esforço de aldeamento da Companhia de Jesus em Pernambuco, em 1561, numa altura em que, como salienta Serafim Leite, a atenção se achava concentrada na construção do Colégio de Olinda, o que implicava uma canalização de muitos recursos financeiros.



Quadro 5 - Distribuição das competências por estabelecimento jesuíta na rede de aldeias / sua caracterização

Isto não significa que se tenha suspenso o descimento de índios para aldeias jesuítas. A implementação da rede de missões jesuítas no século XVI respeitara uma lógica em que o Colégio era o núcleo em torno do qual se estabelecia um conjunto de

aldeias não muito afastadas. Através deste sistema de aldeias-satélite, a maior preocupação residia em estabelecer missões relativamente próximas do colégio, para assim melhor se garantir a devida assistência aos índios para ali descidos. A partir destas, estabelecia-se uma rede de «aldeias centrais», “donde se pudessem visitar as que existissem mais perto de cada qual”¹¹¹ – de que é exemplo a aldeia de S. Miguel¹¹², surgida cerca de 1586, uma das mais famosas de Pernambuco.

No caso da aldeia do Una, alude-se à presença de jesuítas apenas a partir de 1624. Foi mencionada por Vieira na sua carta ânua de 1626, a propósito das questões relacionadas com o Colégio de Pernambuco, no período imediatamente posterior ao da saída dos neerlandeses do Recife:

“Além disto, como o bem dos índios da terra é o principal fim da nossa Companhia, nesta província se procurava mui deveras ajudá-los no corporal e no espiritual, que de ambos estes meios são igualmente necessitados. Daqui nasceu que os da aldeia de Uná, os quais estavam encarregados a um sacerdote secular, que os não ajudava como eles desejavam, vieram tomar o Sr. Governador por terceiro para com o padre reitor, que lhes desse padres para residir na sua aldeia.”¹¹³

Os seus persistentes rogos tiveram os seus frutos: conseguiram, de início, que dois jesuítas se deslocassem à missão e, posteriormente, que tivessem aí residência permanente. De acordo com informação desse mesmo ano, estavam anexas a estas «aldeias centrais» 3 aldeias sem residência própria, de índios Potiguares: a de Santo André ou Ibatatã (Ybatatã), a Aldeia de Nossa Senhora ou do Castelhana, e a de S. Francisco ou Beiju Guaçu¹¹⁴. Esta última poderia tratar-se da Missão Nova de S. Francisco do Brejo, na Freguesia do Rodelas, Ribeira do Paiahú.

¹¹¹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.

¹¹² Junto da relação de 1760, alude-se a duas aldeias com invocação de S. Miguel, na altura já sob administração carmelita: a do Ciry (Siri), distrito de Vila de Goiana, freg.^a de S. Lourenço de Tigicopapo, junto ao rio Ciry; e a do Una, distrito da Vila de Serinhaém.

¹¹³ ÂNUA ao gerl da Companhia de Jesus, P.^e Mucio Vitelleschi. 30 de Setembro de 1626. In VIEIRA, P.^e António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, pp. 63-64.

¹¹⁴ Ou Beyu-Guaçu, tomando o nome de um principal potiguar, discípulo dos jesuítas. V. nota de rodapé, in LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 333-334.

No caso destas aldeias de visita, o Visitador Geral do Brasil, P.^e Manuel de Lima, sugeria a transformação das aldeias em residências fixas, dando informação do que testemunhara no concernente à instrução e catequese dos índios:

“«Os Índios destas duas postreiras [Aldeia de Nossa Senhora ou do Castelhana, e a de S. Francisco ou Beiju Guaçu] sabem muito pouco das coisas de Deus. E indo eu a elas não achei um que se soubesse benzer, do que avisei ao P. Manuel de Lima. E a causa é porque como sejam Aldeias novas e os Nossos não residam nelas, o que lhes ensinam em 4 dias, quando lá tornam, daí a muitos, já lhes esqueceu o que tinham aprendido.»”¹¹⁵

A partir de tais informações constatamos não apenas a dificuldade de se promover um trabalho com uma duração a médio e longo prazo, facto, de resto, extensível à realidade das demais missões volantes, mas também a duração destas mesmas missões volantes – por períodos de cerca de 4 dias de permanência. Em termos mais latos, torna-se possível reconstruir o sistema jesuíta de assistência em meio indígena, em que o colégio surge como núcleo difusor e formador de meios e recursos, com o qual se articulavam as aldeias de residência fixa que, por sua vez, constituíam pontos intermediários de gestão da assistência não permanente – o que integrou tanto as expedições iniciais, as missões volantes e as aldeias sem residência fixa.

Pelas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, igualmente sob a alçada de Pernambuco, havia igualmente um não menos expressivo conjunto de aldeias e missões. Alude-se, com efeito, a uma aldeia da Paraíba em 1589¹¹⁶ que contava com 1200 índios e em 1601 a uma missão no Rio Grande do Norte. A partir de então, a expansão missionária jesuíta conhece grande expressão pela região riograndense, multiplicando-se as referências aos aldeamentos constituídos: em 1605 e 1606 a aldeia da Antónia (correspondendo aproximadamente ao âmbito geográfico da posterior aldeia do Guajuru), com índios Potiguares; em 1612, assinala-se a aldeia do Camarão (topónimo associado às características étnicas dos Potiguares; poderá estar na génese da

¹¹⁵ Manuel de Lima, s.j., *Algumas advertências para a Província do Brasil*, 1610, ms. da Bibl. Vitt. Em. (Itália), f. gess. 1255, n.º 38; apud Idem, *ibidem*.

¹¹⁶ Cf. LEITE, *HCJB*, vol. 1, pp. 496 e ss..

aldeia das Guaraíras¹¹⁷); perto da fronteira com Pernambuco, a de Tamboçurama; e “em 1621 encontra-se ainda o nome indígena de Itapicirica, como Aldeia da Companhia (e com este nome há várias)”¹¹⁸. Com efeito, o termo tupi «Itapicirica» designava tão somente a assistência dos padres da Companhia de Jesus. Assim, a aldeia de St. André de Itapicirica significava tratar-se de um aldeamento com aquela invocação, pertença da Companhia de Jesus.

Com a invasão holandesa, os jesuítas que se achavam no Nordeste viram-se obrigados a um exílio forçado, uns remetidos para as Antilhas, outros para Holanda; outros, incorporando a resistência face a invasor, acabariam mesmo por falecer no meio de lutas. Chamamos a atenção para a relação dos jesuítas em Pernambuco feita por Serafim Leite, distribuídos pelo Colégio de Olinda, Aldeia de S. Miguel (1ª), Aldeia da Assunção, Aldeia de S. André, Aldeia da Escada e Aldeia de S. Miguel (2ª), com indicação de alguns dados biográficos¹¹⁹. Após a Restauração, já num período de relativa acalmia, a política de constituição de aldeamentos alterou-se drasticamente: se até então se procurara estabelecer um sistema que colocava a sua tónica num número restrito de missões permanentes sob a dependência de Pernambuco, a partir de meados do século XVII apostou-se na criação de aldeias em partes mais longínquas e inóspitas. Serafim Leite sugere que tal se ficara a dever à organização de freguesias e paróquias, cada vez mais prósperas, e, conseqüentemente, ao não fazer sentido manter missões num terreno em que uma série de Ordens e Congregações Religiosas podiam prestar a devida assistência. Assim,

“As Aldeias do Colégio de Olinda, neste segundo período, arrancam da fronteira setentrional da Capitania de Itamaracá, S. André de Itapecirica¹²⁰, para o norte, até ao Rio Grande e o Ceará, fora já portanto dos limites do actual Estado de Pernambuco, não

¹¹⁷ Cf. Mapa relativo à Fundação do Rio Grande do Norte (1597-1606), de João Teixeira, no *Livro que dá Reção do estado do Brasil*, códice do IHGB do Rio de Janeiro. Apud LEITE, Serafim, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 5 [Da Baía ao Nordeste : estabelecimentos e assuntos locais : séculos XVII-XVIII], Lisboa, Portugal, 1945, p. 514 a).

¹¹⁸ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 334.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 383-389.

¹²⁰ O mesmo que dizer, Aldeia de S. André da Companhia.

porém do âmbito do Colégio de Olinda, a cujo quadro pertenciam os missionários de todas estas Aldeias.”¹²¹

Paralelamente, corria e evidenciava-se a disputa pelo poder temporal sob os índios, reclamado pelas autoridades locais, em confronto aberto com os padres da Companhia, que administravam os índios tanto no espiritual como no temporal. É ainda neste quadro que, a par das crescentes disputas entre colonos e missionários pela posse de terras, foi criada a Junta das Missões de Pernambuco. Saliente-se, a este nível, o facto de, por ordem régia de 8 de Março de 1693, o Colégio de Olinda se ter visto despojado do poder temporal sob os ameríndios, muito embora a Coroa tenha procurado restituir esse governo, por Provisão de 27 de Março de 1721¹²².

A situação destes estabelecimentos, contudo, poderia estar sujeita a alterações. Nota Serafim Leite que a residência os Padres era passível de ser transferida de uma para outra aldeia,

“quando nisso houvesse utilidade, ou para condescender com emulações indígenas que queriam ter os Padres na sua Aldeia, ficando entretanto a ser «de visita» a Aldeia, cuja Residência se deixava provisoriamente. Encarregava-se dela algum Índio de mais piedade e confiança.”¹²³

Nesta perspectiva, não poderemos deixar de considerar um facto: o estabelecimento de jesuítas constituiria uma mais-valia também na perspectiva de algumas etnias indígenas locais, na medida em que lhes poderia granjear uma posição de prestígio e de poder. Assim, comunidades ameríndias com maior dimensão demográfica e étnica conquistariam para si uma maior atenção dos missionários na sua defesa, mesmo em termos jurídicos, não descartando a protecção contra eventuais ataques de outras tribos. Já as tribos de menor relevância e com menor poder face à hegemonia tupi (embora étnica e linguisticamente aparentadas) ficariam em posição

¹²¹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 335.

¹²² BPE, Cód. CXV/2-12, f. 125. Apud LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 335.

¹²³ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 336.

mais desfavorecida, integradas em aldeias de visita. Tomando ainda a perspectiva de Serafim Leite, a constituição das aldeias de visita poderia ser proporcionada por uma situação de instabilidade temporária, motivada pela necessidade da sua transferência.

Do lado da Paraíba, durante muito tempo com missões periódicas ou volantes, sobretudo dos que estavam encarregues de visitar e organizar as do Rio Grande do Norte, a primeira instituição da Companhia de Jesus surgiria mais tardiamente. A primeira missão a ser criada junto dos ameríndios foi a da Aldeia do Braço do Peixe. Após a invasão holandesa, as súplicas dos moradores juntaram-se aos rogos dos índios no sentido de aí se criar uma casa jesuíta, conseguindo-se reunir, por volta de 1683, largas somas e grande dote de propriedades para a sustentação do novo Colégio. Surgiu esta instituição com o nome de Casa e Seminário de S. Gonçalo da Paraíba, cuja acção se centrou nos estudos primários e secundários, além de se constituir um centro difusor de missões que abrangiam todo o sertão, no dizer de Serafim Leite. As suas obras prolongaram-se ao longo da primeira metade do século XVIII, lançando-se a primeira pedra em 1745 e não estando o seminário ainda concluído em 1757. Não obstante a inexistência de infra-estruturas construídas para o efeito, por largas décadas se ministravam ali estudos. Além disso, “Bem organizado, com as suas escolas de Latim e Humanidades, com as suas Congregações de Estudantes, o Colégio da Paraíba, foi o primeiro estabelecimento de ensino geral do Estado”¹²⁴. Da Aldeia do Braço do Peixe retiraram-se os jesuítas, dando lugar aos franciscanos, com posterior assistência beneditina. As aldeias do sul da capitania possuíam estreita ligação com o Colégio de Olinda, de que dependeriam.

Serafim Leite observa, no entanto, que à excepção do período inicial da conquista, nunca houve aldeias jesuítas de Residência dependentes da Casa da Paraíba, mas apenas núcleos populacionais com fazendas e anexos, sem administração autónoma, a saber,

“Fazenda de Mamanguape, de que tomavam conta 18 escravos, com 419 cabeças de gado vacum e 73 cavalos.

Fazenda da Formiga, no Arraial da Formiga, sertão do Piancó doada por Teodoro Álvares ao Seminário.

¹²⁴ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 500-501.

Fazenda do Quiriri, que constava de diversas outras, uma no *Cariris de Fora* (Cariris Velhos) e a *Fazenda de Mucuiú*; e cinco, na região de Itabaiana, as *Fazendas de Cachoeira, Boqueirão, Dois Riachos, Remanso Grande e Pua*. Além destas Fazendas, o Colégio tinha quatro pequenos sítios, em *Jaguaribe, Lagoa, Trincheiras* e no *Cariri*. Um deles, nos arredores da cidade da Paraíba, era Casa de Campo dos estudantes.”¹²⁵

Com efeito, e considerando-se os dados constantes nas relações das aldeias e missões do governo de Pernambuco de 1728 por diante, observamos que, muito embora existissem várias missões na Paraíba, nenhuma era jesuíta.

Na “Informação para a Junta das Missões de Lisboa”, elaborada pelo Provincial João Pereira na Bahia a 5 de Julho de 1702, encontramos um Rol dos Índios que se encontravam distribuídos pelas aldeias da Companhia na Província do Brasil. Junto a este rol encontramos algumas precisões quanto ao funcionamento de parte das missões:

“As duas Aldeias do Açú, a saber, a de Jaguaripe e a de Lagoa do Podí, são novas, e vão-se bautizando e doutrinando os que não são bautizados e em bom princípio.

Os das Aldeias unidas da Serra de Ibiapaba são quasi todos bautizados, de língua geral e domésticos, e além destes visitam os Padres umas Nações de Tapuias¹²⁶ e os vão afeiçoando e persuadem-lhes que deixem o corso e se aldeem, para serem também doutrinados.

Os do Açú e os Quiriris do sertão da Baía e os Paiaás são Tapuias de línguas diferentes e quasi todos são bautizados os da Geral todos são cristãos.

Em todas estas Aldeias assistem Padres; e em algumas Religiosos também Moços Estudantes para aprenderem a língua, sem a qual se não admitem a estudar a Filosofia e são examinados por quatro examinadores e aprovados ou reprovados com juramento.

Como o Colégio de Olinda sustenta os Missionários de seis Aldeias das quais quatro cresceram depois do dote da Fundação, se representa a Sua Majestade que necessita de algum subsídio anual para poder acudir a estes gastos, em caso que não tenha efeito a consignação dos seis mil cruzados que mandou dar para um Hospício ou Residência com três currais de gado para o sustento dos Missionários da Serra de Ibiapaba, no Ceará, em carta de 8 de Janeiro de 1697 ao Governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, que até agora, pelas razões que Sua Majestade se representam, não se executou.”¹²⁷

Consideremos os números apontados para o Nordeste:

¹²⁵ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 326.

¹²⁶ O que decorre do tempo de Vieira enquanto Superior das Missões do Maranhão, altura em que a mesma fora fundada e unificada.

¹²⁷ “Rol dos Índios”, enviado pelo Provincial João Pereira à Junta das Missões de Lisboa. Bahia, 5 de Julho de 1702. In LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 572-573.

Quadro 6 - Rol dos Índios de 1702¹²⁸

<i>Pernambuco</i>	
Na Aldeia de Guajaru serão até	250
Nas Guarairas não passam de	300
No Urutagui pouco mais de	150
Nas cabeceiras de Jaguaripe passam de	1000
Na Lagoa do Podi no Açú passam de	1000
Na Serra da Ibiapaba, aonde se uniram três Aldeias em uma, passam de	4000
São os de Pernambuco ao menos	6700
<i>Baía</i>	
No Camamu serão	300
No Serinhaém muitos morreram, ficam	50
Na Aldeia do Espírito Santo até	300
Em S João de Porto Seguro chegam a	500
Na Patatiba serão	300
Na Aldeia dos Ilhéus aumentada perto de	900
<i>Tapuias no sertão da Baía</i>	
Na Aldeia da Natuba passam de	600
Na Aldeia do Saco passam de	700
Na Aldeia da Cana Brava quasi	800
Na Aldeia do Juru passam de	400
São os que pertencem à Baía	4850

Boa parte desta informação fora composta, notamos, de modo a agradar ao Rei, valorando a seus olhos as missões da Companhia de Jesus existentes na Província do Brasil, sem o Provincial se deter em demorados pormenores. Cumpre igualmente assinalar que qualidade da assistência dos missionários era bastante diversa, tanto mais que apenas as aldeias de maior dimensão, e graças à persistência dos seus índios principais, possuíam missionários residentes.

No caso das missões do Rio Grande do Norte, a expansão missionária viu-se confrontada com a resistência de vários grupos. Maria Emília Porto destaca a relação do estabelecimento jesuíta com o combate do levante de índios pelo sertão cerca de 1678, na medida em que se impunha concentrar os remanescentes indígenas em algumas

¹²⁸ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 571-572.

aldeias, a fim de controlar a Guerra dos Bárbaros¹²⁹, tanto através de uma estreita administração dos grupos mais hostis, como enquanto estratégia de ocupação e defesa territorial. A implementação da rede missionária da Companhia naquele território enfrentaria, contudo, dois importantes problemas: o levantamento quase generalizado de grupos indígenas sertanejos, de matriz não-Tupi e o debate em defesa da legitimação da tutela temporal sobre os índios. As rivalidades e as condições agrestes não eram muito distintas das de outras regiões limítrofes nordestinas. Certo é que, durante largas décadas, se registou a necessidade de apaziguar aqueles grupos, por protelarem e deixarem em constante intranquilidade o estabelecimento de explorações agropecuárias. De resto, como tivemos oportunidade de observar na PARTE II, o seu combate obrigou à mobilização de índios aldeados noutras capitanias, incluindo missões jesuítas.

Existem várias provas da preferência dos jesuítas na assistência missionária no Nordeste no período anterior à expulsão da Companhia de Jesus. A ida e estabelecimento dos jesuítas pelo Rio Grande, como vimos, esteve associada à urgência da pacificação dos índios riograndenses, confiando-se nas suas capacidades diplomáticas e na sua tenacidade com os grupos mais hostis. Numa missiva de D. Marcos de Noronha (Conde dos Arcos) atestara-se como, no limiar da década de 1750, próximo à transição do poder real para D. José I, os missionários jesuítas eram entendidos como força necessária no apaziguamento de alguns grupos indígenas que se achavam dispersos pelo sertão. Constitui igualmente prova irredutível da importância da pacificação do chamado «gentio bravo», de etnia não-Tupi, para garantir a segurança das vias de comunicação do interior sertanejo rumo a sul-sudeste. Um dos grupos indígenas referidos por Noronha era o dos Arachás, localizados na passagem do Rio Grande, em via com destino a São Paulo, pressupostamente propensos a receberem administração de brancos, como ali se menciona. Mencionou igualmente os Kayapó, embora na qualidade de grupo não pacificado, de que os primeiros seriam alvo, além, naturalmente, de colonos que residissem nas imediações. No geral, D. Marcos de Noronha, na qualidade de Governador de Goiás, não demonstrava qualquer animosidade

¹²⁹ Maria Emília Porto, “Estudos sobre as missões jesuíticas na capitana do Rio Grande: arcaísmo e modernidade nas fronteiras coloniais”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, p. 123.

face aos religiosos da Companhia de Jesus, com os quais teria boas relações, nomeadamente com o Reitor do Colégio de São Paulo.

Consideremos de seguida com maior detalhe a acção missionária do Real Colégio de Olinda na capitania que lhe estava mais distante e que, na fase final, detinha maior número de aldeias da Companhia: o Ceará.

Tanto quanto se sabe, os primeiros missionários a chegarem à serra da Ibiapaba foram o P.^o Francisco Pinto, acompanhando do não menos ilustre P.^o Luís Figueira – do qual conhecemos o seu catecismo para a língua Kirirí - para atender àquela belicosa serra. Francisco Pinto, o futuro mártir de Ibiapaba, havia entretanto sido Superior da missão de S. Miguel, em 1589 e em 1601, fundada pelos jesuítas e situada a sete léguas a norte de um outro aldeamento: o de Nossa Senhora da Escada. Em 1589 a missão onde era Superior possuía já 800 almas, acompanhando-o Gaspar Freire nas obras apostólicas¹³⁰. Nessa altura, ainda os Franceses ali estavam implantados, mantendo alianças com os índios nativos daquelas partes. Tornaram-se, segundo Vieira, “os primeiros pregadores da Fé e ainda os primeiros portugueses que do Brasil passaram às terras do Maranhão”¹³¹. Teriam, por conseguinte, abandonado os índios com quem tinham primeiro contactado? A que sorte haviam sido deixados após a passagem daqueles missionários?

Chegaram, por fim, à serra da Ibiapaba, deparando-se com três aldeias de índios Tobajaras, comandadas pelo principal Taguaibunuçu. Os padres Pinto e Figueira conseguiram não só edificar uma igreja na maior daquelas povoações, mas inclusivamente estabelecer a paz face a “nações bárbaras de tapuias, que cercavam e infestavam os arredores da serra [...] sendo os mesmos padres os medianeiros”¹³². Intentaram reunir etnias distintas na partilha de um mesmo espaço, juntando-os debaixo de um mesmo governo ou tutela – o seu – e conformes a uma mesma crença. Esta missão pioneira conheceu, contudo, um destino trágico, quando, ao entrarem nesta

¹³⁰ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 336.

¹³¹ *Relação* [...], in VIEIRA, P.^o António Vieira, *op. cit.*, p. 23.

¹³² Idem, *ibidem*, p. 24.

aldeia, os Tocarijus (ou Tucarijus) mataram o P.^e Francisco Pinto. Escapando ileso o seu companheiro, e não sendo ainda conhecedor da língua dos nativos, tornaria àquela missão em 1623, tendo aí permanecido durante 14 anos. Acabaria por também ele ser martirizado na barra do Grão-Pará em 1643 pelos Aroãs, índios canibais da boca do rio Amazonas, quando trazia consigo, de Lisboa, cerca de quinze religiosos.

Tempos mais tarde, muito depois do trágico episódio do massacre do P.^e Francisco Pinto – facto que terá levado à suspensão das missões por aquelas partes até se conseguir o apaziguamento de grupos indígenas que manteriam, inclusivamente, alianças com os holandeses - a expedição chefiada pelo P.^e António Vieira ocorreu num período em que as missões do Ceará pertenciam à jurisdição do Maranhão. Nesta altura, Pernambuco recuperava já da invasão holandesa e se encetava as obras de reconstrução do colégio de Olinda. Acerca da serra da Ibiapaba – cordilheira Borborema, “uma das principais do Brasil, que depois de percorrer longo espaço na direcção E. O., [que] vai terminar no Ceará, perto da costa, entre os rios Camuci, que nela nasce, e Paranaíba, onde toma o nome de Ibiapaba”¹³³ – lega-nos o destacado jesuíta importante testemunho na *Relação* que fez do seu apostolado naquele aldeamento indígena missionado¹³⁴. Aqui nos fala não apenas das exigências, perplexidades e sucessos do tempo que lhe era presente, mas recuando a um pretérito mais remoto, nos alvares de seiscentos, de quando os índios andavam em revolta, na extensa área do Rio Grande até ao Ceará.

Ibiapaba, conheceu períodos distintos: numa fase inicial, de 1606 a 1654 (data da reconquista lusa sobre os neerlandeses naquelas partes), a sua missionação apresentou-se intermitente, mercê dos sobressaltos que a acometeram, decorrendo, sobretudo, de uma implementação desprovida dos devidos recursos - humanos e materiais - que garantissem a sua plena subsistência, protecção e duração. O período

¹³³ Cf. Nota de rodapé, in VIEIRA, P.^e António, *A Missão de Ibiapaba*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 22.

¹³⁴ Publicado, nomeadamente, como “Voz Historica”, na obra *Vozes Saudosas da Eloquencia [...] do Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Magestade, e Principe dos Oradores Evangelicos*, Lisboa, Off. de Miguel Rodrigues, 1736, pp. 3-89; além da edição crítica, com Prefácio de Eduardo Lourenço e extenso Postfácio de João Viegas (que aprofunda a especificidades desta missão e a questão das leis indígenas), de VIEIRA, P.^e António Vieira, *op. cit.*, pp. 21-89.

seguinte decorre precisamente a partir do momento em que se restabeleceu a paz e o governo português daquele território, em pleno reinado de D. João IV.

Temendo os Portugueses e desconfiando – ou desconhecendo – o perdão geral que lhes fora atribuído, entre 1654 e 1655 muitos índios se refugiaram em Ibiapaba, a “Genebra de todos os sertões do Brasil”¹³⁵, metáfora vieirina que acentua um novo foco irradiador de costumes protestantes, de que grande parte dos ameríndios pernambucanos eram ainda portadores. A capital, Recife, era ainda aos olhos deste jesuíta uma Babel de erros e seitas, que vivia sob o signo de “um ateísmo geral e declarado”, de onde se escaparam alguns para aquela serra. Trazendo consigo alguns livros, “foram recebidos e venerados dos Tobajaras, como homens letrados e sábios”¹³⁶.

Apoiado pelo governador do Maranhão, André Vidigal de Negreiros, o P.^e António Vieira, na qualidade de Superior das missões daquele Estado, procurou retomar a actividade evangélica na Ibiapaba. Enquanto o primeiro perspectivava a importância da sua defesa e de uma maior facilidade de comunicação através da construção da fortaleza do Camuci, no rio do mesmo nome, Vieira apostou em retomar o contacto com aqueles ameríndios, escrevendo-lhes. Pela demora de resposta, expediu-se numa sumaca, de cuja tripulação destacamos o jesuíta P.^e Tomé Ribeiro e um companheiro, incumbidos de “saltarem em terra no mesmo sítio [Camuci], e praticarem com os índios e darem princípio àquela missão”¹³⁷ – o que acabou por não acontecer, por dificuldades de navegação. Por esta altura, Vieira rumara à Bahia, de onde esperava trazer missionários para aquela messe, dirigindo-se, por seu turno, o jesuíta P.^e Manuel Nunes para o Ceará, a fim de aí civilizar os índios. Entretanto, a conquista espiritual ia dando frutos: alcançava-se a paz com os Tremembés ou Teremembés. Porém, muito embora se tenham apresentado no Maranhão, onde foram bem acolhidos, guardavam ainda algumas reservas quanto aos portugueses.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 31.

¹³⁶ Idem, *ibidem*, p. 32.

¹³⁷ Idem, *ibidem*, p. 35.

De Ibiapaba chegavam finalmente notícias mas de uma forma que muito espantou os jesuítas:

“Eram dez índios da serra que acompanhavam a Francisco [índio mensageiro de Vieira], dos quais o que vinha por maior al apresentou aos padres as cartas que trazia de todos os principais, metidas, como costumam, em uns cabaços tapados com cera, para que nos rios que passam a nado se não molhassem. Admiraram-se os padres de ver as cartas escritas em papel de Veneza e fechadas com lacre da Índia; mas até destas miudezas estavam aqueles índios providos, tanto pela terra dentro, pela comunicação com os Holandeses, de quem também tinham recebido roupas de grã e de seda, de que alguns³⁹ vinham vestidos. [...]

A letra e estilo as cartas era dos índios pernambucanos, antigos discípulos dos padres, e a substância delas era darem-se os parabéns de nossa vinda [...]”

Prevalecia, ainda, a memória e o fruto da acção de «Pai-Pina», o padre Francisco Pinto, como lhe chamavam. Dispostos a serem novamente missionados, os índios da serra reclamam o envio de religiosos, sendo-lhes então enviados os padres António Ribeiro e Pedro Pedrosa, com a vantagem de o primeiro ser particularmente fluente na «língua da terra». Após trinta e cinco dias de viagem, chegavam finalmente ao seu destino, a 4 de Julho de 1656.

Um dos principais motivos que levava Vieira a ir àquele território era convencer os índios a deslocarem-se para a capitania do Maranhão, o que acabou por não suceder. Vieira é voz desse conformar com um destino que já parecia traçado. E, vencido pela força das circunstâncias, não nega já o valor e a necessidade daquela missão, singularmente abençoada pelos desígnios divinos, como se lhe parecia:

“Porque verdadeiramente parece que tem mostrado Deus que quer que esta missão se continue e que os padres se não saiam dela. Porque, tendo-se procurado sete vezes, por mar e por terra, que chegassem a estes padres as ordens em que os superiores os mandavam retirar, sempre houve impedimentos extraordinários, para que as ditas ordens, ou não fossem, ou não chegassem, e, quando agora havia portadores tão certos como estes índios da serra, ordenou Deus que na mesma semana chegasse o governador com as novas ordens de El-Rei, com que as dos superiores se hajam de suspender. Sem dúvida tem Deus provido àquelas almas este meio de sua predestinação, e é infalível haver-se de conseguir.”¹³⁸

¹³⁸ CARTA a um padre provincial do Brasil. Maranhão, 10 de Junho de 1658. In VIEIRA, P.º António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, pp. 462-463.

No ponto VIII da *Relação*, Vieira descreve a serra da Ibiapaba, facultando-nos um conjunto de elementos essenciais para uma melhor e mais acurada compreensão das condições físicas com que esta missão se deparou. Relato, sem dúvida, apaixonado, mas igualmente revelador do encantamento da paisagem sobre os forasteiros. Ibiapaba, “terra talha” na língua dos índios, compreendia, um vasto conjunto montanhoso de mais de quarenta léguas, em algumas partes oferecendo solo cultivável. Do topo, uma vista deslumbrante:

“olhando do alto para o fundo das serras, estão-se vendo as nuvens debaixo dos pés, que, como é cousa tão parecida ao Céu, não só causam saudades, mas já parece que estão prometendo o mesmo que se vem buscar por estes desertos.”¹³⁹

Existem alguns peculiaridades que poderão ter interferido na gestão da missão: um número de horas de luz solar limitado, dadas as espessas e contínuas neblinas matinais e a sombra das serras no fim do dia, por serem mais altas e taparem o sol, já baixo; o clima predominantemente sec, e de temperaturas extremadas no Inverno e no Verão; além de haver poucas nascentes, também a caça não abundava, mercê da exploração de muitas nações de «tapuias» das redondezas, os quais viviam num regime nómada de caçadores-recolectores. Os Tabajara, por seu turno, alimentavam-se à base de mandioca, milho e alguns legumes, numa subsistência assaz limitada. Seriam poucos os seus hábitos de cultivo e raramente se atreviam a pescar, que ficava a uma distância de 25 léguas.

Apesar do sucesso alcançado na catequização dos índios, ocorrendo sobretudo as crianças, “que muito brevemente tomaram de memória as orações e respondiam com prontidão a todas as perguntas do catecismo” e a quem se ensinou “a cantar os mesmos mistérios”¹⁴⁰, os missionários estavam cientes do carácter transitório daquele contacto:

“Tinham vindo os padres a Ibiapaba com ordem, não de fazerem ali residência, mas de verem a disposição da gente e do lugar, e com aviso aos superiores, esperarem a resolução do que haviam de seguir.”¹⁴¹

¹³⁹ *Relação* [...], in VIEIRA, P.e. António Vieira, *A Missão de Ibiapaba*, Coimbra, Almedina, 2006, p. 48.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 49.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 51.

Naturalmente que os ameríndios, conhecendo tais intentos, chegaram a desconfiar dos verdadeiros propósitos daqueles jesuítas, tomando-os como espiões que os entregariam a um perpétuo cativo dos portugueses. Entretanto, revoltando-se nas imediações da fortaleza do Ceará, os «Ganacés» ou Anacés atacaram uma outra tribo aliada, os Juguaruanas, levando consigo índios cristãos de duas aldeias “avassaladas que ai temos”¹⁴², segundo Vieira. Seguiu até aí o padre mais experiente, eloquente e hábil na língua da terra, António Ribeiro, não se ausentando os dois de Ibiapaba por temerem o reverdecer das suspeitas por parte dos aí residentes. Foi graças à sua rápida e hábil intervenção que se restabeleceu a paz naquele território, celebrando-se um pacto de amizade entre as nações beligerantes.

As suspeitas não cessaram, mas antes foram revigoradas ao receber-se uma carta do Superior das missões, o próprio Vieira,

“em que lhes dava notícia de haverem resoluto os superiores [o padre provincial do Brasil, assim como o Padre visitador do presente aldeamento] que aquela missão, vistas suas impossibilidades, se não continuasse, e que os padres se voltassem outra vez ao Maranhão, notificando esta ordem e a causa dela aos Índios e levando consigo aos que os quisessem seguir”¹⁴³.

O sucesso desta missão junto dos Tabajara estava longe de ser completo. Questionavam muitos aspectos da fé católica por não a entenderem, por a tomarem à luz das suas experiências quotidianas ou ainda por a apropriarem ao jeito dos antigos costumes – é disso exemplo o entendimento que tinham de Inferno, o que levou os jesuítas a optarem por uma outra abordagem, protelando a sua explicação. Mantinham-se, não obstante, os rogos dos padres, as relações de cunhadagem e de concubinato, resistindo os ameríndios à imposição de preceitos que considerariam demasiado inflexíveis, despropositados e sem interesse, implicando para si sacrifícios de diversa ordem nesta ruptura com práticas ancestrais. Preciosa é a descrição feita por Vieira,

¹⁴² Idem, *ibidem*, p. 53.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 62.

num esforço em demonstrar uma presença ainda vívida das heresias protestantes naqueles povos:

“Na veneração dos templos, das imagens, das cruzes, dos sacerdotes e dos sacramentos, estão muitos deles tão calvinistas e luteranos, como se nasceram em Inglaterra ou Alemanha. Estes chamam à Igreja, *igreja de moanga*, que quer dizer *igreja falsa*; e à doutrina *morandubas dos abarés*, que quer dizer *patranhas dos padres*; e ⁶⁷ faziam tais escárnios e zombarias dos que acudiam à igreja a ouvir a doutrina, que muitos a deixaram por esta causa.”

Em face dos sucessos mais facilmente conseguidos junto de outras tribos, para estes jesuítas não haveria outra explicação que não fosse a da influência das doutrinas protestantes, pelo tempo de permanência dos holandeses junto dos índios. Não é de descartar que os Tabajara fossem, antes, dotados de um apurado espírito crítico, aqui encarado como resistência herética. A aparente sujeição a que se entregavam visaria, antes, um efeito prático, como haviam conseguido com aquelas gentes do norte da Europa, nomeadamente o acesso a determinados bens materiais, pelos quais se sentiam fascinados e que rapidamente integraram no seu quotidiano.

O próprio discurso vieirino assinala, entrando em certa contradição, que muito do que os índios diziam não tinha sido ensinado pelos «hereges», mas que só podia ter sido inspirado pelo demónio¹⁴⁴. As teorias e profecias que construíam, absolutamente intoleráveis no discurso cristão, denunciam, até certo ponto, a capacidade de reflectir e adequar aqueles dogmas de fé à sua vivência. Acreditar que, “assim como Deus encarnara uma vez em uma donzela branca para remir os Brancos, assim havia de encarnar outra vez em uma donzela índia para remir os Índios”, ou que “Deus quer dar uma volta a este mundo, fazendo que o Céu fique para baixo e a Terra [associada aqui ao mundo dos mortos, e não necessariamente ao inferno, como na fé cristã] para cima, e assim os Índios hão-de dominar os Brancos, assim como agora os Brancos dominam os Índios”, revela um sentido de justiça social, uma apropriação da mensagem do Novo Testamento enquanto promessa salvífica em que eles também se incluíam, como naturais destinatários.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 68. Questionamo-nos quanto ao sentido de «Diabo», «infernai» e «diabólico» neste texto de Vieira, porquanto se encontra associado ao paganismo, ao não-cristão, a práticas indígenas. Para o insigne orador jesuíta, a explicação óbvia – e também mais simples – era a da inspiração demoníaca, não reconhecendo o sentido das práticas daqueles povos.

A certa altura, Vieira dá notícia de que um velho feiticeiro, índio dos de Pernambuco – apontamento que, só por si, se reveste, na presente *Relação*, de um forte carácter pejorativo - “levantou uma ermida ao Diabo nos arrabaldes da povoação, e pôs nela um ídolo composto de penas, e pregou que fossem todos a venerá-lo, para que tivessem boas novidades, porque aquele era o que tinha poder sobre as sementeiras”, celebrando-se com danças contínuas em seu redor¹⁴⁵. Naturalmente que para aquela comunidade tratava-se não de uma representação demoníaca, mas antes correspondente a um deus tutelar, ligado às forças da natureza.

Apesar de todas as dificuldades, a que se juntara o parco sustento dos seus habitantes, a missão de Ibiapaba cresceu e fortaleceu-se, inclusivamente em termos de instalações: “Ao princípio tiveram os padres três igrejas nas três aldeias, e depois fizeram outra, em que uniram todas três”¹⁴⁶. Com uma importante localização geoestratégica, graças à acção dos jesuítas garantia-se a segurança dos caminhos do Maranhão ao Ceará e a Pernambuco, para além da costa estar livre e melhorada com o seu comércio. Apesar do alto risco, aqueles missionários da Companhia intentaram reunir os Tabajara com outras etnias não aparentadas, nomeadamente com os «tapuias» Curutis, numa difícil convivência em face de animosidades passadas.

Numa apologia do bem daquela missão, tecendo elogios aos trabalhos hercúleos dos padres e aos milagres que entretanto se vinham manifestando, por intermédio de sonhos, de visões e mais fenómenos, Vieira destacava:

“O que podemos afirmar com toda a certeza é que a missão destes dois padres à serra de Ibiapaba foi ordenada por particular providência de Deus e que é vontade do mesmo Deus que assistam e continuem nela, de que nos tem dado tantos testemunhos, e tão claros, que se não podem duvidar.”¹⁴⁷

Ibiapaba parecia tocada por desígnios divinos. Nem os Provinciais do Brasil, primeiramente Francisco Gonçalves, em seguida Simão de Vasconcelos, viram as suas

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 69.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 70.

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 78.

ordens serem entregues, após várias tentativas. Pela confirmação régia, aquela missão iria conhecer uma nova mudança. Apostava-se, já, na reunião das três aldeias Tabajara numa só e na edificação de uma nova igreja. O filho de um dos principais, D. Jorge da Silva, chegou a ser mandado, pelos seus, a prestar vassalagem ao Rei, indo “beijar a mão a Sua Majestade em nome de todos”¹⁴⁸, o que efectivamente veio a acontecer. Recebido em Lisboa pelo conde de Odemira, foi acolhido na qualidade de “índio da missão do Maranhão” e presenteado com várias mercês deste conde e do próprio monarca¹⁴⁹.

No seu regresso, já durante a Quaresma, este índio foi acompanhado por Vieira, principal impulsionador e defensor de Ibiapaba, levando consigo o P.^e Gonçalo de Veras, recém-chegado de Portugal e que há quatro meses àquela parte tinha saído do Colégio de Coimbra. Desta sua visita resultou a consagração daquele aldeamento a S. Francisco Xavier, tendo-se colocado no altar uma imagem do santo em hábito missionário a baptizar um índio.

A instalação dos jesuítas nas missões no Ceará, começara, precisamente, por Ibiapaba, mas só se viria a consolidar a partir da década de 1720, tendo para esse efeito sido vital a acção do jesuíta P.^e João Guedes, ao solicitar a criação de um hospício no Ceará. Com um parecer favorável por parte do rei, conseguiu-se enviar mais dois missionários, além do número inicialmente previsto. Em 1735, não obstante, Ibiapaba e as restantes aldeias do Ceará surgiram sob a jurisdição do Hospício daquela capitania e encontravam-se igualmente ausentes da relação das missões de Olinda logo em 1732. Em 1737 tornam a ser englobadas no conjunto de aldeias de índios do colégio olindense¹⁵⁰. Os catálogos da Companhia permitem-nos observar a circulação de missionários e jesuítas operada no terreno, não sobrando dúvidas de o Hospício do Ceará se ter constituído um centro estratégico irradiador e mediador na promoção da

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 82.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 83.

¹⁵⁰ Bras. 6, 195

actividade evangélica do Ceará¹⁵¹. Relativamente a este padre jesuíta¹⁵², de seu nome completo João (Ginzl /Guinzel/ Guincel) Guedes¹⁵³, sabe-se que viera da Europa central, mais concretamente da região da Boémia (actual República Checa). Nascera em Komotau a 8 de Outubro de 1660, filho de André Ginzl e Regina Ginzlin. Ingressando na Companhia aos 16 anos, a 14 de Outubro de 1676, fez a profissão solene a 28 de Fevereiro de 1694, ano em que parte de Lisboa rumo ao Brasil. Iniciou, desde logo, as suas funções de missionário nas aldeias dos índios Kiriris, Janduins e Payakus, mais concretamente no Rio de S. Francisco, na Ribeira do Açu e em Ibiapaba. Foi reitor do colégio de Olinda – cargo que se poderá dever à sua ampla experiência enquanto missionário, sobretudo por ter tido ao seu encargo as tribos mais difíceis de administrar em todo o Nordeste, não sendo ainda alheio o facto de aquele colégio constituir o centro de coordenação de todas as missões jesuítas nordestinas, exceptuando-se as que estivessem sob a alçada da Bahia - e fundador do Real Hospício do Ceará (Aquiraz), onde faleceu a 11 de Fevereiro de 1743¹⁵⁴.

Pela consulta do Conselho Ultramarino a D. João V, é possível apurar os principais argumentos que fundamentaram o pedido daquele inaciano com vista à fundação daquela casa¹⁵⁵. Não deixa de ser evidente que tanto D. Pedro II como D. João V se mostraram a favor da obra missionária em Ibiapaba, confirmando o interesse do Estado na conversão dos índios e consequente ocupação dos sertões. Muito embora se estipulasse o respectivo financiamento, torna-se evidente que, por motivos alheios a este projecto assistencial, até cerca do primeiro quartel do século XVIII a criação da casa em Ibiapaba ainda não se concretizara.

¹⁵¹ Importará, contudo, entender melhor a qualidade de relações e a dinâmica observada na tutela do Colégio de Olinda e do Hospício do Ceará e como tal terá interferido no tipo de decisões e estratégias operadas.

¹⁵² O P.^e Vicente Martins, na *Revista do Instituto do Ceará [1929-1939]*, dedicou-lhe um texto intitulado “O Hospício jesuíta de Ibiapaba” – Catechese do Padre João Guedes.

¹⁵³ O apelido Guedes é a forma aportuguesada a partir de Ginzl. LEITE, Serafim, *HCJB*, tomo VIII, P. 286.

¹⁵⁴ LEITE, Serafim, *HCJB*, tomo VIII, pp. 286-288.

¹⁵⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 9 de Novembro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 68, rolo 2.

A fazer fé nos registos setecentistas conhecidos das missões e aldeias remanescentes no governo de Pernambuco, constatamos como, nesta extensa área geográfica, as missões jesuítas não se encontravam em maioria – à excepção do Ceará, em 1760-61. Não obstante, a dimensão de cada uma das suas missões era geralmente muito superior, em comparação com as das restantes congregações. De acordo com as Relações de 1749 e 1760 (cf. anexos 6, 7 e 10), existiam cerca de 54 missões, com administração diversa, distribuídas do seguinte modo: 28 em Pernambuco, 12 na Paraíba, 5 no Rio Grande do Norte e 9 no Ceará. O surgimento de duas das sete aldeias jesuítas extintas em Pernambuco devera-se, igualmente, por

“convir muito ao servisso de Ds., e meu o augmento dessa Capitania, haver ahy Rellegiozos q assistão nas Aldeas dos Indios para os Governar, e doutrinar como seus Parochos na forma em que antigamente se fazia para o que seria necessario ordenarce que se ajuntassem em duas ou tres Aldeas, em que podessem ser assistidos dos Rellegiozos da Companhia q. se encarregassem delles como antigamente se fazia porque só por este meyo se poderião as ditas Aldeas conservar na fê.”¹⁵⁶

Os argumentos contidos nesta missiva poderão ter desencadeado a administração das “Missionibus denuo erectis” (Guaraíras, Guajirú e Urutagui) entre 1679 e 1683 e a sua entrega à Companhia de Jesus¹⁵⁷. Apesar de não constarem directamente as etnias, constitui, ainda assim, um documento importante para se perceber o motivo pelo qual se reuniam grupos culturais diversos no espaço de uma mesma missão, além de esclarecer que se operara por determinação régia e, subsequentemente, da Junta de Missões, não sendo uma decisão dos próprios religiosos. De salientar, igualmente, a vontade expressa do Príncipe regente em retomar as políticas e sucessos dos monarcas seus antecessores, pretendendo tomar nova resolução para reavivar a força dessas leis e a sua efectiva aplicação.

¹⁵⁶ Ordem do Príncipe [D. Pedro] a Aires de Sousa de Castro. Lisboa, 6 de Maio de 1678. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 13v-14f.

¹⁵⁷ Bras. 5-2, 64v.

De resto, a preferência pontual pelos missionários da Companhia valera-lhes a vontade régia de se construir o Hospício do Ceará que, mesmo estando integrado na rede de casas e missões anexas ao Colégio de Olinda, veio a funcionar como casa de apoio às missões daquela capitania, tão distantes que estavam da casa-mãe. Na Resolução de Janeiro de 1697, D. Pedro II não se escusara de elogiar a sua acção, referindo-se ao “incañavel spirito com que os Rellegiozos da Companhia trabalham nas ditas Missoins, e o que se tem obrado na converção dos Indios de presente”,¹⁵⁸ ficando, certamente, bem-impressionado com o relatado pelo P.^o Ascenso Gago acerca do que ele e seus companheiros tinham obrado nas missões do Ceará.

De forma geral, o sucesso da implementação das missões jesuítas ficara-se a dever à confluência de interesses dos líderes indígenas e da arguta diplomacia dos missionários, privilegiando-se a vontade dos grupos indígenas em, efectivamente, serem aldeados – podendo implicar uma transferência da comunidade para outro local, o convívio com outros grupos ou até a sua sedentarização. Registou-se um claro aproveitamento das tradições de liderança guerreira indígena na organização das aldeias, com manutenção das suas chefias e intervenção na qualidade de capitães, alferes e demais oficiais, sujeitos, contudo, aos administradores da capitania e aos missionários da aldeia. A sua participação encontrava-se, assim, fortemente limitada, na medida em que a manutenção da “posição tradicional de chefe guerreiro” tinha um valor meramente simbólico, com perda da sua autonomia na liderança dos restantes índios aldeados, seus subalternos¹⁵⁹.

Temo-nos questionado quanto ao facto de muitas das antigas missões jesuítas terem passado para outras ordens ou até deixado de existir, reduzindo-se ao número de sete no governo de Pernambuco. O facto de se situarem no Ceará e Rio Grande do Norte não é fruto do acaso. Na verdade, coincide com uma nova lógica de assistência, não sendo afinal já necessária a sua acção em áreas desbravadas e transformadas em paróquias, onde os índios haviam sido integrados à sociedade local e a quem assistiam

¹⁵⁸ Resolução de D. Pedro II para Caetano de Mello de Castro. Lisboa, 8 de Janeiro de 1697. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 23v-25f

¹⁵⁹ Geyza Kelly da Silva, *op. cit.*, p. 191.

já outras Ordens e Congregações Religiosas. No dizer de Serafim Leite, apostou-se, então, em partes “mais difíceis e ásperas”, pertencendo ao colégio de Olinda as que iam da fronteira setentrional da Capitania de Itamaracá, S. André de Itapecirica, para o norte, até ao Rio Grande e o Ceará, ficando sob a sua alçada os respectivos missionários. Durante largos anos, concentrara o governo espiritual e civil, até que em 1693, por ordem de 8 de Março, o colégio de Olinda se vê inibido da administração temporal sobre os índios¹⁶⁰.

A questão da administração temporal dos índios colocada em causa na consulta de 10 de Fevereiro de 1721¹⁶¹ reportava-se à resolução de 8 de Março de 1693, pela qual os missionários jesuítas se viram desprovidos deste poder, passando tal incumbência para os capitães-mores. Apesar desta disposição régia, a Companhia de Jesus não se conformou em abdicar desse poder, requerendo, pela data desta missiva, a proibição de os capitães-mores se intrometerem na administração temporal dos índios, pedido esse efectivado pelo do reitor do colégio da Companhia de Jesus de Olinda. Em registo anexado a esta consulta do Conselho Ultramarino, apresentava-se a argumentação tecida pelo Procurador geral da Província do Brasil, P.^e António Cardoso, o qual evidenciava que D. Pedro II, por provisão passada a 26 de Agosto de 1680, concedera aos jesuítas a administração temporal e espiritual dos índios. Aludira, ainda, à carta remetida por D. João IV ao Padre Provincial da Província do Brasil, a 27 de Julho de 1644, “sobre continuarem os P.^{es} da d.^{ta} provincia na assistencia das Aldeas dos Indios”.

O Procurador da Coroa não deixara, contudo, de reconhecer a importância dos missionários no terreno, claramente à luz das leis que acompanharam a implantação da Companhia de Jesus nos primeiros tempos, referindo

“[...] q se se tirar aos P.^{es} da Comp.^a a administração temporal dos Indios, não há de haver Aldeas, nem hão de baixar mais Indios e as q já existem se hão de extinguir, e assim o tem mostrado a experiencia de largos tempos; e por isso se lhes concedeo esta administração por multiplicadas rezoluções, maes q se deve advirtir que esta administração não hé jurisdicional, mas somente hum poder como de curadores

¹⁶⁰ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 335.

¹⁶¹ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 10 de Fevereiro de 1721. AHU_ACL_CU_015, Cx. 29, D. 2619, rolo 41.

daquelles miseraveis Indios, aos quais a natureza não deu capacidade, nem talento p.^a se governarem [...]”¹⁶²

Os seus receios não se circunscreviam ao reconhecimento das qualidades da administração jesuíta. Não ignorou a actuação de capitães e moradores cujas “tirantias” eram de tal ordem que os índios se recusavam a ser «domesticados». Quanto a este último aspecto, perspectivava a sujeição dos ameríndios a prestar serviço militar, a trabalhar em fortificações e a servir junto de particulares, e que, não sendo levados a fazê-lo por sua vontade e disposição, procurariam de algum modo escapar à prestação dessas actividades.

¹⁶² Idem, 1f.

Capítulo VIII: Formação e perfil do mestre de primeiras letras

“«[...] he miserável aquelle que primeyro se sogeyta a ensinar, do que se sogeytasse a aprender: *Miser est is, qui ante compulsus est docere, quam discere.*»”

Santo Agostinho

apud FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, Lisboa, Off. Bernardo da Costa deCarvalho, 1722, p. 4.

O mestre é, por definição, o adulto especialista na mediação de experiências e ferramentas junto das gerações mais jovens¹⁶³, cujos conteúdos considerados mais relevantes foram seleccionados e integrados num determinado desenho curricular, destinado a satisfazer as necessidades (per)formativas de integração do indivíduo na vida activa - por outras palavras, o que se considera útil e fundamental para o seu desenvolvimento. Tarefa fundamental em qualquer sociedade humana, ocupa-se da transmissão “de um modo colectivo de viver e de compreender o mundo” e da “reprodução de um conjunto de normas sociais, através das quais os homens dão forma à sua existência”¹⁶⁴.

Em termos gerais, é certo,

“A metodologia do professor serve para ajudar o aluno a envolver-se em operações mentais, pouco sofisticadas, de memorização, de transferência simples e de reprodução fiel, dos conteúdos disciplinares ou culturais transmitidos (verbalmente pelo professor ou através de materiais escritos).”¹⁶⁵

Neste processo de mediação de saberes, cabe ao professor a execução de uma adequada gestão dos conceitos a transmitir e desenvolver, sua operacionalização,

¹⁶³ Vygotsky salientara o papel do adulto como mediador do desenvolvimento da criança, tanto ao nível da aquisição como do pleno domínio de novas ferramentas psicológicas, até que sejam definitivamente interiorizadas no seu processo mental. Trata-se, simultaneamente, de um estímulo, extensível aos mais diversos âmbitos na vivência humana, o que abrange, naturalmente, o linguístico-comunicativo: “In the course of interpersonal communication, an adult presents to the child a new psychological tool in the form of an external device and mediates the child’s appropriation and mastery of this tool.” KARPOV, Yuri, *The Neo-Vygotskian Approach to Child Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 20.

¹⁶⁴ António Nóvoa, “Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX), in *Análise Psicológica*, n.º3 (V), 1987, p. 413.

¹⁶⁵ L. Joyce-Moniz, « Prefácio », in PEIXOTO, Ermelindo, *Aprendizagem de Mestria: ‘Mastery Learning’ e Resolução de Problemas*, Lisboa, McGRAW-HILL (Portugal), 1995, p. IX.

processos de avaliação a implementar, grau de exigência a inculcar nas actividades a propor e formas de atender aos diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem. O modo como perceberá o aluno e as estratégias de ensino advirá da qualidade da formação recebida, da experiência de docência (enriquecida com a observação de outros esquemas de ensino e com a orientação pedagógica recebida nas suas primeiras experiências) e não apenas dos conhecimentos científico-académicos que possui. O aluno, por seu turno, deverá ser “um *acumulador* e *processador* (teleológico) da informação externa”¹⁶⁶, convidado a experienciar, de forma dinâmica e participada, nas suas aprendizagens e a realizar as suas construções pessoais com alguma autonomia, gozando da devida orientação do ensinante.

O autor que mais terá contribuído para a valorização da educação da infância, o ensino da língua vernácula e, conseqüentemente, para a valorização do papel do professor de primeiras letras foi, sem dúvida, Coménio. De acordo com a sua proposta, far-se-ia mais útil para o progresso das aprendizagens da criança a consolidação a língua vernácula ou nacional nas escolas públicas, um processo que deveria, necessariamente, anteceder as aulas de latim. De resto, pela sua experiência enquanto pedagogo, Coménio conhecia sobejamente as vantagens da alfabetização na língua materna, além de considerar fundamental a introdução de conteúdos variados, inclusive o canto e alguns rudimentos de música. Ao nível das estratégias, em termos globais sublinhava a adequação dos conteúdos à faixa etária do aluno, bem como às necessidades práticas da vivência quotidiana (nomeadamente no plano da aritmética). Já no concernente à aprendizagem da escrita, Coménio defendia o contacto tanto com as letras de imprensa, assim como as manuscritas¹⁶⁷.

Fluência na leitura, capacidade de decifração de grafia diversa, disciplinas variadas, preponderância da educação moral e religiosa, exercício da aprendizagem do canto, aprendizagem oficial: esta era uma proposta certamente ambiciosa, na busca da formação integral do indivíduo, que viria a inspirar projectos e sistemas de educação *a posteriori*. Favorecendo apenas a memória visual e os automatismos da escrita, só os mais capazes prosseguiriam, no ciclo de estudos seguinte, para a aprendizagem da gramática portuguesa, que se propunha, com as reformas pombalinas, anteceder a aprendizagem no latim. Deduzimos que a avaliação das capacidades dos alunos em

¹⁶⁶ L. Joyce-Moniz, « Prefácio », in PEIXOTO, Ermelindo, *op. cit.*, p. IX.

¹⁶⁷ COMÉNIO, *op. cit.*, pp. 428-429.

primeiras letras partiria do grau de automatização dos procedimentos da escrita, fidelidade à informação escrita a reproduzir e, naturalmente, boa fluência e pronúncia na leitura. Enquanto práticas recorrentes, encontraremos a realização de cópias, a leitura em voz alta, a soletração de palavras e frases, a realização de ditados e a memorização de conteúdos.

Estamos em crer, no entanto, que se colocaria, uma vez mais, em causa a capacidade de raciocínio dos aprendentes, mais do que André Chervel nos faz notar. Como a psicolinguística e os trabalhos em psicologia do desenvolvimento nos revelam, a aprendizagem da leitura e da escrita envolve processos bem mais complexos do que se possa pressupor à primeira vista. A própria experiência docente dos mestres em meio indígena é particularmente reveladora: os alunos que logo esquecem o que aprendem, o insucesso e abandono escolar podem significar muito mais do que a inadaptação à disciplina e rigor escolares.

O modelo tradicional de educação, contudo, pressupunha um maior condicionamento da função do aluno, e, por isso mesmo, exigindo menor complexidade nas acções de aprendizagem a empreender. As próprias condições de aprendizagem determinavam que o sucesso fosse alcançado pela quantidade e nem sempre pela qualidade, elementos determinados pela própria calendarização e distribuição dos conteúdos curriculares em cada ano lectivo – o que se sobrepunha ao ritmo do aluno, colocando os que demonstrassem dificuldades específicas de aprendizagem numa situação francamente desvantajosa e até de marginalização face aos restantes. Dificilmente se traduziria num esforço acrescido do professor em escolher estratégias e recursos materiais alternativos, não deixando, contudo, de instigar à busca de novos métodos, facilitadores das aprendizagens, pelo menos por parte de alguns pedagogos e letrados mais empenhados (cujo resultado se consubstanciará, em termos práticos, pelo aparecimento e aplicação de diversos métodos ao longo do século XIX, o que em muito ajudará a uma nova concepção de ensino infantil).

O corpo docente é, naturalmente, fruto do tempo e da comunidade em que surge e para onde se encontra orientado: o seu âmbito de funções e metodologia respondem às demandas do mercado¹⁶⁸, as suas escolhas curriculares articuladas com uma visão pré-definida (controlada de forma directa ou indirecta por instâncias que lhe são superiores),

¹⁶⁸ Uma perspectiva tornada mais presente a partir das teorias de John Locke, como tivemos ocasião de aprofundar na PRIMEIRA PARTE.

o seu estatuto socioprofissional validado consoante a importância atribuída à educação na promoção e desenvolvimento da comunidade, a sua formação condicionada pelo grau de exigência e importância atribuída às suas funções. Como Rogério Fernandes aponta:

“De alguma forma se poderá dizer que o professorado é, a um tempo, condição do funcionamento do sistema e reflexo mediatizado dele, pelas suas inter-relações, como grupo profissional, com as estruturas sociais.”¹⁶⁹

O sentido com que a educação transitou nas naus do Velho para os novos mundos era já o de uma civilização de «base escolar» e de cunho fortemente catequético, constituindo-se como um assinalável investimento régio e social. Paulatinamente, a pedagogia foi alcançando novos contornos, cada vez mais atenta às motivações da criança - o derradeiro projecto do homem novo e civilizado.

A partir do século XVI, a escola passara a ser entendida como espaço ideal à “reprodução das normas e de transmissão cultural”, muito graças ao estímulo das escolas paroquiais protestantes – “«Lutero vai tornar necessário, o que Gutenberg tinha tornado possível»”, diriam Furet e Ozouf¹⁷⁰. O advento da centúria seguinte, a alfabetização das crianças, as estratégias e objectivos de ensino e a docência como profissão valorizada no panorama social ganhariam novos impulsos. O mestre-escola acarretara, até então, uma conotação pejorativa, mercê da ausência de preparação para o exercício da actividade docente e do seu baixo estatuto socioeconómico – uma condição que, reforça Nóvoa, os professores primários ainda procuram exorcizar¹⁷¹. Referimo-nos, naturalmente, a mestres particulares, dado os mestres de primeiras letras da Companhia de Jesus possuírem distinta formação, como aprofundaremos adiante.

Apesar de proliferarem, progressivamente, os mestres-escola pelo Reino, ao aumento em número não correspondia exactamente uma melhoria na sua qualidade. Muito antes de se implementar o sistema público de escolas de ler e escrever, vários eram os testemunhos de mestres e mestras que, a título particular, prestavam os seus serviços. Porém, mercê da falta de um controlo sistematizado e centralizado, bem como

¹⁶⁹ FERNANDES, Rogério, *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 270.

¹⁷⁰ FURET, F. et OUZOUF, J., *Lire et Écrire – L’alphabétisation des français de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Minuit, vol. I, 1977, p. 71. Apud António Nóvoa, “Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XVI-XX), in *Análise Psicológica*, n.º3 (V), 1987, p. 415.

¹⁷¹ António Nóvoa, “Do mestre-escola ao professor do ensino primário [...]”, in *op. cit.*, p. 418.

de um fraco entendimento da especificidade e importância da alfabetização, tratava-se de uma ocupação desempenhada, muitas vezes, sem o devido rigor, cuidado e formação específica. Para o século XVI, o célebre gramático e pedagogo João de Barros assim descrevera a situação dos mestres existentes por Portugal, assinalando a importância de uma formação e vocação para o exercício das funções docentes:

“Nem todos os que ensinam a ler e escrever, nam sam pêra o ofício que tem, quanto mais entendê-la, por crára que seja. [...] Ûa das coisas menos olháda que [h]á nestes reinos, é consintir em todas as nóbres vilas e çidádes, qualquer idióta e nam aprovádo em costumes e de bom viver, poer escóla de insinár mininos. E um çapateiro, que é o máis baixo ofício dos macânicos, nam pôe tenda sem ser examinádo.”¹⁷²

Andariam, contudo, longe de entenderem a especificidade da alfabetização junto de comunidades de tradição unicamente oral, ainda para mais quando, nas escolas indígenas, o português não era a sua língua materna. De resto, nas sociedades ameríndias a educação fazia-se através da vivência quotidiana em comunidade, através de uma “impregnação cultural” (tomando a expressão de Nóvoa) sem que existisse, propriamente, uma acção educativa especializada, ou ao menos com o entendimento com que a figura do educador, do mestre ou até do preceptor surgirá logo na Antiguidade. As suas estratégias não se encontravam muito distantes, na sua definição, das praticadas no mundo rural europeu do Antigo Regime, onde predominava a cultura oral: “O essencial consistia na transmissão, por imitação, de um saber prático e técnico aplicado na vida quotidiana”¹⁷³. Divergiam, ainda assim, meios e fins da instrução que se pretendia fomentar, subjugada à vontade do Estado em transformar aqueles sujeitos em seus fiéis vassalos, úteis ao bem comum.

¹⁷² “Diálogo em Louvor da nossa Linguagem”, in BARROS, João de, *Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971, p. 406.

¹⁷³ Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 5.

8.1. Perfil do mestre jesuíta

De acordo com a visão do grupo fundador, a educação oferecida nas casas da Companhia de Jesus deveria almejar como seu primeiríssimo e mais destacado fim o aperfeiçoamento das faculdades do homem, de modo a tornar-se útil à sociedade. A formação, orientada tanto para os novos membros como para alunos externos, visava a sua edificação, de forma a serem indivíduos “equilibrados no exercício de suas energias, tão bem regulados no governo de si mesmos”¹⁷⁴ – para o que era essencial a instrução na Santa doutrina. Defendia-se, efectivamente, que a instrução desprovida de educação religiosa constituía, conforme se entendia generalizadamente, um perigo para a sociedade¹⁷⁵ - questão tanto mais tornada premente no contacto com outros povos no âmbito da expansão ultramarina.

Tornando-se conceituados pelo seu rigor científico e metodológico, os professores jesuítas granjearam numerosos adeptos, membros e filantropos, num estado de graça que, no período anterior à primeira expulsão em 1759, duraria cerca de dois séculos. Preferidos na educação dos futuros quadros da sociedade e na formação de reis e príncipes, os professores e mestres jesuítas não deixaram de cumprir o seu papel ao nível da edificação moral e ética nos vários segmentos da sociedade, respondendo directamente à vontade do Sumo Pontífice, assim como aos projectos particulares de cada Coroa.

A formação do jesuíta passava, como sabemos, pela frequência de cursos nos colégios da Companhia, onde se providenciava a educação no ensino médio nas classes de Gramática, Humanidades e Retórica. A oferta curricular previa a docência tanto de matérias ligadas às letras como às ciências:

“Estudava-se o Latim e o Grego nas classes de Letras onde se incluíam as línguas Hebraica e Árabe. As Ciências Naturais, as Matemáticas e a Filosofia constituíam o grupo de ciências. Seguia-se como corolário o estudo da Teologia.”¹⁷⁶

¹⁷⁴ RODRIGUES, Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuíta: Leis e Factos*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz Edt., 1917, p. 13.

¹⁷⁵ A questão da moldagem do carácter conforme à conduta da moral cristã, colocando a par da aprendizagem das letras a doutrina católica, fora, de resto, uma relação tornada íntima não apenas pela Companhia de Jesus nos seus colégios, mas antes um princípio comum à época.

¹⁷⁶ MONTEIRO, Miguel, *Os Jesuítas e o Ensino Médio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011, pp. 70-71.

Existiam, igualmente, classes de ler e escrever nos colégios da Companhia – orientadas, sobretudo, aos irmãos laicos ou a mestres estrangeiros¹⁷⁷. De acordo com o P.^e António Cordeiro, no século XVIII a preparação do jesuíta começava com a sua entrada na Companhia com cerca de 15 anos de idade, devendo os noviços, “por mais que saibão ler, escrever e contar”, ocupar-se da aprendizagem da língua portuguesa e da aritmética, assim como do latim, grego e até hebreu. Findo o Noviciado após dois anos de frequência, transitariam para a cadeira de Filosofia por quatro anos; “se dela sahem aprovados os manda então ler e ensinar Latim, Poesia e Rhetorica por três, cinco ou seis annos, logo o quadriennio de Theologia”¹⁷⁸. A admissão dos sujeitos à provação no Noviciado atendia, logo de início, à sua demonstração de aptidão para aquele Instituto, suas qualidades e vocação particular, sendo objecto de exame por parte do Superior Geral da Companhia, pelo Provincial ou outro delegado para o efeito. Essa prova consistia numa avaliação escrita na língua vernácula do candidato e em latim. Além desta prova de admissão, uma vez admitidos ao Noviciado, os estudantes eram submetidos a um outro exame em cada semestre dos dois anos desse período probatório¹⁷⁹.

Após o Noviciado, tendo os estudantes dado boas provas das suas qualidades e crescimento em sabedoria, seriam finalmente admitidos ou incorporados na Companhia de Jesus. Assim constavam, como categorias: os Escolásticos aprovados, os Coadjuutores temporais (em situação equivalente aos anteriores), os Coadjuutores formados e os Professos¹⁸⁰.

No colégio de Olinda em particular, relatara o provincial para o ano de 1584, existia, efectivamente, uma lição de Casos, outra de Latim e escola de ler e escrever¹⁸¹. Os estudantes de Humanidades eram, ao menos no século XVI, “filhos dos principais da

¹⁷⁷ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 113 (apoiando-se em dados de Ferreira-Deusdado e Alberto Pimentel Filho).

¹⁷⁸ Testemunho do P.^e António Cordeiro datado de 1716, constante no *Loreto Lusitano*, p. 210. Apud RODRIGUES, Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuíta: Leis e Factos*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz Edt., 1917, p. 98.

¹⁷⁹ Cf. *Constituições*, Parte I, Cap. I. LOIOLA, Santo Inácio de, s.j, *Constituições da Companhia de Jesus* [1558], Lisboa, [s.ed.], 1975, pp. 77-79.

¹⁸⁰ *Constituições*, Parte V, Cap. I, 1. LOIOLA, Santo Inácio de, *op. cit.*, pp. 173-174.

¹⁸¹ CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimento Portugueses, 1997, p. 257.

terra”, tangendo e dançando muito bem nas festividades – para gosto dos seus pais, que muito estimavam a sua mestria naquela arte, segundo narrara Fernão Cardim¹⁸². Cultivava-se a prática de orações em prosa e em verso tanto em português, como na «língua brasílica» e até na língua de Angola, além, naturalmente, de se versar em latim. Semelhantes actividades públicas ultrapassavam a mera demonstração do domínio daquelas línguas e das estruturas mais rebuscadas e literárias. A sua exibição tanto permitia o enaltecimento das qualidades do estabelecimento de ensino, como cativava a comunidade a contribuir para o financiamento das suas obras de assistência e educação.

O empenho em se recorrer a métodos diversificados e a benevolência em se atender a diferentes ritmos de aprendizagem e comportamentos pouco disciplinados não deixaram de ser enfatizados no texto da *Ratio*. Aliás, este próprio texto decorre de uma prática reflexiva, fruto de décadas de experiências na gestão dos nascentes colégios da segunda metade do século XVI, a que os membros da Assistência Lusitana não foram alheios, com empenho nomeadamente dos padres Fernão Pires, João Correia e Sebastião Morais que, em estreita comunicação com o Superior da Companhia, deram conta das experiências pedagógicas vividas nos colégios de Lisboa, Coimbra e Évora¹⁸³.

Tanto as *Constituições* como a *Ratio Studiorum* são muito claras quanto ao cuidado da escolha e formação de indivíduos para a docência. Deveriam ser pessoas idóneas, eruditas¹⁸⁴, doutas, diligentes, assíduas no trabalho e dedicadas ao progresso dos alunos, “tanto nas aulas como nos exercícios escolares”¹⁸⁵ - tanto mais quanto mais elevado fosse o nível de exigência das matérias a leccionar. Também neste sentido reafirmava a *Ratio* em 1599 por entre as considerações orientadas aos professores das classes inferiores:

¹⁸² A partir das informações do périplo do Padre Visitador Cristóvão de Gouveia, o qual passou por Pernambuco no ano de 1584. CARDIM, Fernão, *op. cit.*, p. 251.

¹⁸³ Remetemos para a leitura de LUKÁCS, Ladislaus s.j. [ed.], *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu – Collectanea de Ratione Studiorum Societatis Iesu* (1588-1616), vol. VII, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1992, pp. 188-189, 551-552, 596, 600-601 et 606. Nestes documentos é visível o contributo real dos jesuítas dos recém-criados colégios portugueses no processo de organização dos estudos, cujo esforço, somado à voz dos seus congéneres europeus, levou à constituição do texto final da *Ratio Studiorum* (1599). Também aqui se elencam testemunhos posteriores, dando conta da aplicação daquelas regras.

¹⁸⁴ RODRIGUES, Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuíta: Leis e Factos*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz Edt., 1917, p. 90.

¹⁸⁵ *Constituições*, Parte IV, Cap. VI, 6. LOIOLA, Santo Inácio de, s.j., *Constituições da Companhia de Jesus* [1558], Lisboa, [s.ed.], 1975, pp. 140-141.

“Ajudado, enfim, pela graça divina, em tudo seja o professor diligente e assíduo, preocupando-se com o progresso dos seus alunos, tanto nas lições como nas restantes exercícios literárias. A nenhum subestime, interesse-se igualmente pelos estudos do rico e do pobre, e procure o proveito de cada um dos seus alunos em particular.”¹⁸⁶

Primava-se pela excelência e competência docente, tanto entre professores jesuítas como entre professores ditos externos. Modelo de virtude em letras e em carácter, além de inspirar à piedade, o professor deveria reunir todo um conjunto de qualidades e revelar as mais adequadas capacidades na gestão da prática escolar:

“ser cuidadoso e perseverante na preparação das aulas, zeloso no adeantamento dos discípulos, igual para todos sem preferências affectuosas [...]; não impaciente, nem arrebatado no castigar, não minucioso em pesquisas, mas de animo largo que sabe dissimular, quando não há perigo, em tudo porém mantenedor firme da disciplina escolar”.¹⁸⁷

Como a educação da juventude exigia os maiores cuidados, tanto na qualidade dos saberes transmitidos, como no exemplo que lhes era inspirado, a preparação dos professores não fora deixada ao acaso. Assinalara-se a existência de uma orientação pedagógica, tutelada por um professor mais experiente, que se encarregava de instruir, no dizer de Francisco Rodrigues, “acerca da maneira de dirigir com proveito a aula e de desempenhar a primor os vários encargos de um bom mestre”, como recomendara o P.^e João Álvares¹⁸⁸. Este acompanhamento pressupunha uma cuidada direcção no conhecimento das regras dispostas nas *Constituições* e na *Ratio*, bem como pelas obras tidas como referência ao nível da pedagogia, com destaque para a obra do jesuíta P.^e Jouvancy, orientada sobretudo para a actividade dos professores de letras. Tida como comentário oficial da *Ratio Studiorum*, esta obra, a que Voltaire não poupava elogios, oferecia-se como um “primoroso manual de pedagogia christã e humanística”, abarcando tanto o modo de adquirir instrução («ratio discendi»), como a familiarização do professor com a arte de ensinar («ratio docendi»)¹⁸⁹.

¹⁸⁶ XV Regulae Communes Professoribus Classium Inferiorum, 50. *Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus [1599] – Regime escolar e curriculum de estudos*, Lisboa, Esfera do Caos, 2009, p. 196.

¹⁸⁷ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, p. 95.

¹⁸⁸ Principalmente nos colégios de Coimbra e Évora. Idem, *ibidem*, p. 94.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 96.

Além da formação inicial de docentes, também a formação contínua era tida por necessária, devendo os próprios professores disputar entre si em debates devidamente moderados¹⁹⁰, tendo assim oportunidade de trabalhar tanto as suas capacidades na retórica do discursos, como no domínio de conceitos e das mais elaboradas construções linguísticas – nomeadamente no idioma latino, assim como no grego.

O professor jesuíta, conforme assinala Rodrigues, achava-se integrado numa hierarquia, cuja figura máxima era o Superior Geral – o Provincial - a quem respondia o Reitor do colégio. Logo abaixo seguiam-se o Prefeito Geral dos Estudos, o Prefeito das classes inferiores, o Prefeito do Átrio e, por fim os professores, mestres, sacerdotes e escolásticos. À semelhança do que se procurava fazer entre os mestres particulares, também os professores jesuítas não se achavam dispensados de alcançar a devida autorização para leccionarem. Referem as *Constituições*:

“Ninguém na Companhia ensinará em público sem aprovação e licença do Superior Provincial, excepto nas classes inferiores, ou provisoriamente, em caso de necessidade. Contudo, os que têm talento, e em especial os que já acabaram os estudos, poderão exercitar-se no ensino, se assuntos de maior importância não exigirem outra coisa.”¹⁹¹

Transitando para a realidade assistencial e educativa entre povos indígenas, parecerão pouco oportunas semelhantes considerações a propósito da formação e conduta do professor jesuíta, dada a fraca exigência dos conhecimentos e faculdades a desenvolver. De facto, os elementos constantes naqueles documentos orientadores da *praxis* educativa haviam sido concebidos a pensar nos colégios e universidades da Companhia, não acentuando a preponderância da formação da criança, como viria a fazer Coménio na sua *Didáctica Magna*. Pelas suas digressões do litoral ao sertão brasileiros, ocupando-se muito esparsamente em ensinar as primeiras letras e, quiçá, algum rudimento de aritmética, estariam aqueles religiosos (os que não estariam nos colégios) mais absorvidos na sua actividade missionária, activos na divulgação do Evangelho entre os espíritos mais resistentes e no ensino do catecismo entre os catecúmenos, muitas das vezes na língua geral. Ler e escrever, apesar da aparente pouca relevância, não eram desdenhadas pela Companhia de Jesus, até por serem essenciais à alfabetização do indivíduo e de constituírem condição *sine qua non* para o progresso nos estudos. O problema estava na escassez de recursos que pudessem prover a todas as

¹⁹⁰ *Constituições*, Parte IV, Cap. XII, 3. LOIOLA, Santo Inácio de, *op. cit.*, p. 160.

¹⁹¹ *Constituições*, Parte IV, Cap. VI, 6. LOIOLA, Santo Inácio de, *op. cit.*, p. 141.

necessidades, sendo difícil abrir classes para todos os níveis e matérias de ensino, mesmo dentro dos colégios.

A fim de melhor entendermos o cuidado na selecção dos mestres missionários, impõe-se o registo de dois elementos: antes de mais, a necessidade de, para o bom sucesso das missões empreendidas em meio indígena, desde os primeiros contactos ao estabelecimento das sociedades nómadas e semi-nómadas, os jesuítas dominarem ao menos um idioma dos nativos, condição que se sobrepusera à própria mestria em língua latina para o caso da Província do Brasil. Acresce o facto de a formação daqueles missionários ser muitas vezes alheia à qualidade ou exigência educativa com a qual pudessem ser confrontados.

De facto, numerosos foram os casos de jesuítas que, formados com os mais altos graus académicos, trocaram o comodismo e as condições privilegiadas da vida nos colégios pelo desafio da actividade missionária. Fora o caso de alguns jesuítas oriundos do Alentejo que rumaram às missões brasileiras, como tivemos oportunidade de indagar num outro estudo que produzimos¹⁹². Um deles, o P.^e Paulo de Carvalho Carvalho (Évora, c. 1576 – Bahia, 1621), chegara a ser professor de teologia no Colégio do Espírito Santo em Évora durante cerca de 5 anos, antes de passar ao Brasil, em 1622. Tornar-se-ia reconhecido pela sua acção evangelizadora dos índios brasileiros, muito graças ao conhecimento que detinha do tupi. José Vidigal (Torrão, 1674 - Pará, 1748) rumou antes para o Maranhão ainda enquanto estudante. Além de missionário das aldeias, chegou a ser Reitor do Colégio do Maranhão logo em 1718. Padre e superior das missões do Maranhão, não deixou de ser encarregue da padronização dos catecismo em tupi naquela província e estado, muito graças à sua experiência anterior de convivência com os índios Manaos. Redigiu, então, um catecismo-padrão¹⁹³ para os índios, mandado adoptar em 1740¹⁹⁴. Outro insigne linguista missionário natural daquela região do Reino foi o P.^e Luís Figueira (Almodôvar, 1575 – Maranhão, 1643) –

¹⁹² Ana Leitão, “«Por obra do Espírito Santo»: jesuítas de Évora entre os gentios do Brasil”, in *Universidade de Évora – 450 anos: Colóquio Internacional*, Évora, 29 a 31 de Outubro de 2009 [no prelo].

¹⁹³ De que existe um exemplar no Museu Britânico.

¹⁹⁴ Num interessante estudo de Maria Drumond Barros, revela-se a acção dos jesuítas em pleno século XVIII com vista a uma estandardização de um idioma que se apresentava de diferentes modos em documentos impressos e manuscritos. Para tal, foi preponderante a intervenção de padres-língua, como fora o caso de José Vidigal. Semelhantes estudos deitam por terra teorias que, numa visão redutora, denunciam os jesuítas como destruidores da alma indígena e adulteradores das suas línguas.

o mesmo que acompanhara o P.^e Francisco Pinto nas expedições às tribos da serra da Ibiapaba, onde este último viria a ser morto. Fizera ainda no Colégio do Espírito Santo os seus estudos de Humanidades, Filosofia e Teologia, tendo ainda aí sido ordenado sacerdote. Consagrou toda a sua vida à empresa missionária e ao estabelecimento da Companhia no Maranhão. Participou na fundação da Missão do Maranhão, que dirigiu alguns anos, e encarregou-se da fundação do Colégio de N.^a S.^a da Luz do Maranhão. Além de ter ocupado o cargo de Reitor de Pernambuco, foi um dos grandes cultores da língua tupi, cuja Arte, escrita em Pernambuco, foi considerada a mais perfeita da língua tupi-guarani – e melhor método de aprendizagem, comparativamente com a do P.^e José de Anchieta.

Se na realidade académica dos colégios os professores poderiam fazer-se acompanhar de um assistente¹⁹⁵ para atender a turmas de grande dimensão, na prática missionária recomendava-se, como já vimos, que aqueles religiosos não andassem isolados, devendo ser acompanhados por um outro padre, um irmão ou até um estudante.

Logo que tomaram contacto com algumas comunidades de indígenas, conseguindo fixá-los numa missão, os jesuítas iniciaram desde logo o ensino da língua portuguesa, assim como a doutrina cristã. Inúmeros relatos chegam até nós do século XVI dando conta dos progressos conseguidos sobretudo junto das crianças ameríndias, existindo porém casos de sucesso escolar junto de alguns adultos. Porém, com o tempo, privilegiar-se-ia a instrução dos mais novos, prática que, uma vez desenvolvida nas missões jesuítas no Brasil, iria inspirar os missionários do Paraguai. Inicialmente, logo com o P.^e Manuel da Nóbrega, recorrera-se a meninos órfãos, trazidos de Portugal, para aliciar os índios.

“[...] de cabelos cortados como pequenos pagãos, cantavam as melopéias tradicionais cujas palavras, alteradas, anunciavam e louvavam o Deus dos cristãos, o único verdadeiro.”¹⁹⁶

As crianças ameríndias que os jesuítas tinham a seu cuidado eram de proveniência diversa: umas, confiadas pelos próprios pais; outras, abandonadas; outras ainda, como no caso dos guaranis, “são escolhidas entre as famílias de índios que os jesuítas receberam em «encomienda» após a chegada ao Paraguai”; casos havia em que

¹⁹⁵ *Constituições*, Parte IV, Cap. XII, 3. LOIOLA, Santo Inácio de, s.j., *Constituições da Companhia de Jesus* [1558], Lisboa, [s.ed.], 1975, pp. 160-161.

¹⁹⁶ HAUBERT, Maxime, *op. cit.*, pp. 50-51.

foram resgatadas de morte certa, fosse por terem caído em desgraça ou por não haver com que sustentar o grupo¹⁹⁷. Houve ainda uma particular atenção por parte das capacidades destas crianças, procedendo-se a uma «pré-avaliação» e posterior escolha das consideradas mais «aptas»¹⁹⁸.

Proporcionaria a formação recebida nos colégios uma melhor consciência das responsabilidades que o professor, enquanto profissional, assume na sociedade? A prática reflexiva apresenta-se, claramente, como uma noção aprofundada e considerada no ensino-aprendizagem apenas contemporaneamente. Podemos, é certo, entrever nas características da pedagogia jesuíta, através das orientações emanadas pela *Ratio Studiorum*, aspectos inovadores. O paradigma reflexivo que lhe subjaz advém da própria experiência dos *Exercícios Espirituais*, impregnados de uma diferente humanidade e do treino dos valores humanos e cristãos indispensáveis à exegese do discípulo no conhecimento de Deus. A resistência operada a algumas correntes no domínio do saber no período em questão acabaria por ser interpretada como a negação do «verdadeiro conhecimento» - o de base científico-natural – e barreira inexpugnável aos avanços da civilização em pleno período das Luzes.

Apesar de tudo, a prática reflexiva não é muito evidente entre os professores jesuítas deste período, por não se traduzir, verdadeiramente, numa adequação a “contextos instáveis, indeterminados e complexos”, contando, para tal, com a devida supervisão de um docente mas experimentado¹⁹⁹. As frustrações perante o insucesso e abandono escolar dos índios e as severas admoestações que, não raro, povoavam as estratégias dos mestres, indiciavam antes uma percepção ainda excessivamente centrada no desempenho docente em termos de eficácia na transmissão de conteúdos, apenas validado pelo grau de mestria com que os alunos memorizavam estes últimos.

¹⁹⁷ HAUBERT, Maxime, *op. cit.*, p. 51.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁹ ALARCÃO, Isabel [org.], *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*, Porto, Porto Editora, 1996, p. 13.

8.2. O alvorecer da classe docente em Portugal e seu Império

O modo como a figura do professor evoluiu no Antigo Regime não foi alheio à experiência secular das ordens religiosas com mais tradição ao nível do ensino. Uma das mais conceituadas, a dos Beneditinos, não só apresenta algumas analogias com a Companhia de Jesus em termos de oferta curricular e organização dos cursos, como ainda, acreditamos, terá inspirado as reformas de Sebastião Carvalho e Melo, muito embora a metodologia oratoriana tenha sido preferida.

De acordo com o Capítulo de 1570, antes que os noviços beneditinos tomassem o hábito nos mosteiros de Tibães, São Miguel de Refoios e Santo André de Rendufe, deviam ser alvo de exame por parte do respectivo Abade Geral, tirando informações quanto às suas origens – se era filho legítimo ou não, se era de «sangue limpo», i.e., se não descendia de mouros, hereges ou judeus – se era portador de doença contagiosa, se fora castigado pelo Tribunal do Santo Ofício, se fora professo noutra ordem, se já dera palavra de casamento, se cometera algum crime, se tinha capacidades e instrução suficientes.

“«[...] porque como a // Religiam, e observancia ha de ficar nos que agora se tomarem he necessario que sejam habiles, e que se espere delles que saberão por en effeito ao diante o que aguora [sic] lhe ensinarem, e não encher as casas de gente inutil, e ignorante»”²⁰⁰

A educação dos que eram admitidos na Ordem de S. Bento era igualmente levada muito a sério, de modo a combater a falta de instrução de muitos religiosos que se encontravam nos mosteiros, como o vieram a demonstrar as visitas pastorais – facto observado na segunda metade do século XVI, pelo menos até cerca de 1575. Ainda no referente ao processo de admissão, os próprios examinadores, destaca Lins, não poderiam ter laços de parentesco com os candidatos, de modo a garantir uma avaliação o mais isenta possível. No Brasil, de acordo com Luna, os monges de S. Bento tomaram como modelo, pelo menos no século XVIII, os Estatutos da Universidade de Coimbra, adoptando de modo relativamente idêntico o plano de estudos e as variações dependentes do clima e estações do ano. Tal se depreende a partir do que se acha exposto no prefácio do *Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal*, primeira parte (1789). Também aqui se atesta que, ainda na primeira

²⁰⁰ AMS (Arquivo do Mosteiro de Singeverga), Bezerro 1, f. 08; apud LINS, Eugênio de Ávila, *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil – século XVI a XIX*, vol. 1, [diss. Doutoramento], Porto, FLUP- Dep. de Ciências e Técnicas do Património, 2002, p. 145.

metade do século XVII, se havia adoptado os antigos estatutos da mesma instituição, como o comprova as *Constituições* publicadas em 1629 para o governo da Congregação. A admissão na ordem exigia determinados requisitos mínimos: tanto o domínio da língua portuguesa, como da língua latina. A fim de melhor se determinar as suas capacidades, o candidato era sujeito a um exame por três professores:

“«Nenhum pretendente poderá ser aceito à nossa Congregação sem que primeiro seja examinado e aprovado na arte de ler, escrever e contar corretamente e além disso na língua latina. ⁶² [...] Cada um dos nomeados (professores) examinará separadamente o dito pretendente e em carta à parte informará ‘sub praestito juramento’ o Reverendíssimo D. Abade Geral do conceito que formou, não só da instrução mas também dos talentos do examinado.»²⁰¹

Após o noviciado, sucedia-se um curso de Humanidades com a duração de dois anos, para aprofundamento da «latinidade» - pressupondo-se o domínio dos autores antigos – e aprendizagem do Grego, do Hebraico, da Retórica, da História Universal e Antiguidades profanas. O módulo seguinte era o curso de Filosofia, por três anos, onde também se incluíam matérias do domínio das ciências exactas, como a Aritmética e a Física. Aqueles que se distinguissem pelo seu «talento» e «qualidades morais» no curso de Filosofia, ingressariam na Universidade de Coimbra, para aí frequentarem o curso de Teologia, por um período de quatro anos, e receberem os graus académicos²⁰². Justino de Magalhães, por seu turno, salienta a aposta nas línguas vernáculas, bem como a actualização dos métodos de ensino-aprendizagem, “substituindo o sistema de cópias pelo recurso à leitura e à discussão”²⁰³. Trata-se claramente do reconhecimento da importância em que trabalhar a expressão oral, o que exigiria, obviamente, o domínio da arte de argumentar, mesmo no caso de se tratar da sua língua materna.

Não podemos deixar de notar algumas semelhanças da regulação dos estudos dos Beneditinos tanto face à pedagogia jesuíta, como ao que veio a ser implementado por Pombal. Existia um Director geral dos Estudos, eleito por três anos e escolhido por entre os professores graduados (de preferência) pela Universidade de Coimbra. A sua função não era dar aulas, mas unicamente “zelar pelo bom andamento e progresso dos

²⁰¹ *Plano e Regulamentos dos Estudos para a Congregação de S. Bento de Portugal*, Lisboa, 1789, p. 77; apud LUNA, D. Joaquim G. de, O.S.B., *Os Monges Beneditinos no Brasil – esboço histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Christi, 1947, pp. 62-63.

²⁰² Cf. *Plano*, 1789, p. 81.

²⁰³ Justino Pereira de Magalhães, “Origens e formação cultural e educacional dos beneditinos do Brasil no período colonial”, in *Revista Portuguesa de Educação*, 1996, 9 (1), pp. 110.

estudos, em todos os mosteiros, segundo o Plano estabelecido na Congregação”²⁰⁴. Findo o ano lectivo, competia ao Director dos Estudos fazer chegar ao Abade Geral uma relação dos alunos e dos resultados dos exames, não deixando de referir aqueles que se haviam destacado nas suas aprendizagens. No final do triénio, era ainda incumbido de apresentar novo relatório, desta vez dirigido ao Capítulo Geral, dando conta das resoluções tomadas no colégio da sua residência alusivas ao adiantamento dos estudos, além de juntar outros relatórios de «directores particulares» de outros colégios. Valeria a pena averiguar se tal facto teria surgido no seio desta Ordem apenas no final do século XVIII, ou se teria antecipado a criação da Directoria Geral dos Estudos por Pombal, introduzindo conceitos e procedimentos.

Mas as semelhanças não ficam por aqui. Os monges que pretendessem ser professores, tinham de entrar em concurso e prestar provas públicas, dando mostras das suas capacidades: falamos das Oposições. Assim, deviam “expor o tratado que lhe houvesse caído por sorte, mostrar-se senhor da matéria a que se destinava ensinar e provar que sabia explicá-la com método, clareza e precisão”²⁰⁵. Passada a prova oral, onde depois da explanação dos conteúdos eram sujeitos a um questionário, tinham ainda de se submeter a uma prova escrita. Só os que fossem aprovados por maioria de votos tinham direito a receber a patente de professor por parte do Abade Geral. À semelhança do que ocorre nos concursos para professores ao tempo de Pombal, também aqui nos deparamos com a categoria de «professor substituto».

Certamente usufruindo desta experiência secular, muitas vezes pela frequência das suas aulas, os intelectuais da modernidade não só foram permeáveis às boas e modernas práticas e teorias pedagógicas do seu tempo, como ainda conduziram à afirmação da figura do mestre de primeiras letras. Um dos autores que mais se destacou pelos seus ensinamentos em termos do método de educar – essa “arte de plantar nos espíritos”²⁰⁶ - foi Coménio. No seu projecto de renovação do ensino, é evidente não apenas a ênfase da responsabilidade do professor no progresso intelectual dos seus discípulos. Consegue assinalar (ainda que indirectamente), ao demonstrar a exigência da profissão, que a docência não é uma função natural passível de ser ministrada

²⁰⁴ LUNA, D. Joaquim G. de, O.S.B., *Os Monges Beneditinos no Brasil – esboço histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Christi, 1947, p. 65.

²⁰⁵ LUNA, D. Joaquim G. de, *op. cit.*, p. 66.

²⁰⁶ COMÉNIO, *op. cit.*, p. 206.

indiscriminadamente e sem uma devida formação prévia. Apesar de todo o rigor e disciplina, os professores, defendia, deveriam demonstrar afabilidade, a fim de melhor os cativar para o verdadeiro sentido da escola nas suas vidas.

“[...] se, numa palavra, tratarem os alunos com afabilidade, facilmente conseguirão tornar-se senhores dos seus corações, de modo que eles sintam até mais prazer em estar na escola que em casa.”²⁰⁷

Manuel Andrade de Figueiredo destacava, na sua *Nova Escola*, o papel do professor alfabetizador, devendo os pais ter especial cuidado na escolha dos mestres particulares. Recomendava que fossem pessoas virtuosas, de forma a edificarem e instruírem os discípulos com o seu bom exemplo, numa perspectiva que continuava a colocar a moral cristã como elemento indispensável a toda a sabedoria - que muito nos recorda os princípios e regras constantes nas *Constituições* e na *Ratio*, por onde se regulavam os estudos e professores da Companhia de Jesus. Na *Breve Instrução*, texto usado para uniformizar o modelo de ensino das primeiras letras aquando das reformas josefinas de ensino, sublinhava-se que os mestres tinham a vantagem de ser os primeiros a moldar o espírito da criança, contribuindo para o bem comum, pela formação das futuras gerações de vassalos cristãos.

“He innegavel que os Mestres das Escolas exercitão a occupação mais nobre e mais útil ao Estado e à Igreja, porque elles são quem nos infundem no espirito as primeyras imagens e os primeyros pensamentos que devemos ter do santo temor de Deos, da obediencia ao Rey e aos Ministros respectivos, do amor e respeyto aos nossos mayores, do affecto necessário à Patria e aos interesses da Monarchia.”²⁰⁸

Além da preponderância do seu papel social, destacavam-se como qualidades indispensáveis a brandura, a modéstia, a pronta actuação e a aplicação de medidas correctivas com o rigor e disciplina adequados. A ausência de uma formação específica dos professores alfabetizadores iria, contudo, obstar a toda esta renovação pretendida.

Assistia-se, como vemos, à circulação de princípios relativamente uniformes tanto no respeitante ao que se exigia da classe docente, como da ênfase da educação puerícia. Apostado em limitar o poder do clero, sobretudo quando o domínio espiritual se encontrava intimamente ligado a um forte poder temporal, Sebastião de Carvalho e Melo colocou em marcha a criação de um “ensino estatal e laico”, antecipando-se a praticamente todas as nações da Europa, como também nos adianta Joaquim Gomes

²⁰⁷ COMÉNIO, *op. cit.*, p. 234.

²⁰⁸ Apud ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo / Saraiva, 1978, p. 122.

Ferreira²⁰⁹. Nóvoa justifica a originalidade das reformas empreendidas pelo facto de serem detentoras de uma visão global do sistema escolar, desde o ensino primário à universidade²¹⁰.

Através do Alvará de 28 de Junho de 1759, os jesuítas foram impedidos, como sabemos, de leccionar, extinguindo-se assim todas as escolas em todos os níveis de ensino. Tendo-se apostado na contratação de professores (cf. Anexos 23, 25 e 26), a escolha não foi aleatória. Privilegiou-se a qualidade da formação pessoal e académica do indivíduo que, enquanto docente, constituiria um modelo aos olhos dos alunos – uma questão amplamente considerada pela Companhia de Jesus.

O próprio *Directório* estipulava que os mestres e mestras deveriam ser pessoas idóneas, “dotadas de bons costumes, prudência e capacidade, de sorte que possam desempenhar as importantes obrigações de seus empregos”²¹¹. Prova de que se almejava uma qualidade efectiva do corpo docente é o facto de se determinar que

“Fora das sobreditas classes, não poderá ninguém ensinar, nem pública nem particularmente, sem a aprovação e licença do Director do Estudos [um cargo recém-criado], o qual, para lha conceder, fará primeiro examinar o pretendente, por dois professores régios de Gramática e, com a aprovação destes, lhe concederá a dita licença, sendo pessoa na qual concorram cumulativamente os requisitos de bons e provados costumes e de ciência e prudência, e dando-se-lhe a aprovação gratuitamente, sem por ela ou pela sua assinatura se lhe levar o menor estipêndio.”²¹²

Efectivamente, estipulava-se o devido exame dos candidatos, sendo-lhes só depois concedida licença para leccionar. No ano da implementação das reformas, porém, não foi o que se verificou. Por carta de 24 de Agosto de 1759²¹³, o próprio Principal D. Tomás de Almeida recomendava, para um mais pronto retomar das actividades lectivas, que alguns os professores fossem admitidos através de um sistema de contratação livre – isto é, dispensando-os de exame. Assim propôs o professor José Caetano para uma das vagas de Gramática Latina, cujo único defeito era o facto de ser

²⁰⁹ GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2.^a ed., Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 7-8.

²¹⁰ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 137.

²¹¹ *Directório*, p. 8.

²¹² Alvará de 28 de Junho de 1759, in *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Desde o ano de 1750 até o de 1760 e a Pragmática do Senhor Rei D. João o V do ano de 1749*, Tomo I, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1771.

²¹³ Carta de D. Tomás de Almeida ao Rei, D. José I. Lisboa, 24 de Agosto de 1759. AGAL, Códice “Director Geral – Consultas – 1759 TÈ 1770”, n.º 4.

mulato, sublinhava Tomás de Almeida. Com efeito, conhecidos os seus dotes e os seus frutos em prol do ensino público, não quisera o Director dos Estudos abdicar de tão precioso trunfo, apressando-se a integrá-lo naquele corpo docente. A este juntara Tomás de Almeida a proposta do P.^e José de Horta e Foyos²¹⁴ (pároco da igreja de Peniche, além de também ensinar latim), a quem também havia dispensado de exame. A confiança na escolha recaía, naturalmente, na qualidade do perfil académico e profissional desses sujeitos, pela sua experiência de ensino de largos anos e pela sua atestada conduta moral. No último caso, a boa colocação do irmão terá certamente pesado sobre a sua recomendação.

A dificuldade em encontrar “sujeitos hábeis” para a docência das matérias preconizadas nas ordens régias fez-se sentir de forma notória, para mais perante a urgência de prover as cadeiras no mais curto espaço de tempo. A estratégia no provimento dos primeiros professores de gramática latina, grego e retórica consistiu a escolha dos mestres mais capazes que andassem a ensinar publicamente, devendo-se comprovar as suas capacidades através da aplicação de exame, de que o Director Geral se veio a ocupar na sua própria casa. A selecção desses professores almejava a reunião primeiramente, dos “professores de conhecida erudição, e procedim.¹⁰ tão exemplar que a prova incontestável destas qualid.^{es} que elles tenham dado supra bem a falta de exame” de modo a, posteriormente, constituírem-se eles próprios examinadores de outros candidatos²¹⁵.

Na verdade, a transição para o modelo de aulas régias deitou por terra a garantia da formação de professores numa esfera institucional consolidada, regrada e autorizada, como sucedida com os professores jesuítas. O sistema de avaliação e selecção de professores e mestres, mediante a aplicação de exames, não bastava para garantir condutas e atitudes desejáveis em sala de aula. A questão da formação²¹⁶, de resto, não fora sequer equacionada, nem tão pouco a da inspecção das práticas escolares. Com

²¹⁴ Cujo irmão, o P.^e Joaquim de Foyos era professor régio de Eloquência na casa de N.^a Sr.^a das Necessidades.

²¹⁵ Carta de D. Tomás de Almeida ao Rei, D. José I. Lisboa, 8 de Agosto de 1759. AGAL, Códice “Director Geral – Consultas – 1759 TÊ 1770”, n.º 34.

²¹⁶ As primeiras experiências a este nível surgiram desde primeira metade de oitocentos, mas ainda de âmbito muito reduzido: primeiramente, a par do ensino mútuo e do ensino militar, mais tarde com o método de Castilho. Seria apenas com a criação da Escola Normal Primária de Marvila (Lisboa) que surgiria “a ideia de que para se ser professor era necessária uma formação relativamente longa no interior de instituições vocacionadas para o efeito”. PINTASSILGO, Joaquim et. al., *A Formação de Professores em Portugal*, Lisboa, Colibri, 2010, p. 7.

feito, proliferaram os casos fraudulentos de professores que se ausentavam do serviço, deixando os alunos sem aulas ou substituído nas suas funções por pessoa não autorizada, de abusos cometidos contra alunos e outros, da má qualidade do ensino.

Para o Director dos Estudos foi particularmente difícil conseguir pessoas com informações claras, detalhadas e confirmadas quanto à sua competência e capacidade. Por isso optou por valer-se “de alguãs, que se destinavão p.^a servir a V. Mag.^e em outros empregos, e que só se inclinarão p.^a os magistérios de que necessitamos”²¹⁷. Os problemas não cessavam, contudo, com a selecção dos professores. A burocracia envolvida no processo de admissão e integração no corpo de professores régios, requerendo a apresentação a devida documentação, o cumprimento de todos os preceitos solenes e as deslocações até aos serviços centrais demoravam ainda mais todo o processo.

“Devendo os Professores Regios de Gramatica Latina, Rethorica, e Grego passar pela Chancellaria as suas Cartas, e dar juram.^{to} nas mãos do Chancellor mor do Reyno, se encontra a defficultade de alguns dos providos se acharem fora da Corte rezidindo naquellas terras onde a clemencia de V. Mag.^e he servida occupallos: e tambem he precizo alguãs vezes antes de se lhe passar as suas Cartas mandallos p.^a aquella parte, onde são necessarios com mais brevid.e fazendolhe deychar procurassão a pessoa que lhe solicite a expedição das suas Cartas, como succedeo aos dous Professores Regios de Gramatica Latina que mandey p.^a Coimbra e forão logo p.^a aquella Univeridade sem esperarem pôr corrente o seu despacho p.^a estarem aptos em os primeiros dias do mes de Outubro, p.^a fazerem os exames aos que de novo se hião matricular em as faculdades mayores [...]”²¹⁸

Em vez de rápido e eficaz, o sistema tornara-se por vezes melindroso e inoperante, além de, por via das vicissitudes enfrentadas, se exigir o contornar das determinações régias. Poderia, é certo, o número de opositores a concurso ser bem superior ao número de vagas disponíveis. Uma vez sujeitos a exame, contudo, os resultados fariam por si e proporcionavam uma validação e categorização dos docentes, de acordo com as suas capacidades. Assim, se os conhecimentos revelados fossem rudimentares, eram encaminhados para vilas de menor dimensão. Caso contrário, ocupariam as vagas existentes em cidades. Assim se entendia que apenas as povoações de maior expressão demográfica e económica beneficiassem dos professores mais aptos e qualificados, detentores de um bom domínio da língua e da cultura latina. Para além da avaliação da prestação dos candidatos nas provas apresentadas, recolhiam-

²¹⁷ Carta de D. Tomás de Almeida ao Rei, D. José I. Lisboa, 7 de Setembro de 1759. AGAL, Códice “Director Geral – Consultas – 1759 TÈ 1770”, n.º 7.

²¹⁸ Carta de D. Tomás de Almeida ao Rei, D. José I. Lisboa, 14 de Dezembro de 1759. AGAL, Códice “Director Geral – Consultas – 1759 TÈ 1770”, n.º 16.

se informações relativas à sua conduta moral, bem como à sua experiência enquanto docentes (mesmo a nível privado), dados conseguidos através de terceiros²¹⁹.

Um dos aspectos mais curiosos é o da admissão de dois ex-jesuítas para o cargo de professor régio de Retórica no Porto e em Santarém - conforme solicitação dos mesmos²²⁰ - uma situação descrita a 8 de Maio de 1760 – período próximo à expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses no Reino e Ultramar. José da Silveira e Araújo e José Manuel de Torres, que provavelmente não seriam padres nem teriam completado os votos na Companhia, iriam ser avaliados por um júri composto por cinco examinadores, todos eles professores régios daquela matéria – entre os quais constava o nome do P.º Joaquim de Foyos. Enfrentaram, contudo, a oposição de um dos membros, por defender que a admissão de ex-jesuítas para aquele cargo era contra o disposto nos alvarás régios, estando o próprio Director Geral dos Estudos em falta por tolerar semelhante situação. Semelhante crítica valeu a suspensão do professor José Caetano de Mesquita, que assim se pronunciara tão gravemente contra Tomás de Almeida²²¹. Esta medida acabaria por validar a aceitação a exame daqueles sujeitos, pois apresentando-se na qualidade de ex-membros da Companhia, não haveria mal nenhum na sua candidatura a professores régios – desde que confirmadas as suas virtudes em letras e em costumes.

A questão não era nova, pois em 8 de Agosto de 1759 se recomendara um ex-jesuíta, Manuel Esteves Telles, que, havia vinte anos, largara a roupeta e se dedicava ao ensino do latim. De facto, beneficiando dos estudos na Companhia, onde estivera por 14 anos, a sua experiência era de tal forma reconhecida que foi um dos primeiros a ser proposto para ocupar uma das aulas régias de gramática latina em Lisboa, tendo sido dispensado de exame. Também o ex-jesuíta Manoel Ferreira Baptista concorrera e, perante a boa graduação alcançada com a resolução do exame, pôde tornar-se professor régio de Gramática Latina, pela sua “capacidade, literatura, e bom procedim^{to}”²²².

²¹⁹ Cf. “Autos dos Exames que se fizeram na cidade de Coimbra para o provimento de mais dous Professores Regios de Grammatica Latina”, escritos por mão de José António da Silva, tendo decorrido a 4, 6, 7, 10, 12 e 17 de Dezembro de 1759. ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 3483.

²²⁰ Cf. Da Directoria para o Rei. Lisboa, 3 de Julho de 1760. ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 3483.

²²¹ Carta de D. Tomás de Almeida ao Rei, D. José I. Lisboa, 8 de Maio de 1760. AGAL, Códice “Director Geral – Consultas – 1759 TÈ 1770”, n.º 27.

²²² Carta de D. Tomás de Almeida. Lisboa 3 de Julho de 1760. ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 3483.

Os exames propostos assentavam sobretudo em provas escritas, essencialmente ao nível da produção escrita, avaliando-se assim a qualidade da sintaxe, a riqueza lexical, a correcção linguística, a qualidade da argumentação, a fluência e a caligrafia. Uma vez examinados e aprovados, os candidatos recebiam carta de nomeação na qualidade de professores régios. Também os que haviam sido objecto de proposta, isentados de exame, recebiam essa mesma carta régia de nomeação. Impunha-se, de seguida, a confirmação solene da ocupação daquele cargo, fazendo o devido juramento sob os Santos Evangelhos, fazer Profissão da Fé e jurar a Imaculada Conceição²²³.

A aplicação do conjunto de reformas educativas no Brasil obedeceu a princípios algo diversos, por vezes gerando grande confusão entre as autoridades delegadas para a gestão do ensino dos dois lados do Atlântico. É certo que, ainda ao tempo da Direcção Geral dos Estudos Menores, se intentara a administração à distância, com distinção da gestão do ensino no Reino e no Ultramar²²⁴.

Num estatuto dirigido pelo governador de S. Paulo ao ainda Conde de Oeiras, observa-se que era a Câmara, e não o Director de Estudos ou um seu comissário, que propunha os mestres das escolas de meninos, sob aprovação do Capitão-geral da capitania²²⁵. Os mestres eram alvo de exame e aprovação mediante não apenas pela sua qualidade enquanto docentes, mas inclusivamente pela sua conduta moral. Existia a possibilidade de esta entidade se revogar ou suspender o contrato, assim como de mandar encerrar as escolas.

Torna-se óbvia a descentralizado do poder, assim pensada para melhor e mais prontamente se atender aos desafios locais da administração educativa na colónia – não fora a necessidade de se comunicar ao Director-geral dos Estudos antes de se tomar qualquer tipo de decisão, o que acarretava uma grande demora no atendimento das necessidades sentidas. Esse replicar e delegar de funções não parece ter contribuído grandemente para uma eficaz e pronta reforma da educação. Além de aqueles decisores,

²²³ BPE, Cod. CXI/1-18, P. 16

²²⁴ Atente-se à documentação aludida em “Livros e Papeis pertencentes à Secretaria da Directr.^a G.^{al} dos Estudos”, onde Pernambuco surge mencionado. BPE Cod. CIX/1-18, P. 24

²²⁵ “Estatuto que hão de observar os mestres das escolhas dos meninos nesta capitania de S. Paulo, remetido pelo Governador e Capitão-general de São Paulo, Luís António de Sousa ao Conde de Oeiras, em 12 de maio de 1768”. Apud ANDRADE, António Alberto Banha de, *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo, Saraiva, 1978.

em trabalho cumulativo, não se dedicarem em exclusivo à gestão do ensino, é altamente questionável a adequação da sua formação e experiência enquanto funcionários da administração colonial para avaliarem a qualidade dos candidatos que pretendessem ser professores ou mestres. Acresce ainda a dificuldade em financiar atempada e suficientemente aqueles profissionais de ensino, dadas as dificuldades económicas das próprias capitanias – mesmo quando o Subsídio Literário foi imposto.

Como vimos em capítulo anterior, à Directoria-Geral dos Estudos, extinta em 1771, sucedeu a Real Mesa Censória²²⁶, criada por Alvará de 5 Abril de 1768, à qual foi entregue

“toda a administração e direcção dos Estudos das Escolas Menores destes Reinos e seus Domínios, incluindo nesta administração e direcção, não só o Real Colégio de Nobres, mas todos e quaisquer outros colégios e magistérios que eu for servido mandar erigir para os estudos das primeiras idades”.²²⁷

Uma das suas funções consistia em analisar as relações enviadas pelos professores, dando conta do número de alunos, assim como do seu progresso na aprendizagem²²⁸. Entretanto, a inspecção escolar começava a ganhar contornos mais definidos. Estipulou-se a visita das escolas de quatro em quatro meses, de modo a se averiguar os progressos e os pontos fracos dessas instituições e seus respectivos docentes, “para se ocorrer a eles com remédio pronto e eficaz”²²⁹.

Uma vez admitidos, a própria prática docente permanecia vigiada, primeiramente pelo Director-Geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida, no ano de 1759. Nesse mesmo ano foram nomeados vários Comissários de Estudos, os quais viriam a exercer funções tanto em Portugal como no Império Ultramarino, tendo por missão examinar os candidatos ao ensino da Gramática Latina, do Grego e da Retórica, conforme nos adianta Joaquim Ferreira Gomes. O interesse pela instrução primária parecia ainda pouco nítido.

Dadas as gigantescas dimensões do território brasileiro, não foi tarefa fácil dispor dos mestres suficientes a fim de suprir as necessidades notadas – e a vacância dos

²²⁶ É com o Alvará de 4 de Junho de 1771 que se atribui à Real Mesa Censória a incumbência de administrar as escolas de Estudos Menores do Reino e seus Domínios, incluindo o Colégio dos Nobres.

²²⁷ Alvará de 4 de Junho de 1771, in *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Ano de 1770*. Tomo III, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, MDCCLXXI.

²²⁸ Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, artigo III.

²²⁹ Idem, artigo VI.

colégios e casas da Companhia de Jesus. No ano de 1772, como comprova a Carta de Lei de 6 de Novembro, foram criados vinte e quatro lugares, num universo de 479, para a leccionação das primeiras letras no Império Ultramarino Português. A sua distribuição encontra-se patente no *Mapa dos professores e mestres das escolas menores e das terras em que se acham estabelecidas as suas aulas e escolas neste reino de Portugal e seus domínios*²³⁰, onde verificamos terem sido colocados apenas dezassete mestres na América portuguesa, como no-lo demonstra o quadro apresentado:

Quadro 7 - Distribuição dos Mestres de Ler, Escrever e Contar na Comarca da América

Localidade/ Estado	N.º de lugares	Total
Baía	4	17
Maranhão	1	
Mariana ()	1	
Pará	1	
Pernambuco	4	
Rio de Janeiro ()	2	
Sabará ()	1	
S. João de El-Rei ()	1	
S. Paulo ()	1	
Vila Rica ()	1	

Dado o escasso número de escolas criadas, cedo se fez sentir por parte das populações a necessidade de ampliar a rede escolar, facto que levou ao Alvará de 11 de Novembro de 1773, com a determinação de aumentar o número de escolas, bem como o número de professores em escolas que já haviam sido criadas, sem contudo surgirem alterações face aos domínios ultramarinos. Continuando a evidenciar-se um sistema que se encontrava longe de atender as necessidades das populações, o Alvará de 11 de Novembro de 1773 previa o aumento de número de escolas, assim como de professores. Na verdade, muito embora procedendo à nomeação de professores régios, o Brasil fora contemplado com apenas mais um mestre de primeiras letras - António Peres, mestre

²³⁰ *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Ano de 1770. Tomo III, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, MDCCLXXI.*

público no Rio de Janeiro. Tratou-se do resultado de um recrutamento moroso, tendo-se escolhido os mestres nomeados “na classe dos sujeitos seculares”²³¹.

Ainda de acordo com a Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, o provimento dos mestres deveria ser afixado em editais, tanto em Portugal como nas partes do Ultramar, de modo a convocar os opositores a concurso (artigo I)²³². Os candidatos não eram logo admitidos; primeiro tinham de se submeter a uma prova ou exame, com cuja aprovação seriam dotados de uma licença ou permissão para ensinar. Nem mesmo os mestres particulares podiam exercer a sua função sem que tal lhes fosse permitido através de exame e aprovação exarados pela Real Mesa Censória²³³.

Considerando os dados que se acham no “*Livro de assentamento de professores régios da capitania de Minas Gerais*”, notamos a ausência de registos respeitantes à primeira metade da década de oitenta, além de existirem poucos registos relativamente à década de noventa, o que poderá transparecer ou uma dificuldade de permanência dos mestres anteriormente providos, ou a sua substituição em massa. De qualquer modo, é prova indiscutível de que esses mesmos lugares teriam tido anteriormente mestres de ler e escrever já no reinado de D. José. Tendo ainda por base este documento, constatamos existir uma grande quantidade de mestres de primeiras letras que eram clérigos.

Entre a tomada de posse e o acto de «abrir aula» passava bastante tempo, podendo decorrer vários meses, conduzindo a um substancial atraso das actividades lectivas. Já as substituições não coincidiam, necessariamente, com o fim do ano lectivo. Imagine-se as longas margens de tempo em que os alunos dos lugares afectados se achariam sem desenvolver as suas aprendizagens. Quando muito, os mais afortunados, recorreriam a algum tipo de preceptorado ou eventualmente aos mosteiros que, nas proximidades, tivessem aulas a funcionar.

Por outro lado, somos confrontados com uma questão: o que levaria a dotar determinados mestres de provisões sem limite de tempo? Uma das justificações poder-se-ia prender com o facto de se tratarem localidades com grande densidade

²³¹ Francisco José dos Santos Marrocos, Memória sobre o estado actual dos Estudos Menores, in *Revista de Educação e Ensino*, ano VII, Lisboa, 1892, p. 521. Cf. GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2.^a ed., Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 42.

²³² Terminologia ainda hoje empregue nos concursos de professores do ensino básico e secundário.

²³³ Em caso de transgressão, os mestres estavam sujeitos a uma “*pena de cem cruzados pagos da cadeia pela primeira vez e, pela segunda, da mesma condenação em dobro e de cinco anos de degredo para o reino de Angola*”. Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, artigo VIII.

demográfica, além da existência de fortes interesses político-económicos. Fica no entanto em branco quais os critérios que o determinariam – e se, efectivamente, existiam²³⁴.

No reinado de D. Maria I, retomava-se o apelo aos eclesiásticos a fim de se ocuparem do ensino – com particular destaque para os estudos menores, cada vez mais valorizados pela importância que se lhes acha na formação moral e social do indivíduo. Distribuíam-se diversas cadeiras por mosteiros e conventos, abundavam as classes de primeiras letras. Para o caso do Brasil, damos conta de vários clérigos terem para ali viajado a fim de se ocuparem do ensino de primeiras letras, inclusivamente junto dos índios. Isso mesmo no-lo testemunha o mesmo Livro de assentamentos de professores régios²³⁵ que, do ano de 1780 a 1787, assinala a presença de João Pedro de Almeida, um “clérigo in minoribus” que havia sido nomeado mestre de ler, escrever e contar no lugar dos índios da Conquista de Cuyeté²³⁶, Sertão do Rio Doce, assim como de então até 1789 entre os índios do Descoberto do Passanha, freguesia de St.º António do Bom Sucesso. Tratava-se, inicialmente, do mestre régio com menor ordenado estipulado. Nesta segunda colocação contava já com um ordenado de 150 mil réis, não se assinalando limite de tempo para o exercício daquelas funções docentes em meio indígena..

Já num outro documento deparamo-nos com um mestre de meninos índios do Rio da Pomba e Peixe, Vila Rica²³⁷ – portanto, também na Capitania de Minas Gerais. Matias Pereira da Cunha e Albuquerque, além de mestre de primeiras letras, ensinava ainda a «Doutrina» na aldeia onde se estava a construir a Igreja Matriz do Mártir S. Manuel do Sertão do Rio da Pomba e Peixe, de 1781 a 1784, entre os índios Kaiapós e Coroados. Tratava-se de um processo que se terá arrastado até pelo menos 1785, pelo que Matias Pereira requeria se lhe pagasse todo aquele tempo de serviço. Tratar-se-ia de

²³⁴ Seria ainda interessante perceber qual o impacto que a limitação temporal imposta teria junto da comunidade escolar, i.e., se a própria comunidade local, em concreto os pais dos alunos veriam algum interesse em que um dado mestre ou professor, substituto ou não, devesse permanecer por mais tempo.

²³⁵ Vila Rica, 1 de Junho de 1774. BNRJ Ms. I-26,04,017 n.º 001.

²³⁶ O pagamento do seu ordenado será ainda objecto de ordem régia em reinado posterior. “Ordem régia a Junta da Real Fazenda da capitania de Minas Gerais”. Lisboa, 17 de Agosto de 1807. BNRJ Ms. I-26,04,024 n.º006.

²³⁷ BNRJ Ms. I-26, 10,007 n.º 023.

um docente não eclesiástico²³⁸. Numa carta em que Manuel de Jesus Maria, presbítero do hábito de S. Pedro, veio atestar o exercício de funções deste mestre de ler e escrever, mencionou o facto de, pelo meio, o requerimento daquele docente se ter extraviado, o que atrasou ainda mais o seu pagamento.

Na vila de Queluz, o P.^e José Crisóstomo de Mendonça abriu escola de primeiras letras em Outubro de 1794, conforme se regista em atestado passado pela câmara daquela localidade²³⁹. Num outro atestado, figura o reverendo Dionízio Francisco França na qualidade de mestre régio substituto de ler, escrever, contar e catecismo na escola que mantinha aberta na sua residência na vila de São Bento de Tamanduá²⁴⁰.

Com a intervenção da Mesa da Comissão Geral sobre o exame e censura dos Livros, assistiu-se, efectivamente, a um considerável aumento na nomeação de professores, sem que para tal se procedesse a uma cuidadosa avaliação das capacidades dos mesmos, para além de o Subsídio continuar a não ser suficiente para financiar as aulas existentes. Consequências: sem ordenado e sem meios para assegurarem a sua subsistência, os mestres viram-se obrigados a desistir; outros terão continuado, ainda que sem olharem a um bom exercício das suas funções, o que por sua vez conduziu ao abandono escolar. Apesar das mudanças impostas neste período por ordem régias, não foram destituídos os professores das suas cadeiras – à excepção dos casos em que a qualidade das aulas não correspondia aos requisitos exigidos para tal; antes se terá aguardado que essas cadeiras vagassem, não indo assim contra a duração prevista nas anteriores provisões.

Daí por diante, o que mudou efectivamente foram os trâmites através dos quais se procedia à selecção de professores, passando a ficar ao encargo dos governadores das capitanias e bispos. É na “*Memoria sobre as Escollas Publicas desta Capitania [da Bahia]*”²⁴¹ que encontramos referências a estas circunstâncias. Ali se observa, inclusivamente, como cabia ao governador e ao bispo examinarem em conjunto a

²³⁸ “Processo referente ao parecer de João de Sousa Benavides sobre o pagamento de ordenados”. Vila Rica, 19 de Julho de 1784. BNRJ Ms. I-26,10,007 n.º023.

²³⁹ Câmara da Vila de Queluz, 25 de Fevereiro de 1795. BNRJ Ms. I-26,01,003 n.º005.

²⁴⁰ Por Manuel Rebelo de Macedo. São Bento de Tamanduá, 30.de Outubro de 1796. BNRJ Ms. I-25,33,004.

²⁴¹ “*Memoria sobre as Escollas Publicas desta Capitania [da Bahia]*”, Bahia, c. 1802. [Colecção Casa dos Contos] BNRJ Ms. 07,2,007

admissão de candidatos, ao passo que a inspecção escolar competia somente ao governador, e que este poderia nomear um lente ou professor para tal exercer por si tal função. As tomadas de decisão na colónia encontravam-se cada vez mais distanciadas dos serviços centrais – e perigosamente mais próximas do favorecimento de interesses particulares.

Volvida uma década sobre o início da reforma dos estudos, a carência de professores constituía ainda um assunto da ordem do dia. Não se tratava de uma casualidade, mas de uma “summa necessidade” generalizada. Poder-se-ia julgar que as maiores carências se situassem no interior, em regiões mais pobres ou nos meios mais pequenos. Na verdade, como denunciava o próprio Director Geral, era nas “principaes terras do Reyno, e de suas conquistas”²⁴² que tal se verificava, denunciando uma situação particularmente grave – o suficiente para fazer acreditar, junto das populações, que o anterior sistema jesuíta era bem mais eficiente. Para mais, a educação não era gratuita, ao contrário do que acontecera com a rede escolar da Companhia de Jesus. Achando-se o Estado a braços com uma realidade que não conhecia – a do financiamento, na sua totalidade – e de certo modo iludido com os pressupostos ganhos obtidos com a alienação os bens dos jesuítas, cedo as receitas se evaporaram, por entre dívidas dos colégios e demais obrigações por saldar.

Esta percepção terá sido entendida por parte do Ministro de D. José como uma falência não da reestruturação do sistema educativo, em si, mas da instituição em que havia confiado o seu governo. – a Direcção Geral dos Estudos Menores. Ao invés de a dotar de novos poderes e de constituir um quadro administrativo mais estável e competente, sem que houvesse uma contínua sobreposição de funções e poderes, optou por extingui-la e passar a pasta para uma nova instituição entretanto criada – a Real Mesa Censória. Semelhante transição implicou uma concentração de poderes sem, contudo, se assistir a um reforço eficaz na tutela da educação, como vimos.

Se a situação no Reino parecia grave, no Brasil era particularmente alarmante, para o que concorriam outros factores, como assinalámos. Ponderemos, de seguida, os mestres providos para as vilas indígenas do governo de Pernambuco.

²⁴² Carta de D. Tomás de Almeida. Lisboa, 31 de Agosto de 1769. ANTT, *Ministério do Reino*, mc. 3483.

8.3. Os mestres-soldados das vilas indígenas pombalinas

Cumpre-nos, por ora, saber quem eram os agentes da escolarização formal dos indígenas com a imposição da *Direcção* dos índios da jurisdição de Pernambuco, a sua preparação, selecção, funções e estratégias. Uma vez expulsos os missionários jesuítas, sete povoações ficam com uma administração vacante. Possuindo a experiência norteadora do projecto de civilização indígena à escala de todo o território, o governador Luís Diogo Lobo da Silva tomou em mãos a urgência e a oportunidade de lhes dar novo destino. Não havia tempo para aguardar pelo demorado correio com o Reino. As decisões em matéria de conversão das antigas missões em vilas e de implementação das escolas de primeiras letras junto àqueles índios ficaram nas mãos dos governadores e seus assistentes. Respeitando o texto da *Direcção*, cada vila indígena fora provida de um capitão, um director, um padre e um mestre – note-se na separação entre a figura do clérigo e do professor de primeiras letras, funções que não poderiam ser exercidas cumulativamente, numa clara memória das desventuras do passado das missões. Sucedeu, então, que a escolha recaiu não sobre pessoas particularmente formadas nos preceitos da prática pedagógica, mas antes na carreira militar.

Quadro 8 – Distribuição dos mestres nomeados para as escolas indígenas de primeiras letras (governo de Pernambuco)²⁴³

Capitania	Vila	Antiga aldeia	Mestre
CE	Vila Viçosa Real	Ibiapaba	Sold.º Albano da Silva
	Vila de Soure	Caucaia	Sold.º José Fróis
	Vila de Arronches	Parangaba	Sold.º José Vieira de Mello
	Vila de Messejana	Paupina	Sold.º Elias de Sousa
	Monte Mor o novo da América	Paiaçú	Sold.º Inácio da Assunção
RGN	Vila de Extremoz	Guajirú	Sold.º Luís Pereira Caldas
	Vila de Arêz	Guaraíras	Sold.º Jerónimo de Mira

²⁴³ A partir da *Relação dos Nomes com que se denominão as Novas Villas e Lugares, erectas das antigas Aldeas, seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres*. Anexado ao OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120. O quadro completo encontra-se no apêndice final, Anexo 15.

Assim se achavam providos os lugares de mestres régios das escolas de meninos naquelas povoações recém-convertidas em vilas, tendo recaído a escolha única e exclusivamente sobre soldados. Por carta dirigida ao Secretario de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a 16 de Novembro de 1760, o governador Luís Diogo Lobo da Silva desvendava o motivo que levava à escolha de soldados para ocupar o lugar dos mestres:

“«Como me constou não haver, nas aldeias que se surgiam em novas vilas, pessoas que pudessem suprir as referidas ocupações, me resolvi a mandar os soldados de que tive melhor informação para o executarem na parte dos rapazes, e na das raparigas encarregar aos Directores o fizessem por suas mulheres, o que se acham cumprindo os casados, com grande adiantamento dos mesmos.»

e conclui:

«... me persuadi não ser contrário em coisa alguma, ao Directório impresso, e só acomodado, quanto me foi possível com a natureza do País.»²⁴⁴

Afinal, o provimento de mestres-soldados ficara-se a dever à falta de candidatos para o exercício daquelas funções. A escolha do governador ter-se-ia pautado pela avaliação do conhecimento – ainda que rudimentar – da leitura e da escrita em língua portuguesa, e, naturalmente, da sua conduta moral e domínio da cartilha cristã. Apesar do pretenso adiantamento aqui aludido no tocante a estas «mestras», na prática a sua acção não parece ter sido notória, ignorando o próprio governador do estado daquelas aulas, a avaliar pela ausência de testemunhos no mapa que remeteu das escolas daquelas vilas indígenas para o reino em 1760.

Efectivamente, com a reforma pombalina, os responsáveis por aulas régias, quer na qualidade de professores, mestres ou substitutos, não deixaram de enfrentar grandes obstáculos, como o da sua remuneração atempada. De resto, semelhante constatação motivou que a docência não pudesse constituir a sua única fonte de sustento – o que, por seu turno, originou situações de uma difícil acumulação de funções. Naturalmente que existe aqui uma importante questão de fundo: o da ausência da devida formação pedagógica específica para a docência das matérias em cada aula régia. Apesar do enquadramento legal que subjaz à profissionalização do professor em Portugal, além de, socialmente, se tratar de uma função nobilitada, somente os professores gozavam de

²⁴⁴ Apud Leonor Lopes Fávero, “ Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder”, [disponível in http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/secXVIII_lingua_leonor.pdf].

semelhante valorização. Já os mestres eram conotados com um ensino de fraca qualidade, talvez por via das difíceis circunstâncias em que muitos se encontravam, pela falta de exigência na selecção de candidatos e menosprezo da relevância do ensino das primeiras letras – na altura circunscrito a uns poucos «rudimentos» da língua e da aritmética, de cujas aulas dificilmente o aluno sairia a saber ler e escrever de forma autónoma e deservolta.

Aparentemente, o perfil profissional do professor público não diferia muito, como assinala Tereza Levy Cardoso do que se determinava em relação ao professor particular o qual, muito embora não sendo objecto de concurso²⁴⁵, era obrigado a solicitar licença para leccionar.

No conjunto documental regulador das povoações ameríndias nestas recém-convertidas localidades em povoações mais conformes aos preceitos e organização do tecido urbano, surge-nos um não menos interessante “*Termo, q fazem os Directores p.^a satisfazerem as obrigaçoens, q se lhe encarregão*” – ou, por outras palavras, o compromisso que Directores e Mestres daqueles lugares assinariam na presença do governador Luís Diogo Lobo da Silva. Através deste modelo, é-nos possível perceber a natureza das suas funções no caso concreto da jurisdição de Pernambuco, abarcando considerável área nordestina. Se a ambos competia uma escrupulosa observação da *Direcção*, a quem se entregava uma versão adaptada à realidade local, em relação ao Mestre recomendava-se a utilização da Cartilha proposta para instruir os meninos. Esta medida poderia, de certo modo, ajudar a contornar a falta de formação específica – se não mesmo de experiência – para a docência. Tornara-se, portanto, um recurso fundamental para a preparação das aulas de soldados mestres e outros tantos indivíduos nomeados para o exercício de tal actividade nas escolas de crianças ameríndias naquela região brasileira. Segue-se-lhe um conjunto de posturas, regulando o funcionamento das câmaras das vilas indígenas criadas ao abrigo da lei de 6 de Junho de 1755, estendida a toda a América pelo alvará de 8 de Maio de 1758. Só depois surge neste conjunto documental a “*Breve instrucçam para ensinar a Doutrina christã, ler e escrever aos Meninos e ao mesmo tempo os principios da Lingoa Portugueza e sua Orthografia*”²⁴⁶,

²⁴⁵ Contrariamente ao que afirma a autora. Cf. Tereza Levy Cardoso, “Notas sobre a história da profissão docente no mundo luso-brasileiro”, in OLIVEIRA, Luiz Eduardo [org.], *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*, Maceió, UFAL, 2010, p. 111.

²⁴⁶ Anexado ao ofício do governador, de 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120. De que encontramos outra versão em AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 121.

transcrita na íntegra por Banha de Andrade. O facto de existirem pelo menos três versões da *Breve Instrução*, e uma vez incluídas neste conjunto documental, indicará tratar-se do que foi remetido pelo governador de Pernambuco às capitanias anexas – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – dando conta, através de cópias, do teor exacto das missivas e seus anexos enviados ao cuidado dos respectivos representantes.

Mas existem ainda outros elementos a considerar, como é o “*Rezumo da despeza actual da Folha Eclesiastica pertencente a Provedoria de Pernambuco*”, de onde destacamos o valor anual de 33 mil e 120 reis, correspondendo ao pagamento de cada Mestre. De destacar igualmente as alusões, relativamente ao Rio Grande do Norte, a congruas recebidas por dois missionários, que importava em 60 mil reis; no caso do Ceará, aos quatro missionários de Ibiapaba, sendo reputados conventuais do Hospício do Aquiraz. Assim, sendo devidamente colocada à parte a situação dos missionários jesuítas afastados, são considerados, para Pernambuco, 28 mestres, 10 na Paraíba, 7 no Rio Grande e 10 no Ceará – com equivalente número de vigários, coadjutores, fábricas (da igreja) e directores, numa projecção do que importaria a criação das novas vilas e dos dízimos necessários para o seu financiamento.

A tendência registada era a de se nomearem professores sem serem devidamente examinados enquanto candidatos, facto particularmente elucidativo quanto à dificuldade em se conseguirem pessoas capazes para o exercício de funções docentes e em número suficiente para as crescentes demandas. De início, parecem os próprios índios terem revelado interesse no provimento das escolas das suas povoações, como sucedeu na Bahia, com redacção de requerimentos²⁴⁷ – o que antes será usado como argumento em defesa do seu interesse, do que propriamente como interesse efectivo dos indígenas no processo de conversão das antigas missões em vilas régias. Nas suas demandas, recorda-se as disposições régias que mandavam que aí se ministrassem as primeiras letras. Por outro lado, dá-se conta do insuficiente conhecimento que os índios desta Vila de Abrantes tinham do português, o que os impossibilitava de tomar parte activa no quadro das relações cívicas, além de não serem detentores de conhecimentos técnicos que os habilitassem a exercer uma actividade profissional – dois factores que certamente

²⁴⁷ Os requerimentos remetidos pelos índios moradores na vila da Nova Abrantes solicitavam o envio de professores, assim como de ajuda de custo para vestuário, pagamento de funcionários administrativos e judiciários e reformas de antigos prédios jesuíticos. “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José”. Bahia, 9 de Dezembro de 1758. AHU_ACL_CU_005, Cx. 138, D. 10675.

terão contribuído para a sua marginalização na sociedade local e para uma cada vez mais difícil sustentação do agregado familiar. As motivações para o ensino por parte dos índios respondiam, no fundo, a uma necessidade prática tanto de inclusão social, como de formação para o exercício de ofícios, deixando de estar dependentes do parco rendimento resultante de uma agricultura familiar e da pesca – o que os deixava numa situação assaz precária, estando mais facilmente expostos a serem explorados pelos brancos. Se para os meninos importava a habilitação para o exercício de ofícios, para as meninas importava o recurso a mestras tecedeiras. Achamos curiosa a proposta que é feita neste mesmo documento para a angariação e pagamento do ordenado de uma possível mestra.

Prova curiosa do acesso à educação e da desadequação dos mestres em meio indígena é a representação que os índios de São Joaquim remetem. Sentindo-se injustiçados, pedem para que a sua opinião fosse considerada na admissão de novos alunos, assim como na própria inspecção sobre os mestres que deles se ocupavam²⁴⁸. Semelhantes observações são bem demonstrativas do pouco cuidado que se usara na ocupação das vagas de ensino de ler, escrever e contar. O ofício do bispo do Rio de Janeiro, D. frei António do Desterro, ao governador do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conde de Bobadela, ilustra bem o interesse das autoridades na averiguação da capacidade dos clérigos, que fossem prover os lugares deixados vagos pelos jesuítas nas missões. Tomando em consideração a importância do domínio da língua dos índios, não se hesita em recomendar o envio de alguns religiosos da Província de Santo António do bispado do Rio de Janeiro, por serem dela bons conhecedores²⁴⁹ (cf. Apêndice) – uma medida que surge, precisamente, no auge da aplicação do *Directório* à realidade de todas as povoações indígenas sob administração portuguesa naquela colónia. Nesta transição do exercício da actividade docente, notamos que a maioria dos religiosos seculares não dominava a língua geral, o que dificultava o estabelecimento da comunicação com os índios aldeados. Os que efectivamente a sabiam, eram de qualquer modo em número insuficiente para responder

²⁴⁸ “Representação dos índios de São Joaquim.” Rio de Janeiro, 1821 [?]. BNRJ Ms II-34,35,16.

²⁴⁹ Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei António do Desterro], ao [governador do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade]. Rio de Janeiro, 7 de Maio de 1759. AHU_ACL_CU_017, Cx. 55, D. 5447.

a esta demanda. Em termos didáticos, não obstante as directivas emanadas, o recurso à língua materna parecia ser considerado vital para o ensino da língua portuguesa. De resto, a própria relação pedagógica a estabelecer-se com este público-alvo detinha características singulares, devendo haver um especial cuidado no trato com eles.

No fundo, esta resposta do bispo corresponde à observação «in loco» das condições de substituição dos mestres jesuítas. Tendo-lhe sido dirigida uma consulta, na verdade mais não seria do que uma auscultação ou averiguação do que seria possível fazer com outros clérigos. Quando este bispo declara, peremptoriamente, não existir outra possibilidade que não o recurso a missionários habituados a lidar com estas gentes, percebemos, mesmo com a posterior legislação, que tal não seria devidamente levado em conta.

O contraste entre a figura do missionário jesuíta e o mestre soldado é bastante pronunciado, não apenas em termos de conhecimentos pedagógicos, domínio de conceitos e formação pessoal e académica em geral, como pelas suas experiências enquanto comunicadores interculturais. Os seus reportórios linguístico-comunicativos, a destreza nas metalinguagens da gramática e a sua postura face às línguas e à educação em geral variariam radicalmente, com sérias consequências para o ambiente de escolarização. Esta escolha poderá ter revertido em prejuízo da própria educação escolar a indígenas, sendo bastante questionável a sua sensibilidade para os procedimentos a adoptar na alfabetização de crianças, com a particularidade de não serem falantes nativos da língua em que recebiam os ensinamentos da leitura e da escrita²⁵⁰.

Sublinha Melià:

“El alfabetizador ahogará necesariamente la educación indígena si desconoce la cultura de esa sociedad, si se desinteresa por esa cultura, si permanece ajena a la situación real de opresión, explotación y discriminación de esa sociedad indígena, si desconoce la lengua indígena; en esos casos, su única opción será limitarse al uso de la llamada lengua nacional.”²⁵¹

²⁵⁰ Em termos ideais, um moderno paradigma da alfabetização considera nas suas práticas escolares aspectos tão diversos, como “construção da autonomia intelectual dos alunos; atendimento das diversidades na classe; interação e cooperação; disponibilidade para a aprendizagem; organização racional do tempo e do espaço; seleção de materiais adequados ao desenvolvimento do trabalho; articulação de objetivos de ensino e objetivos de realização do aluno; e aproximação máxima entre «versão escolar» e «versão social» das práticas e dos conhecimentos que se convertem em conteúdos escolares.” In Ministério da Educação, *Programa de Formação de Professores Alfabetizadores*, [Brasília], ME_Secretaria de Educação Fundamental, 2001, p. 6.

²⁵¹ MELIÀ, Bartomeu, *op. cit.*, p. 66.

O conhecimento e manejo de estratégias pedagógico-comunicativas seria com certeza mais diminuto, evidenciando-se, por certo, uma escolha de práticas tidas como preferidas pela memória do seu próprio processo de escolarização que lhe teria proporcionado os conhecimentos mínimos/suficientes para o ensino das primeiras letras – recorde-se, a este nível, as exigências na selecção, por um lado, de professores de estudos menores, comparativamente com as dos mestres de primeiras letras, categoria profissional inferior, à qual poderiam concorrer estudantes, profissionais liberais e todo aquele que soubesse ler, escrever e contar.

Essa «influência incidental» do período em que foram alunos, descreve D. Gil²⁵², responde a experiências reiteradas, adquiridas de forma não reflexiva, como algo natural, óbvio e de senso comum. Escapando, assim, à crítica, pode converter-se num verdadeiro obstáculo – até porque não possui os mecanismos necessários a uma auto-reflexão e ao entendimento metacognitivo das suas escolhas pedagógicas.

Não nos é lícito, por isso, entender “o professor como um adulto que atravessa estádios cada vez mais evoluídos e complexos, possibilitando níveis superiores de pensamento mais universais e abstractos, que permitem novas formas de interagir, de construir e de dar sentido à realidade”²⁵³ quando, no caso dos mestres das vilas indígenas, a sua ocupação principal não é a de ensinar. E se considerarmos que o nível de desenvolvimento se repercute no seu comportamento, tendendo os professores mais desenvolvidos a ser mais flexíveis e tolerantes, mais aptos a considerar as diferenças individuais (ritmo de aprendizagem, dificuldades e necessidades percebidas, melhor destreza na mobilização de saberes através de práticas diversas, entre outros) e a saber usar de metodologias diversificadas²⁵⁴, entenderemos melhor as causas do insucesso das primeiras letras na fase de implementação pós-Directório.

Vicente Mellado, por seu turno, acentua o papel e interferência de processos de mudança na qualidade formativa dos próprios professores. Não se trata de um fenómeno

²⁵² D. Gil, “Qué hemos de saber y saber hacer los profesores de ciencias?”, in *Enseñanza de las Ciencias*, 9(1), 1991, pp. 69-77. In Vicente Mellado, “El conocimiento y el desarrollo del profesorado: el cambio didáctico”, in NETO, António et al. [orgs], *Didácticas e Metodologias da Educação: Percursos e Desafios*, vol. II, [Actas do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias da Educação], Évora, Departamento de Pedagogia e Educação – Universidade de Évora, 2003, p. 677.

²⁵³ Constança Gomes Machado, “O desenvolvimento do professor – algumas reflexões”, in NETO, António et al. [orgs], *Didácticas e Metodologias da Educação: Percursos e Desafios*, vol. II, [Actas do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias da Educação], Évora, Departamento de Pedagogia e Educação – Universidade de Évora, 2003, p. 669.

²⁵⁴ Idem, *ibidem*.

isolado, mas antes enquadrado pelas mudanças operadas na própria sociedade em geral, na orientação do conhecimento, nos centros de formação e nos sistemas educativos²⁵⁵. Quando se procura revolucionar o ensino em Portugal, as reformas curriculares em si não conseguiram produzir os frutos previstos porque, precisamente, não bastaram para produzir uma mudança didáctica entre os professores, apesar da força de lei que acompanhou a expugnação dos antigos cardápios jesuítas. Uma vez que são os próprios professores uma chave fundamental para o êxito ou fracasso de toda e qualquer reforma ou inovação curricular, na qualidade de agentes que irão validar ou invalidar as mudanças, na totalidade ou em parte, que se pretendem introduzir, a sua desconsideração na preparação desse processo trará, naturalmente, consequências desastrosas.

No quadro da alfabetização elementar e genérica recebida pelos índios, muito embora se possibilitasse o domínio de “parte das regras da linguagem verbal”, à partida não seria de esperar que o sujeito alfabetizador não conseguisse controlar se, efectivamente, “o indivíduo pratica e aperfeiçoa as suas capacidades literácitas e em que medida delas se beneficia no seu quotidiano”²⁵⁶. Sucede, porém, que os mestres de primeiras letras nomeados a mando do governador de Pernambuco eram também soldados, o que lhes permitia acompanhar os seus instruendos no desenvolvimento das suas capacidades linguísticas – orais e, eventualmente, escritas, dependendo das solicitações que fossem colocadas e do tipo de funções exercidas – a par da sua preparação para o prosseguimento da via militar. Como tivemos ocasião de observar, aquelas sete povoações indígenas revestiram-se de grande importância não apenas no plano da formação para a civilidade, componente essencial à “constituição de uma sociedade civil fundada sobre regras e mecanismos de controle”²⁵⁷, como no provimento

²⁵⁵ Vicente Mellado, “El conocimiento y el desarrollo del profesorado: el cambio didáctico”, in NETO, António et al. [orgs], *Didácticas e Metodologias da Educação: Percursos e Desafios*, vol. II, [Actas do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias da Educação], Évora, Departamento de Pedagogia e Educação – Universidade de Évora, 2003, p. 675.

²⁵⁶ O autor debate estas questões em termos gerais, não se cingindo a nenhum caso em concreto. Permitimo-nos, aqui, a encetar o debate de conceitos e ideias com alguma liberdade discursiva no tratamento do tempo histórico em análise, uma abordagem seguida por Magalhães na análise da questão da alfabetização e da literacia. MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 53.

²⁵⁷ FONSECA, Thais Nivia de Lima e, *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009, p. 17.

de batalhões de índios necessários à defesa e manutenção da segurança no Nordeste e outros espaços adjacentes.



A implementação das reformas ao tempo de D. José I foram eco de todo um conjunto de teorias, experiências e projectos que vinham sendo ensaiados não apenas no espaço português, como um pouco por toda a Europa, remontando a meados da centúria anterior. É certo, porém, que em finais de setecentos se concretizava o delinear generalizado (e há muito ambicionado, pelo menos desde início daquele século) da secularização do ensino, com a afirmação do Estado enquanto controlador e gestor directo da educação escolar. Nóvoa assinala o “vasto projecto de uniformização das situações educativas e de homogeneização das práticas escolares”²⁵⁸, alcançado a partir da Reforma de 1772 em Portugal e Império Ultramarino, onde o ensino de ler e escrever conhece – já com a vigência da Real Mesa Censória, sucedânea da Direcção Geral dos Estudos – um determinante impulso. De ora em diante, os mestres-escola passarão a designar-se mestres régios de ler, escrever e contar e procura-se desencadear uma “dinâmica social de «procura de educação»”²⁵⁹. Contrariamente ao que Nóvoa aponta, a resposta às demandas de mestres e professores régios não foi, nesta fase inicial e durante largas décadas, nem positiva nem bem sucedida (quando concretizada) em diversas circunstâncias e quadrantes, e nem a antecipação de Portugal face aos restantes reinos europeus na estatização e modelos de financiamento da educação contribuíra para uma efectiva consolidação do ensino público em Portugal e seu império, nem tão pouco da instrução generalizada das classes populares: aos que se dedicassem a actividades agrícolas e fabris e às raparigas bastaria o ensino da doutrina cristã. Afinal, ler e escrever era privilégio de poucos, sobretudo dos rapazes que pretendessem exercer uma profissão liberal, dentro da administração pública, no comércio ou no domínio de certas artes mecânicas, dos que enveredassem pela vida eclesiástica e, naturalmente, de quem proviesse de uma elevada condição social²⁶⁰.

²⁵⁸ António Nóvoa, “Do mestre-escola ao professor do ensino primário [...]”, in *op. cit.*, p. 418.

²⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 419.

²⁶⁰ Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 5.

Apesar de, na prática, as reformas não terem sido inteiramente observadas, as mudanças nas estruturas pedagógicas haviam sido, de facto, significativas, rompendo com uma ordem que já não seria possível reimplantar, enfatiza Rómulo de Carvalho:

“A sua ambiguidade de actuação política fomentando progressos no ensino que, por outro lado, coarctava com imposições violentas, [...] tornava precários os resultados da sua obra pedagógica que, apesar de todas as reticências que lhe sejam postas, tem que se considerar de transcendente importância.”²⁶¹

Empenhado na constituição de um corpo docente laico, em que não deixou de ser evidente o reforço do controlo sobre os seus processos e práticas de ensino, o Estado procurara tomar novos rumos a partir do modelo de ensino religioso que, por distante dos seus interesses e excessivamente cristalizado nos seus currículos, era colocado de parte. As mudanças na formação dos professores não foram substanciais, verificando-se uma manutenção das antigas motivações, normas e valores que caracterizaram a origem da profissão. Como bem explica Nóvoa, “le modèle de l’enseignement reste très proche de celui du prêtre”²⁶².

Poderemos, em certa medida, sublinhar o declínio da profissão com a mudança de sistema de ensino, pela adesão de indivíduos não especializados e que se ocuparam do ensino enquanto actividade suplementar ou secundária (o que, de resto, já sucedia com os mestres particulares), não lhe dedicando, por isso, a mesma atenção e empenho, nem ostentando muitas vezes os seus métodos um saber técnico-pedagógico consciente, seguro de si e atento à especificidade da instrução infantil.

Registaram-se, é certo, importantes e significativas alterações com esta transição, nomeadamente pela definição do seu estatuto na sociedade:

“Les «anciens» enseignants vont être confrontés à un projet de laïcisation qui, d’une part, les subordonne à l’autorité de l’État, et, d’autre part, leur assure un nouveau statut socio-professionnel.”²⁶³

Em Portugal, fora um estatuto valorizado pela nobilitação que lhe consagrara Pombal, procurando prestigiar as funções docentes e garantir o reconhecimento social dos docentes –

“ce qui se révèle très utile, notamment en ce qui concerne, d’une part, l’occupation de maisons pour y tenir des classes, la dispense du service militaire et un traitement

²⁶¹ CARVALHO, Rómulo de, *op. cit.*, p. 486.

²⁶² António Nóvoa, “Pour l’étude socio-historique de la profession enseignante au Portugal”[separata], in *op. cit.*, p. 249.

²⁶³ Idem, *ibidem*, pp. 252-253.

judiciaire plus favorable, et, d'autre part, l'amélioration de l'image sociale des enseignants et la possibilité de fréquenter les classes sociales supérieures ».²⁶⁴

Mas nem por isso as suas condições melhoraram consideravelmente: a remuneração tardava – cada vez mais dependente do imposto aplicado, o Subsídio Literário, condicionado pela franca dificuldade do seu pagamento – o edifício escolar, improvisado, mal reunia as condições necessárias, o parco recurso a material impresso, de qualidade e adequado à instrução infantil, entre outros.

Muito embora se enfatizasse uma criteriosa avaliação dos candidatos, submetidos a exames, e se constituísse um corpo administrativo hierarquizado e dotado de amplos poderes – como veio a suceder logo ao tempo da Direcção Geral dos Estudos Menores, ainda que daí resultasse mais o desamparo do que uma maior eficácia da tutela - dedicado à vigilância, controlo e gestão da instituição escolar no seu todo, nem por isso se registou uma melhoria substancial na qualidade de ensino. Na ausência de uma inspecção interna mais rigorosa, a própria comunidade e famílias dos alunos se encarregou de denunciar situações-limite, muito embora sem a aplicação atempada das medidas correctivas necessárias.

Tomava-se, cada vez mais, a educação como uma matéria de interesse público, vital para uma salutar e adequada formação das gerações mais jovens, afastando-as dos vícios e ignorância (como era tido por típico na perspectiva dos mais polidos e letrados) do seu seio familiar. Como tal, “The elementary school was to supplant rather than supplement the work of the home”²⁶⁵ – facto que contribui, de forma decisiva, para a formação de uma consciência paternalista na relação do mestre-escola com os seus alunos. Semelhante concepção acentuará o desequilíbrio na relação pedagógica mantida, justificando e viabilizando a passividade do aluno, obrigado a manter um rigoroso respeito e obediência face ao professor. Agindo *in locus parentis*²⁶⁶, o professor encarregava-se, simultaneamente, da veiculação dos saberes que deveriam ser transmitidos – idealmente – pela família e pela comunidade, além de assumir a responsabilidade de todos os aspectos inerentes ao desenvolvimento da criança – o que abrange não apenas a comunicação verbal, mas também práticas ritualizadas,

²⁶⁴ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 144.

²⁶⁵ VINCENT, David, *Literacy and Popular Culture: England 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 73.

²⁶⁶ Expressão de David Vincent. *Op. cit.*, p. 74.

conhecimentos de carácter técnico e utilitário, princípios básicos da religião, entre outros.

O ensino das primeiras letras no período pós-jesuíta pautou-se por uma separação mais efectiva, no reinado de D. José I, do clero regular, privilegiando-se, como professores, membros do clero secular, além de se aceitarem candidatos a professores com a mais diversa formação – alguns dos quais apenas com a experiência de dar algumas aulas particulares ou de ser um bom aluno nas matérias do seu curso, não necessariamente em Humanidades. Já a partir de D. Maria I, assiste-se a uma predilecção por mestres do clero regular, sobretudo «clerigus in minoribus», como vemos surgir no Brasil na qualidade de professores régios e substitutos de primeiras letras.

Com o governo de D. Maria I, marcadamente anti-pombalino, contrariou-se o esforço de Sebastião de Carvalho e Melo em termos de tentativa de «secularização» do ensino. De acordo com a Resolução Régia de 16 de Agosto de 1779, boa parte dos estudos foi confiada a certas ordens religiosas²⁶⁷, sem que se tenha apostado na formação dos professores e mestres régios. Embora o ensino fundamental conhecesse novo impulso a partir da década de setenta, em termos didácticos as mudanças introduzidas não foram muitas, nem mesmo a oferta curricular se mostrou particularmente distinta. Posteriormente, reconhecia-se a necessidade de formar missionários para melhor aldear e civilizar os índios «bárbaros» que andavam dispersos pelas várias capitanias brasileiras, considerando-se fundamental a sua instrução nos idiomas indígenas, assim como nos seus usos e costumes,

“pois foi ignorancia crassa, para não der brutalidade, querer domesticar e civilizar Índios à força d’armas, e com soldados e Officiaes pela maior parte sem juízo, prudência e moralidade”²⁶⁸.

A par da doutrina cristã, a instrução em língua portuguesa, implicando a aprendizagem formal de ler, escrever e contar, não ficara, contudo, à margem deste projecto. Apelando à sua formação e experiência ao nível da Metalurgia²⁶⁹, incentiva ao

²⁶⁷ In *Colecção de leis, decretos e alvarás de D. José I e de D. Maria I*, BGUC, 4-30-9-4.

²⁶⁸ SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Apontamentos para a Civilização dos Bárbaros do Reino do Brasil*, [1823], [ed. crítica de George Boehrer], Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1963, p. 65.

²⁶⁹ José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) formou-se na Universidade de Coimbra, onde tomou o título de doutor e onde leccionou a cadeira de Metalurgia. Posteriormente, foi nomeado intendente-geral de Minas e Metais, tornando ao Brasil em 1819.

desenvolvimento do ensino de carácter oficial ou profissionalizante, através da criação de escolas práticas de artes e ofícios, a serem frequentadas tanto pelos índios da povoação como de índios, brancos e mestiços de povoações vizinhas que assim o desejassem²⁷⁰. A eles se deveria conceder, propunha o autor, a isenção de servir na “Tropa paga” – tratar-se-ia da tropa burocrática ou de milícias, porquanto as ordenanças não permitirem o pagamento de qualquer soldo como tivemos ocasião de observar no Capítulo VI (SEGUNDA PARTE). Questionamo-nos, ainda assim, sobre a eficácia dos métodos daqueles mestres-soldado e dos seus sucessores, porquanto em 1821²⁷¹ estarem aquelas povoações desprovidas de escolas, contrariamente ao esforço inicial do governador Luís Diogo Lobo da Silva, em cumprimento do que se estipulava na *Direcção*.

²⁷⁰ SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *op. cit.*, p. 70.

²⁷¹ Trata-se da data constante no final do documento original – mais concretamente 30 de Outubro de 1821. A edição é que é de 1823.

Capítulo IX: Da expulsão dos jesuítas em Pernambuco

“Rarement ordre religieux aura déclenché autant de passions, d’hostilité, voire de haine.”

“Jésuites”, in GERHARDS, Agnès, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, Paris, Fayard, 1998, p. 352.

9.1. Da contestação à saída forçada

Vários autores têm exaltado e defendido a acção dos soldados de Jesus contra aquilo que designam de cabalas que tiveram a sua última e mais acabada expressão na propaganda perpetrada por Sebastião de Carvalho e Melo e seus apoiantes na erradicação dos membros da Companhia de Jesus²⁷². Não nos ocuparemos de justificar actos ou arguir em defesa dos jesuítas, nem, tão pouco, procurar argumentos que condenem a política pombalina, na busca de um equilíbrio que, assumimos, está longe de ser facilmente conseguido. Permanece, contudo, a questão: porque se chegou ao ponto de ser inteiramente erradicado o sistema de ensino jesuíta à escala global?

Para Mellado, toda a mudança é antecedida por insatisfação e conflito, seja por um desajuste excessivo das expectativas (próprias ou de outrem), seja por fugir ao controlo do próprio professor. De facto, o modo como descreve quadros particularmente dramáticos recorda-nos o que desencadeou o descrédito da Companhia de Jesus sobretudo no século da sua expulsão:

“Los profesores ven como se derrumban las antiguas certezas, sus estrategias didácticas son sometidas a crítica, su autoridad cuestionada y las propuestas de innovación se multiplican, creando una sobrecarga añadida, que en muchas ocasiones no conducen al cambio sino al malestar, a la frustración, a la culpabilidad, al desánimo, al retraimiento, al desencanto, o peor aún al cinismo (Esteve, 1987).”²⁷³

²⁷² José Eduardo Franco será o autor que, actualmente, mais tem produzido, empenhado em desmistificar pressupostos já enraizados na nossa história, herança da produção historiográfica oitocentista. Ainda assim, na exploração que faz do «mito jesuíta», pouco vem acrescentar a autores consagrados, como António Lopes e Domingos Maurício, além de ilibar por completo os jesuítas.

²⁷³ Vicente Mellado, “El conocimiento y el desarrollo del profesorado: el cambio didáctico”, in NETO, António et al. [orgs], *Didácticas e Metodologias da Educação: Percursos e Desafios*, vol. II, [Actas do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias da Educação], Évora, Departamento de Pedagogia e Educação – Universidade de Évora, 2003, p. 676.

Para introduzir as mudanças preconizadas de forma plena, não seria fácil levar os jesuítas a abdicar das suas concepções e práticas docentes, até porque não veriam motivo para transição tão acentuada. Os modelos didáticos a que recorriam, consolidados pela sua própria experiência profissional de quase dois séculos e coroados de êxito por longo tempo (ao menos até meados do século XVII), acentuavam a sua convicção e exerciam, conseqüentemente, uma força de resistência contra a mudança didáctica na preferência por modelos tradicionais de ensino.

Não é menos verdade que há muito se pronunciava o peso desmesurado das Humanidades nos seus colégios, numa altura em que, além de o latim ter perdido terreno face a línguas vernáculas, se enfatizava a necessidade de se investir nas ciências experimentais. A Companhia de Jesus era ainda alvo de crítica por persistir em metodologias e conteúdos sentidos como dissonantes relativamente ao que se defendia como mais moderno e edificante para a formação do Homem. Apesar da proliferação de propostas de inovação, nomeadamente de estrangeirados como Verney e Ribeiro Sanches, na prática o ensino jesuíta procurava incorporar matérias não inteiramente assumidas e autorizadas internamente. Existira o cuidado de se actualizar o estudo da Filosofia²⁷⁴, assim como das ciências ditas naturais ou experimentais, do que constitui claro exemplo a experiência de ensino do P.^e Inácio Monteiro, assim como da Aula da Esfera²⁷⁵ no Colégio de Santo Antão-o-Novo em Lisboa, onde se ministrava, entre outras matérias, Astronomia, Matemática, Mecânica e Ciências Náuticas.

O processo de expulsão dos membros da Companhia de Jesus presentes nas Províncias do Maranhão e do Brasil não se deveu inteiramente aos mesmos motivos. Na primeira, a forte presença indígena obrigava a medidas distintas em termos de racionalização do território – e seus dividendos. Por outro lado, acrescia o facto de esses ameríndios, integrados em missões, se acharem sob a administração de clero regular, com particular predominância da Companhia de Jesus – pela dimensão dos seus aldeamentos, que em muito superavam os das restantes ordens. Não constituíram novidade as exigências feitas pelo então governador Francisco Xavier, sobretudo em

²⁷⁴ Cf. MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Inácio Monteiro (1724-1812): um jesuíta português na dispersão*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

²⁷⁵ Para conhecimento da documentação remanescente na BNL, cf. LEITÃO, Henrique [comiss. Científico], *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera – Manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

termos de condicionamento da acção missionária à esfera estritamente espiritual. Seriam, contudo, as suas recomendações em se diminuir o número de missionários nos colégios do Pará e do Maranhão, considerados supérfluos²⁷⁶. Afinal, tudo isto sugeria uma animosidade e a vontade em afastar os jesuítas, e não apenas a cobiça pelos seus «cabadais».

A sul, é sobejamente conhecida – ou pelo menos largamente discutida - a situação dos setes povos das missões, uma questão levantada com a imposição do Tratado de Madrid. Se, nas margens do Prata, não se obteve o sucesso esperado na transferência dos povos – optando ou pela sua transferência para outra área geográfica, ou passando a estar sob a jurisdição da Coroa portuguesa – em Minas (onde, além disso, não existia propriamente um colégio) esta questão nem se coloca, uma vez que não possuíam missões junto dos índios daquela capitania. Já no tocante ao Nordeste, nomeadamente nas capitanias abrangidas pelo governo de Pernambuco, assistiu-se a uma transição relativamente pacífica das sete missões jesuítas, convertidas em vilas indígenas, seguindo o modelo do *Directório*.

A situação da conquista dos sete povos, por demais aflorada em diversas épocas e recorrentemente usada como argumento a favor da expulsão da Companhia, associado ao crime de lesa-majestade, pela acusação do envolvimento dos jesuítas na conspiração que levou ao atentado de D. José I a 3 de Setembro de 1758 – no conhecido processo dos Távoras – exige, por isso, cuidada apreciação. Considere-se, a este nível, a informação compulsada por Jaime Cortesão²⁷⁷ nos volumes que dedica à transcrição de correspondência trocada. De assinalar um ponto em comum face ao que tivemos oportunidade de estudar relativamente às povoações indígenas missionadas mais a norte: qualquer tentativa de mudança constituía matéria extremamente sensível, de que, não raro, decorria o retorno dos ameríndios à sua condição prévia, abandonando as missões. Não estranhamos, portanto, que alguns destes povos a sul se tenham revoltado, tanto mais que estava em causa, mais do que o domínio sobre as gentes, constituindo-se novos vassallos para o Rei português – na condição de estarem dispostos a mudar de jurisdição – o domínio da terra.

²⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op. cit.*, p. 79.

²⁷⁷ Cf. CORTESÃO, Jaime, *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)*, [Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. VII], Lisboa, BN, 1969.

As extensas léguas atribuídas às aldeias missionadas foram sempre alvo de cobiça por parte dos colonos. Entre os domínios dos Guarani, sobrepunha-se uma questão de estratégia territorial, de definição do poderio das duas coroas ibéricas, em oposição. Sendo as aldeias jesuítas as de maior densidade demográfica, impunha-se que, para sustento próprio, dispusessem de maior número de propriedades ou que estas fossem mais extensas e produtivas. Temeriam, por certo, estes índios que os seus direitos, na transição para a administração portuguesa, fossem fortemente condicionados, se não até reduzidos. Com certeza não estariam receptivos à ideia de terem de passar o fruto do seu trabalho para outros, ou até de se sujeitarem a uma migração forçada para lugares inóspitos, desconfiando, naturalmente, de todas as garantias que os brancos, espanhóis ou portugueses, lhes pudessem dar.

No plano da assistência aos índios aldeados, não poderemos deixar de destacar o papel das reduções jesuítas junto dos Guarani – essencialmente, nas Sete Missões, ao sul, nas imediações do rio Uruguai. Possuindo este tipo de aldeamentos uma rigorosa administração, do ponto de vista educativo veiculava-se não apenas o ensino da leitura e da escrita na língua vernácula, como ainda a especialização “em diversas artes e ofícios mecânicos”²⁷⁸. Há ainda evidências de, em certas reduções, os jesuítas terem acolhido escravos, os quais teriam aprendido não apenas os rudimentos da fé católica, como era habitual, mas inclusivamente a ler e escrever e ainda a prática de alguns ofícios. Este empenho dos missionários não surgira ao acaso, mas antes procurara fazer face à escassez de artesãos que então se verificava²⁷⁹.

Com a questão dos limites impostos pelo Tratado de Madrid (1750), gerava-se na Europa um assinalável movimento que mitificou e generalizou a acção dos jesuítas junto dos índios, muito graças ao posicionamento de autores conceituados como Muratori, Chateaubriand, Voltaire e Diderot. O sentido das reduções guaraníticas, contudo, é notavelmente distinto das missões nordestinas em vários aspectos que convém ressaltar.

²⁷⁸ ARANHA, Maria Lúcia de A., *op. cit.*, p. 164.

²⁷⁹ Luiz Antônio Cunha, “O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata”, in MANFREDI, Sílvia, *Educação profissional no Brasil*, São Paulo, Cortez, 2002, p. 67 e s. apud ARANHA, Maria Lúcia de A., *História da Educação* [...], p. 166.

Antes de mais, esses *pueblos*, *doctrinas* ou paróquias (designações iniciais, correspondentes às *aldeias* no Brasil) encontravam-se, até ao período da discórdia, numa colónia pertencente às possessões ultramarinas da Coroa castelhana, com implicações distintas em termos da sua gestão pelos organismos locais competentes. Situadas na Província do Paraguai, integrada na Assistência Espanhola da Companhia de Jesus, a noção de «redução» evoluiu profundamente, como nota Lacouture, de 1610 a 1760, por via das experiências, sucessos e insucessos vividos²⁸⁰. Em cada uma existiam dois jesuítas: o padre e o vigário – que, de forma análoga às missões do Brasil, corresponderia à figura do superior, o padre responsável pela missão, e pelo seu companheiro de missão, geralmente um coadjutor.

É certo que nestas missões, como definidas por Ruiz de Montoya, viviam os índios de acordo com os seus antigos costumes, embora reduzidos pela diligência dos missionários a viver em localidades de dimensão superior e levados a ter uma vida conforme aos princípios ditos humanos e civilizados²⁸¹. O termo «redução» implica, como se sabe, fazer convergir grupos dispersos para uma vida em sociedade, demograficamente mais alargada. Essa aglomeração fixa a que eram conduzidos – se não mesmo forçados – seria, pois, uma estratégia de pacificação de indivíduos ditos «selvagens» e da sua protecção face aos bandeirantes paulistas. Com efeito, nas primeiras cartas jesuítas evidencia-se a conotação militar, designando as futuras reduções como *oppida christianorum*, fortalezas cristãs²⁸². Já em termos temporais, a hierarquia dita política ou administrativa era indígena, dominada pelo cacique, proprietário legal dos bens comunitários, assim como pelo *corregidor*, encarregado de fazer respeitar a lei²⁸³. A realidade destas missões/reduções era, pois, distinta, acarretando diferentes problemas e vivências, além da complexidade de interpretação da própria designação utilizada.

“L’idée de concentration, de socialisation, de convivialité, premier stade de l’urbanisation, voie royale de la civilisation, est essentielle. [...] La réduction (ou

²⁸⁰ LACOUTURE, Jean, *Jésuites – 1. Les conquérants*, Paris, Seuil, 1991, p. 410.

²⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 411.

²⁸² Idem, *ibidem*.

²⁸³ Idem, *ibidem*, p. 419.

doctrina, ou *pueblo*, ou *aldea*) est donc une sorte de creuset collectif où l'on modèle des civilisés ; une forge à sociabiliser et à convertir, doublée d'une forteresse.”²⁸⁴

Em idênticos princípios se forjara a política de fixação indígena de D. João III, com a criação de aldeias régias de índios, como recordámos em momentos anteriores. Esse mesmo espírito se patenteara no *Directório dos Índios*, chamando o Estado a si a administração das vilas indígenas, em desaprovação das actividades professadas pelos antigos missionários jesuítas. O que havia de diferente no espírito das antigas missões da Companhia, contrariamente aos povoados indígenas sucedâneos, pois se a fixação contradizia os hábitos semi-nómadas, se a disciplina e os hábitos de trabalho eram alheios a um espírito espontâneo, ao sabor das suas necessidades? Lacouture acentua como estratégias de sucesso dos missionários jesuítas junto dos Guaranis a flexibilidade da organização social, a gestão dos equilíbrios entre a autoridade do cacique e as responsabilidades do *cabildo*, a protecção da família nuclear e o espírito de igualdade – o que, globalmente, proporcionara um desvio face aos intentos régios²⁸⁵.

A contestação da presença e qualidade da acção missionária não era um dado novo. Tomando notícia de que certos religiosos se descuidavam na sua obrigação de conversão dos gentios, empregando-se e divertindo-se, para escândalo da sociedade, noutros interesses profanos, D. Pedro II ordenava

“noteficar os Prellados daquellas Relligioins que vedes que com menos fervor e zello se empregão na Conversão das Almas [...] não somente lho mandareis estranhar com rigor, e severid.º mas que procurareis, se extingão as suas Provincias dandoçe os Conventos dellas a outros Rellegiozos que mais dignamente os ocupem, empregandoçe no serviço de M, bem dos proximos e converção dos Gentios”²⁸⁶

No ano seguinte, ordenava ao governo de Pernambuco que se lhe desse uma conta detalhada do número de missões existentes, seus missionários e ainda número dos gentios nelas moradores:

²⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 412.

²⁸⁵ As reduções dos Guaranis tornaram-se mais vulneráveis a partir de 1628, quando Luis de Cespedes se torna governador de Asunción, dada a sua empatia face aos portugueses, possuindo inclusivamente uma plantação de cana de açúcar no Brasil. LACOUTURE, Jean, *Jésuites – I. Les conquérants*, Paris, Seuil, 1991, p. 420.

²⁸⁶ Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco. Lisboa, 15 de Março de 1687. AGUC, VI-III-1-1-3, fls. 17f-17v.

“Governador da Capitania de Pernambuco. Eu El Rey vos envio muito saudar. Por ser conveniente ao servisso de M, e ao meu, saber se os Rellegiozos que nesta Capitania se occupam nas Missoins, e com administração aos sacramentos aos Gentios convertidos a nossa Santa Fé, me mandareis huma Rellação clara e distinta das Missoins, e Rellegiozos que nellas se ocupão, das Aldeas, e do numero dos Gentios, seus moradores para que por ella me possa constar o Servisso que a Deus se faz na propagação e concervação da Ley Evangelica nessa capitania. Escripta em Lx.^a a dezasseis de Março de mil seiscentos oytenta e oyto. Rey”²⁸⁷

Em ambos os casos, assistiu-se a um replicar do que se encontrava nos alvarás de criação e dotação das casas e conventos de religiosos, vindo o monarca português recordar as contrapartidas com que se havia concordado o seu estabelecimento no Brasil. Em face, contudo, dos frutos e sucessos obtidos pelos jesuítas no Ceará – graças à descrição do P.^e Ascenso Gago - o mesmo rei determinou que se edificasse um Hospício da Companhia de Jesus naquela capitania²⁸⁸, o que só se veio a concretizar já em meados do reinado do seu filho, o futuro D. João V, tendo sido alvo de acesas controvérsias por parte dos jesuítas do colégio de Olinda, pela escassez de recursos financeiros que garantissem o funcionamento de ambas as instituições. O interesse da sua fundação estava directamente implicado pela necessidade de assegurar missões com carácter mais permanente em áreas montanhosas, junto à fronteira com o Estado do Maranhão e Pará, além de se revestir de uma importância estratégica, comparando-se a distância face à casa-mãe, o colégio de Olinda. Como tal, observava o Rei:

“Fuy servido rezolver que no Cyará se faça hum Hospicio, ou caza de Rezidencia para assistirem os Padres da Companhia que tiverem a sua conta esta Missam para que desta tal Caza ou Hospicio possam entrar nas serras, e assistir nas Aldeas, servindo como Cabessa principal da dita Missão, em que se criem os subgeitos e possam sahir os operarios para a cultura e ciára das Almas dos Indios continentes naquellas serras, e dividirce para as partes donde forem (23v) necessários e para que tenham os mesmos Missionarios lugar donde se recolham para se refazer do trabalho padecido na sua Missão, ou para se curarem os que adoesserem nella, e para este effeito, me paresseu ordinavros, lhe asigneis terra bastante para nella se plantarem tres Curraes de Gado que tenham cada hum athe quatro centas cabessas”²⁸⁹.

Também o atentado de que fora alvo D. José I teve as suas repercussões do outro lado do Atlântico. Encontrámos curiosa notícia, descrita pelo governador do Piauí, João

²⁸⁷ Idem, *ibidem*, fls. 19v-20f.

²⁸⁸ Resolução de D. Pedro II para Caetano de Mello de Castro. Lisboa, 8 de Janeiro de 1697. AGUC, VI-III-1-1-3, fls. 23v-25f.

²⁸⁹ Idem, *ibidem*, fl. 24f.

Pereira Caldas, onde não se poupa em agradecimentos a Deus o insucesso de tão “sacrilegas emboscadas que formarão, p.^a aquelle horrorosissimo atentado, os infernaes monstros”. Em prova da alegria das populações locais, claramente manipulada pelas autoridades locais, organizaram-se “publicas, e devotas demonstraçoens”, fazendo-se celebrar missas na igreja paroquial da Vila da Moucha, uma delas a pedido do desembargador Francisco Marcelino; “a esta imitação, fez a Camera o mesmo, adiantando porem, as suas demonstraçoens, com hum Acordão, que formou, p.^a todos os annos, se fazer, no dia 3 de 7br.^o, huma prossussão [sic] devotto [sic], em memoria do sobred.^o beneficio” – o de Deus ter poupado a vida do Rei no ano de 1758²⁹⁰.

Surgindo os primeiros ecos do que grassava pela Europa contra a Companhia a partir de Janeiro de 1759, logo em Maio ordenava-se o encerramento das suas escolas.

“No dia 1º de Junho despediram-se os alunos do Seminário, «entre a dor de todos os moradores». Havia mais de 70 anos, diziam eles, que os Jesuítas estavam na terra, e o povo os tinha pedido e obtivera por três decretos reais: do Príncipe Regente D. Pedro, de D. João V, e de D. José I, para os labores do ensino e dos ministérios da religião.”²⁹¹

Por reunião do Conselho a 4 de Maio de 1759, “acedendo às urgentes instâncias do Governador”, decretava-se a vigilância – dissimulada, como se instruíra a 7 do mesmo mês²⁹² - dos Colégios da Companhia por tropa, o confisco dos seus bens, assim como o encerramento das escolas públicas (efectivamente encerradas no dia 10)²⁹³. No dia 8 de Maio, avisava-se os Reitores daqueles dois Colégios de que todos os jesuítas estavam proibidos de exercer os ministérios sagrados, com excepção dos que vivessem nas aldeias indígenas. O ódio que lhes votavam o Governador e o Juiz de Fora arriscou os jesuítas de Pernambuco a uma condição miserável. Procuraram garantir-lhes um razoável sustento diário outros religiosos, como os Franciscanos e os Beneditinos - os primeiros por peditório, os segundos do seu bolso, a que se juntou a benignidade da população olindense, como salientam alguns autores. Fez-se, efectivamente, notar o apoio de moradores e até de outras Ordens Religiosas da Paraíba, em solidariedade para

²⁹⁰ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila da Moucha, 13 de Março de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 7, D. 407, rolo 8, fls. 1f-1v.

²⁹¹ LEITE, Serafim, s.j., *HCJB*, vol. 5, p. 502.

²⁹² Com observação atenta tanto dos movimentos dos jesuítas, como das pessoas que os fossem visitar.

²⁹³ FERNANDES, P.^e António, *op. cit.*, p. 58.

com os jesuítas, assistindo à última festa de S. Inácio a 31 de Julho de 1759. Suceder-se-iam tumultos entre a população em resposta ao encerramento das escolas e consequente privação das novas gerações em termos de oferta educativa de qualidade, o que enfatiza a confiança e credibilidade depositadas nos colégios da Companhia de Jesus pela sociedade em geral²⁹⁴.

A acção da Companhia de Jesus ganhara, progressivamente, furiosos opositores. Questionados pelas suas práticas pouco ortodoxas, pela permeabilidade face às culturas e crenças nativas, e sendo alvo de severas críticas, nem as suas práticas pedagógicas, outrora tão elogiadas e tidas em grande consideração, foram poupadas. Após a literatura caluniosa habilmente urdida – a que faremos, adiante, aprofundada precisão – por Sebastião de Carvalho e Melo e seus lacaios, as mesmas tensões, ainda que a uma escala mais reduzida, mantiveram-se, obstando à concretização da implantação do *Directório*. Para Fábio Rústico, tudo não passara de uma perseguição à própria Igreja, descredibilizando as perseguições e críticas movidas:

“O que podemos nós todos, os velhos catholicos, [...] Contra esses vis comicos da palavra, que reduzem a moral do Christo a um jogo immoralissimo de interpretações e distincções, conforme as pessoas, os tempos e os lugares?”²⁹⁵

Os conflitos do Estado pareciam já direccionar-se para a Igreja como um todo, assistindo-se a uma progressiva restrição dos seus poderes e esferas de actuação, temendo-se a ampliação da sua administração e as suas influências numa escala mais ampla. Entrar em conflito directo com a própria Igreja era, naturalmente, um plano demasiado ousado. Ora a Companhia de Jesus, devendo obediência directa ao Papa, embora usufruindo de uma situação que os colocava numa posição a um tempo privilegiada e independente face ao clero secular, acabou por os constituir como um potencial alvo. Atacar a Companhia de Jesus, desde que contando com o apoio de eminentes membros do clero, em particular bispos, cardeais e o próprio Papa, não seria o mesmo que atacar a Igreja. Após a expulsão dos jesuítas, porém, os conflitos

²⁹⁴ SILVA, Eva Maria da, *Os Jesuítas e a Política Pombalina em Pernambuco no século XVIII*, [Diss. Mestrado em Ciências da Religião], Recife, UNICAP, 2007, pp. 69-70.

²⁹⁵ Fábio Rústico, “Prefácio” in *Cartas sobre a Companhia de Jesus dirigidas aos Reverendos Padres do Collegio de S. Francisco Xavier da Cidade do Recife*, Pernambuco, Typ. Do Jornal do Recife, 1873, p. III. Notório defensor da Companhia de Jesus, afirmava que “Para o jesuíta não ha audiencia possivel no tribunal da razão, no pretorio da honra, na estrada do progresso da humanidade” (idem, *ibidem*, p. IV).

mantiveram-se, desta vez com missionários franciscanos, capuchinhos, oratorianos, beneditinos. Viram-se então estas congregações sujeitas a idêntico inventário dos bens nas suas missões, em observação – aparentemente – das restrições régias no concernente a aquisição de propriedades à margem da lei. Mantendo um diálogo e uma proximidade crescentes face aos bispos, elementos decisivos inclusivamente no processo de expropriação dos bens dos jesuítas, a estes se recorreu para que sancionassem os missionários mais adversos às novas políticas de administração dos índios. Em última instância, seriam pura e simplesmente substituídos por clérigos seculares – como veio a suceder nas sete antigas missões jesuítas nordestinas - os quais seriam de confiança mais próxima da Igreja – logo, agentes mais propensos a acatarem as directrizes recebidas.

13 de Dezembro de 1759 – colocavam-se sentinelas no Colégio. Num curto espaço de tempo, os Padres e Irmãos daquele colégio e suas missões foram ali reunidos, sendo transferidos a 6 de Fevereiro do ano seguinte para o Colégio do Recife²⁹⁶. Assim se extinguia um projecto que levava quase dois séculos a delinear e implementar. Em Janeiro de 1760 procedia-se logo ao Inventário do Colégio e Igreja, no dia 6 de Fevereiro abandonavam os jesuítas o Colégio da Paraíba, logo depois conduzidos a Pernambuco e daí enviados em exílio para a Europa²⁹⁷.

Tanto quanto se sabe, os jesuítas do Colégio de Olinda²⁹⁸, casa da Paraíba, Hospício do Ceará e missões de índios do Rio Grande do Norte – ao menos das que tinham residência fixa, como as aldeias de Guaraíras e Guajirú - teriam partido, sob escolta, do Colégio do Recife a 1 de Maio de 1760, para a embarcação que os levaria até Lisboa²⁹⁹. Ciríaco Fernandes advoga, contrariando muitos autores que mais recentemente têm afluído esta temática, que tanto o Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, como o Desembargador e Ouvidor Geral, Bernardo Coelho Gama

²⁹⁶ Bibl. Vitt. Em., f. gess. 3492/1363 n.º 6 (cat). LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 436.

²⁹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 502-503.

²⁹⁸ O último Reitor do Colégio de Olinda foi o P.º Inácio de Sousa (c. 1704-1764), sucessor do P.º Inácio Pestana (1752), tendo tomado posse em 1755. Natural de Lisboa, veio a ser para aí exilado em 1760, e daí seguiu para Itália, falecendo em Roma, no Palácio de Sora, a 8 de Julho de 1764. Escreveu as ânua de 1731 e 1732. Idem, *ibidem*, pp. 431-432.

²⁹⁹ FERNANDES, P.º António Paulo Ciríaco, s.j., *Missionários Jesuítas no Brasil no tempo de Pombal*, 2ª ed. [corrigida e muito aumentada], Porto Alegre, Liv. do Globo, 1941, pp. 54-55.

Casco, eram amigos dos jesuítas, tratando-os “sempre com suma benignidade e respeito”³⁰⁰ – de resto, como tivemos ocasião de apurar, este último continuaria a preferir o recurso à velha arte de gramática condenada pelas reformas (Cf. Capítulo VIII).

Também o Bispo de Olinda, D. Francisco Xavier Aranha, adiou a execução da ordem de ser reformador dos jesuítas – que iniciou a 9 de Janeiro de 1759 - e evitou a distribuição dos panfletos difamatórios que recebia contra aquela ordem. Já o Juiz de Fora de Olinda, Miguel Carlos Caldeira, por seu turno, seria fiel executor das ordens de Sebastião José. Uma vez enviado a Pernambuco, não tardou em as fazer aplicar nas capitanias daquele governo. Entretanto, Luís Diogo Lobo da Silva intimou o Reitor de Olinda de que os dois jesuítas estrangeiros, P.^e João Nepomuceno Szulga e o Ir. Codjutor Jácome Barca deveriam embarcar de imediato para Lisboa e remetidos para o espaço do antigo Colégio de Santo Antão. Em nova missiva dirigida para os reitores de Olinda e Recife, avisava-os estar vedada toda e qualquer comunicação entre os Jesuítas e o Governador e seus familiares³⁰¹.

De modo análogo, também na vizinha Bahia algumas autoridades viam com apreensão a mudança imposta na administração das aldeias indígenas. Foi o que sucedeu aquando da constituição do Tribunal de Consciência e Ordens na Bahia, cujos membros eram, inicialmente, os desembargadores José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho e Melo, António de Azevedo Coutinho e Manuel Esteves de Almeida e Vasconcelos Barberino, juntamente com o Arcebispo D. José Botelho de Matos³⁰². Com efeito, e dando mostras de indecisão, o desembargador José Mascarenhas transmitiu a Sebastião José o seu posicionamento pessoal relativamente às medidas a implementar no concernente às aldeias indígenas sob administração jesuíta³⁰³.

Apesar do pressuposto apreço e consideração do governador de Pernambuco, a tentativa de criação de uma nova província da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 55.

³⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 57.

³⁰² Que, por ser mais afecto à Companhia, renunciou à mitra a 12 de Setembro de 1759, alegando a sua avançada idade.

³⁰³ COSTA, D. Marcus de Noronha da, *A prisão e sequestro dos bens dos Padres da Companhia de Jesus na Baía pelo Vice-Rei, o VIº Conde dos Arcos*, Lisboa, [s.e.], 1999, pp. 17-18.

colocaria a sua posição em xeque, forçando-o a tomar medidas. Esta manobra constituiu uma diligência de recurso de alguns membros da Companhia de Jesus, num apelo directo ao Papa. Procurando contornar as disposições em vigor, aqueles jesuítas usaram da influência de que a Companhia gozava em Roma, com a particularidade de - pressupostamente - ter decorrido à revelia do novo provincial do Brasil. Acabaria, de qualquer modo, por não surtir qualquer efeito. O governador Luís Diogo Lobo da Silva demonstrou não só estar a par das estratégias sub-reptícias levadas a cabo, como procurou distanciar-se ao máximo de tais propósitos contrários às ordens régias.

“Constando a S. Mag.^e Fidelissima, as vigurozas diligencias, que V. Rev.^{as} tem feito na Corte de Roma, para obterem o estabelecimento de huã nova Provincia da sua Religião, chamada do Ryo de Janeyro, composta dos conventos que intentão desmembrar da Provincia da Bahia, sem faculdade Regia, que lho permita, nem terem feito ao dito Snr. Sabedor deste facto, de quem o tem recatado, como estão ainda praticando, e fazendoselhe intoleravel huã tão grande liberdade, hé o mesmo Snr. servido advista a V. Rev.^{as}; e aos mais Religiozos da sua Religião destas Cap.^{nias} se abstenhão não só de virem ao Pallacio da minha rezidencia, mas de terem a menor ingerencia, e comunicação com a minha familia, segurando-lhe ao mesmo passo, que não reconheço, nem reconhecerey nunca o Provincial clandestino chamado do Ryo de Janeyro, nem outro que o substitua, enquanto Sua Mag.^e recorre a Sée Apostolica sobre esta materia, tanto do seo Real dezagrado, pela intentarem, sem que precedesse permissão que lho facultasse, estando situados nos seus dominios, em que gravemente, e com escandalo geral se afastarão do que devião, fazendo-se credores do justo resentimento do mesmo Snr.

Reciffe em doze de Janeyro de 1759/ Luiz Diogo Lobo da Sylva/ R.^{do} P.^e Reytor do Collegio de Olinda”³⁰⁴.

Em desespero de causa, os jesuítas que se encontravam nas capitanias anexas a Pernambuco terão procurado o apoio do governador, mas sem sucesso, como era esperável em face das circunstâncias.

³⁰⁴ Em anexo ao Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

9.2. Os últimos missionários das Sete Missões Nordestinas

“Aos Padres da Companhia
Que vivem necessitados
Deixo todos os meus peccados
E a noyte, e mais o dia”

[s.a.], “Petição que fás o Marquez de Pombal”,
apud *Miscelânea*. BNL, FR 273, fl. 38

Ao fazer-se uma retrospectiva do investimento da Companhia ao longo de cerca de duzentos anos, os números não deixam de impressionar, muito embora pareça não existir consenso entre os autores. Segundo Holanda, teriam saído do Brasil mais de quinhentos – contando-se entre padres, irmãos, assim como alguns noviços - sendo “do Pará 115, Pernambuco 119, Bahia 133, Espírito Santo 17, Campos 4, Rio 107, Santos 11, São Paulo 23, Paranaguá 5”³⁰⁵. Pedro Calmon, por seu turno, apresenta um total de 2284 jesuítas saídos da América – o que englobará as possessões portuguesas, assim como as espanholas³⁰⁶.

Contabilizando-se o conjunto de expedições que seguiram para o Brasil com jesuítas, aponta-se um total de 361³⁰⁷ ao longo de 215 anos, “sendo 75 no século XVI, 190 no século XVII e 96 no século XVIII, numa média de 16 missionários enviados cada ano”³⁰⁸, na sua maioria portugueses, além de se contarem igualmente italianos, «espanhóis», alemães, flamengos e polacos.

³⁰⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de, *op. cit.*, p. 43.

³⁰⁶ Relativamente à Bahia, indica o autor como referência *Invent. dos Docs.*, I, p. 398; *An. do Arq. Público da Bahia*, VIII, p. 24 (cauteladas tomadas pelo Governador Marquês de Lavradio, para o embarque); relativamente a Pernambuco, CAEIRO, *Desterro dos Jesuitas*, p. 167; para o Rio de Janeiro, VARNHAGEN e nota de R. GARCIA, *Hist. Ger.*, IV, p. 178; finalmente, face ao Pará, Memórias Inéditas do Bispo do Pará, p. 156. O número total é apontado por Ramón Insúa Rodríguez, *Historia de la Filosofía en Hispanoamérica*, 1949, p. 127. CALMON, Pedro, *História do Brasil: Séc. XVIII/ Séc. XIX*, vol. IV, Rio de Janeiro, Livr. José Olympo, 1959, p. 1158.

³⁰⁷ A este nível, Joel Serrão é mais impreciso, apontando um total de “perto de quinhentos para o Brasil”. SERRÃO, Joel [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Fiança, 1992, p. 366.

³⁰⁸ LOPES, António, s.j., *A Primeiríssima Casa da Companhia de Jesus no Mundo e a Expansão Missionária de Portugal*, [col. Biblioteca Evangelização e Culturas], [s.l.], Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 séculos, 1994, pp. 33-64.

Quadro 9 - Expedições Missionárias Jesuítas para a América Portuguesa

	N.º global de expedições		Província do Brasil		Província do Maranhão		TOTAL de missionários por século
	Ultramar	Brasil	N.º de expedições	Missionários	N.º de expedições	Missionários	
Séc. XVI	96	41	41	217	-----	-----	217
Séc. XVII	190	63	32	254	31	147	401
Séc. XVIII	75	25	13	81	12	243	324
TOTAIS	361	129	86	552	43	390	942

Relativamente a essas vagas de missionários que aportaram no Brasil, António Lopes, apoiando-se no cruzamento de várias fontes, avança com alguns números e datas mais concretos, não só quanto às expedições que partiram de Lisboa para esta colónia, como para todo o Ultramar. De acordo com os seus números, no período de 1549 a 1756 – data da última viagem – seguiram para o Brasil 217 missionários no século XVI, 401 no século XVII e 324 na última centúria, perfazendo um total de 942 (entre sacerdotes, coadjutores, estudantes, uns poucos noviços e alguns para entrar na Companhia). Convém salientar, nomeadamente para os século XVII, que estes números não devem ser entendidos rigorosamente, porquanto se registou o regresso de uns e o falecimento de outros tantos (cf. Anexo 5). De notar a inflexão de missionários rumo à Província do Brasil no século XVIII comparativamente com o fluxo direccionado para a Província do Maranhão, tendo mais que duplicado o valor com destino à primeira.

Ainda assim, como sublinha Francisco Rodrigues, muito embora as missões do Oriente tenham sempre registado uma maior adesão e entusiasmo por parte dos missionários, contando inclusivamente com uma maior frequência das expedições, assistiu-se a um redobrar de expedições rumo ao Brasil nas vésperas da expulsão da Companhia. A última expedição para a Província do Brasil de que o autor teve conhecimento data de 1739, tendo embarcado 12 noviços. Ainda assim, não duvida de que muitas mais se terão entretanto realizado. Já para a Província do Maranhão seguiram entre 1750 e 1756 em quatro expedições, um total de 37 religiosos: “7 em 1750, 4 em 1751, 17 em 1753, e 9 em 1756”³⁰⁹.

³⁰⁹ RODRIGUES, Francisco, s.j., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo IV, vol. 1, Porto, Liv. Apostolado da Imprensa, 1950, p. 220. Apesar de veicular estes importantes dados, não se alonga Francisco Rodrigues quanto ao estado das missões no Brasil.

Serafim Leite faculta-nos, de igual modo, dados não menos importantes para uma compreensão da dinâmica da formação de novos membros da Companhia.

Quadro 10 - Número e naturalidade dos jesuítas da Província do Brasil³¹⁰

Catálogos	Portugueses				Estrangeiros		Total
	Nascidos		Nascidos				
	fora do Brasil		no Brasil				
1549	5	83,40%	---	---	1	16,60%	6
1574	88	80,00%	16	14,50%	6	5,50%	110
1610	125	75,20%	28	17,00%	12	7,80%	165
1654	106	62,40%	59	34,70%	5	2,90%	170
1698	174	57,20%	113	37,20%	17	5,60%	304
1732	184	53,30%	164	45,30%	5	1,40%	362
1757	244	51,40%	210	44,40%	20	4,20%	474

A partir do que é apresentado, deduzimos ter existido uma diminuição gradual da vinda de missionários nascidos no estrangeiro. Ainda assim, de acordo com o catálogo de 1757, pouco mais de metade dos jesuítas da Província do Brasil eram oriundos de fora desta colónia. Já no caso da Vice-Província do Maranhão e Pará, 86,50% (134) eram portugueses nascidos fora do Brasil, contra apenas 5,20% (8) nascidos no Brasil e 8,30% (13) estrangeiros. Segundo destaca o mesmo autor, a maioria dos missionários do Brasil que não eram oriundos desta colónia eram provenientes de Portugal continental.

Na relação com os índios, uma das expressões mais repetida e que se converteu num autêntico lugar-comum foi a de se acusar os membros da Companhia de Jesus de usarem de métodos particularmente violentos no tratamento dos gentios brasílicos, construindo-se a partir uma – pretensa - perfeita antítese face ao posicionamento do Estado na defesa da liberdade dos índios. Teremos, necessariamente, de nos deter neste ponto: antes de mais, a propósito dos fundamentos de tais acusações; por outro lado, o que efectivamente se pretendia provar através da chamada legislação indigenista que, de resto, se vinha manifestando desde há muito. Seriam os jesuítas declarados carrascos, usando de métodos desumanos no acolhimento que faziam aos índios nas suas aldeias?

³¹⁰ In LEITE, Serafim, s.j., *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 237.

Seria a Coroa portuguesa particularmente sensível aos direitos humanos e laborais dos ameríndios do Brasil?

Nesta pressuposta luta “contra a violência com que os Jesuítas os tinham reduzido a dura escravidão”³¹¹ – expressão, de resto, repetida até à exaustão – subjaz, afinal, o reconhecimento da extraordinária vantagem em que qualquer missionário mais hábil se encontrava ao administrar aqueles povos nativos. Relativamente às demais ordens religiosas, seria mais fácil pressionar a favor das determinações régias, dos governadores e capitães, das Câmaras, mais que não fosse por recurso ao estreitamento de relações entre autoridades locais – civis e militares – e a hierarquia da Igreja católica, nomeadamente na figura do bispo diocesano. Mas como se vinha experimentando cada vez mais, a resistência dos jesuítas era reforçada pela sua extraordinária desenvoltura e capacidade de argumentação em matérias como defesa dos direitos dos índios em situações de trabalho assalariado, conquista de mais sesmarias de modo a garantir a sobrevivência de aldeias com uma densidade populacional cada vez maior – nomeadamente por nelas serem incluídas nações de índios reduzidas por guerra justa – contestação quanto ao excessivo número de índios contratados para trabalhar fora da aldeia durante um grande período de tempo, sem falar na resistência às requisições arbitrárias para serviço militar a ser prestado a longas distâncias.

Falar, portanto, da restituição da liberdade dos índios, bens e comércio, requer alguma cautela. Primeiro, porque com a aplicação das novas leis josefinas não lhes foi restituída a liberdade em que originalmente viviam, numa comunhão com a natureza livre da presença de elementos estranhos ao grupo. O entendimento que se fazia, na altura, de “liberdade natural” também não corresponde ao mesmo conceito actualmente defendido. Antes de entrarmos numa discussão em torno do sentido da legislação da época, a própria epistolografia oficial nos dá pistas quanto à interpretação feita. De certo modo, a noção de «liberdade» que interessava ao Estado português estava longe de se constituir uma garantia dos direitos dos cidadãos – ou dos vassalos – gentílicos. Na verdade, a situação que lhe fora directamente oposta era a do «cativeiro» a que alguns sujeitavam os ameríndios, privando o Estado do usufruto do serviço daqueles vassalos que importava distribuir pelo território, contribuindo com o seu trabalho para a

³¹¹ Ofício dos oficiais da Câmara da Vila de Moucha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila da Moucha, 21 de Setembro de 1761. AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 491, rolo 10.

construção de edifícios públicos e para o florescimento da economia local, garantindo a segurança de fronteiras internas, pensando, de modo particular, nos ataques perpetrados por índios de nações inimigas - e, conseqüentemente, contribuindo tudo isto para o desenvolvimento das populações.

O P.^o António Fernandes será dos poucos autores a destacar serem de facto em número de sete as aldeias de índios sujeitas aos jesuítas de Pernambuco ao tempo em que recebem ordem de expulsão – entenda-se, Colégio de Olinda.

“Sete eram as aldeias de índios sujeitas ao cuidado dos Jesuítas de Pernambuco, cinco das quais, situadas no Ceará, lhes tinham sido confiadas por D. João V, com esperança de as ver habitadas novamente pelos índios que as tinham abandonado. Os Jesuítas conseguiram de facto repovoá-las em pouco tempo, mas esta prosperidade não devia durar muito, porquanto foi enviado o Ouvidor Casco para o Ceará, com ordem de as converter em vilas, seguido de novos sacerdotes, e empregados públicos que as deviam administrar.”³¹²

Ainda que com pouca precisão, o entendimento que esse jesuíta faz daquelas antigas missões não anda longe da verdade exibida pela documentação oficial a que tivemos acesso e de que se tem, de resto, conhecimento comum. Aquele conjunto de missões surgira na primeira metade do século XVIII, muito embora seja preciso recuar à segunda metade da centúria precedente para assistirmos a tentativas de evangelização de índios, nomeadamente em Ibiapaba, Guaraíras e Guajiru (estas últimas no Rio Grande do Norte).

Confrontados com a saída súbita e forçada dos padres jesuítas, as reacções dos índios foram, contudo, distintas. Se em Ibiapaba se declaravam como livres no tempo dos jesuítas, contrariando o dizer do novo administrador, em Paupina estavam particularmente dispostos a tornar para os matos e os de Paiacú escusaram-se a trabalhar sem o devido soldo, preferindo fugir dali, passados cerca de quinze dias, tornando apenas quando voltassem os seus missionários. Em Parangaba, só sob pena de morte foram convencidos a não se revoltar. Nas demais aldeias, sublinha Fernandes, a fuga daquelas vilas indígenas veio a verificar-se mais tarde. Nas missões do Rio Grande do Norte, foram também dali expulsos os jesuítas no mês de Junho. Os índios, de acordo com Fernandes, demonstraram a sua consternação e procuraram convencer os seus missionários a acompanhá-los rumo ao sertão interior. O desembargador Gama Casco

³¹² FERNANDES, P.^o António, *op. cit.*, p. 60.

reconheceu, mais tarde, como os missionários souberam apaziguar os índios, nomeadamente em Ibiapaba. Além de não os terem incitado à rebelião, promoveram a permanência dos índios naqueles mesmos povoados, muito embora com diferente administração temporal e espiritual. A 2 de Junho chegava aquele mesmo desembargador e ouvidor-geral de Pernambuco a Ibiapaba, com vista à erecção da Vila Viçosa Real, tendo encaminhado os seus missionários para o Hospício do Ceará - o superior daquela missão, contudo, por ser de nacionalidade estrangeira, seguiu em primeiro lugar. Também os que se achavam em Caucaia, Paupina, Parangaba e Paiacú seguiram para aquele Hospício. Daí partiriam, meses volvidos, rumo a Olinda.

Somente em Dezembro de 1759 se recebiam ordens régias com vista a se guardar com sentinelas os Colégios dos Jesuítas, tendo, para isso, o Governador disposto guardas às portas das igrejas e vestíbulo, assim como no pátio interno dos dois Colégios de Pernambuco. Dá-se a vinda para Olinda de dois jesuítas que haviam sido presos na aldeia de Urubu-mirim: o P.^e Nicolau Botelho e o Ir. Coadjutor João Baptista. Nesta aldeia encontrava-se, efectivamente, uma residência da Companhia, criada em terras doadas não ao colégio de Olinda, mas do Recife, onde estavam igualmente implantadas a aldeia de S. Brás e a aldeia do Colégio ou da Barra do Colégio (esta última mencionada na relação de 1728), a cerca de 7 léguas da vila do Penedo.

Quanto aos jesuítas da Paraíba, cuja casa (incluía tanto o colégio como o seminário) fora cercada a 13 de Dezembro, seguiram para o Colégio do Recife, aonde chegaram em vésperas de Natal³¹³. Do Ceará viriam também alguns jesuítas, cujo Hospício fora colocado sob vigilância em Novembro de 1759 e cercado na noite de Natal. Embarcaram para o Recife a 9 de Fevereiro, chegando após 19 dias de viagem³¹⁴. Eram, tanto quanto se sabe, em número de dez, a saber (introduz-se a negrito informação complementar):

³¹³ Seis jesuítas embarcavam, assim, da Paraíba rumo ao Recife, a 20 de Dezembro, chegando após dois dias. Eis os seus nomes: o Vice-Reitor P. José Xavier, P. Domingos Gomes, P. José da Rocha, P. Teodósio Borges, P. Inácio Garcia e o Ir. Coad. José Lopes. FERNANDES, P.^e António, *op. cit.*, pp. 65-67.

³¹⁴ Idem, *ibidem.*, p. 69.

o Superior, P.^e Manuel Franco
P.^e Francisco de Lira
P.^e João de Brito
P.^e Inácio Gomes – **Superior de Parangaba**
P.^e Manuel Lima
P.^e José Inácio – **Superior de Caucaia**
P.^e João Sales – **Superior de Paupina**
Ir. Coad. Manuel Macedo
Ir. Coad. Jacinto Fonseca – **missionário em Caucaia**
Ir. Coad. Manuel Ferreira – **missionário no Paiaçú**

A percentagem de jesuítas missionários era maior, o que destaca a relação da criação e funcionamento do Hospício do Ceará enquanto instituição intermediária na gestão das missões daquela Capitania, embora todas elas figurando como anexas ao Real Colégio de Olinda.

No tempo em que permaneceram sitiados no Colégio do Recife, houve alguns jesuítas que renunciaram à vida religiosa, sob pressão do Juiz de Fora Miguel Caldeira. Baseando-se nos dados de Caeiro, Ciríaco Fernandes indica os nomes desses seis jesuítas³¹⁵ (introduz-se a negrito informação complementar):

P.^e António Salgueiro – do Recife
P.^e Manuel Moreira
P.^e José Caetano – **dado como missionário em Paiaçú**
Ir. Coad. José Freire
Ir. Coad. Manuel Ferreira – **missionário do Paiaçú**
Ir. Coad. José Lopes – **da Paraíba**

6 de Fevereiro de 1760: expulsão de todos os jesuítas do Colégio de Olinda, transportados para o Recife. De acordo com Fernandes, seriam apenas 21, a saber (introduz-se a negrito informação complementar):

o Reitor P.^e Inácio de Sousa,
P.^e Joaquim Ribeiro,
P.^e Tomás da Costa,
P.^e Nicolau Rodrigues,
P.^e Vicente Gomes,
P.^e António Álvares – **Superior do Guajirú**
P.^e Manuel Rego,
P.^e João Menezes,
P.^e João Nevez,
P.^e José Amorim³¹⁶, - **dado como estando em Paupina**
P.^e Jerónimo Veloso,

³¹⁵ FERNANDES, P.^e António, *op. cit.*, p. 70.

³¹⁶ Não consta, porém, do catálogo de 1757. Seria possível que tivesse entretanto sido substituído?

P.º António Dantas – **missionário de Paupina**
P.º Manuel Pinheiro – **Superior de Guaraíras**
P.º Manuel Anchietá,
P.º José Caetano³¹⁷, - **dado como estando no Paiacú**
P.º Manuel Moreira,
Ir. Coadj. João da Silva,
Ir. Coadj. Domingos Brito,
Ir. Coadj. António Faria,
Ir. Coadj. José Freire,
Ir. Coadj. Inácio da Silva³¹⁸.

O que significara, pois, a opção de se expulsar unicamente os religiosos daquele colégio e não todos os que aí haviam sido reunidos? Note-se que se excluía os nomes dos que provieram da Paraíba e ainda que, do conjunto de 16 missionários das 7 aldeias jesuítas adstritas a Olinda, somente três (conforme o catálogo de 1757, podendo ir até 5) constam da lista dos que foram expulsos de Olinda a 6 de Fevereiro de 1760. Com efeito, recordamos, o P.º Rogério Canísio, superior de Ibiapaba, já havia sido deportado anteriormente, por ser de nacionalidade alemã.

A selecção dos religiosos a serem expulsos nas várias vagas não obedeceu ao critério da aldeia em que se achavam ou da capitania em que a mesma se achava implantada. Entender os motivos que levaram a semelhantes escolhas não é inteiramente fácil. Segundo Ciríaco Fernandes, baseando-se nomeadamente nos dados constantes no *Status Provinciarum Transmarinarum Antiquae Assistentiae Lusitanae Soc. Iesu Tempore Persecutionis Pombalinae. 26 Setembro 1759 – 5 Setembro 1760*, Olissipone, 1906, no referente à “Provincia Brasiliensis”, pertenciam ao Colégio do Recife os seguintes jesuítas (introduz-se a negrito informação complementar):

Reitor, P.º António Antunes
P.º António Pais
P.º António Cunha
P.º Cornélio Pacheco
P.º Francisco Gouveia – **Superior do Paiacú**
P.º António Couto
P.º Luís Gonzaga – **missionário das Guaraíras**
P.º José Pereira
P.º João Antunes – **missionário de Ibiapaba**
P.º António Salgueiro
Escolást. João Pereira Albarínio

³¹⁷ O seu nome também não consta do catálogo de 1757, colocando-se, uma vez mais, a questão de ter sido entretanto substituído.

³¹⁸ FERNANDES, P.º António, *op. cit.*, p. 67.

Ir. Coad. Manuel Cruz
Ir. Coad. João Paulo
Ir. Coad. Manuel Dinis
Ir. Coad. João Gonçalves
Ir. Coad. Francisco Rodrigues
Ir. Coad. Manuel Vaz – **missionário em Parangaba**

Pelo cruzamento de dados, nomeadamente com o Catálogo trianual da Companhia de 1757, percebemos que vários pertenciam, efectivamente, a missões de Olinda e não ao Colégio do Recife ou a alguma das poucas aldeias pertencentes a esta casa.

A embarcação que os levaria para o Reino, a famigerada nau Capitânia, tinha capacidade para apenas 16 beliches. Com um total de 53 jesuítas - um dos quais sacerdote da Província da China, o P.^e João Simão - houve necessidade de sobrepor os leitos, conseguindo, ainda assim, construir apenas 48³¹⁹. Poderemos, a partir de semelhantes dados, inferir sobre as difíceis condições em que viajaram, pois nem para se acomodarem, nem para se proverem dos necessários mantimentos aquela nau fora suficiente. Acresce ainda que aquela mesma embarcação havia sido recentemente tomada por Gomes Freire à Companhia³²⁰.

Com o encerramento dos colégios no Brasil, na passagem da administração das aldeias missionadas para outros clérigos, com consequente conversão das missões mais significativas em vilas e povoações indígenas, os membros da Companhia de Jesus viveram tempos assaz difíceis até serem remetidos para o reino e enfrentarem o exílio, com a consequente extinção por bula papal.

Embarcaram os que vieram para o Recife no dia 1 de Maio de 1760, levantando ferro daquele porto no dia 5. Abrasados pelo calor no porão, num espaço tão exíguo para tanta gente, e escasseando sobremaneira a água, alguns jesuítas não resistiram. Foi o caso de dois padres já de alguma idade, Vicente Gomes, a 11 de Maio e, no dia seguinte, Cornélio Pacheco³²¹. Mais tarde, a 16 de Junho, expirava o grande missionário de Olinda, o P.^e Francisco de Lira, quase com 80 anos de idade. No dia 26 do mesmo

³¹⁹ FERNANDES, P.^e António, *op. cit.*, p. 71.

³²⁰ Chegara a servir para as deslocações do Provincial nas visitas que fizera aos Colégios e demais casas inicianas.

³²¹ Diz Ciríaco Fernandes ser o primeiro já septuagenário e o segundo contar com mais de 60 anos de idade. Idem, *ibidem.*, p. 74.

mês, falecia o Ir. Coad. João Paulo. A falta de água potável (que não era dispensada, embora a houvesse) e a má qualidade do ar poderão estar na origem destas mortes, sobretudo nos de idade avançada e/ou com um sistema imunitário mais debilitado.

Os que resistiram a esta provação aportaram em Lisboa dia 26 de Junho de 1760, onde os aguardava um navio cargueiro de Génova. Ali se juntariam aos jesuítas da Bahia e do Rio de Janeiro. De salientar como a totalidade dos que se haviam reunido no Recife, em número de 53, tiveram como destino não os cárceres do Reino mas uma imediata extradição. Fora esse o plano inicial, que veio, não obstante, a ser contrariado devido a doença ou extrema debilidade de 16 deles, razão que motivou o seu encaminhamento para os cárceres de Azeitão. “O Colégio de Pernambuco era aí representado pelo P. António Paes, cego, e Irmão Coadjutor, Manuel Cruz”³²². Por este tempo, foram convencidos a abandonar a Companhia alguns jesuítas. Estranhamente, dos nomes listados abaixo, apenas os dois primeiros constam da lista dos que foram referenciados como tendo embarcado nesta data para Portugal. De acordo com Caeiro, todos eles pertenciam ao Colégio de Pernambuco (introduz-se a negrito informação complementar):

P.^o António Álvares – **superior do Guajiru**
P.^o Manuel Anchieta – colégio de Olinda
Escolást. Teodoro Carvalho
Escolást. Manuel Rodrigues
Escolást. Jerónimo Carvalho
Ir. Coad. José Acácio

Para Roma partiram os restantes, levantando âncora a 28 de Junho daquele ano, passando a Cività Vecchia a 21 de Julho e só daí alcançando Roma. O P.^o António Ciríaco Fernandes, tendo igualmente analisado esta temática, serviu-se das informações da época, reunidas pelo P.^o José Caeiro num manuscrito em latim, em parte ainda inédito: *De Exilio Transmarinarum Provinciarum Lusitanae Assistentiae Societatis Iesu sub Marchione Pombalio Ministro XVIII saeculi codicem ineditum scripsit Pater Josephus Caeiro eventorum quae narrantur aequalis* (Sobre o exílio das Províncias Transmarinas da Assistência Portuguesa da Companhia de Jesus durante o ministério do

³²² Idem, *ibidem*, p. 76.

Marquês de Pombal, manuscrito inédito do século XVIII pelo Padre José Caeiro, contemporâneo dos sucessos)³²³.

Um dos grandes missionários das missões olindenses para o século XVIII foi, sem dúvida, o **P.^e Francisco de Lira**. Originário das Ilhas (“Insulanus”), muito provavelmente de S. Miguel, ingressara aos dezoito anos na Companhia, a 20 de Outubro de 1694. Torna-se professo do quarto voto a 28 de Outubro de 1723. Tendo sido Superior de várias missões de índios anexas ao colégio de Olinda, esteve à frente de Ibiapaba em 1716, 1719, 1720 e 1722, conforme os catálogos indicam. Em 1740 surge integrado na Casa da Paraíba, de que foi seu Superior até 1743. Em 1746 surge como Superior do Real Hospício do Ceará, passando em 1748 para “operarius”. Em 1757 continuava nesta mesma residência jesuíta, com a indicação de “Praefectus rerum spiritualium, Confessarius Nostrorũ, et ad Crates Consultor, Operarius”. Não temos dúvidas, pela sua experiência no contacto directo com os índios e com a realidade das missões, que terá sido um elemento vital para a formação de novas gerações de missionários até à data da sua expulsão das aldeias de índios missionadas, adstrictas ao Colégio de Olinda. Dada a sua idade avançada, expiraria aos 80 anos de idade na viagem Recife-Lisboa, a dez dias do porto de destino.

Ponderemos, agora, o percurso dos últimos superiores e seus companheiros das sete missões adstrictas ao Real Colégio de Olinda – de quem se apresenta maior detalhe no Apêndice Documental (cf. Anexo 11) No percurso destes homens, não podemos deixar de notar a preferência de jesuítas do quarto voto para as missões de maior envergadura, o que respondia ao estabelecido nos regulamentos da Companhia de Jesus no concernente à administração as aldeias indígenas. De salientar, porém, que poderiam ser superiores coadjutores espirituais, facto que dependia da disponibilidade de recursos humanos devidamente capacitados e habilitados tanto para liderar uma aldeia, como para comunicar habilmente com os nativos.

Tivemos oportunidade de observar a existência de disparidade em alguns casos da data da obtenção do grau, a partir do que consta nos catálogos da Companhia, um

³²³ Este documento foi encontrado e copiado da Biblioteca Real de Bruxelas pelo P.^e António Vaz Serra e traduzido do latim pelo P.^e Manuel Narciso Martins. Publicou-se, enfim, pela Academia Brasileira de Letras em CAEIRO, P.^e José, s.j., *Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII)*, [Primeira publicação após 160 anos do manuscrito de José Caeiro], Bahia, Escola Tipográfica Salesiana, 1936.

dos quais ainda da década de 50, outro bastante posterior, já ao tempo da expulsão. Observamos, ainda, não constarem da lista de jesuítas ex-patriados para os Estados Pontifícios alguns indivíduos. No entanto, ao cruzar-se com outras fontes, percebemos que a lista do AHTC³²⁴ tem dados da década de 70 em diante. De salientar que apenas um jesuíta professo do quarto voto abandonou a Companhia, logo à chegada a Lisboa.

Partindo a maioria deste grupo de missionários – com excepção de Rogério Hundt - do porto do Recife a 5 de Maio de 1760 na nau Capitânia, chegariam a Lisboa a 26 de Junho do mesmo ano, tendo alguns falecido a bordo em tão dura viagem, como observámos. De entre os que, entretanto, abandonaram a Companhia, estando ainda sitiados no Colégio do Recife, figuram dois jesuítas provenientes da aldeia do Paiacú: o P. ^e José Caetano e o Ir. Coad. Manuel Ferreira. Todos os outros seguiram para Roma, partindo a 28 de Junho de 1760, não sem antes passarem por Civitá Vecchia a 21 de Julho. Deste conjunto de missionários, a maioria seguiu para Itália, onde vieram a falecer. Apenas um, Rogério Canisio Hundt, morreu em Portugal, nos temíveis cárceres de S. Julião da Barra.

Torna-se imprescindível, para melhor se avaliar o percurso e experiência destes homens de fé e de acção, saber ao certo onde teriam estado e que cargos haveriam desempenhado na última década anterior à expulsão da Companhia daquela Província da Assistência Lusitana. Optamos por primeiro atender ao percurso e destino dos Superiores das sete missões olindenses, só depois atendendo aos dos seus companheiros naquelas diligências assistenciais em meio indígena.

O **P.^e Rogério Caniço**, mencionado no “Catalogus Ius Nominum ordine alphabetico descriptorum – Patres”, de 1757³²⁵, era natural de Colonia. Originário de Olpe (Alemanha), onde nascera a 21 de Novembro de 1711, entrou na Companhia Jesus na Província do Reno Inferior, a 23 de Outubro de 1731³²⁶, aos vinte anos. Terá tomado o seu apelido – Canísio - provavelmente inspirando-se na experiência e labor do

³²⁴ Todos os que se indica estarem no Recife quando expulsos quer dizer que foram ali reunidos antes de virem para Portugal.

³²⁵ Na letra R, remetendo para a pág. 9. Bras. 6, 420f, n.º 94.

³²⁶ Muito embora, como menciona o autor, surja nos Catálogos como tendo entrado a 17 de Outubro de 1731. LEITE, Serafim, *HCJB*, vol. 8, p. 130.

também jesuíta P.^o Pedro Canísio (1521-1597)³²⁷, que se destacou no século XVI pela luta contra o avanço do Protestantismo na Alemanha, Áustria e Boémia. Este mesmo jesuíta quinhentista havia conhecido um dos fundadores da Companhia, Pedro Fabro, na Universidade de Colónia. Ora foi precisamente em Colónia que nascera Rötger Hundt. Figura, na qualidade de teólogo, entre a lista de nomes dos naturais de Olpe que mais se destacaram³²⁸. De acordo com Serafim Leite, Rogério Canísio (Hundt)³²⁹ distinguira-se pela sua actividade missionária.

Embarcando para o Brasil no ano de 1742³³⁰, os Catálogos só o dão como presente no Hospício do Ceará, mais concretamente em Aquiraz, em 1745. A autorização da sua vinda terá sido conseguida, por intervenção directa do Geral Michelangelo Tamburini³³¹. Jesuíta professo do quarto voto, a sua profissão foi realizada a 2 de Fevereiro de 1748, numa altura em que já tinha passado pelo Hospício do Ceará (entre 1745 e 1746), na qualidade de *socius*. A sua experiência enquanto superior da grandiosa Ibiapaba começara talvez pouco antes de se lhe ordenar a expulsão. Sucederá ao P.^o Manuel Matos, pelo que se observa no catálogo relativo ao ano de 1748. No seguinte, datando já de 1757 – o último existente para as missões do Real Colégio de Olinda – surgia já o P.^o Canísio provido daquele cargo. Considerando-se o vasto hiato entre estas duas menções e a rotatividade imposta pelos regulamentos da Companhia, é muito provável que este fosse superior daquela missão antes da data registada.

Em 1757, ano da proscrição geral dos missionários estrangeiros – coincidentemente, ano do último catálogo trianual a Companhia - era superior da missão de Ibiapaba. Uma vez expulso do Brasil, Rogério Canísio foi preso nos cárceres de S. Julião da Barra – o

³²⁷ Viria a ser beatificado somente em 1864 e declarado Doutor da Igreja em 1925.

³²⁸ <http://reference.findtarget.com/search/Olpe,%20Germany/> [consultado em Agosto de 2010].

³²⁹ Dele, restam os seguintes escritos: Carta à rainha D. Maria Ana de Portugal, do Real Hospício do Ceará. 22 de Abril de 1747. Trad. port. e publ. Por Lamego, III (1925) 436-440. Cit. Em *HCJB*, vol. 3, 225; Cartas ao P.^o Joseph Ritter, do Ceará e Ibiapaba. 1746 e 1752. *Weltbott*, de Stöcklein, XL, n.º 797; Carta ao Capitão-mor e Governador Francisco Xavier de Miranda Henriques. Ibiapaba, 3 de Outubro de 1757 (envio de 30 índios que lhe haviam sido requisitados por este). Cit. Em LEITE, *HCJB*, vol. 3, 31.

³³⁰ LEITE, Serafim, *op. cit.*, tomo VI, apêndice D, p. 605. Também isso o refere o P.^o António Lopes.

³³¹ Superior Geral da Companhia de 1706 a 1730, ao qual sucederia Frantisek Retz (1730-1751), oriundo de Praga. São estes os dois últimos mais longos períodos de actuação de gerais inacianos antes da supressão da Companhia de 1773.

«escudo do Reino», por ser na época a maior fortificação existente no país - a 14 de Novembro de 1759. Teria seguido directamente para o Recife e dali para Lisboa? O seu nome consta do “Catálogo dos Religiosos da Companhia de Jesus nas masmorras pombalinas ou mortos a caminho delas na viagem do ultramar para Lisboa”, inclusa no final da obra do P.^e Anselmo Eckart³³². Sabemos que ficou nos cárceres de S Julião e ali encontrou a sua última morada, falecendo a 6³³³ (ou 16) de Abril de 1773³³⁴, aos 61 anos de idade.

Aquele foi, de facto, um dos destinos de vários jesuítas expulsos. Um dos melhores testemunhos daquele cativo é do alemão P.^e Lourenço Kaulen³³⁵, missionário que igualmente esteve no Brasil, mais concretamente na Província do Pará, pelos rios de Tocantins, Amazonas e Xingu. Também ele era natural de Colónia, à semelhança do P.^e Hundt. Os calabouços reservados aos proscritos da Companhia teriam sido os do lado do mar – os piores, pela extrema humidade e por ficarem inundados consoante a maré³³⁶. Conforme aponta, os cárceres eram conhecidos por «Magasin». Em cada uma das quatro portas – encimadas cada uma por sua estreita janela, “com três ordens de grades de ferro” – grava os números vinte e três a vinte e seis. Encontrava-se aquele sector vedado por uma cancela de ferro, descendo-se, por fim, uma escada interior. Além de mostrar uma planta daquele forte da barra do Tejo, propunha aquele jesuíta que ali se erigisse um monumento àquele santo: “S. Julianus Martir Munimenti Ulissiponensis ad ostia Tagi patronus cujus ad aras jesuitarum”.

³³² A informação foi, contudo, extraída da Carayon, pp. 233-258, que por sua vez retirou do Journal de Christoph von Murr, 1780. Não inclui, contudo, a lista de mais de 1500 jesuítas exilados pelo Marquês.

³³³ ECKART, Anselmo, s.j., *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, Braga, /São Paulo, Loyola, 1987, p. 256.

³³⁴ É Serafim Leite quem regista esta mesma dúvida. LEITE, Serafim, *HCJB*, vol. 8, p. 130.

³³⁵ KAULEN, Lourenço, s.j., *Relação de algumas cousas que succederão aos religiosos da Companhia de Jesus no reyno de Portugal, nas suas priziões, desterrros, e carceres, em que estiverão por tempo de 18 annos, isto he do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado del Rey D. Jose I sendo Primeiro Ministro Sebastião Jozé de Mendonça Carvalho Marquez do Pombal - obra feita pelo Padre Lourenço Kaulen Allemão da cidade de Colonia a borda do Rheno, e companheiro dos de que escreveo, Missionario que foi no Brasil na Provincia de Para nos rios de Tocantins, Amazonas e Xingu*, [manuscrito], [1784]. BNL, F. 2945.

³³⁶ Actualmente não será possível aceder a esse espaço onde originalmente estes prisioneiros ficaram encarcerados. Crê-se que corresponde a uma das áreas desta fortificação que ficou arruinada com o tempo e devido à força constante das águas. De facto, já a “Planta dos subterraneos da praça de S. Julião da Barra” [1825], existente na Direcção do Serviço de Infra-Estruturas do Exército (DSIE-GEAM, 3497-1-3-33-45) não representa uma vasta área limítrofe às águas do Tejo. Gravura apud p. 164. CARITA, Rui, *O Escudo do Reino: A Fortaleza de São Julião da Barra*, [Lisboa], Ministério da Defesa Nacional, [2007].

Representa naquele esboço um conjunto de doze caveiras, em representação dos que ali viveram grandes tribulações.

De entre os episódios mais caricatos e curiosos de que fala, conta o P.^e Kaulen existir um sistema de comunicação codificado: na oralidade, consoante a cadência dos assobios, assim se representando cada letra do alfabeto; na escrita, “por figuras de contas”, atribuindo-se a cada letra um dado valor numérico. Bem mais humilhante foi o saque do parco espólio dos jesuítas ali presos. Além de verem os seus pertences constantemente revistados, nem mesmo moribundos escapavam do comandante e chaveiros daquele forte.

Neste importante testemunho que nos lega, elenca todos os que ali estiveram presos desde 1759 a 1777, tendo-se ali juntado alguns jesuítas transferidos de Azeitão em 1769 e de Almeida, em ano que não refere. Soma-se um total de 124 indivíduos, 27 oriundos da Província do Maranhão e 17 vindos da Província do Brasil. Nem todos, porém, conheceram ali o fim das suas vidas. Kaulen assinala os nomes dos 37 jesuítas que dali seguiram para Roma a 10 de Julho de 1767, entre os quais apenas dois vinham do Brasil. No catálogo que apresenta dos religiosos que dali alcançaram a liberdade em Março de 1777, contava-se ainda um total de 45, expulsos de cinco Províncias da Assistência Portuguesa: 17 do Maranhão, 14 do Brasil, 8 de Goa, 3 da China e 3 de Portugal.

Dos restantes Superiores missionários não possuímos tão copiosa informação. Prosseguindo com as missões cearenses, do **P.^e João de Sales**³³⁷, sabemos que nasceu a 1 Novembro 1715 em São Paulo, tendo entrado aos 16 anos na Companhia, mais precisamente a 25 de Julho de 1732. O seu percurso começou na aldeia de Ibiapaba em 1743, na qualidade de «socius». Nesta mesma qualidade passou à aldeia de Paupina em 1745 e, no ano seguinte, no Hospício do Ceará, juntamente com P.^e Francisco de Lira, Sup.^{or} daquela casa, o P.^e Rogério Canisio, o P.^e António dos Reis e o Irmão Manuel Vaz. Dois anos volvidos, aparece já como Superior de Paiacú. Somente a 8 de Dezembro de 1752 obteve a sua formatura enquanto coadjutor. Não deixa de ser curioso o facto de ter assumido as funções de superior de uma missão antes mesmo de obter a sua formatura enquanto coadjutor espiritual. Já em 1757 aparece na qualidade de Superior da Missão de Paupina, não como professo do quarto voto, mas somente

³³⁷ Bras. 6, 420f, n.º 94, p. 17, n.º 190.

coadjutor espiritual formado. Foi para o Palácio de Sora e depois para Pesaro, onde morreu a 6 de Novembro de 1789.

Relativamente ao **P.^e Francisco de Gouveia**, sabemos que era originário do Rio de Janeiro. Nascido a 7 de Agosto de 1718, deu entrada na Companhia de Jesus aos 16 anos, a 11 de Agosto de 1734. Tornou-se professo do quarto voto a 10 de Junho de 1753. Encontrámos uma única alusão ao seu percurso missionário, mais concretamente no Paiacú em 1757. Foi para Ruffinella, além de ter tido todo um percurso no exílio em Itália. Após a expulsão, surge com o nome Francisco de Gouveia Moneto. Acabaria por falecer em Roma no ano de 1792.

Quando ao **P.^e Inácio Gomes**, viera precisamente de Lisboa. Nascido a 2 Fevereiro 1716, entrou aos 15 anos de idade na Companhia, a 28 de Junho de 1733. Tornou-se professo do quarto voto a 7 de Maio de 1750 e, sete anos volvidos, surge como Superior da aldeia de Parangaba. Aquando da expulsão, seguiu para o Palácio Inglês e daí para Pesaro, onde morreu no dia 15 de Novembro de 1789 – nove dias depois de o **P.^e João de Sales** também ali encontrar a sua morte.

Natural da Bahia, mais concretamente no Penedo, onde nasceu a 30 de Julho de 1708, o **P.^e José Inácio** entrara na Companhia a 12 de Novembro de 1722 aos 15 anos de idade, vindo a obter a sua formatura a 21 de Outubro de 1737. Quando era Superior de Caucaia, no ano de 1757, surge no catálogo daquele mesmo ano na qualidade de coadjutor espiritual formado. Faleceu em Pesaro, a 28 de Julho de 1769, não chegando a completar os 61 anos de idade.

Vejamos agora alguns dados biográficos sobre os dois superiores das aldeias do Rio Grande do Norte. O **P.^e António Álvares**, superior do Guajirú em 1757, era também ele luso-brasileiro. Natural da Bahia, entrou na Companhia a 6 de Março de 1724 aos 17 anos. Tornou-se professo do quarto voto a 21 de Outubro de 1743. A exiguidade de referências à sua actividade missionária e um provável enquanto por experienciar a vida na capital do Reino poderão ajudar a justificar a saída da Companhia de Jesus logo que chegou a Lisboa³³⁸.

³³⁸ Ao chegar a Lisboa, evitando assim a sua imediata extradição com o grupo que o acompanhava a partir do Recife.

Por fim, o futuro Superior das Guaraíras, o **P.^e Manuel Pinheiro**, ou melhor, Manuel Pinheiro Sênior, era natural do Porto, onde nasceu a 12 Fevereiro de 1695. Entrou na Companhia aos 19 anos, a 12 de Dezembro de 1714 e tornou-se coadjutor espiritual formado a 1 de Janeiro de 1734.. Pelas informações recolhidas, observamos ter igualmente passado por Ibiapaba, sendo seu Superior entre 1740 e 1741. Entre 1743 e 1746 passara à qualidade de «socius» (em 1746, juntamente com António Dantas). Dois anos depois viria a ser Superior do Hospício do Ceará. À data da expulsão, era Superior da aldeia das Guaraíras, conforme o atesta a relação dos missionários para o ano de 1757. A sua experiência na gestão missionária é evidente, tendo ocupado cargos de grande destaque em várias daquelas missões e casas adstritas a Olinda. Um facto que não poderá deixar de considerar a qualidade da formação recebida, bem como as suas capacidades pessoais, como era, aliás, hábito da Companhia de Jesus na escolha dos Superiores. Passou para a Ruffinella, ali falecendo a 9 de Dezembro de 1775.

Uma vez descrito o percurso dos últimos Superiores daquelas sete missões jesuítas, transitemos para a situação dos restantes missionários, seus companheiros naqueles povoados nordestinos:

Um dos companheiros do Superior Canísio em Ibiapaba, o **P.^e João Antunes**, ingressou na Companhia a 18 de Outubro de 1728, com 18 anos de idade. Assinala-se, ao nível da sua proveniência, “Ex oppid. Muja”. Registado na categoria de “Coadjutores Spirituales Formati”, a sua formatura decorreu a 25 de Março de 1751. Foi para Roma, em 1760, onde morreu logo no ano seguinte. Já o **P.^e Francisco Pereira** era natural de Tarouca e entrara na Companhia a 14 de Março de 1734 com 16 anos. Tornou-se professo do quarto voto a 15 de Agosto de 1751. Morreu no Palácio de Sora, a 12 de Janeiro de 1762.

Missionário em Paupina à data da expulsão, o **P.^e António Dantas** era natural de Braga, Entrou na Companhia a 1 de Fevereiro de 1713, contando com 22 anos. Obtendo a sua formatura de coadjutor espiritual a 15 de Agosto de 1727, foi missionário em Ibiapaba entre 1745 e 1748. Faleceu em Roma, a 7 de Junho de 1763 - não se sabe ao certo onde, talvez no Palácio de Sora.

De entre os dois missionários que auxiliavam o Superior no Paiacú em 1757, contava-se o **Ir. Manuel Simões**. Natural de Cantanhede, ingressara aos 24 anos na Companhia, a 10 de Julho de 1715. A sua formatura enquanto coadjutor temporal data

de 15 de Março de 1725. Sabemos que em 1743 e 1748 estava na Casa da Paraíba, prestando serviços de apoio à comunidade - “ad colligendas eleemosynas [?], et ad alia ministeria”; “ad domestica ministeria”. Exilado para Itália, foi para Roma, mais concretamente para o Palácio de Sora. Ali faleceu a 1 de Abril de 1766. Encontra-se sepultado no Gesù. Já o **Ir. Manuel Ferreira**, coadjutor temporal *sine gradu*, era natural de Lisboa, onde nasceu a 10 de Janeiro de 1725. Entrou na Companhia a 9 de Março de 1749, aos 23 anos de idade. A sua entrada tardia na Companhia, a somar à sua juventude aquando da expulsão, terão certamente influenciado a sua decisão de, ainda no Colégio do Recife, para onde viera, abandonar a Companhia de Jesus. Terá permanecido no Brasil como ex-Jesuíta.

Auxiliando em Parangaba o P.^e Inácio Gomes, encontrava-se o **Ir. Manuel Vaz** que, por indicação do catálogo da Companhia, é dado como “Sobirensis”. Nasceu a 15 de Dezembro de 1715. Havia entrado na Companhia a 4 de Agosto de 1741 aos 25 anos. Surge em 1745 no Colégio de Olinda encarregado de serviços menores, na qualidade de “Dispensator, Archiclinus, et Coquus”. No ano seguinte exercia idênticas funções no Hospício do Ceará - “ad officia domest”. Viria a ser formado coadjutor temporal a 8 de Dezembro de 1752. Consta da lista de ex-jesuítas leigos existentes em Itália com o nome de Manuel Vaz Loureiro, mais precisamente em Pesaro. Ali faleceu a 3 de Junho de 1798.

Além do Superior P.^e José Inácio, estava em Caucaia o **Ir. Jacinto da Fonseca** como seu único ajudante. Da sua naturalidade, apenas se indica “ex opp. Villanova”. Entrou na Companhia de Jesus a 15 de Novembro de 1732, aos 30 anos. Passou pela aldeia do Paiacú em 1743 na qualidade de «socius» e desempenhou actividades domésticas entre 1745-1748 no Hospício do Ceará. Dois anos depois, a 29 de Setembro de 1750, tornou-se coadjutor temporal formado. Uma vez exilado para Itália, foi para o Palácio Inglês (Roma), onde morreu a 13 de Novembro de 1761. Encontra-se igualmente sepultado no Gesù, à semelhança do **Ir. Manuel Simões**, missionário do Paiacú, que havia falecido no Palácio de Sora em 1766.

Quando ao missionário que estivera no Guajirú, o **P.^e João Moreira**, era natural da Bahia, onde nasceu a 5 de Julho de 1729. Com 17 anos entrou na Companhia, a 22 de Janeiro de 1746. Em 1757 surge na categoria de “Sacerdotes et Scholastici sine

gradu”. Não se acham registo do seu destino o que, a avaliar igualmente pela sua idade, poderá significar que tenha igualmente largado a roupeta.

Por último, o missionário que, nas Guaraíras, acompanhou o Superior P. Manuel Pinheiro: o **P.^e Luís Gonzaga**. Nascera a 21 de Outubro de 1725. Natural da Bahia, entrou com apenas 14 anos juntou-se à Sociedade de Jesus, a 23 de Maio de 1739. Na relação de 1757 é apresentado na categoria de “Sacerdotes et Scholastici sine gradu”. Ainda assim, não abandonou os seus companheiros, juntando-se-lhes na dispersão, rumo a Itália. Faleceu no Palácio de Sora, a 6 de Julho de 1764.

Fazendo um balanço do destino deste conjunto de 16 missionários, observamos que 3 abandonaram a Companhia de Jesus, 1 morreu em Lisboa - por ter ali ficado retido nos temíveis cárceres de S. Julião da Barra - e 12 morreram em Itália, ficando o maior grupo em Pesaro.

Como podemos observar a partir das informações veiculadas pelos diversos catálogos compulsados, apostava-se, substancialmente, na rotatividade dos missionários pelas aldeias de índios. Na verdade, tratava-se, efectivamente, de uma prerrogativa em termos de como se deveria desenvolver a administração das aldeias e missões. Recordamos que essas regras eram muito anteriores a 1757, decorrendo ainda das orientações dos fundadores da Companhia.

A propósito dos missionários estrangeiros integrados na Assistência Portuguesa – os primeiros a serem perseguidos e proscritos³³⁹ - não deixámos de notar uma curiosa preferência quanto à actuação dos jesuítas alemães,

“pois tem mostrado a experiencia o gr.^{de} zelo e fervor de espirito com q se empregão neste tão s.^{to} ministerio, para cujo effeito se deve encomendar ao seo P.^e geral os mande p.^a este fim a este Rn^o por se não poder ter nenhum ciume ou receyo de serem Vassallos, ou do Emperador, ou de outros Principes do Imperio q não tem foras maritimas, como tem os Estrangeiros de outras nações”³⁴⁰

O que é certo é que os jesuítas da Assistência de Portugal mas de nacionalidade estrangeira permaneceram no cárcere, nomeadamente de Azeitão e de S Julião da Barra,

³³⁹ Logo em 1754 surgiu a determinação de os fazer sair do Estado do Maranhão.

³⁴⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 9 de Novembro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 68, rolo 2.

onde faleceu Canísio, o último superior de Ibiapaba. O que representaria, verdadeiramente, o poder destes inacianos no controlo das missões norte-nordestinas, por oposição aos missionários de outras proveniências? Gozariam de maior influência junto do Geral da Companhia e de certas Cortes/ famílias reais europeias? Teriam objectivos muito concretamente definidos?

Curiosamente, já a *Relação Abreviada*, primeiro libelo anti-jesuíta da autoria, ou pelo menos com o apoio directo, de Sebastião de Carvalho e Melo, com primeira edição em 1757, denunciara explicitamente a conduta dos missionários alemães – quando, cerca de trinta anos, eram preferidos por serem tidos como os melhores na conversão dos gentios. De acordo com Eduardo Franco, este opúsculo surgira no rescaldo dos primeiros conflitos com os inacianos a propósito da questão do Tratado dos Limites, assumindo-se como um pressuposto

“relato rigoroso das obstruções levantadas pelo poder dos Jesuítas à realização da missão das comissões mistas oficiais portuguesas e espanholas que executaram na Ibero-América as demarcações fronteiriças definidas pelo referido tratado luso-castelhano.”³⁴¹

Um dos casos que conhece maior destaque é o do alemão P.^o David Fay, missionário da aldeia de São Francisco Xavier de Acamá, acusado de crime de lesa-majestade,

“por haberse arrogado el derecho de hacer un tratado con la tribu indígena de los Amanajós en agosto de 1755, a espaldas de las autoridades regias e imponiendo a los indios la condición de quedar bajo el dominio supremo de los misioneros.”³⁴²

Saindo a público a 3 de Dezembro de 1757, a *Relação* é posterior à ordem de saída dos missionários estrangeiros, de 1754, à criação a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755 e à fundação da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, em 1756; é, contudo, contemporâneo face à publicação do *Directório dos Índios*, documento emanado com vista à situação, primeiramente, dos

³⁴¹ José Eduardo Franco, “Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal”, in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano IV, 2005 / n.º 7/8, p. 249.

³⁴² Inmaculada Fernández Arrillaga et Mar García Arenas, “Dos caras de una misma expulsión: el destierro de los jesuitas portugueses y la reclusión de los misioneros alemanes”, in *Hispania Sacra*, LXI, 123, enero-junio, 2009, p. 235.

indígenas aldeados no Maranhão, no processo de transição forçada do poder temporal e espiritual, respectivamente, para as autoridades civis e eclesiásticas locais (na figura do capitão-mor, assim como do bispo).

O projecto de erecção de vilas indígenas no lugar das antigas aldeias de índios, tornar-se-ia viável, entendiam as autoridades, mediante a pronta expulsão dos jesuítas estrangeiros. Para o governo de Pernambuco, somente em Janeiro de 1759 Luís Diogo Lobo da Silva faria cumprir aquelas disposições régias. Assim se dirigia ao ainda reitor do Colégio de Olinda:

“S. Mag.^e Fidelissima foy servido determinar-me, fassa sahir destas Cap.^{nias} todos os Religiozos Estrangeiros da Comp.^a de Jesus, que nellas se acharem nos Conventos, Hospicios, Missoens, fazendas ou Emgenhos [sic] da sua administração, para na prezente frota se recolher a Portugal, o que V. Rev.^a fará executar na parte relativa, a participar-lhe os avizos convenientes, a sem demora se porem a caminho para esta Praça, donde lhes facilitarey o embarque na forma que se me ordena.

Espero que V. Rev.^a, não falte em concorrer quanto estiver da sua parte, para a prompta, e devida execução, com que se deve satisfazer a referida ordem.

D.^s g.^{de} a v. Rev.^a m.^s ann.^s Recife em 25 de Janeyro de 1759/ Luis Diogo Lobo da Sylva/ R.^{do} P.^e Reytor do Coll. de Olinda”³⁴³

Dado o carácter urgente desta medida, uma vez que se pretendia enviar na próxima frota com destino ao Reino, o governador procurou instruir os responsáveis pelas restantes capitanias sob a sua tutela, como sucedeu face a José Henriques de Carvalho, responsável pelo governo interino da Paraíba. Ciente das eventuais dificuldades advenientes deste exílio forçado, tanto pela resistência como pela demora em os fazer expulsar, não deixou de recomendar alguma moderação na força empregue:

“Ao P.^e Reytor do Coll.^o da Comp.^a de Jesus dessa cidade escrevo para que logo e sem demora fassa por em pratica a ordem que por Sua Mag.^e Fidelissima hé servido mandar recolher a Portugal na prezente frota os Religiozos Estrangeiros que no mesmo, ou nesse Seminario se acharem; quando o dito Padre Reytor o não execute como lhe participo, VM da sua parte coopere para que tenha o seo devido effeito sem que se falte a civilidade, e comodo percizo, com que devem ser tratados os ditos Religiozos, nem ao seo regresso a esta Praça, com o adiantamento possivel, a que possão ser transportado [sic], como se me determina.

D.^s g.^{de} a VM Recife 23 de Janeyro de 1759/ Luis Diogo Lobo da Sylva/ Snr. Jozé Henriq.^s de Carvalho, a cujo cargo está o governo interino da Parayba”³⁴⁴.

³⁴³ Em anexo ao Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

Dirigindo-se ao corregedor da Paraíba, assim como ao do Rio Grande, assim estipulava o governador de Pernambuco a imediata prisão dos jesuítas estrangeiros, em cumprimento de determinações régias:

“Ainda que ao Cap.^m mor dessa Capitania escrevo, para que no districto da Sua jurisdição fassa por em pratica a ordem por que S. Mag.^e Fidelissima hé servido mandar recolher os Religiozos Estrangeiros da Comp.^a de Jesus a Portugal, quando o P.^e Reytor do Collegio dessa Cidade os não ponha promptos, e a caminho para se effectuar o que lhe participo., com tudo para inteiramente o acautelar, recomendo a vm concorra quanto estiver da sua parte, para assim se executar, sem que falte a civilidade, e comodo percizo, com que devem ser tratados os ditos Religiozos, nem ao seo regresso a esta Praça, com o adiantamento possivel a hirem na prezente frota.

D.^s g.^{de} a vm Reciffe de Parnambuco 23 de Janeyro de 1759/ Luis Diogo Lobo da Sylva/ Snr. D.^r Corregedor da Commarca da Parayba e Ryo Grande do Norte”³⁴⁵.

O último Superior de Ibiapaba, o P.^e Rogério Canísio Hundt, era também ele, como vimos, de origem alemã, sendo um dos primeiros jesuítas expulsos do Brasil. Antes mesmo de Rogério Hundt ter sido provido no lugar de Ibiapaba, já João Ginzl (ou Guedes), também de língua alemã, desenvolvera abundante actividade missionária pelo S. Francisco e demais regiões nordestinas, sob a alçada do governo de Pernambuco. Na Província do Maranhão, destacara-se também um outro alemão: o P.^e Roque Hundertpfund, dado como missionário na aldeia de Abacaxis em 1747. Muito embora gozasse de grande estima e de protecção por parte da rainha viúva de Maria Ana de Áustria, esposa de D. João V, quando esta morreu, achou-se à mercê dos seus inimigos. O bispo do Pará, Frei Miguel de Bulhões e Sousa, acabaria por acusá-lo, incitado pelos colonos, de conspiração contra a Coroa, por urdir uma conjura com os franceses de Caiena, a quem entregaria o território do Pará em troca do cativeiro sobre os índios³⁴⁶. Parece-nos óbvio tratar-se, uma vez mais, de um jogo de interesses movido pela comunidade branca local, no sentido de deter para si, livre do consentimento daqueles religiosos, o inteiro poder sobre a ambicionada mão-de-obra indígena, enquanto

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Inmaculada Fernández Arrillaga et Mar García Arenas, *op. cit.*, p. 233.

preciosa alternativa à mão-de-obra africana, tanto pela quantidade, como por não ter de os comprar³⁴⁷.

Voltando à questão da preferência por missionários jesuítas alemães, poderá ter tido alguma influência o facto de a rainha-mãe ser arquiduquesa de Áustria, filha do Sacro Imperador Germânico Leopoldo I, a Casa dos Habsburgos – e irmã dos sacro imperadores José I e Carlos VI. Além de se corresponder com o P.^o Roque Hundertpfund, também se correspondera com o P.^o Hundt, assim como com Ginzl. Falecendo em 1754, nesse mesmo ano redobriaram as hostilidades para com aqueles estrangeiros, que interessava afastar pelo seu poder e influência ao mais alto nível – inclusivamente na Corte, onde estivera por algum tempo e a convite da rainha viúva o P.^o Roque.

Outro conhecido missionário alemão desta altura é o próprio padre P.^o Anselmo Eckart, religioso da aldeia Trocano³⁴⁸, uma das missões mais prósperas nas cercanias do Rio Madeira, da qual passara a ser o superior a partir de 1755, sucedendo ao P.^o António José. A dois dias de viagem de Trocano, ficava a aldeia de Abacaxis, cujo Superior era igualmente germânico: António Meisterburg. Naquela mesma missão estivera, recordamos, o também alemão P.^o Roque Hundertpfund, em 1747.

Eckart, figurando desde Junho de 1755 como responsável igualmente pela missão de Jamari, acabou por se ver envolvido, juntamente com Meisterburg, numa polémica, segundo a qual estariam a preparar uma revolta armada na missão de Trocano, a fim de evitar a sua transformação na vila de Borba-a-Nova. Os canhões que aí se haviam demorado, quando era suposto terem seguido para Jamari, destinavam-se, afinal, a comemorar festividades religiosas. Para as autoridades, e aos olhos de Sebastião de Carvalho e Melo, prefigurava-se uma séria afronta aos desígnios do Estado em prol da civilização dos povos e bem comum da colónia. Eckart veio, mais tarde, a fazer parte do primeiro grupo de jesuítas proscritos da Assistência de Portugal, tendo sido desterrado em final de Novembro de 1757 juntamente com os padres Roque Hundertpfund, António Meisterburg, David Fay e ainda Lorenzo Kaulen³⁴⁹. Esta

³⁴⁷ Apesar de se comprometerem a pagar o devido salário acordado para a prestação de serviços, não raro subtraíam os índios por tempo indeterminado e mantendo-os em condições longe das estabelecidas.

³⁴⁸ A sul de Manaus, na actual Borba.

³⁴⁹ Inmaculada Fernández Arrillaga et Mar García Arenas, *op. cit.*, p. 235.

deportação foi uma de entre várias que, a partir de 1756, se foram sucedendo paulatina e progressivamente, actuando em pontos nevralgicos.

A 30 de Julho de 1759, aportava em Lisboa outro conjunto de missionários, entre os quais dois alemães: João Brewer e Matias Piller. Por essa altura, em vésperas do decreto de expulsão de 3 de Setembro de 1759, chegariam à capital do reino outros jesuítas de língua alemã, como Rogério Hundt e João Nepumoceno Szluha. Uma vez no Reino, conheceriam destinos diversos: Eckart, Kaulen, Meisterburg e Fay em Almeida, Brewer, Piller e Szluha no cárcere de Azeitão, Hundt em São Julião, Unger no cárcere do «Pátio dos Bichos», em Belém³⁵⁰.

É natural que, de alguma maneira, se tenha temido a generalização da oposição verificada nas reduções jesuítas no sul, junto dos Guaranis, por ocasião do Tratado dos Limites. Não obstante tal receio, não deixa de ser particularmente evidente a busca de pretextos que legitimariam o afastamento dos membros da Companhia de Jesus.

No concernente à situação da colónia, mais concretamente na Amazónia e Pará,

“El marqués de Pombal recelaba que ambos jesuitas, Anselmo Eckart y Antonio Meisterburg, eran «*mais engenheiros militares do que jesuítas*» y aseguraba que, armados con ambas piezas de artillería, habían intentado ocupar Trocano con el fin de impedir la fundación de Borba-a-Nova, nombre que recibía la *aldeia* jesuita al reconvertirse en villa secular, y ayudar a los jesuitas españoles que mantenían una contienda en aquella zona fronteriza.”³⁵¹

O plano da transformação das antigas missões em vilas indígenas não decorreria unicamente como consequência do vazio deixado pelos jesuítas expulsos. Antes se apresentou como um projecto novo em que o Estado se afirmava e reclamava para si a tutela integral dos índios aldeados, num claro conflito aberto face aos interesses dos religiosos. Os que mais tinham a perder, pelo sucesso que haviam conseguido em converter os ameríndios a uma nova fé, pela quantidade de bens e propriedades que haviam reunido - meio fundamental para o sustento de toda a sua obra assistencial - eram, sem sombra de dúvida, os membros da Companhia de Jesus.

³⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 237.

³⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 234.

Além do projecto de civilização de desenvolvimento demográfico, acrescia a importância da fixação de fronteiras, a garantia de segurança das vias de comunicação terrestres e fluviais, a consolidação das Companhias Gerais de Comércio, a proliferação de arraiais de mineração, não apenas em Minas Gerais como inclusivamente em Mato Grosso – constituindo os rios Madeira e S. Francisco dois importantes cursos de água, ligando várias capitanias e favorecendo a circulação de bens e pessoas. Já na década de 1720, o padre jesuíta João Sampaio se aventurara numa expedição que organizara na missão de Santo António das Cachoeiras, rumo ao Alto Madeira. Chegou a contactar com missões espanholas na província dos Moxos, vice-reinado do Peru, onde foi bem recebido. Para a Coroa portuguesa, a facilidade e natural afabilidade dos contactos estabelecidos entre jesuítas pertencentes às duas jurisdições ibéricas seria considerado como uma ameaça, na medida em que poderiam incorrer num plano de unificação das missões, passando as de jurisdição portuguesa para o lado espanhol, ou ainda constituindo-se como agregados populacionais autónomos.

Não obstante a emissão de uma série de leis em defesa da liberdade dos índios, esta deve ser entendida como uma liberdade largamente condicionada. Uma vez «libertos» do pressuposto jugo dos missionários – independentemente da ordem religiosa – o seu destino encontrava-se muitas vezes no trabalho forçado, ora na construção de edificações militares, ora sob as ordens dos moradores. Mesmo em situações de pressuposta negociação do trabalho assalariado, não foram raras as vezes em que os índios acabaram por estar sujeitos a situações de trabalho não remunerado ou até a exercer muitos mais serviços além daqueles para os quais haviam sido, efectivamente, pagos. Não admira que, achando-se na iminência de perder o apoio e orientação dos padres, os índios temessem o novo modelo de administração das vilas régias.

9.3. As propriedades do Colégio de Olinda e casas anexas

Observando a cadeia de acontecimentos no Brasil no reinado de D. José I, vamos apercebendo de que os conflitos gerados na relação com a Companhia de Jesus foram o culminar de uma série de tensões motivadas pelo confronto de poderes, pela imposição de uma nova ordem política e social, assim como por uma nova lógica de desenvolvimento económico, reforçada, se não mesmo acelerada, com a criação das Companhias de Comércio no Nordeste por Pombal. Tal é particularmente notório a partir do que se foi verificando ao longo dos séculos XVII e XVIII, pela disputa da administração dos índios.

Vários autores têm vindo a sublinhar a onda de desacreditação levantada por Sebastião de Carvalho e Melo e de como a estratégia de os impedir de se defenderem perante o Rei foi crucial para a rápida expulsão e espoliação da Companhia. Eva Silva acrescenta igualmente que na América Portuguesa os funcionários delegados por Pombal se encarregaram de reunir as provas das más práticas dos jesuítas, a fim de assim se poder agir dentro da legalidade. Temidos e invejados pela influência que detinham nas mais altas instâncias locais e do Reino, assim como na administração das aldeias de índios e demais propriedades, competindo, assim, com o poder local, gerou um crescente mal-estar.

Com a sua imagem denegrida, a Companhia de Jesus passara a ser conotada com uma organização corrupta, ficando todas as suas acções sob suspeita³⁵². Demandaram-se, pois, evidências dentro de qualquer esfera – económica, pela posse de bens móveis e imóveis acima ou fora dos termos em que era permitido a qualquer ordem religiosa, além dos dízimos e privilégios que reuniam (que competia com outros produtores e companhias comerciais a nível local e regional); assistencial, pela má administração dos índios; política, pelo abuso de poder tanto na tutela e exploração do trabalho dos índios (cuja administração rivalizava com os dos capitães, militares, fazendeiros e curaleiros), como na dimensão e posse das terras pressupostamente legadas a cada aldeia/missão; sociocultural, por pressupostamente impedirem uma plena integração dos índios na comunidade luso-brasileira, além de permitirem tolerar certas práticas indígenas; educativa, por os escusarem da alfabetização e uso da língua portuguesa. A tudo isto se

³⁵² SILVA, Eva Maria da, *Os Jesuítas e a Política Pombalina em Pernambuco no século XVIII*, [Diss. Mestrado em Ciências da Religião], Recife, UNICAP, 2007, pp. 57-60.

acrescentou o episódio do atentado régio e as suspeitas do seu envolvimento, questão que iria ser fatal e determinante para a sua destruição.

No sentido de se acautelar os bens de que os jesuítas foram destituídos, o governador tomou logo o cuidado de procurar que se nomeassem pessoas competentes para a sua fiscalização.

“Por justos motivos que chegarão a prezença de S. Mag.^e Fidelissima, foy servido mandar retirar os Religiozos da Comp.^a de Jesus das Missoens que lhes estavam encarregadas, conservando nas mesmas, tudo o que lhes pertence, não só relativo a Igreja, mas gados e frutos de toda a qualid.^e: e ainda que não hé de presumir obrem contra o que o mesmo Snr. Determina, comtudo para acautelar qualquer descaminho, que possa haver nos bens moveis, e semoventes das ditas Missoens, se faz percizo, que vm procure pessoas da sua jurisdição, e vezinhança das mesmas, de verdade, prudencia, e segredo, para que com a mayor cautela, e sem que se perceba, observem se se transgride, ou não a dita ordem, advertindo, que vendo se extrahem alguns dos refferidos, os aprehenda com as pessoas Leigas, que o practicarem, pondo-y [sic] em segurança, de que dará a vm parte para mo fazer a saber, obrando o mesmo para com as de diversa jurisdição, excepto o procedim.^{to} de prizão, que lhes não permito por incompetente.

D.^s g.^{de} a vm Reciffe em 23 de Janeyro de 1759/ Luis Diogo Lobo da Sylva/ Snr. Cap.^m Mor do Syará”³⁵³.

Assim se comprova que, antes mesmo do encerramento das escolas e do decreto de confisco dos bens da Companhia a 4 de Maio de 1759, se começara a pensar no destino das suas propriedades. Como vemos, uma das maiores preocupações residia no possível descaminho dos bens dos jesuítas, em especial das missões, pela cobiça de quem mais lhes estivesse vizinho e, naturalmente, mais fora do alcance do controlo das autoridades. Por isso mesmo se sentiu a necessidade de reforçar a fiscalização desses mesmos bens, sobretudo bens móveis, nomeadamente através da sua inventariação, do cruzamento de informação e da distribuição da responsabilidade do seu controlo por vários membros da administração local.

Mesmo com a passagem da administração espiritual das antigas missões jesuítas para a esfera do clero secular, com implicações directas quanto à posse de bens que lhe estavam adstritos e liquidez para o provimento de mestres, padres, coadjutores e directores – com registos na Folha Eclesiástica pertencente à Provedoria de

³⁵³ Em anexo ao Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

Pernambuco, como já tivemos oportunidade de destacar e ilustrar – era uma questão que não poderia passar em branco.

“Como S. Mag.^e Fidelissima tem determinado se erijão em novas vigararias as Missoens, que athe o presente administravão os religiosos da Comp.^a de Jesus, conservando-se nellas tudo o que lhes pertence, tanto das alfayas do Ornato das Igrejas e paramentos percizos, como dos bens de raiz, moveis, e semimoventes; e o receyo de que o mesmo Snr. mande verificar igoal procedim.^{to} a respeito das mais, que se achão no destrito destas Capitanias por militarem identicos fudamentos, poderá cauzar no animo de alguns Missionarios preocupados do espirito de ambição, a rezolução de se prevalem de simuladas vendas, traspassos [sic] ou doacçoens, para subtrahirem das referidas Missoens os bens que rigorozam.^{te} lhes competem, e estes como producto do trabalho dos Indios que as habitão, por nenhum titulo podem ceder em beneficio dos ditos Missionarios, se faz percizo para o acautelar, que VM no destricto da sua commarca, previria com todo o segredo, e na melhor forma que lhe parecer conducente ao fim que se procura, que os Tabaliaens não fação escriptura alguma dos bens que forem das ditas Missoens, e os Missionarios tiverem nella adquirido, excepto para com os clerigos, nos que forem patrimonias, e constar pelos seos titulos, os possuayão antes de terem o referido exercicio.”³⁵⁴

Dos bens do Real Colégio de Olinda parece o Governador ter tomado conta, mandando a mobília existente para a sua própria casa, sendo uma parte posteriormente vendida em hasta pública. A remanescente foi enviada ao Colégio do Recife. Após a governação de Luís Diogo Lobo da Silva, fizera-se um outro arrolamento, desta vez relativamente aos ganhos de bens imóveis. Tomemos, pois, em consideração o que se acha patente no “*Livro dos bens Livres e de [Emcargos] [perten]centes aos collegios de Olinda, Recife, Paraiba, e Ciara*”³⁵⁵, realizado a 1 de Agosto de 1765.

³⁵⁴ E prossegue: “Incluzo remeto a vm a copia da carta Regia, que S. Mag.^{de} dirigio ao Exm.^o e Rm.^o Bispo desta Dioceze, Mandamento de S. Emm.^a com as Bullas Pontificias incorporadas, e allegação dos DD., por onde se faz evidente o que a vm exponho, e o legitimo titulo com que os referidos arrogão a sy o que lhes não toca, e só pertence aos Miseraveis Indios, para que em vertude de todas, e da ordem que o mesmo Snr. me cometeo, concorra na parte que expresso, e dos mesmos consta, para a execução do que lhe recomendo, emquanto se não passa ao mais, e o dito Snr. não rezolver o que para o futuro se deve obrar: advirtindo que a dita Carta Regia, Mandamento de S. Emm.^a, Bullas Pontificias, e allegação de DD. Hé conveniente se faça publico, e registre na sua Ouvedoria, para que seja notorio a todos a justa cauza com que se procede, e se perpetue na memoria das gentes como se me determina. D.^s g.^{de} a vm Recife 12 de Fevreyro de 1759/ Luis Diogo Lobo da Sylva/ Snr. D.^f Dez.^{or} e ouvidor geral desta Commarca.” Em anexo ao Officio do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

³⁵⁵ “*Livro dos bens Livres e de [Emcargos] [perten]centes aos collegios de Olinda, Recife, Paraiba, e Ciara que por ordem de S. Magestade [Fidelissima] de 23 de Agosto de 1759 e confirmada [...?] de Outubro de 1761, se confiscarão aos Padres denominados Jezuitas; no qual se declarão os Livres, que por ordem do mesmo Señor se puzerão em Prassa; os da Coroa, e de Emcargos que se estabalecerão [sic] por renda, e finalmente todo o nescessario para por elle se tomar conta ao Procurador; a fim de se fazer carregar [em] Receita ao Thezoireiro correspondente as parcellas cobradas, evitando-se o descaminho*”. Este exemplar, todo ele manuscrito, com registos de diversos anos e com várias caligrafias, encontra-se no IGHB, no Recife (Pernambuco).

Redigido havia seis anos sobre o confisco dos bens dos jesuítas, entretanto expulsos daquele governo, trata-se, indubitavelmente, de um precioso e raro documento de importância vital para a compreensão da dimensão daquelas casas. A sua redacção adveio da necessidade de se proceder a um escrupuloso registo dos bens existentes/remanescentes da Companhia de Jesus no governo de Pernambuco, já ao tempo do período em que D. António de Sousa Manuel Meneses, Conde de Vila Flor, era seu governador (8 de Setembro de 1763 a 14 de Abril de 1768)³⁵⁶. À data deste livro de registos – 1765 – o cofre do Juízo do Confisco somava 4.689\$560 (quatro contos seiscentos e oitenta e nove mil quinhentos e sessenta reis). De entre os bens pertencentes à Companhia, foram objecto de registo propriedades, cóngruas e rendas dos colégios de Olinda e do Recife, Casa da Paraíba, Hospício do Ceará e antiga Ibiapaba. De todas estas fundações, o colégio do Recife é o que mais se destaca, com a clara vantagem de não ter sido grandemente afectado pela invasão holandesa.

O Real Colégio de Olinda ostentava uma série de propriedades, a esmagadora maioria das quais arrendadas e situadas em Olinda (cf. Anexo 4). Entre as propriedades assinaladas neste livro como pertencentes ao Colégio de Olinda, contavam-se: uma olaria; três fazendas, duas das quais com gado de grande porte e incluindo escravos; duas quintas ou «sítios»; um engenho – onde facto o único que se assinalava nos catálogos da Companhia como pertencente àquela casa, onde residiam missionários; algumas terras e chãos, estes últimos no núcleo urbano e desocupados; vinte e cinco imóveis dispostos em onze localizações pela vila de Olinda. As moradias que se achassem fechadas ou assinalando-se que não tinham moradores, foram registadas, ainda assim, com o valor da renda que se deveria cobrar (idêntico em todos os casos e inferior comparativamente às que estavam ocupadas). Entre os proprietários e arrendatários encontram-se dois padres, um escrivão, um cabo de esquadra, um «reverendo doutor» a Ordem do Carmo de Olinda, a Irmandade da Sr.^a St.^a Ana e um soldado, além de diversos particulares, tanto do sexo masculino (na sua maioria), como do sexo feminino (em somente três casos).

³⁵⁶ Sucedeu a Luís Diogo Lobo da Silva (16 de Fevereiro de 1756 a 8 de Setembro de 1763). Cf. VARNHAGEM, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, tomo 5º, São Paulo, Melhoramentos, 1975, pp. 249-253. Apud BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz et al, *Fontes repatriadas: anotações de História Colonial, referenciais para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco*, Recife, UFPE, 2006, p. 110.

Relativamente ao engenho de Monjope, onde sempre residiram dois jesuítas, cumpre recordar que a primeira referência conhecida data de 1679³⁵⁷, próximo do culminar do restabelecimento do colégio de Olinda no período pós-invasão holandesa. Assistia-se naquela altura a um novo movimento de expansão da Companhia no território daquele governo, com criação de missões e aldeias, nomeadamente entre os índios do Ceará.

Além dos bens descritos, regista-se uma cômgrua devida ao Colégio de Olinda, no valor de 800 arrobas de açúcar fino e 100 de açúcar mascavado, paga pela Fazenda Real. Esta cômgrua fora concedida por mercê do Cardeal D. Henrique, datada de 24 de Abril de 1559. Várias eram as pensões devidas por particulares àquela casa, instituídas por testamento dos seus antigos proprietários. Assim, o “Engenho do Monteiro”³⁵⁸ possuía a obrigação de pagar uma pensão anual àquele colégio de 60 arrobas de açúcar branco para ornato da capela de N.^a Sr.^a das Angústias, conforme ficara estipulado por testamento de José de Sousa Bezerra. Além deste, competia igualmente ao Engenho Novo de Goiana pagar 32 mil reis para o Jubileu das Quarenta Horas, por escritura de Manuel Vidal de Negreiros e seu irmão. Noutro engenho, o de [...]pipucos, obrigava-se o pagamento de duzentos mil reis de juros para, do seu rendimento, ornar a capela de St.^a Ana (por escritura de Luís Mendonça Cabral de 13 de Fevereiro de 1687). O engenho de Maciape³⁵⁹ devia pagar 760 mil reis para ornar aquela mesma capela, em cumprimento do testamento de D. Maria da Silveira.

Havia, ainda, o caso de arrendatários de moradias pertencentes ao colégio e cujas rendas transitavam para o Estado, como sucedera com as que existiam na rua de S. Pedro que, doadas por testamento do P.^e Telles Oliveira Raimundo de 12 de Outubro de 1752, rendiam 16 mil reis ao ano. Doadas por mercê do Cardeal D. Henrique de 24 de Abril de 1559 – na mesma data em que se atribuíra cômgrua da Fazenda Real – as terras do fundo do colégio de Olinda estavam igualmente arrendadas, rendendo àquela casa 24 mil reis por ano. Com a sua expulsão, foram arrematadas por renda.

³⁵⁷ Bras. 5-2, 44-44v.

³⁵⁸ Na altura já na posse do P.^e José Camilo Pessoa.

³⁵⁹ Na posse do P.^e João Rego.

No caso da Paraíba, aquela fundação estivera anexa ao colégio de Olinda desde 1683³⁶⁰ até 1746³⁶¹, como se observa claramente nos Catálogos da Companhia. Os bens que a Casa da Paraíba possuía eram igualmente de natureza variada. Regista-se que o adro e terreiro em que aquela casa se achava implantada tinham sido adquiridos por doação de 1641, bem como por escritura de compras realizadas em 1686 e 1694. Recebia da Fazenda Real a pensão que lhe havia sido consignada por D. João V, por provisão de 1730, para ornato de S. Francisco Xavier, no valor de 50 mil reis. Já o seminário, estabelecido em 1748, por doação régia de 1750, recebia uma cômputa de 200 mil reis anuais também da Fazenda Real, por mercê estabelecida pelo mesmo monarca em 1751. Além deste valor, recebia várias pensões por doação dos benfeitores Manuel da O. Lima e sua esposa, Luísa do Espírito Santo, num total de 30 mil cruzados. Destes, 24 mil cruzados estavam inteiramente consagrados à subsistência aos padres jesuítas, com a obrigação de manterem um mestre de Filosofia, Latinidade e Escola.

A casa da Paraíba possuía ainda outros rendimentos, advenientes do arrendamento de algumas casas a particulares. Além destes, contavam-se ainda outros dividendos. O Carmo da Reforma do Recife devia juros àquela instituição, pelo dinheiro que havia tomado do «colégio» da Paraíba, “do capital de três contos e duzentos mil reis”, rendendo ao ano 160 mil reis. De modo análogo, a Ordem Terceira do Carmo de Olinda também devia juros “do capital de duzentos mil reis” e a Irmandade do Livramento do capital de 160 mil reis.

Quanto ao Hospício do Ceará – recorde-se, anexado ao Real Colégio de Olinda - importa recordar que a ele chegaram a estar adstritas as cinco missões do Ceará, cerca de 1735. Esta mudança de jurisdição esteve relacionada com a disputa entre o Colégio de Olinda e aquela casa, cuja criação ameaçava, aos olhos do reitor, colocar em perigo a administração nomeadamente de Ibiapaba. O P.^e João Guedes foi o grande impulsionador daquele Hospício, a qual foi criada como “vivenda separada do colégio

³⁶⁰ Bras. 5-2, 64v e ss.

³⁶¹ Bras. 6, fl. 381v.

olindense”³⁶². As primeiras alusões nos catálogos da Companhia dizem respeito somente ao ano de 1737, ainda sob a designação de “Domus Searensis”³⁶³.

Também esta fundação, no distante Ceará, detinha alguns bens próprios, não estando directamente relacionados com o colégio olindense. Eram, naturalmente, em muito menor número, o que se justifica pela antiguidade daquela casa jesuíta – criada havia cerca de três décadas – como pela sua dimensão.

Quadro 11 - Bens do Hospício do Ceará

Propriedade	Local	Estado
Sítio ³⁶⁴	terras contíguas ao Hospício	arrematou-se uma roda de moer mandioca em praça pública em 1763 ³⁶⁵
Fazenda de gado ³⁶⁶	«Pacoty e Beja Bodes»	venda em hasta pública a 12.05.1764
Fazenda de Gado ³⁶⁷	Curral da Folha	venda em hasta pública a 22.09.1764
Morada de casas	Vila do Aquirás	venda em hasta pública a 10.12.1763

Relativamente a esta casa, além destes bens, não se descobrira em 1765 qualquer pensão que lhes fosse devida por particulares, mas apenas o pagamento da cômgrua pela Fazenda Real no valor de 600 mil reis.

Em termos de escravos, o Colégio de Olinda somava nas suas propriedades – fazendas e engenhos – um total de 117 escravos e 123 escravas, ao passo que o Hospício do Ceará contava com 20 escravos e 11 escravas.

A única missão referenciada neste conjunto documental é a da aldeia de Ibiapaba, numa data em que já havia sido entretanto convertida em Vila Viçosa Real da América. A sua inclusão não sucedera por acaso. Se já era evidente para nós a sua importância em termos demográficos, confirma-se o seu valor patrimonial, possuindo

³⁶² Aspecto muito bem notado por MAIA, Légio, *op. cit.*, pp. 338-339.

³⁶³ Bras. 6, 201v.

³⁶⁴ Incluindo 30 bois, 35 cabeças de gado vacum e escravos dos dois sexos (14 homens e 11 mulheres).

³⁶⁵ Não se regista qualquer transacção (venda, arrendamento ou foro) nem o nome do então proprietário. Deveria ainda permanecer na posse do Estado.

³⁶⁶ Incluía 200 bois, 300 cabeças de gado vacum, 100 de gado cavalari e apenas dois escravos.

³⁶⁷ Incluía 300 bois, 781 cabeças de gado vacum, 56 de gado cavalari e 4 escravos.

várias fazendas e inúmeras cabeças de gado as quais, como tivemos ocasião de assinalar, foram distribuídas pelo capitão, pelo director e pelo padre para seu sustento e ordenado. Atesta-se neste livro que aquela antiga missão jesuíta possuía quatro fazendas: a Fazenda da Emboeyra, a Fazenda da Missão, a Fazenda do Morro da Tiaya e a Fazenda da Petinga. Mesmo após a expulsão dos padres, detinham 3.633 vacas de ventre, 1076 bois e gado miúdo da mesma qualidade (vitelos), 367 éguas e poldros, 103 cavalos, 123 cabras e 77 chibatos³⁶⁸. Em observância à ordem régia de 14 de Setembro de 1758, ficara ao arbítrio do bispo de Pernambuco o destino daquelas fazendas e seus gados, o qual decidiu a sua repartição pelo pároco, coadjutores, capitães-mores e outros oficiais de Vila Viçosa. Assim, a Fazenda de Tiaya, com as suas 600 vacas, 70 éguas e poldros, e 13 cavalos passou para a administração do pároco, o P.^e Luis do Rego Barros. Ao director, o sargento Diogo Rois Correa, coube a administração das três restantes, ficando com uma quantidade considerável de cabeças de gado, com a condição de os rendimentos dali extraídos serem aplicados na construção de um hospital naquela povoação, “p.^a benefício dos seos habitantes pobres”. Uma vez edificado, os rendimentos que se continuassem a extrair deveriam servir para a sustentação daquela instituição.

Comparando estes dados com o “*Mapa geral do q. produção as sette Villas, e Lugares*” até 1760, redigido em momento próximo à expulsão dos antigos administradores daquela destacada aldeia, os valores não andam longe. Aqui se declarava, numa simplificação das categorias, 4487 cabeças de gado vacuum, 646 de gado cavalari e 193 de gado miúdo. Além dos dados elencados neste mapa geral, encontram-se anexados mapas que dão conta do gado existente e sua distribuição em cada uma das referidas povoações. No caso da primeira a ser referenciada, Vila Viçosa Real, inclui-se precisamente informação detalhada respeitante às suas das quatro fazendas de gado vacuum, cavalari e miúdo administradas pelos missionários. Quanto à distribuição que foi feita *a posteriori*, muitos foram os beneficiados, a saber: o vigário da vila indígena, dois coadjutores, o director, o mestre de campo, três capitães-mores, o sargento-mor, quinze capitães, dois ajudantes, um tenente, dezoito alferes, dezoito sargentos do número, um piloto, o mestre da escola, três vereadores, o procurador do Conselho, o escrivão da Câmara, e por último o hospital. Não deixa de ser curioso que

³⁶⁸ Ou «chibarro», o mesmo que bode novo.

até o mestre-escola tenha beneficiado – certamente para garantir o seu sustento, ao menos a médio prazo – com dois cavalos e uma égua. Quem mais ganhou com esta distribuição foi, sem dúvida, o vigário, com 96 cabeças de gado (de que se destacam 52 vacas e 25 éguas), assim como o mestre de campo, com 93 cabeças de gado (superando o anterior com 80 vacas, obtendo apenas 10 éguas). Convém destacar que os coadjutores obtiveram 138 cabeças de gado (69 para cada), de entre as quais 80 vacas e 40 éguas. Por todas estas entidades se repartiu 3.633 vacas de ventre, 1076 bois e vitelos, 367 éguas e poldras, 103 cavalos, 123 cabras e 77 chibatos – números todos eles coincidentes, sendo bem demonstrativo da fonte compulsada para o livro de registos de 1765.

Para as restantes antigas missões da Companhia constante naquele mesmo mapa de 1760, os números são bastante inferiores, assim como as tabelas mais simplificadas. Na Vila da Messejana, por exemplo, também o mestre-escola não fora esquecido, obtendo um cavalo, ao passo que o director recebeu dois. Neste caso, quem mais beneficiou foi também o vigário, recebendo 10 cabeças de gado (8 vacas, uma égua e um cavalo), num total de 65 vacas, 25 bois e vitelos, 9 éguas e 12 cavalos. Na Vila Nova de Soure, o director e o mestre-escola foram os únicos a não serem contemplados. Quanto ao vigário, repete-se uma vez mais a maioria da posse de cabeças. Em Monte mor o Novo, o gado existente era apenas bovino, tendo-se garantido 10 bois e vitelos para o director desta povoação indígena e 6 para o mestre da escola de meninos. Na Vila Nova de Arronches, não se regista qualquer alusão ao mestre da escola, mas acrescenta-se que “ficão p.^a serviço da Igreja e Camera” 6 bois e um carro. Não percebemos por que motivo, e havendo este excedente, o professor de primeiras letras não fora contemplado. Um dado que é inserido apenas no mapa concernente à Vila de Extremoz é a existência e repartição de escravos, em número de 15, e entregues, na sua totalidade, à Igreja de S. Miguel. O mestre de primeiras letras não é aqui esquecido, ficando para si duas cabeças de gado, uma de gado vacuum e outra cavalar. Por fim, na Vila de Arez, o mestre recebeu três bois e um cavalo.

Em todos estes mapas ou tabelas de 1760, destacamos não existir qualquer menção à mestra de meninas, que se sabia existir em cada uma destas povoações. Esta ausência poderá denunciar uma manifesta desvalorização do seu papel na instrução dos ameríndios do sexo feminino, comparativamente com a acção exercida junto dos meninos. Por outro lado, e considerando os conteúdos programáticos ministrados, o

próprio estatuto seria diferenciado, gozando certamente o mestre de mais privilégios e maior destaque no contexto sociocultural destas povoações nascentes.

É precisamente após este inventário que nos surge um conjunto de trabalhos - com a particularidade de serem acompanhados de amostras de rendas e fiados - dos meninos que frequentavam as escolas de primeiras letras em cada uma daquelas povoações convertidas em vilas régias. Para a sua concretização, percebe-se que foram preparadas folhas com o mesmo cabeçalho, tendo depois sido anexadas, no sítio correspondente à povoação em causa, as produções dos alunos índios. A sua análise, que remetemos para a QUARTA PARTE, permite-nos observar as opções metodológicas e curriculares de cada mestre, além de, por outro, se poder comparar as produções escritas dos alunos de cada escola e entre escolas de povoações distintas.

9.4. Estado do ensino e das missões na ausência dos inacianos

Ainda no século XVIII, a Companhia de Jesus era, incontestavelmente, a instituição com maior visibilidade e credibilidade no âmbito da educação, concorrendo com ela mestres particulares (que também ali haviam feito os seus estudos), assim como outras ordens religiosas, de entre as quais se vinham afirmando os Oratorianos³⁶⁹. Apesar de a sua rede de colégios dominar os estudos à escala mundial, deixara de ser encarada do mesmo modo e com o mesmo entusiasmo dos séculos anteriores. Apontara-se o declínio dos seus estudos, a falta de interesse das matérias, a precisarem há muito de renovação.

Sabemos hoje que esta situação não se estendeu a todas as matérias. Se nas reformas ditas pombalinas se condenara o seu «escuro método», aludia-se sobretudo ao ensino de duas disciplinas: Filosofia e Latim. No caso da primeira, parecia haver uma forte resistência interna ao recurso a tendências mais modernas, a outros autores que não os clássicos. Ainda que comumente se associe esta disciplina, no âmbito da educação jesuíta, à Escolástica medieval, na verdade compreendia “conhecimentos muito mais

³⁶⁹ Cujos métodos e manuais eram muito apreciados por D. João V. Enquanto este monarca conferiu inteiro apoio e protecção aos mestres da Congregação do Oratório, paradoxalmente a Companhia de Jesus viu ser-lhe negada a autorização para modernizar os estatutos do Colégio das Artes. CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Gulbenkian, 2001, p. 399.

amplios”, recorda Rómulo de Carvalho³⁷⁰. Por outro lado, ainda que se reconheça que a doutrina filosófica vigente nos seus colégios era sobretudo de raiz aristotélica, devemos ter também presente que o repúdio a novas correntes – nomeadamente ao cartesianismo - não foi prática generalizada. Como demonstra Miguel Monteiro, casos houve de professores que, sujeitando-se a severas sanções, ousaram trazer para a sala de aula obras e teorias que fugiam ao imposto no curriculum³⁷¹.

O modelo de aulas régias não conseguiu suplantar o sistema jesuíta, gerando grande insatisfação em várias localidades que haviam sido beneficiadas com a presença dos seus colégios. É certo que se procurou controlar o exercício da profissão docente mesmo a título privado, obrigando-se à obtenção da devida licença, facto que, a par das reformas públicas, contribuiu, paulatinamente – e mesmo apesar de todos estes obstáculos – para um novo entendimento da importância do professor de primeiras letras como agente social (e estatal) competente e moralmente exemplar, devidamente preparado para a formação das novas gerações, contrariando o estigma de há séculos.

Em termos gerais, a transição para um novo modelo de educação foi sentido, de forma progressiva, como perda de qualidade no ensino. Uma vez fechadas as escolas, as reacções não se fizeram esperar.

“Este facto excitou grande clamor na cidade, para abafar o qual o Governador conseguiu dos Franciscanos que ensinassem Latim, ameaçando simultaneamente, por um decreto aos estudantes, que, se não comparecessem àquelas aulas, seriam obrigados a servir na milícia. Mais tarde Carvalho mimoseou a Colónia com novos mestres da sua laia, enviados do Reino, os quais se mostraram tão competentes, que o povo retirou os seus filhos dizendo abertamente que os preferia ver ignorantes a irem beber ideias avariadas, e aprender maus costumes.”³⁷²

A ausência dos jesuítas nem por isso favoreceu quanto se esperava a educação pública. Com a expulsão dos pedagogos inicianos, as tentativas de implementação de um novo sistema de ensino ocasionaram, não raras vezes, uma ausência por longo tempo de ensino das primeiras letras:

³⁷⁰ CARVALHO, Rómulo de, *op. cit.*, p. 375.

³⁷¹ MONTEIRO, Miguel Correa, *Inácio Monteiro: um jesuíta português na dispersão (1724-1812)*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 2004.

³⁷² FERNANDES, P.^o António, *op. cit.*, p. 59.

“A segunda falta, e necessid.^e que há nesta Republica hé de duas, ou ao menos huma escolla publica de ler, e escrever, o que não há há muitos annos, nem tem subsistencia pela pobreza do povo, donde resulta haver tanta mocid.^e perdida, e mal educada, o que nam seria se houvesse hum M.^e ou dois, capazes, que os ensinasse a ler, e escrever pelo estillo da Corte, e ainda a Doctrina Christãa, que tambem hé da obrigação dos Mestres, e faria muito fructo a D [eos], e à Republica desta Ilha, onde se contem p.^a sima [sic] de doze mil pessoas, sendo a mayor parte da mocid.^e mal educada por falta de Mestres^{4f}, e das boas escollas, e assim bem instruidos sahem mais habeis para o estudo.”³⁷³

A substituição da rede de colégios pelo modelo das aulas régias levou a uma organização escolar mais débil e de difícil controlo, sobretudo a longas distâncias. São vários os sinais de insatisfação da população em relação às condições de ensino: os mestres que tardavam em chegar ou a sua total ausência, existindo vagas por prover, a fraca qualidade, má preparação ou conduta duvidosa de alguns, a ruína ou desadequação de espaços improvisados, que mal se poderiam designar de verdadeiros «estabelecimentos de ensino». Com respeito a esta última circunstância, Maria Isabel Baptista adianta que, mesmo em pleno século XIX, as escolas régias se achavam sem instalações próprias, muitas delas funcionando em habitações particulares, regra geral sem as mínimas condições para se poder dar aulas³⁷⁴.

Os primeiros professores régios, uma vez chegados a Pernambuco, vivenciaram uma experiência longe de tranquila. Alguns chegam mesmo a apresentar as suas queixas e desabafos ao Director geral dos Estudos, D. Tomás de Almeida³⁷⁵. Acusados de várias faltas, nomeadamente de não acatarem as decisões do Comissário de Estudos de Pernambuco e de não darem as aulas nas horas estabelecidas, sublinham, por seu turno, que um professor da Paraíba tinha estado vários meses sem dar aulas e que ninguém o havia notado. Alegaram, em sua defesa, serem os seus alunos particularmente pouco assíduos. Zelosos da concentração dos alunos nas lições, do seu bem-estar e do seu adiantamento, resistiam aqueles professores à intervenção de outros com o intuito de celebrar-se certas festividades – o que constituiria mais um motivo para suspender as

³⁷³ Carta do Cónego Pedro Pereira da Silva para o Director dos Estudos, D. Tomás de Almeida. Funchal, 18.11.1760. AGAL, Códice n.º 175, “Exames e concursos no Reino e no Ultramar”, 1760-1769, documento 17, 4f-4v.

³⁷⁴ Maria Isabel Alves Baptista, “Currículo e ensino: uma leitura paralela nas escolas régias e nas escolas regimentais na província de Trás-os-Montes”, in *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, 1, pp.85-112.

³⁷⁵ Carta de Manoel de Mello e Castro ao Director Geral dos Estudos, Tomás de Almeida. Olinda. 7 de Agosto de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 165f a 167v.

actividades lectivas. Ao que parece, crendo no testemunho deste docente, Manoel de Mello e Castro, tal era prática assaz frequente naquele governo:

“[...] nas classes entra qualquer pessoa distinta, e juntam.^{te} mandalos assistir a varias festividades como agora proximam.^{te} o fizerão na de S.^{to} Ignacio, e o fazem todas as vezes q. lhes pedem alguãs Religiões ou pessoas como é costume nesta terra, ao qual não temos satisfeito porq. julgamos q. pr.^o está a lei publica, e com ella nos costumámos desculpar sempre em semelhantes occaziões, ainda q. por isso não chamem descortezes e soberbos, e se alguã satisfizemos a dita cortezia, é qd. pode ser depois de satisfeitas as obrigações da Classe entrando por isso mais cedo, mas d.^{to} este inimigo nosso tem vista de lince p.^a descobrir o q não he, e de toupeira p.^a não descobrir o q. existe”³⁷⁶.

Aludindo mais especificamente às férias, argumentava-se que as estabelecidas por lei não fazia sentido serem naquele período para aquele território, visto o clima ser tão diferente.

“Lembre agora aqui representar a V.^a Ex.^a os gd.^{es} inconvenientes q. á [sic] em darse o mes de ferias grandes por Setembro conforme determina a lei, porq. sendo este clima m.^{to} diferente do reino, vem a ficar as ditas ferias no inverno seguindo-se disto tomarem os estud.^{tes} dois mezes de ferias [:] um o dito promulgado na lei e outro q. elles pella festa do Natal perdem no estudo porq. no dito tempo costumão sair as pessoas quazi todas da praça p.^a fora a moderar os ardentes calores da estação então mais fortes com os banhos, e largueza e liberd.^e q. á fora dos tumultos da praça, e saindo os Pais levão consigo necessariam.^{te} os f.^{os} o q. estamos experimentando: disto necessariam.^{te} se segue nos estud.^{tes} um damno irreparavel, e m.^{to} mais em paiz, aonde á tão gd.^e abundancia de preguiça, pello q. seria melhor mudalas p.^a os mezes de Dez.^{bro} ou Janeiro; disto mesmo antes de termos experiencia propria fomos informados por algũs naturaes do paiz, e o representamos ao S.^{or} Gen.^{al} e ao Juiz de Fora q. então fazia as vezes de Com.^o de V.^a Ex.^a e ambos dissêrão lhe parecia m.to conveniente a dita mudanca de ferias ^{166v} [...]; nos p.^a de algũ modo obviar o damno dos discipulos tomamos o trabalho de não termos ferias gd.^{es} conservando em todo o anno as classes abertas sem nos pouparmos ao trabalho”³⁷⁷.

Não era um facto novo: já os jesuítas o haviam notado e procurado adaptar o ensino às características específicas do meio. Contudo, a reorganização escolar implementada por Pombal fizera tábua rasa de cerca de dois séculos de instrução no Brasil, como daqui se depreende, carecendo de sistemáticas adaptações.

A fim de se vigiar mais de perto a prática docente, sobretudo para se determinar se os professores pagos pelo Erário Régio de facto eram fiéis cumpridores das reformas curriculares – com proibição do recurso aos métodos e obras da Companhia de Jesus –

³⁷⁶ Idem, ibidem, 166f.

³⁷⁷ Idem, ibidem, 166v.

os comissários de estudos – ou o seu secretário - delegados por D. Tomás de Almeida estavam, eles próprios, encarregues de realizar visitas ou inspecções às aulas em funcionamento. Foi o que sucedeu nas aulas de Gramática Latina estabelecidas em Igarussu, Goiana e Paraíba, uma inspecção que ficou a cargo de José Teodoro de Lemos Duarte, secretário do comissário de estudos de Pernambuco³⁷⁸. Apesar destas demonstrações de zelo aos olhos do Director Geral e demais autoridades do Reino, na prática não conseguiam atender a todos os estudos nem ocupar-se competentemente de aspectos do foro pedagógico e de verdadeira gestão escolar, preocupados que estavam em somente ostentar serem fiéis cumpridores da burocracia implicada. Por ironia do destino, o responsável pela direcção dos estudos em Pernambuco, o ouvidor-geral Bernardo Coelho da Gama Casco³⁷⁹, indigitado por D. Tomás de Almeida, fora alvo de denúncia da parte de dois professores régios colocados naquela capitania, dado usar para uso próprio a arte de gramática latina do P.^e Manuel Álvares, expressamente proibida. Na verdade, habituado ao método antigo usado e amplamente divulgado não apenas nos colégios da Companhia, aquele comissário dos estudos consideraria estar impune à aplicação daquelas reformas, dado fazê-lo apenas para uso pessoal³⁸⁰. Foram aqueles mesmos professores que, no mês seguinte, se procuravam defender de todo um conjunto de acusações contra si dirigidas – certamente em retaliação deste comissário de estudos, de que até se afirma ter sido próximo dos padres da Companhia.

Poucos anos haviam passado sobre a aplicação das reformas educativas e já se acumulavam queixas e situações fraudulentas. A somar-se às legítimas queixas dos professores régios providos nas aulas abertas, contavam-se ainda os casos de inúmeros mestres persistirem em ensinar sem licença, numa concorrência directa ao sistema público que se pretendia implementar em Pernambuco e demais capitanias nordestinas. A fim de se apurar as circunstâncias em que os transgressores haviam ido contra o

³⁷⁸ Certificado do Secretário da Directoria dos Estudos da Cap. de Pernambuco, José Teodoro de Lemos Duarte, acerca da visita que fez às classes de Gramática Latina estabelecidas em Igarussu, Goiana e Paraíba. Recife, 8 de Março de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 199f e 199v.

³⁷⁹ Delegado com as funções de director de estudos naquele governo, cabia-lhe, nomeadamente, remeter certidões e demais papéis ao Director Geral, Tomás de Almeida. [Igarassú, Pernambuco], s.d. apud “Papeis pertencentes aos Professores de Pernambuco, cartas dos mesmos, certidoens, e informassões do Commissr.º e Gov.^o”. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 127f.

³⁸⁰ Atestado dos professores régios Manoel a Silva Coelho e Manuel de Melo e Castro. Pernambuco, 30 de Julho de 1762. Apud CARVALHO, Laerte Ramos de, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, São Paulo, Saraiva/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 209.

exposto no alvará de 28 de Junho de 1759, constituiu-se um Auto Sumário a 25 de Janeiro de 1762 para o caso de Alagoas³⁸¹, e outro a 28 de Julho do mesmo ano para Olinda³⁸². Para esse efeito, o Comissário dos Estudos em Pernambuco delegou funções noutras pessoas, fazendo-lhes chegar cartas de comissão, como se atesta abaixo pelo escrivão que procedeu ao sumário de Alagoas.

As informações coligidas junto de diversas testemunhas visavam denunciar os

“Trangressores do Alvará de Sua Magestade de vinte e oito de Junho de mil setecentos cincoenta e nove, e que não observão o contheudo no dito Alvará e as instruções que o acompanhão de sorte que se venha no conhecimento se ha, ou nam ha nesta villa e seu termo pessoa ou pessoas de qualquer qualidade e graduação que sejam que ensinem publica ou particularmente gramatica e as mais Artes declaradas na dita carta de Comissão, e Alvará Regio sem terem para isso Licença e aprovação da Directoria dos Estudos ou do dito Comessario Delegado da mesma Directoria, como tambem se pratica ainda o ensinar a dita gramatica latina pelo methodo antigo que praticavão os Padres Jezuitas nestes Reynos e seus Dominios. E mandou o dito Ministro se noteficasem testemunhas para serem perguntadas desta Villa e dos lugares do termo de boa experiencia, e noticia para serem perguntadas sobre o contheudo neste auto, e autoasse [?] a dita carta de Comissão e se procedesse ao dito sumario”³⁸³

O processo decorreu na casa do ouvidor geral e corregedor da comarca (Manoel de Gouveia Álvares). É para nós de extrema importância a carta de comissão aí transcrita, dado revelar em detalhe a natureza das funções delegadas, bem como o motivo pelo qual tal é feito, dando conta das estratégias a que a administração local recorria. Merece ainda particular reparo o cuidado na selecção das testemunhas, para além da descrição do processo em geral no apuramento destas informações sobre o ensino que se processaria à margem da lei. Inquirida sobre este objecto, uma das testemunhas, homem casado de cerca de 30 anos, morador na referida vila, declarava:

“[...] que nam consta a elle testemunha de modo algum que pessoa alguma ensine gramatica nem dê ^{205v} outros estudos particular nem publicamente, tanto nesta villa como no seu termo mais que Joze Vieyra de souza que veyo de Pernambuco ensinar os ditos estudos da gramatica com licença do Doutor Dezembargador Ouvidor geral de Pernambuco Comessario Delegado da Direcçam dos mesmos estudos, antes elle testemunha sabe por ver³⁸⁴ que alguns Mestres de gramatica que ensinavão neste mesmo

³⁸¹ Sumário de testemunhas relativo a mestres que ensinavam sem licença em Alagoas, cabeça de comarca da Capitania de Pernambuco. Alagoas, 25 de Janeiro de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 204f a 208v.

³⁸² Auto sumário relativo a mestres que leccionavam gramática latina em Olinda sem licença. Recife, 28 de Julho de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 187f a 192v.

³⁸³ Sumário de testemunhas relativo a mestres que ensinavam sem licença em Alagoas, cabeça de comarca da Capitania de Pernambuco. Alagoas, 25 de Janeiro de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 208f-208v.

³⁸⁴ Constituía testemunha ocular dos factos que em seguida se relatavam.

termo antes de vir o dito Joze Vieyra de Souza e so por se dizer se prohibia o ensinar pela arte do Padre Manoel Alvares despedirão logo os estudantes e por nenhum partido quiserão mais ensinar nem em publico, nem em particular e que tambem tem ouvido dizer a muitos estudantes de fora que nam poderão mais continuar com os ditos antigos Mestres por estes os nam admetirem ^{206f} [...]”

É possível observar que os professores que estavam habituados ao método antigo de ensinar Latim não se procuraram adaptar ao novo, suspendendo a sua actividade. Uma vez mais se misturam aqui factos com boatos. Veja-se igualmente o impacto de tais imposições junto dos estudantes, os quais ficaram prejudicados no seu percurso escolar – ao que parece, não terá havido uma equivalência dos estudos que entretanto tinham feito. Outra testemunha, homem viúvo de 41 anos e morador na mesma vila, reiterou aquelas palavras, acrescentando ainda mais detalhes que nos ajudam a reconstruir certos aspectos muito concretos:

“não consta a elle testemunha que nesta villa e seu termo haja Mestre algum de gramatica que a ensine publica, ou particularmente depois ^{206f} que veyo de Pernambuco nomeado Mestre da mesma Joze Vieyra de Souza que ensina publicamente nesta villa, e Joze Maria de Almeyda que ensinava gramatica na Povoação de Sam Miguel vindo a esta villa na occazião da festa de Sam Francisco de Borja em Outubro de mil setecentos e secenta vendo fixado na Praça o Edital da proibição dos Mestres da gramatica logo publicou que mais nam ensinava e com effeito vio elle testemunha que desde então para cá nam continuou mais o dito Magisterio, nem lhe conhece discipulo algũ da dita profissão da gramatica, nem das mais Artes de que falla o Alvará de S. Mag. ^{e 206v3}”

Um rapaz de dezanove anos, filho do Capitão Reinaldo Pereira, prestou declarações na qualidade de ele próprio ter aprendido com os tais antigos mestres – logo, através do método banido – tendo ele mesmo sido privado das suas lições, afirmando “que desde o tempo da proibição outros condiscipulos delle testemunha não continuarão em aprender pelos referidos Mestres os regeitarem ^{207f3}”. Todos foram peremptórios, afirmando que de facto, desde a proibição, a única pessoa que efectivamente lecciona na vila e seu termo é apenas o professor régio oficialmente designado e para aí destacado. Vejamos ainda o testemunho de do escrivão da vara do Meirinho da Provedoria, de 31 anos:

“antigamente havia Mestres de gramatica repartidos por esta villa e pelos lugares de seu termo [:] porem depois que veyo hum Edital de Pernambuco em que se dava nova forma aos ditos estudos e se chamavão a exame os ditos Mestres deixarão elles logo de ensinar ficandolhe somente o nome de Mestre como ainda lhes chamão como he o Reverendo Padre Accurcio [?] Pereyra, o lecceniado Atanasio Rodrigues ^{208f} [...], e Joze Maria de Almeyda porem não tem exercicio algum dos ditos Magisterios nem publico nem particular desde o dito tempo do Edital ^{208f3}”

Afinal, as reformas produziram efeito não apenas na tentativa de substituição da rede escolar jesuíta, mas igualmente na regulação da actividade docente de cariz privado. Dados os testemunhos veiculados nesta documentação, pelo menos no concernente à capitania de Pernambuco, apercebemo-nos de que seriam em grande número os mestres particulares de gramática latina, o mesmo se devendo passar no caso do ensino das primeiras letras, tanto mais quando alguém mesmo com formação medíocre a Latim as poderia ensinar. Estranhamente, ou talvez não, os antigos mestres recusaram-se a continuar as suas aulas. Temeriam o processo de exame e que não obtivessem a necessária certificação? Estariam, acreditamos, renitentes em aderir à mudança metodológica imposta, partidários da prática fundada na gramática de Manuel Álvares e não conseguindo ensinar por outro modo ou com recurso a outro manual. Afirmam-se ainda, com frequência, que as reformas pombalinas tiveram como opositores nos concursos pessoas de formações e profissões diversas, muitos dos quais sem qualquer preparação para dar aulas. No entanto, bem pior seria a situação anterior, quando inúmeros mestres davam aulas, sem estarem sujeitos a qualquer tipo de controlo.

Quanto às informações veiculadas pelas testemunhas inquirida para o caso de Olinda, todas devidamente identificadas e em alguns casos com a respectiva filiação - um jovem de 16 anos, um soldado branco de 23 anos, um homem branco de c. de 30 anos, um «homem pardo» de 27 anos, alfaiate de profissão, um homem branco de 52 anos, todos moradores na cidade de Olinda - existe alguma imprecisão, o que não deixou de ficar registado. Inquirindo-se a testemunha mais nova de todas, colocada logo em primeiro lugar, referira que

“ [...] por ouvir dizer publicamente que hum filho de Jozé Luis Barboza de quem não sabe o nome, e só sabe que se appellida de Alcinho o Barbozinha, ensina gramatica latina aos filhos do coronel Domingos Fernandes assistente no seu citio dos frons da cal, o que faz contra as ordens e direção [sic] do novo metido [sic] dos estudos, por quanto o dito Barbozinha não foi aprovado por examem como sam os mais mestres que emsinão, porem que não sabe se os ensina pello metido [sic] novo ou pello antigo, e sabe mais que o estudante Joseph Felix filho de Francisco da Cunha aprende gramatica com hum frade Bento, de quem não sabe o nome, o que elle testemunha sabe por lho dizer o mesmo Joseph Felix porem não sabe o nome do dito frade e outro sy sabe mais que Francisco Bezerra filho de Miguel Bezerra aprende gramatica no mesmo Convento de Sam Bento, o que elle testemunha sabe por confição do mesmo Francisco Bezerra,

porem que os sobreditos aprendem ^{188f} pello metido [sic] novo, mais que não sabe se o frade que emsina a hum, se emsina ao outro”³⁸⁵

Não será, pois, de admirar o destaque conferido a esta testemunha, dada a riqueza das suas denúncias. Era ele, aliás, quem mais perto estava do público-alvo, partilhando da mesma faixa etária.

A fazer fé nos restantes testemunhos, percebemos que as aulas a título particular seriam feitas umas vezes a pedido de quem tinha posses para as pagar, outras estabeleciam-se entre vizinhos, não deixando de estar envolvidos clérigos, nomeadamente beneditinos. Quanto aos estudantes a seu encargo, refere-se que uns teriam já entretanto assentado praça – e por isso deixado de ter estas aulas – e um outro ordenado sacerdote. Outras testemunhas, menos informadas - um alfaiate, um «homem pardo» e um «homem branco» - não prestaram declarações que servissem a estas denúncias. Ainda assim se concluíra que Manoel Barbosa – o tal Barbosinha – ensinara contra as ordens régias, ficando impedido de continuar a exercer esta prática sem antes se submeter a exame e ser aprovado.

Na década de 70, já sob o período em que os estudos menores foram cometidos à Real Mesa Censória, ainda se vivia uma grave carência nos estudos desta capitania. Em 1771 foram criadas 4 aulas de ler e escrever, 4 de Gramática Latina, 1 de Retórica e 1 de Grego. Recorde-se que, em termos económicos, não era um território muito abonado, à vista de outras capitanias do nordeste brasileiro.

“A indigensia, q experimentão os Naturais moradores desta Cidade da Paraíba de Professores de Letras, para a educação de seos filhos, nos comove implorar a V. Mag.^e o providente remedio desse necessario bem, porq suposto pelo extrimínio [sic] dos PP. Jezuitas q os instruião, ficase sem M.^e (por Prov.^{am} da Junta de Pern.^{co}) satisfazendo esta falta, pouco tempo [?] no exercisio, pela do ordenado, q nunca se lhe cumutou [...]”³⁸⁶.

Em alternativa, e observando-se, afinal, como havia dificuldades em prover os mestres por não haver como lhes pagar, sugeriu-se que se recorresse aos religiosos de S.

³⁸⁵ Auto sumário relativo a mestres que leccionavam gramática latina em Olinda sem licença. Recife, 28 de Julho de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 188v.

³⁸⁶ Carta dos oficiais da Câmara da Paraíba, ao rei [D. José I]. Paraíba, 30 de Abril de 1772. AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1925, rolo 29.

Bento, S. Francisco e S. Carmo que se encontravam na Paraíba. Por ofício de 6 de Novembro de 1776, o governador da Paraíba voltou a insistir na mesma questão:

“Depois q se expulsaram os chamados Jesuitas ficou esta cid.^e, e Capitania sem M.^{es} de Gramatica, e se vai toda a mocid.^e creando sem estudos, e brevemente se reduzira tudo a huma sensivel ignorancia.

Ja expuz este requerimento a S. Mag.^e que mandou procurase q providencia do Director dos Estudos que ate este ponto a não deu.

Pareciame justo que os P.^{es} Franciscanos fossem insinuando Gramatica assim como a estam praticando na v.^a do Cayru do Penedo e de Igarasu e na cid.^e de Sergipe onde os Religiozos são M.^{es} publicos de Gramatica”³⁸⁷

É, para nós, curioso observar o facto de nas localidades mencionadas se observar a predominância de mestres públicos religiosos, neste caso franciscanos, o que justificará a opção de D. Maria I, num tempo não muito distante desta data, os prover no ensino das letras tanto no reino como no Brasil. Destacamos, ainda, a dificuldade sentida na comunicação com o Director dos Estudos, numa fase em que a tutela dos Estudos Menores cabia já à Real Mesa Censória. Não percebemos, por ausência de elementos neste documento, se falará do Director daquela capitania da Paraíba, ou directamente do membro encarregue dessa pasta na Secretaria dos Estudos Menores, órgão integrante da supracitada instituição.

Observámos, contudo, que nas décadas de 1780 e 1790 se conseguiu prover várias localidades daquele governo com professores régios de primeiras letras, em número superior aos de Gramática Latina³⁸⁸ (cf. Anexo 34). O seu ordenado era, naturalmente, bastante inferior ao destes últimos, estando todos dependentes da soma que se conseguira reunir nos cofres do Subsídio Literário. Não obstante depender em grande medida dos cabedais extraídos da criação de gado, as somas vinham decrescendo ano após ano, o que nos leva a supor a crescente falta de verbas não só para pagar os professores, como toda a máquina burocrática de gestão e administração dos estudos nas capitanias do governo de Pernambuco ainda ao tempo de D. Maria I.

³⁸⁷ Ofício do governador da Paraíba, brigadeiro Jerónimo José de Melo e Castro, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Paraíba, 6 de Novembro de 1776. AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1977, rolo 30.

³⁸⁸ “*Balanço da Receita e despesa do Cofre do Subsídio Literario, cujo rendimento provem de 221 reis por cada cabeça de gado vacum, onde não há arrobação; de hũ Real por libra de carne fresca, e de dez reis por cada canada de agua ardente, que se estilla na terra, pertencentes ao anno de 1788*”. ANTT, Capitanias do Brasil, 696.

Logo no início do seu reinado, D. José I demonstrara particular empenho na questão o cativoiro dos Índios, de modo a constituí-los seus vassalos. Ao dirigir-se a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, recordou as providências que se haviam tomado no passado: desde a abolição do cativoiro de índios pela Lei de 1 de Abril de 1680, passando pela permissão em alguns casos pelo Alvará em forma de lei de 28 de Abril de 1688 – uma vez ponderados alguns inconvenientes na liberdade dos mesmos – ao pretexto encontrado pela própria Junta das Missões na atribuição de licenças de cativoiro, facto que conduziu à ordem do Conselho Ultramarino, de 21 de Março de 1747, em as tornar nulas, além de se ter determinado o recolhimento da Tropa de resgate, com confirmação da mesma ordem por Resolução de 13 de Julho de 1748³⁸⁹.

Assim, quando em 1751 D. José I escreve àquele governador sobre o modo como deveria de proceder com os índios e missões do Maranhão e Pará, procedia-se já à preparação do processo de conversão das missões em aldeias, que se estenderia a toda a colónia. Percebe-se o extremo cuidado com que se perspectivou esta mudança e o interesse que as autoridades tiveram em recorrer ao trabalho dos índios livres nas suas próprias terras, em detrimento do recurso aos escravos africanos. Reflecte-se, inclusivamente, sobre o salário que se deveria atribuir, ponderando-se, como ponto de partida, o que se atribuíra em Lisboa, cabendo por sua vez às câmaras e à Junta das Missões constituir uma tabela de salários, diferente da que até então existia e em respeito das dificuldades económicas locais. Naturalmente que entre a justa compensação do trabalho dos índios e as demandas dos moradores, seriam os primeiros a vivenciar uma situação mais desprotegida, como outras fontes documentam.

Este texto permite-nos ainda compreender a importância atribuída à constituição de um corpo de Tropas regular nas nascentes vilas indígenas, como suporte ao Governador para a execução das suas ordens, pelo que deveria ser menos numeroso, melhor remunerado e provido de munições.

Por esta altura, em pleno início da governação Josefina, não sobressai do texto da instrução de 1751 nenhuma particular animosidade relativamente aos missionários.

³⁸⁹ D. José I, Instrução que V. Mag.^{de} hé servido mandar dar a Francisco X.^{er} de Mendonça, Governador, e Capp.^{am} General do Estado do Pará e Maranhão. Lisboa, 30 de Maio de 1751. in *[Instruções régias para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre limites territoriais, administração, missões e índios, repressão do poder ecclesiástico, doutrina veiculada pela Companhia de Jesus, representação do Padre Malagrida e privilégios do Maranhão]*, [Manuscrito], [s.l.], 1751. BNL, Reservados, PBA. 626.

Com efeito, antes se procura usar da sua acção para mais facilmente convencer os índios a se fixarem nas aldeias projectadas. A atenção dedicada ao labor dos missionários parece enquadrar-se na lógica moderna da relação do homem com o trabalho. Considerou-se, por isso, determinante que nas missões da América portuguesa se insistisse na aprendizagem de ofícios, facto que aqui se sublinha ser mais comum ou próprio das missões jesuítas castelhanas. Eis um outro ponto que assinala o interesse e valor atribuído pela Coroa face às reduções jesuítas, aqui na questão de um ensino que poderíamos designar como profissional. Além desse facto, a própria configuração urbanística das reduções entre os Guaraní inspirou o plano das vilas indígenas que mais tarde foram constituídas. A argumentação para a necessidade de se estabelecerem povoações no Norte do Brasil sustenta-se, na perspectiva do Rei, também na defesa de incursões de Franceses e Holandeses, nomeadamente na região do cabo do Norte, razão pela qual se recomenda a Francisco Xavier mandar missionários.

Anteriormente, poder-se-ia não atribuir particular cuidado a questões de ordem prática quanto ao aldeamento de comunidades indígenas: para os fins ambicionados, não interessariam os meios. Confiaria a Coroa na observância que as autoridades locais fariam das leis emitidas, assim como na eficácia das estratégias dos missionários autorizados a implantarem-se nas diversas partes do Brasil. Contudo, julgamos pertinente sublinhar como o Estado josefino assumiu um papel mais interventivo na regulação das aldeias. Isto a ponto de encarar as missões existentes – ao menos neste caso específico, de que Francisco Xavier é particularmente incumbido - como meio para que “se cultive, povoe, e segurem os vastissimos Países do Pará e Maranhão”³⁹⁰. Observamos que se insiste na antiga política de descimento de índios, assumindo os religiosos um papel vital na atracção dos mesmos. A justificação para a sua reunião poderá, essa sim, divergir um pouco, chamando o Estado a si mais vassallos para o que designa de “serviço público”. Um outro aspecto contrastante é o facto de o índio ser entendido não como ser inferior, mas antes como alguém capaz de descortinar o que caberá melhor aos seus interesses e que entende o valor de uma devida e justa remuneração pelo trabalho que pudesse exercer por conta própria ou de outrem. Depreendemos ainda a preocupação em se usar dos modos mais adequados nos contactos a estabelecer com os mesmos para estes fins, devendo usar-se não apenas da

³⁹⁰ in *op. cit.*, fl. 9.

devida diplomacia, como ainda se reforça a importância de se cumprir o que com eles se celebrar ou acordar, facto a que, ainda hoje, os índios dão particular importância. Naturalmente que tal cuidado advinha de experiências passadas, em que se demonstrara precisamente o contrário, por meio de enganos, ciladas e traições.

Um aspecto distintivo face à situação do Governo de Pernambuco tem a ver com o facto de, ainda ao tempo de D. José I, se irem descobrindo novas terras pelo interior dos sertões do Pará e Maranhão, sem se saber a que religiosos competiria a sua assistência. Ainda assim, destaca-se a preferência pelos missionários da Companhia de Jesus:

“20. Nas Aldeyas do Cabo do Norte que nesta instrucção vos encommendo muito cuideis logo em estabelecer e as maes, que se fizerem nos limites desse Estado, prefirireis [sic] sempre os Padres da Companhia, entregando-lhes os novos Estabelicim.^{tos}, não sendo em terras que expressamente estejam dadas a outras comunidades por me constar que os d.^{os} Padres da Companhia são os que tratão os Indios com maes caridade, e os que melhor sabem formar e concervar as Aldeyas, e cuidareis no principio destes estabelecimentos, evitar quanto vos for possivel o poder temporal dos Missionarios sobre os mesmos Indios restringindo-o quanto parecer conveniente.”³⁹¹

Faz-se ainda particular recomendação para o aldeamento de índios, “especialmente nos limites das Capitanias”, e ainda sublinhando “que se povoem todas as terras possiveis, introduzindo-se novos povoadores”. Ora sendo Francisco Xavier de Mendonça Furtado nomeado governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e datando estas instruções de 1751, não deixa de ser interessante a atenção conferida aos limites com a América Espanhola e ainda com a administração das aldeias de índios aí existentes. Responsável pela demarcação das fronteiras no Norte do Brasil com a América Espanhola, não se deixa de lhe encomendar informação do que sucedia por aquelas partes, tanto mais que o Tratado dos Limites implicava uma demarcação de terras tanto a sul como a norte. Para esse efeito, determinara-se o envio de Tropas de comissários, tanto espanhóis como portugueses, uns pelo Rio do Maranhão, ou Amazonas, e outros pelo Rio da Prata³⁹².

³⁹¹ In idem, *ibidem*, fls. 10-10v.

³⁹² “Tratado das Instrucções dos Commissarios da parte do Norte”. Aranjucu, 24 de Junho de 1752. in *[Instrucções régias para Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...], fl. 20*. Este importante documento estende-se até à fl. 30v, através de 28 artigos que definem as acções dos ditos comissários das duas coroas.

De tudo o que o Rei assinalara naquelas reflexões e instruções deveria Francisco Xavier guardar segredo e apenas confidenciar alguns parágrafos e matérias considerados relevantes com o governador da cidade do Maranhão, Luís de Vasconcelos Lobo. Recomenda ainda este monarca que Francisco Xavier usasse de grande prudência na escolha das pessoas com quem se comunicaria a fim de conseguir extrair a informação requerida e aplicar as medidas pretendidas.

Na Instrução de 31 de Maio de 1751 – emitida no dia seguinte - introduzem-se novos parágrafos, precisamente sobre a possibilidade de resistência dos missionários, o excessivo poder temporal nas aldeias e avultados cabedais que possuíam, ponderação sobre as solicitações do Padre Gabriel Malagrida a propósito da constituição de novos recolhimentos e seminários e cuidadosa análise de pedidos de edificação de conventos de freiras. Escreve-se a determinada altura:

“ 13. Se encontrareis nos Regulares e Pessoas Ecclesiasticas alguma deficiuldade sobre a mal entendida escravidão, que elles praticão com os Indios, como tambem nos estabelecimentos destes; a jornaes para a cultura das suas terras, por não encontrarem neste novo Methodo, tantas utilidades, como o que até agora praticarão; os persuadireis da minha parte, a que sejam os primeiros nesta execução das minhas reaes ordens, porque os seos estabelecimentos, de todas, ou da maior parte das fazendas que possuem, hé contra a forma da desposição da Ley do Reino, e poderei dispor das mesmas terras em execução da d.^a Ley, quando entenda que a frouxidão, e tolerância, que tem havido nesta materia, até serve de embaraço ao principal objecto, para que se mandarão a esse Estado as pessoas Ecclesiasticas, e Religiosas, e sobre o assumpto contheúdo [contido] neste paragrafo me informareis exactamente da sua execução com toda a especialid.^e, para cujo effeito vos ordeno que vades, e que mandeis, onde não podereis hir visitar todas as Aldeyas, sem embargo de qualquer Privilegio, ordem ou resolução, encontraria [sic], que todas hei por derogadas, como se fizesse expressa menção de qualquer dellas.”³⁹³

Se bem que para muitos moradores e colonos em geral a saída dos inacianos viabilizou a posse de terras até então adstritas às missões, além de proporcionar um recurso mais facilitado relativamente à mão de obra indígena, há muito ambicionadas, por outro lado não se deixa de assistir a uma preocupação face à ausência de instituições de ensino capazes e à altura da qualidade educativa proporcionada pelos colégios da Companhia de Jesus, como teremos ocasião de constatar a partir de cartas dirigidas ao Rei. Com a vigência do *Directório* (1757-1798), porém, boa parte das comunidades advindas das antigas missões foram descaracterizadas, grosso modo, “pela evasão dos

³⁹³ D. José I, Instrução particular que V. Mag.^{de} he servido mandar dar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador, e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará. Lisboa, 31 de Maio de 1751. in *[Instruções régias para Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]]*, fl. 25.

índios e pela ocupação de suas terras por elementos não indígenas”, muito embora outras tenham persistido com uma população maioritariamente indígena que mantinha ligações, sobretudo a nível económico, para não falar dos casamentos mistos, com a sociedade colonial³⁹⁴.

Num documento redigido pelo bispo de Olinda ao governador de Pernambuco a partir do Recife, a 12 de Maio de 1759, faz-se referência à questão da reunião de várias aldeias, sobretudo das pouco numerosas, e atendendo ainda à proximidade ou adjacência das terras de umas e outras. Também o Ofício de 25 de Maio de 1759 dá conta da situação das aldeias administradas pelos padres jesuítas, dirigindo-se o governador de Pernambuco ao ministro Sebastião de Carvalho e Melo, remetendo-lhe cópias das cartas supracitadas, colocando-o assim a par de toda esta problemática³⁹⁵.

Com as actividades da Companhia de Jesus suspensas, com excepção do praticado nas aldeias de índios, sendo encerradas as escolas a 9 de Maio de 1759³⁹⁶, o governador aprovou a *Direcção* a 18 de Maio do mesmo ano, tendo sido enviada às vilas e aldeias de todas as capitanias adstritas a Pernambuco, seguindo o modelo aplicado no ano anterior no Maranhão. Apesar das dificuldades observadas no processo de conversão das missões em vilas, os dados respeitantes a cerca de 1760 dão conta tanto dos trabalhos realizados pelos meninos índios, como do número de índios e índias que efectivamente frequentavam aquelas escolas de primeiras letras, como se registara no “*Mapa geral do q. produzirão as sette Villas, e Lugares [...] rapazes que andão nas Escolas, e estão aprendendo off.^{os}, raparigas nas mestras[...]*”³⁹⁷.

³⁹⁴ John Monteiro, « Aldeias », in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [coord.], *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 37.

³⁹⁵ Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao Secretário de Estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo. Recife, 25 de Maio de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7280, rolo 122.

³⁹⁶ COUTO, Jorge, *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património (1759-1777)*, vol. 1, Lisboa, [Tese de mestrado em História Moderna], Universidade de Lisboa, 1990, p. 126.

³⁹⁷ AHU_ACL_ICON, D. 1823, rolo 230.

Quadro 12 – Distribuição das crianças indígenas pelas escolas nas antigas sete missões

	V. ^a Viçosa R. ¹ N. ^o 1 ^o	V. ^a de Messejana N. ^o 2 ^o	V. ^a de Soure N. ^o 3 ^o	Monte mor o novo N. ^o 4 ^o	V. ^a de Arronches N. ^o 5 ^o	V. ^a de Extremoz N. ^o 6	V. ^a de Arez N. ^o 7 ^o	Total de todas
<i>Rapazes q andão na Escola</i>	63	124	100	40	60	147	87	621
<i>Raparigas q. andão nas mestras aprendendo a fiar, tecer, e cozer</i>	40	27	48	30	5	63	89	302
<i>Rapazes aprendendo varios off.^{os}</i>	5	4	8	3	3	8	9	40
subtotal	108	155	156	73	68	218	185	963

Vila Viçosa Real não se destacava em termos de formação infantil e oficial, mas sim Extremoz do Norte, logo seguida por Arês – povoação onde existia maior número de raparigas a usufruírem da aprendizagem de primeiras letras junto de mestras, mais que duplicando o total observado na antiga grande missão de Ibiapaba. No balanço da frequência lectiva por indivíduos do sexo feminino, notamos que os valores estavam muito aquém dos do sexo masculino – no total, correspondendo a cerca de metade dos que frequentavam as escolas de primeiras letras, isto sem contabilizar a aprendizagem de ofícios (muito embora as meninas já fossem introduzidas no domínio dos labores). Paradoxalmente, Vila Viçosa permanecia a mais populosa.

Quadro 13 – Número de habitantes nas vilas erigidas nas antigas sete missões

	V. ^a Viçosa Real	V. ^a de Messejana	V. ^a de Soure	Monte mor o novo	V. ^a de Arronches	V. ^a de Extremoz	V. ^a de Arez	Total de todas
<i>N.^o de Casais</i>	1061	308	180	66	375	319	284	2593
<i>N.^o de almas</i>	4441	1393	716	228	1434	1429	949	10588

A avaliar pelas informações constantes naquele mapa, mais de 15% da população da vila de Extremoz – falamos, igualmente, de uma percentagem que representa ao menos parte da população mais jovem ali existente – recebia algum tipo de formação educativa.

Através de um outro documento, datado de 1775, surge nova menção, embora significativamente mais precisa, sobre a quantidade de crianças existente nas vilas de

Arêz e Extremoz – trata-se do “*Mapa que mostra o numero dos habitantes das quatro capitanias deste Governo Pernambuco, Paraiba, Rio Grande, e Ceara, divididas nas sinco Comarcas Ecclesiasticas*”, elaborado no Recife a 1 de Outubro de 1775³⁹⁸. No global, aquelas populações conheceram um aumento notório: Arêz, cerca de sete centenas; Extremoz, rondando um milhar. Naturalmente que semelhantes dados reflectem a diferenciação de tipos de administração local e desenvolvimento económico específico de cada localidade e, não esqueçamos, um eventual envelhecimento da população, uma limitada taxa de natalidade ou até incidência da mortalidade na infância.

Procedendo-se à substituição dos jesuítas nas aldeias que até então administravam, o Tribunal da Consciência determinou que os sacerdotes seculares que fossem em seu lugar se sujeitassem a exame prévio. Para o caso da Bahia, esta mudança foi particularmente catastrófica, na medida em que, sendo desconhecedores das línguas indígenas – e não nos referimos apenas a línguas gerais – o trato com os índios far-se-ia de modo mais dificultoso. Mas tratando-se uma exigência do *Directório* o ensino da língua portuguesa nas vilas indígenas, proibindo-se o uso dos idiomas gentílicos, tal não se entenderia como facto importante, como, inevitavelmente, se concretizou. Caeiro sublinha, não obstante tais disposições, como não se deixava de ambicionar o recurso a antigos jesuítas linguas nesta nova empresa.

Num discurso claramente anti-jesuíta, encontramos evidências da preocupante situação em que as populações ficaram ao verem-se subitamente desprovidas de professores pelo Ofício dirigido pelo Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar a 25 de Maio de 1759:

“Porem como da inibição das ditas escolas, q logo se poz em practica, se seguio ficar o povo sentindo o incomodo de não ter Mestres, com quem seos filhos continuassem os estudos, a q os havião destinado, e resentidos [sic] desta falta na impossibilidade de poder a mayor parte contribuir com os estipendios para lhos darem particulares, me vy obrigado pela utilidade publica a fazer cessar seos clamores procuranndo, meyo, em q tivessem a devida, e necessaria accomodação.”³⁹⁹

³⁹⁸ Anexado ao Ofício do governador da capitania de Pernambuco, José César de Meneses, ao Secretario de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Recife, 10 de Outubro de 1775. AHU_ACL_CU_015, Cx. 120, D. 9193, rolo 158.

³⁹⁹ Ofício do Governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 25 de Maio de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7279. Rolo 122, 1f.

As medidas que procurou aplicar que de algum modo contornavam a questão passaram por averiguar a disponibilidade dos membros da Congregação do Oratório existentes na vila do Recife “e nas outras” – provavelmente nas imediações – para que “abrissem classes, e escolas de ler e escrever”^{1v}, considerando o prestígio e proveito que haviam conquistado na Corte, aludindo inclusivamente às aulas existentes nas Necessidades, com “conhecidos progressos, q se devião ao seo novo methodo no ensino de latinidades”^{1v}. Expondo as suas razões perante o Padre Prepósito oratoriano no Recife que desde logo não deu esperanças, acabaria por obter resposta negativa, por carta de 24 de Maio de 1759, alegando não existir religiosos disponíveis e por, curiosamente, não considerarem ser ministério próprio da sua congregação:

“Os empregos da congregação, e os de insinar Latim as mocidades publicamente são diversos [dos empregos próprios do seu estatuto], e tão diversos que para elles se fundarão na Igreja de Deos destiinctas Religioens como a Congregação [d]a Companhia de Jesus, os Padres das Escolas, os Padres sosmacos [?] &r.^a e seus fundadores entenderão que seus filhos em os cumprir tinhão bastante em que se ocupar no serviço de Deos”⁴⁰⁰

Acrescentou, pela natureza dos seus votos, os oratorianos eram clérigos livres: “hoje estamos na Congregação, e amanha podemos estar em caza de nossos Paez, e assim nunca a Congregação pode dizer que tem sujeitos certos, por cuja cauza ha de ter muitos sujeitos reservados para qualquer empregos ^{1v}”. Alegou inclusivamente que já as quatro Missões ocupavam e «faziam perder» muitos sujeitos, para além de notória falta de espaço e de sustento para tal incumbência, comparativamente com a Casa das Necessidades:

“Porem esta caza, nem tem com que sustente mais sugeitos, nem hum canto nella há em que se forme aula como a experiencia pode mostrar a quem quizer fazer; com que por todos os modos está impossibilitada para o que V. Ex.^a dezeja.”⁴⁰¹

Observada a falta de meios por parte dos oratorianos, o governador apostou no contacto com os franciscanos, chegando à fala com o Provincial da Província de Santo

⁴⁰⁰ Idem, ibidem.

⁴⁰¹ Ofício do Governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 25 de Maio de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 91, D. 7279. Rolo 122, 1v.

António daquele Estado que, casualmente, se encontrava em visita no convento do Recife. A resposta deste pautou-se pela celeridade, pois

“logo mandou abrir classes, e escolas, sem embargo de não ter accomodaçoens competentes, tanto na referida villa, como na Cid.e de Olinda, e Parayba, por serem as unicas terras deste Governo, em q as não tinhão por pertencerem aos referidos Jesuitas, para o q procedy a editaes, a por no povo a certeza de as haver promptas, como se vê do n.º^{1v}.”

Para melhor os estabelecer se sугeitarão não só a mandar buscar artes do novo methodo, mas a fazer aulas, e escolher Mestres dos maes capazes, q tem a sua Religião para o adiantamento dos discipulos, quando S. Mag.ª lhes permita a continuação de os ensinar, e tirando o incomodo, q os Pays destes sentião nas despesas, a q erão obrigados contribuir por conta de seos filhos, no ornato de figuras, e conserto de andores e carros, q lhe deitavão nas festas, e porcissoens [sic], q se tiinhão introduzido, de q lhes não tinhão a ficar menos onerosos os estudos, q se pagassem a hum Mestre”⁴⁰²

Buscava-se, assim, um meio pelo qual a Fazenda Real não tivesse de fazer um grande investimento, facto que aliás vem claramente assinalado nesta carta.

Com o processo de conversão das antigas missões indígenas sob a alçada dos jesuítas, foram constituídos novos agregados populacionais, na medida em que se implementara um diferente tipo de administração e um distinto plano de implementação da malha urbana, onde a disposição dos edifícios obedecia a regras muito próprias. Tratando-se de comunidades etnicamente heterogéneas, obrigava-se a uma convivência forçada não só entre «brancos» e ameríndios, como entre grupos indígenas linguística e culturalmente distintos.

“No dia dezanove partio o Ouvidor Geral para a criação das novas Villas, e lugares das Aldeyas, q administravão os mencionados Religiozos da Companhia, a quem dey todas as ordens, e auxílio competente a adiantá-la, e cartas persuasivas aos Indios pelas quaes os metia no conhecimento da grande obrigação em q ficavão ao novo Soberano pelos alivrar [?] da escravidão em q vivião, e posse na integra Liberdade, q por todo o direyto, lhes era permitida, como consta do n.º 3.”⁴⁰³

Uma das aldeias que contou com uma especial atenção foi a do Payacú, então convertida em Monte Mor o Novo da América – povoado menos significativo que só mais tarde viria a alcançar o título de vila. Ali se pretendia fomentar “decente trabalho da Agricultura, Commercio, Officios, e outros ramos indispensaveis da boa policia das

⁴⁰² Idem, ibidem, 2f.

⁴⁰³ Idem, ibidem.

terras, e opulencia dos que as habitão”, não se olvidara o envio de Mestres “para a educação de seus filhos”⁴⁰⁴. À semelhança desta, também a aldeia da Ibiapaba fora avisada da ida do Ouvidor geral, Bernardo Coelho da Gama Casco⁴⁰⁵, tendo-se igualmente comunicado o estabelecimento das antigas aldeias administradas pela Companhia de Jesus em novas vilas para o capitão-mor da capitania do Ceará na mesma data. O conteúdo desta última é particularmente relevante, na medida em que explica uma série de elementos cruciais para o sucesso deste projecto, destacando-se o facto de já acompanharem o ouvidor os mestres destacados para essas povoações:

“O Dez.^{or} e Ouv.^{or} Geral desta Commarca Bernardo Coelho da Gama Casco, vay por ordem especial de S. Mag.^e Fidelissima, estabelecer as antigas Aldeas, que administravão os R. Rg.^{os} da comp.^a em novas Villas, e Lugares, com os Vigarios, Coadjuutores, Directores, e Mestres que o acompanhão, e como para os referidos estabelecimentos lhe pode ser percizo [sic] por algum incidente auxilio de braço militar, V.M. lhe mandará sem demora e com toda a promptidão, todo [tudo] o que o mesmo pedir, pondo os Capitaens mores, Regentes e militares da sua jurisdiçam de acordo, para que concorão com elle logo que pelo mencionado Ministro lhe for pedido, pois a distancia do Sertão, não admite as longas demoras que pelos remontados se fazem indispensaveis.

O mesmo praticará a respeito de terem previnido os respectiveis Commandantes dos tranzitos por onde passar todos os viveres, forragens, e cavallarias percizas, a facilitar a continuação, e exito desta deligencia, advertindo-os que toda a ommissão que nesta parte tiverem lhes será não só estranhada, porem castigada com o rigor que merecem, para o que o referido Ministro fará os avizos necessarios.

E V.M., espero, e lhe recomendo coopere, não só para se publicarem logo sem demora em todas as Villas, e Lugares dessa Cap.^a as Leys, que mando, e S. Mag.^e Fidelissima foy servido expedir sobre esta materia, as quaes fará registrar nessa Secretr.^a, Provedoria da Fazenda e Camara, remetendo-me certidão ^{1f} de assim se ter executado, porem cuidando com mayor desvelo, em que não sejam interrompidas pela inobservancia, e transgressão que alguns moradores intentem fazer, porque a este havendo-os, serão castigados, como nellas se expende.

Directores, toca o cuidado dos Indios habitantes das suas respectivas Villas, e Lugares a que se destinão ^{1v}[...], o concorrer para que se não embarasse nem encontre em couza alguma as acertadas direcções que aos mesmos se prescrevem, para se dirigirem em beneficio dos mesmos Indios, e augmento do que a Real Intenção de S. Mag.^e procura fazer populozos e florentes [?] estes estabelecimentos.

Ds. G.^{de} a vm. Reciffe de Parnambuco. 18 de Mayo de 1759// Luis Diogo Lobo da Sylva”

⁴⁰⁴ Carta do governador para o Capitão-mor, oficiais e moradores da Aldeia do Payacú. Recife, 18 de Maio de 1759, 1v.

⁴⁰⁵ Carta do governador para o mestre de campo e oficiais da Aldeia de Ibiapaba. Recife, 18 de Maio de 1759.

O governador assinalava, porém, uma dificuldade: cabendo apenas a uma pessoa esta tarefa e não existindo mais “Ministros”, o processo iria certamente demorar muito mais tempo do que o desejado. Ao Juiz de Fora competira entretanto a tarefa do “sequestro das fazendas” dos jesuítas, missão penosa pela “duplicidade de títulos, e sua natureza obriga a não pequeno ^{2f} trabalho ^{2v}”. Para se colocar este plano em marcha, havia que pensar em como sustentar os novos cargos criados. Assim, em carta também de 18 de Maio de 1759, o governador dirigiu-se ao Provedor da Fazenda da Capitania do Ceará no sentido de este assegurar que os vigários, coadjutores, directores e mestres designados para cada vila tivessem salário a partir das cômguas. Recomendou ainda que o vencimento fosse feito de 3 em 3 meses.



Os jesuítas acharam-se no meio de uma perigosa encruzilhada e rapidamente foram envolvidos numa complicada trama. Não restam dúvidas de que, pelo menos da parte de Portugal, vinham conquistando inimizades, avolumando-se o número de histórias, intrigas, boatos e outras sem-razões que justificavam a aniquilação do seu poderio. No Brasil, foram temidos pelas suas influências nas mais altas instâncias, eclesiásticas e civis, a ponto de serem vistos como uma presença hegemónica e tirânica. Junto dos índios, temidos por uma pressuposta conquista que ia muito além do meramente espiritual, capaz de os subverter a uma nova ordem, a uma alternativa quer à condição de vassallos d’el Rei, quer à sujeição dos colonos nas suas fazendas e nas suas hostes. Acusados de cruéis maquinações, envolvendo a sujeição dos índios a trabalho escravo, a posse de inúmeros bens e rendimentos, o incitamento à revolta (sobretudo na questão dos sete povos do Rio da Prata), a não observância das disposições régias – ou, pelo menos, dos desmandos dos capitães-mores e governadores de certas capitanias – e a oposição relativamente às Companhias de Comércio – particularmente do Maranhão e de Pernambuco - os jesuítas acabariam por ser um alvo dilecto e muito apetecido.

Paradoxalmente, a implantação do sistema de ensino com as reformas josefinas caracteriza-se por uma “desigualdade da oferta escolar em que assentava a própria estrutura”, nota Rogério Fernandes, na medida em que a própria lei de 6 de Novembro de 1772 se regista “no duplo princípio da discriminação *regional* e *social* quanto ao

acesso ao ensino”⁴⁰⁶. Nestes termos, as sociedades ameríndias das vilas régias parecerão beneficiar da vantagem da escolarização, comparativamente com grande parte da população branca no Brasil (e no Reino). Porém, a sua inclusão nas escolas de primeiras letras funcionou, por si só, nos seus fundamentos e na relação com o *Directório*, como processo segregador: de um lado, tomando a instrução e catequese como meio essencial para alcançar um grau satisfatório de «civilidade», todos os que permanecessem enquadrados na educação e cultura indígena encontravam-se inteiramente à margem e mais sujeitos a práticas de discriminação, exploração e violência – convertendo-se em gentios ou tapuias mesmo aqueles que, uma vez catequizados e instruídos, tornassem à condição «selvagem» ou «natural». Por outro lado, a imposição da aprendizagem escolar, do abandono das práticas ancestrais da sua cultura-mãe e a proibição do uso da sua língua materna constituem forte discriminação de um grupo cujo estatuto é desvalorizado – ainda que os indivíduos constituíssem, ao tempo, um grupo maioritário.

De resto, como já tivemos ocasião de observar, nem a Direcção Geral dos Estudos Menores, nem a Secretaria dos Estudos Menores da Real Mesa Censória se haviam ocupado directamente da tutela do ensino público de primeiras letras nas povoações ameríndias convertidas em vilas régias no Brasil. Distantes da realidade específica de cada circunscrição de tão gigantesca colónia, passara tal incumbência para os seus comissários subdelegados, para os próprios governadores e bispos. A arbitrariedade reinava, por isso, na administração escolar ultramarina, cuja acção surge marcada pela subjectividade dos critérios adoptados, por um «carácter pessoalista» que geraria vicissitudes variadas⁴⁰⁷. As reformas perpetradas no reinado de D. José, por seu turno, de facto não passariam pela laicização absoluta dos conteúdos programáticos, embora com uma marcada tendência para a escolha de docentes laicos⁴⁰⁸.

Naturalmente que ninguém ousaria, por aqueles tempos, contrariar as determinações régias. Acreditamos, até, que a repetição dos argumentos ali usados até à

⁴⁰⁶ FERNANDES, Rogério, *Educação e Ensino Popular na Madeira (séc. XVIII-1840)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, p. 1.

⁴⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 4.

⁴⁰⁸ Cf. Rita Bettini, “Resultados preliminares de algumas comparações entre as reformas dos estudos gerais nos reinados de D. José e de D. Maria I, referentes aos Brasil”, in *II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*, [1998], Atas – vol. 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000, pp. 507-512.

exaustão nos mais diversos documentos oficiais da época fora expressão de inteira conformidade daquelas normas e prova indiscutível de apropriação do discurso oficial. Nunca a repetição - elemento tão central na própria metodologia de ensino na época - terá tido tanto sucesso na acção governativa em Portugal. Mas talvez ainda ninguém tivesse verdadeiramente compreendido a verdade por detrás da mentira histórica que por tantas gerações e em tantos espaços se tem perpetuado – causa maior de uma acusação severa que sentenciou a extinção de um grupo e que se alastrou, qual surto epidémico, pela Europa de então, tendo como primeiro foco Portugal e respectivas colónias ultramarinas.

QUARTA PARTE

DO ESPAÇO DA MISSÃO ÀS ESCOLAS RÉGIAS DE PRIMEIRAS LETRAS

Capítulo X: Métodos e recursos jesuítas e pombalinos

10.1. Educação indígena jesuíta e missionária

“La cuestión de la lengua y del habla de los diferentes pueblos nativos del país es un asunto que puede estudiarse desde distintos ángulos. [...] Para los antropólogos, un rasgo cultural heredado que sirve de medio para la transmisión de los sentimientos, las ideas y el saber que pueden reunirse bajo la denominación de hábitos sociales y culturales. Para el historiador, un fenómeno trascendente en el tiempo y en el espacio. Para el pedagogo es, no sólo la vía más importante de la educación sino el medio cultural de expresión de una persona, una de cuyas primeras necesidades consiste en desarrollar al máximo su aptitud para expresarse y realizarse como persona dentro de su grupo. Para los políticos es la expresión de los sentimientos nacionalistas y de las rivalidades locales.”

Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX), in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Amerindias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, p. 87.

Encarada como medida central no projecto expansionista ultramarino, cedo as Coroas ibéricas se empenharam na promoção o ensino da leitura e da escrita junto dos jovens indígenas. Enquanto Albuquerque atestava, por carta a D. Manuel I, o recebimento de cartilhas para ensinar as primeiras letras junto dos naturais da Índia, também os Reis Católicos atenderam às vantagens da língua como estratégia do seu projecto de hegemonia, nomeadamente nas Leis de Burgos, na determinação régia de 1512. A ideia da imposição do castelhano como única língua comum surgiu reforçada à medida que, pela exploração do território, a Coroa se foi apercebendo do plurilinguismo americano, pelo que é reforçada a necessidade do ensino deste idioma ibérico naquelas paragens, através da legislação emitida a 7 de Junho de 1550.

“Esta disposición procuraba alcanzar dos metas fundamentales. En primer lugar, acelerar la evangelización de los indios y, en segundo término, introducir la «policía y buenas costumbres» hispánicas dándole al castellano el carácter de lengua de civilización y de cultura.”

Um processo que resultou numa aculturação mais rápida no Novo reino de Granada, contrariamente ao verificado no México e no Peru¹.

Contudo, a catequização dos índios realizada na língua dos colonos espanhóis deparou-se com um grande obstáculo:

“Los indios aprendían la doctrina cristiana y la repetían ‘como papagayos’ sin entenderla, como lo escribió en 1558 el licenciado Rodrigo de Grajeda quien al mismo tiempo, recomendó que la castellanización, fuera una actividad de los doctrineros previa a la evangelización”².

Uma vez identificado o problema, logo em finais do século XVI se ensaiou uma política mais agressiva em termos de «castelhanização» de todas as comunidades ameríndias, procurando inibir o uso das línguas nativas em benefício da língua dos conquistadores³.

É facto que também nas possessões da Coroa portuguesa se foi abandonando a introdução dos índios na aprendizagem da língua dos colonos através de uma educação escolar de tipo formal. Em ritmo inverso, a doutrinação em língua indígena foi-se impondo e alargando, acompanhando o crescente à vontade dos missionários no seu conhecimento e domínio. Como tal, sem constituir uma medida de Estado, nem, tão pouco, uma prerrogativa da Companhia de Jesus – poderíamos estender idêntica observação às restantes ordens que, no Brasil, se ocuparam das missões indígenas – o «aportuguesamento» constituiu uma primeira fase de contacto com o elemento indígena, sem, contudo, deixar de existir uma permeabilidade na comunicação, dando origem à mestiçagem linguística e cultural – e não apenas genética.

Não deixa de ser evidente a redobrada importância conferida à instrução dos autóctones de África, Índia e Brasil na doutrina cristã, assim como das primeiras letras, logo a partir do reinado de D. Manuel I. Com D. João III, a admissão da Companhia de Jesus em Portugal foi um convite estratégico, pensando-se em idênticas estratégias de

¹ Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX), in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, pp. 123.

² Idem, *ibidem*, p. 124.

³ Uma medida que esteve a cargo de Antonio González, membro do Conselho das Índias, ao tornar-se Presidente da Real Audiência de Santa Fé.

dominação sobre os povos descobertos. A afirmação de uma e outra Coroa parece, contudo, ter contornos algo distintos na sua política linguística no período de quinhentos: do lado português, o recurso em primeira mão a um grupo religioso, nascido ao tempo das disposições tridentinas e particularmente vocacionado para a acção junto das comunidades, vai permitir à Coroa portuguesa a implementação de uma rede de missões e de colégios, ao passo que a Coroa espanhola, ainda desprovida desses membros, vai apostar no reforço da castelhanização dos nativos americanos. Muitas vozes se ergueram pela necessidade de se inculcar a língua do dominador sobre o dominado, na plena consciência de que tal proporcionaria uma viragem praticamente absoluta da cultura nativa, contribuindo para uma “unidad de usos y costumbres como principio homogenizador”. Ainda assim, o próprio monarca espanhol, Filipe II (Filipe I de Portugal) contrariou o desejo de implementar medidas mais repressivas, como ambicionava o Conselho das Índias, sendo antes partidário de que os índios aprendessem a língua castelhana voluntariamente. Não obstante tal posição régia, o domínio da língua vernácula oferecia-se como condição *sine qua non* no exercício da cidadania pelos índios, inclusivamente no reconhecimento dos caciques aos olhos das autoridades civis⁴. Para todos os efeitos, tratava-se da língua oficial⁵.

Nas capitanias do Brasil, a educação escolar indígena conheceu um percurso não muito distinto. Através do processo de conversão das aldeias missionadas em vilas indígenas, o ensino do português conheceu uma nova fase. Este programa do reinado de D. José I teve a sua génese, como vimos, com a aplicação do *Directório dos Índios* em 1758 no Maranhão, cuja redacção esteve a cargo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador daquela Vice-província e irmão do Ministro Sebastião José. Numa época em que a alfabetização da população se encontrava ainda fortemente condicionada, oferecendo-se as aulas régias como um sistema avulso, de frágil coordenação e durabilidade, com as quais competiam os mestres particulares a que algumas famílias mais abastadas se permitiam ter, foram precisamente umas poucas

⁴ Idem, *ibídem*, pp. 125-127.

⁵ O sucesso das medidas espanholas conheceu tal sucesso que, no século XVIII, praticamente todos os índios sabiam falar castelhano, resistindo apenas algumas línguas indígenas em zonas periféricas e marginais, salienta Humberto Antorveza.

comunidades ameríndias brindadas com o ensino das primeiras letras. Por esta altura, recorde-se, com o encerramento dos colégios dos Jesuítas, a educação na colónia fora deixada um pouco à sua sorte. A própria intervenção da Direcção Geral dos Estudos no controlo e organização dos estudos no Brasil rapidamente se revelou de difícil operacionalização, muito embora se tenha procurado dinamizar um corpo de comissários de estudos, com todas as vicissitudes de que eram alvo, como já tivemos oportunidade de aprofundar.

Relativamente ao Nordeste brasileiro, as nascentes vilas indígenas conquistaram particular atenção, não desta Directoria, mas dos próprios governantes. Assim, em Pernambuco, foi o próprio Governador, ao tempo Luís Diogo Lobo da Silva, que se encarregou de demonstrar ao Rei a eficácia da civilização dos índios. Para tal concorrera, ao menos em teoria, a adaptação que fizera do *Directório* do Maranhão para aquele governo e capitanias a ele adstritas.

O próprio “*Mapa geral do q. produzirão as sette Villas, e Lugares q. nelle se declara para os Dizimos, Subsidios das Cameras, utilid.^e que tiverão os seos habitantes do serviço que fizerão aos moradores que os procurarão, rapazes que andão nas Escolas, e estam aprendendo off.^{os}, raparigas nas mestras, [...] thé 14 de Janr.^o de 1761 [...]*”⁶, fruto das informações encaminhadas elas diversas Câmaras envolvidas, testemunha o comprometimento das autoridades locais na aplicação das medidas preconizadas e da importância atribuída ao (pressuposto) sucesso das aprendizagens dos índios anteriormente aldeados e então já submetidos a uma nova lógica de tutela e incorporação à sociedade colonial⁷. A importância de fazer chegar estas informações junto do Conselho Ultramarino residiria, estamos certos, em dar conta do progresso das

⁶ “Mapa geral do q. produzirão as sette Villas, e Lugares q. nelle se declara para os Dizimos, Subsidios das Cameras, utilid.^e que tiverão os seos habitantes do serviço que fizerão aos moradores que os procurarão, rapazes que andão nas Escolas, e estam aprendendo off.^{os}, raparigas nas mestras, n.^o de cazaes, almas, pobres de um, e outro sexo, rapazes, e mossos solteiros, comp.^{as}, número de praças que comprehendem, Escravos, cabeças de gado vacum, cavallar, e meudo que se tem podido apurar desde o dia dos seus estabelecim.^{tos}, thé 14 de Janr.^o de 1761, e em que pelas distancias não pode hir incluido tudo o que renderão thé o fim do anno de 1760”. AHU_ACL_ICON, D. 1823, rolo 230.

⁷ Os elementos incluídos neste conjunto documental respeitam às localidades indígenas – com o título de vila ou apenas enquanto povoação – não apenas de Pernambuco, como as que se achavam em todas as capitanias que lhe estavam anexas.

povoações indígenas recém-constituídas. Não se esperou muito até se exigir que as autoridades locais prestassem contas dos benefícios conseguidos – assim como das dificuldades sentidas, se fosse o caso. O elenco das populações aqui incluídas decorre das elevações dos sete aldeamentos jesuítas do bispado de Pernambuco, existentes no Ceará e Rio Grande do Norte, que tiveram lugar entre 1759 e 1760, seguindo as ordens enviadas ao então governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva⁸. De qualquer modo, era ainda muito cedo para que os resultados fossem particularmente visíveis, tanto mais quando as povoações mencionadas, criadas em diferentes datas, eram bastante recentes à data deste conjunto documental, com dados até 1761.

O ensino das línguas vernáculas na Europa nascera na sombra da aprendizagem da gramática latina. Devem-se ainda ao modelo de gramática desta última os primeiros esquemas de normatização da língua «nacional», os quais irão contribuir, de forma decisiva, para o aprimorar das técnicas de alfabetização, embora sem grandes resultados imediatos⁹. Traçando um ponto de situação dos métodos defendidos e das metodologias¹⁰ de ensino implementadas em termos de educação indígena no período em causa, observa-se que a exposição de ameríndios de diversas etnias à aprendizagem da leitura e da escrita começou com a implementação de missionários, primeiramente com franciscanos e jesuítas e em seguida com outras ordens que foram criando as suas missões no Brasil¹¹. Ainda assim, a instrução mantinha-se, mesmo para os brancos, circunscrita a grupos sociais minoritários, constituindo-se uma excepção, um benefício

⁸ Juliano de Carvalho, “Vilas Pombalinas na Capitania da paraíba: espaços urbanos de confluência”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, Mneme – Revista de Humanidades*, UFRN, Caicó, v. 9, n.º 24, Set./Out. 2008. Disponível in www.cerescaio.ufrn.br/mneme/anais.

⁹ Recorde-se, a este nível, o importante contributo de João de Barros, ao propor aquela que é conhecida como a segunda gramática do português, com primeira edição de 1540 – seguindo-se à de Fernão de Oliveira, de 1536 – bem como de uma cartinha para mais facilmente ensinar a ler e escrever aos meninos.

¹⁰ Em termos rigorosos, entenda-se *método* enquanto formas estabelecidas, conceptualizadas e construídas por teóricos e *metodologia* em termos de prática docente, orientada para o alcance dos objectivos de ensino-aprendizagem definidos. KUMARAVADIVELU, B., *Understanding Language Teaching: From Method to Postmethod*, London, Lawrence Erlbaum Associates, 2008, p. 84.

¹¹ Se é certo que os franciscanos antecederam a chegada dos jesuítas ao Brasil, os quais aí chegaram em 1549, juntamente com Tomé de Sousa, importa sublinhar que as suas missões ao longo do século XVI passaram por vicissitudes várias, tendo por isso um carácter algo intermitente.

ou um privilégio¹², alcançando só muito mais tarde o estatuto sociológico e político que hoje conhecemos.

A sua implementação em meio indígena conheceu, como veremos, as suas consequências (cf. Capítulo Aprendizagem). Há que assinalar, desde logo, o impacto na mudança dos métodos de educação das crianças indígenas, na medida em que a escola procura substituir, define Justino de Magalhães, os “agentes tradicionais de educação” – como os pais, os anciãos ou outros elementos da comunidade – com a desvantagem, porém, de “reduzir-se ao instrucionalizável”, limitando-se a instrução a uma transmissão passiva, se não mesmo “submissão do «saber-fazer» e do «saber-estar» ao «saber-dizer»”¹³. Tolhidas de uma participação dinâmica e baseada na experimentação, as crianças indígenas ver-se-iam menos motivadas para este sistema de educação, não fora o investimento dos missionários em tornarem o ambiente educativo na missão mais aliciante e algo recreativo, através da demonstração pública de canto, música e teatro e o interesse das suas famílias em as verem dotadas do conhecimento da escrita¹⁴.

O domínio desta criação – a escrita - relativamente tardia na existência humana fora percebido por alguns dos povos com que os portugueses ali se deparam como uma mais-valia dos seus processos de comunicação, pelas vantagens que acarreta em termos “de transmissão, memorização, fixação, aquisição e troca de informação, mas também como meio de acção”¹⁵. É muito natural que alguns já usassem de esquemas alternativos auxiliares à memorização de dados, mesmo no âmbito do exercício das suas práticas quotidianas e de trabalho, ou mesmo em termos simbólicos, e que, de certo

¹² MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 9.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁴ Não nos referimos às dinâmicas de ensino da catequese, por não ser esse o nosso objecto de estudo. Cumpre-nos, contudo, salientar a dificuldade já notada por Silva Rego na apreensão/entendimento de noções ocidentais de amor, respeito, caridade, sacrifício, as verdades fundamentais ou dogmas da Igreja Católica, entre outros. Cf. REGO, A. da Silva, *Lições de Missionologia*, [Estudos de Ciências políticas e Sociais, n.º 56], Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 238.

¹⁵ MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 28.

modo, sentissem já alguma necessidade de desenvolver um sistema de comunicação e registo mais fiável, complexo e rico¹⁶. Como tal, a possibilidade de acederem ao conhecimento de um sistema de escrita já existente – independentemente de não se na sua língua materna – e dele se apropriarem seria francamente tentador. A ponto de até adultos se proporem a aprender a ler e a escrever, com grande sucesso e rapidez – para contentamento dos padres - pelo menos segundo nos dão conta os primeiros relatos dos missionários jesuítas em Piratininga.

Como é de conhecimento geral, a educação dos índios era entendida na altura não apenas em termos de alfabetização no idioma português, mas igualmente de catequização. Entretanto, operara-se uma mudança de método. Na segunda metade do século XVI, o método dialogal é inserido em Portugal pelo valenciano P.^e Pedro Parra, que, vindo de Espanha em 1563 para passar ao Oriente, divulga, precisamente na Igreja de S. Roque, a sua estratégia de doutrinação que usava para ensinar “à gente miúda em Valença de Aragão”¹⁷. Chamando pelas ruas os meninos com uma campainha, procurava atraí-los à igreja, ordenando-os em procissão, entoando trovas. Uma vez na igreja, o ensino do catecismo fazia-se por meio de perguntas e respostas. A popularidade desta estratégia originou a constituição de turmas de proporções tais que as igrejas não os conseguiam acolher. Nesta prática manifestava-se, não raro, a atribuição de prémios junto dos que melhor soubessem a doutrina cristã¹⁸. Existiram até alguns livrinhos manuscritos, inicialmente com algumas incorrecções, pelos quais se iniciara aquele método doutrinário, facto que gerou certa polémica na altura por não terem sido devidamente examinados pelos prelados e pelo Cardeal Infante¹⁹. Das correcções introduzidas e da tentativa de uniformização do método surge, por fim, a conhecida

¹⁶ Esclarece Magalhães: “Se historicamente o aparecimento dos sistemas de escrita, designadamente dos sistemas que conduziram ao alfabeto consonântico vocálico, é remota, o desenvolvimento de esquemas de representação escrita relativamente funcionais associa-se a estádios de civilização em que sociedades humanas sedentarizadas, urbanizadas, com uma indústria e um comércio desenvolvidos, geram novas necessidades de comunicação e um conjunto de novos processos de intelectualização da acção humana.” In idem, *ibidem*, p. 30.

¹⁷ RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vol. 1, Porto, Apostolado da Imprensa, 1938, p. 456.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 457.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 459.

Doutrina Cristã do P.^e Marcos Jorge, também conhecida como cartinha do P.^e Mestre Inácio, graças à revisão e popularidade alcançadas com o P.^e Inácio Martins.

O ensino missionário propriamente dito é passível de ser dividido em fases distintas – a fase querigmática (até à admissão no catecumenato), a fase catequética (até ao baptismo) e a fase didascálica (daí por diante)²⁰ - tem como princípio fundamental a educação na fé de Cristo e o baptismo, numa militância que não se restringia, necessariamente, ao clero regular e secular. O período consagrado à divulgação do evangelho entre “pagãos” ou “gentios” pautava-se, desde há muito, por um forte entusiasmo do missionário, empenhado em aliciar os ouvintes à adopção de um novo credo – facto que não se deixa de reconhecer nas primeiras décadas da missionação jesuíta entre os ameríndios brasileiros, muito à semelhança do que outras ordens religiosas praticavam, nomeadamente os franciscanos. Os contornos da acção apostólica da Companhia, contudo, foram definidos de acordo com os diferentes contextos em que os jesuítas missionários intervieram, razão que levou ao recurso a diferentes métodos de catequização, refere Eduardo Franco. Justifica o autor:

“Estava aqui em causa a complexidade da universalização de uma crença religiosa formulada e praticada numa determinada cultura, que agora se procurava enxertar em culturas com tradições religiosas diversas e até a esta assimilação.”²¹

A uma “aliança entre a cruz e a espada”²², não deveremos esquecer a aliança entre a cruz e a palavra. Durante muito tempo – e mesmo até com a revolução instaurada no plano das letras por Pombal, ainda que a tónica tivesse passado a estar na civilização do indivíduo com particular destaque para noções de ordem moral e cívica – a instrução decorreu a par de sessões de catequese. Mas não apenas a par: em certos momentos, e de acordo com as opções metodológicas dos professores, os textos religiosos serviam mesmo de treino de leitura e escrita. Não se encontra, afinal, muito

²⁰ REGO, A. da Silva, *Lições de Missionologia*, [Estudos de Ciências políticas e Sociais, n.º 56], Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, pp. 236-237.

²¹ FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, vol. I – *Das Origens ao Marquês de Pombal*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 194.

²² Justino Pereira de Magalhães, “Origens e formação cultural e educacional dos beneditinos do Brasil no período colonial”, in *Revista Portuguesa de Educação*, 1996, 9 (1), p. 108.

distante de tal simbiose entre Educação e Catequese o projecto do ensino primário em Portugal, porquanto

“entre as normas a seguir pelos professores inclui-se a «de impregnar de espírito religioso todas as matérias escolares, de tal modo que a Religião seja o fundamento e a coroação de todo o esforço educativo»”²³.

No tocante ao ambiente educativo, as noções de ordem/disciplina e de método, manifestando-se como autênticos valores pedagógicos nos regulamentos dos jesuítas, irão inaugurar um modelo de estudos organizado, programado e articulado, beneficiando Loyola no seu projecto das reformas implementadas em França desde a segunda metade do século XV – reforma da Universidade de Paris em 1452, reforma administrativa de 1463, com favorecimento da autonomia e consequente proliferação dos «colégios», instituições de actuação não muito clara entre o nível secundário e o superior²⁴. Ironicamente, o modelo de organização da Companhia de Jesus viria a inspirar as reformas que, séculos mais tarde, o suplantariam.

Também o método proposto pela Companhia de Jesus no plano da educação escolar formal não fora algo inteiramente novo, na medida em que não tinha rompido com métodos seus predecessores. O estabelecimento da versão definitiva da *Ratio Studiorum* em 1599 procurou aperfeiçoar e codificar os métodos que vinham sendo experimentados nos colégios da Companhia, sem ignorar o que se encontrava em voga naquele século do Renascimento e, naturalmente, sem se procurar adoptar uma conduta radical e transgressora:

“Os religiosos de Inácio de Loiola quiseram ser homens do seu tempo. Não romperam com a tradição. Procuraram aperfeiçoá-la e tirar dos métodos existentes e admitidos o maior proveito para as letras e instrução a mocidade.”²⁵

²³ SAMPAIO, J. Salvado, *O Ensino Primário (1911-1969): Contribuição Monográfica*, vol. III – 3º Período (1955-1969), Lisboa, Gulbenkian, 1977, p. 43.

²⁴ P. Mesnard, “La pédagogie des jésuites”, in CHATEAU, Jean [dir.], *Les Grands Pédagogues*, Paris, Presses Universitaires de France, 1961, p. 57.

²⁵ RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vol. 2, Porto, Apostolado da Imprensa, 1938, p. 23.

A coerência interna da pedagogia jesuíta, defende Martins Lopes, radica da articulação de uma série de elementos:

“Santo Inácio é o seu impulsionador e inspirador; os *Exercícios Espirituais* dão-lhe o espírito religioso; a Parte IV das *Constituições*, a sua ideologia e legislação; as *Ratio* concretizam no campo o que as outras fontes preconizam.”²⁶

Inspirara-se a pedagogia inaciana no *modus parisiensis*, em que se destacavam aspectos distintos do *modus italicus* como a prevalência de um corpo de professores, a importância da disciplina em sala de aula, o rigor no programa curricular, a diferenciação de classes de acordo com o aproveitamento, ficando a cargo de um professor, a necessária aplicação de exames na transição de classe, a adequação dos métodos e conteúdos às capacidades do aluno²⁷. Miguel Monteiro destaca, precisamente, como principais características da pedagogia jesuíta a unidade e hierarquia na organização dos estudos, assim como a divisão e graduação das classes e programas²⁸.

Com a *Ratio Studiorum*, marcadamente funcional, sucedânea das *Constituições* (Parte IV) da Companhia de Jesus, além de se instituir uma regra comum a todos os colégios da Companhia dispersos pelo mundo, estipula-se como necessário o ensino de línguas que proviessem à evangelização, embora não se refira, de forma peremptória, a formação de missionários nas línguas ameríndias. Um outro aspecto ausente no texto destes documentos orientadores da *praxis* educativa é o ensino de primeiras letras, o que se ficará a dever ao facto de, inicialmente, não existirem professores para este grau elementar do ensino além de o uso da língua materna se achar excluído na relação professor-aluno em sala de aula, em favor da língua latina²⁹.

²⁶ J. Martins Lopes, s.j., “Pedagogia inaciana – I”, in *Brotéria*, vol. 157, n.º 4, Outubro de 2003, p. 224.

²⁷ Cf. FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, vol. I – *Das Origens ao Marquês de Pombal*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 276.

²⁸ MONTEIRO, Miguel, *A Aula segundo as linhas metodológicas da Ratio Studiorum de 1599 e a Aula segundo a moderna pedagogia jesuítica*, [Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica], Lisboa, ULFL, 1991, p. 8.

²⁹ MONTEIRO, Miguel, *Inácio Monteiro (1724-1812): um jesuíta português na dispersão*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 104.

Ao professor cabia tanto a transmissão de conteúdos, com cuidada preparação das lições e elaboração de explicações, como a orientação do aluno nas suas aprendizagens, promovendo junto dos alunos a existência de momentos de repetição da exposição realizada e da aplicação prática na resolução de exercícios, de forma a atestar a devida compreensão e assimilação dos conteúdos³⁰. A prática da repetição, prevista e recomendada na *Ratio*, deveria fomentar mais do que a mera fixação artificial de informação, acreditando-se ser a via para o desenvolvimento da inteligência e, simultaneamente, demonstração de uma sua bem sucedida assimilação – facto que aprofundaremos no capítulo concernente à aprendizagem. Da metodologia jesuíta destacam-se ainda práticas próximas à centragem no aluno e ao ensino dirigido, pela especial atenção do professor relativamente às prestações e capacidades individuais de cada aluno, sem desmerecimento do ensino mútuo, em que o mais capaz auxiliava, nas vezes do professor, o colega com maiores dificuldades³¹. A esta visão pedagógica, acrescia a associação do ensino das letras aos costumes e virtudes próprios do bom cristão, elemento que não será esquecido na transição operada após a expulsão da Companhia, com implementação as aulas régias.

Nos primórdios da residência da Companhia em Olinda, dera-se conta das festividades e prémios com que se honrava a comunidade e se homenageava os melhores discípulos. Assim, para o ano de 1574 – antes mesmo da fundação do colégio – com a abertura do novo ano lectivo em Fevereiro, e já ali havendo aulas ao menos de latim e de primeiras letras, relata-se o seguinte:

“Al principio de los estudios se tubo una Egloga pastoril muy graciosa de que todos quedaron sactisfechos [...] acabada elle se dieron muchos premios de prosa y berso y huvo muy buenos libros que se rrepartieron [...] Pusieronse tambien trez enigmas y aun que se dieron diversos sentidos[,] no se adivinaron [...] Tambien quando vino el hoidor

³⁰ Miguel Monteiro, baseando-se em Carmen Labrador (*El Sistema Educativo de la Compañia de Jesús. Continuidad e innovación*, Universidad P. Comillas, Madrid, 1987, p. 20), observa a existência de três fases sucessivas no processo educativo desenvolvido na aula jesuíta: “Em primeiro lugar cabe ao professor facilitar a aprendizagem preparando e explicando a lição. Em segundo lugar, cabe ao aluno compreender e assimilar a exposição do professor. A terceira fase implica o encontro do professor e do aluno numa «relação triangular» através da utilização de diferentes técnicas que permitem a análise, a aplicação e o trabalho criativo.” MONTEIRO, Miguel, *A Aula segundo as linhas metodológicas da Ratio Studiorum de 1599 e a Aula segundo a moderna pedagogia jesuítica*, [Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica], Lisboa, ULFL, 1991, p. 9.

³¹ Idem, *ibidem*, pp. 12-13.

general a Visitar los estudios se le hizo un buen Reçevim.¹⁰ con muchos epigramas y horaciones con tanta graça que hizieron llorar a muchos”³²

De destacar a oferta de livros aos estudantes em período tão remoto, quando era tão escassa a circulação de publicações nesta colônia ultramarina, onde nem sequer existiu, por vários séculos, uma tipografia.

Gonçalves da Mota, comparando os métodos de ensino empreendidos por beneditinos, franciscanos e jesuítas³³, propôs os seguintes quadros síntese:

Quadro 14 – Métodos utilizados no ensino das ordens religiosas

ORDENS MÉTODOS	FRANCISCANOS	JESUÍTAS	BENEDITINOS
Instrução	X	X	X
Canto	X	X	
Música	X	X	
Dança	X	X	
Ofício	X	X	X
Imitação	X	X	X
Exemplo	X	X	X
Sermões	X	X	X
Pregações	X	X	X
Bondade	X		X
Amor	X		X
Tolerância	X		X
Teatro		X	
Costumes e hábitos dos gentios		X	
Persuasão		X	X
Emulação		X	
Prêmios e castigos		X	X
Questionários		X	
Diálogos		X	
Trabalho no campo			X

Fonte: MOTA, Adão Gonçalves da, *A influência dos Beneditinos na Educação Brasileira – subsídios para a história da educação no Brasil*, [diss. Mestrado em Educação], Niterói, UFF, 1984, p. 130.

Existem alguns aspectos passíveis de discussão, tanto mais que, apesar da exibição destes dados, não mereceram uma cuidadosa e detalhada descrição por parte do

³² [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbuco, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923, pp. 32-33.

³³ Tendo por finalidade comprovar a influência dos beneditinos na educação brasileira, o autor recorreu ao método comparativo para concretizar essa demonstração. Contudo, dada a amplitude do tema, sobretudo quando ambiciona estudar a actuação das três ordens desde 1500 a 1889, não dá detalhes nem explicita as fontes que utilizou para aludir aos métodos de ensino de franciscanos, jesuítas beneditinos, o que, sem sombra de dúvida, constituiria uma mais-valia para este trabalho tão singular.

citado autor. Assim, ao deixar em branco os campos «canto» e «música» para os beneditinos, incorre Gonçalves da Mota numa séria imprecisão, pois eram de facto áreas que mereciam particular atenção inclusivamente no plano de estudos dos noviços, como o comprova, entre outros autores, Elisa Maria Lessa³⁴, aludindo pormenorizadamente ao trabalho que era feito numa série de mosteiros.

Ao explicar conceitos como «bondade», «amor», «tolerância» e «trabalho no campo», demonstra alguma falta de cuidado no que tomou como «método» ou sequer «metodologia». Inclusivamente, no que se refere à tolerância, a partir do que nos foi dado concluir em *Da Selva para a Escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI)*³⁵, os mestres jesuítas que se dedicavam à alfabetização dos índios recorreram à incorporação de elementos próprios das culturas indígenas com que contactaram, usando tal facto como motivação para a aprendizagem, bem como facilitação do processo de doutrinação na fé cristã. Por seu turno, não conseguiriam os franciscanos usar de persuasão na doutrinação dos gentios? Então porque se destacaram na actividade missionária, muito mais até do que os beneditinos, os quais investiram ainda menos junto dos índios? Teria de facto sido muito útil incluir uma explicação destes elementos, enquadrando-os no tempo e no espaço, bem como no contexto de formação em que o autor considerou existirem, de modo a serem enquadrados enquanto *práticas* de ensino – bastante distinto de *conteúdos* de aprendizagem.

³⁴ LESSA, Elisa Maria Maia da Silva, *Os mosteiros beneditinos portugueses: séculos XVII a XIX : centros de ensino e prática musical*, 2 vols., [diss. Doutoramento em Ciências Musicais], Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 1998.

³⁵ LEITÃO, Ana, *Da Selva para a Escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI)*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005.

Quadro I5 – Currículo: Curso Elementar

DISCIPLINAS	ORDENS	FRANCISCANOS	JESUÍTAS	BENEDITINOS
Religião		X	X	
Leitura		X	X	X
Escrita		X	X	X
Canto		X	X	
Música		X	X	
Ofício		X	X	
Cálculo		X	X	X
Tupi (meninos portugueses)			X	
Primária				X
Primária complementar				X
Doutrina cristã				X
História sagrada				X

Fonte: MOTA, Adão Gonçalves da, *A influência dos Beneditinos na Educação Brasileira – subsídios para a história da educação no Brasil*, [diss. Mestrado em Educação], Niterói, UFF, 1984, p. 131.

Quadro I6 – Métodos utilizados no ensino das ordens

MÉTODOS	ORDENS	FRANCISCANOS	JESUÍTAS	BENEDITINOS
Escolas de primeiras letras		X	X	X
Conventos		X		X
Recolhimentos		X	X	X
Aldeamentos		X	X	
Colégios		X	X	X
Confrarias – primeiros dez anos			X	
fazendas				X

Fonte: MOTA, Adão Gonçalves da, *A influência dos Beneditinos na Educação Brasileira – subsídios para a história da educação no Brasil*, [diss. Mestrado em Educação], Niterói, UFF, 1984, p. 134.

Uma vez mais nos questionamos quanto às fontes a que o autor recorreu para comprovar certas escolhas. Assim, parece-nos deveras estranho que os franciscanos, na formação elementar, não incluíssem a doutrina cristã. Faltará, à semelhança do primeiro quadro, determinar qual (ou quais) o público-alvo em questão: noviços, filhos de colonos (brancos), índios, africanos, mestiços, só para citar alguns casos possíveis, sendo que o plano de estudos varia substancialmente em certos contextos³⁶. Quanto aos

³⁶ Quanto a este aspecto, o autor apresenta, em quadro à parte, que as três ordens veiculavam um ensino junto de índios, portugueses, mestiços e negros (escravos e forros), no caso destes últimos com os jesuítas apenas nos «primeiros dez anos» - seria em termos de idade ou na primeira década do estabelecimento da Companhia de Jesus no Brasil? Com respeito à formação veiculada por estes religiosos junto dos negros, importa salientar que quase não existem registos de que este grupo recebesse instrução nas letras, mas apenas na doutrina cristã, facto extensível às restantes ordens, pelo menos até ao século XVIII.

aldeamentos, já tivemos aqui ocasião de comprovar que também os beneditinos tiveram essa experiência junto dos índios, existindo documentação que o ilustra logo desde finais do século XVI. Já nas fazendas, temos igualmente provas de que a Companhia de Jesus as possuía, nas quais, além de escravos africanos, estariam também índios.

10.2. Ensinar a ler e a escrever no Antigo Regime

Constituía regra a antecipação da formação da competência de leitura face à aprendizagem da escrita, podendo-se prescindir desta última. Muito embora existissem várias experiências de ensino público e privado de primeiras letras desde há largos séculos, na verdade a alfabetização no Antigo Regime estaria, na maior parte dos casos (consoante os contextos socioculturais), associada a um nível rudimentar de literacia, pela aquisição de uma capacidade elementar de leitura (vendo-se o indivíduo privado de ler com autonomia textos variados) e à assinatura do nome – portanto, sem a capacidade de estabelecer relações grafo-simbólicas³⁷.

Por esta altura, o método mais recorrente seria o de fazer uso de documentos em letra manuscrita, o que certamente dificultava o principiar da leitura, perante o obstáculo de identificar, de forma adequada e fluente, a letra apresentada. Contestara Barros:

“E maus mestres leixam os discípulos danados pêra toda sua vida, nam somente com vícios d’álma, de que poderemos dar exemplos, mas ainda no modo de ôs ensinar. Porque, [h]avendo de ser per ùa cartinha que aí [h]á de lêtera redonda, per que os mininos levemente saberám ler, e assi os preceitos da nossa fé, que nela estão escritos [...]”³⁸.

³⁷ MAGALHÃES, Justino de, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, 1994, p. 244-245.

³⁸ “Diálogo em Louvor da nossa Linguagem”, in BARROS, João de, *Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971, pp. 406-407.

A justificação para aquela técnica, contra-argumentara do lado daqueles mestres, residia na defesa de que “a lêtera tirada ensina a redonda, e a redonda nam a tirada, e que os moços se fazem mais desvolto por ela”³⁹. Um outro aspecto metodológico que aponta como predominante nas escolas de ler e escrever portuguesas do seu tempo é o de, na aprendizagem da leitura, se realizar a passagem do conhecimento do alfabeto para a formação de sílabas, daí passando aos nomes e só depois chegando “à variaçám de todas as partes, porque assi, de grau em grau, de pouco a mais, aprendem a ler”; não se insistia, contudo, na aprendizagem da escrita, uma capacidade mais amplamente desenvolvida se a ocupação profissional assim o exigisse.

“Como em o modo de proceder, de lêtera a sílaba e de sílaba a nome, tem essa ordem, assi queria que â tevéssem em o género da escritura e caracteres dela, porque, como o entendimento se deleita em as partes conformes, que guardam proporçám, semimetria e figura, e nesta tal terra a memória prende com mais viva raiz [...] ler, a escola ô ensina; desenvoltura, os negócios â dam; lêtera redonda se aprende, e a tirada sem mestre se alcança.”⁴⁰

Também Amaro de Roboredo se empenhou na renovação do ensino das línguas e da sua explicitação linguística, propondo, em 1619, o seu *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Um dos seus aspectos inovadores reside, destaca Kossarik, na explicitação de quatro níveis de língua na tradição gramatical – som, sílaba, palavra e oração - de entre os quais enfatiza o da oração. Para Roboredo, a sintaxe transcende a mera composição de palavras, valorizando a noção de coerência do discurso e a distinção de classes de palavras para uma melhor compreensão da estrutura das orações⁴¹. Contemporâneo de Coménio, além do enfoque na língua nacional, Roboredo é um dos pioneiros no ensino de línguas estrangeiras à luz dos princípios modernos, na medida em que, inclusivamente, “antecipa a ideia de livros de leitura”, assim como “levanta o problema da escolha do material didáctico na gramática escolar e da

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 407.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 408-409.

⁴¹ Cf. Marina Kossarik, “A obra de Amaro de Roboredo: questões de historiografia linguística portuguesa”, in ROBOREDO, Amaro de, *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, [ed. facsimilada], Lisboa, INCM, 2002, p. 46.

separação de manuais dirigidos ao professor e ao aluno”⁴². Receptivo às ideias do seu tempo, as suas bases teóricas são igualmente comprovadas e actualizadas pela sua experiência enquanto pedagogo, cuja prática lhe sugeriu a necessidade de se fazer acompanhar as regras de gramática de exemplos elucidativos.

De certo modo, antecipava já alguns aspectos próximos do que mais recentemente se tem aplicado ao nível do Método Directo⁴³. Diz-nos, explicitamente, o autor: “Porque lhe [ao aluno] faltão as figuras das letras no papel, a palavra & oração, como objectos dos sentidos, mediante os quaes hão ellas de subir ao entendimento”⁴⁴. Note-se a sua intuição relativamente à importância do elemento visual como elemento facilitador de uma memorização a longo prazo, embora não evidencie, como fizera João de Barros e Coménio, a relação das letras com imagens de objectos do mundo físico que rodeia a criança, para mais facilmente apreender e diferenciar os valores dos sons na oralidade e, conseqüentemente, a sua forma gráfica. Evidencia, igualmente, a necessidade de se explorar a significação das palavras e do discurso – “o gosto de entender alleia o trabalho”⁴⁵ – o que traria, naturalmente, uma maior complexidade e exigência às metodologias a empregar por parte do professor.

O método mais usual neste período na aprendizagem da leitura era, na verdade, o da descodificação - designado em França de «Método Sintético» - que consistia em partir dos elementos mais simples da leitura, a começar com o conhecimento do alfabeto até se chegar às sílabas e às palavras, sem, contudo, existir uma preocupação face ao seu sentido⁴⁶. No tocante à gestão das capacidades dos alunos, registam-se práticas em que o mestre de primeiras letras distribuía os alunos por classes ou grupos de trabalho dentro da própria sala, de acordo com as suas capacidades. Recomendava Charles Dénia, na segunda metade do século XVII:

⁴² Idem, *ibidem*, p. 57.

⁴³ Kossarik sugere, antes, a sua proximidade ao Método Áudio-visual.

⁴⁴ ROBOREDO, Amaro de, *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, [ed. facsimilada], Lisboa, INCM, 2002, f. b2v.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, f. c2v.

⁴⁶ Jean Guion, « Chapitre 2 : Lecture et écriture », in AVANZINI, Guy [dir.], *Histoire de la Pédagogie du 17^e siècle à nos jours*, Toulouse, Privat, 1981, p. 281.

“ «Ainsi il rangera dans la I^{re}, ceux qui apprennent à connaître les *lettres*, que l'on peut montrer dans une grande table, ou dans un petit alphabet ; dans la II^e, ceux qui apprennent à épeler, c'est-à-dire à joindre les lettres pour en faire des *syllabes*; dans la III^e, ceux qui apprennent à joindre des syllabes pour en faire des *mots*; dans la IV^e ceux qui lisent le latin par *phrases*, ou de ponctuation en ponctuation ; dans la V^e, ceux qui commencent à lire le français ; dans la VI^e, les plus capables dans la lecture ; dans la VII^e, ceux qui lisent les *manuscripts* ; dans la VIII^e, ceux qui *écrivent*. »⁴⁷

Este sistema de distribuição dos alunos de acordo com diferentes níveis de conhecimentos irá ser desenvolvido com a expansão da instrução primária oitocentista, de que encontramos eco no ensino simultâneo e no ensino mútuo. Também no século XIX se observa a prática do ensino individual - uma experiência que não significava uma centragem total no aluno, permanecendo o professor concentrado nas suas práticas e não inteiramente nas necessidades e dificuldades do aluno. De todo o modo, a prática do ensino individual em turmas extensas colocava problemas ao nível da disciplina, do acompanhamento dos menos capazes, além de ser menos estimulante para o aluno, privado da prática da emulação⁴⁸.

O mesmo excerto permite-nos observar as etapas na alfabetização – ou melhor, bi-alfabetização, na medida em que ocorria simultaneamente em latim e na língua materna. Estruturar-se-iam da seguinte forma : primeiramente, a identificação ou reconhecimento de letras isoladas; seguidamente, a fase de soletração, a formulação de palavras a partir de sílabas, leitura frase a frase (ou por orações), treino da fluência e pronúncia na leitura (em que a do latim precede a língua vernácula, por se considerar mais difícil), leitura de manuscritos (exigindo, naturalmente, uma capacidade suplementar na decodificação do escrito, comparativamente com material impresso); e, finalmente, o exercício da escrita. Observe-se como a prática da leitura congregava em si uma maior variedade de etapas, ao passo que a aprendizagem da escrita se tomava quase como automática. Mas nem por isso se tornava numa experiência particularmente motivadora: fortemente assente na decifração de sílabas, era através da repetição feita a

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 282.

⁴⁸ Na Galiza, o sistema individual era o mais amplamente usado até por volta de 1855, decrescendo significativamente a partir de 1870-1880. Com o advento das escolas normais, o sistema simultâneo ganha terreno até cerca de 1885. GABRIEL, Narciso, *Leer, Escribir y Contar: Escolarización popular y sociedad en Galicia (1875-1900)*, Sada, Edicións do Castro, 1990, pp. 379-385.

partir da leitura de um aluno mais experiente que se estimulava os mais recentemente introduzidos na iniciação à leitura⁴⁹.

Por outro lado, atenda-se à aposta na constituição de grupos homogêneos, uma estratégia que certamente facilitaria o ensino-aprendizagem de línguas em turmas particularmente extensas – como, de resto, era usual no âmbito das primeiras letras em todo este período. Procurava-se, não raro, reunir os alunos por níveis de aprendizagem ou de conhecimentos, assim como por grupo etário. Trata-se, ainda assim, de uma pedagogia fortemente ritualizada, com recurso a procedimentos-tipo no exercício das actividades lectivas – como pôr o dedo no ar para pedir permissão para intervir – além do destaque à emulação dos melhores em aula e de um cunho fortemente religioso⁵⁰, de resto muito evidente na associação, nos reinos católicos, da cartilha ao ensinamento dos rudimentos da língua. Tudo dependeria, não obstante, das condições proporcionadas ao desenvolvimento dos estudos e ao próprio docente. Se em termos ideias se procurava, efectivamente, constituir classes homogêneas, na prática, por vezes o ensinante geria as diferenças na sala de aula com subdivisão dos alunos em grupos de trabalho diferenciado.

Não eram estes, contudo, os únicos métodos que circulavam. A par dos métodos silábicos ou alfabéticos, coexistiam experiências que variavam no modo como se deveria soletrar as letras, estratégias a usar para treino da direcção da leitura, manipulação de caracteres impressos em detrimento da letra manuscrita, ausência de soletração na leitura, a leitura como um acto lúdico⁵¹. Já no declinar de setecentos, a abordagem sintética, sentida como insuficiente, começa a ser contestada, em favor de um maior apelo à relação entre o acto de ler e a compreensão do que se lê, a par da

⁴⁹ Jean Guion, *op. cit.*, p. 282.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, pp. 282-283.

⁵¹ A título de exemplo, Locke sugeria a aprendizagem da leitura através de dados e Rollin reconhecia a importância do recurso a auxiliares pedagógicos, de forma a tornar a criança mais activa nas suas aprendizagens – métodos, de resto, ridicularizados por Rousseau. Jean Guion, « Chapitre 2 : Lecture et écriture », in AVANZINI, Guy [dir.], *Histoire de la Pédagogie du 17^e siècle à nos jours*, Toulouse, Privat, 1981, p. 288.

atenção face à suscitação do interesse e motivação do aluno na alfabetização⁵². É bem exemplificativa disso mesmo a sugestão de J. Guillaume no seu *Dictionnaire de Pédagogie* onde, de resto, se traça uma descrição assaz crítica dos métodos (e seu impacto na aprendizagem) mais populares à época:

“«On tourmente (les enfants) longtemps pour leur faire connaître et retenir un grand nombre de lettres, de syllabes et de sons, où ils ne doivent rien comprendre parce que ces éléments ne portent avec eux aucune idée qui les attache et les amuse. [...] Eloignez d’eux les alphabets et tous les livres français et latins, amusez-les avec des mots entiers à leur portée, qu’ils retiendront bien plus aisément et avec plus de plaisir que toutes les lettres et les syllabes imprimées. [...] C’est une affaire de trois ou quatre jours, et qui le préparera à l’écriture, laquelle doit nécessairement commencer par la formation des lettres.»»⁵³

Ainda ao tempo de D. João V, quando a Companhia de Jesus dominava o ensino em Portugal e no império ultramarino português, a *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (1722) de Manuel de Andrade de Figueiredo reflectia, já, os ventos da mudança. Oferecendo-se como manual orientador da educação da juventude, além de destacar, entre outros aspectos, o grande cuidado que haveria numa criteriosa escolha dos mestres no ensino doméstico, conteúdos a ministrar no ensino da doutrina cristã e horário das actividades lectivas, recomendava a memorização e a repetição através da leitura dos ensinamentos da cartilha⁵⁴ - estratégias conformes ao Método Tradicional. No ensino da leitura propriamente dito, o autor parece evidenciar a necessidade de se atender à idade e de se dever prescindir de um rigor excessivo no pleno domínio da fluência, ritmo e entoação nesta fase inicial das suas aprendizagens. Entende, por isso, que a severidade do Mestre traria mais consequências negativas do que os ambicionados resultados, ficando o aluno receoso de incorrer em algum erro, e por isso, mais inibido,

⁵² Começam a surgir, com *Émile* de Rousseau, *De la manière d’apprendre les langues de l’abbé de Radonvilliers* e *Vraie manière d’apprendre une langue quelconque* de Nicolas Adam, os primeiros passos rumo ao que, no século XX, se iria designar por «método global», em que se prefere passar directamente à leitura da palavra na sua totalidade sem que se faça um reconhecimento isolado de letras e sílabas. Jean Guion, «Chapitre 2 : Lecture et écriture», in AVANZINI, Guy [dir.], *op. cit.*, pp. 288-289.

⁵³ Jean Guion, *op. cit.*, pp. 289-290.

⁵⁴ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, Lisboa, Off. de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722, p. 10.

condicionando, novamente, as suas capacidades, podendo, em casos extremos, resultar no abandono escolar.

Andrade de Figueiredo mostrara-se contrário à antecipação da leitura sem que houvesse um bom conhecimento das letras e sílabas da língua, base sólida não apenas à associação grafema-fonema, como ainda condição essencial para uma progressiva independência em actividades de escrita livre, exigindo-se, naturalmente, o enriquecimento das estruturas lexicais⁵⁵. Para as crianças indígenas, seria uma condição ainda mais determinante. Um método que facilitaria o reconhecimento da sua forma gráfica seria, sem dúvida, o da exibição do alfabeto através de maiúsculas (escrita romana) ou de letra de imprensa (maiúsculas ou minúsculas), na medida em que reduz exponencialmente as dificuldades de interpretação e distinção face a outras letras.

“Isto é, além de facilitar a categorização gráfica, faz com que haja menos problemas de categorização funcional das letras, pois, diferenciando melhor graficamente as letras, as crianças passam a construir mais facilmente as relações entre letras e sons e entre sons e letras, sem confundir sinais.”⁵⁶

Nesta mesma altura, o pedagogo Roelas y Paz, procura evidenciar-se com vista a ocupa-se da educação dos príncipes na Corte portuguesa, apresentando a D. João V a sua *Pratica de el Noble, y primoroso Arte de Escribir varios Caracteres, y distintas Formas de Letras que humildemente dedica a la Magestad del Rey nuestro Señor Don Juan quinto de Portugal*, com data de 1718. Além dos seus elaborados e exuberantes exercícios caligráficos, não deixa de tecer também algumas considerações bastante precisas no referente ao exercício da leitura e da escrita para infantes. Eis o que encontramos no Ponto Primeiro desta obra, mais concretamente sob o título “*Circunstancias precisas que hande concurrir en la persona, que com razon sera llamado buen escrivano*”:

Debe lo primero ser gran Lector; porque sino lo fuere, cometera en la escriptura mil absurdos. Y no consiste el bien leer en la pronunciación azelerada (que antes esta suele confundir el sentido de la oracion) sino en un proporcionable torente, grabe, sononoro [sic], y sin afectation, quidando de herir entos acentos según ocorrieren; dando sus

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁵⁶ Gladis Massini-Cagliari, “Aquisição da escrita: questões de categorização gráfica”, in MASSINI-CAGLIARI, Gladis et CAGLIARI, Luiz, *Diante das Letras: A Escrita na Alfabetização*, Campinas/São Paulo, Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 1999, p. 55.

devidas cadencias, assi al agudo, como al grave, y circunflexo, siguiendo las reglas Orthographicas. Executarase lo mismo en las demas apuntaciones; que son; Coma, ô Enciso, Colon in perfecto; Colon perfecto; Punto final; Admiration; Interrogación; y Parentesis: cuyo discurso omito, por^{10v} hallarse repetido difusamente de varios Autores, donde podra el curioso ver lo que tanto importa, para escribir con acierto. [...]

Supongo. Escribe un Niño de assentado y muy a espacio, hermosa, y formalmente, y visto por su Padre, privandolo de la vista del Maestro, le mando copiasse con violento impulso algunas Cartas de distintos, y malos Caracteres. El niño, que no apercibido los preceptos, y ligaciones de lo suelto, queriendo con su mano inabil, torpe, y pessada, meditarlas, rompe lastimosamente las ballas del Arte, y en quatro dias que usa el barbarismo, queda destruyda la primera educación, de tal manera,¹¹ que las letras que antes hacia hermosas, perfectas, y agraciadas, se miran ilegibles borrones, y manchas toscas, que afean lo blanco y terso del papel.”⁵⁷

Os métodos de alfabetização, tradicionalmente, enfatizam a escrita em detrimento da leitura, na crença de que a escrever é que se aprende a ler, o que, em casos extremos, pode levar à ideia de que “a formação do escritor (ou “produtor de textos”) é tão ou mais importante do que a formação do leitor (Ferreiro, 1993)”⁵⁸. Cagliari defende, por seu turno, que não só a leitura precede a escrita na alfabetização, como é a partir da leitura que se consegue ensinar as relações entre letras e sons. “«Por outro lado, se uma pessoa não souber ler, o ato de escrever será simples cópia, sem significado.»”⁵⁹ O que nos leva a questionar até que ponto, efectivamente, se desenvolvia uma competência de leitura e de escrita nas escolas de primeiras letras nestas vilas indígenas. As próprias produções reunidas pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva não mascararão uma escrita que resulta de uma mera cópia de estruturas? Ainda assim, convém salientar a aquisição de técnicas motoras, mesmo em tão curto espaço de tempo, e o correcto desenho da forma das letras e separação das palavras.

⁵⁷ ROELAS Y PAZ, Marcos de las, *Pratica de el Noble, y primoroso Arte de Escribir varios Caracteres, y distintas Formas de Letras que humildemente dedica a la Magestad del Rey nuestro Señor Don Juan quinto de Portugal* [Don Marcos de las Ruelas y Paz Senador perpetuo del Cavildo, Justicia, y Regimiento de la ciudad de Cordova, y Maestro de Escribir de Sus Altezas, los Serenissimos Señores, Señor Don Miguel, y Señor Don Joseph], [manuscrito], [Córdoba?], [s.ed.], 1718, pp. 10v-11v. BNL - COD. 10833

⁵⁸ Gladis Massini-Cagliari, *op. cit.*, p. 116.

⁵⁹ L. Cagliari, “A leitura nas séries iniciais”, in *Leitura: Teoria & Prática*, Porto Alegre, Mercado Aberto/ALB, ano 7, n.º 12, Dezembro 1988, p. 4. apud Gladis Massini-Cagliari, “Decifração da escrita: um pré-requisito ou uma primeira leitura?”, in MASSINI-CAGLIARI, Gladis et CAGLIARI, Luiz, *op. cit.*, p. 116.

A prática, também ela tradicional, de reprodução de sílabas como sa-se-si-so-su com extensão às palavras que, respectivamente, começassem de forma idêntica, é uma estratégia que, para Cagliari, ajuda ao processo de decifração do sistema de escrita, tanto mais se complementado com contextos de palavras em que se obtém som idêntico através de representação gráfica distinta. Deste modo, o professor estaria a promover a elaboração de regras de decifração (por exemplo, quando a letra <c> possui o valor de [s]), mesmo que não implique um registo formalizado no caderno do aluno.

A implementação das reformas a partir de 1759 não se traduzem por uma mudança substancial na metodologia do ensinar a ler e a escrever, nem, tão pouco, das atitudes pedagógicas, não obstante a preocupação demonstrada por diversos pensadores. Como Nóvoa acentua, trata-se de uma mudança de paradigma em termos do controlo do sistema de ensino, passando a ser inteiramente estatal⁶⁰.

Uma vez identificados os principais grupos ameríndios em termos socioculturais e linguísticos, passemos à caracterização do meio escolar existente canalizado para a instrução das crianças ameríndias, a que se seguirá a análise, dentro dos possíveis, da relação pedagógica existente.

Existem evidências do impacto do método da cartilha no território Nordestino até período bem recente. Foi num conjunto documental pouco provável que encontrámos marcas da aprendizagem das primeiras letras: o das canções folclóricas e da poesia popular brasileira. Suspeitámos que a literatura oral e tradicional desta região legasse alguns ecos da vivência social de um passado longínquo, do convívio entre vaqueiros e indígenas, e até mesmo missionários, correndo o risco de aceder a histórias efabuladas pelo imaginário popular. Contudo, e graças à recolha de Câmara Cascudo, na sua obra *Vaqueiros e Cantadores*⁶¹, foi num género particular usado pelos cantadores nordestinos que contactámos antes com a memória da aprendizagem das primeiras letras: o dos ABC. Cascudo define-os como versos narrativos, caracterizados por constituírem uma gesta de acção não satírica, “uma «gesta» verdadeira”, cuja

⁶⁰ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 146.

⁶¹ CASCUDO, Luís da Cama, *Vaqueiros e Cantadores*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1984.

estrutura, primitivamente, estava assente em quadras, e mais tarde em sextilhas, usando, regra geral, de sete sílabas métricas⁶² – num rigor extraordinário, considerando tratar-se de composições populares. Este estilo, particularmente abundante em todo o Centro, Nordeste e Norte – ao menos ao tempo da recolha de Cascudo – tem as suas origens numa tradição que remonta à Alta Idade Média. Entre nós, Camões não deixou de se exercitar nesta arte de versejar⁶³, o que de certo modo poderá atestar o uso deste género em Portugal e daí passando ao Brasil.

A recitação destes versos ordenados alfabeticamente pelos cantadores sertanejos sugerem-nos algumas deduções:

Antes de mais, como aponta Cascudo, o recurso claro a gramáticas portuguesas em verso, assim como a catecismos, atribuindo o autor tal herança a partir de missões dos frades capuchinhos, assim como das aulas que designa “paroquiais”.

“As aulas paroquiais, apenas alfabetização e rudimentos da Língua Materna e a “artinha de Pereira” para o latim, são responsáveis pelas tinturas de classicismo que os cursos modernos desterraram. Lembro-me de ter ouvido na Fazenda Carnaubal um cantador declamar as regras da retórica, citando Cícero e Tertuliano. Era papagaio recitando ladainha mas estava certa a indicação e os nomes eram justos.”⁶⁴

Prova do sucesso de semelhante estratégia na apreensão de conceitos relativos ao funcionamento da língua e de como esta prática se encontra entranhada na cultura nordestina, é a reedição em 2009 das *Lições de Gramática em Versos de Cordel*, pelo paraibano Janduhi Dantas⁶⁵. A recitação de semelhantes ladainhas, como prática de

⁶² Idem, *ibidem*, p. 82.

⁶³ Escreve Cascudo: “A menção mais antiga que encontrei de versos dispostos em ordem alfabética é uma poesia de Santo Agostinho, escrita em 393, o “*Psalmus contra partem Donati*”, também chamado “*Psalmus abecedarius*”. [...] a escolha de Santo Agostinho denuncia a antiguidade da espécie e sua divulgação porque o salmo era cantado nas Igrejas. [...] Luís de Camões escreveu um A.B.C. em tercetos, [“*Ana quisestes que fosse*”] na fórmula ABB, CDD, EFF, etc.. A maior curiosidade é o assunto lírico, verdadeira exceção, somente vista por mim nos cancioneiros goianos e matogrossenses.” CASCUDO, Luís da Cama, *Vaqueiros e Cantadores*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1984, p. 82.

⁶⁴ CASCUDO, Luís da Cama, *op. cit.*, p. 84.

⁶⁵ Edição enriquecida com alusões ao Novo Acordo ortográfico. DANTAS, Janduhi, *Lições de Gramática em Versos de Cordel*, Petrópolis, Vozes, 2009.

memorização, parece transparecer uma clara estratégia de ensino-aprendizagem. Assim, “ A função primitiva dos ABC devia ser mnemónica, como os Jesuítas empregaram, em autos, bailos e cantigas, para os piás selvagens do século XVI.”⁶⁶ Tais intuitos são particularmente evidentes nos versos que abaixo se transcrevem onde, a par de uma linguagem familiar, se transmitem estratégias facilitadoras tanto da ortografia, como da soletração e da leitura:

*“Cedilha é barba do C.
B com I é bê-e-bi.
O 3 é o bucho do B,
O pingo é o boné do I...”*

*“O til é um S estirado,
Nada vale estando só;
E a constipação do som
Faz fanhoso o A e o O! ...”⁶⁷*

É muito natural o recurso a tais ladainhas, muito embora tenham circulado graças a esta sorte de trovadores nordestinos, se tenha operado, originalmente, por intermédio dos mestres de primeiras letras de modo a cativar os meninos para a aprendizagem das regras de caligrafia e ajudar à memorização de uma correcta ortografia das palavras. A iniciativa, primordialmente pedagógica, terá favorecido a alfabetização de tal ordem junto da população que esta a adoptou, renovou e enriqueceu no seu cancioneiro popular. De resto, também em Portugal a musicalização dos conteúdos, através de cantilenas, foi prática usada nas escolas primárias ao tempo de Oliveira Salazar. Favorecia a memorização de versos e a fluência na leitura, assim como a memorização de conteúdos no domínio da História, Geografia e rudimentos de Matemática (ou Aritmética).

Poesia ritmada, favorecia a memorização e a melodia dos versos, contendo uma mensagem por vezes pedagógica – algo que se destaca no A.B.C. que, da autoria do cantador Hugolino Nunes da Costa (1832-1895)⁶⁸, também conhecido por Gulino do

⁶⁶ CASCUDO, Luís da Cama, *op. cit.*, p. 84.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 85.

⁶⁸ Este cantador e versificador provinha, na verdade, de uma família onde existiram padres-mestres – uma ligação estreita às tais aulas paroquiais – e cujos ancestrais Nunos da Costa engrossavam a elite cultural na vila do Teixeira. A sua génese, ainda em pesquisa, indicia uma descendência cristã-nova, advinda do Reino e aportando, nomeadamente, na Bahia no século XVII, daí irradiando para a Paraíba e Rio Grande do Norte. Filho de Agostinho Nunes da Costa Júnior e Ana Camila das Dores, Hugolino tem na figura de Agostinho Nunes da Costa, o Velho, a atestação da ligação das suas origens a um criador de gado que, em

Teixeira, se acha composto por 25 estrofes, todas em quadra, excepto a primeira. Este cantador nordestino era dotado de particular capacidade de memorização e portador de uma cultura invejável à época, pois “sabia de cor a «Ciência Popular», História Sagrada, Lunário Perpétuo, Dicionário da Fábula, rudimentos de Geografia Física e Política, Carlos Magno e os Doze Pares de França”⁶⁹. Considerado, no dizer de Câmara Cascudo, um cantador letrado, devera certamente a sua formação, à semelhança de outros, a uma educação escolar formal recebida de clérigos seculares ou regulares:

“Antigamente, criados nas velhas escolas paroquiais ou ouvintes das «santas missões», os cantadores subiam as disputas emaranhadas e hoje atordoantes, sobre os Novíssimos do Homem, Penitências, os sete pecados mortais, mandamentos da Igreja. Eram todos católicos estridentemente defensores da sua Igreja, inimigos fidalgos da Nova Seita (Protestante) que eles emparelhavam com as mais detestadas entidades, O Fiscal, o Inspetor de Consumo, o Polícia da feira.”⁷⁰

A composição de que aqui damos parcialmente conta recorda-nos, em vários momentos, as listas de vocábulos – sobretudo no concernente a topónimos e antropónimos – constantes das cartilhas.

1790, se aventura pela serra do Teixeira. Por outro lado, do seu segundo matrimónio, com Maria Brasileira de Figueiredo, existe curiosa ligação a um membro do clero. Com efeito, fora ela primeiramente casada com o P.^e Gil Brás de Figueiredo, seu parente e vigário da Palma – lugar precisamente da antiga missão jesuíta de N.^a Sr.^a da Palma de Baturité ou Paiacú, criada em 1755, posterior vila indígena de Monte-Mor o Novo da América. No ano de 1791 ali se juntaram aos Kanindé e aos Jenipapo índios oriundos de missões em conflito, como os Jucá da Vila de S. Mateus e os Paiacu da Vila de Monte-Mor-o-Velho, assim como da Vila de Portalegre. No período da Seca dos Três Setes (1777-1793), Baturité fora um dos municípios preferidos pelas populações sertanejas. Não será, por isso, de estranhar a movimentação do Nunes da Costa (o Velho) com o seu gado para o Teixeira. Este cantador acompanhara uma família para o Rio Grande do Norte, fugindo de casa aos 18 anos. Cf. “Hugolino Nunes da Costa” in CASCUDO, Luís da Cama, *Vaqueiros e Cantadores*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1984, pp. 308-309; e ainda “Dos Sucurus aos Teixeirenses”, disponível em <http://www.teixeiranews.hpg.ig.com.br/familiasteixeirenses.htm> [consultado em Agosto de 2010].

⁶⁹ CASCUDO, Luís da Cama, *op. cit.*, p. 308.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 196.

Quadro 17 – Quadro comparativo: das cartilhas aos cantadores nordestinos

A.B.C. de Hugolino da Costa (séc. XIX)		Cartilhas e Breve Instrução
"A 16 de setembro A mão à pena lancei Para compor uma obra Da melhor forma que achei, Cada letra doze nomes, Cada qual explicarei.	Adão, Abel, Almirante, Antigo, Albano, Alpifânio, Ásia, África, Alemanha, Angústia, América, Amazonas.	Nomes Amaro, Amador, Agostinho, Affonso, Adriam, Alexo, Alexandre, Caetano, Cacimiro, Camillo, Cypriano, Custodio, Clemente, Damião, Damazo, Domingos, Diogo, Daniel, Dionizio, David, Eugênio, Euzebio, Francisco, Fernando Fabiam, Faustino, Gaspar, Gregorio, Gabriel, Geraldo, Germano, Jacome, Ildefonso. Nomes de mulheres Anna, Anastacia, Antonia, Anaclea, Adriana, Caetana, Catharina, Custodia, Cacimira, Dionizia, Dorothea, Domingas, Francisca, Faustina, Fulgencia. Nomes de cidades Lisboa, Evora, Porto, Coimbra, Elvas, Lamego, Vizeo, Guarda, Braga, Miranda, Olinda, Bahia, Rio de Janeiro, Madrid, Salamanca, Toledo, Cordova, Paris, Toloza, Millão, Napoles, Modena, Berlim, Ferrara e Roma.
Bento, Bernardo, Basílio, Barra, Barreira, Bonança, Brasil, Brasília, Brasileiro, Borge, Barcelona, Bragança.	[...] Deus, divindade, Donzela, Duque, Dourado, Dragão, Dario, Drástico, Daniel, Doutor, Dobrado, Dobrão.	
[...] Rei, Rainha, Redenção, Reino, Roberto, Regente, Razão, roque, Rafael, Rosa, Raquel, Requerente.	[...] O TIL é última letra Se assenta pouco ou muito Porém que nela eu componho Todo o A.B.C., conjunto" ⁷¹	

A referência ao til como letra encontra a sua explicação no facto de constar nas antigas cartilhas logo após a última letra. O facto de o sertanejo não se esquecer de citar este sinal ao recitar o alfabeto⁷² reforça a nossa teoria de o género poético A.B.C., presente no cancioneiro popular nordestino, estar intimamente associado à aprendizagem dos rudimentos da língua através das cartinhas antigas. Testemunha o próprio autor riograndense:

"Meu pai guardava um dos velhos «traslados» do professor público da Vila de Campo Grande, Augusto Severo [designação antiga deste município do Rio Grande do Norte que, em 1991, tornou à designação de Campo Grande⁷³], Joel Elói Peixoto de Brito, com vários tipos de letras. Todos os abecedários terminavam por um til."⁷⁴

Semelhantes evidências remetem-nos para a ponderação de duas questões: de um lado, os livros de ABC e cartilhas; do outro, os métodos empregues no ensino do

⁷¹ Idem, *ibidem*, pp. 86-88.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 83.

⁷³ Localizado na Serra Cepilhada, área habitada primitivamente pelos índios Pêgas.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 83.

português, entre os quais o método silabário. Pegando, antes de mais, nos materiais propriamente ditos, encontramos nos livros de ABC, herdeiros das antigas tábuas alfabéticas, anteriores ao advento da imprensa, a exposição, regra geral, do alfabeto, acompanhado dos Dez Mandamentos, Pai Nosso, o Sinal da Santa Cruz, algumas orações, de que é primeiro exemplar conhecido o *Bokeschen vor de leven onde kinde*, escrito em alemão e publicado em wittenberg em 1525, sendo erroneamente atribuído a Lutero⁷⁵. Só a partir do século XVII se introduz, muito provavelmente por inspiração da *Didactica Magna* de Comenius, o método de ilustrar cada letra do alfabeto, “á fin de facilitar á los párvulos la pronunciación de las letras y hace al mismo tiempo interesante la lectura”⁷⁶. Uma vez abolido o método do silabário, os livros do ABC passaram a incluir, além de exercícios elementares para a aprendizagem da leitura, uma maior variedade textual, tanto em número como em tipologia – “máximas sencillas, breves descriptiones, cuentos, fábulas, poemitas, etc.”⁷⁷ – fazendo-se ainda acompanhar de uma parte com os rudimentos da aritmética.

Os alunos indígenas em idade infantil lidavam com maior autonomia em situações mais concretas, como é próprio do estágio de desenvolvimento cognitivo em que se encontram. O envolvimento com conceitos mais abstractos ou a compreensão da estrutura gramatical do português envolveria um trabalho acrescido e de carácter mais intelectual⁷⁸, decorrendo em momento posterior ao ensino das primeiras letras. Tratava-se das aulas de Gramática Portuguesa, a que precederia, naturalmente, uma selecção dos alunos pelas capacidades reveladas na introdução à leitura e à escrita.

Partindo do pressuposto que existem três categorias de métodos na aprendizagem de línguas – centrados na língua, centrados na aprendizagem e centrados

⁷⁵ *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Tomo I, Madrid, Espasa-Calpe, 1930, p. 240.

⁷⁶ *Idem, ibidem*.

⁷⁷ *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Tomo I, Madrid, Espasa-Calpe, 1930, p. 240.

⁷⁸ ATALAIA, Sónia, *A Diferenciação Etária no Ensino/Aprendizagem de uma Língua a Falantes de outras Línguas*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005, p. 58.

no aluno⁷⁹ – práticas que enfatizam o conhecimento linguístico, através de um trabalho explícito ou implícito das estruturas da língua, parecem enquadrar-se no primeiro tipo⁸⁰.

10.3. Os recursos didácticos

Aprofundemos melhor a importância, necessidade e presença do livro didáctico na educação veiculada em tempos mais remotos. Colocando o nosso foco nos séculos XVI a XVIII, e centrando-nos ainda no caso do ensino da língua portuguesa, apercebemo-nos de que o lugar de destaque, no âmbito da didáctica das línguas, se encontrava acima de tudo no Latim e no bom domínio da sua gramática. Os manuais que serviam de suporte ao processo de ensino-aprendizagem seriam geralmente usados unicamente pelos ensinantes. Não raro, circulavam cópias manuscritas das obras usadas em aula, e até mesmo notas de aula ou apontamentos cuidadosamente feitos pelos alunos⁸¹. Voltando ao caso do Latim, para além das gramáticas - a mais afamada das quais foi a de um conceituado mestre jesuíta, Manuel Álvares, vindo a ser banida e proibido o seu uso a partir da vigência das reformas educativas introduzidas por Sebastião de Carvalho e Melo - recorria-se ainda a compêndios com textos de autores clássicos, sendo particularmente útil para a prática de tradução e servindo de modelo para actividades de produção/expressão oral e escrita.

Já no que se refere ao ensino de língua portuguesa, o seu estatuto era claramente inferior, tanto em termos de língua de escolarização, como pela importância atribuída ao ensino-aprendizagem de línguas vernáculas – mesmo tratando-se da língua de Estado. Com efeito, e se pensarmos no ensino ministrado nos colégios jesuítas, apercebemo-nos

⁷⁹ Nesta categorização proposta por Kumaravadivelu em 1993, os métodos centrados no aluno têm em conta as suas necessidades, desejos e situações em que, previsivelmente, farão uso da língua-alvo, ao passo que os métodos centrados na aprendizagem propriamente dita levam em linha de conta os processos cognitivos envolvidos. KUMARAVADIVELU, B., *Understanding Language Teaching: From Method to Postmethod*, London, Lawrence Erlbaum Associates, 2008.

⁸⁰ Um dos exemplos mais notórios e exemplificativos deste tipo é o método «audiolingual», marcado pelo estruturalismo linguístico, uma visão contrária à gramática tradicional, por se assumir como uma abordagem pretensamente científica da língua. KUMARAVADIVELU, B., *op. cit.*, pp. 97-109.

⁸¹ Observe-se, a título de exemplo, a colecção relativa aos colégios da Companhia de Jesus existente na secção de Reservados da BNL, com material oriundo da «Aula da Esfera» do Colégio de Santo Antão de Lisboa.

de que se leccionavam as mais diversas disciplinas em latim e não em vernáculo⁸². Ainda assim, sabe-se que nem sempre se utilizava este idioma em todas as aulas leccionadas pelos jesuítas. Se por um lado dependia da própria natureza das matérias ministradas - pensemos, por exemplo, na dificuldade em garantir, por parte dos alunos, o aprofundamento e pleno domínio dos conceitos trabalhados - por outro dependia do público-alvo⁸³.

No ensino da leitura e da escrita, a cartilha assumia, ainda antes do período da expansão ultramarina, um lugar de destaque. Espécie de silabário ou de abecedário, fazia-se, ainda, acompanhar de uma selecção de textos de carácter religioso (orações, ladainhas, entre outros), assim como normas de civilidade, úteis ao exercício da leitura, assim como para treino da escrita. A constituição e difusão da cartilha-catecismo, destaca António Nóvoa, conhece um aumento pronunciado após o Concílio de Trento⁸⁴, passando a assumir-se como modelo orientador da prática docente do mestre de

⁸² Facto que decorria da constatação das dimensões que a rede de colégios da Companhia de Jesus detinha a nível mundial, além do particular cuidado face à organização curricular, às práticas escolares, à inspecção destas, às funções/obrigações do corpo docente, não docente e discente, entre outros aspectos, traduzindo-se num esforço de sistematização e institucionalização da educação, que se oferecia a todos e de forma gratuita. Não nos poderemos esquecer, não obstante, que havia uma intensa circulação de materiais e mestres nos colégios europeus, sendo o latim, à altura - até cerca do século XVIII, momento em que o Francês alcança um novo estatuto no plano da cultura e do saber em geral - uma língua de comunicação e uma língua de cultura.

⁸³ No Colégio de Santo Antão de Lisboa, a oferta curricular contemplava, além dos habituais cursos de humanidades, que dominavam por completo os espaços consagrados à prática lectiva neste edifício, um curso no âmbito das ciências, matemáticas e arte de navegar, também frequentado por leigos. Não se julgue que tratava apenas de uma elite, muito pelo contrário. São filhos de homens com ofícios diversos a nível da navegação, não necessariamente cargos de topo. Visavam obter uma formação de carácter teórico-prático e o domínio das latinidades, nesta medida, não era de todo importante para as funções que iriam desempenhar. "E falando de pilotos e sotopilotos a que toca o governo das naos da Índia he certo q forão mais aventaiados e mais scientificos se tiverão algũ principio de latim, e ouvirão algũ tempo da esfera do mundo antes que os meterão no exercicio de seus officios e este foi o intento que teve Elrey dom Henrique na lição mathematica que manda ler no seu colegio de Santo Antam de Lisboa, e se ouvera mais cuidado destas cousas, derase remedio para que não se confirmasse piloto nem sotopiloto que não tivesse ouvido esta lição por algum tempo, e se fizera com facilidade se quando são de pouca idade acodirem a ella para depois com a sciencia e experiencia sairem homens insignes, o mesmo podera ser de engenheiros, condestables de artelheria, e mais architectos militares de que ha tanta falta em Portugal que he necessario andar mendigando dos estrangeiros podendoos ter dos naturais." in P.^e Antonio Collaco, S. J., "*Que as escolas gerais são necessarias nos reynos principalm.^{te} quando os mestres são quais a Comp.^a tem nos seus collegios e pelas mesmas rezões os collegios da Companhia devem ser estimados dos Reys e dos mais que governão as Republicas*", [séc. XVII]. ANTT, Cart. Jes., mc. 56, n.º 10.

⁸⁴ NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 107.

primeiras letras, e num período em que a literacia se encontra intimamente implicada com a doutrinação.

A conjuntura do século XVI, por seu turno, apresentou-se propícia ao desenvolvimento de novos paradigmas na educação: Nóvoa sublinha a difusão do livro, ampliada com o desenvolvimento da imprensa, a expansão territorial e as transformações socioeconómicas delas decorrentes, assim como o aumento das trocas comerciais; acrescentamos a pressão exercida nos reinos protestantes com a promoção das primeiras letras e leitura da Bíblia nas suas paróquias, o aparecimento de uma congregação não conventual, com um espírito mais interventivo e desafiante – a Companhia de Jesus.

Se ponderarmos ainda o que sucedia no campo das missões, no contacto directo com as populações, sua instrução e evangelização, não poderemos supor em momento algum que o ensino de nível elementar, pela transmissão de conhecimentos básicos, pudesse ser feito com recurso ao latim. O método utilizado no ensinar a ler e escrever fora sempre o mesmo:

“Los niños aprendían las letras con sus nombres y luego sus combinaciones en sílabas, palabras y frases. Este método contrariaba el orden psicológico de la enseñanza, según el cual las ideas deben preceder a las palabras y lo conocido a lo desconocido. [...] el método del ABC enseña la lectura de las palabras, pero no el significado de las mismas. Los niños que aprenden a leer con este método no lo hacen con ayuda de él, sino a pesar de él y contra él.”⁸⁵

Ora se para as crianças europeias seria um método penoso e pouco rentável, junto dos ameríndios, somando-se as dificuldades de adaptação ao rigor que a escolarização implicava e ao impacto produzido pelo confronto com um tipo de educação estranha às suas comunidades de origem, os problemas de aprendizagem não deveriam ser menores.

Claro está, as missões desenvolvidas junto dos povos ultramarinos privilegiavam o recurso ao vernáculo, sendo o ensino da língua portuguesa uma das condições que sustentavam o apoio da Coroa. Porém, os ideais dos soberanos não eram necessariamente coincidentes com os dos missionários jesuítas, privilegiando estes, sobretudo, a eficácia da comunicação - daí a sua tolerância, estudo e promoção das

⁸⁵ AGUAYO, A. M., *Didáctica de la Escuela Nueva*, Habana, Cultural S.A., 1943, pp. 309-310.

línguas locais, em detrimento do ensino do português, situação que se vai rarefazendo a caminho do século XVIII. Esse é um aspecto aliás assaz salientado pela legislação portuguesa e epistolografia de carácter administrativo, trocada entre as autoridades dos dois lados do Atlântico entre finais do século XVII e inícios do século XVIII, sendo possível observar algum esforço dos monarcas D. Pedro II e D. João V no sentido de obrigarem os jesuítas do Brasil a ensinar o idioma luso.

Já nos havíamos questionado quanto ao modo como as escolas das missões subsistiriam face à escassez de materiais. Gonçalves Costa esclarece que, perante a inexistência de livros e tendo a seu cargo a docência de algumas matérias – nomeadamente atendendo aos estabelecimentos que antecederam a construção dos próprios colégios – os missionários viam-se obrigados a reproduzir manualmente durante largo tempo, “e a prepararem e a escreverem as aulas do dia seguinte” (vide Simão de Vasconcelos, *Crónica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, 2ª ed, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865, pp. 29-30).

Da escassez de livros dera-se conta logo no início da implantação da Companhia de Jesus. Gonçalves Costa elenca uma série de carências, de entre as quais destacamos as directamente ligadas ao ensino⁸⁶. Assim, diz Manuel da Nóbrega: “O padre Navarro e eu [pedimos] os livros que já lá pedi, porque nos fazem muita minguia para duvidas que cá ha, que todas se perguntam a mim.”⁸⁷ Luís da Grã, por seu turno, queixa-se da falta de livros de latim:

“Lorsque le père Ambrósio Pires arrivera, il fera des lectures de leçon de cas et le frère Blasquez donnera une leçon de latin. Si Votre Révérence pouvait nous obtenir quelque aumône pour des livres de latin, qui serviront pour le début avec les autres, pour que les plus avancés puissent obtenir quelques résultats. »⁸⁸

Ao Ir. António de Sá, interessa-lhe um qualquer cartapácio para orientar a aprendizagem da língua dos índios: “Si lá tiverem alguma maneira de ensinarem na

⁸⁶ COSTA, Gil Gonçalves, *Primórdios da Missão Jesuítica no Brasil Ajuvantes e Oponentes*, Viseu, Passagem Editores, 2003, pp. 38-40.

⁸⁷ Carta de Manuel da Nóbrega ao P.º Mestre Simão. Bahia, 9 de Agosto de 1549. *Cartas do Brasil*, p. 87.

⁸⁸ Carta do P.º Luís da Grã ao P.º Diogo Mirón (em Lisboa). Bahia, 27 de Dezembro de 1554. In LABORIE, Jean-Claude, *La Mission Jésuite au Brésil. Lettres & autres documents (1549-1570)*, Paris, Chandeigne, 1998.

língua brasílica, mandem-nol-a, por que de outra maneira difficultosamente se lhes metterá na cabeça, ainda que lhes vozeem cada hora e cada momento.”⁸⁹

Na América espanhola, a título de comparação, assiste-se à criação de escolas municipais de primeiras letras sobretudo nos primeiros anos do século XIX, em Jalapa, Zacatecas, Córdoba y Chihuahua, "siguiendo el ejemplo de Ciudad de México (en 1786)"⁹⁰.

Mergulhando mais a fundo na questão dos materiais didáticos para o ensino da língua portuguesa, percebe-se, por um lado, que muito embora as primeiras menções ao recurso a cartinhas ou cartilhas se fizessem pelo menos logo a partir do século XVI e XV, existindo nomeadamente referências quanto ao seu envio para África e Ásia, assim como de mestres que assegurassem o ensino do português, contudo constatamos que se tratava de um ensino bastante rudimentar. Muito embora a cartilha mais antiga a que hoje temos acesso date apenas de 1536, ela é bastante ilustrativa da importância - melhor, da sua pouca importância - no plano da formação académica do indivíduo. Essa realidade acabou por perdurar até muito além do século XVI, até praticamente meados do século XIX, acabando por se reflectir igualmente na própria formação dos mestres de

⁸⁹ Carta do Ir. António de Sá aos Irmãos. Espírito Santo, 13 de Junho de 1559. In NAVARRO, Azpilcueta, *Cartas Avulsas*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988. COSTA, Gil G., *op. cit.*, pp. 39-40.

⁹⁰ Como é óbvio, a vacância gerada pela expulsão dos jesuítas sem uma implementação imediata de um novo sistema de ensino, gerou muitas contestações. De tal modo que, em 1810, representantes de toda a América espanhola, reivindicando reformas no Nuevo Mundo, requereram a restauração da Companhia de Jesus pela sua importância nos planos educativo e missionário. Apesar de algumas resistências, de um certo saudosismo face aos estudos jesuítas, na verdade assiste-se à circulação de métodos e materiais pedagógicos sob uma nova filosofia. Detenhamo-nos sobre dois casos:

"En 1803 se publicó en Puebla la Nueva cartilla de primeras letras, basada en obras del pedagogo español Vicente Naharro, en la cual, por primera vez en Nueva España, se presentaban palabras divididas en sílabas, en vez de tener sólo sílabas sin sentido como en la cartilla común, que se usaba desde 1542. En 1803 un maestro de la capital, Ignacio Montero, empezó a usar el método del silabeo y para 1815 había redactado un nuevo silabario. Al presentar su texto al ayuntamiento, criticó la cartilla común, «tan rancia y antigua como la conquista». Indicó que su experiencia como profesor le había hecho concluir «que los niños, lo primero que articulan son sílabas, y no a deletrear: después pronuncian palabras enteras». Observó que «en el silabario común no hay más que sílabas y el mío tiene las sílabas unidas por guiones para que formen las palabras castellanas»." CRIADO, Buenaventura Delgado [coord.], *Historia de la Educación en España y América: la Educación en la España Contemporánea (1789-1975)*, vol. 3, Madrid, Ediciones SM, 1994, p. 182. (Apesar da monumentalidade desta obra, a alusão às escolas de primeiras letras não vai além de um exíguo parágrafo.)

primeiras letras, seu exame para a docência, seu estatuto, sua remuneração. Procuremos perceber porquê.

Numa cartilha, geralmente, começava-se por apresentar o alfabeto em maiúsculas e em minúsculas, alguns grupos consonânticos considerados de maior relevância para uma maior desenvoltura na leitura e ainda algumas palavras isoladas, geralmente da toponímia e antroponímia. Tais conteúdos não tomavam mais do que umas escassas páginas - muitas vezes, somente duas. Tudo o resto eram já orações, práticas cristãs, enfim, o catecismo que qualquer cristão deveria dominar. Qual seria então o lugar da gramática da língua portuguesa? Como se desenvolveria, a partir daí, a escrita, a sintaxe, a expressão escrita?

Teremos, ainda assim, de ponderar a hipótese de a cartilha não ocupar um lugar tão destacado na metodologia do ler e escrever até ao Antigo Regime. Não poderemos encarar o livro como um objecto puramente didáctico, ou até, por outro lado, como ferramenta única de transmissão de saberes. As cartilhas apresentariam uma exemplificação da ortografia portuguesa, que seria expandida nas lições dadas pelo professor. Os exercícios com que o aluno se depararia não possuíam um espaço para sua resolução nas próprias páginas do livro - até porque muitas vezes o seu uso era exclusivo do professor, dependendo das condições financeiras em que o processo de ensino decorria (num colégio em meio urbano, numa missão rural, em missões «volantes» em plena selva ou em pleno sertão, com sala própria ou num espaço improvisado para o efeito...). Vários são os relatos de quem aprendeu a escrever usando a areia como suporte, ou escrevendo no verso de uma folha de bananeira ou de pacoveira.

A importância conferida ao livro na educação dos vassalos surge política e intelectualmente reforçada no século XVIII. Regressando à ambição inicial, o livro passara a servir directamente os interesses do Estado, preocupado com a formação veiculada e esforçando-se por construir uma imagem de esforço reformador ao nível do ensino em Portugal e suas possessões ultramarinas, empenhado, enfim, em erradicar os antigos métodos e sistema educativo vigentes. Uma das medidas passou precisamente por um verdadeiro «auto de fé» dos manuais jesuítas, os quais não serviam mais os

interesses do Estado moderno e iluminado. Convicto de que urgia revolucionar os meios através dos quais se formava os alunos, Pombal investe num grandioso sistema de reformas abarcando vários níveis de ensino.

Num inventário que dá conta das publicações disponíveis numa dada «livraria» ou biblioteca – não sabemos ao certo se se trataria de um particular ou de uma instituição – encontramos referências a diversas obras, distribuídas por três secções: no “Cathalogo das obras q pertencem ao novo Methodo de estudar”⁹¹, deparamo-nos com o *Verdadeiro Methodo de Estudar* (de Verney), a *Balança intellectual* (s.a.), e a *Illuminação apologética* (de Francisco Duarte), só para citar alguns títulos; em seguida, surgem três obras de cariz filosófico; por fim, deparamo-nos com uma relação das “obras q pertencem a Grammatica”, que transcrevemos em seguida:

Arte do P. Manoel Monteiro ... 2. tomos
Antídoto grammatical
Defensa apologética[?]
Novo Methodo, ou Arte das necessidades
Advertências necessarias p.^a a intelligencia do grande prologo
Juízo grammatical ... 1.^a e 2.^a audiência
Carta de hum velho honrado a hú sobrinho seu
Alvarista defendido
Additamento [?] ao Alvarista defendido
Progresso da Academia grammatical
Mercurio grammatical
Antiptologo critico, e apologetico
*Defensa do novo Methodo grammatical*⁹²
Aparato critico p.^a a Prozodia

Embora não surja datado, trata-se sem dúvida de um documento do século XVIII, seguramente após o alvará de Pombal.

Do conjunto de obras que eram enviadas por intermédio da Direcção Geral dos Estudos Menores, organismo criado para gerir os estudos em Portugal e suas possessões ultramarinas, observamos que, no que se refere ao ensino das primeiras letras, não existe

⁹¹ ANTT, *Real Mesa Censória*, cx. 175.

⁹² Este título surge assinalado no original, clarificando a sua autoria: “*Esta obra he a de Fran.co Sanches que a há nesta Livraria.*” Não obstante, logo de seguida, surge uma outra informação com tinta e caligrafia diferentes da anotação anterior, dizendo o seguinte: “*Adverte se que a Defesa do Novo Methodo Grammatical corre em nome de Francisco Sanches, porem he do P.e Ant.º Pr.º de Figueiredo Autor do Novo Methodo*”. ANTT, *Real Mesa Censória*, cx. 175.

qualquer tipo de referência a obras impressas⁹³, facto que indicia um recurso a nível local a cópias manuscritas, de que poderiam ser ilustrativas as três cópias da *Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christã, Ler e escrever aos Meninos e ao mesmo tempo os principios da Lingoa Portuguesa e sua Orthografia*, datadas de cerca de 1760, e remetidas pelo governador de Pernambuco⁹⁴.

Áurea Adão sublinha que, apesar de determinante para o desenvolvimento do ensino das primeiras letras em Portugal, a reforma de 6 de Novembro de 1772 não procurou uniformizar os estudos, pois, de facto, não estipulava os materiais escolares e os compêndios a seguir pelos mestres neste nível de ensino. Semelhante ausência teve sérias repercussões no plano metodológico, pois, além de não possuírem formação específica para a actividade docente, “os mestres divergiam nos processos didácticos e adoptavam os manuais a que tinham mais fácil acesso”, ou recorram a cópias manuscritas dos materiais a que tinham acesso (incluindo publicações entretanto banidas por força de lei), obstando, assim, à “concretização de uma instrução semelhante em todo o Reino”⁹⁵ e conforme aos anseios de Sebastião de Carvalho e Melo e às modernas teorias dos pensadores portugueses de então.

Certo é que, relativamente à realidade brasileira, a escassez de obras impressas se devia a factores de ordem diversa: o ensino que deixara de ser gratuito, a própria ausência de docentes, os quais tardavam a ocupar os lugares de que haviam sido providos por impossibilidade própria ou como reivindicação por não serem pagos, a

⁹³ Trata-se de documentação relativa a assuntos de ordem financeira, nomeadamente dando conta de despesas de venda de livros e seu carregamento nas naus e compra de material diverso a ser expedido. O fundo *Directoria-Geral dos Estudos*, cx. 4 (Brasil) e outros, pertencente ao AINCM, permite-nos, além do registo contabilístico, averiguar que tipos de obras eram enviadas. Constata-se ainda que existe um notório investimento na difusão das *Instruções*, achando-se aqui notícia da sua expedição para o Brasil logo desde 1759, como no-lo comprova um “Extracto, e rezumo de tres carregaçöens de Livros pertencentes à Directoria g.^{al} dos Estudos”, enviados para o Rio de Janeiro. Pelas remessas de livros de que se atesta o recebimento no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, facilmente percebemos que, não indo além de algumas dezenas – no conjunto de todas as matérias – se destinariam, quando muito, a apoiar a actividade dos docentes, e não como recursos a serem utilizados directamente pelos alunos.

⁹⁴ Anexo a um ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a erecção de vilas nas antigas aldeias dos índios. Datado de 6 de Março de 1759, Recife. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202.

⁹⁵ Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 7.

venda exclusiva destes materiais para fins escolares (privando a comunidade em geral da circulação destes compêndios), o decréscimo no número de estudantes e até a sua ausência, nomeadamente ao serem requisitados para serviço militar, a inflação de preços por parte dos livreiros, uma deficiente articulação dos meios de encadernação e expedição de livros, a limitação imposta pelas datas de navegação (com impacto tanto nas remessas, como na comunicação das necessidades observadas e sua resposta pelo poder central), a transmissão e partilha de um mesmo manual por sucessivas gerações como estratégia de poupança, a existência de transacções paralelas dos manuais, novos ou usados, por iniciativa dos próprios alunos, a rápida degradação das obras num clima pouco favorável à sua preservação (cf. apêndice documental).

Nem mesmo as reformas educativas conseguem ainda contornar a escassez dos recursos materiais. Ainda assim, nas poucas aulas régias existentes, procurava-se observar o recurso a algumas obras, como no-lo destaca Maria Isabel Baptista:

“Os manuais escolares usados nas escolas regimentais eram os mesmos da Escola Geral de Belém, onde se formavam os mestres e ajudantes, e quase todos da autoria do seu Director. Em Língua Portuguesa usavam-se os seguintes manuais:

- 1) — O *Novo Methodo de Ensinar e Aprender a Pronunção e Leitura da Lingua Portuguesa*, elaborado segundo o princípio de que ensinar a ler consiste, essencialmente, “em fazer conhecer as letras pelo nome da sua pronunção nas sílabas que delas se formarem”. Apelidado de “Novo Methodo”, era obrigatório o seu uso nas escolas, sob pena de imediata suspensão dos mestres que não o praticassem. Para uma prática eficaz do método, foi superiormente determinado que se distribuíssem por cada Corpo 3 “Alfabetos”, 1 “Silabário”, 1 “Vocabulário”, 2 “Frases” e 2 “Períodos”;
- 2) — O *Novo Epitome de Grammatica Portuguesa*, usado nas lições de Etimologia, Sintaxe, Ortografia e Pontuação;
- 3) — A *Nova Arte de Ensinar e Aprender a Escrever*, usado nas lições de Escritura, continha as regras a observar quanto a “forma, proporção e grandeza das letras maiúsculas e minúsculas, inclinação e distância recíproca”.⁹⁶

A partir de um exame público de primeiras letras decorrido em Beja em 1801, é possível deduzir como, de facto, entre finais do século XVIII e início do séc. XIX, a metodologia de ensino das primeiras letras não mudara, mantendo-se o seu ensino através de diálogos. Referimo-nos aos “Diálogos de Cathecismo, Arithmetica, Orthographia, Grammatica Portuguesa, e Historia do Reyno, que forão o objecto do

⁹⁶ Maria Isabel Alves Baptista, “Currículo e Ensino: Uma Leitura Paralela nas Escolas Régias e nas Escolas Regimentais na Província de Trás-os-Montes”, in *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, 1, p.90.

Exame publico de Primeiras Letras” em Beja, oferecidos a D. Frei Manuel do Cenáculo, bispo de Beja, “para recreyo e applicação da Mocidade Pacence” ⁹⁷. A aprendizagem permanecia centrada na memorização de conteúdos, sendo feito o seu exame ou avaliação através de um esquema directivo de pergunta-resposta. O próprio mestre de primeiras letras era objecto de criteriosa avaliação, sendo examinado por dois órgãos de controlo educacional. No tocante à metodologia de ensino, este documento revela que os alunos eram submetidos na última 6ª feira e sábado de cada mês a um exame, que serviria de preparação, bem como de avaliação dos conteúdos até aí apreendidos. Os «mais adiantados» eram premiados com perdões para o castigo, cabendo ainda aos mestres procurar motivar os que sentissem mais dificuldades ou menos apreço pelas matérias em estudo.

⁹⁷ “Diálogos de Cathecismo, Arithmetica, Orthographia, Grammatica Portugueza, e Historia do Reyno, que forão o objecto do Exame publico de Primeiras Letras, que na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres da Cidade de Beja praticou, com seus Discípulos, Manuel Jozé Ferreira de Souza Branco, Mestre dellas, examinado, e approvado, emtão [sic], pela Real Meza Censória, e hoje, pela Real Junta da Directoria Geral dos Estudos, e Escolas do Reyno, e seus Domínios”, 1801. Biblioteca Pública de Évora, Cod. CXIII/1-25.

10.4. Educação escolar indígena em Pernambuco: a *Breve instrucçam para ensinar a ler e escrever aos meninos*

“Hé certo que nam há mestre ou official de qualquer arte nobre ou officcio mecanico que nam conheção os instrumentos precizos para a sua arte ou officio; poes nam será vergonhozissimo a hum homem ignorar os instrumentos da arte de fallar, que he a arte das artes, e a arte mais nobre, mais util e mais perciza para o comercio humano.”

“Breve instrucçam [...]”, in ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo/Saraiva, 1978, p. 135.

“To be grammarless is to be totally powerless.”

“A «linguistic approach» to the teaching of the mother tongue?” [1971], in HALLIDAY, M. A. K., *Language and Education*, London/New York, Continuum, 2007, p. 40.

De entre os escassos registos originais que documentam as escolhas metodológicas seguidas no ensino das primeiras letras junto dos ameríndios brasileiros, a existência, por si só, das três cópias manuscritas da *Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christã, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da Lingoa Portuguesa e sua Orthografia* (cf. Anexo 21) poderá ser interpretada como um sinal da atenção particular conferida pelas próprias entidades oficiais pernambucanas ao nível da implementação das escolas nas vilas indígenas recém-criadas.

Por outro lado, poderá ser o vestígio do manual ou modelo mais usado por todo o território brasileiro, tendo subsistido estes exemplares pelo facto de terem sido encaminhadas para o Conselho Ultramarino. Banha de Andrade assinala inclusivamente que este modelo, com uma estrutura similar à de qualquer cartilha-catecismo, vigorou até finais do século XIX⁹⁸. Evidencia-se, pela sua natureza, como o ensino-aprendizagem da língua portuguesa não se revestiria de nenhuma especificidade ao ter como público-alvo indivíduos com língua materna distinta. Tal não impossibilita, obviamente, que o mestre usasse de estratégias facilitadoras da aprendizagem, as quais

⁹⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo/Saraiva, 1978, p. 119. Inclui, no Apêndice Documental, a transcrição na íntegra desta cartilha-catecismo, entre as páginas 119 e 153.

aqui poderão não transparecer. Mas centremo-nos na análise da abordagem seguida por esta cartilha-catecismo no concernente à explicação do funcionamento da língua portuguesa.

Logo à partida, os primeiros conteúdos abordados em aula passavam pelo reconhecimento das letras do alfabeto, primeiro em letra minúscula (“letras correntes romanas”), depois em maiúscula (“letras capitaes romanas”), seguindo-se a identificação das vogais orais e nasais – estas últimas apresentadas na categoria “letras abreviadas”. Passado o estudo das letras e sons correspondentes, passava-se à acentuação, onde além dos três acentos se alude ao apóstrofe e ao travessão (“divisam”), e à pontuação, com a particularidade de se aludir ao ponto de exclamação como figura de “admiraçam”. Só após estas considerações se avança para a formação da sílabas, destacando-se o facto de, em português, a vogal assumir um papel nuclear na sua constituição: “Todas as dezanove letras consuantes nam formão nenhuma vos sem o socorro de huma vogal”⁹⁹. Uma vez conseguido o domínio da formação de sílabas com duas e três letras, passava-se por fim à formação dos nomes. Concluindo-se neste ponto a cartilha, apresenta-se de seguida um conjunto de orientações metodológicas dirigidas aos mestres das escolas, com alguns apontamentos quanto às estratégias que estes deveriam adoptar no ensino das primeiras letras, mas onde imperam os conteúdos e técnicas ligados à doutrina cristã.

Voltando aos conteúdos patentes na cartilha propriamente dita, observamos como se procura partir do mais simples para o mais complexo, mas com a grande diferença de se trabalhar apenas o reconhecimento das letras e sua associação aos sons. Julgava-se mais importante começar-se pelo desenvolvimento da associação grafema-fonema, ainda que a um nível muito elementar, adiando-se – ou pura e simplesmente não se exercitando – a aprendizagem de técnicas de escrita.

Esta abordagem é comumente reconhecida como um tipo de método fónico ou fonético, que se caracteriza precisamente por partir do conhecimento das letras e dos sons para formar sílabas, palavras e só depois frases. Distingue-se dos métodos construtivistas de alfabetização em leitura, também denominados de analíticos ou

⁹⁹ Idem, *ibidem*, p. 120.

globais. Nas cartilhas que vigoraram até ao século XIX, encontramos-nos perante um subtipo de modelo fonético, conhecido como modelo alfabético ou de soletração. Apesar de parecer uma forma muito simplificada de aprendizagem da leitura e da escrita, não significa que o sucesso escolar seja garantido nesta etapa escolar.

“A um lado encontramos crianças de 4 e 5 anos capazes de identificar palavras escritas, de lerem frases dum pequeno texto; a outro lado vimos crianças de 7 e 8 anos que decifram penosamente os grafemas, não reconhecem certos fonemas, soletram sílabas laboriosamente e hesitam constantemente na articulação correcta dos fonemas de uma palavra nova.”¹⁰⁰

Para Maria Tasca, um dos factores conducentes à inibição do desempenho linguístico das crianças no seu processo de alfabetização reside, precisamente, no carácter artificial da linguagem utilizada nas cartilhas¹⁰¹. Chama ainda à atenção para uma necessária intervenção multidisciplinar na programação curricular e metodologias a desenvolver neste nível de ensino-aprendizagem:

“O lingüista, bem como o psicólogo e o pedagogo devem ser aproveitados na realização de um trabalho integrado com o objectivo de descobrir tecnologia que possa desenvolver adequadamente as diversas habilidades envolvidas no processo de aprender a ler e a escrever.”¹⁰²

Questionando-se sobre as qualidades que serão necessárias ao indivíduo para aprender a ler, Dulce Rebelo observa que existem razões que vão muito além da influência do meio (social) da criança, de questões de hereditariedade ou da sua saúde mental. Existirão, por certo, factores intrínsecos e extrínsecos ao processo de ensino-aprendizagem:

“Para aprender convenientemente a criança necessita de um ambiente propício na escola, o que implica o tipo de ensino escolhido, os métodos usados e os estímulos frequentes que provoquem as capacidades mentais. [...] Para além das diferenças sociais e culturais dos alunos, há a influência do mundo exterior que pode acelerar, ou até «transformar» as capacidades da criança e ajudá-la no progresso escolar (Luria, 1969).”¹⁰³

¹⁰⁰ REBELO, Dulce, *Estudo Psicolinguístico da Aprendizagem da Leitura e da Escrita*, Lisboa, Gulbenkian, 1990, p. 71.

¹⁰¹ Maria Tasca, “A linguagem dos materiais de alfabetização”, in TASCA, Maria et POERSCH, José [org.], *Suportes Lingüísticos para a Alfabetização*, Porto Alegre, Sagra, 1986, pp. 119-120.

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 121.

¹⁰³ REBELO, Dulce, *op. cit.*, p. 72.

Somos, assim, levados a inferir sobre a responsabilidade do mestre nas dificuldades de aprendizagem observadas junto das crianças ameríndias, nomeadamente por não atender às características do público-alvo, constituído por falantes de uma língua indígena e herdeiros de uma cultura oral. Logo à partida, havia uma importante distinção a fazer face aos meninos que tinham o português como língua materna: o domínio do conhecimento implícito da gramática desta última. Por esse motivo, fazemos, no âmbito da didáctica das línguas, uma distinção entre aquisição e aprendizagem da língua. No primeiro caso, depreende-se que a formação de uma gramática implícita se constitui à medida que se vão desenvolvendo os mecanismos de produção de sons e da compreensão da informação ouvida. Todo este processo desenvolve-se em língua materna, podendo revestir-se de um carácter mais complexo em contextos multilingues. Já a aprendizagem implica um ambiente formal, um processo não natural de assimilação de regras, a que não será alheio o conhecimento que o falante tem da sua língua materna¹⁰⁴.

Se hoje podemos ponderar sobre a possibilidade de o aluno ter um papel mais interventivo em sala de aula, procurando compreender activamente a natureza da linguagem falada, pela formulação de hipóteses e busca de regularidades, como defendiam Ferreiro e Teberosky, obviamente que pensar o processo de alfabetização no século XVIII implica associar a técnicas de ensino com focagem no professor – sobretudo ao nível das escolhas programáticas e decisões metodológicas – e não no aluno. A própria avaliação do desempenho do aluno nas tarefas desenvolvidas em sala de aula, assim como da evolução das suas aprendizagens, era feita em termos da sua capacidade de assimilação dos conteúdos – não raro, a memorização supera a compreensão. Se o aluno revelava dificuldades de aprendizagem, além de não se ponderar sobre a adequabilidade dos conteúdos e das técnicas, não se colocava em causa o papel do professor e raramente se tinha em consideração a necessidade de adequar as aprendizagens às características do aluno (a nível da psicologia da aprendizagem, da

¹⁰⁴ Chomsky e Hockett haviam reflectido o nível de conhecimento linguístico tido por uma criança e do domínio que esta possui do sistema fonológico, controlo de algumas regras de funcionamento da língua materna e recurso a vocabulário básico.

sociolinguística, ou, como aqui estudamos, da natureza da sua língua materna). Como Maria Tasca salienta, a não contemplação da realidade socio-cultural da criança no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, uma tarefa já de si complexa e penosa, leva a que a criança acumule “a não menos difícil tarefa de aquisição de uma nova modalidade de fala e de uma nova cultura: a dos materiais didáticos [...] como as demais particularidades da escola.”¹⁰⁵

Estaremos assim tão distantes do universo das primeiras letras de tempos passados? Vários autores, como Gnerre, têm assinalado a dificuldade de a escola discutir, logo nos primeiros anos, os usos da leitura e da escrita, além de não saber fazer emergir o texto escrito espontâneo e natural logo desde a alfabetização.

“«As frases têm um tom artificial, de coisa pronta mas não usada. Pelo menos, a criança não se utiliza delas ou não as utilizou até então. Nem mesmo a sua professora se utiliza do padrão que lhe apresenta. É que são frases de uma gramática neutra e geral, de todos e de ninguém: vasadas em sintaxe padrão...»”¹⁰⁶.

Daí a necessidade e utilidade de adequar o discurso à realidade e experiências da criança, como defendera o próprio Coménio, nomeadamente nos livros que fossem usados pelos alunos nos primeiros tempos de escolarização. Recomendava especial cuidado na escolha dos conteúdos, privilegiando nomes de coisas facilmente perceptíveis – por fazerem parte do seu quotidiano - e os principais modos de dizer, tudo ajustado à idade da criança e ao seu entendimento. Tudo se deveria desenvolver do geral para o específico, do mais conhecido e mais fácil para o mais desconhecido e complexo. De igual modo, a linguagem usada nos livros deveria ser mais cativante, apelando ao lúdico ao invés da severidade e seriedade¹⁰⁷.

Olhando para este exemplar de cartilha-catecismo e princípios gramaticais nele incluídos, não teremos dúvidas quanto à abordagem didáctica escolhida. Aliás, sabemos

¹⁰⁵ Maria Tasca, *op. cit.*, p. 124.

¹⁰⁶ Sebastião Votre, “Por uma lingüística aplicada à alfabetização”, in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUC-RGS, 13(42), Dezembro 1980, pp. 20-34. Apud Maria Tasca, “A linguagem dos materiais de alfabetização”, in TASCA, Maria et POERSCH, José [org.], *Suportes Lingüísticos para a Alfabetização*, Porto Alegre, Sagra, 1986, p. 125.

¹⁰⁷ COMÉNIO, *op. cit.*, pp. 430-431.

como, durante largos séculos, as práticas pedagógicas em termos de ensino das línguas se mantiveram invariáveis. Aprender uma língua em termos formais implicava, necessariamente, o domínio das suas estruturas gramaticais, com vista a um nível de proficiência comparável à de um falante – se não, acima de tudo, escrevente – nativo, com particular destaque para um discurso de tipo formal. Como tal, e dado o destaque conferido ao domínio da gramática, estaremos por certo diante de uma abordagem linguística, definida e esclarecida por Halliday da seguinte forma:

“The term has been applied to various techniques, such as that of vocabulary limitation, whereby the total number of new words that is introduced in each of a series of reading primers is carefully controlled¹⁰⁸; or the techniques of selecting words, on the basis of their relative frequency, or on the principle of phonic-graphic regularity, so that instead of starting on page one with *See Spot run. Run, Spot, run!* we start with *Pick the thick stick off the brick, Chick!* – a principle that was already embodied without the aid of linguistics in the classic sentence «The cat sat on the mat». [...] Whatever the value of such techniques, they do not, either severally or together, constitute what I would call a «linguistic approach» to the teaching of the mother tongue. That is to say, they do not derive from any general consideration of what language is, of what it means to learn a language, or of what part language plays in our lives. [...] They do not start from what we do with language, as individuals and as social beings.”¹⁰⁹

Segundo Halliday, o método fónico de alfabetização apresentar-se-á, pois, como uma técnica que não reflecte o uso que fazemos da língua em sociedade. Vai mais longe ao sugerir que centrar a atenção nas regras gramaticais é, não raro, uma forma de não se levar uma língua a sério.

“If the rules of grammar come to dominate the scene, we have lost our linguistic sense of proportion. [...] The rules of grammar are the mechanics of language; if we concentrate on the rules of grammar, therefore, we are concentrating on the mechanism, or even in some instances on the wrapping and the packaging, instead of on language for what it really is – a field, perhaps the most important field, of human potential.”¹¹⁰

¹⁰⁸ Uma alusão directa ao método de alfabetização de Paulo Freire.

¹⁰⁹ “A «linguistic approach» to the teaching of the mother tongue?” [1971], in HALLIDAY, M. A. K., *Language and Education*, London/New York, Continuum, 2007, pp. 37-38.

¹¹⁰ Contestando os limites de uma abordagem exclusivamente estrutural, Halliday assinala como, no contexto educacional, os sentidos a serem expressados – as funções da linguagem - devem suplantar a mecânica da sua expressão, razão pela qual defende, antes, o recurso a uma abordagem funcional da língua – estamos perante o esboçar do que, uma década mais tarde, surgiria como abordagem comunicativa, com Canale, reforçada pela teoria dos actos de fala e pela centralidade, no plano educativo, dos usos da língua em diferentes domínios. “A «linguistic approach» to the teaching of the mother tongue?” [1971], in HALLIDAY, M. A. K., *Language and Education*, London/New York, Continuum, 2007, p. 39.

Seria interessante encontrar evidências do recurso a técnicas facilitadoras do processo de desenvolvimento da competência da leitura, nomeadamente pela ilustração do sentido de palavras – com um papel central na metodologia didáctica conhecida como sugestopodia¹¹¹.

Não se fica a *Breve Instrucçam* por estes elementos rudimentares da leitura e da escrita. Com efeito, na parte concernente à “Explicação gramatical”, encontramos os princípios que norteariam o trabalho linguístico em sala de aula. Após uma breve revisão do alfabeto, distinção entre vogais e consoantes e formação de sílabas – uma recapitulação considerada essencial, na medida em que, como se assinala, “He percizo que vos costumeis a pronunciar bem as silabas para bem vos poderes regular na escripta”¹¹² - a primeira categoria gramatical abordada é a dos artigos, introduzindo-se uma curiosa definição:

“Prymeiro, o articulo significa união. Os articulos sam humas pequenas dicçoens que se poem antes dos nomes para a demonstração do genero, do numero e do cazo, como v.g. hum homem, huma mulher, hum homem de hum homem, para hum homem. Huma mulher, de huma mulher, para huma mulher.”¹¹³

Apesar de ser prática habitual começar-se por esta categoria nas gramáticas tradicionais ao nível das línguas românicas, não poderemos esquecer a importância da consolidação deste aspecto no âmbito da aprendizagem do português por indivíduos tendo o Tupi como língua materna. Na verdade, de acordo com a explicação apresentada tanto em Anchieta ou, mais recentemente, em Lemos Barbosa, esta língua indígena desconhecia o uso de artigos, tanto definidos como indefinidos. Aponta-se ainda a conjugação verbal, a declinação nominal e adjectival, classes de palavras, a formação do singular e do plural, uso de letra maiúscula. A pontuação e a acentuação

¹¹¹ Método de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras criado pelo búlgaro Lozanov, que procura fazer uso do poder da sugestão no comportamento humano como estratégia facilitadora das aprendizagens. Caracteriza-se pelo recurso a diálogos, situações comunicativas, música, imagens, entre outros. Procura tornar a aprendizagem mais dinâmica, interessante e agradável, fazendo por isso um forte apelo aos sentidos e ao ambiente em que decorre. RICHARDS, Jack et al., *Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*, Longman, Essex, 1992, p. 365.

¹¹² “Breve instrucçam [...]”, in ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo/Saraiva, 1978, p. 135.

¹¹³ Idem.

havia figurado anteriormente, a par da explicitação do alfabeto e da composição silábica. A título de curiosidade, na breve indicação do número singular e plural, dá-se como exemplo precisamente a figura do jesuíta, o que se afigura algo irónico:

“O numero singular compete a hum só individuo e o numero plural a muytos, com v.g. hum Jesuita, he o numero singular; os Jesuitas he numero plural, porque sam muytos aquellos de que fallamos.”¹¹⁴

Muito embora o funcionamento dos idiomas indígenas divergisse em muitos aspectos da gramática portuguesa, plasmada no modelo latino, a moldagem da língua geral previa a introdução de elementos como artigos e pronomes, declinações, tempos e modos verbais, na busca de uma equivalência, ainda que forçada, das estruturas das línguas em contacto¹¹⁵.

Quanto ao modelo de gramática seguido não restam muitas dúvidas, e nas orientações que, aqui e ali, se vai deixando aos mestres, evidencia-se a metodologia então em voga na didáctica de línguas românicas, assim como o estado das letras em Portugal:

“Na certeza que a falta da declinação dos nomes e da conjugação dos verbos e de não darem aos meninos nas Escolas, ao menos esta leve tintura de Grammatica Portugueza, he a origem dos barbarismos que se nottão nas conversações e se devizão na escripta. He moralmente impocivel saber bem a orthografia e ignorando os primeyros principios da Lingoa em que se escreve.

Os primeyros principios da Lingoa são as declinações dos nomes e as conjugações dos verbos, e hé couza bem lamentavel que, para aprendermos a lingoa latina, a lingoa franceza ou italiana, que são hoje as mais vulgares, principiemos declinando nomes e conjugando verbos, e que os nam saybão os mais dos homens fazer na portugueza,

¹¹⁴ Idem, p. 137.

¹¹⁵ Atente-se, nomeadamente, à *Gramatica da Lingua Geral do Brazil, com hum Diccionario dos vocabulos mais uzaes para a intelligencia da dita Lingua*, [s.l.], [c.1758], BGUC, Ms. 69. Um documento manuscrito anónimo, provavelmente produzido para facilitar o contacto com os índios do Pará. É, provavelmente, o documento mais curioso e completo da colecção existente neste arquivo, sendo passível de ampla exploração em áreas como a lexicografia, a linguística, o ensino de línguas e a doutrinação / missão. Procura responder a uma necessidade de qualquer missionário: ter tudo condensado num só livro, uma espécie de guia linguístico e de orientação para a pastoral dos índios – provavelmente aldeados sob a administração de religiosos. Poderá ser, inclusivamente, ainda anterior à reforma de Pombal, devendo situar-se nas suas vésperas. Dá ainda a sensação de ter sido completado de acordo com as necessidades do seu utilizador.

sendo a materia que devemos estudar com todo o disvello, para a podermos fallar com perfeição.”¹¹⁶

No fundo, aquilo que parece contestar é que, no ensino da gramática portuguesa – isto é, no ensino de português como língua materna – dever-se-ia usar de método idêntico face ao ensino de línguas estrangeiras. Julgava o autor desta gramática ser mais eficaz o modelo de aprendizagem seguido para o latim.

Quanto ao método aqui defendido, conclui:

“As declinações dos nomes são fáceis, como se mostra dos exemplos que deŷ para norma. As conjugações dos verbos tem mais dificuldade, mas são de huma necessidade absoluta. Quando hum ŷugeito está inteiramente senhor da variedade das silabas e da diversidade de todos os tempos dos verbos, tem vencido huma grande parte da orthografia, porque nam pode escrever com erros nas dições que o não tem na pornuncia das silabas. Julgo o melhor e mais facil modo de bem saber ler e escrever a nossa lingoa, uzar deste methodo nas escholās, porque o primeyro leyte familiariza-se com os individuos, e he muyto natural que se leve à tumba aquillo que deŷxa o berço, rezão por que em todas as nações cultas se esta hoje ensinando a ler, ainda debayxo de preceytos mais asperos que estes que aconcelho aos Mestres, que a falta de uzo delles lhos fará parecer embaraçados, quando não tem nada de confuzos.”

Claramente partidário de um ensino de primeiras letras tradicional e do recurso a técnicas pedagógicas conservadoras, não defende, de nenhum modo, uma simplificação em termos programáticos. A partir da *Breve instrucçam* não poderemos inferir sobre o recurso a tais estruturas, mas, quando muito, a partir do discurso escrito dos próprios alunos ameríndios das vilas adstritas ao governo de Pernambuco (envolve as capitanias anexas)¹¹⁷. Com efeito, a partir desta documentação temos acesso, através destas autênticas demonstrações dos avanços dos alunos nas primeiras letras – apenas dos meninos, assinalando-se não haver informação do que se passava nas escolas de meninas – das grandes apostas em termos de treino da linguagem escrita no processo de alfabetização logo nos primeiros anos da implementação do *Directório dos Índios*.

Analisemos, pois, os dados incluídos.

¹¹⁶ “Breve instrucçam [...]”, in ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo/Saraiva, 1978, p. 151.

¹¹⁷ MAPA GERAL do que produziram as sete vilas e lugares [...] rapazes que andam nas escolas certas aprendendo ofícios, raparigas nas mestras [...]. Pernambuco, 1760. AHU_ACL_ICON, D. 1823.

Vila de Extremoz do Norte:

“Thozeyra para dar o menino para aprender ambos/ carecem de ter quem bem os possa assoutar, e se os/ não querem lastimar nem com penna nem com/ dor no fim seu irmão achar hum sem fruto outro[?] / Feyta hoie [hoje] segunda feira de manhã em 28 de Ju / de Francisco Dias”

“A lus do sperito sancto vã em nossa compa/nhia meninos com alegria cantem toudos como/ eu canto pois que da fé tendes lus vinde toud/a escolla aprender o que se emsigna da parte do S [?]/ Feita hoie segunda feira de menha [de manhã] em 28 de Ju/ de Joze Soares”

Vila Nova de Soure:

“Lançado heide ser na sepultura coberto/ de terra fria e pizado. oh' cazo triste, feyo,/ escuro herança de Adam pelo peccado,/ aqui vem aparar a fermozura do corpo/ mas mimozo, e legalado. / Escolla da Villa nova de Soure 22 de Ag.to de 1760 [?]/ Joao de Deos Moreno”

Vila de Mercejana

“A galantaria he esmalte da descrição o discreto que affecto jubilar de sezudo sem dar juizo [?]/ ao serio no descruçar o sentenciozo no dizer he./ discreto em cujo cartorio se não acha A gala/ntaria he esmalte da descrição o discreto que [sic] / Feita hoje Terca Fr.^a de manhã e aos 7 br.^o de 1760 à [sic] / de Thomé de Souza Rebeiro”

“Para combater a fortaleza do homem não há inistro/mentos mais valentes que pessos de prata e ballas de ouro já se a pena faz pontaria a cubiça todo o tiro se/ logra e toda a muralha serrompe e se a cubiça tem/ algum mando na Fortalez aos primeiros combates/ prometem renderce a/ qualquer partido. Para/ combater a fortaleza do homem não há inistromen;/ Feita hoje Sesta Fr.^a de manhã e aos 12 de 7br.^o de 1760 a/ Descipullo de um/ de Jacinto Barboza de Jesus”

Vila de Arez:

“Quem na gloria quer entrar que aos bons hé prometida deve logo/ começar vida nova nova vida na celestial cidade disse o Anjo/ a Sam Joao não entrará fealdade nem nodoa de curução/ Feita hoje Sesta Fr.^a aos 22 de Agosto de 1760 annos/ Antonio Fructuozo”

Vila de Montemor-o-Novo:

“Quão bem profetizando o grão profet/a, e Rey david, dizia: assim teiras, trocan/do, qual hé a companhia do bom ou/ mau amigo, que te guia. a fferas estra/nhas, vivendo entre Monte Mor o No/vo da America 12 de Julho de 1760/ Antonio Lopes”

Em termos globais, estes textos ilustram a prática da aprendizagem da escrita por modelos de carácter mais elevado ou formal, de temática edificante, em perfeita consonância com os ideais de civilização por intermédio da instrução. A realidade espelhada por tais discursos seria alheia ao contexto socio-cultural dos alunos. Não deixa de ser evidente que a própria escolha dos trabalhos dos alunos não foi obra do acaso, mas antes operada entre os que revelassem melhor domínio das capacidades de escrita em português. Importaria, sim, demonstrar junto do governador o sucesso da implementação das escolas de primeiras letras nas vilas recém-edificadas no lugar das antigas aldeias indígenas. Afigurar-se-iam como claras evidências de que o processo civilizador dos ameríndios se encontrava em marcha.

Observe-se ainda como semelhante discurso não favorece a expressividade da criança, nem reflecte o seu nível de experiências, mas onde se recorre a um registo culto de língua, próprio de um falante adulto. A complexidade e nível de abstracção do discurso são particularmente notórios. Nos registos de Extremoz, destaca-se a temática do próprio ambiente escolar, por um lado através de uma apologia da aplicação de castigos corporais, e por outro numa associação da fé com a frequência escolar. Se estes casos não revelam grande estranhamento, o mesmo não se pode dizer da temática escolhida para o texto redigido na escola de Soure, apresentando-se uma reflexão acerca da morte. Já em Messejana, os conteúdos temáticos giram em torno da esfera dos comportamentos dignificantes. As atitudes defendidas nos textos são a discrição, a galanteria e a oposição fortaleza-cobiça. Na produção executada na vila de Arez a temática é claramente religiosa, tendo por principais esferas a glória e o pecado. Para Montemor-o-Novo, o texto é de temática edificante, partindo de uma máxima de uma conhecida personagem do Antigo Testamento.

Apesar de serem de temática diversa, todos os textos têm em comum o facto de serem a demonstração de técnicas de argumentação em torno de matérias de natureza edificante. Contrariamente ao que se possa supor, não existe nada de simples quer na sua estrutura, quer nos temas abordados, e em todos os casos perfeitamente alheios ao universo da criança em processo de alfabetização. Por outro lado, convém salientar que não são demonstrações da expressão escrita autónoma dos alunos, mas antes exercícios ortográficos, também conhecidos como «cópias». O objectivo destes textos não pode ser

interpretado como o de determinar até que ponto o aluno seria capaz de comunicar através do código escrito. Não se trata de um perfeito meio de avaliação do nível de conhecimento em língua portuguesa, mas apenas dará conta das qualidades ortográficas e estenográficas do aprendente. Além dos textos originais copiados se afigurarem como modelos textuais de expressão escrita, pela sua natureza claramente edificante apresentam-se igualmente como modelos de conduta para os próprios alunos. Regista-se por este modo, sem dúvida, uma simbiose – no plano programático - entre primeiras letras, doutrina cristã e civilização dos ameríndios escolarizados. De certo modo, e aos olhos da pedagogia actual, estas áreas seriam exploradas de forma transversal pelo mestre, tanto mais quando a ele era exigida a docência de todas estas áreas.

Semelhantes produções textuais, constituem sobretudo uma prova das qualidades de imitação ou cópia e habilidade no uso da caligrafia. Encontramos idêntica temática na proposta do mestre de escrever dos príncipes, D. Marcos Roelas y Paz. Senão, vejamos:

A ventura se queyxa que a beldade
Fosse causa da perda, porque unida
Naquellas prendas da melhor idade
Fés acabar rigor o que era vida [sic]:
Pois a Parca tyrana por vaidade
Solicita bellas advertida,
Porque dellas talves se olvidara,
Morte fora huma prenda, e so matara.¹¹⁸

De modo análogo, também o pedagogo português Manuel de Andrade de Figueiredo, precisamente na mesma altura, apresenta um tratado com profusos exercícios caligráficos, desenhos de capitais e textos edificantes para o exercício da escrita.

Em Portugal, há notícia de D. João Cosme da Cunha (Lisboa, 20 de Outubro de 1715 - Lisboa, 31 de Janeiro de 1783) ter divulgado na sua Arquidiocese de Évora o catecismo de Montpellier, mais tarde acusado de jansenista. Na BNL não existe a versão

¹¹⁸ ROELAS Y PAZ, Marcos de las, *Pratica de el Noble, y primoroso Arte de Escribir varios Caracteres, y distintas Formas de Letras que humildemente dedica a la Magestad del Rey nuestro Señor Don Juan quinto de Portugal*, [manuscrito], [Córdoba?], [s.ed.], 1718, fl. 57. BNL - COD. 10833.

original em francês¹¹⁹, mas apenas uma tradução já tardia, do século XIX¹²⁰. De acordo com Cândido dos Santos¹²¹, Lucas Tavares fez a apologia do *Cathecismo ou illustração sobre a materia da graça*, logo aquando do seu aparecimento. No período josefino, a sua difusão servia para substituir o catecismo jesuíta, que conhecera ampla difusão: a cartilha do Mestre Inácio. A tradução do francês para o português ficou a dever-se precisamente a D. João Cosme da Cunha¹²².

Se atendermos às orientações dadas na *Breve Instrução* aos professores, observamos que não diferiam substancialmente das preconizadas nos textos orientadores da Companhia de Jesus, de que destacamos a *Ratio Studiorum* e a *Ars Dicendi et Docendi*. Este seria o último referencial para a organização dos estudos, sendo publicado já na primeira metade do século XVIII.

Com excepção de ser absolutamente interdito qualquer tipo de tolerância face às culturas e línguas indígenas – facto que não surge explicitado na *Ratio*, onde o latim assume uma posição de destaque absoluto, em detrimento das línguas vernáculas – ambas as disposições parecem em consonância. A missão destes professores residia na imposição da alfabetização da língua portuguesa, em obediência total às disposições do Estado.

Em termos metodológicos, a *Breve Instrução* enfatiza a aprendizagem através da memorização – uma prática que já os próprios mestres jesuítas haviam utilizado, embora tenham rapidamente percebido que o recurso à experimentação favorecia a

¹¹⁹ POUGET François-Aimé, *Instructions générales en forme de catéchisme, où l'on explique en abrégé par l'Ecriture-Sainte & par la Tradition, l'histoire et les dogmes de la religion chrétienne, la morale. Imprimées par ordre de feu Messire Charles-Joachim Colbert, évêque de Montpellier. A l'usage des anciens & des nouveaux catholiques. Avec deux catéchismes abrégés à l'usage des enfants. Nouvelle édition revûe & corrigée*, Paris, Simart, 1739.

¹²⁰ MONTPELLIER, Bispo de, *Instruções geraes em forma de catecismo: nas quaes se explicão em Compendio, pela Sagrada Escritura, e Tradição, a Historia e os Dogmas da Religião a Moral Cristã, os Sacramentos, as Orações, as Cerimónias, e os usos da Igreja; impressas por ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier com dous Catecismos abbreviados para o Exercício dos Pheinos*, 4 vols., Lisboa, Impr. Regia, 1824. BNL - R. 35480 P.

¹²¹ SANTOS, Cândido dos, *O Jansenismo em Portugal*, Porto, FLUP, 2007, p. 119.

¹²² COLBERT, Carlos Joaquim, *Instruções gerais em forma de catecismo*, [Tomos 1 a 4 enc. em 3 vols], Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa, 1765-70. BNL, TR. 521 P.

instrução dos ameríndios – para além de se esboçarem alguns princípios de um ensino de certo modo centrado no aluno, “legitimado pelo conjunto de alunos de idades diferentes que frequentavam uma mesma aula, pela irregularidade da frequência escolar e pela raridade dos compêndios”¹²³.

Ainda no que se refere à metodologia empregue, assiste-se por volta de 1770 ao recurso a documentos judiciais, uma prática condenada mais de um século antes pelas constituições sinodais, provando um claro retrocesso da pedagogia das línguas em Portugal:

“Para aprender a ler, el-Rei reparara já em 30 de setembro de 1770, que «nas Escolas de ler e escrever se praticava, até agora, a lição de processos litigiosos e sentenças [...] que somente servem de consumir o tempo e de costumar a mocidade ao orgulho e enleios do Foro» e determinara que se ensinasse os meninos «por impressos ou manuscritos de diferente natureza» [...]”¹²⁴.

Explicita-se na Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772 que se deveria “ensinar não somente a boa forma dos caracteres, mas também as regras gerais da ortografia da sintaxe dela”, de modo a dotar os discípulos de um conhecimento explícito das regras de funcionamento da língua portuguesa, e não apostando apenas num treino da caligrafia. A perspectiva de ensino era conforme ao método tradicional, sublinhando-se um uso da língua tão correcto quanto possível, “para que os seus respectivos discípulos possam escrever correcta e ordenadamente”¹²⁵.

No que se refere a materiais, a falta de material de escrita continua a fazer-se sentir, sobretudo devido à precariedade financeira, dificultando a implementação de uma rede escolar organizada num território tão vasto, muito embora se impusesse o pagamento do «subsídio literário».

¹²³ ADÃO, Áurea, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, [col. Textos de educação], Lisboa, Gulbenkian, 1997, p. 338.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ Carta de Lei de 6 de Novembro de 1772, artigo V.

10.5 A pluralidade indígena face à uniformidade didáctica

Muito embora as meninas ameríndias não se achassem excluídas do processo de aprendizagem das primeiras letras, não obstante existia uma notória diferenciação dos restantes conteúdos, com um investimento evidente em práticas comumente associadas ao sexo feminino, numa formação ou preparação da mulher para a vida doméstica. Porém, apesar do que se nos afigura como evidente ao lermos esta directiva, provas documentais vêm acrescentar novos e interessantes dados. Se considerarmos os elementos de avaliação presentes no Arquivo Histórico Ultramarino para o ano de 1760 em certas localidades de Pernambuco, deparamo-nos, para além de provas de caligrafia, com amostras de linho fiado, bem como de rendas. Trata-se, como nos é indicado no topo de cada documento, de um conjunto de *"Materiais, amostras de rendas, fiado por donde se faz evidente o adiantamento que tem tido os rapazes Índios [...] da Eschola de Ler, Escrever que se lhes estabeleceo"*, não apenas de uma mas de diversas vilas recém-criadas, onde anteriormente existiam aldeamentos de índios. Quanto ao trabalho produzido pelo sexo oposto, nada se adianta ou demonstra, referindo-se apenas que "as raparigas nada mestra em que andam aprendendo". Como explicar então este desvio ao disposto no Directório no que concerne à instrução dos meninos ameríndios? Importa recordar o talento destes em trabalhos práticos, uma prática observada e valorizada já ao tempo dos jesuítas, promovendo-se, nomeadamente, a produção de instrumentos musicais, obras de arte sacra e a cópia de documentos, sendo os ameríndios exímios na imitação de modelos.

Tanto o *Directório* do Maranhão como a *Direcção* de Pernambuco distinguem programas curriculares distintos no ensino de primeiras letras entre os dois sexos, salvaguardando a aprendizagem de noções de aritmética para os alunos do sexo masculino, ao passo que com os do sexo feminino interessava, no lugar dessas noções, o exercício de rendas, bordados e arte de fiar. Não esqueçamos que interessava tornar os meninos aptos ao exercício de algum ofício, além de serem igualmente preparados para a possibilidade de ingressarem na vida militar. Conhecidos os dotes dos ameríndios em matéria de trabalhos manuais, não estranhamos que se dedicasse particular atenção a artes ademais tradicionalmente conotadas com o sexo feminino. Ainda assim, note-se a ressalva feita em ambos os textos de as meninas índias, em idade inferior a 9-10 anos –

é aqui que divergem as duas versões do directório – poderem estar na turma dos meninos, no caso de não haver mestra, usufruindo, assim, da aprendizagem de matérias que lhes estavam vedadas por lei. Sucedendo tal situação apenas excepcionalmente, não devendo constituir regra, a situação contrária não nos deixa de causar alguma perplexidade. Confrontados com os trabalhos produzidos por meninos índios nas escolas das vilas e lugares indígenas do governo de Pernambuco, observamos a incorporação de rendas, bordados e fiados.

Para Gilda Verri, a determinação do uso exclusivo da língua portuguesa constituía uma estratégia de domínio, integração e homogeneização cultural, bem como de demarcação territorial, se bem que a alfabetização não se expandira conforme o desejado, nem tão pouco a circulação dos livros satisfazia as necessidades existentes¹²⁶. No arco temporal em análise, Pernambuco não tinha muitos letrados.

Pela *Relação dos Nomes com que se denominão as Novas Villas e Lugares, erectas das antigas Aldeas, seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres*, apensa a correspondência remetida pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real¹²⁷, tomamos conhecimento, além do clérigo e do director competentes, do mestre de primeiras letras designado para cada uma das sete vilas indígenas. Sintetizemos os dados.

¹²⁶ Para este estudo, decorrente da tese de doutoramento que defendeu, muito contribuiu a análise dos fundos da Mesa Censória relativos à Capitania de Pernambuco, permitindo a identificação dos nomes, rol de livros e assinaturas dos requerentes com vista à autorização das encomendas realizadas. Ainda assim, não é lícito apontar estes portadores das encomendas como leitores dessas obras, além de não ser possível identificar devidamente o seu estatuto ou categoria social ou profissional dada a escassez de elementos de identificação na documentação compulsada. VERRI, Gilda, *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, vol. 1, Recife, UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006.

¹²⁷ Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

Quadro 18 – Distribuição dos cargos de administração e educação nas vilas régias

Capitania	Vila indígena	Antiga missão	Mestre de primeiras letras	Director	Vigário
CE	Vila Viçosa Real	Ibiapaba	Sold.º Albano da Silva	Sarg.º Diogo Roiz Correa	P.º Luís do Rego Barros ¹²⁸
	Vila de Soure	Caucaia	Sold.º Jose Friz [sic]	Sarg.º José Pereira da Costa	P.º António Carvalho da Silva
	Vila Nova de Arronches	Parangaba	Sold.º Jose Vieira de Mello	Sarg.º Manoel de Oliveira	P.º António Coelho do Amaral
	Vila de Messejana	Paupina	Sold.º Elias de Souza	Sarg.º João Caetano Miz	P.º Manoel Pegado de Syqr. ^a
	Vila de Monte Mor o novo	Paiaçú	Sold.º Inácio da Assunção	Sarg.º Joaquim Pereira	P.º António Peres Cardena
RGN	Vila de Estremoz do Norte	Guajirú	Sold.º Luís Pereira Caldas	Sarg.º António de Barros	P.º António de Souza Mag. ^{es} [sic]
	Vila Nova de Arês	Guaraíras	Sold.º Jerónimo de Mira	Sarg.º Domingos Jaques	P.º Pantaleão da Costa

Dentro do espaço da missão, a escola oferece-se, também ela, como ponto de encontro comunicativo. Deter-nos-emos no estudo de eventuais estratégias levadas a cabo por ensinantes e aprendentes com vista a aprendizagens bem sucedidas.

O conceito «estratégia» implica, no domínio da didáctica, um conjunto de esforços a que os interlocutores recorrem “na sua busca de construção de sentido com um outro que lhe é sempre, de uma forma ou de outra, diverso”¹²⁹. Focando o conceito concretamente no uso da língua, oferecem-se como

“um meio que o utilizador da língua explora [independentemente de ser falante nativo ou não] para mobilizar e equilibrar os seus recursos, para activar capacidades e procedimentos, e modo a estar à altura das exigências de comunicação em contexto e a completar com êxito a tarefa em causa, da forma mais exaustiva ou mais económica, segundo os seus objectivos pessoais”¹³⁰.

A nosso ver, no âmbito do presente estudo, não fará sentido optar por um ou por outro sentido. Optaremos, então, por entender o âmbito da estratégia tanto na

¹²⁸ Com dois coadjutores, dada a dimensão demográfica do povoado. As restantes vilas foram providas apenas de um coadjutor a auxiliar o vigário designado.

¹²⁹ SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnológica na Formação de Formadores - Universidade, 2003, p. 50.

¹³⁰ *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, Porto, Asa, 2001, p. 90.

comunicação em geral, como no plano da educação formal, em particular, como através de perspectivas distintas no quadro desta última – estratégias do ensinante e estratégias do aprendente. Adoptaremos, por isso, a noção de estratégia pedagógico-comunicativa, usada por Maria Helena Araújo e Sá, por permitir o englobar de todas estas acepções.

É possível observar em aula de ensino-aprendizagem de língua não-materna uma série de mecanismos de acção e reacção em face das necessidades e dificuldades operadas. O professor, figura que Araújo e Sá distingue do aluno por ser o sujeito mais competente, possui um papel central na dinamização das aprendizagens. Actualmente entendido como um mediador de aprendizagens, numa relação pedagógica que procura contrariar um desequilíbrio acentuado, em épocas não muito remotas assumia um lugar de destaque e um estatuto social elevado, mercê, nomeadamente, dos privilégios que lhe são concedidos (ao menos teoricamente).

Importa, necessariamente, que desconstruamos aquilo por que se entende estratégias de comunicação. Interessa ao domínio da didáctica das línguas estrangeiras ou não-maternas uma centragem nas capacidades, competências e estratégias do aprendente no seu processo de aprendizagem da língua-alvo. Desde há algumas décadas que se tem enfatizado o papel da competência comunicativa, a qual transcende e engloba, entre outras, a competência linguística ou gramatical, particularmente enfatizada pelas metodologias de ensino usadas até meados do século XX – o que não significa que tenham sido inteiramente abandonadas, naturalmente.

Quadro 19 - Estratégias pedagógico-comunicativas mobilizadas durante as trocas de adaptação: domínio da língua¹³¹

PROFESSOR	APRENDENTE
1. Estratégias de indução e tutela da actividade do aprendente <ul style="list-style-type: none"> • provocação da produção • assistência à actividade verbal • facilitação da tarefa • retroacção e avaliação • promoção da circulação de saberes • provocação/assistência da actividade cognitiva 	1. Estratégias de afrontamento de projectos pedagógico-comunicativos <ul style="list-style-type: none"> • monitorização linguística • recurso a competências de tratamento da língua • recurso a meios vocais, para-verbais e não-verbais • recurso a outros códigos verbais
2. Estratégias de assistência solicitada <ul style="list-style-type: none"> • trabalho em LE (reformulação, simplificação...) • trabalho sobre/em metalinguagens • manipulação de outros sistemas comunicativos • recurso à escrita/esquemas • trabalho colaborativo sobre o discurso • recurso aos contextos • controlo metacomunicativo regulador • eliciação de dados suplementares • incitamento de competências várias do aluno • informação/resposta/fornecimento de dados solicitados • recurso à LM do interlocutor • enriquecimento/alargamento • evocação/exploração de actividades anteriores 	2. Estratégias de busca de resolução colaborativa (apoio no interlocutor) <ul style="list-style-type: none"> • verificação de hipóteses/ conhecimentos • pedido de explicação/clarificação • exposição de problemas/dúvidas • pedido de confirmação, opinião, avaliação, correcção • pedido de ajuda/saber/informação • reacção aos “feedbacks” obtidos
3. Estratégias de facilitação da intercompreensão <ul style="list-style-type: none"> • trabalho sobre/na LE • trabalho sobre a metalinguagem • manipulação de outros sistemas comunicativos • recurso à escrita • trabalho em interacção sobre o discurso • prevenção da ruptura de sentido • controlo metacomunicativo • eliciação de dados suplementares • apoio nos contextos • recurso à LM do interlocutor 	3. Estratégias de hetero-regulação da comunicação e da intercompreensão (em interacção) <ul style="list-style-type: none"> • pedido de repetição, explicação, tradução • hetero-regulação da actividade do interlocutor • perguntas reguladoras de controlo metacomunicacional • comentários metadiscursivos • sinais reguladores da intercompreensão • identificação de erros • auto e hetero-reparação
4. Estratégias de redução <ul style="list-style-type: none"> • Formal • Funcional 	4. Estratégias de redução <ul style="list-style-type: none"> • Formal • Funcional
5. Estratégias de evitamento	5. Estratégias de evitamento
6. Estratégias de abandono	6. Estratégias de abandono
7. Estratégias afectivas	7. Estratégias afectivas
8. Estratégias sociais	8. Estratégias sociais

¹³¹ SÁ, Maria Helena Araújo e, *Processos de Interacção Verbal em Aula de Francês Língua Estrangeira: contributos para o estudo das actividades dialógicas de adaptação verbal*, [Tese Doutoramento], Aveiro, Universidade de Aveiro, p. 358. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural [...]*, pp. 51-53.

Considerando o quadro acima, não nos poderemos deixar de questionar até que ponto as estratégias docentes terão, efectivamente, sofrido uma mutação profunda.

Num ambiente de aprendizagem formal de uma língua não-materna, é possível observar-se o recurso a certos mecanismos que ora contornam algumas dificuldades, ora se oferecem como reacção à própria dificuldade e frustração experienciadas no uso da língua. Poderemos, a este nível, distinguir dois grandes tipos de estratégias: as estratégias de redução e as estratégias de concretização. Entende-se como estratégias de redução aquelas que são usadas pelo aprendente quando, sentindo não ter disponíveis os conhecimentos em língua suficientes para intervir activamente e com qualidade no discurso, opta por contornar o risco por ajustar os recursos linguísticos que controla, pelo encurtamento da própria mensagem ou até pelo seu abandono. No caso das estratégias de concretização, o aprendente é mais ousado e empreendedor, arriscando-se muito mais. É possível observar dois subtipos: as estratégias de auto-correcção, em que “o falante resolve, por si próprio, o seu problema de comunicação”, e as estratégias colaborativas, que se caracterizam pelo facto de o falante solicitar algum tipo de ajuda a fim de resolver o seu problema de comunicação¹³². Vejamos, em pormenor, os mecanismos contemplados por cada uma destas duas estratégias:

¹³² In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *op. cit.*, p. 54.

Quadro 20 – Descrição de estratégias na aprendizagem de línguas

ESTRATÉGIAS DE CONCRETIZAÇÃO ¹³³	
Estratégias de auto-correcção	Estratégias colaborativas
<ul style="list-style-type: none"> • Empréstimo: transferência de uma outra língua, normalmente da LM • Mudança de código linguístico: recurso a um item lexical (palavra ou estrutura) de uma outra língua, sem tentativa de estrangeirização • Tradução literal: tradução palavra a palavra de uma língua para outra • «word coinage»: criação de nova palavra da interlíngua baseada na sua LM e no seu conhecimento da língua-alvo • Paráfrase: descrição de algum aspecto (referencial, funcional, etc) do item lexical que quer referir • Reestruturação: após começar uma frase, pára e recomeça de modo diferente • Comunicação não-verbal: recurso a mímica, expressão facial, onomatopeias, entoação espacial, etc., para dar sentido 	<p>O falante...</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece identidade como estrangeiro (aproximação à cultura da língua-alvo); • Apela a que: se fale mais devagar, a que repitam, a que reformulem, a uma explicação ou clarificação; • Pede ajuda: para tradução, para correcção e avaliação; • Testa ou verifica: se as mensagens foram compreendidas (feedback); confirmação; informação adicional fornecida ou pedida para testar as hipóteses sobre um certo sentido.

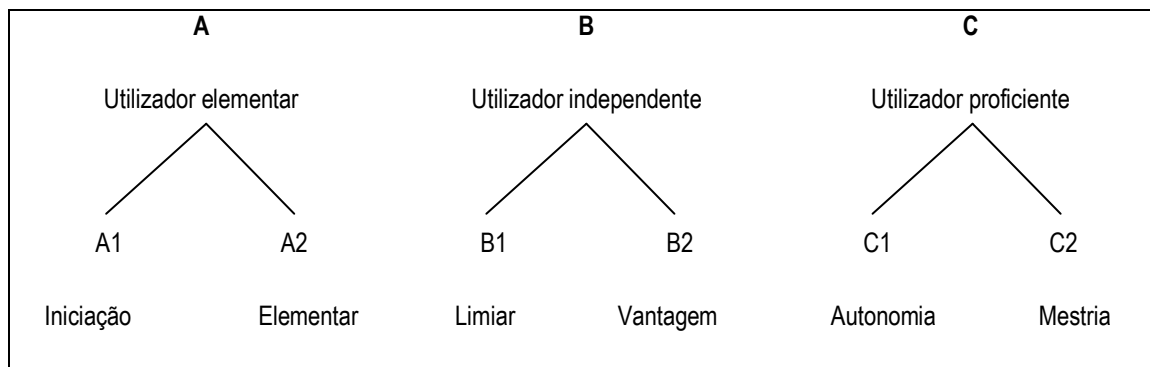
Tomando em consideração o que hoje se entende por estratégias pedagógico-comunicativas usadas pelo professor, e reflectindo sobre as metodologias e práticas vigentes nos séculos XVI a XVIII em ambiente indígena, supomos existir pontos convergentes. Atendendo às características definidoras da Metodologia Tradicional (ou Gramática-Tradução), é-nos possível inferir o recurso acentuado a algumas práticas, em detrimento de outras mais centradas no aprendente, além de, no geral, este possuir um papel mais passivo nas suas aprendizagens.

Partindo do ensino das primeiras letras junto dos índios do Brasil, da documentação remanescente das vilas indígenas do Governo de Pernambuco e do que sabemos caracterizar as práticas de ensino do arco temporal enunciado, concluímos que, em pormenor, as estratégias usadas pelo professor se distinguirão sobretudo pela centragem em conteúdos gramaticais simplificados e pelo desenvolvimento sobretudo das competências de leitura, escrita e gramática. Com o *Directório Pombalino*, enfatiza-se a necessidade de preparar os índios para um nível de proficiência em língua portuguesa muito próximo ao de um falante nativo. Ora, como estipula o *Quadro*

¹³³ Baseado em: VIEIRA, F., *Communication strategies*. Textos de apoio de Didáctica do Inglês, Formação em Serviço, Universidade Aveiro, CIFOP, 1987, pp. 9-10. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *op. cit.*, p. 54.

Europeu, consideramos para os níveis de referência no conhecimento e uso de uma língua uma escala que vai de A1 (nível de iniciação) a C2 (nível de mestria).

Quadro 21 - Representação dos Níveis Comuns de Referência¹³⁴



No caso dos ameríndios, além de se ter de considerar situações de bilinguismo ou plurilinguismo, pela existência de mais do que uma língua materna, podendo o português ser uma delas, tal influiria, certamente, na maior ou menor facilidade de dominar as estruturas da língua-alvo – o que, conseqüentemente, facilitaria as estratégias pedagógico-empresendidas pelo professor. Não será igualmente de excluir a hipótese de os ameríndios poderem estar à vontade com algumas estruturas do português mesmo não sendo a sua LM, na medida em que o contexto social envolvente poderia proporcionar, no quotidiano, trocas comunicativas, ainda que de menor dimensão, ou ao menos oferecer-se como ambiente de imersão linguística.

Concentremo-nos na esfera educativa. Em situações de contacto inicial absoluto com a língua-alvo – neste caso, o português – os alunos não conseguem compreender nem exprimir-se de nenhum modo, desconhecendo qualquer estrutura da mesma. No caso dos ameríndios, confrontavam-se ainda com a necessidade de aprender um idioma grafado, algo inteiramente estranho à sua cultura de origem – facto que, num primeiro momento, serviu como estratégia de aliciamento dos ameríndios para a sua catequização e instrução nas primeiras letras, acreditando tratar-se de uma capacidade mágica dos missionários.

¹³⁴ *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, Porto, Asa, 2001, p. 48.

Esta realidade encontrará certo paralelismo nos dias de hoje com situações de alfabetização em LE/L2 em que, precisamente, um indivíduo aprende a escrever não na sua língua materna, mas numa outra que não domina. Com efeito,

“Aprendemos la lengua materna como fruto de una larga y continuada experiencia, como fruto también de una necesidad vital e intuitiva de comunicar-nos con los seres que configuran el mundo que nos rodea. La experiencia de la lengua materna consiste en la adquisición y puesta en práctica semiautomática de las reglas que constituyen las estructuras esenciales de dicha lengua. [...] El aprendizaje de una segunda lengua supone aprender una nueva manifestación del lenguaje, un nuevo código. Ya no se parte de cero, sino de un sistema propio, de ahí que se ha de tener presente el análisis contrastivo entre la lengua materna y la que se propone adquirir”.¹³⁵

Em todo este quadro, há contudo uma questão que se coloca: permaneceriam os mestres de primeiras letras inteiramente alheios à especificidade de ensino e de aprendizagem em contextos que hoje reconhecemos ser de LNM? Vários estudos acentuam, nestes contextos, a importância da componente oral a fim de se atingirem os objectivos comunicativos almejados – nomeadamente junto de jovens e adultos imigrantes não alfabetizados. Sabemos que, ao tempo dos missionários, a componente oral era particularmente valorizada. Não esqueçamos que o método de aprendizagem por via do diálogo ou colóquio era particularmente utilizado no ensino do catecismo.

Se nos questionarmos quanto ao tipo de formação em língua previsto e aplicado nas escolas de primeiras letras, poderemos distinguir, até certo ponto, o desenvolvimento de uma competência gramatical rudimentar, muito embora as competências de leitura e de escrita se revestissem de acentuada complexidade, a avaliar pela escolha de textos e léxico neles presente.

Se confrontarmos estes pressupostos com a descrição do nível A1 de conhecimento em língua não-materna, apercebemo-nos de uma evidente desconsideração dos interesses e da mundividência da criança, como elementos facilitadores e integradores das aprendizagens face à sua faixa etária e estágio de desenvolvimento moral e cognitivo (mas sobretudo moral). É certo que, no espaço de

¹³⁵ FAEA, *Método Contrastes: Alfabetización en Español como Lengua Extranjera*, Salamanca, Ministerio de Educación y Cultura, 1998, p. 44.

cerca de dois séculos, se notava já um contraste acentuado ao nível da pedagogia infantil, não sendo a criança entendida como mera tábua rasa. A escolha de semelhantes temas surgira não pela motivação que poderiam gerar nos alunos, mas pela sua pertinência e exigência na formação moral e cívica dos vassalos - decididos em função dos interesses do Estado e da Fé cristã e não dos interesses e motivações pessoais do aluno.

Olhando em pormenor o que o Quadro Europeu prevê para o nível A1, através dos descritores para cada competência, e confrontando com o grau de exigência incutido no ensino das primeiras letras em 1760 junto dos índios, sobressai a exigência do domínio de aspectos que se distanciam entre si por níveis diferentes.

O próprio reportório de documentos e actividades seria bastante diminuto. D. José I condenara o recurso a sentenças no ensino do português – não deixa de ser interessante esta escolha, ao oferecer estruturas específicas da esfera criminal e judicial.

O confronto com a diversidade, seja ela em termos etários, étnicos ou de ritmos de aprendizagem, interpela e fará, idealmente, reagir o professor. Mas como alcançar o sucesso educativo? Concentrando a sua atenção nos que têm mais mérito e capacidades e desistindo dos restantes? Optar por práticas metodológicas com as quais se sinta mais à vontade, independentemente de se revelarem, ou não, desajustadas face às características dos alunos? Baixar os níveis de exigência nos conteúdos e na avaliação de modo homogéneo? Entre estas questões, percebemos tendências metodológicas de tipo tradicional, em que o professor se colocava numa zona de conforto em detrimento do grupo-turma, à qual se atribuía um papel passivo-receptivo, bem como práticas usuais entre alguns docentes menos atentos à natureza do público-alvo. A resposta ideal às diferenças individuais dos alunos em termos do seu rendimento e processos próprios de aprendizagem centra-se entre dois pólos: o da centragem no aluno e o da aprendizagem social ou cognição partilhada¹³⁶. Apesar de conhecidas as vantagens de se adequar currículo e práticas pedagógicas às necessidades e dificuldades do aprendente, a

¹³⁶ Patricia Alexander et P. Karen Murphy, "Learner profiles: valuing individual differences within classroom communities", in ACKERMAN, Phillip et al. [eds.], *Learning and Individual Differences*, Washington, American Psychological Association, 1999, p. 413.

interacção/ envolvimento com o grupo constitui, igualmente, uma estratégia importante na aquisição de conhecimento – aliás, esta busca do elemento colectivo parece retomar a ideia que se encontra na base dos métodos primordiais de educação das gerações mais jovens. É pelo trabalho inter-pares, pelo engajamento do aluno com a comunidade (escolar ou extra-escolar), pelo recurso a dinâmicas de grupo e forças socioculturais que o aprendente desenvolve um leque de competências mais variado: a competência estratégica na comunicação, o saber fazer, o saber ser e estar em sociedade.

10.6. Impactos da alfabetização em língua segunda em falantes indígenas

Perante objectivos ou metas de aprendizagem tão limitados, existiriam métodos e práticas relevantes? Prevalecia, desde o século XVII pela Europa, a ideia de que a prática da leitura e da escrita(-cópia) bastariam para tornar o indivíduo minimamente apto a utilizar uma ortografia satisfatória. No entanto, convém assinalar que no contexto em análise os alunos não se poderiam socorrer da prática da língua falada, pois na esmagadora maioria não era a que usavam para se exprimir. Ao passo que os falantes nativos do português beneficiavam da aquisição natural das estruturas da língua, já os falantes não nativos, como foi o caso dos ameríndios brasileiros no período do Brasil colonial (descidos e integrados em meios administrados por brancos), depararam-se com maior número de dificuldades na sua aprendizagem.

Não será, pois, de excluir uma implicação notória de tal facto no panorama das escolas das vilas indígenas, a que nenhum mestre seria alheio. Seriam talvez alheios os métodos, dependendo da qualidade da formação eventualmente recebida para o efeito. Uma das práticas que proporciona o desenvolvimento de uma competência intercultural em ambiente de alfabetização em língua não materna passa pelo questionamento dos esquecimentos e recreação da memória histórica pessoal e colectiva¹³⁷.

Mas, comparativamente com os europeus, é possível ou sequer relevante diferenciar as capacidades de aprendizagem dos ameríndios? Poderia interferir o facto

¹³⁷ FAEA, *Método Contrastes: Alfabetización en Español como Lengua Extranjera*, Salamanca, Ministerio de Educación y Cultura, 1998, p. 35.

de a sua língua materna ser agrafa, obstando a uma mais fácil e efectiva aprendizagem de um sistema de escrita alfabético? Que processos psicolinguísticos estão envolvidos na aprendizagem de ler e escrever? Qual a especificidade na alfabetização numa língua não-materna? Reservamos as questões centradas na aprendizagem para o terceiro capítulo.

À criança indígena colocava-se o problema da grafia como condição nova de expressão verbal. Considerando o grau de abstracção envolvido na descodificação de letras e palavras e perante a possibilidade de as crianças indígenas das escolas de ler e escrever não terem um domínio da oralidade em língua portuguesa, afigurar-se-ia uma tarefa particularmente difícil. Os mestres procuravam contornar estas dificuldades com abordagem idêntica à que levavam a cabo junto dos falantes nativos de português europeu. Tinham a seu favor o factor idade, visto as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos possuírem uma excepcional capacidade de armazenamento de informação, assimilando facilmente estruturas da língua.

Tanto em contexto de alfabetização do português língua materna como não materna, entendia-se o espírito da criança como passível de ser inteiramente moldado ou mero receptáculo dos saberes, normas e valores que se pretendessem incutir. Porém, podendo ser bem sucedidos na reprodução de material escrito, pela imitação, já a compreensão do seu sentido e da variedade de estilos com que cada letra podia ser grafada requeria um conhecimento acrescido para além do mero reconhecimento visual da forma gráfica.

Coménio e João de Barros, atentos à dificuldade dos alfabetizandos em lidarem com as letras, suas formas e significados, propuseram uma ilustração para cada letra, de modo a facilitar a sua percepção mental. Mas e a criança indígena, não evidenciaria na escrita diferentes modos de perceber cada letra do alfabeto, de acordo com a representação fonológica de determinada estrutura na sua língua e com o seu contexto de vida? O aluno indígena poderia fazer a sua própria interpretação do acto de escrita e do seu significado sem recorrer propriamente às formas consolidadas no alfabeto, ao menos na fase de pré-escrita. Por outro lado, a diferença de produção ou a própria ausência de determinado som correspondente na sua língua materna poderiam influir no modo como escreveria as palavras. Mesmo ao realizar uma cópia de material escrito -

palavras, frase ou segmento textual – o aluno efectua uma dada interpretação que pode não coincidir inteiramente com o original: por exemplo, se em vez de escrever “*animal*” escrever “*animar*”. Cagliari observa que semelhantes casos são exemplificativos de como, mais tarde, poderão surgir problemas no que respeita ao estabelecimento das relações entre letras e sons, partindo do facto, neste caso, de o som [l] (hipoteticamente) poder ser representado com a letra <r>. Estas dificuldades podem alastrar-se ao reconhecimento de letras em diferentes estilos (maiúscula, minúscula, cursiva, de imprensa...) e até entre letras e números, podendo o próprio professor alfabetizador ser o causador dessa confusão, sem se aperceber, pelo uso de uma escrita que pode ter uma interpretação ambígua¹³⁸. Existem, ainda, outros aspectos físicos da grafia importantes, porquanto definidores da cultura escrita de uma dada sociedade como a direcção da escrita e a dimensão das letras (na própria distinção entre maiúscula e minúscula, convenções associadas ao uso de maiúscula em início de palavra, entre outros)¹³⁹.

Sendo o sistema de escrita do português fonográfico, de base alfabético-ortográfica, “o que estabelece as relações entre letras e sons não é o alfabeto e sim a ortografia”¹⁴⁰ – isto é, a regra conforme se convencionou a representação de um dado som na escrita por um dado símbolo em vez de outro. Uma vez reconhecidos os sons a partir das letras em obediência às normas da ortografia, chegaremos à palavra e ao seu significado lexical, e só depois ao reconhecimento da estrutura sintáctica dos enunciados¹⁴¹.

Nem todas as dificuldades observadas pelos mestres se ficariam a dever à natureza dos processos de aquisição das capacidades de leitura e escrita dos alunos. Um dos comportamentos que mais perturbaria os mestres nas escolas indígenas seria a falta de concentração nas actividades. Anchieta justificava-os pelas próprias características físicas do espaço escolar, num edifício exíguo mas polivalente, com poucas condições de trabalho. Concorria, além deste facto, a envolvência: a proximidade com o meio

¹³⁸ Gladis Massini-Cagliari, *op. cit.*, pp. 53-54.

¹³⁹ Idem, *ibidem*, p. 56.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 115.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

natural, mais apelativo do que a rigidez da postura exigida na escola, a exposição desprotegida face aos elementos. Ora quando a atenção decorre de estímulos exteriores, é designada como passiva, e quando controlada e mantida com esforço do próprio indivíduo, é referida como sendo activa. De qualquer dos modos, a atenção envolve sempre esforço na prevenção da distração, definição de metas motivacionais e estratégias implementadas para as atingir¹⁴². Existe, ainda, a correlação já atestada entre inteligência e atenção, explicam os autores: “An intelligent individual adopts the most efficient attentive strategy for completing an assigned task”¹⁴³.

Existem, também, processos mentais concretos que subjazem ao processo de aquisição do conhecimento que o falante possui sobre o funcionamento da sílaba na sua língua materna. Maria João Freitas, ponderando sobre a aquisição do português por falantes nativos, trouxe elementos novos para a descrição e interpretação do desenvolvimento linguístico nas crianças. Observou como

“a sílaba parece funcionar como a primeira unidade estruturadora do *output* a emergir na aquisição: as crianças começam por manipular informação estrutural e segmental dentro das sílabas e só mais tarde usam unidades linguísticas superiores.”¹⁴⁴

Não é, portanto, de estranhar que, mesmo em períodos tão recuados da nossa história, o método mais usado passasse pelo treino e memorização das letras do alfabeto e das sílabas no ensino de primeiras letras. Semelhante abordagem acabava por atender às etapas através das quais a criança adquire as estruturas da sua língua materna, muito embora as condições de aquisição¹⁴⁵ e de aprendizagem¹⁴⁶ não sejam equivalentes – e

¹⁴² Terence Picton et al., “Chapter 2 – Attention and the brain”, in FRIEDMAN, Sarah et al., *The Brain, Cognition, and Education*, London, Academic Press Inc, 1986, pp. 19-20.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 61.

¹⁴⁴ FREITAS, Maria João, *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*, [Tese Doutoramento em Linguística Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1998, p. 361.

¹⁴⁵ Toma-se geralmente o sentido da aquisição da linguagem, ocorrendo em idade precoce. Caracteriza-se pelo “desenvolvimento e manejo progressivo e simultâneo das funções e dos conhecimentos que condicionam a actividade da criança no domínio da linguagem” (GALLISSON et COSTE). Encontra-se associada ao desenvolvimento da criança. No caso de o indivíduo já dominar as estruturas da língua materna, no contacto com outras línguas prefere-se tomar o termo «aprendizagem» e não de aquisição. Alguns autores, contudo, não estabelecem essa diferenciação, referindo-se também à aquisição de uma língua segunda/estrangeira. GALLISSON, Robert et COSTE, Daniel, *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, Almedina, 1983, pp. 62-63; RICHARDS, Jack et al., *Dictionary of Language*

ainda menos quando a aprendizagem da leitura e da escrita é feita numa língua não materna.

Freitas defende existir efectivamente, uma sequencialidade de emergência das várias estruturas silábicas na aquisição do português, partindo de sílabas mais simples ou não ramificadas, começando com as oclusivas, seguindo-se as nasais, as fricativas, as líquidas. Só mais tarde a criança usará formas mais complexas – com ramificação da rima (sons consonânticos iniciais da sílaba), do núcleo (vogal e semivogal) e inserção de coda (sons consonânticos em final de sílaba).

É possível, ainda, que, dependendo da língua natural, a criança comece por adquirir os sons de mais fácil pronúnciação como as vogais, as consoantes oclusivas (realizadas na região dental, bilabial, dento-alveolar e alveolar) e as consoantes nasais, passando, progressivamente, ao manuseamento de sons que impliquem maior esforço do aparelho fonador (como é o caso das fricativas e das líquidas). Também nesta perspectiva, a língua portuguesa apresenta um esquema fonológico mais complexo do que o Tupí, como tivemos ocasião de observar, não obstante a variedade do sistema vocálico nesta última.

Por seu turno, a aquisição da escrita também possui as suas especificidades. Tomando em consideração que a letra é “uma abstracção resultante das categorizações gráfica e funcional estabelecidas dentro do sistema, em especial pela ortografia”¹⁴⁷, o domínio do alfabeto envolve, também ele, exercício mental.

Desde logo, podendo uma palavra ser pronunciada de diversas maneiras, obriga-se à devida percepção entre sons e letras – distintamente da relação letras e sons, estabelecidas na leitura – de forma a corresponder à estrutura em causa, estabelecida

Teaching & Applied Linguistics, Essex, Longman, 1992, p. 197; LAMAS, Estela [coord.], *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*, Porto, Porto Editora, 2000, pp. 34-35.

¹⁴⁶ Surge como contraponto do ensino, desenvolvendo-se em quatro momentos: percepção, compreensão, assimilação e aplicação (LAMAS). No plano das línguas, pressupõe que a aquisição da linguagem já tenha sido operada, pelo que, regra geral, se relaciona com o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras ou não maternas. Trata-se da apropriação de um código linguístico pelo indivíduo, geralmente conotada com uma aprendizagem formal ou escolar. Pode, contudo, desenvolver-se em regime autónomo ou através de processos informais, podendo neste último caso os resultados divergir não apenas na qualidade do conhecimento explícito da língua, como na frequência e duração dessa mesma aprendizagem. GALLISSON, Robert et COSTE, Daniel, *op. cit.*, pp. 60-61; RICHARDS, Jack et al., *op. cit.*, p. 197; LAMAS, Estela [coord.], *op. cit.*, pp. 33-34.

¹⁴⁷ Gladis Massini-Cagliari, *op. cit.*, p. 49.

pela ortografia e de acordo com o momento frásico e/ou semântico que a contextualiza. Nesta medida, e conforme aprofunda Cagliari, a categorização funcional das letras (estabelecimento das relações entre sons e letras e vice-versa) encontra-se directamente associada com a maior parte dos problemas da aquisição da escrita no período de alfabetização escolar. Ora, não conseguindo o aluno, nesta fase inicial, conhecer bem a forma gráfica das letras, nem as diferenciar entre si – i.e., fazer uma categorização gráfica – adensam-se as suas dificuldades na aquisição da leitura e da escrita¹⁴⁸.

Falta-nos, contudo, perceber o ponto de vista das culturas ameríndias. Se, para os europeus, a educação, no seu sentido mais pleno e «evoluído», era entendida como formação escolar, as sociedades indígenas tinham um outro entendimento e outras práticas. Não é, ainda assim, alheio àquela época, o cultivo da tradição oral, pela transmissão de saberes, histórias, cantares e experiências de geração em geração, sem que se fizesse necessária a presença do livro e do saber ler e escrever. Num sentido algo contrário a uma visão mais unitária da vida da existência e do mundo em que todos são convidados a participar, a escolarização trará um sentido diferente, se não mesmo perverso, como elucida Bartomeu Melià, jesuíta missionário entre os Guaraní na actualidade, ao perceber a imposição da alfabetização dos índios para que os mesmos não sejam condenados a permanecerem à margem de qualquer protagonismo que pudessem vir a exercer fora das suas comunidades:

“La alfabetización, por el uso que se há hecho de ella, há incentivado la privatización del conocimiento y del poder y contribuido a un tipo de individualismo que pronto se manifiesta como fuente de tensiones y conflictos sociales entre dominantes y dominados.”¹⁴⁹

Discutindo, pois, em que moldes deverá ocorrer e qual a função da alfabetização em educação indígena – na medida em que esta pode decorrer, como sempre aconteceu, independentemente de uma educação escolarizada – sem que se produzam estes impactos negativos, Melià procura esclarecer como a cultura indígena é ensinada e aprendida através de uma socialização integrante, sendo, por isso, a sua educação encarada como um processo vital e globalizador. Não deixa de recorrer a agentes

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 50.

¹⁴⁹ MELIÀ, Bartomeu, *Educación Indígena y Alfabetización*, Asunción, CEPAG, 2008, p. 7.

concretos nessa formação, a recursos e conteúdos bem definidos para educar e preparar o indivíduo para a integração na sua comunidade, com preservação do seu carácter individual.

“La educación de cada indígena es interés de toda la comunidad. La educación es el proceso por el cual la cultura actua sobre los miembros de la sociedad para crear individuos y personas, que puedan conservar esa cultura.”¹⁵⁰

O autor destaca não se tratar de uma educação meramente utilitária, pois também privilegia o interesse pela cultura e a espontaneidade na plena realização do indivíduo. Como tal, os métodos impositivos de escolarização formal, mais inibidores e constrangedores de uma gestão mais livre das actividades, do tempo e da vida no seu todo, chocam de forma notória com este entendimento e modo de proceder, que orienta o indígena a trabalhar para viver e não simplesmente para sobreviver.

Se a educação procura, enquanto processo, assegurar a socialização das novas gerações com vista à continuidade de valores, crenças, práticas, precauções e saberes de ordem vária, considerados relevantes e fundamentais para o indivíduo enquanto actor social, não está muito longe o entendimento que dela faziam – e ainda fazem - as sociedades indígenas. Empenhadas na socialização dos juvenis dentro dos padrões da cultura tradicional do seu povo, mesmo não se tratando de uma escolarização formal, não se deixa de promover a obediência a certo conjunto de normas de conduta, essenciais ao viver em comunidade. A educação indígena persegue, ainda, um determinado ideal de pessoa humana, que distingue um determinado povo de outro qualquer pela sua autenticidade e dinâmicas próprias¹⁵¹ – e talvez, por essa via, menos apto a uma convivência plenamente pluricultural e de integração.

Apoiando-se na interpretação de Egon Schaden, Melià demonstra como, em termos genéricos, se opera o sistema de educação indígena. Existem dois eixos fundamentais: de um lado, o ciclo de vida (primeira infância, segunda infância, puberdade, adolescência, idade adulta e velhice) e o género (divergindo a educação entre o sexo feminino e masculino); do outro, os aspectos essenciais de uma cultura, que

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, pp. 11-13.

poderão passar pelos hábitos motores, actividades rotineiras, capacidade linguística, habilidades técnicas, práticas rituais, domínio da linguagem simbólica e auto-realização pessoal. O processo educativo nestes moldes visa, então, três etapas: primeiro que tudo, a da socialização, em que o indivíduo assimila as normas da vida tribal; seguidamente, a da ritualização, pela sua integração numa ordem simbólica e religiosa mais específica; e, por fim, a que o autor apelida de «historização», “en la que la persona asume innovaciones que le van a permitir su propia autorrealización y a veces el ejercicio de funciones específicas únicas y singulares dentro del propio grupo”¹⁵².

No período da segunda infância, já desenvolvidos os hábitos motores na fase anterior, e antes de se conferir particular atenção às mutações fisiológicas e psicológicas na puberdade, a criança dedica-se a uma aprendizagem que a coloca mais próxima da vida do adulto.

“La segunda infancia o niñez presenta dos etapas: la imitación de la vida del adulto mediante el juego y la imitación a través de trabajos participados. El niño indígena hace en miniatura la que hace el adulto. Vive en el juego la vida de los adultos, aprende las actividades sociales rutinarias, participa de la división social del trabajo y adquiere las habilidades de usar y hacer instrumentos y utensilios de su trabajo de acuerdo con el sexo.”¹⁵³

Podemos, assim, notar a percepção, em meio indígena, das faculdades e capacidades da criança, bem como dos métodos mais adequados ao seu desenvolvimento. Note-se a importância conferida à imitação e ao aspecto lúdico nas aprendizagens. Esclarece o autor:

“El juego es posiblemente uno de los elementos más importantes d la educación indígena; se sabe que el niño aprende jugando. La originalidad está aquí en que el indígena, que ya desde pequeño, juega a trabajar, después va a trabajar jugando. Sus juegos y juguetes no les crearon ilusiones que después la vida le negará.”¹⁵⁴

Além da importância do elemento lúdico como estratégia facilitadora à assimilação e experimentação de práticas essenciais ao exercício de actividades na idade adulta, sobressai a questão da correcção e da punição, que ocorre apenas *in extremis*.

¹⁵² Idem, *ibidem*, p. 14.

¹⁵³ Idem, *ibidem*, p. 15.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 21.

Melià descreve a grande liberdade conferida pelos adultos às crianças, sem que estejam constantemente a admoestá-los ou a repreendê-los. A criança, considerada com grande respeito e seriedade na comunidade, é geralmente conduzida por via da persuasão, quando se afasta das normas do grupo. Evita-se, por todos os meios, a punição física e, perante comportamentos repreensíveis, poderão ser responsabilizados também os seus pais ou parentes mais próximos¹⁵⁵.

Talvez assim entendamos melhor o motivo pelo qual os missionários tendiam a salvar as culturas nativas – e suas línguas – ao entenderem a impossibilidade de as dissociarem da educação infantil, tal como as comunidades de ameríndios a entendiam. Atendendo, de modo mais concreto, à educação empreendida junto do povo Tupinambá – de cujo estudo se ocupou Florestan Fernandes - observa-se, precisamente, o destaque conferido à tradição como um modelo para situações futuras e um intenso envolvimento e participação de todos na transmissão de conhecimentos às novas gerações, estimulando-as, através da acção e do exemplo, a ensaiar situações análogas às experienciadas na vida adulta, num processo de contínua auto-educação (tanto para o adulto como para a criança). Não deixavam, ainda, de diferenciar conteúdos e práticas consoante o género e o ciclo de vida¹⁵⁶.

Perante tão clara e imbricada interpenetração de duas dimensões – educação e cultura – o desafio da articulação entre educação indígena e alfabetização permanece. Mais ainda: torna-se imprescindível a distinção entre educação indígena (operada no seu interior) e educação para o indígena (orientada a partir do exterior, mesmo que os seus agentes sejam membros da comunidade); assim como da tradição da educação missionária e a educação nacional, mais centrada nos interesses do Estado e nos processos que delineia com vista à integração e envolvimento de todos os cidadãos na sociedade – com o risco de não atender aos interesses das comunidades com menor projecção. É nesse sentido que Melià propõe um quadro que sintetiza os contrastes entre uma e outra dimensão.

¹⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 21-22.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, pp. 26-27.

Quadro 22 - Quadro-síntese da oposição educação indígena/educação para o indígena

	Educação Indígena	Educação para o Indígena
Processos e meios de transmissão	– Educação informal e assistemática	– Instrução formal e sistemática
	– Transmissão oral	– Alfabetização e uso de livros
	– Rotina da vida diária	– Provocação de situações de ensino artificiais
	– Inserção na família	– Mudança (traslado??) para a sala de aula
	– Sem escola	– Com escola
	– Comunidade educativa	– Especialistas de educação
	– Valor da acção	– Valor da memorização
	– “Aprender fazendo”	– Aprender memorizando
	– Valor do exemplo	– Valor da coisa aprendida
	– Sacralização do saber	– Secularização do conhecimento
	– Persuasão	– Imposição
	– Formação da pessoa	– Adestramento para fazer coisas
Condições de transmissão	– Processo permanente ao longo de toda a vida	– Instrução intensiva durante alguns anos
	– Harmonia com o ciclo de vida	– Sucessão de matérias que têm de ser estudadas, dando saltos de uma para outra
	– Graduação da educação conforme a maturação psicossocial do indivíduo	– Estudo obrigatório de um currículo determinado de antemão para todos
	– Habilidade para a produção total dos próprios artefactos	– Manipulação de tecnologia importada e de instrumentos de trabalho
	– Integração dos conhecimentos dentro de uma totalidade cultural	– Segmentação dos conhecimentos adquiridos
	– Integração correcta na organização tribal nacional	– Adaptação dentro de um estrato ou classe da sociedade
Funções sociais da educação	– Integração das gerações com respeito à vida dos mais idosos	– Alienação e mudança
	– Preservação e valorização do saber tradicional com vista a uma inovação coerente	– Adaptação contínua às novidades, mesmo quando não é compreendida
	– Liberdade na selecção e formação da personalidade	– Massificação do que é genérico

Fonte: MELIA, Bartomeu, *Educación Indígena y Alfabetización*, Asunción, CEPAG, 2008, pp. 56-57.

Esta leitura, fortemente apoiada no trabalho desenvolvido por Florestan Fernandes, adquire contornos fortemente denunciadores de práticas lectivas desajustadas. Não reflectem, contudo, nem a dimensão da educação escolar indígena levada a cabo presentemente, sob a égide da Secretaria de Educação do Governo Brasileiro, nem, tão pouco, as modernas tendências no plano da didáctica geral.

Haverá, porém, consenso numa questão: estamos perante modelos inteiramente distintos nas suas práticas, nos seus métodos, nos seus conteúdos, nas suas finalidades, uma distinção que é fruto de visões distintas sobre a vida e sobre os valores a transmitir.

A alfabetização, do ponto de vista antropológico, tem vindo a ser questionada pelo seu contributo para as sociedades indígenas ágrafas, na medida em que se opera uma interferência na educação (tradicional) indígena. Em sentido mais extremo, encontra-se fortemente orientada para critérios etnocêntricos, em que uma cultura com expressão escrita se considera superior a outra centrada na transmissão oral – como, de resto, se pautara em épocas mais remotas, e que aqui constituem o nosso arco temporal. Tal não invalida que não possa ser tomada como um complemento à educação indígena, ao contrário de a tentar substituir, como fora tónica no passado.

Como temos vindo assinalando, as próprias comunidades indígenas não deixavam – como hoje, em moldes muito idênticos - de nutrir um interesse particular pela alfabetização, uma vez que: lhes possibilitava o domínio de uma técnica que, além de garantir o progresso nos estudos e na informação de técnicas estranhas à sua cultura, parecia deter um carácter mágico; constituía um elemento importante na defesa dos seus direitos, condicionando situações de exploração salarial, protegendo-os nas transacções comerciais e salvaguardando o seu direito de propriedade nas devidas instâncias administrativo-jurídicas; facilitaria o alcance de prestígio social, de melhores oportunidades de trabalho e de uma condição mais equilibrada face aos «civilizados»; além de, ainda, poder ser entendida como uma mais-valia para a comunidade, pela transmissão dessas mesmas técnicas de leitura e escrita aos seus membros e em benefício do próprio registo das suas produções culturais, tanto como agentes dessa codificação, como pela descodificação do material escrito resultante da recolha e estudo das suas tradições por investigadores¹⁵⁷.

Na prática, as experiências pedagógicas em escolas indígenas no Brasil levadas a cabo nos dias de hoje são orientadas por directrizes fixadas no ensino bilingue e intercultural, “visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 65.

afirmação e manutenção de sua diversidade étnica”¹⁵⁸. A sua localização respeita à área das comunidades e não aos limites e fronteiras dos estados, a sua existência surge apenas como demanda dos povos e não como imposição externa, o seu modelo de organização e gestão definido com participação dos membros da comunidade, adequando a educação veiculada na escola aos parâmetros próprios da sua cultura e perspectiva de formar as novas gerações. Assim entendida, a educação escolar procura hoje conciliar-se com a educação indígena, procurando uma articulação mais profunda com as estruturas sociais, as práticas socioculturais e religiosas, os processos e metodologias de transmissão de saberes e experiências e as actividades económicas que marcam o quotidiano de cada povo indígena.

É neste novo espírito que os recursos didácticos têm sido produzidos, seja em língua portuguesa, seja para o ensino da língua materna indígena, comungando das vivências de cada povo e espelhando, assim, o contexto sociocultural que rodeia a escola indígena¹⁵⁹. Também o funcionamento das actividades lectivas se encontra dependente do quotidiano da comunidade, o que pressupõe o respeito pelo desenrolar das actividades de diversa índole e consequente articulação dos horários e até da própria duração dos períodos escolares.

A educação escolar indígena deverá, então, pressupor a especificidade étnico-cultural da comunidade em que se enquadra, a sua realidade sociolinguística, as estratégias de construção e transmissão de saberes e tradições específicos de cada povo e o envolvimento da comunidade no processo de ensino-aprendizagem das crianças – com privilégio para a formação de professores indígenas da mesma etnia, ao invés de se inserirem docentes externos à comunidade, e por isso alheios à sua dinâmica e especificidade.

¹⁵⁸ Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. CNE. Resolução CEB 1/99. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de Abril de 1999. Seção 1, pp. 18-19 [Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências].

¹⁵⁹ Muito embora privilegiando as decisões do povo em particular, existe um conjunto de directrizes curriculares que, no Brasil, orientam a educação fundamental a nível nacional. O apoio, financiamento e orientação no terreno fica a cargo dos municípios envolvidos e dos Conselhos Estaduais de Educação (e, em última instância, dos Estados).

A alfabetização em língua estrangeira implica, segundo Gallisson e Coste, que a aprendizagem da leitura e da escrita seja precedida de uma aprendizagem em termos da compreensão e expressão orais, permitindo estas “o acesso à transcrição gráfica (escrita) e à descodificação gráfica (leitura: da grafia ao som)”. Neste âmbito, contudo, os autores assinalam uma importante condição: “que estejam dominados os mecanismos perceptivos e gestuais (desenhos das letras e movimentos de esquerda para a direita, por exemplo)”¹⁶⁰. Não deixa de ser interessante a introdução da grafologia como conteúdo nos manuais de ortografia do português, de entre os quais se destaca, pela qualidade e carácter inovador, a *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* de Manuel de Andrade.

Muito embora conscientes das limitações que enfrentamos na leitura da realidade pedagógica de setecentos, em termos do processo em si de ensino e de aprendizagem, levando a fundo questões, nomeadamente, de ordem psicolinguística e didáctica, acreditamos tratar-se de uma abordagem que poderá trazer novos elementos para uma melhor compreensão da educação escolar indígena numa perspectiva diacrónica. Não deixamos de salientar que não temos a pretensão de ser o método mais adequado de análise, dada a escassez de elementos. Por seu turno, as fraquezas de semelhante método poderão ser compensadas pelas novas perspectivas de abordagem do objecto de estudo.

Observámos como, nas escolas em questão e à semelhança das tendências pedagógicas da época, não se estabelecia uma diferenciação no ensino de línguas não maternas. Não esqueçamos o público em questão – crianças – assim como o facto de se tratar de um nível de instrução básico. Vários especialistas têm debatido a problemática da alfabetização em língua não materna, tendo-se assumido generalizadamente que a alfabetização deve começar pela língua materna. Directivas do Conselho Europeu, contudo, apostadas na promoção do potencial multilíngue da criança e da educação cultural nas escolas, não deixam de recomendar o ensino da leitura e da escrita das línguas segundas/estrangeiras em idades precoces – por regra, a partir do primeiro ou segundo ano de escolarização, apesar de existirem experiências a este nível no ensino

¹⁶⁰ GALLISSON, Robert et COSTE, Daniel, *op. cit.*, p. 35.

em idade pré-escolar, logo a partir dos 3 anos. Semelhantes orientações apoiam-se no facto de se poder ainda activar, na aprendizagem de outras línguas, os mecanismos de aquisição em língua materna que ainda se encontram em desenvolvimento:

“il est dans la nature de l'enfant d'être ouvert aux langues. Il s'agit d'une « fenêtre » neurobiologique dont on doit profiter, car le potentiel pour l'apprentissage d'une langue étrangère à un jeune âge est le plus grand.”¹⁶¹

Considera-se ainda o facto de não existir consenso nem definição concreta de uma idade ideal para se iniciar a aprendizagem de outras línguas.

Em termos metodológicos, além de não se vislumbrar diferenças notórias face à aprendizagem escolar de uma língua materna, enfatiza-se a necessidade – muito mais evidente do que em fases posteriores - de se apelar aos sentidos.

« Dans la majorité des cas, les principes essentiels sous-jacents ne sont pas différents de ceux de l'apprentissage d'une langue en général. En ce qui concerne les très jeunes élèves, il est très important qu'ils puissent apprendre avec leurs cinq sens. L'aspect multisensoriel de l'apprentissage des langues est important pour tous les élèves, même adultes, mais il ne l'est jamais autant que pour de tout jeunes élèves. L'apprentissage précoce doit se faire en mettant l'accent, notamment, sur une plus grande proportion d'apprentissage holistique ou d'apprentissage multisensoriel. »¹⁶²

Porém, entende-se que a abordagem se deve centrar na criança, tomando em conta o que se perspectiva como uma boa aprendizagem: significado de uma aula ou de um tema, desenvolvimento coerente de um contexto significativo nas aulas e ao longo do ano escolar, contribuição de cada aula para o conhecimento e uso das estruturas da língua, entre outros¹⁶³. Efectivamente, acentua-se a importância da utilização real da língua em situações autênticas de comunicação, estimular e encorajar o prazer das crianças em aprender uma língua, promover a comunicação de base, assegurar a sua identidade intercultural, social, afectiva e pessoal e empreender actividades linguísticas

¹⁶¹ EDELENBOS, Peter et al., *Les grands principes pédagogiques sur lesquels se fonde l'enseignement des langues aux très jeunes apprenants*, [Bruxelles], Commission Européenne, Octobre 2006, p. XXXII-XXXIII.

¹⁶² Idem, *ibidem*, p. XI.

¹⁶³ Idem, *ibidem*, p. XXXI.

específicas adaptadas à criança, em função das idades e respectivos estádios de desenvolvimento¹⁶⁴.

Os receios são evidentes face a esta ambição tão arrojada, não apenas quanto à suposta eficácia da sua introdução como por se temer o prejuízo das línguas nacionais ou línguas maternas (consoante o caso). Dlugosz (2000), que se ocupou do estudo da introdução da leitura em língua estrangeira na infância, no ensino pré-escolar, defende que semelhante estratégia favorece a compreensão e produção oral nessa língua¹⁶⁵.

No período em questão, contudo, a aprendizagem da leitura e da escrita não era simultânea, mas sucessiva e, por vezes, com ausência do devido treino da escrita – o que sucedia, com frequência, entre as mulheres. Antonio Frago justifica esta «semialfabetização» com os avultados encargos envolvidos na aprendizagem das técnicas de escrita, além de ser considerada moralmente mais perigosa entre indivíduos do sexo feminino, por lhes possibilitar a produção de textos¹⁶⁶.

Apesar de reconhecidas as dificuldades e os problemas que se poderão colocar na alfabetização em língua não-materna, existem, igualmente, aspectos positivos: ao decorrer no período de idade escolar, beneficiará de uma maior capacidade mental da criança que, paralelamente, se encontra a desenvolver a sua linguagem, sendo um período particularmente favorável até a processos de bi-alfabetização; entendendo-se, por seu turno, a escrita como uma estratégia facilitadora da sistematização do pensamento, trará as suas compensações e preencherá as lacunas e dificuldades observadas num pensamento onde prevalece a memória oral, permitindo uma melhor organização e gestão da informação por parte do sujeito¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 122.

¹⁶⁵ D.W. Dlugosz, “Rethinking the role of reading in teaching a foreign language to young learners », in *ELT Journal*, 54 3, 2000, pp. 284 - 290. Apud EDELENBOS, Peter et al., *op. cit.*, p. L.

¹⁶⁶ FRAGO, Antonio, *Leer y escribir: Historia de dos prácticas culturales*, México, IAP, 1999, pp. 117-118.

¹⁶⁷ Cf. MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 36.

Apesar de a educação escolar se cingir a conteúdos elementares, não deixa de se tratar de uma aprendizagem funcional, pensada na “previsibilidade das necessidades a prazo” e centrada nas capacidades técnicas e no «saber-fazer», na medida em que o domínio da leitura, da escrita e da contagem se realizam não como fim último mas como meio “ao serviço do desenvolvimento do homem e do seu contexto”¹⁶⁸.

¹⁶⁸ O autor apoia-se na distinção de McLaren quanto a tipologias de alfabetização: a funcional, a cultural e a crítica. MAGALHÃES, Justino Pereira de, *op. cit.*, p. 54.

Capítulo XI: Linguística missionária e comunicação

“Language is as it is because of what we make it do for us.”

“A «linguistic approach» to the teaching of the mother tongue?” [1971], in HALLIDAY, M. A. K., *Language and Education*, London/New York, Continuum, 2007, p. 39.

Desde que Nebrija lançara o mote para a criação de gramáticas com base no modelo latino, colocava-se, definitivamente, a língua como elemento fundamental ao progresso do Estado, ao seu curso na história e ao desenvolvimento do Homem, reforçando, através da comunicação numa língua oficial, a inteligibilidade entre os vassallos. Com semelhante impulso, além da importante evolução tecnológica através da invenção de Guttenberg, o papel da educação infantil conhecia novo alento, numa redobrada atenção face à alfabetização – intimamente associada à formação catequética - sem deixar de se constituir como via de consolidação de uma consciência linguística que muito ajudaria à aprendizagem da língua latina em caso de prosseguimento de estudos.

Entretanto, no Brasil, deparar-nos-íamos, paulatinamente, com um quadro social complexo, dada a convivência de indivíduos de origens manifestamente distintas: colonos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses), escravos africanos (de Angola, Guiné, Congo), uma miríade de culturas ameríndias. Este quadro acabou por se complexificar com o passar dos séculos. Após uma fase inicial de contacto, em que ainda não era possível proceder a uma comunicação verbal plena¹⁶⁹ – por intermédio de gestos¹⁷⁰, pequenas transacções e palavras isoladas - a consolidação das

¹⁶⁹ A propósito da comunicação através de gestos, Cf. GIFRE, Emma, *La Comunicación entre Españoles e Indios: palabras y gestos*, Madrid, Mapfre, 1992, pp. 123-150.

¹⁷⁰ Como sucedera logo na primeira viagem de Cabral, conforme relata a carta de Pêro Vaz de Caminha: “Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. [...] Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali.

relações empreendidas com algumas comunidades nativas tornava ineficaz o recurso a intérpretes (em número insuficiente perante as demandas registadas). Surgira, pois, necessidade de se conhecer mais a fundo o funcionamento dos seus idiomas. Numa altura em que Anchieta estaria a ultimar a sua gramática, na América espanhola entendia-se a necessidade de os missionários incumbidos de tratarem com os índios dominarem a sua língua geral – uma medida, de resto, disposta por D. Filipe II, I de Portugal, logo em 1580:

“«La inteligencia de la lengua general de los Indios es el medio más necesario para la explicación y enseñanza de la doctrina Christiana, y que los Curas y sacerdotes les administrem los Santos Sacramentos.»”¹⁷¹

Semelhante facto contrasta com a posição oficial do lado português, sendo que a presença do clero era entendida como auxiliar à difusão da doutrina cristã e da língua do império. Mesmo no seio da Companhia de Jesus, foi essencialmente a partir do século XVII que se passou a defender a comunicação em idioma inteligível aos nativos, fazendo-se necessária a preparação de religiosos com bom conhecimento em língua geral. Também é certo que semelhante exigência, definitivamente assumida com o Geral Aquaviva, se desenhou de forma mais consistente a partir do momento em que circula a Arte do P.^e Anchieta. Porém, também do lado espanhol se formaria, paulatinamente, o entendimento de que semelhante política constituía “«gran estorvo para la buena institución, doctrina y enseñanza de los Indios, y para encaminarlos en las buenas costumbres y vida política con que es justo que vivan, que conserven su propia lengua, con que aprenden las idolatrías y sperticiones pasadas de sus mayores»”¹⁷². De

[...] Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhas dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos.” Carta do Achamento do Brasil de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel I. Porto Seguro, 1 de Maio de 1500 [transcrita pela Fundação Biblioteca Nacional d Brasil in http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf]

¹⁷¹ *Leyes de Indias*, lib. I, tit. XXII, ley 46. Apud Antonio Tovar, “Español, lenguas generales, lenguas tribales en América del Sur”, in *Studia philologica - Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso*, vol. III, Madrid, Gredos, 1963, p. 510.

¹⁷² Cédula real de 3 de Julho de 1596. Apud Antonio Tovar, “Español, lenguas generales, lenguas tribales en América del Sur”, in *Studia philologica - Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso*, vol. III, Madrid, Gredos, 1963, p. 514.

qualquer modo, seriam de facto os jesuítas os grandes defensores e promotores da cristianização dos índios nos seus idiomas maternas, tanto na América portuguesa como na América espanhola¹⁷³, muito graças à construção de instrumentos práticos, como sejam gramáticas, vocabulários, dicionários e catecismos nas principais línguas sul-ameríndias.

Como é sabido, à chegada dos primeiros portugueses ao Brasil, estes depararam-se no litoral com comunidades Tupinambás, desde a foz do rio Amazonas até à ilha de Cananeia (litoral paulista). Percorrendo um pouco mais o território, tomaram conhecimento de outros grupos étnicos: mais a norte, no “*litoral dos atuais estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, habitavam os potiguaras, tradicionais aliados dos franceses. Do rio Paraíba até o rio São Francisco, viviam os caetés*”, que viriam a ser exterminados aquando da fundação da capitania de Pernambuco¹⁷⁴. Do rio das Contas ao actual estado do Espírito Santo, Tupiniquins; no litoral do Espírito Santo, até ao rio Paraíba do Sul, goitacases (grupo não tupi); do cabo de S. Tomé a Angra dos Reis (Rio de Janeiro), os Tamoios, também conhecidos por «Tupinambás»; de Angra dos Reis até à ilha de Cananeia, Goianases, daí até à ilha de Santa Catarina, os Carijós ou «Guaranis»¹⁷⁵.

No Nordeste brasileiro havia, ainda no século XVIII, uma grande variedade de línguas e dialectos, uma diferenciação linguística que acarretava uma diversidade cultural notória. É certo que muitas tribos de base Tupi haviam adoptado a língua geral, facto extensível inclusivamente ao Norte brasileiro, abandonando progressivamente a sua língua materna. Falar-se, portanto, de um sentimento de identificação entre língua e etnia¹⁷⁶ é tanto mais evidente se se observar como os Tupis encaravam os falantes de

¹⁷³ Uma acção despoletada pelas medidas indigenistas do terceiro Concílio decorrido em Lima, cerca de 1580. Cf. Antonio Tovar, “Español, lenguas generales, lenguas tribales en América del Sur”, in *Studia philologica - Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso*, vol. III, Madrid, Gredos, 1963, pp. 509-525.

¹⁷⁴ MAESTRI, Mário, *Os Senhores do Litoral: Conquista Portuguesa e Agonia Tupinambá no Litoral Brasileiro*, Porto Alegre, UFRGS, 1995, p. 43.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁶ Ângela Domingues inspira-se em Omar Nãñez, “Lenguas indigenas e identidad en la cuenca del Guaiania-Rio Negro. Territorio Federal Amazonas-Venezuela”, in *Indianismo e indigenismo en América*,

outros idiomas, sobretudo os não aparentados com o seu ramo linguístico. Considerando as línguas maioritárias das antigas missões jesuítas dos séculos XVII e XVIII – Tupí e Kirirí – observarmos tratem-se de idiomas de troncos linguísticos distintos, com a particularidade de ambas coincidirem num facto: serem actualmente línguas extintas. Por seu turno, e como tivemos oportunidade de aprofundar na SEGUNDA PARTE, estes povos de matrizes distintas não estabeleciam relações cordiais entre si, muito provavelmente pela profunda diferença cultural existente. Os grupos linguísticos eram, efectivamente, diversos, distribuídos pelo Tronco Tupi – de onde advém a família Tupi-Guarani, entre outras – Trono Macro-Jê, e ainda famílias de tronco único, como o Kirirí, não aparentado com nenhum dos anteriores.

Mediante a perspectiva de uma evangelização dos indígenas com carácter tendencialmente mais permanente, com introdução de alguns rudimentos em língua portuguesa – prática que, de resto, não era muito aplicada por parte das ordens religiosas que se achavam no terreno, privilegiando-se antes o recurso às línguas gerais para que a comunicação se efectivasse – tornava-se cada vez mais urgente a formação dos missionários na língua indígena considerada dominante. É possível, contudo, que se tenha verificado, no português falado no Brasil, sobretudo a partir do século XVIII, senão mesmo ao longo dos séculos XVI a XVIII, uma convergência gradual entre línguas em contacto, como de resto é comum em sociedades bilingues¹⁷⁷.

Sobejamente contestada por antropólogos e historiadores contrários aos efeitos da missionação, a gramaticalização das línguas indígenas operada nos séculos XVII e XVIII tem sido perspectivada por outros ângulos mais recentemente, ressaltando-se a capacidade de análise, percepção do funcionamento das línguas dos ameríndios e recurso a abordagens variadas no seu estudo. Maria do Céu Fonseca acentua que, na verdade, as gramáticas missionárias sul-americanas recorreram ao modelo latino como

Madrid, Alianza Editorial, 1990, p. 291. apud Domingues, Ângela, *Quando os índios eram vassalos*, p. 117.

¹⁷⁷ XAVIER, Maria et MATEUS, Maria Helena Mira, [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, Cosmos, 1990, p. 105. Zélio Jota define este processo mais em termos de colisão homonímia. Alude ainda a convergência de evolução para designar o fenómeno segundo o qual se verificam semelhanças entre línguas distintas, permitindo-nos agrupá-las numa mesma família. JOTA, Zélio, *op. cit.*, p. 90.

estratégia de homogeneização do pensamento “não deturpadora das realidades linguísticas”. Até mesmo a proposta de Anchieta, primeira descrição de uma língua indígena brasileira, muito embora realizada nos moldes de uma gramática de matriz clássica e de difícil apreensão (como notaram os seus contemporâneos), dá conta do “legítimo tupi dos índios”¹⁷⁸.

Com efeito, a linguística missionária transcendeu os modelos clássicos, apelando mais ao critério do uso e do autêntico funcionamento das estruturas dos idiomas indígenas, com introdução de novas categorias gramaticais, salienta Fonseca. Nesta mesma linha, Jooken precisa, ao falar das línguas indígenas sul-americanas, que se operou uma inclusão de tipos de comunicação que transcendiam o modelo tradicional de gramática latina.

“Besides difficulties of pronunciation and orthography, one of the most challenging problems missionaries confronted was understanding how Indian languages communicate meaning and where the boundaries between words were.”¹⁷⁹

Semelhante abordagem arrojada de alguns missionários tem uma justificação pragmática: a compreensão das línguas indígenas encontrava-se intimamente associada ao problema da comunicação, tanto para fins diplomáticos (nas tentativas de apaziguamento e negociação com as comunidades não aldeadas) como para fins catequéticos e civilizacionais. Além do fenómeno de aculturação, intentava-se a manutenção de interações bem sucedidas no quadro da administração temporal e espiritual dos índios que se conseguissem reunir numa missão, com consequente valorização dessa mesma língua e da cultura a ela associada, competindo claramente com o uso da língua portuguesa, a despeito dos rogos e ordens régias.

Teremos, mais adiante, oportunidade de observar como, para o caso das línguas indígenas brasileiras, a busca da compreensão do funcionamento das suas estruturas

¹⁷⁸ Conforme atestam actualmente diversos especialistas na área. FONSECA, Maria do Céu, *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária: Preposições e Posposições no séc. XVII*, Lisboa, Colibri, 2006, p. 254.

¹⁷⁹ Lieve Jooken, “Descriptions of american indian word forms in colonial missionary grammars”, in GRAY, Edward et FIERING, Norman [eds.], *The Language Encounter in the Americas (1492-1800)*, New York/Oxford, Berghahn Books, 2008, p. 296.

prevaleceu sobre a pressuposta inflexibilidade do modelo de racionalização linguística seguido à época, estando mais próximo de uma perspectiva descritiva da língua do que meramente estrutural. Sublinhe-se, contudo, tratar-se de uma época em que se assinala alguma disparidade tanto na abordagem como no tratamento da informação linguística – como, de resto, comprova Jooken – não deixando estes trabalhos de desempenhar um papel fundamental para o conhecimento de idiomas que, progressivamente, foram perdendo falantes.

11.1. Línguas de base Jê no Nordeste

O ramo Jê formou-se a partir do tronco linguístico respectivo há cerca de 3 mil anos. A título de comparação, parece existir maior diversidade interna às línguas Jê do que em relação às línguas da família românica (indo-europeu). Embora ainda se desconheçam as suas filiações genéticas, pressupõe-se que este Tronco se terá formado na parte central e oriental do planalto brasileiro¹⁸⁰, se se considerar a sua concentração nesta área, remontando a mais de 5 mil anos. Quanto ao Tronco Macro-Tupi, o grupo Tupi-Guarani é sem dúvida aquele que se destaca, parecendo as línguas ser mais próximas umas das outras, sugerindo Aryon Rodrigues que as suas divergências remontarão a 2 mil anos¹⁸¹. Relativamente às famílias menores, como o Tukano, o Pano e o Guaykuru, apresentam uma distribuição bastante compacta no território, denunciando suas regiões de origem, bem como os padrões que terão presidido à sua dispersão, exclusivamente nas áreas mais a oeste, voltadas sobretudo para o Pacífico.

Muito embora reconhecido desde há largo tempo, o Macro-Jê é um dos grupos linguísticos menos conhecidos da América do Sul. A designação Jê surge através dos Portugueses, observa Ribeiro, ao notarem a presença do morfema colectivo «je» nos nomes de diversos povos de base Jê – como os Apinajé. Outras nomenclaturas se

¹⁸⁰ Greg Urban, “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 90.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 91.

havia usado para designar aquela filiação linguística e cultural comum, como «Tapuya» e «Tapuya-Jê»¹⁸². Distribuídas, essencialmente pelas zonas de savana do nordeste e centro do Brasil – as áreas sertanejas – as línguas do tronco Macro-Jê de facto são essencialmente não-Amazónicas, chegando, ainda assim, a ser faladas na Bolívia e até na Argentina. Dada, porém, a tendência para uma localização no leste, a sua posição de contacto face aos Europeus cedo os colocou em desvantagem, estando mais sujeitos à extinção logo no período do Brasil Colonial¹⁸³.

Num plano mais remoto, reconhece-se certa familiaridade entre o Tupi, o Caribe e o Macro-Jê¹⁸⁴ com base nas semelhanças gramaticais e lexicais destes três grupos. Sendo esta a sugestão mais plausível, não deixa, contudo, de ser meramente uma hipótese ao nível de uma, supostamente, estrita relação genética num passado particularmente remoto¹⁸⁵. Rodrigues justifica o possível parentesco genético das famílias Jê, Maxacalí, Boróro e Kirirí com a ocorrência de idênticos processos sintácticos para exprimir a posse, com recurso a marcadores que parecem derivar de um étimo comum¹⁸⁶. Além destas famílias, Rodrigues vem, mais tarde, a incluir o Krenák, Yatê, Kamakã, Purí, Karajá, Ofayé, Guató, e Rikbaktsá, algumas das quais já sem línguas vivas, em cujo caso se inclui o Kirirí¹⁸⁷.

Uma das famílias de línguas com maior projecção neste vasto território era efectivamente, a do Kiriri, mais precisamente pelas fronteiras do Piauí e Ceará, Pernambuco e Paraíba, com concentração a oeste da Bahia. A ela pertenciam o Kirirí-Kipéa, assim como as línguas dos Ikó (Icó), Kariú, Ixú, Korema, Jucá, Ariú ou Peba e

¹⁸² E. Ribeiro, “Macro-Jê”, in BROWN, Keith et OLGIVIE, Sarah, *Concise Encyclopedia of Languages of the World*, Oxford, Elsevier, 2009, p. 665.

¹⁸³ E. Ribeiro, “Macro-Jê”, in BROWN, Keith et OLGIVIE, Sarah, *Concise Encyclopedia of Languages of the World*, Oxford, Elsevier, 2009, p. 666.

¹⁸⁴ Proposta de Aryon Rodrigues.

¹⁸⁵ E. Ribeiro, “Macro-Jê”, in *op. cit.*, p. 666.

¹⁸⁶ Aryon dall’Igna Rodrigues, “Um marcador macro-jê de posse alienável”, in *Anais da 44ª Reunião Anual da SBPC*, São Paulo, USP, 1992, p. 386.

¹⁸⁷ Aryon dall’Igna Rodrigues, “Flexão relacional no tronco linguístico macro-jê”, in *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 25, 2000, p. 219.

Inhamum¹⁸⁸, estas últimas tribos apontadas como tapuias ou gentias, sobretudo residentes no sertão, cuja resistência poderá, por si só, reforçar a sua não familiaridade com as comunidades de língua e culturas de base Tupi. De acordo com Tovar, existe um paralelo nesta denominação nas duas Américas ibéricas:

“Os tupis do Brasil chamavam de «tapuias» aos que continuavam com a velha língua; enquanto que os incas, no outro lado do continente, chamavam de «aucas» aos povos selvagens de cultura inferior. Eram os inimigos, os inferiores que precisavam ser dominados ou exterminados.”

É desta distinção estabelecida de forma consciente, propositada e estratégica pelas comunidades de base Tupi que partem missionários e colonizadores, instigados a combater, em benefício das primeiras (pelo menos à partida), os seus «inimigos» e «bárbaros», objectiva e estreita tradução do termo «tapuia». Os efeitos perversos desta denominação ir-se-iam reflectir tanto na inferiorização de grupos não Tupi, como na generalização das suas línguas, muito embora profundamente distintas entre si, cada vez mais circunscritas a espaços menores e sem hipótese de expansão territorial perante a sua rival. As “línguas tapuia”, difíceis de pronunciar, viriam a ser igualmente conhecidas como “línguas travadas”, englobando, afinal, línguas de base Jê e línguas isoladas, como actualmente se pressupõe¹⁸⁹.

A inclusão da família Kirirí no grupo das línguas derivadas do Macro-Jê não reúne, porém, consenso. Enquanto Aryon Rodrigues a considera, Greenberg e Kaufman, por seu turno, omitem-na deste tronco, facto de carece de corroboração através de estudos adicionais, sobretudo através do método comparativo. Será esse, aponta Ribeiro, o caminho mais útil para que se determine o estatuto do Macro-Jê em línguas que ainda hoje geram discussão. Já Aryon, de resto, ressaltara que além de este tronco compreender um elevado número de línguas, “Em alguns casos, porém, o que temos são mais indícios do que evidências da filiação de certas famílias ou línguas a esse tronco. A

¹⁸⁸ Tovar alude em termos genéricos à distribuição da família Kirirí, sendo o Kipéa um seu dialecto. TOVAR, *Catalogo de las Lenguas de America del Sur*, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1961, p. 111.

¹⁸⁹ Antonio Tovar, “Tapuias, Tupis e Incas: paralelos no Velho Mundo”, in *Revista Cultura Vozes*, ano 67, vol. LXVII, n.º 5, Jun./Jul. 1973, pp. 46-47.

constituição do tronco Macro-Jê é altamente hipotética ainda.”¹⁹⁰ O problema da sua genealogia reparte-se, assim, entre as teses de sua classificação como língua isolada (Rivet e Loukotka 1952, Larsen 1984), equatorial (Greenberg 1959), Macro-Carib (Swadesh 1959) e Macro-Jê (Rodrigues 1975)¹⁹¹. Preferimos adoptar aqui a proposta de Aryon Rodrigues, por reunir maior consenso e por ter desenvolvido até muito recentemente estudos aprofundados no domínio desta e outras línguas indígenas brasileiras¹⁹².

O Kirirí é, na verdade, uma família de línguas actualmente dadas como extintas¹⁹³. São elas: Kipéa, Dzubukuá, Pedra Branca e Sabuyá. A língua Kirirí, estudada por Mamiani, corresponde ao Kipéa, cuja distribuição geográfica abrangeia o Nordeste brasileiro:

“Desapareceram também todas as línguas da família Karirí, mas de duas delas temos boa documentação do fim do século XVII e do início do século XVIII; trata-se do Kipéa (ou Kirirí) e do Dzubukuá, aquele do nordeste da Bahia e Sergipe, este das grandes ilhas do rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco, próximo a Cabrobó.”¹⁹⁴

É portanto do Kipéa o catecismo e a gramática produzidos por Mamiani (respectivamente em 1698 e em 1699), bem como o catecismo de Bernardo de Nantes em 1706¹⁹⁵. Com a particularidade de se tratar da única gramática não-Tupi produzida

¹⁹⁰ RODRIGUES, Aryon dall’Igna, *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola, 4.^a ed., 2002, pp. 48-49.

¹⁹¹ LEWIS, M. Paul [ed.], *Ethnologue – Languages of the World*, Dallas, SIL International, 6.^a ed., 2005, p. 240.

¹⁹² Para mais leituras neste domínio, remetemos para os artigos, estudos, projectos e monografias desenvolvidos no LALI (Laboratório das Línguas Indígenas), inserido na Universidade de Brasília, sob direcção deste mesmo investigador e professor.

¹⁹³ Lewis refere-se-lhe enquanto língua, ao passo que o Kipéa, o Kamurú, Dzubukuá e o Sabujá (Pedra Branca) são seus dialectos. LEWIS, M. Paul [ed.], *Ethnologue – Languages of the World*, Dallas, SIL International, 2005, 6.^a ed., p. 240.

¹⁹⁴ RODRIGUES, Aryon dall’Igna, *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola, 4.^a ed., 2002, p. 49.

¹⁹⁵ E. Ribeiro, “Macro-Jê”, in *op. cit.*, p. 667.

ao tempo do Brasil colonial e também a única de entre as línguas Macro-Jê extintas de que temos suficiente conhecimento gramatical, como reforça Ribeiro.

Em termos gerais, as línguas Macro-jê têm a particularidade de: deterem um sistema vocálico mais alargado, variando entre vogais orais e nasais, com possibilidade de contrastes tonais; usarem uma morfologia simples, evitando-se a flexão em verbos, nomes e categorias afins, com preferência para o recurso a auxiliares e partículas na marcação; usar o verbo no final da frase, a posposição em vez de preposições e de uma estrutura tipicamente marcada no genitivo, *possuidor-possuído* (de que é excepção o Kirirí); não recorrerem a adjetivos, sendo antes as suas funções exercidas por nomes ou verbos descritivos¹⁹⁶.

Saliente-se ainda que o Kirirí – onde se inclui o Kirirí-Kipéa – é uma língua predominantemente ergativa, à semelhança do Maxakalí e do Panará. É também no Kirirí que se observa a ergatividade¹⁹⁷ sintáctica – característica rara nos restantes grupos Macro-Jê, mas mais comum nas línguas do grupo Jê em situações concretas, como no uso de verbos nominalizados – onde “all grammatical criteria (verb inflection, relativization, switch-reference, Word order) point to the absolutive argument (S/O) as being the syntactic pivot (Larsen, 1984)”¹⁹⁸. Para Aryon Rodrigues, as línguas da família Kirirí terão experimentado uma mudança na organização sintáctica dos

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 668.

¹⁹⁷ Trata-se de um caso que existe em línguas como o basco e o esquimó. Consiste na caracterização do sujeito de uma acção transitiva, i.e., na expressão do agente do processo, não estando relacionado com o nominativo. É também conhecido como activo ou agencial (CARRETER, Fernando, *Diccionario de Terminus Filológicos*, Madrid, Gredos, 2ª ed. [aumentada], 1962, p. 167; DUBOIS, Jean et al., *Dicionário de Lingüística*, São Paulo, Cultrix, 1978, pp. 221-222; XAVIER, Maria F. et MATEUS, Maria Helena Mira [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. II, Lisboa, APL/ILTEC, 1992, p. 147). A língua portuguesa também possui construções ergativas, como sucede com os verbos inacusativos, tradicionalmente considerados intransitivos. Os verbos inacusativos ou ergativos têm a particularidade de exibirem um argumento em posição de sujeito (surgindo antes do verbo) que demonstra tanto propriedades de objecto directo como de sujeito – ex.: [As rosas]_{SU} já *floriram*. (MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 7ª ed., 2003, pp. 300-301). Um outro exemplo na gramática do português é a existência de clíticos com comportamento de afixo derivacional: os clíticos ergativos/anticausativos – ex.: O barco virou-se. (MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 7ª ed., 2003, pp. 841-842)

¹⁹⁸ E. Ribeiro, “Macro-Jê”, in *op. cit.*, p. 668.

constituintes, de uma ordem básica de SOV para SV, de Núcleo-Posposição para Preposição-Núcleo e de Possuidor-Possuído para Possuído-Possuidor¹⁹⁹.

11.2. Difusão e funcionamento do Tupi

Distribuindo-se pelas regiões costeiras da América do Sul, o Tupi-Guarani conhece nova expansão por intermédio da política linguística das antigas missões jesuítas, sobretudo no tocante ao Guarani Paraguaio, pela proximidade ao Brasil e Argentina²⁰⁰. Por observação das gramáticas produzidas por missionários de diversas ordens, podemos ter hoje o acesso a uma série de aspectos que nos ajudam na compreensão das características essenciais de cada língua descrita. Batista Caetano Nogueira, tendo-se empenhado no estudo das línguas indígenas, em particular sobre o modelo de gramática composto pelo jesuíta missionário P.^e Luís Vincencio Mamiani em 1699, defende que a língua geral de base tupi-guarani deveria, na verdade, ser nomeada como Abañeênga, “como a chamam os que a fallam”²⁰¹. A diferença no falar de Tupis e «tapuias» sobressaía por um contraste que evidenciava mais do que a variação simplesmente dialectal, como notara Gonçalves Dias²⁰². O *Catecismo Brasilico da Doutrina Christã*, obra do P.^e António de Araújo²⁰³, após os “Poemas Brasilicos do Padre Christovão Valente, Theologo da Companhia de JESUS: Emendados para os

¹⁹⁹ Aryon dall’Igna Rodrigues, “Flexão relacional no tronco linguístico macro-jê”, in *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 25, 2000, p. 228.

²⁰⁰ Antonio Tovar segue a classificação dialectal de Aryon Dall’Igna Rodrigues. TOVAR, *Catalogo de las Lenguas de America del Sur*, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1961, pp.84-117.

²⁰¹ MAMIANI, P.^e Luís Vincencio [1699], *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*, [notas introdutórias de Batista Caetano de Almeida Nogueira], Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2^a ed., 1877, p. IX.

²⁰² Após séculos de discussão em torno das línguas matrizes e da distinção efectiva de línguas entre si, é já no século XX que encontramos um maior consenso. *Revista do IHGB*, t. XXX, p. 45. Apud MAMIANI, P.^e Luís Vincencio [1699], *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*, [notas introdutórias de Batista Caetano de Almeida Nogueira], Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2^a ed., 1877, p. X.

²⁰³ ARAÚJO, P.^e António de, s.j., [1566-1630], *Catecismo Brasilico da Doutrina Christã*, 2^a reimpr., Lisboa, Off. Miguel Deslandes, MDCLXXXVI. BNRJ, Obras Raras, OR 467 [2]

mininos cantarem ao Santissimo nome de JESUS”, apresenta uma nota explicativa à nova edição com uma observação que merece a nossa atenção:

“Aos Religiosos da Companhia de JESUS do Estado do Brasil

Sae de novo a luz do Catecismo Brasilico, que já no anno de 1618. A vio a primeira vez. E sae com algũa variedade. Porque se trocãõ alguns vocábulos daquella idade, que já hoje estranha o commum idioma dos Brasis, em outros, que são hoje vulgares. A escriptura se emendou em orthographia mais proporcionada à locução Brasilica. No texto da Doutrina, & Dialogos he rara a alteração. ^{4v}[...]”

Embora não se trate de uma gramática, sentiu-se contudo a necessidade de proceder a alguns ajustes no tocante à ortografia e ao léxico, na medida em que se notara o desuso de algumas estruturas e se propunha novas opções de registo dos sons na forma escrita, com vista a uma maior aproximação entre grafemas e fonemas. Semelhantes ajustes dão conta ainda que, entre as edições de 1618 e 1684, uma revisão mais atenta notara como o léxico da língua geral sofrera alterações, um reflexo tanto de efectivas mutações na língua, como de uma actualização dos missionários face ao conhecimento que tinham do seu funcionamento gramatical, que advinha já desde a proposta de Anchieta, profusamente divulgada.

11.2.1. Fonemas inexistentes e seu impacto na aprendizagem de L2

A fim de determinarmos com maior objectividade as dificuldades das crianças indígenas no processo de escolarização e alfabetização em português, importa considerar a especificidade da sua língua materna assim como das etapas necessárias até se chegar a uma proficiência na língua-alvo. Em termos contrastivos, além de procurarmos contextualizar e atestar o uso de português pelos indígenas nordestinos, iremos em seguida dar conta dos processos internos envolvidos, contemplado alguns conceitos inerentes à linguística contrastiva, modelos de análise de erros e interlíngua na aquisição de uma língua segunda.

Os mestres de primeiras letras não se encontravam ainda sensibilizados para tais questões, e tão pouco entenderiam a natureza dos processos envolvidos na aprendizagem de uma língua não materna. Razões pelas quais o ensino de primeiras

letras junto de comunidades ameríndias, durante séculos, usou de técnicas pedagógicas idênticas às da alfabetização de falantes nativos de língua portuguesa. Mas não foram só os missionários gramáticos que contactaram e notaram a dificuldade articulatória dos índios. Cronistas da época, como Gândavo, frei Manoel Calado e Simão de Vasconcelos, argumentavam a ausência de três sons na língua dos indígenas da costa do Brasil. Referira este último, à semelhança dos restantes:

“«Vivem ao som da natureza, nem seguem fê, nem lei, nem Rei (freio comum de todo o homem racional). E em sinal desta singularidade lhes negou também o Autor da natureza as letras F, L, R [...]»”²⁰⁴

Neste discurso, reproduzido por diversos autores de então, evidencia-se o choque civilizacional, tomando semelhante dificuldade de pronúncia como prova indelével de um estigma que o próprio Criador lhes imputara, usando a língua como argumento da sua clara inferioridade e necessária submissão à cultura europeia. Mas há um autor que parece ir além do estereótipo, fornecendo-nos exemplos concretos do impacto da ausência dos sons aquando da aprendizagem do português: frei Vicente do Salvador.

“«Mas nem uma palavra pronunciam com F, L ou R, não só das suas, mas nem ainda das nossas, porque se querem dizer Francisco dizem Pancicu, e se querem dizer Luís dizem Duí; [...]»”²⁰⁵

Pelas suas palavras, deduzimos a dificuldade de os ameríndios articularem a fricativa labiodental - [f] – a vibrante alveolar – [r] – a aproximante lateral alveolar – [l] e a fricativa pós-alveolar – [ʃ]. Perante a dificuldade de realização sonora nestas regiões do aparelho fonador, por requerer determinados movimentos muito precisos dos órgãos em causa, a opção parecia passar, a crer na observação do autor, por oclusivas próximas ao ponto de articulação original – [p] e [d].

Se procedermos a uma breve análise acerca das propriedades segmentais em Tupi, observamos ainda que se formam ditongos com a vogal que se segue – ditongo

²⁰⁴ AZZI, Rioldo, *A cristandade colonial: um projeto autoritário*, vol. 1, São Paulo, Paulinas, 1987, pp. 125-126.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 126.

crescente – ou que antecede – ditongo decrescente. Existem ainda tritongos, encontrando-se a semivogal entre duas vogais. Nesta medida, observamos que existem duas e não três semivogais no Tupi, contrariamente ao exposto por Lemos Barbosa. Não é pelo facto de estarem no início, no meio ou no fim de sílaba e/ou de palavra que signifique tratar-se, em todos os casos, de diferentes fonemas. Quando formam ditongo com vogais nasais, as semivogais também são nasaladas.

Já ao nível das consoantes, em situação de início de palavra, [d] é sempre precedido por <n>. Estamos em crer que este som poderia não corresponder inteiramente a [n], o mesmo sucedendo com <m> em início de sílaba. Antes de [g] pressupõe-se igualmente <n>. Quanto aos sons [m] e [n], nasalizam as vogais vizinhas, embora nunca deixem de ser articulados integralmente. Com efeito, um dos fenómenos fonéticos registados em Tupi antigo era precisamente o da conversão das oclusivas surdas em sonoras quando precedidas por vogal nasal, convertendo-se [p], [t] e [k] em [mb], [nd] e [ng]²⁰⁶.

A propósito das principais características ortográficas e fonéticas deste idioma (cf. Anexo 38), o P.^e Araújo referira que a língua geral Tupi possuía uma escrita que recorria a grafemas do Português, reproduzindo sons que tinham uma determinada leitura que a distinguiam de outro idioma europeu. Dá o autor preciosas indicações para se perceber, através de determinados sinais gráficos utilizados, como é o caso do trema [ex. *ã*], qual o valor das vogais. Relativamente ao sistema vocálico, quando o autor alude a vogais «líquidas», na verdade refere-se a semivogais; <i> representa sempre a semivogal [j], e nunca a vogal [i]. No plano das consoantes, Araújo faz notar: a ausência de sibilantes; a existência do som [ɲ]; os valores dos grafemas <c> e <ç> diante das vogais correspondem, respectivamente, à consoante surda [k] e à sonora [s], tal como em Português; a inexistência do som [R], apenas [r], seja no início ou no meio da palavra.

Divergia completamente o Tupi do Português, tanto na sua estrutura basilar, como na emissão dos seus fonemas. Plínio Ayrosa justifica este facto com: a realização

²⁰⁶ Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Morfologia do verbo Tupi”, in *Letras*, [Curitiba], n.º 1, 1953, pp. 122-123.

subtil de certas vogais em fim de palavra, a não existência de grupos consonânticos, com exceção de <mb>, <nd> e <ng>, inexistência dos sons [d] (que contrasta com o exemplo dado por Vicente do Salvador), [f], [l], [R], [z] e [ʎ], ocorrência da vogal [ĩ], ausência de palavras proparoxítonas – concorrendo, antes, uma maioria de palavras oxítonas – nasalização de vogais finais que por sua vez nasalizam as suas antecedentes mediais, existência de uma semivogal com som [dʒ], realização de consoante com som semelhante ao [ʃ] em inglês ou a [tʃ] (com [t] breve), pronúncia diferenciada de [b] (próximo ao [w] inglês) e facilidade de permuta entre as labiais [p], [b] e [m]²⁰⁷.

Após a identificação dos segmentos sonoros que implicaram a procura de outro som na língua geral, procuremos em seguida ter em conta a realização articulatória de uns e de outros.

[d] em vez de [l] (início de palavra ou sílaba)

Ambos alveolares, com a diferença de [d] ser oclusiva sonora e [l] aproximante lateral

[r] em vez de [ʎ] (final de sílaba ou de palavra)

Ambos alveolares, com a diferença de [r] ser vibrante e [ʎ] aproximante lateral²⁰⁸

[p] em vez de [f]

Oclusiva surda em vez de fricativa labiodental

Somos levados a crer que os indígenas enfrentaram alguma resistência articulatória, sobretudo em movimentos da língua com certas nuances distintas dos sons existentes no seu idioma materno. Tinham, em contrapartida:

- aspiração de <h>²⁰⁹.
- oclusiva glotal surda, [ʔ].
- fricativa bilabial sonora, [β].
- vários alofones: [b] e [β]; [mb] e [b]; [nd] e [d];
- [i]²¹⁰

Acreditamos que uma das marcas na aprendizagem do português fosse evidenciada pela pronúncia da consoante nasal [m] ou [n] em final de sílaba e/ou de

²⁰⁷ AYROSA, Plínio, *Estudos Tupinológicos*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967, pp. 15-16.

²⁰⁸ Se bem que, em fim de sílaba ou de palavra, o som é ligeiramente diferente.

²⁰⁹ Particularmente frequente não em Tupi, mas em Guarani, onde substitui o som [s] das palavras tupi.

²¹⁰ Lemos Barbosa não se refere a este aspecto. Som produzido com a língua em posição para [u] e os lábios estendidos como para [i].

palavra. Assim, a título de exemplo, na palavra *bem*, ao invés de [bãj] ou [běj], diriam [bãm] ou [bēm]. Uma vez que o mesmo ponto de articulação e idêntico comportamento das cordas vocais podem dificultar a percepção das duas realidades fonéticas, facto comprovado por Leda Bisol e Maria Degani Veit, a ocorrência de sons aparentados por traços acústicos ou pela proximidade do ponto de articulação justifica algumas opções do falante não nativo em situação de aquisição ou aprendizagem de uma nova língua.

11.2.2. Morfossintaxe do Tupi

As famílias linguísticas pertencentes ao tronco Tupi-Guarani têm a particularidade de possuírem como uma das suas características morfológicas a da flexão relacional, que consiste no recurso entre dois e quatro prefixos junto de nomes, verbos e posposições. A sua função é a de “indicar o *status* sintático destes em relação a seus determinantes ou dependentes”²¹¹.

Uma das características gerais das línguas indígenas sul-americanas é o da «polissíntese», que Jooken descreve pela complexidade do léxico, com a possibilidade de a uma palavra se poderem combinar diversos tipos de morfemas. Da afixação de partículas decorre a possibilidade de uma única palavra poder abarcar o sentido de uma oração – existe, portanto, uma função sintáctica na construção de palavras²¹². Com efeito, a palavra em Tupi pode apresentar-se como um aglomerado de dois ou mais elementos semânticos²¹³. Considere-se a categoria gramatical do nome, a qual não sofre alterações de número, género ou caso. Os sufixos que recebe são ao nível do tempo – como veremos mais adiante nas formas onomáticas -, da negação, aceita prefixos de referência pessoal e ainda partículas pospositivas²¹⁴. Nesta língua, como tal, não existem

²¹¹ Aryon dall’Igna Rodrigues, “Flexão relacional no tronco linguístico macro-jê”, in *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 25, 2000, p. 219.

²¹² Lieve Jooken, “Descriptions of american indian word forms in colonial missionary grammars”, in GRAY, Edward et FIERING, Norman [eds.], *The Language Encounter in the Americas (1492-1800)*, New York/Oxford, Berghahn Books, 2008, pp. 296-297.

²¹³ BARBOSA, A. Lemos, *Curso de Tupi Antigo*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956, p. 392.

²¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 42.

nem artigos definidos nem indefinidos. Acresce ainda que o género gramatical não surge marcado como em português. Na verdade, existem apenas alguns nomes que fazem a distinção entre homem e mulher, nomeadamente em termos de parentesco. Quanto aos nomes de animais, são uniformes, se bem que se possa marcar se é macho ou fêmea. Este aspecto terá certamente levantado muitas dúvidas por parte dos ameríndios na aprendizagem formal do português, pelo reconhecimento e devida aplicação das marcas de feminino e masculino nas suas mais diversas variantes. Em termos de adjectivação, não existe variação em grau e surge em posição pós-nominal.

Vejamos agora a formação do plural. Em Tupi antigo, também a categoria gramatical de número era desconhecida, sendo que, pelo contexto, se percebia a distinção entre singular e plural. Na língua geral, ou no tupi colonial, nas palavras de lemos Barbosa, acabar-se-ia por introduzir um elemento auxiliar de quantificação, *etá* ('muitos'), "para realçar a pluralidade": *pirá*, 'peixe', *pirá etá*, 'peixes'²¹⁵. Por outro lado, havia ainda a possibilidade de recorrer à reduplicação da palavra enquanto modalidade de plural. Lemos Barbosa destaca a existência de nomes colectivos, com particular destaque para *tyba* ('abundância, lugar em que há muito') e *eyîa* ('multidão, bando, cardume')²¹⁶. Nada refere, contudo, quanto ao sistema de numeração usado.

Anchieta alude um pouco distintamente quanto à posposição de elementos para dar a ideia de plural no capítulo IV dedicado aos nomes²¹⁷. É, contudo, na sua obra que encontramos dados relativamente à numeração usada pelos índios Tupi, tanto a cardinal, em primeiro lugar, como logo em seguida a ordinal:

“Os numerais não chegam mais, que ate numero de quatro, & estes cõummente se præpoem ao substantivo, ut.

1. Oiepê
2. Mocóy
3. Moçapîr
4. Oyoirudîc
- [...]

²¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 45.

²¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 155.

²¹⁷ ANCHIETA, P^o. José de, *Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*, [1594], Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933, pp. 8f-8v.

Estes addito, a, in fine ficão ordinaes, & tẽ seu caso atraz em todas as pessoas & numeros, como genitivo, possessivo, ut.
Xêmocoya secundus à me
Xemoçapíra tertius à me
Pero moçapíra tertius à Petro, vel tertius Petri
Ymoaçapíra tertius ab eo, vel ab eis
Abâ mocoya o segundo das pessoas, &c.
 Sic *mobîr*, quot *ymobíra*, quotus eorum.”²¹⁸

Ainda ao nível da numeração, era ainda possível, a partir do número quatro, optar-se pela reduplicação do lexema designador de quantidade²¹⁹.

Tratando-se, pois, de uma língua não flexional, a transição por via da aprendizagem escolar para um modelo de gramática flexional teria trazido enorme conjunto de dificuldades. Ponderemos, seguidamente, o que respeita à divisão silábica das palavras – isto é, “o agrupamento de sons cujas fronteiras podem variar em função da língua em avaliação”²²⁰. Em Tupi antigo, as palavras contêm uma ou mais sílabas e cada sílaba tem, necessariamente, de conter uma vogal. Apesar da existência de polissílabos, admite-se a hipótese de se compor de raízes monossilábicas²²¹. Noutras línguas, como no caso do Bororó, a sílaba não incorpora mais do que uma consoante (como seja o ataque ramificado) nem mais de duas vogais²²².

A língua portuguesa tem a possibilidade de constituir sílabas de uma a quatro letras, cujo núcleo é obrigatoriamente constituído por uma vogal (núcleo não ramificado), como no monossílabo <má>, com possibilidade de surgir acompanhada de uma semivogal (núcleo ramificado), como em <pai>²²³ ou em <nau>²²⁴. No início de

²¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 9v.

²¹⁹ Idêntico fenómeno se regista no crioulo macaense, de base portuguesa.

²²⁰ FREITAS, Maria João, *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*, [Tese Doutoramento em Linguística Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997, p. 85.

²²¹ BARBOSA, *op. cit.*, pp. 415-416.

²²² Há casos de línguas indígenas em que só ocorrem sílabas do tipo CV, noutras apenas V ou C, outras ainda admitem grupos vocálicos e /ou consonânticos. CÂMARA JR, J. Mattoso, *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*, Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1965, pp. 200-202.

²²³ Onde se forma um ditongo decrescente, culminando com a semivogal [j].

²²⁴ Igualmente com ditongo decrescente, encontrando-se a vogal acompanhada da semivogal [w].

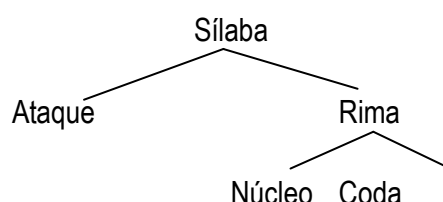
uma sílaba, em que uma consoante (ataques simples) precede o núcleo (ocupado por uma vogal ou ditongo), o sistema do Português Europeu admite a ocorrência dos seguintes segmentos consonânticos²²⁵:

Quadro 23 – Categorização de sons consonânticos em Português

CATEGORIA	SONS
Oclusivas	/p,b,t,d,k,g/
Nasais	/m,n,ɲ/
Fricativas	/f,v,s,z,ʃ,ʒ/
Líquidas	/l,ʎ,r,R/

De acordo com o modelo fonológico aplicável ao Português - o de “ataque-rima” - a sílaba é constituída por sons agrupados em constituintes silábicos organizados de acordo com a hierarquia que se passa a expor:

Quadro 24 - Constituição silábica em Português²²⁶



A preferência pelas oclusivas nas línguas naturais, sendo igualmente das mais frequentes no Tupi, é justificada por Jakobson por serem os primeiros segmentos a

²²⁵ Esquema de FREITAS, Maria João, *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*, [Tese Doutoramento em Linguística Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997, p. 119.

²²⁶ FREITAS, Maria João et SANTOS, Ana Lúcia, *Contar (Histórias de) Sílabas. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa, APP/ Colibri, 2001, pp. 22-23.

serem produzidos aquando da aquisição do sistema fonológico de uma língua natural, talvez por empreender menor esforço na sua articulação pelo seu aparelho fonador. De modo relativamente análogo, também a articulação das consoantes nasais se encontra disponível numa fase inicial de aquisição do português língua materna, emergindo nos primeiros enunciados que a criança consegue executar. Já as líquidas são dos últimos segmentos a emergirem na aquisição dos sistemas fonológicos das línguas naturais²²⁷. Não será, pois, de estranhar que em Tupi não fossem articulados. Em contexto de aprendizagem do português enquanto língua não materna são segmentos que, não raro, os indígenas substituiriam por oclusivas.

Quanto a sílabas com ataque ramificado, o sistema fonológico do Português Europeu²²⁸ contempla como mais frequentes:

Quadro 25 – Sílabas com ataque ramificado frequentes em Português

oclusi va	+	oclusiva + /r/	/pr, br, tr, dr, kr, gr/	braço, cravo
		oclusiva + //	/pl, bl, tl, kl, gl/	ciclone, plano
fricati va	+	fricativa + /r/	/fr, vr/	cofre,
		fricativa + //	/fl/	flutuar

oclusiva + fricativa	/ps, bs/	cápsula, absurdo
oclusiva + consoante nasal	/pn, gn, dm/	pneu, agnóstico, admirar
oclusiva + oclusiva	/kt, pt/	facto, captar
fricativa + oclusiva	/ft/	afta

O facto de se conferir particular destaque ao grupo consonântico [oclusiva+/r/] nas cartilhas e demais métodos de ensino de primeiras letras no período em análise

²²⁷ Que, inclusivamente, se observa na aquisição que uma criança faz dos sons. FREITAS, Maria João, *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*, [Tese Doutoramento em Linguística Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997, pp. 119, 125, 139.

²²⁸ Adaptado a partir de FREITAS, Maria João, *op. cit.*, p. 167.

responde, na verdade, à evidenciação da formação silábica complexa mais usual em português. Naturalmente que a aquisição e domínio de formações silábicas ramificadas – última estrutura a estabilizar²²⁹ - sucedem às não ramificadas, de estrutura mais simples e implicando menor destreza na realização sonora.

Por fim, a posição de fim de sílaba (coda) em posição interna da palavra e em posição final, podem ser ocupadas em português por uma consoante fricativa - <Vasco> e <casas> - ou por uma consoante líquida - <porta> e <mar>.

Dadas as características destas línguas em contacto, a promoção de um treino sistemático sobre padrões silábicos variados, com preponderância para as formações mais frequentes no Português seria, certamente, decisiva para uma aprendizagem da leitura e da escrita mais bem sucedida no contexto das escolas indígenas.

No que respeita à conjugação verbal, o Tupi admite a ocorrência de formas verbais remáticas²³⁰ - propriamente verbais - e onomáticas²³¹ - de natureza nominal, com expressão de agente, de circunstância, de objecto, de paciente, de agente habitual e de propensão²³². Acresce ainda que o facto de não contemplar a noção de tempo. Para o marcar, recorre-se ao modo a fim de se exprimir o contraste entre a realização do processo verbal com outros modos²³³.

²²⁹ FREITAS, op. cit., p. 217.

²³⁰ Cujas formas são de Indicativo (com simples expressão da realização do processo verbal), Permissivo (para dar conta de autorização, pedido de licença, ordem e exortação), Imperativo (a fim de exprimir ordem ou pedido) e Gerúndio. Este último, acrescenta Rodrigues, contempla três modalidades semânticas, a saber: “a) gerúndio final, para exprimir um processo (gerúndio) que representa a finalidade ou propósito de outro processo (verbo principal) [...]; b) gerúndio contemporâneo, que exprime que um processo (gerúndio) é realizado simultaneamente com outro processo (verbo principal) [...]; c) gerúndio aditivo, que exprime um processo (gerúndio) que é realizado pelo mesmo sujeito que já realizou outro processo (mas sem simultaneidade)”. Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Análise morfológica de um texto tupi”, in *Revista Logos*, ano VII, n.º 15, 1952, p. 67. Cf. Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Morfologia do verbo Tupi”, in *Letras*, [Curitiba], n.º 1, 1953, p. 126.

²³¹ As formas onomáticas consistem num outro tipo de Indicativo (associada ao processo verbal quando subordinada a uma circunstância expressa) e no que Rodrigues aponta como Subjuntivo (no sentido da expressão de um processo que é causa ou condição de outro processo).

²³² Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Morfologia do verbo Tupi”, in *Letras*, [Curitiba], n.º 1, 1953, p. 126.

²³³ Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Análise morfológica de um texto tupi”, in *Revista Logos*, ano VII, n.º 15, 1952, p. 67.

11.3. Da variedade dos fenómenos: pidgin, crioulo, língua franca e língua geral

Dada a natureza multilingue da sociedade brasileira durante os primeiros séculos da colonização, é natural que se tenha efectuado uma convergência pelo menos entre o português e as línguas gerais de base tupi, sem esquecer a aproximação à línguas africanas dos escravos ali aportados. Confrontados com as proporções que tomava a sociedade brasileira na sua diversidade linguística, étnica e cultural, o recurso a intermediários na comunicação deixara de ser viável. Perante este quadro babilónico, que parecia agigantar-se à medida que a exploração dos sertões proporcionava novos contactos, tornava-se urgente a prevalência de uma língua dominante. Contactos mais persistentes e permanentes com as comunidades ameríndias acabariam, inclusivamente, por ajudar a uma percepção mais objectiva de alguns idiomas, pressentindo-se semelhanças e diferenças dialectais e até variações mais profundas entre línguas de uma mesma família linguística. Assim, a difusão de uma língua geral acabou por ser, concordamos com Gifre, uma estratégia intermédia entre a evangelização no idioma ibérico – dado ter sido extensível à experiência de colonização de ambas as Coroas na América - e a predicação nas múltiplas línguas indígenas.

“En un mundo lingüísticamente tan diferenciado en zonas, los misioneros hallaron en las «lenguas generales» una lengua auxiliar. A és de un autor se le ocurrió establecer el paralelismo entre una de las lenguas generales con la lengua latina: su uso era prvechoso, «corre por todas partes».”²³⁴

Apesar de tudo, nem mesmo os missionários ambicionavam o estudo e uso da totalidade dos idiomas nativos, cingindo-se a um número particularmente restrito, uma escolha fundada em critérios de ordem política, demográfica, estratégica (no domínio do território, estabelecimento de alianças, alcance de grupos aparentados embora dispersos, entre outros), económica e religiosa. O fenómeno da criação das línguas gerais estava longe de surgir ao acaso, resultando, precisamente, da conversão desse reduzido número de idiomas indígenas²³⁵ e surgindo como solução possível entre o ideal eclesiástico de

²³⁴ GIFRE, Emma, *La Comunicación entre Españoles e Indios: palabras y gestos*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 172.

²³⁵ GIFRE, Ema, *op. cit.*, p. 173.

predicar os índios na sua línguas maternas e a pressão estatal de imposição do português nestas sociedades. Logo aquando dos primeiros contactos dos exploradores portugueses, notara-se certa familiaridade entre os dialectos usados pelos índios da costa, mais tarde reconhecidos como dialectos pouco diferenciados de Tupi-Guarani, de cujas estruturas se feio a formar a língua geral²³⁶. Pressupõe, simultaneamente, a afirmação de uma língua sobre as outras pela superioridade numérica dos seus falantes, facilidade na apreensão, domínio e uso efectivo das suas estruturas, com reconhecimento, aos olhos do colonizador, do seu potencial estratégico de comunicação e, consequentemente, da sua preponderância no quadro das actividades empreendidas com os ameríndios²³⁷.

No período em análise, reconhece-se a existência de três línguas gerais na América portuguesa: a língua geral paulista, derivada da variante falada em São Vicente e em São Paulo, a língua geral Amazónica – também denominada «Nheengatu», decorrente do idioma falado pelos Tupinambá – e a que derivava do Tupi-Guarani, também conhecida como «Língua Brasília», falada em Pernambuco e no Maranhão²³⁸. O seu uso não se restringia às populações indígenas em contacto com os portugueses mas a toda a população, facto justificado e reforçado pelo fenómeno da mestiçagem, no entre-cruzamento de etnias. A identificação de índios de língua geral levanta, contudo, algumas controvérsias. Aryon Rodrigues observa que, no Norte do Brasil, semelhante locução servia para designar índios falantes de línguas aparentadas com o tupi, rejeitando ser um tipo de crioulo ou pidgin, uma língua criada e imposta pelos jesuítas ou o idioma propriamente dito falado por índios Tupi e Tupinambá²³⁹.

²³⁶ Antonio Tovar, “Tapuias, Tupis e Incas: paralelos no Velho Mundo”, in *Revista Cultura Vozes*, ano 67, vol. LXVII, n.º 5, Jun./Jul. 1973, p. 46.

²³⁷ Adianta Tovar: “Lengua general es aquella reconocida en calidad de tal por los conquistadores, pero aceptando un hecho anterior a la conquista misma.” Antonio Tovar, “Español, lenguas generales, lenguas tribales en América del Sur”, in *op.cit.*, p. 518.

²³⁸ FREIRE, José Ribamar Bessa, *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*, [tese de doutoramento em Literatura Comparada], Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, p. 51.

²³⁹ Aryon Dall’Igna Rodrigues, “As línguas gerais sul-americanas”, in *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 4(2), 1996, p. 6.

Se a língua geral paulista conheceu grande difusão por intermédio das expedições bandeirantes e mineiras por outras áreas geográficas a partir do século XVII, o «Nheengatu», de modo relativamente análogo e associado a uma população mestiça, acompanhou a expansão portuguesa apenas na Amazónia ao longo daquela mesma centúria²⁴⁰. Noutros espaços, a língua geral ficou restrita às comunidades locais: a sul, nas cercanias das reduções jesuítas paraguaias, o uso do Guaraní generalizou-se entre os mestiços, espanhóis e índios de outras nações, sendo por isso reconhecido como «guaraní crioulo».

Em todo o caso, as línguas gerais brasileiras têm em comum o facto de se terem originado a partir de situações de contacto linguístico, com a particularidade de funcionarem como “meio de comunicação interétnica”, amplamente difundida pelos missionários e chegando a firmar-se como «línguas supraétnicas», nomeadamente no contexto das aldeias missionadas, em que o idioma geral é difundido por intermédio da catequese e usado de forma espontânea nas práticas sociais²⁴¹.

Distinguem-se de fenómenos de criouliização ou pidgin pela manutenção de um bilinguismo parcial, com uma maioria de monolíngues em língua indígena em cada família (seriam os homens, observa Rodrigues, que, por via da sua escolarização em língua portuguesa acederia a essa condição). Além de não ter ocorrido mudança linguística ou «language shift», as línguas gerais foram preponderantes no estabelecimento de relações económicas, militares e outras, tendo o seu uso se alargado e conquistado novos falantes, salvo nas áreas em que se fixaram vagas sucessivas de imigrantes europeus. De resto, como salienta Bessa Freire, mesmo fora do espaço da missão, os índios poderiam permanecer em ambiente de imersão em língua geral junto dos proprietários locais²⁴². Não obstante, as autoridades civis e eclesiásticas viviam o

²⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 9-10.

²⁴¹ Partimos da teoria de Bessa Freire acerca da língua geral amazónica, acreditando existir traços comuns face ao uso das demais línguas gerais no Brasil colonial, ainda que o arco temporal possa variar, pois o Nheengatu ali prevaleceu e conheceu notável expansão, a ponto de ainda se constituir como língua maioritária no início do século XIX – contrariamente às disposições oficiais que proibiam o seu uso. FREIRE, José Ribamar Bessa, *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*, [tese de doutoramento em Literatura Comparada], Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, pp. 16, 52-53.

²⁴² FREIRE, José Ribamar Bessa, *op. cit.*, p. 55.

dilema de instituir a língua geral como verdadeira língua oficial - uma escolha estratégica justificada tanto pela urgência da catequização e administração dos índios, como pelo estabelecimento de relações de trabalho dos próprios colonos – ou de impor o ensino do português no contexto das missões²⁴³.

Apesar de todas as restrições, é evidente a presença de étimos Tupi no português do Brasil, advenientes da necessidade de denominar espécies, objectos e costumes desconhecidos aos olhos dos europeus, bem como toponímia local. De forma análoga, Gifre defende, inclusivamente, que se registou uma indigenização do espanhol, com sobreposição de uma mestiçagem verbal à mestiçagem humana, na medida em que se regista uma apropriação dos vocábulos indígenas pelos colonos, crioulos e não crioulos, mestiços e não mestiços²⁴⁴.

Ter-se-ia processado uma convergência fonológica, na medida em que se registou uma adaptação do sistema fonológico do português e do da língua geral? Em que moldes se poderá definir essa convergência? Será defensável a sua existência a este nível? Registou-se, sem dúvida, um interfluxo linguístico entre o português e as línguas indígenas, com particular destaque para o Tupi. Se, por um lado, a língua geral recebeu algum léxico português, assim como uma leitura do seu funcionamento através dos conceitos conhecidos no plano da gramática das línguas europeias de então, a língua portuguesa aprendida e usada pelos ameríndios incorporou léxico de origem Tupi e assentou numa sonoridade própria com algumas adaptações.

Reconhece-se actualmente que o influxo inter-idiomático pode ocorrer de diversos modos: através de um empréstimo lexical total, na medida em que se

²⁴³ Na Amazónia, a expansão da Língua Geral ter-se-á ficado a dever a uma política de língua diferenciada, dado o estímulo conferido: “A política de Portugal, até o final da década de 1720, foi de franco incentivo à expansão da Língua Geral, pelo que isto representava em termos de rentabilidade da colónia. Em vários momentos, o rei de Portugal repreendeu duramente os carmelitas, os mercedários e os franciscanos da Amazônia, cujos missionários não eram tão fluentes na *Língua Geral* quanto os jesuítas (Sweet 1974: 106). Através da Carta Régia de 30 de novembro de 1689, Portugal reconheceu a LGA como língua oficial do estado do Maranhão e Grão-Pará, determinando que os missionários deviam ensiná-la não apenas aos índios, mas também aos próprios filhos dos portugueses concentrados nos embriões de núcleos urbanos que se formavam na região (Kiemen 1954: 170).” FREIRE, José Ribamar Bessa, *Da língua geral ao português*, p. 55.

²⁴⁴ GIFRE, Ema, *op. cit.*, p. 88.

preservam forma e sentido da palavra na língua de origem ao ser adoptada pela língua receptora; por um empréstimo morfossintáctico, como é o caso da adopção, em diversas línguas americanas, nomeadamente no guarani, de elementos gramaticais (como o artigo definido); através do decalque, em que se adopta um elemento do conteúdo (ou sentido), da forma (ou estrutura formativa), da estrutura gramatical ou até um decalque morfológico (em que o morfema de uma palavra da língua de origem substitui outro na língua receptora numa palavra que coincide parcial ou totalmente em termos gráficos)²⁴⁵. Tais questões são particularmente relevantes ao nível das características das línguas indígenas no seu estado pré-europeu e da transformação operada na formação das línguas gerais.

No caso da formação das línguas gerais sul-americanas, parece evidente a aproximação das estruturas originais dos idiomas indígenas em relação à língua d colonizador, um processo operado de forma idêntica na América portuguesa, assim como na espanhola. Em termos concretos, assinalou-se uma simplificação de estruturas, mudança da ordem básica dos constituintes na frase (de SOV para SVO), redução e até apagamento de formas exclusivas das línguas indígenas, adopção de conjunções e numerais, além de decalques lexicais e fraseológicos²⁴⁶.

Se, na generalidade das descrições feitas nos primeiros relatos do Brasil, se atribui pouco valor e atenção à diversidade linguística e cultural dos ameríndios, encontramos em Domingos do Couto uma preciosa alusão tanto à “língua brasílica” como à que, especificamente, se falava em Pernambuco. Começa por se referir à existência de seis línguas, que seriam as principais, a seu ver, de entre as muitas faladas.

²⁴⁵ José Joaquín Montes G., “El español de Colombia y las lenguas indígenas”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, pp. 29-30.

²⁴⁶ Aryon Dall’Igna Rodrigues, “As línguas gerais sul-americanas”, in *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 4(2), 1996, pp. 12-13. Várias formas que eram exclusivas das línguas indígenas são, de algum modo, transformadas dando origem às línguas gerais. Trata-se do recurso ao sufixo nominalizador, a partículas evidenciais, à marcação de posse reflexiva e não-reflexiva, à variedade de distinção no sistema de referência com défticos, à multiplicidade de casos morfológicos, aos prefixos pessoais reflexivos do gerúndio em verbos intransitivos, á forma verbal circunstancial, à adjectivação por composição e á colocação do objecto em posição pré-verbal, à circunscrição dos numerais cardinais até quatro, só para falar de algumas características.

Destaca, de entre elas e sem identificar as restantes, a língua geral de base Tupi, falada por diversas etnias desta família linguística:

“Tão empenhados se mostrarão os antigos Escritores em persuadir ao mundo a torpe ignorancia, e incomparavel barbaridade dos Indios do Brazil, que não satisfeitos com o que inculcarão de seos costumes, até na sua lingoa puzerão taxa. Seis são as primeiras lingoes que fallão os Indios do Brazil, e entre estas seis especies, ha huã geral, e comua que fallão os Toboyaras, Tupes, Tupinambas, Tupinaquis, Tupigoães, Tumiminos, Amoigpyras, Aróbayáras, Rariguoáras, Potigoares, Tamoyos, Carijós, e outras muitas nações, ainda que em algũas se achem corrupções da lingoa geral, como os Dialectos ou lingoadens particulares das provincias, que são corrupções da lingoa [...]. Esta lingoa fallão com mais ou menos differença os Indios de Pernambuco, pelas mais partes do Brazil fallão outras muitas, e excedem todas a cento, e sincoenta lingoadens diferentes.”²⁴⁷

De sublinhar que entre os índios que falariam este idioma – os tais “Índios de lingua geral” - em Pernambuco não existiria grande variação linguística. Seria, portanto, possível que, em certas regiões, e, claramente, dependendo da língua materna, pudesse existir alguma variação em termos lexicais e fonológicos. Mesmo sendo todos estes índios falantes de língua geral, poderiam fazer ainda uso de certos elementos linguísticos específicos de determinada língua de família Tupi. Apesar de tudo, não seria suficiente para que constituísse como obstáculo à comunicação. Na caracterização da língua geral, observa ainda:

“Quatro cousas se conciderão nas linguas. Energia nas voses, duçura nos assentos, riqueza nas frases, e abundancia nas palavras, que corresponda a abundancia das ideas; e verdadeiramente admira a delicadeza, copia, energia, e facilidade desta lingoa. No seu alphabeto não admittem as letras F. L. nem o R dobrado, e o que é primor da lingoa, conciderão defeito da nação, e da mesma lingoa.”²⁴⁸

Na defesa desta “lingoa Brasilica dotada de hũa grande brandura”, diz mesmo que “os nossos Indios excluirão quanto poderão da sua lingoa todas aquellas letras que podião fazer soar aspera a sua pronuncia”²⁴⁹. No final desta apologia da língua geral dos índios tupi, defende, afinal, que é tão boa como qualquer outra língua, não havendo razão para que se lhe aponte defeito. Não esquece, ainda assim, os restantes,

²⁴⁷ COUTO, D. Domingos do Loreto, O.S.B., *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, [1757], Rio de Janeiro, Typ. da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 48.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*.

²⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 49.

considerando injurioso o termo «tapuia», cuja carga pejorativa era bastante evidente. Nesta sua obra, dedicada a D. José I, evidencia a atenção dos monarcas lusos face à protecção dos índios, não desmerecendo igualmente os serviços que praticavam em prol do rei e a qualidade do seu tratamento em sociedade. A este nível, atenda-se ao Alvará régio de 4 de Abril de 1755, lei pouco anterior à publicação desta obra, na qual D. José declarava, pela utilidade do povoamento dos domínios da América, livre de qualquer tipo de infâmia o casamento entre brancos e indígenas, salvaguardando a dignidade e honra dos seus descendentes, ao ponto de proibir que se lhes chamasse caboclos ou outro nome equivalente²⁵⁰.

Durante muito tempo, as denominações usadas por grupos de base Tupi influenciaram de forma determinante os próprios estudos históricos, ao se considerar que os «tapuias» eram, de facto, uma etnia indígena, quando, na verdade, se tratava apenas de uma designação de algo que é diferente, adverso ou contrário. Ainda no referente às denominações de certas tribos, muitas advêm de determinados actos que os tornavam singulares – como comedores de camarões, cavaleiros, entre outros – e das regiões que habitavam ou de onde eram provenientes.

Se na bacia hidrográfica amazónica imperavam as famílias linguísticas Arawak, Tucano, Macu e Tupi, já no Nordeste brasileiro dominavam o Tupi (língua geral), o Kiriri, Kayapó, e respectivas variantes ou dialectos. No caso da Bahia registava-se ainda o uso sobretudo das línguas Botocudo, Pataxó e Acroá. Quer isto dizer que, neste extenso território, encontramos idiomas tanto do tronco Macro-Tupi como do tronco Macro-Jê.

No quadro social da América portuguesa, inclusivamente ao nível do recurso às línguas gerais,

“É relevante discutir o bilingüismo, entendido não só como práticas individuais de cada falante em duas línguas, mas o bilingüismo social ou bilingualidade, como preferem alguns autores, caracterizado pelo fato da sociedade funcionar com mais de uma língua, ainda que nem todos os indivíduos que a compõem sejam necessariamente bilingües (Heye 1999:8).”²⁵¹

²⁵⁰ Idem, *ibidem*, pp. 54-55.

²⁵¹ FREIRE, José Ribamar Bessa, *op. cit.*, p. 57.

Zélio Jota define o crioulo como “idioma rudimentar, misto de uma língua de civilização e uma indígena. Não raro, idioma de emergência, para fins apenas comerciais, um idioma crioulo se restringe ao essencialmente necessário para essa comunicação entre negociantes e fregueses.” Legitima ainda o recurso à denominação *dialecto crioulo* no caso de existir uma “deturpação de uma língua de civilização, quando falado por povo aloglota²⁵² de situação social e cultura inferiores, donde haver um português crioulo em Diu, Damão, Ceilão, Macau, Java, Cingapura etc”²⁵³. Conceitos como «superioridade de uma língua», «língua de civilização» e «língua indígena» assumem, aqui, um sentido ideologicamente marcado, perspectiva igualmente limitada pelo uso que lhe é atribuído.

Já com Gian Luigi Beccaria, envereda-se por uma leitura mais pormenorizada do fenómeno. Se é certo que nasce do pidgin, surgido pelo contacto proporcionado entre diferentes povos, nomeadamente enquanto língua franca em termos de relações comerciais, o processo de crioulização desse falar vem trazer às formas mais simplificadas uma maior riqueza vocabular e sintáctica. Esse mesmo processo surge a partir do momento que, passando a fazer parte das línguas naturais, “deve esprimere l’universo dell’esperienza umana”²⁵⁴, entrando já na esfera familiar. Existe uma atenção particular na sua abordagem tanto em termos da sociolinguística, como da psicolinguística, neste último caso pela análise comparativa entre pidgin e crioulo, nomeadamente pela observação de um pressuposto carácter ontogenético de um estágio inicial ou «primitivo» da linguagem no primeiro caso. Interessa-nos, em particular, este último aspecto, dada a simplicidade aparente da gramática das línguas ameríndias da família Tupi.

²⁵² Quando um povo muda de língua, em consequência do domínio de outra sobre a sua, no dizer de Zélio Jota. A esta visão marcada mais pelas vivências de uma história colonial, contrapõe-se o conceito mais abrangente do *Dizionario di Linguistica*, com direcção de Gian Luigi Beccaria. Aqui, é tido como aloglota uma comunidade alargada que fala uma outra língua da que, oficialmente, se lhe atribui.

²⁵³ JOTA, Zélio, *Dicionário de Lingüística*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Presença, 1981, pp. 93-94.

²⁵⁴ “Creolo” in BECCARIA, Gian Luigi [dir.], *Dizionario di Linguistica e di Filologia, Metrica, Retorica*, Torino, Einaudi, 1999, p. 188.

A leitura feita por Xavier e Mira Mateus é substancialmente mais simples, além de se introduzir outros conceitos. Encaram as autoras o crioulo como “língua formada pela expansão e complexificação de um pidgin e que se torna a primeira língua de uma comunidade”²⁵⁵. Distinguem crioulo endógeno de crioulo exógeno, aplicando-se o primeiro a uma situação de contacto entre populações autóctones e um grupo imigrado, ao passo que no segundo caso o crioulo é formado a partir do contacto entre populações emigradas.

Reflectindo sobre o Brasil, sabemos que, nos primeiros contactos encetados entre portugueses e ameríndios, após a comunicação rudimentar por meio de gestos, se procurou recorrer a intérpretes – os *lingua*, assim designados por saberem falar a língua da terra. No entanto, não descartamos a hipótese de se ter formado uma mistura entre as línguas em contacto. À semelhança do que se verificou entre os portugueses e os ameríndios que moravam na costa, os quais, à data da chegada dos primeiros europeus, eram maioritariamente falantes de línguas da família Tupi, cujas tribos se encontravam na posse do litoral brasileiro, há também notícia de existirem língua de outras partes da Europa. Ainda no século XVI, aquando da ocupação francesa no Norte, havia um castelhano de lábios furados que, vivendo entre os índios, era língua dos franceses²⁵⁶ - um recurso estratégico na política de resgates, conhecimento do território e extracção de pau-brasil naquelas partes.

Sentindo-se a necessidade de comunicar com as populações autóctones, desde cedo se percebeu que o recurso aos *lingua* constituía uma limitação – havia, pois, que investir no conhecimento da língua «brasílica». Ter-se-á formado um pidgin? Se se formou, não persistiu por muito tempo. Com o progressivo conhecimento que se formava das línguas da terra, bem como pela miscigenação operada entre índios e brancos, o debate que perdurou foi entre as línguas gerais e a desejada supremacia do português sobre estas.

²⁵⁵ Baseado em ROMAINE, T., *Pidgin And Creole Languages*, New York, Longman, 1988. XAVIER, Maria et MATEUS, Maria Helena Mira, [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, Cosmos, 1990, p. 111.

²⁵⁶ LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários [...]*, p. 40.

Quando falamos de línguas em contacto²⁵⁷, pondera-se sobre a eventualidade de estar envolvido um grau de bilinguismo, seja em termos da fala de uma comunidade, ou em alguns indivíduos. Acarreta ainda uma influência que se pode manifestar em termos fonéticos, sintácticos, semânticos, e até ao nível das formas de tratamento²⁵⁸. Efectivamente, observa-se que, tratando-se de línguas com padrões reciprocamente ininteligíveis, quanto mais distintos e complexos, maior a dificuldade da sua aquisição, implicando a adopção de estratégias de acomodação variadas²⁵⁹. Um dos aspectos que mereceu a atenção de Bernd Heine e Tania Kuteva reside precisamente na análise das línguas amazónicas em contacto²⁶⁰. Não deixa de ser interessante inflectir sobre a natureza das relações entre etnias em regiões de fronteira.

Também a proximidade de falantes de língua geral em relação aos portugueses favoreceu a apropriação de léxico nos dois sentidos, facto patente nos vocabulários, dicionários e catecismos em língua geral tupi. A adopção de termos portugueses parecerá, num primeiro momento, tratar-se de uma estratégia consciente de introdução forçada de vocábulos cujo referente ou seria desconhecido ou substancialmente distinto nas culturas ameríndias. Produções redigidas em Tupi pelos ameríndios²⁶¹ revelarão, contudo, a receptividade deste idioma à inclusão de estrangeirismos. É o caso das famosas cartas Tupi, trocadas entre D. António Filipe Camarão, D. Diogo Pinheiro Camarão, Diogo da Costa e Pedro Poti, Pedro Paraupaba, entre outros índios do Rio

²⁵⁷ Nesta linha a sociolinguística tem desenvolvido interessantes trabalhos ao aprofundar a questão das línguas em contacto, não esquecendo igualmente o âmbito da linguística história e da linguística comparada. Um dos mais destacados centros, o LALI - Laboratório de Línguas Indígenas a Universidade de Brasília, tem contribuído com variadíssimos estudos no concernente à linguística ameríndia, contando com a orientação do especialista Aryon Dall'Igna Rodrigues.

²⁵⁸ Cf. SWANN, Joan et al., *op. cit.*, pp. 167-168 ; RICHARDS, Jack et al., *op. cit.*, p.200.

²⁵⁹ Isabel Hub Faria, “Contacto, variação e mudança linguística”, in MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 7ª ed., 2003, p. 36.

²⁶⁰ HEINE, Bernd et KUTEVA, Tania, *Language Contact and Grammatical Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

²⁶¹ Teodoro Sampaio, confrontado com o carácter quase indecifrável de algumas estruturas, advoga não se tratar de língua geral tupi, nem, tão pouco, terem sido redigidas pelo punho destes índios. Sugere que foram escritas por alguém que não dominava a língua geral, tendo mutilado algumas palavras e oscilado na sua ortografia. Teodoro Sampaio, “Cartas tupis dos Camarões”, in *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. XII, nº. 68, 1906, p. 282.

Grande do Norte e da Paraíba, correspondendo-se os primeiros com estes seus familiares e conhecidos, aliados dos holandeses²⁶². Nesta correspondência preservam-se títulos, antropónimos e formas de tratamento, como “Ao Senhor Capitão”, “Snr. Capitão mor”, “Sargento-mor”, “D. Diogo da Costa”, “soldados”. De assinalar ainda a adopção de meses do ano e do sistema de numeração árabe, conforme se observa na data apresentada: “Outubro 1645 annos”. Reconhece-se igualmente no texto a inclusão de palavras que são ajustadas à morfossintaxe do Tupi, como em “christamramo”/”christam”/”christam-ram”/”christamguê” (“cristão(s)”).

O influxo operou-se, efectivamente, nos dois sentidos, pois a língua dita dominante – língua oficial do Império - não deixou de receber influências, adoptando uma série de vocábulos, sobretudo ao nível da fauna e da flora, além da evidente manutenção de termos de etimologia indígena na toponímia. De um e do outro lado, as influências a nível lexical visaram responder, em termos genéricos, à necessidade de nomear elementos estranhos à cultura de origem dos indivíduos, a realidades desconhecidas nas diferentes latitudes.

No debate em torno do uso das línguas gerais, questionamo-nos sobre a sua equivalência a autênticas línguas francas. Xavier e Mateus definem estas últimas como “língua de que se servem os falantes de uma comunidade multilingue para poderem falar entre si”²⁶³. No contexto brasileiro colonial, apesar de ser manifesta a diversidade linguística entre os autóctones, poderia não ser extensível a todo o território. Há indícios de a língua geral ser amplamente usada na região paulista, um uso de que se haviam apropriado bandeirantes, alguns por serem mestiços, outros em benefício da sua actividade de constante contacto com índios pelos sertões afora, de norte a sul, os quais incorporavam, estrategicamente, as suas milícias.

²⁶² Uma correspondência redigida em 1645 e encetada entre índios de nação Potiguar, período marcado pelo avanço bem sucedido dos aliados dos portugueses no combate aos invasores do Nordeste. Estes registos foram encontrados no Arquivo da Companhia das Índias Orientais de Haya em 1885 por José Hygino Duarte Pereira. Algumas cartas foram transcritas e analisadas por si, bem como por Teodoro Sampaio, “Cartas tupis dos Camarões”, in *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. XII, nº. 68, 1906, pp. 201-305.

²⁶³ XAVIER et MATEUS, *op. cit.*, p. 230.

Sabemos da existência de várias línguas gerais no Brasil, dependendo a sua variação do âmbito geográfico. Acreditamos que pudesse existir alguma variação linguística, muito embora, genericamente, lhes seja atribuída uma base comum: a língua Tupi. Sabendo porém, que se favoreceu o contacto dos colonos e missionários com etnias da família Jê – de tronco linguístico distinto face ao Tupi – por que motivo não surgiram línguas gerais de base jê? O conhecimento de línguas desta família não fora, inclusivamente desconsiderado, existindo diversas obras em Kiriri. No entanto, como salientara Anchieta, a opção pelo Tupi fizera-se por ser de mais fácil aprendizagem para os portugueses²⁶⁴. Facto não menos relevante é o de as comunidades Jê terem procurado refúgio no sertão, tanto por pressão dos Tupi, que no século XVI já dominavam o litoral, como pelo avanço dos fazendeiros, curraleiros e caçadores de minério no século XVII.

Sabemos ainda, por outro lado, que o conhecimento que temos do Tupi Antigo foi-nos legado pelos instrumentos normatizadores construídos por europeus, entre outras obras. Assim, dicionários, gramáticas ou artes, vocabulários, catecismos, poemas e peças de teatro quinhentistas, seiscentistas e algumas setecentistas proporcionam-nos, aparentemente, um contacto com esse idioma. Mas sendo os seus falantes nativos ágrafos, nunca chegaram ao ponto de formular uma sistematização do seu funcionamento. Os missionários, pelo interesse que tinham no contacto com esses povos, com fins marcadamente catequéticos, elaboraram gramáticas seguindo o modelo que melhor conheciam e que tinha inclusivamente orientado os instrumentos construídos para as línguas vernáculas a partir do século XVI na Europa: falamos, obviamente, do modelo da gramática latina.

São, por isso, introduzidas noções absolutamente desconhecidas dos índios, outras terão tido uma dada tradução ou adaptação, mercê da interpretação feita pelos europeus perante o que ouviam. O seu esforço traduzia-se, igualmente, em procurar transmitir estes dados através de um sistema inteligível aos olhos dos outros europeus. Não poderiam, assim, propor noções demasiadamente «exóticas».

²⁶⁴ Cf. Capítulo 3 in LEITÃO, Ana, *Da Selva para a Escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI)*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005.

Analisemos, uma vez mais, o fenómeno das línguas em contacto. Uma língua pidgin caracteriza-se por não ter falantes nativos. Uma língua crioula forma-se pela complexificação e expansão desta, implicando uma re-lexificação, no caso, por parte das línguas europeias. A língua geral, contrariamente, nasce a partir de um idioma falado por um grande número de nativos, recebe empréstimos de uma língua distinta para designar aspectos que a língua de origem não contempla – por serem realidades desconhecidas à cultura materna – e abrangeria aspectos fonéticos, morfossintácticos e lexicais de várias línguas e dialectos da família Tupi, de modo a ser compreensível a todos e usada por todos.

Neste sentido, poderemos afirmar que as línguas gerais foram a solução encontrada para os problemas de comunicação no seio da sociedade multilingue e multicultural do Brasil colonial – no caso, entre brancos e ameríndios. Pensemos na realidade das aldeias indígenas, onde se encontravam agrupadas tribos diversas, falando-se uma miríade de línguas e dialectos. Assim, a língua geral poderia ter sido aquilo que Xavier e Mateus designam como língua auxiliar de comunicação²⁶⁵. No dizer de, o fenómeno das línguas gerais procurou responder à necessidade de criar um discurso de alcance supraétnico, num quadro de diglossia sem bilinguismo e de forma a evitar o recurso a intermediários na comunicação com os índios, Construía-se, assim, um bilinguismo tupinizador tanto dos missionários como dos índios «tapuias» ou jê incorporados ao espaço da missão²⁶⁶.

Acresce o facto de, anteriormente à intervenção assistencial dos religiosos, os grupos indígenas em contacto, mesmo com filiação genética distinta, não eram inteiramente desconhecedores das estruturas usadas pelos seus rivais. Pelas serras de Ibiapaba, os índios Reriú, notara o P.^e Ascênsio Gago, compreendiam a língua Tobaiara (eventual dialecto Tupi), idioma usado pelos Tabajara, com os quais detinham na altura relações tensas. Eram estes últimos índios de língua geral, ao passo que os primeiros seriam falantes de uma língua do tronco macro-Jê, o que não impedira os Reriú de tanto

²⁶⁵ XAVIER et MATEUS, *op. cit.*, p. 227.

²⁶⁶ Maria Cândida Barros, “ Um caso de política lingüística : a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial”, in *Amerindia*, n° 11, 1986. In http://celia.cnrs.fr/FichExt/Am/A_11_04.pdf [consultado em Maio de 2011].

a compreenderem, como de a usarem, ainda que com várias incorrecções tanto na sua morfossintaxe, como na sua pronúncia²⁶⁷. Detentores de um repertório lexical básico, seria talvez o suficiente para empreenderem alguma interacção considerada necessária, inclusive na vigilância dos movimentos do grupo rival, assim como a fim de se estabelecer algum pacto. Por outro lado, leva-nos a questionar se não haveria, efectivamente, alguma similitude entre os idiomas de ambos os grupos, denotando uma recuada proximidade genética. Quanto a este aspecto, já alguns autores salientaram a existência de interacções comunicativas interétnicas no espaço brasileiro, o qual poderia ter remontado ao período pré-cabralino e que, necessariamente, não cessou com a aplicação do Directório, pela fusão operada entre vários grupos que persistiram até aos dias de hoje. Também a ocorrência de casamentos acabaria por favorecer o bilinguismo indígena, com adopção de algumas estruturas de línguas não maternas, além de existir um conhecimento elementar das línguas faladas por grupos vizinhos, com os quais, em algum momento, houve relações amistosas²⁶⁸.

Poderemos, ainda assim, desde já chegar a algumas conclusões: a língua geral tupi não nasceu de um crioulo. Não há dúvida de que o português funcionou como língua lexificadora, pelo facto de ter introduzido lexemas e morfemas, quer sob a forma de decalque, quer ainda como empréstimo, ao nível da estrutura gramatical, da forma e do conteúdo. Idêntico processo se terá operado na tentativa de construção de gramáticas para outras línguas indígenas. No seu conjunto, o fenómeno da criação de línguas gerais visou responder às mesmas questões e terá assentado em processos semelhantes, quer na América portuguesa, quer na América espanhola.

O fenómeno das línguas gerais não se aplica apenas ao espaço brasileiro. Com efeito, no âmbito da colonização portuguesa encetada no século XV, assistiu-se à formação de uma língua geral no litoral africano. Era ainda usado o idioma luso como língua franca – o indo-português e o malaio-português, dependendo da área geográfica –

²⁶⁷ P.º Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, [1695], in LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 45.

²⁶⁸ Alzerinda Braga, Ana Suelly Cabral, Aryon Rodrigues et Betty Mindlin, “Línguas entrelaçadas: uma situação sui generis de línguas em contato”, in *Papia*, 21(2), 2011, pp. 221-230 [disponível in <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/337/357>].

nos portos da Índia e no sudeste da Ásia²⁶⁹, usada inclusivamente por europeus que aí aportassem, como foi o caso dos Holandeses²⁷⁰. Mesmo na América espanhola se registou idêntico processo:

“No México procedeu-se a um aproveitamento da língua franca, o «náhuatl», concedendo-lhe o rei espanhol Filipe II (que mais tarde se viria a tornar Filipe I de Portugal) o estatuto de língua oficial dos índios em 1570, “«para que los indios aprendiesen todos una misma lengua».”²⁷¹

Só em finais de setecentos se assiste à proibição dos idiomas indígenas e consequente imposição do castelhano, através da lei de 10 de Maio de 1770, o que coloca a política de Carlos III em paralelo com a de D. José I. As respectivas políticas de língua, com efeito, reflectem o cuidado especial do Estado nesta matéria, motivado pelas novas ideias e concepções políticas, com “un enfoque frente a la unidad nacional mediante la lengua”²⁷² – medida particularmente necessária e urgente na delimitação de fronteiras entre as possessões ultramarinas portuguesas e espanholas.

Esta medida do monarca espanhol surge, com efeito, após uma nova atenção conferida em finais da década de 60, nomeadamente pelo Bispo do México, António Lorenzana y Buitrón, o qual advogara a unidade linguística na sua diocese, de modo a que a Nova Espanha se convertesse em ‘terra de uma só língua’ (*‘Terra labii unius’*)²⁷³. Contrário ao recurso a intérpretes pelas autoridades, clérigos e missionários, que, na sua opinião, redundava num verdadeiro fracasso da administração espanhola, este bispo assinala em carta ao rei, a 25 de Junho de 1769, o papel do castelhano como vínculo de união entre europeus e americanos. Curiosamente, quando Carlos III finalmente acede a

²⁶⁹ MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa: Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*, Lisboa, Caminho, 1983.

²⁷⁰ LOPES, David, *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, [reimpressão facsimilada 2000], Barcelos, Portucalense Editora, 1936.

²⁷¹ Susana López Guerra et Marcelo Flores Chávez, “Colonialismo y modernidad: la enseñanza del español en la Nueva España” In www.odiseo.com.mx/2004/07/03lopezflores_colonialismo.htm.

²⁷² Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX)”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Amerindias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, p. 128.

²⁷³ Idem, *ibidem*.

esta imposição do idioma castelhano e proibição do uso das línguas indígenas, enfrenta a oposição do Conselho das Índias²⁷⁴.

Antorveza acrescenta que, na prática, a lei não foi observada de igual modo em toda a América espanhola, distinguindo o caso do Novo Reino de Granada do que se passou nomeadamente em Nova Espanha e no Peru, onde permaneceu o uso das línguas nativas no quotidiano. O autor não deixa ainda de ser contrário à ideia, manifestada por tantos autores, de que esta determinação borbónica de imposição do castelhano originou um autêntico genocídio cultural – e uma glotofagia – e que impossibilitou o conhecimento que até então se desenvolvia ao nível do funcionamento das línguas ameríndias²⁷⁵. Com efeito, advoga que, já na década de 60 do século XVIII, havia dificuldade em encontrar manuscritos e obras impressas relativas às línguas indígenas da hispanoamérica, tendo-se quase abandonado o seu estudo - deixara de fazer sentido quando a maior parte dos índios falava, efectivamente, espanhol. Também as colónias espanholas enfrentavam, afinal, o mesmo problema: o da diversidade linguística entre os ameríndios encontrados. Daí que também se tenha recorrido a línguas gerais para se contornar esse facto, línguas essas que foram o Nahuatl, o Muisca, o Quechua e o Guaraní.

Pela progressiva expansão da língua dos colonos europeus e consequente desaparecimento em massa dos idiomas indígenas, assistiu-se ao que alguns autores designam de glotofagia²⁷⁶, em favor, poderíamos acrescentar, de um glotocentrismo, com consequências particularmente graves a longo prazo²⁷⁷. Convém ter em conta que o seu desaparecimento se poderá ter devido a vários factores, como a redução do número de falantes e a crescente marginalização do seu uso nas sociedades nacionais, como defende José Joaquín Montes, ou até mesmo a factores de ordem linguística que

²⁷⁴ Idem, *ibidem*

²⁷⁵²⁷⁵ A este nível, refere-se às opiniões de: ORTEGA RICAURTE, Carmen, *Los estudios sobre lenguas indígenas de Colombia*, Bogotá, Inst. Caro y Cuervo, 1978; GONZÁLEZ DE PÉREZ, 1978; e Belisario Betancur, “La grandeza del espíritu”, in *Anuario Indigenista*, Mexico, vol. XLIV, 1984, pp. 155-160.

²⁷⁶ Nomeadamente Louis-Jean Calvet.

²⁷⁷ Consulte-se, a propósito, “Glottocentrismo” in BECCARIA, Gian Luigi [dir.], *Dizionario di Linguistica e di Filologia, Metrica, Retorica*, Torino, Einaudi, 1999, p. 347.

motivaram não apenas o seu desaparecimento como a modificação dos idiomas nativos enquanto sistemas, acrescenta Antorveza. Para este último, a própria mestiçagem resultara no crescente abandono das línguas indígenas, aludindo ainda à baixa densidade demográfica dos povoados indígenas não missionados: pela presença dos brancos que os perseguiam e contaminavam com doenças; por práticas ameríndias que redundavam numa elevada taxa de mortalidade infantil, resultante do infanticídio cultural, pela prática do aborto e de técnicas anti-natais em certas etnias; pela fome, vendo-se forçados muitas vezes a roubar as fazendas e os gados dos colonos; pelo suicídio massivo, como forma de resistência à sua dominação; pelas guerras tribais entre grupos étnicos linguisticamente não aparentados, inclusivamente pelo interesse que certas tribos aliadas dos europeus em comerciar com portugueses e holandeses a compra de escravos, recorrendo a comunidades ameríndias mais enfraquecidas, demograficamente menos expressivas ou menos preparadas para a guerra; entre muitos outros factores.

De qualquer modo, no plano da diversidade linguística existente entre os povos ameríndios, a sua determinação requer uma cuidada identificação:

“en primer lugar cabe preguntarse cuántos de estos idiomas eran entidades autónomas y cuántos meros dialectos subordinados a otro mayor; en segundo lugar cuántos de estos nombres corresponden al mismo idioma.”²⁷⁸

Foi precisamente essa a nossa preocupação ao averiguar qual a filiação étnico-linguística dos grupos ameríndios identificados no nordeste, nomeadamente nas missões e vilas indígenas.

Ao procurarmos definir língua geral, encontramos alguns elementos pouco precisos em certos autores. Antorveza encara-a como sendo sinónima de língua franca, sendo “el idioma empleado por grupos y personas cuyas lenguas maternas son diferentes, para facilitar la comunicación entre sí”. Sabemos como o português foi usado no sudoeste asiático pelo menos nos séculos XVI e XVII como língua franca, envolvendo europeus de diversa origem, autóctones daqueles territórios e, claro está, os

²⁷⁸ José Joaquín Montes G., “El español de Colombia y las lenguas indígenas”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, p. 32.

próprios portugueses, sobretudo em situações do domínio transaccional – logo, também estarão necessariamente envolvidos falantes que possuem esse idioma como língua materna. Consideramos, ainda, que língua franca e língua geral reflectem realidades sociolinguísticas diversas, ou pelo menos nem sempre coincidentes. De entre as diversas línguas gerais de que se tem conhecimento no Brasil colonial, sabemos, por um lado, que assumem a gramática de uma dada língua ameríndia, oriunda de uma mesma família linguística – o Tupi – e ainda surge como uma adaptação sob os moldes da gramática latina.

Quando se fala em língua geral dos índios do Brasil, temos antes de mais de ter a consciência de estarmos perante um fenómeno homogeneizador não uniforme. Significa isto que no Brasil colonial houve não apenas uma só língua geral, mas várias. O princípio foi o mesmo em todas elas: uniformizar as línguas indígenas de modo a garantir uma comunicação mais facilitada entre brancos e ameríndios. A língua geral Paulista apresentava-se como uma língua franca de base indígena que, no entanto, vai perdendo falantes, até praticamente desaparecer no século XVIII. Tal deverá ter-se devido a uma sobreposição da língua e cultura portuguesas, particularmente evidentes pela acção que os próprios bandeirantes paulistas foram exercendo ao longo do território brasileiro, cuja presença fora, recorde-se, particularmente notada no Nordeste. Relativamente à Língua Geral Amazónica, possui como base indígena o Tupinambá, língua pertencente à família Tupi-Guarani. A designação Nheengatu, torna-se mais vulgar a partir do século XIX. Moore, Facundes e Pires observam no seu artigo que o sucesso da implementação desta língua geral proporcionou aos jesuítas a constituição de uma força política que rivalizou com o próprio Estado²⁷⁹. Consideramos esta observação algo excessiva, não deixando contudo de concordar que a intervenção dos missionários no plano da administração temporal das aldeias e seus índios terá despoletado uma acesa contestação, sobretudo por parte das autoridades locais. O seu estudo avança ainda com uma tentativa de caracterização fonológica desta língua geral,

²⁷⁹Denny Moore, Sidney Facundes e Nádia Pires, “ Nheengatu (Língua Geral Amazônica), Its History, and the Effects of Language Contact” in *Survey Of California And Other Indian Languages*, v. 8, Berkeley, University of California, 1993, pp. 93-118. [http://biblio.etnolinguistica.org/moore_1993_nheengatu]

enfrentando como principais obstáculos a existência de vários dialectos e a interferência da língua portuguesa, tanto pelo empréstimo de sons como de palavras.

Assim, uma palavra de origem etimológica Tupi-Guarani poderia sofrer a influência de um sistema fonológico que lhe era completamente estranho – o do Português. No caso de falantes bilíngues, seria ainda mais evidente o recurso a este último, o qual se sobrepunha, pelo uso de todas as suas consoantes e das suas sete vogais. E se tivermos em conta que as línguas indígenas tinham um leque mais variado não de consoantes, mas sim de vogais, seria talvez mais fácil esta limitação a um menor número de vogais. Algumas consoantes, por seu turno, não existindo nas línguas ameríndias, causariam maior dificuldade.

No Nordeste, e ao contemplarmos as listas de aldeias existentes ao longo do século XVIII, observa-se a existência de várias aldeias com “Índios de Língua Geral”. É certo que os jesuítas promoveram o ensino da língua geral de base Tupi, nomeadamente entre grupos indígenas que tinham um conhecimento, ainda que rudimentar, da língua falada pelos seus rivais. Não se registou, ainda assim, uma inteira exclusividade do seu uso em ambiente missionário, pela convivência com os idiomas maternos dos grupos indígenas de base linguística macro-jê, como era o caso dos índios Payakú. No caso dos Kirirí, de assinalar que muito embora sejam por vezes dados como índios de língua geral, semelhante denominação serviu para dar conta do seu estado de apropriação da fé católica e dos princípios morais e culturais de que se faziam utilizadores.

Registaram-se evidentes perdas culturais e linguísticas, como entre os Jeninpapo-Kanindé, etnia Payakú, descendentes dos Tarairiú. Também os Anacé perduram nos dias de hoje, fixados em Caucaia, tendo igualmente perdido entretanto a sua língua materna.

Sendo o Nordeste brasileiro a região onde primeiro começou a colonização, é, naturalmente, a área onde subsiste um menor número de etnias, assim como onde se registou uma maior perda das línguas nativas.

11.4. Comunicação em contextos indígenas plurilíngues

Até que ponto a difusão da língua geral funcionara com solução para a diversidade linguística e cultural existente nas aldeias e missões constituídas? Seria uma estratégia de destruição da identidade indígena e de desagregação de comunidades? Baseando-se em Certeau, Daher analisa a metodologia e os propósitos da missionação jesuíta com recurso aos idiomas locais em meio indígena, destacando as noções de escrita, temporalidade, identidade e consciência:

“Nas operações “lingüísticas” com fins catequéticos, em particular, está subentendido que a **escrita** subordina o oral pela reatualização da memória do índio e a condução da língua tupi às «boas formas do verbo católico»; a língua tupi deve inscrever-se na **temporalidade** da ordem da racionalidade do Império português, na homologia da língua portuguesa; a língua tupi é também subordinada à **identidade** católica, já que é semelhança distante (do Bem); por fim, pela boa proporção da gramática, deve ser fornecida à língua tupi, desmemoriada, uma memória, que é **consciência**, constituída como reminiscência da culpa do pecado original que todos os homens carregam.”²⁸⁰

A justificação de que a organização da fala deveria obedecer à «cadência católica», como designa, conduz, de facto a uma nova percepção da língua do índio, muito embora o falante não deixe de ter o poder de prescindir do seu uso nas trocas comunicativas que executaria quotidianamente, inclusive no contexto da missão. Haveria, talvez, a possibilidade de se construir uma variação linguística, entre o recurso ao Tupi antigo e à língua geral de base tupi. De resto, mesmo contando com a alfabetização na língua oficial do Império, o idioma português poderia permanecer desconhecido, pelo recurso ora à sua língua materna, ora a uma língua geral, como sucedeu durante largo tempo na região do Amazonas, onde predominava o uso do Nheengatu²⁸¹.

²⁸⁰ Andréa Daher, “Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos bilíngües no Brasil do século XVI”, in *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped, Mai/Jun/Jul/Ago, 1998, n.º 8, pp. 31-43. [disponível in http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/daher_escrita_e_conversao.pdf, p. 4]

²⁸¹ Micilene Ventura et Claudete de Souza, “O trabalho com a língua materna na pré-alfabetização: o caso da língua Terena”, In *III Seminário povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade*, Campo Grande/MS, UCDB, 2007, p. 2.

Em termos práticos, mesmo a existência de uma educação bilingue e intercultural²⁸² - entendida como sendo uma das melhores estratégias de respeito, valorização e manutenção da cultura e língua maternas, em que os processos de educação nativa são incorporados – pode induzir a uma comunicação miscigenada, com enriquecimento mútuo das línguas em contacto, como ainda hoje se observa numa aldeia Terena no município de Aquidauana – Mato Grosso do Sul:

“A comunidade da aldeia se vale das duas Línguas – a materna e o português – para se comunicarem oralmente. Esta utilização oral «bilíngüe-concomitante» onde as duas línguas ora se misturam ora se distinguem e ora se completam, quando o falante busca explicar pensamentos que não ficaram claros para o ouvinte. Nessa mistura de línguas vão-se modificando os sons de alguns vocábulos terena, produzindo nuanças [sic], variações tonais significativas que, por sua vez, interferem na construção de um novo modo de se expressar em terena.”²⁸³

Além da possibilidade de ocorrerem estas mudanças no quadro de uma aldeia cultural e linguisticamente homogénea, a multiculturalidade²⁸⁴ e o multilinguismo poderiam estar ainda presentes pelo convívio forçado de comunidades não aparentadas entre si numa mesma povoação, o que as sujeitaria a um quadro de tensões e de entrelaçamento de práticas e idiomas. A discussão que é feita sobre se os missionários jesuítas terão promovido aquilo a que hoje designaríamos de interculturalidade nas aldeias por si administradas ou se terão agido como agentes de aculturação continua a gerar perspectivas díspares. Na óptica de José Coelho Matias, é possível entrever na prática escolar jesuíta, no concernente a uma educação intercultural, os princípios da

²⁸² Como actualmente se intenta na educação escolar indígena no território brasileiro, ou pelo menos conforme os programas desenhados para cada caso.

²⁸³ Micilene Ventura et Claudete de Souza, *op. cit.*, pp. 6-7.

²⁸⁴ Semelhante fenómeno pode abarcar uma série de sentidos: “a multiculturalidade contida em cada língua (cada língua é uma ponte interior entre comunidades afins na fala); a multiculturalidade expressa em línguas de raiz comum (a latinidade é exemplo de uma ponte exterior de expressão por línguas que partilham uma dada identidade cultural); a multiculturalidade que reside na multiplicidade e diversidade (a mais exuberante, presente nas cerca de 6000 línguas do mundo, de várias famílias linguísticas)”. Roberto Carneiro, “Notas da conferência inicial proferida por Roberto Carneiro no Congresso Internacional Línguas: pontes culturais para o futuro, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 15 de Outubro de 2001. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade, 2003, p. 14.

aceitação e do respeito pelo princípio da alteridade, a defesa dos direitos e deveres dos indivíduos de outras culturas, a luta pela justiça social, a luta contra a exclusão²⁸⁵. De forma mais arrojada, e baseando-nos em Lorenzo, é possível observar características que aproximam os jesuítas de formas de actuação intergrupar, com preservação do sentimento de pertença étnica e identidade social, podendo a manutenção de uma identidade social positiva favorecer uma maior motivação para o contacto com a língua e cultura não maternas²⁸⁶.

Grosso modo, os jesuítas constituíram-se poderosos agentes defensores da liberdade dos índios, não já numa vertente em que entendemos hoje a liberdade do Homem, na detenção de uma série de direitos que o dignificam e protegem na sua dignidade de ser humano. Persistiram e perseveraram, contudo, em tolher a tendência natural para os luso-brasileiros se socorrerem dos índios como mão-de-obra escrava e satisfação dos seus interesses pessoais e prazeres carnavais, conquistando, não raras vezes, a atenção e justas disposições de monarcas e governadores, como tivemos oportunidade de verificar no caso da jurisdição de Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII. De resto, contrariavam o entendimento global de os índios não serem mais do que gente rude e de bárbaros costumes, não escondendo, contudo, o seu desânimo perante os ataques que sofriam de grupos indígenas opositores. Se para as autoridades oficiais não se reconhecia qualquer direito ao índio não-cristianizado - o «tapuia» - para o missionário jesuíta semelhante associação não se fazia imediata. Podendo existir «tapuias» nas suas missões, essa condição não obstava à sua valorização enquanto indivíduos e trabalhadores, e por eles – e elas – pugnando na defesa da sua integridade. Aliás, a dissociação da sua condição de «tapuias» far-se-ia tanto mais urgente, quanto maiores fossem as pressões na perseguição, cativeiro e extermínio do gentio tapuia que agitava e fazia temer pela sua segurança fazendeiros e curraleiros pelos sertões. Foi, de facto, a custo que os jesuítas do Ceará e Rio Grande do Norte pugnaram pela salvaguarda dos Payacú, alvo tanto de ataques de povos de etnia Janduim (como os

²⁸⁵ MATIAS, José Coelho, *Manuel de Sá: um diásporo quinhentista português ao serviço da educação e da interculturalidade*, [Tese de Doutoramento em Ciências da Educação], Porto, Universidade Portucalense, 2009.

²⁸⁶ Cf. Modelo intergrupar ao nível dos modelos de motivação para a aprendizagem de línguas segundas em LORENZO, Francisco, *Motivación y segundas lenguas*, Madrid, Arco/Libros, 2006, p. 27.

Canindé), assim como dos próprios moradores, por verem neles seres de fraca confiança e de condição equivalente aos povos que erravam pelo mato e os atacavam – talvez mesmo por alguma semelhança fisionómica, ou pelos costumes e linguajar de que usassem.

Por outro lado, a própria aceitação e aprendizagem dos missionários face às línguas autóctones, em detrimento da língua portuguesa, muito embora fosse esse o interesse do Estado, constitui marca notória e clara de uma consciência que hoje se poderia denominar intercultural. A educação, em si, privilegiava os ensinamentos do catecismo cristão, agindo, conseqüentemente, talvez como factor de coesão e de paz, como no dizer de José Matias Coelho; e talvez por isso mesmo tantas vezes fossem os jesuítas preferidos na pacificação dos povos indígenas mais rebeldes e ferozes.

Assumindo-se, modernamente, a promoção de uma comunicação intercultural com vista ao desenvolvimento da competência plurilingue, o contexto escolar tem vindo a ser objecto de profunda análise. No âmbito do Projecto *Imagens das Línguas na comunicação intercultural: contributos para o desenvolvimento da competência plurilingue*, sendo unidade responsável o Laboratório Aberto para a Aprendizagem de Línguas Estrangeiras da Universidade de Aveiro, e contando com a participação da APP e da ESE de Lisboa, procurou-se dar respostas ao encontro de línguas e culturas de que Portugal e a Europa no seu todo vinham sendo palco. Eis como se fundamentou os objectivos deste projecto:

“Parte do pressuposto de que a aprendizagem de uma língua passa pela construção de imagens/representações dessa mesma língua em relação às outras, em termos do seu estatuto, funções, locutores, história, cultura, utilidade e particularidades. Assim, assumindo que essas imagens influenciam não só a aprendizagem das mesmas, mas também as atitudes face ao Outro e à sua cultura e face à comunicação multi/intercultural, parece importante fazer emergir a sua organização, origem e dinâmica, bem como os factores que influenciam os seus processos de construção e desenvolvimento. Isto, de forma a planificar um trabalho educativo com as línguas, capaz de disponibilizar para uma aprendizagem linguística mais diversificada.”²⁸⁷

²⁸⁷ ANDRADE, Ana Isabel et SÁ, Maria Helena Araújo e [coord.], *Imagens das línguas em contextos de educação e formação linguística*, [Cadernos do LALE – laboratório Aberto para o Ensino das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006, p. 5.

Semelhante consideração suscita-nos como pistas de reflexão e análise historiográfica a detecção de eventuais imagens dos indígenas face à(s) língua(s) e cultura(s)-alvo. O impacto do confronto dessas diferenças requeria distintos esforços na sua gestão. A polémica da convivência forçada nas missões de grupos com um histórico sangrento nas relações passadas tem ocupado diversos historiadores. Um dos mais fortes argumentos que tem sido avançado consiste no investimento dos missionários em difundirem, junto dos índios, o uso da língua geral como língua franca de comunicação. Se, actualmente, o fenómeno, não menos controverso, do recurso a uma língua franca surge como resposta à necessidade de se promover o diálogo entre todos na era da globalização, no sentido de ultrapassar barreiras linguísticas que apartam os cidadãos na aldeia global, metáfora para uma dimensão à escala planetária, ao tempo dos jesuítas não deixa de fazer sentido essa mesma lógica.

Qual a relevância, portanto, da definição de um locutor intercultural? Fred Jandt observa a existência de quatro competências nucleares: resistência da personalidade (forte noção de si próprio e enquadramento social), competências de comunicação (verbais e não verbais), ajustamento psicológico e consciência/percepção cultural. São, por sua vez, agrupadas em oito competências: auto-confiança, noção de si próprio, interacção, empatia, adaptabilidade, segurança, iniciativa e aceitabilidade²⁸⁸. Para Michael Byram, um sujeito intercultural é

“someone who is able to see relationships between different cultures – both internal and external to a society – and is able to mediate, that is interpret each in terms of the other, either for themselves or for other people. It is also someone who is conscious of their own perspective, of the way in which their thinking is culturally determined, rather than believing that their understanding and perspective is natural.”²⁸⁹

²⁸⁸ JANDT, Fred, *Intercultural Communication: an introduction*, Thousand Oaks, Sage Publications, 45, 1995. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade, 2003, p. 34.

²⁸⁹ Michael Byram, “European language teaching and European citizenship: a special case”, Conferência na National Conference of Lend, Universidade de Calabria, 10, 1999. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade, 2003, p. 34.

Na gestão da diversidade, os missionários não atenderiam propriamente à promoção da interculturalidade, mas também não concorreram pela anulação das matrizes culturais dos povos com que contactaram. Observamos, no entanto, que a sua actuação se encontrava particularmente condicionada, mesmo a nível interno, pelas orientações pedagógicas, códigos de conduta e advertências emanados pela própria Companhia. Quanto mais distante da realidade nos trópicos, mais conservadora e desadequada se oferece a regulação das estratégias e dos recursos. Se olharmos a *Ratio Studiorum* apenas como modelo geral de orientação do funcionamento dos colégios, seus programas e seus sujeitos à escala global, teremos de ter o cuidado de a entender como um documento teórico, norteador de boas práticas, mas que não possui a força de um código legislativo que não pode ser transgredido. Em várias alturas e quadrantes, a actuação, sobretudo dos missionários, obrigou à adopção de medidas desesperadas, para fazer face a circunstâncias particularmente difíceis: resistência acentuada das comunidades nativas na assimilação de novas práticas e regras, número de religiosos insuficiente face ao que era desejado para prover cada aldeia cristianizada (ou potencialmente cristianizada), dificuldade na comunicação, entre tantos outros factos.

Hoje faz-se bandeira por uma educação intercultural, com a capacitação do indivíduo para compreender diferentes modos de pensar e de viver imbuídos na própria língua, assim como para mediar e reconciliar a diferença em qualquer interacção, os aprendentes, busca-se não a perfeição, não a comunicação através de um só código mas de vários²⁹⁰. Seria esta a chave que se cria impossível para a solução desta Babel tropical?

Também no *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* se defende a importância de se formar indivíduos proficientes em várias línguas e com experiências culturais variadas. Neste sentido, a competência plurilingue e pluricultural é

²⁹⁰ Byram & Fleming contestam a competência comunicativa ('communicative competence') em favor da competência intercultural ('cross-cultural communication'), na medida em que esta última não implica que os aprendentes se busquem aproximar-se ao modelo ideal de falante nativo. BYRAM, Michael et FLEMING, M. [eds.], *Language Learning in Intercultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 12. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade, 2003, p. 43.

perspectivada como competência múltipla que se afasta da tradicional dicotomia L1/L2, i.e., língua materna/língua não-materna, de que o bilinguismo constitui um caso particular²⁹¹. Veremos, mais adiante, dos eventuais impactos da(s) LM dos índios na aprendizagem de uma nova língua.

No plano actual da didáctica das línguas, reconhece-se a extrema importância do entendimento da especificidade do contexto linguístico e educativo em presença, de modo a se poder planear, gerir e articular um processo de ensino-aprendizagem que promova, entre outros aspectos, o estabelecimento de pontes entre línguas e culturas, uma flexibilidade cognitiva e comunicativa por parte do aprendente no contacto com idiomas desconhecidos e a curiosidade face ao Outro, pela partilha de experiências, línguas, culturas e situações²⁹².

Quando as crianças ameríndias se confrontariam com a aquisição do português em meio escolar, na verdade o que se desenvolvia era o que alguns autores denominam de «bilinguismo consecutivo», característico de comunidades em que existem duas línguas em contacto, distinto do «bilinguismo familiar», o qual proporciona um contacto mais natural e espontâneo²⁹³.

Ademais, promovendo a escola de primeiras letras nas vilas indígenas um monolinguismo, com total desprezo pelas línguas maternas das crianças ameríndias, seria particularmente difícil a docência do português, tanto pelo contraste em termos de prestígio social, como pelas profundas diferenças ao nível do funcionamento da língua. As suas características aproximam-se das de programas de submersão, com claro desmerecimento da realidade social que prevalece na comunidade. Com efeito, operara-

²⁹¹ *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, Porto, Asa, 2001, p. 231.

²⁹² Na verdade, estes tópicos serviram de referência para a dinamização de um projecto integrado no Programa Socrates LINGUA – Acção A, designado *Intercomprehension in Language Teacher Education* (ILTE), que decorreu entre 1998 e 2002, com envolvimento de vários parceiros a nível europeu. SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade, 2003.

²⁹³ Miguel Pérez Pereira, “Adquisición da primeira e segunda linguas: bases psicológicas e psicopedagógicas”, in SILVA-VALDIVIA, Bieito [coord.], *Didáctica da Língua en Situacións de Contacto Lingüístico*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1994, p. 47.

se uma mudança forçada de língua, neste caso com o objectivo explícito de assimilação dos falantes da língua com estatuto social minoritário à língua de prestígio ou de domínio²⁹⁴ – o português. Consequentemente, leva a um uso restringido da língua materna, que atinge, inclusivamente, os ambientes de uso familiares, o que poderá explicar o modo como a alfabetização em língua não materna conduziu, gradualmente, ao abandono de várias línguas indígenas sul-americanas. Ainda assim, não garantia um bom domínio da língua de aprendizagem, podendo os falantes ficar com uma competência linguística e de comunicação particularmente limitada²⁹⁵.

Se, ainda assim, a aula de primeiras letras tolerasse um plurilinguismo individual, em que o aluno recorreria a estruturas da sua língua materna para transpor dificuldades lexicais e sintáticas, estar-se-ia perante a ocorrência de mudança ou alternância de código linguístico, em favor das necessidades de comunicação advenientes. Dadas as restrições impostas ao uso dos idiomas indígenas, semelhante mudança de código registar-se-ia de forma pontual e breve, dependendo, igualmente, do grau de conhecimento e sensibilidade linguística do mestre em relação a determinado idioma indígena – o que dificilmente aconteceria, considerando as condições de recrutamento e formação dos candidatos à docência. Uma vez que, estruturalmente, não existia uma proximidade estrutural – salvo em língua geral – a alternância de códigos poderia, de facto, ser significativa, radicando de uma coexistência consciente de elementos das duas línguas em contexto escolar, “como procedimento expressivo intencional para buscar un efecto comunicativo determinado”²⁹⁶.

Não estando, porém, em causa, a promoção de uma competência bilingue, as condições não seriam particularmente propícias ao uso alternado de idiomas em

²⁹⁴ A propósito da discussão destes conceitos, cf. MATRAS, Yaron, *Language Contact*, Cambridge, University Press, 2009, pp. 45-47.

²⁹⁵ Para alguns autores, trata-se de um processo de «bilinguismo substractivo», resultante de um «bilinguismo desequilibrado». Cf. Miguel Pérez Pereira, “Adquisición da primeira e segunda linguas: bases psicológicas e psicopedagógicas”, in SILVA-VALDIVIA, Bieito [coord.], *Didáctica da Lingua en Situacións de Contacto Lingüístico*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1994, pp. 48-50.

²⁹⁶ Bieito Silva-Valdivia, “Cambios de código, alternancias e interferencias lingüísticas: unha perspectiva didáctica sociocomunicativa”, in SILVA-VALDIVIA, Bieito [coord.], *Didáctica da Lingua en Situacións de Contacto Lingüístico*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1994, p. 161.

ambiente de alfabetização em língua não materna. Temer-se-ia, antes, que a continuidade, frequência e convivência com semelhante processo traria como consequência um conhecimento do português longe do desejável²⁹⁷.

Mesmo fora do plano educativo, promoveriam os jesuítas uma vivência intercultural nas suas missões? De que modo se pautaram as relações no contacto entre a cultura dominante – de matriz europeia – e as diversas culturas ameríndia em presença? Plasmar-se-ia o tipo de relações em sociedade na própria prática lectiva? Estamos em crer que existiria um reflexo de dinâmicas dominantes no plano da didáctica vigente ao tempo, colocando a par o ensino do português quer perante falantes nativos, quer não nativos. Não obstante, as opções pedagógico-didácticas dos mestres reflectiriam o estatuto dessas mesmas línguas e culturas no quadro da sociedade colonial brasileira. Mas é aqui que observamos um curioso contraste entre os missionários e os mestres de primeiras letras: os primeiros, religiosos regulares, à medida que foram aprofundando o conhecimento nas línguas maternas e nas línguas gerais, foram, paulatinamente, cedendo na promoção da língua portuguesa no contexto da missão. Já os segundos, laicos, obedecem a uma lógica de integração dos ameríndios não tanto a nível da fé católica - cujos princípios, mais marcadamente edificantes e moralizadores, ainda permanecem enquanto matérias obrigatórias - mas sobretudo respondendo à necessidade de complementação da formação de base junto de futuros militares. Se os primeiros promovem uma reconversão das culturas e línguas ameríndias, moldando-as aos princípios reguladores de uma lógica cristã, estes últimos vêem-se confrontados com a obrigatoriedade de expugnar o seu uso nas vilas indígenas nascentes. Estamos, claramente, perante enquadramentos institucionais absolutamente distintos nos seus meios e nos seus fins.

A própria relação do sujeito com as línguas constitui uma questão de assinalável interesse para reflexão, tendo por consideração atitudes, estratégias e comportamentos

²⁹⁷ Actualmente, porém, entende-se que a alternância de código funciona como importante estratégia metalinguística e discursiva que procura a neutralização do conflito ou obstáculo detectado no acto comunicativo, como defendem alguns autores. Cf. Bieito Silva-Valdivia, “Cambios de código, alternancias e interferencias lingüísticas: unha perspectiva didáctica sociocomunicativa”, in SILVA-VALDIVIA, Bieito [coord.], *Didáctica da Lingua en Situacións de Contacto Lingüístico*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1994, p. 162.

demonstrados. Como tivemos oportunidade de assinalar para o século XVI, os missionários transmitiram a particular motivação dos índios face a uma cultura letrada e ao próprio domínio de técnicas de escrita – e, consequentemente, de leitura.

Mas se

“Comunicar não é apenas transmitir informação, é sobretudo criar comunidade, vencer distâncias: a distância comunicativa até ao Outro, a distância física no tempo e no espaço, a distância cognitiva até ao real, a distância social em relação a um estatuto socialmente prestigiado, a distância cultural, a distância histórica.”²⁹⁸

... como traduzir os encontros comunicativos vivenciados na época em análise e que impactos produziram, consequentemente, ou vice-versa, na aprendizagem do português? Presentemente, assume-se o multilinguismo como valorização do indivíduo e da sociedade, não só por favorecer uma comunicação mais diversa e ampla, a intercompreensão entre comunidades de falantes, a mobilidade profissional, mas inclusivamente a própria criatividade, pelo desenvolvimento de capacidades cognitivas. Ou melhor, o multilinguismo proporciona ou conduz a formas ou condições específicas que poderão estar associadas à criatividade²⁹⁹. Alguns indicadores sugerem que leva a uma maior flexibilidade mental, ao favorecimento do pensamento abstracto e a uma diferente gestão cognitiva na resolução de problemas, precisamente por o indivíduo se poder socorrer de mais do que um quadro de referência linguístico de base.

« Des circuits neurologiques spécifiques et des systèmes cérébraux multicauteurs (changements dans l’organisation et la plasticité du cerveau) pourraient résulter du multilinguisme. On peut alors se demander si le fait de maîtriser plus d’une langue faciliterait l’apprentissage d’autres langues ; l’apprentissage d’une langue serait un processus cumulatif.»³⁰⁰

Alguns estudos, ainda, apontam para a possibilidade de poder atenuar o declínio de certos processos cognitivos que se manifestam com o envelhecimento.

²⁹⁸ FONSECA, Irene, *Gramática e Pragmática – estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino do português*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 175.

²⁹⁹ Commission Européenne, *Etude sur la contribution du multilinguisme à la créativité : Rapport final*, [Bruxelles], Commission Européenne, 24 juillet 2009, pp. 5-6.

³⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 9.

Observa o mesmo relatório que o multilinguismo potencia o desenvolvimento de uma consciência metalinguística e o aperfeiçoamento da faculdade de aprendizagem, através do alcance de funções de memória superiores às de um cérebro unilingue, em termos de memória semântica e memória episódica:

“La mémoire épisodique est utilisée pour décrire la mémoire des événements liés aux épisodes (heures, endroits, sentiments et autres phénomènes qui peuvent être constatés explicitement). La mémoire sémantique décrit une connaissance plus générale qui, même si elle n’est pas liée à des expériences ou événements spécifiques, est utilisée pour les interpréter.

Posséder une fonction de mémoire améliorée pourrait avoir un effet sur l’apprentissage dans plusieurs domaines du programme d’enseignement, et sur l’apprentissage en général. La faculté de retenir, d’organiser, de stocker et de retrouver l’information est une habileté humaine vitale, et si on en croit les indications disant que la personne multilingue a un avantage en la matière, cela pourrait se répercuter sur le potentiel créatif, grâce à l’impact possible de l’interactivité trans-langagière, un processus étranger aux personnes unilingues.”³⁰¹

Coloca-se, ainda, a questão de poder favorecer a comunicação interpessoal, tornando o indivíduo mais apto a detectar divergências de opinião ou afirmações erradas, sugere o mesmo relatório da Comissão Europeia. Nesta perspectiva, o multilinguismo possuirá um impacto no reagir às necessidades de comunicação dos interlocutores, contribui para uma maior sensibilidade contextual, para o desenvolvimento de uma competência interactiva e para uma melhor diferenciação das línguas de acordo com o contexto³⁰².

Segundo alguns autores, um dos fenómenos mais visíveis foi o da mestiçagem não apenas cultural, mas inclusivamente linguística, manifestada pela inclusão de uma série de elementos da língua do colonizador na língua do colonizado:

“El proceso hegemónico de la lengua española se fortaleció entonces y, al lado del préstamo masivo lexical, se dan algunos préstamos sintácticos, que en muchos casos produjeron un mestizaje lingüístico y cultural. Sin embargo, es necesario aclarar que afortunadamente esto sólo ocurrió entre aquellos indígenas que quedaron atrapados en

³⁰¹ Idem, *ibidem*, pp. 8-9.

³⁰² Idem, *ibidem*, p. 10.

el cordón de colonos que rodea la Sierra, ya que en las zonas de transición o bilingües eso es una rareza.”³⁰³

De acordo com María Amaya, registou-se inclusivamente um fortalecimento do uso do castelhano graças às relações sociais estabelecidas entre índios e colonos – a nível laboral e do contacto com as autoridades locais - sem esquecer o contributo da escolarização formal. Ainda assim, a nosso ver, tal vai muito além da formação de um pressuposto ‘pidgin’ por parte dos índios. Acreditamos, ainda, que o interfluxo linguístico se registou nos dois sentidos: a necessidade de nomear novas realidades gerou-se tanto junto dos europeus, como junto dos nativos, conferindo ao espanhol aí falado novas características, não apenas em termos lexicais, mas também a nível fonológico e morfossintático.

Para a análise do processo de aprendizagem do português neste contexto, importa pensar sobre a natureza das relações entre estas línguas em contacto. Do ponto de vista da linguística, o estudo de semelhante fenómeno implica pensar-se na natureza e no impacto desse fenómeno de ambos os lados. Consistirá apenas no empréstimo de algumas palavras ou envolve a criação de línguas inteiramente novas?

Um dos autores que tem recentemente problematizado esta questão, não se circunscrevendo apenas a contextos de colonização e colonialismo é Donald Winford. Na consideração das consequências resultantes de tal contacto, propõe, encontram-se aspectos nem sempre de natureza linguística – factor de ordem interna – mas inclusivamente a nível social e psicológico – factores externos.

Contudo, pensar em factores externos e internos não implica necessariamente um distanciamento entre ambos, mas sim uma visão de conjunto, na medida em que são áreas com fronteiras diluídas. Se, como diz Winford, ponderarmos sobre factores de ordem linguística, ao nível da natureza da relação entre as línguas em contacto, além da questão da similitude entre ambas a nível gramatical, quer em áreas específicas do seu funcionamento (nomeadamente ao nível do sistema fonológico, variedade lexical,

³⁰³ María Trillos Amaya, “La Sierra: un mundo plurilingüe”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Amerindias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, pp. 240-241.

características morfossintáticas), quer mesmo, como refere o autor, de princípios de gramática universal, não poderemos esquecer a própria questão do estatuto social das línguas e de como uma dada visão sobre algumas das características das línguas indígenas acaba por interferir na percepção da cultura dessas comunidades de falantes em geral.

Uma das evidências de como certos elementos gramaticais funcionaram como argumentos relevantes na criação de estereótipos reside numa observação feita em diversas narrativas do período colonial, quando se assinalava a diversidade linguística entre aqueles nativos. Um dos mais populares e comumente aceites radica na ausência de três sons na língua dos nativos – f, l e r – que eram tidos como explicação da ausência, nas comunidades ameríndias do Brasil, de três princípios considerados basilares na estruturação das sociedades ocidentais: fé, lei e rei. Significa isto que a incapacidade de produzir tais segmentos sonoros traduzia-se igualmente pela incapacidade que tinham em seguir uma dada religião, em reconhecer um sistema jurídico e em obedecer a uma figura de governação. Sem estrutura social, pelo menos com a hierarquia conhecida pelos europeus, sem leis que orientassem ou regulassem o funcionamento da comunidade, sem existir um líder, como poderiam tais populações ser encaradas de outro modo que não o de se encontrarem num estágio primitivo em termos civilizacionais?

Naturalmente que o modo como as línguas e as culturas indígenas são encaradas logo à partida se reveste de um forte carácter depreciativo. Importava, aos olhos da cristandade, afastar tais seres de um modo selvagem de subsistência e mostrar-lhes a Verdade, com a demonstração dos princípios da fé cristã, a Justiça, intentando a sua integração nos moldes da sociedade colonial, pela sua civilização e escolarização, e a necessidade da obediência ao Rei, tornando-se em seus dignos vassalos através de um esquema de alianças e pelo comprometimento de estarem disponíveis para o serviço militar e para o trabalho em conjunto com os brancos.

Qual era então afinal o estatuto das línguas ameríndias brasileiras face ao português? Partilhavam todos os idiomas indígenas do mesmo estatuto? Importa salientar, como já tivemos ocasião de esclarecer no capítulo consagrado à questão das

línguas indígenas, que até os europeus se aperceberam das evidentes diferenças entre dialectos de uma mesma língua. Apesar da multiplicidade de etnias identificadas, muitas vezes são atribuídos nomes a pequenas tribos que são aparentadas com uma cultura-mãe. Significa isto que a cada tribo não correspondia, necessariamente, uma língua distinta. Souberam, contudo, os missionários identificar e isolar algumas línguas nos seus aldeamentos. Pela sua política de redução de ameríndios compreendemos, inclusivamente, como procuraram agrupar tribos aparentadas linguística e culturalmente, sendo raro obrigar a uma convivência entre etnias Jê com etnias Tupi, uma vez observadas as notórias rivalidades predominantes nas suas tensas e belicosas relações – facto nem sempre percebido pelas autoridades centrais.

O modo como certas etnias são encaradas pela sociedade colonial tem a sua relevância no plano das línguas. As comunidades indígenas que se mostravam mais resistentes à política de colonização empreendida, com carácter nómada ou semi-nómada, ao não se darem tanto a conhecer, não terão proporcionado um estudo dos idiomas falados. Eram, ainda, genericamente considerados como tapuias ou gentios, em oposição aos índios catequizados ou índios de língua geral. Considerando inclusivamente que estes últimos são, na sua esmagadora maioria, afiliados com a família linguística Tupi, poderemos inferir que os da família Jê seriam mais facilmente marginalizados e combatidos. A preferência dada às alianças e civilização dos Tupi efectivara-se devido, por um lado, ao facto de serem mais «dóceis», mas também por se considerar a aprendizagem dos seus idiomas mais fácil por parte dos europeus.

Voltando à questão do contacto entre línguas, Winford salienta como a qualidade do contacto social entre falantes de línguas diferentes influi no modo como se processarão, perpetuarão e evidenciarão os empréstimos resultantes da interacção operada:

“[...] prolonged social interaction between members of different speech communities may result in varying degrees of mixture and structural change in one or the other of the languages involved. In extreme cases, pervasive contact may result in new creations distinct from their original source languages.”³⁰⁴

³⁰⁴ WINFORD, Donald, *An Introduction to Contact Linguistics*, Oxford, Blackwell Publishing, 2005, pp. 2-3.

Apercebemo-nos, a certa altura, de como a noção de impenetrabilidade gramatical é um facto que, necessariamente, deve ser contestado, quando existem evidências que comprovam o contrário. A língua portuguesa foi permeável face às línguas ameríndias brasileiras, em maior escala face a étimos Tupi, assim como as línguas dos ameríndios, em particular a língua geral Tupi, foram permeáveis a influências advindas da primeira. Aliás, ainda hoje as línguas indígenas são permeáveis, sobretudo pelo empréstimo de estruturas lexicais, procurando adaptar-se aos tempos modernos, às novas tecnologias e às novas necessidades de comunicação. Restará ainda avaliar se não se terá registado um empréstimo de estruturas de outros idiomas indígenas.

Muito embora seja possível distinguir, em termos gerais, três tipos de situações de contacto – “language maintenance”, ou preservação da língua, “language shift” ou mudança de código linguístico, e criação de novas línguas de contacto (pidgins, crioulos e línguas de mistura bilingue, “bilingual mixed languages”) - as situações resultantes da interacção estabelecida podem nem sempre ser passíveis de uma classificação tão simples. Existem casos, inclusivamente, em que se assiste a uma acomodação mútua, impossibilitando a sua inclusão numa só categoria. Assumindo que os resultados dessa interacção podem ser de natureza variada, o escopo de análise revela-se muito mais abrangente:

“Moreover, the field of contact linguistics is not limited to just the study of «interference», but covers all the linguistic consequences of contact, including phenomena such as simplification and various other kinds of restructuring that characterize the outcomes of contact.”³⁰⁵

Considera-se, pois, pertinente e adequado ponderar não só sobre o que foi introduzido aquando da sistematização do funcionamento linguístico da língua geral, mas igualmente, ainda que com as devidas limitações, sobre a interferência da língua materna dos ameríndios na aprendizagem do português. Dado não existirem abundantes recursos que atestem o tipo de proficiência dos ameríndios em meio escolar,

³⁰⁵Idem, *ibidem*, p. 10.

começaremos por ponderar sobre os aspectos contrastivos entre as gramáticas de um e outro idioma.

“Language maintenance” implica uma preservação por parte de uma comunidade de falantes da sua língua materna, sendo que as alterações introduzidas se verificam apenas a níveis relativamente pouco expressivos, permanecendo praticamente intactos os subsistemas dessa mesma língua. Nesta medida, os empréstimos registam-se ao nível da incorporação de determinados elementos na língua-receptora, quer seja pela adopção casual de alguns morfemas, quer por uma incorporação massiva de vocabulário, podendo ter efeitos na semântica lexical, assim como em outros aspectos da estrutura linguística. Ainda assim, acrescenta Winford, casos de empréstimo estrutural, abrangendo áreas como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica são, a este nível, raros³⁰⁶.

Além das situações de empréstimo, é possível verificar casos de convergência estrutural, ocorrendo com frequência em comunidades de fronteira ou em contextos de multilinguismo. Por outro lado, o facto de um grupo minoritário se encontrar rodeado e pressionado por um grupo maior pode levar a uma pressão que, a longo prazo, pode resultar numa difusão estrutural e lexical significativa³⁰⁷. Em casos mais extremos, a difusão pode ser tão intensa que as diferenças entre as línguas podem esbater-se e deixar de ser perceptíveis até pelos próprios falantes (exemplo do isomorfismo estrutural verificado numa ilha de Papua Nova Guiné, pelo recurso a estratégias sintácticas idênticas em línguas não aparentadas).

Um outro fenómeno passível de ser observado é conhecido por “code-switching”, o qual implica um uso alternado de duas línguas ou dialectos num mesmo segmento de fala, por vezes até mesmo numa só frase – o que reflecte diferentes tipos de competência bilingue.

“In many bi- or multi-lingual communities, the choice of one code or another is dependent on the situation or domain of use, so that the codes tend to be used in mutually exclusive functions. Such situations are referred to as cases of diglossia, or

³⁰⁶ Idem, *ibidem*, pp. 11-12.

³⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 13.

(where more than two languages are involved) polyglossia. An example of the former is Spanish/Guaraní bilingualism in Paraguay, while the latter is exemplified by the situations in Singapore and Malaysia, where speakers alternate between English, Malay, and other ethnic languages like Mandarin depending on the interlocutor and the situation (Platt 1977).”³⁰⁸

Poderíamos ser tentados a conjecturar sobre o domínio de comunicação em que, eventualmente, os ameríndios, mesmo os não-escolarizados, usariam de um e outro código linguístico. Se bem que, no âmbito das missões, os religiosos tolerariam os seus idiomas nativos, já no trato com os restantes brancos teriam de procurar comunicar de outro modo. Estamos em crer que, em situações de nível laboral, recorreriam pelo menos a formas simplificadas de comunicação com recurso a algumas estruturas em português, variáveis na sua complexidade, dependendo do contacto que teriam com o idioma dos colonos fazendeiros e senhores de engenho, não esquecendo os seus superiores nas milícias em que eram integrados.

Mas se pensarmos mesmo nos índios aldeados, se ponderarmos sobre a filiação étnico-linguística dos grupos incorporados em certas missões e sobre os trabalhos sazonais a que eram chamados fora da aldeia, poderiam de facto ocorrer situações de comunicação alternando entre diferentes dialectos, além do português, dependendo, claro está, do interlocutor e da situação.

Um outro fenómeno verificável é o denominado “language shift”, que consiste no abandono total ou parcial da língua nativa de um grupo que, em certas situações, pode resultar no alcance de uma proficiência na língua-alvo idêntica à de um falante nativo desta última, sem que tal implique muitas mudanças – se não mesmo nenhuma – na língua materna³⁰⁹. A este nível, Winford refere-se ao caso de imigrantes, assim como de introdução em comunidades de povos invasores ou colonizadores:

“The indigenous community then adopts the foreign language either as a replacement for its original native language(s), or as a second language to be used in addition to the latter. Such «indigenized» varieties of a foreign language are especially common in areas that were formerly colonized by external powers. [...] Second language versions of target languages such as these,

³⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 15.

³⁰⁹ Idem, *ibidem*

which result from untutored learning in «natural» community settings, are clearly similar in certain ways to the varieties of second or foreign languages acquired in formal settings such as the classroom. «Interlanguage» phenomena in classroom second language acquisition (SLA) often arise from the same kinds of L1 influence that characterize «untutored» SLA, that is, targeted language shift. Moreover, both types of learning may be subject to other principles and constraints, such as the universal tendency toward simplification of target structures, at least in the early stages of learning. There is therefore much to be gained from a close comparison of all these types of language acquisition.”³¹⁰

Implicando este fenómeno um abandono gradual ou mesmo completo de uma língua, não deixa de ser necessário estudar os factores que levaram a esse resultado. Actualmente, por exemplo, sabemos que grande parte das comunidades ameríndias remanescentes, sofreram um processo de aculturação de tal modo intenso que deixaram de falar a língua materna de origem. Terá sido, como insinuam diversos autores, devido à acção missionária, pela constituição forçada de comunidades ameríndias multi-étnicas? Ou antes se deve a uma suposta eficácia do plano impositivo previsto no Directório dos Índios que obrigava ao abandono das línguas e de toda e qualquer prática indígena?

Eis por que motivo se torna crucial a contemplação dos contextos sociais em que emergem situações de línguas em contacto, além, naturalmente, da identificação de eventuais políticas linguísticas vigentes em determinados períodos que possam ter tido alguma influência. Tais aspectos são, como evidencia Winford, factores extralinguísticos – “the social ecology of the contact situation itself” – capazes de suplantar qualquer resistência meramente estrutural à mudança³¹¹.



A política linguística perpetrada pela Coroa portuguesa a partir da segunda metade de seiscentos só foi possível graças à junção de factores que iriam facilitar a concentração de esforços e recursos com vista à promoção do português no terreno. Da ambição de D. Pedro II ao pragmatismo de D. José I, decorreu um longo período de

³¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 15-16.

³¹¹ Idem, *ibidem*, p. 25.

medidas estéreis, muito embora a criação da Junta de Missões de Pernambuco e o apoio à criação de aldeias missionárias pelo sertão. Semelhante política surge não apenas como consequência do esforço inicial da conquista e colonização do litoral, uma marcha entretanto suspensa no Norte-Nordeste em vários momentos, por ocupação estrangeira. Com a Restauração da Independência e sendo definitivamente eliminada a presença holandesa, procura-se restabelecer a todo o custo a economia local e revitalizar os núcleos urbanos. Interessava, claramente, o apoio dos grupos ameríndios na fixação de povoados e exploração agropecuária de regiões recentemente alcançadas, sobretudo como garante da sua segurança, policiamento das vias de comunicação terrestres (em articulação com os caminhos que levavam às minas) e combate a grupos ameríndios não-aliados.

Entretanto, as estratégias de colonização ibérica cruzavam-se com as ambições expansionistas dos Tupi, empenhados em usar de alianças com os portugueses como estratégia de reforço do seu poder, conhecimento de técnicas e posse de instrumentos militares no combate aos seus arqui-inimigos que denominavam de “tapuias”. Mercê da abundância de recursos, fortalecimento económico – relativizado com a presença dos colonizadores – e solidez da suas culturas, os Tupi suplantavam estes últimos, de sociedades mais primitivas, mais condicionados e dispersos pelo terreno e com menor densidade demográfica.

O bom entendimento, a intercompreensão, a proximidade física e relacional que se procura construir – nem sempre da melhor forma - às comunidades ameríndias refugiadas no sertão, iriam colocar frente a frente ameríndios aldeados e não aldeados, missionários, capitães, fazendeiros e criadores de gado, com consequências nem sempre favoráveis a ambas as partes. Se ao Estado competia a promoção da língua e cultura oficiais, assim como de um mesmo credo pelo seu Império, a imposição desta homogeneização em sociedades fortemente marcadas pela mestiçagem linguística e cultural não se operaria, como seria de esperar, com a brevidade almejada.

O esforço estatal na escolarização de alguns segmentos da sociedade assume novos contornos no século XVIII, mercê do reforço do poder régio e sua afirmação em

matéria de política indigenista, apostado em integrar, de forma decisiva, a componente indígena à sociedade luso-brasileira de então e em claro benefício desta última.

Foi aqui nosso objectivo determinar as características das línguas indígenas, a natureza do contacto entre estes idiomas e o português, a fim de aferir eventuais dificuldades com as quais se deparariam especificamente os mestres de primeiras letras juntos das crianças ameríndias. Evidentemente que semelhantes questões terão de ser interpretadas e deduzidas à luz das evidências recolhidas em fontes documentais de natureza diversa, das condições sociais e históricas deste processo, estatuto das línguas em presença, usos e práticas sociais, a que não é alheia a questão da conversão das antigas missões jesuítas em vilas indígenas.

Pretendeu-se discutir a questão do multilinguismo do Brasil colonial, sendo, ainda assim, relevante a ponderação de um “bilinguismo social”, na medida em que apesar da convivência com mais do que uma língua, na prática nem todos os indivíduos seriam necessariamente bilingues³¹². Interferirá, naturalmente, o tipo de contacto de cada grupo indígena com uma etnia considerada dominante. Tomando por referência os quatro graus propostos por Darcy Ribeiro – “dos grupos não-contactados ou isolados aos integrados, passando pelos grupos em contacto intermitente e permanente” – e a análise de Mattos e Silva, poderemos estar na presença de vários fenómenos. Assim, os índios integrados poderão ter desenvolvido um multilinguismo que incluiria o português ou simplesmente ter abandonado o uso da sua língua materna. Já em situações de contacto intermitente, poderá não ter existido “a necessidade social de adquirir a língua da etnia dominante, ou seja, o português”³¹³. Semelhantes processos achar-se-iam ainda dependentes da motivação dos indivíduos para a adesão à língua e cultura do Império, podendo divergir os interesses pela qualidade de oportunidades de escolarização e

³¹² FREIRE, José Ribamar Bessa, *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*, [tese de doutoramento em Literatura Comparada], Rio de Janeiro, UFRJ, 2003, p. 57. O autor remete-nos nesta concepção de bilinguismo social para Jurgen Heye, “Línguas em contato; considerações sobre bilinguismo e bilingualidade” in MORAIS, J. et CABRAL, Leoni Grimm [orgs], *Investigando a Linguagem - Homenagem a Leonor Scliar Cabral*, [s.ed.], [s.l.], 1999, p. 8.

³¹³ Rosa Virgínia Mattos e Silva, “ Aspectos do contacto linguístico no Brasil”, in *Universitas*, n.º 24, Salvador, Janeiro/Fevereiro/Março, 1979, p. 87.

perspectivas de rentabilização da formação recebida na vida activa, divergentes entre homens e mulheres índias.

O sucesso do abandono das línguas indígenas ficou-se mais a dever não tanto à pressão oficial, mas ao projecto de promoção das populações indígenas, enquadrado numa lógica mais ocidental ou europeia, a que não foram alheias as necessidades económicas locais, a oportunidade de acesso à cultura escrita e onde o recurso ao português se tornara ainda mais necessário, por se tratarem de contextos multilingues, substituindo-se ao uso da língua geral.

Capítulo XII: Os ameríndios e o seu processo de aprendizagem do português

“[...] in order to deal with gaps, we speculate about the unknown [...] based on the known. [...] In this respect, one of the relatively established aspects of language that can be exploited for historical study is our knowledge of the present, where we normally have access to far more data than could ever possibly become available for any previously attested stage (at least before the age of audio and video recording), no matter how voluminous and earlier corpus may be.”

Richard Janda et Brian Joseph, “On language, change, and language change – or, of history, linguistics, and historical linguistics”, in JOSEPH, Brian et JANDA, Richard [ed.], *The Handbook of Historical Linguistics*, Oxford, Blackwell, 2005, p. 20.

Apesar de serem escassos os elementos que suportem o estudo das escolas de primeiras letras das vilas indígenas em estudo, é-nos possível inferir sobre as características dos aprendentes e/ou utilizadores do português no contexto em análise, como a idade, o género e etnia. A educação escolar indígena neste tempo contemplava crianças de ambos os sexos, fazendo-se, contudo, uma diferenciação ao nível dos conteúdos, além do recurso a mestres e mestras, respectivamente. À partida, não se julgava pertinente o ensino da escrita e de aritmética às meninas, mas sim a aprendizagem de técnicas de rendas e bordados. Esta é, de resto, uma tendência da época (contrária a Verney, que propõe uma educação mais rica em conteúdos disciplinares), divergindo o ensino de meninas tanto em matérias, como em qualidade, substituindo-se, por exemplo, as noções de aritmética por aprendizagens práticas (com marcada finalidade utilitária) consideradas importantes à futura dona de casa. Ainda assim, “a leitura, a escrita e a aritmética ocupavam as alunas menos tempo do que os trabalhos manuais”³¹⁴, considerando-se mais pertinente a sua preparação para a administração do lar do que, propriamente, em termos de literacia.

No contexto de aprendizagem de uma língua não materna, como sucederia no caso das povoações indígenas em análise, importa, logo à partida, diferenciar situações e conceitos diversos em duas perspectivas: a da comunicação e integração social e a da educação escolar. No primeiro domínio, interessará atender ao fenómeno das línguas em

³¹⁴ Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 25.

contacto, como os seus falantes interagem sem partilharem o mesmo código linguístico, recurso a uma inter-língua, como ocorre a socialização linguística numa outra língua, o contexto social em que ocorre, o significado social da busca do nativismo. Se a aprendizagem decorre em ambiente de escolarização, evidentemente que os conteúdos leccionados, embora ocupando um lugar central no processo, são já o produto de uma escolha que, geralmente, foge à decisão do aprendente: decorrem, sim, da intenção do professor, de uma vontade político-económica, do interesse sociocultural de uma classe dominante. Além dos conteúdos, interessará observar a formação do próprio professor, como se encontra – ou não – capacitado para o ensino de línguas, como gere as dificuldades e necessidades dos alunos, como é permeável ao meio escolar e às práticas pedagógicas dominantes em determinado período³¹⁵.

Do lado dos aprendentes, em situações de uso da língua não materna, importará atender à emergência da estrutura (nomeadamente lexical, fonológica e sintáctica) da língua materna, aos processos cognitivos em aprendentes de L2 e bilingues, aos processos de aprendizagem de L2, a eventuais situações de alfabetização em língua não materna, a restrições biológicas e psicológicas. Acresce ainda que língua, cultura e identidade caminham lado a lado, podendo dar azo a conflitos entre grupos distintos, pela divergência e resistência face à língua e cultura alvo, que poderão rivalizar em estatuto e predominância³¹⁶.

³¹⁵ Relativamente à aprendizagem, Kumaravadivelu nota a existência de factores internos de aprendizagem a diversos níveis: individual (idade e ansiedade), afectivo (motivação e atitudes), tático (estratégias de aprendizagem, assim como de comunicação), conhecimento (conhecimento linguístico e metalinguístico), negociação (interacção e interpretação) e ambiental (contexto social e educativo). KUMARAVADIVELU, B., *Understanding Language Teaching: From Method to Postmethod*, London, Lawrence Erlbaum Associates, 2008, p. 31.

³¹⁶ Muito embora este apontamento surja no âmbito da linguística histórica, sentimos que, pela abordagem que faremos ao procurar entender os moldes em que decorreu no Nordeste brasileiro a educação das crianças ameríndias em primeiras letras, enfrentaremos dificuldades similares. Ao procurarmos evidências quanto às principais dificuldades sentidas por estes alunos ao serem escolarizados numa língua que, na generalidade dos casos, seria distinta da sua língua materna, nem sempre será possível comprovar através de fontes originais. Coloca-se, desde logo, o problema de uma língua cujo estatuto ou relação não será totalmente clara – pondere-se o tipo de familiaridade, contacto e uso com este código linguístico, assim como a relevância das línguas indígenas e línguas gerais em comunidades plurilingues.

12.1. Aprendizagem e performance dos ameríndios, falantes não nativos de português

Desde sempre a aprendizagem da leitura ocupou um lugar essencial na instrução de base, até porque começa por ser o objecto da educação escolar nos primeiros anos.

“No other single activity occupies as much time in the school day of a first and second grade child. Second, reading is the primary means of acquiring skill and knowledge in other subject matters. [...] Thus reading is the *sine qua non* of the school curriculum from the first day through the end of a student’s formal education.”³¹⁷

Desconhecia-se, em profundidade, os processos de ordem psicológica envolvidos, e ainda menos a interferência de fenómenos das línguas em contacto³¹⁸. A ausência de um conhecimento científico e pedagógico alargado não implica, naturalmente, que não ocorressem fenómenos como auto-correcção, clarificação e reconstrução de frases em fases iniciais de aprendizagem do português³¹⁹. Mesmo expostas à aprendizagem escolar da língua portuguesa, as crianças ameríndias não terão abandonado completamente o uso da sua língua materna, com forte possibilidade de terem mantido algumas estruturas fonéticas, morfossintáticas e lexicais, elementos que poderão ter interferido na própria aprendizagem da leitura e da escrita, com predominância do primeiro caso. Dado tratarem-se de comunidades linguísticas ágrafas, coloca-se ainda a questão da habilidade motora, com coordenação dos movimentos no uso da pena, postura adequada. Considera-se, por isso, fundamental buscar um entendimento das capacidades que se espera desenvolver ao nível da leitura e da escrita, assim como os processos envolvidos no desenvolvimento dessas competências. De

³¹⁷ Charles Peretti et Mary Curtis, “Reading”, in DILLON, Ronna et STERNBERG, Robert [eds.], *Cognition and Instruction*, London, Academic Press, 1986, p. 13.

³¹⁸ Não sendo nosso intuito defender anacronismos, não poderemos deixar de estudar procedimentos de aprendizagem à luz do que hoje sabemos, graças aos contributos das áreas da psicolinguística e da sociolinguística, que nos permitem vislumbrar o processo de ensino-aprendizagem das línguas numa revigorada perspectiva. Restar-nos-á, talvez, inferir com alguma cautela, levantar hipóteses e procurar chegar a conclusões que não deixam de estar em aberto, na expectativa de se encontrar registos que atestem – ou contrariem – os nossos postulados.

³¹⁹ A este nível o *Quadro europeu Comum de Referência para o ensino das Línguas* e, em particular, os níveis de referência reflectem sobre os elementos dominantes em cada uma das etapas do desenvolvimento da capacidade de comunicar num idioma não materno em ambiente formal de aprendizagem.

salientar, ainda, que muito embora as metodologias no ensino das primeiras letras em contexto indígena sejam em tudo idênticas às levadas a cabo junto de falantes nativo do português, os sujeitos-alvo desta instrução possuem características distintas, a começar pela ausência de um sistema de escrita na sua língua, além de a sua alfabetização ocorrer em língua não materna³²⁰.

Concentremo-nos nos processos de aquisição de leitura. Longe de se tratar de uma capacidade automática, esta actividade cognitiva envolve a interacção de uma série de processos até se chegar à formação de uma representação mental do material escrito (que é objecto dessa mesma leitura), em resultado da sua compreensão. Processos esses que vão desde a descodificação ou processo de conversão do escrito para a fala, a associação das palavras no seu formato escrito com o conhecimento lexical armazenado na memória de longa duração, e, na sequência deste último, a activação do sentido das palavras³²¹. Na aprendizagem da leitura, sobressairá, naturalmente, num primeiro momento, a capacidade de descodificação – na associação grafema-fonema, mesmo que não lhe seja atribuído sentido – e de reconhecimento³²² de palavras, até se chegar a estruturas mais complexas, tanto em termos da sua composição silábica, flexão e articulação com outras (caso das expressões lexicais e locuções, que, podendo envolver palavras de classes gramaticais distintas, funcionam como uma unidade no discurso).

³²⁰ Presentemente, perante demandas análogas de alfabetização numa língua não materna, como sucede com a integração de imigrantes, existe uma grande diversidade de propostas metodológicas, as quais passam pela centragem na interculturalidade, destaque de situações e usos muito concretos da língua-alvo nas suas rotinas quotidianas, ensino-aprendizagem centrado na oralidade, entre muitos outros. Para o caso da alfabetização em espanhol de falantes não nativos, cf.

http://cvc.cervantes.es/obref/inmigracion/debate/recursos.htm#no_alfabetizados

³²¹ Charles Peretti et Mary Curtis, “Reading”, in DILLON, Ronna et STERNBERG, Robert [eds.], *Cognition and Instruction*, London, Academic Press, 1986, pp. 14-15.

³²² O modo como se opera pode partir simplesmente da percepção individual de letras, uma percepção da palavra como um todo, assim como pode envolver um conhecimento já existente sobre a estrutura ortográfica na língua. Com a prática e uma experiência de leitura mais desenvolvida, a percepção das letras, sílabas, palavras torna-se quase automática, o que, por sua vez, influenciará de forma determinante a fluência, a entoação e até a expressividade. Um leitor experiente conseguirá, de forma mais ágil, um eficaz reconhecimento visual-verbal sem precisar de excessiva atenção (ou tempo de preparação) às estruturas com que contacta.

“[...] the reader must access words, retrieve meanings, encode propositions, make inferences, apply schemata³²³, and build a text model. Resources can be allocated to other things as well – decoding an unfamiliar name, searching memory for an antecedent, searching the written page for a previously read fact, etc. The reader’s ability to do enough of these things well is the key to successful reading.”³²⁴

No tocante à aquisição da capacidade de leitura na criança, o modo como inicia e progride depende de uma série de factores, como o momento em que ocorre, qualidade dos intervenientes ou mediadores desse processo (que pode surgir logo no seio familiar), a metodologia usada ou até o tipo de sistema de escrita envolvido (alfabético e não alfabético, a título de exemplo). No caso de um sistema alfabético, desde logo se poderão levantar alguns obstáculos a essa aquisição, de que constituem exemplo a associação de letras a abstracções perceptuais (os fonemas, sobretudo no caso das consoantes, conseguindo as vogais ser mais concretas, muito graças à sua duração acústica na fala) e uma aprendizagem probabilística e dependente do contexto (o que sucede quando estamos perante uma ortografia menos explícita, podendo um mesmo grafema pode ser foneticamente realizado de diferentes formas, dependendo da morfologia da palavra)³²⁵. Logo,

“The acquisition of reading depends on learning environments and the script system to be learned. Alphabetic systems demand that the learner acquire the alphabetic principle that maps meaningless speech segments to meaningless script units. Knowledge of speech is important for this association to take place, and the child’s knowledge of speech segments is not very explicit prior to learning to read. [...] The first phase is characterized by making associations between printed and spoken words, and the second phase is characterized by applying the alphabetic principle and learning to decode novel word forms. The transition between these stages is marked by increasing attention to constituent letters as the control features of word identification.”³²⁶

Considerando a relevância do conhecimento da língua a partir da fala na aquisição da capacidade de leitura, impõe-se a ponderação do caso dos alunos não

³²³ Relativo ao conhecimento organizado do leitor acerca de conceitos, sentidos de palavras, retinas e acções do quotidiano, que lhe permite fazer inferências e tirar ilações a partir de elementos explícitos e implícitos no texto.

³²⁴ Charles Peretti et Mary Curtis, “Reading”, in *op.cit.*, p. 31.

³²⁵ Idem, *ibidem*, p. 35.

³²⁶ Idem, *ibidem*, pp. 41-42.

falantes, na ausência do domínio da oralidade da língua em que estão a ser alfabetizados, ponto que abordaremos mais adiante.

Esperar-se-ia do aluno alfabetizado o domínio de conhecimentos que passavam pelo que actualmente designamos por «tecnologias da escrita» (identificação das letras do alfabeto, direcções da escrita, diferenciação das letras de outros sinais gráficos como os números, a pontuação e a acentuação), «codificação» (escrita de letras e palavras, com demonstração do conhecimento das letras do alfabeto, assim como da relação entre os sons e a grafia), «descodificação» (a decifração e a fluência na leitura), compreensão da leitura e, em sentido mais restrito, usos sociais (com eventual aplicação pela distinção e recurso a diferentes tipos e géneros textuais³²⁷. Na *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (1722) de Manuel de Andrade de Figueiredo, salienta-se, precisamente, a importância de da devida destreza motora no manusear da pena: “A primeira, e principal cousa em que os Mestres devem instruir aos principiantes, he o pegarem bem na penna; porque nisto está o tomarem bem o corte das letras, e disposição para escreverem libera”³²⁸. Uma questão que, de resto, também Coménio salientara para um bom domínio das técnicas de escrita.

O processo de aprendizagem envolve, efectivamente, três fases distintas: a fase cognitiva, em que se procede a uma representação global da tarefa, com compreensão dos seus objectivos e da sua natureza; segue-se a fase de domínio, pautada pelo treino e aperfeiçoamento das operações básicas envolvidas; e por fim a fase de automatização, onde já não existe um controlo consciente, graças à mestria alcançada por via da compreensão, assimilação e treino ou experimentação. Tomando este modelo global de aprendizagem, Margarida Martins e Ivone Niza³²⁹ defendem que, também na aprendizagem da leitura, ocorrem estas mesmas etapas. Seguindo o percurso reflexivo

³²⁷ Veja-se, a este propósito, os referenciais propostos detalhadamente através da apresentação de competências e seus descritores ao nível da alfabetização em MACIEL, Francisca [coord. Ger.], *Matriz de Referência Comentada: Matemática, Leitura e Escrita – Programa Brasil Alfabetizado*, [Brasília], Ministério da Educação, [2007].

³²⁸ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, Lisboa, Off. de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722, p. 12.

³²⁹ MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *Psicologia da Aprendizagem da Linguagem Escrita*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

das autoras, apresentam-se alguns tópicos que julgamos pertinente explorar numa abordagem da alfabetização de crianças ameríndias.

Numa primeira fase, os alunos são introduzidos, de forma mais ou menos consciente, da natureza do sistema alfabético de escrita, suas convenções, características distintivas tanto mais importantes quanto mais afastado for o parentesco entre a língua materna e a língua-alvo. Além disso, observamos, hoje, como existem diversas fases de aprendizagem da escrita, que importa caracterizar devidamente, uma reflexão de particular relevância junto dos professores, porquanto os ajudará a perceber a natureza de tais etapas e as dificuldades sentidas pelos alunos nessa caminhada. Por outro lado, a aprendizagem da linguagem oral e da linguagem escrita não funcionam de modo isolado, apesar de natureza distinta, pois existem relações entre ambos os domínios.

De acordo com o modelo de Fitts, consideram-se as seguintes fases de aprendizagem,: a cognitiva, a de domínio e a de automatização. A primeira etapa envolve a “elaboração de uma representação sobre o objectivo da tarefa”, a “construção de uma ideia global sobre a natureza da tarefa” e a percepção de quais “os meios necessários para a conseguir realizar”³³⁰. A percepção da utilidade da escrita seria, portanto, um forte contributo para o sucesso das aprendizagens. O entendimento do *porquê* e *para quê* aprender a escrever seria uma etapa de extrema importância para as crianças ameríndias, além das características da linguagem escrita e respectivas relações com a linguagem oral. Se, contudo, não percebessem qual o uso que poderiam dar a esse conhecimento no seu quotidiano, ou até quais as mais valias para si e para a sua comunidade, seria natural que apresentassem mais dificuldades no seu domínio, podendo ser este um factor a considerar na taxa de abandono escolar. Já a fase de domínio, correspondendo ao treino das operações envolvidas no processo de escrita, o aluno deverá

“aprender a tratar o código – reconhecimento directo de palavras, utilização das correspondências grafo-fonológicas para ler palavras desconhecidas – e tratar semântica e conceptualmente o texto, procurando o seu sentido – questionar o texto, antecipar

³³⁰ MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *Psicologia da Aprendizagem da Linguagem Escrita*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, p. 17. Baseiam-se as autoras em Fitts 1962, cit. por DOWNING, J. et LEONG, C. K., *Psychology of Reading*, New York, Macmillan, 1982.

elementos sintácticos ou semânticos, organizar logicamente os elementos identificados, memorizar as informações semânticas, o significado do texto”³³¹.

Oferece-se como uma etapa de não menor complexidade, percorrendo-se por vezes um longo caminho até se atingir um nível de automatização (última fase), com a desejada consolidação do entendimento cognitivo das suas funções e a aprendizagem dos processos de natureza mecânica. Na fase de automatização, a criança já consegue ler de modo fluente e autónomo diversos tipos de textos. Não deixa de ser curioso que primeiro é necessário consciencializar para que depois se torne um processo automático, de um conjunto de operações que deixam de ser pensadas conscientemente.

Opera-se, como se observa, uma evolução no sentido “de uma fase de relativa confusão cognitiva para uma progressiva clareza cognitiva à medida que a escolaridade avança”; por outro lado, a maior parte das dificuldades de aprendizagem da linguagem escrita prende-se a incertezas de ordem conceptual relativamente aos seus objectivos e características, aspectos relacionados precisamente com a fase cognitiva, e não propriamente problemas ao nível da aquisição da técnica da leitura e/ou da escrita³³². A este nível, há algumas questões se nos colocam desde já: quais as etapas existentes na aprendizagem das primeiras letras no período em análise? Qual o caminho percorrido no sentido de os alunos adquirirem estes procedimentos automatizados na leitura e na escrita? Seria efectuado algum tipo de consciencialização das crianças ameríndias face às características do sistema alfabético e da natureza da linguagem escrita? Haveria algum tipo de abordagem particular no reconhecimento, por um lado, de o público-alvo ser oriundo de sociedades ágrafas e de, por outro, ter uma outra língua materna?

Pensar a aprendizagem da leitura e da escrita implica uma necessária reflexão em torno do sistema alfabético. Apoiadas em autores como Downing, Gombert e Cary, Margarida Martins e Ivone Niza destacam que, à vista dos sistemas silábicos, em que cada sílaba corresponde a uma marca gráfica única, o sistema alfabético português se oferece de aprendizagem mais complexa. Isto se tivermos em conta que um mesmo

³³¹ MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *op.cit.*, p. 18.

³³² Idem, *ibidem*.

fonema pode ser realizado de modo diferente, dependendo do contexto – não existe uma relação unívoca entre grafema e fonema em muitos casos. Salienta-se, mesmo, que “a escrita alfabética requer capacidades elevadas de reflexão sobre o oral”, sem esquecer a distinção que importa fazer das diversas letras, seja de natureza perceptiva (nomeadamente na distinção de maiúsculas e minúsculas), seja na compreensão dos traços distintivos relevantes entre as formas dos caracteres³³³.

Embora as formas gráficas utilizadas no nosso alfabeto possam ser relativamente simples, ainda assim alguns trabalhos têm evidenciado que as crianças têm mais facilidade em reconhecer formas gráficas complexas. Como podemos perceber, a tarefa de ligar unidades de fala às unidades de escrita não é tão simples como se possa supor, já para não falar do modo como a ordenação temporal das unidades da fala é representada graficamente, podendo a orientação efectuar-se de diferentes formas. Em português, recorre-se a um sistema de ordenação espacial linear, orientado da esquerda para a direita e de cima para baixo. Além disso, existem espaços entre as palavras e observa-se um conjunto de convenções, nomeadamente para se começar e para se mudar de parágrafo, o modo como se opera a translineação, marcas gráficas de representação de discurso directo, entre outros. Ao nível das convenções observadas na escrita setecentista, convém destacar que a separação entre palavras nem sempre era evidente, recorria-se a um grande número de abreviaturas, a translineação nem sempre operada como hoje a conhecemos, para não falar de diferentes associações entre grafemas e fonemas, podendo uma mesma palavra surgir grafada de diversos modos, até num mesmo documento.

Vejamos ainda algumas peculiaridades da linguagem escrita. O seu recurso além de implicar “uma situação de controlo por parte daquele que escreve sobre a sua própria actividade”, pressupõe “uma representação abstracta de uma situação de comunicação com uma finalidade geral e com destinatários fictícios ou pelo menos parcialmente simulados”³³⁴ – ou simplesmente que não se encontram em presença do interlocutor. Contrariamente ao discurso oral, a linguagem escrita permite a realização de uma

³³³ Idem, *ibidem*, pp. 20-21.

³³⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

planificação e a avaliação do que se regista, na medida em que é possível proceder a leituras, releituras, escrita e reescrita, um controlo da produção em função das finalidades e dos destinatários visados. Oferecendo-se como um registo de carácter permanente, espacial e visual, contrariamente à linguagem oral, transitória, temporal e com recurso ao sistema auditivo (com destaque igualmente para a entoação, ritmo, e volume) e visual (não esqueçamos os gestos e expressões faciais), o discurso escrito implica uma maior ponderação sobre o que se pretende registar.

Ponderando sobre os moldes através dos quais se operava a aprendizagem da leitura e da escrita no século XVIII, não parece óbvio até que ponto se acentuariam as diferenças entre estes dois modos de comunicação. A própria metodologia empregue, por seu turno, poderia não promover uma transição que hoje julgaríamos proporcionada e adequada, sem se desmerecer o valor das línguas maternas indígenas no processo de escolarização. E certamente estaria longe de fomentar o desenvolvimento de competências de comunicação, pois nos momentos de exposição oral, na representação de peças de teatro, na declamação de poemas e na defesa de temas, a linguagem oral é usada de modo muito próximo ao da linguagem escrita. Trata-se de formas intermédias presentes no contexto de vida académica de muitos alunos desta época, em especial nos colégios jesuítas – portanto, mais ao nível dos estudos médios, e não tanto no ensino de primeiras letras. Se, ainda assim, se oferecem estas e muitas outras como situações pedagógicas potenciadoras da compreensão entre estes dois modos do discurso, não deixavam de se constituir como realidades inteiramente distantes dos alunos ameríndios.

Poderiam, eventualmente, estar presentes nos contextos de vidas das crianças indígenas antes de ingressarem na escola, embora seja uma hipótese algo remota, pela percepção que temos do funcionamento das suas comunidades e até mesmo do ambiente sociocultural das vilas indígenas criadas com Sebastião de Carvalho e Melo. A interacção entre oralidade e escrita deveria até ser bastante sancionada: a interferência far-se-ia, quando muito, da escrita sobre a fala, incutindo-se uma maior formalidade no registo usado. Contudo, avançamos com a possibilidade de as crianças ameríndias serem expostas a actividades que pressupunham alguma elaboração, pelo menos ao nível da linguagem escrita, como constatamos pela análise dos textos produzidos nas

escolas das povoações indígenas sob a jurisdição do governo de Pernambuco cerca de 1760.

O ensino da leitura nas escolas de primeiras letras obrigava a criança a um domínio do código de relações entre sons e letras, numa caminhada que começa com o aprender a isolar, a oralizar e em combinar as sílabas, até estar apta a reconhecer a natureza das partes do discurso, categorias gramaticais e significação das palavras³³⁵. Os actos da leitura e da escrita, recorda J. de Magalhães, são funções humanas integradas que não se limitam aos órgãos mais directamente envolvidos:

“A leitura e muito especialmente a escrita dependem de uma perfeita articulação entre o cérebro e a mão, através da visão. Mas o grau de concentração, a disposição morfológica e o desenvolvimento de uma tecnologia específica, constituem um desenvolvimento integrado.”³³⁶

Consequentemente, a educação em primeiras letras revela-se, na situação em análise, um processo exigente e que requer um esforço acrescido, porquanto decorre junto de indivíduos oriundos de sociedades ágrafas e que estão a ser alfabetizados num idioma que não é a sua língua materna.

O domínio da escrita na prática escolar, nota Chervel, enquanto código de conduta gráfica, tendo por finalidade a aproximação do aprendente-escritor face à norma ortográfica vigente, é uma exigência dos tempos modernos. Nos séculos XVII e XVIII, a ortografia encontra-se associada apenas ao domínio do alfabeto, valor fónico de cada letra, ditongos, pronúnciação de sílabas, palavras e frases, evidenciando-se mais a prática da leitura do que efectivamente da escrita. Portanto, era por via do exercício da leitura que o aluno se deparava com questões de ordem ortográfica, mas num sentido muito restrito. Não havia, portanto, um ensino simultâneo a ler e a escrever, muito embora as escolas fossem assim designadas. Na prática, na maior parte das vezes desenvolvia-se apenas a competência de leitura, nomeadamente junto de alunos do sexo

³³⁵ CHERVEL, André, *Histoire de l'enseignement du français du XVIIe au XXe siècle*, Paris, Retz, 2006, p. 79.

³³⁶ MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001, p. 36.

feminino ou oriundos das classes populares – uma situação que prevalecerá igualmente em Portugal ainda no início do século XX nos meios rurais.

“Apprendre à écrire, c’est d’ailleurs surtout apprendre à copier des «exemples» d’écriture, en reproduisant fidèlement les lettres, et toute la formation de l’élève s’attache à la qualité du graphisme, non à la maîtrise des règles et des usages orthographiques. [...] L’écriture est calligraphique avant d’être orthographe. On s’intéresse à la belle écriture avant de s’intéresser à l’écriture correcte.”³³⁷

No caso da educação se processar entre indígenas, surgiam algumas dificuldades decorrentes das próprias tradições de cada povo.

12.2. A idade como elemento diferenciador

Uma outra questão que tem sido desde sempre considerada reside no factor idade como elemento crucial para uma melhor proficiência em línguas. Desde há muito que tal vinha a ser sugerido, inclusivamente pelos missionários quinhentistas:

“Constatando-se haver uma predisposição mais favorável na juventude para a aprendizagem, são portanto admitidas crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 7 anos, sendo no entanto possível encontrar jovens adolescentes já com 11 ou 12 anos nas escolas de primeiras letras, pois estes, dominando já a sua língua materna, dariam «excelentes intérpretes».”³³⁸

Mesmo no âmbito da sociolinguística, no concernente a contextos de línguas em contacto, o factor idade parece assumir particular relevância³³⁹. Heine e Kuteva sugerem que se trata de um dos parâmetros mais salientes, observando, nomeadamente, o contacto entre Tariano e línguas Tucano no noroeste da Amazónia:

³³⁷ CHERVEL, André, *op. cit.*, p. 82.

³³⁸ LEITÃO, Ana, *op. cit.*, pp. 80-81.

³³⁹ Cf., entre outros: SINGLETON, David et LENGYEL, Zsolt [eds.], *The Age Factor in Second Language Acquisition*, Clevedon, Multilingual Matters, 1995 [disponível in

http://www.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=r2HEqsWeQTYC&oi=fnd&pg=PR6&dq=The+Age+Factor+in+Second+Language+Acquisition&ots=71PgrV_q8B&sig=w5NrVfVus9ig8udT1abCC2ms6dU#v=onepage&q&f=false]; KRASHEN, Stephen et al. [eds.], *Child-adult differences in second language acquisition*, Rowley, Newbury House Publishers, 1982.

“Situations of language contact are more likely to involve younger than old people, and male speakers are overall more likely to participate in such situations than female ones, etc. [...] Conversely, if in a situation of language contact one finds a difference in speech along generational lines, then this might be suggestive of contact-induced language change where the speech of the younger generations reflects the innovated and that of the older generations the conservative state of the language.”³⁴⁰

No tocante à alfabetização, não poderemos ignorar a natureza dos processos psicolinguísticos envolvidos. Ponderemos, pois, sobre a psicologia da aprendizagem da linguagem escrita. Ainda que se possa oferecer de diferentes modos ao ser desenvolvida na língua materna comparativamente a situações de aprendizagem da escrita em língua não-materna, há aspectos de certo modo comuns – ou ao menos semelhantes.

Segundo teorias desenvolvimentistas, é possível observar na infância determinados estádios. Como Piaget notara e estudos posteriores vêm reforçando, a faixa etária entre os 2 e os 7 anos é particularmente propensa a desenvolvimento linguístico, à memorização e enriquecimento de estruturas. Coménio propusera, ainda no século XVII, a constituição da escola de língua nacional, onde a criança entre os 6 e os 12 anos aprenderia “aquelas coisas que lhe serão úteis durante toda a vida”³⁴¹. Partidário de que a formação deveria ter lugar na «primeira idade», argumentava:

“[...] na idade infantil, [o cérebro, à semelhança da cera,] é inteiramente húmido e mole e apto a receber todas as figuras que se lhe apresentam; mas depois, pouco a pouco, seca e endurece, de tal modo que nele mais dificilmente se imprimem ou esculpem as coisas, como a experiência demonstra.”

“Concluimos portanto:

I. Que a formação do homem deve começar na primavera da vida, isto é, na puerícia.

[...]

III. Que tudo o que deve aprender-se deve dispor-se segundo a idade, de modo a não dar a aprender senão as coisas que os alunos sejam capazes de entender.”³⁴²

Entre outros factores, importa destacar que o cérebro da criança se encontra mais preparado para tarefas que impliquem a memorização. Com efeito, regista-se,

³⁴⁰ HEINE, Bernd et KUTEVA, Tania, *Language Contact and Grammatical Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

³⁴¹ Ao nível da educação moral, recomenda a introdução de ensinamentos conformes à capacidade da idade da criança, cabendo portanto ao professor a gestão da sua complexidade. COMÉNIO, *Didáctica Magna: Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos*, Lisboa, Gulbenkian, 4.^a ed., 1996, p. 428.

³⁴² COMÉNIO, *op. cit.*, pp. 129 e 209. Apud LEITÃO, Ana, *Da Selva para a Escola*, p. 81.

inclusivamente, uma redução progressiva da densidade da matéria cinzenta entre a infância e a idade adulta mais pronunciada na região frontal a partir da adolescência. No conjunto, há a salientar o impacto das mudanças operadas no neuro-desenvolvimento da criança e adolescente ao nível da função mnemónica e na eficácia com que, logo em idade pré-escolar, se armazena informação. Patricia Bauer³⁴³ observa mesmo como, a partir dos 7 anos, não só há um aumento na capacidade de retenção de dados na memória, como ainda a criança é mais eficiente na eliminação de conteúdo irrelevante na memória a curto prazo, aumentando assim a capacidade de memorização. A autora nota, igualmente, como na idade escolar as mudanças se tornam ainda mais pronunciadas no uso de estratégias de memorização, podendo a escolarização fomentar o desenvolvimento de formas de organização mental:

“The net result of these changes is that children become increasingly adept not only at maintaining information in temporary registration, but at initiating the type of organizational processing that promotes consolidation of it.”³⁴⁴

Também Vygotsky não esqueceu o papel da memória no desenvolvimento infantil, salientando a existência de uma «memória natural» quando nasce, não implicando um processamento profundo de informação, antes se situando mais ao nível da percepção. O seu desenvolvimento passa, posteriormente, pelo recurso a/apoio em elementos auxiliares externos até se atingir, por fim, a apropriação e domínio de ferramentas de memorização internas³⁴⁵.

Apesar de conhecida a capacidade infantil para a retenção de informação numa memória de longa duração, desde há muito se percebera que não se deveria recorrer excessivamente a esta estratégia nas metodologias de ensino sob pena de não se desmotivar os alunos nem de se garantir uma efectiva memorização dos conteúdos. Recomendava, em 1767, D. Joanna de Villeneuve que não se deveria

³⁴³ Patricia Bauer, “The cognitive neuroscience of the development of memory”, in COURAGE, Mary et COWAN, Nelson [eds.], *The Development of Memory in Infancy and Childhood*, East Sussex, Psychology Press, 2ª ed., 2009, pp. 115-144.

³⁴⁴ Patricia Bauer, “The cognitive neuroscience of the development of memory”, in *op.cit.*, p. 135.

³⁴⁵ KARPOV, Yuri, *The Neo-Vygotskian Approach to Child Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 22-25.

“fazer da memória do discípulo um escuro, e confuso armazém de factos, mas sim em ordenar, e aclarar as noções que correspondem aos mais vulgares termos, em acostumá-los a distingui-las bem, e a conhecer exactamente as proporções, e analogias, que umas conservam com os outros”³⁴⁶.

Repare-se como existe um apelo mais pronunciado face à compreensão nas aprendizagens, percebendo-se que a mera fixação com ausência de significação não garantia nem um seguro nem um bom entendimento dos conteúdos curriculares, uma questão que ter igualmente o seu impacto nos métodos de alfabetização, onde se procura ir além da mera descodificação das letras, como tivemos oportunidade de observar em capítulo anterior (cf. Capítulo 1).

No debate em torno da inteligência, surgem conceitos operativos como a adaptação, a assimilação, a acomodação, a sensibilidade, que interferirão e moldarão as estruturas cognitivas do indivíduo, na defesa da existência de factores intrínsecos e extrínsecos, ao invés de existir simplesmente uma pré-disposição individual para o sucesso ou o insucesso nas aprendizagens. Por seu turno, a noção de inteligência acarreta, ainda, sentidos variados, distinguindo Gardner a característica distintiva da espécie humana, a dimensão das diferenças individuais (capacidades) e ainda a performance na concretização de tarefas³⁴⁷.

A inteligência dos ameríndios poderia constituir ela própria uma ameaça, pela força e qualidade dos argumentos na defesa dos seus próprios direitos frente a uma sociedade colonial dominada por uma elite que não deixa de se constituir uma minoria. Se se apregoava a sua pressuposta falta de inteligência, geralmente é feita no sentido de se observar uma maior dificuldade no domínio de operações mentais complexas, muito embora revelem capacidades excepcionais em situações mais práticas, como sejam as

³⁴⁶ VILLENEUVE, D. Joanna Rousseau de, *A aia vigilante, ou reflexões sobre a educação de meninos, desde a infância até à adolescência*, Lisboa, Off. de António Vicente da Silva, 1767, pp. 97-98. Apud Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000, p. 6.

³⁴⁷ Mais recentemente, e sem desmerecer o contributo de autores como Francis Galton, Alfred Binet, Piaget, Vygotsky, tem-se explorado a natureza e desenvolvimento da inteligência. Robert Sternberg et al, “Where are we in the field of intelligence, how did we get here, and where are we going?”, in STERNBERG, Robert et al. [eds.], *Models of Intelligence – International Perspectives*, Washington, American Psychological Association, 2003, pp. 3-25.

artes plásticas, as actividades oficinais, as práticas de recollecção, as operações militares. Na verdade, era do interesse da sociedade colonial a manutenção de algumas potencialidades reconhecidas – e variáveis, mesmo de cultura para cultura – entre os indígenas mas sobretudo a nível prático, o suficiente para garantir a sua integração social, bem mais proveitosa do que o seu alheamento, mais propício ao desencadear de tensões e lutas, atentando contra a paz ambicionada, tão essencial ao progresso económico dos sertões, do Nordeste, enfim, da colónia em geral.

Os missionários já haviam observado a «dureza de espírito» dos índios no que tocava a instrução. A assimilação de conteúdos tornava-se tanto mais penosa quanto as matérias se tornavam mais densas, envolvendo operações lógicas mais complexas, ou quanto mais se progredia em idade. Estudos recentes enfatizam que é possível notar uma hereditariedade parcial da inteligência que, embora possa condicionar o indivíduo, não deixa de interagir com o meio, podendo este ajudar a desenvolver (ou, em sentido contrário, inibir) o seu potencial de capacidade mental – como seja o caso de uma dieta alimentar pobre poder conduzir a significativas disfunções intelectuais³⁴⁸.

A viabilização da instrução escolar, o proporcionar de meios, tarefas e situações variados, tanto em ambiente de missão, como da vila indígena terão, certamente, contribuído, ainda que tenuemente, para o despoletar do potencial individual. Evidenciaram-se os mais capazes (e também mais empenhados, motivados e sensibilizados para essa mudança), a quem não se deixou de viabilizar a ascensão social e profissional. De certo modo, as medidas preconizadas pelo *Directório* buscavam o desenvolvimento, ainda que altamente condicionado e forçado, de características que ecoam não apenas um projecto civilizatório conforme aos ideais europeus de então, não exibem unicamente a urgência de uniformizar as culturas indígenas; corria, em sentido paralelo, o entendimento de que para a formação do homem moderno, para que o seu espírito fosse efectivamente iluminado pela força da inteligência, se impunha o esforço de se afastar de uma condição «bárbara» e «selvagem» - isto é, do seu estado natural, de uma vivência centrada na sobrevivência, no físico e no empirismo. Em certa medida,

³⁴⁸ Cf. trabalhos de Stephen Petrill, Elena Grigorenko, entre outros. STERNBERG, Robert et al. [eds.], *Models of Intelligence – International Perspectives*, Washington, American Psychological Association, 2003.

não fora muito distinto o sentido das actividades missionárias empreendidas até então, com a diferença de se procurar construir o «homem novo» à luz do exemplo de Cristo, pelo conhecimento dos grandes princípios norteadores da prática cristã e dos bons costumes.

Se, no plano educativo, pareciam evidenciar-se manifestas dificuldades por parte dos índios, não estaria em causa a inteligência dos índios mas antes a sua performance cognitiva ou intelectual, resultante da qualidade da interacção entre inteligência e aprendizagem³⁴⁹. Porém, numa concepção global de inteligência, incluem-se elementos tão variados como a inteligência comportamental, determinantes internos (motivações, personalidade, temperamento, hereditariedade, capacidades de aprendizagem) e externos (nutrição, motivações culturais, interferência do meio e das experiências e situações vivenciadas, sua variedade e diversidade...), de que resulta um quadro dinâmico e variável de indivíduo para indivíduo, de contexto para contexto, de cultura para cultura.

Na relação entre a inteligência e as capacidades de aprendizagem, parecem estar directamente implicadas a automatização de processos cognitivos, a qualidade da performance, a rapidez, retenção e capacidade de armazenamento de informação na memória de longa duração³⁵⁰. Daí resultam, em parte, as diferenças individuais no exercício de funções cognitivas em operações tão variadas como a compreensão de textos e conceitos, a resolução de uma situação problemática, a concretização de uma tarefa, a planificação e gestão de acções, a associação entre elementos, a esquematização de conceitos e ideias, a resolução de uma operação aritmética, a inferência de dados implícitos, entre outros.

³⁴⁹ Cf. W. K. Estes, “Intelligence and learning”, in FRIEDMAN, Morton et al. [eds.], *Intelligence and Learning*, [NATO Conference on Intelligence and Learning, York, July 16-20 1979], New York, Plenum Press, 1981, pp. 3-25.

³⁵⁰ Cf. Edward Necka, “Learning, automaticity, and attention: an individual-differences approach”, in ACKERMAN, Phillip et al. [eds.], *Learning and Individual Differences: Process, Trait, and Content Determinants*, Washington, American Psychological Association, 1999, pp. 161-184. Veja-se, ainda,: HEALY, Alice et BOURNE JR., Lyle [eds.], *Learning and Memory of Knowledge and Skills: Durability and Specificity*, California, Sage Publications, 1995; MENZEL, Randolph [vol. ed.], *Learning and Memory: A Comprehensive Reference*, vol. 1, Oxford, Academic Press, 2008.

De modo a esclarecer precisamente a existência de uma diferenciação etária na aprendizagem de uma língua não materna, Sónia Atalaia³⁵¹ aprofundou questões relativas à aquisição e aprendizagem de uma língua, factores que interferem no desenvolvimento cognitivo dos aprendentes – crianças e adultos – sem desconsiderar a consideração de princípios e técnicas na escolha e aplicação de métodos e práticas pedagógicas. Na distinção de objectivos de aprendizagem de uma nova língua – a busca de um nível elevado de mestria ou apenas de habilidades básicas de comunicação – crianças e adultos apresentam motivações e capacidades, de facto, diversas³⁵².

Na busca de uma justificação para as diferenças observadas em termos de capacidade de aquisição e aprendizagem de línguas, surgiram teorias tão diversas como a plasticidade cerebral, a predisposição biológica e a «*imprinting theory*», enfatizando todas elas existir determinado factor ou conjunto de factores no desenvolvimento precoce da criança que potenciam o alcance de uma proficiência nativa. Porém, Asher e Garcia³⁵³ não encontram em nenhuma dessas perspectivas a demonstração de que as crianças tenham efectivamente, uma capacidade especial na aprendizagem de uma segunda língua superior à dos adultos.

Se em termos de aquisição se reconhece a existência de uma predisposição biológica na assimilação das estruturas da sua língua materna, as premissas mudam quando se fala de aprendizagem, que poderá envolver ou não um processo de escolarização, sendo a alfabetização feita, à partida, na língua materna. Teremos, por isso, que atender às próprias circunstâncias em que ocorre essa aprendizagem, podendo ter um carácter mais lúdico e atractivo junto das crianças, e, por isso, de mais eficaz concretização, contrariamente aos adultos. Os autores reforçam, contudo, com base em testes que aplicaram, que existe efectivamente uma correlação entre a idade e o tempo

³⁵¹ ATALAIA, Sónia, *A Diferenciação Etária no Ensino/Aprendizagem de uma Língua a Falantes de outras Línguas*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005.

³⁵² Numa fase inicial, graças às associações com as estruturas e regras do seu idioma maternal, os adultos tornam-se mais hábeis ao nível da morfologia e da sintaxe do que as crianças, desenvolvendo competências estratégicas. ATALAIA, Sónia, *op. cit.*, p. 129.

³⁵³ J. Asher et R. Garcia « The optimal age to learn a foreign language », in KRASHEN, Stephen et al. [eds.], *Child-Adult Differences in Second Language Acquisition*, Rowley, Newbury House Publishers, 1982, pp. 3-12.

de permanência na criança num determinada comunidade. Assim, crianças que sejam inseridas numa outra cultura e língua entre 1 e 6 anos de idade, e vivendo em imersão linguística – a escolarização será um factor acrescido – entre 5 e 8 anos, conseguiria uma proficiência próxima (e não ainda igual) à de um falante nativo da língua segunda/não materna em termos de pronúncia³⁵⁴. Ainda assim, assinalam não existir uma determinação exclusivamente biológica no alcance dessa proficiência, na medida em que também crianças mais velhas o poderão conseguir. Questionamo-nos se, entre outras razões, estarão a qualidade da convivência com a língua a aprender, se a instrução escolar ajuda à aprendizagem e manutenção da língua não materna e se a superação das diferenças entre língua materna e língua não materna poderá ficar gradualmente mais condicionada, com o passar dos anos. Krashen³⁵⁵ e outros observam que muito embora a criança não use de uma atenção consciente no domínio e aplicação das estruturas com as quais contacta, comparativamente com os adultos, ainda assim conseguem ter uma pronúncia similar à de um falante nativo. A puberdade surge, efectivamente, como um ponto de viragem no que concerne à capacidade de aprendizagem de línguas, sendo substancialmente mais difícil, daí por diante, perder o sotaque³⁵⁶.

Além destas teorias, centradas ao nível da proficiência do oral, não estranhámos que outros domínios do funcionamento da língua possam tornar-se mais presentes a partir da adolescência por diante, nomeadamente pela transposição de estruturas lexicais para a língua-alvo, a busca de construções sintácticas similares às que usa na sua língua materna, a associação grafema-fonema por lógica idêntica à que realiza na leitura de textos na sua língua. Patkowski³⁵⁷ observa que, dada a facilidade de as crianças usarem a língua segunda, sentem-se mais à vontade em se integrar na comunidade e interagir

³⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 10.

³⁵⁵ Herbert Seliger, Stephen Krashen et Peter Ladefoged, “Maturation constraints in the acquisition of second languages”, in KRASHEN, Stephen et al. [eds.], *Child-Adult Differences in Second Language Acquisition*, Rowley, Newbury House Publishers, 1982, pp. 13-19.

³⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 16.

³⁵⁷ M. Patkowski, “The sensitive period for the acquisition of syntax in a second language”, in KRASHEN, Stephen et al. [eds.], *Child-Adult Differences in Second Language Acquisition*, Rowley, Newbury House Publishers, 1982, pp. 52-63.

mais activamente, o que potencia uma melhor aquisição de estruturas, conseguida de forma mais natural comparativamente com um ambiente escolarizado.

Muito embora se prossiga a contestação em torno dos constrangimentos da maturidade na aprendizagem de línguas, não se conseguindo consenso quanto à sua justificação pela divergência dos factores aludidos – de ordem biológica, social e psicológica – a ênfase colocada no desenvolvimento de uma proficiência similar à do nativo no plano do ensino-aprendizagem mudou substancialmente. Até muito recentemente, e durante largos séculos, o sucesso da instrução numa dada língua era avaliada pela capacidade do utilizador-aprendente fazer um uso correcto e ajustado da língua no modo oral e escrito³⁵⁸.

Os educadores dos séculos XVI a XVIII tinham um conhecimento empírico das capacidades dos alunos por via das experiências pedagógicas empreendidas, com observação do maior ou menor sucesso e insucesso de certos conteúdos e práticas escolares. Não é, naturalmente, de desprezar a avaliação feita pelos profissionais de ensino, fundada na intuição e que, actualmente, acaba por encontrar comprovação científica do que desde há muito se pressentia, sem, não obstante, se entender verdadeiramente o motivo ou actuar da forma mais adequada às circunstâncias.

A proficiência numa língua não se restringe, unicamente, à sua dimensão gramatical, nem o sucesso das aprendizagens se encontra simplesmente dependente de uma suposta facilidade inata do indivíduo ou da sua motivação e empenho nas práticas escolares. Um dos factores que merecem particular atenção é o da abordagem do factor idade, devendo contemplar a capacidade humana para o conhecimento e para o processamento da linguagem³⁵⁹. Argumentam os autores, ainda, como um conhecimento consolidado na língua materna afectará de forma positiva a aquisição de uma nova língua. Notam como, de facto, existe um declínio nas potencialidades do

³⁵⁸ Modernamente, e por influência das recentes tendências em didáctica e política de línguas, de que é vivo exemplo o *Quadro Europeu Comum de Referência*, entre outras medidas empreendidas pelo Conselho Europeu, confere-se mais destaque à eficácia da comunicação e à intercompreensão.

³⁵⁹ Kenneth Hyltenstam et Niclas Abrahamsson, “Maturational Constraints in SLA”, in DOUGHTY, Catherine et LONG, Michael [eds.], *The Handbook of Second Language Acquisition*, Malden, Blackwell Publishing, 2003, pp. 539-588.

indivíduo ao nível da aprendizagem com o passar dos anos mas que, ainda assim, os factores de ordem social e psicológica concorrem para o alcance de elevados níveis de proficiência em jovens adultos, ao passo que durante a infância esses factores não correlacionados com o desenvolvimento biológico do indivíduo desempenham um papel pouco relevante no processo³⁶⁰.

É, ainda, na infância, que se adquire e desenvolve a linguagem oral, começando por uma “modulação do aparelho fonatório resultante de uma operação de análise sensorial, que progressivamente se vai sofisticando e pautando a qualidade do movimento dos músculos articulatórios que reproduzem os sons da linguagem ouvidos”³⁶¹ – para o que concorre a memória fonológica e lexical.

12.3. Confronto com os estádios de desenvolvimento do aluno

Cada estágio de desenvolvimento contempla, no geral, quatro componentes, a saber: a diferenciação qualitativa face ao estágio precedente; a representação de um sistema de organização mental novo, progressivamente mais compreensivo; a ocorrência de acordo com uma sequência invariante; a correlação com a idade³⁶². A disciplina de Psicologia Educacional considera a existência de três importantes teorias de desenvolvimento: a do desenvolvimento cognitivo, de Jean Piaget; a do desenvolvimento moral, de Lawrence Kohlberg (cf. Capítulo 4); e, por último, a do desenvolvimento pessoal, de Erikson.

O modelo de análise proposto por Piaget assenta na identificação de sistemas consistentes dentro de faixas etárias amplas, dando assim origem ao desenho de quatro estádios de desenvolvimento cognitivo que, por sua vez, e dada a sua extensão, compreendem subcategorias. Cada estágio principal, conforme apresentado abaixo,

³⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 574-575.

³⁶¹ Alexandre Castro-Caldas, “O conhecimento da leitura e da escrita modela a função neural”, in SILVA, Augusto [org.], *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística/Univ. Católica Portuguesa, 2.^a ed., 2003, p. 469.

³⁶² SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993, p. 170.

apresenta-se como “um sistema de pensamento qualitativamente diferente do precedente”, na medida em que se opera “uma transformação fundamental dos processos de pensamento” de forma sequencial invariável³⁶³.

Quadro 26 - Jean Piaget e os estádios de desenvolvimento cognitivo

Idade	Estádio	Descritor
0-2	Sensório-motor	Ênfase na imediação dos sentimentos, incapacidade de atender às consequências. Tudo se resume ao «aqui e agora».
2-7	Intuitivo ou pré-operatório	Crença na intuição, pensamento mágico; as fantasias são reais. Abundam as superstições.
7-11	Operações concretas	Ênfase nos factos e rotinas; existe apenas uma forma de fazer as coisas. Nunca se altera qualquer rotina, apesar das mudanças de circunstâncias.
11-16	Operações formais	Pensamento alargado ao mundo das ideias, transcendendo a realidade concreta. Capacidade para examinar informação de um ponto de vista lógico. Maior facilidade em compreender significados simbólicos, metáforas e analogias ³⁶⁴ .

Fonte: “Desenvolvimento cognitivo”, in SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993, pp. 102-126.

Cada estágio nunca existe de forma pura, sendo antes definido, esclarecem Sprinthall et Sprinthall, por uma forma fundamental de actividade cognitiva, com possibilidade de coexistência ou sobreposição de características de outros estádios. Os autores salientam ainda:

“As crianças não podem superar um atraso de desenvolvimento nem acelerar o seu movimento de um estágio para o seguinte; precisam de experiência suficiente em cada estágio e de tempo suficiente para interiorizar essa experiência antes de poderem prosseguir.”³⁶⁵

Reconhece-se que, ao entrar na adolescência, ao se desenvolver o pensamento abstracto, existe uma maior capacidade de metacognição, com uma maior consciência

³⁶³ SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *op. cit.*, p. 102.

³⁶⁴ Domínio do pensamento perspectivista.

³⁶⁵ SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *op.cit.*, pp. 102-103.

da variedade de estratégias a que é possível recorrer na aprendizagem que o indivíduo poderá estar a realizar. Em termos práticos, parecem aumentar as oportunidades de autocorreção aquando da resolução de problemas com os quais se poderão deparar³⁶⁶.

Estudos posteriores têm esclarecido alguns pontos controversos nesta teoria de Piaget, nomeadamente pelo reconhecimento de algum pensamento simbólico, durante período sensório-motor, capacidade inicialmente associada a estádios de desenvolvimento posteriores, bem como a existência de uma maior capacidade das crianças no período pré-operatório ao nível da classificação de números.

Atendamos às características do aprendente no período de escolarização até por volta dos 9 anos de idade. Regra geral, “manifestam claras tendências cognitivas para formas de pensamento concreto, existindo simultaneamente prenúncios de raciocínio formal e abstracto, embora escassos”³⁶⁷. Será lícito tomar estes princípios como referência para o entendimento das capacidades de aprendizagem de crianças indígenas? Não haverá, ainda, uma distinção a ser notada em termos históricos? Se bem nos recordamos, alguns missionários jesuítas manifestaram o seu descontentamento pela incapacidade dos índios numa apreensão efectiva dos conhecimentos transmitidos, quer ao nível da alfabetização, quer da doutrinação na fé católica. Anchieta via nos ameríndios uma certa incapacidade de raciocínio e resistência à aprendizagem, encontrando apenas na prática do castigo a melhor estratégia. Ponderámos sobre estes pressupostos anteriormente e concordámos com Serafim Leite quando afirma ter existido, pelo contrário, uma dificuldade na adaptação e compreensão de novos modelos mentais, e não necessariamente uma incapacidade radical³⁶⁸. Outros notavam o «bom engenho» dos índios, particularmente motivados tanto na aprendizagem do ABC, como do catecismo. Ainda assim, a interpretação das informações veiculadas na epistolografia jesuíta carece de particular cuidado, uma vez que há o desejo claro de legitimar e valorar a empresa missionária pelos frutos que, pressupostamente, vai conseguindo, sobretudo aos olhos do Rei, que

³⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 112.

³⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 103.

³⁶⁸ LEITE, Serafim, "A conversão do gentio do Brasil", In NÓBREGA, Manuel da, *Diálogo sobre a Conversão do Gentio*, Lisboa, Comissão do IV Centenário da Fundação de São Paulo, 1954, p. 19. Apud LEITÃO, Ana, *op. cit.*, p. 123.

exigira esse labor na língua e na fé para o estabelecimento das ordens religiosas naquela colónia.

Hess et Rhodes³⁶⁹ salientam como, desde há muito, alunos oriundos de determinados grupos étnicos são conotados como sendo portadores de perturbações mentais, distúrbios emocionais e dificuldades específicas de aprendizagem. Tal advém, em parte, de se tratarem de minorias sociais, com graves carências económicas, sendo por sua vez a pobreza conotada com uma maior incidência de bebés com um peso inferior à média, má nutrição, ambiente familiar desfavorável ou menos propenso ao desenvolvimento cognitivo e emocional da criança e condições de vida deficitárias. Por seu turno, Sprinthall et Sprinthall sublinham a existência de evidências, a partir de estudos transculturais, de que o período de tempo de cada estágio de desenvolvimento cognitivo pode variar. Em nossa opinião, a convivência com estímulos de raciocínio lógico assim como o grau de complexidade das operações cognitivas empreendidas no quotidiano da sociedade ou comunidade em que o indivíduo se encontra poderão ser factores acrescidos a ter em conta, sem que inibam ou despoletem exponencialmente o nível de desenvolvimento do indivíduo.

No estágio do pensamento intuitivo ou pré-operatório, salienta-se o aumento expressivo da capacidade da criança no armazenamento de imagens, de que é exemplo a apreensão de palavras e estruturas gramaticais da língua. É por excelência o período em que se assiste a um desenvolvimento notório do vocabulário, que além da memorização implica a compreensão e o uso do léxico. Tratando-se da fase em que a criança está mais apta e propensa à aprendizagem da língua, estímulos exteriores dos adultos no uso da linguagem para comunicar e interagir – como a leitura de histórias, a aprendizagem de poemas e canções infantis - são, efectivamente, determinantes para o seu desenvolvimento linguístico³⁷⁰. Uma vez mais, a diferença está tanto na qualidade como na frequência, mas sobretudo da compreensão do *input* verbal³⁷¹, funcionando o

³⁶⁹ Robyn Hess et Robert Rhodes, “Providing neuropsychological services to culturally and linguistically diverse learners”, in D’AMATO, Rik et al. [eds.], *Handbook of School Neuropsychology*, New Jersey, John Wiley & Sons, 2005, pp. 637-660.

³⁷⁰ SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *op. cit.*, p. 106.

³⁷¹ Cf. KRASHEN, Stephen, *The Input Hypothesis: issues and implications*, Essex, Longman, 1985.

ambiente de imersão linguística, a integração no meio escolar, um meio familiar favorável à utilização diversificada de meios e recursos linguístico-comunicativos e a motivação introduzida no contacto com estes últimos como factores determinantes para o desenvolvimento linguístico – e cognitivo – da criança.

Considerada esta fase como a ideal para a imitação ou reprodução de sons e palavras, domina o pensamento intuitivo e criativo, prestando-se a criança à realização de “livres associações, fantasias e significados únicos ilógicos”³⁷². Sabemos, contudo, que a ideia da infância no Antigo Regime diverge ao ponto de as aprendizagens a tomarem como um adulto em potencial, com forte condicionamento da actividade criativa e com uma total ausência do lúdico nas metodologias de ensino. Era de disciplina, rigor e moderação de costumes, impõe-se um código de conduta muito restrito e propõe-se o contacto e imitação face aos melhores exemplos, inclusivamente ao nível de práticas de leitura edificante e dos grandes modelos literários.

Entrando no estágio das operações concretas (7 aos 11 anos), a criança apresenta uma compreensão de aspectos concretos ou específicos de problemas ou situações com que sejam confrontados – é o momento ideal para a escolaridade. “Sempre que a escola dá ênfase a competências e actividades como contar, classificar, construir e manipular, o desenvolvimento cognitivo será estimulado”³⁷³. Além disso, a criança percebe as regras pelo seu valor ou pertinência, tomando-as como princípios imutáveis. Mas existem riscos. Com a apresentação de conteúdos de forma mais sofisticada, apelando à compreensão de relações abstractas cognitivas, o aluno nesta faixa etária terá mais dificuldades pela ausência de um equipamento mental a esse nível de exigência. Mesmo que incite a criança a imitar ou reproduzir um determinado conceito ou definição, por via da memorização, está ainda longe da compreensão do que enuncia. Lidam, antes, melhor com a experimentação e a observação directa. Ainda assim, se as tarefas forem

³⁷² SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, *op. cit.*, p. 106.

³⁷³ Idem, *ibidem*, p. 109.

simplificadas, e porque de facto já demonstram uma frágil capacidade de raciocínio abstracto, conseguirá responder aos desafios colocados³⁷⁴.

De acordo com a teoria de Erikson, de destacar, no período da segunda infância – que compreende a idade de 6 a 12 anos – como os grupos da vizinhança e da sala de aula funcionam como importantes agentes de socialização, voltando-se a criança para o exterior, já não tão centrada na família³⁷⁵.

Quadro 27 - Erik Erikson e os estádios de desenvolvimento pessoal

resolução idade	esperança	vontade	finalidade	competência	fidelidade
0-24 meses	Confiança vs. desconfiança	Autonomia precoce	Iniciativa precoce	Mestria precoce	Identidade precoce
2-3 anos	Formas posteriores de esperança	Autonomia vs. Vergonha	↓	↓	↓
4-6 anos	↓	Formas posteriores de vontade	Iniciativa vs. culpa	↓	↓
6-12 anos	↓	↓	Formas posteriores de finalidade	Mestria vs. Inferioridade	↓
13-18 anos	↓	↓	↓	Formas posteriores de competência	Identidade vs. Difusão
Após 18 anos	↓	↓	↓	↓	Identidade (moratória e adquirida) vs. Difusão continuada

Fonte: “Desenvolvimento pessoal”, in SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993, p. 140.

³⁷⁴ Idem, *ibidem*, pp. 110-111. No concernente, ainda, aos avanços cognitivos da criança nos anos escolares, Orlando Lourenço reconhece a existência de três competências que designa como «não-Piagetianas, baseando-se em teorias de autores cognitivistas contrários à interpretação de Piaget: mudanças na capacidade de processamento da informação – que, como veremos, está também associada à capacidade de retenção de informação, e, no geral, a uma maturação neuronal – mudanças na utilização de regras e estratégias na resolução de problemas intelectuais e mudanças na aquisição de conhecimentos específicos e relativos a certos domínios, abrangendo conhecimentos ou saberes de carácter factual e declarativo – pela intensidade e frequência das aprendizagens formais em ambiente escolar. Relativamente a este último aspecto, tem-se reconhecido, mais recentemente, que a aquisição gradual de conhecimentos específicos afecta, por sua vez, a qualidade do funcionamento cognitivo da criança e do sujeito em geral (teoria de Hatano & Inagaki, 2000). LOURENÇO, Orlando, *Psicologia de Desenvolvimento Cognitivo: Teoria, dados e implicações*, Coimbra, Almedina, 2.ª ed., 2002, pp. 366-369.

³⁷⁵ SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, *op. cit.*, p. 149.

Tratando-se, simultaneamente, da fase do pensamento concreto ao nível do desenvolvimento cognitivo, este factor acaba, efectivamente, por proporcionar, segundo Sprinthall, “um período de estabilidade emocional considerável”, por oposição à ambiguidade reinante nas relações empreendidas no seio familiar³⁷⁶. Isto porque tiram prazer da aprendizagem da leitura, da escrita e do saber contar, na medida em que o domínio destas capacidades possibilita o acesso a uma série de experiências disponíveis. Recordamos, a este nível, o entusiasmo dos índios ainda no contexto das missões, ambicionando deter a capacidade da escrita e da decifração de documentos, ainda para mais oriundos de comunidades agrafas. O próprio sucesso da imitação, pela reprodução de imagens, textos, cânticos e até materiais (instrumentos musicais, rendas e fiados...) poderá encontrar, em parte, a sua explicação pelo estágio de desenvolvimento pessoal e cognitivo dominante.

O sucesso da mestria pessoal encontra-se dependente dos estímulos ao relacionamento com o meio envolvente – uma vez mais, por via da experimentação de vivências muito concretas. Muito embora a criança possa provir de um meio social ou familiar desfavorável, a escola constitui-se, estrategicamente, como espaço à restituição do sentido de mestria, sobretudo se, em vez da memorização e da recepção passiva, da preocupação excessiva pela ordem e disciplina, se incentivar um envolvimento mais aberto e uma aprendizagem mais activa³⁷⁷.

Qual o derradeiro proveito que as crianças indígenas, de comunidades ágrafas, terão, ainda extraído do processo de aprendizagem da leitura e da escrita em que se viram inseridas com a implementação do *Directório*? David Olson, no artigo “What writing does to mind”³⁷⁸, lança novas pistas sobre a compreensão do que o impacto da escolarização pode produzir no aprendente em situação de alfabetização. Partindo da evidência de que existem estádios no desenvolvimento da compreensão do que designa

³⁷⁶Idem, *ibidem*, p. 150.

³⁷⁷Idem, *ibidem*, p. 151.

³⁷⁸David Olson, “What writing does to mind”, in AMSEL, Eric et BYRNES, James [eds.], *Language, Literacy, and Cognitive Development*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 2002, pp. 153-165.

«manmade arifacts», onde se inclui a escrita alfabética, defende um aspecto surpreendente: “we think differently because of our writing systems, number systems, and information technologies”³⁷⁹. Verdadeiros «instrumentos do intelecto», no dizer de J. Goody, estes artefactos notacionais ou de registo assumem uma função fundamental: a de preservação de informação, tornando-se um meio auxiliar à memorização, via externa. Mas vai ainda mais longe, pela defesa de que implica a criação de um novo esquema conceptual e que possibilita a aquisição de mais conhecimento.

“The invention of a notational system, it may be argued, involves the creation of a new conceptual scheme with new possibilities for thinking. Similarly, children’s learning to use an existing artifact requires them to acquire new knowledge and new possibilities for thinking.”³⁸⁰

Nesta ordem de ideias, a criação e utilização de um sistema de escrita conduz a novas formas de representação, pensamento e consciência. De modo análogo, Alexandre Castro-Caldas³⁸¹ defende o conhecimento da leitura e da escrita como elemento modelador da função neural: desde o envolvimento de estruturas neurais específicas, de um e outro hemisfério, nas realizações motoras implicadas na fase exploratória da criança (na transição do período pré-escolar para as actividades de destreza motora que antecedem a aprendizagem das letras) e na escrita intencional, ao modo como evolui o movimento grafo-motor do ponto de vista comportamental e como se concretiza a análise visual no acto de leitura, movimentando-se os olhos em movimentos sacádicos³⁸².

³⁷⁹ Idem, *ibidem*, p. 154.

³⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 155.

³⁸¹ Alexandre Castro-Caldas, “O conhecimento da leitura e da escrita modela a função neural”, in SILVA, Augusto [org.], *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística/Univ. Católica Portuguesa, 2.^a ed., 2003, pp. 465-489.

³⁸² Decorre em algumas fracções de segundo, dependendo do grau de familiaridade com a língua e tema do texto, dimensão do mesmo, intenção da leitura e treino de leitura. Alexandre Castro-Caldas, “O conhecimento da leitura e da escrita modela a função neural”, in SILVA, Augusto [org.], *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística/Univ. Católica Portuguesa, 2.^a ed., 2003, pp. 472.

Para Vygotsky, fora o desenvolvimento da humanidade que despoletara a invenção de elementos auxiliares externos, sob a forma de símbolos e sinais materializados das mais diversas maneiras, usados como mediadores da memória³⁸³.

Trata-se, portanto, de um processo dinâmico, que transcende um mero valor mnemónico ou a simples apropriação de signos e técnicas de escrita. Acarretando, assim, novas funções cognitivas e novos modos de pensamento, para além de a língua, em si, servir de mediadora entre o mundo externo (o que abrange a realidade visível e um dado conjunto de saberes e experiências) e o mundo interno que é a mente humana³⁸⁴, os indígenas do Brasil tinham, de facto, motivos para verem na capacidade da escrita uma dimensão que os transcendia.

No domínio da aprendizagem da leitura, Olson recorda como o aprendente tem de conseguir analisar a fala de uma forma compatível com as propriedades do sistema escrito e de encontrar a devida associação entre os sons que ouve e a sua representação por meio de letras. Implica, por isso, novo tipo de percepção, logo desde que se aprende a ler e a escrever o alfabeto. Aponta, por isso, que a aprendizagem de um sistema gráfico requer conceitos meta-representacionais – que passa pelo reconhecimento de uma palavra, por oposição a uma sílaba, a uma letra ou a uma frase - de modo a perceber o próprio funcionamento de cada símbolo empregue.

A criança, por seu turno, possui a sua própria perspectiva sobre a escrita e esta, por sua vez, reflecte o conhecimento sobre a língua e o uso que faz dela (léxico que domina, sons que percebe e associa de determinada forma, circunstâncias de utilização que recorda por contacto directo ou indirecto). Não é, sequer, automática, a associação entre símbolos e palavras, questão particularmente evidente nas crianças em situação de pré-leitura. Conforme estudos recentes, há uma tendência generalizada para o entendimento das palavras como a representação de acontecimentos, de forma literal, e não como linguagem acerca de acontecimentos – facto que nos recorda, antes, a

³⁸³ KARPOV, Yuri, *The Neo-Vygotskian Approach to Child Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 22-23.

³⁸⁴ Teoria defendida por Katherine Nelson em *Language in Cognitive Development*. Apud David Olson, “What writing does to mind”, in AMSEL, Eric et BYRNES, James [eds.], *Language, Literacy, and Cognitive Development*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 2002, p. 155.

escrita de civilizações antigas, como a pictográfica ou ideográfica e a sílabo-vocabular, desenvolvida tanto pelos Sumérios como pelos Egípcios³⁸⁵.

Não se trata, evidentemente, de capacidades inatas ao indivíduo. E sabemos, ainda, que quanto maior for a sua familiarização com um dado sistema de representação de uma língua, mais fácil se tornará a sua aprendizagem, manuseio e uso. O próprio alfabeto é uma convenção, a formação do plural e a variação em género é convencionada de determinado modo numa determinada língua. Há, sim, uma mais fácil associação, nas crianças, dos símbolos escritos – sejam palavras ou letras – a objectos ou realidades concretas do que a uma representação por palavras. Se recordarmos, então, que o código escrito é uma invenção que vai sendo passada de geração em geração, e que as crianças tendem a começar por estabelecer relações ao nível de formas primitivas de escrita, como as que se acham na arte rupestre ameríndia pré-colombiana, mais facilmente perceberemos quão complexos se foram tornando os sistemas, à medida que foram implicando uma aprendizagem específica nas suas técnicas, na sua compreensão e na sua utilização. Uma condição reforçada pelo estudo de Alice Moro³⁸⁶, que observou como adultos com um contacto deficitário com material escrito tendiam, precisamente, a recorrer a formas de representação idênticas às de crianças em faz de pré-leitura.

Há, portanto, que aprender a lidar com as propriedades linguísticas da fala perante a instrução recebida de um sistema de escrita. Os aprendentes em fase de alfabetização são, então levados a analisar as palavras pelos seus constituintes fonológicos representados por letras. Nesta linha, e tomando o princípio usado durante séculos de se iniciar a aprendizagem do abecedário, seguindo-se um trabalho na associação de vogais e consoantes em sílabas, o ensino de primeiras letras no Antigo Regime, sem a necessidade de preparar os alunos para o uso da língua em contextos excessivamente diversificados, insistia na procura de uma proficiência fonológica, sem

³⁸⁵ Não deixa de ser curioso notar que, no espaço do Brasil, embora os povos indígenas à data da chegada dos Portugueses não possuíssem nenhum sistema de escrita, alguns achados arqueológicos vêm comprovar que os seus antepassados, muito provavelmente do tronco Macro-Jê, em zonas interiores, usavam de formas de representação primitivas. É precisamente a região nordestina, nos seus sertões, que apresenta maior variedade e quantidade de pinturas rupestres.

³⁸⁶ Apud David Olson, “What writing does to mind”, in *op.cit.*, pp. 161-162.

a preocupação, ainda, se efectivamente as crianças construíam um conhecimento metalinguístico sobre as estruturas que liam em textos de elevada complexidade, mesmo em língua vernácula. Nisto, recorde-se, porém, o papel vital de mestres e pedagogos como João de Barros e Coménio que vão precisamente apelar à tendência natural da criança em fase de pré-leitura, num contacto preliminar com o abecedário, em associar as letras a imagens, no fundo a referentes que faziam parte do seu mundo.

Para Olson, “writing serves as a model for thinking about our speaking”, pela validação que o utilizador da língua faz de estruturas pela sua gramaticalidade ou agramaticalidade, usando esse conhecimento do funcionamento desse código linguístico para corrigir e autocorrigir-se. Acrescenta também que a escrita se apresenta, igualmente, como um modelo para a construção de sentido. Encara-a como “model of meaning”, ponderando sobre a divergência entre a significação da palavra e a da fala, o sentido literal e o sentido indirecto. Reforça, por isso, que a escrita afecta o modo como em toda e qualquer cultura se reflecte sobre a língua. Considera, ainda, como o acesso a documentos escritos, dependendo da sua natureza e riqueza, contribui de forma decisiva para a história intelectual, assim como para o desenvolvimento de sociedades letradas. E é ainda graças à escrita que se chega à descoberta da estrutura específica do discurso³⁸⁷. Fora através, precisamente, do conhecimento gramatical do latim e da aplicação desse modelo à reflexão sobre o funcionamento das línguas vernáculas que se levava ao entendimento das regras que orientavam as línguas gerais dos ameríndios brasileiros. Uma prática e uma experiência levada pelos missionários, herdeiros e portadores de uma cultura letrada.

Neste mesma linha, Lourenço destaca como a idade escolar é mais propícia ao desenvolvimento e intensificação de processos de metacognição – o conhecimento sobre o próprio conhecimento – os quais

“«exercem um papel crucial em muitos tipos de actividade cognitiva, como a comunicação oral da informação, a persuasão oral, a compreensão oral e de leitura, a aquisição da linguagem e da escrita, a percepção, atenção e memória, a resolução de

³⁸⁷ Idem, *ibidem*, pp. 162-164.

problemas, o raciocínio lógico, a cognição social e diversas formas de auto-instrução e autocontrolo» (Flavell e tal., 1993, p. 150).³⁸⁸

As palavras acabam por ser verdadeiramente encaradas como palavras a partir do momento em que se reflecte sobre a sua forma escrita e, partindo daí, a sua respectiva associação às estruturas fonológicas usadas. No caso de um falante nativo da língua, essa transposição será feita de forma mais ágil, embora necessariamente orientada, não significando certamente o mesmo para o indivíduo com uma distinta língua materna. De qualquer modo, a alfabetização em idade tardia não deixa de acarretar alguns obstáculos, constituindo-se mesmo uma desvantagem biológica, propícia, nomeadamente, à persistência de uma «pronúncia estrangeira», não obstante a vantagem de, com o tempo, se acumular conhecimento extralinguístico e desenvolver o domínio cognitivo³⁸⁹.

Ora se a aprendizagem da escrita e da leitura providencia uma série de vantagens no âmbito de um desenvolvimento intelectual, se implica o aproveitamento de múltiplos recursos disponíveis no cérebro humano³⁹⁰, se transporta, afinal, o intelecto do indivíduo alfabetizado para uma nova dimensão, levado a reflectir sobre a própria linguagem e a construir novo conhecimento, não poderemos descartar os efeitos que a escrita e a literacia terão certamente produzido nos ameríndios brasileiros das vilas indígenas do governo de Pernambuco. Defendemos, não obstante, que o ensino de primeiras letras durante o período em análise era, obviamente, alheio a semelhantes assumpções, revestindo-se a instrução de um carácter instrumental e impositivo de estruturas e conceitos por via de um saber memorizado, alheio, ainda, às especificidades tanto do ensino de uma língua não materna, como do impacto da introdução de um sistema de escrita junto de comunidades sem tradição gráfica.

³⁸⁸ LOURENÇO, Orlando, *Psicologia de Desenvolvimento Cognitivo: Teoria, dados e implicações*, Coimbra, Almedina, 2.ª ed., 2002, p. 370.

³⁸⁹ OLIVEIRA, Inês, *A aquisição do sistema vocálico por falantes de português europeu como língua não materna*, [Tese de Mestrado Linguística], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006, pp. 17-18.

³⁹⁰ Estimulando, inclusivamente, uma constante transferência de informação inter-hemisférica. Alexandre Castro-Caldas, “O conhecimento da leitura e da escrita modela a função neural”, in SILVA, Augusto [org.], *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística/Univ. Católica Portuguesa, 2.ª ed., 2003, pp. 476 e 485.

Entre a teoria de autonomia individual de Piaget, opondo desenvolvimento e aprendizagem, e a teoria de subordinação do indivíduo às estruturas sociais de Vygotsky, importa encontrar um meio-termo, como sugere Orlando Lourenço: além de ser possível ensinar à criança competências operatórias, embora não seja recomendável o aceleração das aprendizagens, sob risco de memorizar e utilizar os saberes sem os entender, e além de existir uma evidente predisposição, assim como limitação mental para o entendimento de certos conceitos e operações, o desenvolvimento da inteligência pode ainda provir do contacto social.

Não há dúvidas de que a motivação desempenha um papel central na dinâmica da sala de aula. Ashman et Conway designam-na como o desejo que o aprendiz tem em ficar envolvido nas suas aprendizagens e em actividades que impliquem uma problematização. De resto, “Motivation energizes and directs behaviour (Ferguson, 1976) and, hence, it is influenced by past experiences”³⁹¹. A própria resposta emocional da criança à experiência da educação escolar pode revelar-se determinante no seu sucesso académico, seja pelo reconhecimento da sua necessidade, ou pelo apoio que encontrará na própria escola, em casa e na comunidade. A disposição negativa face às matérias e aos métodos empregues pelo professor, a discriminação social, a pressão da família para o exercício de uma actividade profissional, o descrédito sobre os proveitos da instrução, entre outras atitudes desfavoráveis irão reduzir significativamente o entusiasmo, empenho e envolvimento do aluno, sobretudo nesta faixa etária. É possível, nesta medida, observar factores de ordem não estritamente escolar na motivação – enquanto desenrolar de acções, intensidade e persistência do esforço empreendido, define Lorenzo³⁹² - para aprendizagem de uma língua não materna, tanto a nível cognitivo, afectivo como social.

O facto de alguns dos aprendentes indígenas terem, em alguns contextos, decepcionado os seus mestres e regredido nas suas aprendizagens ou inclusivamente

³⁹¹ ASHMAN, Adrian et CONWAY, Robert, *Using Cognitive Methods in the Classroom*, London/New York, Routledge, 1993, p. 19.

³⁹² LORENZO, Francisco, *Motivación y segundas lenguas*, Madrid, Arco/Libros, 2006, p. 9. O autor aprofunda este aspecto numa perspectiva de análise psicológica e de uma visão global da aprendizagem (não apenas académica, mas igualmente em contextos naturais). Explora, inclusivamente, os efeitos da motivação no sistema linguístico.

abandonado a escola não se explica simplesmente por não pretenderem aplicar esforço nas tarefas a que eram obrigados no contexto escolar. À parte de factores sociais de resistência cultural, Lorenzo acentua a existência de diferenças individuais baseadas na atitude e na motivação como elementos diferenciadores do seu êxito ou fracasso. Em termos concretos, poderá exercer uma interferência determinante na própria capacidade de pronunciar correctamente os sons, graças à retenção de unidades fonológicas (codificação fonémica), armazenar conhecimento linguístico como classes de palavras ou a conjugação verbal (memória associativa) e conseguir extrair regras do *input* (sensibilidade gramatical) encontram-se dependentes da atitude que o aprendente tem perante a língua³⁹³.

Tomando por referência a descrição de Halliday³⁹⁴, é possível que, em estádios iniciais de aprendizagem formal ou informal de uma língua não materna, o indivíduo possa começar por dominar algumas funções linguísticas elementares. Antes mesmo de se dominar as estruturas gramaticais, é possível deter um controle de sistemas gramaticais, de certos usos sistemáticos da língua. Serão, certamente, níveis de proficiência distintos dos de um falante nativo, ainda que ambos se encontrem numa etapa de iniciação. Que competências de leitura e de escrita seriam, então, formadas? No âmbito da alfabetização, a competência da leitura desenvolve-se a partir de um estado zero, passando pela análise e decifração do sistema grafofonético, onde a memória ocupa um lugar essencial. O sucesso escolar medir-se-á se conseguir passar de uma fase de recomposição de elementos para o visionamento da totalidade da palavra e, simultaneamente, lhe associar a representação de sentido correspondente³⁹⁵. Se, no início, se poderá valer do reconhecimento das letras e das sílabas pela memorização, sem lhes atribuir qualquer significação em particular, à medida que essa tarefa se vai processando em contextos variados, a criança conseguirá aperfeiçoar a sua capacidade de ler segmentos cada vez mais complexos, desde palavras isoladas a frases cada vez

³⁹³ LORENZO, Francisco, *op.cit.*, p. 13.

³⁹⁴ “A «linguistic approach» to the teaching of the mother tongue?” [1971], in HALLIDAY, M. A. K., *Language and Education*, London/New York, Continuum, 2007, p. 39.

³⁹⁵ REBELO, Dulce, *Estudo Psicolinguístico da Aprendizagem da Leitura e da Escrita*, Lisboa, Gulbenkian, 1990, p. 72.

mais complexas, conquistando uma maior fluência na leitura. Neste sentido, torna-se relevante o conhecimento de dois códigos que, embora distintos, se complementam: o grafofonético e o ideográfico. Afinal, como sublinha Dulce Rebelo, “se as crianças virem palavras completas com sentido, e se lhes for indicado esse sentido, terão directamente acesso às significações.”³⁹⁶

12.4. Cognição e instrução: que elementos na aprendizagem do português pelos indígenas?

Ponderemos sobre aspectos que se colocam na alfabetização em língua não materna do ponto de vista da psicolinguística. O impacto da aquisição de técnicas de leitura e de escrita numa língua que se desconhece revela-se, de facto, mais problemática, entrando em jogo a relação língua-identidade e a reflexão ou consciência sobre as estruturas lexicais e fonológicas na leitura, na escrita e na expressão oral. Quando as crianças indígenas são inseridas no ambiente de escolarização formal, além de se depararem com um sistema educativo profundamente distinto daquele que era veiculado nas suas comunidades de origem, deparam-se com uma língua com alfabeto e com um conjunto determinado de regras e normas de funcionamento, dotada de maior complexidade nas suas estruturas. A sua aprendizagem envolvia a compreensão de estruturas com as quais os alunos poderiam não estar inteiramente familiarizados em situações reais de comunicação, além de o grau de abstracção ser elevado para o entendimento da sua gramática.

Uma vez que a percepção do funcionamento de uma língua implica, necessariamente, a existência do processamento cognitivo das suas representações gramaticais³⁹⁷, os indígenas alfabetizados vivenciaram, de alguma forma, o contraste entre o funcionamento da sua língua materna e o da língua de aprendizagem nas escolas de ler e escrever. A capacidade de processamento verbal das estruturas de uma língua é

³⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 72.

³⁹⁷ Cf. BRESNAN, Joan [ed.], *The Mental Representation of Grammatical Relations*, Cambridge/London, The MIT Press, 1982.

possível graças ao conhecimento armazenado pelo indivíduo, tornando-o inclusivamente apto para distinguir construções consideradas inadequadas, incompletas ou absolutamente estranhas à língua. É o que, afinal, se define como competência linguística ou gramatical do falante/utilizador de uma língua.

Logo no desenvolvimento da lecto-escritura, coloca-se o problema do desenvolvimento de mecanismos que agilizem a redacção de textos e a sua leitura em voz alta, para o que é imprescindível a conversão grafema-fonema. Antes mesmo que se consiga proceder a semelhante associação, o reconhecimento das unidades gráficas (ou fonemas individuais patentes numa palavra) nem sempre é de fácil execução para todos.

“This is because, in order for the GPC [grapheme-to-phoneme converter] to operate effectively, the graphemes have to be identified, a phoneme has to be generated for each one and then the phonemes have to be blended. Finally, the phonological code that has been generated has to be identified by the auditory lexicon. To complicate matters, some kind of memory is involved in order to retain information at various points during these processes and, as mentioned before, there can be alternative phonemes generated from the same grapheme.”³⁹⁸

Beech considera, precisamente, existir uma relação estreita entre os problemas de leitura e a percepção fonémica, na medida em que sem o devido desenvolvimento desta, atrasa-se a capacidade de converter os grafemas em sons. Em termos práticos, tal pode manifestar-se por uma leitura pouco fluente, pelo soletrar de palavras que desconhece, sucessão de tentativas e reformulações, associação a letras, sílabas ou até palavras que mais facilmente reconhece em lugar do que efectivamente o texto apresenta, omissões de palavras e estruturas, entre outros. São problemas que, surgindo numa fase muito precoce da aprendizagem da lecto-escritura, acabam por condicionar a progressão do aluno no seu percurso académico.

Não duvidamos das capacidades de aprendizagem dos índios face à língua portuguesa, nas suas vertentes falada e escrita. Surgem, por vezes, testemunhos das qualidades de alguns, com um domínio ao nível de um falante nativo do português. Geralmente, não obstante, a comunicação escrita era feita de modo indeferido.

³⁹⁸ John Beech, “Chapter 5: The componential approach to learning reading skills”, in COLLEY, Ann et BEECH, John [eds.], *Acquisition and Performance of Cognitive Skills*, Chichester, John Wiley & Sons, 1989, pp. 115-116.

Considere-se, a título de curiosidade, uma carta que o P.^e António Vieira endereçou ao índio Guaquaíba (/Acapaúva/Copaúba)³⁹⁹. Tratava-se do principal dos índios aldeados em Maracanã, actualmente vila de Sintra (Pará), o qual fora inclusivamente armado cavaleiro do hábito de Cristo. Nesta missiva, o jesuíta declara ter recebido uma sua carta, e salienta que, como ele não sabia ler nem escrever, se «fingiam» cartas em seu nome. Não sabemos quem seria o intermediário que descodificaria a mensagem escrita, mas a julgar pela complexidade da mesma, teria de ser alguém com sólida formação escolar. No final, como prova da sua afeição, Vieira escolhe como fórmula de despedida, “*Nhedenceba*” (Teu amigo).

Durante muito tempo se considerou que os índios eram inaptos para aprender. Nas primeiras histórias e relatos feitos acerca do Brasil, uma das justificações mais sugerida era a de não conhecerem nem fé, nem lei, nem rei. Os próprios jesuítas, apesar de defensores da causa indígena, não foram alheios a este aspecto. Não obstante, há uma voz que, discordante, reclama um novo olhar sobre o Índio – precisamente alguém que o faz ao descrever em particular a história nordestina: Domingos do Loreto Couto, nos seus *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Como já aqui tivemos oportunidade de evidenciar, este beneditino revela uma sensibilidade diferente para com os ameríndios. No capítulo VII do Livro Primeiro, que intitula “Mostra-se como os Indios não são privados das virtudes intellectuais”, toma como primeiro argumento a obra de Palafoz – *Retrato Natural dos Indios* - em favor dos ameríndios das possessões ultramarinas de Castela, nomeadamente do Peru e do México, cujas capacidades, dizia, superavam mesmo as dos europeus. Não se demorando sobre este, e tornando aos do Brasil, fala do carácter excepcional de alguns índios que tiveram a possibilidade de demonstrar as suas habilidades no campo das artes e ofícios:

“He certo que são poucos os Indios, que vemos exercitar officios ou artes, mas he evidente que por se lhes não permittir a applicação, não mostram habilidade. Esses poucos se applicarão, sahirão excellentes. Vive hoje na Bahia hum Indio tão famoso escultor que parecem as suas obras feitas por mãos Angelicas. Neste Recife houverão dous entalhadores que obravão maravilhosamente. Em casa de hum meu cunhado se educou huma India da nação Tobayar que em seis mezes soube coser, bordar e fazer rendas de todo primor. [...] Alguãs Igrejas das aldeas dos Indios deste Bispado tem organos, para com mais solenidade se celebrarem as suas festas. Os Indios são os organistas, e

³⁹⁹ Carta ao índio Guaquaíba ou Lopo de Sousa. Mortigura, 22 de Janeiro de 1661. In VIEIRA, P.^e António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 555.

musicos, que beneficião as missas. Em todas as missoens se cantão as ladainhas[,] officio da Senhora e Jaculatorias, que a devoção tem inventado, o que fazem os Indios, e Indias com bem concertadas vozes.”⁴⁰⁰

Dos índios aqui referidos, todos nordestinos, alude-se a indivíduos de etnia Tobajara e Gramació. Evidencia, de resto, que “para tudo que se applicão mostram genio, e capacidade”: na preparação de conflitos armados, reunindo-se em Conselho de Guerra; na sua perícia e destreza no uso de remédios e técnicas medicinais; os generosos vinhos que conseguem fazer extrair das frutas; na subtileza e habilidade com que se aplicam à caça⁴⁰¹.

Entre este elenco, não é esquecida a facilidade de aprendizagem do ler e escrever em língua portuguesa, o que nos faz recordar o que, dois séculos antes, era assaz mencionado nas cartas ânuas dos jesuítas ao darem conta dos avanços da sua acção missionária, tanto no campo da evangelização como da instrução dos índios aldeados, conforme às exigências da Coroa. Diz então Domingos do Couto: “Tenho presente um rapaz da nação Gramacio, de doze annos de idade, que applicando se a ler, e escrever em menos de dous mezes lê bem, e não escreve mal”⁴⁰². Ainda assim, fica por assinalar se esse mesmo índio se encontrava numa aldeia de alguma missão e se fora efectivamente aí que aprendera a ler e a escrever. Acrescenta ainda, mais adiante:

“Por se não examinar na pedra do toque do estudo está certamente occulto o preciso metal do entendimento dos Indios do nosso Brasil. Entre elles não se achão letras mas sim grande capacidade para ellas, pois vemos que se se applicão, adiantão mais em seis mezes, que outros, em hum anno. O certo he, que em tão severa censura não se reprehende hoje, o que se julga que he, se não o que muitos apaixonados querem que seja. Estas verdades os incommodão, e ninguém está mal co huã verdade, que lhe não chame mentira.”⁴⁰³

Fala Domingos do Couto por experiência própria, certamente por ter exercido papel de missionário em alguma aldeia de índios pernambucana. Assume-se, como vemos, como voz discordante e até contrária aos interesses de particulares e até de

⁴⁰⁰ COUTO, D. Domingos do Loreto, O.S.B., *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, [1757], Rio de Janeiro, Typ. da Bibliotheca Nacional, 1904, p. 43.

⁴⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 44.

⁴⁰² Idem, *ibidem*, p. 43.

⁴⁰³ Idem, *ibidem*, p. 46.

administradores de aldeias indígenas, certamente mais interessados em manter os ameríndios como forças de trabalho físico, não percebendo, por isso, a utilidade do desenvolvimento das suas capacidades intelectuais. Fala, em particular, de um caso passado numa “Aldea da administração de outros Religiosos Estrangeiros”, cujo missionário procurara sujeitar os índios a uma rigorosa obediência, não desculpando o mínimo descuido - o que, conseqüentemente, levou a que muitos casais preferissem tornar aos matos. Nem mesmo o capitão-mor dos índios, intercedendo por estes, conseguiu moderar os actos do destemperado padre que, afinal, impedia até “as lições, que de ler e escrever dava aos Indios o seo companheiro”⁴⁰⁴. Teria sido, provavelmente, uma missão de capuchinhos, francesa ou italiana. No final desta contenda, e apresentadas queixas da sua acção ao seu Prelado, acabou o padre missionário por abandonar aquela aldeia, indo para o Recife.

Todas estas menções às capacidades de aprendizagem dos índios para os ofícios e conteúdos escolares, terão certamente tido o devido impacto. Aliás, considerando-se mesmo a data em que esta obra terá sido publicada, será contemporânea, se não mesmo posterior à preparação do *Directório dos Índios* – e, como vimos, este projecto de civilização dos índios insistia na necessidade de estes serem integrados num processo de escolarização formal. Era ainda este missionário desfavorável à aplicação de duros castigos junto dos índios, em particular “que os Padres Missionarios uzem de castigar com assoutes, não a rapazes, mas a todos os pobres Indios, sem distinção de sexos ou idades”⁴⁰⁵.

Havia, já no passado, inúmeros exemplos em que a instrução intentada junto dos índios não fora a suficiente para afastar os índios dos seus antigos costumes, ou sequer para lhes fazer diminuir o desejo de voltarem para a selva. Reflectindo e contestando a ideia geral que se tinha de todos os índios, por sistema, tornarem sempre aos “gentilicos ritos”, não deixa de ponderar sobre a educação das crianças ameríndias:

“O que talvez sucede, he, que algum que sendo menino foy instruido em Religião distinta da de seos Pays, sabendo depois em idade mayor que estes profeçavão outra ley,

⁴⁰⁴ Idem, *ibidem*, p. 47.

⁴⁰⁵ Idem, *ibidem*.

se acha interiormente movido a seguir seos passos. Mas isto he claro que não depende de que dentro das veas tenha semente algũa de Religião paterna, senão que o amor, e veneração a seos progenitores o inclina a imitallos. E he muito natural que lhe faça mais força o exemplo dos que lhe derão o ser, que a imitação dos que lhe roubarão a liberdade. Porem he tanta a força da educação, do costume, e da communicação, que prevalesse contra todas as demais atenções.

[...]

Todo fundamento desta cençura consiste, em primeiro lugar, mostrar a esperiencia, que trasidos alguns meninos tirados das aldeas em que nascerão, para as cidades, e povoações dos Portugueses, sucede que passados alguns annos se retirão para companhia de seos pays e parentes.⁴⁰⁶

A imersão total do aluno num ambiente mais favorável à educação escolar do que o que tinha no seio família ou da sua comunidade parecia a condição mais útil ao seu progresso académico. Outros, porém, demonstrar-se-iam «inábéis» à aprendizagem da leitura e da escrita. Na base de tais dificuldades poderão estar processos cognitivos, ligados, por exemplo, à capacidade de memorização, de associação e até de atenção. Os pedagogos de seiscentos e setecentos conheciam bem as dificuldades mais comuns às crianças na alfabetização, pelo que vários se empenharam na construção de modelos facilitadores da compreensão de noções abstractas como o das próprias letras, seus valores e funções. Veja-se o modelo de abecedário ilustrado da autoria de Coménio ou até de um seu antecessor, o gramático português João de Barros.

No texto das *Constituições*, já se consignava a importância de algumas práticas – por exemplo, a revisão das matérias - de forma a contornar problemas de memorização de conteúdos: “Peçam explicações acerca do que não entendem, e tomem nota do que é útil, para ajudar no futuro as deficiências da memória.”⁴⁰⁷. A memorização ocupava, de facto, um lugar central na aprendizagem escolar. As metodologias de ensino exigiam que os alunos soubessem de cor o que haviam entretanto trabalhado em aula com o professor, devendo dar provas desse mesmo conhecimento oralmente perante a turma⁴⁰⁸. Na aquisição de conhecimento, a construção de relações entre saberes novos, saberes prévios e experiências ocupa um lugar de destaque. Considera-se que ocorreu uma aprendizagem bem sucedida quando o indivíduo processou a informação e elaborou e

⁴⁰⁶ Idem, *ibidem*, pp. 51-52.

⁴⁰⁷ *Const.*, [374].

⁴⁰⁸ CARVALHO, Rómulo de, *op. cit.*, p. 340.

armazenou aquilo que alguns autores designam de representação interna – sob a forma de uma imagem, de uma frase, uma definição, uma regra⁴⁰⁹.

“These processes include the verbal and imaginal transformations learners perform on information, the abstract and concrete relations they generate between experience and knowledge, the plans, learning strategies, and cognitive styles they employ to organize experience, and the attributions they make about the causes of knowledge acquisition.”⁴¹⁰

Além da variedade da natureza de processos envolvidos na aquisição de conhecimento, diferentes de indivíduo para indivíduo, não poderemos esquecer as características do cérebro. As vivências experienciadas por um organismo podem repercutir-se no seu sistema nervoso, graças à sua plasticidade - “This ability to change gives organisms the capacity for learning and memory”⁴¹¹. Haverá, por esse motivo, uma maior dificuldade de retenção de conteúdos e de aprendizagem em sociedades menos desenvolvidas?

A questão do estímulo e da habituação são fundamentais, ocorrendo através de uma interpelação, se não constante, ao menos frequente, de determinadas capacidades neurais. Por isso mesmo, o contexto social e o estágio civilizacional do grupo ou comunidade em que o indivíduo surge integrado pode funcionar como um importante elemento modelador das suas capacidades de aprendizagem, mas não o suficiente para o restringir na totalidade. Existem, por seu turno, factores de ordem física, como malformações ou deficiências no sistema nervoso, que poderão afectar e condicionar o normal exercício das suas funções. A associação de uma mais débil capacidade de aprendizagem a grupos sociais mais desfavorecidos encontra a sua justificação não na sua natureza mas no modo como más condições de vida interferem no próprio quadro de saúde da pessoa, de que é exemplo a má nutrição. Squire ressalta ainda que se opera uma mudança na memória com o passar do tempo, onde se inclui o aspecto da sua

⁴⁰⁹ Merlin Wittrock, “Chapter 6 – Education and recent research on attention and knowledge acquisition”, in FRIEDMAN, Sarah et al., *The Brain, Cognition, and Education*, London, Academic Press Inc, 1986, p. 159.

⁴¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 160.

⁴¹¹ Larry Squire, “Chapter 7 – Memory and the brain”, in FRIEDMAN, Sarah et al., *The Brain, Cognition, and Education*, London, Academic Press Inc, 1986, p. 171.

consolidação ou o estabelecimento estável de representações na memória⁴¹² – daí se estabelecer uma diferenciação entre memória a curto e longo prazo. No primeiro caso, trata-se de uma memória mais restrita, mais eficiente em períodos imediatos e com rápida perda de informação. Ocorre assim que a informação, depois de recebida, é analisada e interpretada (por exemplo, quando se pede a repetição de algo ouvido momentos antes). Já no segundo tipo, o armazenamento da informação não é processado de modo idêntico ao da sua recepção; existe uma retenção mais duradoura⁴¹³.

Em termos práticos, durante essa consolidação opera-se uma retoma de representações originais ou anteriores que são alvo de um esquecimento parcial e da manutenção de outras representações – as mais estáveis e coerentes⁴¹⁴. Quando a aprendizagem proporciona o revisitar de conceitos, operações, noções ou experiências, há como que um *upgrade*, com eliminação de informação acessória, redundante e incoerente.

Mas assim como nem tudo o que memorizamos é do mesmo tipo, também a memorização dessa informação ocorre de modo diferente. Conseguiu-se distinguir, pelas manifestações neurais, ao menos dois tipos de conhecimento, que, por sua vez, são objecto de tratamento diferenciado no cérebro aquando da memorização: o conhecimento processual – filogeneticamente primitivo, é relativo aos procedimentos e ao desenvolvimento de capacidades, não sendo passível de consolidação; e o conhecimento declarativo – que inclui factos e dados das experiências de memória convencional, envolvendo, entre outros, um conhecimento semântico⁴¹⁵. É, portanto, crucial o entendimento de mais do que um tipo de memória também no plano da educação, tanto na promoção da aquisição de informação como no estudo das dificuldades individuais de cada aluno, apelando ao sistema de memória através do qual mais facilmente retém e consolida informação. Squire destaca a relevância de programas de imersão linguística⁴¹⁶.

⁴¹² Idem, *ibidem*, pp. 184-185.

⁴¹³ LAMAS, Estela [coord.], *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*, Porto, Porto Editora, 2000, pp. 306-307; RICHARDS, Jack et al., *Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*, Essex, Longman, 1992, pp. 226-227.

⁴¹⁴ Larry Squire, in *op.cit.*, p. 185.

⁴¹⁵ Idem, *ibidem*, pp. 188-189.

⁴¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 196.

Além da interferência de factores de ordem social, sociolinguística, motivacional e afectiva, a aprendizagem de uma segunda língua envolve processos cognitivos próprios. Diferentes objectivos e métodos de ensino-aprendizagem motivarão, naturalmente, a gestão de diferentes recursos mentais – oponha-se um ensino centrado na leitura de superfície e na compreensão de uma língua através da prática de tradução e análise gramatical (predominante na metodologia tradicional) a uma aprendizagem que privilegie a prática da oralidade através da simulação de situações comunicativas.

“When the teaching is focused primarily on reading, the student’s problem has been considered to be that of acquiring a knowledge of the vocabulary and grammar of the language so that printed texts can be deciphered or decoded [...]”⁴¹⁷.

Existem, de acordo com Stern, uma série de factores com implicação directa na psicologia cognitiva: o contexto social, as características do aluno (que, por sua vez, contemplam outras variáveis, como capacidades gerais de aprendizagem, atitude perante a aprendizagem de uma (nova) língua, experiência prévia na aprendizagem de línguas, estilos de aprendizagem cognitiva), as condições de aprendizagem, o processo de aprendizagem e os resultados da aprendizagem⁴¹⁸. Esclarece Carroll: “for example, the social context may influence the type of input the learner has, and this input may constitute one of the factors under the category of learning conditions”⁴¹⁹. O aluno recorre, pois, a determinado tipo de estratégias e técnicas no seu processo de aprendizagem e, como tal, a processos mentais conscientes e inconscientes cujo resultado pode ser observável através das suas atitudes – frustração, resistência, humor, entusiasmo, entre outras.

Acresce o facto de, em si, a aquisição da língua materna e a aprendizagem consciente de uma outra língua envolverem diferentes estratégias com vista ao domínio e uso das suas estruturas. Krashen defende que no primeiro caso existe uma

⁴¹⁷ John Carroll, “Second Language” in DILLON, Ronna et STERNBERG, Robert [ed.], *Cognition and Instruction*, London, Academic Press, 1986, p. 84.

⁴¹⁸ STER, H., *Fundamental concepts of Language Teaching*, Oxford, Oxford University Press, 1991, p. 339.

⁴¹⁹ John Carroll, in *op.cit.*, p. 89.

aprendizagem inconsciente, implícita e de tipo informal, ao passo que na segunda circunstância impera uma apropriação consciente, tendencialmente explícita e formal. Na aquisição, poderá não ser necessário despende o mesmo esforço em termos de atenção consciente comparativamente com a aprendizagem escolar de uma língua não materna. É certo, contudo, que à medida que se vai desenvolvendo o conhecimento da língua, maior se torna o automatismo no seu uso. Para Carroll, contudo, a diferença poderá estar não entre uma aprendizagem consciente e inconsciente,

“but between learning of communicative responses in situations naturally evoking them and a kind of metalinguistic knowledge about such responses, as is ordinarily imparted in textbooks and classroom presentations.”⁴²⁰

A distinção sobressairá, igualmente, dependendo da natureza da metodologia empreendida no processo de ensino-aprendizagem. Para o presente estudo, enfatizamos o facto de a aprendizagem da língua portuguesa nas escolas de ler e escrever, não chegando a promover o conhecimento profundo da sua gramática, se caracterizar ao menos por uma marcada consciência da diferença de funcionamento sintáctico e morfológico. Não havia lugar a uma «aprendizagem natural», porquanto não se motivava ao treino das estruturas através a simulação de situações autênticas; a alfabetização em língua segunda na época, à semelhança do que ocorria em língua materna, pautava-se pela apreensão de léxico de forma mnemónica e descontextualizada e pela promoção de uma compreensão rudimentar das estruturas da língua. Tal é observável pela qualidade do input através das cartilhas-catecismo, condicionando a alfabetização ao domínio das letras do alfabeto, formulação de sílabas e prática de leitura de orações, ladainhas e demais textos de carácter devocional e/ou de civilidade.

Com a sobrevalorização da mera descodificação em detrimento da associação ao significado de palavras e frases, não se garantia a representação interna de formas e estruturas gramaticais e, conseqüentemente, tornar-se-ia ainda menos garantida a transmissibilidade de conceitos da língua-alvo para a língua materna do aluno – tanto mais em contextos extra-linguísticos. A função da simples memorização de frases seria

⁴²⁰ Idem, *ibidem*, p. 91.

entendida pelos professores como forma de exemplificar as estruturas gramaticais, embora com a nítida consciência de não esgotar a totalidade de ocorrências. Entender-se-ia constituir um exercício útil na medida em que poderia suscitar a aquisição de estruturas “by a process of subconscious analysis and interiorization on the part of the learner – a process not unlike what a learner might use in receiving, understanding, and analyzing language heard in naturalistic situations”⁴²¹.

Centrado em semelhantes métodos e recursos, o ensino de primeiras letras não seria suficiente para garantir a proficiência em língua portuguesa no modo oral e ainda menos no modo escrito – onde se realizaria menos treino. As crianças indígenas do sexo feminino, por seu turno, seriam envolvidas sobretudo numa aprendizagem de carácter utilitário, sendo provável que se desenvolvesse ainda menos a sua literacia. A prática do estímulo-resposta pela memorização de estruturas nem a da imitação bastariam para que, automaticamente, a criança indígena conseguisse de imediato discernir sobre a correcta ordem dos constituintes na frase ou usar de uma pronúncia nativa de forma automática. Parte da chave do sucesso poderá residir, contudo, na atitude do aprendente face à língua (nomeadamente aceitação/negação do estatuto conferido, apego à língua materna, conflito identitário face aos falantes da língua de aprendizagem) e às condições de escolarização (qualidade da relação com o mestre, pela empatia gerada, rigor e disciplina exigidos, características físicas do ambiente de aprendizagem, entre outros), bem como do tipo de envolvimento com a língua portuguesa no contexto socioeconómico e cultural das vilas indígenas (se se encontra em ambiente de imersão linguística, se existem falantes nativos na sua família ou, pelo contrário, é completamente alheio ao seu uso).

A questão da aptidão, por seu turno, desempenha um papel não menos importante na reprodução de sons da língua de aprendizagem, tanto através da imitação – ao menos com recurso à memória imediata – assim como pelo recordar dos valores fonémicos (na sua variedade e distinção) associados a palavras e expressões anteriormente ouvidas. Carroll acrescenta a estes elementos a possibilidade de o indivíduo ser dotado de uma sensibilidade gramatical - isto é, “the ability to become

⁴²¹ Idem, *ibidem*, p. 97.

aware of the grammatical functions of linguistic forms – whether through conscious instructions or through less conscious inductive processes”⁴²². Semelhante capacidade, variável de indivíduo para indivíduo, não tem, necessariamente, de estar associada a esquemas de aprendizagem centrados exclusivamente no trabalho gramatical ou na análise formal da linguagem; antes estará dependente do grau de consciência do indivíduo relativamente ao funcionamento gramatical e capacidade de inferir sobre características estruturais e funções dos constituintes do discurso⁴²³. Não será, portanto, de descartar a possibilidade de, entre os casos de sucesso de aprendizagem do português em ambiente escolar indígena, estejam aspectos relacionados com uma maior habilidade em estabelecer conexões com a sua língua materna e conseguir apreender, formular e desconstruir regras que subjazem ao funcionamento da língua portuguesa e identificar características constantes e típicas da sua fonética, morfologia e sintaxe, contrastantes com a sua língua.

Como já aqui tivemos ocasião de sublinhar, o processo de aprendizagem de uma língua não-materna é distinto do processo de aquisição (natural) através do qual a criança apreende as estruturas da sua língua ao mesmo tempo que desenvolve os mecanismos da faculdade da linguagem. A aprendizagem implica uma maior complexidade na assimilação de informação com a qual o aluno é confrontado, na medida em que, explica Carroll, diferentes níveis da estrutura da língua são apreendidos de forma simultânea – fonológico e/ou grafémico, morfológico, sintático, semântico e discursivo. “The learner’s continual problem is to process linguistic information in such a way as to *notice regularities* in the structure of L2” – uma percepção que, ainda que inconsciente, se apresenta como um processo cognitivo elementar, considerado necessário à aprendizagem da língua não-materna⁴²⁴.

O contexto e as condições de aprendizagem exercem, obviamente, uma função determinante na aquisição de unidades de informação. Mesmo que os objectivos de aprendizagem se centrem na competência de leitura e de escrita, a correspondência entre

⁴²² Idem, *ibidem*, p. 99.

⁴²³ Idem, *ibidem*, p. 100.

⁴²⁴ Idem, *ibidem*, p. 103.

a forma gráfica e o sentido implica a existência de um processo cognitivo que se opera através das próprias intenções do indivíduo, das representações internas que constrói e das respostas cognitivas relativamente a aspectos de ordem não-linguística⁴²⁵. Uma metodologia que privilegie, unicamente, a memorização de estruturas e de regras não será, naturalmente, suficiente para dotar o aprendente da capacidade de saber lidar com contextos linguísticos e extralinguísticos variados – o que pressuporia o desenvolvimento de uma competência comunicativa, *in lato sensu*, e não apenas gramatical.

O enfoque no escrito no trabalho em língua, por seu turno, reveste-se de algumas peculiaridades em termos cognitivos. Trará, certamente, vantagens para o aprendente que já possua um domínio da escrita na sua língua materna – o que pressupõe que a alfabetização já tenha decorrido – não sendo, por isso, a primeira experiência em lidar com um sistema de escrita, suas técnicas e suas variantes. No contacto com a escrita, o aprendente depara-se com o problema de interiorizar e automatizar os aspectos que caracterizam o sistema escrito. Num ambiente de aprendizagem formal, o aluno fá-lo de forma consciente, pela observação de correspondências entre sons e símbolos grafémicos (no caso de se tratar do mesmo sistema de escrita), o que lhe será útil tanto na leitura como na produção de frases e textos. O estabelecimento de relações entre a língua materna e a língua não materna, a busca de regularidades, uma correcta identificação de irregularidades nos vários planos da língua e a interiorização dessas características serão determinantes, reforça Carroll, para a fluência na leitura e a desenvoltura na expressão escrita.

12.5. Erros e interlíngua

Num ambiente que privilegie a aprendizagem de línguas e o sentido da educação escolar em contextos multilingues e multiculturais, ou onde se promova o bilinguismo de forma natural, com valorização das línguas em presença, sobressairão os efeitos positivos dessa mesma aprendizagem, ao passo que a imersão linguística unicamente no

⁴²⁵ Idem, *ibidem*, p. 105.

contexto escolar não conseguirá os mesmos resultados⁴²⁶. A relevância de um bilinguismo precoce coloca-se, precisamente, na aquisição tanto mais natural da língua, e, conseqüentemente, ao alcance de vantagens cognitivas ao nível da capacidade analítica - tanto em tarefas que impliquem conhecimento linguístico, como não-linguístico ou não-verbal – e de competências estratégicas de comunicação.

A questão da gramaticalidade das estruturas usadas não se coloca apenas no plano da análise linguística. Existem impactos reais desses desvios à norma no plano sociocultural, dando inclusivamente azo a juízos de valor associados a deficit cognitivo, baixa condição social e inferioridade racial. Por seu turno, a capacidade de o indivíduo estabelecer associações e inferências sobre o funcionamento da língua-alvo opera-se, em regra, por intermédio dos princípios e parâmetros que conhece da sua língua materna. Dada a profunda diferença entre a gramática da L1 e da LNM nos contextos de aprendizagem de português em meio indígena, semelhante operação revela-se ainda mais difícil, não existindo nomeadamente a possibilidade de ocorrer *transfer* ao nível semântico, o que poderia inviabilizar a aquisição de léxico português através de conhecimento implícito⁴²⁷. Existe, não obstante, ainda a possibilidade de este ocorrer no reconhecimento e produção de vocabulário, num progressivo desenvolvimento da pronúncia e da representação ortográfica através da prática – tanto mais facilitado quanto maior for o contacto entre línguas em contextos multilingues e quanto mais frequente e variado for o contacto do indivíduo com documentos escritos, para não falar da sua motivação e curiosidade.

Após uma aprendizagem da língua não materna melhor ou pior conseguida na infância, os seus efeitos não deixarão de se repercutir na idade adulta, nomeadamente ao

⁴²⁶ Sandra Bem-Zeev, “Bilingualism and cognitive development” in MILLER, Niklas [ed.], *Bilingualism and Language Disability: Assessment and Remediation*, Sydney, Croom Helm, 1984, p. 65.

⁴²⁷ Acosta et Leiria destacam, partindo da teoria de Rod Ellis, a relevância da exploração do conhecimento explícito e implícito em língua, cabendo a este último importância não menos relevante na proficiência na língua segunda. Com efeito, através da interacção entre uso das estruturas, conhecimento na língua materna e conhecimento do mundo, a apreensão de regras surge facilitada – princípios que só muito recentemente têm vindo a ser considerados no ensino-aprendizagem de línguas. León Acosta et Isabel Leiria, “O papel dos conhecimentos prévios na aquisição de uma língua não-materna” in Polifonia - Revista do Grupo Universitário de Investigação em Línguas Vivas, nº 1, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 57-80.

nível das dificuldades de pronúncia, como sublinha Niklas Miller⁴²⁸. Não menos interessantes são as estratégias usadas pelo falante ao procurar contornar essa dificuldade, nomeadamente quando opta pela reinterpretação dos vocábulos de acordo com o léxico que lhe é familiar – o mesmo sucedendo no caso de aprendentes monolíngues. Miller nota que existem erros que, surgidos na infância, persistem na idade adulta, como sucede na associação desadequada de um determinado sentido a uma palavra, pela confusão surgida de um termo com pronúncia ou estrutura morfológica similar.

A exibição de incorrecções ocorre ainda dependendo dos contextos léxico-gramaticais, pelo uso de estruturas desadequadas, mas também no domínio da morfossintaxe. Ainda que a aprendizagem nos meios escolares em análise no século XVIII tenha privilegiado a leitura sobre a escrita (no sentido de um ensino centrado nas regras de ortografia), ou que os alunos estivessem particularmente limitados na perspectiva da expressão tanto no modo oral como no escrito, terão certamente ocorrido determinados erros linguísticos no uso da língua portuguesa mesmo fora de contextos de aprendizagem escolar. E mesmo em contexto escolar, onde se apelaria, afinal, às capacidades de retenção de informação escrita pela percepção visual e de reprodução de forma fiel dos modelos textuais exibidos, o treino da leitura revelar-se-ia uma tarefa longe de ser facilmente conseguida.

Na ausência de fontes e registos que nos testemunhem a qualidade e características das produções orais das crianças indígenas nas escolas de primeiras letras, poderemos, ao menos, prever algumas dificuldades através da comparação do funcionamento das línguas em contacto. Actualmente defende-se a possibilidade de ter existido um crioulo de base portuguesa no Brasil, surgindo nos primeiros contactos empreendidos entre portugueses e ameríndios do litoral. Tal pressupõe o recurso, por parte dos próprios *língua*, de formas simplificadas do português associadas com elementos da língua indígena.

⁴²⁸ Niklas Miller, “Language problems and bilingual children”, in MILLER, Niklas [ed.], *Bilingualism and Language Disability: Assessment and Remediation*, Sydney, Croom Helm, 1984, pp. 84-85.

Se, como vimos, o Tupi Antigo se apresenta como uma língua de orgânica simples, comparada com as línguas ocidentais, certamente o contraste face à complexidade da gramática portuguesa terá sido marcante, ao menos num primeiro momento de aprendizagem. Colocar-se-iam, pois, dificuldades evidentes na sintaxe e morfologia. Um dos exemplos é a ausência de numerais a partir de quatro, tornando problemática a nomeação de grandes quantidades. Ainda assim, a alusão a quantidades superiores era feita por meio de um outro referente que conteria a ideia aproximada do número em causa: por exemplo, a palavra *pé* para cinco, *pés e mãos* para vinte. Semelhante circunstância vidência bem a ilustração na língua maioritariamente de factos concretos, ao passo que as realidades abstractas procuravam ser traduzidas, também elas, através de termos que reflectiam, na sua essência, uma realidade física ou palpável.

Tendo em conta que ainda hoje persiste em Pernambuco a tendência para a colocação do intensificador em fim de frase, poderemos estar perante uma transposição da língua indígena para as estruturas sintácticas do português, numa situação que não fora solucionada de acordo com a norma.

Ex.: *Ele deu pimenta muita.** em vez de *Ele deu muita pimenta.*

Na observação de tais fenómenos na variante actual do Português do Brasil, Plínio Ayrosa observa que esta justaposição ocorre para que não haja uma perda do sentido original.

A questão coloca-se, pois, na aquisição e uso de expressões numerais, facto intimamente relacionado com o sistema cognitivo. Existem propriedades e relações intrínsecas ao número, pelo entendimento e aplicação na prática quotidiana de cada sociedade dessas noções abstractas. O emprego de palavras como *pé* e *mão* para definir uma determinada quantidade suporta precisamente a ideia, defendida por Hurford, de que existem palavras com valor numérico de tipo exacto, na medida em que é possível estabelecer uma correlação directa entre o vocábulo (em conjunto com o referente a que lhe está associado) e a quantidade a determinar⁴²⁹. Numa perspectiva evolucionista, é

⁴²⁹ HURFORD, James, *Language and Number: The Emergence of a Cognitive System*, New York, Blackwell, 1987, p. 174.

possível observar como, em termos psicológicos e sociais, se coloca a questão dos sistemas numerais nas línguas. A íntima relação entre língua, cérebro e sociedade ajudam a explicar os moldes em que se caminha rumo a uma abstracção progressivamente mais complexa, o desenvolvimento da natureza semântica dos números e as transformações morfossintácticas operadas nas estruturas usadas.

Chomsky sugerira a afinidade entre a faculdade humana da linguagem e a faculdade de numeração, no sentido do desenvolvimento de estruturas intelectuais complexas. Hurford partilha desta visão e alarga-a ao entendimento de outros factores, defendendo, contudo, a existência da faculdade de numeração como elemento intrínseco à mente humana e não como uma capacidade autónoma. Resulta, antes, da interacção de determinados aspectos da linguagem com outras capacidades cognitivas relativas ao reconhecimento e manipulação de objectos concretos e conjuntos⁴³⁰.

O desenvolvimento da competência aritmética coloca-se, tal como a da competência linguística, com evidentes intersecções. No plano da escolarização, a aprendizagem das estruturas sintácticas dos números pela criança ocorre num primeiro momento, sem que haja uma análise das unidades que contacta e memoriza; só mais tarde se dará conta da sua estrutura interna e da sistematicidade das suas interpretações semânticas⁴³¹ – facto, de resto, associado às capacidades cognitivas da criança, conforme demonstra o modelo desenvolvimentista de Piaget. Numa perspectiva igualmente desenvolvimentista mas centrada nas comunidades de falantes, existe uma clara evolução, de acordo Hurford, desde a total ausência de numerais, passando por um sistema de expressão de cardinais até cerca de 3⁴³², por um sistema com uma curta

⁴³⁰ Idem, *ibidem*, pp. 2-3.

⁴³¹ Idem, *ibidem*, p. 304.

⁴³² Recorde-se, a propósito, o facto de várias línguas, de ramos distintos (como o sânscrito, o grego, o latim, o inglês, o alemão, o sérvio, o português, entre outras) terem em comum uma base morfológica muito idêntica na contagem de 1 até 3, um dos argumentos usados na defesa da existência de uma proto-língua, convencionalmente apelidada de indo-europeu, código linguístico “falado antes de os seus locutores terem inventado a escrita” (D’ANDRADE, Ernesto, *Histórias de Palavras: do Indo-europeu ao Português*, Lisboa, a. Santos, 2007, p. 21). Efectivamente, parece existir relativo consenso quanto à aplicação da forma matricial nas várias línguas de base indo-europeia nos numerais cardinais apenas até ao limite máximo de 10, ocorrendo daí por diante muitas variações (BEEKES, Robert, *Comparative Indo-European Linguistics: An Introduction*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1995, pp. 212-217), o que poderia denotar uma evolução dos dialectos indo-europeus cada vez mais significativa com o passar do tempo, dando lugar a novos idiomas. Kuriaki advoga, contudo, a existência de

sequência de contagem através de palavras isoladas até 5 ou 10, até ao estágio em que existe já um sistema mais elaborado em termos sintácticos, que suporta a expressão da adição e da multiplicação⁴³³. Como tal, muito embora existam capacidades inatas que determinam a capacidade de numeração no homem, assim se poderá explicar a variação das peculiaridades morfossintácticas nos vários sistemas linguísticos que exprimem a quantidade, desde a associação mais directa entre significante e significado a esquemas mais elaborados de abstracção numérica, envolvendo operações matemáticas. Este último aspecto não deixa de ser uma resposta às necessidades das comunidades e sociedades, à medida que se vão tornando também elas mais complexas nas relações estabelecidas entre os seus membros, com particular destaque para o desenvolvimento das actividades económicas. O desenvolvimento da numeração, numa perspectiva civilizacional, ocorre a par do quotidiano das comunidades de falantes. A motivação da passagem para esquemas numéricos progressivamente mais complexos residirá, substancialmente, na transição do exercício de actividades económicas para mera auto-subsistência do grupo, para a implementação de relações comerciais graças a uma produção em maior escala. Tal é particularmente evidente na fixação de grupos nómadas, passando a dedicar-se à agricultura e pastorícia e/ou pesca e/ou caça e recollecção que, a partir de determinada altura, e confrontados com colheitas melhor ou pior sucedidas, encaram o escoamento de excedentes como prática necessária e particularmente rentável.

Além da ausência de artigos definidos e indefinidos, do predomínio de palavras com sistema silábico simples, há ainda que ressaltar o facto de o Tupi Antigo ser uma

determinadas formas comuns (KURIAKI, Karlos, *A Grammar of Modern Indo-European*, [s.l.], DNGHU, 2007, pp. 142-148; disponível também em <http://dnghu.org>). Szemerényi nota, contudo, que apenas os numerais de 1 a 4 e 100 tinham inflexão, não permitindo a maioria flexão (SZEMERÉNYI, Oswald, *Introduction to Indo-European Linguistics*, Oxford, Oxford University Press, 1999, p. 221).

A par destas considerações, surge também a da designação de animais domésticos de médio porte nessas mesmas línguas, demonstrando a importância da pastorícia há vários milénios neste mesmo espaço continental, além de terem um lugar de destaque na celebração de rituais religiosos – na expressão «suovetaurilia» (BENVENISTE, Emile, *Indo-European Language and Society*, London, Faber & Faber, 1973, pp. 24-25). Estudos recentes de linguística comparativa indo-europeia vêm observando a importância de outras raças além da suína, da bovina e da ovina, como sejam a caprina e a equina, além da relação com o cão (BEEKES, Robert, *Comparative Indo-European Linguistics: An Introduction*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing, 1995, pp. 35-36).

⁴³³ HURFORD, James, *op. cit.*, p. 304.

língua não flexionada, não contemplando variação em género e em número nos nomes, nem tão pouco os verbos ostentam marcas de tempo, modo, pessoa ou número⁴³⁴. A própria classe dos verbos não existe de modo análogo ao das línguas românicas: em contextos de uso de verbos de ligação como é o caso do verbo *ser*, a ideia de verbo surge na simples associação entre nomes e adjectivos, facto idêntico às línguas indígenas de outros espaços do continente americano, nomeadamente no hemisfério norte.

Frei Vicente do Salvador constatara igualmente na sua *História do Brasil* a abundância de vocábulos comparativamente com o Português em alguns usos muito concretos, como ao nível dos nomes de parentesco⁴³⁵. Por seu turno, tomando em consideração os vocabulários existentes para a língua Tupi, observa-se como, de facto, uma palavra apenas poderia corresponder a uma estrutura mas complexa⁴³⁶.

Em termos morfofonológicos, não serão de descurar as características da estrutura silábica portuguesa⁴³⁷ por oposição à simplicidade do Tupi antigo [cf. Capítulo 2 – Características das Línguas Indígenas). No ensino de primeiras letras, a aprendizagem da composição das sílabas seguia-se ao conhecimento do alfabeto em letras maiúsculas e minúsculas, assinalando-se a existência de sílabas com duas, três e quatro letras⁴³⁸. Só após demorada insistência na variedade de combinações estruturais

⁴³⁴ Não se trata de questões inteiramente distantes da realidade actual: a própria língua chinesa não contempla a ideia de tempo nas formas verbais e a conjugação verbal em inglês é mais simplificada que nas línguas românicas ao menos ao nível das desinências de pessoa e número.

⁴³⁵ Cf. Capítulo 12º.

⁴³⁶ Cf. AYROSA, Plínio, *Vocabulário na Língua Brasílica – Manuscrito Português do Século XVII*, São Paulo, Departamento de cultura, 1938.

⁴³⁷ Para a descrição da sílaba no Português, recorre-se ao modelo fonológico “ataque-rima”. Assume-se que a sílaba é constituída por sons agrupados em constituintes silábicos organizados de forma hierárquica. Conforme explicam Freitas e Santos, a sílaba ramifica em ataque e rima, e a rima, por sua vez, ramifica-se em núcleo e coda. FREITAS, Maria João et SANTOS, Ana Lúcia, *Contar (Histórias de) Sílabas. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa, APP/ Colibri, 2001, pp. 22-23.

⁴³⁸ Segundo o paradigma de João de Barros (1540). Ao contrário de Fernão de Oliveira (1536), não assinalara a existência de sílabas com apenas uma letra. FREITAS, Maria João, *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*, [Tese Doutoramento em Linguística Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997, p. 86. A sua abordagem gramatical, bem como a sua proposta didáctica patente na cartilha terão influenciado decisivamente o ensino de primeiras letras na sociedade portuguesa aquém e além-fronteiras do Antigo Regime.

possíveis de letras em português – ou pelo menos das consideradas mais relevantes e/ou frequentes à época, uma escolha que poderia transcender os paradigmas apresentados nas cartilhas e depender da decisão pessoal do mestre – se passaria ao domínio do léxico.

Partindo do esquema sugerido por Fikkert, Freitas observa a existência de três estádios de aquisição da sílaba. Veja-se o quadro-síntese abaixo⁴³⁹:

Quadro 28 – Estádios de aquisição da sílaba

Estádio I	Sílaba universal [(Consoante +)Vogal]: sem ocorrência de núcleos ramificados e de codas Regista-se simplificação de núcleos não ramificados com coda [VC/→V/], assim como de núcleos ramificados [VG ⁴⁴⁰ /→V/].
Estádio II	Produção de núcleos ramificados (consoantes, semivogais e vogais longas) precede a produção de ataques ramificados. O uso da coda encontra-se em desenvolvimento.
Estádio III	Ataques ramificados: aparecimento das obstruintes finais

No plano da escolarização, Freitas e Santos evidenciam, no plano da iniciação à leitura e à escrita, a necessidade de o educador partir das estruturas silábicas mais simples, facto, de resto, recomendado nas gramáticas e cartinhas de há vários séculos. Tomando a proposta de João de Barros, observamos o seu cuidado em se proporcionar um treino exaustivo na formação de sílabas. Além do conhecido esquema esférico que intitula de “Modo de compoer as sílabas com duas, com três e com quatro lêteras”, este gramático quinhentista explora a estrutura silábica do português, desde a sílaba de estrutura mais simples com todas as consoantes (ataque não ramificado e núcleo igualmente não ramificado), passando logo de seguida para a introdução de coda com a consoante líquida /l/, com a nasal /m/, com a líquida /r/, seguidamente com a fricativa

⁴³⁹ Baseado em FREITAS, Maria João, *op. cit.*, pp. 262-281. Excetua-se o quatro estádio de Fikkert, pelo facto de em português não ocorrerem grupos consonânticos extra-rima.

⁴⁴⁰ Vogal acompanhada de semivogal.

/s/ e/ou /ʃ/⁴⁴¹. Uma vez consolidadas estas estruturas, transitava-se para sílabas com ataque ramificado com introdução das líquidas /l/ (bla, ble, bli, blo, blu...) e /r/ (bra, bre, bri, bro, bru), às quais logo de seguida se introduz coda com a nasal /m/ (blam, blem, blim..., bram, brem, brim...), com as líquidas /l/ (bral, brel, bril...) e /r/ (brar, brer, brir...) e com a fricativa /s/ e/ou /ʃ/ (bras, bres, bris...). Só em seguida se passava à exploração de sílabas com núcleos ramificados, com recurso a ditongos (ai, ei, oi, ui, au, eu, ou). Culmina João de Barros com a exploração de sílabas com ataque não ramificado, com recurso aos sons consonânticos /ʃ/ (cha, che, chi, cho, chu), /ʎ/ (lha, lhe, lhi, lho, lhu) e /ɲ/ (nha, nhe, nhi, nho, nhu) – a posição de ataque da sílaba ocupado, respectivamente, por três consoantes cujo ponto de articulação é o da região do palato: uma fricativa pós-alveolar ou alvéolo-palatal, uma líquida palatal e uma nasal palatal.

O critério seguido por este gramático e pedagogo nesta demonstração não foi tanto, como se observa, o treino das sílabas mais frequentes em português, facto a que o autor não foi alheio, conforme justifica:

“Dado que em nossa linguagem nam sirvam algũas destas sílabas e assi as terminadas em consoante como as ditongadas falando e escrevendo aconteçam poucas vezes, nam me pareço sem fruto poer exemplo delas,ca todas servem assi no latim com em outras linguagens. E o trabalho que se nestas levar será [de] grande proveito pera os mininos, calhe faz a língua tam solta e costumada a esta generalidade de sílabas que se nam empeça em a pronunciaçam das dições. E mais: tira-lhe o çeçar que é tam natural a todos, porque, silabando e ditongando peregrinas dições, faz perder muita parte da pevide [sic] , enquanto a língua é tenra.”⁴⁴²

Das recomendações à prática, contudo, a experiência nos bancos de escola far-se-ia de modo diverso. Manuel Andrade de Figueiredo, na sua *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (1722), enfatiza a necessidade de se fazer um preciso conhecimento das sílabas. Demonstra a sua preocupação pelas metodologias de introdução à leitura dos meninos, precisamente por não se apostar na consolidação do conhecimento das letras e sílabas, com prejuízo para uma correcta ortografia e uma

⁴⁴¹ A diferenciação do som pode estar dependente da realização dialectal. Em português europeu moderno, a palatal /ʃ/ é a que ocorre em fim de sílaba (como em <caspa>) e final de palavra (como em <mas>), uma realização muito mais frequente do que o primeiro caso.

⁴⁴² BARROS, João de, *Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, [1540], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971, p. 250.

escrita autónoma⁴⁴³. Partindo das suas observações, afigurar-se-ia frequente um ensino simplificado das cartas de sílabas no ensino da leitura, pouco mais explorando do que a carta de «ba» e «bam» (como o autor assim mesmo assinala), sem o devido treino da soletração de palavras,

“porque não se adverte, que o saber ler, não só consiste no conhecimento das letras, mas também na composição das syllabas com que se formão os Nomes, Pronomes, Verbos, Conjunctoens, e Adverbios, &c.”⁴⁴⁴

Por isso mesmo este pedagogo setecentista encontra na sílaba a base principal e maior trabalho do aluno, pelo que recomenda aos mestres particular cuidado na sua abordagem, por meio de métodos “convenientes, suaves e fáceis” – sobretudo por se tratarem, em regra, de crianças, estando, como assinalam estudos recentes, em fase de consolidação do conhecimento a nível da composição fonológica de palavras. No seu método propõe que os alunos se adiantem no conhecimento lexical ao mesmo tempo que são introduzidos na exploração das várias cartas de sílabas, pela observação das estruturas silábicas em palavras autênticas. Assim, propunha-se um ensino integrado de leitura e escrita, logo a partir do momento em que os alunos tivessem maior domínio das sílabas, escrevendo nomes compostos por essas mesmas estruturas fonológicas. Outras técnicas facilitadoras da transposição deste conhecimento fonológico para uma correcta grafia dos sons que Figueiredo propõe é o da decomposição da palavras e da sílaba, distinguindo as letras que compõem este e o número de sílabas das palavras – “para que saibão escrever o que pronúncia”⁴⁴⁵. Na verdade, a sua intuição, baseada na prática docente, reconhecia já o papel decisivo da manipulação das estruturas silábicas no aumento da velocidade de processamento e operações de acesso lexical, evitando as hesitações em situações de palavras com elevada extensão silábica, com sílabas de formatos complexos, com padrões acentuais não regulares e perante vocábulos lexicalmente desconhecidos⁴⁴⁶.

⁴⁴³ FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, Lisboa, Off. de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722, p. 12.

⁴⁴⁴ Idem, *ibidem*, pp. 17-18.

⁴⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 22.

⁴⁴⁶ Implicações demonstradas por FREITAS, Maria João et SANTOS, Ana Lúcia, *Contar (Histórias de) Sílabas. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa, APP/ Colibri, 2001, p. 75.

O seu esquema de cartas silábicas era, ainda assim, comparativamente com João de Barros, mais simplificado, limitando-se o número de composições possíveis: do ataque não ramificado, transita para a introdução de consoante nasal /m/ em posição de coda (bam, bem, bim...), explorando logo de seguida a distinção das líquidas /l/ e /r/ pronunciadas em coda e em ataque ramificado (bal, bel... vs bla, ble...; bar, er... vs bra, bre...). Já na última carta de sílabas, expõe os esquemas desprovidos de ataque (al, el... am, em..., an, en...as, es..., ar, er...) e um idêntico conjunto de sílabas com ataque em consoante palatal (cha, che... nha, nhe..., lha, lhe...). Ao nível dos ditongos, não aponta os formados com semigoval /j/ (limita-se a *au*, *eu* e *ou*). No texto da *Breve Instrução*, compêndio que teria orientado as primeiras letras nas escolas de primeiras letras nas povoações indígenas do governo de Pernambuco, o sistema é bastante simplificado, como já tivemos oportunidade de analisar e capítulo anterior.

Nesta fase de aprendizagem escolar, e com benefício de a criança se encontrar a consolidar o seu conhecimento e uso das estruturas fonológicas da língua materna, usam unidades dessas mesmas estruturas – entre as quais a sílaba – “como instrumentos que lhes permitem pensar sobre a escrita”⁴⁴⁷. Semelhante vantagem só se observará, naturalmente, quando se encontrem rodeadas de manifestações escritas e forem alfabetizadas na sua língua materna.

O facto de a aprendizagem da constituição de sílabas suceder ao conhecimento do ABC e preceder a leitura no ensino de primeiras letras, prescindindo-se do treino da escrita, poderá ser fundamentado pela propensão de a criança realizar “hipóteses silábicas para alcançar a compreensão do princípio alfabético”, além de se particularmente relevante para o processamento da leitura oral⁴⁴⁸. Por seu turno, não obstante, os próprios lapsos verificados na escrita, a hesitação em grafar partes de palavras, a confusão entre ataques ramificados, não ramificados e codas demonstram a dificuldade de a criança analisar correctamente a estrutura das sílabas, nomeadamente quando confrontada com estruturas mais complexas e/ou de uso menos frequentes (sem

⁴⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 82.

⁴⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 84.

esquecer a possibilidade de existir uma disfunção no seu reconhecimento, como ocorre nos vários tipos de dislexia e disgrafia). Estratégias como a manipulação silábica de palavras com sequências segmentais de difícil articulação (como as que envolvem fricativas e líquidas em ataques ramificados - <frigorífico>) e o recurso a jogos fónicos inter⁴⁴⁹ e intrassilábicos⁴⁵⁰ promovem melhores desempenhos linguísticos junto da criança, em vantagem da própria velocidade de processamento em operações cognitivas que envolvam mecanismos cognitivos e dos desempenhos ao nível da aprendizagem da leitura, conforme reiteram estudos recentes.

Erros como os evidenciados por Frei Vicente do Salvador – *Pancicu* por *Francisco*, *Duí* por *Luís* – poderão evidenciar não apenas a dificuldade de pronúncia de sons ausentes na língua Tupi, como até estratégias de resolução de dificuldade em manusear a estrutura silábica do Português. No primeiro exemplo, assistimos à redução do ataque e à eliminação da coda quando ocupada pela fricativa /s/. É muito natural que semelhantes questões se colocassem de forma ainda mais evidente nas produções escritas dos índios.

Seria, portanto, relativamente fácil o reconhecimento de que o português não era a sua língua materna, mas antes a língua Tupi, partindo da não realização de determinadas sequências fonéticas. No plano da didáctica do português, seria particularmente útil aos mestres uma percepção concreta das características fonológicas, morfológicas, sintácticas, lexicais e pragmáticas da língua materna dos alunos, em contraste com a língua portuguesa, de modo a poderem recorrer a estratégias facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem.

O que significa, pois, erro linguístico? Até segunda metade do século XX (grosso modo), o erro era encarado como demonstração de incapacidade do próprio aluno, não se colocando geralmente em causa a eficácia das técnicas de ensino ou as escolhas do professor. Hoje, o estudo contrastivo do sistema da língua segunda com o da língua materna do aluno permite-nos ir mais longe, na medida em que evidenciará as

⁴⁴⁹ Através do prolongamento nas fronteiras silábicas, como em cantilena “o balão do João sobe sobe pelo ar”. FREITAS et SANTOS, *op. cit.*, p. 73.

⁴⁵⁰ Pela manipulação de parte da sílaba, como a rima em “Está feliz o petiz” e o ataque em “O rato roeu a rolha da garrafa de rum do rei da Rússia”. Idem, *ibidem*, p. 73.

áreas previsíveis (ou mais sensíveis) de conflito linguístico⁴⁵¹. Por seu turno, e graças aos trabalhos desenvolvidos a partir da década de 60 no domínio da linguística e da psicologia, há um novo entendimento sobre a especificidade da aquisição da língua materna, inteiramente distinta da aprendizagem de uma nova língua.

A questão está, igualmente, sobre o modo como se encara o erro. Corder dá-nos o exemplo de uma criança de 2 anos, quando diz “*Esta mãe cadeira*”. O desvio tende a ser mais facilmente tolerado porque é interpretado como algo típico da comunicação em idade infantil. Encara-se como demonstração de que se encontra em fase de desenvolvimento do conhecimento sobre as estruturas da língua, em pleno processo de aquisição da sua língua materna, usando os adultos de certa complacência. Ao invés de condenarem, acabam por repetir e dar uma versão alargada e adulta como “*Sim, querida, esta é a cadeira da mãe.*”⁴⁵². O tratamento dado a erros cometidos por indivíduos em fases posteriores acabará por não beneficiar de igual tolerância.

No domínio da aprendizagem de uma língua não materna só mais recentemente se reconheceu a razão de ser da sua ocorrência, com a distinção, como destaca Corder, de erros sistemáticos (centrados em competências concretas e determinadas) e erros aleatórios (mais ao nível de meros enganos, visíveis na sua performance ou no seu desempenho)⁴⁵³, e sua relação com a interferência da língua materna. A frequência, tipo e contexto dos erros cometidos pelo aprendente evidenciarão, ainda, o estágio em que se encontra face à língua não materna.

Quando a alfabetização decorre na língua materna do aluno, os erros de ortografia encontram-se, muitas vezes, associados a uma escrita fonética, na tentativa de transcrever a oralidade para o que se escreve. Cagliari vai mais longe, acrescentando

⁴⁵¹ Uma identificação que, nos tempos actuais, possibilita um novo entendimento sobre as dificuldades de aprendizagem em línguas estrangeiras, além de ajudar o professor a reflectir e ponderar sobre as práticas pedagógicas mais ajustadas e pertinentes de acordo com o aluno ou grupo-turma. Leia-se, a proposto: S. P. Corder, “The significance of Learners’ Errors”, in RICHARDS, Jack [ed.], *Error Analysis: Perspectives on Second Language Acquisition*, London, Longman, 1977, pp. 19-27; e ainda CORDER, S. Pit, *Error analysis and Interlanguage*, [s.l.], Oxford University Press, 1981.

⁴⁵² S. P. Corder, “The significance of Learners’ Errors”, in RICHARDS, Jack [ed.], *Error Analysis: Perspectives on Second Language Acquisition*, London, Longman, 1977, p. 22.

⁴⁵³ Idem, *ibidem*, p. 25.

ainda uma outra hipótese de interpretação de semelhantes ocorrências: i.e., como “resultado de uma reflexão produtiva (e construtiva) a respeito de fatos do próprio sistema de escrita com o qual se está começando a lidar”⁴⁵⁴. No primeiro caso, a escrita funciona como uma espécie de transcrição fonética, existindo, por isso, uma escolha de uma forma concreta e inalterável de se representar um dado som. Ainda assim, adverte o autor, aquilo que se toma por transcrição da fala pode, antes, ser a manifestação de uma hipótese da forma gráfica convencionada na língua, aproximando-se mais da escrita ortográfica – isto quando a sua pronúncia na leitura corresponde à forma padronizada⁴⁵⁵.

Sendo desenho e escrita representações gráficas da mesma natureza, ainda que toda a escrita seja uma forma de desenho, nem todo o desenho é uma forma de escrita, na medida em que a escrita representa a palavra e não os referentes em si, como acontece no desenho⁴⁵⁶. Mesmo para a criança indígena, a associação mais imediata seria a de procurar reproduzir directamente a realidade ou o facto nomeado a partir da sua própria interpretação do real e de acordo com as práticas usadas na sua comunidade, mesmo não usando de grafia para se expressarem, mas antes de singelos gráficos, desenhos corporais ou figuras nos seus utensílios e adornos. Tal sucederia tanto mais quanto as formas gráficas de letras se assemelhassem a desenhos.

Se, na experiência linguística da criança, o foco se encontra na linguagem oral, entendida como um contínuo, onde ocorrem pausas breves e longas mas também a elisão de sons entre palavras vizinhas, essa percepção auditiva não dá conta da separação de palavras. Cabe, então, ao professor demonstrar ou levar o aluno a aperceber-se da existência das palavras de forma isolada para se chegar ao modo adequado de se escrever usando o nosso sistema de escrita. Uma outra estratégia é a da exibição de unidades sonoras menores do que a palavra, com percepção das rimas, sons

⁴⁵⁴ Gladis Massini-Cagliari, “«Erros» de ortografia na alfabetização: escrita fonética ou reflexões sobre o próprio sistema de escrita?”, in MASSINI-CAGLIARI, Gladis et CAGLIARI, Luiz, *Diante das Letras: A Escrita na Alfabetização*, Campinas/São Paulo, Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 1999, p. 121.

⁴⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 123.

⁴⁵⁶ Luiz Carlos Cagliari, “O que é preciso saber para ler”, in MASSINI-CAGLIARI, Gladis et CAGLIARI, Luiz, *Diante das Letras: A Escrita na Alfabetização*, Campinas/São Paulo, Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 1999, p. 136.

iniciais e finais em sílabas ou através do contraste entre palavras com estrutura similar⁴⁵⁷. Se para os falantes nativos esta compreensão se atinge de forma mais rápida e fácil, para o não nativo, e sobretudo se não usar de um sistema de escrita idêntico, a tarefa pode complicar-se ao se passar para o domínio das regras da ortografia, da sintaxe e uso da pontuação.

A ocorrência de uma interlíngua, uma expansão mais clara e óbvia de um registo com alguma independência, revelará a que nível de comunicação em sociedade se opera o uso da língua-alvo em articulação com estruturas da língua de origem. Considerada como um sistema linguístico desviante, há nas suas estruturas e funcionamento a aproximação à língua-alvo mas com notórias interferências do sistema da língua materna. Estes sistemas de aproximação, sublinha Richards, divergem consoante a experiência do aprendente, nível de proficiência na língua não materna em causa, funções do seu uso em situações concretas de comunicação e características pessoais de aprendizagem de outras línguas – isto é, depende das condições em que a aprendizagem tem lugar. A tal ponto que o uso desse sistema não-padrão, associado à estratificação social por via de questões étnicas, pode assumir-se como estratégia de identificação por parte do grupo/comunidade ou de solidariedade entre pares⁴⁵⁸.

O tratamento do erro não pode deixar de se impor na prática docente. É por via da informação que dele se conseguir extrair que surge a adequação de conteúdos, estruturas, actividades, planificações, materiais. Sendo o seu diagnóstico e tratamento, no dizer de Corder, uma das capacidades essenciais no professor, a análise do erro implica não apenas uma devida descrição linguística, como um entendimento das razões psicológicas que o poderão ter originado⁴⁵⁹.

Os erros ou incorrecções poderão ser de diversos tipos: por omissão, por adição, por selecção indevida (com emprego de um termo desadequado num dado contexto) e de estrutura (estando em causa a organização das palavras na frase). Poderão ainda estes

⁴⁵⁷ Idem, *ibidem*, pp. 137-139.

⁴⁵⁸ Jack Richards, “Social factors, interlanguage and language learning”, in RICHARDS, Jack [ed.], *Error Analysis: Perspectives on Second Language Acquisition*, London, Longman, 1977, pp. 64-91.

⁴⁵⁹ CORDER, S. Pit, *Error analysis and Interlanguage*, [s.l.], Oxford University Press, 1981, p. 35.

tipos repartir-se por determinados níveis, como o grafo-fonológico, gramatical e léxico-semântico. Além desta categorização mais genérica, os erros poderão agrupar-se em tipos mais concretos e situar-se no plano de sistemas como da frase, género, número, tempo, modo, entre outros⁴⁶⁰.

A metodologia de correcção do desvio ou transgressão linguística produzirá, por seu turno, as suas consequências. Se o professor insistir numa pronúncia perfeita ou se apelar a um domínio exímio da gramática, poderá estar a desencorajar o aluno ao nível da comunicação – pelo modo oral ou escrito - na língua-alvo. Com base em semelhantes factos e considerando as vantagens de uma aprendizagem natural, Holley e King propõem uma abordagem centrada no poder da imitação, funcionando de modo análogo ao da aquisição de uma língua materna⁴⁶¹. Esta prática implica a contenção do professor na intervenção quase automática de corrigir o discurso do aluno no momento imediato à sua produção. A imitação, contudo, não se opera de forma absoluta mesmo na aquisição da língua materna, na medida em que a criança formula hipóteses acerca do que ouve, desenvolvendo a sua própria noção de gramática de forma a tornar-se o mais próxima possível das estruturas usadas pelos adultos⁴⁶². A questão colocar-se-à, uma vez mais, na importância do contexto em que se insere, em particular situações de imersão linguística ou verdadeiros contextos multilingues.

Observemos mais de perto o contexto da alfabetização de uma criança na sua língua materna:

“Ao entrar na escola a criança sabe falar, ou seja, porque fala possui a estratégia necessária para extrair a significação de diferentes frases, assim como conhece também um grande número de significados associados aos sons de numerosas palavras. Por esse motivo, quando ouve uma frase apreende a significação global e não as palavras que a compõem.”⁴⁶³

⁴⁶⁰ Idem, *ibidem*, pp. 36-37.

⁴⁶¹ Freda Holley et Janet King, “Imitation and correction in foreign language learning”, in SCHUMANN, John et STENSON, Nancy [ed.], *New Frontiers in Second Language Learning*, Massachusetts, Newbury House Publishers, 1974, pp. 81-89.

⁴⁶² Freda Holley et Janet King, “Imitation and correction in foreign language learning”, in *op.cit.*, p. 81.

⁴⁶³ REBELO, Dulce, *Estudo Psicolinguístico da Aprendizagem da Leitura e da Escrita*, Lisboa, Gulbenkian, 1990, p. 72.

No caso de a alfabetização ser feita numa língua não materna, o contexto será radicalmente diferente. Ainda que a criança saiba falar, comunica utilizando um sistema linguístico diferente daquele a que será exposta na escola. Encontra-se, logo à partida, com dificuldades na apreensão do sentido global das frases, podendo, paulatinamente, conseguir perceber o sentido de palavras e de alguns sons isolados, ou até transferir os conhecimentos da sua língua para a língua-alvo. Enquanto uma criança alfabetizada em língua materna irá aperfeiçoar e reflectir a sua competência linguística ou gramatical, possuindo um domínio razoável na expressão e compreensão oral, já a que é alfabetizada numa outra língua terá ainda de começar do zero em todas as competências necessárias à comunicação, inclusivamente em termos de competência estratégica e discursiva (envolvendo, nomeadamente, estratégias na gestão da conversação)⁴⁶⁴.

Os níveis de proficiência de falantes nativos e de falantes não nativos serão, naturalmente, distintos⁴⁶⁵. Pensando no quadro da alfabetização, as crianças ameríndias ao serem inseridas numa escola de primeiras letras, iniciariam a aprendizagem de primeiras letras com um nível que poderia oscilar entre o A0 e o A1 em termos de compreensão e expressão oral, dependendo da exposição que teriam face ao português ou se sequer existia um ambiente de imersão linguística prévio ao início da sua escolarização. Apesar das restrições quanto ao uso das línguas indígenas, os índios, mesmo integrados em novas povoações juntamente com colonos, poderiam comunicar exclusivamente na sua língua ou ter um uso diferenciado do português, o qual poderia limitar-se apenas à comunicação no âmbito profissional ou no trato com as autoridades⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ De acordo com o QECR, deveremos considerar o desenvolvimento de várias competências ao nível da aprendizagem de línguas, não se resumindo o seu conhecimento a saberes meramente de ordem gramatical. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, Porto, Asa, 2001, pp. 64, 147 e seguintes.

⁴⁶⁵ Com efeito, existe uma Matriz referencial para a aprendizagem da leitura e da escrita no Brasil, estando em Portugal a decorrer um projecto similar, ainda em fase de desenvolvimento. MACIEL, Francisca [coord. Ger.], *Matriz de Referência Comentada: Matemática, Leitura e Escrita – Programa Brasil Alfabetizado*, [Brasília], Ministério da Educação, [2007].

⁴⁶⁶ Na ponderação do impacto da «ortografização» de línguas indígenas, Franchetto demora-se em torno das representações ou sentido da escrita para as comunidades ameríndias, com conotações marcadamente ideológicas. Ainda hoje a construção de um sistema ortográfico em meio indígena não tem reunido consenso entre etnólogos, políticos e linguistas, enfrentando assim dificuldades e resistências, que, consequentemente, têm obstado, no Brasil, a uma bem-sucedida educação bilingue. Bruna Franchetto,

12.6. Aprendizagem, uso do português e dialecto nordestino

“O português do século XVI é o ponto de partida de uma evolução divergente. Enquanto em Portugal se modificava num sentido, no Brasil, envolvido por fatores mesológicos étnicos e geográficos radicalmente diversos, orientou diferentemente a sua evolução.”

MARROQUIM, Mário, *A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, p. 6.

É natural que se tenha verificado uma resistência à integração máxima de fonemas por parte dos índios de língua geral, nomeadamente dos sons articulados na região dos alvéolos, como tivemos oportunidade de evidenciar (cf. Capítulo II: Características das línguas indígenas). Não existindo uma equivalência total quanto ao ponto de articulação de algumas fricativas e vibrantes, a que se somava a ausência de laterais, a opção passaria, em alguns casos, como exemplifica Vicente do Salvador na sua *História do Brasil*, pela substituição por algumas oclusivas situadas em posição bilabial e dento-alveolar, ou simplesmente pela não articulação de qualquer som. Humberto Antorveza observa, a este nível, que mesmo que se consiga dominar, por via de uma aprendizagem escolar formal, algumas estruturas do funcionamento da língua não materna, já no que se refere à pronúncia, “resulta muy difícil reeducar el proceso de articulación para producir sonidos que no existen en la lengua materna y por ello los hablantes de una segunda lengua lo hacen con «acento extranjero»”⁴⁶⁷. Tais limitações devem-se, geralmente, às características anatómicas e fisiológicas dos órgãos dos aparelhos de fonação e percepção⁴⁶⁸.

Ainda assim, além de nem todos os indivíduos partilharem das mesmas dificuldades, o uso de certos adornos poderiam comprometer ainda mais a

“Guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito”, in *Mana*, 14(1), 2008, pp. 31-59.

⁴⁶⁷ Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX)”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, p. 88.

⁴⁶⁸ XAVIER, Maria et MATEUS, Maria Helena Mira, [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, Cosmos, 1990, p. 323.

aprendizagem e a expressão oral – facto, aliás, notado pelos próprios índios, chegando mesmo a abdicar do seu uso, sobretudo dos ornamentos colocados nos lábios, boca e queixo. Entre os Potiguára, recorde-se, havia o hábito de, durante a puberdade, os indivíduos do sexo masculino perfurarem o lábio inferior, por onde trespassavam “ossos, pedras ou madeiras”⁴⁶⁹. Também os índios da nação Tarairiú – que congrega subgrupos como os Janduí, os Canindé, os Ariú, os Pega, os Jenipapo e, eventualmente, os Payakú, os Panatí, os Korema e os Caratiú – usavam enfeites desta natureza para adornar bochechas, lábios, orelhas e nariz⁴⁷⁰. Naturalmente que a perfuração de um órgão do aparelho fonador elevava a dificuldade de pronunciação dos sons da língua a aprender, a juntar à ausência ou não correspondência de certos fonemas na língua materna.

Sendo mais difícil de determinar e tendo sido pouco explorado, a interferência do indigenismo fónico no português falado no Brasil poderá ter sido um dos contributos para a construção de uma sonoridade progressivamente distanciada do Português Europeu, tal como hoje reconhecemos em alguns fonemas. Não obstante, temos de reconhecer ainda a conservação no Português do Brasil de registos oriundos do português dos séculos XVI a XVIII, além da convivência com as línguas africanas. Ao nível do indigenismo fónico⁴⁷¹, José Joaquín Montes salienta a possibilidade da herança ameríndia em certas entoações regionais. Não deveremos desconsiderar igualmente aquilo que este autor define (para o caso do espanhol da Colômbia) de indigenismo fónico, indigenismo morfossintáctico e até de eventuais indigenismos patentes na estrutura semântico-comunicativa⁴⁷². Um outro aspecto de assinalar é o de esta interferência se manifestar tanto em situações de bilinguismo como de aprendizagem.

⁴⁶⁹ LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários [...]*, p. 30.

⁴⁷⁰ LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários [...]*, p. 138.

⁴⁷¹ Cf., a este nível: Bertil Malmberg, “Tradición hispánica e influencia indígena en la fonética hispanoamericana”, in *PyFLE*, II, 1964, pp. 227-243; Ángel Rosenblat, “Contactos interlingüísticos en el mundo hispánico: el español y las lenguas indígenas de América”, in *Actas del Segundo Congreso Internacional de Hispanistas*, Nimega, Holanda, 1967, p. 14.

⁴⁷² José Joaquín Montes G., “El español de Colombia y las lenguas indígenas”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, pp. 25-83.

No caso do bilinguismo, passa pela utilização que o indivíduo faz, numa das línguas de que é falante, de uma forma ou traço próprio da outra língua. No caso da situação de aprendizagem, implica a modificação de aspectos da estrutura da língua adquirida – no caso, pensemos na aprendizagem da língua portuguesa nas escolas de ler e escrever – por influência da língua nativa ou materna⁴⁷³.

Avaliar o modo como se opera a interferência de línguas no processo de aprendizagem da escrita não é algo inesperado nem novo. Ao se procurar identificar para o caso da alfabetização de adultos falantes de italiano e alemão de Caxias do Sul e do Alto Taquari, no Brasil⁴⁷⁴, chegou-se à conclusão de como o processo de sonorização é mais frequente junto de bilingues alemães, com tendência para substituir a oclusiva surda pela sonora (ex. *babel** por *papel*). Já para o bilingue italiano, o traço mais comum é o da palatalização na aprendizagem do português (ex. *peice** em vez de *peixe*). Tanto uns como outros demonstraram dificuldades na produção de [ʌ] (ex. *paya** em vez de *palha*) - tanto mais quando é ausente no sistema fonológico alemão – assim como de [r] e [R]. No caso da vibrante existir nos sistemas fonológicos do alemão e do italiano, as realizações alofônicas tomaram aspectos distintos (ex. *rrelógio**, *poderr* em vez de *relógio* e *poder*; *tera**, *solvete** em vez de *terra* e *sorvete*). Segundo assinalam Leda Bisol e Maria Degani Veit, estará em causa o facto de o mesmo ponto de articulação e idêntico comportamento das cordas vocais poderem dificultar a percepção das duas realidades fonéticas.

Além destes processos, assinalam ainda a questão da bilabialidade (chamando a atenção para “as letras que representam sons aparentados por traços acústicos, como os feitos na região velar e labial [k] e [p], e os aparentados por proximidade do ponto de articulação, como os feitos na região alveolar e labial [t] e [p]”⁴⁷⁵), da lateralidade (com trocas de *l* por *n*, por *d* e vice-versa, muito embora não sendo peculiar a nenhum grupo

⁴⁷³ XAVIER, Maria et MATEUS, Maria Helena Mira, [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, Cosmos, 1990, p. 215.

⁴⁷⁴ Leda Bisol et Maria Helena Degani Veitt, “Interferência de uma segunda língua na aprendizagem da escrita”, in TASCA, Maria et POERSCH, José [org.], *Suportes Lingüísticos para a Alfabetização*, Porto Alegre, Sagra, 1986, pp. 71-92.

⁴⁷⁵ Leda Bisol et Maria Helena Degani Veitt, “Interferência de uma segunda língua na aprendizagem da escrita”, in *op.cit.*, p. 86.

em particular), da sílaba (ditongação e monotongação, mas sem resultados expressivos), das vogais finais (tendência para ocorrer um processo de redução de vogais em posição final, como *noiti** em vez de *noite*), da vogal nasal (resultado da percepção auditiva do som abafado que a vogal adquire ao surgir antes de consoante nasal), da assimilação e dissimilação vocálica (ex., *vetima** em vez de *vítima*) e ainda das letras multivalentes (i.e., grafemas com várias realizações sonoras, como é o caso de <x>, <s>, <c>, <g>) junto destes aprendentes.

A interpretação feita do sistema fonológico da língua-alvo tem, naturalmente, o seu devido impacto no plano da aprendizagem da escrita, na medida em que os aprendentes procuram estabelecer analogias na representação gráfica desses sons, à luz das características tanto fonológicas como ortográficas da sua língua materna. A confusão na associação grafema-fonema aquando da prática da leitura na educação escolar indígena, tanto mais quando perante sons desconhecidos na língua geral, terá naturalmente originado maior ocorrência de desvios em relação ao português-padrão. Não será, portanto, de estranhar que muitas vezes fosse notada a excepcional capacidade de aprendizagem do alfabeto, contrariamente às capacidades de leitura, raramente avaliadas como sendo boas ou fluentes. O uso do português, fosse em termos de expressão oral ou da leitura, teria, por certo, um sotaque bem marcado por parte dos ameríndios, pelo menos nos de língua geral. Para mais, não tendo a maioria acesso a muito mais do que a alguns rudimentos da língua, e arredados dos meios de difusão de cultura e do saber, trabalhando no inóspito sertão, sujeitos a uma quase completa servidão face aos brancos, certamente não teriam muitas oportunidades para aperfeiçoar a sua pronúncia. Usariam, estamos em crer, e na melhor das hipóteses, formas desviantes do português-padrão. Essa variante da fala ao nível da pronúncia e da entoação, poderá ter prevalecido ao longo de gerações, através, inclusivamente, dos que nasciam de uniões mistas, e assim se transformando, gradualmente, numa característica assinalada por vários autores como “língua popular”. Esta pronúncia desviante terá dado origem à identificação de uma origem regional, da posição social dos seus falantes, da sua etnicidade⁴⁷⁶: o falar do sertão, do interior, encarado como marca denunciadora de

⁴⁷⁶ Cf. “Accent” em ambos os dicionários: SWANN, Joan et al., *A Dictionary of Sociolinguistics*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2004, p. 2. ; RICHARDS, Jack et al., *Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*, Essex, Longman, 2.^a ed., 1992, p.1.

rusticidade e de falta de instrução, denunciará, estamos em crer, este processo de transferência de características da língua geral de base Tupi, cujos falantes superavam, ainda no século XVIII, a presença dos brancos. Neste mesmo período, seria a pronúncia sem dúvida reveladora de se tratar de um falante nativo ou não nativo do português, de se tratar de um mestiço, de um índio convertido e eventualmente permitindo, pela qualidade da sua produção fonética e morfossintática, identificar a o grupo etno-linguístico de origem. Winford encara este aspecto não como um desvio, mas como uma demonstração de criatividade na busca, não tão aleatória como se possa supor, de respostas e soluções face a dificuldades de comunicação.

“The truth, of course, is that these languages [creole languages] are testaments to the creativity of humans faced with the need to break down language barriers and create a common medium of communication. Far from being deviant, language mixture is a creative, rule-governed process that affects all languages in one way or another, thought to varying degrees.”⁴⁷⁷

Em certa medida, não nos deixamos de questionar se, no território de Pernambuco, prevaleceram reminiscências dos falares dos povos autóctones. Mário Marroquim, reflectindo sobre a natureza do português falado no Nordeste, recorda como Pernambuco funcionou como centro de difusão da civilização pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – precisamente sendo a primeira capitania sede do governo, ao qual se anexavam as restantes. A influência da Bahia, por seu turno, estendia-se até Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro e parte do Espírito Santo, encontrando como obstáculo a norte o rio São Francisco⁴⁷⁸. Mediante esta proximidade administrativa, a proximidade da filiação linguística e cultural não poderá deixar de ser ponderada. Se entre o alagoano e o pernambucano não vislumbra diferenças notáveis, distingue, contudo, o falar do primeiro face ao do cearense, devendo-se a condições especiais do clima, assim como a diferentes modos de vida. Em termos fonológicos, possui as mesmas características do Português do Brasil, com uma pronúncia mais arrastada, destacando-se da prosódia do sul por ser «cantado». Na verdade, o dialecto nordestino possui uma curva melódica num sentido marcadamente diferente – deixando a impressão de uma ‘fala cantada’,

⁴⁷⁷ WINFORD, Donald, *An Introduction to Contact Linguistics*, Oxford, Blackwell, 2005, pp. 1-2.

⁴⁷⁸ MARROQUIM, Mário, *A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, pp. 14-15.

com a pronúncia das sílabas a um ritmo mais lento, bem como com marcação e abertura das vogais. Regista-se uma tendência para nasalizar a vogal fechada que antecede uma consoante nasal, e até, em alguns casos, sobre as vogais que se seguem:

dono [dõnu] nome [nõmi] pena [pẽna]⁴⁷⁹

veneno [vẽnẽnu] remo [rẽmu] amamos [ãmãmujz]

Esta característica observa-se, praticamente, em toda a variante brasileira. Trata-se de um aspecto interessante que terá sem dúvida ligação, a nosso ver, com uma das características da língua geral de base Tupi, pois, segundo Lemos Barbosa, “o m e o n nasalizam as vogais vizinhas, mas devem ser articulados claramente, embora no fim da palavra”⁴⁸⁰.

A tendência para nasalizar vogais em outros contextos, no entender de Mário Marroquim, não será por influência do tupi: em *ilegal* [ĩlegaw] e em *igreja* [ĩgreza], a nasalização afigura-se como uma estratégia de reforço à vogal isolada, ou até mesmo por falsa analogia face a *infeliz*, *insensível*, entre outros. Somos partidários da opinião do autor a este nível, tanto mais quando há registo de produções idênticas por parte de certos falantes do Português Europeu.

Sobreviveram formas que atestam a impossibilidade de se pronunciar, em língua geral, os sons [f], [l] e [R], particular desde cedo assinalada pelos primeiros relatos dos europeus. Assim, ao invés de se pronunciar [l], emitia-se o som [d]. Surgem formas na língua popular, assinala Marroquim, como *dibará* em vez de liberal, *digeiro* em vez de ligeiro e *diamba* no lugar de liamba. Atribui-se igualmente ao tupi a transformação do l medial em [r] (como em *caro*). Em lugar de dizer cavalo, dizia cabarú ou cavarú, papel era papéra, livro passava a ribrú, soldado surára⁴⁸¹. A nosso ver, importa ver até que ponto alguns destes vocábulos, mais ou além da adaptação fonética, não terão sido

⁴⁷⁹ A transcrição fonética é da nossa responsabilidade, introduzindo as formas adequadas do Alfabeto Fonético Internacional (com a sigla IPA, do inglês International Phonetic Alphabet), de acordo com as indicações sugeridas pelo autor quanto à pronúncia das palavras.

⁴⁸⁰ BARBOSA, A. Lemos, *Curso de Tupi Antigo*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956, p. 28.

⁴⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 29.

transformados ou formados a partir de certos morfemas pré-existent, com aproximação morfológica e de sentido ao léxico português.

Não deixa, contudo, de ser curioso como uma das características da linguagem popular no Português do Brasil – fenómeno absolutamente inexistente em qualquer variedade dialectal no Português europeu - reside precisamente no uso de [r] em vez de [l], de que Marroquim dá alguns exemplos:

calçada [karsada] fôlego [forgu] soldado [sordadu]



O papel das escolas de ler e escrever era, precisamente, o de garantir nas novas gerações das comunidades indígenas residentes a formação de falantes com um nível de proficiência relativamente equivalente ao dos falantes nativos do português no Brasil colonial. Tal como Vygotsky viria a recordar séculos mais tarde, a mediação social é de extrema importância no desenvolvimento cognitivo e metacognitivo infantil, num processo dinâmico em que, a criança, é afinal muito mais do que um recipiente passivo face às influências do meio que a circunda:

“«not just the child’s habits and psychological functions (attention, memory, thinking, etc.) as developing – at the base of mental development lies, first of all, an evolution of the child’s behavior and interests, a change in the structure of the direction of his behavior»”.⁴⁸²

A educação escolar nas mais tenras idades constituía um claro aproveitamento destas características, em benefício do que se pretendia atingir no plano dito «civilizacional» e de um obediente vassalo.

A taxa de insucesso escolar e o fim da vigência do *Directório* algumas décadas mais tarde viriam, contudo, revelar a ineficácia daquele projecto de escolarização e «civilização». Apesar de confrontados com a aprendizagem da leitura e da escrita num idioma que não o seu, o ambiente de escolarização estava longe de assegurar a

⁴⁸² KARPOV, Yuri, *op. cit.*, p. 39.

apropriação efectiva das estruturas do português: experiências de uso fortemente controlado e condicionado, restrições à liberdade de expressão, imitação de modelos textuais envolvendo elevado grau de complexidade tanto em termos de sintaxe, como de compreensão, entre outros. Não era, ainda, sua função garantir o trabalho em termos de conhecimento explícito e aprofundado da língua, na medida em que só os que tivessem melhores resultados ingressariam nas aulas de gramática portuguesa, num momento em que se introduzia, simultaneamente, o ensino do latim.

Sabemos, contudo, como o ensino do português, tanto nas aldeias, como nas vilas indígenas, não se revestiu de uma metodologia específica, abordando-se essencialmente os mesmos conteúdos e usando-se das mesmas práticas em voga para o ensino das primeiras letras em geral. Estamos, recorde-se, perante um modelo de alfabetização, neste caso com a particularidade de incutir hábitos de leitura e de escrita junto de etnias ágrafas⁴⁸³.

Contrariando o princípio saussuriano de que não é o espaço que define a língua, mas a língua que define o seu espaço, Bourdieu evidencia como além desta dinâmica interna, importa considerar os processos políticos de unificação tendo por base o estabelecimento de uma língua oficial⁴⁸⁴. Na verdade, semelhante política acaba por, em regra, operar a um nível mais fundo e de forma particularmente abrangente, exercendo uma pressão constante sobre os sujeitos, validando ou obstando a uma sua plena integração social e inteiro exercício do seu papel de cidadãos ou vassalos.

“La langue officielle a partir liée avec l’État. Et cela tant dans sa genèse que dans ses usages sociaux. C’est dans le processus de constitution de l’État que se créent les conditions de la constitution d’un marché linguistique unifié et dominé par la langue officielle : obligatoire dans les occasions officielles et dans les espaces officiels (École, administrations publiques, institutions politiques, etc.), cette langue d’État devient la norme théorique à laquelle toutes les pratiques linguistiques sont objectivement mesurées. »⁴⁸⁵

⁴⁸³ Se, por um lado, se afigura pertinente considerar os níveis de proficiência em línguas estrangeiras, por outro importar ter em mente os níveis existentes em língua materna na fase da alfabetização, como veremos mais adiante.

⁴⁸⁴ BOURDIEU, Pierre, *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil, 2001, p. 69.

⁴⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 71.

A questão linguística não se cinge, portanto, a um sistema fechado, estando a sua vertente sociopolítica sujeita a mudanças, tanto pela interacção social operada, como pelas mutações no plano da acção política⁴⁸⁶. É neste quadro que se justifica a intervenção da escola enquanto estratégia de afirmação do poder político vigente e de uma cultura dominante, como sucedeu nas vilas indígenas do Brasil, fazendo eco dos ventos de mudança que ecoavam em desfavor do monopólio jesuíta de educação. A escola de primeiras letras, espaço de difusão de uma língua e de uma cultura não maternas em comunidades ameríndias, é, ela própria, responsável pela inculcação, tão duradoura quanto possível, de um conhecimento linguístico, ainda que francamente rudimentar. Constitui-se, ainda, como um sistema onde se privilegia os mais aptos a aceitar, a adoptar e efectivamente usar a língua do Reino, os preceitos cristãos, a disciplina e os saberes escolares. A primeira etapa da integração dos vassalos indígenas passava pela aquisição da «língua nacional», um conhecimento que funcionaria como base prévia a qualquer outra aprendizagem⁴⁸⁷ – fosse ela oficial, militar ou outra. Mesmo assim, o sucesso escolar em primeiras letras não viabilizaria, só por si, uma franca ascensão social⁴⁸⁸.

No plano da aprendizagem propriamente dita, decorrendo esta em meio multilíngue e com especial ênfase para os resultados extraídos da concretização de actividades escritas e da exposição oral perante a turma, a determinação da proficiência

⁴⁸⁶ Adrian Bennett et Helen Slaughter, “A sociolinguistic/discourse approach to the description of the communicative competence of linguistic minority children”, in RIVERA, Charlene [ed.], *An Ethnographic/Sociolinguistic Approach to Language Proficiency Assessment*, Avon, Multilingual Matters, 1983, p. 2.

⁴⁸⁷ Uma assumpção que diverge do entendimento actual da pedagogia e da didáctica face à educação indígena. Reconhecendo-se, hoje, a importância do uso da sua língua materna ao menos no início do seu percurso escolar e de se desenvolver uma educação bilingue, ao invés de monolíngue, com o objectivo de tornar os alunos competentes em ambas as línguas. No caso de se tratarem povos ágrafos, a introdução do ensino da escrita acaba por funcionar como factor de reforço do prestígio da língua, além de promover a sua reflexão gramatical. Muito embora semelhantes experiências detenham uma inegável importância, na prática tem-se observado que o domínio da leitura e da escrita em idioma indígena pelos seus falantes nativos nem sempre leva a resultados expressivos, podendo, por falta de oportunidade de exibição das suas competências, permanecer em situação social desfavorecida ou até abandonar o seu uso. Os autores encaram ainda com maior apreensão situações de ensino bilingue entre comunidades indígenas isoladas, por poder levar à desvalorização das formas de vida tradicionais. SIGUÁN, Miguel et MACKEY, William, *Educación y bilingüismo*, Madrid, Santillana/Unesco, 1986, pp. 83-85.

⁴⁸⁸ Não se deixava de fazer notar um desfasamento perante a hipótese do prosseguimento de estudos – ensino médio e superior – sobretudo entre as regiões intermediárias do espaço social. Cf. BOURDIEU, *op. cit.*, p. 95 e ss.

em língua portuguesa estaria, pelas suas estratégias, mais propensa a inibir o uso do idioma em situações reais. Afinal, a comunicação em língua portuguesa encontrava-se directamente conotada não apenas com a língua do colonizador, mas com um modelo rígido de educação (inteiramente alheio ao da sua cultura materna) e com usos altamente estilizados e artificiais, executados por solicitação do mestre e não como formas de expressão individual e autónoma. A própria inibição do aluno ou a demonstração de fracos resultados poderiam advir do simples constrangimento em que era colocado, mesmo com envolvimento real de esforço em procurar agradar e atender ao pretendido, aspecto assaz notado no contexto de aquisição de uma competência comunicativa em meio bilingue⁴⁸⁹.

Acresce ainda o facto de não se entender, metodologicamente falando, a especificidade do ensino do português neste contexto de ensino-aprendizagem, como presentemente se reconhece de língua não-materna. Por esse mesmo facto, os objectivos interpostos pelo mestre de primeiras letras nos povoados indígenas e pelo sistema de aulas régias no geral, assentam na busca de uma proficiência linguístico-comunicativa próxima à do falante nativo. Este modelo de alfabetização favorecia um conjunto de competências que não iria, naturalmente, muito além do domínio do sistema fonológico do português-padrão (com uma articulação fluente e uma correcta pronúncia dos fonemas, da entoação), da correcta decifração das letras, da mestria das mais

⁴⁸⁹ Cf. Adrian Bennett et Helen Slaughter, *op. cit.*, pp. 2-26.

Outros autores reforçam a importância de uma abordagem mais abrangente, envolvendo o elemento cultural, com vista a uma proficiência em língua – ou, por outras palavras, da aquisição de uma competência através do elemento cultural. Semelhante estratégia, potenciadora do desenvolvimento da criatividade e da valorização das capacidades individuais do aluno, torna-se particularmente enriquecedora quando as diferenças culturais tomam parte das experiências de socialização linguística, mais evidentes no ensino pré-escolar. O envolvimento dos alunos bilingues em situações que proporcionem a observação directa do uso da língua em contextos tão reais quanto possível, a par da consideração da diversidade cultural produz melhores resultados na integração e sucesso escolar por parte de crianças originárias de minorias étnicas. Tal facto que deverá sobressair não só nas práticas pedagógicas, como nos recursos didácticos empregues e nas próprias orientações programáticas. Cf. Susan Philips, “An ethnographic approach to bilingual language proficiency assessment”, in RIVERA, Charlene [ed.], *An Ethnographic/Sociolinguistic Approach to Language Proficiency Assessment*, Avon, Multilingual Matters, 1983, pp. 88-106; Carmen Simich-Dudgeon et Charlene Rivera, “Teacher training and ethnographic/sociolinguistic issues in the assessment of bilingual student’s language proficiency”, in RIVERA, Charlene [ed.], *An Ethnographic/Sociolinguistic Approach to Language Proficiency Assessment*, Avon, Multilingual Matters, 1983, pp. 107-130.

elementares técnicas de escrita e de algum conhecimento vocabular⁴⁹⁰. Colocar-se-ia, certamente, o problema não apenas da proficiência na língua portuguesa das crianças indígenas, como do uso efectivo deste idioma no quadro das interacções sociais. Semelhante facto poderia ficar-se a dever a uma justificação a que não fora alheio o insucesso nas aprendizagens desta mesma língua em ambiente missionário: o não aprofundamento de uma consciência gramatical, com integração dos mais básicos elementos apreendidos e ausência de promoção de um uso interactivo da língua, fazendo, nomeadamente, apelo a actividades de compreensão e expressão oral⁴⁹¹.

Sugere-se, ainda, com base em diversos estudos realizados no domínio do bilinguismo, que situações de aquisição ou aprendizagem de uma nova língua são favoráveis à ocorrência de interacção entre a língua materna e a língua segunda, tanto ao nível do *input* lexical, fonológico, sintáctico, como de outros domínios cognitivos e psicológicos como sejam o da leitura, da escrita, das estratégias pragmáticas, comunicativas – tanto em contextos formais como informais - e metacognitivas. A influência da língua materna pode ser de tal ordem que interfira com os procedimentos cognitivos envolvidos no processamento de línguas segundas. Acresce o facto de, quanto maior for a diferença entre a língua materna e a língua não materna, maior será a propensão para o aparecimento de incorrecções no uso desta última, assim como mais longo será o seu processo de aquisição ou aprendizagem⁴⁹².

⁴⁹⁰ O ensino de primeiras letras não deixaria de desenvolver um trabalho em torno de competências orais (compreensão e expressão) e escritas (leitura e escrita), com a particularidade de a escola indígena se constituir como um espaço privilegiado de divulgação e uso de uma língua que, embora imposta oficialmente, não seria a de uso dominante nestas comunidades. A figura do professor é, ela própria, essencial, não só pelo incitamento ao seu recurso – ao menos no espaço da sala de aula – como pelo favorecimento de um ambiente de imersão linguística, sobretudo se se tratasse de um indivíduo monolíngue e desconhecedor da(s) língua(s) ameríndia(s) ou da língua geral, conforme fosse o público-alvo em presença.

⁴⁹¹ A proficiência comunicativa oral fica a dever-se, efectivamente, a estas três dimensões, desempenhando o conhecimento linguístico um importante papel na sua construção. A frequência, qualidade e intensidade das trocas comunicativas favorecidas pelo processo de aquisição/aprendizagem são igualmente centrais, para além de subsistirem factores de ordem psicológica e afectiva que poderão, inclusivamente se sobrepor aos restantes elementos. Cf. John Jong et Lieneke van Ginkel, “Dimensions in oral foreign language proficiency”, in VERHOEVEN, Ludo et JONG, John [eds.], *The Language Proficiency*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1992, pp. 187-205.

⁴⁹² Cf. Yuko Butler et Kenji Hakuta, “Bilingualism and second language acquisition”, in BATHIA, Tej et RITCHIE, William [ed.], *The Handbook of Bilingualism*, Oxford, Blackwell, 2007, p. 130 e ss; Pieter

Na ponderação das dificuldades de aprendizagem do português pelos ameríndios, há que levar em conta as práticas pedagógicas empregues pelos mestres de primeiras letras - no caso, soldados nomeados para o efeito nas povoações indígenas régias, sendo bastante questionável a sua preparação e formação académica – a profunda distinção entre a gramática de qualquer das línguas indígenas em presença relativamente à do português e ainda a maior ou menor familiaridade com as estruturas do português (podendo a qualidade do conhecimento prévio da língua segunda gerar interferências ou facilitar o processo de aprendizagem).

Muysken, “Two linguistic systems in contact: grammar, phonology and lexicon”, in BATHIA, Tej et RITCHIE, William [ed.], *op. cit.*, pp. 147-168.

CONCLUSÕES

- Das línguas indígenas à *Terra labii unius*

"Til é a letra do fim
Com que findo este rojão,
Não façam cara de choro
Me ajudem na precisão.
Cada um compre um livrinho
Que a chuva cai no sertão..."

Versos de A.B.C. do Cancioneiro Popular Nordestino. Recolha de CASCUDO, Luís da Cama, *Vaqueiros e Cantadores*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1984, p. 84.

O estudo da relação entre a língua e a educação proporciona a consideração de um escopo particularmente amplo, a que não nos furtámos nesta reflexão eminentemente historiográfica. Afinal, envolve a temática do ensino-aprendizagem, aquisição vs. aprendizagem, política da língua, formação de identidade(s), diversidade e variação linguística, instrução e educação moral e cívica, comunicação e uso, significados socioeconómicos do ensino de línguas, entre tantos outros fenómenos. Corremos, assumidamente, um risco com tão variado campo de análise, sobretudo pelo reconhecimento da centralidade de questões que contextualizam o fenómeno educativo, por um lado, ou ainda, por outro, dos sentidos, práticas e construções em torno de uma língua, regulação do seu funcionamento e valoração do seu uso em contraste com outras¹.

Leituras mais fatalistas dos acontecimentos geralmente acentuam a ineficácia administrativa portuguesa, de origem secular, como situação inerente da cultura e modo de ser português. Um estudo comparativo dos esforços encetados na Europa de setecentos em prol da implementação de um sistema público de primeiras letras revela, contudo, que idênticas vicissitudes foram vividas noutros reinos, dada a complexa conjugação de esforços que tal exigia. Além de as teorias de educação em vigor à época serem amplamente divulgadas – embora nem sempre concretizadas na prática – as políticas de educação e suas experiências possuem contornos muito semelhantes: a afirmação do Estado Absoluto no controlo dos sistemas de educação; a imposição de um idioma único e a afirmação das gramáticas como estratégia de reforço da sua soberania sobre os povos de aquém e de além-mar; a construção de programas e

¹ Já Corson salientara o carácter diverso e interdisciplinar desta área, particularmente explorada no domínio da linguística aplicada. Cf. Markus Bieswanger, "Language and education", in HELLINGER, Marlis et PAUWELS, Anne [eds.], *Handbook of Language and Communication: Diversity and Change*, Berlin, Mouton de Gruyter, 2009, p. 401.

regulamentos uniformizadores da prática docente; a valorização da figura do professor, com investimento (por vezes ainda incipiente) na sua formação pedagógica; a aplicação de taxas e impostos com vista ao financiamento da educação pública.

Muito embora Portugal se tenha adiantado em relação a Espanha e a França, na verdade tudo não parece ter passado de um projecto ambicioso, sem dúvida promissor, mas cuja aplicação ficou muito além do esperado, como tivemos ocasião de aprofundar. Apesar da política inovadora do Estado português (sem retirar o mérito às experiências entretanto desenvolvidas na Áustria e na Prússia) no controlo e fundação de escolas públicas, sem dúvida seguido e tomado como exemplo enquanto experiência ímpar no seu tempo, ficou-se aquém das iniciativas levadas a cabo no vizinho reino ibérico, onde, inclusivamente, as primeiras letras e a formação de professores daquele grau de ensino ganharam forte destaque, como tivemos oportunidade de observar. Ainda assim, semelhantes reformas, embora de vanguarda, enfrentaram também elas dificuldades de concretização. Só a centúria seguinte apresentaria, efectivamente, uma melhor coordenação de esforços e uma mais bem-sucedida tutela da educação estatal um pouco por toda a Europa.

A escolha inicial do século XVIII, e mais especificamente do reinado de D. José I, não foi obra do acaso, na medida em que nos permitia abarcar a última década da permanência da Companhia de Jesus nos comandos de um sistema de ensino relativamente bem estruturado, gratuito e de qualidade, além de se poder observar qual o plano de Sebastião de Carvalho e Melo em termos da implementação de um sistema de ensino controlado directamente pelo Estado e de se avaliar a qualidade do esforço produzido na génese da instrução pública, numa época em que Portugal se adiantou, por via da expulsão dos jesuítas em 1759, no panorama europeu. Trata-se ainda de uma época particularmente interessante, tanto mais quando é emitido o *Directório dos Índios*, um modelo de política indigenista consecutivamente adaptado à realidade de outros espaços do Brasil colonial, onde se regulamenta nomeadamente a proibição das línguas gerais e nativas, obrigando o uso do português por parte das comunidades ameríndias. De que modo tal se efectivou, número de alunos índios que frequentavam as escolas, grupos indígenas em presença, qual o (in)sucesso escolar obtido, material didáctico usado, formação dos professores, eventual adequação dos espaços à prática lectiva - existe toda uma série de questões a que, por via da pouca relevância dada ao ensino das primeiras letras durante largo tempo, se torna muito difícil responder. Interessa-nos, em particular, observar os moldes em que decorria o ensino das primeiras

letras – sendo que em termos metodológicos, não era muito diferente dos moldes em que se praticava desde há séculos. Neste contexto, vimos como o ensino das primeiras letras junto de povoações indígenas surgiu integrado numa política de promoção do monolinguismo e num processo de ressocialização daquelas comunidades, o qual adquirira no século XVIII contornos mais definidos. De certo modo, voltara-se a conferir particular importância à formação do «cidadão», como o havia sido na Antiguidade², e não tanto a concepção medieval de educação como meio de salvação cristã.

Porém, à medida que decidimos aprofundar o conhecimento das etnias e subgrupos indígenas nos territórios sob o governo de Pernambuco, apercebemo-nos da importância vital de acompanhar os seus percursos em épocas anteriores àquele reinado, em particular a partir do momento em que, restabelecida a paz naquela colónia, os governantes encararam a presença indígena com redobrada atenção. Por esse facto foi considerado oportuno redefinir o arco temporal e considerar o século XVII, tendo especial atenção a actuação de D. Pedro II assim como da Junta das Missões de Pernambuco em termos de gestão dos conflitos, missões e interações de que a sociedade lusobrasileira vinha sendo palco.

O facto de nos termos detido na parte inicial da presente tese em torno de questões de ordem contextual procurou contribuir para o entendimento de factores de stress e/ou facilitação do processo de ensino-aprendizagem do português, bem como a relação dos índios com a cultura portuguesa em contexto extra-escolar. A este nível, pretendeu-se contribuir para a determinação de factores que terão influenciado as auto e hetero-imagens, num complexo quadro de elações - «tupis» e «tapuias», binómio defendido por John Monteiro, índios e missionários, índios e colonos – de modo a poder aferir a que nível essas mesmas imagens poderão ter interferido no comportamento comunicativo dos índios – ou até das próprias escolhas dos missionários pela prevalência das línguas gerais nos aldeamentos cristianizados. Por fim, procurar perceber como intervieram as práticas de educação e de formação de missionários e docentes - tanto no período pré como pós-expulsão da Companhia de Jesus – no âmbito deste processo de educação linguística.

Como tal, é-nos permitido distinguir dois eixos distintos:

² “In early Roman culture, educational aims were largely conditioned by the ideal of citizenship just as they were in Athens.” BRUBACHER, John, *A History of the Problems of Education*, New York, McGraw-Hill, 1947, p. 5.

1. A missão como espaço de (i)legitimação de práticas sociais e de identidades
2. A escola de primeiras letras como espaço de in/exclusão de sujeitos e grupos

Esta abordagem, na linha de Paulo Freire, reconhece

“que as imagens das línguas/culturas, circulando de forma privilegiada nos discursos escolares, constituem um dos sinais mais poderosos desses processos de legitimação e de in/exclusão. Funcionando como mediadoras da comunicação e âncoras simbólicas, as imagens influenciam, não apenas o processo de ensino e de aprendizagem, mas também as perspectivas dos sujeitos acerca dos seus desempenhos escolares e das suas práticas de comunicação quotidiana.”³

No estudo destas áreas do Nordeste brasileiro, considerámos relevante desenhar, numa primeira fase, a distribuição dos grupos indígenas referidos por fontes originais em cada capitania e o número aproximado de aldeias missionadas, o que nos permitiria vislumbrar quais os grupos predominantes, qual a eventualidade de se tecerem contactos entre grupos distintos e preferências de ordem geográfica – do sertão ao litoral, nas margens de cursos de água, zonas áridas vs. zonas férteis. Para tal, considerámos ainda oportuno definir com precisão as fronteiras de cada capitania na época, distintas das existentes actualmente, facto tanto mais importante na medida em que certas aldeias se encontravam sob uma diferente jurisdição.

Importa, no entanto, salientar que boa parte do trabalho de identificação de grupos indígenas existentes ao longo dos séculos XVI a XIX foi intentado por Curt Nimuendajú, através do conhecido *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* de 1944. Observámos, contudo, e dadas as dimensões de tão gigantesco projecto, que existem alguns povoados que não foram contemplados. Da nossa parte, sentimos a necessidade de observar a permanência de algumas missões num período mais alargado e a partir de várias fontes e perspectivas, a fim de se facultar uma visão mais completa da dinâmica missionária empreendida, com destaque para as aldeias e missões do Real Colégio de Olinda, nosso objectivo principal. Por seu turno, empenhámo-nos na reunião de dados diversos que contribuíssem para uma proposta de descrição da presença e filiação étnico-linguística dos grupos encontrados nos séculos XVII a XVIII nas capitanias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Existem, como é óbvio, algumas limitações: a constante mudança de algumas missões por motivos de

³ Enquadramento da temática “ ‘Mal-te-quero’, ‘bem-te-quero’: imagens dos Outros em populações escolares e suas dinâmicas”, in ANDRADE, Ana Isabel et SÁ, Maria Helena Araújo e [coord.], *Imagens das línguas em contextos de educação e formação linguística*, [Cadernos do LALE – laboratório Aberto para o Ensino das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006, p. 8.

ordem vária, a dificuldade em conhecer a actualização que os registos ortográficos nas fontes entretanto sofreram, a localização precisa dessas aldeias, e inclusivamente a identificação dos idiomas indígenas e seu parentesco nos troncos Tupi e Jê, à luz de trabalhos mais recentes, com particular destaque para os dados introduzidos no estudo das línguas indígenas brasileiras de Aryon Dall’Igna Rodrigues.

Não possuímos, contudo, testemunho nem de como os índios encaravam a língua portuguesa, nem tão pouco como percepcionavam a língua geral. Desconhecemos as suas reacções individuais, embora existam registos da qualidade do seu envolvimento nas aprendizagens catequéticas e nos rudimentos da língua a partir da óptica dos padres-mestres. Trata-se, contudo, de dum discurso politicamente correcto, construído para demonstração do cumprimento dos parâmetros superiormente estabelecidos e, consequentemente, para validar o sucesso das missões juntos dos índios. Havíamos já notado, aquando da investigação conducente à dissertação de mestrado, como os agentes ao serviço da Coroa portuguesa sublinhavam como características da língua dos índios um idioma sem f, nem l, nem r, partindo daí para uma caracterização civilizacional - no sentido de se encontrarem perante sociedades inferiores que, na sua óptica, não conheciam nem a religião, nem a lei, nem a um Rei. Até os próprios missionários jesuítas, nos primeiros tempos, denotaram que a língua dos índios era um idioma obscuro, bárbaro, complexo, associando essa sua condição à língua navarra – motivo pelo qual, justificaram, Azpilcueta Navarro se distinguira no entendimento com os índios, revelando notáveis progressos na sua compreensão e no seu uso.

Ademais, ter acesso às representações dos índios brasileiros face às línguas, tanto em situação de uso, como de aprendizagem implica: antes de tudo, uma descrição indeferida, na medida em que, sendo ágrafos, não detêm inteira liberdade para se exprimir na sua língua materna; em segundo lugar, ainda que conseguindo ser alfabetizados em língua não-materna, a própria dinâmica pedagógica impunha, ao tempo, limites a uma livre expressão, estando a metodologia centrada na figura do professor e não do aluno. Temos, não obstante, acesso a alguns escassos testemunhos, indeferidos, também eles, das imagens de índios face às línguas e culturas de outros índios, resultando na esmagadora maioria dos casos de uma diferença assinalável e pautada por tensões, rivalidades e lutas, nomeadamente por intermédio de grupos Tupi. Na descrição que transmitiam aos portugueses de outros grupos indígenas, salientavam a sua estranheza nos costumes e na língua, razão que para si justificava a atribuição de certo nome a cada comunidade, diferenciando-a com base em determinada característica

ou aspecto que entendiam ser mais peculiar, a qual poderia resumir-se à justificação da sua hostilidade para com eles.

Partindo do princípio

“que as representações dos sujeitos face às línguas e a sua aprendizagem influenciam as suas vivências formais e informais com as línguas, nomeadamente no que respeita ao seu abandono ou escolha enquanto objectos de estudo, o grau de comprometimento com a aprendizagem destas matérias, as decisões estratégicas tomadas no decorrer deste processo e o (desejo de) envolvimento em situações de contacto extra-escolar com diferentes línguas e suas comunidades de falantes”⁴

... não é menos lícito destacar a importância de figuras mediadoras na construção dessas mesmas representações, assim como da pressão de agentes externos e do contexto que actualiza essas mesmas vivências. A nosso ver, só assim conseguimos entender como os índios conseguiram ser convencidos a abandonar as suas línguas maternas, convertendo-se em caboclos de língua geral – o que reflectiria, na perspectiva dos não aldeados, uma submissão humilhante e clara perda ou esvaziamento de identidade cultural – ou, posteriormente, a aprenderem o português nas escolas de ler e escrever a cargo dos seus mestres. Neste último caso, a imposição do Estado e uma estreita vigilância exerceram um papel fundamental no comprometimento destes índios. Quando surgiu o *Directório dos Índios do Pará e Maranhão*, datado de 17 de Agosto de 1758, as disposições eram muito claras e peremptórias: não mais se toleraria a manutenção das línguas gerais, muito menos dos costumes indígenas. Nesta medida, desde tenra idade que meninos e meninas ameríndios deveriam aprender a ler e escrever, com vista a uma sua integração nas comunidades locais de brancos. A resistência à aprendizagem do português, língua oficial e língua do Estado, a única legítima de se usar na colónia, traria consigo sérias consequências, na medida em que semelhantes sujeitos seriam tidos como dissidentes, submetendo-se a uma condição de marginalidade social e cultural. Somando-se a isto o avanço dos colonos no domínio do território, do litoral às áreas mais remotas do interior, entenderemos como hoje muitas dessas línguas indígenas foram condenadas a um esquecimento claramente forçado, a uma morte em vida.

Apesar deste historial, provavelmente não teremos marcas evidentes de uma relação de amor ou de ódio face ao português a partir das comunidades aldeadas, nem tão pouco das inclusas em vilas indígenas. Poderia ter funcionado como factor de desânimo, desmotivação ou até de abandono a extrema complexidade gramatical do

⁴ Idem, *ibidem*, p. 9.

português comparativamente com as suas línguas maternas. Infelizmente, não nos é dado a entender a que nível os aprendentes indígenas demonstrariam dificuldades no domínio das estruturas do português – excluindo-se a redutora imagem do seu quadro fonético.

Reconhecemos, portanto, a diversidade no seio de uma comunidade de falantes⁵, a variedade de idiomas que radicavam de cada ramo e, por último, o enquadramento de diferenças ainda mais assinaláveis, advenientes de dois troncos linguísticos que traduzem um movimento histórico distinto entre comunidades de matriz Macro-Jê e de matriz Macro-Tupi.

Com a ambição de erradicar o «escuro» e «fastidioso» método da pedagogia jesuíta, aquilo que Sebastião de Carvalho e Melo colocou em seu lugar demonstrou, por um lado, como as linhas fortes do método permaneceram e eram necessária e, por outro, como se pagou um preço demasiado caro pela ausência dos colégios da Companhia - a instabilidade e a precariedade instalaram-se.

"Dois séculos após a sua morte, o Marquês de Pombal continua a ser uma figura extremamente controversa, considerando-o uns um tirano e considerando-o outros o mais lúcido reformador da nossa História, enquanto outros ainda o consideram um tirano que foi, simultaneamente, um grande reformador."⁶

Mas há um facto que não podemos negar: o de ter sido este ministro o criador do ensino primário oficial. Muito embora Portugal não tenha sido o primeiro a esboçar ou a engendrar tal projecto, na verdade foi o primeiro reino da Europa a implementar esta medida. Pretendeu reformar, é certo. Mas se pensarmos no que sucedeu em termos educativos, a resposta não é simples nem breve. Poder-se-ia dizer que devemos a Sebastião de Carvalho e Melo a iniciativa de se promover a educação indígena, no sentido de esta ser alfabetizada no idioma português. Sabemos, contudo, que se por um lado as suas reformas não tiveram a amplitude desejada, por outro foi particularmente grave a privação das comunidades indígenas das suas práticas, das suas línguas, das suas culturas. Não se tratou propriamente de uma medida em que a educação se oferecia como um direito extensível a todos os cidadãos, como viria a defender Condorcet

⁵ A aproximação entre línguas pertencentes a um mesmo ramo linguístico como é o caso dos utilizadores, à época, da língua Tupi na área em análise, que, muito embora fosse particularmente extensa, como aliás notado desde os primeiros tempos da colonização do território pelos portugueses, abarcava diferentes grupos étnico-linguísticos de variados dialectos.

⁶ GOMES, Joaquim Ferreira, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 5.

(1743-1794). O carácter assistemático das aulas régias, a ausência dos meios físicos e humanos necessários, a precariedade a que as escolas e os mestres de primeiras letras estavam votados, a urgência da incorporação do elemento indígena como força de trabalho e recurso estratégico na defesa dos sertões terão sido determinantes para a construção de uma visão da alfabetização indígena quase inexistente – embora não deixasse de ser considerada necessária.

Nas vozes contrárias à Companhia, não deixamos de observar uma crítica que, não raro exacerbada⁷, salienta o fanatismo pedagógico e missionário, a redução dos índios a uma condição exclusivamente servil, a veia mercantilista dos padres, “mestres em aniquilar as vontades, pear os entendimentos e embotar as sensibilidades”, “subsistindo apenas da sua obra vã, artificial e esterilizadora, as tristes ruínas das Missões”⁸. Ainda hoje, por outro lado, se acusa os jesuítas de, no passado, se terem servido dos índios como seus escravos, observação que resulta em grande medida das acusações lançadas por intermédio de Pombal na altura da sua expulsão. Na historiografia luso-brasileira, com efeito, pouco se alude à sua acção missionária e educativa em torno de alguns dos povos ameríndios com que tiveram oportunidade de contactar.

Não obstante, a obra destes homens não se fez apenas de pedra e cal, nem tão pouco se reduziu à verdade material de uma vasta rede de propriedades. O sucesso da sua empresa muito se ficou a dever, sublinha Eduardo Franco, à sua “visão vanguardista do processo missionário” à maleabilidade da Companhia de Jesus, “vocacionada para a acção concertada em vários cenários de missão” e à aposta na formação intelectual dos seus membros, o que, conseqüentemente, permitiu “reinventar soluções para os novos desafios missionários que a modernidade lançou à Igreja”⁹. Não poderemos escusar aos jesuítas um importante papel, nomeadamente no capítulo da educação indígena. A eles devemos a preservação de algumas línguas e culturas; de outras, mais vulneráveis, restam apenas os catecismos, gramáticas e dicionários elaborados por missionários mais

⁷ Com destaque para a historiografia novecentista e os estudos de cariz antropológico e sociológico empreendidos na década de 70, que têm servido de mote e pomo de discórdia nos debates que presentemente ainda incendeiam espíritos e plateias.

⁸ LIMA, M. de Oliveira, *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, Brockhaus, 1895, p. 16.

⁹ FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX)*, vol. I – *Das Origens ao Marquês de Pombal*, Lisboa, Gradiva, 2006, p. 195.

curiosos e empenhados em conhecer e dar a conhecer idiomas indígenas. Reconhece Maxime Haubert:

“Deixando de lado qualquer sectarismo doutrinal, é em todo o caso incontestável que a característica mais marcante do Paraguai atual, ou seja, a salvaguarda da nação guarani, de sua linguagem e de seu espírito – ao contrário do que aconteceu nas regiões do cone sul da América, onde os índios e suas culturas foram completamente aniquilados – deve-se à ação empreendida durante um século e meio pelos jesuítas, a maioria das vezes às escondidas ou contra os poderes estabelecidos, os colonos espanhóis e o próprio clero católico.”¹⁰

O método em si, apesar de tudo, não mudou substancialmente no plano da didáctica das línguas, antes se manteve inalterável no caso do ensino das primeiras letras. E o próprio envolvimento do Estado na instrução pública popular continuaria a ser uma longa demanda, indo além do século XIX¹¹.

Estes soldados de Cristo surgiram precisamente no contexto da expansão ultramarina (verdadeiramente a primeira experiência de globalização alguma vez vivenciada) e como resposta a um fenómeno igualmente global. A Companhia de Jesus procurou gerir esta nova dimensão pela articulação de diversas Assistências, sediadas em vários reinos, que, por sua vez, se subdividiam em Províncias e Vice-Províncias – o que em parte justifica o sucesso da sua ampla actuação nas vertentes educativa e missionária na era prévia à sua primeira expulsão, sem esquecer a eficácia das comunicações internas de que hoje temos abundantes registos ou ainda a circulação dos seus membros.

Havia ainda, pela consciência de uma notória diferença entre os falares dos índios, a necessidade de se transpor os impedimentos que obstavam a uma comunicação eficaz entre missionários e índios e entre índios aldeados num mesmo espaço mas de matriz étnico-linguística absolutamente diversa. A língua geral surgiu, até pelo particular florescimento de algumas missões, morosidade na formação de padres-língua nos vários idiomas notados e escassez de recursos humanos para atender a outras tantas aldeias de índios que foram surgindo, como única solução viável na Babel brasileira. Naturalmente que esta atitude favoreceu, conseqüentemente, uma maior proximidade face aos ameríndios – mais do que se impusesse a língua de Estado, língua também do fazendeiro usurpador de mão-de-obra indígena escrava, do capitão ávido de integrar

¹⁰ HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões (séculos XVII-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 11.

¹¹ Propomos, a este efeito, a leitura da obra de LAVALEYE, Émile de, *L’Instruction du Peuple*, Paris, Hachette, 1872.

mais sujeitos ao seu Terço e do bandeirante sanguinário que não olhava a meios perante a resistência dos «tapuias».

Foi, de facto, a partir do decreto de Pombal que se assistiu ao início do declínio do uso das línguas gerais no território brasileiro. No entanto, a variedade e riqueza lexical do Português do Brasil, patente tanto na toponímia, antroponímia e vocabulário em geral, construiu-se indo além da norma estabelecida, apesar de imposições e demais leis. Com efeito, a comunicação entre os povos desta antiga colónia portuguesa contrariou tudo e todos, governadores e reis, reivindicando, quase secretamente, a tolerância de um plurilinguismo tantas vezes negado e proibido.

Não constituiu nosso objectivo fazer aqui uma apologia da língua geral nas missões jesuítas, nem tão pouco aplaudir as estratégias destes missionários com vista à comunicação com os índios. O grande desafio que se coloca mesmo às sociedades contemporâneas do século XXI é o de construir pontes para a comunicação com recurso à intercompreensão. Assim, mesmo em contextos plurilingues, a finalidade maior deverá ser a promoção da capacidade dos sujeitos, dentro de uma mesma família de línguas, comunicarem entre si utilizando cada um a sua própria língua¹².

- Entre progressos, regressos e retrocessos

Contrariamente a tempos tão remotos como os que aqui observámos, encaramos, hoje, a “cena educativa” como algo dinâmico “e permeável a realidades sociais e culturais em permanente mudança”¹³, facto que se repercute directamente nas escolhas metodológicas, assim como nos conteúdos programáticos propostos. No passado, a

¹² Se hoje mesmo, com todos os recursos disponíveis e até com o incentivo de programas especiais e políticas de língua, nomeadamente no espaço da União Europeia, semelhante tarefa se revela de difícil implementação nas sociedades contemporâneas, imagine-se no período da expansão ultramarina portuguesa. Nem os jesuítas foram tão arrojados, sobretudo se considerarmos que várias aldeias congregavam falantes de línguas distintas, como o Kiriri e o Tupi, situação observada em várias aldeias pertencentes ao governo de Pernambuco. O fenómeno da diversidade cultural era sobejamente conhecido por parte dos missionários – da Companhia, assim como de outras ordens – e não fora um facto ignorado no plano da formação e preparação de novos sujeitos para administrarem as populações ameríndias reunidas.

¹³ REIS, Carlos [coord.], *Programas de Português do Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos)*, [Proposta de substituição dos Programas em vigor, de 1991], Lisboa, Ministério da Educação/ Direcção-Geral de Inovação e desenvolvimento Curricular, Dezembro de 2008, p. 3.

implementação de reformas do ensino e a consideração das suas consequências não conheciam uma variação tão frequente e profunda como nos dias de hoje. Não poderemos, inclusivamente, afirmar que as reformas de Sebastião de Carvalho e Melo introduziram, por si só, resultados verdadeiramente visíveis e benéficos – mas não lhe negamos o carácter drástico com que fez cessar um sistema coordenado e bem implementado como estava até então.

Introduziu-se, pela mudança, o caos? Na nossa perspectiva, importa olhar a questão de dois modos: por um lado, a necessária adaptação da oferta educativa assim como dos meios de veiculação do saber a uma nova realidade, às novas exigências do mercado de trabalho, às novas correntes de pensamento, às novas tendências sociopolíticas, sociais e culturais. Uma transição que acarretou uma mudança de paradigmas, em que a formação nas Humanidades perdeu, paulatinamente, terreno para um ensino mais técnico, com privilégio das línguas vernáculas, em detrimento do latim. É certo que algumas instituições de ensino jesuíta promoviam o ensino técnico-científico, como no Colégio de Santo Antão de Lisboa, mas não era uma realidade extensível a toda a sua rede. Há notícia, ainda, de se introduzir o estudo de autores modernos nos programas de ensino – prática que, ainda assim, não era tolerada pela hierarquia da Companhia de Jesus.

Sebastião de Carvalho e Melo viu-se confrontado com uma série de factores que levavam a uma mudança que só poderia ocorrer, na sua óptica, através de uma transição radical. Não foi, contudo, um projecto inteiramente bem sucedido, pelo menos no que respeita aos estudos menores. As causas, variadas, assentam no facto de, neste ímpeto, nesta urgência de mudança e de se tomar a dianteira na criação de um sistema público de ensino, não se ter avaliado devidamente a situação. Através da eliminação dos colégios jesuítas da Assistência Portuguesa em que se integravam, entre outros espaços ultramarinos, a Província Jesuíta do Brasil e a Província Jesuíta do Maranhão, erradicou-se um sistema de ensino bem estruturado, longamente ponderado e adaptado às realidades locais, com ramificações que lhes permitia aceder a áreas mais remotas, com recurso a missões de residência fixa, assim como a missões de visita ou volantes, como tivemos ocasião de observar. Um dos erros do ministro de D. José residiu em ignorar toda esta experiência de administração de uma rede escolar que cobria uma vasta área geográfica, gerindo, ainda que com as devidas vicissitudes, as limitações de recursos humanos e financeiros.

Com as aulas públicas entretanto abertas, desarticuladas entre si, perdia-se a ideia de “sistema”, ou sequer de “rede”. Na historiografia brasileira são inclusivamente designadas de “aulas avulsas”, tal é o seu carácter assistemático. Por outro lado, a uma súbita publicação dos decretos régios com ordem de encerramento das casas da Companhia de Jesus no Reino e colónias, consequente expulsão dos jesuítas e confisco dos seus bens, dificilmente se poderia conseguir uma pronta resposta. Apesar da proliferação de editais de concurso de professores, poucos – e até mesmo os mais aptos para tal ministério – queriam sujeitar-se às condições oferecidas. E de entre os que o fizeram, um número reduzido detinha a necessária formação escolar, e ainda mais ínfimo possuía uma sólida prática de ensino.

Apesar de se ter assumido como um projecto de civilização dos povos do Brasil, o *Directório* e suas versões, à semelhança das reformas pombalinas ao nível dos estudos, não tiveram o impacto esperado: a expulsão dos jesuítas não permitiu uma adequada modernização dos estudos nem a implementação bem sucedida do ambicionado sistema público de educação, o português, ainda que língua oficial, não era verdadeiramente a língua de comunicação, permanecendo o uso a língua geral nos domínios familiar e gregário. Muito embora forçados à aculturação, ameríndios e africanos não haviam abandonado as suas práticas e rituais ancestrais. Traídos pela ambição e desmandos dos directores nas nascentes vilas régias, muitos preferiram abandonar aquelas povoações e tornar à selva.

Contrariamente ao esperado, o inventário e confisco dos bens da Companhia de Jesus não trouxe os ganhos previstos. A quantidade de propriedades e mais-valias em benefício desta era crucial para o sustento das casas e missões existentes, existindo inclusivamente dívidas a pagar a particulares. Quando se julgava assegurado o financiamento do ensino público por esta via, rapidamente se percebeu que as partilhas efectuadas, distribuídas pelas mais diversas entidades eclesiásticas, administrativas, militares e particulares, não chegavam para o garantir. Cedo começou a registar-se dificuldades no pagamento dos salários aos mestres. E mesmo quando eram garantidos, o valor não chegava para garantir o seu sustento, sobretudo no Brasil, multiplicando-se os pedidos de aumento, nomeadamente ao tempo já de D. Maria I. Não será, pois, de estranhar, que poucos se sentissem motivados a ser mestres no Brasil – pior ainda em locais mais inóspitos, e para mais se se tratasse de ser mestre de primeiras letras.

Com a extinção da Direcção-Geral dos Estudos Menores e transição dos seus poderes e funções para a entretanto criada Real Mesa Censória (Secretaria de Estudos

Menores), apesar de trazer consigo uma maior e mais efectiva aposta – pelo menos no plano legislativo – no ensino primário ou de primeiras letras, na verdade, em termos operativos, não trouxe nada de novo no concernente à administração do ensino no Ultramar. Não vemos uma voz tão empenhada como a de Tomás de Almeida, que, enfrentando os longos silêncios do Rei e do Marquês em cerca de dez anos, ousou denunciar a urgência de uma tomada de posição do Estado perante as dificuldades observadas. Se resposta houve, além de ser silenciado com a transição das suas atribuições para outro organismo, passou antes por uma medida de centralização de poderes na entidade recém-criada. Perdera-se, contudo, a percepção de se constituir a tutela da educação como um organismo autónomo. Tende a dissipar-se a rede de colaboradores regionais e locais, no Reino e sobretudo no Ultramar, onde a tendência dominante passa pela dotação das Câmaras do poder de prover as cadeiras abertas com os professores necessários. Centralização, descentralização, dispersão – rumos em que a educação de base, ainda em estado embrionário, lentamente vai ganhando forma, conhecendo no Brasil redobrada atenção já no período em que intervém o Príncipe Regente D. João. Nem mesmo a instituição do Subsídio Literário conseguiu canalizar as verbas necessárias; antes agravou o acesso, ainda mais condicionado, ao sistema público de ensino, sobretudo os que, pouco tendo de seu, não poderiam pagar ao mestre pelas aulas. Constatamos, décadas volvidas sobre as primeiras medidas pombalinas na área da educação, que ainda no reinado de D. João VI o ensino das primeiras letras apresentava sérias carências no território brasileiro, tendo este monarca encetado uma série de medidas para averiguação da real situação vivida em cada capitania, visando suplantar essas mesmas necessidades com recurso às mesmas leis do tempo de seu avô, D. José. No século XIX, Oliveira Lima declarava que os indígenas “definharam sem poderem adaptar-se à civilização”¹⁴, desaparecendo pelo cruzamento com os brancos, entre a mestiçagem e as epidemias. Mas a crítica, velada, é apontada à Companhia de Jesus: de que haviam, afinal, valido as aldeias por si administradas?

Se, no geral, o impacto não fora muito positivo, ainda menos para os ameríndios sujeitos, após a expulsão dos jesuítas, a um novo modelo de administração. Sobre garantia da oferta de escolas para meninos e meninas em cada povoação indígena convertida a partir das aldeias missionadas, pairava uma cada vez maior sujeição a arbitrariedades de diversa ordem, que tendiam a afastá-los da escola e mesmo desse

¹⁴ LIMA, M. de Oliveira, *op. cit.*, p. 16.

novo meio social. Directores que usavam do seu trabalho em construções particulares sem o pagamento do devido ordenado, particulares que, sob o falso pretexto de lhes oferecer trabalho e instrução, recorriam a eles como uma alternativa à mão-de-obra escrava, traficantes que, conhecendo as necessidades cada vez mais flagrantes de subsistência dos indígenas, os convenciam a comerciar as suas crianças.

- Língua e colonização: debatendo os efeitos das medidas preconizadas para o espaço luso-brasileiro

O português como língua oficial no espaço ultramarino português surgiu como uma construção, assegurada, na sua base, pela promoção da educação elementar, pela sua sobreposição face aos idiomas dos autóctones, reduzidos a linguajares bárbaros e marginais, como tal, não inclusivos. Trata-se, obviamente, de uma criação em tudo artificial, suportada pelas leis do Estado e estrategicamente promovida pelas elites – sejam elas político-administrativas, ou na figura de intelectuais e demais letrados que se procuram destacar na sociedade. A língua torna-se, assim, também ela um instrumento do sistema político, facto que se irá evidenciar ainda mais com o advento dos estados-nação¹⁵.

Em face de tal quadro, coloca-se em causa não apenas o estatuto das línguas primordiais dos espaços colonizados, como a sua própria continuidade nas transacções comunicacionais que se oferecem no quotidiano dos seus falantes em contacto com indivíduos que não partilharam do mesmo código linguístico – e que, socialmente, se lhes sobrepõem, tanto pela natureza das relações de trabalho, pelo grau de instrução, como pela distinção étnica feita *a priori*.

De salientar, por outro lado, que o português não era a língua dominante na colónia brasileira, assim como os próprios colonos eram em número substancialmente inferior comparativamente com a presença escrava africana – oriunda de espaços tão distintos como a Angola, o Congo e a Guiné - particularmente significativa na Bahia, bem como aos ameríndios, muitos dos quais ainda fora do alcance da administração local. Isto sem falar de toda a sorte de mestiços, resultantes de uniões entre brancos e

¹⁵ Cf. William Safran, “Nationalism”, in FISHMAN, Joshua [ed.], *Handbook of Language and Ethnic Identity*, New York, Oxford University Press, 1999, pp. 77-93.

índios, brancos e negros, índios e negros. Nesta Babilónia da Vera Cruz, as línguas gerais acabaram por ser a solução possível que intermediaria a comunicação entre os autóctones e os não-americanos, num espaço dominado pelos primeiros. A afirmação, contudo, do Estado Absoluto, começando a desenhar-se com contornos bem definidos logo no reinado de D. Pedro II, expressou a vontade de, pela língua portuguesa, reforçar o papel da presença portuguesa num vasto território, rivalizando e fazendo bandeira contra as demais potências europeias.

Ainda assim, o domínio das línguas gerais na sociedade luso-brasileira manifestar-se-ia sobretudo em termos da comunicação oral e fora da esfera formal, exceptuando-se o caso das missões, nas quais e para as quais se desenvolviam recursos materiais auxiliares à doutrinação dos índios e ao conhecimento das suas línguas. No contacto com as instituições, todos os registos surgiam em português, mesmo quando se tratava de uma representação dos índios às autoridades ou de um pacto de paz entre brancos e índios. Temos conhecimento de cartas e requerimentos dirigidos por índios a autoridades; não obstante, na esmagadora maioria – se não mesmo em todos – o registo era efectuado por outra pessoa, que se ocupava de assentar o teor dos seus rogos, servindo assim de intermediário. São, até, assaz assinaladas as dificuldades manifestas de os ameríndios em saberem valer-se dos seus direitos, sobretudo em casos de natureza jurídico-administrativa, razão pela qual acabavam por intervir os religiosos seus missionários, que advogavam assim em sua defesa. Os intérpretes, por seu turno, poderiam ter acesso aos idiomas por serem indivíduos bilingues, por se terem aplicado ao seu estudo, embora não sendo a sua língua materna, ou ainda pela proximidade ou convivência privilegiada face às comunidades de falantes – o que sucedia, nomeadamente, com os bandeirantes.

Neste quadro, a sobreposição do português exigiu um esforço redobrado, oferecendo-se a educação escolar como o espaço privilegiado para a formação de uma consciência mais centrada na língua do Estado - pela aprendizagem não apenas das regras do seu funcionamento, como pelo contacto com tipologias textuais de uso corrente e conteúdos fortemente modeladores da moral e dos bons costumes – e a construção da ideia de que só por via da instrução e da civilização se legitima a integração na comunidade e até a possibilidade de ascender socialmente. Eis algumas questões que, sugeridas por Safran, poderão suscitar novas conclusões em torno das políticas da língua no Brasil:

- como é avaliada a importância da língua comparativamente com a religião, a raça ou o território, enquanto marcador de uma identidade colectiva?
- sob que condições a língua assume maior ou menor importância na comunidade?
- que outros elementos, além da língua, ajudam à configuração da identidade um Estado ou de um Império?
- em que moldes o estatuto económico contribui para a valorização de uma língua?
- qual o posicionamento das elites: como intercederam, efectivamente, as elites lusobrasileiras na desvalorização das línguas gerais e indígenas? E como agiram os principais enquanto membros da administração local nas vilas e lugares indígenas em prol do português e em detrimento da língua da etnia, a que pertencem, que se converte em minoria?

No caso particular da América portuguesa, não nos poderemos deixar de questionar quanto à posição de vantagem ou de desvantagem de um indivíduo oriundo de uma comunidade ágrafa quando confrontado com a alfabetização em língua não materna. Actualmente reconhece-se a importância das concepções relativas à linguagem escrita, mesmo em idade pré-escolar, potenciando ou facilitando a aprendizagem do ler e do escrever. Essas concepções precoces derivam de representações que foram sendo reunidas gradualmente, a partir de um conjunto variado de situações de interacção com o escrito, assim como com os seus agentes e utilizadores. Quanto maior for o distanciamento dos alunos, tanto maiores e mais difíceis de transpor serão os seus problemas de aprendizagem:

“Se a distância entre a forma como as crianças pensam e aquilo que lhes é ensinado for demasiado grande, é natural que elas não sejam capazes de integrar nos seus esquemas de pensamento os conhecimentos que lhes são transmitidos e, por consequência, manifestem dificuldades na aprendizagem.”¹⁶

Se a escrita não era uma prática social inerente às diversas etnias, já a tradição oral era de extrema importância, veículo dominante na herança de mitos, histórias e experiências transmitidos de geração em geração. Não se exclui, contudo, a existência de alguns ameríndios que, uma vez catequizados, tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever – pelo menos o domínio de uma destas competências¹⁷. Não se encontrando as crianças ameríndias imersas num meio onde abundassem documentos

¹⁶ MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *Psicologia da Aprendizagem da Linguagem Escrita*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, p. 43.

¹⁷ Não esqueçamos que, no contexto nordestino brasileiro, diversos índios chegaram a desempenhar cargos diversos dentro da hierarquia militar.

escritos ou sequer rodeadas por quem tivessem a destreza de saber escrever – salvo se em regime de internato num seminário - tal hipótese parecerá muito remota.

Sendo, deste modo, bastante remota a possibilidade de as crianças ameríndias se encontrarem rodeadas pelo escrito, a hipótese de colocarem, em fase de pré-escolarização, dúvidas e hipóteses sobre as suas funções, características formais e relações com o oral não terá fundamento. Pelo menos na esmagadora maioria dos casos. Poderiam, alguns, alimentar alguma curiosidade quanto aos estranhos apetrechos de que o missionário se faria acompanhar. Poderiam, ainda, admirar com surpresa os estranhos desenhos com que o religioso representava palavras – e cobiçar assim o domínio daquela capacidade quase mágica.

Teremos, talvez, de considerar um meio-termo na avaliação destas pré-concepções ou, como referem alguns autores, destas concepções precoces sobre a linguagem escrita¹⁸, que poderiam ou não ter lugar, em observância do grau em que estariam expostos a esse tipo de experiência – de leitura e de escrita por parte de outrem, ameríndio ou não-ameríndio, do acesso a materiais escritos e de escrita. Mas não nos deixamos de questionar sobre um aspecto: será possível determinar que concepções teriam acerca da funcionalidade, dos aspectos figurativos e ainda dos aspectos conceptuais da linguagem escrita? Procuremos aprofundar este ponto.

Se, no contexto das missões, o acesso a práticas de leitura e de escrita se faria através do religioso que os administrava espiritualmente, uma das associações que mais facilmente se poderia fazer seria o do carácter sagrado da linguagem escrita. Ainda ao tempo das aldeias missionadas, haveria eventualmente a possibilidade de vislumbrar, de quando em quando, o catecismo ou até mesmo um exemplar da bíblia pelos quais se poderia orientar o missionário ao doutrinar os catecúmenos¹⁹. Saber ler e saber escrever afigurar-se-ia como uma faculdade que, estando além das suas capacidades, se revestiria de um carácter mágico, como sugerido. Além desta perspectiva, a linguagem escrita constituía um meio privilegiado na sociedade dos brancos quando se pretendia transmitir uma reivindicação, chamar a atenção das autoridades para determinadas situações, comunicar certo facto com carácter mais formal. Até que ponto a descoberta

¹⁸ MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *op. cit.*, p. 47.

¹⁹ Circulariam tanto exemplares manuscritos como impressos, tanto mais quando estes últimos eram mais escassos, devendo ser importados, dada a ausência de tipografias na colónia. Não esqueçamos, ainda, que também o acesso a material escrito seria bastante condicionado.

de tais funções produziria algum impacto no processo de alfabetização de crianças ameríndias?

“O interesse pela linguagem escrita varia em função da qualidade, da frequência e do valor das actividades e leitura e de escrita desenvolvidas pelos que convivem mais directamente com as crianças.”²⁰

Ler e escrever eram faculdades dos brancos, exercidas por brancos, de acesso mediado por brancos, de uso obrigatório em certas vias da sociedade civil – que não era propriamente habituais em contexto indígena, mesmo entre os aldeados, segundo cremos. A educação escolar a que teriam acesso dificilmente iria além das primeiras letras e, ainda assim, nem todos teriam essa oportunidade de aprendizagem. Ausentes das trocas familiares ou do espaço social mais estreito destas crianças, ainda assim as actividades da escrita e da leitura constituíam um mundo novo para descobrir, com algum esforço, nos bancos da escola. Haveria, certamente, a sua percepção enquanto meio de ascensão social, de progressão na carreira e de melhoria das suas condições de vida. Porém, eram manifestamente escassas as oportunidades que a sociedade oferecia para que fossem alfabetizados. Os colonos estavam muito mais interessados no recurso a ameríndios como forças de trabalho, do que como indivíduos letrados, com a capacidade de reivindicarem os seus direitos às entidades competentes. Casos houve de crianças escolarizadas virem a ser alvo de tráfico de compra e venda, como forças de trabalho.

Em função de todos estes elementos, e dado o distanciamento face a vivências que possibilitassem um entendimento de concepções precoces sobre a sua utilidade, funcionamento e características, o seu interesse pela linguagem escrita seria bastante condicionado. Muito embora pudesse subsistir um desejo particular de entender esse universo tão peculiar, as crianças ameríndias, ao não terem tido a oportunidade de assistir a semelhantes experiências, encarariam a linguagem escrita como algo exterior ao seu mundo afectivo e cognitivo, não fazendo, por isso, sentido aos seus olhos, facto extensível a qualquer criança em semelhante situação²¹. Entenderiam os ameríndios, ao menos em parte, a associação de certas práticas sociais e até mesmo culturais, tanto mais quando, no caso da escrita, proporcionava uma alternativa de fixação de informações para a posteridade, recorrendo-se a certos materiais, em vez da memória,

²⁰ MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *op. cit.*, p. 49.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 51.

como se verificava na transmissão oral. Porém, não esqueçamos, a importância atribuída à leitura era muito mais significativa comparativamente com a da escrita, facto óbvio em termos metodológicos – o ensino da escrita ocupava muito menos tempo – assim como enquanto faculdade: enquanto a leitura era ainda encarada como muito próxima da memorização, mais uma prática mnemónica do que a efectiva descodificação do sentido de um texto, sendo, por isso uma actividade de tipo passivo, em que se recepciona uma mensagem, já a escrita potencia a autonomia individual e até o comunicar-se em segredo²². A literacia alcança, assim, contornos muito mais expressivos, indo além da mera capacidade de descodificar letras e registar palavras. O seu impacto cultural e social é assim descrito sinteticamente por Frago:

“Leer y escribir son prácticas culturales que reestructuran la conciencia y la mente y, como consecuencia de ello, el comportamiento. La cuestión de la alfabetización afecta de lleno al núcleo de la educación y relación interculturales: aunque las habilidades o destrezas derivadas de la misma sean individuales, de hecho son adquiridas y ejercitadas en el curso de actividades participativas sociales y culturalmente organizadas.”²³

A alfabetização, segundo Fraga, entendida como uma prática social hegemónica de classificação e de dominação, veicula formas de utilizar a linguagem, mas também de a pensar – como a importância ou valor do que se diz, do que se lê, do que se escreve, de como se articula o discurso, de como actua em sociedade. Porém, numa sociedade de maioria(s) versus minoria(s), coloca-se igualmente o problema da educação e da alfabetização intercultural. Tradicionalmente, os grupos étnica, social e/ou economicamente menos expressivos tendem, precisamente, a ser silenciados ou a não tomar parte preponderante neste processo, do que resulta uma educação fortemente marcada pela imposição-receptividade. A escola é, igualmente, o lugar da transmissão de uma forma canonizada de falar e escrever – “aquella que a su juicio refleja la superioridad cognitiva de quienes la utilizan”²⁴.

No vivo receio de a pluralidade de identidades e até mesmo de um hibridismo cultural e social atentar contra a afinidade da colónia com a cabeça do Império, D. José I contrariou a diferença pela sua homogeneização e desvalorização. Talvez assim melhor entendamos a persistente associação dos falares e costumes indígenas a elementos negativos, tomando a identificação cultural os contornos de uma tensão latente mas

²² FRAGO, Antonio, *Leer y escribir: Historia de dos prácticas culturales*, México, IAP, 1999, pp. 34-35.

²³ Idem, *ibidem*, p. 160.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 167.

progressivamente visível, de onde a presença indígena, pela sua maioria, relativa autonomia e intransigência, teimosamente se destacava²⁵.

Nem mesmo na actualidade estas questões se encontram plenamente resolvidas. Markus Bieswanger destaca, ao nível dos estudos da linguística aplicada, algumas controvérsias: se a aprendizagem de línguas estrangeiras deverá ser obrigatória, que escolha fazer e em quais os melhores métodos de as ensinar e aprender; se as crianças falantes de dialectos deverão ser persuadidas a mantê-los ou a ser direccionadas para a norma standard da língua (e como esta última é decidida e por quem); em comunidades plurilíngues, qual o idioma a ser usado nas escolas ou se, pelo contrário, toda a criança tem o direito a receber instrução na sua língua materna); se se deve prevenir o desaparecimento de línguas em risco e como o fazer; que competências linguísticas deverão ser desenvolvidas por parte da criança para além da educação básica e como entender esta última (apenas ler e escrever ou se compreende outras competências)²⁶.

Apesar da consideração dos chamados direitos linguísticos, uma convenção decidida pela UNESCO, entre os quais figura o direito à educação na língua materna, subsistem razões que podem justificar a opção por outro idioma:

- o facto de por vezes a língua materna ser uma língua agraça;
- quando a língua materna não é reconhecida, no geral, como uma língua legítima;
- porque carece ou importa desenvolver uma terminologia apropriada ao nível da educação;
- quando existe escassez de recursos materiais educativos naquela língua;
- o facto de a multiplicidade de línguas inviabilizar ou tornar praticamente impossível o ensino em cada língua materna;
- porque não existem professores devidamente formados para o efeito;
- quando existe resistência à escolarização na língua materna por parte dos próprios alunos, pais e professores²⁷.

²⁵ Tomámos aqui por referência algumas linhas de reflexão sugeridas por a propósito da identidade social, cultural e discurso. COUPLAND, Nikolas, *Style: Language Variation and Identity*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, p. 107.

²⁶ Markus Bieswanger, “Language and education”, in HELIINGER, Marlis et PAUWELS, Anne [eds.], *Handbook of Language and Communication: Diversity and Change*, Berlin, Mouton de Gruyter, 2009, p. 408.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 414.

Se atendermos aos princípios enunciados que inviabilizam a educação na língua materna, notamos como os dois primeiros terão certamente assumido, no Brasil colonial, destacado relevo na tomada de decisões por parte do Estado na desconsideração das línguas gerais e das línguas indígenas, muito embora os missionários se tenham empenhado em fundamentar a sua ortografia, lexicografia e gramática e de publicar edições monolíngues e plurilíngues com aqueles idiomas em catecismos e até peças teatrais.

Observamos como a educação escolar indígena, num largo percurso iniciado há cerca de 250 anos, não fora entendida pela sua especificidade nos primórdios; e mesmo hoje, passadas centúrias, persistem estereótipos que, a custo, vêm sendo combatidos por instituições públicas e privadas, por uma política mais concreta e objectiva do Ministério da Educação, pelos professores indígenas e pelas universidades que têm investido em programas especializados de formação destes profissionais da educação.

A preservação da variedade linguística presta-se cada vez mais como um património universal que importa assegurar e revitalizar, de que a educação não se imiscui – assim como, no passado, funcionara, afinal, em sentido inverso, contribuindo para a uniformização em favor de projectos políticos muito concretos e da pressão das elites. O regresso às línguas matriciais indígenas por vários povos no Brasil actual, a maior parte das quais quase condenadas a línguas mortas, indicia a reivindicação de um aspecto crucial: o da identidade do indivíduo e do grupo, bem como de uma valoração do estatuto dessas mesmas línguas em contraste com uma hegemonia linguística e cultural dominante até então. Por seu turno, a consciência e necessidade dessa transmissão inter-geracional no quadro familiar e comunitário desses povos terá motivado um mais efectivo e bem-sucedido uso e preservação dessas línguas minoritárias²⁸. Estamos perante uma tendência comum a outros povos um pouco por todo o mundo, entre os quais Os Äyiwo das Ilhas Salomão e os Sámi da Noruega, que investem na restauração de uma língua ancestral junto dos seus descendentes. Atenta a estes fenómenos – objecto de estudo da linguística etnográfica – Nancy Dorian sublinha:

“the ancestral language connects a people to its heritage in ways that there is simply no substitute for. [...] In indigenous communities, revitalizing the language necessarily involves giving new attention and respect to ancestral knowledge and ancestral lifeways, and this is a reconnection that ethnic populations are often in search for.”²⁹

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 416.

²⁹ Nancy Dorian, “Linguistic and Ethnographic Fieldwork”, in FISHMAN, Joshua [ed.], *Handbook of Language and Ethnic Identity*, Oxford, Oxford University Press, 1999, p. 39.

Trata-se, claramente, de um forte factor de coesão social, em particular por parte de grupos étnicos com um passado marcado pela discriminação em função da raça, dos costumes, da língua e do credo. Não estava, portanto, errada a assumpção e intuição de Sebastião de Carvalho e Melo e seus colaboradores em usar a língua como arma para a desagregação identitária de indivíduos face aos seus grupos indígenas de origem, com vista ao sucesso da imposição da unidade linguística no território e o aporuguesamento de práticas e rotinas, desde a esfera do social, ao religioso. Ali, no Brasil do século XVIII, como em tantos outros espaços, o desaparecimento dos idiomas nativos ficara-se a dever a uma supressão política, à discriminação social, a uma marginalização apontada mas também ditada por grupos economicamente mais fortes – e a lei do mais forte sobre o mais fraco, como Fishman notara³⁰, fora a que vingara. Porém, quanto mais radical for essa supressão, maior será a vontade de tornar às origens para recuperar esse importante elemento do património de um povo.

Observámos a variedade espantosa de grupos que incorporavam a população indígena nordestina, com existência de diferenças assinaláveis nuns casos, e noutros somente a nível dialectal – potenciadas por um afastamento (in)voluntário de uma comunidade no passado, com consequente rarefacção de transacções comunicativas e contactos interpessoais efectivos.

A transplantação para as comunidades indígenas de modelos de educação distintos dos que empreendiam teve as suas consequências, a alfabetização dos seus infantes, poderosas marcas. Num período em que se sobrevaloriza na colónia a língua e a cultura do Reino, a implantação de escolas de ler e escrever nas vilas indígenas constituem-se como poderosa estratégia de erradicação de uma série de elementos que conferem a identidade e a autonomia de cada povo indígena, impondo uma vivência etnocêntrica. Mais ainda: a alfabetização, não figurando como abordagem complementar na educação das crianças indígenas, sobrepôs-se ao processo educativo indígena, contrastando fortemente com os moldes em que este decorria desde há longo tempo nestas sociedades ameríndias. A cultura escrita sobrepôs-se à tradição oral, auto-justificou-se como condição fundamental ao progresso da colónia e dos vassalos, garantia de paz e justiça social – mas a ambição não passou disso mesmo, de um projecto. Seria, talvez, uma interferência mal gerida que veio a custar a perda de muito

³⁰ Em estudo de 1991, conforme referido por Nancy Dorian, *op. cit.*, p. 39.

do património oral de povos que, gradualmente, se foram diluindo na sociedade, mas sem verdadeiramente se integrarem.

Os impactos vir-se-iam a sentir passado pouco tempo: a falta de mestres, as famílias que não auferiam o suficiente para garantir o pagamento do subsídio literário, a exposição dos habitantes daqueles povoados ao poder desmedido dos Directores, o abandono escolar, o tráfico infantil a que as suas famílias se viam obrigadas pela profunda carência em que viviam.

Ainda hoje vários autores insistem na tese de que grande parte dos povos indígenas foi alvo de extermínio. Um olhar mais atento apercebe-se, mesmo no confronto com as fontes da época, de que se operou antes uma forte miscigenação, sem que tivesse havido lugar a uma valorização da componente indígena. O papel da Junta das Missões e boa parte dos religiosos que se ocupavam dos índios aldeados fora assinalável na defesa destes povos, marcando, naturalmente, a tendência de uma época e de uma política específica que iria desvanecer-se ao longo do reinado de D. João V.

A hipótese colocada de uma assimilação linguística com glotofagia em contextos coloniais não nos surpreende, dada a pressão face ao uso da língua dominante, numa clara estratégia de afirmação do poder local assim como dos colonos face aos índios – mesmo que, até determinada altura, existisse uma convivência socialmente aceite da comunicação bilingue, como sucedera na região de São Paulo e na Amazónia, com prevalência da língua geral sobre a língua oficial. Seria, portanto, com o impulso das condições políticas e económicas que se aceleraria a transição para a exclusividade da comunicação na língua europeia. Neste mesmo sentido, observa Calvet:

“ La langue dominante s’impose selon un schéma qui passe par les classes dirigeantes, puis par la population des villes et enfin par la campagne, ce processus s’accompagnant de bilinguismes successifs, là où la langue dominée résiste. Mais la disparition d’une langue (la glottophagie réussie) ou son contraire dépendent de nombreux facteurs non linguistiques, en particulier des possibilités de résistance du peuple qui parle de cette langue. »³¹

Insistimos na necessidade de se proceder a uma história da administração escolar em Portugal e respectivo império, importando reflectir sobre a evolução das diversas instituições que se sucederam ao longo dos séculos XVIII e XIX. Também se impõe o aprofundamento das metodologias de ensino usadas no ensino da língua portuguesa

³¹ CALVET, Jean-Louis, *Linguistique et colonialisme: Petit traité de glottophagie*, Paris, Payot, 1988, p. 112.

enquanto língua não materna numa perspectiva diacrónica. A sua análise propiciará um conhecimento das pedagogias ensaiadas, avaliar o porquê da ineficácia de planos e reformas implementados.

Mais do que fazer uma descrição daquilo que a legislação nos apresenta, urge perceber até que ponto tais medidas se efectivaram em dados territórios e ter particular atenção para a natureza dos públicos-alvo existentes, para a acção de determinados professores e mestres régios, sua formação, eventuais inovações metodológicas introduzidas, ou até mesmo retrocessos, e entender o porquê da sua utilização, mesmo contrariando as «Instruções» e demais legislação aplicável.

Por fim, entendemos que uma compreensão mais efectiva e sustentada da administração escolar no passado, dos seus sucessos e fracassos, constitui condição *sine qua non* para que, no presente e no futuro, se construa uma educação de qualidade. Verdadeiramente auto-reflexiva e com plena consciência dos caminhos traçados no passado, a educação fortalecer-se-á rumo ao futuro e de acordo às novas exigências do presente – por vezes tão semelhantes às que se haviam sentido há séculos atrás.

A repressão com que tantas vezes se justifica o desaparecimento de dezenas – se não centenas – de idiomas dos nativos brasileiros não é nem um argumento inteiramente esclarecedor, nem contempla a realidade social e histórica destes povos. Ainda assim, não subtraímos a carga negativa de que, não raro, estas vivências foram eivadas: raptos, desmembramento de famílias e de comunidades, dizimação por surtos endémicos, trabalho não remunerado, perda da identidade cultural, castigos e torturas, exploração de trabalho infantil, entre tantas outras tristes histórias comprovadas ao longo de tanto tempo por uma série de documentos que vinham chegando à presença do Rei, através do Conselho Ultramarino, entre outras vias.

O reconhecimento do seu estatuto social, assim como o entendimento do seu valor socioeconómico podem, igualmente, ajudar a perceber com maior justeza e objectividade a evolução do papel tanto das línguas gerais como do português na sociedade luso-brasileira. Recordemos o que se passava no século XVI: período de descoberta do «Outro», marcado por algum deslumbramento pelo exótico, as estratégias de aproximação exigiam um esforço adicional da parte dos colonizadores com vista à comunicação, entendimento e negociação com os povos autóctones. Mesmo com o agravar das relações com alguns povos, com os quais empreenderam inúmeras lutas, perante o choque civilizacional – acentuado pela não aceitação dos seus «costumes bárbaros», de que se destaca a antropofagia – e a sua relutância em aceitarem lidar

livremente com os brancos, havia uma notória necessidade de tornar férteis as relações mais árduas. Isto porque a concorrência de outras potências europeias subtraía mais sujeitos da possibilidade de se tornarem vassallos d'el Rei e fiéis em Cristo; porque, na urgência de povoar tão extensa colônia, e em ordem a torná-la mais fecunda para o Império, os colonos brancos eram poucos; porque a defesa das fronteiras e a segurança dos espaços exigiam o engrossar das tropas; porque, no litoral, a fecunda extracção do pau-brasil se fazia quase exclusivamente por índios; porque, com vista ao conhecimento dos caminhos, de outros tantos povos, mais arredios e ainda desconhecidos, havia grande necessidade de guias e intérpretes. A imposição, em semelhante fase da colonização, da língua portuguesa, embora reforçada pelos alvarás de fundação de casas, conventos e colégios das Ordens religiosas que procuram estabelecer-se no Brasil, poderia acarretar perigosas consequências, apesar de algum sucesso com certos povos de base tupi. Os próprios jesuítas, nesta primeira centúria, esmeram-se em dar testemunho da eficácia do alfabeto até por índios de maior idade. Mas a experiência e a habilidade no trato com culturas tão diversas iria levá-los a usar de outras estratégias com vista à sua pacificação e doutrinação. O próprio Rei se vê obrigado ora a usar de maior brandura na sua política – embora não de forma explícita nas medidas que transmite – ora a ponderar a utilidade de um equilíbrio entre o recurso às línguas gerais/índigenas e a língua portuguesa no contexto das missões.

No período de implementação do *Directório* no Estado do Pará e Maranhão, assim como da *Direcção* nas capitanias sob o governo de Pernambuco, assume-se com maior severidade a urgência da imposição da língua portuguesa. A pressão com vista a tornar uma sociedade multilingue em monolingue denota não uma atenção focada apenas em questões meramente linguísticas ou de comunicação, mas antes - tomando a perspectiva de Ricento - acentua um conflito centrado na questão de uma identidade uniforme nesta colônia portuguesa, instrumento usado para reforçar a própria legitimidade de determinados grupos no topo da hierarquia³². É, com efeito, destacado factor de mudança social. No balanço da transição das missões para as vilas indígenas, as opiniões divergem. No plano da instrução, podemos avaliar como ainda hoje a educação escolar indígena, mesmo no espaço das antigas capitanias aqui em análise, carecem de escolas e de professores que garantam o acesso a um direito

³² RICENTO, Thomas [ed.], *An Introduction to Language Policy – Theory and Method*, Malden, Blackwell Publishing, 2006, p. 232.

consagrado na carta dos Direitos da Criança. Sem dúvida que existirá um maior entendimento da especificidade do processo de ensino-aprendizagem em línguas em comunidades indígenas – seja na instrução em língua portuguesa, seja nas línguas primordiais, entretanto perdidas, como factor de reforço e união pela identidade cultural de um grupo frente aos demais. O apoio estatal, sendo mais notório, nomeadamente pela atenção consagrada à formação de professores indígenas e ao fomento da educação escolar indígena, apoiando e divulgando, inclusivamente, a produção de recursos técnico-pedagógicos não alcançou, ainda, os resultados esperados. Recentemente, a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco vem batalhando pela promoção e efectivação de uma escola específica, diferenciada e intercultural em meio indígena, pela “defesa de uma escola que respeite o Projeto de Sociedade de cada povo, seus processos próprios de ensino e aprendizagem, o fortalecimento da identidade étnica e a valorização dos saberes culturais”³³. É reconhecido, porém, o valor da escolarização indígena bilingue e o estudo das suas línguas maternas. Foi o que sucedeu com os Terena do Município de Aquidauana (Mato Grosso do Sul) que, perante o trabalho de duas linguistas na comunidade, passaram

“a valorizar suas origens étnicas, pois a formulação escrita da língua materna contribui para despertar o sentimento de orgulho, “ao perceberem que sua própria língua podia ser expressa de forma escrita e que tinha estrutura gramatical, a exemplo da língua portuguesa”. (FERREIRA, LEITE e LEITE, 1999, p.34)”³⁴

Durante muito tempo considerado como um obstáculo à civilização, ainda hoje o índio brasileiro padece deste estigma. O projecto colonial da reunião de índios em núcleos populacionais de administração portuguesa procurava implementar no meio da «selvajaria» e da «barbárie» um conjunto de regras na orientação de todo este caos linguístico e cultural – o que Maria Regina de Almeida designa de “ordem colonizadora”, que, através da política de resgates, descimentos e guerras justas, implicava a destruição da organização social dos povos indígenas³⁵. Por seu turno, era do interesse da Coroa a incorporação pacífica dos índios e a libertação da condição

³³ Eliene Amorim, “A Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco”, in http://www.brasilangola.org.br/textos/artigos_pdf/AComissaodeProfessoresIndigenasdePernambuco.pdf.

³⁴ Franchys Ferreira et Claudete Souza, “A importância e desafios do ensino bilingüe na educação escolar indígena”, p. 4[disponível in http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem04pdf/sm04ss04_02.pdf]

³⁵ ALMEIDA, Maria Regina de, *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, [Prémio Arquivo Nacional de Pesquisa 2001], Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, pp. 79-81.

servil a que os colonos teimavam em os sujeitar, na crença de que serviriam mais ao projecto de colonização enquanto “súditos responsáveis pela garantia, ocupação e manutenção da terra”³⁶.

Actualmente, consagrados os direitos linguísticos do Homem pela UNESCO, há um novo entendimento sobre o valor das línguas e a necessidade da sua preservação, e de como a língua é um elemento crucial na socialização do indivíduo, na transmissão de saberes, no pulsar e na dinâmica de grupo. Defendidos os povos indígenas e encarada a diversidade das suas culturas como património comum da humanidade, têm-se dado importantes passos na sua afirmação e protecção social³⁷. O governo brasileiro procura salvaguardar o direito à educação fundamental dos indígenas – em língua portuguesa e nas suas línguas maternas³⁸ - e o respeito pelos seus valores culturais e artísticos, conforme se estipula na no texto da Constituição³⁹. Porém, ainda hoje se pugna pela protecção dos seus direitos, pelo combate à discriminação, à opressão, à supressão dos recursos necessários à sua sobrevivência, à usurpação de terras que eram suas por direito, em prol da sua livre autodeterminação. Persistem, ainda, dificuldades ao nível da disponibilização de edifícios escolares, material escolar, professores qualificados, articulação entre as estruturas político-administrativas e jurídicas envolvidas, disponibilização de recursos para financiamento das escolas, formação de professores e produção de matérias didácticos específicos, entre outros⁴⁰.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 81.

³⁷ Tenha-se presente o teor da Déclaration des Nations Unies sur les droits des peuples autochtones de 2 de Outubro de 2007 ou da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 13 de Setembro do mesmo ano, cujo texto é equivalente.

³⁸ Graças à aprovação da Lei de Directrizes e Bases da Educação Nacional - LEI Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 e ao Plano Nacional de Educação (2001) que assistimos a um aumento significativo do número de escolas indígenas no Brasil actual, facto que, por seu turno, tem potenciado a formação superior para professores indígenas.

³⁹ Veja-se o título VIII, secção I, inteiramente dedicada à educação - Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

⁴⁰ [AAVV], “Manifesto em favor de uma educação escolar indígena de qualidade”, 21 de Julho de 2007. [disponível in

<http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=7&tema=22&materia=3902>]

Este manifesto surge assinado pelas seguintes entidades: Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia – COIAB, Centro Indígena de Estudos e Pesquisas – CINEP, Conselho Indígena de Roraima – CIR, Conselho das Aldeias Waiãpi, Conselho Indigenista Missionário – CIMI Norte 1, Conselho Indigenista Missionário – CIMI Nacional, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena – EPÊ, Grupo de Trabalho Missionário Evangélico – GTME, Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Organização Indígena da Bacia do Rio Içana – OIBI, e Representação Indígena no Conselho Nacional de Educação.

O justo entendimento das injustiças históricas sofridas e dos modos de proceder (mal ou bem sucedidos) empreendidos no plano educativo, é uma importante etapa desta caminhada, sobretudo pelo necessário esclarecer de vivências passadas, relações estabelecidas e desmontar de visões estereotipadas entretanto construídas. Importa, ainda, aos povos remanescentes, o conhecimento em detalhe do percurso dos seus antepassados e a devida compreensão do porquê do rumo dos acontecimentos, pois muitos factores e variantes intervêm nas políticas hoje designadas assimilacionistas e integracionistas.

A eles dedicamos este trabalho e a todos os que, na longa caminhada da História, trabalharam em prol da dignificação e valorização de tantas e tão variadas etnias, muitas das quais entretanto desaparecidas.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Archivum Romanum Societas Iesu (ARSI)/ Vaticano

Brasile 5-1

Brasile 5-2

Brasile 6

Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa¹

Códice n.º 174/1²

Códice n.º 175

Arquivo Geral da Universidade de Coimbra (AGUC)/ Coimbra

IV-1.ªE-6-5-25.

VI-III-1-1-22

VI-III-1-1-24

VI-III-1-1-25

VI-III-1-1-3

VI-III-1-1-32

VI-III-1-1-33

VI-III-1-1-34

Arquivo Histórico da Imprensa Nacional (AHIN/AINCM) / Lisboa

Directoria-Geral dos Estudos, cx. 4, Brasil

Arquivo Histórico do Patriarcado (AHP)/ Lisboa

Manuscritos, Caixa 7

¹ Tomou-se conhecimento do envio posterior destes fundos para o ANTT.

² Poderá tratar-se do livro de registo de consultas referido no levantamento elaborado c. 1762, referido em “Livros e Papeis pertencentes à Secretaria da Directr.^a G.^{al} dos Estudos”. [Lisboa], [1762] - BPE, Ms., Cod. CIX/1-18, P. 24. Em todo o caso é um exemplo de como seria e de como se encontraria estruturado.

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC) / Lisboa

Junta da Inconfidência, JI 267

Décima de Lisboa, Freguesia de Nossa Senhora das Mercês, Arruamentos, DC 766 AR
– 1785, 1786

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) / Lisboa

AHU_ACL_ICON, D. 1823, rolo 230³

AHU_ACL_CU_005, Cx. 138

AHU_ACL_CU_006, Caixas 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11 e 13

AHU-ACL-CU-009, Cx. 7

AHU_ACL_CU_014, Caixas 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 28 e 35

AHU_ACL_CU_015, Caixas 15, 17, 18, 22, 25, 29, 89⁴, 91, 94 e 120

AHU_ACL_CU_016, Caixas 1, 3, 4, 5, 6 e 7

AHU_ACL_CU_017, Cx. 55

AHU_ACL_CU_018, Caixas 1, 2, 3, 5, 6, 8 e 9

AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1823, rolo 230⁵

Avulsos, Sergipe, caixas 2, 3, 4

³Onde se inclui o “Mapa geral do q. produzirão as sette Villas, e Lugares q. nelle se declara para os Dizimos, Subsidios das Cameras, utilid.^e que tiverão os seos habitantes do serviço que fizerão aos moradores que os procurarão, rapazes que andão nas Escolas, e estão aprendendo off.^{os}, raparigas nas mestras, n.^o de cazaes, almas, pobres de um, e outro sexo, rapazes, e mossos solteiros, comp.^{as}, número de praças que comprehendem, Escravos, cabeças de gado vacum, cavallar, e meudo que se tem podido apurar desde o dia dos seus estabelecim.^{tos}, thé 14 de Janr.^o de 1761, e em que pelas distancias não pode hir incluido tudo o que renderão thé o fim do anno de 1760”.

⁴ Aqui surge “Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas pelo que pertence as q estão cituadas nesta Cappitania de Pernambuco, e suas annexas emquanto o mesmo Snr. não determina o contrario, dando nova e melhor forma para o seu regimen.” Anexada ao officio do governador, de 6 de Março de 1759. D. 7202.

⁵ Inclui a *Breve Instrução*, com versão impressa em ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo/Saraiva, 1978.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) / Lisboa

Cartório Jesuítico

- mç. 56, n.º 1 a 15
- mç. 57
- mç. 81
- mç. 89, n.º 2.

Real Mesa Censória

- caixas 175, 362
- doc. 903, n.º3

Chancelarias Régias

- D. José I, Próprios, Livros 46 e 68
- D. Maria I, Livros 11 e 28

Ministério do Reino, mç. 3483

Arquivo Público do Estado de Pernambuco /Recife

Ordens Régias (OR): 10-16

Patentes Provinciais (P.P.): 1-4

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - Manuscritos (BGUC – Ms) / Lisboa

- Ms. 69.
- Ms. 2534
- Ms. 1344
- Ms. 4-30-9-4.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)/ Lisboa

Microfilmes

- FR 273
- F 5299
- FP 192, Bobine n.º 31
- F. 2945⁶

Reservados

Colecção Pombalina

- PBA Cod. 110
- PBA cód. 622
- PBA cód. 625
- PBA. 626⁷

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ) / Rio de Janeiro

Manuscritos

- 07,2,007
- I-26,01,003 n.º005
- I-26,04,017 n.º 001
- I-26,04,024 n.º006
- I-26, 10,007 nº 023
- I-25,33,004
- I-26,01,003 n.º005
- II-34,35,16

Cartografia

- ARC.011.14.022.

⁶ KAULEN, Lourenço, s.j., *Relação de algumas cousas que succederão aos religiosos da Companhia de Jesus no reyno de Portugal, nas suas prizões, desterrros, e carceres, em que estiverão por tempo de 18 annos, isto he do anno 1759 athe o anno 1777, no reinado del Rey D. Jose I sendo Primeiro Ministro Sebastião Jozé de Mendonça Carvalho Marquez do Pombal - obra feita pelo Padre Lourenço Kaulen Allemão da cidade de Colonia a borda do Rheno, e companheiro dos de que escreveo, Missionario que foi no Brasil na Provincia de Para nos rios de Tocantis, Amazonas e Xingu*, [manuscrito], [1784].

⁷ Onde se inclui: *[Instrucções régias para Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre limites territoriais, administração, missões e índios, repressão do poder eccesiástico, doutrina veiculada pela Companhia de Jesus, representação do Padre Malagrida e privilégios do Maranhão]*, [Manuscrito], [s.l.], 1751. BNL, Reservados, PBA. 626.

Biblioteca Pública de Évora (BPE) / Évora

Colecção Cimélios

- Cod. CXIII/1-25.
- Cod. CIX/1-18

Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco / Recife

[s.a.], “*Livro dos bens livres e de [...] [perten]centes aos collegios de Olinda, Recife, Paraiba, e Ciara que por ordem de S. Magestade [Fidelissima] de 23 de Agosto de 1759 e confirmada [...] de Outubro de 1761, se confiscarão aos Padres denominados Jezuitas; no qual se declaram os Livres, que por ordem do mesmo Señor se puzerão em Prassa; os da Coroa, e de Emcargos que se estabalecerão [sic] por renda, e finalmente todo o nescessario para por elle se tomar conta ao Procurador; a fim de se fazer carregar [em] Receita ao Thezouireiro correspondente as parcellas cobradas, evitando-se o descaminho*”, 1 de Agosto de 1765.

FONTES IMPRESSAS

- [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbuco, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923.
- [s.a.], *Mémoire du Bureau Servant de la Communauté de Rennes, sur le nouveau Plan d'éducation demandé par Arrêt de la Cour du 23 Décembre 1761, proposé en forme de Réquisitoire par M. le Meur, Procureur du Roi, Syndic à l'Assemblée générale, tenue en l'Hôtel de Ville, où présidoit M. le Masson des Longrais, Doyen des Echevins en exercice, le 3 Juin 1762*, Rennes, Guillaume Vatar, 1762, p. 30.
- [s.a.], *Mémoire de l'Université sur les Moyens de pourvoir à l'Instruction de la Jeunesse, et de la perfectionner*, [c. 1762], pp.38-39.
- ANCHIETA, P.^e. José de, *Arte de Gramática da Lingua mais usada na costa do Brasil*, [1594], Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933.
- ARAÚJO, P.^e António de, S.J., [1566-1630], *Catecismo Brasilico da Doutrina Christãa*, 2^a reimpr., Lisboa, Off. Miguel Deslandes, MDCLXXXVI. BNRJ, *Obras Raras*, OR 467 [2].

- P.º Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba desde o ano de 93 até o presente de noventa e 5 para o Padre Alexandre de Gusmão da Companhia de Jesus Provincial da província do Brasil”⁸, [1695], in LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 3, Lisboa-Rio de Janeiro, Liv. Portugália-Civilização Brasileira, 1938, pp. 38-56.
- BARROS, João de, *Gramática da Língua Portuguesa – Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*, [1540], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971.
- BUISSON, Ferdinand [dir.], *Dictionnaire de Pédagogie et d’Instruction Primaire*, 1ª Parte, Tomo I, Paris, Hachette, 1882.
- CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimento Portugueses, 1997.
- [s.a.], *Cartas sobre a Companhia de Jesus dirigidas aos Reverendos Padres do Collegio de S. Francisco Xavier da Cidade do Recife*, Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1873.
- *Código Pedagógico dos Jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus [1599] – Regime escolar e curriculum de estudos*, [versão port. de Margarida Miranda], [ed. bilingue latim-português], Lisboa, Esfera do Caos, 2009.
- COLBERT, Carlos Joaquim, *Instruções gerais em forma de catecismo*, [Tomos 1 a 4 enc. em 3 vols], Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa, 1765-70.
- *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Desde o ano de 1750 até o de 1760 e a Pragmática do Senhor Rei D. João o V do ano de 1749*, Tomo I, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, 1771.
- *Colecção das leis, decretos e alvarás que compreende o feliz reinado Del Rei fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor. Ano de 1770*. Tomo III, Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, MDCCLXXI.
- COMÊNIO, *Didáctica Magna: Tratado da Arte Universal de ensinar Tudo a Todos*, [1627-1657], Lisboa, Gulbenkian, 4.ª ed., 1996.

⁸ Também conhecida por “Relação do Ceará”.

- CONCEIÇÃO, Fr. Apolinário, *Primazia Seráfica na Região da América*, Lisboa, Off. de António de Sousa da Silva, 1733.
- COUTO, D. Domingos do Loreto, O.S.B., *Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco*, [1757], Rio de Janeiro, Typ. da Bibliotheca Nacional, 1904.
- [D. João V], *Regimento, & Leys sobre as Missoens do Estado do Maranhão, & Parà, & sobre a liberdade dos Indios*, Lisboa Occidental, Off. de António Manescal, 1724.
- DE SAINT-ADOLPHE, J. Milliet, *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brazil contendo a origem e historia de cada provincia, cidade, villa e aldeia*, [trad. Port. Caetano Lopes de Moura], tomo 1, Paris, J. P. Aillaud, 1845.
- *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, 3 de Maio de 1757.
- ECKART, Anselmo, s.j., *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, Braga, /São Paulo, Loyola, 1987.
- FIGUEIREDO, Manuel de Andrade de, *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar*, Lisboa, Off. de Bernardo da Costa de Carvalho, 1722.
- GAMA, José Bernardo Fernandes, *Memorias Historicas da Provincia de Pernambuco*, t. 1º, Século 16º e 17º - Parte Primeira, Recife, Typ. M. F de Faria, 1840.
- “Ideia da população da capitania de Pernambuco [1774]”, in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, [1918], vol. XL, Rio de Janeiro, Of. Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923, pp. 1-112.
- “Informação Geral da Capitania de Pernambuco [1749]”, in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, [1906], vol. XXVIII, Rio de Janeiro, Of. Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908, pp. 117- 496.
- JESUS, Rafael de, O.S.B., 1614-1693, *Castrioto lusitano : parte I : empresa, e restauração de Pernambuco; & das Capitanías confinantes : varios, e bellicos successos entre portuguezes, e belgas acontecidos pello discurso de vinte e quatro annos, e tirados de noticias, relaçoens, & memorias certas*, Lisboa, Antonio Craesbeeck de Mello, 1679.

- LIMA, Manuel de Oliveira, *Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico*, Leipzig, Brockhaus, 1895.
- LOIOLA, Santo Inácio de, s.j, *Constituições da Companhia de Jesus* [1558], [trad. Port. do P.^o Joaquim Abranches, s.j.], Lisboa, [s.ed.], 1975.
- LUKÁCS, Ladislaus s.j. [ed.], *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu – Collectanea de Ratione Studiorum Societatis Iesu* (1588-1616), vol. VII, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1992.
- MACEDO, Joaquim Teixeira de, *A Instrução Publica na Prussia*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1871.
- MAMIANI, P.^o Luís Vincencio [1699], *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da Nação Kiriri*, [notas introdutórias de Batista Caetano de Almeida Nogueira], Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2^a ed., 1877.
- MAUBERT DE GOUVEST, Jean-Henri, *Le temps perdu, ou Les écoles publiques : considérations d'un patriote sur l'éducation de la première-jeunesse en France, avec l'idée d'un nouveau collège et le précis de l'instruction qui y serait donnée*, Amsterdam, F. Changuion, 1765.
- MONTESQUIEU, *De l'esprit des lois*, [1748], vol. I, Paris, Garnier-Flammarion, 1979.
- MONTPELLIER, Bispo de, *Instrucções geraes em forma de catecismo: nas quaes se explicão em Compendio, pela Sagrada Escritura, e Tradição, a Historia e os Dogmas da Religião a Moral Cristã, os Sacramentos, as Orações, as Cerimónias, e os usos da Igreja; impressas por ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier com dous Catecismos abbreviados para o Exercício dos Pheinos*, 4 vols., Lisboa, Impr. Regia, 1824.
- OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, [1806], Lisboa, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, [2^a ed. facsimilada], 2002.
- POUGET François-Aimé, *Instructions générales en forme de catéchisme, où l'on explique en abrégé par l'Ecriture-Sainte & par la Tradition, l'histoire et les dogmes de la religion chrétienne, la morale. Imprimées par ordre de feu Messire Charles-Joachim Colbert, évêque de Montpellier. A l'usage des anciens & des nouveaux catholiques. Avec deux catéchismes abrégés à l'usage des enfants. Nouvelle édition revûe & corrigée*, Paris, Simart, 1739.

- ROBOREDO, Amaro de, *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, [1619], [ed. facsimilada], Lisboa, INCM, 2002.
- ROELAS Y PAZ, Marcos de las, *Pratica de el Noble, y primoroso Arte de Escribir varios Caracteres, y distintas Formas de Letras que humildemente dedica a la Magestad del Rey nuestro Señor Don Juan quinto de Portugal* [Don Marcos de las Ruelas y Paz Senador perpetuo del Cavildo, Justicia, y Regimiento de la ciudad de Cordova, y Maestro de Escribir de Sus Altezas, los Serenissimos Señores, Señor Don Miguel, y Señor Don Joseph], [manuscrito], [Córdoba?], [s. ed.], 1718.
- SANCHES, Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade*, [1760], [ed. rev. por Maximiano de Lemos], Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e, *Apontamentos para a Civilização dos Bárbaros do Reino do Brasil*, [1823], [ed. crítica de George Boehrer], Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1963.
- TEIXEIRA, Bento, *Prosopopea*, [1601], Rio de Janeiro, Editor Álvaro Pinto – Anuário do Brasil, 1923.

Estudos

1. HISTÓRIA

- ALBUQUERQUE, Marcos, *Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça, herança e testemunho*, [Diss. de Doutorado em História], Recife, UFPE, 1995.
- Alessandra Figueiredo Cavalcanti et Virgínia Almoêdo de Assis “Resoluções de conflitos entre moradores, missionários e indígenas na junta das missões (século XVIII)”, in I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco UFRPE, Recife, *Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje*, 3 a 5 de outubro de 2007 [disponível em <http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/4/Alessandra%20Figueiredo%20Cavalcanti.pdf>].
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Porto-Lisboa, Liv. Civilização, 1970.
- ALMEIDA, Maria Regina, *Metamorfooses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de, *O diretório dos índios : um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*, Brasília, Universidade de Brasília, 1997.
- AMORIM, Maria Adelina, *Missão e cultura dos franciscanos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII): ao serviço de Deus, de Sua Majestade e bem das almas*, [diss. Mestrado em História], 2 vols., Lisboa, Univ. de Lisboa, 1997.
- Ana Leitão, “«Por obra do Espírito Santo»: jesuítas de Évora entre os gentios do Brasil”, in *Universidade de Évora – 450 anos: Colóquio Internacional*, Évora, 29 a 31 de Outubro de 2009 [no prelo].
- André Lemoine Neves, “As primeiras experiências de implantação do urbanismo e da administração portuguesa no Brasil: o caso da vila de Igarassu, Pernambuco (1535-1632)”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial, Mneme – Revista de Humanidades*, Caicó (RN), UFRN, v. 9. n. 24, Set/Out. 2008.
http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_6/andre_st6.pdf

- Ângela Domingues, “As sociedades e as culturas indígenas face à expansão territorial luso-brasileira na segunda metade do século XVIII”, in *Nas vésperas do mundo moderno. Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- _____, “Urbanismo e colonização na Amazónia em meados do século XVIII: a aplicação das reformas pombalinas na capitania de S. José do rio Negro”, in *Revista de Ciências Históricas*, n.º X, 1995.
- Angelina Garcez, “Cafuso”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 122.
- _____, “Mameluco”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 507.
- Anna Lago, “O ideal de liberdade no século XVIII: a política de Sebastião de Carvalho e a resistência indígena em Pernambuco”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 215-248.
- ARAÚJO Soraya Geronazzo, *O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII*, [dissertação Mestrado em História Social], Fortaleza, UFCE, 2007.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara, *História administrativa do Brasil: a administração pombalina*, vol. 5, Brasília, FUNCEP/Universidade de Brasília, 2.ª ed., 1983.
- AZZI, Riolando, *A cristandade colonial: um projeto autoritário*, vol. 1, São Paulo, Paulinas, 1987.
- BARBOSA, Bartira, *Paranambuco: herança e poder indígena – Nordeste séculos XVI-XVII*, Recife, UFPE, 2007.
- Beatriz Dantas et al., “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 431-456.
- BELO, Albertina, *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos séculos XVI e XVII*, vols. 1 a 3, [diss. de Mestrado em História de Arte], Lisboa, Universidade Lusíada, 1997.
- BOURDIEU, Pierre, *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Seuil, 2001.

- BURITY, Glauce, *A Presença dos Franciscanos na Paraíba, através do Convento de Santo António*, [diss. Mestrado em História], Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1988.
- CALADO, Fr. Manuel Calado, *Valeroso Lucideno*, T. I, São Paulo, Ed. Cultura, 1943.
- Carlos Studart Filho, “Os aborígenes do Ceará”, in *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Tomo LXXVI, Ano LXXI, 1962, pp. 153-217.
- CARITA, Rui, *O Escudo do Reino: A Fortaleza de São Julião da Barra*, [Lisboa], Ministério da Defesa Nacional, [2007].
- CARREIRA, António, *As Companhias Pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão, e Pernambuco e Paraíba*, 2ª ed., Lisboa, Presença, 1983.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir de, *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*, [tese Doutorado em História], Campinas, UEC, 2005.
- CARVALHO, Anna Fausto de, *Os Reais Colégios da Companhia de Jesus no Brasil: Articulação Espacial e Arquitetura*, [Diss. Doutorado em História de Arte], Coimbra, Universidade de Coimbra, 2002.
- CASCUDO, Luís da Cama, *Vaqueiros e Cantadores*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1984.
- CAVALCANTI, Alessandra Figueiredo, *Aldeamentos e política indigenista no bispado de Pernambuco – séculos XVII e XVIII*, [diss. Mestrado em História], Recife, Univ. Federal de Pernambuco, 2009.
- CORREIA, Maria Alcina, *Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena de Áustria: elementos para o estudo da sua vida pública (1744-1749)*, Lisboa, Inst. de Alta Cultura, 1965.
- CORTESÃO, Jaime, *Do Tratado de Madri à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)*, [Manuscritos da Coleção de Angelis, vol. VII], Lisboa, BN, 1969.
- _____ [introdução, notas e glossário], *Jesuítas e bandeirantes no Itatim : 1596-1760*, [Rio de Janeiro], Biblioteca Nacional, 1952.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da, *Anais Pernambucanos*, vol. 6, Recife, FUNDARPE, 2.ª d., 1983.
- COSTA, Gil Gonçalves, *Primórdios da Missão Jesuítica no Brasil Adjuvantes e Oponentes*, Viseu, Passagem Editores, 2003.

- COSTA, D. Marcus de Noronha da, *A prisão e sequestro dos bens dos Padres da Companhia de Jesus na Baía pelo Vice-Rei, o VIº Conde dos Arcos*, Lisboa, [s.e.], 1999.
- COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil: Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, Lisboa, Cosmos, 2.ªed., 1997.
- _____, *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu património (1759-1777)*, 2 vols., Lisboa, [Tese de mestrado em História Moderna], Universidade de Lisboa, 1990.
- CUNHA, Euclydes da, *Os Sertões: Campanha de Canudos*, [1901] ?, Lisboa, Livros do Brasil, [197-?].
- CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- Dejanirah Couto, “The role of interpreters, or *linguas*, in the Portuguese Empire during the 16th Century”, in *e-JPH*, Vol. 1, number 2, Winter 2003. [in http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/].
- DOMINGUES, Ângela, *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- ENDRES, D. José Lohr, OSB, *A Ordem de São Bento no Brasil quando Província (1582-1827)*, Salvador, Ed. Beneditina, [s.d.].
- FAUSTO, Carlos, *Os índios antes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Zahar Editor, 2000.
- FERNANDES, P.º António Paulo Ciríaco, s.j., *Missionários Jesuítas no Brasil no tempo de Pombal*, 2ª ed. [corrigida e muito aumentada], Porto Alegre, Liv. do Globo, 1941.
- FERRÃO, António, *As impressões de um diplomata português na corte de Berlim: Correspondência oficial de D. Alexandre De Sousa e Holstein, primeiro ministro de Portugal na corte da Prússia, no tempo de Frederico-Guilherme II (1789-1790)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1919.
- FLEIUSS, Max, *História Administrativa do Brasil*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 2.ª ed., 1925.

- Francis Albert Cotta, “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII” in *Mneme – Revista de Humanidades*, V. 03. N. 06, out./nov. de 2002, pp. 71-95 [disponível in <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme06/005-p.pdf>].
- FRANCO, José Eduardo, *O Mito dos Jesuítas: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI a XX), vol. I – Das Origens ao Marquês de Pombal*, Lisboa, Gradiva, 2006.
- FRANZEN, Beatriz Vasconcelos, *Os jesuítas portugueses e espanhóis e sua ação missionária no sul do Brasil e Paraguai (1580-1640): um estudo comparativo*, [São Leopoldo], UNISINOS, 1999.
- FREYRE, Gilberto, *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, São Paulo, Global, 7ª ed. ver., 2004.
- GATTI, Ágatha Francesconi, *O Trâmite da Fé: a atuação da Junta das Missões de Pernambuco (1681-1759)*, [diss. Mestrado em História], São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.
- Geyza Kelly da Silva, “Teias de alianças, lealdade e dependência: Tabajaras e Potiguaras aliados/aldeados na capitania de Pernambuco”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 187-214.
- Gilberto Freyre, “Integração de raças autóctones e de culturas diferentes da europeia na comunidade luso-tropical: aspectos gerais de um processo”, [Separata do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos], Lisboa, 1961.
- GIMÉNEZ, Célia et COELHO, Raimundo, *Bahia Indígena*, Rio de Janeiro, TOPBOOKS, 2005.
- GUERRA, Flávio, *Alguns documentos de arquivos portugueses de interesse para a História de Pernambuco*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1969.
- _____, *Evolução Histórica de Pernambuco*, Recife, Companhia Ed. De Pernambuco, 1970.
- Guilherme Pereira das Neves, “Administração eclesiástica” in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [coord.], *Dicionário da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 22.
- Gustavo Hiroshi Kitayama et Anderson Bispo de Farias, “Jesuítas: religiosos ou prospectores? Uma análise da relação entre a presença jesuítica e as estratégias

de colonização na capitania do Rio Grande” in [Anais do II Encontro Internacional de História Colonial] Mneme – Revista de Humanidades, Caicó (RN), UFRN, v. 9, n. 24, Set/out. 2008. [disponível in www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais]

- H. Gomes Matias, “Pernambuco”, in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 22, Edição Século XXI, Lisboa-São Paulo, Verbo, 2002, p. 796.
- HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões (séculos XVII-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- HOORNAERT, Eduardo, [org.], *História da Igreja na Amazônia*, Comissão de Estudos da Igreja na América Latina, CEHILA, Petrópolis, Vozes, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História Geral da Civilização Brasileira: I. A Época Colonial – 1. Do Descobrimento à Expansão Territorial*, [tomo 1, vol. 1], Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- HOMEM, António Pedro Barbas, *O Espírito das Instituições: um estudo de História do Estado*, Coimbra, Almedina, 2006.
- Inmaculada Fernández Arrillaga et Mar García Arenas, “Dos caras de una misma expulsión: el destierro de los jesuitas portugueses y la reclusión de los misioneros alemanes”, in *Hispania Sacra*, LXI, 123, enero-junio, 2009, pp. 227-256.
- Jorge Borges de Macedo, “Mesa Censória, Real”, In *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1985.
- José Eduardo Franco, “Os catecismos antijesuíticos pombalinos: as obras fundadoras do antijesuitismo do Marquês de Pombal”, in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano IV, 2005 / n.º 7/8, pp. 247-268.
- Juciene Apolinário, “Ações multifacetadas dos Tarairiú nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVI e XVIII”, in XXV Simpósio Nacional de História - Simpósio Temático 36: Os Índios na História, Fortaleza, UFCE, 13-17 de julho de 2009 [disponível in <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos/ST36Juciene.pdf>]
- Juliana Elias, “Militarização indígena na capitania de Pernambuco no século XVII: Camarão, a história de um título”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 150-166.

- JÚNIOR, Manuel Diégues, *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro-São Paulo, Comissão Nacional de Alimentação, 1954.
- LABORIE, Jean-Claude, *La Mission Jésuite au Brésil. Lettres & autres documents (1549-1570)*, Paris, Chandeigne, 1998.
- LACOUTURE, Jean, *Jésuites – 1. Les conquérants*, Paris, Seuil, 1991.
- Laurent Vidal, “La présence française dans le Brésil colonial au xvie siècle”, in *Cahiers des Amériques Latines*, nº34 [“Redécouvrir le Brésil”], 2000/2, pp. 17-38.[disponível in http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/CAL/cal34-dossier2_.pdf]
- LEITÃO, Rui Prado, *Aspectos da economia de Pernambuco durante a administração Pombalina*, [Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosófico apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.], Coimbra, R.P. Leitão, 1955.
- LEITE, Serafim, s.j., *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, vol. I, São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- _____, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, Liv. Portugália-Civilização Brasileira, 1938-1950.
- _____, *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil : assistência de Portugal : 1549-1760*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965.
- LINS, Eugênio de Ávila, *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil – século XVI a XIX*, vol. 1, [tese de Doutoramento em Arquitectura], Porto, FLUP-Dep. de Ciências e Técnicas do Património, 2002.
- LOPES, António, s.j., *A Primeiríssima Casa da Companhia de Jesus no Mundo e a Expansão Missionária de Portugal*, [col. Biblioteca Evangelização e Culturas], [s.l.], Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 séculos, 1994.
- LOPES, Fátima Martins, *Em Nome da Liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*, [tese de Doutoramento em História], Recife, UFPE, 2005.
- _____, *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado/IHGB, 2003.
- LUNA, D. Joaquim G. de, O.S.B., *Os Monges Beneditinos no Brasil – esboço histórico*, Rio de Janeiro, Ed. Lumen Christi, 1947.

- MAESTRI, Mário, *Os Senhores do Litoral: Conquista Portuguesa e Agonia Tupinambá no Litoral Brasileiro*, Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- MAGALHÃES, Basílio de, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 4.^aed., 1978.
- MAIA, Légio, *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de Índios: Vassalagem e Identidade no Ceará Colonial – século XVIII*, [Tese Doutorado em História, Niterói, UFF, 2010.
- Manuela Domingos, “Para a história da Real Mesa Censória”, In *Revista da Biblioteca Nacional*, Série 2, 1992, 7 (1), pp. 137-158.
- Márcia de Souza e Mello, “O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa”, ”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, pp. 46-75.
- Marcus Carvalho, “Pernambuco, Capitania de”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994, pp. 628-632.
- Maria Cândida Barros, “ Um caso de política lingüística : a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial”, in *Amerindia*, nº 11, 1986, pp. 69-77 [disponível in http://celia.cnrs.fr/FichExt/Am/A_11_04.pdf]
- Maria Emília Porto, “Estudos sobre as missões jesuíticas na capitana do Rio Grande: arcaísmo e modernidade nas fronteiras coloniais”, ”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, pp. 105-139.
- Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, “Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuíticos (1624-1625)”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 9-38.
- Maria Piedade Braga Santos, “Actividade da Real Mesa Censória - uma sondagem”, In *História e Filosofia*, 1983, 2, p. 377-440.
- Maria Sylvia Porto Alegre, “Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato”, in DINIZ, E. et al. [orgs.], *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, HUCITEC/Anpocs, 1992, pp. 195-219.

- MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional. Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no século XVIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1963.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. Tese para obtenção de grau de doutor em História. Recife. UFPE. 2000.
- MELO, José António, *Estudos pernambucanos : crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*, 2ª ed. Aumentada, Recife, Directoria de Assuntos Culturais, 1986.
- Mércio Gomes, “O Caminho Brasileiro para a Cidadania Indígena”, in PINSKY, Jaime et PINSKY, Carla [orgs], *História da Cidadania*, São Paulo, Editora Contexto, 2008.
- MONTEIRO, John, *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____, *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, [tese Concurso Livre Docência], Campinas, [s.e.], Agosto 2001.
- NIMUENDAJU, Curt, *Mapa Etno-Histórico*, Rio de Janeiro, IBGE, 2002.
- Nuno da Silva Gonçalves, “Jesuítas, in AZEVEDO, Carlos Moreira de [dir.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores - Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 22-23.
- PALOMO, Federico, *Fazer dos Campos Escolas Excelentes: os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, Gulbenkian, 2003.
- Patrícia Pinheiro de Melo, “Do subliminar à sub-repção: a construção da resistência indígena no Nordeste do Brasil colonial”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 66-77.
- PEREZ-BUSTAMANTE, Rogelio, *Historia de las Instituciones Publicas de España*, Madrid, Universidad Complutense, 1995.
- PINTO, Américo Cortez, *Da Famosa Arte da Imprimissão – Da Imprensa em Portugal às Cruzadas d’além-mar*, Lisboa, Ulisseia, 1948.

- PIRES, Maria Idalina, *Resistência Indígena nos Sertões Nordestinos no Pós-conquista Territorial: legislação, conflito e negociação nas vilas pombalinas (1757-1823)*, [tese de doutoramento em História], Recife, UFPE, 2004.
- PRADO, J.F. de Almeida, *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*, 1.º tomo, São Paulo, Comp.ª Editora Nacional, 1939.
- PUNTONI, Pedro, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil, 1650-1720*, São Paulo, Hucitec, 2002.
- RAEFF, Marc, *Comprendre l'Ancien Régime Russe: état et société Russie impériale*, Paris, Seuil, 1982.
- Rafael Chambouleyron, “Os jesuítas e o «aumento e conservação» do Estado do Maranhão e Pará (séc. XVII)”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, pp. 76-104.
- REGO, A. da Silva, *Lições de Missionologia*, [Estudos de Ciências políticas e Sociais, n.º 56], Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- RIASANOVSKY, Nicholas, *A History of Russia*, Oxford, Oxford University Press, 2.ª ed., 1969.
- Ricardo Pinto de Medeiros, “Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial”, in *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 27-1, Recife, UFPE, 2009, pp. 331-361.
- Rita de Cássia Neves, “Resistência e estratégias de mobilização política entre os Xucuru”, in ATHIAS, Renato [org.], *Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito*, Recife, UFPE, 2007, pp.113-136.
- RODRIGUES, Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuíta: Leis e Factos*, Porto, Liv. Magalhães & Moniz Edt., 1917.
- _____, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vv. vols., Porto, Apostolado da Imprensa, 1938-1944.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *As capitanias do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno Atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- Sandro Guimarães de Salles, “À sombra da Jurema: a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra”, in *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, volume 15(1), 2004, pp. 99-122. in

[http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15\(1\)/A_Sombra_da_Jurema.pdf](http://www.ufpe.br/revistaanthropologicas/internas/volume15(1)/A_Sombra_da_Jurema.pdf) (Novembro de 2008).

- SANTANA, Francisco [recolha e índices], *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII (plantas e descrições das suas freguesias)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.].
- SANTOS, Ángel, *Los Jesuitas en América*, Madrid, MAPFRE, 1992.
- SANTOS, Cândido dos, *O Jansenismo em Portugal*, Porto, FLUP, 2007.
- SANTOS, Fabrício Lyrio, *Te Deum Laudamos: a expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*, [diss. Mestrado em História], Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2002.
- SILVA, Eva Maria da, *Os Jesuítas e a Política Pombalina em Pernambuco no século XVIII*, [Diss. Mestrado em Ciências da Religião], Recife, UNICAP, 2007.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, vol. 1, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses, 1954.
- SILVA, Kalina Vanderlei, *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*, Recife, CEPE, 2010.
- _____, *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras' - Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*, [tese Doutorado em História], Recife, UFPE, 2003.
- SZRAMKIEWICZ, Romuald et BOUINEAU, Jacques, *Histoire des Institutions (1750-1914)*, Paris, Litec, 4ª ed., 1998.
- VALLADARES, Clarival do Prado et al., *Nordeste histórico e monumental*, [S.l.], Odebrecht, 1982.
- VERRI, Gilda, *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, vol. 1, Recife, UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006.
- VIEGAS, Susana Dore de Matos, *Socialidades Tupi: Identidade e experiência vivida entre índios-caboclos (Bahia/Brasil)*, [diss. Doutorado em Antropologia], Coimbra, Univ. Coimbra, 2003.
- VIEIRA, P.º António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997.

- XAVIER, Maico, “*Cabôcullos são os brancos*”: *dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – século XIX*, [Diss. Mestrado em História], Fortaleza, UFCE, 2010.
- ZIERER, Otto [dir.], *História da Áustria*, [trad. port. Adriano Zilhão], Lisboa, Círculo de Leitores, 1981.

2. EDUCAÇÃO & DIDÁCTICA DAS LÍNGUAS

- [s.a.], *História de la Fundación del collegio de la Compañia de Pernanbuco, hecha en el año de 1576*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1923.
- *1º Encontro de História da Educação em Portugal - Comunicações*, Lisboa, Gulbenkian, 1988.
- AAVV, *De l’alphabétisation aux circuits du livre en Espagne (XVIe-XIXe siècles)*, Paris, Éd. CNRS, 1987.
- AAVV, “Manifesto em favor de uma educação escolar indígena de qualidade”, 21 de Julho de 2007. [disponível in <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=7&tema=22&materia=3902>].
- Academia das Ciências de Lisboa et Academia Brasileira de Letras, *O Iluminismo Luso-Brasileiro*, [Sessão conjunta de 19 a 21 Outubro de 2006], Lisboa, INCM, 2007.
- ACKERMAN, Phillip et al. [eds.], *Learning and Individual Differences*, Washington, American Psychological Association, 1999.
- ADÃO, Áurea, *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras: As Escolas Régias (1772-1794)*, [col. Textos de educação], Lisboa, Gulbenkian, 1997.
- Adrian Bennett et Helen Slaughter, “A sociolinguistic/discourse approach to the description of the communicative competence of linguistic minority children”, in RIVERA, Charlene [ed.], *An Ethnographic/Sociolinguistic Approach to Language Proficiency Assessment*, Avon, Multilingual Matters, 1983, pp. 2-26.
- AGUAYO, A. M., *Didactica de la Escuela Nueva*, Habana, Cultural S.A., 1943.

- António Gomes A. Ferreira, "Uma perspectiva sobre a educação da criança nos finais de seiscentos", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal - Comunicações*, Lisboa, Gulbenkian, 1988, pp. 65-73.
- ALARCÃO, Isabel [org.], *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*, Porto, Porto Editora, 1996.
- Alexandre Castro-Caldas, "O conhecimento da leitura e da escrita modela a função neural", in SILVA, Augusto [org.], *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística/Univ. Católica Portuguesa, 2.ª ed., 2003, pp. 465-489.
- ALVES, Maria do Céu, *Um tempo sob outros tempos : o processo de escolarização no Concelho de Mafra: anos de 1772 a 1896*, [diss. Mestrado em Educação], Braga, Universidade do Minho, 2003.
- Alzerinda Braga, Ana Suelly Cabral, Aryon Rodrigues et Betty Mindlin, "Línguas entrelaçadas: uma situação sui generis de línguas em contato", in *Papia*, 21(2), 2011, pp. 221-230 [disponível in <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/view/337/357>].
- ANDRADE, Ana Isabel et SÁ, Maria Helena, *Didáctica da língua estrangeira: o ensino das línguas estrangeiras: orientações para uma abordagem comunicativa*, Lisboa, Asa, 1992.
- _____, *Imagens das línguas em contextos de educação e formação linguística*, [Cadernos do LALE – laboratório Aberto para o Ensino das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Universidade de Aveiro, 2006.
- ANDRADE, A. A. Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo / Saraiva, 1978.
- _____, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1982.
- Andréa Daher, "Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos bilíngües no Brasil do século XVI", in *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped, Mai/Jun/Jul/Ago, 1998, n.º 8, pp. 31-43. [disponível in http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/daher_escrita_e_conversao.pdf , p. 4].

- Ângela Domingues, “A educação dos meninos índios no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII”, in *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*, SILVA, Maria Beatriz Nizza da [coord.], Lisboa. Estampa, 1995.
- António Carlos do Amaral Azevedo, “A Educação no Brasil Colonial (1500-1808)”, In ABE – Associação Brasileira de Educação, *500 Anos de Ensino no Brasil: Educação no Brasil*, n.º 6, Rio de Janeiro, ABE, 2000, pp. 5-14.
- António Nóvoa, “Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX)”, In *Análise Psicológica*, nº 3, série V, Lisboa, Julho de 1987, pp. 413-440.
- _____, “Pour l’étude socio-historique de la profession enseignante au Portugal”[separata], in SEPPPO, Simo [ed.], *The Social Role and Evolution of the Teaching Profession in Historical Context – Vol. II Social Conditions and Prestige of Teachers in Different Periods and in Different Countries*, [Conference papers for the 10th Session of the International Standing Conference for the History of Education, Joensuu, 25-28 July, 1988], [col. Bulletins of the Faculty of Education, n.º 24], Joensuu, University of Joensuu, [1988].
- Antonio Tovar, “Espanol, lenguas generales, lenguas tribales en América del Sur”, in *Studia philologica - Homenaje ofrecido a Dámaso Alonso*, vol. III, Madrid, Gredos, 1963, pp. 509-525.
- _____, “Tapuias, Tupis e Incas: paralelos no Velho Mundo”, in *Revista Cultura Vozes*, ano 67, vol. LXVII, n.º 5, Jun./Jul. 1973, pp. 45-48.
- ARANHA, Maria Lúcia de A., *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*, São Paulo, Moderna, 2006.
- ARESTA, António, *A Educação Portuguesa no Extremo Oriente*, Porto, Lello Ed., 1999.
- Aryon Dall’Igna Rodrigues, “Análise morfológica de um texto tupi”, in *Revista Logos*, ano VII, n.º 15, 1952, pp.56-77.
- _____, “As línguas gerais sul-americanas”, in *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, 4(2), 1996, pp. 6-18.
- _____, “Flexão relacional no tronco linguístico macro-jê”, in *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, v. 25, 2000, pp. 219-231.
- _____, “Morfologia do verbo Tupi”, in *Letras*, [Curitiba], n.º 1, 1953, pp. 121-152.

- _____, “Um marcador macro-jê de posse alienável”, in *Anais da 44ª Reunião Anual da SBPC*, São Paulo, USP, 1992, p. 386.
- ASHMAN, Adrian et CONWAY, Robert, *Using Cognitive Methods in the Classroom*, London/New York, Routledge, 1993.
- ATALAIA, Sónia, *A Diferenciação Etária no Ensino/Aprendizagem de uma Língua a Falantes de outras Línguas*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005.
- Áurea Adão, “A cultura escolar no século XVIII”, in *Cadernos do Projecto Museológico*, n.º 65, V/2000.
- AVANZINI, Guy [dir.], *Histoire de la Pédagogie du 17^e siècle à nos jours*, Toulouse, Privat, 1981.
- AYROSA, Plínio, *Estudos Tupinológicos*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967.
- _____, *Vocabulário na Língua Brasílica – Manuscrito Português do Século XVII*, São Paulo, Departamento de cultura, 1938.
- BIKANDI, Uri [ed.], *Didáctica de la segunda lengua en educación infantil y primaria*, Madrid, Editorial Síntesis, 2000.
- BRESNAN, Joan [ed.], *The Mental Representation of Grammatical Relations*, Cambridge/London, The MIT Press, 1982.
- BRUBACHER, John, *A History of the Problems of Education*, New York, McGraw-Hill, 1947.
- Bruna Franchetto, “Guerra dos alfabetos: os povos indígenas na fronteira entre o oral e o escrito”, in *Mana*, 14(1), 2008, pp. 31-59.
- BUXARRAIS, Maria et al., *La Educación Moral en Primaria y en Secundaria*, Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia/ Edelvives, [1995].
- CALVET, Jean-Louis, *Linguistique et colonialisme: Petit traité de glottophagie*, Paris, Payot, 1988.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso, *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*, Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1965.
- CAMBI, Franco, *História da Pedagogia*, São Paulo, Unesp, 1999.
- CARAVOLAS, Jean A., *Histoire de la didactique des langues au siècle des Lumières : Précis et anthologie thématique*, Montréal, Presses de l’Université de Montréal, 2000.

- CARDOSO, Tereza Maria Rolo Levy, *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias no Rio de Janeiro (1759-1834)*, Bragança Paulista, Universidade de São Francisco, 2002.
- CARVALHO, Laerte Ramos de, *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*, São Paulo, Saraiva/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Gulbenkian, 2001.
- Charles Peretti et Mary Curtis, “Reading”, in DILLON, Ronna et STERNBERG, Robert [eds.], *Cognition and Instruction*, London, Academic Press, 1986.
- CHERVEL, André, *Histoire de l’enseignement du français du XVIIe au XXe siècle*, Paris, Retz, 2006.
- COELHO, F. Adolfo, *Para a história da instrução popular: seguido dos artigos «Portugal», «Colónias Portuguesas» e «Ensino do Grego»*, Lisboa, Gulbenkian, 1973.
- COLLEY, Ann et BEECH, John [eds.], *Acquisition and Performance of Cognitive Skills*, Chichester, John Wiley & Sons, 1989.
- Commission Européenne, *Etude sur la contribution du multilinguisme à la créativité : Rapport final*, [Bruxelles], Commission Européenne, 24 juillet 2009.
- Constança Gomes Machado, “O desenvolvimento do professor – algumas reflexões”, in NETO, António et al. [orgs], *Didácticas e Metodologias da Educação: Percursos e Desafios*, vol. II, [Actas do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias da Educação], Évora, Departamento de Pedagogia e Educação – Universidade de Évora, 2003.
- CORDER, S. Pit, *Error analysis and Interlanguage*, [s.l.], Oxford University Press, 1981.
- COUPLAND, Nikolas, *Style: Language Variation and Identity*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- CRIADO, Buenaventura Delgado [coord.], *Historia de la Educación en España y América: la Educación en la España Contemporánea (1789-1975)*, vol. 3, Madrid, Ediciones SM, 1994.
- CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

- DANTAS, Janduhi, *Lições de Gramática em Versos de Cordel*, Petrópolis, Vozes, 2009.
- David Olson, “What writing does to mind”, in AMSEL, Eric et BYRNES, James [eds.], *Language, Literacy, and Cognitive Development*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 2002, pp. 153-165.
- Denny Moore, Sidney Facundes e Nádia Pires, “Nheengatu (Língua Geral Amazônica), Its History, and the Effects of Language Contact” in *Survey Of California And Other Indian Languages*, v. 8, Berkeley, University of California, 1993, pp. 93-118 [disponível in http://biblio.etnolinguistica.org/moore_1993_nheengatu].
- DÍAZ, Alfonso Capitán, *Historia de la educación en España. I – De los orígenes al Reglamento General de Instrucción Pública (1821)*, Madrid, Dykinson, 1991.
- DILLON, Ronna et STERNBERG, Robert [eds.], *Cognition and Instruction*, London, Academic Press, 1986.
- DOUGHTY, Catherine et LONG, Michael [eds.], *The Handbook of Second Language Acquisition*, Malden, Blackwell Publishing, 2003.
- DURKHEIM, Émile, *Historia de la educación y de las doctrinas pedagógicas*, La Piqueta, Madrid, 1982.
- EDELENBOS, Peter et al., *Les grands principes pédagogiques sur lesquels se fonde l'enseignement des langues aux très jeunes apprenants*, [Bruxelles], Commission Européenne, Octobre 2006.
- Edward Nęcka, “Learning, automaticity, and attention: an individual-differences approach”, in ACKERMAN, Phillip et al. [eds.], *Learning and Individual Differences: Process, Trait, and Content Determinants*, Washington, American Psychological Association, 1999, pp. 161-184.
- ELIAS, John, *A History of Christian Education: Protestant, Catholic, and Orthodox perspectives*, Malabar (Florida), Krieger Publishing Company, 2002.
- Eliene Amorim, “A Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco”, [disponível in http://www.brasilangola.org.br/textos/artigos_pdf/AComissaodeProfessoresIndigenasdePernambuco.pdf].

- Elisa Frühauf Garcia, “O projeto pombalino da língua portuguesa aos índios e sua aplicação na América meridional”, in *Tempo*, vol. 12, n.º 23, Jul.-Dez. 2007, pp. 33-48.
- Eugénio Asensio, “La lengua compañera del império: historia de una idea de Nebrija en España y Portugal”, in *Revista de Filología Española*, tomo XLIII, 1960, pp. 399-413.
- Eugénio dos Santos, “Índios e missionários no Brasil quinhentista: do confronto à cooperação”, [Separata da] *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 107-118.
- FAEA, *Método Contrastes: Alfabetización en Español como Lengua Extranjera*, Salamanca, Ministerio de Educación y Cultura, 1998.
- FAJARDO, Olegario Negrín, *Educación popular en la España de la segunda mitad del siglo XVIII*, Madrid, UNED, 1987.
- FERNANDES, P.º Antonio Paulo Cyriaco, S.J., *Missionários Jesuítas no Brasil no tempo de Pombal*, Liv. Globo, Porto Alegre, 1936.
- FERNANDES, Rogério, *Educação e Ensino Popular na Madeira (séc. XVIII-1840)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992.
- _____, *Os Caminhos do ABC: Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*, Porto, Porto Editora, 1994.
- FERNANDES, Rogério et VIDIGAL, Luís Vidigal [coord.], *Infantia et pueritia : introdução à história da infância em Portugal*, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 2005,
- FERREIRA, António Gomes, *Gerar, Criar, Educar: A criança no Portugal do Antigo Regime*, Coimbra, Quarteto, 2000.
- FISCHER, Glória et al., *Didáctica das línguas estrangeiras*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.
- FISHMAN, Joshua [ed.], *Handbook of Language and Ethnic Identity*, New York, Oxford University Press, 1999.
- FONSECA, Irene, *Gramática e Pragmática – estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino do português*, Porto, Porto Editora, 1994.
- FONSECA, Maria do Céu, *Historiografia Linguística Portuguesa e Missionária: Preposições e Posposições no séc. XVII*, Lisboa, Colibri, 2006.

- FONSECA, Thais Nivia de Lima e, *Letras, ofícios e bons costumes: Civilidade, ordem e sociabilidade na América portuguesa*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009.
- FRAGO, Antonio, *Leer y escribir: Historia de dos prácticas culturales*, México, IAP, 1999.
- Franchys Ferreira et Claudete Souza, “A importância e desafios do ensino bilíngüe na educação escolar indígena”, p. 4. [disponível in http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anais16/sem04pdf/sm04ss04_02.pdf].
- FREIRE, José Ribamar Bessa, *Da língua geral ao português: para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*, [tese de doutoramento em Literatura Comparada], Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.
- FREITAS, Maria João, *Aquisição da estrutura silábica do português europeu*, [Tese Doutoramento em Linguística Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1997.
- FREITAS, Maria João et SANTOS, Ana Lúcia, *Contar (Histórias de) Sílabas. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa, APP/ Colibri, 2001.
- FRIEDMAN, Sarah et al., *The Brain, Cognition, and Education*, London, Academic Press Inc, 1986.
- GABRIEL, Narciso, *Leer, Escribir y Contar: Escolarización popular y sociedad en Galicia (1875-1900)*, Sada, Ediciós do Castro, 1990.
- GIFRE, Emma, *La Comunicación entre Españoles e Indios: palabras y gestos*, Madrid, Mapfre, 1992.
- GILES, Thomas, Ransom, *História da Educação*, São Paulo, EPU, 1987.
- GIMÉNEZ, Célia et COELHO, Raimundo, *Bahia Indígena*, Rio de Janeiro, TOPBOOKS, 2005.
- GOMES, Joaquim Ferreira, *A Educação Infantil em Portugal*, 2.^a ed., Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, [s.d.].
- _____, *Luís António Verney e as Reformas Pombalinas do Ensino*, Coimbra, Fac. de Psic. e Ciênc. da Educação – Univ. Coimbra, 1992.
- _____, *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*, 2.^a ed., Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- _____, *Para a História da Educação em Portugal – Seis*

Estudos, Porto, Porto Editora.

- GONDRA, José Gonçalves [org.], *História, Infância e Escolarização*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2002.
- GUIRRUGO, Osvaldo, *O ensino da escrita com recurso a estratégias (meta)cognitivo-cooperativas em contextos multilingues : o caso do português em Moçambique*, [Diss. mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2008.
- HALLIDAY, M. A. K., *Language and Education*, London/New York, Continuum, 2007.
- HAUBERT, Maxime, *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões (séculos XVII-XVIII)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- HEINE, Bernd et KUTEVA, Tania, *Language Contact and Grammatical Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- HELIINGER, Marlis et PAUWELS, Anne [eds.], *Handbook of Language and Communication: Diversity and Change*, Berlin, Mouton de Gruyter, 2009.
- Humberto Triana y Antorveza, “Factores políticos y sociales que contribuyeron a la desaparición de lenguas indígenas (Colonia y siglo XIX)”, in PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997, pp. 85-153.
- HURFORD, James, *Language and Number: The Emergence of a Cognitive System*, New York, Blackwell, 1987.
- J. Goody et I. Watt, “The consequences of literacy”, in GIGLIOLI, Pier [ed.], *Language and Social Context*, [London], Penguin Books, 1977, pp. 311-357.
- J. Martins Lopes, s.j., “Pedagogia inaciana – I”, in *Brotéria*, vol. 157, n.º 4, Outubro de 2003, pp.223-236.
- John Jong et Lieneke van Ginkel, “Dimensions in oral foreign language proficiency”, in VERHOEVEN, Ludo et JONG, John [eds.], *The Language Proficiency*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1992, pp. 187-205.
- José Ribeiro Dias, "Para o estudo das Antropologias com maior influência na História da Educação em Portugal", in *1º Encontro de História da Educação em Portugal - Comunicações*, Lisboa, Gulbenkian, 1988, pp. 279-292.

- Justino Pereira de Magalhães, “Origens e formação cultural e educacional dos beneditinos do Brasil no período colonial”, in *Revista Portuguesa de Educação*, 1996, 9 (1), pp. 107-118.
- KARPOV, Yuri, *The Neo-Vygotskian Approach to Child Development*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- KRASHEN, Stephen et al. [eds.], *Child-Adult Differences in Second Language Acquisition*, Rowley, Newbury House Publishers, 1982.
- KUMARAVADIVELU, B., *Understanding Language Teaching: From Method to Postmethod*, London, Lawrence Erlbaum Associates, 2008.
- LAVALEYE, Émile de, *L’Instruction du Peuple*, Paris, Hachette, 1872.
- LARSEN-FREEMAN, Diane et LONG, Michael, *Introducción al estudio de la adquisición de segundas lenguas*, Madrid, Gredos, 1994.
- Leonor Lopes Fávero, “A política lingüística na América latina Colonial e as línguas gerais”, in SANDOVAL, Antonio [ed.], *Actas completas del VIII Congreso de Lingüística General*, Madrid, 25-28 de junio, 2008, pp. 1134-1141 [disponível in <http://www.llf.uam.es/clg8/actas/pdf/paperCLG64.pdf>].
- _____, “Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder”, [disponível in http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/secXVIII_lingu_a_leonor.pdf].
- LEITÃO, Ana, *Da Selva para a Escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI)*, [diss. Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2005.
- León Acosta et Isabel Leiria, “O papel dos conhecimentos prévios na aquisição de uma língua não-materna” in *Polifonia - Revista do Grupo Universitário de Investigação em Línguas Vivas*, nº 1, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 57-80.
- LESSA, Elisa Maria Maia da Silva, *Os mosteiros beneditinos portugueses: séculos XVII a XIX : centros de ensino e prática musical*, 2 vols., [diss. Doutoramento em Ciências Musicais], Lisboa, Univ. Nova de Lisboa, 1998.
- Lieve Jooker, “Descriptions of american indian word forms in colonial missionary grammars”, in GRAY, Edward et FIERING, Norman [eds.], *The Language Encounter in the Americas (1492-1800)*, New York/Oxford, Berghahn Books, 2008, pp. 293-309.

- LOMBARDI, José et al. [orgs.], *A Escola Pública no Brasil: História e Historiografia*, Campinas, Autores Associados, 2005.
- LOPES, David, *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII*, [reimpressão facsimilada 2000], Barcelos, Portucalense Editora, 1936.
- LOPES, Eliane et Al. [org.], *500 anos de educação no Brasil*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- LOURENÇO, Orlando, *Psicologia de Desenvolvimento Cognitivo: Teoria, dados e implicações*, Coimbra, Almedina, 2.^a ed., 2002.
- LORENZO, Francisco, *Motivación y segundas lenguas*, Madrid, Arco/Libros, 2006.
- Luiz Cavalieri Bazilio, "Infância «rude» no Brasil: alguns elementos da história e da política", in GONDRA, José Gonçalves [org.], *História, Infância e Escolarização*, Rio de Janeiro, 7Letras, 2002, pp. 44-58.
- LUZURIAGA, Lorenzo, *Historia de la Educación Pública*, Losada, Buenos Aires, 4.^a ed., 1964.
- MAESTRI, Mário, *Os Senhores do Litoral: Conquista Portuguesa e Agonia Tupinambá no Litoral Brasileiro*, Porto Alegre, UFRGS, 1995.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de, *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*, Bragança Paulista, Editora Universidade de São Francisco, 2001.
- _____, *Da cadeira ao Banco: Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*, Lisboa, Educa, 2010.
- _____, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime: um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, 1994.
- Marcel Grandière, «Education et société dans la première moitié du XVIII^e siècle: de Vallange et ses projets de réforme complète de l'éducation 1710-1740 », in *Paedagogica Historica*, Vol. 33, n.º 2, 1997, pp. 413 – 432.
- MARCÍLIO, Maria, *História da Escola em São Paulo e no Brasil*, São Paulo, Instituto Braudel/ Imprensa Oficial, 2005.
- Maria Isabel Alves Baptista, "Currículo e ensino: uma leitura paralela nas escolas régias e nas escolas regimentais na província de Trás-os-Montes", in

Sísifo: Revista de Ciências da Educação, 1, pp. 85-112. [disponível in <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/01sisifopt07.pdf>].

- Maria Rosário Longo Mortatti, “História dos Métodos de Alfabetização no Brasil”, 2006 [Conferência proferida durante o Seminário *Alfabetização e letramento em debate*, Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Brasília, 27 de Abril de 2006 – disponível in http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf]
- Marilza de Oliveira, “Para a história social da língua portuguesa em São Paulo: séculos XVI-XVIII”, in *Linguística*, 14, 2002, pp. 323-51. [disponível in http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/MOliveira_LPortSaoPaulo.pdf, pp. 23 e seguintes.].
- MARROQUIM, Mário, *A língua do Nordeste : Alagoas e Pernambuco*, 3ª ed., Curitiba, HD Livros Editora, 1996.
- Marta Rosa Amoroso, “Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos”, [Trabalho apresentado em Outubro de 1997 no XXI Encontro Anual da Anpocs, no “GT Educação indígena: diversidade e cidadania”], in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998, pp. 101-114.
- MARTINS, Margarida Alves et NIZA, Ivone, *Psicologia da Aprendizagem da Linguagem Escrita*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis et CAGLIARI, Luiz, *Diante das Letras: A Escrita na Alfabetização*, Campinas/São Paulo, Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, 1999.
- MATIAS, José Coelho, *Manuel de Sá: um diásporo quinhentista português ao serviço da educação e da interculturalidade*, [Tese de Doutoramento em Ciências da Educação], Porto, Universidade Portucalense, 2009.
- MATRAS, Yaron, *Language Contact*, Cambridge, University Press, 2009.
- MELIÀ, Bartomeu, *Educación Indígena y Alfabetización*, Asunción, CEPAG, 2008.
- MELTON, James, Van Horn, *Absolutism and the eighteenth-century origins of compulsory schooling in Prussia and Austria*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

- Micilene Ventura et Claudete de Souza, “O trabalho com a língua materna na pré-alfabetização: o caso da língua Terena”, In *III Seminário povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais na universidade*, Campo Grande/MS, UCDB, 2007.
- MILLER, Niklas [ed.], *Bilingualism and Language Disability: Assessment and Remediation*, Sydney, Croom Helm, 1984.
- Ministério da Educação, *Programa de Formação de Professores Alfabetizadores*, [Brasília], ME-Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- MONTEIRO, A. Reis, *História da Educação – Uma perspectiva*, Porto, Porto Editora, 2005.
- MONTEIRO, Miguel Correa, *A Aula segundo as linhas metodológicas da Ratio Studiorum de 1599 e a Aula segundo a moderna pedagogia jesuítica*, [Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica], Lisboa, ULFL, 1991.
- _____, *Inácio Monteiro: um jesuíta português na dispersão(1724-1812)*, Lisboa, Centro de História da Universidade, 2004.
- _____, *Os Jesuítas e o Ensino Médio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011.
- Nancy Dorian, “Minority and endangered languages” in BATHIA, Tej et RITCHIE, William [ed.], *The Handbook of Bilingualism*, Oxford, Blackwell, 2007, pp. 437-459.
- Nilcéia Albuquerque França, “Origens do Português no Brasil: da crioulização ao Português Brasileiro”, [disponível in www.rhr.uepg.br/v7n1/7-NP%20Nilceia%20ok.pdf].
- NISKIER, Arnaldo, *Educação Brasileira: 500 anos de história*, Rio de Janeiro, Funarte, 2001.
- NOLL, Volker et DIETRICH, Wolf [orgs.], *O Português e o Tupi no Brasil*, São Paulo, Ed. Contexto, 2010.
- NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987.
- Nuno da Silva Gonçalves, “Jesuítas, in AZEVEDO, Carlos Moreira de [dir.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores - Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 22-23.

- OLIVEIRA, Inês, *A aquisição do sistema vocálico por falantes de português europeu como língua não materna*, [Tese de Mestrado Linguística], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.
- Tereza Levy Cardoso, “Notas sobre a história da profissão docente no mundo luso-brasileiro”, in OLIVEIRA, Luiz Eduardo [org.], *A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*, Maceió, UFAL, 2010, pp. 103-113.
- P. Mesnard, “La pédagogie des jésuites”, in CHATEAU, Jean [dir.], *Les Grands Pédagogues*, Paris, Presses Universitaires de France, 1961, pp. 48-49.
- PACHÓN, Ximena et CORREA, François [coord.], *Lenguas Ameríndias: condiciones socio-lingüísticas en Colombia*, Santafé de Bogotá, Instituto Caro Y Cuervo, 1997.
- Patricia Bauer, “The cognitive neuroscience of the development of memory”, in COURAGE, Mary et COWAN, Nelson [eds.], *The Development of Memory in Infancy and Childhood*, East Sussex, Psychology Press, 2ª ed., 2009, pp. 115-144.
- PEIXOTO, Ermelindo, *Aprendizagem de Mestria: ‘Mastery Learning’ e Resolução de Problemas*, Lisboa, McGRAW-HILL (Portugal), 1995.
- PERRENOUD, Philippe, *La Pédagogie à l’école des différences*, Paris, ESF, 1995.
- PINTASSILGO, Joaquim et al., *História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e apropriação de modelos culturais*, Lisboa, Colibri, 2006.
- *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, Porto, Asa, 2001.
- REBELO, Dulce, *Estudo Psicolinguístico da Aprendizagem da Leitura e da Escrita*, Lisboa, Gulbenkian, 1990.
- RIBEIRO, Maria Luísa, *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*, Campinas, Autores Associados, 2003.
- RICENTO, Thomas [ed.], *An Introduction to Language Policy – Theory and Method*, Malden, Blackwell Publishing, 2006.
- RICHARDS, Jack [ed.], *Error Analysis: Perspectives on Second Language Acquisition*, London, Longman, 1977.
- Rita Bettini, “Resultados preliminares de algumas comparações entre as reformas dos estudos gerais nos reinados de D. José e de D. Maria I, referentes

- aos Brasil”, in *II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*, [1998], Atas – vol. 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000, pp. 507-512.
- ROBINSON, Peter [ed.], *Cognition and Second Language Instruction*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.
 - Robyn Hess et Robert Rhodes, “Providing neuropsychological services to culturally and linguistically diverse learners”, in D’AMATO, Rik et al. [eds.], *Handbook of School Neuropsychology*, New Jersey, John Wiley & Sons, 2005, pp. 637-660.
 - RODRIGO, Cándido Ruiz et LIS, Irene Palacio, *Pauperismo y Educación (siglos XVIII y XIX): Apuntes para una Historia de la Educación Social en Españã*, Valencia, Universitat de València, 1995.
 - RODRIGUES, Aryon dall’Igna, *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*, São Paulo, Loyola, 4.^a ed., 2002.
 - RODRÍGUEZ, Herminio Barreiro et BAÑUELOS, Aída Terrón, *La institución escolar: una creación del estado moderno*, [col. Recursos, n.º 71], Barcelona, OCTAEDRO-FIES, 2005.
 - Rosa Virgínia Mattos e Silva, “ Aspectos do contacto linguístico no Brasil”, in *Universitas*, n.º 24, Salvador, Janeiro/Fevereiro/Março, 1979, pp. 83-92.
 - SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnológica na Formação de Formadores - Universidade, 2003.
 - SAMPAIO, J. Salvado, *O Ensino Primário (1911-1969): Contribuição Monográfica*, vol. III – 3º Período (1955-1969), Lisboa, Gulbenkian, 1977
 - SAVIANI, Dermeval, *Educação e Questões da Actualidade*, São Paulo, Livros do Tatu/Cortez, 1991.
 - SCHUMANN, John et STENSON, Nancy [ed.], *New Frontiers in Second Language Learning*, Massachusetts, Newbury House Publishers, 1974.
 - SILVA-VALDIVIA, Bieito [coord.], *Didáctica da Lingua en Situacións de Contacto Lingüístico*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1994.

- SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993.
- STER, H., *Fundamental concepts of Language Teaching*, Oxford, Oxford University Press, 1991.
- STERNBERG, Robert et al. [eds.], *Models of Intelligence – International Perspectives*, Washington, American Psychological Association, 2003.
- Susana López Guerra et Marcelo Flores Chávez, “Colonialismo y modernidad: la enseñanza del español en la Nueva España” [disponível in www.odiseo.com.mx/2004/07/03lopezflores_colonialismo.htm].
- TASCA, Maria et POERSCH, José [org.], *Suportes Lingüísticos para a Alfabetização*, Porto Alegre, Sagra, 1986.
- TAVARES, Marina. *O ensino / aprendizagem do português língua segunda em contexto escolar*, [Diss. mestrado em Língua e Cultura Portuguesa], Lisboa, Universidade de Lisboa, 2006.
- *Tempo*, [Dept. História Universidade Federal Fluminense], n.º 23, Julho-Dezembro 2007.
- Teodoro Sampaio, “Cartas tupis dos Camarões”, in *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. XII, n.º. 68, 1906, pp. 201-305.
- TOVAR, *Catalogo de las Lenguas de America del Sur*, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1961.
- VERRI, Gilda, *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*, vol. 1, Recife, UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006.
- VINCENT, David, *Literacy and Popular Culture: England 1750-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- Vicente Mellado, “El conocimiento y el desarrollo del profesorado: el cambio didáctico”, in NETO, António et al. [orgs], *Didácticas e Metodologias da Educação: Percursos e Desafios*, vol. II, [Actas do IV Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias da Educação], Évora, Departamento de Pedagogia e Educação – Universidade de Évora, 2003.

- W. K. Estes, “Intelligence and learning”, in FRIEDMAN, Morton et al. [eds.], *Intelligence and Learning*, [NATO Conference on Intelligence and Learning, York, July 16-20 1979], New York, Plenum Press, 1981, pp. 3-25.
- WINFORD, Donald, *An Introduction to Contact Linguistics*, Oxford, Blackwell, 2005.
- Yuko Butler et Kenji Hakuta, “Bilingualism and second language acquisition”, in BATHIA, Tej et RITCHIE, William [ed.], *The Handbook of Bilingualism*, Oxford, Blackwell, 2007, pp. 114-144.

Obras de referência

- ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *Documentos para a história indígena no Nordeste : Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*, São Paulo, FAPESP, 1994.
- AZEVEDO, Carlos Moreira de [dir.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. J-P, Lisboa, Círculo de Leitores - Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001.
- BARBOSA, A. Lemos, *Curso de Tupi Antigo*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956.
- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz et al, *Fontes repatriadas: anotações de História Colonial, referenciais para pesquisa, índices do Catálogo da Capitania de Pernambuco*, Recife, UFPE, 2006.
- BECCARIA, Gian Luigi [dir.], *Dizionario di Linguistica e di Filologia, Metrica, Retorica*, Torino, Einaudi, 1999.
- BRANDÃO, Fernando de Castro, *De D. João V a Dona Maria I (1707-1799): uma cronologia*, Odivelas, Heuris, 1993.
- BROWN, Keith et OLGIVIE, Sarah, *Concise Encyclopedia of Languages of the World*, Oxford, Elsevier, 2009.
- CARRETER, Fernando, *Diccionario de Terminus Filológicos*, Madrid, Gredos, 2ª ed. [aumentada], 1962.

- CASTELEIRO, João Malaca et al., *Nível Limiar: para o ensino-aprendizagem do português como língua segunda-língua estrangeira*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1988.
- CUNHA, Celso et CINTRA, Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, 1986.
- DIAS, Gonçalves, *Dicionário da Língua Tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil (Tupí – Português)*, Rio de Janeiro, Liv. S. José, 1970.
- DUARTE, Inês, *Língua Portuguesa: instrumentos de análise*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000.
- DUBOIS, Jean et al., *Dicionário de Lingüística*, São Paulo, Cultrix, 1978.
- *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil* [disponível in <http://pib.socioambiental.org/pt>].
- *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, Tomo I, Madrid, Espasa-Calpe, 1930.
- *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, 31 vols., Edição Século XXI, Lisboa-São Paulo, Verbo, 1998-2002.
- FARIA, Isabel Hub et al., *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996.
- FRANCO, José Eduardo et al.. [dir.], *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 2010.
- GALLISSON, Robert et COSTE, Daniel, *Dicionário de Didáctica das Línguas*, Coimbra, Almedina, 1983.
- GERHARDS, Agnès, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, Paris, Fayard, 1998.
- HONORATO, Manuel da Costa *Diccionario Topographico, Estatistico e Historico da Provincia de Pernambuco*, Recife, Typ. Universal, 1863.
- JORGE, Ana Maria et al. [coord.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, [C-I], Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000.
- JOTA, Zélio, *Dicionário de Lingüística*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Presença, 1981.
- LAMAS, Estela [coord.], *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*, Porto, Porto Editora, 2000.

- LEWIS, M. Paul [ed.], *Ethnologue – Languages of the World*, Dallas, SIL International, 6ª ed., 2005.
- MACIEL, Francisca [coord. Ger.], *Matriz de Referência Comentada: Matemática, Leitura e Escrita – Programa Brasil Alfabetizado*, [Brasília], Ministério da Educação, [2007].
- MATEUS, Maria Helena Mira, et al., *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa: Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*, Lisboa, Caminho, 1ª ed., 1983.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 7ª ed., 2003.
- REIS, Carlos [coord.], *Programas de Português do Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclos)*, [Proposta de substituição dos Programas em vigor, de 1991], Lisboa, Ministério da Educação/ Direcção-Geral de Inovação e desenvolvimento Curricular, Dezembro de 2008.
- RICHARDS, Jack et al., *Dictionary of Language Teaching & Applied Linguistics*, Essex, Longman, 1992.
- RODRIGUES, António Simões [coord.], *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- SANTANA, Francisco et SUCENA, Eduardo [dir.], *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, [s.e.], 1994
- SERRÃO, Joel [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Fiança, 1992.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da [org.], *Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1994.
- SWANN, Joan et al., *A Dictionary of Sociolinguistics*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2004.
- XAVIER, Maria F. et MATEUS, Maria Helena Mira [orgs.], *Dicionário de Termos Linguísticos*, vol. II, Lisboa, APL/ILTEC, 1992.

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



***Problemática assistencial, sociocultural e educativa
nas Aldeias e Missões do Real Colégio de Olinda
(séculos XVII e XVIII)***

Contributos para a História Indígena e do Ensino do Português no Brasil

Ana Rita Bernardo Leitão

Doutoramento em História
Especialidade: História e Cultura do Brasil

VOLUME III – Anexos

**Lisboa
2011**

ÍNDICE

A. Indígenas Nordestinos

Anexo 1: Etnias indígenas no Nordeste e sua filiação linguístico-cultural (sécs. XVI a XVIII)	880
--	-----

B. Real Colégio de Olinda, jesuítas e missões

Anexo 2: Real Colégio de Olinda/ actual Seminário de Olinda	890
Anexo 3: Reitores do Colégio de Olinda	904
Anexo 4: Bens imóveis pertencentes ao Colégio de Olinda	905
Anexo 5: Expedições de missionários jesuítas para a América Portuguesa (sécs. XVI a XVIII)	910
Anexo 6: Relação das Missões anexas ao Real Colégio de Olinda e respectivos religiosos (sécs. XVI-XVIII)	927
Anexo 7: Relação descritiva das missões jesuítas do colégio de Olinda	939
Anexo 8: Regulamento para as aldeias da Companhia	948
Anexo 9: Consulta de D. João V com vista à criação do Hospício do Ceará	953
Anexo 10: Relação dos aldeamentos indígenas missionados em Pernambuco e Capitánias anexas (1728 a 1761)	956
Anexo 11: Relação dos últimos Missionários do Colégio de Olinda	971
Anexo 12: Destino dos últimos missionários do Real Colégio de Olinda	975
Anexo 13: Os cárceres do Forte de S. Julião da Barra	978

C. Das sete vilas indígenas

Anexo 14: Participação mestiça e indígena nas Batalhas de Guararapes	984
Anexo 15: Oficiais das novas vilas indígenas do Governo de Pernambuco: lista de directores, padres e mestres de primeiras letras	985
Anexo 16: Relação dos Nomes com que se denominavam as novas vilas	986
Anexo 17: Cópia da <i>Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das Novas Villas, e lugares</i> , no governo de Pernambuco	988
Anexo 18: Patentes Provinciais – sua atribuição nas vilas indígenas do governo de Pernambuco (1776 a 1780)	989
Anexo 19: Processo de conversão das setes missões de Olinda de acordo com o plano do governador de Pernambuco	990
Anexo 20: Estado das vilas indígenas do governo de Pernambuco em 1800	1001

D. Educação

Anexo 21: <i>Breve instrucçam para ensinar a Doutrina christã, ler e escrever aos Meninos</i> : folha de rosto e abecedário	1008
Anexo 22: Carta de Comissão do Director dos Estudos Menores de Pernambuco	1009
Anexo 23: Edital de Tomás de Almeida para a contratação de professores	1010
Anexo 24: Alvará do privilégio concedido à Direcção Geral dos Estudos de imprimir todos os livros e dicionários adoptados no novo método, assim como da nomeação de comissários	1012
Anexo 25: Consulta da Nomeação de Professores, por Tomás de Almeida	1014
Anexo 26: Modelo de compromisso dos Professores Régios – Pernambuco	1016
Anexo 27: Consulta ordenando a entrega dos livros dos jesuítas, existentes nas suas casas ou na mão de particulares, ao Secretário da Directoria, a fim de serem destruídos; pelo Director dos Estudos	1017
Anexo 28: Consulta de Tomás de Almeida sobre se passar provimento de Professor Régio de Gramática Latina para a Cidade do Grão Pará a Eusébio Luís Pereira Ludon	1018
Anexo 29: Carta do Conde de Oeiras ao Desembargador Tomás António de Carvalho Lima e Castro, a propósito da destruição dos livros proibidos pelo «novo método»	1019
Anexo 30: Ordem de admissão a exame de um ex-jesuíta. Do Conde de Oeiras para o Principal Almeida.	1019
Anexo 31: Do Conde de Oeiras para o Ouvidor da Capitania de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco, sobre o caso da prisão de um Professor Régio de Gramática Latina	1020
Anexo 32: Ensino da língua latina aos índios António Dias da Fonseca da vila de Arês e António Alves da Cunha da vila de Estremoz	1021
Anexo 33: “Índice que contem as Materias, Ordens, etc. ^a da Meza Censoria”	1023
Anexo 34: Relação dos Professores Régios do Governo de Pernambuco (1787-1792)	1024
Anexo 35: Perfil dos candidatos a Professores Régios	1026
Anexo 36: Estratégias pedagógico-comunicativas em educação escolar indígena: perspectiva diacrónica centrada no professor(séculos XVI a XVIII)	1030

Anexo 37: Kohlberg e os estádios de desenvolvimento moral	1031
Anexo 38: Características fonológicas - Tupi vs. Português	1032
Anexo 39: Quadro sincrónico – da Restauração às reformas de Pombal	1036

A. INDÍGENAS NORDESTINOS

Anexo 1: Etnias indígenas no Nordeste e sua filiação linguístico-cultural (sécs. XVI a XVIII)¹

As datas apontadas correspondem à referência temporal dos vários documentos compulsados e onde cada etnia é mencionada. Naturalmente que as alusões que aqui datamos dizem respeito às datas em que constam das relações e de alguns documentos compulsados, sem prejuízo de terem perdurado por mais tempo. As referências c. 1749 (dirá respeito às missões existentes um pouco antes desta data), 1749 e 1760 remetem para os dados constantes nas relações encontradas das missões de Pernambuco.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Acaracú/Acaraú	Etnia Tremembé Grupo Janduí? «tapuias» ²	? não são de Língua Geral Tupi	c. 1749 a 1760	CE	Ibiapaba (missão Jes.), posterior Vila Viçosa Real	
					Tramambés/Tremembés (c/ clérigo), à beira do mar, distrito da Ribeira do Acaracú/Acaraú	
Acoansûs/ Aconguaçu	grupo Janduí? «tapuias»	?	c. 1692- 1695	CE	serra da Ibiapaba, na parte mais próxima do mar	Primeiros contactos cerca de 1692, com o padre jesuíta Manuel Pedroso, tendo no ano seguinte o P. ^e Ascenso Gago procurado reuni-los em Ibiapaba junto aos Tabajaras e aos Reriú, seus rivais. Dos seus costumes, contudo, dizia-se que não diferiam muito dos Reriú. Tinham alianças com os Tremembé. A assistência espiritual dos jesuítas era, ainda, de carácter volante ou descontinuado.
			1708	CE	Ibiapaba (missão Jes.), posterior Vila Viçosa Real	
Aconã /Açonas/ Wakonãs/ Naconãs/ Acoranes/ Tingui- botós	Wakonã Kariri (mais tarde Kariri- Xocó ³)	Família Kiriri Tronco Macro-jê	1728	PE	Aldeia do Colégio (miss. Jes.), a 94 léguas do Recife e a 7 léguas da vila do Penedo	Juntamente com índios de outras nações: Kiriri, Carapotió, Xocó e Prakió. Ainda hoje residem em Alagoas, no município de Traipu
Anacé⁴/Guanacé/ Agoanacé/ Ariassê	Grupo Janduí? «tapuios» ⁵	? não são de Língua Geral Tupi	1694-95	CE	serra de Ibiapaba	Em 1694 o P. ^e Manuel Pedroso fizera descer 50 casais para o Ceará. NO ano seguinte, o P.e Ascenso Gago intenta estabelecer paz com este povo ⁶ .
			c. 1749 a 1760		Ibiapaba (missão Jes.), posterior Vila Viçosa Real	
			1741 a 1760		Parangaba (missão Jes.), posterior Arronches	

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Arachaz	? «gentio»	?	1750	RGN?	Sobre a passagem do Rio Grande, no caminho que vai para São Paulo e posterior reunião junto ao rio das Velhas ⁷	Pressupostamente esta etnia solicitara o envio de missionários, pelo que se projecta a criação de uma aldeia jesuíta junto ao rio das Velhas com aqueles, de modo a enfrentarem o «gentio» Kayapó.
Aricobé	[Tupi]	[Língua geral Tupi]	c. 1749 a 1761	PE	Aricobé (missão c/ franciscano da Bahia), [Bahia]	
Ariú Pequeno	[Tarairiú ⁸ ?] «tapuias»	[Tronco Macro-jê?]	1697	RGN	Sertão, com descidas frequentes até povoações nas imediações de Taypá ou Pirutuba, do Jacú e pela praia até à barra do Ceará Mirim.	Tratado de Paz, celebrado a 25 de Março de 1697, com o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo ⁹ . Serão índios Irariú/Reriú, que viriam a ser integrados na missão de Ibiapaba. Não são índios do Açú. Os Ariú são dados como oriundos da Paraíba.
Brancararú	[Obacoatiára?] ¹⁰ «tapuias»	?	c. 1749 a 1761	PE	N.ª Sr.ª do Ó (missão Franc.), Freg.ª do Rodelas, [Obacoatiárado Sorobabel (Surubabel)	Ali conviviam com os Porcás.
					N.ª Sr.ª de Belém (missão Capuchinha), Freg.ª do Rodelas, Ilha de Axará	
					Beato Serafim (missão Capuchinha), Freg.ª do Rodelas, Ilha da Vargea	
Caboclos ou índios de Língua geral	-----	Língua geral Tupi	1701	CE	«Missão do Ceará» (jes.), Serras de Ibiapaba	
			1728 c. 1749 a 1760	RGN	Guajirú (missão Jes.), posterior Extremoz do Norte, a 3 léguas de Natal	
			1707 1716 1728 1749 1760		Guaraíras (missão Jes.), posterior Arês, a 3 léguas a sul de Natal	
			1728		Cunhaú (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), a 20 léguas de Natal	Constituída por índios que andavam dispersos pela região.
			1728 c. 1749 a 1760 ¹¹	CE	Ibiapaba (missão Jes.), futura Vila Viçosa Real	Cf. Relação Serra de Ibiapaba do P.º António Vieira
					Caucaia (missão Jes.), posterior Soure	Oficialmente, missão jesuíta a partir de 1741. Anteriormente teria um sacerdote secular.
					Parangaba (missão Jes.), posterior Arronches	
					Paupina (missão Jes.), posterior Messejana	Em 1760 refere-se a índios Potiguára.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Caboclos ou índios de Língua geral	-----	Língua geral Tupi	1728	CE	Paranamirim (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro)	Posteriormente precisa-e que seriam, na verdade, índios Potiguára.
					Aldeia Nova (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), a 3 léguas de Fortaleza	Com índios provenientes de Paupina.
				PE	Pirassenunga (missão Carmel. da Observância de Olinda), rib. ^a de Una, 24 léguas a sul do Recife	Ali residia o governador dos índios, D. Antônio Domingos Camarão.
					Palmar (Gameleira?), a 50 léguas do Recife (c/ capelão do Palmar)	A este grupo juntaram-se ainda índios «tapuias».
					St. ^o Amaro (missão franciscana da Província de Pernambuco), Alagoas do Norte, a 65 léguas do Recife	Contava com 200 almas.
					N. ^a Sr. ^a da Escada (missão Orat.), Vila do Recife, freg. ^a de Ipojuca	Recorde-se que esta missão fora criada para atender a grupos Potiguára desde o séc. XVI. Na relação de 1728 consta apenas como aldeia do Ipojuca.
					Limoeiro (missão Orat.), Vila de Igarassú, freg. ^a de Sto. Antônio de Iracunhaem	Em 1728 teria somente índios «tapuias».
					Aratagui/Arataguy/Aracaty (missão Orat.), Vila de Goiana, freg. ^a da Taquara, junto ao rio Papoca de Baixo	
					Siri/Cyri (missão Carmel.), Vila de Goiana, freg. ^a de S. Lourenço de Tigicopapo, junto ao rio Ciry	
					Una (missão Carmel.), Vila de Serinhaém, freg. ^a de Una	
			1728 c. 1749 a 1761	RGN	Mipibu (missão Capuchinha)	
					Gramació (missão Carmel.)	
				PB	Jacoca (missão Bened.), distrito da cidade da Paraíba	
					Utinga (missão Bened.), distrito da cidade da Paraíba	
					Baía da Traição (missão Carmel.), Mamanguape	
				PE	Preguiça (missão Carmel.), Mamanguape	
					St. ^o Amaro (missão Franc.), Vila de Alagoas	
					Urucú, Vila de Alagoas, freg. ^a Alagoa do Norte	
					S. Brás (c/ missionário), Vila do Penedo	São índios Cariris e Progêes.
					Pão de Açúcar (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Vila do Penedo	São índios Chocós.
			c. 1749 a 1761		Alagoa da Serra do Comunaty (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Vila do Penedo	

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Caboré	Janduí ¹²	?	1711	RGN	Aldeados num rancho, sob a jurisdição do Coronel Antônio da Rocha Bezerra	Viviam entre s moradores e estavam agregados ao Terço dos Paulistas ¹³ . Viriam a ser naquele mesmo ano combatidos pelos moradores da ribeira do Açu, na medida em que viam os seus animais e lavouras serem devassados por aqueles soldados indígenas ¹⁴ .
			1715	PB	Sertão	Sem missionário.
			1714 1719	RGN	Guajirú (missão Jes.), posterior Extremoz do Norte, a 3 léguas de Natal	Pertencerão certamente ao mesmo grupo que andara amotinado na primeira década do século XVIII na Ribeira do Açu, ficando conhecidos como Caboré-Açu. Nem mesmo aqui aldeados deixam de ser considerados uma ameaça. Esta missão acolheu estes grupos, protegendo-os dos intentos dos capitães, mestres-de-campo e moradores. Trata-se de um subgrupo dos Janduí. Curiosamente, aquela missão reunira índios Janduí, Capela e Caboré, distinguindo-se estes sub-rupos do povo de onde derivam: os Janduí.
Caboré-Açu	Janduí	?	1711	RGN	Ribeira do Açu	A comunidade fora alvo de vários ataques por parte dos moradores e dos Paulistas, o que gerou a sua revolta. Estes últimos, após tentarem o seu cativeiro, procuraram integrá-los nas suas tropas. Os índios, contudo, contrariados e desconfiados, acabariam por desertar.
Calabaça	?	?	c. 1749, 1761	CE	Miranda (missão Capuchinha), Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	
Candadu/ Condadú	? «tapuias»	?	c. 1749 a 1761	CE	Telha (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quichelou, distrito da Vila do Icó	
Capela	Janduí	?	1719	RGN	Guajirú (missão Jes.), posterior Extremoz do Norte, a 3 léguas de Natal	
Carapotió/ Cropotós/ Carapariós	? «tapuias»	?	1728	PE	Aldeia do Colégio (miss. Jes.), a 94 léguas do Recife e a 7 léguas da vila do Penedo	Juntamente com índios de outras nações: Kiriri, Aconã, Xocó e Prakió
			c. 1749 a 1761		(A)Lagoa Comprida (c/ missionário), Vila do Penedo	

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Caratis	? «tapuias»	?	1700	RGN	Sertão ¹⁵	Recusaram-se a qualquer tratado de paz e por isso foram combatidos pelo Terço dos Paulistas. Procuraram refúgio nas aldeias de índios (de língua geral) e «tapuias manos» do norte do Ceará mas desapareceram pouco tempo depois, sem se conhecer ao certo o seu paradeiro ¹⁶ . Terão, nestas circunstâncias, convivido com etnias «tapuias» integradas nas missões jesuítas daquela capitania?
Caratiú/Karatiú	? «tapuias»	?	1700	RGN	Sertão ¹⁷	Recusaram-se a qualquer tratado de paz e por isso foram combatidos pelo Terço dos Paulistas. Procuraram refúgio nas aldeias de índios (de língua geral) e «tapuias mansos» do norte do Ceará mas desapareceram pouco tempo depois, sem se conhecer ao certo o seu paradeiro ¹⁸ . Terão, nestas circunstâncias, convivido com etnias «tapuias» integradas nas missões jesuítas daquela capitania.
			1728	CE	Aldeia nova de «Jozás» (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), rib. ^a de Inhamú, a c. de 200 léguas de Fortaleza	Estavam ali reunidos com índios Condadús, encontrando-se nesta missão 60 homens e armas. Trata-se de uma prova clara da sua passagem do RGN para o CE, onde se terão miscigenado com outros grupos étnicos.
Carijó/Carnijó	Kiriri? ¹⁹ «tapuias»	?	1760	PE	Alagoa da Serra do Comunaty (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Vila do Penedo	Apontados antes de 1749 como índios de língua geral.
			1728 c. 1749 1761		Carnijós (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Freg. ^a do Ararobá, ribeira do Panema, lugar da Alagoa	Eram ali assistidos por um sacerdote com o Hábito de S. Pedro, ascendendo cerca de 1749 a 323 naquela missão.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Cariú	Kiriri	Kiriri	c. 1749 a 1761	PE	N.ª Sr.ª da Conceição (c/ mis. Capuchinho Italiano), Ilha do Pambú, Freg.ª de N.ª Sr.ª da Conceição do Rodelas	São aqui dados como «tapuias». Nas relações de 1760-61, constam nesta ilha somente índios Kiriri. São, na verdade, um dos subgrupos da nação Kiriri, provenientes da região do rio Cariú. É muito provável que se tenha procedido a uma homogeneização cultural e linguística deste grupo, no sentido de serem tomados simplesmente como índios Kiriri.
				CE	Telha (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quichelou, distrito da Vila do Icó	Contrariamente ao operado na missão pernambucana acima referida, estas missões mantiveram a diferenciação deste grupo face aos Kiriri.
					Miranda (missão Capuchinha), Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	
Cariuasú/Caruasú	Kiriri?	Kiriri?	c. 1749 a 1761	CE	Miranda (missão Capuchinha), Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	Seriam igualmente Cariú (subgrupo Kiriri), embora oriundos do Açú.
Cavalcante/ Cavalgante	Janduí? «tapuias»	?	1625	PB	?	Sem missionário.
			1728 c. 1749 1761		Campina Grande (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Kariris	Em 1728 era conhecida apenas como aldeia dos Cavalcantes, à qual foram agregados índios Fagundes. Na altura, encontrava-se ainda sem igreja. Em 1713 dá-se notícia, no Rio Grande do Norte, de o tapuia Manuel Ribeiro ser filho de Carnaúba, o Cavalgante, o que nos leva a supor ser um dos chefes deste grupo indígena ²⁰ .
Condadú	? «tapuias»	?	1728	CE	Aldeia nova de «Jozás» (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), rib.ª de Inhamú, a c. de 200 léguas de Fortaleza	Estavam ali reunidos com índios Caratiús, encontrando-se nesta missão 60 homens e armas. Seriam um povo originário desta região sertaneja dos Inhamuns.
Coripó	[Obacoatiára?] ²¹ «tapuias»	?	c. 1749 a 1761	PE	N.ª Sr.ª do Pilar (missão Franc.), Freg.ª do Rodelas, Ilha dos Coripós	

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Curema/Corema/ Korema	Janduí «gentio»/«tapuia»	?	1625	PB	?	Sem missionário. Ainda em 1699 o bispo de Pernambuco assinalava a importância da sua redução ²² .
			1715		Sertão	Sem missionário.
			ant. 1733		Riacho do Aguiar e Sertão do Piancó (c/ missionário capuchinho)	Foram para trasladados para o Riacho do Aguiar com a justificação de serem terras mais adequadas à sua subsistência – até porque os moradores se sentiam incomodados com os seus frequentes roubos nas suas culturas e gado ²³ . Posteriormente, voltaram a ser transferidos, desta vez para o Piancó. Uma vez ali chegados, não conseguiram adaptar-se e tiveram de voltar ao espaço que ocupavam anteriormente.
			1735		Riacho Seco (ainda sob o mesmo missionário Capuchinho), nas proximidades do sítio do Boqueirão (ribeira do Piancó)	Sucedem-se os conflitos com alguns moradores pela ocupação de terras com as suas roças. Recomenda-se que abandonem as terras do Riacho Seco e permaneçam no Boqueirão, onde estariam há mais tempo. Na verdade, a comunidade lutava pela sua subsistência num território que lhes tinha sido conquistado pelos colonos em meados do séc. XVII.
			1738		Baía da Traição	Aparentemente, além da presença de índios Potiguára, também ali se encontravam índios desta etnia. São, nesta altura, requisitados para trabalhar nas obras da Fortaleza, assim como nos engenhos dos senhores daquelas partes, encarregues sobretudo das lenhas. A sua administração é alvo de grandes disputas entre o missionário carmelita e o capitão-mor ²⁴ .
			1728 c. 1749 1761		Aldeia de Corema (missão Capuchinho), no Piancó	Na relação de 1728 refere-se terem por missionário um sacerdote secular (Hábito de S. Pedro). Situada na rib. ^a do Piancó, a 80 léguas da cidade da Paraíba.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Fagundes/ Jagundes	? «tapuias»	?	1715	PB	Sertão	Sem missionário. Viriam a ser integrados na Aldeia do Brejo.
			c. 1749 a 1761		Brejo (missão Capuchinha), Kariris	
Gueguê /Ohé Ohé	? «tapuias»	?	c. 1759	PE	Sertão do Ararobá	Andavam levantados, juntamente com os Pipipã, os Prakió, os «Mangueza» e os «Xocós». Foram forçados a integrar a aldeia oratoriana de N.ª Sr.ª das Montanhas, junto aos Xucurú.
Ikó/Icó/Icaó	? «tapuias» provável parentesco com os Janduí	?	1700	RGN	Sertão ²⁵ .	Recusaram-se a qualquer tratado de paz e por isso foram combatidos pelo Terço dos Paulistas, de quem eram aliados os Payakú. Procuraram refúgio nas aldeias de índios (de língua geral) e «tapuias manos» do norte do Ceará mas desapareceram pouco tempo depois, sem se conhecer ao certo o seu paradeiro ²⁶ . Terão, nestas circunstâncias, convivido com etnias «tapuias» integradas nas missões jesuítas daquela capitania?
			1715	PB	Sertão	Sem missionário. Viriam a ser aldeados na missão do Icó Pequeno, no Rio do Peixe, conforme se dá conta na relação de 1760.
			1728 c. 1749 1761		Aldeia do Icó Pequeno (s/ indicação de missionário), Rio do Peixe	Outra aldeia situada junto à rib.ª do Piancó, a c. de 20 léguas da cidade da Paraíba. Em 1728 teriam um clérigo do Hábito de S. Pedro mas a partir de 1749 não teriam missionário, muito provavelmente por falta de cõngrua. Muito provavelmente não conseguiu manter-se como missão de assistência fixa.
Icozinho	?	?	c. 1749 a 1761	CE	Miranda (missão Capuchinha), Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Irariú/Reriú/ Iretijú ²⁷	Grupo Janduí? «tapuias» ²⁸	? não são de Língua Geral Tupi ²⁹	c. 1692-1695	CE	nas cercanias da serra de Ibiapaba	Fora o P.e Ascênsio Gago ao seu encontro, tentando pacificá-los e aldeá-los. Possuíam, antes mesmo de 1695, pactos e alianças antigas com os seus rivais Tabajara. Conseguiu pacificar as relações entre estes, os Tabajara (índios de língua geral), os Anacé e os Acoânsu. A assistência espiritual dos jesuítas era, ainda, de carácter volante ou descontinuado.
			c. 1749 a 1760		Ibiapaba (missão Jes.), posterior Vila Viçosa Real	Poderá ser equivalente à etnia dos Ariú e dos Uriú, rivais dos Payakú.
Ixú/Ichus	? «tapuias»	?	c. 1749 a 1761	PE	Sr. St.º Cristo (missão Capuchinho Italiano), Freg.ª do Rodelas, Araripe	
Jaguariburos/Jaguaribaras	? Potiguára?	? Tupi?	1696	CE	Numa aldeia (c/ um clérigo do Hábito de S. Pedro) a cinco léguas da fortaleza do Ceará ³⁰	Ascendiam nessa missão até 630
Janduí/Janduim/«Sanduim» ³¹	Otxukayana (Tarariú)	Tronco Macro-jê?	1625	PB	Baía da Traição	Data em que os holandeses estabelecem uma aliança com aquela etnia, levando alguns dali para a Holanda ³² . Índios contrários aos Payakú.
			1688	RGN	Rib.ª do Açu, Paraíba	Uma etnia dada como das mais aguerridas e violentas na segunda metade de seiscentos. Oratorianos e capuchinhos franceses teriam tentado catequizá-los, mas sem sucesso ³³ .
			1689		Guajirú (missão Jes.)	Atacados pelo Capitão-mor Agostinho César de Andrade no lugar chamado «Caratan», vêm refugiar-se com os índios do Rancho do Silva nesta missão, a qual surge pela primeira vez nos Catálogos da Companhia em 1683..
			1707	?	Várias aldeias junto à costa (c/ missionário(s) Jes.)	“Indorum pagi Janduinorum” ³⁴

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Janduí/Janduim/«Sanduim»³⁵	Otxukayana (Tarariú)	Tronco Macro-jê?	1714 1719	RGN	Guajirú (missão Jes.), posterior Extremoz do Norte, a 3 léguas de Natal	Ali conviviam com os Caboré, seu sub-grupo. Por Junta de Missões, decide-se, em 1713, a extradição dos Janduí, Capela e Caboré (seus sub-grupos) para fora da jurisdição de Pernambuco, devendo ser enviados para o Rio de Janeiro ³⁶ . Semelhante disposição explicará o motivo pelo qual deixaremos de encontrar referências específicas a esta etnia nas capitânicas do governo de Pernambuco para além do primeiro quartel de setecentos.
			1725		Ribeira do Açú ³⁷	
			1695	RGN	Rib. ^a do Açú, Paraíba	Perseguidos pelo coronel Francisco Álvares Feitosa, que os pretendia reunir nas suas tropas – por isso ficou conhecido este episódio como «as sublevações dos Feitosas».
			c. 1725 e 1736	CE	Ribeira de Jaguaribe, onde chegaram a estar aldeados ant. 1736.	
			c. 1749-1761		Palma (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quicheremobim, termo da Vila dos Aquiraz	
Jenipapo-Açú	Payakú	Tronco Macro-jê?	1725	CE	Ribeira de Jaguaribe	Foram algo de «guerra justa» ³⁸ .
Jenipapo-Kanindé	Tribo da Serra Baturité, Etnia Payakú	Tronco Macro-jê?	1760	CE	Paiacú (missão Jes.), posterior Montemor-o-Novo	
Jucá/Iucá	? «Tapuias»	?	c. 1749 a 1761	CE	Telha (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quichelou, distrito da Vila do Icó	
Kanindé/ Canindé	Janduí? «tapuias»	?	1698	RGN	Oriundos do sertão, assistidos numa aldeia por um clérigo secular.	Terão tomado esta designação a partir do nome de um dos seus chefes. Uma vez aldeados longe do espaço original, a comunidade é fortemente acometida de epidemias ³⁹ . Com a chegada do Terço Paulista, terão sido mobilizados para os combates no Açú.
			1715	PB	Sertão	Sem missionário.
			1728 c. 1749 1761		Boa Vista (c/ carmelita descalço), Mamanguape	Junto a índios Sucurú/ Xucurú. Na relação de 1728 refere-se serem «gentio de corso» e terem por missionário um sacerdote secular (Hábito de S. Pedro). Era então conhecida como aldeia dos Socurús.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGUÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Kanindé/ Canindé	Janduí? «tapuias»	?	c. 1749-1761	CE	Palma (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quicheremobim, termo da Vila dos Aquiraz	
Kiriri/ Cariri	Kiriri(-kipéa)	Família Kiriri Tronco macro-jê	1625 1728 c. 1749 a 1761	PB	Aldeia dos Kareris (missão Capuchinha Italiana).	Conforme registo do século XVII, encontrava-se naquele período há 3 anos sem missionário. Será a mesma que, referida no século XVIII, se situava no Taipú/Paypú.
			1699		?	Existe uma demanda de índios desta etnia para incorporar as tropas Paulistas a fim de combaterem no Açú. Não chegaram, contudo, a ser enviados ⁴⁰ . Se na relação anterior a 1749 são referidos como «tapuias», a par dos Uruás naquela mesma missão, posteriormente não se fornece essa indicação (tapuia).
			1728 a 1761	PE	Gameleira (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro do Palmar), Vila de Alagoas, no distrito do Palmar	Em 1728 sob a designação de aldeia do Palmar
			1728		Aldeia do Colégio (miss. Jes.), a 94 léguas do Recife e a 7 léguas da vila do Penedo	Juntamente com índios de outras nações: Carapotiô, Aconã, Xocó e Prakió
			c. 1749 a 1761		S. Brás (c/ missionário), Vila do Penedo	Aqui referenciados já como caboclos de língua geral. S. Brás já existiria por volta de 1728, altura em que a Aldeia do colégio fora criada na mesma circunscrição de terras doadas ao colégio do Recife.
					N.ª Sr.ª da Conceição (missão Capuchinha), Freg.ª do Rodelas, Ilha do Pambú	
					S. Félix (missão Capuchinha Italiana), Freg.ª do Rodelas, Ilha do Cavalo	
					S. Francisco (missão Capuchinha Italiana), Ilha de Aracapé, Freg.ª de N.ª Sr.ª da Conceição do Rodelas	
					St. António (missão Capuchinha Italiana), Freg.ª do Rodelas, Ilha do Arapuá	
					N.ª Sr.ª da Piedade (missão Franc.), Freg.ª do Rodelas, Ilha do Inhanhum	Precisa-se, c. 1749, tratar-se de uma missão com Capuchinho Italiano.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Mangueza	? «tapuias»	?	c. 1759	PE	Sertão do Ararobá	Andavam levantados, juntamente com os Pipipã, os Prakió, os Guêguê e os «Xocós». Foram forçados a integrar a aldeia oratoriana de N.ª Sr.ª das Montanhas, junto aos Xucurú.
Mataraoã	? «tapuia»	?	ant. 1752	PB	Imediações do Rio de S. Francisco e de terras que eram pertença do mosteiro beneditino da Paraíba	A sua presença é aqui atestada pelos ataques perpetrados a uma missão capuchinha no primeiro local ⁴¹ , tendo os seus índios aldeados vindo refugiar-se no sertão do Cariri, no sítio do Genipapo, também conhecido como Aldeia Velha (Taypú).
Meriquitos			1592	PE	Escada (missão Jes.), 10 a 12 léguas de Olinda	
Panati	? «gentio»	?	1715	PB	Sertão	Sem missionário.
			1725	RGN	Ribeiras das Piranhas e Piancó	
			1728 c. 1749 1761	PB	Aldeia do Panaty ou “aldeia da Caza Forte” (missão Carmelita descalça), sertão do Piancó, a c. de 110 léguas da cidade da Paraíba	Era assistida em 1728 por um clérigo do Hábito de S. Pedro. No início da década de 1750, devido às incursões que faziam às propriedades dos colonos daquele sertão, são transferidos com o seu missionários para habitarem o sertão do «Paiahu» e depois o de Piranhas. Sem condições no primeiro lugar e com a resistência dos moradores no segundo, tornaram a esta missão em 1753.
Panicuguassú	? Janduf?	?	1710	RGN	Região do Açu. Fixados, posteriormente, num arraial, com provável localização na Ribeira do Açu.	O Terço dos Paulistas procuraram por diversas vezes estabelecer uma aliança com esta etnia numerosa, radicada no sertão ⁴² . Foram, contudo, atacados por índios aldeados Payaku, movidos pelos interesses de alguns tropas em cativar as ameríndias e os seus filhos
Paraquió/ Prakió	? «tapuias»	? A mesma que os Pipipã	1728	PE	Aldeia do Colégio (miss. Jes.), a 94 léguas do Recife e a 7 léguas da vila do Penedo	Juntamente com índios de outras nações: Kiriri, Aconã, Xocó e Carapotió
			1728 c. 1749 1761		Macaco (c/ missionário), Freg.ª do Ararobá	Em 1728 a aldeia era apenas designada por este grupo étnico, que rondava os 40 casais. Por volta de 1749, ascendiam a 182 pessoas.

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Paraquió/ Prakió	? «tapuias»	? A mesma que os Pipipã	c. 1759	PE	Sertão do Ararobá	Andavam levantados, juntamente com os Pipipã, tendo estabelecido alianças ainda com outros grupos indígenas, nomeadamente os «Mangueza», os «Guegué» e os «Xocós». Foram forçados a integrar a aldeia oratoriana de N.ª Sr.ª das Montanhas, junto aos Xucurú.
Payakú⁴³	Payakú «tapuias»	Tronco Macro-jê ⁴⁴	1695	RGN?	Lagoa do Apodi, no Açu	Fugidos do Ceará, ali se reuniram ⁴⁵ . Ter-se-iam mantido ali pacificados por um período de cerca de cinco anos. Os portugueses, contudo, procuraram combatê-los, movendo contra eles os Janduí.
			1700	PE	Jenipapu (missão Orat.)	
				PB	Em território de jurisdição da Parafba, mais tarde incluídos no Arraial do Açu, do Terço dos Paulistas ⁴⁶ .	Uniram-se aos Paulistas na luta contra os Icó. Anadavam levantados na Rib.ª do Moxoró. Procurara-se que voltassem à aldeia missionada no Jaguaribe pelo P.º João da Costa. Nesta altura, vários grupos desta etnia andavam dispersos por uma vasta área, Itamaracã a Pernambuco (c. de 160 léguas) ⁴⁷ .
			1701	PE, IT	várias comunidades dispersas	De acordo com o testemunho do ouvidor-geral da Parafba.
				CE	N.ª Sr.ª da Encarnação (missão Jes.), Cabeceiras de Jaguaribe (Jaguaripe).	Era seu missionário o P.º João da Costa. Tratava-se de uma missão nova, à semelhança da existente na Lagoa do Podi.
			1704	PE	Missão do Araré	Em 1706 já se achava extinta, tendo aqueles índios sido transferidos para outra aldeia.
			1701, 1720	RGN	S. João Baptista (Itambé? Missão Jes.), Ribeira do Apodi ⁴⁸	Seria este o aldeamento, junto à Lagoa do Podi, em que estavam a quando da vinda do Terço dos Paulistas em 1700 ⁴⁹ ?
			c. 1749 a 1760		Guajirú (missão Jes.), posterior Extremoz do Norte, a 3 léguas de Natal	As etnias Payakú e Janduí eram inimigas.
			c. 1749 a 1761		Apody (missão c/ carmelita descalço)	Referidos como «Payaçus».

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Pega	?	?	1715	PB	Sertão	Sem missionário. Mais tarde seriam talvez aldeados na missão do Pega, como ainda consta para o ano de 1760.
			1720		No lugar do Brejo, agregados ao Capitão-mor Teodósio de Oliveira	Índios feitos prisioneiros na guerra contra os gentios, não querendo aquele capitão entregá-los aos moradores do Rio Grande ⁵⁰ .
			1725	RGN	Ribeiras das Piranhas e Piancó	
			c. 1749 a 1761	PB	Aldeia do Pega (s/ indicação de mission.), Piranhas	Cerca de 1749 achava-se desprovida de missionário.
Pipipã/ Pipãens	? «tapuias»	? A mesma que os Prakió	c. 1759	PE	Sertão do Ararobá	Andavam levantados, juntamente com os Prakió, tendo estabelecido alianças ainda com outros grupos indígenas, nomeadamente os «Mangueza», os «Guegué» e os «Xocós». Foram forçados a integrar a aldeia oratoriana de N.ª Sr.ª das Montanhas, junto aos Xucurú. Os agitadores foram compelidos a trabalhos forçados.
Porcás			c. 1749 a 1761	PE	N.ª Sr.ª do Ó (missão Franc.), Freg.ª do Rodelas, Ilha do Sorobabel (Surubabel)	Ali conviviam com os Brancaranú.
					N.ª Sr.ª de Belém (missão Capuchinha), Freg.ª do Rodelas, Ilha de Axará	
					Beato Serafim (missão Capuchinha), Freg.ª do Rodelas, Ilha da Vargea	
Potiguára	Tupi (índios de língua geral)	Tupi-Guarani – Potiguára (subgrupo III)	1561	PE	S. Francisco (missão Jes.), a 3 léguas de Olinda	
			1589		S. Miguel (missão Es.) a 7 léguas de Olinda	
			1592 a 1614		Escada (missão Jes.), 10 a 12 léguas de Olinda	
			1592 a 1610		Gueena ou Goiana (missão Jes.), a c. 6 léguas de Olinda	
			1621	?	S. Miguel e Tabuçurama (missão Jes., mais tarde S. Miguel de Muçuf), a 7 léguas de Olinda e 2 léguas de Igarassu	
			1716 a 1733	CE	Paranamirim (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), também conhecida por Aldeia Nova de Pitaguarí	O nome Pitaguarí derivava do nome desta etnia. Após esta data, são reunidos na missão jesuíta de Paupina, ficando este espaço devoluto já em 1744 ⁵¹ .

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGUÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Potiguára	Tupi (índios de língua geral)	Tupi-Guarani – Potiguára (subgrupo III)	1760	CE	Paupina (missão Jes.), posterior Messejana	Em 1749 indica a existência apenas de índios de língua geral.
Projé/Progê/ Projez	?	?	c. 1749 a 1761	PE	S. Brás (c/ missionário), Vila do Penedo	Na relação anterior a 1749, surgem como caboclos de língua geral.
Quixeló	? «tapuias»	?	1728	CE	[aldeia dos Quixereus], rib. ^a de Jaguaribe, a 150 léguas de Fortaleza	O Bispo mandara que se juntassem aos índios Quixeritú daquela missão.
			c. 1749 a 1761		Telha (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quichelou, distrito da Vila do Icó	
Quicheriú/ Quichiriu	? «tapuias»	?	1728		[aldeia dos Quixereus], rib. ^a de Jaguaribe, a 150 léguas de Fortaleza	A estes se juntaram os índios Quixeló.
			c. 1749, 1761		Telha (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Ribeira do Quichelou, distrito da Vila do Icó	
					Miranda (missão Capuchinha), Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	
Tabajara/ Tobajara ⁵²	Tupi	família Tupi dialecto/língua Tabajara ⁵³	1592	PE	Escada (missão Jes.), 10 a 12 léguas de Olinda	
			ant. 1658, 1708, 1749 a 1760	CE	Ibiapaba (missão Jes.), posterior Vila Viçosa Real	Grupo procedente da Bahia, tendo-se repartido pelo rio S. Francisco acima, dominando até meados do século XVII as serras do Rariguaçu ⁵⁴ . Naquela serra havia 3 grupos desta etnia ao tempo de Vieira. Em 1708, refere-se que em Ibiapaba, além deste povo, havia apenas os «Acoansûs». Só posteriormente se terão reunido os índios Reriú.
Tamaquiú/ Tamaqui	? «tapuias»	?	c. 1749 a 1761	PE	N. ^a Sr. ^a dos Remédios (missão Franc.), Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Pontal	
Tremembé	Etnia Acaracú/Acaraú ou Tremembé «tapuias»	?	c. 1749 a 1761	CE	Tramambés/Tremembés (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), à beira do mar, distrito da Ribeira do Acaracú/Acaraú	Corresponderão aos índios Acaracú, assim designados pela sua localização geográfica

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO-CULTURAL	FILIAÇÃO LINGÜÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL/NOME DA MISSÃO	
Uriú	? «tapuia»	?	1700	RGN	Sertão ⁵⁵	Intentam uma aliança com os Payakú a fim de enfrentarem o Terço dos Paulistas. Os Payakú preferem manter a aliança com os portugueses e voltam-se contra este grupo. Serão do mesmo grupo étnico que os Ariú e os Irariú/Reriú, opostos aos Janduí.
Uruaé/ Uruá	?	?	c. 1749 a 1761	PE	Gameleira (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro, capelão do Palmar), Vila de Alagoas, no distrito do Palmar	Tidos como «tapuias» na relação anterior a 1749.
Xocó/ Socó/Chocó	?	Língua isolada? ⁵⁶	1728	PE	Aldeia do Colégio (miss. Jes.), a 94 léguas do Recife e a 7 léguas da vila do Penedo	Juntamente com índios de outras nações: Kiriri, Aconã, Carapotió e Prakió
			c. 1749 a 1761		Pão de Açúcar (c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), Vila do Penedo	Apontados como índios de língua geral antes de 1749.
Xucurú/Sucurú/ Socurú⁵⁷	«tapuias»	Língua isolada? ⁵⁸	1625	PB	Aldeados (c/ clérigo provido pelo cabido).	
			1725	PB-PE	Fuga das aldeias da Paraíba para Pernambuco, constituindo-se uma aldeia na fronteira, a 50 léguas de Goiana.	O governador dos índios, Antônio Domingos Camarão, filho de Sebastião Pinheiro Camarão, foi no seu encalço, acabando por sitiar esta aldeia.
			1728 c. 1749	PE	Ararobá (c/ missão Oratoriana), na freg. ^a do mesmo nome	Seria esta a aldeia formada na fronteira, a 80 léguas do Recife. Em 1728 tinha 150 casais de índios. Em 1749 ascendiam a 642 indivíduos. Ainda hoje permanecem nesta região.
			1760 a 1761		N. Sr. ^a das Montanhas (missão Orat.), Freg. ^a do Ararobá	
			1728 c. 1749 1761	PB	Boa Vista (c/ carmelita descalço), Mamanguape	Em 1728 é simplesmente denominada por aldeia dos Socurús, situando-se a 30 léguas da cidade da Paraíba. Até aquela data, nunca tinham tido missionário e eram «gentio de corso». Na relação daquele ano refere-se terem por missionário um sacerdote secular (Hábito de S. Pedro).

GRUPO INDÍGENA	FILIAÇÃO ÉTNICO- CULTURAL	FILIAÇÃO LINGUÍSTICA	REFERÊNCIAS TEMPORAIS E LOCALIZAÇÃO ESPACIAL			OBS.
			DATA	CAPITANIA	LOCAL	
«tapuias»	?	?	1607, 1615 a 1619 ⁵⁹	CE/MA	Missão (jes.) do Rio Maranhão ⁶⁰ , nas imediações da serra de Ibiapaba e do rio Maranhão	Teve por alvo a «gentilidade», abrangendo várias aldeias de «tapuias» daquele sertão, vindo-se a juntar aí alguns do Açú ⁶²
			1631, 1641	MA	Residência do Maranhão (missão Jes.)	
			1662 a 1692	CE	Várias missões jesuítas no Ceará ⁶¹ , a c. de 10 léguas de Fortaleza	
	etnias Janduí: Caboré Capela	?	1728	RGN	Guajirú (missão jes.), a 4 légua de Natal	Embora em minoria (40 casais), foram agregados a esta missão onde predominavam os índios de língua geral (137 casais). Seriam, na verdade, índios Caboré, aqui acolhidos e protegidos face aos capitães, mestres-de-campo e moradores. Há igualmente a possibilidade de serem índios Capela. Estas etnias, a par da nação Janduí, são referidas nas relações de 1714 e 1719.
	Payakú?	?		RGN	Podi (missão c/ clérigo do Hábito de S. Pedro), distrito do curado da rib. ^a do Açú, a 80 léguas da cidade de Natal	Seria a aldeia de S. João Baptista (Itambé?), perto da rib. ^a do Apodi, antiga missão jesuíta até por volta de 1720? A ser verdade, seriam índios Payakú.
	?	?	1728	PE	Limoeiro	As relações posteriores já dão conta de índios somente de língua geral. Há a possibilidade de índios «tapuias» passarem a ter esse estatuto pela permanência naquela missão ou por algum afinidade étnica com o Tupi.
	?	?			Pajaú/ Missão Nova de S. Francisco do Brejo (inicialmente sem missionário, mais tarde com religiosos Franciscano), rib. ^a do Pajaú/Piancó, freg. ^a do Rodelas	Com várias nações de índios (cf. Relações de 1749 a 1761). Em 1728, ainda com a designação de aldeia do Pajaú, indica-se possuir 40 casais de tapuias.
	?	?			Barra do Traipu (clérigo do Hábito de S. Pedro), freg. ^a da vila do Penedo, Alagoas (junto ao rio com o mesmo nome, região do Baixo São Francisco)	Com 30 casais de tapuias

**B. REAL COLÉGIO DE OLINDA,
JESUÍTAS E MISSÕES**

Anexo 2 : **Real Colégio de Olinda/ actual Seminário de Olinda** (Agosto de 2010)



Fachada da igreja e do colégio

“O edificio é velho, mal acomodado, a igreja pequena”⁶³.(Fernão Cardim, 1584)



Pátio interior do colégio, com poço ao centro

“À tarde fomos merendar à horta, que tem muito grande, e dentro nela um jardim fechado com muitas ervas cheirosas [...]. Também tem um poço, fonte e tanque, ainda que não é necessário para as laranjeiras, porque o céu as rega: o jardim é o melhor e mais alegre que vi no Brasil [...].”⁶⁴(Fernão Cardim, 1584)



Corredor no 1º piso, com as antigas celas dos jesuítas



**Pia para lavar as mãos em mármore na Sacristia da Igreja,
com as insígnias da Companhia de Jesus.**



Pormenor de uma das alas da igreja de N.^a Sr.^a da Graça, com imagens de dois santos jesuítas e fundadores da Companhia de Jesus: S. Francisco Xavier e St.^o Inácio de Loyola.



Quadro representando um jesuíta (Século XVII/XVIII?)
Actualmente, crê-se no Seminário tratar-se do P.^e António Vieira.

Anexo 3: Reitores do Colégio de Olinda

1568-1603

Datas	Reitores
1568-1572	P. ^o Rodrigues de Freitas
1572-1574	P. ^o Amaro Gonçalves
1574-1576	P. ^o Melchior Cordeiro
1576⁶⁵	P. ^o Gregório Serrão
1576⁶⁶	P. ^o Agostinho del Castilho
1577-1589	P. ^o Luís da Grã
1589-1592	P. ^o Pedro Toledo
1592-1594	P. ^o Henrique Gomes
?⁶⁷	P. ^o Vicente Gonçalves
1598-1603	P. ^o Pedro de Toledo

Fonte: BELO, Albertina, *A Arquitectura do Colégio Jesuíta de Olinda dos séculos XVI e XVII*, vol. 3, [Tese de Mestrado em História de Arte], Lisboa, Universidade Lusíada, 1997, Quadro 7.

sécs. XVII e XVIII

Nomeação	Nome	Nomeação	Nome
1606	P. ^o Simão Pinheiro	1701	P. ^o Manuel Saraiva
1607	P. ^o Henrique Gomes ⁶⁸	1702	P. ^o Luís de Sousa
1610	P. ^o Simão Pinheiro (2 ^a vez)	1705	P. ^o António da Silva
1613	P. ^o Luís Figueira	1708	P. ^o Paulo Carneiro
1617	P. ^o Marcos da Costa	1713	P. ^o Francisco Camelo ⁶⁹
1622(?)⁷⁰	P. ^o Francisco Fernandes	1713	P. ^o Pedro Pinto
1623	P. ^o Manuel do Couto	1715	P. ^o José Bernardino
1627	P. ^o Domingos Ferreira	1716	P. ^o João Guedes
1630	P. ^o Leonardo Mercúrio ⁷¹	1719	P. ^o Luís de Morim
1632	P. ^o Manuel Fernandes ⁷²	1723	P. ^o António de Matos
1635	P. ^o Francisco Ferreira ⁷³	1727	P. ^o Miguel da Costa
1654	P. ^o Francisco de Avelar ⁷⁴	1730	P. ^o Plácido Nunes
1659	P. ^o Matias Gonçalves	1733	P. ^o Manuel de Seixas
1660	P. ^o Sebastião Vaz	1737	P. ^o Sebastião Nunes
1662	P. ^o João Luís	1741	P. ^o Manuel de Almeida
1663	P. ^o Francisco Pais	1741	P. ^o Tomás Lynch
1665	P. ^o João Pereira	1746	P. ^o João Honorato
1667	P. ^o António Ferreira	1748	P. ^o Melchior Mendes
1670	P. ^o Luís de Sequeira	1752	P. ^o Inácio Pestana
1677	P. ^o Cristóvão Colaço ⁷⁵	1755	P. ^o Inácio de Sousa ⁷⁶
1678	P. ^o António Pinheiro		
1679	P. ^o António de Oliveira ⁷⁷		
1681	P. ^o João de Barros ⁷⁸		
1683	P. ^o Pedro Dias		
1690	P. ^o Afonso Martins ⁷⁹		
1691	P. ^o Manuel Correia		
1694	P. ^o Filipe Coelho		
1698	P. ^o Estanislau de Campos ⁸⁰		

Fonte: LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 428-459.

Anexo 4: Bens imóveis pertencentes ao Colégio de Olinda

Fonte: “Livro dos bens Livres e de [Emcargos] [perten]centes aos collegios de Olinda, Recife, Paraíba, e Ciara que por ordem de S. Magestade [Fidelissima] de 23 de Agosto de 1759 e confirmada [...] de Outubro de 1761, se confiscarão aos Padres denominados Jesuítas; no qual se declarão os Livres, que por ordem do mesmo Señor se puzerão em Prassa; os da Coroa, e de Emcargos que se estabalecerão [sic] por renda, e finalmente todo o nescessario para por elle se tomar conta ao Procurador; a fim de se fazer carregar [em] Receita ao Thezoiroiro correspondente as parcellas cobradas, evitando-se o descaminho”, 1765. IGHP.

Propriedade	Local	Estado
Fazenda	Santa Maria Madalena	venda em hasta pública a 28.08.1763
Terras	«Cursay, Cutumguba e Alagoas»	venda em hasta pública a 7.06.1763
Fazendas de gado ⁸¹	«Cariris de Fora, Poço do Carará, Carará Batalhão [?], Olho de Água, Barra do Mucuitu, Mucuitú e Sapos»	venda em hasta pública a 28.07.1763 ⁸²
Fazendas de gado ⁸³	Oytizel[...] Ceará e Curral de Baixo	arrematação por renda a 1.06.1760
Engenho ⁸⁴	Monjope	arrematação por renda a 14.11.1764
Sítio ⁸⁵	Rio Doce, com pesqueiras e foros	arrematação por renda em Março de 1765
Sítio ⁸⁶	Pau Amarelo, e suas pesqueiras	arrematação por renda a 16.01.1765
Morada de casas	Rua do Vigário, [Olinda]	arrematação por renda a 20.01.1762
Morada de casas	Rua de Santa Rita, [Olinda]	arrematação por renda a 1.03.1759
Morada de casas	Rua do Colégio, Olinda	s/ morador
Morada de casas	Rua do Colégio, Olinda	s/ morador
Morada de casas	Rua do Colégio, Olinda	arrematação por renda a 15.02.1760 ⁸⁷
Morada de casas	junto à Sé	arrematação por renda [ant. 1764]
Morada de casas	junto à Sé	arrematação por renda [ant. 1763]
Morada de casas	Rua Nova, [Olinda]	arrematação por renda [ant. 1763]
Morada de casas	Rua Nova, [Olinda]	arrematação por renda [ant. 1766]
Morada de casas	Rua Nova, [Olinda]	fechadas
Morada de casas	Rua do Amparo, [Olinda]	venda em hasta pública a 22.09.1764
Morada de casas	Rua dos Quatro Cantos, [Olinda]	arrematação por renda [ant. 1764]
Morada de casas	Rua dos Quatro Cantos, [Olinda]	arrematação por renda [ant. 1764]
Morada de casas	Rua de Luís Ferreira	arrematação por renda [ant. 1763]
Morada de casas	junto ao Varadouro	venda em hasta pública a 8.02.1764
Morada de casas	Rua do Coxo	fechadas
Morada de casas	Rua do Coxo	arrematação por renda [ant. 1763]
Morada de casas	Rua de Luís Ferreira	pago por foro [ant. 1762] ⁸⁸
Morada de casas	Rua de Luís Ferreira	pago por foro [ant. 1764] ⁸⁹
Morada de casas	Rua de Luís Ferreira	pago por foro [ant. 1762]
Morada de casas	Rua de Luís Ferreira	pago por foro [ant. 1761]
Morada de casas	Rua do Coxo	pago por foro [ant. 1765]
Morada de casas	Rua do Coxo	pago por foro [ant. 1764]
Morada de casas	Rua dos Quatro Cantos	pago por foro [ant. 1760]
Morada de casas	Rua do Amparo	pago por foro [ant. 1757]
dois chãos	junto à Misericórdia	desocupados
dois chãos	Rua dos Quatro Cantos	desocupados
Olaria	chamada “do Ramos” ⁹⁰	arrematação por renda a 27.07.1765
Terras	ao fundo do colégio de Olinda	arrematação por renda a 16.02.1765

“Inventário Geral das propriedades da 1.ª, 2.ª e 3.ª classe dos bens confiscados aos denominados Jesuítas”

ANTT, Capitánias do Brasil, 632

1ª classe – bens móveis (que não fossem de imediato serviço das igrejas), fundos das terras, casas aludiais, etc.)

2ª classe – côngruas e bens doados pela Coroa

3ª classe – rendas e bens doados por particulares

Colégio de Olinda

1ª CLASSE		
Propriedade	Local	Estado
Casas térreas	Rua de St.ª Rita, Recife	Despejadas
Casas térreas	Rua do Colégio de Olinda	despejadas
Casas térreas	Rua do Colégio de Olinda	despejadas
Casas térreas	Rua do Colégio de Olinda	despejadas
Casas de sobrado	Junto à Sé de Olinda	despejadas
Casas térreas	Rua Nova, Olinda	Despejadas
Casas térreas	Rua do Coxo, Olinda	despejadas
Dois chãos	Junto à Misericórdia de Olinda	desocupados
Dois chãos	Rua dos Quatro Cantos, Olinda	Desocupados
Sítio e suas pesqueiras	Pau Amarelo	Arrendado em 8.08.1768
Casas térreas	Rua da Sé, Olinda	Arrendadas a 17.12.1766
Casas térreas	Rua Nova, Olinda	Arrendadas a 19.09.1768
Casas térreas	Rua dos Quatro Cantos, Olinda	Arrendadas a 14.07.1768
Casas térreas	Rua do Coxo, Olinda	Arrendadas a 31.05.1768
Chãos em que têm casas os Religiosos do Carmo de Olinda	Rua de Luís Ferreira, Olinda	Pagam anualmente foro
Chãos em que têm casas a Irmandade de St.ª Ana da Igreja da Conceição dos Militares do Recife	Rua de Luís Ferreira, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas António José da Silveira	Rua de Luís Ferreira, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas Francisco Xavier da Costa	Rua de Luís Ferreira, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas R.º António Gonçalves Torres	Rua do Coxo, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas Antónia Maria, viúva de Cristóvão Correia da Silva	Rua do Coxo, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas Manuel Barbosa da Silva	Rua de Luís Ferreira, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas Francisco Xavier Gaio	Rua dos Quatro Cantos, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas	Rua de Luís Ferreira, Olinda	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas	Rua do Amparo, Olinda	Paga anualmente foro

2ª CLASSE		
Tipo de mercê	Entidade doadora	Data
Ordinária de 800e de açúcar fino e 100e de mascavado	Cardeal D. Henrique	4.04.1559 [sic] Consignada no contrato dos Dízimos Reais
Olaria nas terras da fundação do colégio		24.04.1559 [sic]

3ª CLASSE				
Propriedade	Nome/Local	Entidade doadora	Encargo	Estado
Olaria com terras foreiras	do Ramos, Olinda	Por testamento de Domingos Ramos Dinis	Uma capela na igreja de N.ª Sr.ª do Monte e missas por sua alma e de sua mulher	devoluta
Chãos de um sítio	Nas terras da Olaria do Ramos	_____	_____	Pago por foro (em 9 parcelas distintas ⁹¹)
Chãos de uma morada de casas de palha	Nas terras da Olaria do Ramos	_____	_____	Pago por foro
Pensão de 60e de açúcar	Engenho do Monteiro	Por testamento de João de Sousa Bezerra	Ornato da capela de N.ª Sr.ª das Angústias na igreja do Colégio de Olinda	Administram os herdeiros do R.º José Camilo Pessoa
Pensão de 60e de açúcar	Engenho Novo de Goiana	Por instituição de Manuel Vidal de Negreiros e Matias Vidal de Negreiros ⁹²	Jubileu de 40 horas na igreja do Colégio de Olinda	_____
Juro do capital de 200\$000rs	Engenho de Apepucos	Por instituição de Luís de Mendonça Cabral ⁹³	Ornato da capela de St.ª Ana do Colégio de Olinda	É seu senhorio Pedro Velho Barreto
Juro do capital de 760\$000rs	Engenho de Maciápe do P.º João do Rego Barros	Por testamento de D. Maria da Silveira	Ornato da capela de St.ª Ana do Colégio de Olinda	_____
Metade de duas casas térreas	Rua de S. Pedro, Olinda	Por testamento do P.º Félix de Oliveira Raimundo	5 missas anuais pelas almas ⁹⁴	Arrendadas a Alexandre Barros, tenente do regimento de Olinda

Casa da Paraíba

1ª CLASSE		
Propriedade	Local	Estado
Casas térreas	Rua da Praia, Recife	Despejadas
Sítio ou terras	Boqueirão	Despejadas
Casas térreas	Rua de S. Gonçalo, Paraíba	Despejadas
Um pouco de pau de jacarandá	Cidade da Paraíba	Rematado em 8.08.1767
Fazenda de gado vacum e cavalari ⁹⁵	Mamanguape	Arrendada a 12 de Junho de 1764
Chãos em que tem casas o P. ^c Manuel Pereira de Carvalho	Rua de S. Gonçalo, Paraíba	Paga anualmente foro
Chãos em que tem casas Dionísio Pereira	Rua de S. Gonçalo, Paraíba	Paga anualmente foro

2ª CLASSE		
Tipo de mercê	Entidade doadora	Data
Pensão aplicada ao ornato de S. Francisco Xavier do dito colégio da Paraíba	D. João V	8.08.1730
Côngrua aplicada ao seminário	D. José I	Alvará de 4.03.1760 [sic]

3ª CLASSE				
Propriedade	Nome/Local	Entidade doadora	Encargo	Estado
Morada de casas térreas	Rua da Praia, Recife	Por testamento do P. ^c Tomé Gomes no ano de 1743	Ornar o altar de S. Francisco Xavier	Ali mora António da Fonseca
Seminário	Junto ao “colégio” da Paraíba	Estabelecido em 8.07.1748 por Manuel da Cruz Lima e sua mulher Luísa do Espírito Santo e por ordem régia de 12.01.1750	Atribuição de 12000\$000rs para: conservar mestres de Filosofia, Latinidade e Escola (de ler e escrever); ornar, fazer obras na igreja e para celebrar a festividade do Santíssimo Jesus; e dar esmola.	Dinheiro investido na compra de propriedades ⁹⁶ , em empréstimo a juros ⁹⁷ e algum mantido no cofre.

Hospício do Ceará

1ª CLASSE			Gado cavalari	Escravos	Escravas	Bois	Gado vacum
Propriedade	Local	Estado					
Sítio ou terras	Contíguas ao dito Hospício	devolutas	—	14	11	30	35

Hospício da Vila do Penedo⁹⁸

1ª CLASSE		Gado cavalar	Escravos	Escravas	Bois	Gado vacum
Propriedade	Nome/local					
Fazenda de gado	Maracujá	1	2	1	4	68
Fazenda de gado	Urubú Mirim	87	22	42	22	270
Fazenda de gado	Flamengo	3	6	5	22	208
Fazenda de gado	Do Tibiri	7	4	3	7	144
Fazenda de gado	S. Pirino	3	2	—	20	240
Fazenda de gado	“uma dita do mesmo nome” [S. Pirino]	3	2	—	11	164

Todas eram administradas nesta altura pelo ouvidor de Alagoas, que deu conta do seu rendimento a 17 de Junho de 1767.

Vila Viçosa Real⁹⁹

3ª CLASSE							
Propriedade	Nome/local	Cabeças de gado					
		vacum	Bois e gado miúdo	éguas	cavalos	cabras	Chibarro
Fazenda	Da Imbueira	2359	1050	149	51	123	67
Fazenda	Da Pitanga						
Fazenda	Da Missão						

Estas três fazendas eram administradas pelo Director daquela vila, ainda ao tempo Diogo Rodrigues Correia, o qual deu conta do seu rendimento até 30 de Dezembro de 1768, segundo este registo.

Anexo 5: Expedições de missionários jesuítas para a América Portuguesa (sécs. XVI a XVIII)

FONTES: LOPES, António, s.j., *A Primeiríssima Casa da Companhia de Jesus no Mundo e a Expansão Missionária de Portugal*, [col. Biblioteca Evangelização e Culturas], [s.l.], Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 séculos, 1994, pp. 33-64.

Apêndice J - “Catálogo das Expedições Missionárias de Lisboa para o Brasil” [1549-1604], in LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 1 – Século XVI: o estabelecimento, Lisboa - Rio de Janeiro, Liv. Portugália - Civilização Brasileira, 1938, pp. 560-572. Relativamente ao Maranhão: Apêndice A – “Catálogo das Expedições Missionárias para o Maranhão e Grão-Pará” [1607-1756], in LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 4, pp. 333-359.

Expedições do século XVI rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nome	Nacionalidade	Observações
01.02.1549 ¹⁰⁰	Brasil	6	P.º Manuel da Nóbrega – PO P.º António Pires – PO P.º Leonardo Nunes – PO P.º João de Azpilcueta Navarro – Navarro Ir. Vicente Rodrigues – PO Ir. Diogo Jácome – PO	5 portugueses e 1 navarro, entre os quais o P.º Manuel da Nóbrega.	Integrados na expedição do governador Tomé de Sousa.
07.01.1550	Brasil	4	P.º Afonso Brás – PO P.º Francisco Pires – PO P.º Manuel Paiva – PO P.º Salvador Rodrigues – PO	4 missionários e 7 jovens do colégio dos Meninos Órfãos.	Viajaram no Galeão Velho, sob o comando de Simão da Gama.
08.05.1553 ¹⁰¹	Brasil	7	P.º Luís da Grã – PO P.º Brás Lourenço – PO P.º Ambrósio Pires – PO Ir. José de Anchieta – Canarino Ir. João Gonçalves – PO Ir. António Blasques – Castelhana Ir. Gregório Serrão – PO	5 portugueses, 1 castelhano e 1 canarino, um dos quais Luís da Grã ¹⁰² .	Na armada do 2º governador do Brasil, D. Duarte da Costa. Perseveraram todos, excepto Ambrósio Pires.
19.09.1559 ¹⁰³	Brasil	7	P.º João de Melo – PO P.º João Dício – Belga Ir. José – PO Ir. Pedro de Castro – PO Ir. Rui Pereira – PO Ir. Vicente Mestre – PO Ir. Jorge Rodrigues – PO	6 portugueses e 1 belga.	Na companhia de D. Pedro Leitão, 2º Bispo do Brasil. O Ir. José, língua, faleceu em 1571 e o P. Dício voltou para a Europa.
20.04.1560 ¹⁰⁴	Brasil	2	Ir. António Gonçalves – PO Ir. Luís Rodrigues – PO	2 portugueses estudantes.	Dificuldade em enviar padres.

Expedições do século XVI rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nome	Nacionalidade	Observações
?11.1561	Brasil	2	P.º Francisco Viegas – PO Ir. Scipião Comitoli – IT	1 português e 1 italiano	Vão com Lucas Giraldes, na nau capitânia. Ambos foram despedidos ¹⁰⁵ .
15.02.1563 ¹⁰⁶	Brasil	4	P.º Quirício Caxa – ES Ir. Baltazar Álvares – ES Ir. Sebastião Pina – PO Ir. Luís Carvalho – PO	2 espanhóis e 2 portugueses - 1 sacerdote, 2 coadjutores e 1 estudante.	Viajaram na nau capitânia.
12.05.1566 ¹⁰⁷	Brasil	8	P.º Inácio de Azevedo – PO P.º Amaro Gonçalves - PO P.º António da Rocha – PO P.º Baltazar Fernandes – PO Ir. Pedro Dias (est.) – PO Ir. Estêvão Fernandes – PO Domingos Gonçalves – PO António de Andrade - PO	8 portugueses - 4 sacerdotes, 2 coadjutores, e 2 para ingressar na Companhia.	Luís da Grã viera inclusivamente ao Reino a fim de alarmar os Superiores para a dimensão daquela colónia. Inácio de Azevedo segue na qualidade de Visitador Geral para se informar do estado das missões.
1566	Brasil	2	P.º Miguel do Rego – PO P.º António Aranda – PO	2 portugueses, sacerdotes.	
08 ou 09.11.1569	Brasil	3	P.º Luís da Fonseca – PO Francisco Leitão – PO Francisco Gonçalves – PO	3 portugueses.	
05.06.1570	Brasil	73 ¹⁰⁸	P.º Afonso Gonçalves - PO ¹⁰⁹ Belchior Cordeiro - PO ¹¹⁰ Baltasar de Almeida – PO Bastião Afonso – PO Bastião Álvares – PO António Leão – PO João de Oliveira (nov.) – PO Diogo Pinto (nov.) – PO P.º Jerónimo Serra – PO João Martins - IT ¹¹¹ António Lopes - ES ¹¹² Afonso de Valderas – ES	73 jesuítas ¹¹³ De entre os 40 mártires, 32 eram portugueses e 8 espanhóis (Aragão e Toledo).	39 foram martirizados com o P.º Inácio de Azevedo e 12, no ano seguinte, com o P.º Pedro Dias.
Fins de Maio de 1570	Brasil	3	P.º Afonso Gonçalves – PO João Martins – PO 1 noviço – de Valência	3 portugueses.	
28.01.1572 ¹¹⁴	Brasil	13	P.º Inácio Tolosa (Provincial) – ES P.º Cristóvão Ferrão – PO P.º Melchior Cordeiro – PO	12 portugueses e 1 espanhol – 6 sacerdotes e 7 estudantes ¹¹⁵ .	Integrados numa armada de 27 naus, capitaneada pelo futuro Governador do Rio de Janeiro, Cristóvão de Barros.

			P. ° Gonçalo Leite – PO P. ° Martim da Rocha – PO P. ° António Ferreira – PO Manuel de Castro – PO Domingos Ferreira – PO Pedro Novais – PO Sebastião Gonçalves – PO António da Cruz – PO Gonçalo Luís – PO Agostinho de Matos - PO		
02.05.1574 ¹¹⁶	Brasil	5	P. ° Luís Mesquita – PO P. ° Manuel Dias – PO P. ° João Saloni – Catalão P. ° Diogo Mendes – PO P. ° Francisco Lopes – ES	3 portugueses, 1 catalão e 1 espanhol.	Diogo Mendes e Francisco Lopes, viajando num navio à parte, foram aprisionados por piratas, tendo sido deixados na praia.
17 ou 18.03.1575 ¹¹⁷	Brasil	6	P. ° José Morinello (superior) – IT P. ° Leonardo Armínio – IT P. ° Francisco Lopes – ES Ir. Jerónimo Rodrigues – PO Ir. Manuel de Távora - PO	1 português, 3 italianos, 1 espanhol ¹¹⁸ – 4 são sacerdotes.	Num galeão bem armado. Francisco Lopes torna a embarcar mas não prevalece no Brasil, tornando à Europa em 1589. Manuel de Távora sai da Companhia em 1577, desejando passar a outra Ordem.
28.06.1576 ¹¹⁹	Brasil	4	P. ° Agostinho del Castillo – ES P. ° Pero de Toledo – ES P. ° Francisco Ortega – ES P. ° Miguel Garcia – ES	4 missionários.	Observa-se maior necessidade do envio de “gente formada”, apta a substituir sacerdotes.
10.05.1577 ¹²⁰	Brasil	17	P. ° Gregório Serrão – PO P. ° Simão Travassos – PO P. ° Pedro Soares – PO P. ° Pedro de Andrade – PO Vicente Gonçalves – PO Manuel de Barros – PO Francisco Teixeira – PO Simão Gonçalves - PO Gonçalo Viegas – PO João Baptista – Flamengo Gedeão Lobo – Flamengo Tomás Fildi – IR João Vicente Yate – IN Bayardo Ventedio – IT	11 portugueses, 2 italianos, 2 flamengos, 1 inglês e 1 irlandês.	Comandados por Gregório Serrão que em 1575 fora enviado como Procurador a Roma. Francisco Dias será o Irmão responsável pelo plano da Igreja do Colégio de Olinda.

			Adrião João – IT Francisco Álvares – PO Francisco Dias – PO		
05.03.1583 ¹²¹	Brasil	5	P. ° Cristóvão Gouveia (visitador) – PO P. ° Fernão Cardim – PO P. ° Rodrigo de Freitas – PO Ir. Barnabé Telo – ES Ir. Martim Vaz (noviço) – PO	4 portugueses e 1 espanhol – 3 sacerdotes e 1 noviço.	Acompanhados do Governador Manuel Teles Barreto.
30.01.1585	Brasil	12	P. ° Francisco Soares (superior) – PO P. ° Lourenço Cardim – PO	12 missionários	Atacados por corsários franceses, foram presos e abandonados na Galiza. Lourenço Cardim, irmão de Fernão Cardim que viajara na expedição anterior, faleceu no ataque.
18.03.1587 ¹²²	Brasil	12	P. ° Marçal Beliarte (Provincial) – PO P. ° Francisco Soares – PO P. ° Marcos da Costa – PO P. ° Henriques Gomes – PO P. ° Manuel Fernandes – PO P. ° António Gomes (procurador) – PO Ir. Domingos Coelho – PO Ir. Melchior Paulo – PO Ir. Ascânio Bonajuto – IT Ir. Agostinho Cifarelo (coadjutor) – Napolitano	8 portugueses, 1 italiano, 1 napolitano ¹²³ – 6 sacerdotes, 1 coadjutor e 5 estudantes.	Francisco Soares empreende nova expedição. Vão em naus bem artilhadas.
1588	Brasil	5	P. ° Fernão de Oliveira – PO P. ° Bartolomeu de Abreu – PO P. ° Pedro Álvares – PO P. ° António Botelho – PO Pedro Correia – PO	5 portugueses, dos quais 4 são sacerdotes.	Chegaram ao Brasil os 3 primeiros; a outra nau perdeu a monção e teve de arribar em Angra seis meses depois.
1591	Brasil	4	P. ° Pedro Coelho – PO P. ° Gaspar Lobo – PO Ir. Simão Pinheiro – PO Ir. Manuel de Oliveira – PO	4 portugueses	
17.07.1594 ¹²⁴	Brasil	3	P. ° Pedro Rodrigues (Provincial) – PO P. ° Pedro Barreira – PO António Gonçalves – PO	3 portugueses, dos quais 2 sacerdotes.	
1595	Brasil	6	P. ° Rafael Carneiro – PO P. ° João Fernandes – PO Ir. Manuel Gomes (escolástico) – PO Ir. Manuel Tenreiro (escolástico) – PO Ir. João Baptista (coadjutor) – PO Ir. Francisco Gonçalves (coadjutor) – PO	6 portugueses – 2 sacerdotes, 2 estudantes, 2 coadjutores	

1598	Brasil	4	P. ° António de Matos – PO P. ° Melchior Álvares – PO P. ° Jerónimo Peixoto – PO Ir. João Gomes - PO	4 portugueses, sendo 3 sacerdotes.	
------	--------	---	---	------------------------------------	--

Total: 25 expedições (num total de 75 para o Ultramar, logo, 1/3).

Total de Jesuítas: 217

ATENÇÃO: O P. ° Francisco Pinto, dos Açores, não consta da relação dos que foram para o Brasil, uma vez que viaja ainda criança com a família de Angra do Heroísmo (onde nasce em 1522) para o Brasil. Aos 17 anos de idade seguiu para a Bahia e em 1568(9) entrou na Companhia de Jesus. Não chegou a completar o curso, recebendo a o título de Coadjutor espiritual formado. Em 1588 recebeu a ordens sacras, sendo considerado padre.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
24.09.1601 ¹²⁵	Brasil	19	P. ° João de Madureira (visitador) – PO P. ° Fernão Cardim (Procur. a Roma) – PO P. ° António de Abreu – PO P. ° Gaspar Álvares – PO P. ° Vicente Lopes – PO P. ° Luís Figueira – PO P. ° Manuel Fernandes – PO P. ° António Dias – PO P. ° Manuel Valada – PO P. ° Gonçalo Mendes – PO Ir. Bartolomeu Lourenço – PO Ir. Miguel Rodrigues – PO Ir. Belchior (Melchior) Pires – PO Ir. Baltazar Fernandes – PO Ir. Francisco Ferreira – PO Ir. Domingos Rodrigues – PO Ir. Francisco Leite – PO Ir. Pedro Fernandes – PO Ir. Bento Lopes - PO	Portugueses (10 são sacerdotes).	Atacados por corsários ingleses, 11 foram lançados na costa de Sines e o Visitador (que viria a falecer por morte natural) com 6 padres levados presos para Inglaterra. Luís Figueira seguia nesta expedição.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
05.01.1602	Brasil	11	P.º Luís Figueira – PO P.º António de Abreu – PO P.º Vicente Lopes – PO P.º António Dias – PO Ir. Miguel Rodrigues - PO Ir. Belchior (Melchior) Pires – PO Ir. Baltazar Fernandes – PO Ir. Francisco Ferreira – PO Ir. Domingos Rodrigues – PO Ir. Francisco Leite – PO Ir. Pedro Fernandes – PO	Portugueses (4 sacerdotes e 7 noviços).	São os 11 lançados na costa de Sines, entre eles Luís Figueira, guiados pelo P.º António de Abreu.
1604 ¹²⁶	Brasil	7	P.º Fernão Cardim ¹²⁷ - PO P.º Gaspar Álvares – PO P.º Manuel Fernandes – PO P.º Manuel Valada – PO Ir. Bento Lopes - PO P.º Manuel de Sá – PO Ir. Sebastião Cruz - PO	Portugueses. O P.º Fernão Cardim ¹²⁸ chefia a expedição.	Os 5 primeiros tinham sido levados para Inglaterra.
20.01.1607 ¹²⁹	Maranhão	2		Todos portugueses ¹³⁰ .	Não chegaram ao destino.
03.12.1607 ¹³¹	Brasil	6	P.º Manuel de Lima (visitador) – PO P.º Jácome Monteiro (secretário) – PO Ir. est. Manuel Sanches – PO Ir. est. António Lobo – PO Ir. António Simões – PO Ir. Mateus Gonçalves – PO	Portugueses (2 sacerdotes, 2 estudantes e 2 coadjutores).	
1609	Brasil	6	P.º Marcos da Costa (2ª vez) – PO Ir. est. Bento Lopes – PO Ir. est. António Gomes - PO Ir. est. Lopo do Couto - PO Ir. est. Francisco Pires - PO Ir. Bartolomeu de Carvalho - PO	Portugueses (4 estudantes e 2 coadjutores).	
05.10.1615	Maranhão	2 ¹³²		1 português, 1 lusobrasileiro.	Na armada de Alexandre de Moura.
03.11.1616 ¹³³	Brasil	1	P.º Manuel do Couto (2ª vez) - PO	Português.	Segue com o Governador D. Luís de Sousa.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
?12.1618	Brasil	17	P.º Salvador Coelho - PO P.º Nicolau Botelho – Luso-brasileiro (Bahia) P.º Gaspar da Silva - PO P.º Bento da Gama – PO Ir. est. Manuel Ribeiro - PO Ir. est. Gonçalo de Abreu - PO Ir. est. Luís Pessoa - PO Ir. est. Jacinto de Carvalhais - PO Ir. est. Manuel Ferreira - PO Ir. est. António de Vilhena - PO Ir. est. João Barreira - PO Ir. est. Fulgêncio de Lemos - PO Ir. coad. José de Oliva - IT Ir. coad. Rafael Cardoso - PO Ir. coad. João Elmes - AL Ir. José da Silva - PO Ir. Rui de Góis – PO	15 portugueses, 1 alemão e 1 italiano (10 estudantes, 2 coadjutores, os restantes sacerdotes).	Expedição dirigida por Henrique Gomes, que fora Provincial de Portugal e Visitador.
1619	Brasil	3	P.º Paulo de Carvalho - PO P.º Benedito Amodei - SI P.º Fábio Moio - IT	1 português, 1 siciliano e 1 napolitano.	
1620	Brasil	2	P.º Leonardo Mercúrio – SI P.º José da Costa - SI	Sicilianos.	
1621	Brasil	2	P.º Manuel Gomes – PO P.º Simão de Souto Maior - PO	Portugueses.	
1622	Brasil	4	P.º António Bellavia - SI P.º Conrado Arizzi - SI P.º Francisco de Olivier - SI P.º António Forti – SI	Italianos (sicilianos)	
?03.1622 ¹³⁴	Maranhão	2 ¹³⁵		1 português e 1 siciliano.	
1624	Brasil	1 ¹³⁶	P.º António Nuno.	PO?	Numa armada para reconquistar a Bahia aos Holandeses.
15.08.1626 ¹³⁷	Maranhão	2		Portugueses.	Com o Governador Francisco Coelho de Carvalho.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
?06.1628 ¹³⁸	Brasil	8	P.º António de Matos (Provincial) - PO P.º Domingos Coelho - PO P.º Manuel Tenreiro - PO P.º João Oliva - BR Ir. est. Agostinho Coelho - PO Ir. est. Agostinho Luís - BR Ir. Coad. Manuel Martins - PO Ir. Inácio Lagott – BELGA	7 portugueses e 1 flamengo.	Estes portugueses tinham sido presos pelos holandeses elevados uns para Amesterdão e outros para Roterdão, libertados após 4 anos de cativeiro.
1633	Brasil	1	P.º Francisco Giattino – IT	Italiano (P.º Francisco Giattino).	Seguirá para o Paraguai.
1639	Brasil	3	P.º Pedro de Moura (visitador) - PO P.º Luís Lopes (Secretário) – PO Miguel Gonçalves – PO	3 Portugueses	
1641	Brasil	6	P.º Francisco de Vilhena - PO P.º Simão de Souto Maior - PO P.º Inácio Stafort - ING Ir. coad. Belchior Rodrigues - PO Ir. coad. Gonçalo Vaz - PO Ir. coad. Pedro da Cunha - PO	5 portugueses e 1 inglês (3 sacerdotes e 3 coadjutores).	Entre os quais o P.º Vilhena, comissionado por El-Rei. Segue pela 2ª vez, assim como Sotto Maior.
1642 ¹³⁹	Brasil	7	P.º Francisco Carneiro – PO António Carneiro- PO António Vaz –PO António de Sequeira – PO Belchior Vieira – PO Pedro de Figueiredo – PO Lourenço Teixeira - PO	Todos portugueses.	
30.04.1643	Maranhão	17		Portugueses (conduzidos pelo P.º Luís Figueira, que os recrutara).	Naufragam na Ilha do Sol, a 29 de Junho. Só escaparam 3, com o Governador Pedro de Albuquerque.
1648	Maranhão	2		Portugueses.	
22.09.1652	Brasil	8	P. Francisco Gonçalves (Provincial) – PO Manuel Coutinho – PO Pedro Velho – PO Mateus de Sousa – PO Pedro Correita – PO	Portugueses (1 estudante e 6 entrarão na Bahia ¹⁴⁰).	Francisco Gonçalves vai na qualidade de Procurador.
23.09.1652	Maranhão	11		Portugueses.	Com o Capitão-mor, Inácio do Rego Barreto.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
22.11.1652	Maranhão	4		Portugueses (todos sacerdotes, entre os quais o P.º António Vieira).	Vieira deveria ter seguido na expedição anterior, mas D. João IV mandou-o tornar a terra.
22.04.1653 ¹⁴¹	Maranhão	5		4 portugueses e 1 lusobrasileiro 82 sacerdotes, 2 estudantes e 1 coadjutor).	Enviados da província do Brasil pelo Provincial Francisco Gonçalves.
16.04.1655	Maranhão	7		6 portugueses e 1 lusobrasileiro (entre os quais o P.º António Vieira).	Vieira é enviado pela Congregação Provincial de Portugal.
1655	Brasil	8	João de Paiva – PO F. Francisco Morato - PO António Godinho – PO Manuel Rebelo – PO António Couto – PO Jerónimo de Matos – PO Roque Pereira – PO Ir. coad. João Baptista Beró - IT	7 portugueses e 1 italiano.	Comandados pelo P.º João Paiva.
1656	Maranhão	2		1 português e 1 noviço.	Vai o Visitador Francisco Gonçalves com um noviço.
1657	Maranhão	3		1 português, 1 irlandês e 1 francês.	
? 11.1659 ¹⁴²	Maranhão	8		7 portugueses e 1 lombardo (6 padres e 2 coadjutores).	Com a função de ajudar O P.º António Vieira.
? 11.1660	Brasil	8	P.º Jacques Cocle - FR e 7 outros padres	1 francês e 7 outros padres ¹⁴³ .	Trata-se de Jacques Cocle, também conhecido por Jacobo Cócleo..
24.11.1660	Maranhão	4		2 luxemburgueses e 2 portugueses (2 sacerdotes e 2 coadjutores).	
? 10.1661 ¹⁴⁴	Maranhão	2		1 italiano e 1 flamengo.	
? 08.1662	Maranhão	2		1 lusobrasileiro e 1 lombardo.	Regressam após a expulsão de 1661.
19.04.1663	Brasil	11	P. Simão de Vasconcelos - PO e outros 10	1 é português; dos restantes 10, não temos indicação da nacionalidade.	Dirigidos pelo P. Vasconcelos. Seguem com o Vice-Rei D. Vasco, Conde de Óbidos.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
1663	Brasil	12	P.º Jacinto de Magistris (Visitador) – IT P.º Luís Nogueira (Secretário) - PO P.º Lourenço Craveiro – PO P.º Cristóvão Colaço – PO Ir. est. Afonso Martins- PO P.º Valentim Estancel (/Stansel) – Boémia P.º Teodoro Hons – AL P.º João da Silva - IT P.º Francisco Carandini – IT Ir. Paulo Camilo – IT Ir. José Salembé – IT Ir. José Torres - IT	4 portugueses, 6 italianos, 1 alemão e 1 boêmio	Este visitador foi entretanto deposto por se lhe declarar incapacidade mental.
1663	Maranhão	10		9 portugueses e 1 francês.	A maior parte haviam sido expulsos por altura do motim de 1661.
1664	Brasil	2	P.º Jacob Roland – HOLandês P.º Mateus de Moura - PO	1 belga ¹⁴⁵ e 1 português.	Destes, o P.º Mateus Moura será provincial.
1665	Brasil	4 ¹⁴⁶	P.º Francisco Morato (2ª vez) – PO Ir. est. Manuel Correia - PO Ir. est. Baltasar Duarte - PO Ir. est. Manuel Cortês/ Côrtes - PO		
1665 ¹⁴⁷	Brasil	5 ¹⁴⁸	P.º Antão Gonçalves (Comissário) - PO P.º Manuel Zuzarte (Secretário) - PO P.º Gaspar Álvares (Prov.) – PO P.º António da Fonseca (Secretário) – PO Ir. est. Francisco de Sousa – PO Ir. Francisco da Silva - PO	Todos portugueses.	O P.º Antão Gonçalves segue na qualidade de Comissário do Geral.
1667	Maranhão	5		4 portugueses e 1 genovês.	Entre os quais o P.º Manuel Zuzarte segue na qualidade de Visitador
1667	Brasil	3	P.º Domingos Barbosa (Proc.) – BR Ir. est. Manuel de Figueiredo – PO Ir. est. Manuel Rodrigues - PO	Portugueses.	Domingos Barbosa foi como Procurador a Roma.
1668	Brasil	5	Ir. est. António Rodrigues - PO Ir. est. António da Silva - PO Ir. est. Francisco Camelo - PO Ir. est. Rafael Ribeiro - PO Ir. est. Manuel Martins - PO	Portugueses.	Escolásticos

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
1669	Brasil	2	P.º Manuel Pina – PO Ir. Gaspar Gonçalves - PO	Portugueses (1 sacerdote e 1 escolástico)	
10.04.1670	Brasil	11	?	10 são portugueses ¹⁴⁹ .	Vão em duas naus, com o Vice-Rei Luís de Mendonça Furtado. António de Oliveira segue como Procurador a Roma.
?05.1674	Maranhão	2		1 português e 1 lusobrasileiro	Numa expedição de três navios.
1678	Maranhão	5		3 portugueses, 1 suíço e 1 lusobrasileiro (4 sacerdotes, 3 estudantes, 2 noviços e 1 para ingressar).	
18.10.1679	Maranhão ¹⁵⁰	6		Dos quais 2 portugueses e 1 lusobrasileiro.	
21.05.1680	Maranhão ¹⁵¹	8		7 portugueses e 1 lusobrasileiro.	
27.01.1681	Brasil	? (>10)	P.º António Vieira - PO P.º António de Oliveira (Proc.) - BR P.º João António Andreoni - IT P.º António Maria Bonucci – IT P.º José Soares ¹⁵² - ? Ir. coad. Pedro António Natalini - IT Ir. est. Manuel Dias - PO Ir. est. João de Oliveira - PO Ir. est. António de Matos - PO Ir. est. José Bernardino – PO e outros ¹⁵³	Vários italianos e alguns portugueses.	Vários jesuítas que acompanham Vieira (para a Quinta do Tanque, na Bahia, onde redigirá os seus sermões) e o P.º José Soares.
1683	Maranhão	8		Dos quais 3 portugueses e 1 lusobrasileiro (2 sacerdotes e 6 noviços).	
1684 ¹⁵⁴	Brasil	2	P.º Luís Vincêncio Mamiani – IT P.º João Ângelo Bonomi - IT	Italianos (sacerdotes).	Chega um grande especialista de línguas indígenas, quando parte para o reino outro igualmente douto.
10.02.1687	Maranhão	5		Dos quais 2 portugueses, 1 lusobrasileiro e 1 suíço (4 sacerdotes e 1 coadjutor).	
17.05.1688	Maranhão	15		12 portugueses, 2 lusobrasileiros e 1 luxemburguês (8 são sacerdotes).	Seguem o P.º João Filipe Bettendorff e o P.º Francisco de Matos, procurador em Lisboa.

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
10.08.1688 ¹⁵⁵	Maranhão	14		Dos quais 6 portugueses, 6 lusobrasileiros e 1 romano (5 sacerdotes e 9 não-sacerdotes). ¹⁵⁶	Alguns são dos restituídos após a expulsão.
1690	Maranhão	5		4 portugueses e 1 italiano.	
1691	Brasil	14	P.º António Rangel - PO P.º Bernardo Antunes - PO Ir. est. Rafael Machado - PO Ir. est. Francisco da Costa - PO Ir. est. Baptista Ribeiro - PO Ir. est. Domingos de Araújo - PO Ir. est. José Antunes - PO Ir. coad. Manuel Ribeiro - PO Ir. coad. Bento Ribeiro - PO Ir. coad. Manuel da Costa - PO Ir. André da Gama - PO Ir. João Pereira - PO Ir. Gaspar dos Reis - PO Ir. Francisco Carneiro - PO	Portugueses (2 sacerdotes, 5 estudantes, 3 coadjutores e 4 noviços).	
?02.1692	Brasil	18	P.º Manuel Correia (Prov.) - PO P.º Luís Severim - PO P.º Francisco Botelho - PO P.º Luís Cardoso - PO P.º Afonso Pestana - PO Ir. est. Francisco Machado - PO Ir. est. Carlos de Figueiroa - PO Ir. est. Bartolomeu Martins - PO Ir. est. António Ferreira - PO Ir. est. Bento Soares - PO Ir. est. Pedro Taborda - PO Ir. est. José de Oliveira - PO Ir. est. António do Vale - PO Ir. est. Manuel Ferreira - PO Ir. est. José das Neves - PO Ir. est. António da Silva - PO Ir. est. António dos Santos - PO Ir. est. Manuel Ramos - PO	Portugueses	Conduzidos pelo Provincial

Expedições do século XVII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
15.03.1693	Maranhão	2		?	Bento de Oliveira segue na qualidade de Visitador.
1693 ¹⁵⁷	Brasil	1	P.º Filipe Bourel - AL	Alemão	
1694	Brasil	17	P.º João Guinzel/Ginzl – BO Ir. est. Manuel Pereira - PO Ir. est. Manuel Sanches - PO Ir. est. Manuel Nogueira - PO Ir. est. José da Silveira - PO Ir. est. Francisco Xavier - PO Ir. est. António de Sousa - PO Ir. est. Martinho Borges - PO Ir. est. Feliciano de Vasconcelos - PO Ir. est. Tomás de Aquino - PO Ir. est. Tomás de Simões - PO Ir. est. Simão de Barros - PO Ir. est. António Pereira - PO Ir. est. Domingos de Andrade - PO Ir. est. Luís Botelho – PO Ir. est. António da Fonseca - PO Ir. est. Manuel da Cruz - PO	Todos Portugueses, excepto um da Boémia (1 sacerdote, 15 noviços e 1 coadjutor)	Conduzidos pelo alemão João Guinzel.
12.02.1695	Maranhão	14		Portugueses	
1698	Maranhão	2		Portugueses	
1699	Maranhão	1		?	P.º José Ferreira, superior da Missão

Total de expedições: 63 (num universo de 190 para o Ultramar; novamente cerca de 1/3).

Total de Jesuítas: 401 *(se bem que alguns tornaram depois de expulsos e não há indicação de quantos seguiram numa expedição)*

Província do Brasil: 254

Província do Maranhão: 147

Expedições do século XVIII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
1702	Brasil	2	P.º João Pereira (Visit.) – PO Ascenso Fernandes	Portugueses	O P.º João Pereira vai como Visitador do Brasil.
1703	Maranhão	12		10 portugueses, 1 boémio e 1 tirolês.	Chefiados pelo P.º Manuel Saraiva, Visitador da Missão do Brasil.
1705	Brasil	12	P.º Miguel da Costa - PO Ir est. João Dias - PO Ir est. Lourenço da Costa - PO Ir est. Félix Capelli - PO Ir est. José dos Reis - PO Ir est. Félix Ribeiro - PO Ir est. Julião Xavier - PO Ir est. Manuel Luís - PO Ir est. José Lopes - PO Ir. coad. José Rodrigues - PO Ir. coad. José Cardoso - PO Manuel Garcia – PO	Portugueses	
1709	Brasil	2	P.º Tomás Lynch – IR Ir. Manuel da Silva	1 português e 1 irlandês	
1709	Maranhão	4		Portugueses (3 estudantes e 1 sacerdote)	
1711	Maranhão	5		3 portugueses, 2 lusobrasileiros	
1712	Maranhão	12		Portugueses	
1715	Brasil	4	γ ¹⁵⁸	3 portugueses e 1 flamengo	
1716	Brasil	2	P.º José de Almeida (Visit.) – PO Ir. coad. Pedro Guilherme - FLA	1 português e 1 flamengo	O P.º José Almeida é enviado como Visitador ¹⁵⁹ . Vão com o Vice-Rei, D. Pedro de Menezes Noronha de Albuquerque, Marquês de Angeja.
1717	Brasil	10	P.º Francisco Machado (2ª vez) – PO Ir est. Manuel Pimentel – PO Ir est. Domingos de Araújo – PO Ir. est. Marcos Távora – PO António Mouzinho – PO Manuel Rodrigues – PO Manuel de Moraes – PO Manuel Álvaro – PO António Pereira – PO Domingos Vilela – PO	Portugueses (9 noviços conduzidos pelo P.º Francisco Machado).	

Expedições do século XVIII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
1717	Maranhão	9		Portugueses (1 sacerdote, 4 estudantes, 4 coadjutores).	Guiados pelo Visitador Manuel Seixas.
16.04.1718	Brasil	5	? ¹⁶⁰	3 italianos e 2 portugueses	
1720	Maranhão	12		11 portugueses e 1 napolitano	Vai ainda como estudante Bento da Fonseca ¹⁶¹ .
1721	Maranhão	2		Italianos	São o P.º Gabriel Malagrida e o P.º António Scotti.
1722	Maranhão	3		Portugueses	
1724	Maranhão	14		Portugueses (Dos quais 1 sacerdote, 2 estudantes, 2 coadjutores e 4 noviços)	
1726	Maranhão	21		20 portugueses e 1 italiano	
1727	Brasil	2	P.º António Cardoso - PO P.º Luís Tavares - PO	Portugueses	Luís Tavares contava já com a experiência de Visitador e Reitor dos colégios de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada. Será ainda Visitador do Colégio do Rio de Janeiro.
1728	Maranhão	16		Portugueses	
1729 ¹⁶²	Brasil	13	P.º António Maria Scotti – IT Ir. est. Manuel Correia – PO Ir. est. Domingos de Sousa – PO Ir. est. António Baptista – PO Ir. est. António dos Reis – PO Ir. est. Manuel Gonzaga – PO Ir. est. Francisco Ferreira – PO Ir. est. João Antunes – PO Ir. est. António de Sousa – PO Ir. est. Manuel de Freitas – PO Ir. est. Nicolau Botelho – PO Ir. est. Agostinho Mendes – PO Félix Pereira – PO	1 italiano e 12 portugueses	Vai como Superior o P.º António Maria Scotti, que viera como Procurador do Maranhão ¹⁶³ . À data da viagem, os que o acompanhavam eram todos noviços.
1729	Brasil	2	P.º Diogo Soares – PO P.º Domingos Capacci - IT	1 português e 1 italiano	Ambos matemáticos, astrónomos e geógrafos enviados por D. João V com vista às delimitações daquela colónia.

Expedições do século XVIII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
1731	Maranhão	18		Portugueses	
1732	Maranhão	5		Portugueses	
?12.1732 ¹⁶⁴	Brasil	13	P.º António Guisenrode – BR Ir. est. Silvério Pinheiro – PO Ir. est. Manuel do Rego – PO Ir. est. António da Cunha – PO Ir. est. António Vieira – PO Ir. est. João Veloso – PO Ir. est. Pedro Joaquim – PO Ir. est. Manuel Guerreiro – PO Ir. est. Vicente Ferreira – PO Ir. est. Filipe de Almeida – PO Ir. est. Manuel de Andrade – PO Ir. est. Domingos da Silva – PO Ir. est. Inácio de Almeida – PO	Todos portugueses, excepto o luso-brasileiro que os comandava.	Comandados por António Guisenrode, natural da Bahia. Acompanhados do Vice-Rei, D. Vasco Fernandes César de Meneses, Conde de Sabugosa.
1734	Maranhão	6		Portugueses	
1737	Maranhão	13		11 portugueses e 2 alemães (2 sacerdotes alemães, 5 estudantes, 4 coadjutores e 2 noviços)	
1738	Maranhão	5		4 portugueses e 1 alemão	
1739	Maranhão	2		1 alemão e 1 português	São o P.º Hundertpfund e 1 coadjutor.
?01.1739	Brasil	12	Ir. est. António da Silva Ir. est. Luís Cardoso Ir. est. José Gomes Ir. est. Diogo Teixeira Ir. est. Martim Ferreira Ir. est. Manuel Monteiro Ir. est. António do Couto Ir. est. Francisco da Silva Ir. est. António Rodrigues Ir. est. José de Figueiredo Ir. est. Manuel de Sousa Ir. est. Manuel Coelho	Portugueses	Todos noviços.
1741	Maranhão	14		13 portugueses e 1 genovês.	
1742	Maranhão	3		Portugueses (estudantes).	
1742 ¹⁶⁵	Brasil	2	P.º João Brewer – AL P.º Rogério Canísio - AL	Alemães	

Expedições do século XVIII rumo ao Brasil					
Data	Província Destino	N.º de Missionários	Nomes	Nacionalidade	Observações
1743	Maranhão	10		Portugueses	
1744	Maranhão	2		Portugueses	
1745	Maranhão	2		Portugueses (estudantes)	
14.05.1747	Maranhão	2		Portugueses (estudantes)	
?09.1748	Maranhão	14		13 portugueses e 1 lusobrasileiro	
1750	Maranhão	7		2 alemães e 5 portugueses estudantes	Entre estes, os alemães P. ^o Meisterburg e P. ^o Lourenço Kaulen.
1751	Maranhão	4		2 italianos e 2 portugueses	
01.06.1753	Maranhão	17		11 portugueses, 2 húngaros e 4 alemães (6 sacerdotes, 8 estudantes e 3 coadjutores)	Entre os quais os padres m. Schwartz e Anselmo Eckart.
1756	Maranhão	9		Portugueses (8 estudantes e 1 coadjutor)	

Total de expedições: 41 (num universo de 96 para o Ultramar, o que perfaz 43%, quase metade) – apenas 13 para a Província do Brasil

Total de Jesuítas: 324

Província do Brasil: 81

Província do Maranhão: 243

Semelhantes notações não implica que não tenham saído da Província de destino, como de facto veio a acontecer, sobretudo no que respeita às missões do Colégio de Olinda, algumas das quais faziam fronteira com o Maranhão. Estes números devem ser considerados como meros indicativos do que se acha mais claramente determinado nas fontes compulsadas por LEITE e LOPES, não esgotando a totalidade de expedições que terão realmente ocorrido. Temos consciência de não esgotar aqui inteiramente o total de missionários enviados para o Brasil e que tal ainda merecerá um estudo aprofundado. Transcreva-se o parágrafo justificativo a este nível de Serafim Leite: “Não chegaram ao nosso conhecimento notícias de outras expedições. Todavia os Catálogos seguintes incluem mais de 50 estudantes, nascidos em Portugal, entrados depois de 1739. Também os Padres João de Brewer e Rogério Canísio, diz Sommervogel, que chegaram em 1742. E talvez outros, como o P. «Aloysius Belleci», cuja assinatura autografa vemos num documento assinado no Colégio de S. Alexandre do Pará, 12 de Dezembro de 1737 [Bras. 6, 273-273v], voltando pouco depois à Europa. Além disto, desde os começos do século XVII, havi um movimento contínuo de Padres e Irmãos, enre o Colégio de Santo Antão (Lisboa), e os seus dois Engenhos: o de Sergipe do Conde, no Recôncavo da Bahia, e o de Santa Ana, em Ilhéus. Não vindo como Missionários da *Província do Brasil*, mas como administradores de um Colégio da *Província de Portugal*, só por alguma circunstância fortuita incluímos os seus nomes nas diversas expedições. O P. André de Gouveia chegou à Bahia em Abril de 1627, e o P: Estêvão Pereira por volta de 1630. Depois da resolução final sobre o Engenho de Sergipe do Conde, tanto nele como em Santa Ana, houve sempre, em cada qual, um Padre e hum Irmão, que os Catálogos do Brasil vão incluindo, número relativamente grande, durante, durante mais de um Século de trabalho útil, não só como factor económico, mas também moral e civilizador, por serem os Engenhos da Companhia activos centros de catequese.”¹⁶⁶

Anexo 6: **Relação das Missões anexas ao Real Colégio de Olinda e respectivos religiosos (sécs. XVI-XVIII)**¹⁶⁷

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1561 ¹⁶⁸	S. Francisco	S. Francisco	3 léguas de Olinda ¹⁶⁹	P.º Gonçalo de Oliveira			Potiguára?
1589 ¹⁷⁰	S. Miguel ¹⁷¹	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Francisco Pinto (língua)	Ir. Gaspar Freire (estudante língua)	800	Potiguára?
	?		Paraíba			1200	
	Missão de Jucumã (Tucumã) e Paragoay		Paraguai, Diocese de Tucumã ¹⁷²	P.º Leonardo Arminio sup.ºr pred.	P.º Thomas Philde confes. P. Juan Solonio pred. (língua) P.º Manuel Ortega confes. (língua)		Tucumã?
1592 ¹⁷³	S. Miguel	S. Miguel	Pernambuco				
	N.ª Sr.ª da Escada ou da Apresentação ¹⁷⁴	N.ª Sr.ª da Escada/da Apresentação	10 a 12 léguas de Olinda				Meriquitos ¹⁷⁵ , Potiguára e Tabajara ¹⁷⁶
	Gueena ou Goiana	Santo André	Pernambuco				Potiguára
	Paraíba	-----	Paraíba				
1598 ¹⁷⁷	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Afonso Gonçalves (coadjutor espiritual)	P.º João Vicêncio ou João Vicente Yate (língua e coadjutor espiritual)		
	N.ª Sr.ª da Apresentação/Escada	N.ª Sr.ª da Apresentação	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Jacobus Nunes (língua e coadjutor espiritual) ¹⁷⁸	P.º Gaspar Ferreira (língua)		Potiguára
1600 ¹⁷⁹	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Luís Valente (língua)	P.º Gaspar Ferreira (língua) Ir. António Ruiz (currais de gado)		
	N.ª Sr.ª da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Pero Leitão (língua)	P.º Afonso Gonçalves Ir. João Pinto (língua e artista)		Potiguára
1601 ¹⁸⁰	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Francisco Pinto (língua)			
	N.ª Sr.ª da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Pero Leitão (língua)	P.º Afonso Gonçalves Ir. João Pinto (língua e artista)		Potiguára
	Missão do Rio Grande	-----	Rio Grande do Norte	P.º Diogo Nunes (língua)	P.º Gaspar de Semperes		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1606 ¹⁸¹	«Residência de N.ª Sr.ª da Escada»	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Francisco Pinto ¹⁸²			Potiguára
	Goiana	St.º André	6(?) léguas de Olinda	P.º Jacobus Nunes ¹⁸³ (língua)	P.º André de Soveral (língua)		Potiguára ¹⁸⁴
1607 ¹⁸⁵	Residência de Goiana	St.º André	6(?) léguas de Olinda	P.º Cristóvão Valente (língua)	P.º António Nunes (língua), Ir. Coad. Manuel Tristão e Ir. Coad. Gaspar de Sousa ¹⁸⁶		
	Residência da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Agostinho de Melo (língua)	P.º José da Costa		Potiguára
	Missão do Rio Grande	-----	Rio Grande do Norte	P.º Gaspar de Samperes	P.º Jacobus Nunes (língua)		
	Missão do Rio Maranhão	-----	Ibiapaba (imediações)	P.º Francisco Pinto	P.º Luís Figueira		«Tapuias»
1610 ¹⁸⁷	Goiana	St.º André	6(?) léguas de Olinda	P.º Gaspar de Samperes (arquit.)	Ir. Afonso Luís (carp.) e outros 2 missionários		Potiguára
	N.ª Sr.ª da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Gaspar Freire	3 missionários		Potiguára
	N.ª Sr.ª da Assunção ¹⁸⁸	N.ª Sr.ª da Assunção	3(?) léguas de Olinda, na região de Goiana	P.º Domingos Monteiro	P.º António Antunes, Ir. Manuel Tristão (enfermeiro), Ir. Manuel Sanches (est.)		
1613 ¹⁸⁹	N.ª Sr.ª da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Simão Pinheiro (professo 4º voto) ¹⁹⁰	3 missionários		Potiguára
	Itambé	S. João Baptista		P.º Pedro de Castilho (língua)	P.º Diogo Nunes, P.º Gaspar de Semperes e Ir. Domingos Pires		
	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Gaspar Freire	P.º Gonçalo de Oliveira ¹⁹¹ e outros dois missionários		
1614 ¹⁹²	Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º António Antunes, (língua)	3		Potiguára
	Itambé	S. João Baptista		P.º Pedro de Castilho	P.º Diogo Nunes, P.º Gaspar de Semperes e Ir. Domingos Pires		
	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Gaspar Freire (língua)	3		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1615 ¹⁹³	Missão do Rio Grande	-----		?	2 religiosos		
	Missão do Rio Maranhão	-----		Alexandre de Moura (?)	2 missionários		«Tapuias»
	5 aldeias	-----	Capitania de Pernambuco e Itamaracá			7000 a 8000	
1617 ¹⁹⁴	Missão do Rio Maranhão	-----	Rio Maranhão	P.º Manuel Gomes	P.º Diogo Nunes (língua)		«Tapuias»
	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º Manuel Roiz (língua)	3 (2 são línguas)		
	N.ª Sr.ª da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º António Antunes (língua)	3		
	S. João Baptista/ Itambé	S. João Baptista	“in Regione Assuensi” ¹⁹⁵	P.º Pero de Castilho (língua)	P.º Diogo Calvo, Ir. Manuel de Moraes (língua e est.) ¹⁹⁶ e um outro		
1619 ¹⁹⁷	N.ª Sr.ª da Escada	N.ª Sr.ª da Escada	10 a 12 léguas de Olinda	P.º Luís Figueira (língua) ¹⁹⁸	P.º Salvador da Silva, Ir. Coad. Manuel de Araújo e Ir. Coad. António Caminha ¹⁹⁹		
	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda	P.º João Baptista (língua)			
	S. João Baptista / Itambé	S. João Baptista	“in Regione Assuensi” ²⁰⁰	P.º António Antunes			
	Missão do Rio Maranhão	-----	Rio Maranhão	P.º Manuel Gomes	P.º Diogo Nunes (língua)		«Tapuias»
1621 ²⁰¹	Caeté (N.ª Sr.ª da Escada ²⁰²)		10 a 12 léguas de Olinda	P.º Belchior Priz (Pires ²⁰³) (língua)	P.º José da Costa, Ir. Agostinho Luís (est. língua) e Ir. Manuel de Oliveira (est. língua) ²⁰⁴		
	S. Miguel e Tabuçurama (mais tarde São Miguel de Muçuí)	S. Miguel	7 léguas de Olinda e 2 léguas de Igarassu	P.º Diogo Calvo ²⁰⁵	3 línguas: o P.º João Baptista e os Irmãos estudantes Bernardo de Sequeira e Francisco Carneiro ²⁰⁶	300 a 600	Tabajaras e Potiguára ²⁰⁷
	Itapiririca e Itambé	S. João Baptista		P.º António Antunes (língua)	P.º Gaspar de Semperes, Ir. António Caminha (est. língua) e Ir. Domingos Pires ²⁰⁸		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1631 ²⁰⁹	S. Miguel	S. Miguel	7 léguas de Olinda				
	N.ª Sr.ª da Assunção	N.ª Sr.ª da Assunção	3(?) léguas de Olinda				
	Goiana	Sto. André	6(?) léguas de Olinda				
	N.ª Sr.ª da Apresentação (Anunciação?)	N.ª Sr.ª da Apresentação					
	Residência do Maranhão		Maranhão	P.º Luís Figueira (língua) ²¹⁰	3		«Tapuias»
1641 ²¹¹	Residência do Maranhão		Maranhão	P.º Luís Figueira (língua)	2		«Tapuias»
1654 ²¹²	Missão de Pernambuco ²¹³	-----	Pernambuco	P.º Francisco Avelar (língua e professo 4º voto)	2		
	Missão do Maranhão	-----	Maranhão	P.º António Vieira (língua - mediocriter)			
1662 ²¹⁴	Aldeias de índios		Ceará		P.º Pedro Francisco (coadjutor espiritual formado)		
	Missão do Ceará		Ceará		P.º Jacobus Cocleus (teólogo)		Tapuias? Kiriri?
	«Camuci ou Ibiapaba» ²¹⁵		Ibiapaba		P.º Pedro Pedrosa		
1663 ²¹⁶	“Missio in Ceará apud Indios”	-----	Ceará	P.º Pedro Francisco de Génova (língua) ²¹⁷	P.º Jacobus Cocleus “Gallo Belga Mauruntepolitanus”		
	Missão do Maranhão ²¹⁸	-----	Maranhão	P.º António Vieira (língua)			
1670 ²¹⁹	Missão do Ceará ²²⁰	-----	Ceará	P.º Jacobus Cocleus (professo 4º voto; “versatur in Indis ad fidem reducendis”)	P.º Aloísio Machado (professo 4º voto; “in eodem versatur exercitio”)		Tapuias? Kiriri?
1679 ²²¹	“In missionibus Tapuyarum”	-----		P.º Jacobus Cocleus ²²²	3 P.º Jacobus Rolandus, de Amsterdão (“Versatus frequenter in missionibus Tapuyarum magno sudore et contentione”) Ir. José Coelho (?)		Kiriri?
	“In Missionibus denuo erectis”	-----	Rio Grande do		6 (2 línguas)		

	(Guaraíras, Guajirú e Urutagui) ²²³		Norte e Pernambuco				
1683 ²²⁴	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Lúcio Pinto	P.º José dos Reis		
	Guajirú	S. Miguel	c. 15 léguas a Norte do Recife ²²⁵ / a 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º António Cardoso	P.º Francisco de Albuquerque (coadjutor espiritual; “Valetudine mediocri, vitam agit inter Indos, idiomatis opprime gnarus”)		
	Urutagui/Aratagui ²²⁶	N.ª Sr.ª da Assunção	“freg.ª da Taquara, junto ao rio Papoca de Baixo” (Goiana) ²²⁷	P.º Gaspar da Silva (coadjutor espiritual sine gradu)	P.º Rafael Ribeiro (coadjutor espiritual sem formação/formatura; “versatus Indorum Pagis”)		
1692 ²²⁸	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Sebastião de Figueiredo	P.º Jerónimo de Albuquerque		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Gaspar da Silva	P.º Manuel Fernandes		
	Urutagui/Aratagui	N.ª Sr.ª da Assunção	Junto ao rio Papoca de Baixo	P.º António da Silva	Ir. Pedro do Vale (estudante de ling. Bras.)		
	“Missio in Pago Ceara”	Por uma vasta área que compreendia a serra de Ibiapaba	Ceará (Ibiapaba?) A 10 léguas de Fortaleza ²²⁹	P.º Manuel Pedroso ²³⁰ Júnior	P.º Ascenso Gago («insigni lingua da terra») ²³¹	600 ²³²	«gentilidade», vindo-se a juntar aí alguns do Açú ²³³ Incluía 50 casais de índios Anacé (Guanacé) e 40 de índios Tabajara ²³⁴ .
1694 ²³⁵	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Manuel Fernandes	P.º Sebastião de Figueiredo		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Martins de Bulhões	P.º João de Matos		
	Urutagui/Aratagui	N.ª Sr.ª da Assunção	Junto ao rio Papoca de Baixo	P.º Gaspar da Silva	P.º Manuel Saraiva Júnior		
	“In Pago Ceará Magnum”	-----	Ceará	P.º Ascenso Gago ²³⁶	P.º Manuel Pedroso Júnior		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1701 ²³⁷	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal			até 300 ²³⁸	
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Gaspar da Silva ²³⁹ (?)		até 250 ²⁴⁰	«tapuias» convertidos ²⁴¹
	Urutagui/Aratagui	N.ª Sr.ª da Assunção	Junto ao rio Papoca de Baixo			c. 150 ²⁴²	
	Missão do Ceará [c/ reunião de três aldeias]	-----	Serras de Ibiapaba			+ de 4000 ²⁴³	Índios de língua geral e domésticos ²⁴⁴ das etnias: Tabajara (de língua geral tupi), Acoansú e Reriú ²⁴⁵ .
	N.ª Sr.ª da Encarnação ²⁴⁶	N.ª Sr.ª da Encarnação	Cabeceiras de Jaguaripe ²⁴⁷	P.º João da Costa		+ de 1000	Payakú ²⁴⁸
	S. João Baptista / Itambé	S. João Baptista	“in regione Assuensi” ²⁴⁹	P.º Filipe Bourel ²⁵⁰		+ de 1000	Payakú
1707 ²⁵¹	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal				Caboclos de língua geral ²⁵²
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Miguel da Encarnação ²⁵³ (?)			
	Urutagui/Aratagui	N.ª Sr.ª da Assunção	Junto ao rio Papoca de Baixo				
	“Indorum pagi Janduinorum”	-----	Na costa ²⁵⁴				Janduim
	S. João Baptista / Itambé	S. João Baptista	“ad Lacum Podinum” ²⁵⁵	P.º Filipe Bourel ²⁵⁶			Payacú
	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	“Em cima da dita serra, distrito da Ribeira do Acaracú” ²⁵⁷				

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1716 ²⁵⁸	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Francisco de Lira	P.º Manuel Pedroso		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Pedro Taborda	P.º Salvador da Matta		Caboclos de língua geral (e Janduim?)
1719 ²⁵⁹	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Francisco de Lira	P.º Agostinho Correia		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Pedro da Silva	P.º Manuel Nunes		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Jerónimo de Sousa	P.º Manuel Nunes (?)		Capela, Caboré, Janduim ²⁶⁰
1720 ²⁶¹	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Francisco de Lira	P.º Agostinho Correia P.º Manuel Pedroso Júnior		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Pedro da Silva	-----		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Jerónimo de Sousa	P.º José da Silveira		
	S. João Baptista (Itambé?)	S. João Baptista	Ribeira do Apodi	P.º Francisco Pinto de Araújo (?) ²⁶²			Payacú

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1722 ²⁶³	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Francisco de Lira ²⁶⁴	P.º Agostinho Correia P. João Guedes		280 casais de índios de língua geral ²⁶⁵
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º José da Silveira	P.º Manuel Saraiva		85 casais de índios de língua geral ²⁶⁶
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Jerónimo de Sousa	P.º Francisco Pinto(?)		137 casais de índios de língua geral; 40 casais de tapuias (agregados também a esta missão) – o que perfazia um total de 167 casais ²⁶⁷
1732 ²⁶⁸	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º António Arausius	P.º Estêvão Monteiro		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º João de Sequeira	P.º José da Silveira		
1735 ²⁶⁹	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º João de Araújo	P.º Estêvão Monteiro		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Pedro Nogueira	P.º José da Silveira		
1737 ²⁷⁰	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel Pinheiro	P.º Estêvão Monteiro		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Rafael Gomes	P.º Manuel de Sá		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Manuel de Seixas	P.º José da Silveira		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1738 ²⁷¹	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel Pinheiro	P.º Estêvão Monteiro		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Rafael Gomes	P.º Manuel de Sá		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Luís de Mendonça	P.º José da Silveira		
1739 ²⁷²	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel Pinheiro	P.º Estêvão Monteiro	c. 3000 ²⁷³	
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Rafael Gomes	P.º Manuel de Sá	c. 500 ²⁷⁴	
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Luís de Mendonça	P.º José da Silveira	601 ²⁷⁵	
1740 ²⁷⁶	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel Pinheiro	P.º Estêvão Monteiro P.º José da Rocha Ir. Manuel de Macedo		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Rafael Gomes	P.º Manuel de Sá		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Luís de Mendonça	P.º José da Silveira Agostinho de Matos		
1741 ²⁷⁷	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel Pinheiro	P.º Estêvão Monteiro P.º José da Rocha		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º João de Araújo	P.º Manuel de Sá		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Manuel de Almeida	P.º Lourenço de Almeida P. José da Silveira		
	Paupina	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Luís Jacobus	Ir. Manuel Dinis		

	Parangaba	Bom Jesus		P.º Manuel Baptista	Ir. Manuel de Macedo		“caboclos de lingua geral e tapuyos anacés” ²⁷⁸
	Caucaia	N.ª Sr.ª dos Prazeres		P.º António Pinto	P.º Manuel de Lima		
	Payacú	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Francisco Leal	Ir. José de Passos		Pipipan e outros seus aliados ²⁷⁹
1743 ²⁸⁰	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º José da Rocha	P.º Manuel Pinheiro P.º João de Sales	+ 4000 ²⁸¹	
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º João Arausius	Ir. Francisco Cabral	826 ²⁸²	
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Manuel de Almeida	P.º José de Amorim	1100 ²⁸³	
	Paupina	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Estêvão Monteiro	P.º António Pinto	c. 1500 ²⁸⁴	
	Parangaba	Bom Jesus		P.º Manuel Baptista	Ir. Manuel de Macedo	c. 1200 ²⁸⁵	
	Caucaia	N.ª Sr.ª dos Prazeres		P.º Manuel de Matos	Ir. José Pereira	+ 900 ²⁸⁶	
	Payacú	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Francisco Leal	Ir. Jacinto da Fonseca	900 ²⁸⁷	
1745 ²⁸⁸	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º José da Rocha	P.º Manuel Pinheiro P.º António Dantas		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º João de Araújo	P.º Domingos de Brito		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Manuel de Almeida	Ir. José de Passos		
	Paupina	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Manuel de Lima	P.º João de Sales		
	Parangaba	Bom Jesus		P.º Manuel Baptista	Ir. Manuel de Macedo		
	Caucaia	N.ª Sr.ª dos Prazeres		P.º António Pinto	Ir. José Pereira		
	Payacú	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Francisco Leal	P.º João Brewer		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1746 ²⁸⁹	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel de Matos	P.º Manuel Pinheiro P.º António Dantas		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º António Pinto	P.º João de Araújo		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º Luís de Mendonça	Ir. José de Passos		
	Paupina	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Manuel de Lima	P.º Manuel da Rocha		
	Parangaba	Bom Jesus		P.º Manuel Baptista	P.º João Brewer		
	Caucaia	N.ª Sr.ª dos Prazeres		P.º José de Anchieta	Ir. José Pereira		
	Payacú	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º Francisco Leal	P.º Manuel de Macedo		
1748 ²⁹⁰	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Manuel de Matos	P.º João Brewer P.º António Dantas		
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º António Pinto	P.º João de Araújo		
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º José de Amorim	Ir. José Passos		
	Paupina	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º António dos Reis	Ir. Manuel Macedo		
	Parangaba	Bom Jesus		P.º Manuel Baptista	Ir. Manuel Vaz		
	Caucaia	N.ª Sr.ª dos Prazeres		P.º José da Rocha	Ir. José Pereira		
	Payacú	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º João de Sales	Ir. José Borges		

Data	Missão ou Aldeia	Orago	Localização	Missionários		N.º de índios	Grupo(s) étnico(s)
				Superior	Companheiros		
1757 ²⁹¹	Ibiapaba	N.ª Sr.ª da Assunção	Serra da Ibiapaba, rib.ª do Acaracú	P.º Rogério Canisius	P.º João Antunes P.º Francisco Pereira		“Índios das 4 Nações, a primr.ª, e principal, da lingoa geral chamados tabajaras, e as trez chamados Acaracú, Irariú e Ariassez” ²⁹²
	Guaraíras/Groairas	S. João Baptista	A 3 léguas a sul da cidade de Natal	P.º Manuel Pinheiro	P.º Luís Gonzaga	800 ²⁹³	Índios (caboclos) de língua geral ²⁹⁴
	Guajirú	S. Miguel	A 3 léguas a norte da cidade de Natal	P.º António Álvares	P.º João Moreira	+ de 1000 ²⁹⁵	Índios (caboclos) de língua geral e Payakú ²⁹⁶
	Paupina	N.ª Sr.ª da Conceição		P.º João de Sales	P.º António Dantas		Índios de língua geral ²⁹⁷
	Parangaba	Bom Jesus		P.º Inácio Gomes	Ir. Manuel Vaz	1200 ²⁹⁸	Índios de língua geral e anacés ²⁹⁹
	Caucaia	N.ª Sr.ª dos Prazeres	Ribeira do Ceará ³⁰⁰	P.º José Inácio	Ir. Jacinto da Fonseca	600 ³⁰¹	Índios de língua geral ³⁰²
	Payacú	N.ª Sr.ª da Conceição	Margens do rio Choro ³⁰³	P.º Francisco de Gouveia	Ir. Manuel Simões Ir. Manuel Ferreiroira	200 ³⁰⁴	Payakú

Anexo 7: **Relação descritiva das missões jesuítas do colégio de Olinda**

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Capitania	Descrição
Caucaia	1741 ³⁰⁵ , 1743 ³⁰⁶ , 1745 ³⁰⁷ , 1746 ³⁰⁸ , 1748 ³⁰⁹ , 1757 ³¹⁰	CE	<p>Apesar de alguns autores serem da opinião que a sua fundação, a par de Parangaba, Payacú e Paupina, se teria devido à passagem dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, em rigor mais não sucedera do que uma primeira intervenção, sem a possibilidade de ali se estabelecer desde logo residência fixa ou sequer uma assistência significativa³¹¹.</p> <p>É por provisão de 22 de Outubro de 1735 que os jesuítas são encarregues da administração desta aldeia, assim como de Paupina, Parangaba e Payacú³¹².</p> <p>Quando os jesuítas ali se estabeleceram definitivamente, já existia uma igreja (carecendo de obras de preservação e ampliação) e um clérigo secular, transitando para administração da Companhia a 20 de Dezembro de 1741.</p> <p>Uma vez convertida em vila régia, passa a ser designada Vila de Soure.</p>
Guaraíras/Groairas	1679 ³¹³ , 1683 ³¹⁴ , 1692 ³¹⁵ , 1694 ³¹⁶ , 1701 ³¹⁷ , 1707 ³¹⁸ , 1716 ³¹⁹ , 1719 ³²⁰ , 1720 ³²¹ , 1722 ³²² , 1732 ³²³ , 1735 ³²⁴ , 1737 ³²⁵ , 1738 ³²⁶ , 1739 ³²⁷ , 1740 ³²⁸ , 1741 ³²⁹ , 1743 ³³⁰ , 1745 ³³¹ , 1746 ³³² , 1748 ³³³ , 1757 ³³⁴	RGN	<p>Surge, a par da aldeia do Guajirú, com o restabelecimento da Companhia de Jesus no período pós-holandês na capitania do Rio Grande do Norte. Situava-se a 70 léguas do colégio de Olinda. Por Junta de Missões de Pernambuco, estipula-se a união da aldeia de Mopibu a esta. A sua primeira designação explícita é dada nos catálogos da Companhia em 1683, muito embora a indicação para o ano de 1679, ainda que genérica, já se lhe refira. Intenta-se a inserção de uma comunidade de índios Janduim, mas sem grande sucesso.</p> <p>Distando de 3 léguas de Natal, esta aldeia e a do Guajirú funcionaram ao longo do século XVIII, uma vez restabelecida a paz na região com a pacificação dos índios do Açu, como estrutura de apoio defensivo da cidade³³⁵.</p> <p>Manteve-se com residência fixa até à data da expulsão da Companhia. Persistindo até à data da expulsão, torna-se mais tarde na Vila Nova de Arês, com a implementação da <i>Direcção</i> dos Índios de Pernambuco.</p>

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Capitania	Descrição
Guajirú	1679 ³³⁶ , 1683 ³³⁷ , 1692 ³³⁸ , 1694 ³³⁹ , 1701 ³⁴⁰ , 1707 ³⁴¹ , 1719 ³⁴² , 1720 ³⁴³ , 1722 ³⁴⁴ , 1732 ³⁴⁵ , 1735 ³⁴⁶ , 1738 ³⁴⁷ , 1739 ³⁴⁸ , 1740 ³⁴⁹ , 1741 ³⁵⁰ , 1743 ³⁵¹ , 1745 ³⁵² , 1746 ³⁵³ , 1748 ³⁵⁴ , 1757 ³⁵⁵	RGN	Surge, a par da aldeia do Guajirú, com o restabelecimento da Companhia de Jesus no Rio Grande do Norte após as invasões holandesas. Distava 80 léguas do colégio de Olinda. Aqui serão reunidos índios com a pacificação do levante do Açú. Assim, a partir de 1711, são integrados índios Capela e Caboré. Distando de 3 léguas de Natal, esta aldeia e a das Guaraíras funcionaram ao longo do século XVIII, uma vez restabelecida a paz na região com a pacificação dos índios do Açú, como estrutura de apoio defensivo da cidade ³⁵⁶ . Manteve-se como residência fixa, muito embora enfrentando profundas dificuldades. Aquando do período da Guerra no Açú, o Padre Superior viu-se obrigado a refugiar-se no colégio, ameaçado de expulsão. Por esta altura, encontravam-se os missionários em conflito com os cabos de guerra dos Paulistas, os capitães-morese os colonos em geral, sobretudo pelo uso abusivo que estes faziam dos índios, ignorando a jurisdição dos padres e a liberdade daqueles índios ³⁵⁷ . Esta aldeia não consta da relação de missões para o ano de 1716, facto que poderá estar relacionado com alguma perturbação no acolhimento de índios Janduim, ocorrido dois anos antes. Com as reformas perpetradas pelo governador de Pernabuco, a mando de Sebastião de Carvalho e Melo, esta povoação passa a vila régia de Extremoz do Norte.
Gueena ou Goiana	1592 ³⁵⁸ , 1606 ³⁵⁹ , 1607 ³⁶⁰ , 1610 ³⁶¹ , 1631 ³⁶²	PE	Torna-se residência estável a partir de 1606. Prevalecendo a aldeia de Itambé a partir de 1612, só iremos voltar a encontrar nova menção a esta aldeia de St.º André quando ocorre a invasão holandesa. Esta aldeia e a da Escada surgem enquadradas na Missão junto dos Potiguar ³⁶³ .
Ibiapaba	c. 1649, 1662 ³⁶⁴ , 1692 ³⁶⁵ , 1695 ³⁶⁶ , 1707 ³⁶⁷ , 1716 ³⁶⁸ , 1719 ³⁶⁹ , 1720 ³⁷⁰ , 1722 ³⁷¹ , 1737 ³⁷² , 1738 ³⁷³ , 1739 ³⁷⁴ , 1740 ³⁷⁵ , 1741 ³⁷⁶ , 1743 ³⁷⁷ , 1745 ³⁷⁸ , 1746 ³⁷⁹ , 1748 ³⁸⁰ , 1757 ³⁸¹	CE	Em 1662 surge a menção de «Camuci ou Ibiapaba», pertencendo à Missão do Maranhão ³⁸² . Insere-se no segundo período de actividade missionária da Companhia de Jesus na capitania do Ceará, decorrendo precisamente entre 1656 e 1662 a fundação desta missão por ordem de Vieira, juntamente com os padres Pedro de Pedrosa (conforme consta do catálogo da Companhia para o ano de 1662), António Ribeiro e Gonçalo de Veras. Ibiapaba continua a beneficiar de administração jesuíta no período seguinte, de 1662 a 1771, mas só a partir de 1691 se retoma definitivamente, com Ascenso Gago e Manuel Pedroso ³⁸³ . As incursões teriam começado ainda na transição de quinhentos para a centúria seguinte, inaugurando-se aquela missão com a ida do P.º Francisco Pinto (ali martirizado) e do P.º Luís Figueira. Só mais tarde se tornou a intentar novo contacto, já por volta de 1649. Com a expedição do P.º Manuel Pedroso e do P.º Ascensão Gago, cerca de 1692-1695, marca-se uma nova fase missionária no Ceará, com o estabelecimento de algumas alianças com povos indígenas que, mais tarde, vão ser reunidos naquela missão: os Tabajara, os Reriú, os Acoãnsu e os Anacé. É a esta

			<p>missão a que se referem os catálogos de 1692, quando se alude à «Missio in Pago Ceara».</p> <p>Devido às distâncias entre as aldeias daqueles quatro povos, somente assistiam aqueles dois padres aos Tabajara.</p> <p>De 1663 a 1701, não surge qualquer menção explícita a esta aldeia, muito embora estivesse englobada no quadro das missões do Ceará, referência genérica que observamos recorrentemente neste período nos catálogos da Companhia.</p> <p>Os índios desta aldeia, particularmente cobiçados pelas mais diversas autoridades nordestinas, revelar-se-iam úteis no contacto com os Tremembé do Ceará (1700) – e vice-versa -, combate aos índios «de corso» no Maranhão (ant. 1703³⁸⁴) e pelos sertões. Esta última questão originou, por ordem régia de 1718, a desanexação da Ibiapaba da capitania do Ceará, de modo a transitar para a jurisdição do Piauí – Estado do Maranhão³⁸⁵. Na consideração, porém, do seu impacto e observada a onda de contestação dos moradores cearenses, D. João V vê-se obrigado a recuar na sua determinação três anos mais tarde³⁸⁶. Além de serem preferidos enquanto guerreiros, os índios de Ibiapaba empregavam-se igualmente nas minas de prata na Serra dos Cocos.</p> <p>Após a expulsão dos padres, esta aldeia passa a ser conhecida por Vila Viçosa Real.</p>
“Indorum pagi Janduinorum”	1707 ³⁸⁷	CE/RGN?	<p>Referir-se-ia, muito provavelmente, a aldeias de índios Janduí no Açu, de que voltamos a ter notícia em 1702 (não nos catálogos da Companhia), mais concretamente na Lagoa do Podi. Quem o descreve é o Provincial P.º João Pereira, na Informação para a Junta das Missões de Lisboa, dá conta das “Aldeias que correm por conta dos Padres da Companhia”, que o Rei mandar fazer por carta de 18 de Abril de 1702³⁸⁸. Também a menção feita para o ano de 1679³⁸⁹ aos missionários existentes “In missionibus Tapuyarum” poderá ser novo indício a estas.</p> <p>Poderá tratar-se, ainda, de uma aldeia de índios Janduí, cujo chefe era Canindé, que se fizera situar na costa, num lugar chamado Guaraíras, mas de onde fugiram, pela aversão que nutriam aos índios caboclos que lá se encontravam sob administração dos mesmos jesuítas, além de muitos terem padecido de graves doenças. Acabariam por voltar mais tarde, acossados pelos Paulistas que andavam no seu encalço. Acabariam por ali se estabelecerem os remanescentes naquela missão das Guaraíras³⁹⁰.</p>
N.ª Sr.ª da Assunção ³⁹¹ ou Camamu	1610 ³⁹² , 1631 ³⁹³	PE	<p>Aldeia com grande residência estável em 1610, manteve-se até à invasão holandesa.</p> <p>Segundo Leite, a aldeia de Assunção ou do Camamu situavam-se na capitania de Ilhéus, pertença do Colégio da Bahia. Região ocupada por Aimorés até final do século XVI, ali se veio a criar um engenho e várias aldeias, entre as quais a do Camamu ou Macamamu, que havia sido iniciada em 1561 pelo P.º Luís da Grã³⁹⁴.</p>

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Capitania	Descrição
N.ª Sr.ª da Encarnação	1701 ³⁹⁵	CE	<p>Não existem muitos registos face a esta aldeia, talvez pelo seu carácter não permanente ou de difícil intervenção.</p> <p>No Rol de 1702, refere-se que a aldeia do Jaguaripe e a da Lagoa do Podi eram novas, sendo de importância estratégica para a missionação dos índios do Açu, na altura entendido como um vasto território, que abarcaria não apenas o Rio Grande do Norte como ainda o Ceará³⁹⁶.</p> <p>Dada a relação das missões de Pernambuco de 1707 em que se aponta esta última Podi como localização para a aldeia de S. João Baptista de Itambé, pressupomos que seria a aldeia de N.º Sr.ª da Encarnação que se situaria nas cabeceiras do Jaguaripe³⁹⁷.</p>
N.ª Sr.ª da Escada ou da Apresentação	1592 ³⁹⁸ , 1598 ³⁹⁹ , 1600 ⁴⁰⁰ , 1601 ⁴⁰¹ , 1606 ⁴⁰² , 1607 ⁴⁰³ , 1610 ⁴⁰⁴ , 1613 ⁴⁰⁵ , 1614 ⁴⁰⁶ , 1617 ⁴⁰⁷ , 1619 ⁴⁰⁸ , 1621 ⁴⁰⁹	PE	<p>Criada logo após 1589, encontramos a sua primeira alusão nos catálogos da Companhia para o ano de 1592. A aldeia ficara inicialmente conhecida por “Nossa Senhora da Apresentação do Ipojuca da Escada”⁴¹⁰. Na invocação litúrgica, N.ª Sr.ª da Escada equivale à Apresentação de Nossa Senhora no Templo⁴¹¹. Em 1621 surge com a menção de Aldeia do Caeté. É igualmente provável que se lhe refira a indicação de N.ª Sr.ª da Apresentação no catálogo em 1631⁴¹². Por se situar nas margens do Ipojuca, fica igualmente conhecida como Aldeia da Pojuca, já em pleno período holandês, datando de 1635 a última alusão a esta missão jesuíta⁴¹³. Na relação das missões de Pernambuco de 1760, surge como missão oratoriana junto a índios de língua geral, situada na freguesia de Ipojuca, circunscrição da vila do Recife.</p> <p>Inicialmente missão franciscana entre os Caeté, é referida em 1606, a par da aldeia de St.º André de Goiana, como uma das missões entre os índios Potiguara⁴¹⁴.</p> <p>Manteve-se até à invasão holandesa, a par das aldeias de S. Miguel e de Itambé. Há registos da sua existência para os anos de 1627 - juntamente com Itambé, Una e S. Miguel - e 1635 - assim como das aldeias de Una, Pojuca, Muçuí, Carecé, Itapicirica (associada a Itambé em 1621) e Tabuçurama (antes de se fundir e dar origem à aldeia de S. Miguel de Muçuí)⁴¹⁵.</p> <p>Por aqui passaram célebres missionários jesuítas, como Francisco Pinto, em 1606, em 1613 Simão Pinheiro, que viria a ser, posteriormente, Provincial da Companhia e Luís Figueira, em 1619, aquele que viria a instaurar o colégio do Maranhão.</p> <p>Havia, entretanto, passado a ser uma missão oratoriana, com índios de língua geral, mais concretamente a partir de 1670⁴¹⁶.</p>

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Capitania	Descrição
Paraíba	1589 ⁴¹⁷ , 1592 ⁴¹⁸	PB	O próprio P. ^o Francisco Pinto insiste na fundação de uma grande casa da Companhia naquela região, de forma assistir os índios Potiguar, os quais demonstrariam particular interesse. As escassas menções aos aldeamentos existentes ficam a dever-se ao carácter periódico das missões intentadas mesmo antes de ocorrer a invasão holandesa em 1624. A casa só viria, efectivamente, a ser criada em 1683 (e assim consta nos catálogos da Companhia), a rogo não apenas de índios como de moradores ao longo de várias décadas ⁴¹⁹ . Estaria sempre integrada no conjunto de missões e residências de Pernambuco, cujo destino esteve associado à reinstauração do colégio de Olinda, do qual dependia.
Parangaba	1741 ⁴²⁰ , 1743 ⁴²¹ , 1745 ⁴²² , 1746 ⁴²³ , 1748 ⁴²⁴ , 1757 ⁴²⁵	CE	<p>À semelhança de Caucaia, Payacú e Paupina, apesar da breve passagem dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, só no século XVIII beneficiaria de uma presença efectiva de missionários jesuítas. Leite aponta como primeiro jesuíta a ter ali permanecido António Ribeiro, missionário de Ibiapaba, tendo ali chegado entre 1656 e 1657 a fim de “apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos Anacés”⁴²⁶.</p> <p>Jacobo Cócleo, missionário belga responsável pelas missões de índios no Ceará, e Pedro Francisco Cassali (a quem sucederia o P.^o Luís Machado ou Aloísio Machado, conforme consta na relação de 1670⁴²⁷) ali permaneceram, desenvolvendo a sua actividade a partir de 1662 até 1670. Ali fizera a sua profissão solene o P.^o Cócleo a 2 de Fevereiro de 1665, ascendendo os índios a mais de 2000⁴²⁸.</p> <p>De facto, Parangaba revestira-se ao tempo deste missionário de uma importância estratégica para se intentar a pacificação e evangelização dos índios do «Camucim» ou Ibiapaba, cuja assistência se revelava ainda particularmente precária e sem grande sucesso⁴²⁹. A partir de 1670, a situação tornara-se de tal modo insustentável que se abandona aquela missão, retirando-se os padres para Pernambuco⁴³⁰, pelos abusos constantes dos soldados com as índias a que os padres não conseguiam fazer face e assinalável carência de recursos.</p> <p>E, de facto, não encontraremos referências claras a esta aldeia até antes de 1743, o que não obsta a que tenham existido missões volantes. É por provisão de 22 de Outubro de 1735 que os jesuítas são encarregues da administração desta aldeia, assim como de Paupina, Caucaia e Payacú⁴³¹.</p> <p>Em Dezembro de 1741 transferem-se para esta missão os índios da Aldeia Nova e os Anacé de Aguanambi. Na relação das missões de 1760, refere-se, precisamente, ali se missionarem índios Anacé, bem como de língua geral.</p>

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Capitania	Descrição
Paupina	1741 ⁴³² , 1743 ⁴³³ , 1745 ⁴³⁴ , 1746 ⁴³⁵ , 1748 ⁴³⁶ , 1757 ⁴³⁷	CE	<p>É por provisão de 22 de Outubro de 1735 que os jesuítas são encarregues da administração desta aldeia, assim como de Parangaba, Caucaia e Payacú⁴³⁸, passando a constar dos catálogos da Companhia a partir de 1741, ano em que cada uma destas missões é designada como “novo pago” (aldeia nova). As aldeias não haviam sido criadas somente naquele período – trata-se, na verdade, de comunidades indígenas apontadas logo em 1694⁴³⁹, às quais não havia ainda sido possível atribuir missionário. Neste período, Paupina, Caucaia e Parangaba eram de índios Potiguar.</p> <p>Naquele mesmo ano, pondera-se a união da aldeia de Paranamirim com a de Paupina – esta última com maior extensão de terras, além de serem mais produtivas - de administração jesuíta, situação à qual os jesuítas presentes na Junta não levantaram qualquer objecção, ficando acertada, após eleição, a fusão das duas aldeias, vendo-se Paupina acrescida de mais uma légua de terra⁴⁴⁰.</p> <p>À semelhança de Caucaia, Payacú e Parangaba, apesar da breve passagem dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, só no século XVIII beneficiaria de uma presença efectiva de missionários jesuítas. O principal obstáculo à sua permanência prendia-se, ao que parece, com o resgate abusivo de índias casadas perpetrado pelos moradores da região.</p>
Payacú	1741 ⁴⁴¹ , 1743 ⁴⁴² , 1745 ⁴⁴³ , 1746 ⁴⁴⁴ , 1748 ⁴⁴⁵ , 1757 ⁴⁴⁶	CE	<p>Assim designada por ser constituída de índios de nação Payakú, provenientes do Apodi, Rio Grande do Norte.</p> <p>É por provisão de 22 de Outubro de 1735 que os jesuítas são encarregues da administração desta aldeia, assim como de Paupina, Caucaia e Parangaba⁴⁴⁷.</p> <p>À semelhança de Caucaia, Parangaba e Paupina, apesar da breve passagem dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira, só no século XVIII beneficiaria de uma presença efectiva de missionários jesuítas.</p> <p>Seria a aldeia com menor densidade populacional e relevância económica de entre as sete missões do colégio de Olinda ao tempo da expulsão, sendo a única localidade a não beneficiar do título de vila régia, mas somente de “lugar de Monte-Mor-o-Novo da América”.</p>
S. Francisco	-----	PE	<p>Em 1561, apesar de já possuir igreja, ainda não é uma residência fixa. Trata-se do primeiro aldeamento indígena administrado pelos jesuítas em Pernambuco, devendo-se a construção da igreja ao P.º Gonçalo de Oliveira⁴⁴⁸. Pela distância a que se encontrava e pela escassez de recursos humanos para atender a todas as missões daquela região, a sua assistência era sobretudo de carácter volante.</p>

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Capitania	Descrição
S. João Baptista de Itambé	1613⁴⁴⁹, 1614⁴⁵⁰, 1617⁴⁵¹, 1619⁴⁵², 1621⁴⁵³, 1701⁴⁵⁴, 1707⁴⁵⁵, 1720⁴⁵⁶	PE/RGN?	Nas relações de 1613, 1614 e 1621, é identificada apenas como Itambé ou Itaimbé. Efectivamente, inicia-se com o topónimo indígena, nomeando-se-lhe orago apenas em 1614. No início da sua existência, os jesuítas Padre Semperes e Pero de Castilho partem dali rumo à aldeia de «Tambuçuruma», a sul do Rio Grande do Norte, tentando também administrá-la ⁴⁵⁷ . Em 1621, Itambé surge associada a Itapiririca. Tal como Escada e S. Miguel, esta aldeia permanece com residência fixa até ao período da invasão holandesa, estando a elas anexas outras três aldeias de índios Potiguar: Santo André ou Ibatatã, Aldeia de N. ^a Sr. ^a ou do Castelhana e a de S. Francisco ou Beijú Guaçu ⁴⁵⁸ .
S. Miguel	1589⁴⁵⁹, 1592⁴⁶⁰, 1598⁴⁶¹, 1600⁴⁶², 1601⁴⁶³, 1613⁴⁶⁴, 1614⁴⁶⁵, 1617⁴⁶⁶, 1619⁴⁶⁷, 1631⁴⁶⁸	PE	Terá surgido cerca de 1586, tratando-se já de uma residência fixa, à semelhança da Escada e de Guena ou Goiana, nesta mesma altura, missões dispostas estrategicamente desde o rio Una ao Sul da capitania, até Itambé e Taquara a Norte ⁴⁶⁹ . Seria a de S. Miguel de Una, resistindo durante algum tempo à invasão holandesa, sendo mencionada tanto em 1627, como em 1635 ⁴⁷⁰ .
S. Miguel e Tabuçurama (mais tarde São Miguel de Muçuí)	1621⁴⁷¹	RGN	A sua existência remonta ao início do século XVII, com referência clara logo em 1613 ⁴⁷² , cuja localização é dada no distrito do Rio Grande, sendo a primeira para quem vinha de Pernambuco, mais concretamente a cinco dias de viagem de a norte de Itambé ⁴⁷³ . Sendo mencionada em 1635, subsiste à invasão holandesa, a par das aldeias de Assunção. S. André, Escada e S. Miguel de Una, período em que há uma aposta clara em se promoverem aldeamentos do Colégio de Olinda da parte do Ceará e do Rio Grande do Norte. Por ali passara Francisco Carneiro, na qualidade ainda de Irmão estudante, vindo a ser mais tarde Provincial da Companhia. O P. ^o Manuel de Moraes seria o último superior de S. Miguel de Muçuí quando se dá a invasão dos holandeses ⁴⁷⁴ . Dali não se retiraram logo os padres e índios, como previsto, estando o caminho cortado para Alagoas ⁴⁷⁵ .
Urutagui/Aratagui	1679⁴⁷⁶, 1683⁴⁷⁷, 1692⁴⁷⁸, 1694⁴⁷⁹, 1701⁴⁸⁰, 1707⁴⁸¹	PE	“Em 1610, a aldeia aparece no Catálogo da Companhia de Jesus, com o nome de Assunção, estando sob a administração dos jesuítas de Olinda. Em 1746, ela é administrada pelos padres oratorianos, sendo então registrada como aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Aratagui, pertencendo à freguesia de Taquara. Doze anos mais tarde, na ocasião da elevação da aldeia à categoria de vila, recebe o nome de Alhandra.” ⁴⁸² Este aldeamento jesuíta surge logo em 1679, abrangida nas “missionibus de nuo erectis”, a par de Guaraíras e Guajirú, servindo a vontade do rei, que encarregara o governador e o bispo de Pernambuco de se constituírem mais missões naquelas partes. Situava-se perto de Goiana, a 15 léguas a norte do colégio de Olinda, numa região actualmente pertencente ao Estado da Paraíba ⁴⁸³ .

			Em 1706 pertencia ainda aos jesuítas, surgindo com a referência de aldeia no Aratagui ⁴⁸⁴ , não tendo conseguido prosperar sob a sua administração. Em 1707 transitava para a intervenção de outros religiosos. Figura, em 1749 e em 1760, entre as missões dos oratorianos, com índios de língua geral ⁴⁸⁵ .
--	--	--	---

Outras alusões, de carácter mais genérico

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Descrição
Missão do Ceará	1662⁴⁸⁶, 1663⁴⁸⁷, 1670⁴⁸⁸, 1701⁴⁸⁹	Ocorre no período de restabelecimento do Colégio de Olinda e suas missões, tendo a invasão holandesa impulsionado a fundação de missões mais a norte e no interior, nas vizinhas capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte, funcionando, igualmente como clara estratégia de construção de uma linha defensiva e reforço das fronteiras tanto relativamente aos invasores europeus, como aos grupos indígenas «de corso» que se debatiam com os colonos pelo domínio dos sertões.
“Missio in Pago Ceara”	1692⁴⁹⁰, 1694⁴⁹¹	A «Missio in Pago Ceara» refere-se, na verdade, à expedição às serras da Ibiapaba e costa adjacente pelos padres Manuel Pedroso e Ascensão Gago, os quais se ocuparam de diversas aldeias de índios de língua geral (etnia Tabajara) e de «tapuias» (Anacé, Acoânsu e Reriú) que pelejavam entre si pelo domínio daquele vasto território.
Missão de Jucumã (Tucumã) e Paragoay	1589⁴⁹²	Missão efectivamente fundada em 1588, graças à vinda de jesuítas do Brasil. Esta expedição ocorrera a pedido do Bispo de Tucumã, D. Fr. Francisco Vitória ⁴⁹³ , conforme solicitara ao Provincial do Brasil por carta de 6 de Março de 1585, pela falta de sacerdotes na sua diocese. Os padres jesuítas seguiram da Bahia para Buenos Aires, onde aportaram em finais de Janeiro de 1587 ⁴⁹⁴ . Deparam-se com outros dois jesuítas, Francisco Angulo e Alonso Barzana, ali chegados em idênticas circunstâncias, em 1585, mas a partir da vizinha Província do Peru. A missão passaria a pertencer ao Peru, sendo retirados os padres da Província do Brasil a partir de 1591, muito embora se continuasse a debater aquela missão com falta de missionários e vivendo o dilema da proximidade com o Brasil, bem mais vantajosa do que a integração na Província do Peru. Toda esta questão só culminaria em 1607, com a criação definitiva do Paraguai enquanto Província independente ⁴⁹⁵ . Nos Catálogos da Companhia, encontramos a referência a esta missão precisamente entre as primeiras alusões às missões de Pernambuco, no período em que o P.º Luís da Grã era o Reitor do Colégio de Olinda. As únicas mencionadas para o ano de 1589 são precisamente a da aldeia de S. Miguel, a sete léguas de Olinda, e esta missão fora da Província do Brasil.

Missão ou aldeia	Indicação nos catálogos da Companhia	Descrição
Missão de Pernambuco ⁴⁹⁶	1654⁴⁹⁷	No mesmo ano em que o P. ^e António Vieira se encontra à frente da Residência do Maranhão, alcançando a Serra da Ibiapaba. Nos catálogos da Companhia referentes a 1641 e 1646 nada indicara quanto a Pernambuco. Vinte e três anos volvidos, destruído o Colégio de Olinda, estaria novamente activo em 1660 e concluído seis anos mais tarde, facto que poderá justificar esta ausência na década anterior nos registos da Companhia.
Missão do Rio Grande	1601⁴⁹⁸, 1607⁴⁹⁹, 1615⁵⁰⁰	A conquista desta «derradeira porta da conversão do gentio» Potiguar ⁵⁰¹ - “o terror dos engenhos e fazendas de Pernambuco”, com quem o P. ^e Francisco Pinto procura manter a paz ⁵⁰² - operada na viragem do século, começa por se concretizar com missionários vindos de Pernambuco. Numa informação dada em 1607 do estado daquela missão, se refere que os jesuítas visitavam naquela capitania cerca de 7 ou 8 aldeias de índios, num total que ascenderia a seis mil indígenas, além de outras tantas aldeias dispersas e mais distantes a que não era possível atender, pela falta de recursos humanos e de uma residência fixa no Rio Grande. Naquela capitania, conforme se declara, tinha o colégio de Olinda entre 15 a 16 léguas de terra, um curral de gado (nomeadamente vacum) e terrenos para construção na cidade de Natal ⁵⁰³ .
Missão do Rio Maranhão	1607⁵⁰⁴, 1615⁵⁰⁵, 1617⁵⁰⁶, 1619⁵⁰⁷	Usufruindo da proximidade de Pernambuco, a chegada dos primeiros jesuítas, vindos do Recife, coincide em 1615 com a conquista de S. Luís do Maranhão. Durante as primeiras décadas de seiscentos, o trabalho missionário não é de carácter permanente, dependendo ainda dos recursos disponíveis a partir de Pernambuco. Entretanto opera-se a criação do Estado do Maranhão, em 1621, debatendo-se os jesuítas, de que se destaca o P. ^e Luís Figueira, com diversas entraves à sua fixação e ao domínio temporal sobre os índios. Em 1641, S. Luís volta a ser ocupada pelos holandeses, definitivamente expulsos em 1644, num período em que arrancara a Residência do Maranhão, muito graças aos esforços de Figueira ⁵⁰⁸ . O Colégio propriamente dito começara-o este último logo em 1627, a partir da antiga ermida dos Capuchinhos, beneficiando de obras de ampliação desde aí por diante ⁵⁰⁹ .
Residência do Maranhão	1631⁵¹⁰, 1641⁵¹¹, 1654⁵¹², 1663⁵¹³	

Anexo 8: Regulamento para as aldeias da Companhia

ARSI, Bras. 2.

“Para lo General de la Provincia

[...]

9. No se mande de ordinario ninguno fuera de casa sin companhero, sin especial licença del P.^e Provincial, ni por fuera se aparte uno de otro por distancia en que no se pueda veer uno a otro, sino cõ mucha necessidad, y quando tornare para casa den cuenta desso al sup.^{or}

10. No yran los nros al serton a buscar Indios Gentiles ni daran su parecer para les ir hazer guerra sin especial licença del P. Pv.^{al} el ql no la dará sino en algũ caso raro, y de mucho servicio de N. S.^{or}

11. Coadiutores temporales se escuse quanto fuere possible estar de ordinario en las aldeas, y aprender la lengua de proposito y ser interptes en las confissiones, mas ad tempus se podra embiar alguno a ellas p alguna causa particular.

[...]

13. Los superiores de los collegios o Capitanias donde uviere Aldeas devẽ de ir por lo menos una vez en el año a visitarlas, y informẽse si ay algunos paganos, escandalozos, hechizeros, o mancebados, y si se confessaron todos por la quaresma, si vienẽ bien a missa los domingos y fiestas, y a las doctrinas ordinarias, y si ay alguno por casar teniendo edad para ello, o si estan fuera del Aldea sin licença, y denles el remedio conveniente a sus animas, de tal manera que se vea y se entienda q lo hazen ex charitate como padres, y no iuridice, q seria usurpar el officio del obpo [sic], y offenderle. y hagan enteram.^{te} cumplir los avisos que estan dados para las aldeas, y procuren que sean proveidos los P.^{es} y hros [hermanos] que en ellas residen qn^{to} fuere possible cõ todas las [...?] corpor.^{les} y sp.ales.

14. Donde uviere aldeas en que los nros residan si no fueren professos, o coadiutores formados vengan a renovar lo menos una vez en el año sus votos a casa y qn en esto uviere algũ incoveniente, vaya el Sup.^{or} a alguna dellas y alli se aiunten los de las otras Aldeas en algũ dia senalado, y hagã sus confessiones generales, y renueven los votos como se acostumbra.

15. No se den Indios de las Aldeas que estan a nro cargo a ninguna psona por mas de tres mezes continuos qn mucho, ni los dexen comun.^{te} llevar las mugeres, ni reciban en ellas los que no fueren dellas, y huyeren de casa de los Portuguezes, antes los manden

luego tornar para donde huyeron, salvo si por alguna causa particular paretiesse al sup.^{or} de la casa o col.^o deverse retener alguno, mas no se haga con escandalo de los Portuguezes, y en periuizo de las personas q pretenden tener derecho en ellos.

16. Procuresse con toda diligencia la amistad assi con los Capitanes, como cõ los Vicarios, y en ninguna manera se muestren los P.^{es} parciales con ninguno [...]
(Bras. 2, 141)

“Para las Aldeas

1. Los sup.^{es} de las Aldeas con sus companeros estaran subiectos al sup.^{or} del col.^o o casa a que fueron annexas, y qn en estas Aldeas no uviere mas que dos P.^{es} el que no fuere sup.^{or} sera cõmum.^{te} Admonitor, consultor y avisará al sup.^{or} de lo que pareciere.

2. En cada una de las Aldeas esten quatro en qn.^{to} fuere possible, y procurese q los dos dellos sean sacerdotes.

3. El sup.^{or} de estas Aldeas puede absolver a los nros por si o por otro de los casos referuados con obligacion que se p’sentem al sup.^{or} del Col.^o como tuvieren oportunidad y dela misma manr.^a podra el ser absuelto dellos por su confessor.

4. Hagan los sup.^{es} todolo possible para que los nros se conserven en toda disciplina religiosa de nro Instituto, y procuren de augmentar en las Aldeas los exercicios spuales [sic] y devocion, y quanto fuere possible no hablen en la porteria, ni en la Iglesia con mugeres deteniendose con ellas, sin estar otra persona de casa, o de fuera p’sente ni salgan fuera de casa por el Aldea sin compañero, ni en ella queden sin el, enquanto fuere possible.

5. Como fuere de noche se cierren las puertas de la casa qua para fuera, y el sup.^{or} recoia luego las llaves, y no se sirvan de Indias para traer agoa, ni las consientan venir de noche con limosnas a la porteria.

6. Ninguno de los nros sangrara por si mismo, sino con urgente necessidad, como si la dolencia fuere grave y no uviere otro que lo aga.

7. Procurese con toda dilig.^a que todos los nros hablen la lengua, y la deprendan principalm.^{te} los que se embian a las Aldeas para esso: ni sin licencia del P.^e Pro’al se tengan en casa de ordinario, mas que dos o tres moços para servicio, los quales por lo menos traigan çaraguales, y tengase tiento de no embiar Indios al colegio o a otras partes sin mucha causa, principalm.^{te} con cargas, y las limosnas que se dieren a casa seran para su uso, y vestido de los moços, que sirven.

8. Al principio de la mesa se lea siempre un capitulo de Gerson, o libro pio, y a las noches acabada la çena el Martiriologio en vulgar.
9. No se encarguen de Negocios seculares como de rescates etc y con los que passa' usen de charidad conforme a nra pobreza, mas no se hospeden en nra casa personas seculares sino fueren de mucho respecto y obligacion.
10. Acabada la oracion se dira una missa, por que la puedan oir los Indios antes q vayan a sus serviçios y antes o despues de la missa se les haga la doctrina p breve spacio como de un quarto, poco mas o menos, repartiendo el dialogo de manera que se enseñe por lo menos una vez en la semana, y a la tarde assi por la semana como a los Domingos se enseñaran las oraciones de la doctrina, y tomaran algũ tiempo para particular instruction de los que se han de baptizar, casar, o comulgar[sic] de nuevo.
11. Aviendo moços de escuela los enseñaran por espacio de hora y media, asi a la mañana como a la tarde, a leer y escrevir, y despues de esso cantar a los que pareciere que tienen habilidad para esso aviendo quien lo sepa hazer, mas no los castigue p su mano.
12. Quitense las malas costumbres de los Indios, como aver excessos en los vinos y bailes de noche, y las buenas se conserven, como dizirse la salve los sabados, y las disciplinas, y pcessioness[sic] de quaresma, y a lo menos en las quatro principales fiestas si uviere cãtores Missa cantada para consuelo de los Indios, y aug.^{to} de la Christiandad, y todos los lunes missa por los defunctos, saliendo al cemiterio con la cruz, y agua bendita y cantar, los niños la doctrina en sus casas, despues de las avemarias y otras semeiantes.
13. En las fiestas se sepa los que faltan a missa, o trabajan en ellas, y podran dar por esso y las mas faltas alguna pqña, y quanto merecieren çepo, o otros castigos semejantes se los podran dar por los merinos del Aldea, mas sean en esto muy moderados, y advertidos de que el obpo[sic] no se offenda pensando q le usurpan su iurisdiccion.
14. Las casas de los Indios se visitaran una vez en la semana, o mas si fuere necess.^o p los nros viendo acompanados, y exhorten a los mayordomos (los quales sean de confiança) q las visiten cada dia, y avisen de lo que hallaren, s. de los dolientes, y de los absentes, y de quales quier necesidades que uviere.
15. Trabaïen mucho que se confiessen los Indios algunas vezes entre año, y lo menos por la pascua esten todos confessados, y los que fueren capaces podran comular las quatro fiestas principales, para que ganen los Jubileos, precediendo antes por aparejo la disciplina, l[e?]tania, y breve exhortacion: y ternan [sic] particular cuenta con los

catechumenos, instruyendolos para el bautismo, y quãdo baptizaren algunos escribanlos en un libro que para esso aura, y el dia, y año en que se baptizarõ, y los padrinos no sean de la Comp.^a sino algũ viejo principal, y virtuoso de la misma Aldea.

16. Los que casaren sean personas de edad para esso, y bien instruidos en este sacr.^{to}, y con las solennidades de los pregones q.^{to} fuere possible, y escriban sus nombres en un libro.

17. El sacr.^{to} de la extrema unction daran a los Indios y esclavos de Guinea solam.^{te} y a los Portugueses q se hallaren en las Aldeas, si sus p'lados o curas desso fueren cõntêtos, y den señal con la campanilla para que vaya acompañada, y qn los de la cõmunion estuvieren dolientes, y no pudieren ir a la yglesia, procuren llevarles el S.^{mo} Sacr.^{to} de la Euch.^a bien acompañado cõ la mayor decencia y reverencia que pudieren, y trabajen de asistir a los que estuvieren para morir, y ayudarlos mucho y entierrenlos con tumba y solennidad de la confradia de los defunctos como se acostumbra, no les dexando de dizir una o mas missas, cõforme a lo que la edificacion y charidad piden.

18. No enterraran dentro de las iglesias de las Aldeas a ninguno Indio sin licencia del sup.^{or} de la casa o col.^o a que estan anexas salvo si fueren algunos principales y sus mugeres o benemeritos de la Iglesia, ni consientan sin la misma liçençia passarse los Indios de una Aldea para otra.

19. Tengan mom.^a los sup.^{es} de embiar allamar de qn en qn algunos Indios, especialm.^{te} viejos y platiquen con ellos familiarm.^{te} de Dios y de los mysterios de la vida de X., creaçion del mundo, y vidas de s.^{tos} por se tener por experiençia que desto se saca gran provecho, y se haze mas con ellos que con los sermones ordinarios de la Iglesia.

20. Tengan un libro en las Aldeas en que una parte este escrito todo el mueble de casa y de la Iglesia, y en otra parte la doctrina y dialogo en la lengua q queda nuevam.^{te} apuada, y juntam.^{te} estos avisos, y los lean a lo menos de dos en dos mezes para que no se olviden de la execucion dellos.

Para las Misiones⁵¹⁴

1. Por ser las misiones muy necess.^{as} en esta tierra, y principal fin de las fundaciones de los Col.^{os} aura siempre en cada Col.^o por lo menos un P.^e de mucha confiança deputado por el P. Pro'al al ql. se dara un buen compañero para se visite los ingenios y mas haciendas a lo menos una vez en el año, aunq no sean llamados y sera bien que ambos

q.^{to} fuere possible sean P.^{es} lenguas, y uno dellos p'dicador y entiendan que principalm.^{te} son embiados para ajuda de las necessidades de los Indios y negros de Guinea.

2. En llegando a alguna hacienda hara un Catalogo de todos los Indios y esclavos della poniendo distinctas senales a los que no son Baptizados, o casados, y irlos han aparciando y confessando por ordem procurando de no passar a otra parte sin quedar todos con el remedio possible y conveniente a sus aias [sic], persuadindose que se las puso Dios en sus manos para darle cuenta dellas, lo que no se podra bien hazer si fueren demasiadam.^{te} apressados en visitarlos, y qn uviere dos P.^{es} uno dellos dira luego missa en amaneciendo, o qn mejor pareciere en los dias de fiesta para los esclavos y Indios: la ql acabada les enseñaran la doctrina antes que se derramen por las roças; y donde pudiere ser se procure que tengã la confradia del Rosario, con obligacion de rezarlo los dias s.^{tos} y aprender en ellos la doctrina, aiuntandose para esto en alguna parte cõveniente, y lo mas que pareciere para bien de sus almas, y de que sus señores fueren contentos.

3. Las doctrinas a los Indios y negros de Guinea se hagan todos los dias a la noche, o al comer qn mejor pareciere, y no se uze de otro catechismo sino del que ultimam.^{te} queda apuado.

4. Aia mucha concordia entre los compañeros, ni se aparte facilm.^{te} uno de otro principalm.^{te} por mucho spacio de tiempo.

5. Pergunten por los enfermos perigosos, y denles luego el Remedio conveniente a sus animas, y procuren q los que no son baptizados tengan bastante noticia para baptizarse a lo menos qn stuvieren en peligro de Muerte y dexten muy encomendado a los señores q no los dexten morir sin baptismo. Los adultos no se devẽ comum.^{te} baptizar sino despues de estar bien seguros que no huyran para el sertõ, y casense luego, salvo si alguna grave necessidad otra cosa pediesse.

6. No casen Portugueses sino con special liçençia de sus curas y del sup.^{or} ni Indios, ni negros, sino con grande examen si tienen algunos impedimientos: y dandoles pr', buena noticia del Sacr.^{to} y no casaran Indios e las Aldeas en casa de portugueses, ni Indios con otros de diversos señores, y raram.^{te} forros con esclavos. Escrivan los nõbres de los baptizados y casados, con año, mes y dia, y traslادense en un libro que para esso aura en los Col.^{os} puestos en tal orden q facilm.^{te} se hallen qn fuere necess.^o

7. Los que andan en misiones podran ser absueltos de los casos reservados con obligacion que se presentem al sup.^{or} del col.^o donde son embiados o al pro'al si ay stuviere.

8. Lleven consigo estos avisos y la resolucion de los casos, que por alla ocurren cõmunẽte acerca de los baptismos, casamientos y doctrina de los esclavos, y procuren de conformarsse con ellos qn algunos dellos ocurrieren y noten el numero de las confessions q hizieren, y las mas cosas de edificacion para la annua desta pv^a.”

Anexo 9: Consulta de D. João V com vista à criação do Hospício do Ceará

Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 9 de Novembro de 1720. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 68, rolo 2.

“Vendose a representação inclusa do P.^e João Guedes da Comp.^a de Jezus Missionario do B.¹ em q expoem a V. Mag.^{de} o bem spiritual que pode resultar aos moradores da Serra da Ibiapaba em se fundar naquella Aldeya hu hospicio aos relegiosos da mesma comp.^a p.^a dali sahirem em Missão as [sic] Cappitanias do Ceará e Piaugui e empenho q os Indios da d.^a serra tem em descubrir hũs seos parentes q há 150 annos estão escondidos nas dilatadas Serras de Ariripe q se presume [se]rão quatro athé sinco mil almas, p.^a cujo effe[eito] recorria a real grandeza e piedade de V. Mag.^{de} [... ilegível] mandar dar alguã congrua moderada q se poderá tirar das condenações que se fazem na Ouvedoria de Pernambuco e Pernaiba p.^a o sustento de des relegiozos que são necessarios p.^a este fim, ordenando q estes tenham passagẽ livre no barco chamado da Muda q todos os annos vay ao Ceará, não som.^{te} q.^{to} as suas pessoas, mas q.^{to} ao seu provim.^{to} q todos os annos lhe ha de ir de Pern.^{co}, pedindo tão bem a V. Mag.^{de} licença p.^a mandarem vir alguns relegiosos do Imperio para serem occupados nas ditas Missões.

E sendo v.^{do} o papel referido

Pareceo ao Cons. q. V. Mag.^{de} não só está obrigado a concorrer com todos os meynos p.^a q se conserve a relegião Catholica em todos os seos Reaes dominios, mas a promover todos os q forem conducentes p.^a q esta se extenda e se convertão e redução todas as gentes continentes [sic] nelles, e se ^{1f} procure a sua salvação como negocio mais importante q pode haver no mundo, pois por este titullo tão espiciozo foi dado pellos Summos Pontifices a invistidura das Conquistas aos s.^{res} Reys deste Rn.^o predecessores de V. Mag.^{de} e como o s.^r Rey D. Pedro 2.^o da gloriosa memoria q D. haja tinha resolutu que para melhor se conseguir este effeito se fundace hu hospicio no Ceará como se mostra na copia da carta q com esta sobe as reaes mãos de V. Mag.^{de} para q

delle sahicem p.^{los} vastos Certões daquellas terras os Relegiosos da Comp.^a de Jezus a promulgarem o Sancto Evangelho, e com as suas doutrinas converterem p.^a a fee de X.^o [sic?] os Indios q os habitão, mandava dar p.^a a fundação delle a quantia de seis mil crusados por huã ves som.^{te} distinandolhes aquellas consignaões de donde se entendia se podia tirar o rendim.^{to} p.^a o sustento dos Missionarios e este não tivesse o effeito por alguãs deficuldades que se encontrarão, e que os mesmos Padres reconhecerão na pouca seguransa da d.^a congrua, e agora represente o P.^e João Guedes o m.^{to} q será util a edeficação do d.^o hospicio, e q delle poderão os Missionarios alargarse com as suas Missões athé o Piagui, e aponte q a parte donde se pode melhor fundar o d.^o Hospicio, e se reconhecessa q esta obra hé m.^{to} do serv.^o de D.^s e de gr.^{des} consequencias tanto p.^a q se consigão os bens spirituaes como temporaes, e asi haver mayor n.^o de christãos como tão bem de mais vassallos p.^a o servisso de V. Mag.^{de}, q nesta concideração V. Mag.^{de} haja por bem que com effeito se ponha em execução a erecção do d.^o hospicio no Ceará na parte que já estava mandado citar por ser a mais proporcionada p.^a o effeito q se procurava, em que os cappitães mores poderão contribuir m.^{to}, não só para que se consiga porse em sua ultima perfeição o d.^o hospicio, mas ajudar e assistir com todo o favor necessr.^o para q os d.^{os} Missionarios possão melhor alcansar o fructo glorioso das suas Missões, e que nelle haja des P.^{es} da Comp.^a ^{lv} Missionarios, e entre elles alguns Alemães pois tem mostrado a experiencia o gr.^{de} zelo e fervor de espirito com q se empregão neste tão s.^{to} ministerio, para cujo effeito se deve encomendar ao seo P.^e geral os mande p.^a este fim a este Rn^o por se não poder ter nenhum ciume ou receyo de serem Vassallos, ou do Emperador, ou de outros Principes do Imperio q não tem forsas maritimas, como tem os Estrangeiros de outras nações, e q p.^a a desp.^a e fabrica do d.^o hospicio se dem [dêem] os 60\$^{os} q estavam comprometidos [sic] p.^a a factura do primr.^o hospicio em tempo de tres annos a 20\$^{os} por anno, e q estes sejam do rendim.^{to} dos dizimos da Cap.^{nia} do Ceará os quais estão hunidos aos da Provedoria da faz.^a real do Rio Grande, em cuja p.^{te} se remata hum e [nou]tro contracto, em que se entende há sobras, e se dê de congrua a cada hum dos d.^{os} Missionarios 40[0rs?] por anno, os quais se lhe asentem por hora na mesma parte emquanto não houver outro rendim.^{to} prompto para o d.^{to} pagam.^{to} o qual se lhe deve constituir segundo o estado em q se acha a Capp.^{nia} do Ceará, cheya de tão numerozos curraes, e seo[s] moradores tão opulentos, em se impor em cada c[ur]ral que tiver cem cabessas de gado, q pague de pensão cada hum em todos os annos huã cabessa, e o q tiver quinhentas cabessas duas, e estas pensões se rematem a pessoa q trazer os dizimos, porque desta maneira se poderá

lograr hum rendim.^{to} permanente e sem fallencia, e com m.^{ta} suavidade e sem vexação dos povos, o qual se não podia logra[r] nas consignações q estavam applicadas p.^a a erecção do d.^o hospicio, a respeito da incerteza e contingencia dellas, e estabellecidas as d.^{as} pensões, ficará sessando a applicação das d.^{as} congruas, q por hora se mandão impor na Fazenda Real. E por q hé justo q os d.^{os} Rellegiozos sejam attendidos e favorecidos como pede a piedade christã pollo emprego q tem a sua conta, q V. Mag.^{de} mande declarar no barco q vay todos os annos, chamado da Muda, da Capp.^{nia} de Pernambuco p.^a a do Ceará, se lhes dê a passagê Livre, não só quanto as suas pessoas, mas de tudo ^{2f} q for necessario p.^a o provim.^{to} do d.^o hospicio, ordenando V. Mag.^{de} assim ao Gov.^{or} de Pern.^{co}, como ao Capp.^{ao} Mor do Ceará observe inviolavelm.^{te} esta real determinação de V. Mag.^{de}, applicando todos os meynos p.^a q a fabrica o d.^o hospicio se ponha em ultima perfeição, e q os d.^{os} Missionarios sejam tratados com toda a veneração e respeito, ajudando-os p.^a os progressos das suas Missões, porq o exemplo q com elles se executar, será tão bem p.^a q tenham toda a boa aceitação dos vassallos de V. Mag.^{de}, e dos Indios q houverem de converter. Lix.^a occidental 9 de Novembro de 1720.// Ant.^o Roiz da Costa// Joseph de Carvalho Abreu// Joseph Gomes de Az.^{do}// Alex.^e da Silva Corr.^a// João de Souza// M.^{el} Froiz [?] Varges// João Pedro de Lemos.

Esta cons.^{ta} se reformou por avizo do secretr.^o de Estado Diogo de Mendonça Corte Real de 8 do presente mes Lx.^a occ.^{al} 11 de Fevr. de 1721.”

Anexo 10: Relação dos aldeamentos indígenas missionados em Pernambuco e Capitanias anexas (1728 a 1761)

Fontes⁵¹⁵: Doc. 27, Cx 76 Local RJ, data 23/11/1763, Pernambuco (ADENDA); AHU, códice 1919, fl 297, data 01/12/1760 Relação das aldeias que há no destrito do Governo de PE e capitanias anexas de diversas nações de índios; e AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3479.

“Relaçam das Aldeyas de Indios e Tapuyas que habitão nas Capitanias da jurisdição deste Governo de Pernambuco”⁵¹⁶

1728

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica	Missionário	Grupo indígena	Obs.
CE ⁵¹⁷	Ibiapaba	80 léguas a norte de Fortaleza	2 jesuítas	280 casais de índios de língua geral	com igreja de taipa e com os paramentos necessários
	Caucaia	a 3 léguas de Fortaleza	1 sacerdote jesuíta ⁵¹⁸	150 casais de índios de língua geral	com igreja nova muito bem feita, mas ainda sem portas; sem ornamentos para se dizer missa
	Parangaba	a 1 légua de Fortaleza	1 sacerdote secular ⁵¹⁹	180 casais de índios de língua geral	igreja em madeira já muito danificada; paramentos muito usados
	Paupina	a 3 léguas de Fortaleza	1 sacerdote secular ⁵²⁰	80 casais de índios de língua geral	igreja em madeira, que lhes fez um morador, mas ainda sem portas; só há um paramento de chita já muito velho; carece de uma nova imagem de N.ª Sr.ª da Conceição
	Paranamerim	a 5 léguas de Fortaleza	1 sacerdote secular ⁵²¹	100 casais de índios de língua geral	igreja de taipa muito mal feita e já velha, mas bem paramentada ⁵²²
	Aldeia Nova	a 3 léguas de Fortaleza	1 sacerdote secular ⁵²³	25 casais de índios de língua geral, que se separaram de Paupina ⁵²⁴	com igreja ou capelinha muito tosca e mal paramentada
	Aldeias de Tapuias	Paramambés	1 sacerdote secular	77 casais de tapuias diversos em língua e costume; “gente bárbara e pouco doméstica”	igreja reconstruída de novo em madeira; paramentos bastante usados
		Payacús (aldeia nova)	1 sacerdote secular	40 casais (apesar de serem muitos mas não se tornando a aldear) ⁵²⁵	capela com muito boas imagens e ornamentos, ofertados pelo Bispo
		«Jozás» ⁵²⁶ (aldeia nova)	1 sacerdote secular	40 casais de índios Caratiús e Condadús, ali reunidos por ordem do Bispo ⁵²⁷ ; consta de 60 “homens e armas”	igreja e seus ornamentos novos, ofertados pelo Bispo
		[aldeia dos Quixereus]	1 sacerdote secular	índios Quixereus, a quem se mandou reunir índios Quixelós, num total de 65 casais	igreja e seus ornamentos novos, ofertados pelo Bispo

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica	Missionário	Grupo indígena	Obs.
RGN	Guajirú	a 4 léguas da cidade de Natal	2 jesuítas	137 casais de índios de língua geral; 40 casais de tapuias (Caboré e/ou Capela?), agregados também a esta missão – o que perfaz um total de 167 casais	Uma formosa e boa igreja bem paramentada
	Mopubu	4 léguas a sul da cidade de Natal	1 sacerdote secular	70 casais de índios de língua geral	Igreja muito danificada, por ser de barro; paramentos com muito uso
	Guaraíras	c. 15 léguas a sul da cidade de Natal	2 jesuítas	85 casais de índios de língua geral	Igreja muito velha e paramentos usados
	Gramació	A 20 léguas da cidade de Natal	1 missionário do Carmo da Reforma	40 casais de índios de língua geral	Aldeia constituída há pouco tempo; capela limitada e de pouca duração
	Cunhahú	20 léguas a sul da cidade de Natal	1 sacerdote secular	40 casais de índios (de língua geral) que se achavam dispersos pela região	Ainda sem igreja nem paramentos
	Podi	A 80 léguas da cidade de Natal, distrito do curado da rib. ^a do Açu	1 sacerdote secular ⁵²⁸	60 casais de «tapuias»	Capela de barro muito danificada por causa do tempo; com paramentos muito usados
IT ⁵²⁹	«Eretauhi» (Aratagui)	A 19 léguas “desta praça” (Vila de Goiana ⁵³⁰ , Freg. ^a da Taquara, junto ao rio Papoca de Baixo ⁵³¹)	2 oratorianos	120 casais de índios de língua geral	Igreja muito velha e danificada; a nova igreja, de pedra e cal, já tem os alicerces feitos; paramentos muito usados
	Siri	A 11 léguas “desta praça” (Vila de Goiana, Freg. ^a de S. Lourenço de Tigicopapo, junto ao rio Siri)	1 missionário do Carmo da Observância de Olinda	40 casais de índios de língua geral	Igreja de taipa, frágil

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia		Área Geográfica	Missionário	Grupo indígena	Obs.
PB	Mamanguape ou Baía da Traição		A 9 léguas da fortaleza do Cabedelo	1 missionário do Carmo da Reforma	80 casais de índios de língua geral	Igreja de taipa bem paramentada
	Preguiça		A 13 léguas da cidade	1 missionário do Carmo da Reforma	60 (?) casais de índios de língua geral	Igreja e sacristia de pedra e cal com em construção, graças ao empenho do padre e esmolas dos moradores
	Jacoca		A 4 léguas a sul da cidade	1 beneditino ⁵³²	55 casais de índios de língua geral	Igreja de taipa já muito velha, com telhado de palha; paramentos com muito uso
	Utinga		No sertão, a 6 léguas da cidade	1 beneditino	30 casais de índios de língua geral	Igreja de taipa muito danificada; com falta de paramentos
	Aldeias de Tapuias	Cararis [ou de N. ^a Sr. ^a do Pilar]	A 40 léguas da cidade, [Paypú]	1 capuchinho italiano	70 casais de índios (Kiriri)	Igreja em construção de pedra e cal; faltam paramentos (ainda com emprestados)
		«Socurús» (futura aldeia da Boavista)	A 30 léguas da cidade	1 sacerdote secular	60 casais de índios Xucurú (gentio de corso que nunca teve missionário) e índios Kanindé, também de corso (reunião a mando do Bispo)	Sem igreja nem paramentos próprios
		Corema	Rib. ^a do Piancó, a 80 léguas da cidade	1 sacerdote secular	60 casais de índios (Corema)	Igreja de taipa; com um ornamento muito velho
		Icó pequeno	Rib. ^a do Piancó, junto ao rio do Peixe, a c. de 20 léguas da cidade	1 sacerdote secular	40 casais de índios (Icó)	Igreja muito limitada e de pouca duração; paramentos com bastante uso
		Panaty	Rib. ^a do Piancó, a c. de 110 léguas da cidade	1 sacerdote secular	30 casais de índios (Panati) ⁵³³	Igreja no início da construção; carece de paramentos
		Cavalcantes (futura aldeia de Campina Grande)	Sertão do Cariri	1 sacerdote secular	60 casais de índios (Cavalcantes), a que se agregaram índios Fagundes ⁵³⁴	Ainda sem igreja
	Cinco aldeias		?	Religiosos do Hábito de S. Pedro	?	?
	Uma aldeia		?	Capuchinhos italianos da V. ^a do Recife	?	?
	Uma aldeia		?	Benedictinos da cidade de Olinda	?	?
	Três aldeias		?	Religiosos de dois conventos da cidade de Paraíba	?	?

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia		Área Geográfica	Missionário	Grupo indígena	Obs.
PE	Ipojuca (Escada)		A 15 léguas do Recife	2 oratorianos	17 casais (chegou a ter dois mil homens de armas) ⁵³⁵ de índios de língua geral	Igreja em ruína; faltam paramentos
	Una		A 22 léguas do Recife	1 Franciscano da Prov. ^a de Pernambuco ⁵³⁶	20 casais de índios de língua geral (também foi numerosa no passado) ⁵³⁷	Igreja recente, de madeira e barro mas ainda por rebocar; paramentos muito usados
	«Pirassenunga»		24 léguas a sul do Recife, rib. ^a de Una	1 missionário do Carmo da Observância de Olinda ⁵³⁸	200 casais de índios de língua geral	Aqui reside o Gov. dos Índios, D. António Domingos Camarão ⁵³⁹ ; com igreja suficiente e os paramentos necessários
	Palmar (futura Gameleira?)		A 50 léguas do Recife	Capelão do Palmar	40 casais de índios de língua geral, aos quais se juntaram casais de «tapuias» (seriam índios Kiriri e Uruá)	Igreja de barro, muito danificada; paramentos muito usados
	Limoeiro		No sertão, a 8 léguas do Recife	2 oratorianos	50 casais de tapuias	Boa igreja de taipa, à custa das esmolas dos moradores; bem paramentada
	aldeias de tapuias	Ararobá ⁵⁴⁰	A 80 léguas do Recife	2 oratorianos	150 casais de tapuias (Xucurú)	Igreja muito boa e bem paramentada
		St.º Amaro	Acima de Alagoa do Norte, a 65 léguas do Recife	2 franciscanos da Prov. ^a de Pernambuco	61 casais de índios de língua geral, com 220 almas	Muito boa igreja; bem paramentada, à custa de algumas confrarias de moradores
		Carijós	Distrito da freg. ^a do Ararobá, a 86 léguas do Recife	1 sacerdote secular	60 casais de tapuias (Carijó)	Igreja de taipa e paramentos muito velhos
		Paraquiós	Campos do Boique [?], terras do Salitre onde chamam o Macaco, a c. de 60 léguas do Recife	s/ missionário	c. de 40 casais (Paraquió)	s/ igreja
		St.º Amaro (Rio São Francisco)	A 1 légua da vila do Penedo, no rio São Francisco, 80 léguas a sul do Recife	1 sacerdote secular	Tapuias	Igreja feita pelos moradores; com paramentos
		Barra do Colégio/«Colejo»	A 94 léguas do Recife e a 7 léguas da vila do Penedo	1 sacerdote secular (ou melhor, jesuíta)	40 casais de tapuias (Carapotió, Kiriri, Aconã, Ceococes / Xocó e Prakiós ⁵⁴¹)	Igreja de taipa pouco durável. Aldeia jesuíta até à expulsão, criada ao mesmo tempo que a de S. Brás em terras doadas ao colégio do Recife vinte anos antes ⁵⁴² .
		Barra do Traipu	A c. de 100 léguas do Recife (junto ao rio com o mesmo nome,	1 sacerdote secular	30 casais de tapuias	Igreja de taipa muito pobre. Não se trataria da aldeia de S. Brás, consideradas as distâncias.

			região do Baixo São Francisco)			
		Pajaú (Missão Nova de S. Francisco do Brejo?)	Rib. ^a do Piancó, a 150 léguas do Recife	s/ missionário	40 casais de tapuias	s/ igreja
		Quatro aldeias	Rib. ^a do Piancó, distrito do rio São Francisco	franciscanos	?	Apesar de pertencerem à jurisdição de Pernambuco, os missionários provinham da Bahia
		Sete aldeias		capuchinhos italianos	?	

De salientar que, não obstante a alusão a quatro missões jesuítas em 1728 dispersas por duas capitanias da jurisdição de Pernambuco, a saber, Ibiapaba, Caucaia (CE), Guaraíras e Guajirú (RGN), já os Catálogos da própria Companhia exibem dados um pouco distintos. Assim, no tocante a Ibiapaba, consta na relação de 1722 mas não nas de 1732 e 1735, tornando apenas a ser indicada no ano de 1737; relativamente a Caucaia, curiosamente a primeira referência surge apenas em 1741. Com efeito, foi apenas por provisão de 22 de Outubro de 1735 que os jesuítas foram encarregues da administração desta aldeia, assim como de Paupina, Parangaba e Payacú⁵⁴³. Uma vez ali chegados, a missão já possuía capela e era administrada por um clérigo secular. É, pois, muito provável que estejamos perante um erro na contagem e discriminação das missões e respectivos missionários.

“Relação das Aldeas que há no distrito deste Governo de Pernambuco e Capitania da Parahiba sujeitas a Junta das Missoes deste Bispado”

[ant. 1749]⁵⁴⁴

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	N. ^a Sr. ^a da Escada	Vila do Recife, freg. ^a de Ipojuca	oratoriano	Caboclos de língua geral
	Limoeiro	Vila de Igarasú, freg. ^a de St. ^o Antonio de Tracunhaem	oratoriano	Caboclos de língua geral
	Aragui/Aratagui (invocação N. ^a Sr. ^a da Assunção)	Vila de Goiana, freg. ^a da Tacuára, junto ao Rio chamado Papoca	oratoriano	Caboclos da língua geral
	«Cyri»/ Siri (invocação S. Miguel)	Vila de Goiana, ao pé do Rio Cyri, na freg. ^a de S. Lourenço de Tegicupapo	religioso do Carmo da Observância	Caboclos de língua geral
	Una (invocação S. Miguel)	Vila de Sirinhaem, freg. ^a de Una	religioso do Carmo da Observância	Caboclos de língua geral
	St. ^o . Amaro	Vila das Alagoas	franciscano ⁵⁴⁵	Caboclos de língua geral
	Gemeleira (invocação N. ^a Sr. ^a das Brotas)	Vila das Alagoas, distrito de Palmar	sacerdote do Hábito de S. Pedro, Capelão do Palmar	Tapuias: Kiriri e Uruás
	Urucú (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila das Alagoas, freg. ^a de Alagoa do Norte	s/ missionário	Caboclos de língua geral
	S. Brás ⁵⁴⁶ (invocação N. ^a Sr. ^a do Ó)	Vila do Penedo	jesuíta	duas nações de caboclos de língua Geral: Kiriri e Progêes

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	Lagoa Comprida (invocação S. Sebastião)	Vila do Penedo	s/ missionário	Carapariós
	Pão de «Asuquar»/ Açúcar (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila do Penedo	sacerdote do Hábito de S. Pedro	uma Nação de Caboclos de língua geral chamados Chocós
	Serra do Comonaty (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila do Penedo	sacerdote do Hábito de S. Pedro	uma Nação de Caboclos de língua geral chamados Carnijós
	Ararobá	Freg. ^a do Ararobá ⁵⁴⁷	oratoriano	Tapuias: Chucurús com 642 pessoas
	Carnijós	Freg. ^a do Ararobá, Ribeyra do Panema lugar da Lagoa	sacerdote do Hábito de S. Pedro	Tapuias chamados, [sic] e 323 pessoas
	Macaco	Freg. ^a do Ararobá	sacerdote do Hábito de S. Pedro	Tapuias: Paraquiós e 182 pessoas
	Missão Nova de S. Francisco do Brejo	Ribeira do Pajaú, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	franciscano ⁵⁴⁸	várias Nações de Tapuias
	N. ^a Sr. ^a do Ó	Ilha do Sorobabé, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	franciscano ⁵⁴⁹	duas Nações de Tapuias: Porcás e Brancararús
	N. ^a Sr. ^a de Belém	Ilha do Acará, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	duas Nações de Tapuias: Porcás e Brancararús
	Beato «Saraphim»/ Serafim	Ilha da Varge, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	Tapuias: Porcás e Brancararus
	N. ^a Sr. ^a da Conceição	Ilha do Pambú, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	Tapuias: Cariús

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	S. Francisco	Ilha de Aracapá, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	Tapuias: Kiriri
	S. Félix	Ilha do Carvalho, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	Tapuias: Kiriri ⁵⁵⁰
	St. ^o António	Ilha do Irapuá, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	Tapuias: Kiriri
	N. ^a Sr. ^a da Piedade	Ilha do Inhamum, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	franciscano ⁵⁵¹	Tapuias: Kiriri
	N. ^a Sr. ^a do Pilar	Ilha do Coripós, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	franciscano ⁵⁵²	Tapuias: Coripós
	N. ^a Sr. ^a dos Remédios	Ilha do Pontal, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	franciscano ⁵⁵³	Tapuias: Tamaquiús
	Sr. Santo Cristo	Araripe, Freg. ^a de N. ^a Sr. ^a da Conceição do Rodelas	capuchinho italiano	Tapuias: Ichus
RGS	Aricobé (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	_____	franciscano da Bahia ⁵⁵⁴	uma Nação de Caboclos Aricobés de Língua G.l
PB	Jacoca (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Distrito da Cidade	beneditino	Caboclos de língua geral
	Utinga (invocação N. ^a Sr. ^a de Nazaré)	Distrito da Cidade	beneditino	Caboclos de língua geral
	Bahia da Traição (invocação S. Miguel)	Mamanguápe	religioso do Carmo da Reforma	Caboclos de língua geral
	Preguiça (invocação N. ^a Sr. ^a dos Prazeres)	Mamanguápe	religioso do Carmo da Reforma	Caboclos de língua geral
PB	Boavista (invocação St. ^a Teresa e St. ^o António)	Mamanguápe	religioso de St. ^a Teresa [carmelita descalço]	Tapuias: Canindés, e Sucurús
	Cariris (invocação N. ^a S. ^a do Pilar)	Taypú	capuchinho	Tapuias
	Campina Grande (invocação S. João)	Kaririz	sacerdote do Hábito de S. Pedro	Tapuyas: Cavalcantis
	Brejo (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Kaririz	capuchinho	Tapuias: Jagundes
	Panaty (invocação S. José)	Piancó	religioso de St. ^a Teresa [carmelita descalço]	Tapuias
	Corema (invocação N. ^a Sr. ^a do Rosário)	Piancó	capuchinho	Tapuias
	Pega	Piranhas	s/ missionr. ^o	Tapuias
	Icó Pequeno	Rio do Peixe	s/ missionr. ^o	Tapuias

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
RGN	Guajará (invocação S. Miguel)	_____	jesuíta	Caboclos de língua geral Tapuias: Payakú
	Apody (invocação S. João Baptista)	_____	religioso de St. ^a Teresa [carmelita descalço]	Tapuias: Payakú
	Mipibú (invocação St. ^a Ana)	_____	capuchinho	Caboclos de língua geral
	Guarairas (invocação S. João Baptista)	_____	[s/ indicação]	Caboclos de língua geral
RGN	Gramació (invocação N. ^a Sr. ^a do Carmo)	_____	religioso do Carmo da Reforma	Caboclos de língua geral
CE	Aldeia da Serra da Ibiapaba (invocação de N. ^a Sr. ^a da Asumpçam)	Serra de Ibiapaba, distrito da Ribeira do Acaracú	jesuíta	quatro Nações, a primeira principal de Caboclos de língua geral, chamados Tabajaras e as três de Tapuias, chamados Acaracús, Irariú e Anacés
	Tramambés (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	À beira do mar, distrito da Ribeira do Acaracú	sacerdote do Hábito de S. Pedro	Tapuias: Tramambés
	Caucaya (invocação N. ^a Sr. ^a dos Prazeres)	Distrito da Vila da Fortaleza Ribeira do Ceará	jesuíta	Caboclos de língua geral
	Parangaba (invocação o Sr. Bom Jesus)	Distrito da Vila da Fortaleza Ribeira do Ceará	jesuíta	Caboclos de língua geral e Tapuias Anacés
	Paupinna (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Distrito da Vila da Fortaleza	jesuíta	Caboclos de língua geral
	Payacú (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Distrito da Vila do Aquirás	jesuíta	Tapuias: Payakú
	(invocação N. ^a Sr. ^a da Palma)	Ribeira do Quicheré Mubim termo da Vila do Aquirás	sacerdote do Hábito de S. Pedro	Tapuias: Canindés e Genipapos
	Telha (invocação St. ^a Ana)	Ribeira do Quixelou [?] distrito da Vila do Icó	sacerdote do Hábito de S. Pedro	Tapuias: Quixelós, Quichereú, Jucá, Condadú e Cariú
	Miranda (invocação N. ^a Sr. ^a da Penha de França)	Cariris Novos, distrito da Vila do Icó	capuchinho	Tapuias: Quichereú, Cariú, Cariúasú, Calabaça e Icozinho

Relação de 1760

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	N. ^a Sr. ^a da Escada ⁵⁵⁵	Vila do Recife, Freg. ^a de Ipojuca ⁵⁵⁶	oratoriano	“Índios da Lingoa geral”
	Limoeiro ⁵⁵⁷	Vila de Igarassú, Freg. ^a de St. ^o António de Iracunhaem	oratoriano	“Índios da Lingoa geral”
	Arataguy (Aratagui) ⁵⁵⁸ (invocação de N. ^a Sr. ^a da Assunção)	Vila de Goiana ⁵⁵⁹ , Freg. ^a da Taquara, junto ao rio Papoca de Baixo ⁵⁶⁰	oratoriano	“Índios da Lingoa geral”
	Ciry (Siri) ⁵⁶¹ (invocação de S. Miguel)	Vila de Goiana, Freg. ^a de S. Lourenço de Tigicopapo, junto ao rio Ciry	carmelita	“Índios da Lingoa geral”
	Una ⁵⁶² (invocação de S. Miguel)	Vila de Serinhaém, Freg. ^a de Una	carmelita	“Índios da Lingoa geral”
	St. ^o Amaro	Vila de Alagoas	franciscano	“Índios da Lingoa geral”
	Gameleira (invocação de N. ^a Sr. ^a das Brotas)	Vila de Alagoas, no distrito do Palmar	clérigo e capelão do Palmar	«Uruaé», Kiriri
	Urucú (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila de Alagoas, Freg. ^a Alagoa do Norte	[s.n.] ⁵⁶³	“Índios da Lingoa geral”
	S. Brás (invocação de N. ^a Sr. ^a do Ó)	Vila do Penedo	missionário	“Índios da Lingoa geral”, Kiriri e Projé (Projez)
	Alagoa Comprida (invocação S. Sebastião)	Vila do Penedo	missionário	Carapotíós
	Pão de Açúcar (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila do Penedo	missionário, clérigo	“Índios da Lingoa geral”, Socós
	Alagoa da Serra do Comunaty (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila do Penedo	missionário clérigo	“Índios da Lingoa geral”, Carijó
	N. ^a Sr. ^a das Montanhas	Freg. ^a do Ararobá	oratoriano	Xucurus ⁵⁶⁴
	Carnijós	Freg. ^a do Ararobá, ribeira do Panema, lugar da Alagoa	missionário clérigo	Carijó
	Macaco	Freg. ^a do Ararobá	missionário	Paraquios ⁵⁶⁵
	Missão Nova de S. Francisco do Brejo	Freg. ^a do Rodelas ⁵⁶⁶ , Ribeira do Pajaú	franciscano	«naçoens de varios Índios»
	N. ^a Sr. ^a do Ó	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Sorobabel (Surubabel)	franciscano	Porcás e Brancarus
	N. ^a Sr. ^a de Belém	Freg. ^a do Rodelas, Ilha de Axará	barbónio [capuchinho]	Porcás e Brancarus
	Beato Serafim	Freg. ^a do Rodelas, Ilha da Vargea	barbadinho [capuchinho]	Porcás e Brancarus
	N. ^a Sr. ^a da Conceição	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Pambú	barbadinho [capuchinho]	Kiriri

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	S. Francisco	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Aracapé	barbónio [capuchinho]	Kiriri
	S. Félix	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Cavalo	barbadinho [capuchinho]	Kiriri
	St. ^o António	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Arapuá	barbónio [capuchinho]	Kiriri
	N. ^a Sr. ^a da Piedade	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Inhanhum	franciscano	Kiriri
	N. ^a Sr. ^a do Pilar	Freg. ^a do Rodelas, Ilha dos Coripós	franciscano	Coripós
	N. ^a Sr. ^a dos Remédios	Freg. ^a do Rodelas, Ilha do Pontal	franciscano	Tamaquis
	Sr. Santo Cristo	Freg. ^a do Rodelas, Araripe	barbadinho [capuchinho]	Ichus (Ixu)
	Aricobé ⁵⁶⁷ (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Rio Grande do Sul (!)	franciscano da Bahia	Aricobés
PB	Jacoca (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Distrito da cidade	beneditino	“Índios da Lingoa geral”
	Utinga (invocação de N. ^a Sr. ^a da Nazaré)	Distrito da cidade	beneditino	“Índios da Lingoa geral”
	Baía da Traição	Mamanguape	carmelita ⁵⁶⁸	“Índios da Lingoa geral”
	Preguiça (invocação de N. ^a Sr. ^a dos Prazeres)	Mamanguape	carmelita	“Índios da Lingoa geral”
	Boa Vista (invocação St. ^a Teresa e St. ^o António)	Mamanguape	“Missionr. ^o Religioso de S. Teresa” [carmelita descalço]	Kanindé e Xucurú
	Kariris (invocação de N. ^a Sr. ^a do Pilar)	Paypú ou Taypu	capuchinho	[s.n.] [Kiriri]
	Campina Grande (invocação de S. João)	Kariris	clérigo	Cavalcantes
	Brejo (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Kariris	capuchinho	Fagundes
	Panaty (invocação S. José)	Piancó	“Missionr. ^o Religioso de S. Teresa” [carmelita descalço]	[s.n.] [Panati]

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PB	Corema (invocação N. ^a Sr. ^a do Rosário)	Piancó	capuchinho	[s.n.] [Curema]
	Do Pega	Piranhas	[s.n.]	[s.n.] [Pega]
	Icó Pequeno	Rio do Peixe	[s.n.]	[s.n.] [Icó Pequeno]
RGN	Apody (invocação S. João Baptista)	—	“Missionr. ^o Religioso de S. Teresa” [carmelita descalço]	Payaku
	Mipibu (invocação St. ^a Ana)	—	capuchinho	“índios de lingoa geral”
	Gramació (invocação N. ^a Sr. ^a do Carmo)	—	carmelita	“índios de lingoa geral”
	Guajaru (Guajirú) (invocação de S. Miguel)	Convertida em Vila de Extremoz do Norte ⁵⁶⁹	jesuíta P. ^e António de Sousa	“índios de lingoa geral” e Paiaçús
	Gurairas (Guaraíras) (invocação S. João Baptista)	Convertida em Vila de Arês ⁵⁷⁰	jesuíta P. ^e Pantalião da Costa	“índios de lingoa geral”
CE	Tramambés (Tremembés) (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	À beira do mar, distrito da Ribeira do Acaracú (=Acaráú?)	clérigo	Tremembés
	Palma (invocação N. ^a Sr. ^a da Palma)	Ribeira do Quicheremobim, termo da Vila dos Aquiraz	clérigo	Kanindé e Jenipapo
	Telha (invocação de St. ^o Ana)	Ribeira do Quichelou, distrito da Vila do Icó	clérigo	“Quichelós, Quichiriu, Jucá, Candadu, e Cariú” ⁵⁷¹
	Do Miranda (invocação de N. ^a Sr. ^a de Penha de França)	Kariris Novos, distrito da Vila do Icó	capuchinho	“Quicheriú, Cariú, Cariuasú, Calabaça e Icozinho”
	Serra do Ibiapaba (invocação N. ^a Sr. ^a da Assunção)	Em cima da dita serra, distrito da Ribeira do Acaracú. Convertida em Vila Viçosa Real ⁵⁷²	jesuíta P. ^e Luís do Rego Barros	“Índios das 4 Naçoens, a primr. ^a , e principal, da lingoa geral chamados tabajaras, e as trez chamados Acaracú, Irariú e Ariassez”
	Caucaya (invocação N. ^a Sr. ^a dos Prazeres)	Distrito da Vila de Fortaleza, ribeira do Ceará. Convertida em Vila de Soure ⁵⁷³	jesuíta P. ^e Inácio Ribeiro Maya	“índios da língua geral”

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
CE	Parangaba (invocação do senhor Bom Jesus)	Distrito da Vila de Fortaleza, ribeira do Ceará. Convertida em Vila Nova de Arronches ⁵⁷⁴	jesuíta P. ^e António Coelho do Amaral	Índios da língua geral e anacés
	Do Paupina, invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição	Distrito da Vila de Fortaleza Convertida em Vila de Messejana ⁵⁷⁵	jesuíta P. ^e Manuel Pegado de Sequeira	“índios da língua geral”
	Payacú, invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição	Distrito da Vila do Aquirás Convertida no lugar de Monte-Mor o Novo da América ⁵⁷⁶	jesuíta P. ^e Agostinho Pacheco	Payakú

*No que concerne aos missionários, os barbadinhos ou barbónios são, na verdade, capuchinhos, portanto membros da Ordem de S. Francisco.
Note-se na frequência de as missões se situarem nas imediações de cursos de água.*

Relação de 1761

Nesta listagem já não constam as missões jesuítas, pois os seus religiosos já haviam sido expulsos e estas povoações haviam, entretanto, sido convertidas em vilas régias com a aplicação do Directório pombalino.

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	Una, invocação de S. Miguel	Vila de Serinhaém, freg. ^a de Una	carmelita	“Índios da Lingoa geral”
	St. ^o Amaro	Vila de Alagoas	franciscano	“Índios da Lingoa geral”
	Gamelera /Gameleira (invocação N. ^a Sr. ^a das Brotas)	Vila de Alagoas, distrito do Palmar	clérigo	Uruaé e Curiris/Kiriri
	Urucú (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila de Alagoas, freg. ^a de Alagoa do Norte	[s.n.]	“Índios da Lingoa geral”
	S. Brás (invocação N. ^a Sr. ^a do Ó)	Vila do Penedo	[s.n.]	“Índios da Lingoa geral”, Kiriri e Projé
	Alagoa Comprida (invocação de S. Sebastião)	Vila do Penedo	[s.n.]	Carapatiós
	Pão de Açúcar (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila do Penedo	clérigo	“Índios da Lingoa geral”, Xocós
	Alagoa da Serra do Comunaty (invocação de N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Vila do Penedo	clérigo	“Índios da Lingoa geral”, Carijós
	N. ^a Sr. ^a das Montanhas	Freg. ^a do Ararobá	oratoriano	Xucurus
	Carnijós	Freg. ^a do Ararobá, ribeira do Panema, lugar da Alagoa	clérigo	«Carnijós»/ Carijós

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
PE	Macaco	Freg. ^a do Ararobá	[s.n.]	Paráquios
	Missão Nova de S. Francisco do Brejo	Freg. ^a do Rodelas, Ribeira do Paiahú	franciscano	Várias nações de índios
	N. ^a Sr. ^a do Ó	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Sorobabel	franciscano	Porcás e Brancararus
	N. ^a Sr. ^a de Belém	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Axará	barbadinho [capuchinho]	Porcás e Brancararus
	Beato Serafim	Freg. ^a do Rodelas, ilha da Vargea	barbadinho [capuchinho]	Porcás e Brancararus
	N. ^a Sr. ^a da Conceição	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Pambú	barbadinho [capuchinho]	Kiriri
	S. Francisco	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Aracapá	barbadinho [capuchinho]	Kiriri
	S. Félix	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Cavalo	barbadinho [capuchinho]	Kiriri
	St. ^o António	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Arapuá	barbadinho [capuchinho]	Kiriri
	N. ^a Sr. ^a da Piedade	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Inhanhum	franciscano	Kiriri
	N. ^a Sr. ^a do Pilar	Freg. ^a do Rodelas, ilha dos Coripós	franciscano	Coripós
	N. ^a Sr. ^a dos Remédios	Freg. ^a do Rodelas, ilha do Pontal	franciscano	Tamaquis
	Sr. Santo Cristo	Freg. ^a do Rodelas, Araripe	barbadinho [capuchinho]	Ixus
	Aricobé (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Rio Grande do Sul	franciscano da Bahia	«índios da lingoa geral chamados Aricobés»

Relação 1761 [cont.⁵⁷⁷]

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg.^a...)	Missionário	Grupo indígena
PE	N. ^a Sr. ^a da Escada	Vila do Recife, freg. ^a de Ipojuca	oratoriano	“índios da língua geral”
	Limoeiro	Vila de Igaracú, freg. ^a de Iracunhaem	oratoriano	“índios da língua geral”
	Aracaty (invocação N. ^a Sr. ^a da Assunção)	Vila de Goiana, freg. ^a da Tacoara, junto ao rio Papoca de Baixo	oratoriano	“índios da língua geral”
	Ciry (invocação S. Miguel)	Vila de Goiana, ao pé do rio Ciry, freg. ^a de S. Lourenço de Tijicopapo	carmelita	“índios da língua geral”
PB	Jacoca (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Distrito da cidade	beneditino	“índios da língua geral”
	Utinga (invocação N. ^a Sr. ^a da Nazaré)	Distrito da cidade	beneditino	“índios da língua geral”
	Baía da Traição (invocação de S. Miguel)	Mamanguape	carmelita	“índios da língua geral”
	Preguiça (invocação N. ^a Sr. ^a dos Prazeres)	Mamanguape	carmelita	“índios da língua geral”
	Boa Vista (invocação Sta. Teresa e St. ^o António)	Mamanguape	mariano	Canindés e Xucurus
	Kariris (invocação N. ^a Sr. ^a do Pilar)	Taipú	barbadinho [capuchinho]	[s.n.]
	Campina Grande (invocação S. João)	Kariris	clérigo	Cavalcante
	Brejo (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	Kariris	barbadinho [capuchinho]	Fagundes
	Panaty (invocação Sr. S. José)	Piancó	mariano	[s.n.]
	Corema, (invocação N. ^a Sr. ^a do Rosário)	Piancó	barbadinho [capuchinho]	[s.n.]
	Do Pega	Piranhas	[s.n.]	[s.n.]
	Icó Pequeno	Rio do Peixe	[s.n.]	[s.n.]
RGN	Apody (invocação S. João Baptista)	—	mariano	«Payaçus»
	Mibipu (invocação St. ^a . Ana)	—	barbadinho [capuchinho]	“índios da língua geral”
	Gramacio, invocação N. ^a Sr. ^a do Carmo	—	carmelita	“índios da língua geral”

Capitania	Nome da Missão/ Aldeia	Área Geográfica (vila, freg. ^a ...)	Missionário	Grupo indígena
CE	Tramambes/ Tremembés (invocação N. ^a Sr. ^a da Conceição)	À beira mar, distrito da ribeira do Acaracú (Acarau)	clérigo	Tramambés
	Palma (invocação N. ^a Sr. ^a da Palma)	Ribeira do Quicherémobim, termo da vila de Aquiraz	clérigo	Canindés e Jenipapo
	Telha (invocação St. ^a Ana)	Ribeira do Quichelou (Quixelou), distrito da vila do Icó	clérigo	Quichelós, Quichiriú, Jucá, Candadú e Cariú
	Miranda (invocação N. ^a Sr. ^a de Penha de França)	Kariris Novos, distrito da vila do Icó	barbadinho [capuchinho]	Quicheriú, Cariú, Caruasú, Calabaça e Icozinho

Anexo 11: Relação dos últimos Missionários do Colégio de Olinda

Fontes: Bras. 6 – Catalogus breves... trienn 1757

Aldeia	Nome	Cargo	Categoria		Naturalidade	Ingresso		Qualidades
			Tipo	Formatura (F) Profissão (P) ⁵⁷⁸		Idade	Data	
Ibiapaba	P. Rogério Canisio	Superior	Professo do quarto voto	P - 2 de Fevereiro de 1748	Colônia, Alemanha	20	17 de Outubro de 1731	“Ingenio, judicio, et prudentia bona. In Latinitate, Phia, et Thia ⁵⁷⁹ bene profecit: ad concionandum, et gubernandum sufficiens talentum habet; item ad res temporales, et negotia tractanda, salutem q animarum procurandam. cholericus: valetudo bona.” ⁵⁸⁰
	P. João Antunes ⁵⁸¹	Socius	Coadjutor Espiritual Formado	F - 25 de Março de 1751	“Ex oppid. Muja” ⁵⁸²	18	18 de Outubro de 1728	“Ingenio modico, judicio et prudentia sufficienti: in latinitate mediocriter profecit. Phiam non absolvit: in casibus conscientiae sufficienter versatus: ad gubernandum, item ad res temporales, et negotia tractanda talentum non habet. Phragmaticus: Valetudo sufficiens.” ⁵⁸³
	P. Francisco Pereira	Socius	Professo do quarto voto	P- 15 de Agosto de 1751	Tarouca, Portugal	16	14 de Março de 1734	“Ingenio modico, judicio et prudentia mediocri: in Latinitate, Phia et thia mediocriter profecit: ad concionandum talentum non habet: ad gubernandū et ad res temporales, item ad negotia tractanda mediocre. Cholericus: Valetudo bona.” ⁵⁸⁴

Aldeia	Nome	Cargo	Categoria		Naturalidade	Ingresso		Qualidades
			Tipo	Formatura (F) Profissão (P) ⁵⁸⁵		Idade	Data	
Payacu	P. Francisco de Gouveia	Superior	Professo do quarto voto	P-10 de Junho de 1753	Rio de Janeiro, Brasil	16	11 de Agosto de 1734	“Ingenio, judicio et prudentia mediocri: in Latinitate, Phia et Thia mediocriter profecit: ad concionandum talentū non habet, mediocre ad gubernandum, et ad res temporales, negotia q tractanda. Cholericus: Valetudo Sufficiens.” ⁵⁸⁶
	Ir. Manuel Simões	Socius	Coadjutor Temporal Formado	F -15 de Março de 1725	Cantanhede, Portugal	24	10 de Julho de 1715 ⁵⁸⁷	“Ingenio, judicio et prudentia mediocri: ad Coadjutorū ministeria Sufficiens talentū habet, praetertim [?] ad agendum de praediis; modica tamen fructur valitudine, paucis ab hinc annis, cum [.....?] Cholericus.” ⁵⁸⁸
	Ir. Manuel Ferreira ⁵⁸⁹	Socius	Coadjutor Temporal sem graduação	-----	Lisboa, Portugal	23	9 de Março de 1749	“Ingenio, judicio et prudentia bona: ad coadjutorum ministeria bonum habet talentum: bonus est S[ar?]tor, et custos vestium: bona fructur valetudine. Melancholicus.” ⁵⁹⁰
Paupina	P. João de Sales	Superior	Coadjutor Espiritual Formado	F -8 de Dezembro de 1752	São Paulo, Brasil	16	25 de Julho de 1732	“Ingenio mediocri, judicio et prudentia sufficienti: in Latinitate sufficienter profecit: Phiam non absolvit: in casibus conscientiae sufficienter versatus: ad gubernandū et ad res temporales, negotia q tractanda talentum habet sufficiens. cholericus: valetudo sufficiens.” ⁵⁹¹
	P. António Dantas	Socius	Coadjutor Espiritual Formado	F -15 de Agosto de 1727	Braga, Portugal	22	1 de Fevereiro de 1713	“Ingenio modico, judicio et prudentia mediocre: in Latinitate mediocriter profecit: Phiae et Thiae non studuit: in casibus conscientiae sufficienter versatus: ad gubernandum et ad res temporales et negotia tractanda parum talenti habet. Melancholicus: valetudo modica et [...?]” ⁵⁹²

Aldeia	Nome	Cargo	Categoria		Naturalidade	Ingresso		Qualidades
			Tipo	Formatura (F) Profissão (P) ⁵⁹³		Idade	Data	
Parangaba	P. Inácio Gomes	Superior	Professo do quarto voto	P- 7 de Maio de 1750	Lisboa, Portugal	15	28 de Junho de 1733	“Ingenio sufficienti, judicio et prudentia mediocri: in Latinitate, Phia et Thia Sufficenter profecit: ad concionandum sufficiens talentum habet, mediocre ad gubernandum; ad res vero temporales et negotia tractanda sufficiens. Cholericus: Valetudo bona.” ⁵⁹⁴
	Ir. Manuel Vaz	Socius	Coadjutor Temporal Formado	F. 8 de Dezembro de 1752	“Sobreirensis”	25	4 de Agosto de 1741	“Ingenio, judicio et prudentia sufficienti: ad ministeria coadjutorū sufficiens talentum habet, praetertim sartoris et custodis vestium. Valetudo sufficiens. Cholericus.” ⁵⁹⁵
Caucaia	P. José Inácio	Superior	Coadjutor Espiritual Formado	F. 21 de Outubro de 1737	Bahia ⁵⁹⁶ , Brasil	15	12 de Novembro de 1722 ⁵⁹⁷	“Ingenio modico, judicio et prudentia mediocri: in Latinitate et Phia parum profecit: Thiae non studuit: in casibus conscientiae sufficienter versatus: ad gubernandū parum talenti habet, mediocre ad res temporales et negotia tractanda. Cholericus: Valetudo bona.” ⁵⁹⁸
	Ir. Jacinto da Fonseca	Socius	Coadjutor Temporal Formado	F. 29 de Setembro de 1750	“ex opp. Villanova”	30	15 de Novembro de 1732	“Ingenio, judicio et prudentia mediocri: mediocre etiam talentū habet ad Coadjutorum ministeria: valetudo sufficiens. Cholericus.” ⁵⁹⁹

Aldeia	Nome	Cargo	Categoria		Naturalidade	Ingresso		Qualidades
			Tipo	Formatura (F) Profissão (P) ⁶⁰⁰		Idade	Data	
Guaraíras	P. Manuel Pinheiro ⁶⁰¹	Superior	Coadjutor Espiritual Formado	F - 1 de Janeiro de 1734 ⁶⁰²	Porto, Portugal	19	12 de Dezembro de 1714	“Ingenio, judicio et prudentia mediocri: in Latinitate, Phia et Thia mediocriter profecit: ad concionandum mediocre talentum habet; parum ad gubernandum; ad res temporales et negotia tractanda mediocre. Cholericus: Valetudo Sufficiens.” ⁶⁰³
	P. Luís Gonzaga ⁶⁰⁴	Socius	Sacerdote sem graduação ⁶⁰⁵	-----	Bahia, Brasil	14	23 de Maio de 1739	“Ingenio sufficienti, judicio et prudentia mediocri: in Latinitate, Phia et Thia sufficienter profecit: ad concionandum sufficiens, ad gubernandum vero mediocre taentum habet, sicut ad res temporales, et negotia tractanda. cholericus: valetudo mediocris.” ⁶⁰⁶
Guajiru	P. António Álvares	Superior	Professo do quarto voto	P- 21 de Outubro de 1743	Bahia, Brasil	17	6 de Março de 1724	“Ingenio sufficienti, judicio et prudentia modica: in Latinitate bene profecit: in Phia et Thia mediocriter: habet sufficiens talentum ad concionandū; ad gubernandum vero valde mediocre; ad res temporales et negotia tractanda sufficiens. Cholericus: Valetudo bona.” ⁶⁰⁷
	P. João Moreira ⁶⁰⁸	Socius	Sacerdote sem graduação ⁶⁰⁹	-----	Bahia, Brasil	17	22 de Janeiro de 1746	“Ingenio, judicio et prudentia modica: in Latinitate, Phia et Thia quā non absolvit, parum profecit: ad concionandum et gubernandum modicum ostendet talentum; item ad res temporales et negotia tractanda. cholericus: Valetudo mediocris.” ⁶¹⁰

Anexo 12: Destino dos últimos missionários do Real Colégio de Olinda

De salientar a existência de disparidade em alguns casos da data da obtenção do grau (entre catálogos da Companhia, um ainda da década de 50, outro bastante posterior, já ao tempo da expulsão). Observamos, ainda, não constarem da lista de jesuítas ex-patriados para os Estados Pontifícios alguns indivíduos. No entanto, ao cruzar-se com outras fontes, percebemos que a lista do AHCT tem dados da década de 70 em diante. De salientar que apenas um jesuíta professo do quarto voto abandonou a Companhia, logo à chegada a Lisboa. Todos os que se indica estarem no Recife quando expulsos quer dizer que foram ali reunidos antes de virem para Portugal.

Aldeia	Nome	função	idade	Categoria	Naturalidade	Expulsão do Brasil		Destino final	Morte
						Local	Data		
Ibiapaba	P. Rogério Canisio	Superior		Professo do quarto voto	Olpe, Colónia	Partiu do Ceará?	1759?	Nasce a 21 de Novembro de 1711. Vai para o Cárcere de S. Julião da Barra	S. Julião da Barra, 6 de Abril de 1773 ⁶¹¹ .
	P. João Antunes	Socius		Coadjutor Espiritual Formado	Portugal	Recife	1760	Foi para Roma, em 1760, onde morreu em 1761.	Roma, 1761.
	P. Francisco Pereira	Socius		Professo do quarto voto	Portugal	Recife	1760	Exílio em Itália	Morre no Palácio de Sora 12.01.1762. Não consta na lista do AHCT por ter morrido antes.
Payacu	P. Francisco de Gouveia	Superior		Professo do quarto voto	Brasil	Veio pelo Recife	1760	Nascido a 7 de Agosto de 1718, foi para Ruffinella (AHCT) ⁶¹² . Há, contudo, todo um percurso no exílio em Itália.	Roma, em 1792 ⁶¹³
	Ir. Manuel Simões	Socius		Coadjutor Temporal Formado	Portugal	Bahia	1758	Exílio para Itália, Roma, Palácio de Sora.	1.04.1766 no Palácio de Sora e sepultado no Gesù.

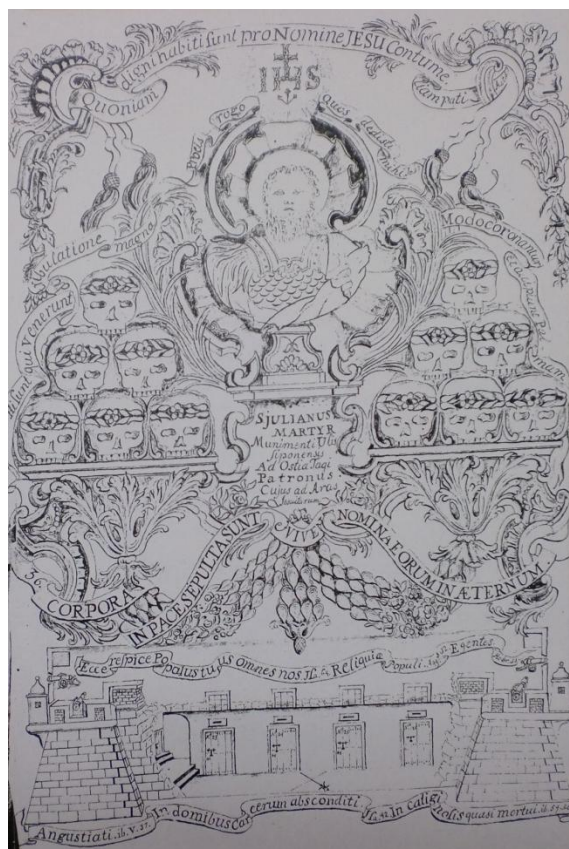
Aldeia	Nome	função	idade	Categoria	Naturalidade	Expulsão do Brasil		Destino final	Morte
						Local	Data		
Payacu	Ir. Manuel Ferreira ⁶¹⁴	Socius		Coadjutor Temporal sem graduação	Portugal	Hospício do Ceará para o Recife (em 1758, juntamente com os restantes)	9 de Fevereiro de 1760 ⁶¹⁵	Estando ainda no Colégio do Recife, para onde viera, abandona a Companhia de Jesus.	Terá permanecido no Brasil como ex-Jesuíta.
Paupina	P. João de Sales	Superior		Coadjutor Espiritual Formado	Brasil	Hospício do Ceará para o Recife	9 de Fevereiro de 1760 ⁶¹⁶	Nascido a 1 Novembro 1715 em S. Paulo, foi para o Palácio de Sora e depois para Pesaro (AHCT)	6.11.1789, Pesaro. Pesquisa Trigueiros
	P. António Dantas	Socius		Coadjutor Espiritual Formado	Portugal	Colégio de Olinda para o Recife	6 de Fevereiro de 1760	Exilado para Itália.	Em Roma, 7.06.1763 - não se sabe ao certo onde, talvez Palácio de Sora.
Parangaba	P. Inácio Gomes	Superior		Professo do quarto voto	Portugal	Hospício do Ceará para o Recife	9 de Fevereiro de 1760 ⁶¹⁷	Nascido a 2 Fevereiro 1716, foi para o Palácio Inglês e daí para Pesaro (AHCT)	Pesaro, 15 de Novembro de 1789
	Ir. Manuel Vaz ⁶¹⁸	Socius		Coadjutor Temporal Formado	“Sobrenseis” ⁶¹⁹	Recife	1760	Nasceu a 15.12.1715.	Pesaro 3 de Junho de 1798 ⁶²⁰
Caucaia	P. José Inácio ⁶²¹	Superior		Coadjutor Espiritual Formado	Brasil	Hospício do Ceará para o Recife	9 de Fevereiro de 1760 ⁶²²	Nasceu no Penedo (Pernambuco) a 30.07.1708	Pesaro, 28.07.1769 (pesquisas Trigueiros)
	Ir. Jacinto da Fonseca	Socius		Coadjutor Temporal Formado	“ex opp. Villanova”	Hospício do Ceará para o Recife	9 de Fevereiro de 1760 ⁶²³	Exilado para Itália.	Palácio Inglês (Roma), 13.11.1761. Sepultado no Gesù.

Aldeia	Nome	função	idade	Categoria	Naturalidade	Expulsão do Brasil		Destino final	Morte
						Local	Data		
Guaraúras	P. Manuel Pinheiro ⁶²⁴	Superior		Coadjutor Espiritual Formado	Portugal	Colégio de Olinda para o Recife	6 de Fevereiro de 1760	Trata-se, na verdade, de Manuel Pinheiro Sênior, nascido a 12 Fevereiro 1695 (o que confere com os registos da Companhia), estava em Ruffinella (AHTC)	Ruffinella, a 9.12. 1775.
	P. Luís Gonzaga ⁶²⁵	Socius		Sacerdote sem graduação ⁶²⁶	Brasil	Recife	1760	Exilado para Itália.	Palácio de Sora, 6.07.1764.
Guajiru	P. António Álvares	Superior		Professo do quarto voto	Brasil	Colégio de Olinda para o Recife	6 de Fevereiro de 1760	Abandona a Companhia de Jesus, ao chegar a Lisboa ⁶²⁷ .	
	P. João Moreira ⁶²⁸	Socius		Sacerdote sem graduação ⁶²⁹	Brasil	Bahia	1758	Nasce na Bahia, a 5 de Julho de 1729. Provavelmente saiu da Companhia ⁶³⁰ .	

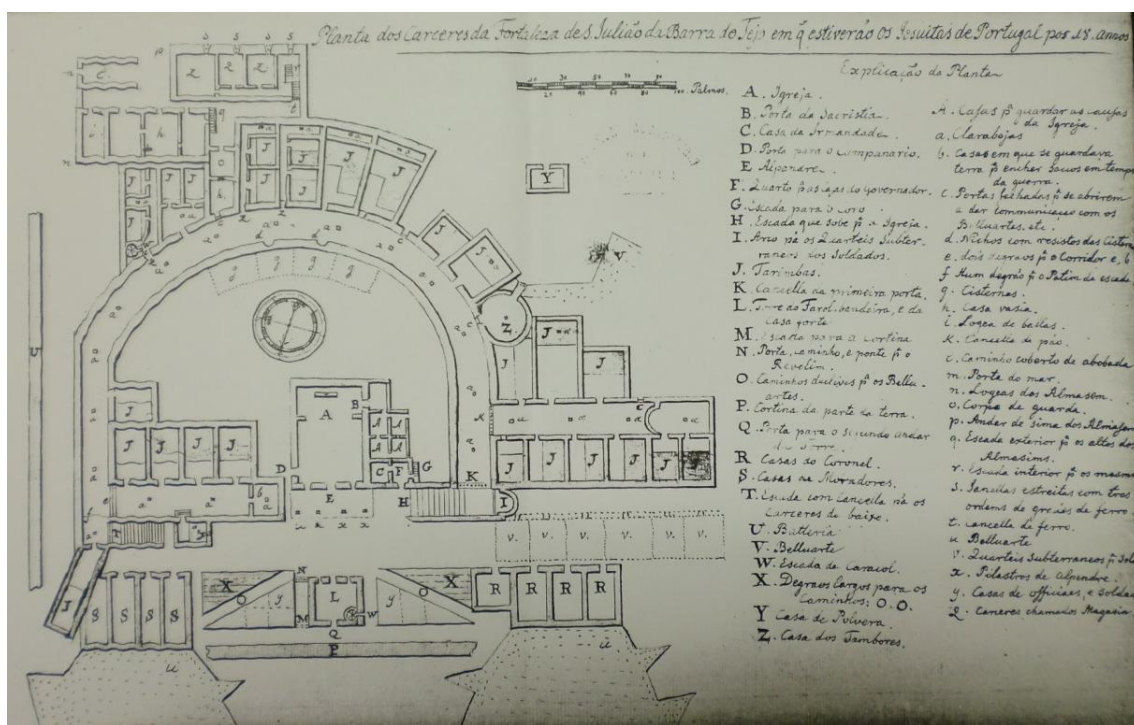
Anexo 13: Os cárceres do Forte de S. Julião da Barra



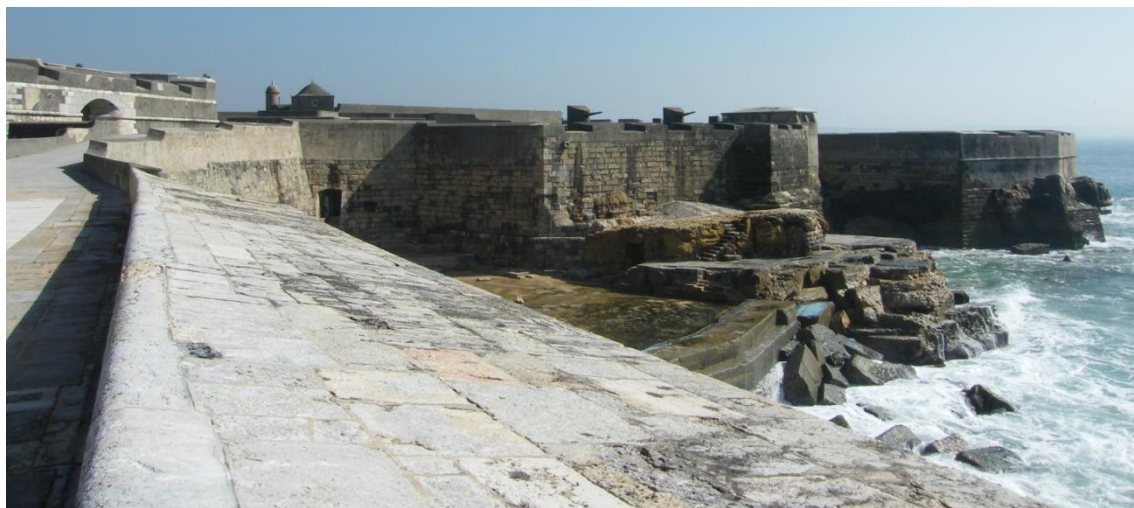
O Forte na actualidade. Os cárceres, assinalados no mapa do P.^e Kaulen com a letra <Z>, situavam-se precisamente na parte mais sujeita à rebentação das ondas.



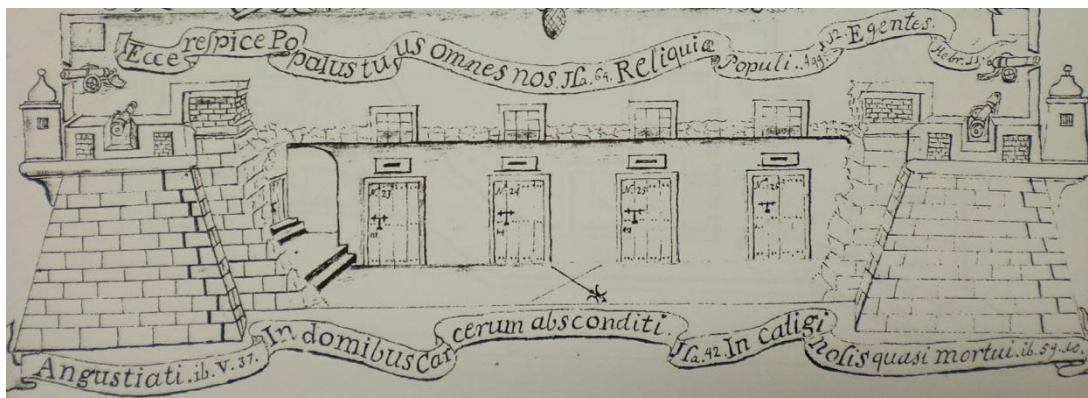
Monumento sugerido pelo P.^e Lourenço Kaulen em homenagem aos jesuítas que, uma vez feitos prisioneiros, encontraram naquele Forte a sua última morada.
BNL, Reservados, PBA. 626.



“Planta dos cárceres da Fortaleza de S. Julião da Barra do Tejo em q estiverão os Jesuítas de Portugal por 18 annos”, pelo P.º Lourenço Kaulen.
Com indicação da localização dos cárceres denominados «magasin».
BNL, Reservados, PBA. 626.



Vestígios da área do Forte, do lado da barra do Tejo, que albergaria os já desaparecidos cárceres onde se aprisionaram os jesuítas, entre os quais o Superior de Ibiapaba, P.º Rogério Canísio.



Pormenor dos cárceres denominados «magasins», a partir do desenho de Kaulen.



**Secção assinalada por Kaulen como sendo tarimbais (letra <J>).
Área usada após o século XVIII também como cárcere. Possui igualmente a particularidade de o acesso lhes ser vedado por grades de ferro.**

C. DAS SETE VILAS INDÍGENAS

Anexo14: Participação mestiça e indígena nas Batalhas de Guararapes



**Pormenor do quadro referente à 1ª batalha, onde é possível ver alguns índios que, armados de arco e flechas, sucubem perante o ataque dos holandeses.
Patente no IAHGP (Recife).**



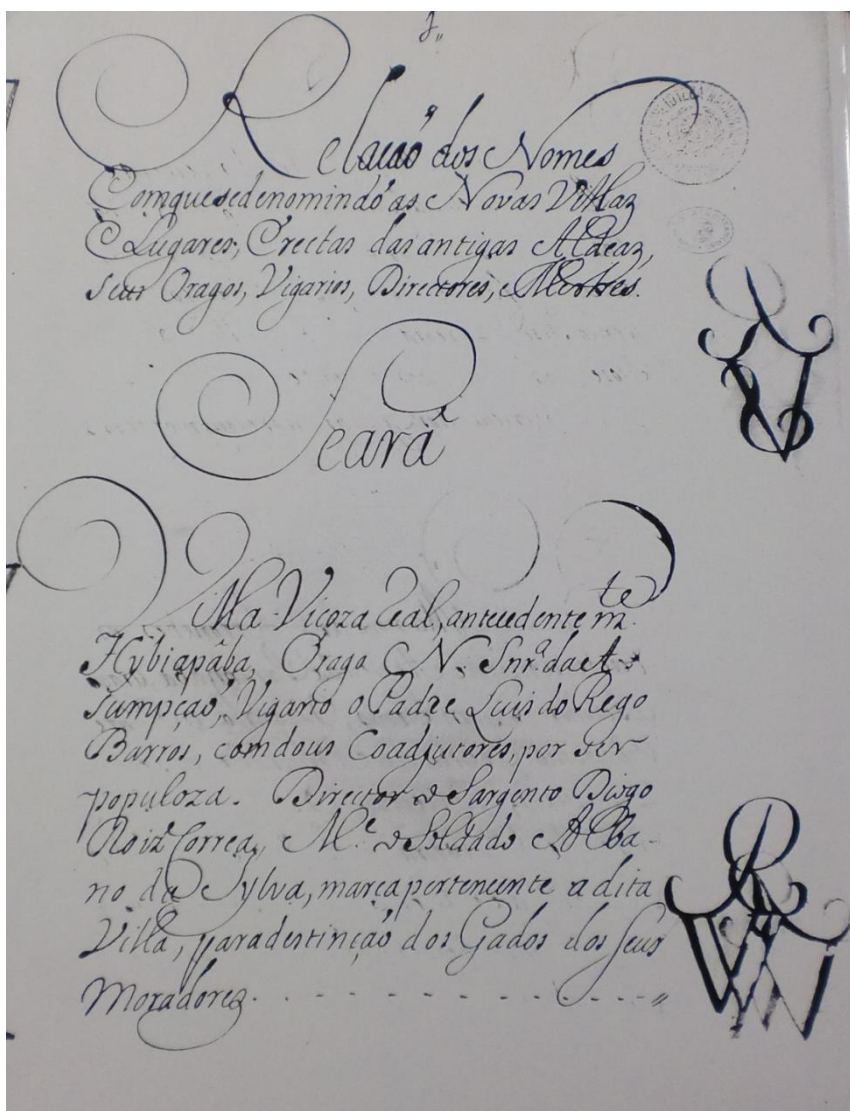
Mestiço ou pardo com arma de fogo entre as forças militares portuguesas.

Anexo 15: Oficiais das novas vilas indígenas do Governo de Pernambuco: lista de directores, padres e mestres de primeiras letras

Fonte: *Relação dos Nomes com que se denominão as Novas Villas e Lugares, erectas das antigas Aldeas, seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres*. Anexado ao OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

Capitania	Vila	Antiga aldeia	Director	Vigário	Mestre
CE	Vila Viçosa Real	Ibiapaba	Sarg. ^{to} Diogo Roiz Correa	P. ^e Luis do Rego Barros	Sold. ^o Albano da Silva
	Vila de Soure	Caucaia	Sarg. ^{to} José Pereira da Costa	P. ^e António Carvalho da Silva	Sold. ^o José Fróis
	Vila de Arronches	Parangaba	Sarg. ^{to} Manuel de Oliveira	P. ^e António Coelho do Amaral	Sold. ^o José Vieira de Mello
	Vila de Messejana	Paupina	Sarg. ^{to} João Caetano	P. ^e Manuel Pegado de Sequeira	Sold. ^o Elias de Sousa
	Monte Mor o novo da América	Paiaçú	Sarg. ^{to} Joaquim Pereira M. ^e [Mestre?]	P. ^e António Peres Cardena	Sold. ^o Inácio da Assunção
RGN	Vila de Extremoz	Guajirú	Sarg. ^{to} António de Barros	P. ^e António de Sousa Marques	Sold. ^o Luís Pereira Caldas
	Vila de Arêz	Guaraíras	Sarg. ^{to} Domingos Jacques M. ^e [Mestre?]	P. ^e Pantaleão da Costa	Sold. ^o Jerónimo de Mira

Anexo 16: **Relação dos Nomes com que se denominavam as novas vilas**



Anexado ao OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

“Relação dos Nomes/ com que se denominão as Novas Villas/
e Lugares, erectas das antigas Aldeas,/ seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres.

Seará

Villa Viçosa real, antecedente.^{te} Hybiapaba, Orago N. Snr.^a da Assumpção, Vigario o Padre Luis do Rego Barros, com dous Coadjuutores, por ser populoza. Director o Sargento Diogo Roiz Correa, M.^c o Soldado Albano da Sylva, marca pertencente a dita Villa, para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem]^{1f}

Villa de Soure, anteriormente Aldea de Cahucaya, Orago N. Snr.^a dos Prazeres, Vigario o P. Antonio Carv. da Sylva, com seu coadjutor, Director o Sargento José Pereira da Costa, M.^e o Sold.^o Jose Friz [sic], marca pertencente a dita Villa, para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem]

Villa nova de Arronches, anteriormente Aldea de Parangaba, orago o Senhor Bom Jesus, Vigario o Padre Antonio Coelho do Amaral, com seu Coadjutor, Director o Sargento Manoel de Oliveira, M.^e o Sold.^o Jose Vr.^a de Mello, marca pertencente a dita v.^a para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem] ^{1v}

Villa de Messejana anteriormente Aldea de Paupina, Orago N. Snr.^a da Conceição Vigario o P.^e Manoel Pegado de Syqr.^a com seu Coadjutor, Director o Sargento João Caetano Miz., M.^e o Sold.^o Elias de Souza, marca pertencente a dita v.^a, para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem]

Villa de Monte Mor o novo da América, anteriormente Aldea do Payacú, Orago N. Snr.^a da Conceição Vigario o Padre Antonio Peres Cardena, e seu Coadjutor, Director o Sargento Joaq.^m Per.^a, M.^e o Soldado Ignacio da Assumpção, marca pertencente a dita V.^a, para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem] ^{2f}

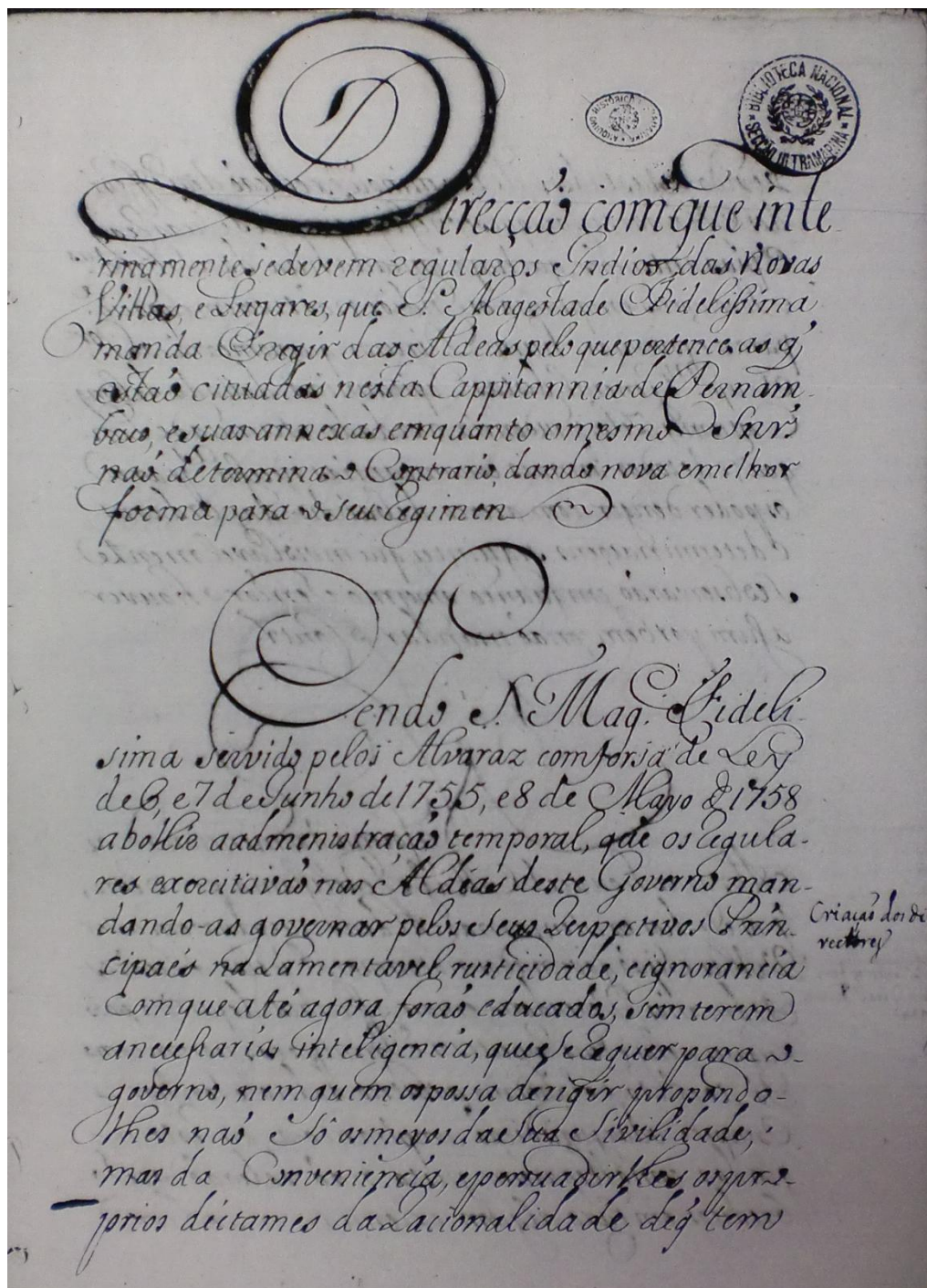
[Rio Grande do Norte]

Villa de Estremoz do Norte anteriormente Aldea do Gajarú, Orago Nossa Senhora dos Prazeres, Vigario o P.^e Ant.^o de Souza Mag.^{es}, Director o Sargento Antonio de Barros, M.^e o Sold.^o Luiz Per.^a Caldas, marca pertencente a d.^a v.^a para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem]

Villa Nova de Arez anteriormente Aldea das Guarahíras, Orag.^o S. Joam Bautista Vigario o P. Pantaleão da Costa, com seu coadjutor, Director o Sargento Domingos Jaques M.^e o Sold.^o Jeronymo de Mira, marca pertencente a d.^a Villa, para destinação dos Gados dos seus moradores [marca dos respectivos ferros à margem] ^{2v} ”

Anexo 17: Cópia da Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das Novas Villas, e lugares, no governo de Pernambuco

Anexada ao OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759.
AHU – Avulsos – Pernambuco, cx. 89, doc. 7201, rolo 120⁶³¹.



Direcção com que inte-
rinamente se devem regular os Indios das Novas
Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima
manda Escrever das Aldeas pelo que pertence, as q.
estão situadas nesta Capitania de Pernam-
buco, e suas annexas, emquanto o mesmo S. Sr.
não determinar o Contrario, dando nova e melhor
forma para a sua regimen.

Dando a S. Mag. Fideli-
sima servido pelos Alvarazs com forja de Ley
de 6, e 7 de Junho de 1755, e 8 de Mayo de 1758
a bolla a administração temporal, qde os regula-
res exercitavam nas Aldeas deste Governo man-
dando-as governar pelos seus Superiores Prin-
cipaes na lamentavel rusticidade, e ignorancia
com que até agora foram educadas, sem terem
necessaria intelligencia, que se requer para o
governo, nem quem os passa de rigor propand o-
thes nas. Só os mecos da sua civilidade,
mas da conveniencia, e por sua vez os pro-
prios ditames da racionalidade de deq tem

*Criação do de-
rectory*

Anexo 18: Patentes Provinciais – sua atribuição nas vilas indígenas do governo de Pernambuco (1776 a 1780)⁶³²

Cargo	Patenteado	Companhia	Localidade
Capitão	Luís Tavares de Negreiros - posto vago por baixa de António da Silva de Carvalho	Cavalaria dos Homens pardos	Vila Viçosa Real (CE)
Capitão de cavalos	Domingos João de Almeida , “pessoa nobre e rica” - posto vago por baixa de João da Fontanile (?)	Primeira Companhia dos Homens Brancos	Vila Viçosa Real (CE)
Capitão-mor	António Pinto Borges , “pessoa nobre e rica” - proposto pelos oficiais da Câmara daquela vila para capitão-mor daquela vila	Companhias de infantaria de Ordenança	Montemor-o-Novo (CE)
Tenente-general	Simão Barbosa Cordeiro , “pessoa nobre e rica” - o capitão-mor era António Pinto Borges	Ordenanças	Montemor-o-Novo (CE)
Capitão de cavalos	Francisco da Cunha Brandão - exerceu o posto de Tenente de Cavalos dos Brancos - posto deixado por passar a Capitão de auxiliares do Terço das Marinhas do Acaraçú Mateus José de Souza	Companhia dos Homens Brancos	Vila Viçosa (CE)
Capitão	José de Alves e Lima , “pessoa nobre e rica” - anteriormente alferes da Ordenança da dita vila; - posto vago por ausência de José Lopes Barbosa - o capitão-mor era António Pinto Borges	Infantaria da Ordenança de pé	Montemor-o-Novo (CE)
Capitão	José Gomes de Melo - anteriormente alferes da Ordenança da dita vila; - posto vago por ausência de Francisco Xavier de Brito; - o capitão-mor era António Pinto Borges	Ordenanças de Cavalo	Montemor-o-Novo (CE)
Sargento-mor comandante	Ignacio Amorim Barros - exercia o lugar de Director dos índios da dita vila.	Companhias de Cavalos	Vila Viçosa (CE)
Capitão	André Moreira de Moura - anteriormente tenente da aquela Companhia - posto vago por estar nomeado sargento-mor das mesmas ordenanças José dos Santos Silva	Cavalaria da Ordenança	Montemor-o-Novo (CE)
Capitão	Joaquim Pereira de Oliveira - subordinado ao Comandante Ignácio de amorim Barros	Nova Companhia de Cavalos	Vila Viçosa Real (CE)

Anexo 19: Processo de conversão das setes missões de Olinda de acordo com o plano do governador de Pernambuco

OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

[Aqui se alude à vontade expressa do Rei em converter sete missões jesuítas em vilas indígenas, servindo assim de modelo às restantes a serem criadas pelo território sob a jurisdição do governo de Pernambuco. O relativo sucesso inicial deste processo, o qual observou o que se experimentara no Norte, mais concretamente no Maranhão e Pará, catapultou o governador Luís Diogo Lobo da Silva para o governo da capitania de Minas Gerais, onde iria ter em particular atenção o processo de civilização dos índios do Rio Pomba e Peixe.

Dá a entender tratar-se de um projecto ambicioso, considerando não apenas os jesuítas mas o conjunto de missões a cargo de todas as outras congregações no terreno. Note-se que o «ilícito comércio» e a exploração da mão-de-obra indígena servia, afinal, para financiar vários tipos de instituições de assistência social – num plano em que, mais tarde, as Misericórdias visam implantar-se, substituindo as congregações religiosas e ocupando os seus edifícios, embora se furtando a incursões junto dos índios. Só não se procedeu de imediato à conversão das missões por falta de meios e recursos humanos, financeiros e materiais para prover todas estas novas povoações. Mesmo não se justificando um elevado número de novas povoações, apercebemo-nos, igualmente, da dimensão das mesmas em comparação com as dos jesuítas.

Destacamos, como um dos aspectos essenciais, a proposta de Luís Diogo da Silva em usar dos bens das antigas missões como financiamento e provimento das novas povoações. Com uma transferência directa dos bens móveis e imóveis, atalhava-se algum tempo e a natural e óbvia demora em conseguir recursos financeiros necessários a esta empresa. Apesar da sua preocupação em atribuir rezes a cada casal, para que assim tivessem algum meio de subsistência, poderá não ter sido amplamente considerada. Considere-se, contudo, o Mapa onde se regista a distribuição dos gados por estas novas povoações indígenas, sendo que as de melhor qualidade foram atribuídas a cargos de chefia, a entidades, civis, militares e eclesiásticas exercidas por brancos. Foi ainda da sua iniciativa a escolha dos nomes das vilas e lugares indígenas, com toponímia portuguesa, preservando apenas os oragos das antigas missões. Quanto à distribuição de terras, tomou como modelos o povoamento da Ilha de St.^a Catarina.

Tudo o que se sublinha é nosso destaque e não surge original.]

“Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Logo q acabou de entrar a frota desta repartição no dia primeiro de Dezembro sem embargo de principiar a aparecer na costa em dezanove do antecedente, e que concluí a abertura das cartas, e ordens, que me forão dirigidas, remeti, as que se destinavão ao R.^{do} Bispo desta Dioceze, com o qual me avistei para conferir o meyo com q mais prompta, e cabalmente se havião [de] executar, as q nos erão reciprocas, e relativas aos piissimos estabelecimentos das novas villas, e lugares, q a heroica constancia de Sua Mag.^e Fidelissima manda erigir nas antigas Aldeyas, restituindo os seos habitantes à Liberdade, e izenção, de q tanto carecião, e facilitando-lhes o passo a sahirem das trevas da ignorancia, em q erão conservados por politica particular dos mesmos destinados a destrui-la.

E ainda q na referida occazião practiquei com o dito Prelado tudo, o q me pareceo competente à observancia das mesmas ordens, como se moverão algumas objeçoens pelas distancias, em q ficão as sete Aldeyas, q actualmente administravão os Religiozos da Companhia, q constão da Relação n.º 1 da qual verá V. Ex.^a quanto ficão apartadas desta Praça, por serem duas das mais vezinhas na capitania do Ryo Grande, q dista de sessenta legoas, e sinco na do Seará, donde se contão duzentas e tantas, o q embarassou o Ouvidor poder logo porse a caminho para a execução dos estabelecimentos, e erecçoens de Camara por conta da expedição da Frota, a q não podia faltar, como Presidente da Meza da Inspeccão, assentes com o mesmo Prelado, e dito Ministro na segunda vez, q o busquei, q posta esta impossibilidade, se entrasse neste meyo tempo a preparar tudo o q se fazia indispensavel para os mesmos poderem florescer, e ter o augmento, q S. Mag.^e ^{1f} Fidelissima premedita, por ser certo, q criaremse acceleradamente, sem q precedesse o tempo necessario para o regulamento percizo, e posturas competentes ao regimen das Camaras, seria embarassar o bom exito do q o mesmo S.r determina pelos seos reaes Decretos, e insinua a carta de V. Ex.^a.

E ainda q com o dito Prelado, e Ministros conferi o novo regulamento, accomodandoo quanto me foy possivel à natureza dos povos, q se pertendem civilizar, e attendendo às comodidades, q offerece o Paiz, q habitão, para q dellas se lhes sigão as possiveis ventagens, e a Agricultura, e Commercio perceba a que lhe são respectivas, o regulei na forma q expendo na copia do n.º 2 o qual mando observar em quanto o dito Snr. o houver por bem, e não só for servido revogá-lo em todo, ou naquella parte, q lhe parecer justo, acreditando, me animou a esta rezolução o conhecimento da grande carencia, que tinhão de providencia interina, porq se regulassem e se nelle faltarão os preceitos porporcionados [sic] ao fim, q se procura, peço a V. Ex.^a queira segurar a S. Mag.^e Fidelissima foy erro de ignorancia, e não do meo dezejo, q o mesmo Snr. pode emendar com o acerto q costuma, determinando, o q a este respeito se há de seguir.

Entre as circumstancias mais essenciaes, para o adiantamento destes povos, me pareceo ser conveniente darse-lhe a cada casal huma, ou duas rezes dos gados, q se acharem nas fazendas pertencentes às Missoens, por terem sido criados com o trabalho dos Indios, e serem estes pobres da mayor indigencia, q lhes diffulta por ella os meyo de os comprar e consequentemente de poderem ter as criaçoens necessarias para a Agricultura e sua subzistencia, persuadindo-me, q mandando S. Mag.^e Fidelissima em virtude das Bullas, e Breves Pontificios sequestralo como producto do illicito commercio, q os Missionarios ^{1v} fazião, a favor dos pobres, Enfermarias, e Hospitaes,

devião os Indios perferir [sic] na justa parte q assim digo, e igoalmente, na q respeita às bestas percizas para às suas conduçoens e gados de outra qualidade, e não menos naquellas ferramentas, q se acharem e forem uteis à Lavoura das terras, ainda q destas me consta terem tão poucas, q se faz indispensavel darse-lhes alguma nesta nova criação, o que practico dos trezentos mil rs annuaes, q há de consignaço pela Fazenda Real para o dito effeito, q há muytos annos a elle se não applicavão, e com razão, por não ser justo dar ferramentas para aquelles q trabalhavão em beneficio de outros, e não em utilidade propria.

Este pensamento practiquei com o Prelado em prezença dos Ministros, q unanimemente o aprovarão, achando no primeiro inclinação a seguilo na parte q lhe pertence: p.^a q os ditos gados se não confundissem lhe destinei a cada villa, e lugar marca competente, e numero para distinguir as cabeças q pertencerem a cada cazal como se vê da relação n.º 3 da qual constam os nomes com q as denominei, deixandolhes os oragos, q até agora tinham.

Todo o referido ficaria inutil á vista da notoria barbaridade, em q tem sido conservados estes miseraveis se não se lhes desse pessoas de bons costumes, q lhes servissem de Directores pelo tempo necessario a entrarem na intelligencia perciza a se regularem sem carencia, de quem os dirija, e lhes evite os enganos a q a sua rusticidade os habilita: a escolha destas foy para mim o ponto de mayor trabalho, pois em hum Paiz, em q ^{2f} só floresce a laxidão, e desordem, e predomina o vicio, he m.^{to} difficil achar sugeitos com as predictas qualidades, para com ellas não só seguirem o q se lhes ordena, mas com o seo exemplo persuadirem a mudança de costumes, e introdução da civilidade, q nos Indios se procura.

Não os achando entre os Paizanos, me vy obrigado a procurá-lo nos dois Regimentos donde tirei os sete sugeitos, q constão da relação 1 q sendo sargentos, me pareceo não seria do desagrado de S. Mag.^e segurar-lhes, q dezempenhando as obrigaçoens, de q os encarregava, e florescendo pela sua deligencia, e bom exemplo como esperava, os ditos estabelecimentos serão adiantados, e attendidos com preferencia aos postos a que estavam immediatos, praticando o mesmo a respeito de sete soldados de iguaes circunstancias para Mestres das Escolas.

Esta rezolução tomei por dous principios: o primeiro, porq quatorze homens não fazem falta aos Regimentos, pois sem elles se continuará o serviço, e o segundo por se satisfazerem com o soldo e farda q lhes provém das suas praças, e ajuda de custo para a sua viagem, sendo pessoas de quem alem do conhecimento, q tenho, a esperança do seo

adiantamento fará mais promptas na execução do q S. Mag.^e manda, e eu lhes ordenar, o que unido ao que lhes toca dos seis por cento na forma do Directorio aos primeiros, e emolumento, q compete aos segundos, os põe em estado de poderem passar independentes do q lhes não hé permitido, q de outro modo se faz impraticavel, e de consequencias nada uteis pelo dezaranzo, q se poderia seguir.

No referido Directorio, como V. Ex.^a verá regulei a repartição das terras, q se devia fazer aos ^{2v} moradores, attendendo os gradualmente segundo as suas distinçoens, numero de filhos, e família, para o q me vali da lembrança do q se havia practicado na Ilha de St.^a Catharina, quando se povoou, e o q tem obrado a este respeito os Ingleses, e Franceses com felicíssimo successo nos seos descobrimentos, por ser sem duvida meyo mais porporcionado a fazer criar no animo daqueles habitadores amor à villa em q tiverem bens proprios, de q até agora se achavão despidos, e pode ser, se não me engano, aptos a deixarem-na por qualquer leve enfado por não terem q perder, e encontrarem nos mattos mais do q logravão nas Aldeyas, em q habitavão.

E como na situação em q se acha este Paiz, se não podia regular com igual largueza à que seguirão as referidas Naçoens, por não prejudicar os sesmeiros alem do percizo a viverem com dezafoço, e terem as suas criaçoens, lhes determinei, o q me pareceo justo até q pelo tempo adiante a experiencia mostre terem as presentes dattas bem cultivadas, e necessitarem de mais terra para augmentar a sua lavoura, e subzistencia dos habitadores, q accrescerem, pella razão de q por primeiros Senhores preferem a todo outro para senhorio dellas.

Vendo não haver ordenaçoens q se pudessem dar para o regímen das Camaras, q se mandão criar, e q ainda q as houvesse, ficarião inuteis na falta de inteligencia destes novos respUBLICOS [sic], por mostrar a experiencia a diversidade das q lhes dão quazi todos os Doutores, q a ella escreverão, e actualmente o fazem, tendo obrigação de ^{3f} as observar, me pareceo conveniente pedir ao Juiz de fora, pela grande occupação do Ouvidor o não permitir, fizesse as posturas de q remeto a copia do n.º 3 nas quaes se lhes facilita a practica, q pela ordenação ainda q a tivessem, se lhes difficultavão, no q conveyo o d.º Ouvidor, quando com elle, e o R.^{do} Bispo na minha presença se conferirão, entendendo da mesma sorte ser justo mandar fazer medidas para os liquidos, e secos, pesos grandes, e meudos, balanças, vara e covodo, insignias para os Vereadores, e tudo o mais conducente a se fazerem as vereaçoes, em q entrão os Livros para o registo das ordens, e actos percizos p.^a o seu exercicio, para o q tirei dos q estavam na Provedoria, por haver superabundantes da qualidade dos q se necessitão para

estes sete primeiros estabelecim.^{tos}, q a cada hum dey todas as sobreditas couzas, q se lhes fazião indispensaveis.

E para [que] com melhor methodo os Mestres das escolas instruissem os rapazes não só a ler, e escrever, mas ao habito dos bons costumes, e aos principios necessarios para a vida eterna, me valy de huma cartilha Franceza, q me pareceo conveniente ao intento, de q se encarregou de traduzir, e ampliar no q foy justo o D.^r Francisco Guedes Cardozo e Menezes, Secretario da Reforma Jezuita, Juiz dos Reziduos deste Bispado, e Arcediago⁶³³ da Sé de Olinda, o qual desempenhou com zelo e acerto tal, q não só mereceo a aprovação do Reverendo Bispo, mas entendo se faz credor da de V. Ex.^a como se faz certo da copia n.º 4.

No tempo em q se prepararão todas estas couzas, q unidas ao expediente da Frota não derão pouco q fazer, practicou o dito Prelado no dia ^{3v} nove de Janeiro a intimação de Subdelegado de S. Emm.^a aos Religiozos do Collegio de Olinda, e no seguinte aos do Recife, q huns e outros aceitarão com toda a resignação, e obediencia, a q se seguio no dia quinze, e dezazeis [sic] do mesmo a do mandamento, havendose espalhado os seos exemplares na forma determinada, passando no dia vinte e hum a notificálos para sahirem das missoens, tanto q a ellas chegarem os Parochos do habito de S. Pedro na conformidade da carta regia, q fez publica, como se insinuou, ajuntando-lhe por addição a allegação das Bullas Pontificias, e Doutores, q provão os fundamentos da sobredita carta, e q os ditos Religiozos da Companhia e todos os mais não podem conservarse nas missoens administrando como Parochos os Sacramentos aos Indios logo q para o mesmo effeito forem nomeados clérigos, e a ellas chegarem.

Porem como a eleição destes com as circunstances percizas não deixa de ser difficultoza, sem embargo de haverem mais do q erão necessarios para o serviço das Igrejas de todo este Paiz se achão poucos revestidos das qualiades e virtudes essenciaes a desempenharem com animo verdadeiramente apostolico esta acção tanto do agrado de Deos, e do seo mayor serviço como do interesse da nossa Religião, q na falta de identicas nos q até agora os dirigião, tem originado o acharem-se quazi todos os Indios até o presente com tão poucos principios della e fundo de piedade, q a m.^{tos} dos referidos Missionarios tenho ouvido, q o fructo, q tiravão, era só relativo aos q morrião^{4f} no estado da innocencia, como se houvesse qualidade de homem, a quem Deos não concorresse com a aptidão, e intelligencia perciza a seguirem tudo o que he conducente à sua salvação, e a mesma razão natural não clamasse interiormente a todos em

comprovação das verdades da nossa Santa Fé, que por não ser ajudada com zelo verdadeiro se acha amortecida.

Esta dificuldade fez demorar o Prelado até o dia 26 de Fever.^o em q fez a nomeação, q consta do n.^o 1 não sendo por concurso na forma do costume, por ser percizo eleger para este emportantissimo emprego sugeitos ainda q menos scientes, cheyos de moderação, reflexão, actividade, desinteresse, e inteiramente encostados ao amor do proximo, e maximas do Evangelho, e com paciencia competente a atrahilos pela brandura, e docilidade necessaria a vencer a ignorancia destes miseraveis, para sustentação dos quaes se lhes arbitrarão na forma da faculdade regia as congruas, e guizamentos, q da relação n.^o 5 consta attendendo aon mayor, ou menor numero de cazaes, de q se compoem cada humas das novas villas, pagãdo cada casal porr todos os direitos parochiaes a porção de trezentos e vinte rs por anno em attenção à grande miseria em q se achão, e em quanto pela nova forma q recebem não crescerem em cabedal de sorte q possão comodam.^{te} satisfazer o mesmo q pagão os brancos na forma do [sic] constituição do Bispado, para o q com o parecer do reverendo Bispo e Ouvidor conviemos em q nas novas criaçoens q não houver numero de cazaes a dar meyo competente à subzistencia dos vigarios pela predicta pataca, e congrua de sincoenta mil rs ser limitada, alem de vinte e tres mil novecentos e vinte rs de guizamentos, e oyto mil rs de fabrica, se lhes desse ajuda de custo porporcional, para por este ^{4v} modo os animar a aceitar os referidos beneficios, como succedeo, sem encontrar na minima parte a ordem de S. Mag.^e, vista a difficuldade, e resistencia, q se experimentava em quererem hir pela mencionada congrua, e não ser praticavel a restricção, q a dita ordem enuncia, nem termos a faculdade de nos podermos regular pella da Parayba, Ryo Grande, e Seará, q tendo a primeira, e segunda duzentos quarenta e quatro mil rs por anno, e a terceira cento e tres mil novecentos e sessenta rs, nos persuadimos não ser a mente do mesmo Snr. o regularmo nos por estas tres particulares, mas sim pelas geraes, q por limitadas fazião invencivel esta objecção, a qual unanimemente vencemos com a providencia interina das ajudas de custo, q deixo referidas, e só o mesmo Snr. pode determinar o q se deve seguir na certeza de q he impracticavel passarem com a independencia necessaria, e q se procura, sem q se lhe augmente no q for justo a respeito daquelas, q por pouco povoadas tem limitados direitos Parochiaes.

Seja-me licito dizer a S. Ex.^a com a verdade, q constumo, e com o dezejo de quem procura, e quizera conseguir em pouco tempo a concluzão desta grande obra tão emportante como conheceo a alta comprehensão, e ardente piedade de q he dotado S

Mag.^e Fidelissima, q podendo descobrir com trabalho Directores, e Mestres para as sete Aldeyas da jurisdição dos Jezuitas, e o Prelado Vigarios para a administração dos Sacramentos, se diffulta achá-los nestas capitancias para as quarenta e sete q faltão das existentes na jurisdição deste ^{5f} Governo, das quaes ainda q algumas por limitadas em numero de habitadores se possão unir, não serão tantas, q se reduzão a mais de tres ou quatro, segundo entendo pelas informaçoes, a q tenho precedido, ee q não havendo sugeitos benemeritos, e bem morigerados, meter-lhes dos q não tem a aptidão necessaria para o q se pertende, será destruir tudo o q se intenta edificar.

Para o que quando o mesmo Snr. o determine, me parece acertadissimo seguirse o mesmo systema, q se practicou para o Maranhão, e Pará, mandandose dessa Corte, e Provincias clerigos para Vigarios, e Directores para as novas villas, e lugares, os quaes se devem escolher de pessoas, q alem das qualidades, q deixo expendidas, tenham a de serem criados com conhecimento da Agricultura, e amantes do trabalho, q deste modo se facilitará reduzir os Indios a bons cultores das terras, q se lhes dão, e a meterem em beneficio do Commercio, e utilidade propria, as grandes, e m.^{tas} preciozidades de fructos, e drogas, q produzem estes sertoes, p.^a o q tem inteira negação os Nacionaes do Paiz pela horrenda preguiça de q são predominados, e crassa ignorancia, com q forão criados nesta matr.^a

Bem vejo q no methodo q tenho seguido se fazem indispensaveis algumas despesas, circunstancia inseparavel de todo o novo estabelecimento, sem as quaes he impossivel poderem florescer e reduzilos a estado, q nos Dizimos, q hão de provir ao d.^o Snr. se indemniza em poucos annos de todas ellas com crucidissimas ventagens do seo Real Erario, alem dos direitos, q acabados de civilizar lhes rezulta em augmento consideravel das suas Alfandegas as quaes despesas terei cuidado em economizar de sorte q sem se faltar ao necessario, não seja percizo dessa Corte ^{5v} socorro algum para essas Provedorias, para o q trabalharei tudo o q estiver da minha parte, se as molestias q tenho adquirido neste Governo mo não impedirem.

Ao Reytor do Collegio de Olinda, e Reciffe, e mais Prelados das cazas destas capitancias fiz as cartas de q remeto a copia do n.^o 6 a poremse promptos os Religiozos Estrangeiros, q se achavão neste Paiz da minha jurisdição, q se reduzem a tres, e vem a ser o P.^e Rogerio Canizio Missionario da Ibyapaba, o P.^e João Nepomuceno vindo do Ryo de Janeiro e hum leigo Italiano Jacome da Barca[;] o primeiro duvido chegue a tempo de hir na prezente Frota, e o dois ultimos vão na Náo de Guerra q a comboya, e de ambos me dizem serem perfeitos Matematicos, e belissimos Arquitectos militares;

para a execução de seguirem o mesmo destino mais alguns, quando os houvessem, acautelei aos Capitaens mores, e Ouvidores das commarcas, a q o fizessem practicar quando os seos superiores não adiantassem o regresso dos ditos Padres a esta Praça ordenandolhes q com todo o segredo e cautela observassem por pessoas fidedignas, se os referidos Missionarios divertião alguma couza do pertencente às missoens, gados, e fructos q nellas houvessem, como se faz certo das copias q remeto do n.º 7 ate o n.º 8 tendo ajustado primeiro com o Reverendo Bispo faz[...?] assim na conformidade da referida ordẽ o q practiquei por cautela a respeito de todos os mais, insinuando aos respectivos Ouvidores não consentissem escripturas de venda de bens, e fazenda de gado a todos os Missionarios, e Missões ^{6f} pertencentes a este Governo até a decizão do dito Snr., para o q farião os avizos necessarios aos Tabaliaens das suas jurisdiçoens, por me constar milita [sic] para com todos igoaes adquiridos como se faz certo da copia n.º [sic]

O mesmo practiqueia respeito de não virem ao Palacio da minha residencia, nem terem a minima ingerencia com a minha familia, e se absterem de reconhecer o chamado Provincial do Ryo de Janeiro, como se vê da copia n.º 9

Ainda q no §.6 da minha instrução a este fim dirigida me determina Sua Mag.^e se não passe a outro algum procedimento antes de se consolidarem os estabelecimentos das novas villas e lugares, o q entendo pelo contexto do mesmo respeita a não dar principio ao sequestro dos bens, q se acharem, possuem os Religiozos da Companhia contra a forma da Ordenação, e sem permissão regia, com tudo vendo a distancia de mais de trezentas legoas, em q ficão desta villa a mayor parte das Aldeyas, pareceo conveniente nas informaçoes, q se tem achado, de terem os ditos Padres algumas fazendas de gado nas suas vezinhanças, q o Ouvidor geral logo q a Frota sahir proceda a notificação respectiva a declararem os bens q possuem os mesmos Religiozos por dois principios: o primeiro, porq sucedendo occultarem-nos na referida creação a q logo, e sem demora se passa [sic] proceder o dito Ministro na forma q o mesmo Snr. determina, quando sejão de natureza q pertenção ao Real Fisco, e sendo producto do trabalho, e adquiridos pelo illicito commercio, q os mesmos practicavão, repartiremse na forma q se assentou com o Reverendo Bispo, e Ministro em beneficio dos mesmos povos, e seo augmento, alem de evitar os inconvenientes de se vir dos referidos estabelecimentos sem se concluir esta materia pela distancia diffcultar hir segunda vez o dito Ministro a concluí-la, quando os haja, e prejuizos, q se seguirião se de hum terceiro se confiasse, como tudo se ponderou na copia do termo do n.º 10 ^{6v} para effeito de se seguir com

anticipação o q posteriorm.^{te} se mandava practicar [ex vi?] dos embarassos referidos, convindose no mais, q se achou porporcionado ao fim, q o mesmo Snr. procura.

Aos officiaes necessarios para as Camaras, e governo civil das novas villas se assentou q por ora se não dessem ordenados, e recebessem só a utilidade q lhes proviesse dos emolumentos dos seos officios, attendendo não terem de prezente bens patrimoniaes, em q se podessem estabelecer, o q pelo decurso do tempo, e providencia de S. Mag.^e se poderá regular, quando o mesmo Snr. não aprobe os meyo, porq no Directorio se lhes facilita tal, ouu qual fundo, de q se possa valer para as d.^{as} despesas.

Aos q acompanhão o Ministro na deligencia, se lhes segue em todo o tempo desta acção não só o prejuizo de cessarem os emolumentos q percebem da serventia dos seos officios, porem o incomodo de contribuirem com os respectivos donativos, q lhes correspondem, o q unido à qualidade de pobres, parece ser conforme à piedade do dito Snr. satisfazerselhes na forma do Regimento por cada dia q gastarem, o mesmo q por elles se lhes conta pela Real Fazenda, como se assentou no mencionado termo.

Não posso deixar de dizer a V. Ex.^a para q o ponha na presença de S. Mag.^e, q nesta parte he mais prejudicado q todos o referido Ministro, pois alem do incomodo q lhe resulta da deligencia para a qual se lhe faz percizo armarse de huma rezigna paciencia e constancia a não esmorecer com as difficuldades, q no principio de todas as couzas se encontrão, vay comdemnado na despesa, q lhe toca e na q lhe hé necessaria fazer com o sustento dos officiaes, q não há de emportar tão pouco, q deixe ^{7f} de passar de hum conto de rs no q tem mostrado tanto brio q não tem falado huma só palavra, o q me parece não basta para q deixe de se attender, não só graduandoo com o adiantamento q he justo, porem indemnizandoo deste dezembolsso, q faz à sua custa, e não só das partes, visto o grande trabalho q lhe resulta de ser executador de huma deligencia no sertão e de tanta consequencia quanto he o receyo de q todos os q estamos encarregados nos vemos preocupados, para o q não cessamos de pedir a Deos o socorro de luzes necessarias para o acerto.

Sendo para addvertir q segundo as referidas distancias das mencionadas Aldeyas secas do sertão q o fazem impenetravel em o tempo de Verão, e invadiavel [sic] no rigor do Inverno, a q accresce a assistencia da Caza da Inspecção, Juntas de Justiça, Cotreçoens e despaxos, julgo impossivel poder o Ouvidor actual dar a prompta execução de q se carece para a concluzão dos novos estabelecimentos sem faltar ás obrigaçoens, q deixo expendido, sem embargo do q principia pela da Ibyapaba, e continuara nas mais, se S. Mag.^e não mandar se practique pelos corregedores das

comarcas respectivos na primeira embarcação, q vier p.^a algum destes portos, ainda q não ficarei responsavel por todos no conhecimento da qualidade da deligencia e não terem alguns as q me prometão o bom exito q dezejo: pode ser nasça o meo receyo da distancia q há me embarassar conhecer a fundamento [sic] a aptidão de algum para esta materia o q não milita para com o Ouvidor das Alagoas, tanto por ter menos q fazer como pelo conhecimento q do mesmo tenho o fazer capaz de ajudar nesta parte ao actual desta Praça, e não menos o Juiz de Fora prezente da mesma Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco, ainda q nella he sempre percizo ficar hum Ministro de letras, aos quaes quando se destinem he necessario darselhes com q se entertenhão, por caducarem na auzencia dos seos lugares todos os emolumentos de assignaturas e despaxos ^{7v} q lhes provem, augmentando em consideravel parte o ordenado q só per sy não he equivalente a poderem subsistir.

Não obstante ter convido o Ouvidor pelas razões q lhe ponderei, a q se accomodou o R.^{do} Bispo em tudo o q deixo dito, e consta do refer.^o tr.^o n.^o [sic] pareceo ao d.^o Ministro q seria mais conveniente se não dividissem as terras pelos moradores, e só permitir-lhes termo para q estes semeassem quanto pudessem, pagando alem do Dizimo o oytavo às Camaras para seo patrimonio e q pelo tempo adiante se lhes darião por sesmaria as q pedissem, com tanto q constasse tinha sido activos [sic] em beneficiarem as q ficavão em commum; ao q me não pude accomodar pela razão de me unir à ordem q determina se lhes dividão e por evitar o inconveniente de q ficandolhes em commum como até agora estavam não se despertaria nelles a vontade de se desvelarem em as trabalhar na contingencia de lhes virem a cahir quando as peção ou tocando lhe outras incultas, e sem o beneficio, q lhes tinha custado a deligencia do seo cuidado, alem de ser repugnante a toda a razão entrar na criação destes povos a gravá-los com o onus de oytavo q ainda aos civilizados he violento na Europa e se fazia m.^{to} mais duro na America, aonde os seos habitantes logrão a izenção de sizas, e maneyos, e no seo principio de toda outra contribuição.

Mayormente, quando della se não tirava mais utilidade, q estabelecer fundo para as apozentadorias dos Corregedores, e Ordenados da Camara, e se poderem seguir como he natural obstaculos, q embarassem os progressos, q se pertendẽ e se podem esperar do systema de não gravar por ora com mais contribuição, q os Dizimos a estes miseraveis, attendendo à sua indigencia e necessidade q há de se lhes facilitarem meyo p.^a sahirem della, ^{8f} q conseguidos, poderão suprir com o q for justo, e faltar alem do q determina o Directorio para as despesas das Camaras, da mesma sorte q o R.^{do} Bispo os direitos

Parochiaes pelos não poderem satisfazer presentem.^{te} como os brancos na forma da constituição.

Aos seos respectivos Vigarios se faz percizo q S. Mag.^e os attenda para os preferir nos provimentos das Igrejas, completos, q sejam seis annos com boa satisfação, e constando q dentro delles desempenharão as obrigaçoens de q se encarregarão tratando os seos freguezes, com aquella caridade de q necessitão os q se achão como estes, tão faltos das Luzes necessarias para a sua Salvação, pois por este meyo não só se vencerá a difficuldade de descobrir mais alguns capazes, quando não possão vir dessa Corte, porem a esperança de serem attendidos com accomodação de mais descansso, e mayor rendimento os sacrificará a soffrerem pelo predicto tempo o incomodo, a q se sugeitão.

Espero q V. Ex.^a queira desculpar-me nos erros q achar tenho nesta materia cometido e me faça o favor de advertir de tudo o q entender he justo p.^a conseguir nella o acerto, q dezejo.

Deos goarde a v. Ex.^a muytos annos. Reciffe de Parnambuco 6 de Março de 1759

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Thomé Joaquim da Costa Corte R.¹

Luis Diogo Lobo da Sylva ^{8v,,}

Anexo 20: Estado das vilas indígenas do governo de Pernambuco em 1800

OFÍCIO do governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Fortaleza, 1 de Abril de 1800. AHU_ACL_CU_006, Cx. 13, D. 769, rolo 14.

“Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Como entre as diversas Ordens, que fazem objecto das Cartas de Officio que V. Ex.^a me tem dirigido, huma das que constituem tambem parte do que devo praticar no meu governo, he o cuidado da sivilização dos Indios a qual me pondera V. Ex.^a tem sido ate agora tão mal praticada e entendida, não só por muitos motivos como principalmente por cauza da má escolha dos sugeitos empregados em Regentes das Aldeias Indias; o que tudo foi cauza da grande diserção, que os mesmos Indios fizerão das Villas onde se achavão Aldeados, para os seus bosques donde primeiramente forão compelidos a sahir.

He bem verdade, que esta porção dos habitantes da America, denominados Indios occidentais, sofrerão desde o seu descobrimento m.^{tas} oppressoens dos seus chamados protetores, e que estas subirão a hum grande ponto no tempo em que o imperio Jesuitico extendeo o seu vasto poder por toda a parte. São disto ividentes [sic] testemunhos as diversas Ordens e Alvaraz com forsa de Lei dos Senhores Reis D. Pedro segundo, D. João quinto, e D. José primeiro dirigidos aos Governadores destas Colonias a fim de coibir os procedimentos arbitrarios dos Jezuitas sobre os Indios seus dirigidos.

Depois da extinção daquelle Corpo Religiozo passou o exercicio desta proteção aos Regentes Seculares, ou Directores, cujas obrigaçoens se achão excelentemente prescriptas nos diversos Capitulos de que se compoem o Directorio, que o Senhor Rei D. José mandou ordenar para servir de norma aos Directores no uzo do seu ^{1f} emprego. São com iffeito estes Capitulos fundados nos axiomas dos Direitos Natural e das Gentes. He tambem sobre elles, que Sua Magestade regulou as Ordens, que respectivamente aos mesmos Indios V. Ex.^a me dirigio em 28 de Agosto de 1798.

Correndo pois hum véo aos ifeitos [sic], que a proteção tiranna dos Jezuitas exerceo sobre os Indios naquelles tempos, passando mesmo a ter nelles huma jurisdição Civil, e Criminal, contra as expressas determinações do Direito Canonico, e votos Religiozos, e passando tambem em silencio os vexames, que os Regentes Seculares obrarão em diversos tempos, depois que lhes succederão; passo a expôr a V. Ex.^a o actual estado em que achei os Indios relativamente ao governo de seus Directores, ao

modo com que se achão Aldeados ao emprego que fazem dos seus dirigidos, ao gráo de liberdade que possuem, e finalmente a vida social e sua educação Civil e Christã: hirei ao mesmo passo unindo a cada hum destes artigos as providencias respectivamente a elles [que] tenho aplicado.

Ha pois dentro desta Capitania seis Villas de Indios, que são, tres em distancia de tres legoas para menos desta Villa: a saber: Mecejana, Arronxes e Soure; Monte-Mor o Velho, Monte-Mor o Novo da America, e Villa Viçosa Real; em distancia a primeira de nove legoas, e as ultimas, huma em trinta, e outra em noventa. Em todas ellas vivem com tranquillidade os Indios com os seus Directores, sem ^{1v} que a oppressão tenha até agora motivado grandes queixas, que necessitem de providencia maior. O mais dificultoso onus, que aos Directores incumbe, he empregar os Indios no trabalho de que possam nutrir-se. Não ha porém sacrificio maior para hum Indio que este dever imposto pela Natureza a Humanidade. Tirallo dos seus bosques, arrancallo ao ócio, porhibir-lhe [sic] o furto, e o latrocinio, unillo com os mais homens nos vinculos da sociedade; são isto dificuldades, que eu talvez não erre chamando-lhe invensiveis.

O Indio huma vez, que o fruto do seu trabalho tem o valor de [?] dividios em tres partes iguais, que aplica a tres objectos, agoa-ardente, farinha, e tabaco de fumo, o que assim feito entrega-se ao repouzo ate que o outro dia lhe faça sentir as mesmas necessidades. Tenho ocorrido quanto me he possivel a este estranho modo de viver, incumbindo aos seus Directores lhes persuadão o contrario, mostrando-lhes a utilidade de extenderem as vistas ao futuro, com trabalho antecipado, mostrando-lhes a habitação que o suor dos outros edificou, a abundanciaque para si e suas familias adequirio; e que o descanso so deve vir em consequencia do trabalho.

Por isso a primeira origem da dizerção dos Indios das suas Villas, e Aldeias para os bosques eu atribuo segundo a experiencia me faz ver, àquelle natural pendor para o ócio mais profundo, e a constante repugnancia a viverem em sociedade civil. Aos mesmos Directores, aos seus Parochos, Juizes, e Maiores entre elles tenho ^{2f} entimado sempre uzem de tod a melhor e mais branda persuasão para com elles a fim de mudarem, ou modificarem os ifeitos de tão tristes procedimentos.

Huma tambem das cauzas daquella diversão pairesse ter sido o emprego dos Indios em serviços estranhos; a isto tenho obviado o mais que me he possivel recomendando muito aos Directores os não empreguem nelles, e dos outros que não forem desta natureza lhes fação pagar os seus selarios [sic] com toda a exactidão, e não

se entrometão com o seu governo domestico, nem lhes tomem os filhos para serviços estranhos. ^{2v} [...]

He outro objecto da mesma carta de V. ^a Ex.^a a abertura de hum comercio de troca, que entre os Indios estabeleção algumas pessoas, no qual pratiquem a mais exacta boa fé e lizura [?], e lhes dem ^{2v} a conhecer as vantagens que lhes devem rezultar da comunicação com os Europeos: He bem certo, que seria isto hum meio muito próprio, e efficaz, para sevelizallos, e dar-lhes a conhecer os bens da sociedade: porem eu não tenho até agora descoberto nelles alguma inclinação para o fundamento deste estabelecimento: a saber: Hum trabalho voluntario sem mistura de forsa, e que produza algum ifeito vizivel, que seja objecto deste Comercio, pois so no exercicio das forsas fizicas, e moraes do homem empregadas em utilidade commum de seus semelhantes, he que consiste o fundamento de se conseguir aquelle fim. Se eu puder conhecer entre elles algum modo de executar o que V. Ex.^a me Ordena empregarei as pessoas, que tenham as qualidades necessarias para abrirem entre elles o dito commercio e com as circunstancias que me são ponderadas. ^{3f} [...]

A educação Civil e Christã dos Indios, que he outro artigo, não so das antigas Ordens dos Senhores Reis desse Reino, mas igualmente muito recomendada na mesma Carta de Officio de V. Ex.^a como na mão daquelles em que está depositada huma porsão do poder sagrado, reside a obrigação do ensino da Religião e dos bons costumes; e os ^{3f} Parochos sejam entre aquelles a quem de ordem positiva dos dois poderes Sagrado e Temporal incumbe este justissimo dever; por isso desde que tomei posse do meu Governo, foi este hum dos objectos que em nome de Sua Magestade muito lhes recomendei, que plenamente executassem. ^{3v} [...]

[...] as [casas] que se fazem nas Villas onde estão aldeados são communs a todos elles, e se denominão Cazas da Villa, porque são obrigados pelos Directores e pelo costume a concorrerem para a construcção dellas: porém passados alguns mezes de habitação sempre interrompidos por digressoens ociozas para os bosques as desemparão, de sorte que a mesma Villa he obrigada a vendellas com intervenção dos Directores aos brancos, que só por este modo se conservão as mesmas cazas, que os Indios fazem.

Ninguém sabe, que especie de persuazão invente para convencer o Indio de que a habitação fixa he preferivel aos bosques, só estes são as suas delicias, so para elles fogem: nenhuma sensação lhes faz o aspecto das suas choupanas demolidas, que os seus braços ^{3v} acabarão ainda à pouco de levantar.

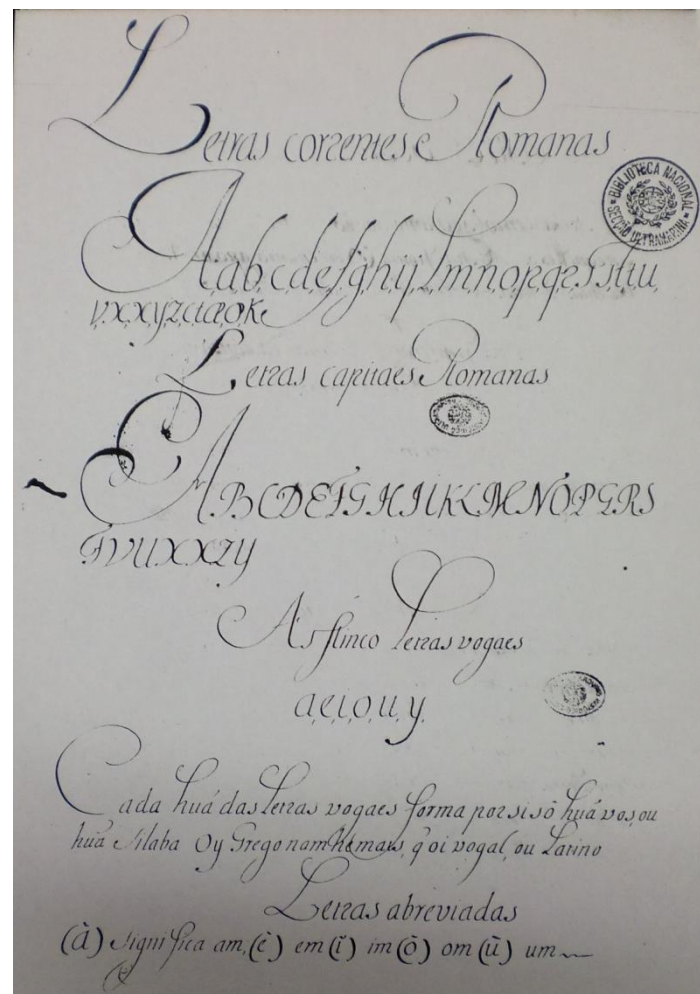
Passando eu a examinar pessoalmente as tres Villas de Indios distantes desta Praça tres legoas para menos: a saber: Arronxes, Mecejana, e Soure, achei a primeira quazi toda arruinada, e avista disto dei logo as providencias necessarias para se reedificar, fazendo que os Indios aldeados nella por huma distribuição de trabalho commum a levantem. Para este ifeito ordenei ao Director os não empregasse em serviços fora da Villa ate que as ruinas de que ella se compoem se convertão nas Cazas de que constava.

Como porém as Villas que deixo nomiadas são mui pequenas e constantes de poucas Cazas, em breve tempo verei reedificada a dita Villa de Arronches, e dipois extendo a mesma diiligencia a de Soure, que precisa igualmente do mesmo beneficio. A respeito das outras seguirei o mesmo sistema, e aquellas que exigirem mais prompto reparo preferirei a sua necessidade a ordem da sua distancia empregando-me incessantemente, e com actividade todas as minhas forças e vigilancia ^{4f} [...].”

D. EDUCAÇÃO

Meninos: folha de rosto e abecedário

*instruccam para ensinar a Doutrina
Christãa Per te escrevez gos Meninos e ao mesmo
tempo os principios da lingua Portugueza e sua Or-
thographia*



Anexo 22: Carta de Comissão do Director dos Estudos Menores de Pernambuco

In Sumário de testemunhas relativo a mestres que ensinavam sem licença em Alagoas, cabeça de comarca da Capitania de Pernambuco. Alagoas, 25 de Janeiro de 1762. BGUC, Ms. 2534, n.º 35, 204f a 208v.

“//Comissão//

Pella Comissão que me delegou o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Thomas de Almeyda, Principal Primario da Santa Igreja de Lixboa Director geral dos Estudos de que remeto copia me vejo obrigado em virtude da dita comissão recomendar a vossa merce por Serviço de Mag.^e Fid.^{ma} para que sem demora logo que receber esta proceda vossa merce a hum sumario de testemunhas para por elle se averiguarem os Transgressores do Alvara de vinte e oito de Junho de mil setecentos cincoenta e nove pelo qual estabeleceo o dito Senhor no referido Alvará a forma que se deve praticar nos estudos ^{204v} da gramatica Latina, Grega, Hebraica, e na arte da Retorica nestes nossos Reynos e seus Dominios do que já avisei a vossa merce com a copia da Instrução que se deve seguir quando lha enviey em Agosto de setecentos e secenta o Edital para os pertendentes que se quisessem oppôr as cadeiras da dita gramatica poderem vir ao concurso que se fez nesta Villa em Outubro do dito anno; e como me consta que sem attenção ao dito Alvará, Instrução, e ordens estão varios sogeitos ensinando gramatica nessa comarca sem proceder a minha aprovação por exame e o que mais he ensinando pelo methodo antigo e prohibido, e esta inobservancia das ordens he digna de exemplar castigo, espero que vossa merce com actividade e zello que pede huma materia tam emportante, e util, como recomendada proceda nesta deligencia com toda a efficacia sem que no dito sumário inquiria particullarmente por pessoa alguma, mas sim generciamente [sic] pelos transgressores do dito alvará, e de que resultar me mandara vossa merce hum fiel traslado para com elle informar como foi obrigado ao Excellentissimo Senhor Director geral para o fazer presente a S. Mag.^e Fid.^{ma} o que executará por serviço do mesmo Senhor ja que a grande distancia e as minhas occupaçoens nam permitem que eu possa pessoalmente fazer esta deligencia, e se necessario he para ella lhe delego a comissão da mesma forma que se me encarrega, e para que vossa merce se capacite no que o dito Alvará ^{205f} e Instrução ordena lhe remeto por dous exemplares que vossa merce mandará guardar no Archivo da Camara dessa villa. Deos guarde a vossa merce Recife de Pernambuco quinze de Novembro de mil setecentos e hum// Senhor Doutor Ouvidor geral da Comarca da Alagoa ou quem seu

cargo servir// O Dezembargador Ouvidor geral e Comessario Delegado da Direcção dos Estudos da Capitania de Pernambuco e suas anexas Bernardo Coelho da Gama Casco// 205v

Anexo 23: Edital de Tomás de Almeida para a contratação de professores.

Lisboa, 28 de Julho de 1759.

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios. [1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“Dom Tomás de Almeida, Principal
Primario da Santa Igreja de Lisboa,
do Conselho de S. Mag.^{de} Fidelissima,
Director Geral dos Estudos destes Reinos,
e seus Dominios. &^a.

Faço saber a todos, que este Edital virem, ou delle tiverem noticia, que havendome El Rey Nosso Senhor por effeito da Sua Real grandeza, e Piedade creado Director Geral dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios por Decreto de seis de Julho do prezente anno para executar as sempre admiraveis providencias, e acertadissimas Instruções, com que o mesmo Senhor tem determinado estabelecer de novo os Estudos em seus dilatados Dominios, desterrando, e abolindo os antigo methodos, que servião de consumir os tempos [sic], sem a utilidade que podia corresponderlhes; perda tão sensivel, como todos, os que a ^{24f} experimentarão, sentem sem remedio; E sendo a cultura das Sciencias dos Vassallos o mais bem fundado estabelecimento para o Serviço de Deos, e das Monarquias, não podia a sua efficaz applicação esquecer ao nosso Adoravel Soberano, que com tanta ventagem a todos os seus gloriozos Ascendentes, tem procurado a felicidade de seus ditozos Vassallos; E dezejando eu empregar todos meus cuidados na prompta, e fiel execução do que me está determinado, e sendo a primeira acção a escolha dos Mestres, que hão de ensinar a Gramatica Latina, Rhetorica, e Grego, que devo propor a S. Mag.^e, para que seja servido dar a Sua Real approvação: E dependendo muito do acerto desta escolha o feliz progresso de hum estabelecimento o mais gloriozo,

provendo as cadeiras de Mestres, que sejam ao mesmo tempo em vida, e costumes exemplares, e de sciencia, e erudição conhecida, deve preceder a esta eleição huã noticia geral, que chegue a todos, para que os que quizerem pertenderem [sic] occupar as referidas cadeiras fação o seu requerimento, declarando o que pertendem ensinar, a sua assistencia, e se tem já exercitado o Magisterio publico, ou particularmente, e o Bairro, ou Ruas, em que o patricarão [sic], para que tirandose as informações necessarias da vida, e costumes de cada hum, e aproveitamento de seus Discipulos, se os tiverem tido, se possa passar aos exames de capacidade, e Literatura, conforme a cadeira, que pertendem: Por tanto mando, que dentro do termo de seis dias, que correrão da data deste em diante, me apresentem todos, os que quizerem ser providos, suas petições com as clarezas precisas para as referidas diligencias; o que não só comprehende o provimento das cadeiras, que se hão de estabelecer na Corte, e Cidade de Lisboa; mas ainda nas Terras vizinhas, a respeito das quaes lhes extendo o termo até quinze dias da Data deste em diante; e sem embargo, que para as Provincias de fora, e para os mais Dominios de El Rey Nosso Senhor, se hão de passar commissões para as suas capitais respectivas, com tudo [sic] se houver pessoas na Corte,^{24v} ou sua vizinhança, que lhes tenham mais utilidades as cadeiras das Provincias de fora, ou ainda no Ultramar, poderão meter suas petições, porque, feitas as diligencias tão necessarias para o feliz acerto dos provimentos, e achandose com as qualidades precisas, serão propostas a S. Mag.^{de}, para rezolver com acerto, que he inseparavel da sua dilatadissima, e profunda comprehensão.

Para que os Estudantes não padeção o damno de ficarem até Outubro sem lição, perdendo o seu adiantamento, e os Mestres sem o lucro, que do seu Magisterio tirão; podem todos os ditos Mestres, que tem [sic] Estudos publicos, ou particulares, continuar até o Ultimo de Setembro do presente anno no mesmo exercicio; com declaração, que só se lhe permite [sic], que o fação pelo novo compendio do Padre Antonio Pereira, feito para o uzo das Escolas da Congregação do Oratorio, ou pela Arte de Grammatica Latina reformada por Antonio Felix Mendes, que são as que unicamente permite S. Mag.^{de} em seu Alvará, prohibindo todas as mais; o que se deve observar tão religiosamente, que qualquer dezobediencia nesta materia, será com o mais severo rigor castigado, quem a cometer.

Do primeiro de Outubro do presente anno em diante, não poderá ensinar pessoas alguã, nem publica, nem particularmente sem carta Minha, pena de ser [sic] castigado como merecer a sua culpa, e de ficar inhabil para ensinar mais nestes Reinos, e seus

Dominios. Lisboa 28. de Julho de 1759. //Dom Thomás Principal de Almeida Director Geral^{25f.}

Anexo 24: Alvará do privilégio concedido à Direcção Geral dos Estudos de imprimir todos os livros e dicionários adoptados no novo método, assim como da nomeação de comissários. Lisboa, 13 de Agosto de 1759.

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios. [1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“Eu El Rey. Faço saber aos que este Alvará virem, que attendendo, ao que me foi representado por Dom Thomás de Almeida, do meu conselho, Principal Primario da Santa Igreja de Lisboa, e Director Geral dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios; e ao muito, que importa animar os mesmos Estudos, pela applicação de todos os meyoys, que podem conduzir para os promover: E tendo mandado imprimir em beneficio delles, e das suas necessarias despezas, todos os Livros Clasicos [sic], e dictionaris, que forão enunciados nas Instrucções, que mandei promulgar em 28 de Junho deste prezente anno, para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica: Sou servido concedir à sobredita Direcção Geral o privilegio excluzivo da Impressão de todos os ditos Livros, e dos mais que houver por bem mandar estampar para o uzo das clases [sic] das referidas Lingoas, e Arte de Rhetorica, para que em quanto Eu não mandar o contrario, nenhuã pessoa de qualquer estado, qualidade, e condição, e seja, possa imprimir, fazer entrar de fora do Reino, ou vender algum, ou alguns dos Sobreditos Livros, debaixo das penas; pela primeira vez do perdimento dos exemplares, que lhe forem achados, com o dobro do valor a que se costumarem vender os permitidos; e do tresdobro pela Segunda vez; crescendo esta pena nos mais Lapsos à mesma proporção. Para que se não possam equivocar os Livros de contrabando, com os que forem impressos a beneficio dos referidos Estudos: Sou servido outro sim, que o Director Geral, assim nesta Corte, como nas mais Cidades do Reino nomee Comissarios, que asignem de Letra de mão o seu nome na primeira folha, em que se acharem estampados os Titulos de cada hum dos sobreditos Livros: E que todos aquelles, que forem achados sem os referidos signaes, sejam havidos por de contrabando, e as Pessoas em cuja mão se acharem, Logo prezas até declararem a quem

os comprário para se lhe imporem as penas acima ^{25v} estabelecidas. Determino, que os Donos das Logens [sic] nas quaes se acharem alguns dos referidos Livros ao tempo da publicação deste; sejam obrigados a declarar os exemplares, que tiverem aos Comissarios, que o mesmo Director Geral nomear, para tomarem razão delles, debaixo das referidas penas. Para o consumo delles lhes concede o tempo de quatro mezes, depois dos quaes lhes premito [sic], que possam reesportar [sic] aquelles exemplares que declararem existentes, bem visto, que não os declarando, e embarcando depois de ser findo o referido termo, aquelles que lhes forem achados, serão tambem havidos por contrabando, para terem Lugar apenas acima [sic] delcaradas. Desta Geral prohibição exceptuo as duas Gramaticas, a que pelo Meu Alvará de vinte de Junho proximo precedente tenho concedido privilegio excluzivo emquanto Eu não for servido ordenar o contrario.

Este se cumprirá como nelle se contém e valerá como Carta posto que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo das ordenações em contrario, estampandose com os Sobreditos Livros, para que chegue a noticia de todos, e não possam os Transgressores delle alegar ignorancia. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 13, de Agosto de 1759 // Rey^{26f,}

**Anexo 25: Consulta da Nomeação de Professores, por Tomás de Almeida
Lisboa, 8 de Agosto de 1759.**

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios.
[1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“Senhor

Por Decreto de 6. de Julho do presente anno me fez V. Mag.^{de} a incomparavel honra de nomear Director Geral dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios, creando de novo este Lugar por Alvará de 28. de Junho com Instrucções da mesma data q tudo devo observar exactamente. E como o primeiro effeito desta obediencia, deve ser o provimento dos Mestres de Gramatica Latina, Rhetorica, e Grego, que handem [sic] ensinar nesta Corte, e para propor a V. Mag.^{de} os mais capazes, deve preceder exame dos que pertendem hum tão util emprego: He preciso primeiro nomear alguns Professores de conhecida erudição, e procedimento tão exemplar, que a prova incontrastavel destas qualidades, que elles tenham dado, supra bem a falta do exame; para que providos estes em algumas Cadeiras, que se hão de erigir nesta Corte, sejam depois os examinadores, que fação os exames a todos os mais, que se julgarem, que precisão approvação para este primeiro estabelecimento: Que para o futuro na Vacatura de alguã Cadeira, qualquer dos que forem Professores Regios ficão habilitados por V. Mag.^{de} para examinadores na forma do Alvará, e Instrucções.

Parece-me pelas exactas informações, que tenho tirado, assim de procedimento, como da Literatura, que são muito capazes de ensinar Rhetorica, Joseph Caetano de Mesquita, egregio ^{26v} em virtudes, e Letras, e com huma geral opinião de todos os sabios, e Pedro Josph de Affonseca tambem de grande merecimento.

Na Gramatica Latina tenho a mesma probabilidade para crer, que serão muito bons Mestres Antonio Felix Mendes, reformador da Arte, que V. Mag.^{de} foi servido approvar, e ordena se ensine por ella. Manoel Pereira, que ha muitos annos ensina com tanto acerto, que são as melhores testemunhas da sua capacidade neste emprego, não só as obras que tem feito, mas os muitos Vassalos, que com Louvor servem a Mag.^{de}; e lhe devem ao seu Magisterio habilitalos [sic] para esse glorioso exercicio. Nicoláo Scribot, que sendo ainda de muito pouca idade tem huns estudos tão vastos, e huã noticia tão profunda de Lingoa Latina que lhe parece natural pela facilidade com que compoem [sic] nella, assim em proza, como em toda a casta de verso. Manoel Esteves Telles, que

foi Jesuita, e sahio da sua Sociedade em que esteve quatorze annos, onde estudou Latim, que ensinou nas suas clases [sic] cinco; e depois de ter estudado Filosofia, e Theologia largou a roupeta, e tem ensinado vinte annos continuadamente nesta Corte em diferentes partes, sempre com edificação de seus discipulos, e grande adiantamento delles. O P.^e Faustino de Abreu, de costumes purissimos, muito versado na Lingoa Latina, com particullar methodo para fomentar em seus discipulos a Santa emulação, que tem produzido admiraveis effeito [sic] no adiantamento de seus discipulos; tem tido aula publica ha muitos annos, e de presente a conserva na Calçada do Conde de Pombeiro.

Para Grego, supposto tenho já noticia de alguns, que me segurão ser muito capazes, ainda não tenho toda a Instrucção precisa para dar o meu sentimento.

Parece-me tambem, que sendo estabelecida a Caza de Nossa Senhora das Necessidades pelo Senhor Rey Dom João V. Glorioso Pay^{27f} de Mag.^{de} para os Padres congregados de São Filippe Neri ensinarem seus ditozos Vassallos, que morarem naquelle Bairro, para o que forão socorridos com Regia Liberalidade no dotte, que se lhe doou; sendo isto assim como a Mag.^{de} será presente, devo eu passar Cartas àquelles Padres, que elles destinarem para o Magisterio, e aproveitarme delles quando me parecer, como de Professores Regios para os exames, porque não he justo, que sendo elles huã parte deste Corpo, que de novo se estabelece, e parte tão estimavel pelas suas Virtudes, e Letras, que deixem de ser chamados, e consultados na approvação, e escolha dos Mestres, alem da particular attenção que merecem huns homens, que forão os primeiros, que em publico se oppozerão aos confuzos, e escuros methodos, que havia de ensinar, assim nas escollas menores de ler, e de aprenderem as crianças os cathecismos, de que havia, e ha a mayor necessidade, como da Lingoa Latina, e da Filosofia. Lx.^a. 8 de Agosto de 1759.// Dom Thomás de Almeida, Director Geral dos Estudos^{27v},

Anexo 26: Modelo de compromisso dos Professores Régios - Pernambuco

Termo, q fazem os Directores p.^a satisfazerem as obrigaçoens, q se lhe encarregão. Anexado ao OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

“Aos dias do mez de do anno de mil setecentos sincoenta e nove na secretaria deste Governo em prezença do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Luiz Diogo Lobo da Sylva Governador e Capitam General destas Capitannias aonde veyo F. e F. nomiado o primeiro para Director da Nova V.^a de tal, e o segundo para M.^e da escola da mesma aonde pelo d.^o Governador lhe foi dado o Directorio, porque os devião regular, e cartilha para a instrucção dos meninos, encarregandolhes, que bem e verdadeiramente procuracem com toda a inteyreza cada hum na parte que lhe toca seguir em tudo o refferido Directorio, e Cartilha gradualmente segundo a natureza dos habitantes a que se derigião as refferidas Instrucçoens o permitissem fosse conducente a civilizalos como se pertende, para o que lhes lembrava ser percizo obrigarlos quanto fosse justo pelos meynos da brandura, e suavidade, a fim de que ajudados com a sua doutrina vencão as trevas da ignorancia em que se achão embolvidos [sic], para com o conhecimento da razão, e do beneficio, que se lhes seguia venhão com facilidade a não lhe ser custozo os justos meynos, que se lhe offerecião para a sua mayor utilidade temporal, e Espiritual, e que elles Director, e Mestre tem a mayor gloria, e devem trabalhar com o seu exemplo a conseguila na certeza de ser o meyo mais efficaz para se não afastarem da nova regularidade, que pelos seus empregos ficão na obrigação de lhes propor; e de como assim o prometerão executar, e de não tirar dos ditos habitantes directa, ou indirectam.^e couza alguã, alem do que pelo mencionado Directorio lhe hé prometido, que só receberão em q.^{to} S. Mag.^e Fidelissima houver por bem a sua observancia, e concorrer quanto couber a fazer interter entre elles as Leys do poder [sic], e honestidade embaraçando toda a liberdade, que possa ser de mau [mau] exemplo a conservação desta tão essencial virtude se obrigarão na parte, que lhes hé licita, e permitida, como a tudo o mais que fica refferido, o que tudo jurão não faltar de observar na forma expressada, de que mandey fazer este termo, que os mesmos asignarão para a todo o tempo constar onde necessario for.”

Anexo 27: Consulta ordenando a entrega dos livros dos jesuítas, existentes nas suas casas ou na mão de particulares, ao Secretário da Directoria, a fim de serem destruídos; pelo Director dos Estudos. Lisboa, 13 de Dezembro de 1759.

[com o parecer favorável do Rei, a 15 de Dezembro, saindo em Decreto de 19 do mesmo mês – fls. 39v a 40f]

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios.
[1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“Consulta.

Sobre se ordenar aos ministros dos sequestros das cazas dos P.^{es} da Companhia de Jesus, fação entregar todos os livros classicos, que estão prohibidos pelo Alvará de V. Mag.^{de} de 28. de Junho do prezente anno; e q os mais Livros desta mesma qualidade, que se achão em poder dos particullares, se entreguem ao Secretario da Directoria, p.^a os fazer consumir.

Senhor.

Foi V. Mag.^{de} servido por Alvará de 28. de Junho do prez.^{te} anno abolir os antigos methodos com que se ensinava a Gramatica Latina, prohibindo a Arte do P.^e Manoel Alv., e Prozodia do P.^e Bento Pereira, os cartapassios, e todos os mais Livros que servião para o dito methodo; e como para executar com aquella promptidão, fidelidade, e obediencia, que devo às Santas, e acertadas rezoluções de V. Mag.^{de}; me era preciso saber onde se achavão os referidos Livros, ordenei ao D.^{or} Joseph Roberto Vidal da Gama, Provedor dos Orfãos, e Cap.^{as} [capelas], fizesse esta dilig.^{cia}, e me tirasse huã Lista de todos os exemplares q achasse; fazendo noteficar a todos, e cada hum dos que os conservassem em seu poder, e fazendo-lhe assignar termo de os entregarem a minha ordem a toda a hora, que lhe fosse mandado.

Pelos documentos juntos consta, que mesmo Prov.^{or} das Cap.^{as} tirou huã informação de testemunhas, e por ellas se vê, que os exemplares que ha dos L.^{os} prohibidos para o ensino da Gramatica Latina, e as Pessoas, que ^{39f} os tem [sic], são os que constão da Lista, q com esta, e mais docum.^{tos} sobem a Real presença de V. Mag.^{de}; entre os quaes vai tambem o termo, que todos assignarão de conservarem os d.^{os} Livros em seu poder até se lhe mandarem entregar a q.^m eu ordenasse.

Do depoimento das testemunhas, seprova, q a mayor parte destes L.^{os} conservavão os P.^{es} da Companhia denominada de Jesu, especialmente os dos Collegios da Corte de Coimbra, e Evora, de que hoje estão de posse os Ministros dos Sequestros dos bens dos referidos collegios.

Parece q V. Mag.^{de} ordene aos d.^{os} Ministros, mandem extinguir todos os L.^{os} que tiverem achado, dos q V. Mag.^{de} foi servido prohibir; e os que se achão em poder dos particulares, que constão dos docum.^{os} juntos, se entreguem ao Secretario da Directoria, p.^a este tambem os fazer consumir de forma, q fiquem extintos todos. Lx.^a 13. de Dezr.^o de 1759. // Dom Thomás de Alm.^{da}, Director Geral dos Estudos// ^{39v}”

Anexo 28: Consulta de Tomás de Almeida sobre se passar provimento de Professor Régio de Gramática Latina para a Cidade do Grão Pará a Eusébio Luís Pereira Ludon. Lisboa, 18 de Janeiro de 1760.

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios. [1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“Senhor.

Euzebio Luis Pereira Ludon, n.al desta Cid.^e de Lx.^a B.^{el} formado em Medicina, pertendeo, que eu o consultasse a V. Mag.^{de}, para huã das cadeiras de Professor Regio de Gramatica Latina, que se hão de estabelecer em qualquer parte das conquistas, especialm.^e para o Gran Pará, pedindome o admitisse a exame, e às mais diligencias necessarias de vida, e costumes:

Foi examinado na minha presença, e approvado por bom na Gramatica, e na verção dos AA. como se vê em o n.^o 9. dos autos de concurso, q com esta sobe à Real presença de V. Mag.^{de} e me constou por Pessoas de todo o credito, que sempre tinha sido bem procedido, e applicado, pelo que me

Parece ^{45v} que o d.^o Euzebio Luis Pereira Ludon satisfará m.^o bem as obrigações de Professor de Gramatica Latina em o Gran Pará, com utilidade dos Vassallos de V. Mag.^{de} daquelle fertil paiz. Lx.^a 18. de Janr.^o de 1760 // Dom Thomás P.al de Almeida Director G.al dos Estudos ^{46f}”

Anexo 29: Carta do Conde de Oeiras ao Desembargador Tomás António de Carvalho Lima e Castro, a propósito da destruição dos livros proibidos pelo «novo método». Nossa Senhora da Ajuda, 27 de Dezembro de 1760.

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios. [1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“S. Mag.^{de} he servido, que vm. de acordo com o D.^{or} Manoel Francisco da Silva, faça exame dos Livros, que comprou Manoel Ferr.^a Jordão, para se separarem todos os que forem prohibidos ao uzo das Escollas destes Reinos: Fazendo queimar em Praça publica todos, q com effeito se acharem, q são prejudiciaes ao mesmo uzo das Escollas, separando som.^{te} para serem remetidos a esta Corte os Jogos, que o d.^o Manoel Fran.^{co} apontar, que são necessr.^{os} para se conservarem ad perpetuum rei memoriam: E mandando entregar ao d.^o M.^{el} Ferr.^a Jordão o dinhr.^o porque comprou os mesmos Livros.

O mesmo Senhor he outro sim servido, q vm. faculte ao mesmo M.^{el} Fran.^{co} da S.^a a Livraria do Collegio, p.^a que com qualquer, ou quaesquer outras Pessoas, que parecerem mais proprias, se faça a separação e cathalogo da mesma Livraria enforma [sic], que S. Mag.^{de} possa ter huã idéa clara della.

Tambem vm. fará dar no Collegio das Artes, de q se abuzou [sic], p.^a Noviciado, alguns cobicullos onde se possa recolher o sobred.^o Professor, e ainda os q o coadjuvarem emquanto S. Mag.^{de} não mandar o contrario. Deos g.^{de} a vm. Sitio de N. Sr.^a da Ajuda a 27 de Dezz.^o de 1760// Conde de Oeyras// ^{52v}”

Anexo 30: Ordem de admissão a exame de um ex-jesuíta. Do Conde de Oeiras para o Principal Almeida. Paço, 30 de Dezembro de 1760.

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios. [1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r

S. Mag.^{de} manda remeter a V. Ex.^a a P.^m incluza de Joseph Ferreira, Egresso da Companhia chamada de Jezus: E ha por bem o mesmo Senhor, que V. Ex.^a o mande admitir a exame, e que possa ser provido no lugar que pertende [sic], mostrandose capaz delle. Deos g.^{de} a V. Ex.^a Paço a 30 de Dezz.^o de 1760// Conde de Oeyras// ^{53f}”

Anexo 31: Do Conde de Oeiras para o Ouvidor da Capitania de Pernambuco, Bernardo Coelho da Gama Casco, sobre o caso da prisão de um Professor Régio de Gramática Latina. Nossa Senhora da Ajuda, 26 de Janeiro de 1764, fls. 71v-72v.

Registo das Ordens expedidas para a reforma, e restauração dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios. [1759-1773]. ANTT, Ministério do Reino, livro 417.

“A S. Mag.^{de} foi presente em Consulta do Principal Almeida, Director Geral dos Estudos destes Reinos, e seus Dominios, que vm. havendo pronunciado por effeito de huã Querella de defloração, e aleivozia, q. perante vm. dera Dona Anna da Sylva, a Manoel da Silva ^{71v} Coelho, Professor Regio de Gramatica Latina; o fizera prender, e transportar ignominiozamente de dia, e sem os Officiaes lhe darem lugar a que se vestisse; mandando o meter na Enchovia entre Pretos, Mulatos Ladroens, e outros malfeitores, donde depois lhe ordenara, que passasse à Salla Livre, p.^a nella continuar o seu Magisterio.

E ainda que o mesmo Senhor não duvida [sic], quanto à substancia deste negocio, de que no cazo de cessar todo o dolo na accuzação, e de se legitimar a Pronuncia, procederia vm. na conformidade da Ley, em ordenar a prizão do d.^o Professor; não pode S. Mag.^e deixar de estranhar o modo com que foi feita; tratandose de hũ Professor Regio, que como tal goza de todas as honras, que por Direito Commum pertencem aos Professores Publicos, entre as quaes se comprehende a da Nobreza; quando na referida prizão devia vm. ter feito observar todas as medidas da gravidade, e decoro, que se praticam com as Pessoas Nobres impreterivelmente.

E sendo muito extraordinario o arbitrio, que vm. tomou de mandar continuar na cadeya o Magisterio, que por conter utilidade publica, devia prevalecer ao interesse particular da queixoza, salvo o seu Direito: He S. Mag.^{de} servido, q vm. restitua logo o d.^o Professor à sua Caza p.^a della se livrar solto como seguro ^{72f}; não obstante a Ley, e quaesquer outras Disposiçoens, que sejam em contrario. Deos g.^{de} a vm. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 26 de Janeiro de 1764// Conde de Oeyras// ^{72v}”

Anexo 32: Ensino da língua latina aos índios António Dias da Fonseca da vila de Arês e António Alves da Cunha da vila de Estremoz

OFÍCIO do padre Manoel Garcia Velho do Amaral ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Olinda, 11 de Maio de 1768. AHU_ACL_CU_015, Cx. 105, D. 8159, rolo 141.

" Cópia da carta que escrevi ao Illmo e Exmo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado em Janeiro do presente anno de 1768

Illmo e Exmo Sr. A caridade com que V. Ex.^a favorece a [?] causa dos Índios de todo este Brasil, e as piíssimas ordens com que S. Mag. Fid. os indulta, me animão dirigir à V. Ex.^a a p.ar de dous chamados Ant.^o Dias da Fonseca, e Ant.^o Alves da Cunha, este natural da V.a de Estremós do Norte, e aquelle da V.^a de Arês.

Ambos vivem em nossa companhia nesta cidade de Olinda, por haver-me encarregado delles com o destino de os aplicar à Lingoa Latina, não fazião em que por meu Prelado fui mandado vizitar as freg.^{as} dos sertões do Norte deste Bispado, onde se erigirão as sobreditas v.^{as}.

Começarão a instruir-se na dita Lingoa no principio do anno de 1767 proximo passado, e vendo-os antes do anno completo com adiantamento, que nunca vi em outros meninos, fui com estes fallar ao meu Exmo Prelado, para os ordenar; e sem embargo de louvar-lhes a sua applicação, e adiantamento; e tão bem o zelo, com que os educo e beneficio, manifestando ser proprio do seu carather, e não ser duvida em ordenalos, com tudo prevaleceo a desconfiança da pouca subsistencia, que poderião ter, sem outro fundamento mais, que o de huma historia [?] dos seus antigos Missionarios, que nunca pertenderão adientalos, e o parecer incrível dever-se à mesma deligencia em tão pouco tempo a consumação de hua obra, que em 267 annos, (que tantos há se comessou a descobrir esta America) nunca principiarão os seus virtuosos, doutos e grandes Missionarios; e assim eu e elles fomos despedidos com a esperança de huma dilatada experiencia, quando elles se fazem dignos das mayores grassas, por serem os primeiros, que tem vencido a contraria opinião, que havia da sua capacidade, e eu merecedor de alguma atenssão, por ser posto em silencio [verso da página] as crizes, que condemnvão o meu zelo, proprio do carather episcopal.

Na presença de V. Ex.^o ponho esta causa para a proteger como sua, afim de que estes pobres Indios, sem interpolação de tempo alcancem o sacerdocio, que tão efficazmente desejão; [...]

De seus pais nada podem esperar, por se acharem no ultimo estado de pobreza, e de mim tem experimentado, e experimentarão sempre a caridade, com que os educo, e beneficio, sem ter mais renda, que a de 60\$R cada anno, por ser conego meio Prebendado nesta Cathedral de Olinda; e por não ter bens patrimoniaes com que lhes fassa patrimonio, a cujo tributo se ordenem, necessitão que V. Ex.^a nesta [cidade?] lhes dê a providencia necessaria; pois o da V.^a de Arès tem já 20 annos, e o de Estremós 16."

[Para além deste documento, junto surgem duas cartas assinadas pelos referidos índios comunicando a Francisco Xavier de Mendonça Furtado o desejo de, correspondendo ao convite de Manoel Garcia Velho do Amaral, se applicarem aos estudos para serem sacerdotes, uma vez que sabiam ler e escrever.]

Anexo 33: “Índice que contem as Materias, Ordens, etc.^a da Meza Censoria”

AUC - IV-1.^aE-6-5-25

[Destacamos a informação relativa às partes do Brasil.]

B

"**Brazil com os mestres necesarios.** Av. de 4. Dez.bro 1781"

C

"Concurso p.^a Cadeiras. Confer. de 7 de Jan.ro 1773"

"Consulta acerca de Professores, Exames etc.^a Confer. de 3 out.^o 1771"

"Consulta p.^a a imposição do Real 8 agoa [?] p.^a o subsidio literario, e sua applicação, de 3 d'Ag.to 1772 - Refol. = Como parece, qt.^o ao estabelecim^{to} dos Mestres, Ordenados, arrecadação e distribuição do subsidio: em 5 de Agt.^o 1772."

"Consulta, pedindo criação de M.es, alem dos da Lei, de 6 Nov.bro 1772- = Refol. como parece: em 31 Ag.to 1773"

"Consulta sobre o ordenado do Thezoureiro: em 9 d'Abril 1772. Refol. como parece: em 18 Abril 1772"

E

"Estudos, sua reforma. L. de 6 Nov.bro 1772"

"Exames mandados fazer por pessoas proporcionadas, e de prohibiç^o, ainda q não fossem Professores. Conf. de 14 Abril 1774"

F

"Frades empregados no Ensino. Refol. de 16 Ag.to 1779"

G

"**Governador do Pará queixa-se de falta de Mestres.** Av. de 31 Maio 1782"

J

"Jezuitas, suas livrarias abundavam em livros prohibidos. Confer. de 11 Ag.to 1775"

"**Instrucçoens p.^a as aulas de Primeiras Letras** etc.^a Confer. de 13 Jan.ro de 1777"

L

"Licenciados pelo Director Geral, dispensados d'Exame pela Censoria. Confer. de 13 Maio 1773"

"Livrarias dos Jezuitas na Madeira, Assôres, Faro, Portimão, Santarem, Evora, Elvas, Villa-Viçosa dadas à Censoria. Confer. de 17 Nov.bro 1774"

M

"Meninas não se podem ensinar sem licença. 24 Jul. 1777"

"Mestra com Licença. Confer. de 13 de Jan.ro 1777"

"Mestra, pede-se informação acerca de sua vida, e costumes. Confer. de 18 Jul. 1774"

"Mestras, antes de se lhes conceder Licença, deve preceder Informe p.lo Paroco, Ministro, ou pessoa de qualid.e secretam^{to}, sobre sciencia, capacidade, methodo, costumes. Confer. de 9 Ag.to 1773"

"Mestre Regio não pode levar dinheiro dos Discipulos. 30 de Out.^o 1778"

"**Mestres de Primeiras Letras, denominados Professores.** Alv. de 11 Nov.bro 1773"

"**Mestres mandados crear no Brazil os necesarios p.^a evitar as queixas dos Povos.** Alv. de 4 Dez.bro 1781"

"**Minas Geraes com Professor.** 10 de Dez.^o de 1778"

"**Minas Geraes, o Professor de Prim.as Letras creado p.lo Decr. de 15 Fev.ro 1780"**

N

"Nobreza, d'ella gozão os Professores, e por isso tem homenagem. Decr. de 14 Jul. de 1775"

O

"Ouvidor d'Angola queixa-se da falta de Mestres. Av. de 9 Ag.to 1782"

Anexo 34: Relação dos Professores Régios do Governo de Pernambuco (1787-1792)

Fonte: “*Balanço da Receita e despesa do Cofre do Subsídio Literario, cujo rendimento provem de 221 reis por cada cabeça de gado vacuum, onde não há arrobação; de hũ Real por libra de carne fresca, e de dez reis por cada canada de agua ardente, que se estilla na terra, pertencentes ao anno de 1788*”. ANTT, Capitánias do Brasil, 696.

1787

Professor/ Mestre régio	Aula	Localidade
P. ^o José Victorino Pereira Torres	Gramática Latina	Boavista
João de Matos Ferreira	Primeiras Letras	V. ^a de Serinhaem
José Máximo da Silva	Primeiras Letras	Pau do Alho
Paulo Vicente de Miranda Henriques	Primeiras Letras	Freg. ^a St. ^o Amaro Jaboatão
José Fróis Gama (substituto)	Gramática Latina	V. ^a de Alagoas
José Inácio de Figueiredo	Primeiras Letras	V. ^a do Pombal
Antônio Alemão de Sisnr. ^{os}	Primeiras Letras	Freg. ^a de Tejucupapo

Naquele mesmo ano, “receberão de fora da Folha, diversos Professores Regios desta Praça, e de fora, pela importância dos ordenados vencidos neste ano [de 1787]”, a saber:

João Ferreira da Rocha
Francisco Tomás de Sousa
Manuel Antônio de Moraes
Gonçalo Moreira da Costa

1788

Professor/ Mestre régio	Aula	Localidade
José Máximo	Primeiras Letras	Pau do Alho
Lourenço da Silva e Melo	Primeiras Letras	Açú
Antônio José Cav. ^{te} Lins (substituto)	Gramática Latina	V. ^a de Igaraçu
Domingos João Baptista Torres	Primeiras Letras	Freg. ^a de Tracunhaem
Paulo Vicente de Miranda Henriques	Primeiras Letras	St. ^o Amaro
Antônio Alemão de Sisnr. ^{os}	Primeiras Letras	Tijucupapo
Cosme José dos Santos	Primeiras Letras	Moribeca
Manuel Cav. ^{te} de Melo	Primeiras Letras	Freg. ^a de S. Lourenço

1789

Professor/ Mestre régio	Aula	Localidade
Francisco Xavier da Cunha	Primeiras Letras	Capitania de Itamaracá
José Inácio de Figueiredo	Primeiras Letras	V. ^a de Pombal
Albino Ferreira Barreto	Primeiras Letras	V. ^a do Aquirás (CE)
Teodósio Luís da Costa	Gramática Latina	V. ^a de Aracati (CE)

1790

Professor/ Mestre régio	Aula	Localidade
Francisco Xavier da Cunha	Primeiras Letras	Capitania de Itamaracá
António Joaquim Lamenha	Primeiras Letras	V. ^a de Serinhaem
José Inácio de Figueiredo	Primeiras Letras	V. ^a do Pombal
P. ^e Manuel Carneiro da Ressurreição (subs.)	Gramática Latina	V. ^a Viçosa Real
P. ^e Elias Francisco Xavier (subs.)	Gramática Latina	“nesta praça”
Albino Ferreira Barreto	Primeiras Letras	V. ^a de Aquiraz
Manuel Rois Álvares (subs.)	Primeiras Letras	V. ^a de Aquiraz
Teodósio Luís da Costa	Gramática Latina	V. ^a do Aracati
Joaquim José de Oliveira	Primeiras Letras	Cidade da Paraíba

1791

Professor/ Mestre régio	Aula	Localidade
António Joaquim Lamenha	Primeiras Letras	Serinhaem
Albino Ferreira Barreto	Primeiras Letras	V. ^a de Aquiraz
José Francisco do Rosário	Primeiras Letras	St. ^o Antão
José Teixeira de Dromundo [sic]	Primeiras Letras	V. ^a de Goiana
Francisco Xavier Garcia	Gramática Latina	Rio Grande do Norte
Manuel Esteves de Almeida (subs.)	Primeiras Letras	V. ^a do Aracati
Manuel Leandro de Melo	Primeiras Letras	Freg. ^a de S. Lourenço
José Inácio de Figueiredo	Primeiras Letras	V. ^a do Pombal
João de Deus de Oliveira (subs.)	Primeiras Letras	V. ^a de Portalegre
Lourenço da Silva e Melo	Primeiras Letras	V. ^a do Açú

1792

Professor/ Mestre régio	Aula	Localidade
Manuel Esteves de Almeida (subs.)	Primeiras Letras	V. ^a do Aracati
João de Deus de Oliveira (subs.)	Primeiras Letras	Portalegre
Manuel Barreto de Almeida	Primeiras Letras	V. ^a do Penedo
Manuel Joaquim de Alvarenga	Primeiras Letras	V. ^a de Igaracú
Manuel António de Moraes	Primeiras Letras	Rio Grande do Norte
José Inácio de Figueiredo	Primeiras Letras	V. ^a do Pombal
Gabriel José Pereira de S. Paio [sic] (subs.)	Gramática Latina	V. ^a de Pombal
José Frz. Gama	Gramática Latina	Cidade de Olinda
R. ^{do} [reverendo] João Pereira Roiz de Alcântara	Gramática Latina	Vila de Alagoas

Anexo 35: Perfil dos candidatos a Professores Régios

“Autos dos Exames que se fizeram na cidade de Coimbra para o provimento de mais dous Professores Regios de Grammatica Latina”, escritos por mão de José António da Silva, tendo decorrido a 4, 6, 7, 10, 12 e 17 de Dezembro de 1759. ANTT, *Ministério do Reino*, mç. 3483.

Nome	Naturalidade	Idade	Exame	Experiência	Conduta
Manoel Carlos de Almeida	Porto	48	Considerado como apto para Prof. Régio na Cidade de Coimbra.	+ de 30 anos enquanto mestre de Gr. Lat., usando já do método recomendado por S. Mag.	<ul style="list-style-type: none"> – «exemplar»; – «mt. pobre»; – «zeloso do aproveitam^{to} dos Estudantes, q ensina, os quais cuidou sempre em trazer bem morigerados, e fazer aplicar».
Cypriano da Sylva Fontes (clérigo in minoribus)	Villacova a Coelleira	42	Sem grandes qualidades. Apto para dar aulas numa vila pequena.	diz ter ensinado durante alguns anos Gr. Lat.	<ul style="list-style-type: none"> – deu aulas a título particular apenas numa casa, não tendo dado a mais ninguém «parece q por falta de modo p.^a o magisterio».
Joam Antonio Ribeiro de Freitas (estudante canonista)	Condexa	22	Capaz para dar aulas em qualquer vila.	diz ter ensinado durante alguns anos Gr. Lat.	<ul style="list-style-type: none"> – de «bom procedim^{to}», de acordo com o testemunho de alguém que o conhece desde pequeno.
Jozé Luiz Gomes de Moura (clérigo in minoribus)	Pouzadoros	24-25	«com talento capaz, e applicaçam, e capaz de se poder vir a propôr a Sua Magestade Fidelissima para Professor Regio da mesma Gramatica Latina em algumas Cidades»	ensinou Gr. Lat. durante 5 anos	<ul style="list-style-type: none"> – «actualmen^{te} está no Seminario desta Cid.^e p.^a se ordenar»
Antonio Jozé da Costa (clérigo in minoribus)	Ribeira (Gojoim)	17-18	«frequentando mais estes estudos poderá vir a fazer-se melhor conceito d'elle em novo exâme»; capaz para dar aulas como Prof. Régio em algumas vilas.	ensinou Gr. Lat. durante 3 meses	<ul style="list-style-type: none"> – vive com muito recolhimento, é muito pobre; – escreveu uma petição no sentido de ocupar uma vaga entretanto disponível por morte do prof. que aí se encontrava.

Nome	Naturalidade	Idade	Exame	Experiência	Conduta
Antonio Carneiro de Vargas (bacharel formado em Cânones)	S. Pedro do Covêllo do Gerez (comarca de Chaves, Arcebispado de Braga)	56	Proposto para continuar a dar aulas na Vila de Eyras.	deu muitos anos aulas de Gr. Lat., por Prov. Real	<ul style="list-style-type: none"> – não era excelente enquanto Prof. Régio da dita cadeira; – com boa informação da sua vida e costumes.
Manoel Paulo Alvares (soldado do Regimento de Infantaria de Almeida)	Miuzella (Arcebispado de Castello Mendo)	38	«com engenho applicado, boa noticia da Grammatica do Sanches, e do Methodo moderno, e como tal capaz de se poder vir a propôr a Sua Magestade Fidelissima para Professor Regio de quaesquer Villas»	ensinou nesta vila durante 14 anos «com licença de ordinario»	<ul style="list-style-type: none"> – «me informarão q era bem procedido, e ellen com effeito ensinou huns sete mezes na Praça desta Cid.^e com aproveitam.^{to} a m.^{tos} discipulos desde q se fecharão os Estudos da Comp.^a ate q se abrirão as duas classes dos Prpfessores Regios».
Francisco Rapozo de Mendonça (estudante de Medicina nesta Universidade)	Faro	27-28	apto a dar aulas enquanto Prof. Régio em qualquer Vila	afirma ter ensinado Gr. Lat. , mas sem especificar a duração	<ul style="list-style-type: none"> – com boas informações; – «me pediu lic.^a p.^a ensinar em cazas particulares, por ser m.^{to} pobre, e ter vivido disso, e eu lha dei ampla».
P.e Felipe Caetano Tinoco (presbítero do hábito de São Pedro e estudante canonista)	Peixozo (Bispado da Guarda)	36	muito digno para dar aulas em Coimbra	diz ter dado aulas em várias casas de Lisboa	<ul style="list-style-type: none"> – de bom procedimento; – condenado a degredo (por ter atirado contra um indivíduo que casou com a sua irmã contra a sua vontade).
Joachim Jozé de Miranda	Penella (Bispado de Coimbra)	20	«com bom talento, mas falta de aplicaçam, e como tal incapaz por hora de se propôr»	nada se refere no auto do exame	<ul style="list-style-type: none"> – «não me consta q seja mal procedido, nem tenha defeito algum mais q o da falta da applicação, q se refere nos autos dos Exames; – foi pedida licença por terceiros para ensinar a título particular em Penela, o que foi concedido.

Nome	Naturalidade	Idade	Exame	Experiência	Conduta
Jozé Vaz Torres (acha-se a concluir os Actos na Universidade)	Leiria	40	apto a dar aulas de Gr. Lat. em qualquer Vila	com prática de ensino devido às suas necessidades financeiras: «se pôs há mais de dez annos a ensinar nam só a ler, e escrever, mas tambem Grammatica Latina»	– «Informarao-me q era m ^{to} pobre e m ^{to} bem procedido»
Francisco Jozé dos Reyes (estudante canonista)	Aveiro	c. 20	apto a dar aulas em algumas Cidades	afirma ter ensinado há anos por casas de particulares em coimbra	– «me consta q não hé mal procedido»; – de acordo com dois mestres de Gr. Lat. desta cidade, «parece lhe conhecem pouca madureza no genio»; – pediu licença para ensinar a título particular, o que foi concedido.
Ignacio Teixeira da Cunha (estudante canonista)	Bahia	29	digno de se propor a dar aulas na cidade de Coimbra	nada se refere no auto do exame	– Por varias queixas, q no año passado, e neste se fizerão do seu maõ [sic] procedim. ^{to} no Convento das Religiozas de Tentugal»
Manoel Antam da Fonseca (bacharel formado em Leis)	não se refere	27	apto a dar aulas em algumas Cidades	diz ter «ensinado com exame, e licença de Ordinario» Gr. Lat. em Braga durante 3 anos, e há 1 ano e meio aos meninos do coro na Aula da Sé.	– com informações de bom estudante no ano de 1758; – «diz ter tido quatro annos de Filosofia, e hum de Theologia» – «hé de excelente procedimen. ^{to} , mt pobre, cheio de modestia, e gravid. ^e »
Jozé Pedro dos Remedios (bacharel formado em Medicina)	Coimbra	27	apto a dar aulas em algumas Cidades	«diz ter aqui ensinado particularmente a alguns estudantes pelo Novo Methodo, com muito aproveitamento»	– «excelente moço, e bem procedido»; – afirma-se, sem ter certeza, que tinha ou tivera o vício de jogador (aguarda-se confirmação).
Joam de Lemos (estudante canonista)	Espinhoza (Bispado de Lamego)	20	«com bom talento, e gravidade para Mestre e capaz de se poder a propôr [...] em quaesquer Villas»	«diz ter já ensinado Grammatica Latina em cazas particulares pelo Novo Methodo com muito aproveitamento»	– «hé bem procedido».

Nome	Naturalidade	Idade	Exame	Experiência	Conduta
Joam Gonçalves Carneiro (bacharel formado em Canones)	Sam Salvador de Villar de Nantes (termo de Chaves)	40	«E como tal incapaz de se propôr [...] em terra alguma, sem se vêr se com mayores estudos prova o seu melhoramento em novo exâme»	nada se refere neste auto	– «hé m ^{to} pobre e bem procedido».
Antonio Mendes Fidalgo (bacharel em Canones)	Villa do Crato	58	«com bom talento, muita madureza, e gravidade para Mestre, e como tal muito digno de se propôr» para dar aulas em Coimbra	ensinou Gr. Lat. com muito aproveitamento	– com bom procedimento.
Antonio Jozé Madeira Netto (clérigo in minoribus)	Lousã	38	capaz de se poder vir a propôr para dar aulas em algumas cidades deste Reino e ainda em coimbra	ensina Gr. Lat. há muitos anos	<ul style="list-style-type: none"> – «o conheço de vista, e tinha em m^{ta} diversa conta»; – com más informações pelo Provisor do Bispado que não poderá dar aulas, «q será lastima, porq com efeito tem talento grande, aplicação, e belo modo de explicar»

[Relativamente aos mestres providos no Brasil, não encontramos ainda um registo desta natureza, mas apenas informações esparsas, como é o caso de um professor régio em Pernambuco que era senhor de engenho (cf. AHCT – 1798-1802).]

**Anexo 36: Estratégias pedagógico-comunicativas em educação escolar indígena:
perspectiva diacrónica centrada no professor(séculos XVI a XVIII)⁶³⁵**

Metodologia Tradicional	Metodologia geral actual
1. Estratégias de indução e tutela da actividade do aprendente <ul style="list-style-type: none"> • provocação da produção • assistência à actividade verbal • facilitação da tarefa • avaliação • promoção da circulação de saberes (...) • provocação/assistência da actividade cognitiva 	1. Estratégias de indução e tutela da actividade do aprendente <ul style="list-style-type: none"> • provocação da produção • assistência à actividade verbal • facilitação da tarefa • retroacção e avaliação • promoção da circulação de saberes • provocação/assistência da actividade cognitiva
2. Estratégias de assistência solicitada <ul style="list-style-type: none"> • trabalho em LE (reformulação, simplificação...) • recurso à escrita • recurso aos contextos (...) • informação/resposta/fornecimento de dados solicitados • recurso à LM do interlocutor • enriquecimento/alargamento • evocação/exploração de actividades anteriores 	2. Estratégias de assistência solicitada <ul style="list-style-type: none"> • trabalho em LE (reformulação, simplificação...) • trabalho sobre/em metalinguagens • manipulação de outros sistemas comunicativos • recurso à escrita/esquemas • trabalho colaborativo sobre o discurso • recurso aos contextos • controlo metacomunicativo regulador • eliciação de dados suplementares • incitamento de competências várias do aluno • informação/resposta/fornecimento de dados solicitados • recurso à LM do interlocutor • enriquecimento/alargamento • evocação/exploração de actividades anteriores
3. Estratégias de facilitação da intercompreensão <ul style="list-style-type: none"> • trabalho sobre/na LE • trabalho sobre a metalinguagem (...) • manipulação de outros sistemas comunicativos • recurso à escrita • controlo metacomunicativo (...) • recurso à LM do interlocutor 	3. Estratégias de facilitação da intercompreensão <ul style="list-style-type: none"> • trabalho sobre/na LE • trabalho sobre a metalinguagem • manipulação de outros sistemas comunicativos • recurso à escrita • trabalho em interacção sobre o discurso • prevenção da ruptura de sentido • controlo metacomunicativo • eliciação de dados suplementares • apoio nos contextos • recurso à LM do interlocutor
4. Estratégias de redução <ul style="list-style-type: none"> • Formal • Funcional 	4. Estratégias de redução <ul style="list-style-type: none"> • Formal • Funcional
5. Estratégias de evitamento	5. Estratégias de evitamento
6. Estratégias de abandono	6. Estratégias de abandono
7. Estratégias afectivas	7. Estratégias afectivas
8. Estratégias sociais	8. Estratégias sociais

Anexo 37: Kohlberg e os estádios de desenvolvimento moral

A teoria de Kohlberg prevê a existência de seis fases típicas desse desenvolvimento moral, articuladas do seguinte modo:

Moralidade Pré-Convencional		Moralidade Convencional		Moralidade Pós-Convencional	
Estádio I	Estádio II	Estádio III	Estádio IV	Estádio V	Estádio VI
Preocupação com o próprio. Obediência a uma autoridade superior. O medo da punição domina os motivos. As acções são julgadas pelas suas consequências físicas.	Preocupação de sentido único com o Outro. O motivo básico centra-se na satisfação das suas próprias necessidades. Apenas considera as necessidades do Outro se houver benefício pessoal.	Preocupação com grupos de pessoas e conformismo às normas do grupo. O motivo deste relacionamento em duplo sentido justifica-se pela busca de uma aceitação/integração. Os afectos assumem um forte papel.	Preocupação com a ordem na sociedade. Enfatiza-se a preservação da sociedade e a sua regulação pela manutenção de regras.	Preocupação centrada no contrato social e numa orientação legalista. O que é correcto é o que toda a sociedade decide. A alteração de normas pode ser decidida pela sociedade através da concordância de todos.	Ênfase para os princípios éticos universais ⁶³⁶ . O que está correcto é uma decisão da consciência do próprio, baseada em ideias sobre rectidão que se aplicam a todos.

Fonte: “Desenvolvimento moral”, in SPRINTHALL, Norman et SPRINTHALL, Richard, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993, pp. 172-173.

[O educador reconhecerá, com alguma facilidade, a tendência etária de cada um dos estádios enunciados. Assim, até cerca dos 9 anos vigora o estágio I, cessando, por sua vez, o estágio II por volta dos 13 anos – dois momentos que, em conjunto, coincidem, grosso modo, com o despontar da puberdade. Quanto aos estádios III e IV, compreendem a faixa etária entre os 16 e os 18 anos, se bem que pode transcender esta baliza temporal até mais tarde. Os estádios V e VI, pela sua complexidade, observar-se-ão após os 18 anos.]

Anexo 38: Características fonológicas - Tupi vs. Português

Sons existentes na língua geral

Vogais orais	[a] [i] [u] entre [E] e [e]: [ə] entre [ɔ] e [o]: [ø] ⁶³⁷ entre [u] e [i]: [i]⁶³⁸
Vogais nasais	[e~] [ẽ] [ĩ] [õ] [ũ]
Semivogais	[j] ⁶³⁹ [w] ⁶⁴⁰
Consoantes	[b] ⁶⁴¹ [β] ⁶⁴² [k] [d] [g] [h] ⁶⁴³ [m] [n] [p] [r] ⁶⁴⁴ [s] [t] [ʃ]
Grupos consonânticos ou dígrafos	<nh> = [ɲ] <mb> = [mb] ⁶⁴⁵ <nd> <ng> = [ŋ] ⁶⁴⁶
Outros sons	<'> = [ʔ] ⁶⁴⁷

Quadro fonológico do Tupi antigo (A).

	Bilabia l	Labio- dental	Alveol ar	Pós- alveola r	Palatal	Velar	Uvular	Glotal
Oclusiva	p b		t d			k g		ʔ
Nasal	m		n		ɲ	ŋ		
Vibrante			r					
Fricativa	β		s	ʃ				
Fricativa lateral								
Aproximante lateral								

De acordo com este esquema, não nos é, ainda assim, possível perceber o porquê da não realização de segmentos sonoros realizados no mesmo ponto de articulação. Procuremos isolá-los através de uma categorização diferente⁶⁴⁸:

Quadro fonológico do Tupi antigo (B)

Função das cavidades bucal e nasal		ORAIS						PRÉ-NASAIS	NASAIS
Modo de articulação		OCLUSIVAS		CONSTRITIVAS					
				Fricativas		Vibrantes	Semi vogais		
Função das cordas vocais		surdas	sonoras	Surdas	sonoras	sonoras	sonoras	sonoras	sonoras
Ponto de articulação	Bilabiais	p	b?		β			Mb	m
	dentais alveolares	t	d?						
	dentais pre-alveolares				s	r		Nd	n
	alvéolo palatais			ʃ			j		ɲ
	velares	k			ɣ		w	ɖ	
	glotais	ʔ		h					

Uma vez ponderada a disposição dos segmentos sonoros em tupi antigo, observemos agora o quadro fonológico correspondente à língua portuguesa⁶⁴⁹:

Quadro fonológico do Português Europeu (A)

	Bilabial	Labio-dental	Alveolar	Pós-alveolar	Palatal	Velar	Uvular	Glotal
Oclusiva	p b		t d			k g		
Nasal	m		N		ɲ			
Vibrante			r				R	
Fricativa		f v	s z	ʃ ʒ				
Aproximante lateral			l	ɭ	ʎ			

Quadro fonológico do Português Europeu (B)

Função das cavidades bucal e nasal		ORAIS							PRÉ-NASAIS	NASAIS
Modo de articulação		OCLUSIVAS		CONSTRITIVAS						
				Fricativas		Vibrantes	Laterais	Semi vogais		
Função das cordas vocais		surdas	sonoras	surdas	sonoras	sonoras	sonoras	sonoras	sonoras	sonoras
Ponto de articulação	Bilabiais	p	b							m
	dentais alveolares	t	d							
	dentais pre-alveolares				s z	r	l			n
	alveólo palatais			ʃ			ʎ	j		ɲ
	velares	k	g					w		
	glotais									

E. REFERÊNCIAS TEMPORAIS

Anexo 39: **Quadro sincrónico – da Restauração às reformas de Pombal**⁶⁵⁰

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1640	<p>1640 Batalha da Paraíba. Os holandeses conseguem afastar uma significativa força hispano-portuguesa. Motins no Rio de Janeiro, em Santos e S. Paulo contra os jesuítas, os quais são mesmo expulsos desta última localidade.</p>	<p>1640 Restauração da independência de Portugal. Início do reinado de D. João IV (dinastia de Bragança).</p>
	<p>1641 Conquista de Sergipe e do Maranhão pelos holandeses.</p>	<p>1641 Concessão da liberdade de comércio aos holandeses. Tratado de aliança de D. João IV com os Estados Gerais das Províncias Unidas. Os holandeses exigem liberdade de comércio. Tratado de aliança e confederação entre D. João IV e o rei de França. Malaca cai em poder dos holandeses. Tratado de Estocolmo, de aliança com a Suécia. Tomada de Luanda pelos holandeses, que assim se tornam donos da principal fonte de escravos para o Brasil. Conquista da ilha de S. Tomé pelos holandeses.</p>
	<p>1642 Revolta no Maranhão contra os holandeses.</p>	<p>1642 Tratado de aliança entre Portugal e a Inglaterra, exigindo os ingleses liberdade de comércio na costa de África e em S. Tomé. Missão a Haia a fim de reclamar a restituição das possessões portuguesas em África. Reforma do Conselho da Fazenda.</p>
	<p>1644 Insurreições nos territórios brasileiros ocupados pela Companhia das Índias Ocidentais. Expulsão dos holandeses de S. Luís do Maranhão. Arranque da Residência do Maranhão, graças aos esforços do P.º Luís Figueira, seu primeiro Superior⁶⁵¹.</p>	<p>1643 Criação do Conselho Ultramarino. O P.º António Vieira solicita o regresso os mercadores judeus que andavam pela Europa.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1640	<p>1645 Insurreição pernambucana. Batalha de Tabocas. Conquista de várias regiões em poder dos holandeses, como Sergipe, rio de S. Francisco e Porto Calvo.</p> <p>1646 Nova expulsão dos jesuítas de Santos.</p> <p>1647 Lei proíbe a escravização dos Índios.</p> <p>1648 Batalha dos Guararapes, contando os portugueses com o apoio de «pretos» e de índios.</p> <p>1649 Segunda Batalha dos Guararapes, com derrota dos holandeses. Instituição por alvará régio da Companhia Geral do Comércio para o Brasil. Segunda incursão à serra da Ibiapaba, algumas décadas após o martírio do P.º Francisco Pinto. A partir de 1756, assiste-se à sua fundação sob orientação do P.º António Vieira. Nova lei contra a escravização dos índios.</p>	<p>1645 Nova embaixada a Roma. Porém, a Santa Sé persiste em não reconhecer monarquia portuguesa.</p> <p>1646-47 O P.º António Vieira viaja para Paris e Haia, almejando o resgate das terras ocupadas no Brasil pelos holandeses.</p> <p>1647 Tentativa frustrada de regicídio. Estabelecimento dos frades barbadinhos em Portugal – capuchinhos franceses da província da Bretanha.</p> <p>1648 Reconquista de Luanda. A Holanda perde, assim, aquele monopólio de escravos, o que dificulta o domínio do Nordeste brasileiro. Reconquista de S. Tomé.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1650	1650 Descoberta de especiarias no vale do Amazonas.	1650-51 D. António de Sousa de Macedo desloca-se à Holanda a fim de negociar sobre o ultramar português.
	1652 Reaparecimento da Relação da Bahia (extinta em 1626).	1652 Os holandeses tomam uma fortaleza de Ceilão.
	1653 Reconquista de Pernambuco aos holandeses.	1653 Morte do príncipe herdeiro, D. Teodósio. Estatutos da Universidade de Coimbra.
	1654 Retirada definitiva dos holandeses do Brasil. O P. ^o António Vieira dirige a ainda Residência do Maranhão.	1654 Assinatura do Tratado de Westminster de paz e aliança entre Portugal e Inglaterra. Abertura do Império português ao livre comércio inglês. D. João IV protela a ratificação.
	1656 Chegada a Ibiapaba dos padres Pedro de Pedrosa e António Ribeiro, a mando de Vieira. Tentativas defraudadas para se juntar os índios daquelas partes à jurisdição do Maranhão. Chegada do primeiro missionário à missão cearense de Parangaba, com o intuito de apaziguar a rebelião subsequente aos Anacé.	1655 Tratado de aliança e amizade entre D. João IV e Luís XIV. Criação da Junta Geral das Missões (ou Junta de Propagação da Fé) em Lisboa.
	1657 A Província de Santo António do Brasil torna-se província autónoma (ordem franciscana).	1656 Morte de D. João IV. Juramento e aclamação do novo rei, D. Afonso VI, de apenas 13 anos de idade. Regência de D. Luísa de Gusmão. Ultimato do governo do Cromwell: entrada da esquadra inglesa no Tejo, exigindo-se a ratificação do tratado de 1654.
		1657 Estado de guerra com a Holanda, que mantém o Tejo bloqueado durante 3 meses com 40 navios.

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1650	<p>1658 Redobram-se os esforços em se restabelecer a missão de Ibiapaba, ainda integrada no Maranhão. Orientações régias dirigidas ao governador de Pernambuco obrigam à permanência de missionários em Ibiapaba, pelo receio de os grupos indígenas ali estabelecidos retomarem as suas alianças com os holandeses. Retira-se o privilégio à Companhia do Comércio do Brasil do fornecimento ao Brasil de vinhos, farinhas, azeites e bacalhau. As missões do Paraguai são atacadas por paulistas</p> <p>1659 Início da construção da fortaleza do «Camuci», porto marítimo da serra de Ibiapaba. Existência de dez residências da Companhia, distribuídas pelo Ceará, Maranhão, Pará e rio Amazonas⁶⁵².</p>	<p>1658 Fim do domínio português em Ceilão, conquistando os holandeses as últimas praças.</p> <p>1659 Rompimento das relações diplomáticas com a Suécia.</p>
1660	<p>Restabelecimento do Colégio de Olinda.</p> <p>1661 Rebeliões no Pará e Maranhão visam a expulsão dos jesuítas.</p> <p>1662 Incorporação no Estado da Companhia de Comércio do Brasil, passando a constituir uma Junta do Comércio.</p> <p>1663 Regimento da Junta do Comércio.</p>	<p>1661 Paz luso-holandesa. Ajuste do casamento entre D. Catarina de Bragança e D. Carlos II, rei de Inglaterra.</p> <p>1662 Golpe de estado. Termo da regência de D. Luísa e início efectivo do reinado de D. Afonso VI. Casamento de D. Catarina com Carlos II.</p> <p>1663 Perda de Cochim e Cananor para os Holandeses. Portugal ratifica o Tratado com os Holandeses, embora se furte à sua aplicação até ao de 1769.</p> <p>1665 Batalha de Montes Claros.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1660	<p>1666 Conclusão das obras no colégio de Olinda.</p>	<p>1666 Publicação das <i>Regras gerays breves, e comprehensivas da melhor ortografia</i>, do P.^e Bento Pereira.</p> <p>1667 Abdicação de D. Afonso VI. Início da regência de D. Pedro. Ratificação do tratado de paz com a Holanda. Tratado de aliança com a França.</p> <p>1668 Tratado de paz com a Espanha. Anulação do casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca de Sabóia, realizado dois anos antes. Casamento do ainda regente D. Pedro II com Maria Francisca de Sabóia. D. Pedro II é jurado nas Cortes de Lisboa príncipe herdeiro – por incapacidade mental de seu irmão. Entrada da Congregação do Oratório de S. Filipe de Néri em Portugal.</p> <p>1669 Pela Breve <i>Dilectum Filium</i>, o papa compromete-se a resolver o diferendo com Portugal e reconhece a independência portuguesa. Novo tratado de aliança e comércio com a Holanda. Desterro de Afonso VI para a ilha Terceira.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1670	<p>Abandono da missão de Parangaba, por se tornar insustentável aos jesuítas conseguir administrar a comunidade indígena com os necessários recursos e as devidas condições de segurança.</p> <p>1670 Fim da crise dos engenhos de açúcar.</p> <p>1671 O governador do Brasil incita à busca de esmeraldas e prata. Início da exploração mineira na capitania do Espírito Santo.</p> <p>1673 Chegada dos primeiros colonos açorianos ao Pará. Já com ministração de Cursos Superiores regulares no Colégio de Olinda, introduz-se o segundo curso de Artes. A Câmara de Olinda solicita ao padre Geral da Companhia a continuação do funcionamento daquele colégio, assim como a leccionação de Teologia Dogmática ou Especulativa.</p> <p>1675 Emergência da Província da Imaculada Conceição do Brasil, dentro da Província de Santo António (ordem franciscana).</p> <p>1676 Obtenção do foral de cidade para Olinda. Elevação do Bispado da Bahia a metropolitano. Criação do Bispado de Pernambuco, pela Bula <i>Ad Sacram Beati Petri</i> do papa Inocêncio XI. Criação do Bispado do Rio de Janeiro.</p>	<p>1670 Bula de Clemente XI reconhece a restauração da monarquia portuguesa.</p> <p>1671 Publicação da <i>Orthographia da língua portuguesa</i>, de João Franco Barreto.</p> <p>1672 Perseguição dos cristãos-novos de Lisboa pela Inquisição. Proposta de fundação, pelos cristãos-novos, de uma Companhia de Comércio para a Índia.</p> <p>1673 Conspiração procura repor Afonso VI enquanto rei de Portugal.</p> <p>1674 Afonso VI é transferido dos Açores e encarcerado em Sintra.</p> <p>1675-80 Intensificação de investimentos ao nível da indústria manufactureira.</p> <p>1677 Pragmática anti-sumptuária.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
	<p>1678 Fundação do colégio do Recife. Levante de índios pelo sertão (Guerra dos Bárbaros).</p> <p>1679-83 Surgimento das “Missionibus denuo erectis” (Guaraíras, Guajirú e Urutagui). Estabeleciam-se, assim, os jesuítas no Rio Grande do Norte.</p>	<p>1678 O papa Inocêncio XI suspende o Tribunal da Inquisição.</p>
1680	<p>1680 Fundação da Colônia de Sacramento.</p> <p>1681 Criação da Junta de Missões em Pernambuco, Maranhão e no Rio de Janeiro por carta régia de 7 de Março.</p> <p>1682 Fundação da Companhia Negreira do Pará e Maranhão.</p> <p>1684 Rebeliões no Pará e Maranhão para expulsar os jesuítas, pela administração dos índios.</p> <p>1686 Decreto do Regimento das Missões.</p>	<p>1680 Fundação da Companhia de Cabo Verde e de Cacheu.</p> <p>1681 Restabelece-se o Tribunal do Santo Ofício.</p> <p>1683 Morte de D. Afonso VI. Início do reinado de D. Pedro II. Morte da rainha D. Maria Francisca de Sabóia. Invasão de Goa pelo chefe marata Sambagi.</p> <p>1686 Pragmática que proíbe o uso de panos estrangeiros. Estabelece-se, por cartas régias, a fundação de uma companhia que monopoliza o comércio do reino do Oriente e de Moçambique. Fixam-se em Portugal os capuchinhos italianos.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1680	<p>1687 Início da Guerra do Açú. Reconhecimento dos exames no Colégio de Olinda com vista ao ingresso na Universidade de Coimbra.</p> <p>1688 Criação da Junta de Missões na Bahia. Lutas contra índios de corso pela Paraíba e Rio Grande do Norte, aqui com os Janduí. D. Pedro II determina a liberdade dos índios e incentiva o seu casamento com portugueses. Atende, por isso, à conversão do «gentio» a fim de este ser incorporado na sociedade colonial. Determina, ainda, que os missionários os introduzissem no conhecimento da língua portuguesa, e não os mantivessem somente no uso da língua geral.</p>	<p>1687 Casamento de D. Pedro II com Maria Sofia Isabel de Neuburgo.</p> <p>1687-88 Crise monetária.</p> <p>1689 Nasce o infante D. João, futuro rei.</p>
1690	<p>1691 Surto de fome, provocando uma grave crise na colónia.</p> <p>1692 Início efectivo da Junta de Missões de Pernambuco.</p> <p>1692-1695 Nova fase missionária da Companhia pelo Ceará, com a expedição do P.^o Manuel Pedroso e do P.^o Ascênsio Gago, conseguindo estabelecer algumas alianças com povos indígenas que, mais tarde, vão ser reunidos naquela missão: os Tabajara, os Reriú, os Acoânsu e os Anacé.</p> <p>1693 O Colégio de Olinda vê-se despojado, por ordem régia, do poder temporal sob os ameríndios.</p>	<p>1690 Estabelecimento da Companhia de Cacheu e Cabo Verde, com o objectivo de fornecer escravos às índias espanholas.</p> <p>1692 Constituição da capitania de Bissau. O programa curricular do Colégio do Espírito Santo de Évora é enriquecido com a introdução da cátedra de Ciências Matemáticas.</p> <p>1693 Chegada a Lisboa da rainha D. Catarina, viúva de Carlos II de Inglaterra.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1690	<p>1693-95 Descoberta de minas de ouro, nomeadamente nos sertões de Minas Gerais.</p> <p>1695 Lutas contra os Jenipapuassú (nação Payakú), na ribeira do Açú.</p> <p>1697 Descoberta de ouro. Ocupação do Amapá pelos franceses. Morre o P.º António Vieira.</p> <p>1698 Ordem de D. Pedro II ao governador de Pernambuco sobre se impor a doutrinação em língua portuguesa junto dos índios aldeados. Determina ainda a fundação de 6 aldeias de índios nas terras fronteiras entre as capitanias do Rio Grande e Ceará, pelas regiões do Açú, Jaguaribe e Piranhas⁶⁵³.</p>	<p>1699 Extinção da Companhia do Reino, do Oriente e de Moçambique. Publicação em Lisboa da <i>Arte de grammatica da língua brasílica da naçam kiriri</i>, do P.º Luís Vicêncio Mamiani. Morte da segunda mulher de D. Pedro II.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1700	<p>1700 Envio dos primeiros provedores às minas a fim de se receber os quintos.</p> <p>1701 Criação da Junta de Missões no Pará.</p> <p>1702 Regimento das minas de ouro do Brasil. Fundação da Casa dos Quintos no Rio de Janeiro.</p> <p>c. 1703 Requisição dos índios de Ibiapaba para combater grupos indígenas hostis no Maranhão.</p> <p>1707 A Companhia de Jesus perde a administração da aldeia do Urutagui/Aratagui, passando a ser gerida pelos oratorianos.</p> <p>1707-1709 Guerra dos Emboabas em Minas Gerais, em que se defrontam os ditos «emboabas» ou forasteiros (reinóis) e os paulistas.</p> <p>1709 Decreto de criação da capitania de S. Paulo e Minas (passando a estar independente do Rio de Janeiro). Requer-se autorização régia para se fundar novos conventos nesta colónia. Decreto proíbe a emigração para o Brasil.</p>	<p>1701 Aliança entre D. Pedro II e Filipe V de Espanha.</p> <p>1703 Portugal rompe a aliança com a França e alia-se a Inglaterra e à Holanda. Tratado de Methwen, assinado entre Portugal e Inglaterra. Publicação da <i>Ratio Discendi et Docendi</i> de Jouvency.</p> <p>1704 Portugal entre na Guerra de Sucessão da Espanha.</p> <p>1705 Morte de D. Pedro II. Início do reinado de D. João V. Aumento de impostos sem consulta prévia às cortes.</p> <p>1708 Casamento por procuração de D. João V com D. Maria Ana de Áustria, em Viena.</p> <p>1709 Recife é elevada a vila por carta régia.</p>

<p>1710</p>	<p>1710 Cerco do Rio de Janeiro por uma armada portuguesa, que ataca vários pontos no litoral. Atentado em Olinda contra o governador Castro Caldas. Início da Guerra dos Mascates (guerra civil – Pernambuco). O colégio de Olinda sofre danos com este conflito.</p> <p>1711 Decreto real procura sustentar a emigração para o Brasil. Com a pacificação do levante do Açú, a partir desta data são integrados índios Capela e Caboré na aldeia jesuíta do Guajirú. Insurreição pernambucana, com ocupação da fortaleza e detenção do bispo da diocese. Fim da guerra civil em Pernambuco. Fundação de Vila Rica (ex- Ouro Preto) em Minas Gerais. A vila de São Paulo é elevada a cidade. Invasão do Rio de Janeiro por nova força naval francesa (corsários).</p> <p>1712 Proibição do envio de degredados para o Brasil.</p> <p>1714 Crise comercial associada à economia brasileira.</p> <p>1715 Venda dos Ilhéus ao donatário D. João de Castro. O bispo de Pernambuco, D. Manuel Álvares da Costa, renuncia à sua diocese.</p>	<p>1710 Criação de uma Companhia de Comércio com Macau. Tropas portuguesas ocupam Carvajales e Alcanisas, ra zona raiana de Trás-os-Montes.</p> <p>1711 Proibição régia de os navios estrangeiros comerciarem nos portos do Brasil.</p> <p>1712 Portugal assina no Congresso de Utreque um armistício com a França e a Espanha. Início da publicação do <i>Vocabulário Português-Latino</i>, de Bluteau.</p> <p>1713 Tratado de Utreque: paz e amizade entre D. João V e Filipe V de Espanha sobre a restituição da Colónia do Sacramento.</p> <p>1714 Tratado de paz, amizade e aliança entre o vice-rei de Goa e o rei de Canára. Nascimento do infante D. José, futuro rei de Portugal.</p> <p>1715 Proclamação da paz luso-espanhola.</p>
--------------------	--	---

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1710	<p>1716 Tomada de posse da Colónia do Sacramento pelos portugueses, em cumprimento do Tratado de Utreque.</p> <p>1718 Carta régia permite a escravização dos índios antropófagos. D. João V procura, atendendo aos rogos dos sertanejos, desanexar da missão de Ibiapaba da capitania do Ceará, de forma a transitar para a jurisdição do Piauí – Estado do Maranhão.</p> <p>1719 Decreto estabelece as Casas de Fundição e Moeda no Brasil. Criação por Clemente XI do bispado de Santa Maria de Belém do Pará.</p>	<p>1717 O arcebispo de Lisboa, D. Tomás de Almeida, toma posse da nova dignidade de Patriarca.</p> <p>1718 Dedicação de <i>Pratica de el Noble, y primoroso Arte de Escribir varios Caracteres, y distintas Formas de Letras</i> a D. João V por Marcos de las Ruelas y Paz, natural de Córdova e mestre de escrever dos príncipes D. Miguel e D. José.</p>
1720	<p>1720 Exploração das jazidas de ouro na Bahia e em Mato Grosso. Extinção definitiva da Companhia do Brasil. Decreto régio determina a abertura do porto de Santos. Criação da capitania de Minas Gerais, separando-se assim de São Paulo. Lei determina o confisco de todo o ouro proveniente do Brasil não registado. Nova lei visando a contenção do surto emigratório para o Brasil, em virtude da descoberta aurífera e de forma a estancar a despovoação do Reino. Sublevação em Mina Rica devido ao estabelecimento da Casa de Fundição de Minas.</p> <p>1721 A Coroa restitui ao Colégio de Olinda o governo temporal sobre os índios. Perante acesa contestação dos moradores cearenses, D. João V vê-se obrigado a colocar Ibiapaba sob a jurisdição original. Restabelecimento das Casas de Fundição das Minas em Vila Rica.</p>	<p>1721 Publicação das <i>Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina</i>, de D. Jerónimo Contador de Argote.</p> <p>1722 Publicação da <i>Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar</i>, de Manuel de Andrade de Figueiredo.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1720	<p>1725 Exploração das minas de ouro de Goiás. Estabelecimento do primeiro arraial para exploração do ouro em Goiás.</p> <p>1727 Introdução do café no Brasil.</p> <p>1729 Regimento das minas de ouro do Brasil. Determinação do Conselho Ultramarino em se conter o comércio feito pelos missionários do Brasil. Descoberta de diamantes na região do Cerro Frio.</p>	<p>1725 Corte das relações Portugal-Espanha.</p> <p>1726 Ribeiro Sanches sai de Portugal, perseguido pela Inquisição.</p> <p>1728 Corte de ligações de D. João V com a Santa Sé.</p> <p>1729 Casamentos dos filhos de D. João V: D. Maria Bárbara com Fernando VI, futuro rei de Espanha, e D. José com D. Mariana Vitória, filha de Filipe V de Espanha.</p>
1730	<p>1732 O Conselho Ultramarino fica alarmado com a emigração para aquela colónia. Alvará proíbe a vinda para o Reino de mulheres residentes no Brasil. Descoberta de diamantes na Bahia.</p> <p>1734 Descoberta de jazidas de ouro em Mato Grosso.</p> <p>1735 Os jesuítas são encarregues por provisão régia da administração das aldeias de Caúcia, Paupina, Parangaba e Payacú. Início do apogeu da produção aurífera. Ataque espanhol à Colónia do Sacramento.</p>	<p>1730 Reatam-se as relações entre Portugal e França. Os holandeses saem de Lourenço Marques.</p> <p>1732 Término do conflito com a Santa Sé.</p> <p>1734 Estado de guerra com a Espanha. Nascimento de D. Maria, futura rainha (sucendo a D. José I). Publicação de <i>Apontamentos para a Educação de Um Menino Nobre</i>, de Martinho de Mendonça de Pina e Proença.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1730	<p>1737 Termo do conflito armado luso-espanhol na zona da Prata.</p> <p>1739 Primeiro contrato por arrematação de exploração de diamantes.</p>	<p>1736 Reorganização de três secretarias de Estado: negócios Interiores do Reino, Negócios Estrangeiros e da Guerra, e da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.</p> <p>1737 Paz entre Portugal e Espanha. Jesuítas da Assistência Portuguesa são degolados na província chinesa de Tonquim após condenação de um tribunal local.</p> <p>1738 Sebastião de Carvalho e Melo alcança a qualidade de familiar do Santo Ofício.</p> <p>1739 Sebastião de Carvalho e Melo é representante de Portugal em Inglaterra.</p>
1740	<p>1741 Contrato do tabaco.</p> <p>1745 Primeira pedra do colégio da Paraíba . As obras do seu seminário ainda não estavam concluídas em 1757.</p>	<p>1742 Regência de D. Maria Ana por incapacidade de D. João V, acometido por grave doença incapacitante.</p> <p>1743 Sebastião de Carvalho e Melo regressa a Lisboa, após missão diplomática em Londres.</p> <p>1745 Sebastião de Carvalho e Melo desloca-se a Viena na qualidade de enviado especial e ministro plenipotenciário. Casa com D. Leonor Ernestina, condessa de Daurín.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1740	<p>1746 Criação da Junta de Missões de São Paulo. O Conselho Ultramarino dispõe-se a colonizar Santa Catarina.</p>	<p>1746 Publicação do <i>Verdadeiro Método de Estudar</i> de Luís António Verney. Publicação do <i>Novo Método de Gramática Latina</i> de frei Manuel Monteiro.</p>
		<p>1747 Morte do cardeal da Mota, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, o qual exercia, na prática, funções de «primeiro-ministro».</p>
	<p>1748 Criação da capitania de Goiás.</p> <p>1749 “Informação geral da capitania de Pernambuco”.</p>	<p>1747-49 Redacção provável do <i>Testamento Político</i> por D. Luís da Cunha (morre em 1749), com propostas ao príncipe D. José para se melhorar a economia portuguesa. Sugere a nomeação de Carvalho e Melo para uma Secretaria de Estado.</p> <p>1748 O papa Bento XIV concede a D. João V o título de <i>fidelíssimo</i>.</p>

<p>1750</p>	<p>1750 Prenúncios de crise da mineração. Torna-se a criar a Junta de Missões no Rio de Janeiro.</p> <p>1751 Nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governador do Grão-Pará e Maranhão. Instauração do primeiro Tribunal de Relação, no Rio de Janeiro.</p> <p>1752 Lei acerca das moedas e seu valor no Brasil. Lei insiste no ensino de língua portuguesa aos índios pelos missionários.</p> <p>1753 Alvará estabelece o monopólio régio para os diamantes do Brasil.</p> <p>1753-56 Guerra Guaraní: resistência dos povos das Sete Missões jesuítas em se deslocar e aceitar a soberania portuguesa.</p> <p>1754 Provisão manda reunir uma colecção completa de todas as leis e ordens expedidas para o Brasil.</p>	<p>1750 Celebração do Tratado de Madrid ou dos Limites entre Portugal e Espanha: Portugal ambiciona a posse do Rio Grande do Sul, tendo ficado com o território das Sete Reduções guaranis; a Colónia do Sacramento é cedida a Espanha, mas Portugal não a entrega. Morte de D. João V. Início do reinado de D. José I. Este monarca nomeia Sebastião José de Carvalho e Melo secretário dos Negócios Estrangeiros. Instalação dos oratorianos no Palácio das Necessidades (Lisboa).</p> <p>1751 Alvará que reduz os direitos sobre o tabaco.</p> <p>1752 Publicação do <i>Novo Método de Gramática Latina</i> do P.º António Pereira de Figueiredo.</p> <p>1754 Decreto cria a cadeira de Controvérsias na Universidade de Coimbra.</p>
--------------------	---	--

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1750	<p>1755</p> <p>Criação de grande número de igrejas no Brasil. Criação da capitania de S. José do Rio Negro. Diploma concede a liberdade aos índios brasileiros. Lei restitui aos índios do estado do Grão-Pará e Maranhão a liberdade das suas pessoas e bens. Fundação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Incentivo à colonização da foz do Amazonas. Carta régia incita as capitanias do Brasil a contribuírem pecuniariamente para a reconstrução da cidade de Lisboa.</p> <p>1756</p> <p>Derrota e submissão dos índios das Sete Missões, os quais se opunham à demarcação fronteiriça e transferência para outras áreas.</p> <p>1757</p> <p>Aplicação do <i>Directório dos Índios</i> (Maio), no qual se ordenava a criação de duas escolas públicas em cada uma das povoações de índios no Brasil. A primeira versão desta legislação surge no Estado do Maranhão e Pará, por intermédio do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado.</p>	<p>1755</p> <p>Terramoto de Lisboa.</p> <p>1756</p> <p>Criação da Junta do Comércio. Estabelecimento de uma Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Criação da Companhia de Pesca da Baleia. Decreto condena implicados numa conjura contra Sebastião de Carvalho e Melo. Degredo do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real, entretanto caído em desgraça. Carvalho e Melo abandona a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, assumindo a dos Negócios do Reino.</p> <p>1757</p> <p>Expulsão dos jesuítas do Paço Real (Setembro).</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1750	<p>1758 Alvará declara a liberdade de todos os índios do Brasil.</p> <p>1759 Expulsão da Companhia de Jesus: saída das missões, confisco dos bens e encerramento das aulas dos colégios. Aplicação da <i>Direcção</i> dos índios (versão adaptada da anterior) em Pernambuco e capitanias anexas, por intermédio do governador Luís Diogo Lobo da Silva. Conversão das sete missões do Real Colégio de Olinda em vilas régias, dotadas de um director, um clérigo e um mestre (para os meninos) e uma mestra (para as meninas) de primeiras letras. Criação da Companhia de Pernambuco e Paraíba. Redacção da <i>Breve Instrucçam para Ensignar a Doutrina Christã, Ler e Escrever aos Meninos</i>, baseada no catecismo do bispo de Montpellier e destinada às escolas de primeiras letras das vilas indígenas do governo de Pernambuco.</p>	<p>1758 Bento XIV nomeia (1 Abril) o cardeal D. Francisco de Saldanha Visitador e Reformado da Companhia de Jesus, a fim de averiguar as acusações feitas por Sebastião de Carvalho e Melo contra a Companhia de Jesus. Dão-se como provadas (15 Maio) as acusações. Edital do Patriarcado de Lisboa proíbe e suspende os jesuítas do exercício de confessar e pregar na arquidiocese. O cardeal Saldanha é feito 3º cardeal patriarca de Lisboa (Julho). Atentado contra D. José I (3 Setembro). Consequentemente, ordenam-se, as primeiras buscas nas Casas da Companhia de Jesus (22 Dezembro).</p> <p>1759 Prisão de diversos jesuítas, entre os quais o P.º Gabriel Malagrida. Execução dos Távoras e do duque de Aveiro, acusados de atentar contra a vida do rei. Encerramento dos colégios da Companhia de Jesus, confisco dos seus bens (ordem de 19 de Janeiro) e chegada dos missionários estrangeiros da Assistência Portuguesa aos cárceres de S. Julião da Barra, Azeitão, entre outros. Implementação das reformas de ensino: criação da Direcção dos Estudos Menores (28 de Junho), com nomeação do Principal Almeida para seu director-geral; proibição e destruição de obras pedagógicas jesuítas; concurso, exame e nomeação dos primeiros professores e mestres régios. Carvalho e Melo é agraciado com o título de conde de Oeiras. O seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (ex-governador do estado do Grão-Pará e Maranhão e redactor do <i>Directório</i>), é nomeado secretário de Estado adjunto da pasta do reino. Expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios a 3 de Setembro. Publicação das <i>Cartas sobre a Educação da Mocidade</i>, de Ribeiro Sanches.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1760	<p>1761 Determina-se por alvará a total liberdade dos índios. Proibição da cultura de cana-de-açúcar no Maranhão. Criação da capitania de S. José do Piauí.</p> <p>1762 A Colónia do Sacramento rende-se, após cerco, às forças espanholas.</p> <p>1763 Elevação do Brasil e vice-reino. Transição do governo-geral do Brasil para o Rio de Janeiro.</p> <p>1767 Início da exportação de algodão brasileiro para Inglaterra. Provisão régia reitera a obrigatoriedade do plantio de mandioca nas fazendas, em função do número de trabalhadores.</p>	<p>1760 Criação do Erário Régio. Expulsão do núncio apostólico e consequente suspensão das relações com a Santa Sé. Chegada a Roma de 109 jesuítas expulsos da Assistência Portuguesa.</p> <p>1761 Tratado do Pardo – com anulação do Tratado de Madrid. Criação do Colégio Real dos Nobres em Lisboa. Alvará equipara os cristãos naturais da Índia aos naturais do Reino. Abolição do tráfico da escravatura na metrópole. Execução do P.^o Malagrida. Incorporação à Coroa dos bens seculares da Companhia de Jesus. Criação do Erário Régio.</p> <p>1762 Crise económica. Guerra Fantástica com a Espanha.</p> <p>1763 Tratado de paz luso-espanhol.</p> <p>1764 Intensificação do fomento da indústria.</p> <p>1766 Abertura do Colégio Real dos Nobres.</p> <p>1767 Publicação em Lisboa da <i>Deducção chronológica, e analytica</i>. Proclamação do decreto de expulsão dos jesuítas da Assistência Espanhola. Publicação do <i>Tratado de Ortografia</i> de frei Luís de Monte Carmelo.</p>

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1760	1769 Transferência da população portuguesa de Mazagão para Nova Mazagão, no Pará.	1768 Fundação da Imprensa Régia. Instituição da Real Mesa Censória. 1769 Abandonos das praças de Azamor e Mazagão.
1770	1772 Sublevação dos negros e habitantes das plantações do Maranhão. Decreto separa, uma vez mais, o Maranhão da capitania do Pará. 1774 “Ideia da população da capitania de Pernambuco”. Desmembramento das capitanias do Maranhão e Piauí face ao Pará.	1770 Criação da Junta de Providência Literária. Restabelecimento das relações com a Santa Sé. 1771 Extinção da Direcção dos Estudos Menores e transição a tutela para a Real Mesa Censória. 1772 Reforma da Universidade de Coimbra. Instituição do Subsídio Literário e criação da sua Junta. Reforma dos estudos menores, com criação de novas escolas no Reino e ultramar. 1773 Supressão geral da Companhia de Jesus pela Breve de Clemente XIV, <i>Dominus ac Redemptor</i> . 1774 Concessão aos naturais da Índia Portuguesa de direitos naturais aos dos metropolitanos.

Décadas	Brasil	Portugal no contexto europeu e ultramarino
1770	<p>1775 Forças militares portuguesas recuperam o Rio Grande do Sul, temporariamente na posse de Espanha.</p> <p>1777 Entrega da Colónia do Sacramento às forças espanholas. Com o Tratado de Santo Ildefonso, Portugal recebe, em troca, a ilha de Santa Catarina.</p> <p>1778 Supressão da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.</p>	<p>1776 Regência da rainha D. Mariana Vitória, por doença de D. José I. Proibição de Pombal entrar na Câmara Real.</p> <p>1777 Morte de D. José I. Início do reinado de D. Maria I. Desterro do marquês de Pombal. Perdão régio aos marqueses de Távora e Alorna. Assinatura do Tratado dos Limites (acordo de Santo Ildefonso).</p> <p>1779 Nova reforma dos estudos menores: encerramento de várias escolas e entrega da regência de outras a religiosos.</p>

- ¹ Considera-se relevante o registo das várias formas com que cada grupo surgiu grafado nas fontes compulsadas, assim como o respeito pela convenção actual dos nomes indígenas. Inclui-se a referência a índios de língua geral somente para se ter uma percepção das áreas abrangidas e tipo de missões.
- ² Seriam os os «Nhengaíbas» a quem o P.^e António Vieira se referira? Carta ao Rei, D. Afonso VI. Maranhão, 28 de Novembro de 1659. In VIEIRA, P.^e António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 547.
- ³ Através da reunião dos Aconã, Kiriri e Xocó, como se observou em Alagoas.
- ⁴ Significa “parente” em Tupi. Não obstante, na “Rellaçam das Aldeas que há no destrito deste Governo de Pernambuco e Capitania da Parahiba sujeitas a Junta das Missoins deste Bispado” (AGUC, Livro de Pernambuco, 1670-1749 VI-III-1-1-3) são apontados como «tapuios».
- ⁵ Seriam os os «Nhengaíbas» a quem o P.^e António Vieira se referira? Carta ao Rei, D. Afonso VI. Maranhão, 28 de Novembro de 1659. In VIEIRA, P.^e António, *op. cit.*, idem.
- ⁶ P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 47.
- ⁷ Conta de D. Marcos de Noronha. Vila Boa, 12 de Janeiro de 1750. Livro Índice das Cartas, 1750-1752 VI-III-1-1-25, ff. 16v-17f.
- ⁸ Gatti sugere esta filiação étnica para estes índios que vinham sendo perseguidos pelo Ceará em finais do século XVII. GATTI, Ágatha Francesconi, *O Trâmite da Fé: a atuação da Junta das Missões de Pernambuco (1681-1759)*, [diss. Mestrado em História], São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009, p. 48.
- ⁹ Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] – anexo 2. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 42, rolo 1.
- ¹⁰ Segundo Fernão Cardim, eram os índios que viviam em ilhas no Rio São Francisco. CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, [1583-1601], [transcrição do texto, introdução e notas por Ana Maria de Azevedo], Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 199.
- ¹¹ A partir de 1761 deixam de constar nas relações, pelo facto de, no processo de transição, terem estas missões sido convertidas em vilas indígenas.
- ¹² De modo análogo aos Caboré-Açu, cuja filiação étnica nos é dada em Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Salvador Álvares da Silva, ao rei D. João V. [post.] Natal, 30 de Novembro de 1711. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 68, rolo 1, 1f.
- ¹³ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Bispo e Governador de Pernambuco. Natal, 8 de Abril de 1711. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *Documentos para a história indígena no Nordeste : Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe*, São Paulo, FAPESP, 1994, pp. 141-142.
- ¹⁴ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Capitão-mor Agostinho Nogueira da Costa. Natal, 30 de Agosto de 1711. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, p. 143.
- ¹⁵ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Açu, 11 de maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 51, rolo 1, 1f.
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ Idem.
- ¹⁸ Idem.
- ¹⁹ Elias Herckman refere-se-lhes como «Careryjouws». Thomaz Pompeu Sobrinho, “Os tapuias do nordeste e a monografia de Elias Herckman”, in Revista do Instituto do Ceará, n.º 48, 1934, p. 15. Apud LOPES, Fátima, *Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado/IHGB, 2003, p. 136.
- ²⁰ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Governador Geral de Pernambuco. Natal, 14 de Março de 1713. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, pp. 146-147.
- ²¹ Segundo Fernão Cardim, eram os índios que viviam em ilhas no Rio São Francisco. CARDIM, Fernão, *op. cit.*, p. 199.
- ²² Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 16 de Novembro de 1699. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1794. ROLO 25.
- ²³ Carta do rei [D. João V] ao capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Lisboa, 14 de Fevereiro de 1733. AHU_ACL_CU_014, Cx. 8, D. 707, rolo 11.
- ²⁴ Carta do Capitão-mor da Paraíba, Pedro Monteiro de Macedo ao Conselho Ultramarino. Paraíba, 3 de Março de 1738. AHU_ACL_CU_014, Cx. 10, D. 861, rolo 12.
- ²⁵ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Açu, 11 de maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 51, rolo 1, 1f.

-
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ Será o mesmo que Ariú, que em Tupi designa “rio da ostra”?
- ²⁸ Seriam os os «Nhengaíbas» a quem o P.^e António Vieira se referira? Carta ao Rei, D. Afonso VI. Maranhão, 28 de Novembro de 1659. In VIEIRA, P.^e António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 547.
- ²⁹ Compreendiam, ainda assim, a língua Tobaiara (eventual dialecto Tupi), embora a falassem mal, com pronúncia que Gago caracteriza como bárbara. P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, [1695], in LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 45.
- ³⁰ Carta do padre João Leite de Aguiar. Recife, 15 de Maio de 1696. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 34, rolo 1, 1f-2f.
- ³¹ Carta dos oficiais da Câmara de Natal D. João V. Natal, 21 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 104, rolo 2, 1f.
- ³² GAMA, José Fernandes, *op. cit.*, p. 63.
- ³³ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 21 de Março de 1683. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 26, rolo 1, 1f.
- ³⁴ Bras. 6, 65v.
- ³⁵ Carta dos oficiais da Câmara de Natal D. João V. Natal, 21 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 104, rolo 2, 1f.
- ³⁶ Bando do Governador Geral de Pernambuco, José Félix Machado de Mendonça. Recife, 24 de Maio de 1713. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, pp. 148-149.
- ³⁷ Carta dos oficiais da Câmara de Natal D. João V. Natal, 21 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 104, rolo 2, 1f.
- ³⁸ Carta do governador de Pernambuco, Manuel Rolim de Moura, ao rei [D. João V]. Pernambuco, 6 de Julho de 1725. AHU_ACL_CU_006, Cx. 2, D. 84, rolo 2.
- ³⁹ Provavelmente bexigas ou varíola, como aconteceu com os soldados Paulistas em 1699. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 29 de Agosto de 1699. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 47, rolo 1, 1f; Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Rio Grande do Norte, 6 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 50, rolo 1, 1f.
- ⁴⁰ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Rio Grande do Norte, 6 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 50, rolo 1, 1f.
- ⁴¹ Carta de António Dantas Barbosa ao governador da Paraíba. Paraíba, 23 de Abril de 1754. AHU_ACL_CU_014, Cx. 16, D. 1336, rolo 19.
- ⁴² Carta do sargento-mor do Terço dos Paulistas, José de Moraes Navarro ao rei D. João V. Açú, 27 de Maio de 1710. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 65, rolo 1, 1f.
- ⁴³ Paiaçú/Baiacú designa um peixe com glândula venenosa.
- ⁴⁴ Questiona-se se seria semelhante à dos Tarairiú (cf. Loukotka).
- ⁴⁵ Carta do Capitão-mor Agostinho César de Andrade aos Oficiais da Câmara de Natal. Natal, 12 de Março de 1695. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, p. 129.
- ⁴⁶ Parecer do Conselho Ultramarino sobre as cartas dos governadores da Bahia e Pernambuco, do Bispo D. frei José de Lima, do capitão-mor do Rio Grande e do mestre-de-campo Manuel Álvares de Moraes Navarro, acerca do que este obrou com a nação dos índios Paiaçus, da jurisdição do ouvidor-geral da Paraíba. Paraíba, 27 de Novembro de 1700. AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 239.
- ⁴⁷ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, acerca de restituir a liberdade aos índios paiaçus, cativos na guerra que lhes fez o mestre-de-campo dos paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Lisboa, 8 de Novembro de 1701. AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 247.
- ⁴⁸ Região do Açú, conforme informação de 1701. Bras. 6, 29v-30.
- ⁴⁹ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Rio Grande do Norte, 6 de Maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 50, rolo 1, 2f.
- ⁵⁰ Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Rei. Natal, 6 de Março de 1720. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, pp. 156-157.
- ⁵¹ Carta do mestre de campo do Terço de Auxiliares, Jorge da Costa Gadelha, ao rei [D. João V], sobre o fato de João Lopes Cabreira querer tomar posse de uma sesmaria que lhe pertence na antiga aldeia dos índios. Aquiraz, 25 de Agosto de 1744. AHU_ACL_CU_006, Cx. 4, D. 238, rolo 5.
- ⁵² Uma designação que significava «senhores do rosto». P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 38.

⁵³ O P.^e Ascenso Gago refere o uso da língua «Tobaiara» junto dos Reriú, que estes compreendiam. P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, [1695], in LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 45.

⁵⁴ Dali partiram quatro principais com as suas aldeias até chegarem a Ibiapaba, por volta de finais do século XIV. As aldeias entretanto descidas para junto da costa por intermédio dos jesuítas no século XVII foram as do Principal D. Jacob de Sousa e do Principal D. Salvador Saraiva. P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 39-40.

⁵⁵ Carta do mestre-de-campo do Terço dos Paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro, ao rei [D. Pedro II]. Açú, 11 de maio de 1700. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 51, rolo 1, 1f.

⁵⁶ Beatriz Dantas et al., “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 433.

⁵⁷ Uma etnia dada como das mais aguerridas e violentas na segunda metade de seiscentos. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 21 de Março de 1683. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 26, rolo 1, 1f.

⁵⁸ Beatriz Dantas et al., “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico”, in CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *op. cit.*, p. 433.

⁵⁹ Aquela actividade missionária ficou suspensa com os ataques que os religiosos ali tiveram, causando a morte do superior jesuíta.

⁶⁰ A primeira refere-se à célebre e malograda missão levada a cabo pelo P.^e Francisco Pinto (mártir de Ibiapaba) e pelo P.^e Luís Figueira.

⁶¹ Cf. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II]. Lisboa, 21 de Março de 1683. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 26, rolo 1, 1f.

⁶² Junta de Missões de 26 de Setembro de 1692, feita pelo Governador de Pernambuco, Marquês de Montebello, e o Bispo D. Matias de Figueiredo e Mello. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fl. 149f.

⁶³ A partir da informação do Padre Visitador Cristóvão de Gouveia. CARDIM, Fernão, *op.cit.*, p. 257.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Conforme indicação da autora, não chega a ocupar o cargo.

⁶⁶ Vice-reitor.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Substituído, na visita às aldeias, pelo P.^e Jerónimo Peixoto. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 428.

⁶⁹ Reitor ao tempo da Guerra dos Mascates. O colégio, envolvido nesta contenda entre Olindenses e Recifenses, chegou a estar cercado, a mando do Governador, por aí se albergar o Capitão André Dias de Figueiredo, que ali se recolhera ao abrigo do direito de homizio em fevereiro de 1712. Pela dedicação dos jesuítas tanto de um como do outro colégio das povoações em litígio, nomeadamente pelo seu especial empenho em pacificar ambas as partes e assistência aos presos, D. João V apelidou-os de *Anjos da Paz*. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, pp. 456-457 e 459.

⁷⁰ Patente de 6 de Setembro de 1619. Contudo, em 1621 Marcos da Costa apresenta-se como Reitor. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 428.

⁷¹ Reitor à data da ocupação holandesa, passou a ser superior dos jesuítas na aldeia de Caeté e no Arraial do Bom Jesus. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 428.

⁷² “Primeiro, visitador; e, depois, Reitor. Patente de 16 de Abril de 1633. Mas só exerceu a sua autoridade com os Padres e Irmãos dispersos na campanha e Aldeias, a cuja retirada dos Índios preside.” LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 428.

⁷³ Por Patente de 18 de Julho de 1634. Instalado provisoriamente o colégio na Quinta da Madalena, foram aí os jesuítas, incluindo o Reitor, capturados e deportados para a Holanda em 1636. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 428.

⁷⁴ A ele se atribui o início da reedificação do colégio e a restauração da igreja. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 428.

⁷⁵ Posteriormente Reitor da Bahia. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 429.

⁷⁶ Último Reitor, foi exilado para Lisboa em 1760, de onde seguiu para Itália, vindo a falecer no Palácio de Sora (Roma) a 8 de Julho de 1764. Ingressara na Companhia aos 15 anos, a 17 de Fevereiro de 1719. “Bom humanista. Escreveu as *Ánuas* de 1731 e 1732” (*Bras.* 10, 326-328, 340-343; *Bras.* 6, 408; Gesú, «Spese per sepoltura»). LEITE, *op. cit.*, vol. 5, pp. 431-432.

⁷⁷ Neste período surge pela primeira vez a designação “Olynda apud Pernambucum”, distinguindo assim o Colégio de Olinda do do Recife. ARSI et LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 429.

⁷⁸ “Apóstolo dos Quiriris dos sertões da Baía.” LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 429.

-
- ⁷⁹ Serafim Leite não está seguro, levantando a possibilidade de ser vice-reitor, se bem que a 2 de Fevereiro de 1690 recebe os últimos votos, o que era costume serem os superiores.
- ⁸⁰ Envolvido nas Guerras dos Bárbaros no Rio Grande Norte, por cuja intercessão moveu a pacificarem-se os índios daquela região, contrários aos soldados paulistas. LEITE, *op. cit.*, vol. 5, p. 431.
- ⁸¹ Incluindo 20 bois, 218 cabeças de gado vacum, 84 de cavalar e até escravos (23 homens e 27 mulheres).
- ⁸² Adquirido pelo P.^e Manuel Teixeira Telles.
- ⁸³ Incluindo 999 cabeças de gado vacum, 39 de cavalar e até escravos dos dois sexos (17 homens e 10 mulheres).
- ⁸⁴ Incluindo 42 bois, 9 de gado vacum, 2 de cavalar e também escravos dos dois sexos (77 homens e 86 mulheres).
- ⁸⁵ Tratar-se-ia de uma quinta.
- ⁸⁶ Idem.
- ⁸⁷ Ao padre leigo [sic] Inácio da Silva.
- ⁸⁸ Pelos religiosos do Carmo de Olinda.
- ⁸⁹ Pela Irmandade da Sr.^a St.^a Ana.
- ⁹⁰ Foram aforadas posteriormente e arrendadas a várias pessoas.
- ⁹¹ Nove particulares ali tinham as suas benfeitorias, indicando-se o valor que aquelas terras rendiam de foro.
- ⁹² Escritura de 6 de Março de 1680.
- ⁹³ Escritura de 13 de Fevereiro de 1687.
- ⁹⁴ 2 pelos seus pais, 1 pelo P.^e Diogo Pereira, 1 pelo Desembargador Domingos Pereira Gil e outra pela sua alma.
- ⁹⁵ Com 163 bois, 253 cabeças de gado vacum, 73 cavalar, 9 escravos e 6 escravas.
- ⁹⁶ Uma casa térrea na Rua do Livramento, outra na Rua do Fogo, outra na Rua do Rosário, uma de sobrado nesta mesma rua e outra na Rua do Trapixe.
- ⁹⁷ Nomeadamente ao Convento do Carmo da Reforma do Recife, a Ordem Terceira do Carmo de Olinda e a Irmandade de N.^a Sr.^a da Soledade na Igreja do Livramento.
- ⁹⁸ Não é referenciada na relação a que tivemos acesso no IGHP.
- ⁹⁹ Somente se declara bens desta categoria e, uma vez mais, trata-se da última referência a surgir nesta listagem.
- ¹⁰⁰ Chegada à Bahia: 29.03.1549.
- ¹⁰¹ Chegada à Bahia: 13 de Julho.
- ¹⁰² Fora o 4.^o Reitor do Colégio de Coimbra.
- ¹⁰³ Chegada à Bahia: 9 de Dezembro.
- ¹⁰⁴ Chegada ao Brasil: fim de Julho.
- ¹⁰⁵ Carta do P. Godinho a S. Francisco de Borja, Lisboa, 31 de Maio de 1565. LEITE, *HCJB*, vol. 1, pp. 562-563.
- ¹⁰⁶ Chegada à Bahia: 1 de Maio.
- ¹⁰⁷ Chegada à Bahia: 23 de Agosto.
- ¹⁰⁸ Apresenta-se os nomes dos que escaparam ao martírio e que pertenceriam à Companhia.
- ¹⁰⁹ Veio a ser mestre de meninos em Pernambuco.
- ¹¹⁰ Chegou ao Brasil na 13.^a expedição.
- ¹¹¹ Conseguiu chegar a Pernambuco.
- ¹¹² Saíu da Companhia.
- ¹¹³ De acordo com a versão de Inácio de Azevedo. Serafim Leite precisa que nesta expedição seguiu um total de 86 pessoas, sendo 70 jesuítas e 16 assalariados. Pêro Dias indica um número superior de assalariados, entre trinta a quarenta, destinados a exercer diversos ofícios uma vez chegados ao Brasil. Cf. LEITE, *HCJB*, vol. 2, pp. 251-263.
- ¹¹⁴ Chegada à Bahia: 23 de Abril.
- ¹¹⁵ 3 Vinham de Lisboa, enquanto os restantes 4 estudantes vieram da Madeira.
- ¹¹⁶ Data da chegada à Bahia.
- ¹¹⁷ Chegada à Bahia: 29 de Maio.
- ¹¹⁸ António Lopes não refere a nacionalidade de 1 dos missionários.
- ¹¹⁹ Data da chegada à Bahia.
- ¹²⁰ Chegada à Bahia: 24 de Dezembro.
- ¹²¹ Chegada à Bahia: 9 de Maio.
- ¹²² Chegada a Pernambuco: 7 de Maio. Chegada a Bahia: 20 de Janeiro de 1588.
- ¹²³ António Lopes não identifica a nacionalidade de 2 dos missionários.

-
- ¹²⁴ Data da chegada a Bahia.
- ¹²⁵ Data da saída de Lisboa.
- ¹²⁶ Chegada à Bahia a 30 de Abril.
- ¹²⁷ Pela 2ª vez, resgatando-se dos ingleses.
- ¹²⁸ Viria a ser Reitor do Colégio da Bahia durante 6 anos, no Colégio do Rio de Janeiro por 2 anos e meio, Provincial de 1604 a 1609, novamente Reitor na Bahia e Vice-Provincial.
- ¹²⁹ Saída de Pernambuco.
- ¹³⁰ Serafim Leite não alude a esta expedição.
- ¹³¹ Chegada a Pernambuco.
- ¹³² Não é mencionada por Serafim Leite.
- ¹³³ Chegada à Bahia: 3-5 de Janeiro de 1617. LEITE, *op. cit.*, p. 590.
- ¹³⁴ Chegada ao Maranhão.
- ¹³⁵ Não é mencionada por Serafim Leite.
- ¹³⁶ Expedição não contemplada por Serafim Leite.
- ¹³⁷ Saída do Ceará.
- ¹³⁸ Data da saída de Lisboa. LEITE, *op. cit.*, p. 592.
- ¹³⁹ De acordo com Serafim Leite, que a refere como a 41ª expedição rumo ao Brasil. *Op. cit.*, p. 594.
- ¹⁴⁰ António Lopes nada refere quanto ao outro missionário.
- ¹⁴¹ Chegada ao Maranhão.
- ¹⁴² Idem.
- ¹⁴³ Estes padres de identidade não referida tinham vindo ordenar-se a Lisboa. LEITE, *op. cit.*, p. 595.
- ¹⁴⁴ Chegada ao Maranhão.
- ¹⁴⁵ Leite aponta um holandês, natural de Amsterdão. *Op. cit.*, p. 597.
- ¹⁴⁶ Segundo Serafim Leite. *Op. cit.*, p. 597.
- ¹⁴⁷ Saída em Dezembro. LEITE, p. 597.
- ¹⁴⁸ António Lopes indica um total de 6 jesuítas, não enunciando os seus nomes.
- ¹⁴⁹ É António Lopes que o indica. Serafim Leite não considera esta expedição, saltando de 1669 (52ª expedição) para 1681 (53ª).
- ¹⁵⁰ Chegada ao Maranhão.
- ¹⁵¹ Idem.
- ¹⁵² António Lopes coloca-o, junto com Vieira, na liderança deste grupo. Leite não o indica.
- ¹⁵³ Também Serafim Leite não é exaustivo nesta inventariação.
- ¹⁵⁴ Chegada à Bahia em finais de Julho, ao mesmo tempo que o P.º Luís Bettendorff embarca da Bahia rumo a Lisboa – 29 de Julho de 1684. LEITE, p. 599.
- ¹⁵⁵ Partida da Bahia.
- ¹⁵⁶ Tal como refere o autor.
- ¹⁵⁷ Expedição não referida por António Lopes, mas sim por Serafim Leite.
- ¹⁵⁸ Serafim Leite não alude a esta expedição.
- ¹⁵⁹ Ele que fora Reitor do Colégio do Porto.
- ¹⁶⁰ Serafim Leite não alude a esta expedição.
- ¹⁶¹ Seria depois preso no forte de s. Julião da Barra, donde é libertado em 1777.
- ¹⁶² Saída de Lisboa em Maio e chegada à Bahia no mês de Agosto.
- ¹⁶³ Para onde foi na expedição de 1721.
- ¹⁶⁴ Chegada à Bahia.
- ¹⁶⁵ Serafim Leite, para o Brasil, vai apenas até ao ano de 1739, data da que refere ser a 68ª expedição. António Lopes prossegue.
- ¹⁶⁶ LEITE, Serafim, *op. cit.*, tomo VI, apêndice D, p. 605
- ¹⁶⁷ Além das fontes documentais da época de natureza diversa, teve-se essencialmente em conta: catálogos do ARSI – Brasile (1589-1757); LEITE, *HCJN*, vols. 1 e 5; Curt Nimuendajú, *Mapa Etno-histórico*.
- ¹⁶⁸ Com igreja, mas sem se conseguir entretanto sustentar residência nela por falta de missionários, concentradas as atenções na fundação do Colégio. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.
- ¹⁶⁹ Segundo Serafim Leite, foi o jesuíta que, naquelas partes, primeiro se dedicou à conversão dos índios, tendo construído até uma igreja. Foi contudo uma missão que não vingou. LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 496.
- ¹⁷⁰ Bras. 5-1, 33.
- ¹⁷¹ Para Serafim Leite, teria surgido cerca de 1586. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.
- ¹⁷² Envio de missionários da Província do Brasil a pedido do Bispo de Tucumã, D. Fr. Francisco Vitória (familiar afastado do P.º Diogo Laines, que havia sido Geral da Companhia), pela falta de sacerdotes na sua diocese. LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 344 e ss.

- ¹⁷³ Bras. 15, 382. LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 496.
- ¹⁷⁴ “A Ânua de 1594 dá à Aldeia de Nossa Senhora da Escada o título de Virgem Augustíssima.” LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 497. A aldeia ficara inicialmente conhecida por “Nossa Senhora da Apresentação do Ipojuca da Escada”.
- ¹⁷⁵ José Gama classifica este grupo como pertencendo à «raça dos Tapuias». GAMA, José Bernardo Fernandes, *op. cit.*, p. 30.
- ¹⁷⁶ <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paranaguaba/escada.pdf>
- ¹⁷⁷ Bras. 5-1, 35v-42. Para o ano de 1592, Serafim Leite aponta a existência de 8 aldeias dos jesuítas de Olinda, encontrando-se 7 nas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, e 1 outra na Paraíba, de que se nomeiam, como residências fixas S. Miguel, N.^a Sr.^a da Escada e Goiana. “A posição respectiva destas aldeias marca uma linha interna que ia desde o Rio Una, ao Sul da Capitania, até Itambé e Taquara ao Norte.” LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.
- ¹⁷⁸ P.^e Diogo Nunes, segundo Serafim Leite. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 344.
- ¹⁷⁹ Bras. 5-1, 48.
- ¹⁸⁰ Bras. 5-1, 50.
- ¹⁸¹ Bras. 5-1, 64.
- ¹⁸² Em 1604 há indicação de ser superior desta missão. Estapresença ocorre pouco tempo antes de seguir para Ibiapaba, juntamente com Luís Figueira.
- ¹⁸³ P.^e Diogo Nunes, segundo Serafim Leite. LEITE, *HCJB*, vol. V, p. 342.
- ¹⁸⁴ Na relação do Colégio de Pernambuco, estes padres surgem como estando na «Missão dos Potiguares». Bras.5-1, 64.
- ¹⁸⁵ Bras. 5-1, 66.
- ¹⁸⁶ Bras. 5, 66.
- ¹⁸⁷ Bras. 5-1, 86-86v. Nesta mesma data, dava-se conta de 3 aldeias anexas sem residência fixa: “«Três aldeias há em Pernambuco de Potiguares, a saber, Santo André ou Ibatatã, Aldeia de nossa Senhora, por outro nome do Castelhana, e a de s. Francisco ou Beiju Guaçu”. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.
- ¹⁸⁸ Leite fá-la coincidir com a aldeia de N.^a Sr.^a da Assunção de Aratagui que em 1746 se encontrava sob administração oratoriana, e com a aldeia jesuíta de Urutagui. As distâncias, porém, não coincidem, ficando esta última a 15 léguas do colégio de Olinda. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 340.
- ¹⁸⁹ Bras. 5-1, 103v-104
- ¹⁹⁰ Viria a ser, mais tarde, Provincial.
- ¹⁹¹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 336.
- ¹⁹² Bras. 5-1, 112.
- ¹⁹³ Bras. 5-1, 113.
- ¹⁹⁴ Bras. 5-1, 118.
- ¹⁹⁵ Informação a partir de “Pagi Indorum ad Collegium Olindense spectantes”, constante no catálogo de 1701. Bras. 6, 30.
- ¹⁹⁶ Será ele o padre com o mesmo nome que, na década de 30, passará para o lado dos invasores, e por cuja conduta moral foi expulso da Companhia de Jesus. Era paulista, filho de um bandeirante mameluco e língua. VAINFAS, Ronaldo, *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 28.
- ¹⁹⁷ Bras. 5-1, 121-121v.
- ¹⁹⁸ Onde havia sido superior o P.^e Francisco Pinto, seu companheiro, entretanto martirizado.
- ¹⁹⁹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 344.
- ²⁰⁰ Informação a partir de “Pagi Indorum ad Collegium Olindense spectantes”, constante no catálogo de 1701. Bras. 6, 30.
- ²⁰¹ Bras. 5-1, 126-126v.
- ²⁰² Como descodifica Serafim Leite. LEITE, *HCJB*, vol. V, p. 344.
- ²⁰³ Idem.
- ²⁰⁴ Idem.
- ²⁰⁵ Em 1623, passa a ser superior o controverso P.^e Manuel de Moraes. VAINFAS, Ronaldo, *op. cit.*, p. 30.
- ²⁰⁶ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 336.
- ²⁰⁷ Número e identidade em VAINFAS, *op. cit.*, p. 30. Entre eles contava-se António Felipe Camarão, capitão dos Potiguará daquela aldeia e doutrinado por este padre.
- ²⁰⁸ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 343.
- ²⁰⁹ Bras. 5-1, 136v-137. Contudo, de acordo com a *Memória oferecida ao Conselho Político do Recife por Adriaen Verdonck em 1630* (in MELLO, José António Gonsalves de, Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira, 2.^a ed., Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 2004, pp. 33-50),

existiria um maior número de aldeamentos, elevando-se a cerca de 12. Serafim Leite, por seu turno, adianta 10: São Miguel de Muçuí, Santo André de Goiana, Itambé, Itapicirica (estas duas reunidas em 1621 no Catálogo, como se observa), Ibatatã, Escada, Mucujé, Caeté, Ipojuca e Una.

²¹⁰ Superior da missão do Maranhão desde 1622.

²¹¹ Nada se regista acerca do Colégio de Pernambuco neste ano nem em 1646. Bras. 5-1, 151.

²¹² Bras. 5-1, 186v-187.

²¹³ Provavelmente pertencendo, neste período de início de restabelecimento, ao Colégio da Bahia, de onde seriam oriundos os religiosos.

²¹⁴ Bras. 5-2, 3v.

²¹⁵ Pertencente à Missão do Maranhão.

²¹⁶ Bras. 5-2, 10v-11v.

²¹⁷ Superior do Ceará já nesta data.

²¹⁸ O florescimento da Missão do Maranhão é notório neste período, comparativamente com Pernambuco.

²¹⁹ Bras. 5-2, 35v.

²²⁰ No ano seguinte, já surge na qualidade de Residência com estes mesmos padres (Bras. 5-2, 37v), não se aludindo a missões a partir do Colégio de Pernambuco.

²²¹ Bras. 5-2, 43-44v.

²²² Dele se refere que, efectivamente, estivera na missão do Ceará por três anos, estando depois seis anos entre os índios Kiriri: “Fuit in missione Seará 3 annos, et modo est in missione Quiriris 6 annos.”

²²³ Na relação de 1679 não se aponta qualquer indicação toponímica precisa para estas missões.

²²⁴ Bras. 5-2, 64v e ss.

²²⁵ Apontamento sobre a sua situação no século XIX: “Povoação, sobre a Costa, junto a fós do rio Goiana, 15 legoas ao N. do Recife com uma Aula de Primeiras Letras.” GAMA, José Bernardo Fernandes, *op. cit.*, p. 34.

²²⁶ “Em 1610, a aldeia aparece no Catálogo da Companhia de Jesus, com o nome de Assunção, estando sob a administração dos jesuítas de Olinda. Em 1746, ela é administrada pelos padres oratorianos, sendo então registrada como aldeia de Nossa Senhora da Assunção de Arataguí, pertencendo à freguesia de Taquara. Doze anos mais tarde, na ocasião da elevação da aldeia à categoria de vila, recebe o nome de Alhandra.” Sandro Guimarães de Salles, “À sombra da Jurema: a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra”, in *Revista ANTHROPOLOGICAS*, ano 8, volume 15(1), 2004, p. 104.

²²⁷ Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no dstricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Indios”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, ROLO 43.

²²⁸ Bras. 5-2, 86v.

²²⁹ Junta de Missões de 26 de Setembro de 1692, feita pelo Governador de Pernambuco, Marquês de Montebello, e o Bispo D. Matias de Figueiredo e Mello. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fl. 149f.

²³⁰ “eo missus ad deducendos Indos è montibus ad Pagos Pernambucanos”. Bras. 5-2, 86v.

²³¹ Fora para aí destinado pelo Provincial da Companhia, que o nomeara como companheiro para a referida missão. Junta de Missões de 26 de Setembro de 1692, feita pelo Governador de Pernambuco, Marquês de Montebello, e o Bispo D. Matias de Figueiredo e Mello. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fls. 149f-149v.

²³² Junta de Missões de 26 de Setembro de 1692, feita pelo Governador de Pernambuco, Marquês de Montebello, e o Bispo D. Matias de Figueiredo e Mello. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fl. 149f.

²³³ Idem.

²³⁴ P.^o Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba desde o ano de 93 até o presente de noventa e 5 para o Padre Alexandre de Gusmão da Companhia de Jesus Provincial da província do Brasil”, [1695], in LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 47-48.

²³⁵ Bras. 5-2, 144v-151v.

²³⁶ Além da relação da Companhia de Jesus, também na Junta de Missões desse mesmo ano constam já os nomes destes dois padres naquela missão. Junta de Missões de 11 de Fevereiro de 1694, feita pelo Governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, e o Bispo D. Matias de Figueiredo e Mello. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fl. 150v.

²³⁷ Bras. 6, 29v-30. Para o ano seguinte, o Provincial P.^o João Pereira, na Informação para a Junta das Missões de Lisboa, dá conta das “Aldeias que correm por conta dos Padres da Companhia”, que o Rei mandar fazer por carta de 18 de Abril de 1702. Para Pernambuco, refere a existência da aldeia de Guajiru, Guaraíras, Urutaguí, cabeceiras de Jaquaripe, Lagoa do Podi no Açu e Serra de Ibiapaba, perfazendo um total de pelo menos 6.700 índios aldeados. Bras. 10, 23-26. Apud LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 571.

²³⁸ Para o ano de 1702, de acordo com o Rol dos Índios que consta da Informação para a Junta das Missões naquele ano. Cf. “Apêndice A” in LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 571.

²³⁹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 530.

²⁴⁰ Bras. 10, 25. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 534. Para o ano de 1702, de acordo com o Rol dos Índios que consta da Informação para a Junta das Missões naquele ano. Cf. “Apêndice A” in LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 571.

²⁴¹ Ainda assim, e vendo-se cometidos dos moradores no início da guerra no Açú, dali fugiram para o sertão, acabando por tornar mais tarde. Não deixariam, contudo, de constituir alvo dos Paulistas, que cercaram aquela aldeia, resolvendo os padres ceder alguns na qualidade de guias e de intérpretes. LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 530-531.

²⁴² Para o ano de 1702, de acordo com o Rol dos Índios que consta da Informação para a Junta das Missões naquele ano. Cf. “Apêndice A” in LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 571.

²⁴³ Resulta da união de 3 aldeias. Rol dos índios de 1702. Bras. 10, 23-26.

²⁴⁴ Rol dos índios de 1702. Assinala-se ainda que os padres aí residentes prestavam assistência a nações «tapuia», procurando que estes fossem também aldeados. Bras. 10, 23-26.

²⁴⁵ O esforço da sua reunião numa só aldeia fora encetado em 1692, com o padre jesuíta Manuel Pedroso, tendo no ano seguinte o P.^e Ascenso Gago procurado reuni-los em Ibiapaba. Os Acoansú eram rivais dos Tabajaras e dos Reriú.

²⁴⁶ Não existem muitos registos face a esta aldeia. Porém, no Rol de 1702, refere-se que a aldeia do Jaguaribe e da Lagoa do Podi eram novas. Bras. 6, 30; Bras. 10, 23-26. Sobre o seu missionário e percurso dos Payakú por aquelas partes: Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do ouvidor-geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, acerca de restituir a liberdade aos índios paiaçus, cativos na guerra que lhes fez o mestre-de-campo dos paulistas, Manuel Álvares de Moraes Navarro. Lisboa, 8 de Novembro de 1701. AHU_ACL_CU_014, Cx. 3, D. 247.

²⁴⁷ Conforme consta no Rol dos índios de 1702. Não se refere o nome da aldeia mas simplesmente a sua localização. Contudo, situando-se a de S. João Baptista no Lago do Podi (como se indica para o ano de 1707), não resta outra associação. Bras. 10, 23-26.

²⁴⁸ As missões jesuítas no sertão do Açú e no rio Jaguaribe envolviam índios desta nação. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 93.

²⁴⁹ Tratar-se-á, com toda a certeza, da aldeia do «Pody», na Lagoa do Podi no Açú. Rol dos índios de 1702. Bras. 10, 23-26.

²⁵⁰ Há, pelo menos, registo de ser aí missionário logo no ano de 1704. Cartas do P.^e Filipe Bourel da Companhia de Jesus. 2 e 9 de Setembro de 1704. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fls. 182f-185v.

²⁵¹ Bras. 6, 65v.

²⁵² E mais tarde índios Janduim.

²⁵³ Estaria na aldeia com índios Janduí, os quais se haviam nela integrado desde 1689. Reclamava-se, em 1702, a sua presença naquela missão, na medida em que os outros religiosos eram inexperientes, ficando somente com aquele os índios mais sossegados. Por ser experiente, seria, talvez, superior daquela missão. Carta dos Oficiais da Câmara de Natal ao Rei. Natal, 3 de Agosto de 1702. Apud ALEGRE, Maria Sylvia Porto et al. [org.], *op. cit.*, pp. 141-142.

²⁵⁴ Acabariam por ser integrados nas Guaraíras? LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 527-528.

²⁵⁵ Lagoa do Podi, no Açú.

²⁵⁶ É dado como missionário na Aldeia do «Pody» em 1706. Não é de estranhar não encontrarmos mais alusões a esta missão, uma vez que os índios nela aldeados foram alvo de perseguição e numerosos ataques dos Canindé, da nação Janduim, que os tinham por inimigos. Foram, por isso mesmo, obrigados a tentar várias transferências, sem garantias de uma fixação segura, o que certamente terá condicionado a continuidade daquela aldeia, além de, por dificuldade de adaptação a diferentes climas, serem acometidos por graves epidemias. Cartas do P.^e Filipe Bourel da Companhia de Jesus. 2 e 9 de Setembro de 1704. Arquivo da Universidade de Coimbra, Livro de Pernambuco – 1670-1749, VI-III-1-1-3, fls. 182f-185v; Disposição do Governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais. Recife, 18 de Março de 1706. Tomo 2 Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1699-1745 – Índice. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-32, fls. 32v-33f.

²⁵⁷ Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no dstricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Indios”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo43.

²⁵⁸ Bras. 6, 71v.

²⁵⁹ Bras. 6, 103v-104.

²⁶⁰ A partir de 1711 são ali reunidos, graças à pacificação de alguns grupos étnicos do levante do Açú.

²⁶¹ Bras. 6, 109.

²⁶² Sem confirmação de se tratar de um missionário jesuíta. De acordo com as relações de 1760-61, esta aldeia persiste com a mesma invocação e localização, com índios da mesma etnia, mas já sob administração de religiosos de St.^a Teresa. Disposição do Governador de Pernambuco, D. Francisco de Sousa. Pernambuco, 21 de Agosto de 1721. Tomo 2 Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1699-1745 – Índice. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-32, fls. 287f-287v.

²⁶³ Bras. 6, 113. Para o ano de 1725 não se apresenta uma relação da distribuição dos missionários.

²⁶⁴ É dado como Padre Visitador da Companhia de Jesus na Junta de Missões de Pernambuco de 5 de Outubro de 1740. Junta de Missões presidida pelo Governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, com presença do Bispo Fr. Luís de Santa Teresa. Livro de Pernambuco, 1670-1749. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-3, fl. 303.

²⁶⁵ De acordo com a relação de 1728 do governador Duarte Sodré Pereira.

²⁶⁶ De acordo com a mesma fonte de 1728. A diferença em termos de localização espacial é particularmente acentuada, pois em vez de 3 léguas a sul, refere-se cerca de 15 léguas a sul de Natal.

²⁶⁷ Conforme se indica na mesma relação das aldeias missionadas da jurisdição de Pernambuco, em 1728. A localização apontada é de 4 e não 3 léguas de distância face à cidade de Natal.

²⁶⁸ Bras. 6, 162.

²⁶⁹ Bras. 6, 195.

²⁷⁰ Bras. 6, 201v.

²⁷¹ Bras. 6, 246.

²⁷² Bras. 6, 252; 279.

²⁷³ Bras. 6, 279.

²⁷⁴ Idem.

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ Bras. 6, 311.

²⁷⁷ Bras. 6, 325-325v.

²⁷⁸ “Relação das Aldeas que há no destrito deste Governo de Pernambuco e Capitania da Parahiba sujeitas a Junta das Missoins deste Bispado” ff. 3f-10v. AGUC, Livro de Pernambuco, 1670-1749 VI-III-1-1-3.

²⁷⁹ De difícil doutrinação, conforme se descreve na Informação do Sargento-Mor Jerónimo Mendes e Paz ao Governador de Pernambuco, com conhecimento ao Bispo daquela Diocese, D. Francisco Xavier Aranha e ao ouvidor interino daquela comarca, Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco. in “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Indios”. Recife, 21 de Dezembro de 1759. fls. 75f-76v. Cf. “Informação Geral de 1749” - *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVIII, Rio de Janeiro, Of. Artes Graphicas da Bib. Nac., 1908, pp. 419-422.

²⁸⁰ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.

²⁸¹ Informações constantes no “De Pagis huic Coll.^o annexis” – catálogo de 1743. Bras. 6, 338.

²⁸² Idem.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Idem.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Bras. 6, 375.

²⁸⁹ Bras. 6, 381v.

²⁹⁰ Bras. 6, 386.

²⁹¹ Bras. 6, 399v.

²⁹² Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Indios”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

²⁹³ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 528.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 534.

²⁹⁶ Discute-se a possibilidade de estes serem, na verdade, índios Kiriri. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 534.

²⁹⁷ Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Indios”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.

- ²⁹⁸ Total de índios em 1759, não divergindo, como se observa, do número apontado para 1743. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 90.
- ²⁹⁹ Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Índios ”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.
- ³⁰⁰ Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Índios ”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.
- ³⁰¹ Número indicado à data da entrada do novo pároco, a 25 de Junho de 1759. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 91.
- ³⁰² Conforme consta, para o ano de 1760, na “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Índios ”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43.
- ³⁰³ LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 92.
- ³⁰⁴ Idem.
- ³⁰⁵ Bras. 6, 325-325v.
- ³⁰⁶ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ³⁰⁷ Bras. 6, 375.
- ³⁰⁸ Bras. 6, 381v.
- ³⁰⁹ Bras. 6, 386.
- ³¹⁰ Bras. 6, 399v.
- ³¹¹ LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 14, 85.
- ³¹² Bras. 6, 325v. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 89.
- ³¹³ Apenas sob a indicação de “In Missionibus denuo erectis” Bras. 5-2, 43-44v.
- ³¹⁴ Bras. 5-2, 64v e ss.
- ³¹⁵ Bras. 5-2, 86v.
- ³¹⁶ Bras. 5-2, 144v-151v.
- ³¹⁷ Bras. 6, 29v-30.
- ³¹⁸ Bras. 6, 65v.
- ³¹⁹ Bras. 6, 71v.
- ³²⁰ Bras. 6, 103v-104.
- ³²¹ Bras. 6, 109.
- ³²² Bras. 6, 113.
- ³²³ Bras. 6, 162.
- ³²⁴ Bras. 6, 195.
- ³²⁵ Bras. 6, 201v.
- ³²⁶ Bras. 6, 246.
- ³²⁷ Bras. 6, 252; 279.
- ³²⁸ Bras. 6, 311.
- ³²⁹ Bras. 6, 325-325v.
- ³³⁰ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ³³¹ Bras. 6, 375.
- ³³² Bras. 6, 381v.
- ³³³ Bras. 6, 386.
- ³³⁴ Bras. 6, 399v.
- ³³⁵ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 534.
- ³³⁶ Apenas sob a indicação de “In Missionibus denuo erectis” Bras. 5-2, 43-44v.
- ³³⁷ Bras. 5-2, 64v e ss.
- ³³⁸ Bras. 5-2, 86v.
- ³³⁹ Bras. 5-2, 144v-151v.
- ³⁴⁰ Bras. 6, 29v-30.
- ³⁴¹ Bras. 6, 65v.
- ³⁴² Bras. 6, 103v-104.
- ³⁴³ Bras. 6, 109.
- ³⁴⁴ Bras. 6, 113. Para o ano de 1725 não se apresenta uma relação da distribuição dos missionários.
- ³⁴⁵ Bras. 6, 162.
- ³⁴⁶ Bras. 6, 195.
- ³⁴⁷ Bras. 6, 246.
- ³⁴⁸ Bras. 6, 252; 279.

- ³⁴⁹ Bras. 6, 311.
- ³⁵⁰ Bras. 6, 325-325v.
- ³⁵¹ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ³⁵² Bras. 6, 375.
- ³⁵³ Bras. 6, 381v.
- ³⁵⁴ Bras. 6, 386.
- ³⁵⁵ Bras. 6, 399v.
- ³⁵⁶ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 534.
- ³⁵⁷ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 530.
- ³⁵⁸ Bras. 15, 382.
- ³⁵⁹ Bras. 5-1, 64.
- ³⁶⁰ Bras. 5-1, 66.
- ³⁶¹ Bras. 5-1, 86-86v.
- ³⁶² Bras. 5-1, 136v-137.
- ³⁶³ Conforme consta da relação do Colégio de Pernambuco, para o ano de 1606. Bras.5-1, 64.
- ³⁶⁴ Bras. 5-2, 3v.
- ³⁶⁵ Bras. 5-2, 86v.
- ³⁶⁶ P.^e Ascenso Gago, “Carta anua do que se tem obrado na missão da Serra de Ibiapaba [...]”, in LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 38-56.
- ³⁶⁷ Bras. 6, 65v.
- ³⁶⁸ Bras. 6, 71v.
- ³⁶⁹ Bras. 6, 103v-104.
- ³⁷⁰ Bras. 6, 109.
- ³⁷¹ Bras. 6, 113.
- ³⁷² Bras. 6, 201v.
- ³⁷³ Bras. 6, 246.
- ³⁷⁴ Bras. 6, 252; 279.
- ³⁷⁵ Bras. 6, 311.
- ³⁷⁶ Bras. 6, 325-325v.
- ³⁷⁷ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ³⁷⁸ Bras. 6, 375.
- ³⁷⁹ Bras. 6, 381v.
- ³⁸⁰ Bras. 6, 386.
- ³⁸¹ Bras. 6, 399v.
- ³⁸² Bras. 5-2, 3v.
- ³⁸³ Para Serafim Leite, somente a partir de 1700. Na verdade, existem elementos para marcar o seu início ainda dez anos antes. LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 3, 63.
- ³⁸⁴ Havendo necessidade de auxiliar as populações do Maranhão na guerra contra o «gentio de corso» que as oprimia, na impossibilidade de ir em seu socorro o Terço dos Paulistas, por as suas tropas andarem envolvidas com a questão dos Negros dos Palmares, requereu-se o envio de 200 índios armados a partir da Serra da Ibiapaba, estrategicamente mais próximos e disponíveis.
- ³⁸⁵ A pedido do Mestre de Campo da Conquista das capitanias do Piauí e Maranhão, Bernardo de Carvalho e Aguiar, queixando-se das grandes extorsões e hostilidades que vinham sendo cometidas por índios de corso. O seu alvo não fora apenas as fazendas dos moradores, como até missões, chegando a matar e a arrancar o coração ao P.^e Amaro Barbosa e a destruir uma igreja. Neste contexto, para fazer face a estas atrocidades, propõe a reunião de um exército acima de quatrocentos índios, constituindo-se a partir das aldeias do Camarão até ao Ceará e ainda do Rio de S. Francisco. É também neste contexto que sugere a anexação da aldeia da Ibiapaba para a jurisdição do Piauí – ficando, assim à sua mercê. É então que, por resolução de D. João V, se autoriza a concretização destas propostas. Ordem de D. João V ao Governador de Pernambuco, Manuel de Sousa Tavares. Lisboa, 20 de Outubro de 1718.
- VI-III-1-1-3 fls. 107v-109v
- ³⁸⁶ Ordem de D. João V ao Governador de Pernambuco. Lisboa, 31 de Outubro de 1721. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 112f-112v.
- ³⁸⁷ Bras. 6, 65v.
- ³⁸⁸ Bras. 10, 23-26. Apud LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 571.
- ³⁸⁹ Bras. 5-2, 43-44v.
- ³⁹⁰ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 527-528.
- ³⁹¹ Não confundir com Reritiba, Capitania do Espírito Santo. LEITE, *HCJB*, vol. 1.
- ³⁹² Bras. 5-1, 86-86v.

-
- ³⁹³ Bras. 5-1, 136v-137.
- ³⁹⁴ LEITE, *HCJB*, vol. 1, pp. 154-158.
- ³⁹⁵ Bras. 6, 30.
- ³⁹⁶ LEITE, *HCJN*, vol. 3, p. 95.
- ³⁹⁷ Há, de resto, notícia de várias missões jesuítas pelo rio Jaguaribe entre os índios Payakú. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 93.
- ³⁹⁸ Bras. 15, 382.
- ³⁹⁹ Bras. 5-1, 35v-42.
- ⁴⁰⁰ Bras. 5-1, 48.
- ⁴⁰¹ Bras. 5-1, 50.
- ⁴⁰² «Residência de N.^a Sr.^a da Escada». Bras. 5-1, 64.
- ⁴⁰³ Bras. 5-1, 66.
- ⁴⁰⁴ Bras. 5-1, 86-86v.
- ⁴⁰⁵ Bras. 5-1, 103v-104
- ⁴⁰⁶ Bras. 5-1, 112.
- ⁴⁰⁷ Bras. 5-1, 118.
- ⁴⁰⁸ Bras. 5-1, 121-121v.
- ⁴⁰⁹ Bras. 5-1, 126-126v.
- ⁴¹⁰ LEITE, *HCJN*, vol. 1, p. 497.
- ⁴¹¹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 345.
- ⁴¹² Bras. 5-1, 136v-137.
- ⁴¹³ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 345.
- ⁴¹⁴ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 506.
- ⁴¹⁵ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 334-335.
- ⁴¹⁶ Na viragem dessa centúria, mais concretamente em Agosto de 1699, esta missão, já sob posse dos oratorianos, acolheria índios Payakú. É certo que, pela ribeira do Jaguaribe, índios desta etnia, do subgrupo Jenipapo-Açu, haviam causado muitos sobressaltos entre os moradores, inclusive nas primeiras décadas do século XVIII.
- ⁴¹⁷ Bras. 5-1, 33.
- ⁴¹⁸ Bras. 15, 382.
- ⁴¹⁹ LEITE, *HCJB*, vol. V, pp. 491-492.
- ⁴²⁰ Bras. 6, 325-325v.
- ⁴²¹ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ⁴²² Bras. 6, 375.
- ⁴²³ Bras. 6, 381v.
- ⁴²⁴ Bras. 6, 386.
- ⁴²⁵ Bras. 6, 399v.
- ⁴²⁶ LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 85.
- ⁴²⁷ Bras. 5-2, 35v. O Visitador Manuel Juzarte levava o P.^o Cassali para o Maranhão em 1667, deixando em seu lugar o P.^o Machado, que também faria em Parangaba a sua profissão solene a 2 de Fevereiro de 1668. LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 86-87.
- ⁴²⁸ Cf. Lus. 8, f. 137-137v, 150-160v; Bras. 26,4. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 86.
- ⁴²⁹ Cf. LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 3, 32.
- ⁴³⁰ Leite atesta a presença de Cócleo em Pernambuco a 30 de Maio de 1671. Bras. 3(2), 117-118v. apud LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 87.
- ⁴³¹ Bras. 6, 325v. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 89.
- ⁴³² Bras. 6, 325-325v.
- ⁴³³ Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ⁴³⁴ Bras. 6, 375.
- ⁴³⁵ Bras. 6, 381v.
- ⁴³⁶ Bras. 6, 386.
- ⁴³⁷ Bras. 6, 399v.
- ⁴³⁸ Bras. 6, 325v. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 89.
- ⁴³⁹ Informação do chefe paulista Manuel de Moraes Navarro, datada de 26 de Julho daquele ano. Revista do Instituto do Ceará, n.º XXXVII, p. 35. Apud LEITE, *HCJB*, vol. III, p. 88.
- ⁴⁴⁰ Junta de Missões de 24 de Abril de 1741, convocada pelo Governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, acompanhado do do Bispo Fr. Luís de Santa Teresa. Livro de Pernambuco, 1670-1749. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-3, fls. 318f-325v.
- ⁴⁴¹ Bras. 6, 325-325v.

-
- ⁴⁴² Bras. 6, 331v-332; 337v-338.
- ⁴⁴³ Bras. 6, 375.
- ⁴⁴⁴ Bras. 6, 381v.
- ⁴⁴⁵ Bras. 6, 386.
- ⁴⁴⁶ Bras. 6, 399v.
- ⁴⁴⁷ Bras. 6, 325v. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 89.
- ⁴⁴⁸ Fund. de Pern., 61(13). Apud LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 496.
- ⁴⁴⁹ Bras. 5-1, 103v-104
- ⁴⁵⁰ Bras. 5-1, 112.
- ⁴⁵¹ Bras. 5-1, 118.
- ⁴⁵² Bras. 5-1, 121-121v.
- ⁴⁵³ Bras. 5-1, 126-126v.
- ⁴⁵⁴ Bras. 6, 29v-30.
- ⁴⁵⁵ Bras. 6, 65v.
- ⁴⁵⁶ Bras. 6, 109.
- ⁴⁵⁷ LEITE, *HCJN*, vol. 5, pp. 510-511.
- ⁴⁵⁸ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.
- ⁴⁵⁹ Bras. 5-1, 33.
- ⁴⁶⁰ Bras. 15, 382.
- ⁴⁶¹ Bras. 5-1, 35v-42.
- ⁴⁶² Bras. 5-1, 48.
- ⁴⁶³ Bras. 5-1, 50.
- ⁴⁶⁴ Bras. 5-1, 103v-104
- ⁴⁶⁵ Bras. 5-1, 112.
- ⁴⁶⁶ Bras. 5-1, 118.
- ⁴⁶⁷ Bras. 5-1, 121-121v.
- ⁴⁶⁸ Bras. 5-1, 136v-137.
- ⁴⁶⁹ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 333.
- ⁴⁷⁰ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 334-335.
- ⁴⁷¹ Bras. 5-1, 126-126v.
- ⁴⁷² Descrição da passagem do P.^o Pero Castilho. Bras. 8, 181. LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 335.
- ⁴⁷³ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 334, 336.
- ⁴⁷⁴ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 336.
- ⁴⁷⁵ LEITE, *HCJB*, vol. 5, p. 359.
- ⁴⁷⁶ Apenas sob a indicação de “In Missionibus denuo erectis” Bras. 5-2, 43-44v.
- ⁴⁷⁷ Bras. 5-2, 64v e ss.
- ⁴⁷⁸ Bras. 5-2, 86v.
- ⁴⁷⁹ Bras. 5-2, 144v-151v.
- ⁴⁸⁰ Bras. 6, 29v-30.
- ⁴⁸¹ Bras. 6, 65v.
- ⁴⁸² Sandro Guimarães de Salles, “À sombra da Jurema: a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra”, in *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, volume 15(1), 2004, p. 104.
- ⁴⁸³ LEITE, *HCJB*, vol. 5, pp. 340-341.
- ⁴⁸⁴ Ordem de D. João V ao Governador de Pernambuco. Lisboa, 6 de Setembro de 1706. AGUC, Fundo Condes dos Arcos, VI-III-1-1-3 fls. 84f-84v
- ⁴⁸⁵ “Relação das Aldeas, que ha no Destricto d’este Governo de Pernambuco e Capitania da Parahiba subgeitos à Junta das Missões d’este Bispado”, [Informação de 1749], in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVIII, 1906, p. 419; “R.^{am} das Aldeias que ha no destricto do G. de Parnambuco, e cap.^{nas} anexas de diversas Naçoens de Indios ”, AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1919, rolo 43, fl. 298f e ss.
- ⁴⁸⁶ Bras. 5-2, 3v.
- ⁴⁸⁷ “Missio in Ceará apud Indios”. Bras. 5-2, 10v-11v.
- ⁴⁸⁸ No ano seguinte, já surge na qualidade de Residência com estes mesmos padres (Bras. 5-2, 37v), não se aludindo a missões a partir do Colégio de Pernambuco. Bras. 5-2, 35v.
- ⁴⁸⁹ Bras. 6, 29v-30.
- ⁴⁹⁰ Bras. 5-2, 86v.
- ⁴⁹¹ “In Pago Ceará Magnum”. Bras. 5-2, 144v-151v.
- ⁴⁹² Bras. 5-1, 33.
- ⁴⁹³ A ele se fica a dever a abertura do Rio da Prata ao comércio do Brasil.

- ⁴⁹⁴ Não sem antes serem surpreendidos na entrada do Prata por um corsário inglês com carta de corso de D. António, Prior do Crato.
- ⁴⁹⁵ LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 344-351.
- ⁴⁹⁶ Provavelmente pertencendo, neste período de início de restabelecimento, ao Colégio da Bahia, de onde seriam oriundos os religiosos.
- ⁴⁹⁷ Bras. 5-1, 186v-187.
- ⁴⁹⁸ Bras. 5-1, 50.
- ⁴⁹⁹ Bras. 5-1, 66.
- ⁵⁰⁰ Bras. 5-1, 113.
- ⁵⁰¹ No dizer do P.^e Pero Rodrigues. LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 514.
- ⁵⁰² LEITE, *HCJB*, vol. 1, pp. 526-527.
- ⁵⁰³ Bras. 15, 439-440. Transcrito em: apêndice I - “Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra”, in LEITE, *HCJB*, vol. 1, p. 557-559.
- ⁵⁰⁴ Bras. 5-1, 66.
- ⁵⁰⁵ Bras. 5-1, 113.
- ⁵⁰⁶ Bras. 5-1, 118.
- ⁵⁰⁷ Bras. 5-1, 121-121v.
- ⁵⁰⁸ LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 99-116.
- ⁵⁰⁹ LEITE, *HCJB*, vol. 3, pp. 117-118.
- ⁵¹⁰ Bras. 5-1, 136v-137.
- ⁵¹¹ Bras. 5-1, 151.
- ⁵¹² Bras. 5-1, 186v-187.
- ⁵¹³ Bras. 5-2, 10v-11v.
- ⁵¹⁴ Bras. 2, 147-148 – n. antiga: pp. 268-270.
- ⁵¹⁵ Não foi considerada a relação de 24 vilas que foram erigidas a partir de mais de sessenta aldeias e malocas que estavam sob a jurisdição do governo de Pernambuco em 1763. Ofícios do excelentíssimo Governador e Capitão Geral da Capitania de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, dando conta das últimas providências naquela Capitania e da entrega do governo ao seu sucessor. Pernambuco (adenda). Data de 23 de novembro de 1763, Rio de Janeiro. Cota antiga RJ, cx. 76, doc. 27.
- ⁵¹⁶ Realizada por Duarte Sodré Pereira, governador de Pernambuco. No total, a maioria das aldeias eram administradas por sacerdotes do hábito de S. Pedro (18), se bem que, na prática, nem sempre as aldeias da sua jurisdição tinham missionário, por falta de cônica. Seguiam-se-lhes as missões franciscanas (8), contando os jesuítas com somente quatro. O próprio governador destaca existirem ainda seis missões sem missionário, quatro das quais antigas e duas cuja fundação ocorrera em período recente. Carta do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], sobre a consignação a ser aplicada no pagamento das cônicas dos vinte e quatro missionários das missões de Índios da capitania de Pernambuco [e suas anexas] 11 de julho de 1729. AHU_ACL_CU_015, Cx. 39, D. 3479.
- ⁵¹⁷ A ordem apresentada corresponde ao grau de importância de cada povoação, conforme se assinala na fonte compulsada.
- ⁵¹⁸ Na prática, porém, não tinha missionário por falta de cônica.
- ⁵¹⁹ Porque o missionário morrera entretanto, também se encontrava sem assistência espiritual. A falta de missionário também aqui se prende com a ausência da devida cônica, nomeadamente para comprar hóstias.
- ⁵²⁰ Dá-se indicação de que aquele missionário já ali estava desde há 10 anos.
- ⁵²¹ Idem.
- ⁵²² Graças tanto ao missionário, como a uma confraria de moradores existente nesta povoação.
- ⁵²³ Na prática, porém, também se achava desprovida de missionário.
- ⁵²⁴ Aparentemente, seria por causa de não serem assistidos por missionário. No texto refere-se que, na verdade, esta mudança se ficara a dever à interferência de um morador, que assim agira por conveniência própria.
- ⁵²⁵ Tendo sido aldeados há muito tempo, andaram dispersos por várias partes “à sombra de moradores”.
- ⁵²⁶ Tratar-se-á de uma corruptela de Jucás, denominação de uma outra etnia indígena nativa do sertão cearense dos Inhamuns? A ser certo, aquela missão congregaria não só índios Caratiú e Condadú, como ainda Jucás.
- ⁵²⁷ Os quais também viviam “à sombra de moradores”.
- ⁵²⁸ Tendo sido, anteriormente, administrada pela Companhia de Jesus que abandonou esta missão por o «gentio bravo» lhe ter morto o missionário, conforme se assinala. Apesar de lhe estar atribuído um clérigo secular, na verdade encontrava-se sem missionário algum.

⁵²⁹ Dados relativos à capitania de Itamaracá que, por ser pequena, tinha apenas duas missões, conforme se regista no original.

⁵³⁰ Perto da fronteira com a Paraíba.

⁵³¹ Os rios rio Cupissuva e Muzumba são afluentes do rio Papocas, incorporando um pequeno grupo de bacias de rios do litoral que encontram a sua foz não em Pernambuco mas já na Paraíba. Bacia Hidrográfica do rio Goiana e sexto grupo de pequenos rios litorâneos – GL6, Série Bacias Hidrográficas de Pernambuco, n.º2, Recife, 2005, p. 30.

⁵³² Desde há 25 anos àquela parte que os Beneditinos se ocupavam daquela missão.

⁵³³ Nunca tinham tido missionário, até ao ano anterior a esta relação.

⁵³⁴ Uns e outros nunca tiveram missionário, sendo os Fagundes um nação numerosa.

⁵³⁵ Muitos casais desertaram entretanto para outras aldeias, além de o governador dos índios ter dali tirado outros tantos para a sua aldeia de Pirassenunga (?).

⁵³⁶ Encontra-se apenas um religioso, por o outro entretanto ter morrido.

⁵³⁷ Também dali o mesmo governador de índios levou vários casais para a aldeia onde residia.

⁵³⁸ Anteriormente assistida por um sacerdote secular que, à semelhança de todos os outros, eram do Hábito de S. Pedro.

⁵³⁹ Em 1732 seria preso por problemas de jurisdição e posse da tutela dos índios de várias aldeias (Carta do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], sobre a prisão do governador dos índios, D. Antônio Domingos Camarão, e da devassa tirada pelo ouvidor-geral da capitania de Pernambuco, [Antônio Rodrigues da Silva]. Recife, 5 de Janeiro de 1732. Pernambuco, AHU_ACL_CU_015, Cx. 42, D. 3784). Mais tarde, encontramo-lo já como mestre-de-campo do terço das aldeias indígenas de Pernambuco (Requerimento do mestre-de-campo do Terço das aldeias dos índios da capitania de Pernambuco, Antônio Domingos Camarão Arcoverde, ao rei [D. João V]. [ant. 22 de Março de 1734]. Pernambuco, AHU_ACL_CU_015, Cx. 46, D. 4129).

⁵⁴⁰ De importância estratégica no apaziguamento do «gentio bravo» no sertão, sendo essencial a sua conservação naquelas partes.

⁵⁴¹ Cf. <http://www.arara.fr/BBTRIBOKARIRI.html>

⁵⁴² A aldeia do Colégio e a aldeia de São Brás ficavam distantes uma da outra cerca de duas léguas, ficando esta última acima da anterior. Estavam associadas à Residência jesuíta de Urubumirim, onde se constituiria a povoação de Porto Real do colégio. Julgamos que a permanência de S. Brás e o desaparecimento da missão do Colégio se deva à fusão de ambas, dada a sua grande proximidade.

⁵⁴³ Bras. 6, 325v. LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 89.

⁵⁴⁴ Este documento não surge assinado nem datado, mas encontra-se transcrito após a Resolução de S. Majestade sobre o que devem os Senhores Governadores praticar com os Senhores Bispos na Junta de Missões, escrita em Lisboa a 2 de Junho de 1724 – resolução, portanto, de D. João V. Estes registos conferem com o que Curt Nimuendajú assinala para o Governo de Pernambuco no século XVIII.

⁵⁴⁵ Não se distingue qual o ramo.

⁵⁴⁶ Não encontramos qualquer referência noutras relações nem na descrição feita por Nimuendajú. Saliente-se, ainda, que não consta nos Catálogos da Companhia dos séculos XVI a XVIII com esta designação.

⁵⁴⁷ É curioso como só nesta freg.^a se opta por dar indicação da densidade demográfica de cada povoação. Por certo o autor desta relação teria acesso apenas a estas informações e não às restantes, muito provavelmente devido a certo contacto privilegiado ou relação de proximidade.

⁵⁴⁸ Não esclarece o ramo.

⁵⁴⁹ Idem.

⁵⁵⁰ Veja-se como aqui os Kiriri são referidos como tapuias, enquanto mais atrás, numa missão jesuíta, são caboclos de língua geral. Poderá denotar o tempo da sua integração numa missão, qualidade ou momento no seu processo de civilização/cristianização ou até preservação da sua matriz étnica, linguística e cultural.

⁵⁵¹ Não se especifica o ramo.

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Segundo Serafim Leite, uma aldeia de residência fixa. Missão que remonta aos finais do século XVI, inicialmente com presença franciscana junto dos Caeté, mais tarde jesuíta, até 1635, data em que a abandonam. Sucedem-lhes os oratorianos, em 1670, criando a aldeia de N.^a Sr.^a da Apresentação, passando a ser conhecida como N.^a Sr.^a da Escada devido à escadaria feita até ao oratório construído no cimo de um morro. Em 1757 já se apresenta como povoação. Corresponde à actual localidade de Escada. Edson Silva, “Aldeia de Escada: esbulhos de terras e resistência indígena em Pernambuco no século

XIX”, [publicado in Travessia-Revista do Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, nº. 24, 1996, pp.44-46; republicado in Revista Intertexto. Escada, FAESC, v.3, nº 4, jan. -jun.2004, pp.9-17; disponível in <http://maniadehistoria.wordpress.com/aldeia-de-escada-esbulhos-de-terras-e-resistencia-indigena-em-pernambuco-no-seculo-xix/>.

⁵⁵⁶ Actualmente, município brasileiro do Estado de Pernambuco. Região de extrema importância no comércio colonial, graças aos dois portos aí existentes, Suape e Porto de Galinhas.

⁵⁵⁷ Corresponde ao actual Limoeiro. A aldeia indígena remontará ainda ao século XVII, se não antes. Consta de uma relação dada por Maurício de Nassau.

⁵⁵⁸ “Em 1610, a aldeia aparece no Catálogo da Companhia de Jesus, com o nome de Assunção, estando sob a administração dos jesuítas de Olinda. Em 1746, ela é administrada pelos padres oratorianos, sendo então registrada como aldeia de N.ª Sr.ª da Assunção de Arataguí, pertencendo à freg.ª de Taquara. Doze anos mais tarde, na ocasião da elevação da aldeia à categoria de vila, recebe o nome de Alhandra.” Sandro Guimarães de Salles, “À sombra da Jurema: a tradição dos mestres juremeiros na Umbanda de Alhandra”, in *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, volume 15(1), 2004, p. 104.

⁵⁵⁹ Perto da fronteira com a Paraíba.

⁵⁶⁰ Os rios rio Cupissuva e Muzumba são afluentes do rio Papocas, incorporando um pequeno grupo de bacias de rios do litoral que encontram a sua foz não em Pernambuco mas já na Paraíba. Bacia Hidrográfica do rio Goiana e sexto grupo de pequenos rios litorâneos – GL6, Série Bacias Hidrográficas de Pernambuco, n.º2, Recife, 2005, p. 30.

⁵⁶¹ Fundada por franciscanos em 1590, trata-se de uma das primeiras missões a serem criadas por esta congregação em Pernambuco. Alessandra Figueiredo Cavalcanti, “Missões de aldeamento em Pernambuco e capitanias anexas - fontes e problemas”, in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Umanidades*, UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível in http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st2/alesandra_cavalcanti_st2.pdf

⁵⁶² “A pedido do donatário Duarte Coelho, por volta de 1590, foram catequizados pelos franciscanos, na aldeia de São Miguel do Igua (Una). Em 1619 a aldeia foi entregue ao clero secular e somente em 1624 passou aos jesuítas. Com a guerra holandesa, a aldeia resistiu e depois foram obrigados a se refugiarem na localidade de Pau Amarelo, no vale do Rio Pirassinunga (Persinunga), formando a aldeia de N.ª Sr.ª da Assunção de Pirassinunga (Persinunga), terra depois doada aos índios pelo governo português, em 28 de janeiro de 1698. A invasão dos senhores de engenho fez com que o Ministério da Agricultura emitisse aviso de extinção da aldeia de São Miguel do Una, cabendo a cada família de índios ou cada índio solteiro maior que 21 anos 50 pequenos lotes de terra.” in <http://www.museudouna.com.br/curiosidade.htm> (Novembro de 2008). Em 1763 convertida no lugar de Barreiros. Alessandra Figueiredo Cavalcanti, “Missões de aldeamento em Pernambuco e capitanias anexas - fontes e problemas” in *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Umanidades*, UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível in http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_trab_pdf/pdf_st2/alesandra_cavalcanti_st2.pdf

⁵⁶³ Embora surja a referência a «missionário», não se indica se pertencia a clero regular ou secular, nem a ordem.

⁵⁶⁴ Família Kiriri.

⁵⁶⁵ Em 1740 era uma missão dos oratorianos, estando ali reunidos trinta casais de índios daquela etnia. Esperava-se, na altura, que a eles se juntassem índios Gueguês. Junta de Missões de 9 de Novembro de 1740, convocada pelo Governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, acompanhado do Vigário Geral, em lugar do Bispo de Pernambuco. Livro de Pernambuco, 1670-1749. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-3, fls. 306f-306v.

⁵⁶⁶ Actualmente integrada na mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia, uma área que até 1824 pertenceu a Pernambuco, assim como o Extremo Oeste Baiano.

⁵⁶⁷ Na verdade, as Missões do Aricobé situam-se no actual estado da Bahia.

⁵⁶⁸ “Missionr.º Religiozo do Carmo da reforma”.

⁵⁶⁹ Inclui a referência ao Padre, ao Director e ao mestre, António de Barros Passos, responsáveis por este povoado.

⁵⁷⁰ Indica-se como mestre Luís Pereira Caldas.

⁵⁷¹ No ano de 1742, faz-se referência somente à presença de índios Quixelós, existindo forte possibilidade de os restantes grupos se lhes terem juntado entretanto. Com efeito, na Junta de Missões propõe-se que sejam para ali levados os índios «Jucazes», que eram em número superior aos 30-40 casais daquele outro povo e habitavam “em umas montanhas sem pasto espiritual”. No ano seguinte, dá-se conta dessa transferência, em que Jucazes e índios de outras «nações» se deslocam dos Inhamuns para a missão do Telha. Junta de Missões de 31 de Julho de 1742, convocada pelo Governador de Pernambuco, Henrique

Luís Pereira Freire, acompanhado do Bispo de Pernambuco, Fr. Luís de Santa Teresa. Livro de Pernambuco, 1670-1749. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-3, fl. 333f; Junta de Missões [1743] convocada pelo Governador de Pernambuco, Henrique Luís Pereira Freire, acompanhado do Provisor Fr. Francisco de São João Marcos, em lugar do Bispo de Pernambuco. Livro de Pernambuco, 1670-1749. Arquivo da Universidade de Coimbra, VI-III-1-1-3, fl. 344f.

⁵⁷² Tinha como mestre Albano de Freitas.

⁵⁷³ O mestre designado chamava-se Manuel Félix de Azevedo.

⁵⁷⁴ Tendo por mestre João Dias da Conceição.

⁵⁷⁵ Com o mestre Elias de Sousa Pais.

⁵⁷⁶ Mestre Inácio da Assunção.

⁵⁷⁷ Trata-se da continuação da listagem anterior, apresentada no documento original como relação independente.

⁵⁷⁸ Professo do 4º voto.

⁵⁷⁹ Filosofia e Teologia.

⁵⁸⁰ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 94, fl. 420 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁸¹ Nesta fonte aponta-se a sua entrada em 1752:

“João Antunes (olim João Manuel Antunes) n.^{al} do lugar de Galiza Arceb.º de Braga f.º legit.º de Antonio Antunes, e de Luiza Maria entrou no Nov.º de Coimbra p.^a Estud.º da V.º Prov.º do Maranhão aos 25 de Agosto de 1752. Foi baptizado no mez de Mayo e tem de idade 18 annos. Assim se explica a certidão, sem declarar o dia, e anno de nascim.^{to}” fl. 115 in *Catalogo dos Sogeitos que entrarão em a Comp.ª de Jesus na Provincia de Portugal. Começa em Jan.º de 1711*. BNL, Monografia Geral, R. 31491-6P.

⁵⁸² Provavelmente de Muia, localidade pertencente a Ponte da Barca.

⁵⁸³ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 188, fl. 424 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁸⁴ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 112, fl. 421 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁸⁵ Professo do 4º voto.

⁵⁸⁶ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 121, fl. 421 v. ARSI, Bras. 6.

⁵⁸⁷ No Lusitania 41 (ARSI) diverge ligeiramente: entrada no ano de 1714, e obtenção do grau em Junho de 1725.

⁵⁸⁸ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 380, fl. 431 v. ARSI, Bras. 6.

⁵⁸⁹ Nasce a 10 de Janeiro de 1725.

⁵⁹⁰ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 450, fl. 434 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁹¹ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 190, fl. 424 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁹² “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 165, fl. 423 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁹³ Professo do 4º voto.

⁵⁹⁴ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 105, fl. 420 v. ARSI, Bras. 6.

⁵⁹⁵ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 425, fl. 433 f. ARSI, Bras. 6.

⁵⁹⁶ Embora em Bras. 6 surja esta referência, em Lus. 41 surge como tendo nascido no Penedo, Pernambuco.

⁵⁹⁷ De acordo com ARSI Lus. 41, o ingresso ocorreu a 22.02.1722.

⁵⁹⁸ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 174, fl. 423 v. ARSI, Bras. 6.

⁵⁹⁹ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 421, fl. 433 f. ARSI, Bras. 6.

⁶⁰⁰ Professo do 4º voto.

⁶⁰¹ Segundo Eckart, nasce em 1695.

⁶⁰² No Lusitania 41 (ARSI), obteve o grau no dia 1 de Junho de 1733.

⁶⁰³ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 169, fl. 423 v. ARSI, Bras. 6.

⁶⁰⁴ Nascido a 21 de Outubro de 1725.

⁶⁰⁵ Surge elencado na categoria de “Sacerdotes et Scholastici sine gradu”.

⁶⁰⁶ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 205, fl. 425 f. ARSI, Bras. 6.

⁶⁰⁷ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 69, fl. 419 f. ARSI, Bras. 6.

⁶⁰⁸ Nasce a 5 de Julho de 1729.

⁶⁰⁹ Surge elencado na categoria de “Sacerdotes et Scholastici sine gradu”.

⁶¹⁰ “Catalogus 2.^{us} Qualitatum judicio P. provincialis Joannis Honorati”, n.º 249, fl. 426 v. ARSI, Bras. 6.

⁶¹¹ BNL, FR 273.

⁶¹² O nascimento confere com os registos da Companhia.

⁶¹³ Morre em Roma, surgindo após a expulsão com o nome Francisco de Gouveia Moneto. CASTRO, José de, *Portugal em Roma*, vol. 2, Lisboa, União Gráfica, [1939], p. 370.

⁶¹⁴ Nasce a 10 de Janeiro de 1725.

⁶¹⁵ Chega a pós 19 dias de viagem.

⁶¹⁶ Idem.

- ⁶¹⁷ Idem.
- ⁶¹⁸ Também conhecido por Manuel Vaz Sovereira.
- ⁶¹⁹ Natural da Sobreira, diocese de Idanha. Também conhecido por Manuel Loureiro Vaz (como surge na lista do AHCT) ou ainda como Manuel Vaz Sovereira (ARSI, Lusitania 40B). De sublinhar que sendo a listagem do AHCT a tradução de um documento italiano, poderá ter havido erro na tradução de Sovereira, passando a Loureiro. No tempo da Companhia usava este nome, Manuel Vaz (ARSI, Lus. 41), tendo acrescentado este apelido ao tempo da expulsão, para melhor se diferenciar dos companheiros homónimos oriundos de outras províncias.
- ⁶²⁰ CASTRO, José de, *Portugal em Roma*, vol. 2, Lisboa, União Gráfica, [1939], p. 383. Mencionado na lista de ex-jesuítas leigos existentes em Itália em 1788, estando em Pesaro.
- ⁶²¹ José Inácio de Almeida, após a expulsão.
- ⁶²² Chega a pós 19 dias de viagem.
- ⁶²³ Idem.
- ⁶²⁴ Segundo Eckart, nasce em 1695.
- ⁶²⁵ Nascido a 21 de Outubro de 1725.
- ⁶²⁶ Surge elencado na categoria de “Sacerdotes et Scholastici sine gradu”.
- ⁶²⁷ Ao chegar a Lisboa, evitando assim a sua imediata extradição com o grupo que o acompanhava a partir do Recife.
- ⁶²⁸ Nasce a 5 de Julho de 1729.
- ⁶²⁹ Surge elencado na categoria de “Sacerdotes et Scholastici sine gradu”.
- ⁶³⁰ Não figurando nos catálogos italianos, terá abandonado a Companhia ainda no Brasil. Consta entre os nomes de jesuítas no Colégio da Bahia em 1758. Não esquecer que era natural da Bahia.
- ⁶³¹ Existe igualmente no rolo 121.
- ⁶³² APEPE, Registro de provisões, portarias, editais, patentes provinciais (1773-1790), P.P.2. a P.P.4.
- ⁶³³ Dignidade eclesiástica, com poderes sobre os párocos da diocese. Era o padre local que substituíra o bispo. Cargo de grande destaque, sendo muito ambicionado na carreira eclesiástica.
- ⁶³⁴ Existe igualmente no rolo 121.
- ⁶³⁵ SÁ, Maria Helena Araújo e, *Processos de Interação Verbal em Aula de Francês Língua Estrangeira: contributos para o estudo das actividades dialógicas de adaptação verbal*, [Tese Doutoramento], Aveiro, Universidade de Aveiro, p. 358. In SÁ, Maria Helena Araújo e, CANHA, Manuel Bernardo et GONÇALVES, Cristina, *Da consciência comunicativa à competência intercultural : um módulo de formação de professores*, [Laboratório Aberto para a Aprendizagem das Línguas Estrangeiras], Aveiro, Centro de Investigação Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores - Universidade, 2003, pp. 51-53.
- ⁶³⁶ Justiça, igualdade, dignidade da pessoa humana, princípios que se sobrepõem a toda e qualquer lei.
- ⁶³⁷ De acordo com Lemos Barbosa, os sons correspondentes a <e> e a <o> são vogais médias, entre o aberto e o fechado. Em relação a <o>, ficamos a pensar se não estaria próxima de [œ], como no francês *oeuf*. BARBOSA, A. Lemos, *Curso de Tupi Antigo*, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1956.
- ⁶³⁸ Lemos Barbosa não se refere a este aspecto. Som produzido com a língua em posição para [u] e os lábios estendidos como para [i].
- ⁶³⁹ Como em *caixa*.
- ⁶⁴⁰ Como em *cacau*.
- ⁶⁴¹ Após uma pausa, seja ela breve ou longa, é sempre precedido de <m>. Assim, antecedido de nasal, passa a ser pronunciado como [b].
- ⁶⁴² O intervocálico é próximo de [v], como no espanhol *caber*, excepto quando precedido de nasal.
- ⁶⁴³ Aspirado, tal como no inglês.
- ⁶⁴⁴ Mesmo que <r> surja em início de palavra, o som é sempre [r], como em *caro*.
- ⁶⁴⁵ Ocorre em início ou no meio de palavra. Neste caso, sendo antecedido por consoante nasal, é oclusivo, pelo que corresponde a [b] e não a [β].
- ⁶⁴⁶ [g] quase imperceptível.
- ⁶⁴⁷ Oclusiva, glotal, surda. Como no hamza árabe.
- ⁶⁴⁸ Inspirada no modelo de representação fonológica apresentado em CUNHA, Celso et CINTRA, Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa, 1986, p. 45.
- ⁶⁴⁹ Tomamos como referência MATEUS, Maria Helena Mira, et al., *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, e FARIA, Isabel Hub et al., *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1996.
- ⁶⁵⁰ A partir de dados coligidos nas fontes consultadas, assim como das referências cronológicas patentes nas seguintes obras: BRANDÃO, Fernando de Castro, *De D. João V a Dona Maria I (1707-1799): uma cronologia*, Odivelas, Heuris, 1993; MONTEIRO, Miguel, *Inácio Monteiro: um jesuíta português na*

dispersão(1724-1812), Lisboa, Centro de História da Universidade, 2004, pp. 515-517; RODRIGUES, António Simões [coord.], *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; SERRÃO, Joel [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 713-725.

⁶⁵¹ O Colégio propriamente dito começara logo em 1627, a partir da antiga ermida dos Capuchinhos, beneficiando de obras de ampliação desde aí por diante.

⁶⁵² Carta ao Rei, D. Afonso VI. Maranhão, 28 de Novembro de 1659. In VIEIRA, P.^o António, *Cartas*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1997, p. 529.

⁶⁵³ Duas em cada um destes sertões, com 100 casais cada uma e 20 soldados pagos e bem escolhidos. No caso de missionários estrangeiros, admitia-se somente os que tivessem licença régia para assistirem no Brasil, devendo-se praticar em sentido similar ao estado da Índia. Ordem de D. Pedro II ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro. Lisboa, 6 de Março de 1694. AGUC, VI-III-1-1-33, fls. 234v-235f.